TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
Estado do Amazonas

Diário da Justiça
Eletrônico

Caderno 2
JUDICIÁRIO - CAPITAL

Presidente:
Desembargador
Yedo Simões de Oliveira

Ano XII • Edição 2693 • Manaus, terça-feira, 10 de setembro de 2019 dje.tjam.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO I

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA JUDICIARIA - RECURSOS

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0002378-77.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Massa Falida do Banco Cruzeiro do Sul S/A - Embargada: Auzenira Lucas Mateus - Fica INTIMADO, o embargado na pessoa de seu Advogado Dra. Maria Auxiliadora Bicharra - Advs: Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB: 98628/SP) - Maria Auxiliadora Bicharra (OAB: 3004/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002378-77.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Massa Falida do Banco Cruzeiro do Sul S/A - Embargada: Auzenira Lucas Mateus - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Maria Auxiliadora Bicharra (3004/AM), advogado (a,s) de Auzenira Lucas Mateus, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 9 de setembro de 2019 - Advs: Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB: 98628/SP) - Maria Auxiliadora Bicharra (OAB: 3004/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002608-22.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Vieiralves Imobiliária Ltda - Embargada: Janete Pereira Mendes - EDITAL DE INTIMAÇÃO Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador João de Jesus Abdala Simões Relator do Processo Eletrônico de Embargos de Declaração nº. 0002608-22.2019.8.04.0000/Manaus - AM, em que figura como Embargante, Vieiralves Imobiliária Ltda, advogados, Drs. Almerio Ferreira Botelho (271/AM), Elaine Dib Botelho Ribeiro (8028/AM), Eloi Pinto Andrade (819/AM) e Michelle Nascimento de Salles (6811/AM) e como Embargado, Janete Pereira Mendes, advogados, Drs. Jarson Ariday da Silva Costa (15997/PA) e Jarson Ariday da Silva Costa (741A/AM). Despacho: "(...) Considerando que os aclaratórios podem implicar a modificação do julgado, intime-se a parte embargada para apresentar manifestação no prazo disposto no art. 1.023, §2º, respeitando-se o que preceitua o art. 219, ambos do CPC. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Manaus, 23 de abril de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS DE ABDALÁ SIMÕES-Relator." Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, Dr. Jarson Ariday da Silva Costa (15997/PA) e Jarson Ariday da Silva Costa (741A/AM), para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 23 de abril de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Almerio Ferreira Botelho (OAB: 271/AM) - Michelle Nascimento de Salles (OAB: 6811/AM) - Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB: 8028/AM) - Eloi Pinto Andrade (OAB: 819/AM) - Jarson Ariday da Silva Costa (OAB: 741A/AM) - Jarson Ariday da Silva Costa (OAB: 15997/PA) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002608-22.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Vieiralves Imobiliária Ltda - Embargada: Janete Pereira Mendes - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Jarson Ariday da Silva Costa (15997/PA) e Jarson Ariday da Silva Costa (741A/AM), advogado (a,s) de Janete Pereira Mendes, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 9 de setembro de 2019 - Advs: Almerio Ferreira Botelho (OAB: 271/AM) - Michelle Nascimento de Salles (OAB: 6811/AM) - Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB: 8028/AM) - Eloi Pinto Andrade (OAB: 819/AM) - Jarson Ariday da Silva Costa (OAB: 741A/AM) - Jarson Ariday da Silva Costa (OAB: 15997/PA) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002724-28.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Banco Bradesco S/A - Embargado: Unimac Importação e Exportação Ltda - Embargado: Antônio Carlos Contartesi - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Adalberto A. N. Sobrinho (2953/AM), Francisco Charles Cunha Garcia Junior (4563/AM) e Rafael Coelho da Silva (7998/AM), advogado (a,s) de Antônio Carlos Contartesi e Unimac Importação e Exportação Ltda, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 9 de setembro de 2019 - Advs: Fernando A. Rodrigues (OAB: 132932/SP) - Paula C Travain (OAB: 169151/SP) - Ricardo Ribeiro Viana de Queiroz (OAB: 285803/SP) - Eduardo Arruda Alvim (OAB: 118685/SP) - José Manoel Arruda Alvim Neto (OAB: 12363/SP) - Rafael Coelho da Silva (OAB: 7998/AM) - Francisco Charles Cunha Garcia Junior (OAB: 4563/AM) - Adalberto A. N. Sobrinho (OAB: 2953/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003024-87.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Município de Manaus - Embargado: Machical Ltda - EDITAL DE INTIMAÇÃO Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador João de Jesus Abdala Simões Relator do Processo Eletrônico de Embargos de Declaração Cível nº. 0003024-87.2019.8.04.0000/Manaus - AM, em que figura como Embargante, O Município de Manaus, advogada, Dra. Ladyane Serafim Ferreira e como Embargado, Machical Ltda, advogado, Gisella Miranda Ferreira (5124/AM). Despacho: "(...) Considerando que os aclaratórios podem implicar a modificação do julgado, intime-se a parte embargada para apresentar manifestação no prazo disposto no art. 1.023, §2º, respeitando-se o que preceitua o art. 219, ambos do CPC. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Manaus, 6 de maio de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator."ept Fica intimada a parte embargada, por meio de sua advogada, Dra. Gisella Miranda Ferreira (5124/AM), para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 6 de maio de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Ladyane Serafim Ferreira - Gisella Miranda Ferreira (OAB: 5124/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003024-87.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Município de Manaus - Embargado: Machical Ltda - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Gisella Miranda Ferreira (5124/AM), advogado (a,s) de Machical Ltda, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 9 de setembro de 2019 - Advs: Ladyane Serafim Ferreira - Gisella Miranda Ferreira (OAB: 5124/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003240-48.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Global Consultoria Imobiliária S/a. Brasil Brokers - Embargado: Ronaldo Passos Barbosa - Fica INTIMADO, o embargado na pessoa de seu Advogado Dr. Roberto Alves - Advs: Ingrid Nedel Spohr Schmitt (OAB: 68625/RS) - Fabrício Nedel Scalzilli (OAB: 44066/RS) - Roberto Alves (OAB: 9258/AM) - Dra. Sandra Cal Oliveira - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003240-48.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Global Consultoria Imobiliária S/a. Brasil Brokers - Embargado: Ronaldo Passos Barbosa - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Dra. Sandra Cal Oliveira e Roberto Alves (9258/AM), advogado (a,s) de Ronaldo Passos Barbosa, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 9 de setembro de 2019 - Advs: Ingrid Nedel Spohr Schmitt (OAB: 68625/RS) - Fabrício Nedel Scalzilli (OAB: 44066/RS) - Roberto Alves (OAB: 9258/AM) - Dra. Sandra Cal Oliveira - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003843-24.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: LG Eletronics da Amazônia Ltda - Embargado: Opinião S/A - fica INTIMADO o EMBARGADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Maria Fernanda Ladeira 237365/SP. “Intime-se o Embargado para, querendo, apresentar contrarrazões, observado o prazo legal. - Advs: Rodrigo Rocha de Souza (OAB: 191701/SP) - Walter Basílio Bacco Júnior (OAB: 163524/SP) - Maria Fernanda Ladeira (OAB: 237365/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003843-24.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: LG Eletronics da Amazônia Ltda - Embargado: Opinião S/A - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Maria Fernanda Ladeira (237365/SP), advogado (a,s) de Opinião S/A, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 9 de setembro de 2019 - Advs: Rodrigo Rocha de Souza (OAB: 191701/SP) - Walter Basílio Bacco Júnior (OAB: 163524/SP) - Maria Fernanda Ladeira (OAB: 237365/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0004303-11.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Elevadores Otis Ltda - Embargado: Wd Educacional Ltda - Fica INTIMADO, o embargado na pessoa de seu Advogado Dra. Luciana Rodrigues Pinto - Advs: Mauro Conte Filho (OAB: 344070/SP) - Luciana Goulart Penteado (OAB: 167884/SP) - Luciana Rodrigues Pinto (OAB: 9164/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0004303-11.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Elevadores Otis Ltda - Embargado: Wd Educacional Ltda - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Luciana Rodrigues Pinto (9164/AM), advogado (a,s) de Wd Educacional Ltda, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 9 de setembro de 2019 - Advs: Mauro Conte Filho (OAB: 344070/SP) - Luciana Goulart Penteado (OAB: 167884/SP) - Luciana Rodrigues Pinto (OAB: 9164/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0004398-41.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: J F de Oliveira Navegação Ltda - Embargante: Chibatão Navegação e Comércio Ltda - Embargado: Kadima Campos Vvieira - Embargado: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros - Fica INTIMADO, o embargado na pessoa de seu Advogado Dr. Wiston Feitosa de Sousa, Eugênio F. Pinto de Andrade - Advs: Erisvanha Ramos de Souza (OAB: 3857/AM) - Cinthya Feitosa de Souza (OAB: 6978/AM) - Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM) - Eugênio F. Pinto de Andrade (OAB: 3424/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0004398-41.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: J F de Oliveira Navegação Ltda - Embargante: Chibatão Navegação e Comércio Ltda - Embargado: Kadima Campos Vvieira - Embargado: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Eugênio F. Pinto de Andrade (3424/AM) e Wiston Feitosa de Sousa (6596/AM), advogado (a,s) de Bradesco Auto/re Companhia de Seguros e Kadima Campos Vvieira, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 9 de setembro de 2019 - Advs: Erisvanha Ramos de Souza (OAB: 3857/AM) - Cinthya Feitosa de Souza (OAB: 6978/AM) - Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM) - Eugênio F. Pinto de Andrade (OAB: 3424/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0005082-63.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargada: Jaqueline Uchoa de Carvalho - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Paulo Jaqson Freire Pinto (7967/AM), advogado (a,s) de Jaqueline Uchoa de Carvalho, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 9 de setembro de 2019 - Advs: Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM) - Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB: 7967/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0603559-66.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Fátima dos Anjos Aranha - Apelado: Hospital Adventista de Manaus - Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Ass. À Saúde - Apelante: Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Assistência à Saúde - Apelada: Fátima dos Anjos Aranha - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Natasja Deschoolmeester (2140/AM) e Raimundo Alfredo Brito da Silva (9709/AM), advogado (a,s) de Fátima dos Anjos Aranha e Hospital Adventista de Manaus - Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Ass. À Saúde, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 9 de setembro de 2019 - Advs: Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB: 6821/AM) - Natasja Deschoolmeester (OAB: 2140/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0606445-09.2014.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Coplast Ind. e Com. de Resíduos Plásticos Ltda - Apelado: Ipes Industria de Produtos e Equipamentos de Solda Ltdas - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Antônio Cláudio Pinto Flores (A583/AM), Douglas Gomes da Silva (6980/AM) e Nelson Luiz Mestieri de Macedo (608A/AM),Dr. Andé Almeida Blanco (147925/SP),Alessandro Dessimoni Vicente (146121/SP), advogado (a,s) de Ipes Industria de Produtos e Equipamentos de Solda Ltdas e Coplast Ind. e Com. de Resíduos Plásticos Ltda , intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 9 de setembro de 2019 - Advs: Dr. Andé Almeida Blanco (OAB: 147925/SP) - Alessandro Dessimoni Vicente (OAB: 146121/SP) - Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB: A583/AM) - Douglas Gomes da Silva (OAB: 6980/AM) - Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB: 608A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0611338-77.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Centro de Formação, Estudos e Pesquisas Ltda - Apelado: Luiz Pinto de Souza Netto - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). João Paulo Marquez Romano (7332/AM)e Paulo André Moreira de Souza (9168/PI), advogado (a,s) de Centro de Formação, Estudos e Pesquisas Ltda , intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 9 de setembro de 2019 - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0618003-41.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Thabyta Queiroz de Oliveira - Apelado: Santa Cordélia Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Apelado: Santo Anatolio Empreendimentos Imobiliarios - Apelada: Thabyta Queiroz de Oliveira - Apelante: Santa Cordélia Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Apelante: Santo Anatolio Empreendimentos Imobiliarios - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Luiz Coutinho dos Santos Neto (8171/AM), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) e Thais Camargo Alonso (7945/AM), advogado (a,s) de Thabyta Queiroz de Oliveira, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 9 de setembro de 2019 - Advs: Thais Camargo Alonso (OAB: 7945/AM) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP) - Luiz Coutinho dos Santos Neto (OAB: 8171/AM) - Dra. Sandra Cal Oliveira - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4001455-80.2019.8.04.0000 - Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) - Manaus - Denuncite: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Denunciado: Alvemir de Oliveira Maia - Denunciado: José de Oliveira Pessoa - Denunciado: Evandro Soares da Silva - Denunciada: Maria do Carmo Souza da Silva - Denunciado: Luiz Avelino de Abreu - Denunciado: Rosemberg Gonçalves Brandão - Denunciado: Antonio Teixeira de Oliveira - Denunciado: Metuzalem Rebelo de Castro - Denunciado: Mario Rubens Felix da Silva - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Aliciene Onety da Silva (11884/AM), Aliciene Onety da Silva (11884/AM), Aliciene Onety da Silva (11884/AM), Aliciene Onety da Silva (11884/AM), Aliciene Onety da Silva (11884/AM), Aliciene Onety da Silva (11884/AM), Aliciene Onety da Silva (11884/AM), Aliciene Onety da Silva (11884/AM), Carlos Evaldo Terrinha A. de Souza (1520/AM), Izabhele Lopes Moura (10011/AM), Izabhele Lopes Moura (10011/AM), Izabhele Lopes Moura (10011/AM), Izabhele Lopes Moura (10011/AM), Izabhele Lopes Moura (10011/AM), Izabhele Lopes Moura (10011/AM), Luciana de Souza Breves (11270/AM), Luciana de Souza Breves (11270/AM), Luciana de Souza Breves (11270/AM), Luciana de Souza Breves (11270/AM), Luciana de Souza Breves (11270/AM), Luciana de Souza Breves (11270/AM), Lucivaldo Breves da Silva (10226/AM), Lucivaldo Breves da Silva (10226/AM), Lucivaldo Breves da Silva (10226/AM), Lucivaldo Breves da Silva (10226/AM), Lucivaldo Breves da Silva (10226/AM), Lucivaldo Breves da Silva (10226/AM), Lucivaldo Breves da Silva (10226/AM), Lucivaldo Breves da Silva (10226/AM) e Lucivaldo Breves da Silva (10226/AM), advogado (a,s) de Alvemir de Oliveira Maia, Antonio Teixeira de Oliveira, Evandro Soares da Silva, José de Oliveira Pessoa, Luiz Avelino de Abreu, Maria do Carmo Souza da Silva, Mario Rubens Felix da Silva, Metuzalem Rebelo de Castro e Rosemberg Gonçalves Brandão, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 9 de setembro de 2019 - Advs: Leda Mara Nascimento Albuquerque (OAB: 2950/MP) - Luiz Alberto Dantas de Vasconcelos (OAB: 4385/AM) - Cláudio Sérgio Tanajura Sampaio - Flavio Mota Moraes Silveira - Lucivaldo Breves da Silva (OAB: 10226/AM) - Aliciene Onety da Silva (OAB: 11884/AM) - Carlos Evaldo Terrinha A. de Souza (OAB: 1520/AM) - Luciana de Souza Breves (OAB: 11270/AM) - Izabhele Lopes Moura (OAB: 10011/AM) - - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4004959-31.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Axes Serviços de Comunicação Ltda - Agravado: Telecomunicações Brasileiras S.a –telebras - DECISÃO: (....) “Diante destas razões, considerando a presença dos requisitos, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal para DETERMINAR a suspensão da decisão recorrida até julgamento final do presente recurso. “. Fica INTIMADO o agravado, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Cintia Furtado Ribeiro da Silva Goiana (20100/CE), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. - Advs: Michael Galati (OAB: 10449/AM) - Márcia Caroline Milleo Laredo (OAB: 8936/AM) - Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB: 4331/AM) - Cintia Furtado Ribeiro da Silva Goiana (OAB: 20100/CE) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4004959-31.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Axes Serviços de Comunicação Ltda - Agravado: Telecomunicações Brasileiras S.a –telebras - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Michael Galati (10449/AM), Márcia Caroline Milleo Laredo (8936/AM), Fábio Nunes Bandeira de Melo (4331/AM) , advogado (a,s) de Telecomunicações Brasileiras S.a -telebras, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 9 de setembro de 2019 - Advs: Michael Galati (OAB: 10449/AM) - Márcia Caroline Milleo Laredo (OAB: 8936/AM) - Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB: 4331/AM) - Cintia Furtado Ribeiro da Silva Goiana (OAB: 20100/CE) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

SECRETARIA DA CENTRAL DE PRECATÓRIOS

Intimações

Precatório - N.º 0001105-63.2019.8.04.0000 – Credores: Adelaide da Costa Novo Antony e Flávio Cordeiro Antony. Advs.: Flávio Cordeiro Antony (1040/AM) e Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 130/132, cujo teor é o seguinte: “julgo improcedente o pedido de revisão de cálculos dos credores às fls. 80/86. Intimem-se as partes. Encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais para emitir guia com as informações necessárias à transferência dos valores depositados à parte credora.”. Manaus, 9 de setembro de 2019.

Precatório - N.º 0005068-21.2015.8.04.0000 – Credores: Leila Teles dos Santos e Auton Francisco Furtado Maia. Advs.: Auton Francisco Furtado Maia (5821/AM) e Devedor: Município de Beruri/AM. Advs.: Mara Bianca Rocha Lins (4006/AM). Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 172/173, cujo teor é o seguinte: “indefiro a petição de fls. 169. Intimem-se as partes. Encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Secretaria de Central de Precatórios para emitir guia com as informações necessárias à transferência dos valores disponíveis aos credores.”. Manaus, 9 de setembro de 2019.

Precatório - N.º 0001980-67.2018.8.04.0000 – Credor: Roberto Carlos Mendonça de Souza. Advs.: José da Rocha Freire (3768/AM) e Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 117/118, cujo teor é o seguinte: “Pelo exposto, indefiro a petição de fls. 108. Intimem-se as partes. Não havendo irresignação das partes, permaneçam os autos na Secretaria da Central de Precatórios até o decurso do prazo constitucional para pagamento do presente requisitório.”. Manaus, 9 de setembro de 2019.

Precatório - N.º 0000393-10.2018.8.04.0000 - Credor: Kamila Paixão Silva e Silva. Advs: Mário Célio Oliveira de Souza (4346/AM) - Devedor: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 178/180, cujo teor final é o seguinte: “Portanto, indefiro a petição de fls. 169. Encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Central de Precatórios para manifestar-se acerca da petição de fls. 173/176.”. Manaus, 9 de setembro de 2019.

Precatório - N.º 0002336-53.2004.8.04.0000 - Credores: Implantação e Administração de Cemitérios da Amazônia – Cedam e Espólio de José Elias Flores. Advs: Luiz Miguel Orihuela Dubal (36899/RS), Luiz Miguel Orihuela Dubal (36899/RS) e Manuela Berte Turatti (89090/RS) - Devedor: O Município de Manaus. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 601/602, cujo teor final é o seguinte: “intimem-se os beneficiários para, no prazo de 10 (dez) dias, comunicar o Juízo da execução e a entidade devedora dos documentos de fls. 590/591 e 599/600, juntando aos presentes autos de precatório as referidas comunicações.”. Manaus, 9 de setembro de 2019.

Precatório - N.º 0003486-49.2016.8.04.0000 – Credores: Carlos Roberto dos Anjos e Silva e Raphael Gomes dos Anjos. Advs.: Raphael Gomes dos Anjos (3122/AC) e Devedor: Prefeitura Municipal de Boca do Acre/AM. Advs.: Monize Rafaela Pereira Almeida (7065/AM). Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 430/431, cujo teor é o seguinte: “Nesse panorama, determino a penhora online via BACENJUD do valor de R$ (...) na conta do município de Boca do Acre/AM, CNPJ n.° 15.811.318/0001-20, nos termos do art. 100, § 6.° da Constituição Federal e art. 33, § 5.°, da Resolução n.º 115/2010 do CNJ. Ato contínuo, intimem-se os beneficiários para apresentarem domicílio bancário para recebimento dos valores disponíveis. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.”. Manaus, 9 de setembro de 2019

SEÇÃO II

TRIBUNAL PLENO

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0005554-64.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Embargante: O Estado do Amazonas
Procurador: Laércio de Castro Dourado Júnior (OAB: 13184/AM)
Embargado: Maurissathler Abreu Nery
Advogado: Lucas Grangeiro Bonifácio (OAB: 14198/AM)
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível
Procuradoria Ge: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. DECLARATÓRIOS REJEITADOS.- O Acórdão embargado está bem fundamentado, deixando claro que o Impetrante detém direito líquido e certo à sua nomeação no cargo para o qual fora aprovado fora do número de vagas, em virtude da desistência de candidato melhor posicionado. Consignou-se, também, que a alegação de que a desistência ocorreu após o prazo de validade do certame, viola os princípios da eficiência e continuidade do serviço público, pois acaba prejudicando a própria Administração por conta da diferença de 07 (sete) dias entre o protocolo do pedido desistência e a de expiração do certame. - Destarte, como se observa de forma clara, a pretensão recursal não trata da existência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, mas sim de inconformismo direto com o resultado da decisão, que foi contrário aos interesses da parte ora Embargante. Ressalte-se que a mera insatisfação com o conteúdo da decisão embargada não enseja Embargos de Declaração. Esse não é o objetivo dos Aclaratórios, recurso que se presta tão somente a sanar os vícios decorrentes da ausência de análise dos temas trazidos à tutela jurisdicional, no momento processual oportuno, conforme o art. 1.022 do CPC. Nesse sentido: EDcl no AgInt nos EDcl no REsp 1.446.326/PR, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 13/6/2018; EDcl nos EDcl no REsp 1.688.528/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2018;- Embargos de Declaração rejeitados;. DECISÃO: “Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribuunal Pleno decidiu rejeitar aos Embargos de Declaração interpostos pelo Estado do Amazonas, nos termos do voto do Relator.”. Sessão: 03 de setembro de 2019.

Processo: 0618064-57.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Suene Campos de Queiroz
Advogado: Renan Pena Martins (OAB: 10805/AM)
Advogada: Denise Albuquerque Cervinho Martins (OAB: 10811/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Impetrado: Secretário Estadual de Saúde
Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - CONCURSO PÚBLICO - CONVOCAÇÃO DO PRIMEIRO COLOCADO TORNADA SEM EFEITO E DESISTÊNCIA FORMAL DO SEGUNDO COLOCADO - CONVOLAÇÃO DA MERA EXPECTATIVA DE DIREITO EM DIREITO LÍQUIDO E CERTO DE CONVOCAÇÃO DO TERCEIRO COLOCADO NO CERTAME.- A Impetrante possui direito subjetivo à nomeação, visto que, de acordo com documentos de fls. 217, 221 e 229, os candidatos aprovados em 1º (primeiro) e 2º (segundo) lugar desistiram da vaga oferecida, dessa forma, deve ser estendido à requerente o direito de figurar dentro do número de vagas em razão da desistência dos colocados melhor classificados.- CONCESSÃO DA SEGURANÇA.. DECISÃO: “Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conceder a segurança, nos termos do voto do relator.”. Sessão: 03 de setembro de 2019.

Processo: 4001045-22.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Marcus Michel Pereira Braga
Advogado: Izaque Newton da Silva Dutra (OAB: 10636/AM)
Advogado: Hamilton Vasconcelos Gadelha (OAB: 8368/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA : DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL – CONCURSO PÚBLICO – CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS – DESISTÊNCIA DE CANDIDATO MELHOR APROVADO – DIREITO LÍQUIDO E CERTO:- A desistência de candidato melhor aprovado faz nascer para aquele aprovado fora do número de vagas, desde que alcançado pelo total estabelecido no edital, o direito líquido e certo à nomeação, demonstrada a necessidade da administração em preencher o cargo vago.- No caso presente, tendo sido o impetrante aprovado em segundo lugar no concurso respectivo, com a desistência do aprovado em primeiro lugar, havendo uma única vaga estabelecida em edital, constata-se o direito subjetivo à nomeação. SEGURANÇA CONCEDIDA. . DECISÃO: “Por unanimidade de votos, em harmonia com oparecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conceder a segurança, nos termos do voto do Relator.”. Sessão: 03 de setembro de 2019.

Secretaria do(a) Tribunal Pleno , em Manaus, 9 de setembro de 2019.

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0005024-60.2019.8.04.0000 - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha)
Suscitante: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Amicus Curiae: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau
Promotor: Evandro da Silva Isolino
Intssado: Gladson de Souza Lima

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDA REPETITIVAS- IRDR. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 976 DO CÓDIGO PROCESSUAL CIVIL.1- O art. 976, incisos I e II, do Código de Processo Civil, estabelece dois requisitos simultâneos de admissibilidade do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR, a saber: efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.2. Em verdade, o que se constata na pretensão do Suscitante é uma tentativa de superação de um entendimento jurisprudencial harmonioso, deliberado em atos de primeiro grau e confirmados nesta instância, alguns até mesmo de forma definitiva. Trata-se de um ensaio para alcançar, por esta via, uma prevalência de orientação que melhor atende a seus interesses, sem a comprovação efetiva de repetição de processos que contenham a controvérsia sobre a questão de direito subjacente ao feitos. 3. As deliberações juntadas pelo Suscitante não apresentam

qualquer incompatibilidade entre si, ao contrário, ratifica-se uma total consonância dos argumentos adotados pelos julgadores nas ações e pretensões recursais, portanto nos dois graus de jurisdição, de modo que não há como se falar em tratamento anti-isonômico entre os casos, ou mesmo em risco à segurança jurídica.5- Portanto, conclui-se que o intento do suscitante era utilizar o presente IRDR, não de modo incidental, com o propósito de se discutir uma questão de direito, mas sim como uma forma autônoma, até mesmo como sucedâneo recursal, sem, contudo, achar guarida nos cenários autorizativos delineado pelo Diploma Adjetivo Civil.4. Sendo assim, com fundamento no artigo 981 do Código Processo Civil, ausente a demonstração do preenchimento dos requisitos dos incisos I e II do art. 976 do CPC, não admite-se o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. . DECISÃO: ".". Sessão: 03 de setembro de 2019.

Secretaria do(a) Tribunal Pleno , em Manaus, 9 de setembro de 2019.

Intimações

EDITAL

0004105-47.2014.8.04.0000 - Petição Cível
Exequente : Francisco Bezerra de Oliveira
Advogado : Davi Mafra dos Anjos (9.694/AM) e Outro
Executado : Fazenda Pública do Estado do Amazonas

FICA INTIMADO o Exequente, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Davi Mafra dos Anjos (9.694/AM), do inteiro teor do **DESPACHO** de fl. 149, proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador. Yedo Simões de Oliveira, Relator destes autos, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do teor da petição do Estado do Amazonas, acostada às fls. 143-148.

Secretaria do Tribunal Pleno
Manaus, 9 de setembro de 2019

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 4002376-39.2019.8.04.0000 - Petição Cível - Manaus - Requerente: Maria José de Oliveira Melo - Requerido: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - EDITAL 4002376-39.2019.8.04.0000 - Petição Cível Requerente : Maria José de Oliveira MeloAdvogado : Kassia Cristina Pereira Torres (10577/AM)Requerido : Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas FICA INTIMADA a Requerente, por meio de sua representante legal, Advogada: Dra. Kassia Cristina Pereira Torres (10577/AM), do DESPACHO de fls. 33/34, proferido pela Exma. Senhora Desembargadora. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Conforme despacho do diretor técnico do Setor de Gestão da Conta Única (fls. 4-5) tal assunto deve ser requerido administrativamente ao Presidente do TJAM. Intimem-se. Cumpra-se".. Manaus, 9 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 9 de setembro de 2019 - Advs: Kassia Cristina Pereira Torres (OAB: 10577/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Decisões

EDITAL

4004286-04.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível
Impetrante : CC Batista - ME
Advogado : Sidney Coelho (9.664/AM)
Advogado : Hector Daniel Lobo Ferreira (12.717/AM)
Impetrado : Secretário de Estado de Saúde do Estado do Amazonas _ SUSAM
Impetrado : Walter Siqueira Brito - Presidente da CGL/AM
Impetrado : Mário Manoel Coelho Mello - Conselheiro do TCE/AM

FICA INTIMADA a Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Sidney Coelho (9664/AM) e Hector Daniel Lobo Ferreira (12.717/AM), do inteiro teor da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pela Exma. Sra. Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora destes autos, na qual foi homologado o pedido de desistência formulado pelo Impetrante, após o transcurso do prazo, os autos serão baixados.

Secretaria do Tribunal Pleno
Manaus, 9 de setembro de 2019

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4005947-52.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Francisco Sebastião Ferreira Cleto - Impetrado: Exmo. Sr. Governador do Estado do Amaozonas - EDITAL 4005947-52.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível Impetrante : Francisco Sebastião Ferreira CletoAdvogado : Fabio Leandro Lira Pereira (4730/AM)Impetrado : Exmo. Sr. Governador do Estado do AmaozonasRepresenta : Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PgeMPAM : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Fabio Leandro Lira Pereira (4730/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Délcio Luís Santos, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: " Ante o exposto, DEFIRO a liminar pleiteada, determinando à autoridade impetrada que proceda a imediata convocação e nomeação do impetrante sr. Francisco Sebastião Cleto no cargo de Vigia no Município de Caapiranga, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (hum mil reais) a contar da notificação da presente decisão, limitada a 30 (trinta) dias e sem prejuízo de outras medidas para garantir sua efetividade. Defiro o pedido de gratuidade da Justiça, nos termos dos artigos 98 e 99, §3º do CPC/2015. Notifique-se a autoridade coatora do conteúdo da petição inicial e da presente decisão, a fim de que dê imediato cumprimento à mesma e, no prazo legal, querendo, preste informações (art. 7.º, I, da Lei nº 12.016/09). Cientifique-se o órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada para que, querendo, ingresse no feito (art. 7.º, II, da lei n.º 12.016/09). Após, com ou sem as manifestações, dê-se vista ao Órgão Ministerial para que se manifeste dentro do prazo legal (art. 12 da Lei n.º 12.016/09). ". Manaus, 9 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 9 de setembro de 2019 - Advs: Fabio Leandro Lira Pereira (OAB: 4730/AM) - Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4004933-33.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Renan Nóbrega de Queiroz - Impetrado: Defensor Público Geral do Estado do Amazonas - Impetrado: Presidente da Comissão Coordenadora do Concurso da Defensoria Publica do Estado do Amazonas. - EDITAL 4004933-33.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível Impetrante : Renan Nóbrega de QueirozAdvogada : Alyne Andriola Medeiros (20174/PB)Impetrado : Defensor Público Geral do Estado do AmazonasImpetrado : Presidente da Comissão Coordenadora do Concurso da Defensoria Publica do Estado do Amazonas. FICA INTIMADA a Impetrante, por meio de sua representante legal, Advogada: Dra. Alyne Andriola Medeiros (20174/PB), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Délcio Luís Santos, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Portanto, verificado no presente caso que o concurso já se encontra encerrado, julgo extinto o processo sem julgamento de mérito ante a perda do Objeto". Manaus, 9 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 9 de setembro de 2019 - Advs: Alyne Andriola Medeiros (OAB: 20174/PB) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4004723-79.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Daniele Guimaraes Alves - Impetrado: Exmo. Sr. Governador do Estado do Amaozonas - EDITAL 4004723-79.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível Impetrante : Daniele Guimaraes AlvesAdvogado : Cleyton Rafael Martins do Amaral (11691/AM)Advogado : Frederico Santos Paiva (6569/AM) Advogado : Álvaro da Trindade Garcia Filho (6236/AM)Impetrado : Exmo. Sr. Governador do Estado do Amaozonas FICA INTIMADA a Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Álvaro da Trindade Garcia Filho (6236/AM), Cleyton Rafael Martins do Amaral (11691/AM) e Frederico Santos Paiva (6569/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Délcio Luís Santos, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Pelo exposto, reconheço a litispendência e, consequentemente, indefiro a inicial e decreto a extinção do processo, sem resolução do mérito". Manaus, 9 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 9 de setembro de 2019 - Advs: Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM) - Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM) - Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB: 6236/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4003829-06.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Homero Albuquerque Ferreira - Impetrado: O Estado do Amazonas - EDITAL 4003829-06.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível Impetrante : Homero Albuquerque FerreiraAdvogado : Douglas Herculano Barbosa (6407/AM) Impetrado : O Estado do Amazonas FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Douglas Herculano Barbosa (6407/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Délcio Luís Santos, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, e uma vez que o patrono ostenta poderes para desistir, ACOLHO E HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA. Sem custas e honorários, ante a gratuidade da justiça e à previsão expressa da Lei nº 12.016/09. Após, em não havendo manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se. ". Manaus, 9 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 9 de setembro de 2019 - Advs: Douglas Herculano Barbosa (OAB: 6407/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4003823-62.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Kátia Maria Farias Pacheco - Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - EDITAL 4003823-62.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível Impetrante : Kátia Maria Farias PachecoAdvogada : Edna Maria Mourão Pereira Machado (2189/AM)Advogada : Celiana Assen Felix (6727/AM)Impetrado : Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas FICA INTIMADA a Impetrante, por meio de suas representantes legais, Advogadas: Dras. Celiana Assen Felix (6727/AM) e Edna Maria Mourão Pereira Machado (2189/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Délcio Luís Santos, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, homologo o pedido de desistência e julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, sem custas e honorários. Não havendo manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se". Manaus, 9 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 9 de setembro de 2019 - Advs: Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB: 2189/AM) - Celiana Assen Felix (OAB: 6727/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4003227-15.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Rachel Leão Rodrigues - Impetrado: Governador do Estado do Amazonas - Impetrado: Ilmo. Sr. Secretário de Educação do Estado do Amazonas - EDITAL 4003227-15.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível Impetrante : Rachel Leão RodriguesAdvogado : Almino Lima Santos (8642/AM)Impetrado : Governador do Estado do AmazonasImpetrado : Ilmo. Sr. Secretário de Educação do Estado do AmazonasIntssado : Procurador Geral do Estado do Amazonas - PGEIntssado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível FICA INTIMADA a Impetrante, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Almino Lima Santos (8642/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Délcio Luís Santos, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Isto posto, julgo o processo extinto sem resolução do mérito, nos termos do art. 485 , VI, CPC, em razão da perda do objeto. Sem honorários, diante da previsão expressa da Lei nº 12.016/09. ". Manaus, 9 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 9 de setembro de 2019 - Advs: Almino Lima Santos (OAB: 8642/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4001267-87.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Cássio André Borges dos Santos - Impetrado: Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas/am - EDITAL 4001267-87.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível Impetrante : Cássio André Borges dos SantosAdvogado : Mauricio Vieira de Castro Filho (11035/AM) Impetrado : Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas/am FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Mauricio Vieira de Castro Filho (11035/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Délcio Luís Santos, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, acolho o pedido e HOMOLOGO A DESISTÊNCIA extinguindo o presente feito nos termos do art. 485, VIII, do Novo CPC. Intime-se". Manaus, 9 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 9 de setembro de 2019 - Advs: Mauricio Vieira de Castro Filho (OAB: 11035/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4000862-51.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: carlos henrique costa de souza - Impetrado: Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis - EDITAL 4000862-51.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível Impetrante : carlos henrique costa de souzaAdvogado : Abdalla Isaac Sahdo Junior (2207/AM)Impetrado : Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Abdalla Isaac Sahdo Junior (2207/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Délcio Luís Santos, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Forte nessas razões, de acordo com a consolidada jurisprudência do E. STJ e nos termos do artigo 10 da Lei 12.016/09, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Sem honorários, diante da previsão expressa da Lei nº 12.016/09.". Manaus, 9 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 9 de setembro de 2019 - Advs: Abdalla Isaac Sahdo Junior (OAB: 2207/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4000614-85.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Itacoatiara - Impetrante: Alex Gonçalves Fontes - Impetrado: Exma. Sra. Desa. Nelia Caminha Jorge - EDITAL 4000614-85.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível Impetrante : Alex Gonçalves FontesAdvogado : Miquéias Matias Fernandes (1516/AM)Advogado : Miqueias Matias Fernandes Junior (9958/AM)Impetrado : Exma. Sra. Desa. Nelia Caminha Jorge FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogado: Drs. Miqueias Matias Fernandes Junior (9958/AM) e Miquéias Matias Fernandes (1516/AM), da DECISÃO

MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Délcio Luís Santos, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Em vista do exposto, indefiro a petição inicial do presente mandado de segurança e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 10, §1ª, da Lei n.º 12.016/2009. Sem honorários, nos termos do art. 25, Lei 12.016/09". Manaus, 9 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 9 de setembro de 2019 - Advs: Miquéias Matias Fernandes (OAB: 1516/AM) - Miqueias Matias Fernandes Junior (OAB: 9958/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Tribunal Pleno, Exmo(a). Des(a) Yedo Simões de Oliveira, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Mandado de Segurança Cível nº 4003185-29.2019.8.04.0000, de Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Luana Oliveira Ramos
Advogado: Marcia Regina Naue (OAB: 10287/AM)
Advogado: Luciano da Silva Mourão. (OAB: 6498/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Intssado: Procurador Geral do Estado do Amazonas - PGE
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível
Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Nélia Caminha Jorge. Revisor: Revisor do processo Não informado

Mandado de Segurança Cível nº 4004444-93.2018.8.04.0000, de Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Joelson Moura Dutra
Advogado: Ciro Gonçalves Botelho (OAB: 39395/BA)
Advogado: Ciro Gonçalves Botelho (OAB: 1216A/AM)
Advogada: Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB: 7003/AM)
Advogado: Sostenes Adiel Pereira Batista (OAB: 10131/AM)
Impetrado: Ilmo Sr. Comandante Geral da Policia Militar do Estado do Amazonas/am
Impetrado: Exmo. Sr. Governador do Estado do Amaozonas
Procuradoria Ge: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível
Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

Secretaria do(a) Tribunal Pleno, em Manaus, 9 de setembro de 2019.

De ordem do Presidente do Egrégio Tribunal Pleno, Exmo. Des Yedo Simões de Oliveira, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 4003742-50.2018.8.04.0000
Impetrante: **ELIEL ANDERSON BARROS PINTO**
Advogada: Priscila Inocêncio dos Santos (OAB: 10445/AM)
Impetrado: **GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS**
Procuradoria Ge: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas – Pge
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível
Presidente: Des. Yedo Simões de Oliveira. Relator: Des. Délcio Luís Santos.

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 4004489-97.2018.8.04.0000
Impetrante: **ELEN GISELE CARRIGAS DA SILVA COSTA**
Advogado: Hugo Monteiro de Oliveira (OAB: 12346/AM)
Impetrado: **EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS**
Procuradoria Ge: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas – Pge
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível
Presidente: Des. Yedo Simões de Oliveira. Relator: Des. Délcio Luís Santos.

Secretaria do Tribunal Pleno, em Manaus, 9 de setembro de 2019.

De ordem do Presidente da Egrégia Tribunal Pleno, Exmo(a). Des(a) Yedo Simões de Oliveira, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Mandado de Segurança Cível nº 4001833-36.2019.8.04.0000,
Impetrante: Carla Beatriz Teixeira Virgolino
Impetrante: Diovaine Monteiro de Melo
Impetrante: Elaine de Queiroz Sales
Impetrante: Júlio Cesar Bandeira de Oliveira
Impetrante: Ruth Trindade Ferreira
Advogada: Catharina de Souza Cruz Estrella (OAB: 7006/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível
Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins.

Petição Cível nº 4003110-24.2018.8.04.0000,
Requerente: Esdras Fabricio Marinho Koide
Advogada: Fabiane Rodrigues de Castro (OAB: 6031/AM)
Requerente: Mario Sergio da Silva Cardoso
Advogada: Fabiane Rodrigues de Castro (OAB: 6031/AM)
Requerido: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível
Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes.

Procedimento Investigatório Criminal (pic-mp) nº 4004289-27.2017.8.04.0000,
Requerente: Ministério Público do Estado do Amazonas
Procurador: Pedro Bezerra Filho (OAB: 78/MP)
Requerido: Frank Luiz da Cunha Garcia
Advogados: Drs. Francisco Charles Cunha Garcia (OAB/AM n.º 4.563) e Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB/AM n.º 4.040).
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível
Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira.

Secretaria do(a) Tribunal Pleno, em Manaus, 9 de setembro de 2019.

SEÇÃO III

CÂMARAS REUNIDAS

Intimações

CÂMARAS REUNIDAS

INTIMAÇÕES/PLANTÃO 2º GRAU

De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Plantonista/2.º Grau, **Djalma Martins da Costa**, nos autos de **Mandado de Segurança Cível nº. 4004391-78.2019.8.04.0000**/ Manaus - AM, em que é **Impetrante: Suelem Lofiego Ribeiro**, advogado:). **Impetrados: Presidente da Camara Municipal de Tonantins, Vereadora Maria Lucia Ferreira Araujo e Presidente da Comissao Processante, Vereador Paulo Robson Cassiano Coelho**. Fica a parte **Impetrante** intimada**,** na pessoa de seus advogados **Drs. Cadige Jamel Bohadana (6163/AM), Daniela Matos Ortiz (13591/AM), Joana Darc dos Santos Cordeiro (8645/AM), Maria Auxiliadora dos Santos Benigno (236604/SP) e Paulo Bernardo Lindoso e Lima (11333/AM),** do Despacho com o seguinte teor "( )" Diante do exposto, defiro o pedido liminar requerido, para determinar a suspensão da sessão de julgamento agendada pela Presidente da Câmara de Vereadores da Comarca de Tonantins para o próximo dia 10 de setembro de 2019, até o julgamento final da presente segurança. Em 06/09/2019. Desembargador **Djalma Martins da Costa**, Plantonista do 2.º Grau.

De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Plantonista/2.º Grau, **Djalma Martins da Costa**, nos autos de **Agravo de Instrumento nº. 4004396-03.2019.8.04.0000**/ Manaus - AM, em que é **Agravante: Samel - Plano de Saúde Ltda** e **Agravado: Thiago dos Santos Barbosa**. Ficam as partes Agravante e Agravado intimada**s,** na pessoa de seus advogados **Drs. Heloisa Pontes Maues (9667/AM), Jean Cleuter Simões Mendonça (3808/AM), Jonny Cleuter Simões Mendonça (8340/AM), Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (3749/AM) e Vivian Mendonça Martins (9403/AM) e Thiago dos Santos Barbosa (5299/AM),** da **Decisão** exarada nas fls. 90/95 dos autos supracitados. Em 6 de setembro de 2019. Desembargador **Djalma Martins da Costa**, Plantonista do 2.º Grau.

Secretaria das Egrégias Câmaras Reunidas, em Manaus, **09 de setembro de 2019.**

Pauta de Julgamento Designado

CÂMARAS REUNIDAS
PAUTA DE JULGAMENTO DESIGNADO

De ordem da Presidente, em exercício da Egrégia Câmaras Reunidas, Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo, faço público que, de acordo com o artigo **934 do Novo Código do Processo Civil/2015 e Portaria n.º 001/2016-VPTJAM**, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Agravo de Instrumento nº 4002845-85.2019.8.04.0000, de 2ª Vara da Fazenda Pública

Agravante: O Estado do Amazonas. Procuradora do Estado: Dra. Gabriela Muniz de Moura (OAB: 14809/MA). **Agravado: Glaúcio Bessa de Andrade Figueira**. Advogado: Dr. Michael Macedo Bessa(OAB/AM n.º 4058) **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes**. Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos.

Apelação / Remessa Necessária nº 0229991-22.2018.8.04.0001, de 5ª Vara da Fazenda Pública

Remetente: Juízo de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública do Estado do Amazonas. Requerente: José Carlos de Moraes Bezerra. Advogado: Dr. José Carlos de Moraes Bezerra (OAB: 16566/SP). **Requerido: Município de Manaus/AM**. Procuradora do Município: Dra. Aldenaira Paula de Freitas (OAB: 21/91). **Interessada: Manaus Previdência- MANAUSPREV.** Procurador da MANAUSPREV: Dr. Rafael da Cruz Lauria. (OAB/AM n.º 5716). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relatora: Exma.Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis**. Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Suzete Maria dos Santos.

Apelação / Remessa Necessária nº 0633101-32.2016.8.04.0001, de Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual

Apelante/Apelado: Estado do Amazonas. Procuradores do Estado: Dra.Altiza Pereira de Souza (OAB: 6881/AM) e Dr. Eugênio Nunes Silva (OAB: 763A/AM). **Apelados/Apelantes: Erick Gvozdanovic Villar Bandeira de Melo e Allan Kardec Bandeira de Melo**. Advogado: Dr. Geraldo Vinicios dos Santos (OAB: 823A/AM); Dr. Romerito Greschuk Moser (OAB: 29301/SC) e Dr. Manoela Soares de Araujo (OAB: 38532/SC); Luiz Fernando Sachet (OAB: 18429/SC). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing**. Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Noeme Tobias de Souza.

Conflito de Competência Cível nº 0610395-84.2018.8.04.0001, de 2ª Vara da Fazenda Pública

Suscitante: Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública do Estado do Amazonas. Suscitado: Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual do Amazonas. Interessado: José Rodolfo Gabriel de Almeida Bader. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil.** Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Suzete Maria dos Santos.

Reclamação nº 4005028-63.2018.8.04.0000

Reclamante: Claro S/A. Advogado: Dr. César Ituassú da Silva Neto (OAB: 9506/AM); Dr. André Phillipe Brito Garganta (OAB: 10870/AM) e Dr. Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB: 3808/AM). **Reclamado: Juizo de Direito da 2.ª Turma Recursal do Estado do Amazonas**. **Interessado: Washington Santos Vasconcelos.** Advogados: Dr. Diego Henrique Santos dos Anjos(OAB/AM nº 8583) e Dr. Gustavo Araújo Sampaio(OAB/AM nº 10.694). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa**. Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Suzete Maria dos Santos.

Apelação Cível nº 0609151-86.2019.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Dilberty Sampaio Cardoso. Advogados(as): Dra. Maiara Cristina Moral da Silva (OAB: 7738/AM) e Dr. Roberto Pontes do Nascimento Júnior(OAB/AM nº 9142) **Apelado: Universidade do Estado do Amazonas - UEA.** Procuradora da UEA: Dra. Wanessa Cavalcante Fecury Soares (OAB: 6367/AM). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. Relatora: **Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge.** Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Karla Fregapani Leite

Embargos Infringentes nº 0000337-45.2016.8.04.0000, de 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Aldenor de Souza Rabelo. Advogado: Dr. Aldenor de Souza Rabelo (OAB: 8030/AM). **Embargado: Jonasa Empreendimentos Imobiliários Ltda.** Advogado: Dr. Humberto Rossetti Portela (OAB: 91263/MG). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge**.

Secretaria das Câmaras Reunidas em Manaus/AM, 09 de setembro de 2019, Dra. Maria Goreth de Souza Ruiz, Secretária.

SEÇÃO IV

CÂMARAS ISOLADAS

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Apelação Cível nº 0700682-06.2012.8.04.0001** - Manaus em que é **Apelante: Companhia Mutual de Serviços** (Advogado(a): Dr(a). Bruno Silva Navega, Bruno Silva Navega, Rafael Werneck Cotta, Nayra Marques dos Santos, Tamara Meirelles Gontan Blanco83522/PR, 118948/RJ, 167373/RJ, 146652/RJ, 160122/RJ e **Apelado: Via Verde Transportes Coletivos Ltda** (Advogado(a): Dr(a). Carmem Mello Moura, José Luiz Leite, Francisco Afonso dos Santos Junior, Adelaide Maria de Freitas Camargos Ribeiro, Adelaide Maria de Freitas Carmargos, Jorge André Santiago Neves3649/AM, 622A/AM, 123365/MG, 92554/MG, 781A/AM, 873A/**AM fica INTIMADO o APELANTE**, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Bruno Silva Navega, Bruno Silva Navega, Rafael Werneck Cotta, Nayra Marques dos Santos, Tamara Meirelles Gontan Blanco 83522/PR, 118948/RJ, 167373/RJ, 146652/RJ, 160122/RJ. "Antes de indeferir o pedido, contudo, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá a teor do art. 99, §2º, do CPC, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas declarações apresentadas à Receita Federal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia de documentos que permitam aferir que os seus rendimentos são insuficientes ao pagamento de custas de preparo. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. À secretaria para as providências cabíveis." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo de Instrumento nº 4004285-19.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Agravante: Karla Maria Alves Nogueira e Miramon Carvalho da Costa** (Advogado(a): Dr(a). Adriano de Oliveira Leite4609/AM e **Agravado: Michelle Souza Credie Cordeiro** (Advogado(a): Dr(a). Fábio Nunes Bandeira de Melo, Bruno Vieira da Rocha Barbirato, Bruno de Souza Cavalcante4331/AM, 6975/AM, 2677/AM **ficam INTIMADOS os AGRAVANTES**, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Adriano de Oliveira Leite 4609/AM. "Intime-se os Agravantes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca do não cabimento do recurso de agravo para atacar decisão que indefere chamamento ao feito, na forma do art. 1.015, 9º e 10, do CPC, máxime efetivação do contraditório substancial e a incidência do princípio da não surpresa. À Secretaria para cumprimento." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Apelação Cível nº 0624587-61.2014.8.04.0001** - Manaus em que é **Apelante: Márcia Baraúna Pinheiro** (Advogado(a): Dr(a). Vicente de Paulo Armond de Melo1828/AM e **Apelado: São Marcos Indústria de Móveis Ltda** (Advogado(a): Dr(a). Vera Regina Maurer Ranzi, Luis Augusto Bertuol de Mora35837/RS, 23055/RS **fica INTIMADO o APELANTE SÃO MARCOS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA, na pessoa de seu Advogado** Dra. Vera Regina Maurer Ranzi, Luis Augusto Bertuol de Mora 35837/RS, 23055/RS. "Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil de 2015, determino a intimação do Apelante SÃO MARCOS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219, CPC do diploma processual), a respeito do cumprimento, por parte do primeiro Apelante, do requisito extrínseco da regularidade formal, mais especificamente, o ônus da impugnação específica das razões expostas pelo juízo a quo na sentença recorrida (regra da dialeticidade). À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Apelação Cível nº 0639457-77.2015.8.04.0001** - Manaus em que é **Apelante: Senso Engenharia e Comércio Ltda** (Advogado(a): Dr(a). Wilson Peçanha Neto, Patricia Fonseca Benayon Cavalcante de Souza4630/AM, 2500/AM e **Apelado: Espólio de Claudio Chaves** (Advogado(a): Dr(a). Nilseth Nascimento Cardoso, Miguel Angelo Palheta Lima, Dagmo Varela da Cunha8662/AM, 9211/AM, 5864/AM **fica INTIMADO o APELANTE**, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Wilson Peçanha Neto, Patricia Fonseca Benayon Cavalcante de Souza 4630/AM, 2500/AM. "Com fundamento no art. 932, parágrafo único c/c art. 10, todos do CPC/2015, intime-se a parte Senso Engenharia e Comércio Ltda para que se manifeste acerca do requisito de admissibilidade recursal atinente a tempestividade, no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004240-15.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Maria José Vasconcelos de Chagas**. (Advogado(a): Dr(a). Caroline Pereira de Souza(9052/AM). **Agravado: Municipio de Canutama/AM. DECISÃO**: "D E S P A C H O Acautelo-me quanto à concessão do efeito suspensivo pleiteado, reservando-me a apreciá-lo somente após a apresentação de contrarrazões pela parte Agravada. Intime-se a parte Agravada para apresentar contrarrazões, no prazo de lei. Ao retornar, encaminhe-se os autos ao Graduado Órgão Ministerial, por se tratar de questão afeta a competência para julgamento. À Secretaria, para providências." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo de Instrumento nº 4004295-63.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Transportes São José Ltda**. (Advogado(a): Dr(a). Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior2167/AM e **Agravado: Luiz Carlos Cavalcante Rodrigues Filho** (Advogado(a): Dr(a). Silvia Roberta Padilha de Oliveira6664/AM **fica INTIMADO o AGRAVANTE**, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior 2167/AM. "Diante do exposto e, com arrimo no art. 932, III e parágrafo único c/c art. 10, todos do CPC/2015, determino seja intimada a Agravante, para que no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifeste quanto ao não cabimento de recurso de agravo de instrumento contra ato judicial desprovido de conteúdo decisório. Intime-se." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004318-09.2019.8.04.0000 -** Manaus/Am, em que é **Agravante: O Estado do Amazonas**. (Advogado(a): Dr(a). Thiago Araújo Rezende Mendes (9416/AM)). **Agravado: Francisco de Jesus Penha.** (Advogado(a): Dr(a). Valdeci Laurentino da Silva (178A/AM)). **DECISÃO:** (....) "Acautelo-me quanto à concessão do efeito suspensivo pleiteado, reservando-me a apreciá-lo somente após a apresentação de contrarrazões pela parte Agravada. " **Fica INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Valdeci Laurentino da Silva (178A/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal**. PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004332-90.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: O Estado do Amazonas**. (Advogado(a): Dr(a). Thiago Araújo Rezende Mendes (9416/AM)). **Agravado: Francisco de Jesus Penha.** (Advogado(a): Dr(a). Valdeci Laurentino da Silva (178A/AM)). **DECISÃO:** (....) "Acautelo-me quanto à concessão do efeito suspensivo pleiteado, reservando-me a apreciá-lo somente após a apresentação de contrarrazões pela parte Agravada. "**Fica INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Valdeci Laurentino da Silva (178A/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal**. PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo de Instrumento nº 4004345-89.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Agravante: Banco Dacoyval S/A** (Advogado(a): Dr(a). Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa1183/AM e **Agravado: Mirian Affonso Gomes** (Advogado(a): Dr(a). Marcelo Augusto Farias de Souza7664/**AM ficam INTIMADAS AMBAS AS PARTES**, na pessoa de seus Advogados Dr(a). Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa 1183/AM/Marcelo Augusto Farias de Souza 7664/AM. "Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil de 2015, determino a intimação de ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219, CPC do diploma processual), a respeito do cumprimento, por parte do Agravante, do requisito extrínseco da regularidade formal, mais especificamente, quanto a tempestividade, tendo em vista que a Decisão Agravada foi Publicada no DJE do dia 01/08/2019, considerando-se publicada no primeiro dia útil subsequente à data mencionada, tendo o prazo iniciado dia 05/08/2019, com término dia 23/08/2019, conforme Certidão de p. 102, dos autos principais. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se." **PT**

Intimações

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4002672-61.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Luiz Otávio Bastos Bastos. (Advogado(a): Dr(a). Camilla Trinadade Bastos(13957/AM). Agravado: Francisco Rosquilde Pessoa Araújo. DECISÃO: "Pelo exposto, monocraticamente, não conheço do agravo de instrumento.". LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4001114-54.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: BRS Industria de Moveis Ltda e Novotempo Franchising Ltda (Advogado(a): Dr(a). Vera Regina Maurer Ranzi, Luis Augusto Bertuol de Mora35837/RS, 23055/RS e Agravado: Mylena Ramos Bonfim (Advogado(a): Dr(a). Rennalt Lessa de Freitas, Mariza Lustoza Ribeiro, Gabriela Barreto Lima de Carvalho1722E/AM, 6869/AM, 10244/AM fica INTIMADO o AGRAVANTE, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Vera Regina Maurer Ranzi, Luis Augusto Bertuol de Mora 35837/RS, 23055/RS. "Pelo exposto, intime-se o Agravante para que se manifeste acerca do cabimento de seu recurso. Cumpra-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0224280-75.2014.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Unimed Seguro Saúde. (Advogado(a): Dr(a). Pedro Camara Junior, Isabelle Benlolo de Azevedo, Elaise Moss Portela(2834/AM, 11737/AM, 7689/AM). Apelado: Thainara Valerio Santos. (Advogado(a): Dr(a).Riulna Ventura Muller(6654/AM). DECISÃO: "Pelo exposto, declaro extinto o presente procedimento recursal.". LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0005681-02.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Cristiano Pessoa Lima e Formula Comercio e Representacao de Equipamentos Nauticos Ltda (Advogado(a): Dr(a). Luiz Fernando Mafra Negreiros e Embargado: Jb Negócios Imobiliários Ltda - Me (Advogado(a): Dr(a). Chardson de Souza Moraes, Sérgio Samarone de Souza Gomes828/RR, 1092/AM fica INTIMADO o EMBARGADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Chardson de Souza Moraes, Sérgio Samarone de Souza Gomes 828/RR, 1092/AM. "Considerando os efeitos infringentes que se pretende dar aos aclaratórios, intime-se a parte adversa para apresentar suas contrarrazões. Cumpra-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004321-61.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: O Estado do Amazonas e Agravado: Francisco de Jesus Penha. (Advogado(a): Dr(a).Valdeci Laurentino da Silva(178A/AM). DECISÃO: "Pelo exposto, com fulcro no artigo 1019, I, do Novo Código de Processo Civil, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao presente recurso. Comunique-se o juiz prolator da decisão gravada. Intime-se o Agravado, nos termos do artigo 1019, II, do Novo Código de Processo Civil.". Secretaria da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Manaus, 4 de setembro de 2019. LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator(a) dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4003779-43.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Hilton César de Souza Bessa. (Advogado(a): Dr(a). Joenilson dos Santos Rodrigues (3178/AM). Agravado: Amauri Batista Colares. (Advogado(a): Dr(a). Anderson Aires da Silva (1043/AM) e Miqueias Matias Fernandes (1516/AM). DECISÃO: (..) "Pelo exposto, indefiro a antecipação dos efeitos da tutela recursal em caráter liminar.". Fica INTIMADO o agravado, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Anderson Aires da Silva (1043/AM) e Miqueias Matias Fernandes (1516/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pela Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relatora dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4003421-78.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Emerson Jorge Auler. (Advogado(a): Dr(a). Wilisvan Moura Strege, Daiana Moura Strege(11453/AM, 13620/AM). Agravado: José Etelmar Ferreira Chixaro. (Advogado(a): Dr(a).Robson Gonçalves de Menezes(3895/AM). DECISÃO: "Manejado tempestivamente o pedido de desistência do recurso epigrafado, homologo-o, na forma do art. 998 do CPC, para que desde logo produza seus efeitos jurídicos. Intimem-se. Arquive-se com as cautelas de praxe.". LA

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0644248-84.2018.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Mario Jorge Lopes Ferreira e Nina Stelmatchuk Fadel (Advogado(a): Dr(a). Rafael Fernando Tiesca Maciel, Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto, Ademar Lins Vitório Filho7187/AM, 9265/AM, 5269/AM e Apelado: Mario Jorge Lopes Ferreira e outro (Advogado(a): Dr(a). Ademar Lins Vitório Filho, Rafaela Fernanda Maciel Chitto, Rafael Fernando Tiesca Maciel5269/AM, 9265/AM, 7187/AM fica INTIMADO o APELANTE Mário Jorge Lopes Ferreira, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Ademar Lins Vitório Filho 5269/AM. "Às fls. 152/163, Mário Jorge Lopes Ferreira requereu o benefício da gratuidade de justiça, razão pela qual determino seja o Apelante intimado para que no prazo de 5 (cinco) dias comprove a hipossuficiência alegada, para análise preliminar do pedido.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pela Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relatora dos autos virtuais de Apelação / Remessa Necessária nº 0640430-61.2017.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: P. A. L. da R. . (Advogado(a): Dr(a). Marcelo Augusto Farias de Souza(7664/AM). Apelado: A. R. M. da R. . (Advogado(a): Dr(a).Karla Freixo Braga(3775/AM). DECISÃO: "Observados os requisitos exigidos pelo artigo 1.010 do CPC, o prazo legal de 15 (quinze) dias e realizado o preparo, recebo a apelação em seu duplo efeito. Dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestar-se sobre a causa.". LA

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0631881-67.2014.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: FIAT AUTOMÓVEIS S.A (Advogado(a): Dr(a). Felipe Gazola

Vieira MarquesA995/AM e Apelado: Vanessa da Silva Oliveira (Advogado(a): Dr(a). Eliane Coelho da Silva, Paulo Ricardo da Silva Gomes8376/AM, 7942/AM fica INTIMADO o APELANTE, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Felipe Gazola Vieira Marques A995/AM. "Observados os requisitos exigidos pelo artigo 1.010 do CPC, o prazo legal de 15 (quinze) dias e realizado o preparo, recebo a apelação em seu duplo efeito. Em contrarrazões, a apelada suscitou preliminar de impossibildade jurídica do pedido pugnando pelo não conhecimento do recurso. Diante disso, intime-se a apelante - FCA FIAT AUTOMÓVEIS S/A, para manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a preliminar ventilada em contrarrazões. Transcorrido o prazo com ou sem manifestação, dê-se vista dos autos ao Ministério Público.". LA

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0628214-05.2016.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Banco Santander S.a. (Advogado(a): Dr(a). Paula da Silva Caitano, Acácio Fernandes Roboredo, Thiago Mahfuz Vezzi283225/SP, 13904A/PA, 1282A/AM e Apelado: Satye Luana Pereira de Souza fica INTIMADO o APELANTE, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Paula da Silva Caitano, Acácio Fernandes Roboredo, Thiago Mahfuz Vezzi 283225/SP, 13904A/PA, 1282A/AM. "Intime-se o Apelante para, em cinco dias, se manifestar acerca de sua ilegitimidade recursal, haja vista que não comprovou ser o titular do crédito perseguido na execução, o que implicaria no não conhecimento do recurso, nos termos do artigo 932, parágrafo único, do CPC. Após, faculto vista ao Ministério Público para, havendo interesse, manifestar-se sobre a causa, retornando-me, após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pela Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relatora dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0624922-41.2018.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: N. R. da S. S. . (Advogado(a): Dr(a). Ricardo de Carvalho Torres(7917/AM). Apelado: R. J. B. . (Advogado(a): Dr(a). Caroline Ribeiro Frota Moreira(5670/AM). DECISÃO: "Observados os requisitos exigidos pelo artigo 1.010 do CPC, o prazo legal de 15 (quinze) dias e dispensado o preparo em razão da concessão da gratuidade judiciária, recebo a apelação em seu duplo efeito. Ao Ministério Público para manifestar-se sobre a causa.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pela Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relatora dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0623346-18.2015.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: João Marcos Pozzetti. (Advogado(a): Dr(a). João Marcos Pozzetti(6160/AM). Apelado: Construtora F. Lopes Ltda.. (Advogado(a): Dr(a).Gina Moraes de Almeida, Rayssa Lopes da Silva Tavares(7036/AM, 13955/AM). DECISÃO: "O recurso é cabível, na forma do art. 994, I, CPC, tempestivamente interposto contra sentença que julgou improcedente a ação monitória. A parte é legítima, encontra-se representada por seu advogado, dispensado o recolhimento do preparo, de modo que atendidos minimamente os requisitos necessários, admito a apelação na forma como interposta, nos seus efeitos legais. Cumpra-se. Intimem-se.". LA

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

Intimações

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
INTIMAÇÃO

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo -** Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0625977-66.2014.8.04.0001, em que é Apelante: Banco Bradesco S.a.** (Advogada: Dra. Karina de Almeida Batisttuci (685/AM). **Apelado: MI Comércio de Materiais de Construção** (Advogado: Dr. Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (6721/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fl. 253,** exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Tendo em vista que o caso dos autos se amolda à hipótese do inciso V, do prefalado art. 1012, recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo. Dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências. Manaus/AM, 23 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 9 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0618721-38.2015.8.04.0001, em que é Apelante: Banco Cruzeiro do Sul** (Advogados: Dr. Carlos Eduado Pereira Texeira (327026/SP) e Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro (98628/SP). **Apelado: Douglas Santos Costa** (Advogadas: Dra. Andrea Claudia Sales Silva (3039/AM) e Dra. Christianne Di Felício F. da Silva (3631/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fl. 344**, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus/AM, 22 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 9 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo -** Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0231639-18.2010.8.04.0001, em que é Apelante: Aer Restaurante Ltda** (Advogado: Dr. Hamilton Novo Lucena Junior (5488/AM). **Apelada: Solange de Carvalho Guedes** (Advogado: Dr. Gilberto Alves de Araújo (4793/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fl. 240,** exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus/AM, 22 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 9 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0635471-86.2013.8.04.0001, em que é Apelante: Pole Position Tecnologia Ltda** (Advogados: Dra. Adriana Lo Presti Mendonça (3139/AM) e Dr. Antonio Fabio B. de Mendonça (2275/AM). **Apelado: FERNANDO LUIZ WESTPHAL** (Advogados: Dr. Bruno Vieira da Rocha Barbirato (6975/AM), Dr. Fábio Nunes Bandeira de Melo (4331/AM) e outros. **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fl. 374,** exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus/AM, 22 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 9 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0636190-63.2016.8.04.0001, em que é Apelante: Banco Bradesco S.a.** (Advogados: Dr. Edson Rosas Junior (1910/AM) e Dra. Lúcia

Cristina Pinho Rosas (5109/AM). **Apelado: Matheus Costa Machado. Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fl. 162,** exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Tendo em vista que o caso dos autos se amolda à hipótese do inciso V, do prefalado art. 1012, recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo. Dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências. Manaus/AM, 23 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 9 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo -** Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0087905-19.2004.8.04.0001, em que é Apelante: Banco do Brasil S/A** (Advogados: Dr. Eloadir Afonso Reis Brasil (4093/AM), Dra. Nilda de Oliveira Borges (1844/AM) e outros**. Apelado: Nely Wanda Silva Alencar (**Advogados: Dr. Alberto Simonetti Cabral Neto (2599/AM) e Dr. Geraldo Francisco de Barros Gazos (84872/RJ). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fl. 327,** exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus/AM, 22 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 9 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo** - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005590-43.2018.8.04.0000, em que é Embargante: Natura Cosmeticos S/A** (Advogados: Dr. Daniel Lacasa Maya (163223/SP) e Dra. Renata Dalla Torre Amatucci (299415/SP). **Embargado: Fazenda Pública do Estado do Amazonas** (Procurador: Dr. Thiago Araújo Rezende Mendes (9416/AM). **Fica o Embargante intimado da DECISÃO MONOCRÁTICA de fls. 20/21,** exarada nos autos acima referidos na qual "Diante do exposto, não conheço do presente recurso, dada sua manifesta inadmissibilidade. Faço-o com supedâneo no art. 932, do Código de Processo Civil. Publique-se e intimem-se. Manaus/AM, 23 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 9 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0004665-13.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível** (Procuradora: Dra. Suzete Maria dos Santos). Embargados**: Mayra Cristina Silva Marçal, Luiz Alberto Carijo de Gosztonvi e Ubirajara Ramos Moraes Júnior** (Advogados: Dr. Marcos Jânio da Silva Costa (6317/AM), Dr. Wilson Peçanha Neto (4630/AM), Dra. Mayra Silva (7552/AM) e outros. **Ficam os Embargados intimados, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 9 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004207-25.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Oi Movel S.a.** (Advogados: Dr. Alexandre Miranda Lima (131436/RJ) e Dra. Ana Tereza Palhares Basilio (74802/RJ). **Agravado: Transglobal Serviços Ltda** (Advogado: Dr. Pedro Lucas Portugal Al- Behy Kanan (8587/AM**). Fica o Agravado intimado, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento do Despacho de fl. 47,** cujo teor final é o seguinte: "Acautelo-me quanto à concessão da liminar pleiteada, ocasião em que determino seja intimada a parte agravada, para apresentar contrarrazões, no prazo de Lei (CPC, art. 1.019, II). Cumpra-se. Manaus/AM, 29 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 9 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

RPCR

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Agravo de Instrumento nº 4004562-74.2015.8.04.0000, de Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual Agravante: O Estado do Amazonas. Procuradora: Patrícia Petrucelli Marinho (OAB: 3319/AM) Agravado: Palácio dos Tecidos Ltda. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0204771-03.2010.8.04.0001, de 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogados: Décio Flávio Goçalves Torres Freire (OAB: 697A/AM e 56543/MG) e outros. Apelada: Cometais Comércio de Metais Ltda Advogados: Almerio Ferreira Botelho (OAB: 271/AM), Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB: 8028/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0238340-24.2012.8.04.0001, de 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Suely Grillo da Costa. Defensora: Adriana Monteiro de Castro Martins. Apeladas: Angela Bezerra de Araújo Santos e Cristina Margareth Normando Advogados: Yvon José Ramalho Gomes (OAB: 2791/AM), Amarildo Pereira da Silva (OAB: 3228/AM), Josenilson da Rocha Lima (OAB: 1757/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0241998-17.2016.8.04.0001, de 5ª Vara de Família (Segredo de Justiça). Apelante: G. M. da S. Advogados: Ricardo Mendes Lasmar (OAB: 5933/AM), Denise Moura Macedo da Silva (OAB: 4464/AM) e outros. Apelada: S. A. do N. Defensora: Ana Regina Souza (OAB: 1797/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0607501-72.2017.8.04.0001, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Águas do Amazonas S.A. Advogados: Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM), Thiago Almeida Rebello (OAB: 12327/AM) e outros. Apelada: Maria

Edileide Mendes do Nascimento. Advogado: Aguinaldo Pereira Dias (OAB: 7667/AM) e Daniel Lourenço (OAB: 3192/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0611356-59.2017.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Nilda da Silva Brito Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM). Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social Procuradora: Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0637016-26.2015.8.04.0001, de 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Santander S.A. Advogado: Marco André Honda Flores (OAB: 6171/MS). Apelado: Raimundo do Nascimento Oliveira Advogada: Hanna Tavares Cunha (OAB: 10417/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0637170-44.2015.8.04.0001, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: TCL - Transportes Carinhoso Ltda. Advogada: Rebeca Vitória Bruno Machado (OAB: 12257/AM). Apelado: José Maria da Silveira Advogada: Sandra Regina dos Santos (OAB: 3455/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0642104-11.2016.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Banco Pan S/A. Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23.255/CE) e outros. Apelado: Cidade Transportes Ltda. Advogados: Dayana de Menezes Azevedo (OAB: 10500/AM), Ayrton de Sena Gentil Neto (OAB: 12521/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0706670-08.2012.8.04.0001, de 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Masa da Amazonia LTDA. Advogados: José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM), Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB: 4544/AM), José Rodrigues Terceiro Filho (OAB: 6341/AM) e outros. Apelado: Empresa Santa Matildes Pecas Plasticas Industria Ltda. Advogado: Apoena Moreira Costa (OAB: 4055/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0712330-80.2012.8.04.0001, de 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Masa da Amazonia LTDA. Advogado: José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM), Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM), José Rodrigues Terceiro Filho (OAB: 6341/AM) e Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB: 4544/AM). Apelado: Empresa Santa Matildes Pecas Plasticas Industria Ltda. Advogado: Apoena Moreira Costa (OAB: 4055/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4000382-89.2019.8.04.0900, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Agravante: Marca da Amazônia Ltda. Advogados: Priscila Lima Monteiro (OAB: 5901/AM), Raphael Heinrich Barbosa de Oliveira (OAB: 5885/AM), Silvyane Parente de Araújo Castro (OAB: 7237/AM) e Igor de Mendonça Campos (OAB: 766A/AM). Agravado: Adar Indústria e Comércio Ltda. Advogados: Wagner de Oliveira Vieira (OAB: 2786/AM) e Vitor de Souza Vieira (OAB/AM 6843). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4003217-34.2019.8.04.0000, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Agravante: Willace da Silva Cunha. Advogados: Wilson José Silva Cunha (OAB: 3479/AM), Emerson Fabricio Nobre dos Santos (OAB: 4147/AM) e Rosemeire Simões de Almeida (OAB: 3558/AM). Agravado: Banco Bradesco S.a. Advogados: Edson Rosas Júnior (OAB: 1910/AM) e Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB: 5109/AM) Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0627598-59.2018.8.04.0001, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Auristela Alves da Silva Advogado: Renato Fioravante do Amaral (OAB: 349410/SP). Apelado: Banco Itaucard S/A Advogado: Antonio Braz da Silva (OAB: 1026A/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0643751-75.2015.8.04.0001, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: João Eudes da Costa Sá. Advogada: Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB: 1212/AM). Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogados: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM), Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Remessa Necessária Cível nº 0001277-05.2019.8.04.0000, de Vara Única de Guajará Requerente: Maria Socorro Miranda da Silva. Advogado: Alexson Busson Miranda (OAB: 4823/AC). Requerido: Municipio de Guajará - Am. Advogado: Rafael Carneiro Ribeiro Dene. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0602261-05.2017.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Antonio Edieme Mota da Silva. Advogados: Ronildo Apoliano Oliveira (OAB: 8490/AM) e Antonio Plácido Pinheiro Martins (OAB/AM 13035). Apelado: Multimarcas Adm. de Consórcios LTDA. Advogado: Washington Luiz de Miranda Domingues Tranm (OAB: 11078A/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos**. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Apelação Cível nº 0608360-54.2018.8.04.0001, de 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Roberta de Lima Braga. Advogados: Marcio Clebson da Silva Costa (OAB: 10116/AM) e Moisés Andrade Martins (OAB: 10396/AM). Apelado: Beny Materiais de Construção Ltda. Advogados: Marcio Clebson da Silva Costa 9OAB/AM 10116), Clemente Augusto Gomes Neto (OAB: 10785/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos**. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Apelação Cível nº 0610547-35.2018.8.04.0001, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Manaus Ambiental S/A. Advogado: Thiago Almeida Rebello (OAB: 12327/AM) e outros. Apelado: Centro de Educação Integrada Professora Martha Falcão Ltda. Advogado: Rennalt Lessa de Freitas (OAB: 8020/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Apelação Cível nº 0612412-98.2015.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública. 1º Apelante: Estado do Amazonas. Procurador: Dr. Vitor Barbosa de Oliveira. 2º Apelante: Diego Barbosa Lopes. Advogada: Heloyse Dayse de Matos Dangelo (OAB: 8428/AM). 3ºApelantes: Douglas Moura Araujo e Vitor Moraes de Souza. Advogado: Macia Lucia Turiel Hagge (OAB: 7681/AM),Tamile de Paula Amanajás (OAB/AM 8185) e outro. 4ºApelantes: Alan Silva Trindade, Wilmones Silva dos Santos, Dyhemes Ferreira Marques, Fernando Itassuce Freitas Correa, Ulysses Dimas Rodrigues Barbosa e outros. Advogado: Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB: 4947/AM). Apelado: Anderson Salustiano Aleixo Junior e Outros. Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos**. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Apelação Cível nº 0612818-90.2013.8.04.0001, de 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. 1º Apelante: Fundação Boas Novas. Advogado: Éden Albuquerque da Silva (OAB: 4115/AM). 2ºApelante: Hapvida Assistencia Medica Ltda. Advogado: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE), Fabianne Ribeiro Halinski (OAB: 7059/AM) e Fabrício Guedes Halinski (OAB: 5205/AM). Apelada: Eunice Bezerra do Vale representada por seu esposo Adamor Pereira do Vale. Advogados: Lucas Costa do Vale (OAB: 7990/AM), Francisca Vale Matteoni (OAB: 87098/RJ), Luciane Alencar dos Santos (OAB: 8021/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Apelação Cível nº 0613560-47.2015.8.04.0001, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Rita Tatiane da Silva Araújo Advogado: Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB: 5810/AM) Apelado: Telefonica Brasil S/A Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB/GO 29320), Daniel França da Silva (OAB: 24214/DF) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Apelação Cível nº 0614690-43.2013.8.04.0001, de 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Banco Gmac S.a. Advogado: Carlos Augusto Montezuma Firmino (OAB: 12151/DF) e outros. Apelada: Analecia Machado Gomes. Advogada: Christine Monteiro Augusto Souza (OAB: 5087/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos**. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Apelação Cível nº 0616076-35.2018.8.04.0001, de 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Indústrias Reunidas Progresso Ltda. Advogadas: Ivana da Cunha Leite (OAB: 4814/AM) e Thatiana Castelo Branco (OAB/AM 5715). Apelado: Envision Industria de Produtos Eletronicos Ltda. Presidente: Maria do 11Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos**. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Apelação Cível nº 0616821-83.2016.8.04.0001, de 5ª Vara da Fazenda Pública Apelante: O Estado do Amazonas. Procurador: Sálvia Haddad Gurgel do Amaral (OAB: 3529/AM). Apelado: Paulo dos Reis Souza AdvogadoS: Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB: 10418/AM), Hanna Tavares Cunha (OAB: 10417/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos**. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0621219-78.2013.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública. 1ºApelante/Apelado: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev. Advogada: Caroline Retto Frota (OAB/AM 4411). 2ºApelante/Apelado: Estado do Amazonas. Procuradora: Ingrid Monteiro. 3ºApelante/Apelado: Nazário Mazulo Ribeiro. Defensora: Maria Domingas Gomes Laranjeira (OAB: 1239/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos**. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4002113-07.2019.8.04.0000, de 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Agravante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social. Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) e outros Agravado: Cesar Roni Nothen da Rosa. Advogados: Jose Reynaldo Saraiva Pinheiro (OAB: 4682/AM) e Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB: 8279/AM) **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Delcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0640797-85.2017.8.04.0001, de 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Condomínio Amazonas. Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB: 91263/MG), Alice da Silva Welgert (OAB: 12614/AM), Bairon Antonio do Nascimento Junior (OAB/AM 3795) e outros. Apelado: Prado Som Car (L.s.c. da Silva Prado - Me). Advogado: Geyzon Oliveira Reis (OAB: 5031/AM) Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Elci Simões de Oliveira.

Secretaria do(a) Segunda Câmara Cível, em Manaus, 9 de setembro de 2019.

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000254-24.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante: Manaus Couros Comércio Ltda. - ME
Advogado: Miguel Barrela Filho (OAB: 1622/AM)
Embargado: Banco Santander S.A.
Advogado: Flávio Neves Costa (OAB: 153447/SP)
Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS.1. Inexistindo qualquer omissão, contradição, obscuridade na decisão ou erro material, a rejeição de embargos de declaração é a medida que se impõe. A via eleita não é adequada à rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido;2. Embargos de declaração conhecidos e não providos.. DECISÃO: "EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. 1. Inexistindo qualquer omissão, contradição, obscuridade na decisão ou erro material, a rejeição de embargos de declaração é a medida que se impõe. A via eleita não é adequada à rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido; 2. Embargos de declaração conhecidos e não providos.".

Processo: 0001739-59.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública

Agravante: Antonio Fernandes Barros Junior E.p.p

Advogada: Simone Rosado Maia Mendes (OAB: A666/AM)

Advogada: Simone Rosado Maia Mendes (OAB: 4550/PI)

Agravado: Kintaw Design e Publicidade Ltda.

Advogado: Taquer Junio Queiroz Ribeiro (OAB: 13226/AM)

Advogado: Pierre Manoel Eugene Teles Chottard

Agravado: View 360 Publicidade e Comunicação Integrada Ltda

Advogado: Francisco Augusto Martins da Silva (OAB: 1753/AM)

Advogado: José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB: 5517/AM)

Advogado: Juliano Luis Cerqueira Mendes (OAB: 3940/AM)

Agravado: Estado do Amazonas

Procurador: Fabiano Buriol (OAB: 7657/AM)

Agravado: Mene e Portella Publicidade Ltda

Advogado: Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM)

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: AGRAVO INTERNO. AÇÃO ANULATÓRIA CUMULADA COM OBRIGAÇÃO DE FAZER. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE EXTINGUIU O FEITO POR FALTA DE INTERESSE SUPERVENIENTE. CONCORRÊNCIA N.º 041/2016/CGL. HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME E ADJUDICAÇÃO DOS CONTRATOS. DECISÃO SURPRESA. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO INTERNO. AÇÃO ANULATÓRIA CUMULADA COM OBRIGAÇÃO DE FAZER. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE EXTINGUIU O FEITO POR FALTA DE INTERESSE SUPERVENIENTE. CONCORRÊNCIA N.º 041/2016/CGL. HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME E ADJUDICAÇÃO DOS CONTRATOS. DECISÃO SURPRESA. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Interno Cível nº 0001739-59.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso de Agravo Interno, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0003742-84.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A

Advogado: Alfredo Augusto Viana Braga da Silva (OAB: 142246/RJ)

Advogada: Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB: 5054/AM)

Advogado: João Luiz Cunha dos Santos (OAB: 265931/SP)

Advogada: Luana Silva Santos (OAB: 16292/PA)

Advogada: Marília Dias Andrade (OAB: 14351/PA)

Advogado: Adam Miranda Sá Stehling (OAB: 133055/RJ)

Advogado: Rodolfo Meira Roessing (OAB: 12719/PA)

Advogado: Adam Miranda Sá Stehling (OAB: 750A/AM)

Advogado: Pedro de Queiroz Cordova Santos (OAB: 730A/AM)

Embargada: Maria Raimunda Lacerda da Silva

Advogado: José Orisvaldo Brito da Silva (OAB: 57069/RJ)

Advogado: Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB: 5505/AM)

Advogado: Fabiano da Silva Maciel (OAB: 5005/AM)

Advogada: Francisley de Oliveira Salles (OAB: 5526/AM)

Advogado: Jair Alves Corrêa (OAB: 5317/AM)

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Des. Airton Luís Corrêa Gentil

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. ART. 1022 DO CPC. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. -de acordo com o disposto no art. 1022 do Código de Processo Civil, os Embargos Declaratórios destina-se exclusivamente, ao saneamento de qualquer omissão, obscuridade, contradição ou erro material encontrado na decisão judicial que se quer aperfeiçoar, sendo ele um recurso de fundamentação vinculada-não há a ocorrência dos vícios apontados pela Embargante, pois o voto condutor do acórdão foi claro ao expor seu posicionamento acerca da questão, tornando desnecessária a manifestação expressa dos elementos mencionados nos embargos. - RECURSO CONHECIDO E REJEITADO.. DECISÃO: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. ART. 1022 DO CPC. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. -de acordo com o disposto no art. 1022 do Código de Processo Civil, os Embargos Declaratórios destina-se exclusivamente, ao saneamento de qualquer omissão, obscuridade, contradição ou erro material encontrado na decisão judicial que se quer aperfeiçoar, sendo ele um recurso de fundamentação vinculada -não há a ocorrência dos vícios apontados pela Embargante, pois o voto condutor do acórdão foi claro ao expor seu posicionamento acerca da questão, tornando desnecessária a manifestação expressa dos elementos mencionados nos embargos. - RECURSO CONHECIDO E REJEITADO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0003742-84.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0005259-66.2015.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda

Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)

Embargado: Reison Queiroz Silva

Embargada: Márcia Perales Mendes Silva

Advogado: Lucas Emanuel Pires Montenegro (OAB: 8001/AM)

Advogado: Victor de Alencar Araújo Motta (OAB: 7796/AM)

Advogado: Jorge Henrique Silva de Melo (OAB: 7999/AM)

Advogado: Renato Albani Ribeiro Rinaldi (OAB: 7996/AM)

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE – EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.- Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito.- Os embargos declaratórios não têm por objetivo renovar a discussão, corrigir ou emendar os fundamentos da decisão, mostrando-se devido sua interposição quando visam à elucidação ou maior explicitação do voto.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - V. ACÓRDÃO ANULADO PELO STJ - NECESSIDADE DE ENFRENTAMENTO DAS TESES ARGUIDAS PELO EMBARGANTE - RECURSO ACOLHIDO PARA SANAR A OMISSÃO APONTADA PORÉM SEM ALTERAÇÃO DO JULGADO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível de nº 0005259-66.2015.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em acolher os embargos para sanar a omissão apontada e manter o entendimento lançado no acórdão embargado, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0006935-44.2018.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, 1ª Vara de Família

Agravante: R. da C. L.

Advogado: Aniello Miranda Aufiero (OAB: 1579/AM)

Advogado: Aldenize Magalhães Aufiero (OAB: 1874/AM)

Advogado: Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB: 6945/AM)
Advogado: Mário Vitor Magalhães Aufiero (OAB: 8787/AM)
Agravado: A. da S. R.
Advogada: Sulamita Augusta da Silva (OAB: 435/AM)
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: AGRAVO INTERNO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. TUTELA ANTECIPADA RECURSAL. MINORAÇÃO DE ALIMENTOS PROVISIONAIS. AUSÊNCIA DE MODIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FÁTICA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. -A fixação de alimentos provisórios deve atender à verificação da capacidade financeira do alimentante e necessidade do alimentando sem olvidar-se da razoabilidade que a cognição sumária requer.-No caso, minorados os alimentos provisórios, sem contudo, esvaziar-se a prestação de alimentos para sustento das necessidades básicas do alimentando, por força de decisão que deferiu a tutela antecipada recursal, a manutenção da minoração se impõe, especialmente por não haver modificação da situação fática que deu ensejo ao deferimento da tutela antecipada recursal. -RECURSO NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO INTERNO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. TUTELA ANTECIPADA RECURSAL. MINORAÇÃO DE ALIMENTOS PROVISIONAIS. AUSÊNCIA DE MODIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FÁTICA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. -A fixação de alimentos provisórios deve atender à verificação da capacidade financeira do alimentante e necessidade do alimentando sem olvidar-se da razoabilidade que a cognição sumária requer. -No caso, minorados os alimentos provisórios, sem contudo, esvaziar-se a prestação de alimentos para sustento das necessidades básicas do alimentando, por força de decisão que deferiu a tutela antecipada recursal, a manutenção da minoração se impõe, especialmente por não haver modificação da situação fática que deu ensejo ao deferimento da tutela antecipada recursal. -RECURSO NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo Interno Cível nº 0006935-44.2018.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0035372-15.2006.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Banco do Brasil S/A
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP)
Apelado: Silvino Alves de Souza
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL – APELAÇÃO CÍVEL – MANDANDO DE CITAÇÃO NÃO CUMPRIDO – DETERMINAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO SOBRE A CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA – INÉRCIA DA PARTE AUTORA – AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL DE VALIDADE – EXTINÇÃO DO PROCESSO NOS TERMOS DO ART. 485, IV DO CPC – SENTENÇA MANTIDA.- A citação é requisito objetivo processual de validade do processo. Consequentemente, a sua falta, enseja a extinção do processo sem exame do mérito, independentemente de intimação pessoal;- RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - MANDANDO DE CITAÇÃO NÃO CUMPRIDO - DETERMINAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO SOBRE A CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA - INÉRCIA DA PARTE AUTORA - AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL DE VALIDADE - EXTINÇÃO DO PROCESSO NOS TERMOS DO ART. 485, IV DO CPC - SENTENÇA MANTIDA. - A citação é requisito objetivo processual de validade do processo. Consequentemente, a sua falta, enseja a extinção do processo sem exame do mérito, independentemente de intimação pessoal; - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0035372-15.2006.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0207822-90.2008.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária, 3ª Vara da Fazenda Pública
Apelada: Lídia Maciel de Araújo
Advogado: José Eldair de Souza Martins (OAB: 1822/AM)
Apelante: Estado do Amazonas
Advogado: Eliana Leite Guedes (OAB: 4313/AM)
Remetente: Juízo de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual da Capital
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho
Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.
Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: APELAÇÃO EM AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. EXISTÊNCIA DE MANDADO DE SEGURANÇA ANTERIOR, TRANSITADO EM JULGADO MATERIALMENTE, DETERMINANDO A ATUALIZAÇÃO DE VANTAGEM INDIVIDUAL. COBRANÇA DAS PARCELAS PRETÉRITAS À IMPETRAÇÃO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA COM O TEMA 41 DECIDIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO. ACÓRDÃO CONFIRMADO. 1. Somente é cabível o juízo de retratação quando o julgamento proferido no acórdão impugnado diverge da decisão paradigma proferida pelo Supremo Tribunal Federal, submetida ao regime da Repercussão Geral. 2. Juízo de retratação negativo.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO EM AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. EXISTÊNCIA DE MANDADO DE SEGURANÇA ANTERIOR, TRANSITADO EM JULGADO MATERIALMENTE, DETERMINANDO A ATUALIZAÇÃO DE VANTAGEM INDIVIDUAL. COBRANÇA DAS PARCELAS PRETÉRITAS À IMPETRAÇÃO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA COM O TEMA 41 DECIDIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO. ACÓRDÃO CONFIRMADO. 1. Somente é cabível o juízo de retratação quando o julgamento proferido no acórdão impugnado diverge da decisão paradigma proferida pelo Supremo Tribunal Federal, submetida ao regime da Repercussão Geral. 2. Juízo de retratação negativo.".

Processo: 0221443-52.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: João Albuquerque Esperança
Advogado: Enysson Alcantara Barroso (OAB: 5097/AM)
Apelante: Ana Socorro Holanda da Silva
Advogado: Enysson Alcantara Barroso (OAB: 5097/AM)
Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Advogado: Luis Philipe de Lana Foureaux (OAB: 104147/MG)
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: APELAÇÃO - SENTENÇA EXTINTIVA - INTIMAÇÃO PESSOAL - AR NEGATIVO - VIAS DE INTIMAÇÃO PESSOAL NÃO ESGOTADAS - ERROR IN PROCEDENDO - SENTENÇA ANULADA – PRECEDENTE DESTA EGRÉGIA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL.- Assiste razão os Apelantes, tendo em vista que apesar da devolução do AR negativo, haveriam outros meios cabíveis para intimação pessoal dos mesmos, como a intimação por oficial de justiça, conforme inteligência do art. 275 do Código de Processo Civil;- PRECEDENTE: 630116-27.2015.8.04.0001, Relator: Exmo. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil;- RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO - SENTENÇA EXTINTIVA - INTIMAÇÃO PESSOAL - AR NEGATIVO - VIAS DE INTIMAÇÃO PESSOAL NÃO ESGOTADAS - ERROR IN PROCEDENDO - SENTENÇA ANULADA - PRECEDENTE DESTA EGRÉGIA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL. - Assiste razão os Apelantes, tendo em vista que apesar da devolução do AR negativo, haveriam outros meios

cabíveis para intimação pessoal dos mesmos, como a intimação por oficial de justiça, conforme inteligência do art. 275 do Código de Processo Civil; - PRECEDENTE: 630116-27.2015.8.04.0001, Relator: Exmo. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil; - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0221443-52.2011.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0235140-67.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara de Família

Apelante: A. dos S. B.

Apelante: J. dos S. B.

Representa: Q. J. M. dos S.

Defensora: Valéria Araújo Neves (OAB: 120303/MG)

Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Apelado: J. P. B.

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – DIREITO PROCESSUAL CIVIL - SENTENÇA EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR ABANDONO DE CAUSA – NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL – SENTENÇA NULA – RETORNO DOS AUTOS À INSTÂNCIA DE ORIGEM - RECURSO PROVIDO.- A intimação pessoal é indispensável para a extinção do processo nos termos no artigo 485, III do CPC. No presente caso em comento, não se verificou a ocorrência de tal intimação.- A Defensoria Pública, em nenhum momento fora intimada, conforme exigência do art. 186, §1º c/c art. 183, §1º, ambos do CPC, bem como o art. 128, da Lei Complementar 80/94.- Recurso Provido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO PROCESSUAL CIVIL - SENTENÇA EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR ABANDONO DE CAUSA - NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL - SENTENÇA NULA - RETORNO DOS AUTOS À INSTÂNCIA DE ORIGEM - RECURSO PROVIDO. - A intimação pessoal é indispensável para a extinção do processo nos termos no artigo 485, III do CPC. No presente caso em comento, não se verificou a ocorrência de tal intimação. - A Defensoria Pública, em nenhum momento fora intimada, conforme exigência do art. 186, §1º c/c art. 183, §1º, ambos do CPC, bem como o art. 128, da Lei Complementar 80/94. - Recurso Provido. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0235140-67.2016.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, em consonância com parecer ministerial, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe DAR provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0247256-08.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara de Família

Apelante: E. da S. C.

Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Defensora: Valéria Araújo Neves (OAB: 120303/MG)

Apelado: K. M. da C. S.

Representa: K. L. da C.

Apelado: I. L. da C.

Apelado: D. P. da C.

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – DIREITO PROCESSUAL CIVIL - SENTENÇA EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR ABANDONO DE CAUSA – NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL – SENTENÇA NULA – RETORNO DOS AUTOS À INSTÂNCIA DE ORIGEM - RECURSO PROVIDO.- A intimação pessoal é indispensável para a extinção do processo nos termos no artigo 485, III do CPC. No presente caso em tela, não se verificou a ocorrência de tal intimação. - Ademais, o art. 485, §6°, do CPC, é bastante esclarecedor, dispondo que a extinção do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento do réu quando oferecida a contestação, o que não se verifica no presente caso em comento.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO PROCESSUAL CIVIL - SENTENÇA EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR ABANDONO DE CAUSA - NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL - SENTENÇA NULA - RETORNO DOS AUTOS À INSTÂNCIA DE ORIGEM - RECURSO PROVIDO. - A intimação pessoal é indispensável para a extinção do processo nos termos no artigo 485, III do CPC. No presente caso em tela, não se verificou a ocorrência de tal intimação. - Ademais, o art. 485, §6°, do CPC, é bastante esclarecedor, dispondo que a extinção do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento do réu quando oferecida a contestação, o que não se verifica no presente caso em comento. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0247256-08.2016.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, em consonância com parecer ministerial, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe DAR provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0602973-58.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Bmg S/A

Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

Apelante: Risoneide Pereira de Jesus

Advogado: Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB: 8540/AM)

Apelada: Risoneide Pereira de Jesus

Advogado: Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB: 8540/AM)

Advogado: Andreza da Costa Paes (OAB: 12353/AM)

Advogada: Mônica Araújo Risuenho (OAB: 7760/AM)

Apelado: Banco Bmg S/A

Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS - DIREITO DO CONSUMIDOR - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO/CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO – ABUSIVIDADE - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - DANOS MORAIS – PRECEDENTE DESTA TERCEIRA CÂMARA – SENTENÇA REFORMADA.- Tendo em vista que o banco realiza contrato de empréstimo consignado, mas cobra a dívida como fosse oriunda de cartão de crédito, tal confusão contratual acaba gerando prejuízo desproporcional à consumidora ao se aplicar os juros altíssimos do cartão de crédito, em vez dos juros do empréstimo que são mais baixos;- Como a consumidora fora cobrada em quantia indevida, deve-se aplicar a repetição de indébito, com direito do recebimento em dobro do valor indevidamente cobrado, na forma do parágrafo único do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor;- A fim de que o valor fixado a título de danos morais pelo juízo de piso esteja em conformidade com os parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade já analisados por esta egrégia Terceira Câmara Cível em casos análogos, majoro a condenação aos danos morais para R$ 5.000,00 (cinco mil reais);- RECURSO INTERPOSTO PELO BANCO BMG S/A CONHECIDO E DESPROVIDO;- RECURSO INTERPOSTO PELA SRA. RISONEIDE PEREIRA DE JESUS CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO;. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS - DIREITO DO CONSUMIDOR - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO/CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO - ABUSIVIDADE - REPETIÇÃO DE INDÉBITO -

DANOS MORAIS - PRECEDENTE DESTA TERCEIRA CÂMARA - SENTENÇA REFORMADA. - Tendo em vista que o banco realiza contrato de empréstimo consignado, mas cobra a dívida como fosse oriunda de cartão de crédito, tal confusão contratual acaba gerando prejuízo desproporcional à consumidora ao se aplicar os juros altíssimos do cartão de crédito, em vez dos juros do empréstimo que são mais baixos; - Como a consumidora fora cobrada em quantia indevida, deve-se aplicar a repetição de indébito, com direito do recebimento em dobro do valor indevidamente cobrado, na forma do parágrafo único do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor; - A fim de que o valor fixado a título de danos morais pelo juízo de piso esteja em conformidade com os parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade já analisados por esta egrégia Terceira Câmara Cível em casos análogos, majoro a condenação aos danos morais para R$ 5.000,00 (cinco mil reais); - RECURSO INTERPOSTO PELO BANCO BMG S/A CONHECIDO E DESPROVIDO; - RECURSO INTERPOSTO PELA SRA. RISONEIDE PEREIRA DE JESUS CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO; ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0602973-58.2018.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer de ambas as apelações cíveis, negando provimento ao recurso interposto pelo Banco Bmg S/A e dando parcial provimento ao recurso interposto pela Sra. Risoneide Pereira de Jesus, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0605888-17.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A)

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)

Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 1069A/AM)

Advogado: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: 1065A/AM)

Apelada: Rosilene Queiroz de Almeida

Advogado: Melquisedec Freitas Pantoja (OAB: 10412/AM)

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. NATUREZA PESSOAL. COBRANÇA DE FATURAS. IMPOSSIBILIDADE. TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE CONFIGURADA. SENTENÇA MANTIDA.- o contrato de fornecimento de serviço de energia elétrica possui caráter pessoal, sendo necessário a comprovação da propriedade ou da locação imóvel para a realização da transferência da titularidade da conta de energia elétrica pela concessionária do serviço. - a ocorrência da comprovação da solicitação da transferência de titularidade, retira da apelada a responsabilidade dos débitos referente ao consumo de energia elétrica computado nos anos posteriores ao pedido de transferencia. - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. NATUREZA PESSOAL. COBRANÇA DE FATURAS. IMPOSSIBILIDADE. TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE CONFIGURADA. SENTENÇA MANTIDA. - o contrato de fornecimento de serviço de energia elétrica possui caráter pessoal, sendo necessário a comprovação da propriedade ou da locação imóvel para a realização da transferência da titularidade da conta de energia elétrica pela concessionária do serviço. - a ocorrência da comprovação da solicitação da transferência de titularidade, retira da apelada a responsabilidade dos débitos referente ao consumo de energia elétrica computado nos anos posteriores ao pedido de transferencia. - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0605888-17.2017.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0607935-95.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A

Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM)

Apelado: Cosme Damiao Ferreira Santos

Advogada: Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB: 10142/AM)

Advogado: Ronélio Cardoso de Lima (OAB: 6432/AM)

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: DIREITO CIVIL – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL À NATUREZA E AO GRAU DE EXTENSÃO DO DANO – DISCIPLINA DO ART. 3º DA LEI N.º 6.194/74 – EQUÍVOCO NOS CÁLCULOS REALIZADOS PELO JUÍZO A QUO – LAUDO PERICIAL SUFICIENTEMENTE ELUCIDATIVO – SENTENÇA REFORMADA – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL À NATUREZA E AO GRAU DE EXTENSÃO DO DANO - DISCIPLINA DO ART. 3º DA LEI N.º 6.194/74 - EQUÍVOCO NOS CÁLCULOS REALIZADOS PELO JUÍZO A QUO - LAUDO PERICIAL SUFICIENTEMENTE ELUCIDATIVO - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0607935-95.2016.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0607936-51.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Adalberto Cintra Abtibol Junior

Advogado: Ikaro Pereira Amore (OAB: 6350/AM)

Apelado: Edson Ritta Honorato

Advogado: Nelson José Oliveira da Silva (OAB: 5103/AM)

Apelado: LABMED- Laboratório Médico Dr. Castilho

Advogado: Adair José Pereira Moura (OAB: 1251/AM)

Advogado: Leonardo Alvarenga Viana (OAB: 6956/AM)

Advogada: Rosemary Lima Rodrigues (OAB: 2351/AM)

Advogada: Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB: 2431/AM)

Advogada: Wanderlene Lima Ferreira Lungareze (OAB: 2459/AM)

Apelado: Lasmed Patologia e Citologia Clínica

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ERRO MÉDICO. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA DO MÉDICO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CULPA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO LABORATÓRIO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DEFEITO NO SERVIÇO. REVELIA. INOCORRÊNCIA. 1. A responsabilidade do médico é apurada mediante a verificação da culpa, nas modalidades de negligência, imperícia e imprudência, devendo os autores demonstrar a presença dos requisitos da responsabilidade civil (conduta culposa, dano e nexo causal entre a conduta e o dano). 2. Já no que se refere aos apelados Lasmed Patologia e Citologia Clínica e LABMED – Laboratório Médico Dr. Castilho, aplica-se a responsabilidade objetiva, na forma do art. 14, caput do CDC, isto é, prescindindo a produção de provas a respeito de sua culpa, em razão desta decorrer do risco da atividade desempenhada.3. Na responsabilidade objetiva o demandado apenas desonera-se do dever de indenizar caso comprove a ausência de nexo causal, através da culpa exclusiva da vítima, fato exclusivo de terceiro, caso fortuito, ou força maior. Ainda, o fornecedor de serviço não será responsabilizado quando provar que o alegado defeito na prestação do serviço inexiste.4. Recurso conhecido e desprovido. . DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO

DE INDENIZAÇÃO. ERRO MÉDICO. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA DO MÉDICO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CULPA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO LABORATÓRIO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DEFEITO NO SERVIÇO. REVELIA. INOCORRÊNCIA. 1. A responsabilidade do médico é apurada mediante a verificação da culpa, nas modalidades de negligência, imperícia e imprudência, devendo os autores demonstrar a presença dos requisitos da responsabilidade civil (conduta culposa, dano e nexo causal entre a conduta e o dano). 2. Já no que se refere aos apelados Lasmed Patologia e Citologia Clínica e LABMED - Laboratório Médico Dr. Castilho, aplica-se a responsabilidade objetiva, na forma do art. 14, caput do CDC, isto é, prescindindo a produção de provas a respeito de sua culpa, em razão desta decorrer do risco da atividade desempenhada. 3. Na responsabilidade objetiva o demandado apenas desonera-se do dever de indenizar caso comprove a ausência de nexo causal, através da culpa exclusiva da vítima, fato exclusivo de terceiro, caso fortuito, ou força maior. Ainda, o fornecedor de serviço não será responsabilizado quando provar que o alegado defeito na prestação do serviço inexiste. 4. Recurso conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0607936-51.2014.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0611057-19.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP)

Apelada: Lilia Maria Paula Mamede

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - EXTINÇÃO DO PROCESSO POR INÉRCIA DO AUTOR ANTE COMANDO JUDICIAL - ABANDONO DE CAUSA – NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL – 485, § 1º DO CPC - PRECEDENTES DESTA CÂMARA CÍVEL - SENTENÇA ANULADA.- Note-se que caso o autor não impulsione o processo por mais de 30 dias, fica caracterizada a sua desídia, falta de zelo, a ausência de esforço da parte em dar andamento ao feito. O processo não tem impulso e, nesses casos, deve ocorrer a prévia intimação pessoal da parte para promover o andamento do feito, nos termos do art. 485, III c/c §1º do mesmo artigo do CPC;- O que se consta dos autos é que o juízo de piso intimou o autor apenas pelo meio eletrônico para que desse prosseguimento (fl. 75) e, como não fora apresentada manifestação no prazo estabelecido, este julgou extinta a ação;- Ademais, verifica-se à fl. 61 que o Juízo de Direito deferiu o pedido para buscar o endereço da Apelada pelo Infojud, contudo, tal diligência não fora realizada e, às fls. 69/71, fora emitido novo ato judicial negando a consulta via infojud, demonstrando total desacordo com o princípio da cooperação;- Com isso, ao compulsar os autos, constata-se que não foram atendidas todas as medidas necessárias para que o processo fosse extinto com base no abandono da causa, uma vez que a intimação pessoal da parte não foi efetuada;- RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - EXTINÇÃO DO PROCESSO POR INÉRCIA DO AUTOR ANTE COMANDO JUDICIAL - ABANDONO DE CAUSA - NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL - 485, § 1º DO CPC - PRECEDENTES DESTA CÂMARA CÍVEL - SENTENÇA ANULADA. - Note-se que caso o autor não impulsione o processo por mais de 30 dias, fica caracterizada a sua desídia, falta de zelo, a ausência de esforço da parte em dar andamento ao feito. O processo não tem impulso e, nesses casos, deve ocorrer a prévia intimação pessoal da parte para promover o andamento do feito, nos termos do art. 485, III c/c §1º do mesmo artigo do CPC; - O que se consta dos autos é que o juízo de piso intimou o autor apenas pelo meio eletrônico para que desse prosseguimento (fl. 75) e, como não fora apresentada manifestação no prazo estabelecido, este julgou extinta a ação; - Ademais, verifica-se à fl. 61 que o Juízo de Direito deferiu o pedido para buscar o endereço da Apelada pelo Infojud, contudo, tal diligência não fora realizada e, às fls. 69/71, fora emitido novo ato judicial negando a consulta via infojud, demonstrando total desacordo com o princípio da cooperação; - Com isso, ao compulsar os autos, constata-se que não foram atendidas todas as medidas necessárias para que o processo fosse extinto com base no abandono da causa, uma vez que a intimação pessoal da parte não foi efetuada; - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0611057-19.2016.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0616290-94.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Direcional Engenharia S/A

Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)

Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM)

Soc. Advogados: Andrade GC Advogados (OAB: 57/AM)

Apelado: Félix de Melo Ferreira

Apelada: Kardinallenn dos Santos Ferreira

Advogado: Félix de Melo Ferreira (OAB: 3032/AM)

Advogado: Lidiane da Silva Roque (OAB: 12702/AM)

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: DIREITO CIVIL – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO INDENIZATÓRIA – ATRASO PARA ENTREGA DO IMÓVEL – LUCROS CESSANTES – CABIMENTO – PRESUNÇÃO DE PREJUÍZO – PRECEDENTES DO STJ – PERÍODO DE MORA – TERMO INICIAL – DATA PREVISTA NO CONTRATO PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS – TERMO FINAL – EFETIVA ENTREGA DA UNIDADE – POSTERGAÇÃO INDEVIDA PARA ENTREGA DAS CHAVES – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO INDENIZATÓRIA - ATRASO PARA ENTREGA DO IMÓVEL - LUCROS CESSANTES - CABIMENTO - PRESUNÇÃO DE PREJUÍZO - PRECEDENTES DO STJ - PERÍODO DE MORA - TERMO INICIAL - DATA PREVISTA NO CONTRATO PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS - TERMO FINAL - EFETIVA ENTREGA DA UNIDADE - POSTERGAÇÃO INDEVIDA PARA ENTREGA DAS CHAVES - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0616290-94.2016.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0617265-82.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Valdenizio Paes Morais

Advogado: Christiano de Oliveira Santiago (OAB: 9536/AM)

Advogado: Glaucio Nunes da Luz (OAB: 6326/AM)

Advogado: Sudjane da Luz Rodrigues (OAB: 6718/AM)

Apelado: Banco Bmg S/A

Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE)

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL – APELAÇÃO CÍVEL – DIREITO DO CONSUMIDOR – EMPRÉSTIMO CONSIGNADO/CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – NULIDADE DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO – ABUSIVIDADE – REPETIÇÃO DE INDÉBITO – DANOS MORAIS – PRECEDENTE DESTA TERCEIRA CÂMARA

– SENTENÇA REFORMADA.- Tendo em vista que o banco realiza contrato de empréstimo consignado, mas cobra a dívida como fosse oriunda de cartão de crédito, tal confusão contratual acaba gerando prejuízo desproporcional à consumidora ao se aplicar os juros altíssimos do cartão de crédito, em vez dos juros do empréstimo que são mais baixos;- A instituição financeira promove descontos mensais mínimos na conta do autor, o que impossibilita a quitação do saldo devedor, já que a pequena monta do desconto permite apenas pagar os juros. Logo, o saldo devedor apenas cresce, tendo em vista que fica congelado, com incidência cada vez maior dos juros do cartão de crédito. A dívida, portanto, pode se tornar infinita e impagável na prática;- Imperioso destacar que a alardeada abusividade resume-se à incidência das regras e juros de cartão de crédito sobre o valor obtido pelo empréstimo, inexistindo qualquer irregularidade contratual quanto à cobrança desses encargos em relação às compras efetuadas pela parte autora em evidente utilização do cartão de crédito;- Visando a evitar o enriquecimento sem causa do consumidor, a devolução dos valores deve compreender a diferença entre o valor efetivamente pago por este com a incidência dos juros e o numerário disponibilizado em sua conta bancária pela instituição financeira, desconsiderando, nesse cálculo, os valores decorrentes das compras eventualmente realizadas pelo consumidor com o cartão de crédito;- PRECEDENTE: Apelação Cível nº 0632760-06.2016.8.04.0001, Relatora: Exma. Nélia Caminha Jorge;- RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO DO CONSUMIDOR - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO/ CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO - ABUSIVIDADE - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - DANOS MORAIS - PRECEDENTE DESTA TERCEIRA CÂMARA - SENTENÇA REFORMADA. - Tendo em vista que o banco realiza contrato de empréstimo consignado, mas cobra a dívida como fosse oriunda de cartão de crédito, tal confusão contratual acaba gerando prejuízo desproporcional à consumidora ao se aplicar os juros altíssimos do cartão de crédito, em vez dos juros do empréstimo que são mais baixos; - A instituição financeira promove descontos mensais mínimos na conta do autor, o que impossibilita a quitação do saldo devedor, já que a pequena monta do desconto permite apenas pagar os juros. Logo, o saldo devedor apenas cresce, tendo em vista que fica congelado, com incidência cada vez maior dos juros do cartão de crédito. A dívida, portanto, pode se tornar infinita e impagável na prática; - Imperioso destacar que a alardeada abusividade resume-se à incidência das regras e juros de cartão de crédito sobre o valor obtido pelo empréstimo, inexistindo qualquer irregularidade contratual quanto à cobrança desses encargos em relação às compras efetuadas pela parte autora em evidente utilização do cartão de crédito; - Visando a evitar o enriquecimento sem causa do consumidor, a devolução dos valores deve compreender a diferença entre o valor efetivamente pago por este com a incidência dos juros e o numerário disponibilizado em sua conta bancária pela instituição financeira, desconsiderando, nesse cálculo, os valores decorrentes das compras eventualmente realizadas pelo consumidor com o cartão de crédito; - PRECEDENTE: Apelação Cível nº 0632760-06.2016.8.04.0001, Relatora: Exma. Nélia Caminha Jorge; - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0617265-82.2017.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0618610-49.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Erin Estaleiro Rio Negro Ltda

Advogada: Sulamita Brandão da Rocha (OAB: 4782/AM)

Apelado: Dr: José Czovny Sobrinho

Advogado: Manoel Pedro de Carvalho (OAB: 4890/AM)

Advogado: Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB: 5566/AM)

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO. EXTINÇÃO DA AÇÃO DE CONHECIMENTO POR AUSÊNCIA DE PROVAS. CONTRATO EXISTENTE E NÃO APRESENTADO NA AÇÃO DE CONHECIMENTO. COISA JULGADA PRESENTE. UNICIDADE RECURSAL INEXISTENTE. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ INAPLICABILIDADE. 1. A parte recorrente demonstrou nos autos a verossimilhança das alegações ante a discussão quanto à inexigibilidade do título que serve de objeto para a ação de execução com fundamento na presença de coisa julgada.2. O apelado ingressou com ação de cobrança de honorários (processo n.º 0628640-51.2015.8.04.0001) e ação de execução de título executivo extrajudicial (processo n.º 0605471-30.2018.8.04.0001), nos quais o recorrido busca o recebimento de percentual de honorários sobre o valor total do contrato de n.º 02/2011 em sua cláusula 7.ª, parágrafo 1.º.3. A ação de cobrança de honorários (processo n.º 0628640-51.2015.8.04.0001) foi julgada improcedente por insuficiência de provas ante a ausência do contrato que servia de fundamento para o pleito, transitando em julgado em 20/10/2017.4. È preclusa a apresentação de documentos sobre a mesma questão já decidida em processo anterior, já que não se trata de matéria nova, nem demonstrou justa causa para não apresentação no primeiro processo, restando presente a ocorrência de coisa julgada.5. Tanto os embargos à execução, quanto à exceção de pré-executividade, debatem os mesmos temas, tendo sido proferida decisão nessas ações no mesmo sentido em data de 25 de janeiro de 2019, bem como interpostos os respectivos recursos: apelação (processo n.º 0618610-49.2018.8.04.0001) e agravo de instrumento (processo n.º 4000667-66.2019.8.04.0000).6. No sistema jurídico brasileiro vigora o princípio da unicidade recursal, ou seja, contra cada ato decisório a parte somente pode interpor um único recurso, sob pena de ocorrer a preclusão consumativa. Considerando que o recurso de apelação foi interposto para atacar sentença proposta na ação principal, esse deve ser o recurso considerado para processamento e julgamento.7. Em relação à litigância de má-fé e à suposta infração ética, não merece prosperar, uma vez que a parte encontra-se atuando no exercício do seu direito de ação, incluindo a suposta dúvida quanto à ausência ou não de coisa julgada, não restando demonstrado o dolo processual.8. Sentença reformada9. Apelação conhecida e provida.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO. EXTINÇÃO DA AÇÃO DE CONHECIMENTO POR AUSÊNCIA DE PROVAS. CONTRATO EXISTENTE E NÃO APRESENTADO NA AÇÃO DE CONHECIMENTO. COISA JULGADA PRESENTE. UNICIDADE RECURSAL INEXISTENTE. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ INAPLICABILIDADE. 1. A parte recorrente demonstrou nos autos a verossimilhança das alegações ante a discussão quanto à inexigibilidade do título que serve de objeto para a ação de execução com fundamento na presença de coisa julgada. 2. O apelado ingressou com ação de cobrança de honorários (processo n.º 0628640-51.2015.8.04.0001) e ação de execução de título executivo extrajudicial (processo n.º 0605471-30.2018.8.04.0001), nos quais o recorrido busca o recebimento de percentual de honorários sobre o valor total do contrato de n.º 02/2011 em sua cláusula 7.ª, parágrafo 1.º. 3. A ação de cobrança de honorários (processo n.º 0628640-51.2015.8.04.0001) foi julgada improcedente por insuficiência de provas ante a ausência do contrato que servia de fundamento para o pleito, transitando em julgado em 20/10/2017. 4. È preclusa a apresentação de documentos sobre a mesma questão já decidida em processo anterior, já que não se trata de matéria nova, nem demonstrou justa causa para não apresentação no primeiro processo, restando presente a ocorrência de coisa julgada. 5. Tanto os embargos à execução, quanto à exceção de pré-executividade, debatem os mesmos temas, tendo sido proferida decisão nessas ações no mesmo sentido em data de 25 de janeiro de 2019, bem como interpostos os respectivos recursos: apelação (processo n.º 0618610-49.2018.8.04.0001) e agravo de instrumento (processo n.º 4000667-66.2019.8.04.0000). 6. No sistema jurídico brasileiro vigora o princípio da unicidade recursal, ou seja, contra cada ato decisório a parte somente pode interpor um único recurso, sob pena de ocorrer a preclusão consumativa. Considerando que o recurso de apelação foi interposto para atacar sentença proposta na ação principal, esse deve ser o recurso considerado para

processamento e julgamento. 7. Em relação à litigância de má-fé e à suposta infração ética, não merece prosperar, uma vez que a parte encontra-se atuando no exercício do seu direito de ação, incluindo a suposta dúvida quanto à ausência ou não de coisa julgada, não restando demonstrado o dolo processual. 8. Sentença reformada 9. Apelação conhecida e provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0618610-49.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e prover o recurso de apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0619310-30.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Itaucard S/A

Advogada: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 751A/AM)

Apelado: Cássio Cerqueira Santos

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSUAL CIVIL - EXTINÇÃO DO FEITO - ART. 485, IV, DO CPC/15 - DESÍDIA NÃO CONFIGURADA - PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DE MÉRITO – PRECEDENTE DESTA EGRÉGIA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL - SENTENÇA ANULADA.- Não houve inércia do autor, pois este solicitou a suspensão do processo com objetivo de tentar localizar o veículo, tendo em vista que as consultas via bacenjud e infojud foram infrutíferas, porém tal pedido não foi apreciado pela magistrada da causa;- Cumpre salientar que decisão proferida pela juíza singular encontra-se em dissonância como o novo modelo de processo constitucional adotado peloCPC/2015, que prima pela decisão de mérito;- RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSUAL CIVIL - EXTINÇÃO DO FEITO - ART. 485, IV, DO CPC/15 - DESÍDIA NÃO CONFIGURADA - PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DE MÉRITO - PRECEDENTE DESTA EGRÉGIA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL - SENTENÇA ANULADA. - Não houve inércia do autor, pois este solicitou a suspensão do processo com objetivo de tentar localizar o veículo, tendo em vista que as consultas via bacenjud e infojud foram infrutíferas, porém tal pedido não foi apreciado pela magistrada da causa; - Cumpre salientar que decisão proferida pela juíza singular encontra-se em dissonância como o novo modelo de processo constitucional adotado peloCPC/2015, que prima pela decisão de mérito; - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0619310-30.2015.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0619931-90.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A

Advogado: José Augusto de Rezende Júnior (OAB: A1109/AM)

Apelada: Handrezza de Lima Pinho Pinheiro

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSUAL CIVIL - EXTINÇÃO DO FEITO - ART. 485, IV, DO CPC/15 - DESÍDIA NÃO CONFIGURADA - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PRÉVIA – PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA - INOBSERVÂNCIA DOS ARTIGOS 9º E 10, DO CPC/15 – PRECEDENTE DESTA EGRÉGIA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL - SENTENÇA ANULADA. - O fato de o autor não ter localizado a parte adversa, por si só, não configura hipótese de extinção do feito por ausência de condição de desenvolvimento válido e regular do processo quando se observa que o autor diligenciou na tentativa em localizar o requerido;- O novo Código de Processo Civil, em seu art. 10, tornou obrigatória a intimação prévia das partes para que se manifestem sobre fundamento aventado pelo Magistrado, ainda que se trate de matéria cognoscível de ofício;- PRECEDENTE: Apelação Cível nº 0609567-30.2014.8.04.0001, Relator: Exmo. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil;- RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSUAL CIVIL - EXTINÇÃO DO FEITO - ART. 485, IV, DO CPC/15 - DESÍDIA NÃO CONFIGURADA - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PRÉVIA - PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA - INOBSERVÂNCIA DOS ARTIGOS 9º E 10, DO CPC/15 - PRECEDENTE DESTA EGRÉGIA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL - SENTENÇA ANULADA. - O fato de o autor não ter localizado a parte adversa, por si só, não configura hipótese de extinção do feito por ausência de condição de desenvolvimento válido e regular do processo quando se observa que o autor diligenciou na tentativa em localizar o requerido; - O novo Código de Processo Civil, em seu art. 10, tornou obrigatória a intimação prévia das partes para que se manifestem sobre fundamento aventado pelo Magistrado, ainda que se trate de matéria cognoscível de ofício; - PRECEDENTE: Apelação Cível nº 0609567-30.2014.8.04.0001, Relator: Exmo. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil; - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0619931-90.2016.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0625273-48.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Henrique Eduardo Soares Batista

Advogado: Wagner Amâncio dos Santos (OAB: 4660/AM)

Apelado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A

Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 115665/SP)

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - BUSCA E APREENSÃO - LIMINAR E CITAÇÃO NÃO CUMPRIDA – NÃO LOCALIZAÇÃO DA COISA E DA PARTE REQUERIDA - CONVERSÃO EM AÇÃO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA – POSSIBILIDADE – SENTENÇA MANTIDA.- como não foi possível o cumprimento da medida liminar ou da citação do réu, possível a conversão do feito em ação de execução por quantia certa, nos termos do art. 4º do Decreto-Lei n.911/1969;- RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - BUSCA E APREENSÃO - LIMINAR E CITAÇÃO NÃO CUMPRIDA - NÃO LOCALIZAÇÃO DA COISA E DA PARTE REQUERIDA - CONVERSÃO EM AÇÃO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA - POSSIBILIDADE - SENTENÇA MANTIDA. - como não foi possível o cumprimento da medida liminar ou da citação do réu, possível a conversão do feito em ação de execução por quantia certa, nos termos do art. 4º do Decreto-Lei n.911/1969; - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0625273-48.2017.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0626465-50.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: DB Surpermercados

Advogado: Vera Lucia Matos Falcão (OAB: 3758/AM)

Advogado: Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB: 2167/AM)

Advogado: Luciana Velasco Vasconcellos (OAB: 4972/AM)

Advogado: Jorge Alexandre Motta de Vasconcelos (OAB: 2790/AM)

Apelado: Jailson Ramos Lopes
Advogado: Cleiton da Silva Carvalho (OAB: 10652/AM)
Advogado: Francisco Gilberth Melo da Silva (OAB: 10983/AM)
Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.
Membros: Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CIVIL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE URGÊNCIA E REPARAÇÃO POR DANO MORAIS. TESE DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDOS JULGADOS PROCEDENTES. PARTE AUTORA QUE LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR O SEU DIREITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 373, INC. I, DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1.No caso dos autos não há que se falar em violação aos art. 141 CPC e art.492 CPC/2015 acerca da ocorrência de decisão extra petita, tendo em vista que a sentença decidiu conforme pedido formulado na exordial pelo autor. Portanto, correta o julgado. 2.Cabe a parte autora o ônus de demostrar a pretensão do seu direito, no caso, danos de ordem moral em decorrência do infortúnio provocado por atividades de descarga de mercadorias e o réu não se desincumbindo do ônus de provar sobre à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, impõe-se a manutenção da sentença recorrida. 3. Apelação conhecida e não provida. . DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CIVIL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE URGÊNCIA E REPARAÇÃO POR DANO MORAIS. TESE DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDOS JULGADOS PROCEDENTES. PARTE AUTORA QUE LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR O SEU DIREITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 373, INC. I, DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1.No caso dos autos não há que se falar em violação aos art. 141 CPC e art.492 CPC/2015 acerca da ocorrência de decisão extra petita, tendo em vista que a sentença decidiu conforme pedido formulado na exordial pelo autor. Portanto, correta o julgado. 2.Cabe a parte autora o ônus de demostrar a pretensão do seu direito, no caso, danos de ordem moral em decorrência do infortúnio provocado por atividades de descarga de mercadorias e o réu não se desincumbindo do ônus de provar sobre à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, impõe-se a manutenção da sentença recorrida. 3. Apelação conhecida e não provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0626465-50.2016.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0631841-85.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau
Promotora: Wandete de Oliveira Netto (OAB: 180/AM)
Apelado: Belarmino Lins de Albuquerque
Apelado: Wellington Lins de Albuquerque
Advogado: Saulo Moysés Rezende da Costa (OAB: 7300/AM)
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle
Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.
Membros: Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE RESSARCIMENTO DE DANOS AO ERÁRIO FUNDADA NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. EXCEÇÃO À REGRA DA PRESCRITIBILIDADE DAS PRETENSÕES. PRECEDENTES DO STF.1. A imprescritibilidade das ações de ressarcimento por dano ao erário somente são aplicáveis quando decorrentes de ato de improbidade administrativa ou de ilícitos penais, como é o presente caso, não se aplicando aos ilícitos civis. Inteligência do art. 37, §5º, da Constituição da República; Julgamento da Repercussão Geral no RE nº 669.069/MG pelo Supremo Tribunal Federal;2. Recurso conhecido e provido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE RESSARCIMENTO DE DANOS AO ERÁRIO FUNDADA NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. EXCEÇÃO À REGRA DA PRESCRITIBILIDADE DAS PRETENSÕES. PRECEDENTES DO STF. 1. A imprescritibilidade das ações de ressarcimento por dano ao erário somente são aplicáveis quando decorrentes de ato de improbidade administrativa ou de ilícitos penais, como é o presente caso, não se aplicando aos ilícitos civis. Inteligência do art. 37, §5º, da Constituição da República; Julgamento da Repercussão Geral no RE nº 669.069/MG pelo Supremo Tribunal Federal; 2. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0631841-85.2014.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com parecer ministerial, em conhecer e prover o recurso de Apelação, nos termos do voto do desembargador relator.".

Processo: 0636049-15.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Unimed Belém - Cooperativa de Trabalho Medico Ltda
Advogado: Marlo Russo (OAB: 112251/SP)
Apelante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda
Advogado: Pedro Camara Junior (OAB: 2834/AM)
Advogado: Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB: 11737/AM)
Advogado: Elaise Moss Portela (OAB: 7689/AM)
Soc. Advogados: Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB: 613/AM)
Apelada: Anna Clara Coimbra Fonseca
Advogado: Luciana Viana C de Andrade (OAB: 8104/AM)
Promotor de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Aguinelo Balbi Junior
Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA. COOPERATIVAS UNIMED. PESSOAS JURÍDICAS PERTENCENTES AO MESMO CONGLOMERADO ECONÔMICO. ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. CIRURGIA REALIZADA APENAS MEDIANTE LIMINAR. DANO MORAL VERIFICADO. APELAÇÕES CONHECIDAS E DESPROVIDAS. - Todas as cooperativas de Unimed regionais são partes legítimas para figurarem no polo passivo da demanda que objetiva a discussão da cobertura contratual, uma vez que pertencem ao mesmo conglomerado econômico, embora possuam personalidade jurídica diversa, conforme entendimento sedimentado do Superior Tribunal de Justiça.- A recusa das operadoras de plano de saúde em fornecer material cirúrgico solicitado por indicação médica acrescenta ao indivíduo, que já se encontra fragilizado por se submeter a uma cirurgia, uma carga extra de preocupação, angústia e incerteza sobre a própria saúde, caracterizando abalo moral passível de indenização.- Apelos conhecidos e desprovidos.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA. COOPERATIVAS UNIMED. PESSOAS JURÍDICAS PERTENCENTES AO MESMO CONGLOMERADO ECONÔMICO. ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. CIRURGIA REALIZADA APENAS MEDIANTE LIMINAR. DANO MORAL VERIFICADO. APELAÇÕES CONHECIDAS E DESPROVIDAS. - Todas as cooperativas de Unimed regionais são partes legítimas para figurarem no polo passivo da demanda que objetiva a discussão da cobertura contratual, uma vez que pertencem ao mesmo conglomerado econômico, embora possuam personalidade jurídica diversa, conforme entendimento sedimentado do Superior Tribunal de Justiça. - A recusa das operadoras de plano de saúde em fornecer material cirúrgico solicitado por indicação médica acrescenta ao indivíduo, que já se encontra fragilizado por se submeter a uma cirurgia, uma carga extra de preocupação, angústia e incerteza sobre a própria saúde, caracterizando abalo moral passível de indenização. - Apelos conhecidos e desprovidos.".

Processo: 0637647-04.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Jacsiel de Oliveira Silva

Advogado: Adriano Menezes Hermida Maia (OAB: 8894/AM)

Apelado: Bradesco Vida e Previdência S/A

Advogado: Eugênio F. Pinto de Andrade (OAB: 3424/AM)

Advogado: Eloi Pinto Andrade (OAB: 819/AM)

Advogado: Eloi Pinto de Andrede Junior (OAB: 3840/AM)

Advogada: Maria Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB: 6566/AM)

Advogado: Júlio Feitoza Pereira (OAB: 6745/AM)

Soc. Advogados: Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados (OAB: 46/AM)

Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESCISÃO E RESSARCIMENTO. SEGURO DE VIDA. CANCELAMENTO. DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS. IMPOSSIBILIDADE. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. O fato de não ocorrer o risco assegurado, não faz surgir para o segurado o direito de eximir-se da obrigação de pagar os prêmios, e, consequentemente, obter a devolução destes.2. Para configuração da responsabilidade de indenizar é necessário que se verifique a presença simultânea de três elementos essenciais, quais sejam: a ocorrência induvidosa do dano; a culpa, o dolo ou má-fé do ofensor; e o nexo causal entre a conduta ofensiva e o prejuízo da vítima. . DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESCISÃO E RESSARCIMENTO. SEGURO DE VIDA. CANCELAMENTO. DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS. IMPOSSIBILIDADE. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. O fato de não ocorrer o risco assegurado, não faz surgir para o segurado o direito de eximir-se da obrigação de pagar os prêmios, e, consequentemente, obter a devolução destes. 2. Para configuração da responsabilidade de indenizar é necessário que se verifique a presença simultânea de três elementos essenciais, quais sejam: a ocorrência induvidosa do dano; a culpa, o dolo ou má-fé do ofensor; e o nexo causal entre a conduta ofensiva e o prejuízo da vítima.".

Processo: 0639007-03.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Diagrama Ar Condicionado Ltda

Advogado: Rogerio Borges (OAB: 97335/SP)

Advogado: Albano Gonçalves Silva (OAB: 144962/SP)

Advogado: Rodrigo Amaral Costa Borges (OAB: 257809/SP)

Apelado: João Sabino da Silva

Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E VALIDADE PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. ART. 485, IV, DO CPC. ABANDONO. INOCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. A inércia do autor em promover as diligências necessárias para a citação enseja a extinção do processo, sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto de constituição e validade deste, nos termos do art. 485, IV, do CPC. 2. A ausência de citação válida suprime a condição elementar da hipótese extintiva prevista no art. 485, inciso III, do CPC, qual seja, a existência de processo, dispensando a intimação pessoal do autor.3. Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E VALIDADE PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. ART. 485, IV, DO CPC. ABANDONO. INOCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. A inércia do autor em promover as diligências necessárias para a citação enseja a extinção do processo, sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto de constituição e validade deste, nos termos do art. 485, IV, do CPC. 2. A ausência de citação válida suprime a condição elementar da hipótese extintiva prevista no art. 485, inciso III, do CPC, qual seja, a existência de processo, dispensando a intimação pessoal do autor. 3. Recurso conhecido e desprovido.".

Processo: 0639194-40.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Condomínio do Conjunto Habitacional Ariranhas

Advogado: Risonaldo de Melo Lima Junior (OAB: 6997/AM)

Apelado: Valdemir Jorge Ferreira

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO - EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO - INCIDÊNCIA DO ART. 485, III, DO CPC - INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR - OCORRÊNCIA. AR POSITIVO – MANIFESTAÇÃO INTEMPESTIVA - SENTENÇA MANTIDA.- Diante da manifestação intempestiva do Apelante e tendo em vista que a intimação pessoal exigida pelo §1.º do art. 485 do CPC foi corretamente aplicada pelo juízo a quo, não há, portanto, motivo de reparo na sentença guerreada.- RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO - EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO - INCIDÊNCIA DO ART. 485, III, DO CPC - INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR - OCORRÊNCIA. AR POSITIVO - MANIFESTAÇÃO INTEMPESTIVA - SENTENÇA MANTIDA. - Diante da manifestação intempestiva do Apelante e tendo em vista que a intimação pessoal exigida pelo §1.º do art. 485 do CPC foi corretamente aplicada pelo juízo a quo, não há, portanto, motivo de reparo na sentença guerreada. - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0639194-40.2018.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0639255-66.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Itaucard S/A

Advogado: José Almir da R. Mendes Júnior (OAB: 392A/RN)

Apelada: Angélica Marques Nakauth

Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM)

Advogado: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM)

Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: .DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. RESILIÇÃO UNILATERAL INDEVIDA. INSCRIÇÃO IMOTIVADA NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL DEVIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1) Não se admite a resilição unilateral de contrato com prazo determinado regido pelo Código de Defesa do Consumidor;2) O risco decorrente de eventuais fraudes nos contratos de cartão de crédito devem ser suportados pela instituição financeira emissora;3) Não se admite a transferência desse risco para o consumidor;4) Problemas com o uso de cartão de crédito que não foram causados pelo consumidor não podem a ele ser imputados;5) Dano moral verificado;6) Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: .DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. RESILIÇÃO UNILATERAL INDEVIDA. INSCRIÇÃO IMOTIVADA NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL DEVIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1) Não se admite a resilição unilateral de contrato com prazo determinado regido pelo Código de Defesa do Consumidor; 2) O risco decorrente de eventuais fraudes nos contratos de cartão de crédito devem ser suportados pela instituição financeira emissora; 3) Não se admite a transferência desse risco para o consumidor; 4) Problemas com o uso de cartão de crédito que não foram causados pelo consumidor não podem a ele ser imputados; 5) Dano moral verificado; 6) Recurso conhecido e desprovido.".

Processo: 0640911-92.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara de Família
Apelante: J. R. A. V.
Advogado: Mauro Sérgio Lyra da Silva (OAB: 6144/AM)
Apelado: L. P. V.
Representa: N. S. P. P.
Advogada: Rosemeire Simões de Almeida (OAB: 3558/AM)
Advogado: Wilson José da Silva Cunha (OAB: 3479/AM)
Promotor de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Aguinelo Balbi júnior
Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA DEFERIDO. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURADO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO.- A ausência de impugnação lógica dos fundamentos adotados na decisão obsta o conhecimento do recurso interposto, segundo o princípio da dialeticidade recursal, artigo 1.010, inciso III do CPC.- A ausência de impugnação lógica dos fundamentos adotados na decisão obsta o conhecimento do recurso interposto, segundo o princípio da dialeticidade recursal, artigo 1.010, inciso III do CPC.- É assente no processo civil o princípio segundo o qual a nulidade somente pode ser declarada se houver comprovação de prejuízo para qualquer das partes.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA DEFERIDO. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURADO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO.- A ausência de impugnação lógica dos fundamentos adotados na decisão obsta o conhecimento do recurso interposto, segundo o princípio da dialeticidade recursal, artigo 1.010, inciso III do CPC. - É assente no processo civil o princípio segundo o qual a nulidade somente pode ser declarada se houver comprovação de prejuízo para qualquer das partes.".

Processo: 0643087-44.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Simoes Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)
Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM)
Soc. Advogados: Andrade GC Advogados (OAB: 57/AM)
Apelado: Flávio Alberto Cantisani de Carvalho
Advogado: Julio Alberto Neves de Carvalho (OAB: 9011/AM)
Advogado: Robinson Eutemio Seleski Filho (OAB: 9973/AM)
Advogado: Emerson Paxá Pinto Oliveira (OAB: 9435/AM)
Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. RESCISÃO CONTRATUAL POR INICIATIVA DO COMPRADOR. DEVOLUÇÃO DAS PARCELAS PAGAS. JUROS DE MORA DEVIDOS A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. - Sendo determinada a restituição dos valores pagos em razão de rescisão de contrato, incidem juros de mora a partir do trânsito em julgado da decisão, conforme entendimento sedimentado pelo Superior Tribunal de Justiça.- Recurso conhecido e parcialmente provido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. RESCISÃO CONTRATUAL POR INICIATIVA DO COMPRADOR. DEVOLUÇÃO DAS PARCELAS PAGAS. JUROS DE MORA DEVIDOS A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. - Sendo determinada a restituição dos valores pagos em razão de rescisão de contrato, incidem juros de mora a partir do trânsito em julgado da decisão, conforme entendimento sedimentado pelo Superior Tribunal de Justiça. - Recurso conhecido e parcialmente provido.".

Processo: 0644862-89.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: B. F. S/A C. F. e I.
Advogado: Sergio Schulze (OAB: 1213A/AM)
Apelado: E. D. S. dos S.
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS DE DILIGÊNCIA - EXTINÇÃO DO FEITO - ART. 485, IV, DO CPC - AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL - PRECEDENTE DESTA CÂMARA CÍVEL - SENTENÇA MANTIDA.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS DE DILIGÊNCIA - EXTINÇÃO DO FEITO - ART. 485, IV, DO CPC - AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL - PRECEDENTE DESTA CÂMARA CÍVEL - SENTENÇA MANTIDA. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0644862-89.2018.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0650891-58.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Rafael Castro Onofre
Advogado: Antonio Jarlison Pires da Silva (OAB: 12261/AM)
Advogado: Thiago Teixeira da Costa (OAB: 12263/AM)
Advogado: Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB: 12972/AM)
Apelado: Banco Santander S.A.
Advogado: Marco André Honda Flores (OAB: 6171/MS)
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - TAXA DE JUROS APLICADA DIVERSA DA PACTUADA- NÃO CONFIGURAÇÃO – POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS – SENTENÇA MANTIDA.- O cálculo dos juros remuneratórios auferidos pelo consumidor se demonstra inservível para comprovar a cobrança de juros acima do pactuado, na medida em que não explicita a capitalização de juros e a incidência de outras taxas e tarifas, ou seja, os cálculos trazidos pelo Apelante não consideram o custo efetivo total da contratação;- Ademais, incidência da capitalização mensal dos juros nos contratos bancários quando contratada, e a avença tiver sido firmada após o início de vigência da Medida Provisória n.º 1.963-17/0. Este é o teor da Súmula nº 539 do STJ: É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/20 0 (MP 1.963-17/0 , re ditada como MP 2.170-36/01).- RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - TAXA DE JUROS APLICADA DIVERSA DA PACTUADA- NÃO CONFIGURAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS - SENTENÇA MANTIDA. - O cálculo dos juros remuneratórios auferidos pelo consumidor se demonstra inservível para comprovar a cobrança de juros acima do pactuado, na medida em que não explicita a capitalização de juros e a incidência de outras taxas e tarifas, ou seja, os cálculos trazidos pelo Apelante não consideram o custo efetivo total da contratação; - Ademais, incidência da capitalização mensal dos juros nos contratos bancários quando contratada, e a avença tiver sido firmada após o início de vigência da Medida Provisória n.º 1.963-17/0. Este é o teor da Súmula nº 539 do STJ: É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/20 0 (MP 1.963-17/0 , re ditada como MP 2.170-36/01). - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0650891-58.2018.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0659621-58.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: B. I. S/A

Advogado: José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB: 986A/AM)

Apelado: G. T. da S.

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – APELAÇÃO CÍVEL – BUSCA E APREENSÃO – AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA – EXTINÇÃO DO FEITO – ART. 485, IV, DO CPC – AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO – DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL – PRECEDENTE DESTA CÂMARA CÍVEL – SENTENÇA MANTIDA.- Face à ausência de recolhimento das custas do Oficial de Justiça, por falta de manifestação da autora, embora devidamente intimada, impossibilitando, assim, a triangularização da demanda, por não ter a ora apelante providenciado os meios úteis para o chamamento do réu ao processo, no que concerne ao pagamento das custas do oficial de justiça, acertada a sentença que a qual julgou extinto o feito sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV, NCPC.- RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO - AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA - EXTINÇÃO DO FEITO - ART. 485, IV, DO CPC - AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL - PRECEDENTE DESTA CÂMARA CÍVEL - SENTENÇA MANTIDA. - Face à ausência de recolhimento das custas do Oficial de Justiça, por falta de manifestação da autora, embora devidamente intimada, impossibilitando, assim, a triangularização da demanda, por não ter a ora apelante providenciado os meios úteis para o chamamento do réu ao processo, no que concerne ao pagamento das custas do oficial de justiça, acertada a sentença que a qual julgou extinto o feito sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV, NCPC. - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0659621-58.2018.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0700972-21.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A

Advogada: Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB: 3696/AM)

Apelado: Jose Arimateia Lima

Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. INÉRCIA DA PARTE VERIFICADA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE E DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. EXTINÇÃO DO PROCESSO NA FORMA DO ART. 485, IV, DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. A inércia do autor em promover as diligências necessárias para a citação enseja a extinção do processo, sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto de constituição e validade deste, nos termos do art. 485, IV, do CPC. 2. Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. INÉRCIA DA PARTE VERIFICADA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE E DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. EXTINÇÃO DO PROCESSO NA FORMA DO ART. 485, IV, DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. A inércia do autor em promover as diligências necessárias para a citação enseja a extinção do processo, sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto de constituição e validade deste, nos termos do art. 485, IV, do CPC. 2. Recurso conhecido e desprovido.".

Processo: 0709720-42.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Condomínio Florença Residencial Park

Advogado: Eugênio F. Pinto de Andrade (OAB: 3424/AM)

Advogado: Eloy Pinto de Andrade (OAB: 819/AM)

Advogado: Eloi Pinto de Andrede Junior (OAB: 3840/AM)

Advogada: Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB: 6566/AM)

Soc. Advogados: Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados (OAB: 46/AM)

Apelado: Costa da Silva Serviços de Assessoria em Administração de Imóveis - C.S Administração Predial

Advogado: Denise Morgado de O. Junqueira (OAB: 6999/AM)

Advogado: Gina Moraes de Almeida (OAB: 7036/AM)

Advogado: Rodrigo Junqueira (OAB: 7136/AM)

Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. RESOLUÇÃO CONTRATUAL ANTECIPADA. EXERCÍCIO DA CLÁUSULA RESOLUTIVA TÁCITA. JUSTA CAUSA NÃO DEMONSTRADA. DEVER INDENIZATÓRIO RECONHECIDO. PAGAMENTO NÃO COMPROVADO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.- Não restando comprovada a justa causa para extinção prematura do contrato de prestação de serviços de coadministração condominial, impõe-se o reconhecimento do dever indenizatório da contratante que abusou do exercício da cláusula resolutiva tácita.- Se o pagamento indicado não se refere às cobranças reclamadas, o caso é de manutenção da sentença recorrida.- Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. RESOLUÇÃO CONTRATUAL ANTECIPADA. EXERCÍCIO DA CLÁUSULA RESOLUTIVA TÁCITA. JUSTA CAUSA NÃO DEMONSTRADA. DEVER INDENIZATÓRIO RECONHECIDO. PAGAMENTO NÃO COMPROVADO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. - Não restando comprovada a justa causa para extinção prematura do contrato de prestação de serviços de coadministração condominial, impõe-se o reconhecimento do dever indenizatório da contratante que abusou do exercício da cláusula resolutiva tácita. - Se o pagamento indicado não se refere às cobranças reclamadas, o caso é de manutenção da sentença recorrida. - Recurso conhecido e desprovido.".

Processo: 0711222-16.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: A.Alves de Souza

Advogado: Haildo Jarbas Rodrigues (OAB: 5304/AM)

Apelado: Chibatão Navegação e Comércio Ltda

Advogado: Erisvanha Ramos de Souza (OAB: 3857/AM)

Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE. QUALIFICAÇÃO DEFICIENTE DAS PARTES. MERA FORMALIDADE IRRELEVANTE. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. PAGAMENTO CITADO. SERVIÇO DISTINTO DAQUELE COBRADO. METODOLOGIA DE CÁLCULO. QUESTÃO JÁ ENFRENTADA PELA SENTENÇA RECORRIDA. IRRELEVÂNCIA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.- A irregularidade formal que impede o conhecimento do recurso deve ser relevante e substancial em prestígio da instrumentalidade das formas.- O pagamento estranho ao mérito do litígio não deve ser considerado para qualquer fim.- Se a questão devolvida no recurso já foi apreciada pela sentença em conformidade com a pretensão do recorrente, insubsistente se mostra a pretensão recursal.- Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. PRELIMINAR

DE INADMISSIBILIDADE. QUALIFICAÇÃO DEFICIENTE DAS PARTES. MERA FORMALIDADE IRRELEVANTE. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. PAGAMENTO CITADO. SERVIÇO DISTINTO DAQUELE COBRADO. METODOLOGIA DE CÁLCULO. QUESTÃO JÁ ENFRENTADA PELA SENTENÇA RECORRIDA. IRRELEVÂNCIA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. - A irregularidade formal que impede o conhecimento do recurso deve ser relevante e substancial em prestígio da instrumentalidade das formas. - O pagamento estranho ao mérito do litígio não deve ser considerado para qualquer fim. - Se a questão devolvida no recurso já foi apreciada pela sentença em conformidade com a pretensão do recorrente, insubsistente se mostra a pretensão recursal. - Recurso conhecido e desprovido.".

Processo: 0714282-94.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A)

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)

Advogado: Luis Philipe de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)

Apelado: Jorge de Paula Inácio

Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E VALIDADE PROCESSUAL. ART. 485, IV, DO CPC. CERTIDÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA ATESTANDO A REALIZAÇÃO DA CITAÇÃO. SENTENÇA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.- Realizada a citação da parte ré, não subsiste a extinção do processo por ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.- Recurso conhecido e provido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E VALIDADE PROCESSUAL. ART. 485, IV, DO CPC. CERTIDÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA ATESTANDO A REALIZAÇÃO DA CITAÇÃO. SENTENÇA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. - Realizada a citação da parte ré, não subsiste a extinção do processo por ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. - Recurso conhecido e provido.".

Processo: 4000513-82.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Mirian Almeida da Cruz

Agravante: Alberto José da Cruz

Advogado: Cristiane Mendes Furlin (OAB: 6970/AM)

Advogado: Frederico Moraes Bracher (OAB: 7311/AM)

Advogado: Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB: 3795/AM)

Advogada: Jacques Machado Portela (OAB: 2722/AM)

Advogada: Sara Regina Mamede Portela (OAB: 4504/AM)

Advogado: Orlando Botelho Bentes (OAB: 8863/AM)

Advogado: Tatiana Dantas Portela (OAB: 6562/AM)

Agravado: Skn Gripe Empreendimenos Ltda

Advogado: Paulo Sergio de Menezes (OAB: 187A/AM)

Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA. ACORDO FIRMADO EM AÇÃO DE DIVÓRCIO. FILHOS BENEFICIADOS. SENTENÇA DE DIVÓRCIO ANTERIOR À EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE ESCRITURA PÚBLICA. CONSTRIÇÃO INDEVIDA. DECISÃO QUE MERECE REFORMA. - A promessa de doação de imóvel aos filhos comuns decorrente de acordo judicial celebrado por ocasião de divórcio é válida e possui idêntica eficácia de escritura pública, consoante entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça.- Agravo conhecido e parcialmente provido.. DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA. ACORDO FIRMADO EM AÇÃO DE DIVÓRCIO. FILHOS BENEFICIADOS. SENTENÇA DE DIVÓRCIO ANTERIOR À EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE ESCRITURA PÚBLICA. CONSTRIÇÃO INDEVIDA. DECISÃO QUE MERECE REFORMA. - A promessa de doação de imóvel aos filhos comuns decorrente de acordo judicial celebrado por ocasião de divórcio é válida e possui idêntica eficácia de escritura pública, consoante entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça. - Agravo conhecido e parcialmente provido.".

Processo: 4003727-81.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Euler Ronny dos Santos

Agravante: Maria de Lourdes Caetano dos Santos

Agravante: Auto Posto Serviços Beira Rio Ltda

Advogada: Amanda Marra Saldanha (OAB: 15158/PA)

Agravado: Petróleo Sabbá S/A

Advogado: Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB: 583A/AM)

Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. EXECUÇÃO. VIA ORIGINAL. JUNTADA. DESNECESSIDADE. ART. 798, I, DO CPC. VIA AUTENTICADA. AUSÊNCIA DE DÚVIDA QUANTO À EXISTÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.- Se as razões recursais impugnam especificamente o raciocínio judicial desenvolvido pela decisão recorrida, o princípio da dialeticidade resta atendido, de modo que o recurso deve ser conhecido.- O art. 798, I, do CPC não exige que a inicial da execução seja instruída com a versão original do título executivo, principalmente quando não há dúvida quanto à existência do título.- Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. EXECUÇÃO. VIA ORIGINAL. JUNTADA. DESNECESSIDADE. ART. 798, I, DO CPC. VIA AUTENTICADA. AUSÊNCIA DE DÚVIDA QUANTO À EXISTÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. - Se as razões recursais impugnam especificamente o raciocínio judicial desenvolvido pela decisão recorrida, o princípio da dialeticidade resta atendido, de modo que o recurso deve ser conhecido. - O art. 798, I, do CPC não exige que a inicial da execução seja instruída com a versão original do título executivo, principalmente quando não há dúvida quanto à existência do título. - Recurso conhecido e desprovido.".

Processo: 0612100-54.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Petronio Pinheiro Machado II

Advogado: Clóvis Smith Frota Júnior (OAB: 3626/AM)

Apelado: Nelson Secaf Neto

Advogado: Andrei Farias de Barros (OAB: 6074/AM)

Advogado: Jorge Secaf Neto (OAB: 1167/AM)

Apelado: Jorge Secaf Neto

Advogado: Andrei Farias de Barros (OAB: 6074/AM)

Advogado: Jorge Secaf Neto (OAB: 1167/AM)

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO – PRETENSÃO DE COMPENSAÇÃO DE DÍVIDAS – IMPOSSIBILIDADE – AUSÊNCIA DE CERTEZA E LIQUIDEZ – REQUISITOS DO ART. 369, CC, NÃO PREENCHIDOS – DANOS MATERIAIS – EMERGENTES – ALUGUEL DE VEÍCULO – AUSÊNCIA DE PROVA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.- A pretensão de compensação não se sustenta, porquanto amparada em orçamento, que se constitui em mero levantamento de valores e não goza da certeza e liquidez que autorizam a compensação nos moldes do art. 368 e seguintes do Código Civil;- Sem fundamentação a condenação por danos matérias, ante a ausência de elemento probatório mínimo que demonstre eventuais gastos com os aluguéis pretendidos (danos emergentes), tampouco comprove que os apelados deixaram de perceber eventual quantia em razão do dano (lucros cessantes) que sequer restou demonstrado;- Recurso conhecido

e provido. . DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - PRETENSÃO DE COMPENSAÇÃO DE DÍVIDAS - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE CERTEZA E LIQUIDEZ - REQUISITOS DO ART. 369, CC, NÃO PREENCHIDOS - DANOS MATERIAIS - EMERGENTES - ALUGUEL DE VEÍCULO - AUSÊNCIA DE PROVA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. - A pretensão de compensação não se sustenta, porquanto amparada em orçamento, que se constitui em mero levantamento de valores e não goza da certeza e liquidez que autorizam a compensação nos moldes do art. 368 e seguintes do Código Civil; - Sem fundamentação a condenação por danos matérias, ante a ausência de elemento probatório mínimo que demonstre eventuais gastos com os aluguéis pretendidos (danos emergentes), tampouco comprove que os apelados deixaram de perceber eventual quantia em razão do dano (lucros cessantes) que sequer restou demonstrado; - Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível de nº 0612100-54.2017.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0609810-03.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Exequente: Petronio Pinheiro Machado Ii
Advogado: Clóvis Smith Frota Júnior (OAB: 3626/AM)
Executado: Nelson Secaf Neto
Advogado: Andrei Farias de Barros (OAB: 6074/AM)
Advogado: Jorge Secaf Neto (OAB: 1167/AM)
Executado: Jorge Secaf Neto
Advogado: Andrei Farias de Barros (OAB: 6074/AM)
Advogado: Jorge Secaf Neto (OAB: 1167/AM)
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO – PRETENSÃO DE COMPENSAÇÃO DE DÍVIDAS – IMPOSSIBILIDADE – AUSÊNCIA DE CERTEZA E LIQUIDEZ – REQUISITOS DO ART. 369, CC, NÃO PREENCHIDOS – DANOS MATERIAIS – EMERGENTES – ALUGUEL DE VEÍCULO – AUSÊNCIA DE PROVA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.- A pretensão de compensação não se sustenta, porquanto amparada em orçamento, que se constitui em mero levantamento de valores e não goza da certeza e liquidez que autorizam a compensação nos moldes do art. 368 e seguintes do Código Civil;- Sem fundamentação a condenação por danos matérias, ante a ausência de elemento probatório mínimo que demonstre eventuais gastos com os aluguéis pretendidos (danos emergentes), tampouco comprove que os apelados deixaram de perceber eventual quantia em razão do dano (lucros cessantes) que sequer restou demonstrado;- Recurso conhecido e provido. . DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - PRETENSÃO DE COMPENSAÇÃO DE DÍVIDAS - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE CERTEZA E LIQUIDEZ - REQUISITOS DO ART. 369, CC, NÃO PREENCHIDOS - DANOS MATERIAIS - EMERGENTES - ALUGUEL DE VEÍCULO - AUSÊNCIA DE PROVA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. - A pretensão de compensação não se sustenta, porquanto amparada em orçamento, que se constitui em mero levantamento de valores e não goza da certeza e liquidez que autorizam a compensação nos moldes do art. 368 e seguintes do Código Civil; - Sem fundamentação a condenação por danos matérias, ante a ausência de elemento probatório mínimo que demonstre eventuais gastos com os aluguéis pretendidos (danos emergentes), tampouco comprove que os apelados deixaram de perceber eventual quantia em razão do dano (lucros cessantes) que sequer restou demonstrado; - Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível de nº 0612100-54.2017.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível , em Manaus, 9 de setembro de 2019.

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0004369-88.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual
Embargante: O Estado do Amazonas
Procurador: Tadeu de Souza Silva (OAB: 6878/AM)
Embargado: Wilson Batista Campos
Advogado: Igor de Mendonça Campos (OAB: 766A/AM)
Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.
Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.
Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO MANTIDO. 1. Embargos de declaração manifestados com o notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório. Entendimento súmula n.ª 98 do STJ.2. Inexistindo qualquer omissão, contradição, obscuridade ou violação legal na decisão, a rejeição dos embargos declaratórios é medida que se impõe, uma vez que não se caracteriza como via própria para rediscussão do mérito da lide3. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão.4. Acórdão mantido.5. Embargos de Declaração conhecidos e desprovidos. . DECISÃO: "ACÓRDÃO.Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0004369-88.2019.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover dos Embargos de Declaração, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0004415-77.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante: Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)
Embargada: Lourdes Marina Vieira Gonçalves
Advogado: Penelope A. Antony Lira (OAB: 7357/AM)
Advogado: Yonete Melo das Chagas (OAB: 8827/AM)
Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.
Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.
Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO SOBRE O VALOR DA CAUSA. INAPLICABILIDADE. INCIDÊNCIA SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 85, §2.º, DO CPC. 1. Os embargos de declaração servem para sanar omissão, contradição ou obscuridade na decisão, sendo inadequado para rediscussão do mérito da causa.2. Tanto a sentença, quanto o acórdão embargada, atribuíram a incidência dos honorários sobre o valor da causa, sendo que sentença proferida foi líquida consistente na condenação em valor certo e determinado, devendo os honorários, de acordo com teor do art. 85, §2.º, do CPC, incidirem sobre o valor da condenação.3. Acórdão parcialmente reformado.4. Embargos de Declaração conhecido e provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO.Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0004415-77.2019.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em conhecer e acolher os Embargos de Declaração, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0004581-12.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 6ª Vara de Família
Embargante: J. B.
Advogada: Sulamita Brandão da Rocha (OAB: 4782/AM)
Advogada: Natividade de Jesus Magalhães Maia (OAB: 5556/AM)
Advogada: Regina Cecília de Sena Costa (OAB: 5090/AM)

Embargado: G. de L. C.
Advogado: Fabio Agustinho da Silva (OAB: 2776/AM)
Advogado: Fabio Luis Sanches de Paula (OAB: 8879/AM)
Advogada: Larissa Ladislau da Silva (OAB: 8276/AM)
Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.
Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.
Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
EMENTA: OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE E ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Inexistindo qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão, a rejeição de Embargos de Declaração é medida que se impõe. A via eleita não é adequada à rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido.2. Oposição de Embargos Declaratórios como instrumento de rediscussão de matéria já decidida, impossibilidade. 3. Embargos de Declaração conhecidos e desprovidos. ACÓRDÃO. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0004581-12.2019.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em conhecer e desprover dos Embargos de Declaração, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Processo: 0005048-88.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante: Valdete Lopes Martins de Castro
Embargante: Thomaz Antonio Martins Castro
Embargante: Lara Thais Martins de Castro
Embargante: Mayara Maria Martins Castro
Advogada: Maísa Viviane Pereira Parente Campos (OAB: 5897/AM)
Embargado: Domingos Sávio Nogueira Cortez
Advogado: Kasser Jorge Chamy Dib (OAB: 5551/AM)
Advogado: Marcos Paulo Coelho de Souza (OAB: 4395/AM)
Advogada: Adriana Oliveira de Azevedo (OAB: 3555/AM)
Advogado: Alexandre Gomes Ribeiro (OAB: 6199/AM)
Presidente: Des. João de Jesus Abdala Simões.
Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.
Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
EMENTA: OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE E ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE.1. Inexistindo qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão, a rejeição de Embargos de Declaração é medida que se impõe. A via eleita não é adequada à rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido.2. Oposição de Embargos Declaratórios como instrumento de rediscussão de matéria já decidida, impossibilidade. 3. Embargos de Declaração conhecidos e desprovidos. . DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0005048-88.2019.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em conhecer e desprover dos Embargos de Declaração, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 26 de agosto de 2019.

Secretaria da Terceira Câmara Cível , em Manaus, 9 de setembro de 2019.

Despachos

Despacho proferido pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge** Relatora dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4003986-42.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Valdilson Oliveira da Silva**, advogado, Dr. Osmar Pereira Frony Filho (51422/DF) e como **Agravada, Patricia Miralva Ribeiro da Silva e Silva**, advogada, Dra. Lídia Maura Lopes da Costa (6399/AM). **Despacho:** "(...) Feitas tais considerações, acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento e determino a intimação do recorrido para que apresente contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias úteis, tudo nos termos do artigo 1019 do CPC. À Secretaria para as providências. Manaus, 9 de setembro de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 9 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pela Exma. Sra. Desembargador **Nélia Caminha Jorge** Relatora dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4003874-73.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Shopping Cidade Leste (Ako – Administração de Imóveis)**, advogada, Dra, Gisele dos Santos Batista (419A/AM) e como **Agravada, Fatiane Silva do Nascimento**, advogado, Dr. João Marcos Pozzetti (6160/AM). **Despacho:** "(...)
Feitas tais considerações, acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento e determino a intimação do recorrido para que apresente contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias úteis, tudo nos termos do artigo 1019 do CPC. À Secretaria para as providências. Manaus, 9 de setembro de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge – Relatora." ept .

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 9 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge** Relatora dos Autos Virtuais de **Remessa Necessária Cível nº. 0634132-19.2018.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figura como **Remetente, Juízo de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública do Estado do Amazonas e Wirley José dos Santos Abdala**, advogado, Dr. Anderson Ortiz Granja de Souza (5059/AM) e como **Requerido, O Estado do Amazonas**. **Despacho:** "(...) Intime-se o autor para se manifestar em cinco dias úteis sobre a petição de fls. 108/14. À Secretaria para as providências. Manaus, 9 de setembro de 2019, Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 9 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4004010-70.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, São Constantino Empreendimentos Imobiliarios Ltda**, advogados, Drs. Gustavo Clemente Vilela (220907/SP) e Gustavo Pinheiro Guimarães Padilha (178268/ASP) e como **Agravado, Delmires de Sales Galvão Junior e Valderlane do Nascimento Pereira**, advogado, Dr.Bruno Rodrigo Vale Palheta (7932/AM). **Despacho:** "(...) Feitas tais considerações, acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento e determino a intimação do recorrido para que apresente contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias úteis, tudo nos termos do artigo 1019 do CPC. À Secretaria para as providências. Manaus, 09 de setembro de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 9 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação Cível nº. 0608354-86.2014.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figuram como **Apelante, O Estado do Amazonas**, advogado, Isabella Peres Russo (3198/AM) e como **Apelado, Adeagna Bento Laborda, Alfredo Torres Loureiro, Amaury Trindade de Castro, Ana Elisa Queiroz da Silva e Anderson Monteiro Moura**, advogado, Douglas Herculano Barbosa (6407/AM). **Despacho:** "(...) Analisando o petitório de fls.441/443 do Estado do Amazonas, entendo que merece deferimento o pleito para suspensão do feito em obediência ao art. 1.036, §1º, do CPC, em virtude da admissão de recurso representativo da controvérsia perante as instâncias extraordinárias, conforme comprovado às fls. 444/449. Sendo assim, determino que os presentes autos permaneçam sobrestados em secretaria até o julgamento final dos referidos recursos. À secretaria para providências. Manaus, 28 de agosto de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Na forma do que dispõe o Provimento nº 028/96 de 16.04.96 da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça, e art. 1.019, II do CPC/2015. Processo Eletrônico de Agravo de Instrumento **nº 4004023-69.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Via Verde Transportes Coletivos Ltda**, advogado, Adelaide Maria de Freitas Camargos Ribeiro (92554MG), Francisco Afonso dos Santos Junior (872A/AM) e José Luiz Leite (622A/AM) e como **Agravado, Aldemir Silva Frutuoso**, advogado, Yara Fonseca de Alburquerque (4264/AM).

Fica intimada a parte agravada, por meio de seu advogado, **Dr. Yara Fonseca de Alburquerque (4264/AM)**, para **apresentação de contrarrazões** ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 23 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisões

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Nélia Caminha Jorge**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0635623-32.2016.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figura como **Apelante, Direcional Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda**, advogados, Drs. Andrade Gc Advogados (5797/AM), Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM), Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Marcelo Carvalho da Silva Mayo (14300/AM) e Rodrigo Banayon Pontes Serudo (11132/AM) e como **Apelado, Miguel Francisco do Nascimento Marques**, advogado, Mauro Celi Martins (2907/AM) e Sérgio Emerson Cordeiro Rabelo (9240/AM). **DECISÃO: "(...)** Por esses fundamentos, determino o sobrestamento do feito, que deve aguardar em Secretaria, até julgamento em definitivo do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas n.º 0005477-60.2016 por esta Corte. À Secretaria para providências. Manaus, 9 de setembro de 2019. Desembargadora NÉLIA CAMINHA JORGE-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 9 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Flávio Humberto Pascarelli Lopes**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo Interno Cível nº. 0006859-20.2018.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Geap - Autogestão Em Saúde**, advogado, Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM) e como **Agravado, Luciete Pedrosa Batista**, advogado, Dr. Elton Euclides Fernandes (258692/SP). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Posto isso, com amparo no art. 932, I, do CPC, nego seguimento monocrático ao presente recurso por perda superveniente do objeto e também ao agravo interno acima mencionado. Replique-se esta decisão aos autos de n.006859-20.2018.8.04.0000. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE. Manaus, 13 de agosto de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora, Juíza Convocada Portaria n. 1762/2019-PTJ." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 9 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0628930-03.2014.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Dinâmicos Desenvolvimento Educacional e Sustentável Ltda. Me.**, advogado, Defensoria Pública do Estado do Amazonas e José Ivan Benaion Cardoso (1657/AM) e como **Apelado, Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica - Fucapi**, advogados, Drs. Danielle Aufiero Monteiro de Paula (6945/AM) e Mario Vitor M Aufiero (8787/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Diante do exposto, com fundamento nos artigos 932, I, e 1.07, §4º, do NCPC, não conheço do presente recurso, em razão da ausência de comprovação do recolhimento do preparo. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 4 de setembro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 9 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge**, Relatora do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4002060-94.2017.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Importadora e Exportadora Latina Ltda**, advogado, Dr. Paulo Ivan Borges Silva (10341/PA) e como **Agravado, Rizkallah Akel Tourfe**, advogados, Drs. Andrei Farias de Barros (6074/AM) e Jorge Secaf Neto (1167/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Ante o exposto, ausente, por causa superveniente, o interesse recursal, não conheço o recurso. Intimem-se as partes, e transcorrido o prazo legal sem interposição de qualquer recurso, arquivem-se, remetam-se à origem. À secretaria para as providências subsequentes. Manaus, 9 de setembro de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 9 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0234008-09.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Paulo Sérgio de Souza Pereira - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Apelação Criminal nº 0234008-09.2015.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Paulo Sérgio de Souza Pereira e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Paulo Sérgio de Souza Pereira, na pessoa de sua Advogada Dra. Efigênia Generoso, (OAB/AM nº 4508), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 9 de setembro de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 9 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Efigênia Generoso de Araújo (OAB: 4508/AM) - João Evangelista Generoso de Araujo (OAB: 12394/AM) - Aurely Pereira de Freitas - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0261986-92.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Samnyson de Souza Barbosa - Apelado: M. P. do E. do A. - P. G. - O Excelentíssimo Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0261986-92.2014.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante S. De S. B. e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas , usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante S. De S. B , na pessoa de seu Advogado Dr. Glênio Gusmão Veras (OAB nº 10056/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 9 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Glênio Gusmão Veras (OAB: 10056/AM) - Simone Martins Lima (OAB: 2432/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0265564-63.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Jose Carlos da Rocha Menezes - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Apelação Criminal nº 0265564-63.2014.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Jose Carlos da Rocha Menezes e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Jose Carlos da Rocha Menezes, na pessoa de seus Advogados Drs. André Humberto Fortes Papaléo (OAB nº 5688/AM) e Isabel Luana de O. Nobre Papaléo (OAB 7338/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecerem as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 9 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: André Humberto Fortes Papaléo (OAB: 5688/AM) - Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB: 7338/AM) - Marcelo Pinto Ribeiro (OAB: 1111A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0621869-52.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Josue Marques de Andrade - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0621869-52.2018.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Josue Marques de Andrade e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Josué Marques de Andrade, nas pessoas de suas Advogadas Dra. Ana Carolina Amaral de Messias (OAB/AM nº 9171) e Dra. Bárbara Trindade Lopes (OAB/AM nº 91178) para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 9 de setembro de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 9 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Ana Carolina Amaral de Messias (OAB: 9171/AM) - Barbara Trindade Lopes (OAB: 9178/AM) - Laís Rejane de Carvalho Freitas (OAB: M/PE) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4004083-42.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Alexssande Amaral da Silva - Paciente: Renan Martins de Oliveira - Impetrado: Segunda Câmara Criminal do Tribnal de Justiça do estado - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004083-42.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Alexssande Amaral da Silva OAB 12968/AM, Paciente Renan Martins de Oliveira e Impetrado Segunda Câmara Criminal do Tribnal de Justiça do estado, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Renan Martins de Oliveira , na pessoa de seu Advogado Dr.Alexssande Amaral da Silva OAB 12968/AM, para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: “Em razão disso, não conheço do presente habeas corpus, por ausência de ato coator, na forma informada pelo Impetrante, e julgo-o extinto, sem resolução do mérito. “. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 9 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. Sabino da Silva Marques, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Alexssande Amaral da Silva (OAB: 12968/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004309-47.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Clever Rodrigues Menezes Junior - Paciente: João Vitor Barbosa Negrão - Impetrado: Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Capital/am - O Excelentíssimo Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004309-47.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Clever Rodrigues Menezes Junior OAB 14055/AM, Paciente João Vítor Barbosa Negrão e Impetrado Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Capital/am, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente João Vítor Barbosa Negrão, na pessoa de seu Advogado Dr. Clever Rodrigues Menezes Junior, (OAB/AM nº 14055), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: “ Ante o exposto, indefiro, in limine, a presente ordem de Habeas Corpus impetrado em favor de João Vítor Barbosa Negrão, extinguindo o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos I e IV, do Novo Código de Processo Civil, aplicado por analogia, conforme disposto no artigo 3.º, do Código de Processo Penal”. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 9 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. João Mauro Bessa, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Clever Rodrigues Menezes Junior (OAB: 14055/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Designado

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Sabino da Silva Marques, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Diego Luiz Castro Silva (6402/TO) e Maria Betusa Araújo do Nascimento - Processo 0204224-16.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Violência Doméstica Contra A Mulher - Apelante : J. T. dos S. - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Arthur Sant anna Ferreira Macedo (9054/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Elizandra Leite Guedes de Lira - Processo 0608689-32.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - Agravante : Jucimar Fretas da Silva - Agravado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: João Mauro Bessa

ADV/REP.: Efigênia Generoso de Araújo (4508/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4003909-33.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - Impetrante : Efigênia Generoso de Araújo
Paciente : Márcia Oliveira da Silva - Impetrado : Juízo de Direito da 3ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes (3ª Vecute) - Relator: João Mauro Bessa

Secretaria do(a) Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 9 de setembro de 2019.

Julgamento Virtual

CONCLUSÕES E ACÓRDÃOS: Foram lidos e assinados em conferência da egrégia 1ª Câmara Criminal, os acórdãos dos seguintes feitos.

Conclusão de Acórdãos - Julgamento Virtual

1) Processo: 0000241-75.2013.8.04.7100 - Apelação Criminal, Vara Única de São Sebastião do Uatumã/AM. Apelante: Pedro Moura da Silva Filho. Advogado: Dr. Jean Carlos Paula Rodrigues (OAB: 4748/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: João Mauro Bessa. Revisora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: APELAÇÃO CRIMINAL – ESTUPRO – AUTORIA E MATERIALIDADE – COMPROVAÇÃO – PALAVRA DA VÍTIMA CORROBORADA PELOS DEMAIS ELEMENTOS DE PROVA – ESPECIAL VALOR PROBATÓRIO – VERSÃO DO RÉU DESPROVIDA DE PROVAS – CONDENAÇÃO MANTIDA – DOSIMETRIA – CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS CORRETAMENTE VALORADAS – PENA-BASE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL - APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA.1. A construção pretoriana entende que em crimes contra a liberdade sexual a palavra da vítima possui valor probatório elevado, quando harmonizada com as demais provas dos autos, visto que esses delitos geralmente ocorrem à distância de testemunhas e não deixam vestígios.2. No caso, a vítima, da fase inquisitiva à judicial, logrou relatar com precisão a dinâmica dos fatos e, ainda, demonstrar as sequelas físicas e psicológicas decorrentes da violência sofrida na constância da convivência com o réu, que são corroboradas pelas demais provas carreadas aos autos.3. O Laudo de Conjunção Carnal constata a violência sexual narrada pela ofendida, sendo corroborado ainda pelo depoimento da testemunha de acusação.4. Assim, o acervo probatório produzido pela acusação é farto e converge no sentido de comprovar os fatos imputados na denúncia, demonstrando cabalmente que o réu, ora apelante, aproveitando-se da autoridade exercida sobre a vítima, a constrangeu, mediante grave violência, a com ele ter conjunção carnal, incidindo no tipo do art. 213, §1º, c/c art. 226, II do Código Penal.4. Por outro lado, a tese de negativa de autoria arguida pelo apelante, quando confrontada com os elementos de prova carreados aos autos, mostra-se inverossímil e desprovida de qualquer suporte probatório, impondo-se a manutenção da condenação do acusado.5. Concernente à dosimetria, constata-se o Magistrado sentenciante observou os princípios constitucionais da individualização da pena, razoabilidade e proporcionalidade, como também o critério trifásico estabelecido no artigo 68 do Código Penal, quando condenou o apelante, inclusive fixando a pena-base no mínimo legal, diante da ausência de circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu.6. Apelação criminal conhecida e não provida. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0000241-75.2013.8.04.7100, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer do graduado órgão do Ministério Público, em conhecer e negar provimento ao recurso, consoante os termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

2) Processo: 0000396-79.2014.8.04.2400 - Recurso Em Sentido Estrito, Vara Única de Atalaia do Norte/AM. Recorrente: Ministério Público do Estado do Amazonas. Recorrido: Lourenço da Silva Ribeiro. Advogado: Dr. Aleksander Cuesta de Oliveira (OAB: 5607/AM). Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: PROCESSO PENAL RECURSO EM SENTIDO ESTRITO VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE COM FUNDAMENTO NA PRESCRIÇÃO RETROATIVA ANTECIPADA IMPOSSIBILIDADE AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PRECEDENTES STF E STJ SÚMULA 438 STJ NULIDADE RECURSO PROVIDO.1. A prescrição retroativa antecipada, também conhecida como projetada, virtual, hipotética ou em perspectiva, não possui previsão legal no ordenamento jurídico pátrio, e a sua aplicação é rechaçada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, inclusive com repercussão geral reconhecida no primeiro e edição da Súmula 438 no segundo, segundo a qual "é inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal".2. Recurso conhecido e provido. Sentença anulada. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal em epígrafe, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Egrégia 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em harmonia com o Graduado Órgão do Ministério Público, em conhecer e dar provimento ao recurso para declarar a nulidade da sentença, devolvendo os autos à origem para regular prosseguimento do feito, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

3) Processo: 0005487-02.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal, Vara de Execuções Penais (VEP). Embargante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Embargado: Darlison Felicio Marães. Defensor Público Arthur Sant anna Ferreira Macedo. Procuradora: Rita Augusta de Vasconcellos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, AMBIGUIDADE OU CONTRADIÇÃO. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Os embargos de declaração possuem fundamentação vinculada e o seu acolhimento depende da demonstração de que a decisão embargada se mostrou ambígua, obscura, contraditória ou omissa, conforme disciplina o art. 619 do CPP, o que não ocorreu na espécie. 2. In casu, o embargante, embora tenha alegado contradição, deixa claro em suas pretensões aclaratórias que na

verdade almeja reapreciar o julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório da decisão embargada pretensão incondizente com o instituto recursal ora sob exame.3. Embargos rejeitados. **DECISÃO**: '' Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em rejeitar os Embargos Declaratórios ora opostos, nos termos do voto da Desembargadora Relatora.".

4) Processo: 0076260-94.2004.8.04.0001 - Apelação Criminal, 2ª Vara do Tribunal do Júri. Apelante: Alexsandro Correa da Cruz. Defensor Público Wilsomar de Deus Ferreira. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente/Revisor: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO PROFERIDA PELO CONSELHO DE SENTENÇA. RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA. ALEGAÇÃO DE DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA.1. Somente é manifestamente contrária à prova dos autos a decisão dos jurados que se dissocia, integralmente, de todos os segmentos probatórios aceitáveis dentro do processo.2. Havendo provas que autorizem a decisão esposada pelo Conselho de Sentença, não se deve ter por anulado o Julgamento, em respeito ao princípio constitucional da soberania dos veredictos. 3. Acervo probatório que não conduz o pretenso reconhecimento de absolvição do réu, por ausência de provas.4. Apelação criminal conhecida e desprovida. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0076260-94.2004.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância ao parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer e não dar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante. Sala das Sessões da Egrégia 1ª Câmara Criminal".

5) Processo: 0204973-73.2017.8.04.0020 - Apelação Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: V. de M. M. Defensor Público Danilo Germano Ribeiro Penha. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: Adelton Albuquerque Matos. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: João Mauro Bessa. Revisora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** APELAÇÃO CRIMINAL – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – VIAS DE FATO – SENTENÇA EM CONSONÂNCIA COM AS PROVAS DOS AUTOS – RELEVÂNCIA DA PALAVRA DA VÍTIMA – PROVA SUFICIENTE – CONDENAÇÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO.1. Nos crimes cometidos mediante violência doméstica e familiar, a palavra da vítima reveste-se de relevante valor probatório, desde que segura, coerente e corroborada por outros meios de prova. Precedentes. 2. In casu, a palavra da vítima, no que concerne às vias de fato, mostrou-se uníssona da fase inquisitória à judicial, nas quais relatou que afirmou que foi agredida com empurrões desferidos pelo acusado, mostrando-se firme, segura e coerente, e apresentando um discurso conexo com as circunstâncias do fato. 3. Embora as agressões, ao que consta dos autos, não tenham sido presenciadas por qualquer outra pessoa, as declarações da vítima colhidas ao longo da instrução processual, por sua segurança, firmeza e coerência, mostram-se como elemento suficiente para a formação da convicção do julgador, tornando prescindível a oitiva de testemunhas, cuja ausência não tem o condão de desconstituir a condenação.4. Dispensa-se prova pericial a fim de comprovar a materialidade da infração, visto que a contravenção de vias de fato, por sua própria natureza, não deixa vestígios a serem detectados por meio de exame de corpo de delito, sendo a palavra da vítima, quando coerente e harmônica com os demais elementos de prova, suficiente à comprovação da infração.5. Apelação Criminal desprovida. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0204973-73.2017.8.04.0020, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer do graduado órgão do Ministério Público, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, consoante os termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

6) Processo: 0227564-57.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal, 1ª V.E.C.U.T.E. Apelante: Franck Rocha Pinheiro. Advogada: Dra. Efigenia Generoso de Araújo (OAB: 4508/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: João Mauro Bessa. Revisora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: PROCESSO PENAL – APELAÇÃO CRIMINAL – TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES – AUTORIA E MATERIALIDADE – COMPROVAÇÃO – DESCLASSIFICAÇÃO PARA USO – INVIABILIDADE – REDUTORA DO TRÁFICO PRIVILEGIADO – INAPLICABILIDADE – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Estando autoria e materialidade delitivas sobejamente comprovadas nos autos, com base tanto na confissão parcial do apelante, como na palavra dos policiais responsáveis pela prisão em flagrante e nas circunstâncias do caso, a manutenção da condenação pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes é medida que se impõe, não restando espaço para aplicação do in dubio pro reo. 2. A viabilidade do juízo desclassificatório em relação ao crime de tráfico de entorpecentes está diretamente condicionada ao preenchimento dos requisitos contidos no art. 28 da Lei 11.343/06, o que não se verifica no caso em tela, tendo em vista (i) que as drogas estavam acondicionadas em 60 (sessenta) trouxinhas, o que constitui forte indicativo de finalidade mercantil, inclusive face ao numerário de R$ 600 (seiscentos reais) também apreendido na ocasião; (ii) que os policiais militares declararam que o apelante assumiu que as drogas eram suas e que estaria transportando-as; (iii) que o apelante apresentou comportamento suspeito, tentando evitar a abordagem policial; e (iv) que o apelante ostenta condenação penal transitada em julgado pela prática de idêntico delito, além de responder a outros três processos criminais da mesma natureza. 3. É cediço que o crime de tráfico de drogas é de ação múltipla, perfazendo-se com a simples prática de quaisquer dos núcleos contidos no caput do art. 33 da Lei 11.343/06, sendo certo, portanto, que as condutas de trazer consigo e transportar substância entorpecente, imputadas ao apelante, subsumem-se ao tipo penal incriminador, ainda que não comprovada a efetiva comercialização ilícita. Precedentes.1. Estando autoria e materialidade delitivas sobejamente comprovadas nos autos, com base tanto na confissão parcial do apelante, como na palavra dos policiais responsáveis pela prisão em flagrante e nas circunstâncias do caso, a manutenção da condenação pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes é medida que se impõe, não restando espaço para aplicação do in dubio pro reo.2. A viabilidade do juízo desclassificatório em relação ao crime de tráfico de entorpecentes está diretamente condicionada ao preenchimento dos requisitos contidos no art. 28 da Lei 11.343/06, o que não se verifica no caso em tela, tendo em vista (i) que as drogas estavam acondicionadas em 60 (sessenta) trouxinhas, o que constitui forte indicativo de finalidade mercantil, inclusive face ao numerário de R$ 600 (seiscentos reais) também apreendido na ocasião; (ii) que os policiais militares declararam que o apelante assumiu que as drogas eram suas e que estaria transportando-as; (iii) que o apelante apresentou comportamento suspeito, tentando evitar a abordagem policial; e (iv) que o apelante ostenta condenação penal transitada em julgado pela prática de idêntico delito, além de responder a outros três processos criminais da mesma natureza.3. É cediço que o crime de tráfico de drogas é de ação múltipla, perfazendo-se com a simples prática de quaisquer dos núcleos contidos no caput do art. 33 da Lei 11.343/06, sendo certo, portanto, que as condutas de trazer consigo e transportar substância entorpecente, imputadas ao apelante, subsumem-se ao tipo penal incriminador, ainda que não comprovada a efetiva comercialização ilícita. Precedentes.4. Consoante redação do § 2.º do artigo 28 da Lei n.º 11.343/06, a existência de maus antecedentes em desfavor do réu inviabiliza a aplicação da causa especial de diminuição do artigo 33, § 4.º, do referido diploma legal.5. Apelação Criminal conhecida e desprovida. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0227564-57.2015.8.04.0001, em

que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer do graduado órgão do Ministério Público, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, consoante os termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

7) Processo: 0235025-51.2013.8.04.0001 - Apelação Criminal, 3º Vara do Tribunal do Júri. Apelante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS. Apelado: Pedro Max Silva de Sena. Advogado: Dr. Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB: 4315/AM). Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente/Revisor: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DECISÃO DE IMPRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. STANDARDS PROBATÓRIOS. DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA POR "OUVIR DIZER". FRAGILIDADE. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E NÃO PROVIDA.1. Na fase de pronúncia deve-se adotar a teoria racionalista da prova, na qual não deve haver critérios de valoração das provas rigidamente definidos na lei, no entanto, por outro lado, o juízo sobre os fatos deve ser pautado por critérios de lógica e racionalidade, podendo ser controlado em âmbito recursal ordinário.2. Para a pronúncia, não se exige uma certeza além da dúvida razoável, necessária para a condenação. Contudo, a submissão de um acusado ao julgamento pelo Tribunal do Júri pressupõe a existência de um lastro probatório consistente no sentido da tese acusatória. Ou seja, requer-se um standard probatório um pouco inferior, mas ainda assim dependente de uma preponderância de provas incriminatórias.3. In casu, reputo que não há nos autos a dúvida que pudesse fundamentar a aplicação do princípio do in dubio pro societate, mormente porque a única testemunha que pode incriminar o réu equipara-se a uma testemunha de "ouvir dizer", uma vez que reproduz a versão por ele interpretada diante da mostra das imagens por um terceiro.4. A jurisprudência entende que a testemunha de "ouvir dizer" – conhecida no direito norte-americano como "hearsay rule" – não produz um depoimento confiável e, portanto, não serve como indício de autoria. Precedentes do STJ.5. A primeira fase do procedimento do Júri consolida um filtro processual, que busca impedir o envio de casos sem um lastro probatório mínimo da acusação, de modo a se limitar o poder punitivo estatal em respeito aos direitos fundamentais. Assim, a pronúncia é uma forma de garantir que o acusado não seja submetido a um julgamento injusto.6. Apelação criminal conhecida e não provida. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0235025-51.2013.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em dissonância ao parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante. Sala das Sessões da Egrégia 1ª Câmara Criminal.".

8) Processo: 0244082-25.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal, 1ª V.E.C.U.T.E. Apelante: Raniel Silva Alves. Advogado: Dr. Wirley Benezar Falção (OAB: 12792/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: PÚBLIO CAIO BESA CYRINO. Presidente/Revisor: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. BINÔMIO MATERIALIDADE-AUTORIA CONFIGURADO. DESCLASSIFICAÇÃO DE TRÁFICO PARA USO DE ENTORPECENTES. IMPOSSIBILIDADE. CERTA QUANTIDADE DE DROGA ACONDICIONADA. CARACTERIZAÇÃO DA FINALIDADE MERCANTIL. VALOR PROBATÓRIO DOS DEPOIMENTOS DOS AGENTES POLICIAIS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Sendo o conjunto probatório apto à comprovação da materialidade e autoria delitivas do crime de tráfico de drogas, expresso no art. 33 da Lei 11.343/2006, não devem ser acolhidos os requerimentos de absolvição e de desclassificação da conduta criminosa para o delito de uso, previsto no art. 28 do mesmo diploma legal. 2. A quantidade de drogas apreendidas, assim como a forma como elas estavam acondicionadas denotam a finalidade mercantil do agente e dos corréus, não sendo cabível falar em desclassificação para a figura prevista no artigo 28, da Lei nº 11.343/2006. 3. Os depoimentos dos agentes policiais, prestados em Juízo, à luz do devido processo legal, possuem alto grau de credibilidade e legitimidade, como elemento probatório.4. Uma vez condenado, deve o recorrente receber a respectiva sanção penal pelo injusto praticado. A pena é a retribuição imposta pelo Estado em razão da prática de um ilícito penal, consistente na privação de bens jurídicos previamente determinados pelos próprios tipos penais, visando a readaptação do criminoso ao convício social e à prevenção em relação ao cometimento de novos crimes ou contravenções. 5. O Código Penal, em seu artigo 68, adotou o critério trifásico para a fixação da pena, consagrando a teoria adotada por Nelson Hungria. Assim, a pena-base deve ser fixada atendendo aos critérios do artigo 59 do Código Penal (circunstâncias judiciais); na segunda fase, serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes genéricas; já na terceira e derradeira fase, deverão ser analisadas as causas de aumento e de diminuição de pena.6. A individualização da pena, como atividade discricionária do julgador está sujeita à revisão apenas nas hipóteses de flagrante ilegalidade ou teratologia, quando não observados os parâmetros legais estabelecidos ou o princípio da proporcionalidade.7. Apelação criminal conhecida e não provida. **DECISÃO**: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0244082-25.2015.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância ao parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

9) Processo: 0605590-31.2018.8.04.0020 - Apelação Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Apelado: R. S. de L. Defensor Público Danilo Germano Ribeiro Penha. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcellos Dias. Presidente/Revisor: Sabino da Silva Marques. Relator: João Mauro Bessa. **EMENTA:** PROCESSO PENAL – APELAÇÃO CRIMINAL – RECURSO MINISTERIAL – AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ACERCA DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO – CERCEAMENTO DE ACUSAÇÃO – PREJUÍZO DEMONSTRADO – NULIDADE RECONHECIDA – RECURSO PROVIDO.1. A intimação pessoal do Ministério Público constitui prerrogativa funcional de seus membros, achando-se encartada na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei n.º 8.625/1993, na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amazonas – Lei n.º 11/1993 e no Código de Processo Penal e, com o advento da Lei n.º 11.419/2006 também se opera por meio eletrônico, nos termos da lei.2. No caso, não há comprovação de que o Ministério Público tenha sido intimado acerca da audiência de instrução e julgamento designada no feito, o que inviabilizou a atuação do membro do Parquet e causou prejuízos à acusação, que foi tolhida em seu direito de produzir provas por meio da inquirição da vítima e do acusado, e, além disso, obteve pronunciamento judicial desfavorável à sua pretensão, eis que o acusado foi absolvido das imputações.3. Dessarte, é inequívoca a ausência de intimação pessoal do Ministério Público quanto à audiência de instrução e julgamento, bem como o prejuízo decorrente, sendo de rigor o reconhecimento da nulidade dos atos praticados desde então.4. Apelação criminal conhecida e provida. **DECISÃO**: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0605590-31.2018.8.04.0020, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer do recurso para dar-lhe provimento, consoante os termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

10) Processo: 0607856-82.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal, 10ª Vara Criminal. Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Apelados: L. L. de Q, J. dos S. M. Defensor Público Daniel Britto Freire Araujo. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcellos Dias. Presidente/Revisor: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO CIRSCUNSTANCIADO. ART. 157, §2º, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. ELEMENTOS PROBATÓRIOS. CONDENAÇÃO DECRETADA. 1. Sendo o conjunto probatório apto à comprovação da materialidade e autoria delitivas do crime de roubo em concurso de agentes, expresso no art. 157, §2º, inciso II, Código Penal, deve ser acolhido o pleito recursal no sentido de condenar os apelados.2. Elementos indiciários podem ser utilizados para fundamentar decisum condenatório quando corroborarem a prova judicial. Precedentes.3. Apelação criminal conhecida e provida. **DECISÃO:** "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0607856-82.2017.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em harmonia ao parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

11) Processo: 0608726-59.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP). Agravante: Rallys Moura Pereira. Defensor Público Arthur Sant anna Ferreira Macedo. Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: Carlos Lélio Lauria Ferreira. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: João Mauro Bessa. **EMENTA**: AGRAVO EM EXECUÇÃO – INCIDENTE DE FALTA GRAVE – AUSÊNCIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD PELA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA COMPETENTE – IMPRESCINDIBILIDADE – SÚMULA N.º 533 DO STJ – PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL – AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO.1. A leitura atenta da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984) e do Estatuto Penitenciário do Estado do Amazonas (Lei 2.711/2001) não revela qualquer ressalva quanto à competência para o exercício do poder disciplinar em sede de execução da pena, atribuída exclusivamente à autoridade administrativa, de sorte que a atuação do Juízo da Execução na apuração de falta grave mostra-se indevida, senão prematura, na medida em que sua competência se subsume apenas em posterior aplicação de sanção derivada da prévia apuração de falta grave pela direção do presídio.2. Nos termos da legislação pertinente e consoante recentes precedentes firmados por esta e. Primeira Câmara Criminal, somente após o procedimento administrativo, o Diretor da Unidade Prisional representará ao Juiz da Execução, a fim de que sejam aplicadas as sanções disciplinares de sua competência, dentre elas, quando for o caso, a regressão de regime, ocasião em que o apenado será, novamente, ouvido, por meio de sua defesa técnica.3. Urge constatar, nessa senda, que o procedimento administrativo e a audiência de justificação são complementares entre si, devem ser realizados em fases diversas e possuem finalidades diferentes, razão pela qual não se confundem, na medida em que, repise-se: o primeiro visa apurar a ocorrência da própria falta grave, com a estrita observância do contraditório e da ampla defesa, e a aplicação das sanções disciplinares pela direção da unidade presidiária, enquanto o segundo, a ser realizado em momento posterior e frente ao reconhecimento da prática de falta grave em procedimento administrativo disciplinar, possui como único objetivo a aplicação da sanção concernente à regressão de regime.4. Nada obstante o magistrado possa exercer, quando provocado pelas partes, o controle de legalidade dos atos administrativos realizados pela Administração Prisional e possua competência para determinadas questões no âmbito da execução penal, não lhe é permitido adentrar em matéria de competência exclusiva da autoridade administrativa, no que concerne à instauração do procedimento para fins de apuração do cometimento de falta disciplinar, sob pena de afronta ao princípio da legalidade e violação frontal ao princípio do devido processo legal.5. Considerando a inexistência de julgamento definitivo pelo plenário do STF ou de tese fixada acerca do tema, é de rigor a adoção do entendimento constante do enunciado n.º 533 da súmula do Superior Tribunal de Justiça, dado a sua força vinculante perante a presença instância, considerando a sua maestria na tutela da legislação infraconstitucional e em homenagem ao princípio da segurança jurídica.6. Agravo em Execução Penal conhecido e provido. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo em Execução n.° 0608726-59.2019.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância do graduado órgão ministerial, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

12) Processo: 0615135-51.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP). Agravante: Jorge Mocambite da Silva. Advogada: Dra. Christiane de Souza Gonçalves (OAB: 4223/AM). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. LEI DE EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO À EXECUÇÃO PENAL. DECISÃO DO JUÍZO DA VARA DAS EXECUÇÕES PENAIS QUE RATIFICOU DECISÃO DO COLEGIADO DA JUSTIÇA FEDERAL. MANUTENÇÃO DO APENADO NO PRESÍDIO FEDERAL DE CAMPO GRANDE/MS. DECISÃO TIDA COMO CARENTE DE FUNDAMENTAÇÃO, AFRONTANTE DE DIREITOS DO PRESO, MORMENTE DE SUA RESSOCIALIZAÇÃO E DA CONVIVÊNCIA COM SUA FAMÍLIA. PRESSUPOSTOS RECURSAIS PRESENTES. ADMISSIBILIDADE DA IRRESIGNAÇÃO. APLICABILIDADE DO DISPOSTO NO ARTIGO 517, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DECISÃO FUSTIGADA QUE RATIFICOU, EXPRESSAMENTE, A DECISÃO DO COLEGIADO DA JUSTIÇA FEDERAL. AUSÊNCIA DE NULIDADE. DECISÃO QUE NÃO CONTRARIA O DISPOSTO NO ARTIGO 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AGRAVO À EXECUÇÃO DESPROVIDO. 1. Segundo o disposto no artigo 197, da lei de Execuções Penais – Lei nº 7.210/84 -, "Das decisões proferidas pelo Juiz caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo." 2. A insurgência recursal, consiste em decisão prolatada pelo Juízo da Execuções Penais da Comarca de Manaus que, nos autos do processo de execução penal nº 0236832-72.2014.8.04.0001, ratificou a decisão prolatada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas, que manteve o Agravante no sistema penitenciário federal até o próximo dia 29.10.19.3. Havendo o Juízo Federal se declarado incompetente e encaminhado os autos ao Juízo das Execuções Penais Estadual, de reconhecer, na espécie, a escorreita aplicação do disposto no artigo 567, do Código de Processo Penal, segundo o qual "A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente. 4. No caso em testilha, consoante decisão inserta às fls. 657/658 dos autos originários nº 0236832-72.2014.8.04.0001, as razões de decidir anteriormente adotadas pelo Colegiado da Justiça Federal que culminaram na renovação da permanência do insurgente até o final do próximo mês de outubro em presídio federal, não restaram objurgadas nesta irresignação, sendo integralmente ratificadas pelo juízo a quo, de onde se extrai, a partir de precedentes sobre a matéria, oriundos do Superior Tribunal de Justiça, inexistir qualquer mácula que possa acarretar-lhe nulidade.5. Recurso conhecido e desprovido, em dissonância ao parecer do Graduado Órgão Ministerial. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo à execução em epígrafe, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Egrégia 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, em conhecer e negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

13) Processo: 0615616-82.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal, 7ª Vara Criminal. Apelante: D. R. da C. Defensora Pública Monique Cruz Castellani. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: João Mauro Bessa. Revisora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: ROUBO QUALIFICADO – NEGATIVA DE AUTORIA E DE INSUFICIÊNCIA DE PROVAS – INOCORRÊNCIA – PALAVRA DA VÍTIMA E DOS POLICIAIS – RES FURTIVA APREENDIDA EM PODER DO APELANTE – AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS – DOSIMETRIA CORRETAMENTE APLICADA – JUSTIÇA GRATUITA – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.1. A tese de negativa de autoria levantada pelo apelante revela-se desprovida de qualquer fundamento, não encontrando respaldo nos autos, haja vista que os depoimentos da vítima e da testemunha atestam a participação daquele na realização do delito.2. Ademais, o apelante não presta compromisso com a verdade, porque, segundo a própria diretriz constitucional, não é obrigado a produzir provas contra si, mas possui o ônus de comprovar as teses que sustenta e, por meio das quais se opõe à acusação, sob pena de não serem dignas de credibilidade, nos termos da primeira parte do art. 156 do Código de Processo Penal, notadamente em razão de o apelante ter sido apreendido na posse da res furtiva.3. Em crimes contra o patrimônio, notadamente no caso de roubo circunstanciado, os depoimentos da vítima, unidos a outros elementos de convicção, são suficientes e legítimos para a configuração da autoria e da materialidade delitivas em desfavor do apelante. Não se pode olvidar que o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores consideram o elevado valor probatório dos depoimentos de agentes policiais, tal como a testemunha de acusação, para a configuração desse aspecto condenatório4. Diante da robustez probatória, mostra-se prescindível a oitiva de todas as vítimas em sede judicial, tendo em vista que as provas colhidas nos autos mostram-se suficientes a demonstração do número de delitos perpetrados pelo acusado.5. Acerca da dosimetria da pena aplicada, verifico que a sentença proferida pela juíza a quo não está maculada de qualquer vício ensejador de reforma ou nulidade, vez que a magistrada a quo determinou reprimenda adequada e proporcional ao fato delituoso de que trata os autos.6. Concedidos os benefícios da justiça gratuita em favor do apelante, porquanto sua hipossuficiência restou demonstrada nos autos, denotada inclusive por ser assistido da Defensoria Pública Estadual.7. Apelação criminal conhecida e parcialmente provida. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0615616-82.2017.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em parcial consonância com o parecer do graduado órgão do Ministério Público, em conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

14) Processo: 0618823-55.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal, 11ª Vara Criminal. Apelante: D. V. de A. Defensora Pública Valéria Araújo Neves. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: Adelton Albuquerque Matos. Presidente/Revisor: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 157, §2º, II, E §2-A, DO CP. DECOTE DA VETORIAL NEGATIVA DA CULPABILIDADE. JUSTIÇA GRATUITA. CONCEDIDA. CONTUDO, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS. I - Para fins de individualização da pena, a culpabilidade deve ser compreendida como o juízo de reprovabilidade da conduta, ou seja, a maior ou menor censurabilidade do comportamento do réu, não se tratando de verificação da ocorrência de outras condutas criminosas já praticadas pelo agente, as quais devem ser analisadas em momento oportuno, por ocasião dos maus antecedentes ou da reincidência. II - Verificada a situação de hipossuficiência do acusado, defere-se os benefícios da justiça gratuita. Assevera-se, contudo, não ser possível a concessão da isenção das custas processuais previstas no artigo 804 do Código de Processo Penal, ainda que a recorrente seja beneficiária da Justiça Gratuita, sendo tão somente a exigibilidade do pagamento suspensa pelo prazo de 5 (cinco) anos (art. 98, §3, do CPC), a qual poderá ser verificar novamente pelo juiz da execução, considerando a possibilidade de alteração na situação financeira da apenada durante este prazo.III - Apelação criminal conhecida e parcialmente provida. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0618823-55.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores, que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer ministerial, em conhecer e dar parcial provimento ao presente recurso, nos termos do voto da Relatora.".

15) Processo: 0625443-49.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal, 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: M. da S. L. Advogada: Dra. Maria Tereza Nobre de Souza Silva (OAB: 5371/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: Adelton Albuquerque Matos. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. Revisor: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. MEDIDA CAUTELAR. VIOLÊNCIA EM CONTEXTO DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. PALAVRA DA VÍTIMA. ESPECIAL RELEVÂNCIA COMO ELEMENTO DE PROVA. 1. A lei n.º 11.340/06 prevê em seu art. 13 a possibilidade de aplicação subsidiária do Código de Processo Penal e do Processo Civil, podendo ter a medida protetiva natureza cível ou criminal, conforme a hipótese concreta. 2. In casu, considerando a especificidade das medidas protetivas deferidas na sentença recorrida (art. 22, III, "a" e "b" da Lei n. 11.340/06), bem como sua natureza jurídica, compete a Câmara Criminal o julgamento do presente recurso.3. Esta medida caracteriza-se como procedimento cautelar de cognição sumária, apresentando caráter autônomo e satisfativo, com vista, em regra, a proteção de pessoas. 4. Assim, por ser processo cautelar de cognição sumária evidencia a incompatibilidade com dilação probatória, a necessitar de resposta judicial célere e eficaz, cuja prova se satisfaz para fins acautelatórios, com exceções, com a realização do B.O. e oitiva da vítima perante a autoridade policial. 5. Outrossim, o apelante não apresentou qualquer justificativa capaz de modificar as medidas aplicadas pela Justiça de primeiro grau, razão pela qual devem ser mantidas, até porque se apresentam adequadas e úteis.6. Apelação criminal conhecida e desprovida. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0625443-49.2019.8.04.0001 em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer ministerial, em conhecer e desprover o recurso.".

16) Processo: 0633156-80.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal, 9ª Vara Criminal. Apelante: Jessica Silva Mendes. Defensor Público Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente/Revisor: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 157, §2º, II, DO CP. ART. 244-B, DO ECA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. AUSÊNCIA DE DOLO. IMPOSSIBILIDADE.1.A tese da apelante amparada na ausência de dolo não encontra qualquer respaldo nas provas produzidas, porquanto ela não se desincumbiu do ônus de comprovar as suas alegações, nem desconstituiu as provas existentes em seu desfavor.2.Tendo a prova dos autos, em seu conjunto, apontado para a autoria do crime dos crimes descritos na denúncia em desfavor da ré, é de se manter a sentença condenatória.3. Apelação criminal conhecida e desprovida. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0633156-80.2016.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas,

por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer ministerial, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.”.

17) Processo: 0639227-98.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal, 4ª Vara Criminal. Apelante: Felipe Diego Moreira Lopes. Defensor Público Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente/Revisor: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENORES.RECONHECIMENTO DO CONCURSO FORMAL EM DETRIMENTO DO CONCURSO MATERIAL. RECURSO PROVIDO.1. A condenação do apelante se deu por meio de sentença legitimamente fundamentada no conjunto fático-probatório que instrui os autos, onde se verifica a configuração da materialidade e autoria delitivas.2. Deve ser reconhecido o concurso formal entre os delitos de roubo e de corrupção de menores, e não o concurso material, eis que foram praticados dois crimes, mediante uma só ação, nos termos do art. 70, caput, do Código Penal. 5. Apelação criminal conhecida e provida. **DECISÃO**: “Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0639227-98.2016.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em harmonia com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.”.

18) Processo: 0649581-17.2018.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP). Agravante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Agravado: Humberto Corrêa dos Anjos. Defensora Pública Priscila Ferreira de Lima. Procurador MP: PÚBLIO CAIO BESA CYRINO. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: João Mauro Bessa. **EMENTA**: AGRAVO EM EXECUÇÃO – CONCESSÃO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL – NÃO PREENCHIMENTO DO REQUISITO SUBJETIVO – EVASÃO E PRÁTICA DE NOVO DELITO NO CURSO DO CUMPRIMENTO DA PENA – AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO.1. A concessão de livramento condicional pressupõe o preenchimento dos requisitos do art. 83 do Código Penal, observando tanto as condições objetivas quanto as subjetivas necessárias para a concessão do benefício executório.2. Na avaliação do comportamento carcerário do apenado, a fim de aferir o preenchimento do requisito subjetivo, o julgador não está adstrito à certidão emitida pela direção do estabelecimento prisional, podendo indicar circunstâncias e peculiaridades que demonstrem a ausência de mérito do condenado. Precedentes.3. In casu, o Ministério Público logrou demonstrar outras circunstâncias que se contrapõem às certidões comportamentais expedidas pela direção do estabelecimento prisional, revelando comportamento insatisfatório para fins de concessão de livramento condicional, visto que o histórico do apenado registra uma evasão do estabelecimento prisional e, além disso, a prática de nova conduta criminosa durante o cumprimento da pena imposta.4. Se o comportamento carcerário do apenado mostra-se incompatível com o senso de responsabilidade e disciplina necessários para a concessão de livramento condicional, de rigor é a revogação do benefício concedido em primeira instância.5. Agravo em Execução Penal conhecido e provido. **DECISÃO**: “ Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo em Execução n.° 0649581-17.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância do graduado órgão ministerial, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.”.

19) Processo: 0659906-51.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal, 6ª Vara Criminal. Apelante: R. B. F. Advogado: Dr. Bruno Cortez Canuto (OAB: 12230/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente/Revisor: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: APELAÇÃO CRIMINAL. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. PENAL. CRIME DE ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. CONFISSÃO DO RECORRENTE QUE RESTOU SOBEJADAMENTE COMPROVADA PELOS DEMAIS ELEMENTOS DE PROVA. INSURGÊNCIA QUE SE RESUME AO RECONHECIMENTO DE SUPOSTA INCOERÊNCIA ENTRE O CONCURSO DE AGENTES E O DELITO DE CORRUPÇÃO DE MENORES. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE PREVISTO NO ARTIGO 489, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, APLICADO, ANALOGICAMENTE, POR FORÇA DO DISPOSTO NO ARTIGO 3º, DO CÂNONE PROCESSUAL PENAL. IRRESIGNAÇÃO VOLUNTÁRIA LIMITADA. PRINCÍPIO DO TANTUM DEVOLUTUM QUANTUM APPELLATUM. AUTONOMIA DA MAJORANTE COM O TIPO PENAL PREVISTO NO ARTIGO 244-B, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. O recurso de apelo criminal é caso típico de recurso ordinário por proeminência, tutelado por todos os arcabouços jurídicos modernos, marcado pela possibilidade de ampla devolução de cognição ao Juízo ad quem, sendo, também, reconhecido como garantia processual de instrumentalização do princípio implícito constitucional do duplo grau de jurisdição. 2. Na vertente hipótese, referido recurso foi interposto voluntariamente e fulcrado no artigo 593, inciso I, do Código de Processo Penal, visando combater parte do ergástulo condenatório que, apreciando o mérito, condenou o recorrente pela prática dos crimes de roubo duplamente majorado e corrupção de menores. 3. Ao fazê-lo, o insurgente preferiu fazer uso do princípio do tantum devolutum quantum appellatum, restringindo a atuação recursal desta instância aos limites contidos em seu pedido de reforma da decisão objurgada. 4. O compulsar dos autos revela que a materialidade e a autoria delitivas se encontram exaustivamente comprovadas nos elementos de prova erigidos nos autos e colhidos sob os corolários do contraditório e da ampla defesa, tudo sob o manto do devido processo legal. 5. A confissão espontânea do apelante, quando corroborada pelos demais elementos de prova justificam a manutenção da condenação, que, na situação em voga, sequer foi objeto de irresignação, devendo, pois, ser mantida. 6. Especificamente quanto a pretensão recursal, pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça de inexistir bis in idem no que concerne a incidência da majorante de concurso de agentes, prevista no artigo 157, §2º, inciso II, do Estatuto Repressivo Penal, com o delito corrupção de menores, sobretudo porque se tratam de condutas independentes e autônomas, que profonam bens jurídicos diversos. 7. Uma vez condenado, deve o recorrente receber a respectiva sanção penal pelo injusto praticado. A pena é a retribuição imposta pelo Estado em razão da prática de um ilícito penal, consistente na privação de bens jurídicos previamente determinados pelos próprios tipos penais, visando a readaptação do criminoso ao convício social e à prevenção em relação ao cometimento de novos crimes ou contravenções. 8. O Código Penal, em seu artigo 68, adotou o critério trifásico para a fixação da pena, consagrando a teoria adotada por Nelson Hungria. Assim, a pena-base deve ser fixada atendendo aos critérios do artigo 59 do Código Penal (circunstâncias judiciais); na segunda fase, serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes genéricas; já na terceira e derradeira fase, deverão ser analisadas as causas de aumento e de diminuição de pena.9. A individualização da pena, como atividade discricionária do julgador está sujeita à revisão apenas nas hipóteses de flagrante ilegalidade ou teratologia, quando não observados os parâmetros legais estabelecidos ou o princípio da proporcionalidade, o que, à toda evidência não é o caso dos autos, quer pelo acerto da decisão de piso, quer pela ausência de pedido da defesa. 10. Apelo criminal conhecido e desprovido. **DECISÃO**: “Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, DECIDE a Egrégia 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, em conhecer e desprover o apelo criminal, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.”.

20) Processo: 4003567-22.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 1ª Vara de Itacoatiara/AM. Impetrante/Defensor Público: Oswaldo Machado Neto. Paciente: Cristiano Alves Barbosa de Souza. Impetrado: Juízo de Direito de 1ª Vara de Itacoatiara/AM. ProcuradoraMP: Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: João Mauro Bessa. **EMENTA**: HABEAS CORPUS NULIDADE DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA – IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA – SENTENÇA QUE FAZ REFERÊNCIA A FATOS QUE NÃO CONSTAM NA DENÚNCIA – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO – NÃO OBSERVÂNCIA DO PROCEDIMENTO DA MUTATIO LIBELLI – MANIFESTA ILEGALIDADE IDENTIFICADA - NÃO CONHECIMENTO – CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. 1. A jurisprudência dos Tribunais Superiores orienta-se no sentido de que o Habeas Corpus não pode ser utilizado como substituto de recurso próprio, sob pena de desvirtuar a finalidade dessa ação constitucional, com exceção de situação de flagrante ilegalidade, na qual a ordem pode ser concedida de ofício. 2. Da leitura das sobreditas peças processuais, constata-se, sem maior esforço, que a denúncia e a sentença de pronúncia fundamentam a qualificadora por motivo torpe em fatos diversos, sem a devida congruência exigida pelo princípio da correlação.3. Em informações, a autoridade impetrada expôs que, apesar de ter sido identificado que o substrato fático relativo à qualificadora do motivo torpe seria diverso daquele exposto na denúncia, não haveria necessidade de proceder ao aditamento da exordial na medida em que teria sido assegurado ao paciente o exercício do direito de defesa, não ensejando, por conseguinte, qualquer tipo de nulidade. Todavia, a norma processual penal é clara ao dispor sobre a necessidade de ocorrer o aditamento da denúncia no presente caso, tratando-se do instituto da mutatio libelli, não havendo espaço para juízo de oportunidade ou conveniência.4. O princípio da correlação garante, precisamente, a necessária congruência entre os fatos acusados e a sentença, a fim de possibilitar que, antes de ser submetido a interrogatório judicial, o réu tenha prévio conhecimento sobre os fatos de que precisará se defender, e, a partir disso, possa produzir todos os meios de prova válidos para demonstrar a sua inocência, ou, ainda, minorar a sua condenação. Logo, forçoso o reconhecimento da nulidade processual. Precedentes. 5. Habeas Corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para declarar a nulidade da sentença de pronúncia proferida nos autos da ação penal n.º 0000268-07.2018.8.04.4700, devendo o Ministério Público proceder ao aditamento da denúncia, observando-se, posteriormente, o procedimento estatuído no artigo 384, parágrafos 2º e 4º do Código de Processo Penal. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus n.º 4003567-22.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em dissonância com o parecer do graduado órgão do Ministério Público, não conhecido o habeas corpus, mas concedida a ordem, de ofício, a fim de declarar a nulidade da sentença de pronúncia proferida nos autos da ação penal n.º 0000268-07.2018.8.04.4700, devendo o Ministério Público proceder ao aditamento da denúncia, observando-se, posteriormente, o procedimento estatuído no artigo 384, parágrafos 2º e 4º do Código de Processo Penal, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

21) Processo: 4003639-09.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 1ª V.E.C.U.T.E. Impetrante/Advogado: Dr. Romario Marcos Nunes Trindade (OAB: 13525/AM). Paciente: Higson Seabra de Oliveira. Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus (1ª Vecute). Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: João Mauro Bessa. **EMENTA**: HABEAS CORPUS – TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES - NEGATIVA DE AUTORIA – ANÁLISE ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO - INCOMPATIBILIDADE COM O REMÉDIO CONSTITUCIONAL IMPETRADO SEGREGAÇÃO CAUTELAR FINCADA NAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – LEGALIDADE DA PRISÃO – CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS – IRRELEVÂNCIA – HABEAS COPRUS PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADO.1. A ação constitucional impetrada caracteriza-se por ser de cognição sumária e de rito procedimental abreviado. Portanto, a tese aventada pelo Impetrante acerca da negativa de autoria delitiva se mostra incompatível com procedimento escolhido, visto que demanda uma aprofundada análise do acervo probatório da ação principal, função reservada ao juízo a quo. 2. No presente caso, observa-se que o paciente é acusado de integrar organização criminosa voltada ao tráfico de entorpecentes, cuja investigação se mostra complexa, importando, inclusive, a necessidade de decretação de interceptações telefônicas, as quais supostamente demonstraram o envolvimento do paciente nos fatos delitivos. 3. Ademais, conforme bem apontado pelo ilustre promotor de justiça, o paciente responde a outros processos criminais, o que reforça a necessidade de manutenção da custódia cautelar, ante o risco de reiteração delitiva. 4. Não há constrangimento ilegal na manutenção da prisão processual do paciente quando o magistrado a quo fundamenta a custódia cautelar nos requisitos legais previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. Precedentes.5. Eventuais condições subjetivas favoráveis não constituem motivo suficiente para garantir sua liberdade do paciente quando estão presentes os requisitos do artigo 312, do Código de Processo Penal.6. Habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, denegado. **DECISÃO**: ''Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus n.º , em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em parcial consonância com o parecer ministerial, em conhecer parcialmente do writ, denegando-lhe a ordem nessa extensão, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

22) Processo: 0229731-81.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal, 4ª V.E.C.U.T.E. Apelante: Raison Batista Gomes. Defensoria Pública Larrisa Vianez SantAnna Figueira Macedo. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente/Revisor: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: CONSTITUCIONAL - PROCESSO PENAL PENAL - APELAÇÃO CRIMINAL TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES NULIDADE PROCESSUAL DE TODA PROVA COLHIDA POR VIOLAÇÃO AO DOMICÍLIO CONSTITUCIONALMENTE PROTEGIDO - CRIME PERMANENTE - INAPLICABILIDADE - AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS CONFIGURADAS DESCLASSIFICAÇÃO DE TRÁFICO PARA USO DE ENTORPECENTES IMPOSSIBILIDADE CERTA QUANTIDADE DE DROGA ACONDICIONADA CARACTERIZAÇÃO DA FINALIDADE MERCANTIL - VALOR PROBATÓRIO DOS DEPOIMENTOS DOS AGENTES POLICIAIS PENA APLICADA DENTRO DO PODER DISCRICIONÁRIO DO JUIZ, SEM QUALQUER ILEGALIDADE OU EXCESSO – REGIME DE PENA SEMIABERTO MANTIDO - IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS, ANTE O TOTAL DA PENA IMPOSTA – REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA SEMIABERTO MANTIDO - HIPÓTESE DE REFORMATIO IN PEJUS INDIRETA - REDUÇÃO DA PENA APLICADA PARA O SEU PATAMAR ANTERIOR – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, SOMENTE PARA REDUZIR À PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE PARA SEIS ANOS DE RECLUSÃO, SOMADA A SEISCENTOS DIAS-MULTA, EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO ARTIGO 617 DO CÂNONE PROCESSUAL PENAL. 1. Sendo o delito de tráfico de entorpecentes de natureza permanente, assim compreendido aquele em que a consumação se prostrai no tempo, não se exige a apresentação de mandado de busca e apreensão para o ingresso dos policiais na residência do acusado, quando se tem por objetivo fazer cessar a atividade criminosa, dada a situação de flagrância, conforme ressalva o art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. Precedentes. 2. Sendo o conjunto probatório apto à comprovação da materialidade e autoria delitivas do crime de tráfico de drogas, expresso no artigo 33, da Lei 11.343/2006, não devem ser acolhidos os requerimentos de absolvição e de desclassificação da conduta criminosa para o delito de uso, previsto no art. 28 do mesmo diploma legal. 3. A variedade

e a quantidade de drogas apreendidas, assim como a forma como elas estavam acondicionadas, denotam a finalidade mercantil do agente, não sendo cabível falar em desclassificação para a figura prevista no artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, sobretudo diante da confissão judicial, obtida sob os pálios do contraditório e de ampla defesa. 4. Os depoimentos dos agentes policiais, prestados em Juízo, à luz do devido processo legal, possuem alto grau de credibilidade e legitimidade, como elemento probatório.5. Uma vez condenado, deve o recorrente receber a respectiva sanção penal pelo injusto praticado. A pena é a retribuição imposta pelo Estado em razão da prática de um ilícito penal, consistente na privação de bens jurídicos previamente determinados pelos próprios tipos penais, visando a readaptação do criminoso ao convício social e à prevenção em relação ao cometimento de novos crimes ou contravenções. 6. O Código Penal, em seu artigo 68, adotou o critério trifásico para a fixação da pena, consagrando a teoria adotada por Nelson Hungria. Assim, a pena-base deve ser fixada atendendo aos critérios do artigo 59 do Código Penal, como também do artigo 42, da Lei de Drogas (circunstâncias judiciais preponderantes); na segunda fase, serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes genéricas; já na terceira e derradeira fase, deverão ser analisadas as causas de aumento e de diminuição de pena.7. A individualização da pena, como atividade discricionária do julgador está sujeita à revisão apenas nas hipóteses de flagrante ilegalidade ou teratologia, quando não observados os parâmetros legais estabelecidos ou o princípio da proporcionalidade, o que não se evidencia, na hipótese.8. Segundo o disposto no artigo 33, §4º, da Lei nº 11.343/2006, "nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa". Consoante reconhecido por ocasião da sentença, o apelante é condenado criminal, a afastar qualquer possibilidade de aplicação de tal benesse, consoante precedentes do Superior Tribunal de Justiça.9. Ante o total da pena imposta, impossível falar-se na substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, já que ultrapassado o limite máximo imposto pelo artigo 44, inciso I, do Código Penal.10. Quanto ao regime inicial de cumprimento da pena, acertada a decisão do juízo de piso ao fixá-lo no semiaberto, em sintonia com o disposto no artigo 33, §§ 2º, alínea b, e § 3º, do Código Penal.11. Infere-se do caderno processual, especialmente da sentença de fls. 159/168, anulada por força do Acórdão de fls. 233/238, que o apelante havia sido condenado à pena de seis anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente semiaberto, somada à sanção pecuniária de seiscentos dias-multa, reprimenda esta inferior a atual, de sete anos de reclusão, somadas a setecentos dias-multa. Tal proceder caracteriza violação ao princípio da non reformatio in pejus, tutelado pelo artigo 617, do Cânone Processual Penal. Neste ponto, o recurso merece ser provido, a fim de reduzir a sanção penal aos limites da sentença anulada, mais favorável ao recorrente. 12. Apelação criminal conhecida e parcialmente provida para, aplicando-se o princípio da non reformatio in pejus, restabelecer-se a pena privativa de liberdade para 6 (seis) anos de reclusão, somada a 600 (seiscentos) dias-multa, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0229731-81.2014.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância ao parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

23) Processo: 0246850-89.2013.8.04.0001 - Apelação Criminal, 2ª Vara do Tribunal do Júri. Apelante: Adriano de Souza Gomes. Defensor Público Wilsomar de Deus Ferreira. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: PÚBLIO CAIO BESA CYRINO. Presidente/Revisor: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** CONSTITUCIONAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. MOTIVO TORPE E RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA. CONDENAÇÃO PROFERIDA PELO CONSELHO DE SENTENÇA. RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA. ALEGAÇÃO DE DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. ACOLHIMENTO DE UMA DAS TESES PELO CONSELHO DE SENTENÇA. CLÁUSULA CONSTITUCIONAL DA SOBERANIA DOS VEREDCITOS QUE MERECE SER RESGUARDADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1- O efeito devolutivo do recurso de apelação criminal encontra limites nas razões expostas pelo recorrente, em respeito ao princípio da dialeticidade que rege os recursos no âmbito processual penal pátrio, por meio do qual se permite o exercício do contraditório pela parte que defende os interesses adversos, garantindo-se, assim, o respeito à cláusula constitucional do devido processo legal.2- Em matéria processual é o recurso delimita a competência do tribunal para rever a matéria. A parte recorrente fixa a extensão da matéria a ser apreciada pelo juízo ad quem. Do mesmo modo que o juízo a quo não pode julgar ultra, extra ou citra petitum (princípio da correlação), também o juízo recursal não pode fazê-lo. Nesse contorno, só será conhecido pelo Tribunal aquilo que for devolvido (impugnado) pelo apelante, em homenagem ao princípio do tantum devolutum quantum appellatum, previsto no artigo 599 do Código de Processo Penal.3- A amplitude do recurso de apelação criminal, interposto contra as decisões proferidas pelo Tribunal do Júri, é mitigada. Face ao princípio da soberania dos veredictos, deve a instância superior restringir-se a examinar a celeuma nos limites em que foi apresentada. Esse, inclusive, o teor do enunciado sumular nº 713, do Supremo Tribunal Federal. 4- Infere-se da2s razão recursais que o recorrente interpôs apelo criminal limitado (também denominado pela doutrina de restrito), na exata medida em que se irresigna tão somente quanto à anulação de seu julgamento, consoante permissivo legal previsto no artigo 593, inciso III, alínea d, do Código de Processo Penal. 5- Não obstante as pretensões recursais da defesa, uníssono o entendimento na doutrina e jurisprudências pátrias que somente é manifestamente contrária à prova dos autos a decisão dos jurados que se dissocia, integralmente, de todos os segmentos probatórios aceitáveis dentro do processo.6- Havendo provas, ainda que em menor número, que autorizem a decisão esposada pelo Conselho de Sentença, não se deve ter por anulado o julgamento pelo Tribunal do Júri, em respeito ao princípio constitucional da soberania dos veredictos. 7- Apelação criminal conhecida e não provida. **DECISÃO:** " Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0246850-89.2013.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância ao parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

Secretaria da Primeira Câmara Criminal , em Manaus, 9 de setembro de 2019.

Mastewenwer Abreu Nery
Secretário da 1ª Câmara Criminal

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Despachos

Segunda Câmara Criminal
DESPACHO DE RELATORES

Segunda Câmara Criminal

0234034-41.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal. Apelante: Luis Otavio Lopes Brasil. Apelante: Antonio Rodrigues da Silva Neto. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Apelante: Claudio Cardoso de Souza. Apelante: Maki Douglas Cardoso da Silva. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau. Promotor: Adriano Alecrim Marinho.

Despacho: - Ficam INTIMADAS AS PARTES na pessoa de seus Advogados para tomarem conhecimento do seguinte DESPACHO, da lavra do Des. Djalma Martins da Costa, cujo teor final é o seguinte: "Diante do exposto, encerrada a minha prestação jurisdicional, não conheço do pedido, com as homenagens do art. 61, X, do RITJ/AM, e determino seu arquivamento.".

Total de feitos: 1

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESPACHO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Djalma Martins da Costa, Relator dos autos de **Apelação Criminal nº 0000078-10.2018.8.04.4000 Manaus/AM**, em que é Apelante **Francisco Alexandre Pessoa,** Advogado **Sebastião Fernandes Gurgel Neto (10597/AM)** e Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADOS** Apelante **Francisco Alexandre Pessoa** na pessoa de seu Advogado **Sebastião Fernandes Gurgel Neto (10597/AM)** para tomarem conhecimento da seguinte **DESPACHO** da lavra do **Des. Djalma Martins da Costa,** cujo teor final é o seguinte: "*À Secretaria, para incluir o processo em pauta de julgamento.* ***Sustentação Oral. Sessão Ordinária presencial do dia 16.09.2019, 9h."*** .

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Djalma Martins da Costa, Relator dos autos de **Habeas Corpus Criminal nº 4003772-51.2019.8.04.0000 Manaus/AM**, em que é Impetrante **Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque e Marcelo Laborda de Alencar,** Advogado **Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (8344/AM)** e Impetrado **Juízo da 1ª Vara do Tribunal do Júri de Manaus/AM,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADOS** Impetrante **Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque e Marcelo Laborda de Alencar** na pessoa de seu Advogado **Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (8344/AM)** para tomarem conhecimento da seguinte **DESPACHO** da lavra do **Des. Djalma Martins da Costa,** cujo teor final é o seguinte: "*Defiro o pedido de sustentação oral de fls. 87, nos termos do art. 14-A, § 3º, I, do RITJ/AM. Via de consequência, inclua-se o presente Habeas Corpus na pauta de julgamento presencial da próxima sessão.* ***Sessão Ordinária presencial do dia 16.09.2019, 9h*** *"* .

Secretaria da Egrégia 2ª. Câmara Criminal, em Manaus, 4 de setembro de 2019. *M27863*

(Assinatura digital)
Geysa Marjory P. Ramirez
Secretária
M27863

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0230406-39.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Wagner Santos da Silva - Apelante: Daniel Marques da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INTIMEM os Apelantes Daniel Marques da Silva e Wagner Santos da Silva, nas pessoas de seus advogados Amanda Karla Paiva da Silva (12229/AM), Cintia Albuquerque Brito (5596/AM), Kal El Bessa Nascimento Salem (6389/AM), Maria do Perpetuo Socorro Nunes Feijó Florencio (6541/AM) e Tamara Jessica Neves Ferreira (12363/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecerem as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relatora Dra. Onilza Abreu Gerth. - Advs: Amanda Karla Paiva da Silva (OAB: 12229/AM) - Maria do Perpetuo Socorro Nunes Feijó Florencio (OAB: 6541/AM) - Kal El Bessa Nascimento Salem (OAB: 6389/AM) - Cintia Albuquerque Brito (OAB: 5596/AM) - Tamara Jessica Neves Ferreira (OAB: 12363/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0253922-93.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: M. P. do E. do A. - P. G. - Apelado: A. das C. M. - Apelado: C. F. da S. - Apelante: A. das C. M. - Apelado: M. P. do E. do A. - P. G. - INTIME os Apelantes A. das C. M. e Ministério Público do Estado do Amazonas, na pessoa de seus advogados André Humberto Fortes Papaléo (5688/AM), Daniel Leite Brito (820MP) e Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (7338/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecerem as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator Des. Djalma Martins da Costa. - Advs: Daniel Leite Brito (OAB: 820/MP) - André Humberto Fortes Papaléo (OAB: 5688/AM) - Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB: 7338/AM) - Adriano Alves de Lima (OAB: 7398/AM) - João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB: 8107/AM) - Adriel Lopes Mota (OAB: 9320/AM) - Andreia Costa Fernandes (OAB: 11155/AM) - Camila Bertolini de Paiva (OAB: 8223/AM) - - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0622626-80.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Viviane Rodrigues Santana - Apelante: Israel Fernandes Marques - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INTIME o Apelante Israel Fernandes Marques, na pessoa de seus advogados Josafá Fernandes de Melo (9525/AM), Luana Andrade Melo (12282/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecerem as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator - Advs: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Larissa Vianez Santanna Figueira Macedo (OAB: 20/AM) - Josafá Fernandes de Melo (OAB: 9525/AM) - Luana Andrade Melo (OAB: 12282/AM) - Laís Rejane de Carvalho Freitas (OAB: M/PE) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4003707-56.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Careiro da Várzea - Impetrante: Aldemir da Rocha Silva Junior - Paciente: Breno Jackson Morais Alexandre - Impetrado: Juízo de Direito da Vara Única do Careiro da Várzea/am - Ficam INTIMADOS o Paciente Breno Jackson Morais Alexandre na pessoa de seu Advogado Aldemir da Rocha Silva Júnior (5445/AM) para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra da Relatora Dra. Onilza Abreu Gerth, cujo teor final é o seguinte: "Sendo assim, JULGO PREJUDICADA a presente ordem de Habeas Corpus, consoante o disposto no art. 659, do Código de Processo Penal.". - Advs: Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB: 5445/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004320-76.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Andrea Renata Virginio de Souza - Paciente: José Sampaio de Souza Júnior - Impetrado: Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Capital/am - Ficam INTIMADOS o Paciente José Sampaio de Souza Júnior na pessoa de sua Advogada Andréa Renata Virginio de Souza (9238/AM) para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra da Relatora do Processo, Exma. Srª. Drª. Onilza Abreu Gerth, cujo teor final é o seguinte: " Assim, concedo a liminar perquirida, para afastar a possibilidade de eventual prisão preventiva do paciente pelos motivos postos na presente impetração, no concernente aos fatos narrados nos autos, porém, tendo em vista que o mesmo já possui outro processo em trâmite na mesma vara, gozando de liberdade provisória mediante uso de tornozeleira eletrônica, por cautela, para aplicação da lei penal, entendo por bem aplicar as medidas cautelares previstas nos art. 319, I, IV e IX do Código de Processo Penal, como medidas alternativas

à prisão. Expeça-se-lhe Contramandado, na forma da lei e notifique-se o paciente das seguintes medidas cautelares: 1. Comparecimento em todo primeiro dia útil de cada mês neste juízo para informar e justificar atividades; 2. Proibição de se ausentar desta Comarca até o fim da instrução processual. 3. Monitoração eletrônica. Caso deixe de cumprir quaisquer das medidas acima descritas, o juízo primevo tomará as medidas pertinentes ao caso, podendo inclusive, decretar nova prisão.". - Advs: Andréa Renata Virginio de Souza (OAB: 9238/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004329-38.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Irenildi Machado Cardoso da Silva - Paciente: Ivan Castilho Carvalho - Impetrado: Juízo de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca da Capital/am - Ficam INTIMADOS o Paciente Ivan Castilho Carvalho na pessoa de seu Advogado Irenildi Machado Cardoso da Silva (13933/AM) para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra da Relatora Onilza Abreu Gerth, cujo teor final é o seguinte: "Ex posits, NEGO SEGUIMENTO ao pedido formulado, indeferindo in limine a presente ordem, nos termos do artigo 663 do Código de Processo Penal c/c o art. 65, inciso III, da Lei Complementar Estadual n.° 17/1997.". - Advs: Irenildi Machado Cardoso da Silva (OAB: 13933/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Julgamento Virtual

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo. Des Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e **prazo para manifestação de cinco (05) dias, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018,** os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

01. ADV/REP.: Danilo Germano Ribeiro Penha (6077/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Adriana Monteiro Espinheira - Processo 0200002-11.2018.8.04.0020 - Apelação Criminal - Apelante: V. A. M. - Apelado:Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jorge Manoel Lopes Lins

02. ADV/REP.: Maria Goreth Terças de Oliveira (3735/AM) e Sarah Pirangy de Souza - Processo 0619338-90.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Herrysson Ribeiro Pereira - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

03. ADV/REP.: Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (10233/AM) e Dioclemar Santos Nogueira Junior (12013/AM) - Processo 4003640-91.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Dioclemar Santos Nogueira Junior - Impetrante: Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira - Paciente: Tiago Sampaio dos Santos - Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital/am - Relator: Djalma Martins da Costa

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 9 de setembro de 2019.

SEÇÃO V

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Conclusões de Acórdãos

CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO PROCESSOS VIRTUAIS: Foram lidos e assinados em conferência do Egrégio Conselho da Magistratura do dia 03.09.2019, os acórdãos dos seguintes feitos:

1. 0258077-42.2014.8.04.0001 - Apelação Cível

Origem: Juizado da Infância e Juventude - Cível, **Apelante:O E. do A.,** Procurador: Dr. Benedito Evaldo de Lima Moreno, **Apelado: E. M. G.,** Defensora: Dra. Regina Maria Jansen Simões, Presidente:Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira, **Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes,** Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Lafayette Carneiro Vieira Júnior e Joana dos Santos Meirelles, Procuradora-Geral de Justiça em exercício: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza,EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA PARA TRATAMENTO CONTRA DEPENDÊNCIA QUÍMICA. ILEGITIMIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS. PRELIMINAR RECHAÇADA. MEDIDA NECESSÁRIA PARA EFETIVAR O DIREITO À SAÚDE E À VIDA. DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. JUNTADA DE LAUDO MÉDICO. PRESCINDIBILIDADE. DROGADIÇÃO COMPROVADA POR OUTROS MEIOS DE PROVA. INAPLICABILIDADE DA LEI 10.216/2001 QUANDO EM CONFRONTO COM AS REGRAS ESPECIAIS DO ECA. PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DO ADOLESCENTE. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. INOCORRÊNCIA. INDEVIDA OMISSÃO ESTATAL. INTERVENÇÃO JUDICIAL NECESSÁRIA. APELO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. Trata o presente recurso de irresignação do Estado do Amazonas quanto à sentença proferida em Ação ordinária, que o condenou a efetivar medida de internação compulsória de adolescente depende químico, sob alegação de que este deveria ser o único a figurar no polo passivo da demanda, em face da restrição em sua liberdade de locomoção.2. Constatada a omissão estatal em cumprir a medida de internação como meio para resguardar o direito à vida e à saúde de adolescente recalcitrante em meios alternativos de tratamento para drogadição, deve ser rechaçada a tese de ilegitimidade passiva ad causam do ente estatal.3. A concretização do direito à saúde é de responsabilidade solidária dos entes federados, podendo, cada um, em conjunto ou separadamente, ser demandado para o fim de assegurar a salvaguarda do núcleo essencial de tal garantia fundamental. 4. A Lei 10.216/2001, que condiciona a internação compulsória à juntada de laudo médico, não pode prevalecer em face das regras constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente, seja em razão do princípio da especialidade, como por força do mandamento constitucional insculpido em seu art. 227, sobretudo quando a medida extrema encontra-se plenamente demonstrada como necessária por outros meios de prova, bem como fundamenta-se no princípio do melhor interesse do infante.5. Não há que se falar em falta de interesse de agir, quando a ação ajuizada se mostrou como a única alternativa para garantir a efetiva proteção integral do menor.6. Apelo não provido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos da Apelação Cível nº 0258077-42.2014.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem o Conselho da Magistratura do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante."

2. 0612841-60.2018.8.04.0001 - Apelação Cível

Origem: Juizado da Infância e Juventude - Cível, **Apelante: C. A. P. do N. ,** Advogado: Dr. Sérgio de Oliveira Silva Júnior (OAB/SP 204364), **Apelada: M. G. N. ,** Advogados:Drs. Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB/AM 8344) Luanna Barros de

Albuquerque Gomes (OAB/AM 13172), Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira, **Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes,** Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Lafayette Carneiro Vieira Júnior e Joana dos Santos Meirelles, Procuradora-Geral de Justiça em exercício: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza, EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. PEDIDO DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR E ADOÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE CADASTRO PRÉVIO NA LISTA DE ADOTANTES. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE PREFERÊNCIA À RECORRENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.1. O procedimento de adoção encontra-se disciplinado no Estatuto da Criança e do Adolescente, diploma que exige prévia habilitação dos pretendentes, além de observância à ordem do cadastro de adotantes, nos termos do art. 50 da referida norma.2. A subversão do procedimento legal, com o deferimento da adoção intuito personae, somente se autoriza em situações de absoluta excepcionalidade, justificada pelo melhor interesse da criança, diante das nuances do caso concreto.3. Na espécie, a Apelante manteve contato com o recém nascido por curto tempo e, sendo assim, a criança não teve a oportunidade de desenvolver laços afetivos e de reconhecê-la como mãe, inclusive pela sua tenra idade. Portanto, devem ser aplicados os critérios legais previamente estabelecidos para o processo de adoção.4. Recurso não provido. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos da Apelação Cível nº 0612841-60.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem o Conselho da Magistratura do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante."

3. 0216231-69.2019.8.04.0001 - Apelação Cível

Origem: Juizado da Infância e Juventude - Infracional, **Apelante: A. C. de S. ,** Advogado: Dr. Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB/AM4100), **Apelado: T. M. F.,** Advogados: Drs. Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB/AM 1089-A), Otavio Araujo Neto (OAB/AM 10189), Johan da Costa Araujo (OAB/12234), Jammes Bezerra de Oliveira (OAB/AM 10038), Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira, **Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes,** Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Lafayette Carneiro Vieira Júnior e Joana dos Santos Meirelles, Procuradora-Geral de Justiça em exercício: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza, EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. PEDIDO DE EMISSÃO DE PASSAPORTE COM AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM. SENTENÇA FAVORÁVEL AO REQUERENTE. VIAGEM REALIZADA. FATO CONSUMADO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE RECURSAL. RECURSO PREJUDICADO.1. O presente apelo foi interposto com o objetivo de reformar e suspender os efeitos da sentença que determinou a expedição de passaporte com autorização de viagem em favor da criança O.S.F., para de que a mesma viajasse para Curaçao acompanhada por seu genitor, de 12/06/2019 a 19/06/2019. 2. Superado tal período, configura-se a perda superveniente do interesse recursal, uma vez que eventual provimento do apelo não teria utilidade à recorrente, na medida em que a sentença já exauriu seus efeitos e a realização da viagem é fato consumado, cujos reflexos não podem ser revertidos.3. Recurso prejudicado.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos da Apelação Cível nº 0216231-69.2019.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem o Conselho da Magistratura do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em dissonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em JULGAR PREJUDICADO O RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante."

4. 0646081-40.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal

Origem: Juizado da Infância e Juventude - Infracional, **Apelante:J. V. de O. L.,** Defensor: Dr. Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto, **Apelado: M. P. do E. do A.,** Promotora: Dra. Romina Carmen Brito Carvalho, Presidente:Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira, **Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes,** Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Lafayette Carneiro Vieira Júnior e Joana dos Santos Meirelles, Procuradora-Geral de Justiça em exercício: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza. EMENTA: APELAÇÃO. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME ESTUPRO DE VULNERÁVEL. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECLAMO. INVIABILIDADE. PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO PRECOCE. CUMPRIMENTO IMEDIATO DA MEDIDA. PRELIMINAR REJEITADA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. RELEVÂNCIA DA PALAVRA DA VÍTIMA. DEPOIMENTOS HARMÔNICOS E ALINHADOS. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE. ADEQUAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO.1. Em atenção ao princípio da intervenção precoce na vida do adolescente, refuta-se a preliminar de concessão do efeito suspensivo ao apelo, para fins de cumprimento da medida socioeducativa após o trânsito em julgado, no intuito de obstar a manutenção do risco que o levou à prática do ato infracional e garantir a atualidade da medida. Precedentes do STJ.3. Outrossim, o conjunto probatório produzido nos autos revela-se suficiente para lastrear a procedência da representação, na medida em que as alegações da vítima, além de firmes e coerentes, são compatíveis com as demais provas, sendo indubitável a conclusão acerca da autoria do ato infracional.4. A imposição da medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade afigura-se proporcional e adequada às particularidades do caso em concreto, especialmente em face da gravidade da conduta e da necessidade de reinserção social do menor. 5. Apelo não provido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos da Apelação nº 0646081-40.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem o Conselho da Magistratura do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante."

5. 0603232-29.2013.8.04.0001 – Apelação Cível

Origem: Juizado da Infância e Juventude - Cível, **Apelante: Estado do Amazonas,** Procurador: Dr. Ticiano Alves e Silva, **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas, Promotora**: Dra. Cláudia Maria Raposo da Câmara Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira, **Relator: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo,** Membros: Exmos. Srs. Desdores. Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Jomar Ricardo Saunders Fernandes e Joana dos Santos Meirelles, Procuradora-Geral de Justiça em exercício: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza. EMENTA: CONSTITUCIONAL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. REESTRUTURAÇÃO E REFORMA DE ESCOLA ESTADUAL. NULIDADE DA SENTENÇA AFASTADA. AUSÊNCIA DE FATO EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. EXIGÊNCIA DE CONDIÇÕES MÍNIMAS DE SEGURANÇA E HIGIENE. GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA. REDUÇÃO DA MULTA. CUMPRIMENTO PARCIAL DOS PEDIDOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.I – É possível ao Judiciário, em situações excepcionais, determinar ao Poder Executivo a implementação de políticas públicas para garantir direitos constitucionalmente assegurados, a exemplo do direito ao acesso à educação básica, sem que isso implique ofensa ao princípio da separação dos Poderes. (Precedentes ARE 761.127-AgR/AP).II – A realização de melhorias necessárias no ambiente escolar, objetiva a preservação da saúde, a dignidade e a segurança dos alunos e professores, uma vez que as condições insalubres dificultam os profissionais que ali trabalham de exercer seu mister e os alunos de aprenderem a matéria ministrada.III – O apelante logrou êxito em demonstrar que as melhorias estavam sendo promovidas pela Administração, razão pela qual deve ser reduzido o quantum arbitrado.IV – Recurso conhecido e, no mérito, parcialmente provido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação nº 0603232-29.2013.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores

que integram a Conselho da Magistratura do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado."

6. 0622284-11.2013.8.04.0001 - Apelação Cível

Origem: Juizado da Infância e Juventude - Cível, **Apelante: Municipio de Manaus,** Procuradora:Dra. Margaux Guerreiro de Castro, **Apelado:Ministério Público do Estado do Amazonas,** Promotora:Dra. Vânia Maria Marques Marinho, Presidente:Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira, **Relator: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo,** Membros:Exmos. Srs. Desdores. Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Jomar Ricardo Saunders Fernandes e Joana dos Santos Meirelles, Procuradora-Geral de Justiça em exercício: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza. EMENTA - RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ESCOLA MUNICIPAL. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA. MULTA. REDUÇÃO EM FACE DAS MELHORIAS EXECUTADAS. PARCIAL PROVIMENTOÉ possível ao Judiciário, em situações excepcionais, determinar ao Poder Executivo a implementação de políticas públicas para garantir direitos constitucionalmente assegurados, a exemplo do direito ao acesso à educação básica, sem que isso implique ofensa ao princípio da separação dos Poderes. (Precedentes ARE 761.127-AgR/AP).A realização de melhorias necessárias no ambiente escolar, objetiva a preservação da saúde, a dignidade e a segurança dos alunos e professores, uma vez que as condições insalubres dificultam os profissionais que ali trabalham de exercer seu mister e os alunos de aprenderem a matéria ministrada. Recurso conhecido e, no mérito, parcialmente provido, para que seja mantida a r. Sentença de procedência com redução apenas da multa cominatória. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0622284-11.2013.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Conselho da Magistratura do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, prover parcialmente, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.

Sessão de 03 de setembro de 2019 Juliana Andrade David - Secretária do Conselho da Magistratura.

Despachos

EDITAL

0600007-25.2019.8.04.0022 - Pedido de Providências
Requerente: Luís Felipe Belmonte dos Santos
Advogado: Mayko de Souza Aguiar (3711AC)
Recorrida: Corregedoria Geral de Justiça do Trinunal de Justiça do Estado do Amazonas
Recorrido: Cartório Extrajudicial da Comarca de Boca do Acre/AM

Ficam **INTIMADAS** as partes, na pessoa de seus representantes legais para tomarem conhecimento do seguinte **DESPACHO da lavra do Excelentíssimo Desembargador Relator Jomar Ricardo Saunders Fernandes** , cujo teor é o seguinte: "Retornam os autos com os memoriais de fls. 182/185. Inobstante o alegado, a Decisão de fls. 172/175 não conheceu da conversão de Pedido de Reconsideração em Recurso Administrativo, pelo que foi determinado o arquivamento dos autos nos termos do art. 61, X do RITJAM. Isto posto, determino o cumprimento integral do decisum". Manaus, 9 de setembro de 2019.

Pauta de Julgamento Designado

PAUTA DE JULGAMENTO DESIGNADO – PROCESSOS VIRTUAIS: De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Yedo Simões de Oliveira – Presidente do Egrégio Conselho da Magistratura faço público para conhecimento de todos os interessados, que logo após cumpridas as formalidades legais, serão julgados nas sessões seguintes os processos constantes da pauta.

1. 0601845-03.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal
Origem: Juizado da Infância e Juventude - Infracional
Apelante: V. L. M.
Defensor: Dr. Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto
Apelado: M. P. do E. do A.
Promotora: Dra. Romina Carmem Brito Carvalho
Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira.
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Jomar Ricardo Saunders Fernandes.
Procuradora-Geral de Justiça: Exma. Sra. Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque

2. 0603124-58.2017.8.04.0001 - Apelação Cível
Origem: Juizado da Infância e Juventude - Cível
Apelante: E. do A.
Procuradora: Dra. Virgínia Nunes Bessa
Apelado: M. P. do E. do A.
Promotora: Dra. Vânia Maria Marques Marinho
Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira.
Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes
Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Lafayette Carneiro Vieira Júnior e Joana dos Santos Meirelles
Procuradora-Geral de Justiça: Exma. Sra. Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque

3. 0603785-03.2018.8.04.0001 - Apelação Cível
Origem: Juizado da Infância e Juventude - Cível
Apelante: O Estado do Amazonas
Procurador : Dr. Benedito Evaldo de Lima Moreno
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotora : Dra. Vânia Maria Marques Marinho
Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira.
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Jomar Ricardo Saunders Fernandes.
Procuradora-Geral de Justiça: Exma. Sra. Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque

4. 0609041-29.2015.8.04.0001 - Apelação Cível
Origem: Juizado da Infância e Juventude - Cível
Apelante: Município de Manaus
Procurador: Dr. Daniel Octávio Silva Marinho
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotora: Dra. Nilda Silva de Souza
Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira.
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Jomar Ricardo Saunders Fernandes.
Procuradora-Geral de Justiça: Exma. Sra. Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque

5. 0611345-59.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal
Origem: Juizado da Infância e Juventude - Infracional
Apelante: K. R. C.
Defensor: Dr. Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto
Apelado: M. P. do E. do A.
Promotora: Dra. Romina Carmen Brito Carvalho
Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira.
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Jomar Ricardo Saunders Fernandes.

Procuradora-Geral de Justiça: Exma. Sra. Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque

6. 0618676-29.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal
Origem: Juizado da Infância e Juventude - Infracional
Apelante: M. C. de S.
Advogado: Dr. Miguel de Araújo Beckman, OAB/AM nº. 12.909
Apelado: M. P. do E. do A.
Promotora: Dra. Romina Carmen Brito Carvalho
Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira.
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Jomar Ricardo Saunders Fernandes.
Procuradora-Geral de Justiça: Exma. Sra. Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque

7. 0628532-85.2016.8.04.0001 - Apelação Cível
Origem: Juizado da Infância e Juventude - Cível
Apelante: Estado do Amazonas
Procurador: Dr. Marcelo Augusto A. da Cunha
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotora: Dra. Nilda Silva de Sousa
Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira
Relator: Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior
Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Jomar Ricardo Saunders Fernandes e Joana dos Santos Meirelles
Procuradora-Geral de Justiça: Exma. Sra. Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque

8. 0639989-80.2017.8.04.0001 - Apelação Cível
Origem: Juizado da Infância e Juventude - Cível
Apelante: M. de M.
Procuradora: Dra. Ladyane Serafim Pereira
Apelado: M. P. do E. do A.
Promotora: Dra. Nilda Silva de Souza
Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira.
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Lafayette Carneiro Vieira Júnior e Jomar Ricardo Saunders Fernandes
Procuradora-Geral de Justiça: Exma. Sra. Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque

9. 4002073-25.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento
Origem: Juizado da Infância e Juventude - Cível
Agravante: Estado do Amazonas
Procuradora: Dra. Luciana Araújo Paes
Agravado: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Derfensor: Dr. Arlindo Gonçalves dos Santos Neto
Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira.
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Lafayette Carneiro Vieira Júnior e Jomar Ricardo Saunders Fernandes
Procuradora-Geral de Justiça: Exma. Sra. Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque

Secretaria do Egrégio Conselho da Magistratura em Manaus, 09 de setembro de 2019.

Juliana Andrade David
Secretária
M58815

SEÇÃO VI

VARAS - COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0285/2019

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: MARCOS ALDENIR FERREIRA RIVAS (OAB 2250/AM), ADV: LÚCIO DE REZENDE NETO (OAB 512A/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ OLIVA VELOSO (OAB 6339/AM) - Processo 0027718-11.2005.8.04.0001 (001.05.027718-0) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Condomínio Residencial Monte Líbano - REQUERIDA: Sonja Silveira - TERCEIRO I: Marcos Aldenir Ferreira Rivas - Ante o exposto, conheço dos Embargos DE DECLARAÇÃO, MAS OS rejeito, para manter, na íntegra, a decisão de fls. 1358/1362. Por fim, considerando o teor dos artigos 4 e 139, II, do CPC, velando pela celeridade processual e a solução integral do mérito, inclusive a satisfativa, como no presente caso, considerando que tal providência trará menor prejuízo temporal às partes, deixo de aplicar multa por litigância de má-fé à exequente, contudo, consignando EXPRESSAMENTE que essa não deixará de ser aplicada caso seja suscitado novo incidente relacionado às matérias exaustivamente solucionadas no presente caso. Em termos de prosseguimento, viabilize-se o leilão. P.R.I. Manaus, 04 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: LUÍS FELIPE DE AZEVEDO ARAÚJO (OAB 13522/AM) - Processo 0235669-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Temporária - REQUERENTE: FRANCISCO SERVULO NETO - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Compulsando o caderno processual, noto que resta pendente análise de pedido de tutela antecipada requerida na petição inicial, no sentido de ser concedido ao autor aposentadoria por invalidez. Para concessão ta tutela antecipada, requer o art. 300, do NCPC, que esteja presente probabilidade do direito, perigo na demora e reversibilidade da medida. Pois bem, para a concessão da aposentadoria por invalidez é necessário que o perito indique que segurado encontra-se “incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência”, segundo inteligência do art. 42, da Lei 8.213/91. Nesse contexto, nos moldes do art. 372 do CPC e pautando-me no princípio da celeridade processual, deixo de encaminhar os autos à CEJUSC e aproveito a perícia já produzida no âmbito da Justiça Federal. Assim, compulsando o laudo pericial de fls. 30/32, restou evidenciada a incapacidade multiprofissional e permanente do requerente para exercer outra atividade que lhe garanta subsistência, motivo pelo que entendo haver subsunção do caso concreto à norma acima transcrita. Em assim sendo, há probabilidade do direito. Quanto ao perigo na demora, entendo que em razão do benefício pleiteado ter natureza de verba alimentar, há prejuízo ao demandante a demora para o processamento do feito. Quanto à reversibilidade da medida, filio-me à posição doutrinária que entende que tal requisito pode ser afastado quando, ponderado os direitos em colisão, através da aplicação do princípio da razoabilidade, evidencia-se que o direito mais provável assiste a quem requer a tutela provisória não dotada de reversibilidade fática. Nesse diapasão, entendo que em razão da probabilidade do direito e do perigo da demora restarem presentes no caso em comento, a ausência de reversibilidade da medida não deve deter o condão de impedir a guarida jurisdicional do direito autoral, sobretudo porque trata-se na espécie de acesso à verba alimentar, isto é, acesso à condição mínima de subsistência, o que não pode ser olvidado pelo Poder Judiciário, sobretudo sendo fundamento deste Estado Constitucional de Direito o princípio da dignidade da pessoa humana. Ademais, ao meu entender, em casos como o presente, valer-se do requisito do §3º, do art. 300, do NCPC, para negar a concessão da tutela provisória quando presente os requisitos do

"caput", do mesmo artigo, importa em óbice injustificado ao acesso da justiça, em frontal violação ao direito fundamental insculpido no art. 5º, XXXV, da CF. Dessarte, uma vez restando preenchidos os requisitos do "caput" do art. 300, do NCPC, DEFIRO o pedido de tutela antecipada. Assim, determino ao requerido que conceda ao requerente o benefício aposentadoria por invalidez, consoante o art. 42, da Lei 8.213/91, no prazo de 30 dias corridos, sob pena de multa mensal de R$5.000,00 (cinco mil reais), no limite de 06 repetições, fulcro no art. 139, IV, do NCPC. À Secretaria para, após intimada as partes desta decisão através de publicação, mover os autos para a fila "conclusos para sentença". Cumpra-se. Intime-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM), ADV: LUIZ CARLOS DA SILVA SAMPAIO (OAB 983/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE PAPALÉO (OAB 7338/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0236796-69.2010.8.04.0001 (001.10.236796-6) - Cumprimento de sentença - Reivindicação - REQUERENTE: Pedro Cordeiro de Menezes - REQUERIDO: Martinho Aldo Silva Frutuosa - Elizabeth Fernandes da Silva - A parte Exequente não indicou bens passíveis de penhora, inexistindo bens penhoráveis do Executado frustra o prosseguimento da Execução e/ou cumprimento de sentença. Entretanto, visando evitar que o feito permaneça parado na Secretaria como que por inércia do Juízo, determino o arquivamento e baixa dos autos, face ao lapso temporal decorrido sem manifestação da parte interessada.

ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM), ADV: ADALBERTO TEIXEIRA BITTAR (OAB 5275/AM) - Processo 0251062-27.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Beny Materiais de Construção Ltda - REQUERIDA: Silvone Damasceno Araújo - A parte Exequente não indicou bens passíveis de penhora, inexistindo bens penhoráveis do Executado frustra o prosseguimento da Execução e/ou cumprimento de sentença. Entretanto, visando evitar que o feito permaneça parado na Secretaria como que por inércia do Juízo, determino o arquivamento e baixa dos autos, face ao lapso temporal decorrido sem manifestação da parte interessada.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: IGOR GÓES LOBATO (OAB 307482/SP), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB 90461/MG), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM) - Processo 0261913-28.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Condomínio Geral do Milennium Center - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DISPOSITIVO Assim sendo, JULGO IMPROCEDENTE a presente demanda e EXTINGO o processo com resolução do mérito nos termos do art. 487, I do CPC/15. No mais, REVOGO a tutela provisória ora deferida, conforme fundamentação supra. Condeno a autora ao pagamento de honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. Transitada esta em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Manaus, 29 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: RUBENS DECOUSSAU TILKIAN (OAB 234119/SP), ADV: RAPHAEL HEINRICH BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 5885/AM) - Processo 0262073-24.2009.8.04.0001 (001.09.262073-7) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BRASKEM S/A - REQUERIDA: Sacopel Indústria de Plásticos e Papel Ltda - Claudete Maria Ciarlini Rabelo - Karina Ciarlini Rabelo - Cícero José Baima Rabelo - Sonia Franssinetti Bulcão Rabelo - Vistos, etc... Na hipótese de execução dirigida contra mais de um devedor, há necessidade de todos serem citados, porquanto somente após a citação de todos é que o prazo começará a fluir (RTFR 85/5 e JTACivSP 102/235). A respeito decidiu a 3ª. Turma Cível do TJMS, no AI 25.415-7, j. 19-09-90, RT 675/182. Aguarde-se, assim, a citação de todos devedores, porquanto a cada um deve ser dada a oportunidade para pagamento voluntário da execução, caso em que ocorrerá a extinção da execução (RJTAMG 28/254, 38/216, COAD 32.793, 36.640 e JB 47/260. Por esta razão, indefiro o pedido de consulta via Bacenjud e DETERMINO que o Requerente ofereça subsídios para viabilizar a citação dos demais Executados, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, III, do NCPC.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0601139-54.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Fort Indústria e Comércio de Cimento e Argamassa Ltda - REQUERIDO: Magali da Costa Rosa - Nome Fantasia NC Araújo - Art's Lajes Araújo Pré-Moldados - Vistos, Defiro a penhora do faturamento da empresa Magali da Costa Rosa, nome de Fantasia NC Araújo, no percentual máximo de dez por cento (10%), sem prejuízo de nova avaliação, após a elaboração do plano de administração. Servirá a presente decisão, como termo de constrição, independentemente de outra formalidade. Intime(m)-se o(s) executado(s), na pessoa de seu advogado, ou, na ausência, pessoalmente, por via eletrônica ou carta direcionada ao endereço de citação ou último endereço cadastrado nos autos, acerca da penhora. No prazo de 5 (cinco) dias, diga a parte executada se concorda com a nomeação da parte exequente, ou pessoa por ela indicada, como administrador-depositário. Em caso de discordância, a experiência vem demonstrando a total inviabilidade da utilização do próprio devedor como depositário. Em verdade, caso tal medida fosse minimante viável, sequer haveria necessidade de excussão, já que o próprio executado pagaria voluntariamente a dívida, ainda que a menor. Nesse caso, nomeio como administrador-depositário o Requerente, do qual prestará contas nos próprios autos. Int.

ADV: SAMARA GHAZZAOUI MOURAD (OAB 393452/SP), ADV: ARISTÓFANES BEZERRA DE CASTRO NETO (OAB 7309/AM), ADV: MARGAUX GUERREIRO DE CASTRO (OAB 3917/AM), ADV: PAULO HENRIQUE EXPOSTO SANCHES VARGAS (OAB 181269/SP), ADV: SILVIA TASSETTO AMODIO (OAB 204661/SP) - Processo 0604261-12.2016.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: ANTONIO AUGUSTO DOS SANTOS - REQUERIDO: GI GROUP BRASIL RECURSO HUMANOS LTDA - Vistos, etc... Processo ultimado. Proceda-se a transferência do valor da sucumbência, na forma requerida. Após, arquivem-se e dê-se baixa.

ADV: EMMYLE FALCÃO CARNEIRO (OAB 9971/AM), ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM), ADV: HELOISE BASTOS MARTINHO (OAB 12609/AM), ADV: ROBERTA SOUZA SILVA (OAB 11429/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: MARA MÔNICA VIEIRA JUCÁ (OAB 5382/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA (OAB 6834/AM), ADV: LUCIANO RADAELLI (OAB 8565/AM) - Processo 0605850-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Ocs Distribuidora de Produtos Hospitalares Eireli - Orledilson Colácio da Silva - REQUERIDO: Murano Veículos Ltda. - Fca Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda - Via Marconi Veículos Ltda. - Primeiramente, consigno que deixo para analisar as questões preliminares por ocasião da sentença. No que pertine ao ônus da prova, verifico que os autores são consumidores nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, do CDC. Vislumbro, ainda, que os requerentes são hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. Outrossim, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. Por fim, desde já DEFIRO o pedido de prova pericial requerida pelas rés FCA Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda e Murano Veículos Ltda. Nomeio como perito o Sr. ARLINDO PIRES LOPES, engenheiro, cujo currículo consta do Banco de Peritos disponível no sítio eletrônico deste E.

Tribunal, para que pericie o veículo objeto dos autos. Determino à Secretaria que intime a referida expert para que, no prazo de 05 dias: i) apresente proposta de honorários; ii) apresente seus contatos profissionais, dentre os quais endereço de e-mail, tudo conforme assim insculpido no art. 465, § 2º, I e III, do CPC. Deixo de determinar que apresente currículo, tendo em vista tal instrumento já constar no site deste E. Tribunal, como acima apontado. Fixo o prazo de 60 dias para apresentação do laudo pericial, a contar da data determinada pelo perito para vistoria. Apresentada a proposta de honorários, intime-se as partes para, querendo, manifestarem-se no prazo de 05 dias, com estribo no art. 465, § 3º, do CPC. Pontuo que caberá à FCA Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda e Murano Veículos Ltda. ratearem os honorários do perito, porque ambas requereram a prova pericial, às fls. 179 e 210, respectivamente, vide art. 95, "caput", do NCPC. Ficam as partes intimadas a apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos e, se querendo, arguir impedimento e suspeição do perito, tudo no prazo de 15 dias, a contar da intimação desta decisão.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA RAMOS (OAB 128998/SP), ADV: ELIANE REIS BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 4430/AM), ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM), ADV: ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ (OAB 1135A/AM) - Processo 0607929-88.2016.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Direito de Imagem - RECLAMANTE: DANIELLA FERREIRA ARAÚJO - RECLAMADO: Telemar Norte Leste S/A - Uninverso Online S/A UOL PAGSEGURO - Vistos. Primeiramente, consigno que deixo para analisar as questões preliminares por ocasião da sentença. No que pertine ao ônus da prova, verifico que a autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. DEFIRO os pedidos de colheita de depoimento pessoal da autora e de oitiva de testemunhas requerida pela ré às fls. 111. Abro o prazo de 05 dias para que as partes juntem rol de testemunhas, acaso queiram produzir referida prova. Consigno que é dever de cada parte intimar suas testemunhas sobre o dia da audiência, conforme art. 455, "caput", do NCPC. Dessarte, determino seja pautada audiência de instrução e julgamento. Ademais, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam se pretendem produzir outras provas, nesse sentido, determino que: I- Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; II- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: JOSÉ LUIZ LEITE (OAB 622A/AM), ADV: FRANCISCO AFONSO DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 872A/AM), ADV: ELISA MEDINA LUSTOSA (OAB 4529/AM), ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 781A/AM), ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 92554MG), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 83522PR), ADV: SÉLIO JOSÉ MIGLIORANZA (OAB 8867/AM) - Processo 0608559-13.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Edileuza Marques Rocha - REQUERIDO: Empresa Via Verde Transporte Coletivo Ltda - LITSPASSIV: Henderon Cabral Cortez - Companhia Mutual de Seguros - Primeiramente, quanto ao pedido de concessão de gratuidade da justiça ao réu Henderson Cabral Cortez, entendo que não há elementos nos autos que indiquem pela hipossuficiência de tal demandado. Assim, determino que tal réu comprove em 15 dias sua condição de hipossuficiência, nos moldes do art. 99, §2º, do NCPC. Para tanto, deverá apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal. Quanto à concessão da gratuidade da justiça da ré Companhia Mutual Seguros, tendo em vista os documentos colacionados às fls. 254/268, entendo que se encontra suficientemente comprovada a sua insuficiência de recursos para arcar com eventuais custas do processo. Dessarte, DEFIRO a gratuidade da justiça em prol da referida ré. DEFIRO os pedidos de colheita de depoimento pessoal da autora e de oitiva de testemunhas. Abro o prazo de 05 dias para que as partes juntem rol de testemunhas, acaso queiram produzir referida prova. RECEBO o rol de testemunhas juntados aos autos às fls. 182/184. Consigno que é dever de cada parte intimar suas testemunhas sobre o dia da audiência, conforme art. 455, "caput", do NCPC. Nesse sentido, INDEFIRO o pedido de que o Juízo intime a testemunha da ré Via Verde, como esta requereu às fls. 182, eis que não ocorre no caso em comento nenhuma das hipóteses estabelecidas pelo art. 455, §4º, do NCPC. Ainda, INDEFIRO o pedido de expedição de ofício ao INSS e ao FENASEG/Seguradora Líder, requerido às fls. 241, visto que é ônus probatório das partes diligenciar junto a tais instituições para obter documentos. Dessarte, determino seja pautada audiência de instrução e julgamento. Ademais, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam se pretendem produzir outras provas e/ou ratifiquem as provas requeridas nas contestações apresentadas nos autos. Nesse sentido, determino que: I- Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; II- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0608966-19.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: OPX Operadora Portuária e Logística Ltda. - Vistos, etc... INDEFIRO o pedido de fls. 88, vez que já decidido por meio do despacho de fls. 48/50 e decisão de fls. 60, ressalte-se que, em caso de mais uma reiteração da matéria já decidida, serão aplicadas as sanções previstas no art. 81, do NCPC. Prossiga. Prazo: 10 dias.

ADV: RONALDO DA SILVA GAMA (OAB 7900/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: FABIANA NOGUEIRA NERIS (OAB 12366/AM), ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM), ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JUNIOR (OAB 4334/AM), ADV: ANDRÉ MENEZES DE SOUZA E SOUZA (OAB 5847/AM), ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAÚJO (OAB 10188/AM), ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM), ADV: SAMANTA COELHO DA SILVA E SILVA (OAB 9746/AM) - Processo 0611170-70.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Delman de Carvalho Perez - REQUERIDO: Terra Sólida LTDA. - Tespav Terraplenagem Pavimentação e Saneamento Ltda - Primeiramente, consigno que deixo para analisar as questões preliminares por ocasião da sentença. Outrossim, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0612622-81.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Eliana Benicio de Souza - REQUERIDO: Banco B.m.g. S/A - Vistos, etc... HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada nestes autos da Ação de Indenização por

Danos Materiais e Morais movida por Eliana Benício de Souza contra Banco BMG S.A. Em caso de descumprimento, valerá a presente sentença como título executivo judicial, cuja execução seguirá o rito do art. 523 e seguintes do NCPC e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Honorários advocatícios já distribuídos pelas partes. Transitada em julgado, arquivem-se e dê-se baixa. P. R. I.

ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0612967-13.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Cassiano Rodrigues de Souza Filho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Primeiramente, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença. Por fim, RECEBO o pedido de cadastramento de fls. 158.

ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0614831-62.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Alex Aguiar Lima - Vistos, etc... INDEFIRO o pedido de fls. 147/149, vez que já decidido por meio do despacho de fls. 126/128 e ato ordinatório de fls. 145, ressalte-se que, em caso de mais uma reiteração da matéria já decidida, serão aplicadas as sanções previstas no art. 81, do NCPC. Prossiga. Prazo: 10 dias.

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: FILIPE MENDES SILVA (OAB 9766/AM), ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0619172-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Jacira Pereira da Silva Nascimento - Yuri Silva do Nascimento - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Hospital Santo Alberto - Primeiramente, passo a analisar o pedido de chamamento ao processo do Dr. Altamir Bindá, requerido pela ré Hospital Santo Alberto, visto que tal questão processual detém o condão de impedir que os autos avancem para fase instrutória, por ora. Pois bem, a relação em tela é de natureza consumerista, motivo pelo que o CDC é aplicável nesta demanda. Nesse sentido, art. 88, do CDC estabelece que "Na hipótese do art. 13, parágrafo único deste código, a ação de regresso poderá ser ajuizada em processo autônomo, facultada a possibilidade de prosseguir-se nos mesmos autos, vedada a denunciação da lide."(grifos nossos) Com efeito, a jurisprudência mais atual do STJ tem compreendido, a partir de tal dispositivo, que não só a denunciação da lide é vedada em causas consumeristas, mas também o chamamento ao processo. Ademais, consigno que a inclusão do médico nesta lide levaria à ampliação da cognição do Juízo, vez que sua responsabilidade é de natureza subjetiva, o que levaria à necessidade perquirir culpa em sentido lato, o que não e necessário no estado atual dos autos, eis que a responsabilidade dos hospitais é averiguada a partir da teoria objetiva da responsabilidade civil. A corroborar as razões supra, colaciono julgado deste Colendo Tribunal de Justiça, senão vejamos: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO DO CONSUMIDOR E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. 1) CHAMAMENTO AO PROCESSO. DESCABIMENTO. RELAÇÃO DE CONSUMO. INCIDÊNCIA DO ART. 88 DO cdc. 2) DENUNCIAÇÃO DA LIDE. INADMISSIBILIDADE. INTERVENÇÃO QUE IMPLICARIA, NO CASO CONCRETO, AMPLIAÇÃO OBJETIVA DA LIDE EM PROCESSO QUE JÁ SE ENCONTRA EM ESTADO AVANÇADO DE TRAMITAÇÃO. 3) INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CAPÍTULO DECISÓRIO CARECEDOR DE FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA DE QUALQUER INDICAÇÃO CONCRETA A RESPEITO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 6º, viii, DO CDC. 4) RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. O art. 88 do CDC, conforme doutrina amplamente majoritária e consoante a mais atual jurisprudência do STJ, veda, ao contrário do que sua literalidade indica, o chamamento ao processo - e não a denunciação da lide - em qualquer demanda relativa a acidentes de consumo - não incidindo, portanto, apenas naquelas em que se discuta fato do produto ou serviço - . A denunciação da lide, pela sua própria finalidade - promover o princípio da razoável duração do processo - , é inadmissível nas hipóteses em que amplia objetivamente os limites da lide. É, portanto, defeso a sujeito que responde objetivamente denunciar a lide terceiro que responderia subjetivamente, porquanto se inseriria na demanda discussão a respeito da existência de dolo ou culpa do denunciado. Carece de fundamentação a decisão que inverte o ônus da prova com base no art. 6º, VIII, do CDC, sem especificar por quais motivos concretos está preenchido um dos requisitos previstos no dispositivo - verossimilhança das alegações ou hipossuficiência probatória - . Recurso conhecido e parcialmente provido. (Relator (a): Paulo César Caminha e Lima; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Primeira Câmara Cível; Data do julgamento: 13/08/2018; Data de registro: 13/08/2018) Dessarte, INDEFIRO o chamamento ao processo do Dr. Altamir Bindá. No mais, verifico que há incapaz nos autos, motivo pelo que a intimação do Ministério Público via Portal e saj, conforme art. 178, II, do NCPC. Prazo: dez dias. Quanto as demais questões preliminares levantadas, deixo para analisar por ocasião da sentença. Outrossim, escoado o prazo concedido ao parquet , intimem-se as partes para que caso tenham interesse em autocomposição, manifestem-se em 05 dias para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, ainda no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP) - Processo 0624602-30.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDO: K S B Transportes e Logistica LTDA - Vistos, etc... Tendo em vista que a parte autora abandonou o processo por mais de trinta (30) dias e, devidamente intimada, não promoveu as diligências necessárias ao seu andamento, julgo extinto o processo por abandono, na forma do art. 485, III, do NCPC. Condeno a parte autora nas custas do processo. Se a parte não for beneficiária da gratuidade da justiça, intime-se para pagar as custas em quinze (15) dias, sob pena de protesto. Se não ocorrer o pagamento no prazo, providencie a Secretaria o protesto. Transitado em julgado, e depois de cumpridos os procedimentos acima determinados quanto às custas, arquivem-se e dê-se baixa, com as comunicações e anotações necessárias. P. R. I.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0626871-37.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Ivan Pinheiro Ribeiro - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss e outro - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A

realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 13:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0630204-94.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Aldenei Pantoja da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 13:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade..

ADV: RODRIGO SILVA DO VALLE (OAB 9148/AM) - Processo 0631608-49.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: J. B. da Silva & Cia. Ltda. - EXECUTADO: Imo Comércio de Alimentos Eireli-me (Fantasia - Street Chopp Brahma Manaus) - Vistos, etc... Tendo em vista que a parte autora abandonou o processo por mais de trinta (30) dias e, devidamente intimada, não promoveu as diligências necessárias ao seu andamento, julgo extinto o processo por abandono, na forma do art. 485, III, do NCPC. Condeno a parte autora nas custas do processo. Se a parte não for beneficiária da gratuidade da justiça, intime-se para pagar as custas em quinze (15) dias, sob pena de protesto. Se não ocorrer o pagamento no prazo, providencie a Secretaria o protesto. Transitado em julgado, e depois de cumpridos os procedimentos acima determinados quanto às custas, arquivem-se e dê-se baixa, com as comunicações e anotações necessárias. P. R. I.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0631637-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: José Pereira - REQUERIDO: Itaú Unibanco S.a. - Caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: MARLON TAVARES DANTAS (OAB A1261/AM), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA) - Processo 0632465-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Humberto Carlos Obando - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Vistos, etc.. Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT. Da análise do acervo probatório se extrai que a intimação do periciando se deu por meio de carta devolvida com motivo “mudou-se; endereço insuficiente; não existe o número ou desconhecido”. É ônus da parte interessada informar a mudança de endereço que ocorra no curso do processo, mesmo que temporário, sob pena de presumir-se válida a intimação dirigida ao endereço noticiado inicialmente, ainda que não recebida pessoalmente pelo destinatário, nos termos do art. 274, § único do NCPC. Assim, entendo que, não tendo sido noticiado no curso do processo qualquer mudança de endereço, a intimação enviado ao endereço fornecido pela própria parte deve ser havida como válida, ocasionando ausência injustificada ao local na data e hora designadas para a realização da perícia médica. (art. 331, I, do NCPC). Neste sentido, segue a jurisprudência: APELAÇÃO CÍVEL. ACIDENTE DE TRABALHO. AUXÍLIO-ACIDENTE. PRESSUPOSTOS DO BENEFÍCIO INCOMPROVADOS. AUSÊNCIA DE PROVA DA REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA OU DA NECESSIDADE DE EMPREGO DE MAIOR ESFORÇO. AUTOR QUE NÃO COMPARECE À PERÍCIA APRAZADA. POSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DE PERDA DA PROVA TÉCNICA. SENTENÇA MANTIDA. 1. Auxílio-acidente. De acordo com o artigo 86 da Lei nº 8.213/91, o auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. 2. Perda da prova técnica. Possibilidade. Pressupostos do benefício não demonstrados. Quando não precedida de justificação plausível e suficientemente comprovada nos autos do processo, a ausência do segurado à perícia médica designada pelo juízo, após regular intimação, autoriza a presunção de que houve desistência da prova técnica. Caso em que o requerente não compareceu à perícia judicial, embora devidamente intimado. Situação concreta em que é presumível o desinteresse do requerente no prosseguimento da presente ação, pois não só deixou de comparecer a duas perícias marcadas como também silenciou após o encaminhamento de carta de intimação pessoal ao... endereço constante da petição inicial. E é preciso ter presente que são presumidamente válidas as intimações dirigidas ao endereço informado nos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo (artigo 274, parágrafo único, do vigente Código de Processo Civil). Assim, por faltarem evidências bastantes da redução da capacidade laboral do segurado, a conclusão pela improcedência do pedido inicial é medida que se impõe. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70077249134, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Richinitti, Julgado em 26/06/2018). (TJ-RS - AC: 70077249134 RS, Relator: Carlos Eduardo Richinitti, Data de Julgamento: 26/06/2018, Nona Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 05/07/2018) A propósito, sequer poderia ser intimada a parte pessoalmente para determinar o prosseguimento do feito, nos seus ulteriores termos, eis que tendo mudado de endereço, não

há possibilidade de cumprir a diligência, a qual, gize-se, apenas oneraria os cofres públicos, violando o princípio da duração razoável do processo e da economia processual. Entendo que a ausência do autor à perícia esvazia o lastro probatório de seu pedido. Convém frisar que à parte demandante incumbe o ônus de provar os fatos por si articulados, o que não ocorreu no presente caso. Ante o exposto, Julgo Improcedente o pedido, extinguindo o processo com resolução de mérito na forma do art. 487 I do NCPC. Condeno o autor ao pagamento das custas e honorários, os quais arbitro em 10% do valor da causa. Nos termos do disposto no art. 98, §3º do CPC, ressalto que a exigibilidade dos ônus da sucumbência (custas e honorários), em relação à autora, ficará condicionada à demonstração de que a parte promovente não é mais necessitada, já que se cuida de uma isenção temporária (STJ, 2ª Seção, EDVAR 431, relator: Ministro Sálvio de Figueiredo, DJU de 18/12/2000), cabendo à parte vencedora, comprovar que a situação de miserabilidade da parte vencida não mais subsiste (STF, RECR 184.841, relator Ministro Sepúlveda Pertence, DJU de 08/09/95; STJ, 4ª Turma, Resp 8.751-SP, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, DJU de 11/5/92). Não interposto recurso de apelação, arquivem-se os autos. P. R. I.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES JÚNIOR (OAB 9958/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0633216-82.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Antonio Nonato Coutinho - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: EDUARDO JOSÉ SILVA DOS SANTOS (OAB 7171/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0633959-58.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Andrey Luiz Ferreira dos Santos - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: XV - Intimação da parte ré para manifestação, em 15 (quinze) dias, sempre que forem juntados novos documentos, nos termos do art. 437, § 1º, do NCPC;

ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP), ADV: LÍVIA SÁ PEIXOTO FRAXE DA COSTA (OAB 5113/AM), ADV: JOÃO ANTONIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: CRISTIANE GANDA RIBEIRO (OAB 11885/AM), ADV: THAYENNE LORAN GOUVÊA DE MENDONÇA (OAB 11731/AM) - Processo 0634902-51.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Empreitada - REQUERENTE: Construtora Soma Ltda - REQUERIDO: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - Vistos, Face certidão da Sr. Escrivã de fl. 415, destituo expert nomeado na decisão de fls. 410/412 e nesta oportunidade nomeio novo perito, Sra. Amanda Pimenta Leão, contadora, cujo currículo também consta do Banco de Peritos disponível no sítio eletrônico deste E. Tribunal, para que realize a prova requerida pela parte ré, dos documentos apresentados às fls. 405/407. Determino à Secretaria que intime o referido expert para que, no prazo de 05 dias: i) apresente proposta de honorários; ii) apresente seus contatos profissionais, dentre os quais endereço de e-mail, tudo conforme assim insculpido no art. 465, § 2º, I e III, do CPC. No mais, cumpram às partes o já determinado na decisão interlocutória de fls. 410/412, em todos os seus termos, observando todos os prazos nela estabelecidos. Determino à Secretaria que: Publique esta decisão para que as partes fiquem intimadas do seu conteúdo decisório. intime o perito aqui nomeado para apresentar os dados apontados no corpo desta decisão; Após a resposta do referido perito, intimar as partes para se manifestarem, em 05 dias, sobre o valor dos honorários; Decorrido o prazo para manifestação das partes acima mencionada, façam os autos conclusos para despacho, a fim de que sejam arbitrados honorários periciais, nos moldes do art. 465, §3º, do NCPC, ou apreciada eventual impugnação aos honorários periciais propostos. Int.Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: MAURÍCIO CORTE CHAGAS MEMÓRIA (OAB 137775/RJ), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: JÉSSICA LOPES DE LIMA (OAB 10184/AM), ADV: DANIEL COELHO SILVA (OAB 10581/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 20283/RJ) - Processo 0637184-57.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alvanir Barros de Carvalho - REQUERIDO: White Martins Gases Indústria do Norte S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC. Manaus, 04 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: JOÃO ROAS DA SILVA (OAB 98981/MG) - Processo 0640298-38.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0613566-25.2013.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Izau Serpa de Souza Neto - REQUERIDO: Banco Intermedium S/A - DISPOSITIVO Assim sendo, JULGO IMPROCEDENTES os presentes embargos e EXTINGO o processo com resolução do mérito nos termos do art. 487, I e 920, III, ambos do CPC. Condeno a autora ao pagamento de honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC que, contudo, ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98 §3º, do CPC, tendo em vista que o embargante é beneficiário da justiça gratuita. Transitada esta em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Manaus, 04 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM) - Processo 0641934-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Tarcilene Bezerra Gomes - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - Inss e outro - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM) - Processo 0643017-85.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Restaurante Suzuran Ltda - REQUERIDO: Academia Spazio - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". O Art. 98, do Código de Processo Civil, por sua vez, estabelece que "A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei." Já o art. 99, § 3º, do mesmo diploma dispõe que "Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural." Ou seja, o pedido de gratuidade relativo a pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, deve, necessariamente vir instruído de comprovação da condição de hipossuficiência. Nesse exato sentido, a posição sumulada pelo Superior Tribunal de Justiça: "Súmula 481/STJ - Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais." No caso em tela, os argumentos aduzidos pela parte autora em fl. 02 não possuem força probante necessária para demonstrar a total ausência de receitas e patrimônio, suficiente para inviabilizar a assunção dos ônus decorrentes desta demanda. É importante observar que a simples presença de dívidas e protestos e até mesmo eventual pedido de recuperação judicial e falência não se revelam suficientes para demonstrar a "impossibilidade" no recolhimento das custas e despesas, já que a empresa pode ter outros bens suficientes para saldá-las. Portanto, deferir o benefício, que, em última análise, é custeado pelo Estado, equivaleria a carrear à população os ônus que deveriam ser pagos pela requerente, o que não pode ser admitido. Nessas condições, antes de indeferir o pedido, contudo, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) apresentada à Receita Federal; b) cópia dos balancetes financeiros, dos últimos três meses; Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 04 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0643155-91.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ercy de Oliveira Braz da Silva - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, manifestar-se sobre os embargos e documentos. Manaus, 03 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643371-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Francisco Juscelino Maceno Lopes - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643760-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Maisa Oliveira de Souza - AGRAVADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0644077-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rizonaldo Batista de Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais

e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/ nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM), ADV: HELENA MARIA VITAL DE MELO (OAB 14031/AM) - Processo 0644344-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Cláudia Pontes Barbosa - REQUERIDO: Instituto de Ensino Superior da Amazônia Ltda. - Caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0645007-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Francisco Sidney da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/ nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM) - Processo 0646144-31.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Maria Ete Herculano Cattebeke - REQUERIDO: Unimed Seguradora S/A - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 04 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM) - Processo 0646980-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marli Costa Fortes - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Primeiramente, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0647482-40.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alexandre Jinkings Tarrago - REQUERIDO: Empresa Via 8 - Fabio Souza dos Santos - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS

INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 04 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647665-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Maria Rozicleide da Silva Pereira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ante o exposto, nos termos da Recomendação Conjunta n.º: 01 de 15 de dezembro de 2015, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designada a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta 01/12/2015. Em tempo, dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial. Por derradeiro, quanto ao pleito de concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, defiro parcialmente o pedido, com fulcro no art. 98, § 5º, do Código de Processo Civil, isentando o autor apenas das custas judiciais iniciais, excluindo da benesse as despesas postais e demais encargos que se fizerem necessários no decorrer da lide. À Secretaria para providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Silvânia Corrêa Ferreira Juíza de Direito

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0647790-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Erik Diniz Figueira - REQUERIDO: Masae Empreendimentos Imobiliários Ltda. - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 04 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0651289-05.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Alb Transportes de Cargas Ltda - REQUERIDO: Lanaplast Industria da Amazonia Ltda - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Fica INTIMADO a parte Requerida a proceder ao pagamento das parcelas vincendas do acordo por meio de depósito bancário, conforme indicado às fls. 82

ADV: NATAN MONTEIRO DA SILVA (OAB 4142/AM), ADV: JANDER ROOSEVELT ROMANO TAVARES JUNIOR (OAB 9483/AM) - Processo 0659349-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Robertson John Santos da Silva - REQUERIDO: Luiz Henrique da Silva Cardoso - Os autos retornaram ao cartório mediante solicitação verbal do i causídico ao CEJUSC. Manifesto-me nos seguintes termos: 1- A vara não tem ingerência sobre a pauta do CEJUSC. Portanto, não compete a este Juízo o cancelamento da audiência. 2- Os autos retornaram no último dia útil da semana (04/09/), com audiência designada para a vindoura segunda-feira (09/09/2019). Inobstante o AR recebido por outrem é necessário aguardar o desfecho da audiência, ante a possibilidade de comparecimento do requerido. Em caso de ausência, poderá o autor reiterar, naquela oportunidade, o pedido de expedição de mandado. Por tais motivos, retornem os autos ao CEJUSC.

ADV: MÁRCIO GREYK JOSÉ DE PAULA RAPOSO (OAB 6312/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0701658-13.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: JONASA EMPREENDIMENTOS

IMOBILIÁRIOS - REQUERIDO: ACS Navegação e Comércio de Material de Construção Ltda - ABC Fomento Mercantil Ltda. e outro - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: XVI - Intimação das partes para se manifestarem sobre proposta de honorários periciais, no prazo de 05 (cinco) dias;

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0715465-03.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Veículos - REQUERENTE: Martins Veículos Ltda - REQUERIDA: Michele Garcia Ramos - Vistos, etc... Mantenho o indeferimento de consulta via SIEL já indeferido por este Juízo por meio do ato ordinatório de fls. 188. Ressalte-se que, em caso de reiteração da matéria já deferida, serão aplicadas as sanções previstas no art. 81, do NCPC. Prossiga. Prazo: 10 dias.

Adalberto Teixeira Bittar (OAB 5275/AM)
Adelaide Maria de Freitas Camargos Ribeiro (OAB 781A/AM)
Adelaide Maria de Freitas Camargos RIbeiro (OAB 92554MG)
Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
Ana Paula Benevides de Araújo (OAB 10188/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
André Menezes de Souza e Souza (OAB 5847/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Batista Nogueira (OAB 6834/AM)
Antônio José Oliva Veloso (OAB 6339/AM)
Antônio Praia Caldas (OAB 9546/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Aristófanes Bezerra de Castro Neto (OAB 7309/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Junior (OAB 4334/AM)
Bruno Silva Navega (OAB 83522PR)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 20283/RJ)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
César Ituassu da Silva Neto (OAB 9506/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Cristiane Ganda Ribeiro (OAB 11885/AM)
Daniel Coelho Silva (OAB 10581/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eduardo José Silva dos Santos (OAB 7171/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Eliane Reis Bernabéu Céspedes (OAB 4430/AM)
ELISA MEDINA LUSTOSA (OAB 4529/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Emmyle Falcão Carneiro (OAB 9971/AM)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Fabiana Nogueira Neris (OAB 12366/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Filipe Mendes Silva (OAB 9766/AM)
Francisco Afonso dos Santos Júnior (OAB 872A/AM)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Helena Maria Vital de Melo (OAB 14031/AM)
Heloise Bastos Martinho (OAB 12609/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor Góes Lobato (OAB 307482/SP)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB 7338/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jander Roosevelt Romano Tavares junior (OAB 9483/AM)
Jéssica Lopes de Lima (OAB 10184/AM)
João Antonio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
João Roas da Silva (OAB 98981/MG)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Luiz Leite (OAB 622A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB 90461/MG)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Lívia Sá Peixoto Fraxe da Costa (OAB 5113/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luciano Araújo Tavares (OAB 12512/AM)
Luciano Radaelli (OAB 8565/AM)
Lúcio de Rezende Neto (OAB 512A/AM)
Luís Felipe de Azevedo Araújo (OAB 13522/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Carlos da Silva Sampaio (OAB 983/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Luiz Gustavo de Oliveira Ramos (OAB 128998/SP)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Mara Mônica Vieira Jucá (OAB 5382/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
Márcio Greyk José de Paula Raposo (OAB 6312/AM)
Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB 2250/AM)
Margaux Guerreiro de Castro (OAB 3917/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Marlon Tavares Dantas (OAB A1261/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurício corte Chagas Memória (OAB 137775/RJ)
Miquéias Matias Fernandes Júnior (OAB 9958/AM)
Natan Monteiro da Silva (OAB 4142/AM)
Paulo Henrique Exposto Sanches Vargas (OAB 181269/SP)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Raphael Heinrich Barbosa de Oliveira (OAB 5885/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Souza Silva (OAB 11429/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Silva do Valle (OAB 9148/AM)
Ronaldo da Silva Gama (OAB 7900/AM)
Rosely Cristina Marques Cruz (OAB 1135A/AM)
RUBENS DECOUSSAU TILKIAN (OAB 234119/SP)
Samanta Coelho da Silva e Silva (OAB 9746/AM)
Samara Ghazzaoui Mourad (OAB 393452/SP)
Sélio José Miglioranza (OAB 8867/AM)
Silvia Tassetto Amodio (OAB 204661/SP)
Thayenne Loran Gouvêa de Mendonça (OAB 11731/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0347/2019

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB), ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM), ADV: DIOGO CEZAR DOS SANTOS FEUSER (OAB 749A/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM) - Processo 0243287-19.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0048342-72.2010.8.04.0012) (processo principal 0048342-72.2010.8.04.0012) - Cumprimento de sentença - DIREITO CIVIL - EXEQUENTE: Denise Jacob - EXECUTADO: Eucatur Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0603093-04.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Condomínio Geral do Milennium Center - Considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Na forma do art. 922 do Código de Processo Civil, determino a suspensão do processo, devendo, caso solicitado pelo credor, ser reaberta a execução para prosseguimento a partir de onde tiver cessado.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0603123-05.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Condomínio View Club Home - Considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Na forma do art. 922 do Código de Processo Civil, determino a suspensão do processo, devendo, caso solicitado pelo credor, ser reaberta a execução para prosseguimento a partir de onde tiver cessado.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0608270-12.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Pneu Forte Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: LUIZ GUSTAVO NEGRO VAZ JÚNIOR (OAB 7355/AM), ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM), ADV: LEONARDO LIMA TOLEDANO (OAB 10107/AM) - Processo 0612742-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: Toka da Karol Materiais de Construção Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0617814-63.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MONALISA GADELHA CORDOVIL (OAB 7154/AM), ADV: EZEQUIEL DE FREITAS MEDEIROS (OAB 9818/AM), ADV: HELIANDRO DA MATTA QUEIROZ DE AQUINO (OAB 6674/AM) - Processo 0619337-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Exact Comércio e Serviços Técnicos Ltda. - REQUERIDO: Eman Transporte Comércio e Serviços Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GABRIELLY DE OLIVEIRA GOMES (OAB 14294/AM), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM) - Processo 0620030-55.2019.8.04.0001 - Monitória - Franquia - REQUERENTE: Amazonas Indústria e Comércio de Colchões e Espuma Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da devolução da carta precatória, ás fls. antecedentes, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0620433-58.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ivaldo Fonseca Passos - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DANIELLE PASSOS ARAÚJO (OAB 9589/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0624041-30.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Eunice Rabelo Jacauna - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca da petição de fls. 94, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCOS CIRINO SERRA (OAB 5843/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM) - Processo 0638172-44.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonorte Cargas Express Ltda. - ME - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isto posto, REJEITO OS EMBARGOS, pois não existe obscuridade ou omissão alguma na decisão, razão pela qual a mantenho tal como está lançada. Proceda-se à penhora on line Bacenjud, no valor atualizado informado à fl. 204. Indefiro, por ora, a aplicação de multa nos moldes do art. 774 do CPC, por não entender que o presente embargos tenha extrapolado o propósito de exercício da ampla defesa.

ADV: ANTÔNIO JORGE LOUREIRO (OAB 12470/AM), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 16330/BA), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 1079A/SE) - Processo 0638328-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Raimundo da Silva Pinto - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A e outro - Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para: A) declarar quitada no dia do vencimento (15/08/2017) a fatura de fl. 21; B) declarar inexigíveis eventuais cobranças decorrentes da fatura de fl. 21, a qualquer título, tais como encargos, multa e juros moratórios, IOF, juros de financiamento etc.; C) condenar as

requeridas a, solidariamente, restituir em dobro os valores referidos nas alíneas "a" e "b" acaso comprovado que a parte requerente os tenha efetivamente pago, com fulcro no art. 42, parágrafo, único, do CDC; D) condenar as requeridas a, solidariamente, pagar indenização por danos morais no importe de R$ 7.000,00 (sete mil reais) em favor da parte requerente. Por fim, condeno as requeridas ao pagamento solidário das despesas e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. P.R.I.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0641457-79.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que, no prazo de 05 (dias), promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, uma vez que as informações requeridas pertinentes ao veículo encontram-se descritas às fls. 112.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0643751-36.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM) - Processo 0646479-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - AGRAVANTE: Cl Serviços Em Tecnologia da Informação - Vislumbro, in casu, dúvida acerca da carência econômica do(a) postulante, razão pela qual concedo o prazo de cinco dias para que traga aos autos uma cópia de sua Declaração de Imposto de Renda do ultimo exercício fiscal, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária.

ADV: SAMARA GUERRA ALMEIDA (OAB 7194/AM) - Processo 0647561-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edson Guimaraes Pereira - Defiro a gratuidade, observado indícios nos autos de que o requerente possui os requisitos necessários para obtenção do benefício pleiteado. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. De acordo com o art. 334 do CPC, porque a petição inicial preenche os requisitos e não é o caso de improcedência liminar, deveria ser designada data para realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, destaco que cabe ao magistrado verificar a conveniência da realização dessa audiência. Conforme determina o art. 4° do CPC, "as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa". A fim de alcançar a duração razoável e a efetividade, o novo sistema permite, dentre outras coisas, a flexibilização procedimental (CPC, 139, VI), sendo que a doutrina moderna defende a possibilidade de adequação do procedimento utilizando técnicas que vão além da simples alteração de prazos e/ou modificação da ordem de produção das provas. Além disso, é possível determinar a realização da audiência de conciliação a qualquer momento do procedimento (CPC, 139, V), sem prejuízo de as partes poderem recorrer a qualquer forma de solução alternativa extrajudicial de conflitos. Assim, a postergação da conciliação ou da mediação não acarretará nulidade (STJ - AgRg no AREsp 409.397/MG), já que não se vislumbra prejuízo para as partes (CPC, 282, § 1° e 283, parágrafo único). Também deve ser observada a necessidade de preservar a garantia da isonomia, enfatizada no art. 7° do CPC. Da forma como está disciplinada a audiência em questão, o réu ocupa posição de vantagem no momento da conciliação ou da mediação. Afinal, ele já tem ciência da tese do autor, ao passo que este não sabe quais são os argumentos que aquele vai utilizar para afastar o acolhimento da pretensão deduzida na inicial. Finalmente, a autorização expressa para a não realização do ato "quando não se admitir a autocomposição" (CPC, 334, § 4°, II) deve ser interpretada de maneira extensiva, abarcando os casos em que quaisquer das partes seja notoriamente refratária à resolução do litígio consensualmente, ou porque o autor já manifestou initio litis desinteresse nessa audiência, ou ainda, por fim, porque as características, a natureza ou o objeto da ação indiquem que a conciliação seja bastante improvável no caso concreto. Dessarte, deixo de designar a audiência neste momento, sem prejuízo de fazê-lo oportunamente, se o caso dos autos demonstrar que será adequada para melhor solução da lide. Assim, cite-se a requerida por meio ELETRÔNICO para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0650872-52.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cristóvão Brasil da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o Banco BMG S/A para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente manifestação sobre o comprovante de depósito de folhas 297, pois a Conta Corrente 01705431-3 (folhas 275) não possui valores depositados, sendo inviável a expedição de alvará.

Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio Jorge Loureiro (OAB 12470/AM)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Danielle Passos Araújo (OAB 9589/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Diogo Cezar dos Santos Feuser (OAB 749A/AM)
Ezequiel de Freitas Medeiros (OAB 9818/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Gabrielly de Oliveira Gomes (OAB 14294/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Heliandro da Matta Queiroz de Aquino (OAB 6674/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 1079A/SE)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 16330/BA)
Leonardo Lima Toledano (OAB 10107/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Gustavo Negro Vaz Júnior (OAB 7355/AM)
Marcos Cirino Serra (OAB 5843/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Monalisa Gadelha Cordovil (OAB 7154/AM)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Samara Guerra Almeida (OAB 7194/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0348/2019

ADV: FRANCISCO HONORATO DE BRITO (OAB 6638/AM), ADV: PETERSON GUSTAVO GERMANO MOTTA (OAB 7051/AM), ADV: LUIZ EDUARDO LUSTOSA DE OLIVEIRA (OAB 833/AM) - Processo 0621523-72.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: JOSÉ CLARINDO DOS SANTOS - REQUERIDA: TAYLENE DOS SANTOS SANTANA e outros - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ) - Processo 0631524-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nathan Silva Santos de Almeida - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM), ADV: THAIZA FABIANNE CARRIÇO CORRÊA (OAB 4745/AM) - Processo 0635759-24.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Responsabilidade dos sócios e administradores - REQUERENTE: Dorothy Christinne Carriço de Aguiar e outros - REQUERIDO: Climepsi Clínica Médica Psicológica Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM), ADV: THAIZA FABIANNE CARRIÇO CORRÊA (OAB 4745/AM) - Processo 0635759-24.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Responsabilidade dos sócios e administradores - REQUERENTE: Dorothy Christinne Carriço de Aguiar e outros - REQUERIDO: Climepsi Clínica Médica Psicológica Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP) - Processo 0640531-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Antônio José de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0641936-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Cristina da Silva Monteiro - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM) - Processo 0643277-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Terezinha de Jesus Martins Chaves - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: NAIDE MARIA DE SOUSA SILVA (OAB 10091/PA) - Processo 0646988-78.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Parizio Silva Filho - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0647901-60.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - De ordem, intimo a parte autora para que efetue o pagamento das custas inicias e despesas de ingresso (postais/oficial de justiça), sob pena de cancelamento da distribuição. Prazo de 15 dias. Art. 290 do CPC - "Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias."

ADV: SADI BONATTO (OAB 10011/PR) - Processo 0647945-79.2019.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Kasvi Imp. e Distribuição de Produtos P/ Labor. Ltda - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art.701 do CPC até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art.702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-

se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0648185-68.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0648214-21.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Francisco Honorato de Brito (OAB 6638/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Eduardo Lustosa de Oliveira (OAB 833/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Naide Maria de Sousa Silva (OAB 10091/PA)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Peterson Gustavo Germano Motta (OAB 7051/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Sadi Bonatto (OAB 10011/PR)
Thaiza Fabianne Carriço Corrêa (OAB 4745/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0349/2019

ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM) - Processo 0207260-47.2009.8.04.0001 (001.09.207260-8) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: José Ribamar Andrade Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - EXECUTADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Maurício Alexandre de Meneses Pereira - Certifico que, em comunicação com o Setor de Precatório de Segundo Grau, foi informado nesta Secretaria que na mídia enviada com os documentos necessários para o trâmite do Precatório não constam os arquivos necessários - enviados pel Ofício nº 657/2019, conforme protocolo em fl. 456. Desta feita, em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ c/c o art. 1º, § 2º, da Portaria nº 2072/2016-PTJ, intimo a parte Autora para que: 1) proceda à gravação dos respectivos autos em mídia (cd-rom), acompanhado do ofício requisitório expedido e documentos constantes do art. 18, §1º, da Resolução n 003/2014 desta Egrégia Corte e; 2) compareça neste Juízo para entrega da referida mídia para fins de remessa para o Setor de Precatório do Tribunal de Justiça.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0600196-66.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condomínio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - EXECUTADO: Fabian Montenegro de Souza - Defiro o pedido de fl. 240. Providencie-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: CARLA CONDÉ MARQUES E OLIVEIRA BERNHARD (OAB 9186/AM), ADV: CLAYTON QUEIROZ SABÓIA (OAB 11446/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM) - Processo 0601074-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: João Soares Fonseca - REQUERIDO: Rio Madeira Incorporadora Ltda. - PDG Construtora Ltda. - Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença.

ADV: JOÍSA MACIEL GUERRA DE SOUZA (OAB 7774/AM) - Processo 0604736-60.2019.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Andreia dos Santos Marques - REQUERIDA: Kátia Cristiane Fontes de Lima - José Hudson Lima da Costa - Ante o exposto, CONCEDO a tutela de urgência, no sentido de determinar a desocupação voluntária de quem quer que esteja no imóvel descrito nos documentos de fls. 53 e 68, no prazo de 30 (trinta) dias, autorizado, após este prazo, a utilização da devida e proporcional força policial para efetivo cumprimento da presente ordem, a fim de que a autora seja efetivamente imitida na posse do referido imóvel. Expeça-se mandado para tal fim, devendo constar, ainda, a citação dos requeridos e quem esteja efetivamente ocupando o imóvel no momento da diligência, para responder a presente demanda no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidade do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (CPC, art. 139, VI, e Enunciado 35, da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adapta-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo". Assim, havendo o aditamento no prazo, cite-se a parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Não havendo aditamento, retornem os autos conclusos para sentença extintiva, conforme artigo 303, § 2º, CPC.

ADV: FRANCISCO OSMÍDIO BRÍGIDO BEZERRA DE LIMA (OAB 871A/AM), ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM), ADV: JOSÉ WELLINGTON COUTINHO CAMPELO (OAB 870A/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0605613-10.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Maria Perpétuo Socorro Azevedo da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos, etc. Cuida-se de impugnação ao cumprimento de sentença em que a autora Maria Perpétuo Socorro Azevedo da Silva é executada e o requerido Banco Bradesco Financiamentos S/A é exequente. A sentença de parcial procedência determinou a revisão do contrato de empréstimo discutido nos presentes autos, de maneira que a impor taxa de juros remuneratórios em 1,90% ao mês, de forma simples (sem capitalização - fls. 258/263). Diante disso, o requerido, ora exequente, apresentou cálculos que resultaram no débito da executada de R$ 74.512,58 (setenta e quatro mil, quinhentos e dozes reais e cinquenta e oito centavos), já abatidos o valor do veículo apreendido e vendido pelo preço de R$ 19.000,00 (dezenove mil reais). Alega a autora erro no cálculo apresentado pela exequente, além de estar pendente a execução da multa por não atendimento à decisão de fls. 47/49, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). Dos documentos de fls. 314/321, verifico que há referência a "anexos" não juntados aos autos, o que impede o eventual exercício do direito da executada de impugnar a conta final resultado de tal laudo contábil. Converto o julgamento da impugnação em diligência, oportunizando ao exequente, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar os anexos I, II, III e IV, referidos no laudo de fls. 314/321, sob de desacolhimento dos cálculos ali apresentados. Havendo a apresentação dos documentos, intime-se, seguidamente, a executada para manifestação em 15 (quinze) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0617939-89.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Paulo Roberto Farias de Oliveira - André Luiz Farias de Oliveira - Kátia Regina Farias de Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0622794-48.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Alex Dantas de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Considerando o pagamento realizado a menor e ausente impugnação, defiro o pedido de fl. 551.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0623566-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Legados Manutenção e Serviços de Máquinas e Equipamentos Leves e Pesados Ltda. - REQUERIDO: Construtora Andrade Gutierrez S/A - Postergo a análise do pedido liminar para após a contestação. De acordo com o art. 334, do CPC, porque a petição inicial preenche os requisitos e não é o caso de improcedência liminar, deveria ser designada data para realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, destaco que cabe ao magistrado verificar a conveniência da realização dessa audiência. Conforme determina o art. 4°, do CPC, "as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa". A fim de alcançar a duração razoável e a efetividade, o novo sistema permite, dentre outras coisas, a flexibilização procedimental (CPC, 139, VI), sendo que a doutrina moderna defende a possibilidade de adequação do procedimento utilizando técnicas que vão além da simples alteração de prazos e/ou modificação da ordem de produção das provas. Além disso, é possível determinar a realização da audiência de conciliação a qualquer momento do procedimento (CPC, 139, V),

sem prejuízo de as partes poderem recorrer a qualquer forma de solução alternativa extrajudicial de conflitos. Assim, a postergação da conciliação ou da mediação não acarretará nulidade (STJ - AgRg no AREsp 409.397/MG), já que não se vislumbra prejuízo para as partes (CPC, 282, § 1° e 283, parágrafo único). Também deve ser observada a necessidade de preservar a garantia da isonomia, enfatizada no art. 7°, do CPC. Da forma como está disciplinada a audiência em questão, o réu ocupa posição de vantagem no momento da conciliação ou da mediação. Afinal, ele já tem ciência da tese do autor, ao passo que este não sabe quais são os argumentos que aquele vai utilizar para afastar o acolhimento da pretensão deduzida na inicial. Finalmente, a autorização expressa para a não realização do ato "quando não se admitir a autocomposição" (CPC, 334, § 4°, II) deve ser interpretada de maneira extensiva, abarcando os casos em que quaisquer das partes seja notoriamente refratária à resolução do litígio consensualmente, ou porque o autor já manifestou initio litis desinteresse nessa audiência, ou ainda, por fim, porque as características, a natureza ou o objeto da ação indiquem que a conciliação seja bastante improvável no caso concreto. Dessarte, deixo de designar a audiência neste momento, sem prejuízo de fazê-lo oportunamente, se o caso dos autos demonstrar que será adequada para melhor solução da lide. Cite-se a parte requerida para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0626172-12.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Marcus Adriano Viana Freire - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTSSADO: Secretaria Estadual de Administração - SEAD - Considerando o pagamento extemporâneo realizado à fl. 228, incidem a multa e honorários previstos no art. 523, § 1º, do CPC, razão pela qual defiro o pedido de fl. 244.

ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM), ADV: LEONARDO ROGÉRIO LEAL DE SOUZA (OAB 1991/RR) - Processo 0627631-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Perin Filmes Eireli - EPP - Idenilson Perin - REQUERIDO: BES - Brasil Energia Sustentável Ltda. - Nomeio a empresa Eneergia para realizar a perícia requisitada na contestação. Uma vez que a perícia foi requisitada pela requerida, está se realizará às suas custas. A perícia deverá esclarecer se o atraso na instalação se deu exclusivamente por culpa da concessionária ou se a empresa requerida deu causa aos atrasos, seja por execução lenta dos serviços, seja por falha na elaboração do projeto. Intimem-se as partes para fins do art. 465, §1º. Intime-se o perito (e-mail: andreluis@eneergia.Com.Br) para apresentar em 5 (cinco) dias: I - proposta de honorários; II - currículo, com comprovação de especialização; III - contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0628699-97.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Flex Tapajós - REQUERIDO: Ernane Martins da Cunha - Aos 08 de setembro de 2019, nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, nesta Secretaria da 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho, faço o arquivamento provisório dos autos em epígrafe, em cumprimento à determinação do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Roberto Santos Taketomi, Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho, do que para constar, lavrei este termo.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0629703-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Paulo Cezar de Oliveira Viana - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimo as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral (testemunhas), resumidamente, os fatos controvertidos que com ela pretendem esclarecer; no caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos; sob pena de indeferimento, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0633063-15.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Intimação / Notificação - REQUERENTE: Condomínio Parque Residencial Sabiá - REQUERIDO: Jonas Tamandaré Lins Rodrigues - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FRANCISCO EDBERTO DOS SANTOS (OAB 12232/AM), ADV: ROSELOANE SOUZA DA COSTA (OAB 11287/AM) - Processo 0641144-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Green Brasil Comércio de Peças para Veículos Automotores Ltda. - REQUERIDO: L. C. de Paiva Ramalhosa - ME (Pingo Som e Refrigeração Automotiva) - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0642980-92.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: A. da S. Gonzaga Comércio e Serviço Ltda. - ME - Valdecir Ivamir Lobo Oliveira - Lenilce da Silveira Pinheiro Oliveira - Aldenice da Silva Gonzaga - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos AR's juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM) - Processo 0645355-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Rufino Comércio de Alimentos Ltda. (Supermercado Baratão da Carne) - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro a assistência judiciária gratuita, observados nos autos indícios de que o requerente possui requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado. Assim como a inversão do ônus probatório, com fulcro no art. 6º, VIII, do CDC. O artigo 300 do Código de Processo Civil de 2015 prevê que "a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". Cuida-se de pedido de declaração de inexigibilidade de débito decorrente de recuperação de energia elétrica, haja vista suposta irregularidade na medição havida no período de agosto a outubro de 2015(dois mil e quinze). A esse respeito, o STJ (Superior Tribunal de Justiça), sob o rito dos recursos repetitivos (REsp n° 1.412.433/RS), já firmou a tese de que é possível o corte administrativo do serviço de energia elétrica em razão de débito estrito de recuperação de consumo efetivo por fraude do aparelho medidor, desde que o inadimplemento corresponda ao período de 90 dias anterior a constatação da fraude, o que não aparenta ser o caso do presente auto. Tratando-se de débito do ano de 2015 (dois mil e quinze), constata-se, a priori, ilicitude da requerida apenas no que pertine a suspensão do serviço com base em débito pretérito. Por outro lado, o periculum in mora igualmente resta demonstrado,

uma vez que o serviço público em questão é daqueles essenciais ao exercício da atividade empresária desenvolvida pela parte autora. Ante o exposto, CONCEDO PARCIALMENTE a tutela de urgência, no sentido de determinar, unicamente, que a requerente se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica à U.C. N° 0367823-7 em decorrência dos débitos referentes a agosto e outubro de 2015 (dois mil e quinze), sob pena de multa diária no valor R$ 1.000,00 (Hum mil reais), até o limite de 30 (vinte) dias-multa. Intime-se o Requerido acerca da presente tutela de urgência concedida, advertindo-se acerca dos efeitos do art. 304, do CPC (estabilização da tutela antecipada). Como se trata de tutela antecipada em caráter antecedente, intime-se a parte autora para aditar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 303, § 1º, I, CPC. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidade do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (CPC, art. 139, VI, e Enunciado 35, da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adapta-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo". Assim, havendo o aditamento no prazo, cite-se a parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Não havendo aditamento, retornem os autos conclusos para sentença extintiva, conforme artigo 303, § 2º, CPC.

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM) - Processo 0646195-42.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Raimunda Barbosa Dutra - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Assim, por ora, indefiro o pedido de antecipação da tutela jurisdicional. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidade do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (CPC, art. 139, VI, e Enunciado 35, da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adapta-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo". Assim, cite-se para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM) - Processo 0646195-42.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Raimunda Barbosa Dutra - REQUERIDO: Banco BMG S/A - CITAÇÃO ELETRÔNICA: Pelo presente cito-o(a) para os termos do processo em epigrafe. ADVERTÊNCIAS: O prazo para contestar o feito será de 15 (quinze) dias úteis. Dou ciência à parte requerida que, caso não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial (CPC, art. 344). A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.Jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.)

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0647615-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - REQUERIDO: Rubney Barroso - Defiro a gratuidade, observados indícios presentes nos autos de que o requerente possui requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. De acordo com o art. 334, do CPC, porque a petição inicial preenche os requisitos e não é o caso de improcedência liminar, determino que seja designada data para realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, destaco que cabe ao magistrado verificar a conveniência da realização dessa audiência. Conforme determina o art. 4°, do CPC, "as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa". A fim de alcançar a duração razoável e a efetividade, o novo sistema permite, dentre outras coisas, a flexibilização procedimental (CPC, 139, VI), sendo que a doutrina moderna defende a possibilidade de adequação do procedimento utilizando técnicas que vão além da simples alteração de prazos e/ou modificação da ordem de produção das provas. Além disso, é possível determinar a realização da audiência de conciliação a qualquer momento do procedimento (CPC, 139, V), sem prejuízo de as partes poderem recorrer a qualquer forma de solução alternativa extrajudicial de conflitos. Assim, a postergação da conciliação ou da mediação não acarretará nulidade (STJ - AgRg no AREsp 409.397/MG), já que não se vislumbra prejuízo para as partes (CPC, 282, § 1° e 283, parágrafo único). Também deve ser observada a necessidade de preservar a garantia da isonomia, enfatizada no art. 7°, do CPC. Da forma como está disciplinada a audiência em questão, o réu ocupa posição de vantagem no momento da conciliação ou da mediação. Afinal, ele já tem ciência da tese do autor, ao passo que este não sabe quais são os argumentos que aquele vai utilizar para afastar o acolhimento da pretensão deduzida na inicial. Finalmente, a autorização expressa para a não realização do ato "quando não se admitir a autocomposição" (CPC, 334, § 4°, II) deve ser interpretada de maneira extensiva, abarcando os casos em que quaisquer das partes seja notoriamente refratária à resolução do litígio consensualmente, ou porque o autor já manifestou initio litis desinteresse nessa audiência, ou ainda, por fim, porque as características, a natureza ou o objeto da ação indiquem que a conciliação seja bastante improvável no caso concreto. Dessarte, deixo de designar a audiência neste momento, sem prejuízo de fazê-lo oportunamente, se o caso dos autos demonstrar que será adequada para melhor solução da lide. Cite-se a parte requerida para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Assim como se manifeste ao que tange a proposta de acordo constante na fl. 1, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DIOGO CEZAR DOS SANTOS FEUSER (OAB 749A/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446A/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: DANIEL DE CARVALHO MACHADO (OAB 7785/AM), ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 118948/RJ), ADV: GUILHERME TORRES FERREIRA (OAB 5692/AM) - Processo 0706719-49.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Mariana Bárbara Tavares de Oliveira - REQUERIDO: Eucatur Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo Ltda. - DENUNCIADO: (Litisconsorte) Companhia Mutual de Seguros - Considerando que a satisfação do crédito exequendo não foi possível por outros meios, defiro o pedido de fls. 784/787, no sentido de que seja expedido mandado para penhora de valores na boca no caixa, diretamente na sede da empresa executada, no momento em que os "cobradores de ônibus" forem prestar contas e entregar a féria do dia ao setor responsável da executada, até o limite da dívida exequenda, que é R$ 165.775,72 (cento e sessenta e cinco mil, setecentos e setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Silva Navega (OAB 118948/RJ)
Carla Condé Marques e Oliveira Bernhard (OAB 9186/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Clayton Queiroz Sabóia (OAB 11446/AM)
Daniel de Carvalho Machado (OAB 7785/AM)
Diogo Cezar dos Santos Feuser (OAB 749A/AM)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446A/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Edberto dos Santos (OAB 12232/AM)

Francisco Osmídio Brígido Bezerra de Lima (OAB 871A/AM)
Guilherme Torres Ferreira (OAB 5692/AM)
Joísa Maciel Guerra de Souza (OAB 7774/AM)
José Wellington Coutinho Campelo (OAB 870A/AM)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Leonardo Rogério Leal de Souza (OAB 1991/RR)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roseloane Souza da Costa (OAB 11287/AM)
Sigrid de Lima Pinheiro (OAB 9594/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)

3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0309/2019

ADV: THIAGO NORONHA BENITO (OAB 11127/MS), ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0600487-71.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: FRANCISCO LELIS ALMEIDA DE MIRANDA - REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/S - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na ação movida por FRANCISCO LELIS ALMEIDA DE MIRANDA, em face de BANCO SANTANDER (BRASIL) S/S, extinguindo o processo com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, I, do CPC, nos termos da fundamentação supra. Condeno a parte autora ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, com suporte no art. 85, § 2º, do CPC. Todavia, em razão da gratuidade de justiça concedida, fica suspensa a exigibilidade desses valores, que somente poderão ser executados se, no prazo de 5 (cinco) anos contados do trânsito em julgado da decisão que os certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação que ensejou o direito à gratuidade, após o que extingue-se a obrigação do beneficiário, nos termos do art. 98, § 3º do CPC.

ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: KEULISON DA SILVA RAMOS (OAB 8581/AM), ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM) - Processo 0600643-93.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, nego-lhes provimento. Após o trânsito em julgado da sentença, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito, conforme art. 513, §1°, do CPC, ressalvado que os débitos posteriores a 03/2009 devem ser calculados conforme Portaria n° 1.855/2016. Desde logo, ficam as partes advertidas de que a interposição de embargos de declaração com caráter meramente protelatório será apenada com multa, nos termos do art. 1.026, §2°, do CPC. P. R. I. C.

ADV: REBECA AGUIAR LARRAT (OAB 9964/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0601655-11.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Sony Dadc Brasil Indústria Comércio e Distribuição Video-fonográfica Ltda. - Vistos, etc... O autor Sony Dadc Brasil Indústria Comércio e Distribuição Video-fonográfica Ltda., nos autos da Ação de Procedimento Comum Cível/PROC que move em face de Promoserv Construcao e Locacao LTDA, apresentou petição de páginas 184/185, requerendo a desistência do feito e seu consequente arquivamento. ANTE AO EXPOSTO, com fundamento no Art. 485, VIII do CPC, bem como tendo em vista que não foi oferecida contestação, não sendo necessário portanto o consentimento do réu, defiro o pedido e determino a extinção do feito sem a resolução de mérito. Determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Remetam-se os autos à contadoria para apurar possíveis custas pendentes. Custas pelo autor. P.R.I.C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0601763-40.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada por AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, nos termos da fundamentação supra, para condenar a ré ao pagamento do quantum equivalente as faturas mensais de fornecimento de energia elétrica, a ser apurado em liquidação por cálculos, com incidência de juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme a súmula 43 do STJ e art. 397, caput, do CC, calculados na forma prevista na Portaria n. 1855/2016 deste E. Tribunal de Justiça; Custas e honorários advocatícios pela ré, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, todavia, isento, por ser beneficiário da justiça gratuita. Transitada em julgado a sentença, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito (art. 513, § 1], CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602446-14.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Clenilson Sudário de Souza - Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, nego-lhes provimento. Após o trânsito em julgado da sentença, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito, conforme art. 513, §1°, do CPC, ressalvado que os débitos posteriores a 05/2009 devem ser calculados conforme Portaria n° 1.855/2016. Desde logo, ficam as partes advertidas de que a interposição de embargos de declaração com caráter meramente protelatório será apenada com multa, nos termos do art. 1.026, §2°, do CPC. P. R. I. C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602486-59.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada pela Amazonas Distribuidora de Energia S/A com o escopo de condenar o réu ao pagamento do quantum de

R$ 17.349,80 (Dezesete mil, trezentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos). Juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme a súmula 43 do STJ e art. 397, caput, do CC. Custas e honorários advocatícios pelo réu, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, conforme previamente estipulado no despacho inicial. P.R.I.C.

ADV: RODOLFO RIPPER FERNANDES (OAB 121045/RJ) - Processo 0602851-79.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Shopping Manaus Norte Spe S/a, - Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, dou-lhes provimento, para que a decisão interlocutória às fls. 274-275 passe a constar passe a constar com a seguinte redação: ''Intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD, ERIDFT. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC.''. Desde logo, ficam as partes advertidas de que a interposição de embargos de declaração com caráter meramente protelatório será apenada com multa, nos termos do art. 1.026, §2°, do CPC. P. R. I. C.

ADV: ANY CAROLINY DA SILVA OZORIO (OAB 8130/AM) - Processo 0603314-21.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Maria de Nazaré Sabeli Gusmão - ANTE O EXPOSTO, com fundamento no art. 485, IV do CPC, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, por inércia do autor em não promover os atos de sua incumbência. Revogo a liminar deferida às fls. 23/26. Após o trânsito em julgado da presente decisão, determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: IARA FARIA SANCHES (OAB 246381/SP), ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0603916-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Ante o exposto e considerando o mais que dos autos consta JULGO PROCEDENTE a presente ação e o faço para CONDENAR a ré, qualificada nos autos, ao pagamento da quantia de R$ 98.884,21 (noventa e oito mil oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e um centavos), referente ao não cumprimento do contrato de prestação firmados, corrigida monetariamente pela tabela prática do Egrégio Tribunal de Justiça desde o ajuizamento da ação e com a incidência de juros legais (1% ao mês) a partir da citação. Em consequência JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Em razão do acolhimento do pedido inicial CONDENO a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre da condenação, com fundamento no art. 85, § 3º, do Código de Processo Civil.

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM), ADV: KEULISON DA SILVA RAMOS (OAB 8581/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0605434-08.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Ladineide Nascimento Marinho - Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, dou-lhes provimento, para tornar nula a sentença às fls. 130-135. Chamo o processo a ordem, intime-se a parte autora para dar prosseguimento ao cumprimento de sentença e requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Desde logo, ficam as partes advertidas de que a interposição de embargos de declaração com caráter meramente protelatório será apenada com multa, nos termos do art. 1.026, §2°, do CPC. P. R. I. C.

ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM), ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM), ADV: CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 642/AM) - Processo 0607133-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ester Moraes da Silva Costa - REQUERIDO: José Tadros & Cia Ltda e outro - Vistos, etc... Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de judicial entabulado entre as partes às fls. 466 dos autos, no processo de Procedimento Comum Cível movido por Ester Moraes da Silva Costa contra José Tadros Cia Ltda e Monte Alegre Comércio Representações Ltda. ANTE AO EXPOSTO, com fundamento no art. 487, III, b, do Código Processual Civil, julgo extinto o presente processo. Determino, após o cumprimento integral do acordo, o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ QUAGLIOTTI SALAMONE (OAB 103587/SP), ADV: NEILDES ARAÚJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0608117-81.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: OMNI S/A - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Compulsando os autos, verifico que até a presente data o requerido não foi citado, por este motivo deixo de cumprir o parágrafo segundo do artigo 1009 do CPC. De ordem, remeto os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos e cautelas de praxe.

ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM) - Processo 0610107-73.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Osvaldo da Cruz Pinheiro - Pelos motivos expostos, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO para determinar que a requerida transfira para o seu nome a titularidade da unidade consumidora n° 3536238. Diante da sucumbência recíproca condeno as partes ao pagamento de metade das custas e despesas processuais do adversário. Arbitro os honorários advocatícios em R$1.000,00, e, desse montante, atribuo metade aos patronos de cada parte, observados os benefícios da justiça gratuita. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0610365-25.2013.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, nego-lhes provimento. Após o trânsito em julgado da sentença, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito, conforme art. 513, §1°, do CPC, ressalvado que os débitos posteriores a 23/01/2009 devem ser calculados conforme Portaria n° 1.855/2016. Desde logo, ficam as partes advertidas de que a interposição de embargos de declaração com caráter meramente protelatório será apenada com multa, nos termos do art. 1.026, §2°, do CPC. P. R. I. C.

ADV: JOÃO EDUARDO RODRIGUES DO NASCIMENTO (OAB 13289/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0611735-29.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maira Cruz Azize - III - DISPOSITIVO Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada pela autor, com o escopo de condenar o réu ao pagamento do quantum de R$26.982,69 (Vinte e seis mil, novecentos e oitenta e dois reais e sessenta e nove centavos). Juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme a súmula 43 do STJ e art. 397, caput, do CC. Custas e honorários advocatícios pelo réu, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, conforme previamente estipulado no despacho inicial. P.R.I.C

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0613073-72.2018.8.04.0001 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Condomínio Amazonas - Trata-se de ação de Despejo, proposta por Condomínio Amazonas, em face de Jose Maria Nobre da Silva Neto (Loja Delícias No Copo), todos devidamente qualificados nas peças em epígrafe. Afirma, em síntese, que firmou verbalmente com o requerido contrato de locação e que o mesmo não cumpriu com o pagamento dos aluguéis. Requer, por fim, que seja a presente ação julgada procedente com a decretação do despejo, custas judiciais e honorários advocatícios. Com a inicial juntou documentos (fls. 9/45). Posteriormente o autor informou que o réu desocupou o imóvel objeto da lide (fls.53). É o Relatório. Fundamento e Decido. A ação de despejo por falta de pagamento perdeu o objeto com a desocupação do imóvel. Portanto, ante a desocupação do imóvel JULGO EXTINTA a ação de despejo por falta de pagamento, em decorrência da superveniente perda de seu objeto, com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Despesas na forma da lei. Sem condenação em honorários. P.R.I.C.

ADV: LEONARDO LIMA TOLEDANO (OAB 10107/AM), ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO NEGRO VAZ JÚNIOR (OAB 7355/AM) - Processo 0613510-16.2018.8.04.0001 - Monitória - Inadimplemento - REQUERENTE: Toka da Karol Materiais de Construção Ltda - Pelo exposto,julgo procedente o pedido da autora para condenar a ré a pagar-lhe e R$ 30.686,37 (trinta mil, seiscentos e oitenta e seis reais e trinta e sete centavos), com acréscimo de correção monetária pela tabela prática do TJ/AM, a partir de 04/04/2018 e de juros de mora de 1% ao mês.Condeno a ré, ainda, no pagamento das custas, das despesas processuais e dos honorários dos advogados da autora, fixados em 10% do valor atualizado da condenação, mormente em razão da singeleza da lide, da natureza e dimensão econômica da causa, da revelia, dos atos praticados, do grau de zelo demonstrado e do julgamento antecipado. P.R.I.C.

ADV: CRISTIAN MENDES DA SILVA (OAB 691A/AM), ADV: IURI ALBUQUERQUE GONÇALVES (OAB 13487/AM), ADV: RICARDO CARVALHO PAIXÃO (OAB 3742/AM) - Processo 0614018-93.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Miguel Ângelo de Souza Ferreira - REQUERIDO: Sebastião Lucivaldo de Moraes Carril e outro - Ante o exposto, e pelo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, condenar os réus, de maneira solidária, ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais),a ser atualizada monetariamente a partir desta data e acrescida de juros legais de 1% ao mês, a partir da citação. Condeno os requerido ao pagamento de custa e honorários advocatícios que arbitro em 10 % sob o valor da condenação. P.R.I.C.

ADV: IONE MONTEIRO DA SILVA (OAB 4426/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0614449-93.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: Condomínio Residencial São Salvador - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a demanda proposta por pelo autor, para condenar o réu ao pagamento de indenização a título de dano moral, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), o qual deverá ser corrido pela Tabela Prática do E. Tribunal de Justiça, desde o arbitramento, e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, desde o evento danoso (27/10/2017). Em razão da sucumbência, cada parte arcará com metade das custas processuais. Quanto aos honorários, o réu arcará com o valor de R$ 1.000,00 (dois mil reais), em favor dos patronos do autor, e este último suportará o valor de R$ 1.000,00 (mil reais), em favor dos patronos do réu, vedada a compensação, isento por ser beneficiário da justiça gratuita. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: VALDECI SOARES DA SILVA (OAB A600/AM) - Processo 0615352-02.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Amazonas Copiadora Ltda - REQUERIDO: CENTRAL DE SERVIÇO DOS BANCOS S/A - SERASA EXPERIAN - Sob essas condições, consubstanciando no esvaziamento dos pressupostos necessários da constituição e desenvolvimento válido e regular, a ação perdeu o objeto. Ante o exposto, JULGO EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no artigo 485, inciso VI, cumulado com o artigo 493, ambos do Código de Processo Civil.

ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM), ADV: TÚLIO RICARDO OLIVEIRA (OAB 11117/AM) - Processo 0616872-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Condomínio em Edifício - REQUERENTE: Domingos Sávio Nascimento de Albuquerque e outro - REQUERIDO: Condomínio Edifício Portal do Aruanã - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTE a AÇÃO Anulatória movida por Domingos Sávio Nascimento de Albuquerque, José Rosildo de Souza Oliveira, Rouse Mayre Avelino Araújo Pereira e Tamille Corrêa Oliveira, em face de Condomínio Edifício Portal do Aruanã, para confirmar a tutela de urgência que determinou a suspensão dos efeitos da segunda Assembleia ordinária realizada no dia 12/04/2017 (ata de fls. 59/60). Em razão da sucumbência, o réu arcará com as custas judiciais e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios, que, nos termos do artigo 85, § 2o,do Código de Processo Civil, arbitro em 10% do valor da causa. Resolvo o mérito deste feito nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil.

ADV: PAULA AUGUSTA CARVALHO DE LIMA (OAB 6313/AM), ADV: EZEQUIEL DE FREITAS MEDEIROS (OAB 9818/AM), ADV: ROBERTO ALESSANDRO DE LIMA NASCIMENTO (OAB 12403/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 3632/AM) - Processo 0616895-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Eliomara Costa dos Santos - REQUERIDO: Civilcorp Incorporações - S. B. Imóveis Ltda. e outros - Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, nego-lhes provimento. Desde logo, ficam as partes advertidas de que a interposição de embargos de declaração com caráter meramente protelatório será apenada com multa, nos termos do art. 1.026, §2°, do CPC. P. R. I. C.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0617421-07.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Ante o exposto e considerando o mais que dos autos consta JULGO PROCEDENTE a presente ação e o faço para CONDENAR a ré, qualificada nos autos, ao pagamento da quantia de R$ 309.678,99 (trezentos e nove mil seiscentos e setenta e oito reais e noventa e nove centavos), referente ao não cumprimento do contrato de prestação firmados, corrigida monetariamente pela tabela prática

do Egrégio Tribunal de Justiça desde o ajuizamento da ação e com a incidência de juros legais (1% ao mês) a partir da citação. Em consequência JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Em razão do acolhimento do pedido inicial CONDENO a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre da condenação, com fundamento no art. 85, § 3º, do Código de Processo Civil.

ADV: SARAH MAIA VIANA (OAB 11440/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0619349-56.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: Srb Comercio e Servicos de Materiais de Construcao Ltda - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I e II, do CPC. Desde logo, ficam as partes advertidas de que a interposição de embargos de declaração com caráter meramente protelatório será apenada com multa, nos termos do art. 1.026, §2°, do CPC. P. R. I. C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0619950-04.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, nego-lhes provimento. Após o trânsito em julgado da sentença, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito, conforme art. 513, §1°, do CPC, ressalvado que os débitos posteriores a 28/01/2009 devem ser calculados conforme Portaria n° 1.855/2016. Desde logo, ficam as partes advertidas de que a interposição de embargos de declaração com caráter meramente protelatório será apenada com multa, nos termos do art. 1.026, §2°, do CPC. P. R. I. C.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0620268-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Orleans Tupinamba Nobre - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DECISÃO Ex positis, confirmo a decisão liminar e JULGO PROCEDENTE o pedido nos termos do art.487, I, do C.P.C.De Orleans Tupinamba Nobre, em face de Amazonas Distribuidora de Energia S/A, , que ora fixo em R$ 10.000,00 (dez mil reais), incidindo-se correção monetária oficial e juros de 1% ao mês, a contar do arbitramento, ou seja, da publicação da decisão, bem como declaro a inexistência do débito apresentado pela ré. Custas e honorários advocatícios de lei, estes à proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. P. R. I.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0620312-64.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Iricelma de Souza Figueira - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - A teor do exposto, julgo integralmente improcedentes os pedidos contidos na presente ação, diante da constatação da legalidade da contratação. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes que arbitro em 10% do valor atribuído à causa, cuja exigibilidade fica suspensa em razão da gratuidade de justiça deferida nos autos.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0620321-55.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazônia Indústria e Comércio de Polpas Ltda. - Ex positis, resolvo o mérito na forma do art. 487, I, do CPC, e JULGO PROCEDENTE o pedido exordial com o fito de condenar a empresa Ré Anderson Reis Mendes -Refeiçoes- Me ao pagamento do quantum de 5.512,44 (cinco mil quinhentos e doze reais e quarenta e quatro centavos). Juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme a súmula 43 do STJ e art. 397, caput, do CC. Custas e honorários advocatícios pela ré, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do CPC) sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM), ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM), ADV: ROSANA JARDIM RIELLA PEDRÃO (OAB 25298/PR), ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB 1161A/AM), ADV: JOSÉ ROQUE DA SILVA CARNEIRO (OAB 3226/AM) - Processo 0620339-52.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: SILMA PACHECO RAMOS - REQUERIDO: RENAULT DO BRASIL S.A - No mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, com fulcro no art. 487, I, do CPC, nos termos da fundamentação supra, para condenar, SILMA PACHECO RAMOS, em face de RENAULT DO BRASIL S.A a título de indenização por danos morais no quantum de R$ 10.000,00 (dez mil reais), bem como a indenização por danos materiais, a quantia de R$ 7.554,86 (sete mil quinhentos e cinquenta e quatro e oitenta e seis centavos), com incidência de correção monetária e juros moratórios, ambos contados do evento danoso (Súmulas 43 e 54 do STJ), calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855, deste E. Tribunal de Justiça; Em razão da sucumbência recíproca (art. 86, CPC): 1) O pagamento das custas processuais deve ser repartido entre as partes na proporção de 50%; 2) Condeno o réu, a pagar os honorários do patrono do autor, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação, com fulcro no art. 85, § 2º, do CPC; 3) Condeno o autor a pagar os honorários do advogado do réu, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor pretendido a título da indenização, que corresponde ao proveito econômico da sucumbência parcial, sendo 50% para cada patrono, com fulcro no art. 85, § 2º, do CPC; P.R.I.C.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0620510-67.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A, em face de Maria Vandete da Silva, com o escopo de condenar o réu ao pagamento do quantum de R$14.806,83 (Quatorze mil, oitocentos e seis reais e oitenta e três centavos). Juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme a súmula 43 do STJ e art. 397, caput, do CC. Custas e honorários advocatícios pelo réu, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, conforme previamente estipulado no despacho inicial. P.R.I.C.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM), ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM), ADV: JOSÉ DAVID NOGUEIRA DA SILVA (OAB 6180/AM) - Processo 0621376-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Ubiracy de Souza Batista - REQUERIDO: Alcinete F dos Santos Me - Clif - Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos para condenar a requerida, ao pagamento de R$ 10.000,00 (dez mil reais) ao autor, a título de ressarcimento dos danos morais sofridos, com correção monetária pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça a partir da publicação da presente sentença e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação (06/10/2018). Condeno o requerido ao pagamento de custas e honorários advocatícios que arbitro em 10% sob o valor da causa. P.R.I.C.

ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0621907-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: V.I Empreedimentos Ltda-me - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I, do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR

TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor contra AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA. Revogo a liminar concedida às fls.43.44. CONDENO a Autora em custas e honorários de sucumbência, os quais, a teor do art. 85, do CPC, arbitro em 10%(dez por cento) sobre o valor da causa, suspensa a exigibilidade a teor do art. 98, §3º, do CPC. P.R.I

ADV: JOSÉ GUILHERME CARNEIRO QUEIROZ (OAB 42527/BA), ADV: CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS (OAB 9362/AM), ADV: MARIANNE CUNHA ARAÚJO (OAB 98300/MG), ADV: LALINE RODRIGUES DUARTE (OAB 269296/SP) - Processo 0622383-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alan Bonfim Barros - REQUERIDO: Policard Systems e Serviços S/A - ISTO POSTO, julgo extinto este processo, com resolução do mérito, porque atendido o pedido quanto a exibição de documento, resolvendo-se tudo mais em eventual ação principal que for ajuizada. No mais, conforme fundamentação, sem condenar aqui em sucumbência, mas arcar cada parte com suas despesas processuais e honorários advocatícios. P. R. I. C.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM) - Processo 0622807-81.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada pela autor, com o escopo de condenar o réu ao pagamento do quantum de R$ 371.033,38 (Trezentos e setenta e um mil, trinta e três reais e trinta e oito centavos). Juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme a súmula 43 do STJ e art. 397, caput, do CC. Custas e honorários advocatícios pelo réu, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, conforme previamente estipulado no despacho inicial. P.R.I.C

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0622822-50.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A, em face de Joel da Silva Azevedo, com o escopo de condenar o réu ao pagamento do quantum deR$4.019,05 (Quatro mil, dezenove reais e cinco centavos). Juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme a súmula 43 do STJ e art. 397, caput, do CC. Custas e honorários advocatícios pelo réu, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, conforme previamente estipulado no despacho inicial. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0622826-87.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada porAmazonas Distribuidora de Energia S/A, em face de DULCE VIEIRA SANTOS, com o escopo de condenar o réu ao pagamento do quantum de R$ R$13.582,57 (Treze mil, quinhentos e oitenta e dois reais e cinquenta e sete centavos). Juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme a súmula 43 do STJ e art. 397, caput, do CC. Custas e honorários advocatícios pelo réu, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, conforme previamente estipulado no despacho inicial. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: DEYVISON SOUZA CASTELO (OAB 9163/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM), ADV: PUALLO PORTO PEREIRA (OAB 10278/AM) - Processo 0622830-27.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: H-BUSTER DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada pelo autor, com o escopo de condenar a ré ao pagamento do quantum de R$ 44.766,44 (Quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos). Juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação (EResp 1250382). Custas e honorários advocatícios pelo réu, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, com suporte no art. 85, §2º, do CPC. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão P.R.I.C.

ADV: ALDENIZE MAGALHÃES AUFIERO (OAB 1874/AM), ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM), ADV: MÁRIO VÍTOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM), ADV: ADRIANA MOUTINHO MAGALHÃES IANNUZZI (OAB 8065/AM) - Processo 0622890-63.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Inadimplemento - REQUERENTE: Ricardo Takashi Yamashita - REQUERIDA: Ellen Priscilla Nunes Gadelha - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado pelo autor, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra. P.R.I.C.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM) - Processo 0623185-37.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Carla Maria Souza Conceição Pimentel - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na ação pela autora, extinguindo o processo com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, I, do CPC, nos termos da fundamentação supra. Revogo a liminar deferida às fls. 39/41. Condeno o autor ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 1.000,00 (mil reais), com fulcro no art. 85, § 8º, do CPC. Todavia, em razão da gratuidade de justiça concedida, a cobrança desses valores fica sob condição suspensiva, somente podendo ser exigidos se o credor demonstrar que deixou de existir a situação que justificou a concessão da justiça gratuita, no prazo de até cinco anos, contados do trânsito em julgado, extinguindo-se, após esse prazo, tais obrigações do beneficiário, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC. P.R.I.C.

ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM) - Processo 0623666-97.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Bruna Monteiro Campelo - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Bruna Monteiro Campelo e Almir do Vale Lima Filho, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para CONDENAR o réu a pagar aos autores a quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de danos morais, corrigida monetariamente pela tabela prática do Egrégio Tribunal de Justiça desde a data de hoje e acrescida de juros de mora de 1% ao mês desde a data do evento danoso. Condeno a parte requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios que arbitro em 10% sob o valor da condenação. Após o trânsito em julgado, ressalto que o cumprimento de sentença ocorrerá apenas no processo n° 0627782-49.2017.804.0001. Determino à secretaria que traslade cópia da presente sentença para o processo n° 0623666-97.2017.804.0001. P.R.I.C

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0624125-65.2018.8.04.0001 - Monitória - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Supermercados DB Ltda. - Considerando o não pagamento e a não oposição de embargos ao mandado de pagamento, fica constituído de pleno direito o título executivo judicial pelo valor do referido mandado, que converto em título executivo (§2º,do art.701 do CPC). Diante do inadimplemento

de sua obrigação, a parte ré deu causa à demanda monitória, não devendo ser levado em consideração o fato de não ter apresentado embargos monitórios, ou qualquer outra defesa possível, tornando-se revel, de modo que, ainda assim, deve arcar com as verbas sucumbenciais previstas no art.82, parágrafo 2º do CPC que arbitro em 10% sobre o valor atualizado da condenação, bem como ao pagamento de custa se despesas processuais. Como trânsito em julgado desta decisão, independentemente de intimação e de certificação por esta serventia, apresente a parte credora, em 15 (quinze) dias,cálculo discriminado e atualizado do débito,observando-se os requisitos contidos no art.524 do Código de Processo Civil e que a petição em questão deverá ser cadastrada como "cumprimento de sentença", a fim de que seja criado um incidente para regular prosseguimento da fase executiva do feito, sob pena de arquivamento.

ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM), ADV: SARA MARTINS SOMBRA DE OLIVEIRA (OAB 9456/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM) - Processo 0624363-55.2016.8.04.0001 - Restauração de Autos - Erro Médico - REQUERENTE: Abraão Victor Almeida Torquato - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Aly Nasser Abrahim Ballut - Assim, por força do que dispõe o art. 712, parágrafo único, as peças constantes nos sistemas informatizados valem como se autos suplementares fossem, pois os documentos são autênticos, prosseguindo-se o feito após esta restauração. Posto isto, julga-se procedente a restauração de autos do processo, promovidos por Abraão Victor Almeida Torquato, em face de Aly Nasser Abrahim Ballut e Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.. Com fundamento no art. 487, I, do CPC, extingue-se o procedimento de restauração de autos. P.R.I.C.

ADV: CARLOS ANTÔNIO HARTEN FILHO (OAB 19357/PE), ADV: ALEXANDRE GOMES DE GOUVEA VIEIRA (OAB 32171/PE), ADV: CINTHIA RAPHAELA RIBEIRO BISPO (OAB 31521/PE), ADV: ALEXANDRE GOMES DE GOUVE AVIEIRA (OAB 32171/PE) - Processo 0625236-50.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na ação movida por Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão Consignado contra Maria de Nazaré Ramos Laborda com fulcro no art. 487, I, c/c 546, ambos do CPC, nos termos da fundamentação supra, para declarar extinta a obrigação do consignante em relação a obrigação descrita na inicial. Condeno a ré/consignada ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 100,00 (cem reais), com fulcro no art. 85, § 8º, do CPC. Transitada em julgado a sentença, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito (513, § 1º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.C.

ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM), ADV: RUY GAMA E SILVA (OAB 312A/AM), ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM) - Processo 0626347-40.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Herbert Tomaz de Oliveira - Ante o exposto JULGO IMPROCEDENTE o pedido do autor. JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da requerida para o fim de condenar a autora ao pagamento de R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), a título de lucros cessantes, corrigido monetariamente a partir da presente data (Súmula 362 do STJ) e acrescida de juros moratórios de 1% ao mês a contar da citação. Pela sucumbência, arcará a autora com as custas e despesas processuais da ré, bem como honorários advocatícios que arbitro em 10% do valor atualizado da condenação.

ADV: LUCIANA BUZATTO PERES (OAB 239449/SP), ADV: SALLY SCARPARO SENDAS (OAB 236968/SP), ADV: THAIS PIECHOTTKA (OAB 307992/SP), ADV: LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA (OAB 12350/AM) - Processo 0626601-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Maria do Socorro Vieira de Oliveira - REQUERIDO: Swiss Park Manaus Incorporadora e outro - ANTE O EXPOSTO, com fundamento no art. 485, IV do CPC, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, por verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Após o trânsito em julgado da presente decisão, determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0626802-68.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Pelo exposto, julgo procedente o pedido na ação movida pela parte autora para, confirmando a liminar antes deferida, declarar rescindido o contrato e consolidar em nome da parte autora o domínio plena dos bens. Condeno o réu ao pagamento de custas e honorários advocatícios, este fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com fulcro no art. 85, § 2º, do CPC, isento por ser beneficiário da justiça gratuita. Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão.. P. R. I.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0627287-39.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - Ante o exposto e considerando o mais que dos autos consta JULGO PROCEDENTE a presente ação e o faço para CONDENARa ré, qualificada nos autos, ao pagamento da quantia de e R$ 10.939,27 (dez mil novecentos e trinta e nove reais e vinte e sete centavos), referente ao não cumprimento do contrato de prestação firmados, corrigida monetariamente pela tabela prática do Egrégio Tribunal de Justiça desde o ajuizamento da ação e com a incidência de juros legais (1% ao mês) a partir da citação. Em consequência JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Em razão do acolhimento do pedido inicial CONDENO a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre da condenação, com fundamento no art. 85, § 3º, do Código de Processo Civil.

ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM) - Processo 0627782-49.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Almir do Vale Lima Filho - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Bruna Monteiro Campelo e Almir do Vale Lima Filho, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para CONDENAR o réu a pagar aos autores a quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de danos morais, corrigida monetariamente pela tabela prática do Egrégio Tribunal de Justiça desde a data de hoje e acrescida de juros de mora de 1% ao mês desde a data do evento danoso. Condeno a parte requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios que arbitro em 10% sob o valor da condenação. Após o trânsito em julgado, ressalto que o cumprimento de sentença ocorrerá apenas no processo n° 0627782-49.2017.804.0001. Determino à secretaria que traslade cópia da presente sentença para o processo n° 0623666-97.2017.804.0001. P.R.I.C

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: DARDEN KLINGER COLARES LIBÓRIO (OAB 10423/AM) - Processo 0628430-58.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Odinei da Silva Pinheiro - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido na ação movida por B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento contra Odinei da Silva Pinheiro extinguindo o processo com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, I, do CPC, nos termos da fundamentação supra, para consolidar em nome da parte autora o domínio e a posse plena do bem; Condenar o réu ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com suporte no art. 85, § 2º, do CPC, tendo em vista que o autor decaiu de parte mínima do pedido (art. 86, parágrafo único do CPC). Todavia, em razão da gratuidade de justiça concedida, fica suspensa a exigibilidade desses valores, que somente poderão ser executados se, no prazo de 5 (cinco) anos contados do trânsito em julgado da decisão que os certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação que ensejou o direito à gratuidade, após o que extingue-se a obrigação do beneficiário, nos termos do art. 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0628723-28.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Everaldo Silva de Souza e outro - Esclareço que a constituição em mora deve ser prévia, ou seja, anterior a propositura da ação de busca e apreensão fundada no Decreto-lei nº 911/69, portanto JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Condeno o autor ao pagamento de custa e honorários advocatícios que arbitro em 10% por cento sob o valor da condenação. P. R. I.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: DÉBORA KATARINNE DE SOUZA RODRIGUES (OAB 9840/AM) - Processo 0629296-66.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: L. S. M. Comércio de Alimentos e Navegação Ltda. - Me - mandado de pagamento. Posto isso, transmutada a prova escrita em título executivo judicial, mister é que se proceda à conversão do mandado de pagamento em mandado executivo, ex vi do art. 702, § 8º do CPC. Ex positis, resolvo o mérito na forma do art. 487, I, do CPC, e JULGO PROCEDENTE o pedido exordial com o fito de condenar o Requerido Anderson Carvalho de Souza ao pagamento do quantum de R$ 9.559,00 (nove mil. Quinhentos e cinquenta e nove reais). Juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme a súmula 43 do STJ e art. 397, caput, do CC. Custas e honorários advocatícios pela ré, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do CPC) sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. P. R. I. C.

ADV: TADEUZA BENTES DE ALMEIDA (OAB 8205/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM), ADV: DÉBORA ARAÚJO DE QUEIROZ (OAB 10157/AM) - Processo 0631899-49.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Francisco das Chagas Lisboa e outro - REQUERIDO: Donilson Pereira dos Reis - Diante desse quadro, JULGO PROCEDENTE o pedido, com a resolução do mérito, ex vi do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil - CPC. Declaro rescindido o contrato de locação. Condeno o requerido ao pagamento dos aluguéis e acessórios vencidos, no valor de R$ 11.094,95 (Onze mil noventa e quatro reais e noventa e cinco centavos), quantia que deverá ser corrigida monetariamente, desde o ajuizamento da demanda, e acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (27/09/2018). Condeno a parte demandada no pagamento das custas, despesas processuais e, bem assim, nos honorários advocatícios que arbitro em 10% o valor da condenação.

ADV: CARINA MENDONÇA (OAB 300238/SP), ADV: MARCELA PITON DIAS ORTIGOZA (OAB 309484/SP), ADV: MAURÍCIO DOS SANTOS PEREIRA JÚNIOR (OAB 7768/AM), ADV: FELIPE RODRIGUES CASTELLI (OAB 315003/SP) - Processo 0632770-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Quitação - REQUERENTE: Ciscre Importação e Distribuição de Produtos Médicos Ltda - REQUERIDO: Dermoclin-clínica de Dermatologia e Estética Ltda - Epp - Vistos, etc... Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo entabulado a audiência de conciliação, consoante termo de fls. 39/39 dos autos, firmado entre as partes no processo de Procedimento Comum Cível movido por Ciscre Importação e Distribuição de Produtos Médicos Ltda contra Dermoclin-clínica de Dermatologia e Estética Ltda - Epp. ANTE AO EXPOSTO, com fundamento no art. 487, III, b, do Código Processual Civil, julgo extinto o presente processo. Determino, após o cumprimento integral do acordo, o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: DAYSE SIGRID HOLANDA ROCHA (OAB 3875/AM) - Processo 0633126-45.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: RAFAELA ANGELICA LEDESMA VEGAS - Isto posto, e o mais constante dos autos JULGO PROCEDENTE o pedido para DECLARAR A INEXIBILIDADE DO DÉBITO descrito na inicial e CONDENAR o requerido ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais). Autorizo desde logo o requerido a levantar os valores depositados, via alvará, com as cautelas de praxe. Vencido, condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como verba honorária advocatícia, que fixo 10% do valor da condenação. P.R.I.C.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0633152-38.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos, verifico que até a presente data o requerido não foi citado, por este motivo deixo de cumprir o parágrafo segundo do artigo 1009 do CPC. De ordem, remeto os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos e cautelas de praxe.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG), ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM) - Processo 0634005-81.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Jose Afonso da Costa Arruda - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada por AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, nos termos da fundamentação supra, para: 1) Pronunciar a prescrição da pretensão de cobrança dos débitos referente ao mês de junho e julho de 2008, posto que decorridos mais de dez anos, e quanto a estes, julgo extinto o processo com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, II, do CPC; 2) Em relação ao período imprescrito, condenar a ré ao pagamento do quantum equivalente as faturas mensais de fornecimento de energia elétrica, a ser apurado em liquidação por cálculos, com incidência de juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme a súmula 43 do STJ e art. 397, caput, do CC, calculados na forma prevista na Portaria n. 1855 de 2016, deste E. Tribunal de Justiça; Custas e honorários advocatícios pela ré, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, todavia, isento, por ser beneficiário da justiça gratuita. Transitada em julgado a sentença, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito (art. 513, § 1], CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.C.

ADV: MENDELSSON COSTA DUARTE (OAB 8319/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: ALINE FERREIRA DE ANDRADE (OAB 7676/AM), ADV: ANDRÉ RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 5016/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: CAROLINA POSTIGO SILVA (OAB 9214/AM), ADV: ADRIANE LARUSHA DE OLIVEIRA ALVES (OAB 10860/AM), ADV: ILKA CRISTINA DI FELÍCIO PINTO DA SILVA (OAB 9727/AM), ADV: THERSE CATARINE PIRES FIGUEIREDO (OAB 11406/AM) - Processo 0634291-25.2019.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Christian Antony - Vistos, etc... O autor Christian Antony, nos autos da Ação de Monitória/PROC que move em face de F T Consultoria Empresarial Ltda, apresentou petição de páginas 24, requerendo a desistência do feito e seu consequente arquivamento. ANTE AO EXPOSTO, com fundamento no Art. 485, VIII do CPC, bem como tendo em vista que não foi oferecida contestação, não sendo necessário portanto o consentimento do réu, defiro o pedido e determino a extinção do feito sem a resolução de mérito. Não há razão para mencionar a extinção do feito com fulcro no art. 487, III, b, ante ausência de instrumento de transação colacionado nos autos. Ademais, trata-se de de desistência, em face da própria menção do autor em desinteresse n demanda. Remetam-se os autos à contadoria para apurar possíveis custas pendentes. Custas pelo autor, na forma do art. 90, caput, do Código Processual Civil, in verbis: Art. 90. Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu. Ademais, nos termos da Lei n° 4.408/16, as custas judiciais podem ser cobradas mesmo que tenha ocorrido a extinção do feito por desistência, consoante dispõe seu art. 20: Art. 20. A extinção do processo por abandono, desistência, ou transação, qualquer fase, não dispensa o responsável pelo pagamento das custas, nem implica sua restituição. À Secretaria providências. Após determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: MARIA TEREZA NOBRE DE SOUZA SILVA (OAB 5371/AM), ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM), ADV: KEULISON DA SILVA RAMOS (OAB 8581/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM) - Processo 0634475-54.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, nego-lhes provimento. Após o trânsito em julgado da sentença, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito, conforme art. 513, §1°, do CPC, ressalvado que os débitos posteriores a 28/01/2009 devem ser calculados conforme Portaria n° 1.855/2016. Desde logo, ficam as partes advertidas de que a interposição de embargos de declaração com caráter meramente protelatório será apenada com multa, nos termos do art. 1.026, §2°, do CPC. P. R. I. C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0635101-39.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada por pela autora, com o escopo de condenar o réu ao pagamento do quantum de R$ 14.419,14 (Quatorze mil, quatrocentos e dezenove reais e quatorze centavos). Juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme a súmula 43 do STJ e art. 397, caput, do CC. Custas e honorários advocatícios pelo réu, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, conforme previamente estipulado no despacho inicial. P.R.I.C.

ADV: WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO (OAB 41783/DF), ADV: ANDSON CUNHA DA SILVA (OAB 7151/AM), ADV: LEILA MARIA SANTANA HILARIÃO (OAB 852A/AM) - Processo 0635817-66.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: IBF - Indústria Brasileira de Filmes S/A - Diante do exposto e por tudo mais que nos autos consta, em especial o decurso de prazo de mais de 9 (nove) entre a data do avento danoso e a ausência de citações das partes requeridas, DECLARO extinto pela prescrição a pretensão de reparação de danos proposta pela parte, com resolução de mérito, na conformidade do art. 487, II, do Código de Processo Civil c/c art. 206, § 5º, I, do Código Civil. P.R.I.C.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0636262-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Antonio Reis dos Santos - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S.a., - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I e II, do CPC. Desde logo, ficam as partes advertidas de que a interposição de embargos de declaração com caráter meramente protelatório será apenada com multa, nos termos do art. 1.026, §2°, do CPC. P. R. I. C.

ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: JEAN CARLOS PAULA RODRIGUES (OAB 4748/AM) - Processo 0636950-80.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: ALENAIDE REGINA LIMA VILAÇA - REQUERIDO: Capital Rossi - Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliarios Ltda - SANTA BEATRIZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS- Construtora Capital Rossi e outro - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I e II, do CPC. Desde logo, ficam as partes advertidas de que a interposição de embargos de declaração com caráter meramente protelatório será apenada com multa, nos termos do art. 1.026, §2°, do CPC. P. R. I. C.

ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: WALESKA HOLANDA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 9805/AM) - Processo 0639643-66.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Arley César Andrade Melita - Assim, pelas judiciosas razões acima expendidas, demonstrado a gravidade que acometeu a demandante, cujos os riscos potencializaria a perda da função renal, tendo em vista, ainda, não ter a demandada logrado êxito em demostrar que possuía, à época, profissionais habilitados para realizar o procedimento segundo as peculiaridades demonstradas; denotando-se dos autos, também, ter havido por parte da demandada descaso grave para com o consumidor-demandante, em virtude da espera a que fora submetida, mesmo ciente de sua idade, tenho por reunidos os pressupostos da responsabilidade civil, inexistindo qualquer causa de excludente de ilicitude, com amparo nos art. 186, 927 todos do CC c/c art. 6º, VII; art. 14, caput, §1º todos do CDC, nos termos do art. 487, I do CPC, JULGO PROCEDENTES os pedidos, e, por conseguinte, condeno a demandada ao pagamento da importância total de R$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais), a título de danos materiais, referente ao ressarcimento do valor dos honorários médicos, e R$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais, valor este consentâneo à situação econômica das partes, harmonizada à imposição de sofrimento físico e psíquico consideráveis, com correção monetária desde o desembolso e juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação. Custas e honorários de advogado pela parte vencida, fixando este em 15% (quinze por cento) sobre o valor definitivo e atualizado da condenação. P.R.I.C.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0640076-65.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ex positis e por tudo mais que dos autos constam, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, por ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular na forma do art. 485, incisos I, e IV, § 3º, do Código de Processo Civil. Custas pelo promovente, isentando-o dos honorários advocatícios por inocorrida a citação. Transitada esta em julgado, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: POLYNE MARESSA DA MOTA LOPES (OAB 13523/AM), ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0640450-86.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Elza Maria Ramos de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, etc... Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls.689/691, firmado entre as partes no processo de Procedimento Comum Cível movido por Elza Maria Ramos de Souza contra Banco BMG S/A. ANTE AO EXPOSTO, com fundamento no Art. 924, III c/c o art. 487, III, b, ambos do NCPC, julgo extinto o presente processo. Determino, após o cumprimento integral do acordo, o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM) - Processo 0642642-84.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Matos Alho Factoring Fomento Mercantil Ltda. - Vistos, etc... Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls.97/100 firmado entre as partes no processo de Execução de Título Extrajudicial movido por Matos Alho - Factoring Fomento Mercantil Ltda. contra Fortunato

Ferreira de Azevedo e Cia Ltda - Epp. ANTE AO EXPOSTO, com fundamento no Art. 924, III c/c o art. 487, III, b, ambos do NCPC, julgo extinto o presente processo. Determino, após o cumprimento integral do acordo, o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0646185-95.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Inara Lobos Ramos e outro - Desse modo, resta evidenciado a inépcia da exordial pelo não atendimento dos requisitos do art. 319 do CPC/15, razão pela qual resulta no indeferimento da petição inicial. Ante o exposto, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro nos artigos 320,321e 485, I, todos do CPC/15, consoante fundamentação supra. Após o trânsito em julgado da presente decisão, determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0646452-67.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Subsídios - REQUERENTE: Matilde Cordeiro da Silva - Informo que nos termos da Portaria n° 599/2017 PTJ de 27/03/2017, a distribuição da ação será efetuada de forma automática, sem necessidade de intervenção do Juiz, ou de sua secretaria. Art. 2° A distribuição da petição inicial e juntada automática de petição intermediária nos sistemas SAJ/PG5 e SG5 serão realizadas de forma automática, sem necessidade da intervenção do distribuidor ou da secretaria do juízo. Desse modo, resta evidenciado a inépcia da exordial pelo não atendimento dos requisitos do art. 319 do CPC/15, razão pela qual resulta no indeferimento da petição inicial. Ante o exposto, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro nos artigos 320,321e 485, I, todos do CPC/15, consoante fundamentação supra. Após o trânsito em julgado da presente decisão, determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. P. R. I.C.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0648826-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vanessa Mello da Frota Botinelly - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto e considerando o mais que dos autos consta JULGO PROCEDENTE a presente ação e o faço para CONDENAR a ré, qualificada nos autos, ao pagamento da quantia de R$ 464,00 (quatrocentos e sessenta e quaro reais), referente ao não cumprimento do contrato de prestação firmados, bem o como pagamento de indenização por danos morais R$ 3.000,00 (três mil reais) corrigida monetariamente pela tabela prática do Egrégio Tribunal de Justiça desde o ajuizamento da ação e com a incidência de juros legais (1% ao mês) a partir da citação. Em consequência JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Em razão do acolhimento do pedido inicial CONDENO a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre da condenação, com fundamento no art. 85, § 3º, do Código de Processo Civil.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM) - Processo 0712627-87.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, nego-lhes provimento. Após o trânsito em julgado da sentença, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito, conforme art. 513, §1°, do CPC, ressalvado que os débitos posteriores a 28/01/2009 devem ser calculados conforme Portaria n° 1.855/2016. Desde logo, ficam as partes advertidas de que a interposição de embargos de declaração com caráter meramente protelatório será apenada com multa, nos termos do art. 1.026, §2°, do CPC. P. R. I. C.

Adriana Moutinho Magalhães Iannuzzi (OAB 8065/AM)
Adriane Larusha de Oliveira Alves (OAB 10860/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Albadilo Silva Carvalho (OAB 1161A/AM)
Alda Heloísa Tavares Toledo (OAB 7133/AM)
Aldenize Magalhães Aufiero (OAB 1874/AM)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alexandre Gomes de Gouve Avieira (OAB 32171/PE)
Alexandre Gomes de Gouvea Vieira (OAB 32171/PE)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Aline Ferreira de Andrade (OAB 7676/AM)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
André Luiz Simonetti Ribeiro de Souza (OAB 12350/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
André Rodrigues de Almeida (OAB 5016/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Andson Cunha da Silva (OAB 7151/AM)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Any Caroliny da Silva Ozorio (OAB 8130/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
CARINA MENDONÇA (OAB 300238/SP)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Carlos Abener de Oliveira Rodrigues (OAB 642/AM)
Carlos Antônio Harten Filho (OAB 19357/PE)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Eduardo da Silva Santos (OAB 9362/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Postigo Silva (OAB 9214/AM)
Catharina de Souza Cruz Estrella (OAB 7006/AM)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
CINTHIA RAPHAELA RIBEIRO BISPO (OAB 31521/PE)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cristian Mendes da Silva (OAB 691A/AM)
Darden Klinger Colares Libório (OAB 10423/AM)
Dayse Sigrid Holanda Rocha (OAB 3875/AM)
Débora Araújo de Queiroz (OAB 10157/AM)
Débora Katarinne de Souza Rodrigues (OAB 9840/AM)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
Deyvison Souza Castelo (OAB 9163/AM)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eduardo Simões Passos (OAB 4906/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Ezequiel de Freitas Medeiros (OAB 9818/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)

FELIPE RODRIGUES CASTELLI (OAB 315003/SP)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco dos Santos Silva (OAB 3458/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Iara Faria Sanches (OAB 246381/SP)
Ilka Cristina di Felício Pinto da Silva (OAB 9727/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Ione Monteiro da Silva (OAB 4426/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Iuri Albuquerque Gonçalves (OAB 13487/AM)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
Jean Carlos Paula Rodrigues (OAB 4748/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Eduardo Rodrigues do Nascimento (OAB 13289/AM)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José David Nogueira da Silva (OAB 6180/AM)
José Guilherme Carneiro Queiroz (OAB 42527/BA)
José Quagliotti Salamone (OAB 103587/SP)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
José Roque da Silva Carneiro (OAB 3226/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Keulison da Silva Ramos (OAB 8581/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laline Rodrigues Duarte (OAB 269296/SP)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Leila Maria Santana Hilarião (OAB 852A/AM)
Leonardo Lima Toledano (OAB 10107/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luciana Buzatto Peres (OAB 239449/SP)
Luciana Cristina Rodrigues (OAB 3671/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gustavo Negro Vaz Júnior (OAB 7355/AM)
LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Marcela Piton Dias Ortigoza (OAB 309484/SP)
Marcelo Augusto Andrade de Oliveira (OAB 3632/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Maria Tereza Nobre de Souza Silva (OAB 5371/AM)
MARIANNE CUNHA ARAÚJO (OAB 98300/MG)
Mário Vítor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Maurício dos Santos Pereira Júnior (OAB 7768/AM)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mendelsson Costa Duarte (OAB 8319/AM)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
monica nazaré picanço dias bonolo (OAB 6929/AM)
NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG)
Neildes Araújo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)
Neiva Evangelista Barboza (OAB 3187/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nívea da Silva Corado (OAB 5490/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Paula Augusta Carvalho de Lima (OAB 6313/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Polyne Maressa da Mota Lopes (OAB 13523/AM)
Priscila Soares Feitoza (OAB 4656/AM)
PUALLO PORTO PEREIRA (OAB 10278/AM)
RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rebeca Aguiar Larrat (OAB 9964/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo Carvalho Paixão (OAB 3742/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Robert Lincoln da Costa Areias (OAB 8088/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Alessandro de Lima Nascimento (OAB 12403/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Rodolfo Ripper Fernandes (OAB 121045/RJ)
ROSANA JARDIM RIELLA PEDRÃO (OAB 25298/PR)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Ruy Gama e Silva (OAB 312A/AM)
Sally Scarparo Sendas (OAB 236968/SP)
Samira Caminha (OAB 5267/AM)
Sara Martins Sombra de Oliveira (OAB 9456/AM)
Sarah Maia Viana (OAB 11440/AM)
Tadeuza Bentes de Almeida (OAB 8205/AM)
Thais Piechottka (OAB 307992/SP)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Therse Catarine Pires Figueiredo (OAB 11406/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Noronha Benito (OAB 11127/MS)
Túlio Ricardo Oliveira (OAB 11117/AM)
Valdeci Soares da Silva (OAB A600/AM)
Vanylton Bezerra dos Santos (OAB 7719/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
WALESKA HOLANDA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 9805/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Walter de Oliveira Monteiro (OAB 41783/DF)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)

4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0287/2019

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: JOÃO DE DEUS GOMES DOS ANJOS (OAB 903/AM), ADV: JOSÉ PAIVA DE SOUZA FILHO (OAB 363/AM), ADV: MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS (OAB 2322/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JAIME CESAR DO AMARAL DAMASCENO (OAB 002.237/AM), ADV: ELOADIR AFONSO REIS BRASIL (OAB 4093/AM) - Processo 0003599-74.2010.8.04.0012 (012.10.003599-2) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Joao de Deus Gomes dos Anjos - REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A. - LITSPASSIV: Pro-livro Comercio de Livros Profissionais Ltda. - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD e INFOJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 374/377, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: CÉSAR TADEU TEIXEIRA (OAB 642A/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 178033/SP), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: ANTÔNIO DE PAULA BEZERRA (OAB 2600/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0025812-54.2003.8.04.0001 (001.03.025812-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDO: Cícero Malta de Oliveira - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, (X) Requerido/Executado, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. .249/255, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ANTONIO CARLOS BERNARDES FILHO (OAB 900.355/AM), ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM), ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM) - Processo 0046511-66.2003.8.04.0001 (001.03.046511-8) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Itautinga Agro-industrial S/a. - REQUERIDA: G.C. de Oliveira Material de Construção - ME - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Proceder ao recolhimento das custas referente a pesquisa deferida às fls.132, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: ALEXANDRE PENA DE CARVALHO (OAB 4208/AM), ADV: JOSE RIBAMAR MARCAL MARTINS (OAB 003.670/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: PAULO BERNARDO LINDOSO E LIMA (OAB 11333/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: FERNANDO SOUZA MACHADO (OAB 5975/AM) - Processo 0063030-19.2003.8.04.0001 (001.03.063030-5) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Tema Transportes Especiais Ltda - REQUERIDA: Escola de Formação de Condutores de Veículos Ltda - Isto posto, defiro o pedido de fls. 196, acerca das consultas aos sistemas BACENJUD e RENAJUD, e ainda defiro de ofício pesquisa ao sistema INFOJUD. Intime-se a parte exequente, para no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento das consultas deferidas acima, sob pena de extinção do feito. Ressalto, que caso sejam infrutíferas as pesquisas, fica determinada a suspensão do processo, pelo prazo de 01 (um) ano, e após, o decurso do prazo, sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, determino o arquivamento dos autos, na forma do art. 921, § 2º, CPC. A parte autora pode restabelecer a execução, a qualquer tempo, se forem encontrados bens penhoráveis (art. 921, § 3º, CPC).

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0202368-90.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Banco Itau Unibanco S/A - REQUERIDO: Francisco Pinto da Silva - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 75/78, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0202499-65.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: RC Recebíveis Ltda - REQUERIDO: F.C.I.Comércio de Equipamentos Componentes e Serviços Ltda - Mariete Doce da Paixão - Pedro Edinelson da Paixão - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, (X) Requerido/Executado, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 148/150, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 367876/SP), ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM), ADV: FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM), ADV: ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM), ADV: PRISCILA MARTINS CARDOZO DIAS (OAB 252569/SP), ADV: CLÓVIS CAVALCANTI ALBUQUERQUE RAMOS NETO (OAB 28219/PE) - Processo 0203946-88.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - AUTOR: LIVORNO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS - REQUERENTE: CH CAPITAL EIRELLI - EPP - REQUERIDA: L M Comércio de Alimentos e Representação Comercial Ltda - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 155/157, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG) - Processo 0235991-82.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Norma Nei Matos Cantos - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 106/108, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: HENRIQUE JOSÉ DA ROCHA (OAB 36568/RS), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: FELIPE HASSON (OAB 42682/PR), ADV: LUCYANNA

JOPPERT LIMA LOPES (OAB 24484/PR), ADV: PAULO CÉSAR ESPÍRITO SANTO DE GOUVÊA (OAB 4119/AM), ADV: ELISABETH REGINA VENÂNCIO (OAB 19387/PR), ADV: SANDRA CALABRESE SIMÃO (OAB 13271/PR), ADV: ANA CAROLINA ROCHA (OAB 50552/PR), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: DENNIS HENRIQUE SALDANHA NERY (OAB 60488/PR), ADV: AURIANA RAMOS PEREIRA DE GOUVEIA (OAB 2955/AM) - Processo 0251173-79.2009.8.04.0001 (001.09.251173-3) - Cautelar Inominada - Tutela Provisória - REQUERENTE: Paradise Turismo Passagens Ltda - REQUERIDO: Sadia S/A - INTIMEM-SE as partes, por patrono habilitado nos autos, para, no prazo de cinco dias, informar se ainda têm interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção da presente demanda sem resolução do mérito. Caso a parte seja patrocinada pela Defensoria Pública, intime-se o douto Defensor Público pessoalmente. Havendo substabelecimento, atualize-se o cadastro sistema SAJ-PG5, e publique-se aos substabelecidos. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM) - Processo 0253953-21.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Andrea Andrade da Fonseca - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 215/217, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: CRISTINA SEFFAIR DE SOUZA (OAB 3022/AM), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: FLORINDO SILVESTRE POERSCH (OAB 800/AC), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ELIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493A/AM), ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 648A/AM), ADV: MARCELLO TAQUES LEITE (OAB 13768/MT), ADV: HIRLEY VERÇOSA DOS SANTOS (OAB 2591/AM), ADV: GLAUCE MARIA COSTA DE SOUSA (OAB 6140/AM) - Processo 0261372-63.2009.8.04.0001 (001.09.261372-2) - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Paulo Batista de Lima - REQUERIDA: Tókio Marine Brasil Seguradora S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerido/Executado; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre os documentos juntados pela parte contrária às fls.150,(art. 437, § 1º do NCPC), conforme art. 1º, inciso XV, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: JOÍSA MACIEL GUERRA DE SOUZA (OAB 7774/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 001.910/AM) - Processo 0367861-95.2007.8.04.0001 (001.07.367861-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Frimak Camaras Frigoríficas e Isolamentos Térmicos LTDA - Ivolnildo Ramos de Souza - Lucinete Miranda Gomes - Isto posto, determino nova consulta via Bacenjud, Renajud e Infojud, destaco que frustradas tais pesquisas, suspender-se-á o processo, com as advertências do art. 921, III, CPC. Intime-se a parte interessada, para no prazo de 05 (cinco) dias, recolher o valor das custas para cada consulta almejada (BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD), tudo nos termos da Portaria nº 116/2017 da Presidência desta Corte. No mesmo prazo, deverá a parte interessada juntar planilha atualizada de débitos. Após a juntada do comprovante de recolhimento de custas e da planilha de débitos atualizada, requisitem-se à autoridade supervisora do sistema bancário, por meio do Sistema Informatizado do Bacenjud, os caracteres necessários sobre a existência de ativos em nome das partes executadas, na forma do art. 854, caput, do Digesto Processual Civil. Na hipótese da pesquisa no Bacenjud seja positiva, intime-se a parte executada, pessoalmente, para no prazo legal, manifestar-se, nos termos do art. 854, §2º, do CPC. Caso frustrado o bloqueio de valores, proceda-se a restrição no Renajud. Entretanto, caso positiva a pesquisa do Renajud, intime-se o exequente/credor, para manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da restrição. Infrutíferas tais pesquisas, pesquise-se no Infojud. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO RÔMULO ARAÚJO CORRÊA (OAB 894/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB 1118A/AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: GILBERTO BORGES DA SILVA (OAB 58647/PR) - Processo 0601486-58.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: MARIO JUNIOR PRINTES MONTEIRO - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 112/115, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: TAMMY TELLES LIMA DA SILVA (OAB 8701/AM), ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: MARLOS GAIO (OAB 914A/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0601616-48.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: MARCEL HENRICO MARÇAL LORENA - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - Considerando os Termos da Portaria nº 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para o CEJUSC, para que nomeie perito conveniado para realização de perícia, bem como, expeçam-se as comunicações necessárias de citação e intimação. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM), ADV: SÉRGIO ROBERTO BULCÃO BRINGEL JÚNIOR (OAB 14182/AM) - Processo 0601998-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cooperativa - REQUERENTE: Jose Carlos Gomes Sardinha - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico - Diante disto,defiro o parcelamento das custas inicias em 06 (seis) parcelas mensais sucessivas. Recolha-se a primeira parcela no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito (art. 290 do NCPC). Fica desde já cientificado que as parcelas subsequentes deverão ser feitas mês a mês a partir do pagamento da primeira parcela, devendo o autor comprovar nos autos o pagamento. O inadimplemento de qualquer uma delas acarretará automaticamente na extinção do processo e no cancelamento junto a distribuição, independentemente de nova intimação. Certifique o cartório sobre o cumprimento da obrigação. Caso seja constatado a falta do cumprimento das custas, remetam-se conclusos para sentença extintiva (art. 485, IV do NCPC). À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: KARINA BROZE NAIMEG GROSSI (OAB 9245/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0602676-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Valdinele de Souza Pessoa - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Determino para que seja procedida a imediata inclusão do Dr. Gustavo Michelotti Fleck OAB/DF n°21.243. Intimem-se as partes requerendo o que entender de direito. Após, voltem-se os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: BRUNO PEREIRA APARÍCIO CAMPOS (OAB 12331/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG) - Processo 0603283-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Amarildo Gonçalves dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerido/Executado; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre os documentos juntados pela parte contrária às fls. 162/163, (art. 437, § 1º do NCPC), conforme art. 1º, inciso XV, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0604252-50.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ALICE ZURRA DA SILVA - REQUERIDA: AMÉLIA FERNANDES SABINO - Expeça-se novo mandado no endereço indicado na Inicial. Saliento, contudo, que a parte é beneficiária de gratuidade de justiça. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MARIA LUIZA CASTELO BARROS (OAB 6904/AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: ALINE INHAMUNS PAULO (OAB 6790/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: NATHALIE HELENA CANTO COELHO (OAB 9418/AM) - Processo 0604800-46.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: ROSANGELA DE SOUZA RABELO - REQUERIDO: UNINORTE - União Educacional do Norte - Compulsando detidamente os autos, verifico que a questão de mérito é de direito e de fato, mas a prova é exclusivamente documental, já constante dos autos, razão por que DECIDO pelo julgamento da lide, conforme o estado, na forma do art. 355, I, do NCPC. Intimem-se. Decorrido o prazo, sigam os autos conclusos para fila de Concluso para Sentença. Saliento que a prolação da sentença deverá obedecer a ordem cronológica de entrada na referida fila. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0605726-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Joao Pereira da Silva - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Compulsando os autos verifico que não foi pautada audiecia de conciliação, ao passo que a decisão inicial é clara ao determinar que o prazo para contestação fluirá após audiência conciliatória. Ante o exposto, chamo o processo a ordem, torno sem efeito a certidão de fls. 192 e determino que seja pautada imediatamente audiência de conciliação, ressalvando que após tal data fluirá prazo para apresentação de defesa. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0605726-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Joao Pereira da Silva - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 04 de novembro de 2019, às 9 horas, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar / setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC).

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 986A/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR), ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 862A/AM) - Processo 0608924-38.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - EXECUTADO: COSMO FERREIRA DA SILVA - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, INFOJUD e SIEL devolvidos e juntados aos autos, às fls. 85/89, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0609485-96.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: ROBERCI PAZ LOPES - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 102/105, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0612304-98.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - EXECUTADO: Fabrício Sales Gomes - Defiro o pedido formulado às fls.131, para expedição de Mandado, nos termos do Despacho de fls.91.Caso a parte não seja beneficiária da Justiça Gratuita, intime-se o autor para que proceda ao recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça previstas no Provimento nº 261/2015- CGJ/AM, no prazo de 15 dias. Após, comprovado o pagamento, expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB 1109A/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0613028-39.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: RUTH MEIDA DA SILVA RAIDEN - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: Manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GISLENE APARECIDA LIBÓRIO ANDRADE (OAB 265761/SP), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB 1109A/AM) - Processo 0613078-65.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: GILSON MENDES DE ESPERANCA - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ

(art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso V, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: YGOR DE MENEZES COLARES (OAB 8510/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0616111-68.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: LUCIMAR PORTELA SOUZA - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 167/169, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0616588-81.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Fabricio Coelho dos Santos - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A contra Fabricio Coelho dos Santos, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, E consoante fundamentação supra, e, via de consequência, consolido, em favor da parte autora, o domínio e a posse plena do bem, tornando definitiva a liminar concedida às fls. 45/46. Condeno, por fim, a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, que fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, esta será recebida no efeito suspensivo, em consonância com a interpretação dada ao art. 1.012, do CPC. Intime-se a parte Apelada para responder no prazo legal. Após, proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM), ADV: SILAS ARAÚJO LIMA (OAB 788A/AM) - Processo 0617097-85.2014.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Comercial - REQUERENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - REQUERIDO: Csm Distribuidora LTDA - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: Manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça de fls. 105, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANITA CAMPOS LUCHESE MENDONÇA (OAB 142535/MG), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM), ADV: GIULO ALVARENGA REALE (OAB 1006/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0617748-83.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: CARLOS VIEIRA ROMÃO - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, INFOJUD e SIEL devolvidos e juntados aos autos, às fls. 106/111, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0619457-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Maria Telma Pereira Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Considerando os Termos da Portaria nº 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para o CEJUSC, para que nomeie perito conveniado para realização de perícia, bem como, expeçam-se as comunicações necessárias de citação e intimação. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0623863-57.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Amélia de Souza Dias - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (X) Requerente/Exequente, (X) Requerido/Executado, para: Manifestarem-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 106/107, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0623962-27.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Carmem Glicia Aguilar - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, INFOJUD e SIEL devolvidos e juntados aos autos, às fls. 110/115, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ROBERTO CAL ALMEIDA FILHO (OAB 37614/BA), ADV: NEY JOSÉ CAMPOS (OAB 44243/MG), ADV: RICARDO ALPIRE (OAB 17808/BA), ADV: DANIEL CAMPOS MARTINS (OAB 119786/MG) - Processo 0625712-30.2015.8.04.0001 - Protesto - Caução - REQUERENTE: M de S Harb - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: CAMILA BARBOSA ROSAS (OAB 4406/AM) - Processo 0626505-95.2017.8.04.0001

- Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Francisca de Araujo Litaiff - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - CONCLUSÃO Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos formulados por FRANCISCA DE ARAÚJO LITAIFF contra MANAUS AMBIENTAL S/A, com fundamento no art. 487, inciso I do Código de Processo Civil e consoante fundamentação supra. Mantenho a gratuidade da justiça. Condeno a parte requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, restando suspensa sua exigibilidade, tendo em vista ser a beneficiária acobertada pela justiça gratuita. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Transitada em julgado esta sentença, sem manifestação das partes e tendo sido efetuado o pagamento das despesas devidas, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: ANDREZZA CALDAS VITAL (OAB 10723/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: GERSICA BARBOSA DA CUNHA (OAB 14051/AM) - Processo 0627067-41.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Raimunda Olivalda da Mota - REQUERIDO: SAMEL - Serviços de Assistência Médico-Hospitalar Ltda. - Bradesco Saúde S/A - DECISÃO Compulsando os autos, verifico que a presente demanda deve ser devidamente saneada, motivo pelo qual passo ao saneamento, na forma do Art. 357, do CPC. 1- Quanto às questões pendentes (inciso I): A Requerida SAMEL - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR, em sua contestação, arguiu preliminar de inépcia da inicial ante a não quantificação dos valores pretendidos pela Autora a título de danos morais e estéticos, bem como a ocorrência de decadência nos termos do art. 26, inciso II do CDC, uma vez que a cirurgia de laqueadura fora realizada em 30/05/2014. O Requerido Bradesco Saúde S/A reiterou as preliminares acima mencionadas e arguiu sua ilegitimidade passiva, uma vez que não houve ação ou omissão atribuíveis à seguradora e que não há qualquer ingerência sua sobre os serviços prestados pela rede credenciada. Quanto à suscitada inépcia da inicial, rejeito tal preliminar, visto que a parte autora, na fundamentação dos pleitos, requereu a condenação dos Réus a pagarem indenização por danos morais no valor de R$ 264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais), conforme fls. 06 da inicial e a quantia de R$ 100.000,00 (cem mil reais) a título de danos estéticos, consoante fls. 07 da exordial, tendo indicado às fls. 08 o valor de causa de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), quantia que abarca os valores pleiteados. Contudo, como se denota, a soma dos pleitos autorais é de R$ 364.000,00 (trezentos e sessenta e quatro mil reais), logo, há erro no valor da causa indicado na petição inicial, razão pela qual procedo, ex officio, a correção do valor da causa, nos termos do art. 292, § 3º do CPC/15, para o valor de R$ 364.000,00 (trezentos e sessenta e quatro mil reais). No tocante à alegada decadência a mesma não merece prosperar, visto que, no caso posto à apreciação deste Juízo, está evidenciada uma típica relação de consumo devendo, por conseguinte, ser aplicadas as disposições do Código Brasileiro de Defesa do Consumidor. Os prazos do art. 26 do Código de Defesa do Consumidor se aplicam tão somente às hipóteses de vício do produto ou serviço, assim entendido aquele que os tornam impróprio ou inadequados ao consumo, o que não se confunde com o direito de pleitear indenização. Ademais, o art. 27 do CDC estabelece o prazo de 05 (cinco) anos para a pretensão de reparação pelos danos causados por fato do produto e serviço. Tendo os fatos ocorridos em 30/05/2014 e a ação proposta em 12/08/2016, rejeito a preliminar. Em relação à arguida ilegitimidade passiva do Réu Bradesco Saúde S/A, como já mencionado, a relação entre as partes é de natureza consumerista, e o Código de Defesa do Consumidor estabelece que a responsabilidade dos fornecedores de produtos e serviços é objetiva e solidária. Assim, todos os integrantes da cadeia de fornecimento respondem solidariamente pela reparação dos prejuízos causados ao consumidor, apenas lhes fica assegurado o direito de regresso, isto é, o exercício posterior da ação regressiva contra o causador direto do dano. Portanto, respondem solidariamente, no presente caso, o hospital e a seguradora operante do plan ode saúde pelo alegados danos à autora, em face do princípio da solidariedade adotado no art. 25, § 1º, do CDC. Neste sentido, o STJ já fixou entendimento no sentido de que caso se esteja diante de contrato com manutenção de hospitais e indicação de rol de conveniados, a operadora responderá solidariamente pela má prestação do serviço: "(...) contrato fundado na prestação de serviços médicos e hospitalares, próprios e/ou credenciados, no qual a operadora (...) mantém hospitais e emprega médicos ou indica um rol de conveniados, não há como afastar sua responsabilidade solidária pela má prestação do serviço" (STJ. 4ª Turma. REsp 866.371/RS. Relator Ministro Raul Araújo. DJ: 20/08/2012.) Assim, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva do Bradesco Saúde S/A. 2- Delimitação de questões de fato para a atividade probatória e questões de direito relevantes para decisão de mérito (incisos II e IV) Verifico que a controvérsia da lide consiste na alegação da parte requerente de que, ao ser submetida a procedimento cirúrgico pela equipe médica do Primeiro Requerido, foi deixado um corpo estranho, o qual causou uma grave infecção. Assim, aduz a ocorrência de danos morias e estéticos decorrentes de erro médico da equipe do Primeiro Réu, o qual é hospital credenciado pelo Segundo Requerido. A Requerida SAMEL por sua vez, alega que o tratamento realizado era o indicado para o caso da Autora, ao passo que a mesma tinha ciência dos riscos e possíveis complicações, bem como que a alegação de ter sido deixado um corpo estranho é descabida, sendo que os procedimentos realizados no outro hospital procurado pela Autora não guardam relação com os procedimentos realizados na Ré, o que afasta qualquer dever de indenizar. Já o Réu Bradesco Saúde suscitou sua ilegitimidade uma vez que não há qualquer ingerência sua sobre os serviços prestados pela rede credenciada, sendo que a problemática envolve apenas o Primeiro Requerido. A matéria de direito consiste em responsabilidade civil por danos morais e estéticos e, ainda, alegação de ilegitimidade passiva do réu Bradesco Saúde S/A e de decadência por parte da SAMEL. 3- Quanto aos meios de prova admitidos (incisos II, in fine): Em relação as provas requeridas defiro as provas documentais já juntadas. Defiro o depoimento pessoal das partes, a ser colhido em audiência de instrução e julgamento a ser designada. Defiro também o pedido de fls. 361, momento em que determino que a Requerida SAMEL - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR junte o prontuário médico completo da Requerente, no prazo de 10 (dez) dias. Defiro também a realização de prova pericial, para verificar se houve ou não erro médico e, em caso positivo qual sua influência estética. Designo como perito judicial o Dr. Osmar Júniore Brasil de Farias, inscrito no CRM/AM sob o Nº 6.331, com endereço eletrônico: osmar_jr@hotmail.com e telefone (92) 98116-3399, devendo no prazo de 10 (dez) dias dizer se aceita o encargo. Intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguirem impedimento ou suspeição do perito, bem como apresentarem os quesitos e, se quiserem, indicarem auxiliar, nos termos do art. 465, §1º do NCPC. Sendo aceito o encargo pelo perito, este deve apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias, a proposta de honorários, currículo com a comprovação da especialidade e os contatos profissionais, nos termos do art. 465, §2º do NCPC. 4- Quanto à distribuição do ônus da prova (inciso III): A parte autora pleiteou na exordial a inversão do ônus da prova, momento em que, por entender como verossímil a alegação da parte autora, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, estabelecendo-se incontinenti a paridade no tratamento processual, consoante permissivo que exsurge do artigo 6°, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Cumpre destacar que, não obstante a lide versar acerca de relação de consumo, com a possibilidade de inversão do ônus da prova, incumbe à Requerente fazer prova, ainda que mínima, de fato constitutivo de seu direito, qual seja, a ocorrência de erro médico da equipe da Requerida SAMEL, bem como se houve danos a indenizar. Os Requeridos, por sua vez, tem o ônus de provar fato impeditivo do direito da Autora, qual seja, que os procedimentos realizados foram feitos de forma correta. Após a realização da perícia médica, paute-se audiência de instrução e julgamento. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JOSIANE SOUZA DE LIMA BARRETO (OAB 7897/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: ELIZANDRA LACERDA DOS SANTOS (OAB 8529/AM) - Processo 0627750-78.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Riselda dos Santos Vale - Paulo Ricardo dos Santos Pinto - REQUERIDA: Global GNZ Transportes Ltda - DECISÃO Compulsando os autos, verifico que a presente demanda deve ser devidamente saneada, motivo pelo qual passo ao saneamento, na forma do Art. 357, do CPC. 1- Quanto às questões pendentes (inciso I): A Requerida, em sua contestação e em petição às fls. 127/130, arguiu preliminar de prescrição trienal, nos termos do art. 206, §3º, inciso V do Código Civil, uma vez que os fatos ocorreram em 28/07/2013 e a ação somente fora ajuizada em 18/08/2016. Analisando o caso em tela, está evidenciada uma típica relação de consumo devendo, por conseguinte, ser aplicadas as disposições do Código Brasileiro de Defesa do Consumidor. Assim, o prazo prescricional a ser aplicado é o CDC, legislação especial em relação ao Código Civil. Neste sentido, segue entendimento do STJ: DIREITO DO CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS E ESTÉTICOS E REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. ACIDENTE NO INTERIOR DE ÔNIBUS. TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO. FATO DO SERVIÇO. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. ART. 27 DO CDC. 1. Ação ajuizada em 16/05/2006. Recurso especial interposto em 04/01/2013 e atribuído a esta Relatora em 25/08/2016. Julgamento: Aplicação do CPC/73. 2. O acidente ocorrido no interior de ônibus afeto ao transporte público coletivo, que venha a causar danos aos usuários, caracteriza defeito do serviço, nos termos do art. 14 do CDC, a atrair o prazo de prescrição quinquenal previsto no art. 27 do mesmo diploma legal. 3. Hipótese em que não houve o implemento da prescrição, na medida em que o acidente ocorreu em 04/09/2002 e a ação indenizatória foi ajuizada pela usuária na data de 16/05/2006. 4. Recurso especial conhecido e não provido. (STJ - REsp: 1461535 MG 2014/0130149-2, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 20/02/2018, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/02/2018) No julgamento do referido recurso, a d. Ministra Relatora destacou que:

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM), ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM) - Processo 0628684-07.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Móvel - EXEQUENTE: PÁTIO SERTÓRIO SHOPPING LTDA - EXECUTADO: J.M.D. DA SILVA - OBJETO DE PAPEL - Francisco Bandeira Prestes - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, (X) Requerido/Executado, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 206/208, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 899A/AM), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP) - Processo 0629803-37.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Ozineia Brito dos Santos Comercial-ME (MERCADINHO DA GENTE) - Alessandro dos Santos Frois - Socorro Monteiro Frois - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: Manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça de fls. 161, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0629856-18.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Luiz Ferreira de Moura - Intimação de: (x) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 142/144, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, bem como informar a data de nascimento do requerido e o nome da genitora, para a realização da consulta via SIEL conforme às fls.136, sob pena de extinção do feito.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0632367-52.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Miguel Cirilo da Anunciaçao Lima - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 69/71, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, bem como recolher as custas remanescentes para a realização das consultas via RENAJUD e INFOJUD (já deferido às fls 64/65), sob pena de extinção do feito.

ADV: CARLA BIANCO SOARES DA SILVA CARIGNATO (OAB 293790/SP) - Processo 0633890-94.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Dandara Industria de Calçados - EXECUTADO: L.I. Comércio de Calçados Ltda - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD e INFOJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 65/69, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0633910-90.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: American Express - Banco Bankpar S.A - REQUERIDO: GLEUZA FRANCIVETE SOUZA BRAGA BOTINELLY - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: Manifestar-se acerca da certidão do Oficial de Justiça de fls. 79, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RICARDO MENDES LASMAR (OAB 5933/AM), ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: DIEGO CAMPOS (OAB 621A/AM), ADV: DANIELLE CRISTHINA DEDA FERREIRA (OAB 46165/PR), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM) - Processo 0634225-21.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: LILIANE BATISTA SOARES - REQUERIDO: Viação São Pedro Ltda. - Compulsando os autos, verifico que a decisão de fls. 133/134 inseriu como parâmetro para contadoria valores e datas equivocados, o que certamente ocasiona a exclusão dos calculos carreados ás fls. 135/136. Ante o exposto, determino o envio dos autos à contadoria para que seja constatado se a condenação foi quitada ou se existem valores pendentes de pagamento pela ré nos seguintes termos: Atualize-se o valor da condenação (R$ 2.404,56) mais honorários de 15% da data da citação (04.12.2014) até a data do primeiro deposito, ou seja, 16.01.2015. Do resultado supra, amortize-se (subtraia-se) o valor de R$ 862,74. O resultado da subtração do item 2, atualize-

se de 17.01.2015 a 02.07.2019. O resultado da atualização do item 3 amortize-se (subtraia-se) o valor de R$3.788,02. O resultado do item 4 atualize-se até o dia 20.08.2019. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0634328-52.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Laranjeiras Village - REQUERIDO: D&e Compensados e Madeiras Ltda - Diante disto,defiro o parcelamento das custas inicias em 06 (seis) parcelas mensais sucessivas. Recolha-se a primeira parcela no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito (art. 290 do NCPC). Fica desde já cientificado que as parcelas subsequentes deverão ser feitas mês a mês a partir do pagamento da primeira parcela, devendo o autor comprovar nos autos o pagamento. O inadimplemento de qualquer uma delas acarretará automaticamente na extinção do processo e no cancelamento junto a distribuição, independentemente de nova intimação. Certifique o cartório sobre o cumprimento da obrigação. Caso seja constatado a falta do cumprimento das custas, remetam-se conclusos para sentença extintiva (art. 485, IV do NCPC). À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: GERALDO SÉRGIO ALBUQUERQUE RIBEIRO (OAB 8400/AM) - Processo 0635925-27.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paradiso Anturio - EXECUTADA: Cintia Maria Bandeira Morais - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o pedido formulado pela parte às fls. 150.

ADV: ANDRÉ LEANDRO DE LIMA SANTOS (OAB 5805/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ OLIVA VELOSO (OAB 6339/AM), ADV: VICENTE EMANUEL ALMEIDA DE PAULA (OAB 8569/AM) - Processo 0637140-43.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: RICARDO PIO DE SOUZA FILHO - REQUERIDO: BENTO MOREIRA LIMA - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (X) Requerente/Exequente, (X) Requerido/Executado, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD e RENAJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 164/169, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0637871-34.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Indplast-industria e Comercio de Plasticos Ltda - Bianca Ciarlini Rabelo - Vitor Ciarlini Rabelo - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (X) Requerente/Exequente, (X) Requerido/Executado, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 118/122 no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: LAURA POLIANA DE OLIVEIRA FRAGATA (OAB 13528/AM) - Processo 0638157-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gabrielle de Lima Izaias - Kellen Shuellen de Lima Izaias - REQUERIDO: Magic Games Empreendimentos Comerciais Ltda - Condomínio Manauara Shopping - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 07 de outubro de 2019, às 11 horas e 30 minutos, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC).

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM), ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 1300A/AM), ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0638527-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Pedro Batista Brito Filho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - No caso sub examen, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida e, a fim de evitar grave prejuízo ou de difícil reparação, DECIDO antecipar PARCIALMENTE os efeitos da tutela, e DETERMINO que seja intimada a parte requerida para que providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, que suspenda os descontos realizados em seu contracheque sob a descrição de "BMG CARTÃO" com o código de nº 6306, relativamente ao discutido nestes autos, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos e, tudo de conformidade com o artigo 294 e ss. da Lei do Rito Civil. Faço-o com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 500,00 (Quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa, a serem suportados pela parte ré. Da inversão do ônus da prova. Por entender como verossímil a alegação da parte autora, DETERMINO a inversão do ônus da prova em seu favor, estabelecendo-se incontinenti a paridade no tratamento processual, consoante permissivo que exsurge do artigo 6°, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Da gratuidade da justiça. Defiro a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. Dos procedimentos de praxe. 1- Após a citação/intimação da parte a acerca da liminar concedida, paute-se audiência de conciliação, nos termo do artigo 334 e ss. do CPC e intime-se as partes. Ressalvo que o prazo de contestação fluirá após a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC. E a não apresentação de contestação implicará na aplicação das medidas contidas nos artigos 344 e ss., do Código de Processo Civil, salvo se a demanda versar sobre direito indisponível. Outrossim, no mesmo prazo, a parte ré deverá informar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. 2- Apresentada contestação e havendo alegação de preliminares, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação, nos termos do art. 351, do Código de Processo Civil, indicando, motivadamente, as provas que pretende produzir ou requerendo o julgamento antecipado da lide. Destaco às partes que requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. 3- Havendo juntada de documentos por ocasião da réplica, determino, à parte requerida que se manifeste acerca da referida documentação. 4- Caso seja ou não necessária a réplica, já tenha sido apresentada

ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem-me os autos conclusos para designação de audiência ou deliberação sobre o pedido de julgamento antecipado da lide, se for o caso. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 206 e ss. do Código de Processo Civil. Observe-se que a ré insere-se no rol das grandes demandadas, o que implica em intimação/citação eletrônica. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM), ADV: GABRIEL CASTILHO DOS SANTOS (OAB 10277/AM) - Processo 0639617-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Carla Fabiana Gomes - REQUERIDO: Águas de Manaus S.a - No caso sub examen, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida e, a fim de evitar grave prejuízo ou de difícil reparação, DECIDO antecipar PARCIALMENTE os efeitos da tutela, e DETERMINO que seja intimada a parte requerida para que providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, restabeleça de imediato o fornecimento de água, relativamente ao discutido nestes autos, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos e, tudo de conformidade com o artigo 294 e ss. da Lei do Rito Civil. Faço-o com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 1.000,00 (mil reais), até o limite de 10 dias-multa, a serem suportados pela parte ré. Da inversão do ônus da prova. Por entender como verossímil a alegação da parte autora, DETERMINO a inversão do ônus da prova em seu favor, estabelecendo-se incontinenti a paridade no tratamento processual, consoante permissivo que exsurge do artigo 6°, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Da gratuidade da justiça. Defiro a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. Dos procedimentos de praxe. 1- Após a citação/intimação da parte a acerca da liminar concedida, paute-se audiência de conciliação, nos termo do artigo 334 e ss. do CPC e intime-se as partes. Ressalvo que o prazo de contestação fluirá após a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC. E a não apresentação de contestação implicará na aplicação das medidas contidas nos artigos 344 e ss., do Código de Processo Civil, salvo se a demanda versar sobre direito indisponível. Outrossim, no mesmo prazo, a parte ré deverá informar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. 2- Apresentada contestação e havendo alegação de preliminares, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação, nos termos do art. 351, do Código de Processo Civil, indicando, motivadamente, as provas que pretende produzir ou requerendo o julgamento antecipado da lide. Destaco às partes que requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. 3- Havendo juntada de documentos por ocasião da réplica, determino, à parte requerida que se manifeste acerca da referida documentação. 4- Caso seja ou não necessária a réplica, já tenha sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem-me os autos conclusos para designação de audiência ou deliberação sobre o pedido de julgamento antecipado da lide, se for o caso. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 206 e ss. do Código de Processo Civil. Observe-se que a ré insere-se no rol das grandes demandadas, o que implica em intimação/citação eletrônica. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM), ADV: CLAUDEVAN DE SOUZA PEREIRA (OAB 7800/AM), ADV: BRUNA DA SILVA BESSA (OAB 8034/AM) - Processo 0639848-61.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - Jhsf Manaus Empreendimentos e Incorporações Ltda - EXECUTADO: Kadu Comércio de Alimentos Ltda. - Epp - André Leonardo Kaiser - Intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca dos Embargos de fls.151/154. Decorrido o prazo, venham os autos conclusos para a fila Conclusos - Embargos de Declaração. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se. Manaus, 27 de agosto de 2019.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 766A/AM), ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0640985-15.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Mass Comércio de Material de Construção Ltda - REQUERIDO: G A P Bom Comércio Varejista de Produtos Alimenticios Ltda Epp - GEMA ANITA PEDRO BOM - Augusto Gobbi Neto - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 74/78, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, bem como recolher as custas remanescentes para a realização das consultas via INFOJUD e SIEL (ressalvo que para esta última consulta, é necessário apresentar o nome da mãe dos requeridos e a data de nascimento dos mesmos), sob pena de extinção do feito.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0641450-19.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Angela Nunes de Oliveira - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), sobre proposta de acordo às fls. 42, nos termos do art. 1º, inciso XXV, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0642077-28.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jorgete Paz da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Considerando que a carta de intimação da requerente retornou não cumprida, determino que seja designada nova perícia. Encaminhem-se os autos ao CEJUSC. Atente-se para as formalidades necessárias ao cumprimento da ordem. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: TATIANE DE PAULA SANTOS (OAB 6153/AM), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM) - Processo 0642294-71.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Tatiane de Paula Santos - REQUERIDO: Santa Cordélia Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE - Rossi Residencial S.A. - Santo Anatólio Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por Tatiane de Paula Santos contra Santa Cordélia Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE, Rossi Residencial S.A. e Santo Anatólio Empreendimentos Imobiliários Ltda., com fundamento no art. 487, I, do novo Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, para, via de consequência: Declaro rescindido o contrato celebrado entre as partes; Julgo procedente o pedido de devolução das quantias pagas, devendo as Requeridas restituírem 90% (noventa por cento) dos valores pagos pela Autora a título de entrada e parcelas, o que corresponde à quantia de devolução 90% (noventa por cento) dos valores pagos pelo Requerente, o que corresponde à quantia de R$ 67.388,65 (sessenta e sete mil, trezentos e oitenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), o qual deve ser corrigido e atualizado a partir do evento danoso e com incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação, nos termos da Portaria 1855/2017 deste Tribunal de Justiça, devendo ser descontados as parcelas por ventura pagas pelas Requeridas para à Autora em razão do distrato celebrado, a

ser apurado em liquidação de sentença. Condeno as Requeridas ao pagamento, a título de dano moral R$ 30.000,00 (trinta mil reais), atualizados nesta data, acrescidos de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês a partir da publicação da presente sentença. Condeno as Requeridas ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor total da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o Apelado para responder no prazo legal. Após, proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal, ressalvando que o juiz a quo não exerce juízo de admissibilidade de recurso de apelação. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se, Registre-se, Intime-se e Cumpra-se.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0643830-15.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - REQUERIDO: Elias Silva da Cunha - Intime-se o autor, para efetuar o pagamento das custas do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0644078-49.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Supermercados DB Ltda. - REQUERIDO: Rogerio da Costa Torres - INTSSADO: Banco do Brasil S/A - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 72/75, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM) - Processo 0644323-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Espedito Nogueira Souza - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Isto posto, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, carreando a declaração de Imposto de Renda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, comprovação de gastos e rendimentos, comprovante de residência, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 320, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inicial, na forma do artigo 321, caput e parágrafo único, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: GUSTAVO PASQUALI PARISE (OAB 155574/SP), ADV: WELSON GASPARINI JÚNIOR (OAB 116196/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0660450-39.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Douglas dos Santos Ramalheira - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento contra Douglas dos Santos Ramalheira, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, E consoante fundamentação supra, e, via de consequência, consolido, em favor da parte autora, o domínio e a posse plena do bem, tornando definitiva a liminar concedida às fls. 36/37. Condeno, por fim, a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, que fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, esta será recebida no efeito suspensivo, em consonância com a interpretação dada ao art. 1.012, do CPC. Intime-se a parte Apelada para responder no prazo legal. Após, proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0703620-71.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A. - REQUERIDA: Impacto Visual Ltda - Carlos Roberto Machado - Defiro o pedido de fls.119/120. Expeça-se o competente mandado, e proceda-se a consulta via sistema SIEL. Intime-se a parte interessada para, no prazo legal, carrear aos autos o comprovante de pagamento das custas atinente à diligência a ser realizada por Oficial de Justiça, bem como custas referentes à consulta via sistema SIEL. Saliento, contudo, que restará suspenso o pagamento de custas caso a parte seja beneficiária de gratuidade de justiça. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Alexandre Pena de Carvalho (OAB 4208/AM)
Aline Inhamuns Paulo (OAB 6790/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
ANA CAROLINA ROCHA (OAB 50552/PR)
André Leandro de Lima Santos (OAB 5805/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andrezza Caldas Vital (OAB 10723/AM)
Anita Campos Luchese Mendonça (OAB 142535/MG)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antonio Carlos Bernardes Filho (OAB 900.355/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB 1300A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio de Paula Bezerra (OAB 2600/AM)
Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB 16983/PE)
Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB 367876/SP)
Antônio José Oliva Veloso (OAB 6339/AM)
Auriana Ramos Pereira de Gouveia (OAB 2955/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Bruna da Silva Bessa (OAB 8034/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Pereira Aparício Campos (OAB 12331/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camila Barbosa Rosas (OAB 4406/AM)
Carla Bianco Soares da Silva Carignato (OAB 293790/SP)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
César Tadeu Teixeira (OAB 642A/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Claudevan de Souza Pereira (OAB 7800/AM)
Clóvis Cavalcanti Albuquerque Ramos Neto (OAB 28219/PE)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Cristina Seffair de Souza (OAB 3022/AM)
DANIEL CAMPOS MARTINS (OAB 119786/MG)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Danielle Cristhina Deda Ferreira (OAB 46165/PR)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
DENNIS HENRIQUE SALDANHA NERY (OAB 60488/PR)
Dias dos Santos Advogados (OAB 311/AM)
Diego Campos (OAB 621A/AM)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 001.910/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elio Francisco de Carvalho (OAB 493A/AM)

Elisabeth Regina Venâncio (OAB 19387/PR)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Elizandra Lacerda dos Santos (OAB 8529/AM)
Eloadir Afonso Reis Brasil (OAB 4093/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Felipe Hasson (OAB 42682/PR)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM)
Fernando Souza Machado (OAB 5975/AM)
Florindo Silvestre Poersch (OAB 800/AC)
Francisco Rômulo Araújo Corrêa (OAB 894/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gabriel Castilho dos Santos (OAB 10277/AM)
Geraldo Sérgio Albuquerque Ribeiro (OAB 8400/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Gersica Barbosa da Cunha (OAB 14051/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Gilberto Borges da Silva (OAB 58647/PR)
Gislene Aparecida Libório Andrade (OAB 265761/SP)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Giulo Alvarenga Reale (OAB 1006/AM)
Glauce Maria Costa de Sousa (OAB 6140/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Gustavo Amato Pissini (OAB 899A/AM)
GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Gustavo Pasquali Parise (OAB 155574/SP)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Henrique José da Rocha (OAB 36568/RS)
Hirley Verçosa dos Santos (OAB 2591/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor de Mendonça Campos (OAB 766A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jaime Cesar do Amaral Damasceno (OAB 002.237/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Carlos Flor Júnior (OAB 915A/AM)
João de Deus Gomes dos Anjos (OAB 903/AM)
Joísa Maciel Guerra de Souza (OAB 7774/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB 1109A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 862A/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 986A/AM)
José Paiva de Souza Filho (OAB 363/AM)
Jose Ribamar Marcal Martins (OAB 003.670/AM)
Josiane Souza de Lima Barreto (OAB 7897/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Karina Broze Naimeg Grossi (OAB 9245/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 178033/SP)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Laura Poliana de Oliveira Fragata (OAB 13528/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Leila Almeida de Sousa (OAB 3734/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
LUCYANNA JOPPERT LIMA LOPES (OAB 24484/PR)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Marcello Taques Leite (OAB 13768/MT)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria José de Oliveira Ramos (OAB 2322/AM)
Maria Luiza Castelo Barros (OAB 6904/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Marlos Gaio (OAB 914A/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Nathalie Helena Canto Coelho (OAB 9418/AM)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Ney José Campos (OAB 44243/MG)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paulo Bernardo Lindoso e Lima (OAB 11333/AM)
Paulo César Espírito Santo de Gouvêa (OAB 4119/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB 1118A/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Priscila Martins Cardozo Dias (OAB 252569/SP)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
RICARDO ALPIRE (OAB 17808/BA)
Ricardo Mendes Lasmar (OAB 5933/AM)
Roberto Cal Almeida Filho (OAB 37614/BA)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Sandra Calabrese Simão (OAB 13271/PR)
Sérgio Roberto Bulcão Bringel Júnior (OAB 14182/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Silas Araújo Lima (OAB 788A/AM)
Silvana Castro Muniz (OAB 648A/AM)
Tammy Telles Lima da Silva (OAB 8701/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Tatiane de Paula Santos (OAB 6153/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Vicente Emanuel Almeida de Paula (OAB 8569/AM)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Welson Gasparini Júnior (OAB 116196/SP)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Ygor de Menezes Colares (OAB 8510/AM)
Yuri Dantas Barroso (OAB 4237/AM)

5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0229/2019

ADV: CLÁUDIA MORAES NADAF DA COSTA VAL (OAB 2523/AM) - Processo 0210114-09.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: RC Recebíveis Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM), ADV: CÉLIO ALBERTO CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 2906/AM) - Processo 0225182-38.2008.8.04.0001 (001.08.225182-8) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Credicard Banco - BANCO CITICARD S/A - REQUERIDA: Madalena da Silva Cardoso - Assim, revogo a liminar deferida na reconvenção e determino a extinção de ambos os processos sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor e pelo reconvindo, das quais estão isentos diante da justiça gratuita que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente.

ADV: CÉLIO ALBERTO CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 2906/AM), ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM) - Processo 0225182-38.2008.8.04.0001/01 (001.08.225182-8/00001) - Incidentes - RECONVITE: Madalena da Silva Cardoso - RECONVINDO: Credicard Banco - BANCO CITICARD S/A - Assim, revogo a liminar deferida na reconvenção e determino a extinção de ambos os processos sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor e pelo reconvindo, das quais estão isentos diante da justiça gratuita que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente.

ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0232080-33.2009.8.04.0001 (001.09.232080-6) - Busca e Apreensão - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Vistos etc. Embargos de declaração tempestivos (121/129), que são rejeitados porque inexistem os vícios previstos no art. 1.022 do CPC na sentença questionada, uma vez que a ação foi extinta, sem resolução do mérito por pura desídia da parte. O inconformismo da parte embargante deve ser manifestado pela via recursal própria. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEBORAH SABBÁ GALVÃO (OAB 3048/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0235357-57.2009.8.04.0001 (001.09.235357-7) - Alvará Judicial - Concessão / Permissão / Autorização - REQUERENTE: Fundação Assistencial dos Servidores do Ministerio da Fazenda - Assim, determino a extinção dos autos sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0238170-76.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e outro - Vistos etc. Intime-se o requerente para, em 15 (quinze) dias, apresentar o demonstrativo de cálculo atualizado, conforme CPC 534. Após, intime-se o requerido para, em 30 (trinta) dias, nos próprios autos, impugnar a execução, termos do CPC 535. Havendo impugnação, intime-se o autor para apresentar o contraditório, em 15 (quinze) dias. Não havendo impugnação, desde já homologo o cumprimento de sentença, bem como determino a expedição do RPV. Cumpra-se.

ADV: BRUNO RICARDO LIMA TAPAJÓS (OAB 5695/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: ROBERTO FISCHER ESTIVALET (OAB 644A/AM) - Processo 0257625-08.2009.8.04.0001 (001.09.257625-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Petrobras Distribuidora S.A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, e em razão da penhora ter sido realizada nos idos anos de 2010, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da necessidade do arresto pleiteado, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM) - Processo 0259941-57.2010.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Graziano Comércio e Representações Ltda - Palazzolo - REQUERIDO: Dalvair B. de Souza & Cia LTDA - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida, pessoalmente, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM) - Processo 0262152-03.2009.8.04.0001 (001.09.262152-0) - Procedimento Comum Cível - Partes e Procuradores - REQUERENTE: Norauto Rent A Car S/A Ltda - REQUERIDO: Jean Ferreira de Oliveira - Dito isso, julgo PROCEDENTES os pedidos formulados pela autora e extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC condenando o requerido: a) ao pagamento do valor de R$-11.183,48 (onze mil, cento e oitenta e três reais e quarenta e oito centavos), sobre o qual incidirão juros de 1% ao mês e correção monetária pela Tabela TJAM, a contar do evento danoso; b) ao pagamento de custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, dos quais está temporariamente dispensado diante da justiça gratuita que ora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 000.336/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0358271-94.2007.8.04.0001 (001.07.358271-0) - Execução de Título Extrajudicial - REQUERENTE: Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A - Compulsando os autos, verifiquei que não houve publicação do despacho de fls. 71 na pessoa do patrono conforme requerimento contido na petição de fls. 65/67, vez que não encontrava-se cadastrado, o que ocorreu nesta data. Dessa forma, intimo a parte requerente para que tome ciência da determinação acima cujo teor segue abaixo: "Vistos etc. Cumpra-se parte final da decisão de fls. 69. Intime-se o exequente a pagar os emolumentos do oficial de justiça. Após, expeça-se mandado. Cumpra-se."

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0600586-12.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM) - Processo 0601089-96.2015.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: EUCATUR PNEUS LTDA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0601128-64.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: RC RECEBÍVEIS LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada

em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: CARLEN KRYISLEN KAWAMURA FELIPE (OAB 7929/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0601662-37.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Condomínio - REQUERENTE: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SALVADOR DALI - REQUERIDO: Moises David Bicharra - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL) - Processo 0601765-15.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Fundo de Investimentos Em Direitos Creditórios Multisegmentos Npl Ipanema Vi - Não Padronizado - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0605087-38.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LENIVALDO FERREIRA (OAB 13438/AM), ADV: MAIRA DA SILVA PEREIRA (OAB 11698/AM) - Processo 0605752-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Lenivaldo Ferreira - REQUERIDO: Maria Lediana Ferreira e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir nova carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0606041-16.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0607714-20.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: ADAILDO RODRIGUES DE CARVALHO - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - "Intime-se o requerido para, em 15 (quinze) dias manifestar-se sobre a petição de fls. 212. Cumpra-se. "

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: DAMIÃO FERREIRA LISBOA (OAB 3067/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM) - Processo 0607744-79.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Alexandre Reboucas Leite - Vistos etc. Expeça-se alvará conforme requerido à fl. 105. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0607836-28.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0611726-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0613500-74.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ c/c decisão de fl. 21, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0614665-54.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP), ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0615217-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Antonio Teixeira Malheiros -

REQUERIDO: Banco Bradesco Cartões S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do pedido de homologação do acordo, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0615839-64.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Rosana Administradora Ltda, Nome Fantasia, Guarde & Tranque Self Storage - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BRUNO BRAZ CORDEIRO (OAB 6849/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 107414/SP), ADV: JAYME MARQUES BRASIL JÚNIOR (OAB 4986/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0616317-14.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: GARANTECH - ITAÚ SEGUROS - REQUERIDO: Marcel de Lima da Silva - Dito desta forma, julgo inteiramente procedentes os pedidos formulados pela autora, confirmando a liminar concedida, e julgo totalmente improcedentes os pedidos reconvencionais, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos moldes do CPC, 487, I. Fixo como valor da causa da reconvenção o valor atualizado do contrato impugnado, na forma do CPC 292, II e §3º. Condeno, ainda, o réu-reconvinte ao pagamento de custas processuais e honorários de sucumbência, estes fixados em 10% do valor da causa para a ação principal e mais 10% do valor da causa para a reconvenção, cuja exigibilidade está suspensa diante da gratuidade da justiça que agora defiro, na forma do CPC 99, §3º. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: ALYSSON TOSIN (OAB 86925/MG) - Processo 0616614-50.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Recon Administradora de Consorcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODRIGO DOS SANTOS PIRES (OAB 10113/AM) - Processo 0617868-24.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Fundação de Apoio Institucional Muraki - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM) - Processo 0618961-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Gilbernilson Oliveira da Silva - REQUERIDO: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0621869-57.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0622353-38.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0622379-36.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0623765-72.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0624074-93.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0625584-10.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MARCUS LEANDRO DE SOUZA ANDRADE (OAB 6928/AM), ADV: DENIZOM MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 9040/AM), ADV: IMBERGMAN MAIA LITAIFF (OAB 5699/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: VANESSA FREIRE LITAIFF (OAB 5722/AM) - Processo 0627025-26.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: RODIONE DAS GRAÇAS PAVON SILVA

- Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0627299-24.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP) - Processo 0627383-88.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - EXECUTADO: AAA REIS LTDA e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: ANTÔNIO DE PAULA BEZERRA (OAB 2600/AM), ADV: SANDRO DA SILVA SANTOS (OAB 7523/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0627385-92.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: MJ Agência de Viagens e Turismo Ltda e outro - Dito isso, julgo PROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor e extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC para condenar as rés: a) ao pagamento de R$-89.024,50 (oitenta e nove mi, vinte e quatro reais e cinquenta centavos) sobre o qual incidirão correção monetária pela Tabela TJAM, a contar do inadimplemento, e juros de mora de 1%, a partir da citação; b) ao pagamento de custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, atendendo orientação do CPC, 85, § 2°. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM) - Processo 0627788-56.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Condominio Residencial Life da Villa - Vistos etc. Os autos ficaram paralisados em cartório por falta de interesse do autor, razão pela qual foi determinada a sua intimação para manifestar interesse no feito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Embora devidamente intimado, o autor não se manifestou no referido prazo. Decido. Está claro nos presentes autos o abandono da causa pelo requerente, que, mesmo após sua intimação para manifestar interesse no feito sob pena de extinção, manteve-se silente. Isto posto, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628086-77.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JULIANA INOUE MARIANO ARAÚJO (OAB 261052/SP) - Processo 0628098-62.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Sebastiao Lucio de Souza - Vistos etc. Defiro pedido de Bacenjud. Bloquei-se valores até o limite da execução. Após o cumprimento da medida, intime-se o autor para se manifestar quanto ao resultado Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0628146-84.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ELISÂNGELA NOGUEIRA RODRIGUES (OAB 3433/AM), ADV: NELY MIRANDA DE SOUZA (OAB 11156/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM) - Processo 0629424-96.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Gleide Pedro Damasceno e outro - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do depósito de honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: VITOR LIMA MONAI MONTESSI (OAB 1821/RR) - Processo 0630160-07.2019.8.04.0001 - Despejo - Locação / Permissão / Concessão / Autorização / Cessão de Uso - REQUERENTE: Mariene Martins Nunes - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: IRACEMA MACEDO SANTANA DE SOUZA NETA (OAB 22165/BA), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 925A/AM) - Processo 0630424-63.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR), ADV: SIMONE APARECIDA SARAIVA LIMA (OAB 28626/PR) - Processo 0633198-03.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Isto posto, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Transitado em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633900-12.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP), ADV: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU (OAB 8226/AM) - Processo 0633970-63.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: American Express - Banco Bankpar S.A - REQUERIDA: PATRÍCIA DA ROCHA FRANCALACCI - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: PAULO ROBERTO VOGEL DE REZENDE (OAB 80599/MG), ADV: ELIANE DE SOUZA E SILVA JAMAS (OAB 84244/SP) - Processo 0634460-85.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Transporte de Coisas - EXEQUENTE: Aliança Navegação e Logística Ltda - Assim, determino a extinção dos autos sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Custas pela autora, das quais está isenta diante da justiça gratuita que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0635274-58.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Cond. Residencial Sand Lane - Conforme despacho exarado à fl. 28, a autora foi intimada a emendar a inicial, nos termos do CPC 321, porém não se manifestou no prazo legal. Indefiro, portanto, a inicial nos termos do art. 330, IV. Isto posto, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, I, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0637067-95.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0637146-84.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PAULO EDUARDO MELILLO (OAB 36681SC) - Processo 0639848-27.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM) - Processo 0641414-74.2019.8.04.0001 - Recuperação Judicial - Liquidação - REQUERENTE: C.A.P.U. - Observo que a requerente deixou de juntar aos autos alguns dos documentos listados no art. 51, da Lei 11.101/2005, são eles: 1) demonstração do resultado desde o último exercício social e relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção; (inciso II, "c" e "d"); 2) relação nominal completa dos credores, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente (inciso III); 3) certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores (inciso V); 4) relação nominal completa dos credores, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente (inciso VI); 5) certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial (inciso VI); 6) relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados (inciso VI); Assim, nos termos do art. 189, da Lei 11.101/2005 e do CPC 320 e 321, abro prazo de 15 dias para que a requerente emenda a inicial, fazendo juntar os documentos listados acima, pena de indeferimento da inicial. A autora deve apresentar as informações solicitadas de forma clara e organizada, de modo a simplificar a análise dos autos a todos os sujeitos processuais. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 130124/SP) - Processo 0641719-63.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: BRF - Brasil Foods S.A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (PENHORA E AVALIAÇÃO), bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0646180-73.2019.8.04.0001 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Carlos Roberto de Souza Fonseca - Vistos etc. Por ora, indefiro a liminar de despejo, uma vez o autor não traz o contrato de locação devidamente assinado pelas partes, documento importante para comprovação dos fatos alegados, termos da Lei 8245/91. Defiro a justiça gratuita. Cite-se, pois bem, com as advertências do CPC 335 e 344 e do art. 66, I, II e seguintes da Lei 8245/91. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0646306-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Edmar Varela Barão - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Após juntada de Laudo Pericial, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: NELSON DOS SANTOS ALE JÚNIOR (OAB 8507/AM), ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM) - Processo 0648672-72.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Gutembergue Fonteles Cruz - REQUERIDO: Almeida Material de Construção - Vistos etc. Intime-se o autor para se manifestar acerca da petição e documentos juntados às fls. 108/114. Ainda, intimem-se as partes para que digam, no prazo de 15 (quinze) dias, se há interesse em audiência de instrução e julgamento, justificando sua utilidade ao processo. Em caso negativo e dentro do mesmo prazo, que especifiquem as provas que pretendem produzir ou requeiram o que entenderem de direito. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0649463-41.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0654893-71.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Ponta Negra 2 - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0712638-19.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0715124-74.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Alysson Tosin (OAB 86925/MG)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 107414/SP)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Paula Bezerra (OAB 2600/AM)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Braz Cordeiro (OAB 6849/AM)
Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB 5695/AM)
Carlen Kryislen Kawamura Felipe (OAB 7929/AM)
Carlos Alberto Baião (OAB 925A/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Célio Alberto Cruz de Oliveira (OAB 2906/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Cláudia Moraes Nadaf da Costa Val (OAB 2523/AM)
Damião Ferreira Lisboa (OAB 3067/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Deborah Sabbá Galvão (OAB 3048/AM)
Denizom Moreira de Oliveira (OAB 9040/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 000.336/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Eliane de Souza e Silva Jamas (OAB 84244/SP)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elisângela Nogueira Rodrigues (OAB 3433/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Imbergman Maia Litaiff (OAB 5699/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Iracema Macedo Santana de Souza Neta (OAB 22165/BA)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jayme Marques Brasil Júnior (OAB 4986/AM)
Jorge Luís dos Reis Oliveira (OAB 6866/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
Juliana Inoue Mariano Araújo (OAB 261052/SP)
Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
Lenivaldo Ferreira (OAB 13438/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Maira da Silva Pereira (OAB 11698/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcus Leandro de Souza Andrade (OAB 6928/AM)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 130124/SP)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nelson dos Santos Ale Júnior (OAB 8507/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nely Miranda de Souza (OAB 11156/AM)
Paulo Eduardo Melillo (OAB 36681SC)
Paulo Roberto Arce Nicolau (OAB 8226/AM)
Paulo Roberto Vogel de Rezende (OAB 80599/MG)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberto Fischer Estivalet (OAB 644A/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo dos Santos Pires (OAB 10113/AM)
Sandro da Silva Santos (OAB 7523/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Simone Aparecida Saraiva Lima (OAB 28626/PR)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Vanessa Freire Litaiff (OAB 5722/AM)
VITOR LIMA MONAI MONTESSI (OAB 1821/RR)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0230/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0235793-50.2008.8.04.0001 (001.08.235793-6) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Manaus EnergiaS/A - Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0258201-30.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PEDRO GERALDO PACHECO FERREIRA (OAB 3963/AM), ADV: MICHEL BESSA FERREIRA (OAB 7581/AM) - Processo 0641123-45.2017.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: C & S - Construcao Conservacao e Servicos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Michel Bessa Ferreira (OAB 7581/AM)
Pedro Geraldo Pacheco Ferreira (OAB 3963/AM)

6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0341/2019

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0049623-77.2002.8.04.0001 (001.02.049623-1) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDO: Hermuther Pinheiro Jesus - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ÉRICO RODRIGO FREITAS PINHEIRO (OAB 6413/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0054782-84.2010.8.04.0012 (012.10.054782-9) - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Valmir Barbosa Maia - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ c/c o art. 1º, § 2º, da Portaria nº 2072/2016-PTJ, intimo a parte interessada para que: 1) proceda à gravação dos respectivos autos em mídia (cd-rom), acompanhado do ofício requisitório expedido e documentos constantes do art. 18, §1º da Resolução n 003/2014 desta Egrégia Corte e; 2) compareça neste Juízo para entrega da referida mídia para fins de remessa para o Setor de Precatório do Tribunal de Justiça.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: CASSIANO CARDOSO CALANDRELLI (OAB 371064/SP), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0600617-27.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Restabelecimento - REQUERENTE: Antônio de Souza Araújo - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) Requerente(s) para que se manifeste(m) acerca da petição e documentos de fls. 184/197, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0603771-19.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Igreja Ministério Santidade Em Cristo - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM) - Processo 0610756-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pedidos Genéricos Relativos aos Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Milca de Melo Viamonte - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do NCPC.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0612573-74.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0622891-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Andréa Barbosa de Araújo - AGRAVADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629753-11.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: João Pinheiro da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA (OAB 2786/AM), ADV: VÍTOR DE SOUZA VIEIRA (OAB 6843/AM) - Processo 0632171-09.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Ingrid de Menezes Macedo - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0640279-61.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Villa Lobos - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cassiano Cardoso Calandrelli (OAB 371064/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Érico Rodrigo Freitas Pinheiro (OAB 6413/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Vítor de Souza Vieira (OAB 6843/AM)
Wagner de Oliveira Vieira (OAB 2786/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0342/2019

ADV: DOLORES GARCIA RODRIGUES (OAB 1027/AM), ADV: PEDRO HENRIQUE BRAZ SIQUEIRA (OAB 37996/DF), ADV: FELIPE GUSTAVO DE AVILA CARREIRO (OAB 27333/DF), ADV: DÉBORA PUREZA COTTA BISINOTO (OAB 2678/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0210348-93.2009.8.04.0001 (001.09.210348-1) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional - REQUERIDO: Mil Madeireira Itacoatiara Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0250472-50.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: LARYSSA ARAÚJO MÜLLER (OAB 13197/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0618828-43.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Georgette Ferreira de Freitas - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627695-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Palmira de Figuereido Loio da Silveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG) - Processo 0634212-51.2016.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM), ADV: THAÍS BENTES LEONEL (OAB 163576/MG), ADV: VÍTOR LIMA VERDE COELHO (OAB 12945/AM) - Processo 0636148-43.2018.8.04.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Formosa Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. - REQUERIDO: Pavcon Pavimentação e Construções Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0637155-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE:

Solana Maria Miranda Ribeiro Brito - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Débora Pureza Cotta Bisinoto (OAB 2678/AM)
Dolores Garcia Rodrigues (OAB 1027/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Felipe Gustavo de Avila Carreiro (OAB 27333/DF)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Laryssa Araújo Müller (OAB 13197/AM)
Leila Almeida de Sousa (OAB 3734/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Pedro Henrique Braz Siqueira (OAB 37996/DF)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo Lopes Godoy (OAB 77167/MG)
Thaís Bentes Leonel (OAB 163576/MG)
Vítor Lima Verde Coelho (OAB 12945/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO DIÓGENES VIDAL PESSOA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0343/2019

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0022503-54.2005.8.04.0001 (001.05.022503-1) - Execução de Título Judicial - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Osvaldo Alberto de Souza Nogueira - Em cumprimento ao despacho de fls. 199.

ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM) - Processo 0043218-20.2005.8.04.0001 (001.05.043218-5) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rogério Ferreira da Silva - REQUERIDO: Angélica Maria Monteiro Duarte - Em cumprimento ao despacho de fls. 178.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: LEONARD LOPES DE ASSIS (OAB 6895/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0248828-72.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: J. N. Centro Automotivo Ltda. - AVALISTA: Jorge Freire dos Santos - Nilce Oliveira de Farias - Em cumprimento ao despacho de fls. 148.

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0604166-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Álvaro Serrão Monteiro - REQUERIDO: Capital Rossi Empreendimentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos às fl. 52, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0604643-68.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - EXECUTADO: Lucas Sobreira Maia dos Santos - ME - Lucas Sobreira Maia dos Santos - Thaís Helena Madureira Teobaldo - Cátia de Matos Madureira - Em cumprimento ao despacho de fls. 106.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0618923-49.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Irandir de Oliveira Leitão - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM) - Processo 0623601-34.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: ADCAM - Associação para O Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - REQUERIDA: Glauce Rejane do Carmo Santos - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 1213A/AM) - Processo 0628145-75.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: PSA Finance Brasil S/A - REQUERIDA: Arlene Cabral Fernandes - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0634004-62.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Robson Rodrigues Guimarães - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SARAH LYS DA SILVA MAR (OAB 11906/AM), ADV: ANDREZA BIANCA BRITO DE OLIVEIRA (OAB 11960/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0636882-96.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sandra Francinete Antas Vieira - Jéssica Vanessa Vieira Aosta - REQUERIDO: São Fiacre Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Capital Rossi Empreendimentos S/A - Em cumprimento ao despacho de fls. 339.

Andreza Bianca Brito de Oliveira (OAB 11960/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Leonard Lopes de Assis (OAB 6895/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)

Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Sarah Lys da Silva Mar (OAB 11906/AM)
Sérgio Schulze (OAB 1213A/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0194/2019

ADV: MAISA VIVIANE PEREIRA PARENTE CAMPOS (OAB 5897/AM), ADV: KEMAL ALMEIDA MUNEYMNE FILHO (OAB 3889/AM) - Processo 0260184-98.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Paula Wanessa Câmara Batista - REQUERIDO: INVESTINORTE - Participações, Adm e Empreendimentos Ltda. - Vistos, Suspendo o feito pelo prazo de 6 (seis) meses, com fulcro no art. 921, III, do CPC, durante o qual suspende-se também a prescrição, nos termos do §1° do mesmo dispositivo. Outrossim, decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem a localização do executado ou de bens penhoráveis, determino o arquivamento desta execução, sem prejuízo do seu prosseguimento após impulso da parte interessada, se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis, tudo nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art. 921, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0602364-75.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Edmar Varela Barão - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e outro - Vistos, Defiro expedição dos Alvarás. Considerando a orientação do CNJ e TJAM, sobre os valores proveniente de RPV, o Alvará do valor principal deve constar como autorizado o proprio beneficiário, salvo se o patrono apresentar procuração específica (procuração publica), com prazo inferior de 1 ano, que não foi apresentada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: GERALDO HENRIQUE DUTRA DE MAGALHÃES (OAB 11072/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: RAFAEL CININI DIAS COSTA (OAB 152278/MG) - Processo 0603243-19.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Anderson Ferreira de Souza - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos, Intime-se o Autor para se manifestar sobre os valores depositados as fls.421/423. Cumpra-se.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: RAFAEL CININI DIAS COSTA (OAB 152278/MG), ADV: GERALDO HENRIQUE DUTRA DE MAGALHÃES (OAB 11072/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0603243-19.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Anderson Ferreira de Souza - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos, Defiro o pedido de fls.425. Expeça-se alvará, como requerido. Considerando que não houve o pagamento do valor integral do saldo remanescente bem como não houve pagamentos de custas finais, proceda-se o bloqueio de ambos os valores, via BACENJUD, custas dos atos recolhidas.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0604825-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Itaú Seguros de Auto e Residência S. A. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, eis que desnecessária a produção de provas em audiência (CPC, art. 355, I) devendo o juízo velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 139, II). Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, inicia-se prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Após, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0606102-08.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Indefiro o pedido de pesquisa SIEL, uma vez que se faz necessário a data de nascimento do Requerido e o nome de sua genitora. Intime-se a parte Autora para informar como deseja prosseguir com o feito, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: GLÁUCIA CRISTINA DA SILVA FREITAS (OAB 12367/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0606624-64.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Altemiza Dantas da Costa Falcao Belem - DECIDO. Em face do exposto, nos termos do art. 487, inciso I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE a Ação de Busca e Apreensão e PARCIALMENTE PROCEDENTE a Reconvenção para: a) Confirmar, tornando efetiva, a liminar deferida e efetivada de devolução do veículo, consoante decisão às fls. 72; b) Deixar de acolher os pedidos de exclusão do nome da Requerida/ Reconvinte perante os órgãos de proteção ao crédito SPC/SERASA, face a insuficiência probatória, bem como o de retirada da restrição do veículo via Renjaud, em virtude da ausência de bloqueio judicial do veículo nos presentes autos, tudo conforme fundamentação exposta; c) Deixar de acolher o pedido de repetição de indébito, ante a falta de pagamento em excesso, nos termos da fundamentação; d) Condenar o Requerente/Reconvindo ao pagamento de danos morais, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), quantia que deve ser corrigida monetariamente a partir do arbitramento e acrescida de juros de mora a partir da citação. Quanto à Ação de Busca e Apreensão, custas já recolhidas. Sendo assim, condeno o Requerente Banco Bradesco Financiamentos S/A, ao ônus da sucumbência, com pagamento dos honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 85, parágrafo 2º do CPC. Quanto à Reconvenção, diante da sucumbência recíproca condeno Requerente/Reconvindo e a Requerida/Reconvinte ao pagamento de 50% cada, das custas processuais da Reconvenção e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §§ 1º e 2º do CPC. Suspensa a exigibilidade em face da Reconvinte/Requerida, nos termos da Lei 1.060/50 c/c art. 98, § 3º do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: THIAGO PACHECO RODRIGUES (OAB 8826/AM) - Processo 0607020-12.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Shih Hung Chi, - R.H. Sem informações do advogado. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR), ADV: THIAGO GIULLIO DE SALES GERMOGLIO (OAB 14370/PB) - Processo 0607360-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: V.M.C.F. - REQUERIDO: U.N.N.F.I.S.C.T.M. - DEFIRO o pedido de perícia. FIXO prazo de 60 (sessenta) dias para elaboração do laudo pericial, a contar a partir da aceitação do encargo. O prazo poderá ser majorado conforme a complexidade informada pelo perito. NOMEIO como perito: OSMAR JÚNIOR BRASIL DE FARIAS, brasileiro, casado, médico Cirurgião-Geral, CRM 6331/AM, com endereço profissional na Av. Castelo Branco, nº 1779, Cachoeirinha, ONCOCLIN, CEP. 69065-04. INTIME-SE O PERITO para se manifestar sobre a aceitação do encargo e apresentar proposta de honorários, no prazo de cinco dias (art. 465, §2º do CPC). INTIMEM-SE AS PARTES para no prazo de 15 dias cumprirem o disposto no art. 465, §1º do CPC, in verbis: Art. 465. O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo. § 1º Incumbe às partes, dentro de 15 (quinze) dias contados da intimação do despacho de nomeação do perito: I - arguir o impedimento ou a

suspeição do perito, se for o caso; II - indicar assistente técnico; III - apresentar quesitos. Após, a proposta de honorários pelo perito, INTIMEM-SE AS PARTES para se manifestarem no prazo de cinco (05) dias. Decorrido o prazo, voltem-me os autos para arbitramento do quantum. Intime-se a Requerida para realizar o pagamento dos honorários advocatícios, por se tratar de relação consumerista. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0609901-98.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Planos de Saúde - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: JENNIFER LOPES REBELO DE SOUZA (OAB 11115/AM), ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0610894-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Geraldo Gonçalves de Lima - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos, Vista ao patrono do autor sobre a petição da Autarquia fls.224/226 a qual alega fracionamento de honorários contratuais. Deixo para remeter o oficio precatório ao setor competente, após a manifestação do autor. Manaus, 04 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 26506/GO) - Processo 0611956-17.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: CLEMERSON DA SILVA PEREIRA - Vistos, Considerando a petição de fls.188/190, manifesto-me no sentido de esclarecer que o oficio, bem como os documentos que instruem o precatório com exceção do comprovante de inscrição e de situação cadastral, foram enviados em tempo e, devidamente comprovado nos autos através do comprovante de envio do malote fls.173, bem como o comprovante de leitura dos documentos fls.175/178. Esclareço ainda que o oficio precatório fls,170/171, contém todas às informações, estabelecidas no art. 18 da resolução 003/2014. Expeça-se novo oficio precatório e determino que seja encaminhado através de mídia (CD). Considerando ainda que não houve comprovação do pagamento do RPV expedido em 12 de abril de 2019 fls.164, INTIME-SE a Autarquia para comprovar o pagamento, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa e bloqueio via BACENJUD, uma vez que já ultrapassou o prazo de 60 dias. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM) - Processo 0612603-75.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Anderson Souza de Oliveira - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD/SIEL como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Para pesquisa SIEL é necessário que o autor apresente os seguintes dados: a) data de nascimento do requerido; b) nome de sua genitora. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0613796-67.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Trata-se de pedido de bloqueio de CNH, Passaporte e bloqueio de cartões de crédito, como meio coercitivo para satisfação de dívida. O pedido encontra previsão no art. 139, IV do CPC. Contudo, entendo indevido, uma vez que fere o direito de locomoção do devedor, previsto no art. 5º, XV da Constituição Federal. Ademais, trata-se de dívida de natureza patrimonial privado e não questões de interesse público, que justifique medidas restritivas tão severas. Até porque, a luz do art. 805 do CPC, a execução deve guardar um equilíbrio entre a satisfação do crédito e os direitos do devedor. Isso posto, INDEFIRO os pedidos. Quanto ao pedido de bloqueio de cartões de crédito, não há amparo legal no pedido e nem efetividade na medida, pois não irá satisfazer a execução, sendo desnecessária a intervenção judicial nesse sentido. Logo, INDEFIRO o pedido. Intime-se o autor indicar outros meios executórios ou bens para constrição, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de suspensão.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0616249-25.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Defiro o pedido de expedição de carta para o endereço de fls. 66/67. Custas já recolhidas. Expeça-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0616324-64.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Defiro o pedido de expedição de carta para o endereço de fls. 67/68. Custas já recolhidas. Expeça-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO EDUARDO GOMES SAYAO LOBATO (OAB 28362/RS) - Processo 0619607-95.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Brasil Norte Bebidas Ltda - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor Jatolux Comercio e Representação Ltda, por intermédio de Carta de Recebimento para o endereço de fl. 32, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Intime-se a parte Autora para providenciar o pagamento das despesas postais, por intermédio da Guia da Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que possa ser expedida a devida carta. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC. Cumpra-se.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0620641-18.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: PAULO DE AVIZ DA SILVA - REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL e outro - Vistos, Defiro expedição de ofício à Caixa Econômica Federal conforme petição às fls.252, para que transfira o restante do valor do Alvará, ou justifique o não cumprimento da totalidade do mesmo. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0621719-71.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: L. Ramos Avelino - Epp - REQUERIDO: Miguel de Oliveira Esper - Vanessa Minel de Oliveira - Contudo, o Requerido apenas apresentou embargos muito tempo depois, no dia 02/10/2018, conforme petição de fls. 108/116, quando o prazo já havia se esgotado a muito tempo. Por isso, ACOLHO a alegação de intempestividade dos embargos oposto. Sendo assim, considerando a revelia do Requerido, aplico ao feito, o julgamento antecipado da lide. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para as partes apresentarem alegações finais. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0621795-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - R. H. Indefiro o pedido de desentranhamento do mandado. Por outro lado, Defiro o pedido de expedição de Mandado para o endereço de fls. 179/180. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: DIOGO COELHO DE FREITAS (OAB 10733/AM) - Processo 0622746-26.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Diogo Coelho de Freitas - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Vistos, Expeça-se Alvará conforme requerido as fls.431, mediante pagamento da expedição, no valor de R$ 50,99 (cinquenta reais e noventa e nove centavos). Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento, com identificação do processo e com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento. A contadoria para cálculos de custas finais, apos, intime-se o Requerido para o pagamento de acordo com a planilha apresentada pela contadoria. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0623678-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jair Oliveira Carmim - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, eis que desnecessária a produção de provas em audiência (CPC, art. 355, I) devendo o juízo velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 139, II). Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, inicia-se prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Após, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0623925-97.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0623968-92.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Supermercados DB Ltda. - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro RENAJUD/INFOJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP) - Processo 0624039-60.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Silvia da Rocha Barbosa dos Santos - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e DECLARO EXTINTO o processo com resolução do mérito nos termos do art. 487, III, "b" do CPC. Após o pagamento das custas, se existirem, proceda-se à baixa.

ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM), ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM) - Processo 0627320-63.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: RC RECEBÍVEIS LTDA. - EXECUTADO: I. V. BARBOSA - ME e outros - Vistos, Intime-se o Exequente para apresentar o demonstrativo de débito atualizado.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM) - Processo 0628973-32.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Joilson Cruz de Araújo - REQUERIDO: Washington Farias Araújo - Flávia da Silva Albuquerque - DECIDO. Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Diante da sucumbência, condeno a parte autora ao pagamento das despesas processuais desembolsadas pelo requerido e honorários advocatícios, estes fixados equitativamente em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, § 8° do NCPC, ressalvado o disposto no artigo 98, §3º, do NCPC. Intime-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG) - Processo 0629744-49.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Defiro o pedido de fls. 362. Suspendo o feito pelo prazo de 1 (um) ano, com fulcro no art. 921, III, do CPC, durante o qual suspende-se também a prescrição, nos termos do §1° do mesmo dispositivo. Outrossim, decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem a localização do executado ou de bens penhoráveis, determino o arquivamento desta execução, sem prejuízo do seu prosseguimento após impulso da parte interessada, se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis, tudo nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art. 921, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0629909-86.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Rcl Comércio de Produtos Alimentícios - Vistos, Considerando que o Requerido é pessoa jurídica, conheço a validade do AR positivo de fls. 36. À Secretaria para certificar o decurso do prazo para embargos. Intime-se o autor para apresentar provas que deseja produzir, no prazo de 15 (quinze) dias. Se nada for requerido, voltem-me conclusos para julgamento do mérito.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0631629-25.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Defiro o pedido de expedição de Mandado. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM) - Processo 0631686-82.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos

- REQUERENTE: ML TERRAPLANAGENS - REQUERIDO: AÇAÍ TRANPORTES COLETIVOS, - Vistos, Considerando o pedido de prosseguimento da execução e considerando a manifestação do SINETRAN-AM, INTIMO o autor para se manifestar sobre o pedido de fls.484/487. Intime-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0632720-87.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paradiso Anturio - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/RENAJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM) - Processo 0634195-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jenilson Cosmo Rodrigues - Intime-se o autor para complementar as custas para expedição de carta, considerando que efetuou o recolhimento para apenas um requerido, com a devida comprovação nos autos, para que os autos possam ser encaminhados ao Cejusc. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0636736-16.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Defiro o pedido de expedição de Mandado de fl. 65. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: JULIANA LICZACOVSKI MALVEZZI (OAB 25181/PR) - Processo 0645486-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alexandre Malvezzi Tramontin e outro - Vistos, Ao contador para se manifestar sobre a petição de fls. 64/65, devendo prestar informações sobre o cálculo apresentado as fls.63. Após, voltem-me conclusos para despacho inicial. Manaus, 03 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: JULIANA LICZACOVSKI MALVEZZI (OAB 25181/PR) - Processo 0645486-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alexandre Malvezzi Tramontin e outro - De acordo com o art. 1°, inciso I, do provimento de n.° 63/02-CGJ, e nos termos do art.82 do NCPC. Intime os Autores sobre a certidão/informação de fls.67 e o devido recolhimento.

ADV: JOAO PAULO DA SILVA SANTOS (OAB 115235/AM) - Processo 0646146-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Empreitada - REQUERENTE: Direcional Engenharia S/A e outro - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC). Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 - CGJ/AM.

ADV: VIVIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA (OAB 13048/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ADRIANA SILVA GOMES (OAB 12901/AM), ADV: AYRIENE FRORES DE SOUSA (OAB 12105/AM), ADV: INDIANA CARDOSO MACHADO (OAB 10016/AM) - Processo 0646981-23.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jurandina Maria Ferreira Ribeiro - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - DECIDO. Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Revogo a liminar concedida às fls. 50-51. Diante da sucumbência, condeno a parte autora ao pagamento das despesas processuais desembolsadas pelo requerido e honorários advocatícios, estes fixados equitativamente em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 8° do NCPC, ressalvado o disposto no artigo 98, §3º, do NCPC. Intime-se.

ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM) - Processo 0647617-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luíza Karine Duarte Lima Bezerra e outros - R.H. A concessão da Justiça Gratuita é um benefício apenas para aqueles que não tem condições de arcar com as custas processuais. Sendo exceção dentro do sistema processual e não a regra. Tanto é verdade, que existe a possibilidade de parcelamento ou concessão da gratuidade apenas para alguns atos. Dessa forma, em caso de dúvida, o juiz deve determinar a produção de provas. Assim, determino a intimação do autor para que comprove a condição de hipossuficiente, devendo juntar aos autos declaração de imposto de renda ou comprovante de rendimentos atualizados, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do benefício.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647673-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Mércia Jeane Chagas Monteiro - Vistos etc. Trata-se de Ação Previdenciária decorrente de acidente do trabalho. Defiro gratuidade de justiça. Nesse caso, nos termos da Portaria nº 2183/2016-PTJ, REMETAM-SE os autos ao Com o CEJUSC para realização da citação e perícia técnica.

ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM) - Processo 0647788-09.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Perda de Bens e Valores - REQUERENTE: Josineia Pereira dos Santos - Vistos, Verifico, que ao promover a execução, o exequente não instruiu os autos o título executivo. Urge mencionar, que o título executivo é imprescindível para o processo de execução. Sendo que a sua ausência importa na extinção do processo, uma vez que não estão presentes os requisitos do art. 320 c/c 778, caput ambos do CPC. Isso posto, intime-se o exequente para juntar o título executivo judicial no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0648127-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Mauricio da Silva Padinha - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Ante o exposto, a teor do art. 487, I, do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido: I DECLARAR a revisão do Contrato de empréstimo pessoal n. 064020026127 , para estipular, os juros em 121,36% a.a.; II CONDENAR a Requerida na restituição da diferença entre o valor pago e o valor a ser calculado com a revisão das cláusulas contratuais, a qual se efetivará em liquidação, devendo o valor ser corrigido monetariamente com juros legais a partir do seu adimplemento, nos moldes da Súmula n. 54, do STJ. Ante o ônus da sucumbência, tendo o Autor decaído em parte mínima do pedido, a teor do art. 85, do CPC, CONDENO a Requerida ao pagamento das custas, despesas e honorários, estes últimos fixados em 10% sobre o valor do proveito econômico. P.R.I.C.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM) - Processo 0650415-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Meiry Jane Martins Pena - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e outro - Chamo o processo à ordem para revogar integralmente a decisão de fls. 179, a qual será substituída pela presente decisão, conforme as razões abaixo: Inicialmente, ressalta que os valores depositados pelo INSS, as fls. 175, são totalmente devidos a Autora. Isso porque, a diferença do valor

depositado (R$ 17.049,54) para o valor inscrito no RPV (R$ 16.391,65), se referem a correção monetária durante o período de emissão do RPV (02/07/2019) e o efetivo depósito (08/08/2019). Ou seja, o aparente saldo remanescente diz respeito a mera correção monetária. Por isso, são devidos totalmente à autora. Além disso, os valores referente aos honorários periciais já foram transferidos, conforme comprovante de depósito de fls. 133 e ofício de fls. 152, sendo desnecessário a expedição de Alvará. Por fim, em razão da orientação do CNJ envolvendo os processos de matéria previdenciária, hei por bem determinar a expedição do Alvará em nome da parte autora e do seu patrono, excepcionalmente.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0650694-06.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Trata-se de pedido de citação por edital às fls. 139/140. Indefiro o pedido, isso porque a citação por edital não é medida automática. Devem ser empreendidas diligencias mínimas na busca do devedor e seu paradeiro, sendo a citação por edital relegada aos casos em que esgotadas as possibilidades de localização. Inteligência da Súmula 414 do STJ. Seguindo orientação do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, e tomando por base determinações aprovadas recentemente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), antes de determinar a citação por edital, deve-se buscar o endereço ou verificar o paradeiro do requerido por meio de convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, como BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, SIEL, e ERIDFT. Sendo assim, intime-se a parte Autora para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: MÁRCIA REGINA CASTRO ALBUQUERQUE (OAB 8769/AM) - Processo 0650757-31.2018.8.04.0001 - Renovatória de Locação - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Dumanauara Comércio de Calçados e Acessórios Ltdame - R.H. Sem informações do advogado. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: AMISA CRÍSFANY MARTINS SILVA E SILVA (OAB 12659/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 766A/AM), ADV: TIAGO PIRES DE ABREU (OAB 12726/AM) - Processo 0652448-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Airton da Silva Albuquerque - REQUERIDO: Clinica de Ultra Som de Olhos Ltda. (Clinica de Olhos Dr. David Tayah) e outro - Considerando a inexistência de prazo hábil para proceder a intimação das partes para acompanhamento da perícia, hei por bem deferir o pedido de realização de nova perícia, nos termos do art. 466, §2º do CPC. Intime-se a perita.

Adriana Silva Gomes (OAB 12901/AM)
Amisa Crísfany Martins Silva e Silva (OAB 12659/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Ayriene Frores de Sousa (OAB 12105/AM)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)
Diogo Coelho de Freitas (OAB 10733/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Everton Bernardo Clemente (OAB 26506/GO)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Geraldo Henrique Dutra de Magalhães (OAB 11072/AM)
Gláucia Cristina da Silva Freitas (OAB 12367/AM)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor de Mendonça Campos (OAB 766A/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Indiana Cardoso Machado (OAB 10016/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
Jennifer Lopes Rebelo de Souza (OAB 11115/AM)
Joao Paulo da Silva Santos (OAB 115235/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
Juliana Liczacovski Malvezzi (OAB 25181/PR)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kemal Almeida Muneymne Filho (OAB 3889/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Maisa Viviane Pereira Parente Campos (OAB 5897/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Márcia Regina Castro Albuquerque (OAB 8769/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael cinini dias costa (OAB 152278/MG)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Sérgio Eduardo Gomes Sayao Lobato (OAB 28362/RS)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Thiago Giullio de Sales Germoglio (OAB 14370/PB)
Thiago Pacheco Rodrigues (OAB 8826/AM)
Tiago Pires de Abreu (OAB 12726/AM)
TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR)
Viviane Teixeira de Oliveira (OAB 13048/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0281/2019

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0620296-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Carlos Alberto Ferreira Amorim - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0621335-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Altair de Lima Nogueira - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 00:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0621632-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Cristina Costa de Oliveira - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0621661-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Edison Duarte Oliveira - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0621695-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Lizandra Oliveira Cunha - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: LUCIANA BUZATTO PERES (OAB 239449/SP), ADV: SALLY SCARPARO SENDAS (OAB 236968/SP), ADV: THAIS PIECHOTTKA (OAB 307992/SP), ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM) - Processo 0648059-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Leonardo Henrique Tamietti - REQUERIDO: Swiss Park Manaus Incorporadora - De ordem, fica intimada a parte Autora para manifestar-se acerca da petição de fls. 161/162, no prazo de cinco dias.

Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Luciana Buzatto Peres (OAB 239449/SP)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Sally Scarparo Sendas (OAB 236968/SP)
Thais Piechottka (OAB 307992/SP)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0294/2019

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: ELIAS BARROS CAVALCANTE (OAB 5359/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0230908-41.2018.8.04.0001 (processo principal 0619407-30.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Rescisão / Resolução - EXEQUENTE: FAVILLA GENTIL NETO e outro - EXECUTADO: Capital Rossi Empreendimentos S/A e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca das pesquisas realizadas, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO (OAB 222325/SP), ADV: LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO (OAB 760A/AM) - Processo 0241869-75.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0627957-48.2014.8.04.0001) (processo principal 0627957-48.2014.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Compromisso - REQUERENTE: BIODENTAL MEDICAL DISTRIBUIDORA LTDA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCELO AUGUSTO DOS SANTOS PINHEIRO (OAB 9365/AM) - Processo 0602112-09.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: José Vanderlei Nunes - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SULAMITA BRANDÃO DA ROCHA (OAB 4782/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ROQUE LANE WILKENS MARINHO (OAB 10486/AM) - Processo 0602500-77.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: ROBSON DA SILVA TEIXEIRA - De ordem, intimo a parte interessada (Executado Robson da Silva Teixeira) para que, no prazo de 5 (cinco) dias, junte procuração válida com poderes especiais (levantamento de valores/alvarás) em nome do patrono Roque Lane Wilkens Marinho conforme pedido à fl. 194.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0605242-41.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LUIZ ANTÔNIO GOMIERO JÚNIOR (OAB 154733/SP) - Processo 0606135-95.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - EXEQUENTE: Saint-gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção Ltda. Divisão Glass - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0609666-29.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - carta precatória - , remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento. Caso o(s) referido(s) documento(s) seja(m) enviado(s) via postal, solicito ao responsável pelo envio que identifique o número do processo no(s) Aviso(s) de Recebimento (AR), possibilitando a juntada deste(s) no processo correto quando devolvido ao cartório.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805/AM) - Processo 0611047-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Elizeu Batista da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que tome ciência do ofício de fls.159/160, e se manifeste, caso queira.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0611259-25.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 135/138, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JAIME DA SILVA BELEZA (OAB 10327/AM), ADV: SHIRLEY JANE DE OLIVEIRA CINTRÃO (OAB 4451/AM) - Processo 0613503-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Elizangela Izidio de Oliveira - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que tome ciência do ofício de fls.743/745, e se manifeste, caso queira.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0613745-51.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - EXEQUENTE: Rosana Administradora Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento (ref. Intimação do executado em face do bloqueio de fl. 189), conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALMÉRIO FERREIRA BOTELHO (OAB 271/AM), ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) -

Processo 0615136-41.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Claudete da Silva Angelim - REQUERIDA: Maria Jacinta Dantas Filha - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0619365-73.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FRANCISCO GOMES COELHO (OAB 1745/CE), ADV: MANUEL LUIS DA ROCHA NETO (OAB 7479/CE) - Processo 0620966-56.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S/A - Em cumprimento ao Despacho de fls. 210, intimo a parte Requerente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: DANIEL DE LIMA CAVALCANTE (OAB 9070/AM) - Processo 0623019-10.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: LUCINDA PEREIRA TAYAH - REQUERIDO: RAED MOHAMMED MUSTAFA TAWELL e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0624550-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Odaleia de Fatima F Rodrigues - REQUERIDO: Banco BMG S/A - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofício 1156 - , remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0624668-05.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0625558-75.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Incapacidade Laborativa Temporária - EXEQUENTE: Mirna de Moraes dos Santos - EXECUTADA: Instituto Nacional de Seguro Social - I.N.S.S. - Cumpra-se, na integralidade, o que fora determinado na decisão de fls. 359. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0625838-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Everton da Silva Paulo - REQUERIDO: Hbm Assessoria de Crédito Ltda - Jornal A Crítica - Empresa de Jornais Calderaro Ltda e outros - Comparece aos autos a parte Requerente pleiteando a Citação por Edital das parte Requeridas indicadas às fls. 221. Esclarece-se que a Citação por Edital somente deve ser realizada após se esgotarem as diligências cabíveis para a localização do destinatário do ato citatório, inclusive àquelas que se impõem ao Juízo (art. 256, §3º do CPC). Corroborando a tese, os julgados a seguir: APELAÇÃO CÍVEL. CITAÇÃO POR EDITAL. MEIOS PARA LOCALIZAÇÃO DOS RÉUS NÃO FORAM ESGOTADOS. NULIDADE DO ATO. DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA. REMESSA DOS AUTOS À ORIGEM PARA REFAZIMENTO DO ATO CITATÓRIO. DERAM PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME. (TJ-RS - AC: 70069701977 RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Data de Julgamento: 01/09/2016, Décima Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 05/09/2016) AGRAVO DE INSTRUMENTO. USUCAPIÃO. NULIDADE DE CITAÇÃO POR EDITAL. Ocorrência. Não esgotamento das vias de praxe para localização pessoal dos réus. Citação por edital que é medida excepcional cabível somente depois de esgotados todos os meios de localização. PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DE TODOS OS ATOS PROCESSUAIS. Providência desnecessária. Assegurada a devolução de prazo para apresentação de contestação, bem como o direito à produção de provas. Medida suficiente para garantir a ampla defesa aos agravantes. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJ-SP - AI: 22190601920158260000 SP 2219060-19.2015.8.26.0000, Relator: Rosangela Telles, Data de Julgamento: 01/03/2016, 2ª Câmara de Direito Privado,Data de Publicação: 01/03/2016) Desse modo, verificando que não houve esgotamento das diligências para localização de endereço válido para citação, indefiro o pedido de Citação por Edital. Uma vez que o endereço é do conhecimento do requerente. Intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, sob pena de extinão Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM), ADV: VANDSON SOARES DA SILVA (OAB 7508/AM), ADV: ELIANE REIS BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 4430/AM) - Processo 0626296-68.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - EXEQUENTE: Anselmo Rodrigues da Silva Neto - EXECUTADO: Hildeberto Sarmento Kanekiyo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente para que se manifeste(m) acerca da petição de fls.290/292, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE) - Processo 0626488-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rocilane Marreira Martins - REQUERIDO: Banco BMG S/A - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofício nº 1144 - , remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento. Caso o(s) referido(s) documento(s) seja(m) enviado(s) via postal, solicito ao responsável pelo envio que identifique o número do processo no(s) Aviso(s) de Recebimento (AR), possibilitando a juntada deste(s) no processo correto quando devolvido ao cartório.

ADV: CAMILA CORDEIRO BATISTA (OAB 10930/AM) - Processo 0628504-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Irene Malta da Silva - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofício 1157 - , remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento. Caso o(s) referido(s) documento(s) seja(m) enviado(s) via postal, solicito ao responsável pelo envio que identifique o número do processo no(s) Aviso(s) de Recebimento (AR), possibilitando a juntada deste(s) no processo correto quando devolvido ao cartório.

ADV: ROBÉRIO RODRIGUES DE CASTRO (OAB 348669SP), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0628821-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Abatimento proporcional do preço - REQUERENTE: Antonio Silva Pereira - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0628967-54.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAROLINE PANSUTTI ROMERO (OAB 367534/SP), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0631395-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Abraao Silva - REQUERIDO: J B Cred. S/A Sociedade de Crédito Ao Microempreendedor - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0631891-38.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos recebido por terceiro, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0633298-79.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: BRUNO BRAZ CORDEIRO (OAB 6849/AM) - Processo 0635588-43.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0636320-48.2019.8.04.0001 - Habilitação - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Deoclecio Mourão de Melo - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg Consignado S.a e outro - Consoante se observa às fls. 46/47, as partes entabularam acordo, sendo a dívida negociada. Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Arquivem-se e proceda-se à baixa, independente do trânsito em julgado.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: AMISA CRÍSFANY MARTINS SILVA E SILVA (OAB 12659/AM) - Processo 0636580-33.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Bvlog Logistica Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0637017-69.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0639264-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Enilson Albuquerque Pedrosa - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofício 1145 - , remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento.

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM), ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0639897-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Rosemary de Aguiar Coelho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofício nº 1146 - , remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0640061-38.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que complemente as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0640244-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Moises Pimentel - REQUERIDO: Banco BMG S/A - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofício 1147 - , remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0640508-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Cairo Sandro de Oliveira Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofício 1161 - , remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento.

ADV: SÉLIO JOSÉ MIGLIORANZA (OAB 8867/AM) - Processo 0641420-18.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - EXEQUENTE: Maria de Lourdes Pereira da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que cumpra o despacho de fl. 135, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo teor segue abaixo: "Decorrido o prazo retro, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito." Após, os autos serão conclusos para decisão.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0641503-39.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM) - Processo 0643292-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Angela Maria Pavão de Souza - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofício 1186 - , remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0644175-49.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados de Manaus -Sicoob Uniam - De ordem, intimo a parte interessada (Exequente) para que, no prazo de 5 (cinco) dias, junte procuração válida com poderes especiais (levantamento de valores/alvarás).

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0644314-30.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Lia Beatriz Magalhaes Fonteneles de Figueiredo - Trata-se de ação de reintegração de posse. Defiro a gratuidade de justiça. Ante a controvérsia posta e pedido de liminar vindicado, visando obter mais informações sobre o litígio e subsidiar o juízo na análise da liminar pleiteada, tenho por bem determinar a citação do Requerido para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência dos efeitos da revelia. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0659859-77.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos negativos/sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GLAUCE MARIA COSTA DE SOUSA (OAB 6140/AM), ADV: ANTÔNIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 3110/AM), ADV: ANTÔNIO LÚCIO PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: JULIANE DOS SANTOS SIMÕES PEREIRA (OAB 7624/AM), ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM) - Processo 0715159-34.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Meg Marinho Amaral - REQUERIDA: Climedi - Clínica Médica Itacoatiara Ltda e outro - DENUNCIADA: MARIA CLARA SILVA LIMA - ALEJANDRO ANTONIO MONTENEGRO MARREIROS - Indefiro o pedido de fls. 736/739, esclarecendo que a lide secundária - denunciação da lide - fora julgada improcedente por consequência lógica do julgamento de improcedência da ação principal, cuja sentença fora objeto de recurso de apelação, no qual, em grau recursal, fora determinada a realização de perícia, inexistindo, portanto, o transito em julgado arguido equivocadamente pela parte denunciada. Desse modo, determino o cumprimento na integralidade da decisão de fls. 733, procedendo ao bloqueio e penhora do remanescente devido a título de honorários periciais da denunciada Maria Clara Silva Lima. Intime-se. Cumpra-se.

Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Almério Ferreira Botelho (OAB 271/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Amisa Crísfany Martins Silva e Silva (OAB 12659/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Ivan Olímpio da Silva (OAB 3110/AM)
Antônio Lúcio Pantoja Júnior (OAB 8111/AM)
Bruno Braz Cordeiro (OAB 6849/AM)
Camila Cordeiro Batista (OAB 10930/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Henrique da Silva César Pires (OAB 8263/AM)
Caroline Pansutti Romero (OAB 367534/SP)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)

Daniel de Lima Cavalcante (OAB 9070/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eliane Reis Bernabéu Céspedes (OAB 4430/AM)
Elias Barros Cavalcante (OAB 5359/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Francisco Gomes Coelho (OAB 1745/CE)
Glauce Maria Costa de Sousa (OAB 6140/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jaime da Silva Beleza (OAB 10327/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Juliane dos Santos Simões Pereira (OAB 7624/AM)
Lourenço de Almeida Prado (OAB 222325/SP)
Lourenço de Almeida Prado (OAB 760A/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Antônio Gomiero Júnior (OAB 154733/SP)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Manuel Luis da Rocha Neto (OAB 7479/CE)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcelo Augusto dos Santos Pinheiro (OAB 9365/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Robério Rodrigues de Castro (OAB 348669SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Roque Lane Wilkens Marinho (OAB 10486/AM)
Sélio José Miglioranza (OAB 8867/AM)
Shirley Jane de Oliveira Cintrão (OAB 4451/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Sulamita Brandão da Rocha (OAB 4782/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Urbano Vitalino Advogados (OAB 313/PE)
Vandson Soares da Silva (OAB 7508/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
WILSON MOLINA PORTO (OAB 805/AM)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA EUNICE TORRES DO NASCIMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0295/2019

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: CRISTIANO DOS REIS CARVALHO FERNANDES (OAB 8480/AM), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: ELIZABETE ROZELI CORDOBA (OAB 95045/SP), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM), ADV: ROMILDA ALVES (OAB 94168/SP) - Processo 0245062-98.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: PINHEIRO E PINHEIRO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA- EPP - REQUERIDO: Tecon - Tecnologia Em Construções Ltda - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Verifica-se dos autos a divergência das partes acerca do efetivo pagamento das notas fiscais de venda de produtos/serviços/ mercadorias indicadas na inicial pelo Requerente, às fls. 04/17, considerando a alegada compensação pelo Requerido dos créditos das notas fiscais em pagamento de alugueis de imóvel pertencente ao Requerido. Analisando detidamente os autos, entendo fazer-se necessário converter a sentença em diligencia e determinar a intimação do Requerido para, no prazo de 15 dias, apresentar planilha elucidativa, demonstrativa dos alegados pagamentos/ compensações dos valores das notas fiscais indicadas na inicial às fls. 04/17, numerando e identificando as notas fiscais emitidas pelo Requerente, seus valores, datas dos vencimentos, fls. nas quais encontram-se juntadas aos autos, e respectivos comprovantes de pagamento/compensações pelo Requerido, valores, datas de pagamento/compensação, e fls. nas quais encontram-se juntados os citados documentos para comprovação da alegada compensação/pagamento. Juntada a planilha demonstrativa, intime-se o Requerente para manifestar nos autos acerca dos documentos juntados pelo Requerido no prazo de 15 dias. Após, volte-me conclusos para análise da planilha e eventual produção de perícia contábil, se necessária, ou prolação de sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RENATO MAURICIO PORTO REIS (OAB 292317/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM) - Processo 0601983-38.2016.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: GAMOL COMERCIO E SERVIÇO LTDA - JOSE ERASMO DA COSTA OLIVEIRA - Guilherme Afonso de Melo Oliveira - PERITA: Djhayze Botelho - Alessandra Santos da Silva Rebouças - Renato Mauricio Porto Reis - Intime-se o perito e assistentes, se indicados, para a efetivação da perícia nos 20 (vinte) dias subsequentes. Assinalo o prazo de 30 (trinta) dias, contados das intimações, para a entrega do laudo em Juízo. Havendo indicação de assistentes técnicos, pelas partes, os mesmos deverão oferecer seus pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias (art. 477, §1º do NCPC) e, após, a intimação das partes da apresentação do laudo, deverão ser os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: TATIANA ROCHA DE MENEZES E ROCHA (OAB 3663/AM), ADV: FÁBIO AGUSTINHO DA SILVA (OAB 2776/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR (OAB 12961/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM) - Processo 0604877-84.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito Autoral - REQUERENTE: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD - REQUERIDO: Motel Free Serviços Hoteleiro Ltda - Ante o anteriormente exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO do Requerente, condenando o Requerido ao pagamento das mensalidades vencidas e não pagas até a publicação da presente sentença, acrescidas de correção monetária, juros moratórios de 1% ao mês e multa de 10% previstanoRegulamentode

Arrecadação, determinando que o Requerido se abstenha de reproduzir obras musicais protegidas sem a prévia autorização e comprovação dos recolhimentos relativos aos direitos autorais junto ao Requerente. Condeno ainda o Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0605291-53.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0627682-65.2015.8.04.0001) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: SIMONE DOS SANTOS ALFAIA - REQUERIDO: VALCICLEY MOREIRA DE OLIVEIRA - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, para declarar a rescisão do contrato firmado entre as partes pela inadimplência do Requerido e condenar o Requerido ao pagamento da quantia indicada na inicial, acrescido de atualização monetária e juros legais a contar da citação; bem como ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. JULGO IMPROCEDENTES OS DEMAIS PEDIDOS. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado, paga a condenação imposta em sentença e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: DIEGO ARAÚJO BENAYON (OAB 10766/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG) - Processo 0608762-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimunda Valdecy Souza da Silva - REQUERIDO: Claro S/A - Ante o anteriormente exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da Requerente para declarar a nulidade das cobranças efetivadas a titulo de aluguel de equipamento habilitado, relativos ao período questionado nos autos; condenar a Requerida a restituir em dobro os valores cobrados a título de aluguel de equipamento habilitado, devidamente atualizado e acrescido de juros legais a contar da citação; bem como a indenização por danos morais no valor arbitrado de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de corrreção monetária e juros legais a contar da publicação da presente sentença. Condeno ainda a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor total da condenação. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM) - Processo 0611353-75.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Século LTDA - EPP - EXECUTADO: Glenis Gomes Steckel - Trata-se de pedido de inclusão da genitora no polo passivo, indefiro-o por falta de fundamentos facto e jurídico. Pelo que se infere nos autos, as pesquisas via sistemas conveniado não alcançaram êxitos. De tal modo, intime-se a exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar bens à penhora, sob pena de extinção do feito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611850-50.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Visto que, já fora expedido carta de citação e o AR retornou positivo, intimem-se o Requerente para, que no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se acerca do prosseguimento do feito, devendo requerer expressamente o que entender de direito, sob pena de extinção sem resolução do mérito nos termos, do art. 485,III do NCPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0614156-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Raimundo Nonato Ribeiro - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da Requerente na presente Ação Previdenciária para o fim de: 1- declarar o direito ao imediato recebimento pela Requerente do benefício de auxílio-acidente nos termos do art. 86 da Lei n.º 8.213/91; 2- condenar o Requerido ao pagamento dos benefícios não pagos até efetiva implantação do pagamento do benefício concedido pelo Juízo; 3- condenar o Requerido a obrigação de fazer consistente em inserir o Requerente em programa de Reabilitação Profissional - RP do INSS, através da Guia de Encaminhamento à Reabilitação Profissional - GERP com todos os dados disponíveis sobre o segurado para requalificação/reabilitação para outra atividade durante o prazo razoável para tal fim, sem prejuízo de, no caso de ser considerada a incapacidade irrecuperável, após processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade, seja o auxílio acidente transformado em aposentadoria por invalidez, devendo a parte promover nova ação para tanto. Aplicar-se-á sobre eventuais valores não pagos, a contar a partir de 06/02/2015, os parâmetros fixados na Portaria 1855/2016-PTJ, em consonância com jurisprudência do STF, em Recurso Extraordinário 870947, qual seja, juros moratórios conforme índice de remuneração da caderneta de poupança, art. 1º - F da Lei 9.494/1997, com redação dada pela Lei 11.960/2009, e correção monetária pelo índice do IPCA_E desde o momento que o pagamento seria devido. Condeno o Requerido ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em em 20% (vinte por cento) sobre eventuais parcelas vencidas e não pagas até a efetiva implantação do benefício, acrescidas de atualização monetária e juros de mora nos parâmetros acima fixados, com isenção de custas e despesas processuais. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0614521-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Francisco Weberson Ferreira Martins - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Defiro o pedido e designo audiência a ser realizada no dia 16/09/2019, às 9h30.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: BRUNA CARVALHO DOS SANTOS (OAB 11179/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 1183A/AM) - Processo 0615841-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Iracilda Frazão de Carvalho - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0616248-40.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Ana Maria da Silva - Visto que, a carta de citação

já fora expedido e o AR retornou positivo intime-se o Requerente para, que no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se acerca do prosseguimento do feito, devendo requerer expressamente o que entender de direito, sob pena de extinção sem resolução do mérito nos termos, do art. 485,III do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON DE SOUZA LIMA (OAB 10190/AM), ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM), ADV: DANIEL DE OLIVEIRA CAMPOS (OAB 5258/AM), ADV: FRANCISCO ÉZIO VIANA DE OLIVEIRA (OAB 2160/AM), ADV: CLÓVIS ROBERTO SOARES MUNIZ BARRETO (OAB 2968/AM) - Processo 0618574-80.2013.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: RONALDO NASCIMENTO DA SILVA - REQUERIDO: Raimundo Honório Rodrigues Sampaio - Verifica-se dos autos que a impugnação ofertada pelo Requerido é matéria anteriormente discutida no processo e objeto de sentença e acórdão transitado em julgado. Desse modo, constata-se que a questão levantada pela parte sofrera os efeitos da preclusão, vedada pelo artigo 507 do CPC: Desse modo, indefiro a impugnação de fls. 224/237, determinando o cumprimento da decisão de fls. 207/208. Sem custas e honorários por tratar-se de parte beneficiária da justiça gratuita. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROSELOANE SOUZA DA COSTA (OAB 11287/AM) - Processo 0627385-53.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: Josilene Pinheiro Cardoso - REQUERIDA: Terezinha Amaral de Sousa - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0627682-65.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: SIMONE DOS SANTOS ALFAIA - REQUERIDO: MARLON SERRAO NUNES - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, para declarar a rescisão do contrato firmado entre as partes pela inadimplência do Requerido e condenar o Requerido ao pagamento da quantia indicada na inicial, acrescido de atualização monetária e juros legais a contar da citação; bem como ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. JULGO IMPROCEDENTES OS DEMAIS PEDIDOS. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado, paga a condenação imposta em sentença e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0629285-42.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: WILHAMY ZANY DOS SANTOS e outro - Da análise dos autos, verifico ser dispensável a audiência de instrução e julgamento, posto que as provas documentais trazidas são suficientes para formar meu convencimento. Nestes termos, anuncio o julgamento antecipado da lide, com amparo no art. 355, I, do NCPC. Decorrido prazo para recurso desta decisão, façam-me os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: STONE ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 627/AM), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM), ADV: MÁRCIA REGINA NAUE (OAB 10287/AM), ADV: RAFAEL FRANK CINTRA STONE (OAB 10289/AM), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM) - Processo 0631303-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Gabrielle Lifsitch Nogueira da Silva - Heitor Lifstich Nogueira da Silva - Manaus Multimarcas Ltda - REQUERIDO: Teófilo Gomes da Silva Neto - Ana Maria Oliveira Melo - Cooperativa de Crédito dos Empresários de Manaus - Defiro o pedido de fls. 661 e documentos seguintes, redesigno audiência de instrução e julgamento para o dia 14/10/19, às 11:00 horas, na sala 1 de audiências da 1a Unidade de Processamento Judicial (UPJ), localizada no 7º andar do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP), ADV: RENATA CRISTINA PASTORINO GUIMARÃES RIBEIRO (OAB 197485/SP), ADV: MARINA PEPE RIBEIRO BARBOSA (OAB 332422/SP) - Processo 0633472-25.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0630263-82.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Vitrine Materiais de Construção Ltda - EMBARGADO: Sul América Seguro Saúde S.a. - As partes se manifestaram no sentido de não haver mais provas a serem produzidas. Desta feita, decido conhecer diretamente do pedido nos termos do art. 355, inciso I do CPC, haja vista tratar-se de matéria eminentemente de direito, entendimento este compartilhado pelos defensores.

ADV: JIULIANE MOURA DA COSTA (OAB 9809/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: ALEXANDRE COELHO DA SILVA (OAB 5846/AM) - Processo 0638410-68.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Eliana Torres Cerbaro - REQUERIDA: Italia Breda Ltda - Italia Breda - Desse modo, considerando a apresentação de contestação por negativa geral e inexistência de quaisquer provas da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da Requerente produzidas pela Requerida, e verificado que o pedido da Requerente se acha devidamente instruído; JULGO PROCEDENTE o pedido da Requerente para declarar a rescisão contratual; condenar a Requerida a restituir a integralidade das parcelas pagas, acrescidas de correção monetária a contar de cada pagamento e juros moratórios da citação e indenização por danos morais, que arbitro em R$ 20.000,00 acrescido de correção monetária e juros legais a contar da publicação da presente sentença. Condeno ainda a Requerida ao pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 20% (vinte por cento) do valor da condenação. Após o trânsito em julgado, efetivada a transferência e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0644175-49.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados de Manaus -Sicoob Uniam - EXECUTADO: Omar Ernesto Neira Bonilla - Me - Omar Ernesto Neira Bonilla - Defiro o pedido de fls. 127 expeça-se o alvará .Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado, ERIDFT, após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM), ADV: JONAS MOTA LOPES (OAB 10494/AM), ADV: JEFFERSON DA SILVA GONCALVES (OAB 13276/AM), ADV: VICTOR HENRIQUE AQUINO DE QUEIROZ PIERRE (OAB 13280/AM) - Processo 0646738-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Júlio Cézar Castro Lins Barroso - REQUERIDO: Hilton de Lima Batista - Ante a petição e documentos de fls. 116/120 ,redesigno audiência de instrução e julgamento para o dia 17/12/2019, às 9:00 horas, na sala 1 de audiências da 1a Unidade de Processamento Judicial (UPJ), localizada Fórum Cível - Euza Naice de Vasconcelos-7º andar, onde o requerente deverá estar presente ou fazê-lo representar por procuração para tal fim. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: TIAGO CARNEIRO LIMA (OAB 10422/PE), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0650938-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria do

Socorro de Fátima da Silva Alves Dutra - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Concedo às partes o prazo comum de quinze dias para as alegações finais. Após, façam-se concluso os autos para sentença.

ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM) - Processo 0651582-72.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Pedro Correia Procopio - REQUERIDO: Agiplan Financeira S.a - Não havendo provas a serem produzidas. Concedo às partes o prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Após, faça-se concluso os autos para sentença.

Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Alexandre Coelho da Silva (OAB 5846/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Altamir da Silva Vieira Junior (OAB 12961/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Anderson de Souza Lima (OAB 10190/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Bruna Carvalho dos Santos (OAB 11179/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
César Ituassu da Silva Neto (OAB 9506/AM)
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto (OAB 2968/AM)
Cristiano dos Reis Carvalho Fernandes (OAB 8480/AM)
Daniel de Oliveira Campos (OAB 5258/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB 1183A/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Araújo Benayon (OAB 10766/AM)
Elizabete Rozeli Cordoba (OAB 95045/SP)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fábio Agustinho da Silva (OAB 2776/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Ézio Viana de Oliveira (OAB 2160/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jefferson da Silva Goncalves (OAB 13276/AM)
Jiuliane Moura da Costa (OAB 9809/AM)
Jonas Mota Lopes (OAB 10494/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Márcia Regina Naue (OAB 10287/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
MARINA PEPE RIBEIRO BARBOSA (OAB 332422/SP)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Rafael Frank Cintra Stone (OAB 10289/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renata Cristina Pastorino Guimarães Ribeiro (OAB 197485/SP)
Renato Mauricio Porto Reis (OAB 292317/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
ROMILDA ALVES (OAB 94168/SP)
Roseloane Souza da Costa (OAB 11287/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Stone Advogados Associados (OAB 627/AM)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)
Tatiana Rocha de Menezes e Rocha (OAB 3663/AM)
TIAGO CARNEIRO LIMA (OAB 10422/PE)
Victor Henrique Aquino de Queiroz Pierre (OAB 13280/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0294/2019

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0626786-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Renata Maia Monteiro - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0637541-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rafael Rodrigo Pereira Izel - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0295/2019

ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM) - Processo 0012877-02.2010.8.04.0012 (012.10.012877-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bilbao Vizcaya Brasil S/a - À luz do princípio da vedação às decisões surpresa (artigos 9º e 10 do CPC), manifeste-se a parte autora no prazo de dez dias quanto a prescrição por ausência de citação.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: ÁUREO GONÇALVES NEVES (OAB 1602/AM) - Processo 0043919-49.2003.8.04.0001 (001.03.043919-2) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Mucuripe Comercio de Combustiveis Ltda. - REQUERIDO: G.p.m - Transportes Especiais e Cargas Ltda - Vistos, etc Intime-se o exequente para que tome ciência da consulta BACENJUD e se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias, com o recolhimento das custas para pesquisa de bens por meio do sistemas conveniados, interpretado o silêncio como não localização de bens passíveis de penhora. Defiro desde já a consulta e bloqueio de veículo para fins de transferência no RENAJUD. Defiro, também, o requerimento de busca por bens declarados pelo executado junto à Receita

Federal (INFOJUD) no último ano, devendo a Secretaria apenas certificar acerca da existência de bens. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. Após decorrido o prazo de 01 (um) ano, em não havendo manifestação da parte exequente, o presente deverá ser arquivado provisoriamente, e iniciará a contagem do prazo de prescrição intercorrente, na forma do art. 921, §4º do CPC. Decorrido o prazo prescricional, sem manifestação das partes, intimem-se, na forma do art. 921, §5º do CPC para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 1044A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 1084A/AM), ADV: NELSON JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA (OAB 5103/AM), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0238106-47.2009.8.04.0001 (001.09.238106-6) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Banco Mercedes-Benz do Brasil S/A - EXEQUENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: Giovani Transportes e Comércio Ltda - Permaneçam os autos em arquivo até nova provocação.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0246834-09.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigações - EXEQUENTE: Itautinga Agro Industria S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para expedição de carta/mandado observando o despacho de fls. 222/223, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: FERDINANDO DESIDERI NETO (OAB 7322/AM) - Processo 0260833-29.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Rosa da Silva Lopes - REQUERIDO: Arruda's Comércio de Colchoaria e Representação de Calçados Ltda - Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às despesas de processamento eletrônico, para cada consulta almejada, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após comprovação do recolhimento das custas das diligências requeridas determino que: Requisite-se por meio do Infojud o endereço da executada.. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0600475-86.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. A parte autora apresentou termo de acordo celebrado junto à requerida antes da citação. Decido. A celebração de acordo entre as partes antes da citação, impõe a extinção do processo por falta de interesse de agir superveniente, já que a tutela jurisdicional de natureza executiva inicialmente pretendida se torna desnecessária. Não há que se falar em comparecimento espontâneo aos autos, pois a mera assinatura do devedor noacordoextrajudicial não tem aptidão para suprir o ato citatório e não é possível a suspensão da execução nos termos do art. 922 do CPC, pois não perfectibilizada a relação processual. Nesse sentido: MONITÓRIA. ACORDO EXTRAJUDICIAL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. EXTINÇÃO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL. I - A celebração de acordo extrajudicial antes de estabelecida a relação jurídica processual, com a citação da ré, ocasiona a extinção do processo, sem resolução do mérito, pela perda superveniente do interesse, art. 485, inc. VI, do CPC. II - Apelação desprovida. (TJ-DF 07106167620188070006 DF 0710616-76.2018.8.07.0006, Relator: VERA ANDRIGHI, Data de Julgamento: 13/06/2019, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 24/06/2019 . Pág.: Sem Página Cadastrada.) PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ACORDO HOMOLOGADO. EXTINÇÃO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO EXECUTADO. NULIDADE. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. 1. É descabida a suspensão do processo de execução, nos termos do art. 922 , do CPC , enquanto não perfectibilizada a angularização processual com a citação. 2. A celebração de acordo extrajudicial com a composição da dívida antes de angularização a relação processual não configura a hipótese de comparecimento espontâneo, sendo o caso de extinção do feito por perda superveniente do interesse processual. 3. Apelação conhecida e não provida. (TJ-AM 06109406220158040001 AM 0610940-62.2015.8.04.0001, Relator: Joana dos Santos Meirelles, Data de Julgamento: 07/05/2018, Primeira Câmara Cível) APELAÇÃO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. REALIZAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL ENTRE AS PARTES. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE HOMOLOGAÇÃO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. SENTENÇA MANTIDA. I - No caso em testilha, as partes celebram acordo extrajudicial antes de aperfeiçoada a relação processual, ou seja, antes da citação da executada. Ocorreu, in casu, a perda superveniente do interesse de agir do banco exequente. Portanto, correta a extinção do processo sem exame de mérito, com fundamento no artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil/73. II ? Recurso conhecido e desprovido. (TJ-AM - APL: 07064163520128040001 AM 0706416-35.2012.8.04.0001, Relator: Nélia Caminha Jorge, Data de Julgamento: 29/08/2016, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 29/08/2016) Por conseguinte, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, VI, do CPC, ante a perda superveniente do interesse de agir. Custas pelo Requerente. Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: LUÍS CARLOS PALHETA SILVA (OAB 9717/AM), ADV: RICARDO HÜBNER (OAB 9398/AM) - Processo 0602063-94.2019.8.04.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Gilmara Souza de Oliveira - REQUERIDO: Amim Said - Intime-se o requerido para que se manifeste acerca do pedido de emenda à inicial formulada pelo autor, no prazo de 15 dias, conforme art. 329, II, do CPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0602580-07.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, indique endereços e recolha custas para expedição de carta/mandado, de modo a viabilizar a citação, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: DEVID VINICIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9673/AM), ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM) - Processo 0604443-90.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Fechado Jardim dos Eucaliptos - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. A parte autora acostou a petição requerendo a desistência da demanda. Por conseguinte, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, VIII, do CPC. Custas pelo demandante, com estribo no art. 90, também do Diploma Processual Civil. Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA) - Processo 0605409-53.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Ipes Industria de Produtos e Equipamentos de Solda Ltda - R.H Considerando que não houve interposição de recurso contra a sentença proferida às fls. 57/59, arquivem-se os autos com a devida baixa nos registros. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM), ADV: CLÁUDIA SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 9886/AM) - Processo 0605490-70.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Divino dos Santos Alves - Me - Vistos, Tendo en vista a informação de fls. 173, determino o desbloqueio do veículo de placas PHZ1979. Quanto oa pedido de fls. 171/172, determino a consulta cadastral dos veículos bloqueados às fls. 148/149, para verificação se os referidos veículos são livres e desembaraçados. Se os mesmos forem livres e desembaraçados, defiro o pedido de penhora, devendo ser expedido mandado de penhora e avaliação, cabendo ao Requerente informar os endereços onde podem ser encontrados, e recolhendo as custas referentes ao ato.

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0606305-67.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Maria de Fátima Chaves Coimbra-ME - DIANTE DO EXPOSTO, julgo extinta a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0607837-13.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A, em face de Cícero Antônio da Silva Filho, com o escopo de condenar a ré ao pagamento do quantum de R$ 1.719,03 (UM MIL E SETECENTOS E DEZENOVE REAIS E TRES CENTAVOS), juros e correção monetária desde o vencimento de cada obrigação, conforme art. 397, caput, do CC, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Condeno, ainda, a parte demandada em custas e honorários advocatícios a parte Requerida, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa atualizado, com suporte no art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC. Após o trânsito em julgado, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito (513, § 1º, CPC). Na fase de cumprimento de sentença, deve ser observado: 1) os cálculos devem ser elaborados utilizando a ferramenta (planilha) disponível no site deste Tribunal (http://www.tjam.jus.br) acessando a opção Custas, Depósitos e Fianças Judiciais, depois a opção atualização de cálculos judiciais, ou diretamente pelo link (http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_chronocontactchronoformname=frm_calculadora_advogado); 2) os cálculos devem seguir os parâmetros previstos na Portaria nº 1.855/2016-PTJ, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. P.R.I.C.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0609526-87.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Condominio Amazonas - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MURILO GADELHA DE HOLLANDA (OAB 2640/AM) - Processo 0615114-75.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Affeam - Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Amazonas - Tendo em vista que a carta de citação foi encaminhada para o endereço da parte requerida e recebida por funcionário do prédio (condomínio edilício), válida sua citação, nos termos do artigo 248, §4º, CPC. Certifique a secretaria eventual decurso de prazo para manifestação e/ou pagamento. Após, manifeste-se a parte autora em termos de prosseguimento do feito, no prazo de 10 dias.

ADV: VITOR KIKUDA (OAB 424/AM) - Processo 0618580-87.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: DILCIANE VITAL DA COSTA - Arquivem-se os autos até nova provocação.

ADV: ROSEANE TORRES LIMA (OAB 10525/AM) - Processo 0619751-27.2019.8.04.0015 - Petição Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: Angela Sammer Alencar Vieira - Vistos, Indefiro o benefício da justiça gratuita em razão do descumprimento da determinação de fls. 74/75. Intime-se a requerente para recolha as custas iniciais no prazo de 15 dias, sob pena de cancelamento da distribuição.

ADV: MÁRCIO GREYK JOSÉ DE PAULA RAPOSO (OAB 6312/AM) - Processo 0623149-24.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Abc Fomento Mercantil Ltda. - Dispõe o art. 836 do CPC. Não se levará a efeito a penhora quando ficar evidente que o produto da execução dos bens encontrados será totalmente absorvido pelo pagamento das custas da execução. Com efeito, tendo em vista que a penhora, via Bacenjud, encontrou valor incapaz de cobrir as custas, determino o desbloqueio da referida quantia. Intime-se o exequente para que tome ciência das consultas eletrônicas realizadas e se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias, com o recolhimento das custas para pesquisa de bens por meio do sistemas conveniados, interpretado o silêncio como não localização de bens passíveis de penhora. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. Após decorrido o prazo de 01 (um) ano, em não havendo manifestação da parte exequente, o presente deverá ser arquivado provisoriamente, e iniciará a contagem do prazo de prescrição intercorrente, na forma do art. 921, §4º do CPC. Decorrido o prazo prescricional, sem manifestação das partes, intimem-se, na forma do art. 921, §5º do CPC para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0625395-61.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. (Banco Losango S/A - Banco Multiplo. - Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às despesas de processamento eletrônico, para cada consulta almejada, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após comprovação do recolhimento das custas das diligências requeridas determino que: Requisite-se à autoridade supervisora do sistema bancário, por meio do Sistema Informatizado do BACENJUD, os caracteres necessários sobre a existência de ativos em nome da parte executada N. da C. Bichara ME (DRUGSTORE) e Naima da Conceição Bicharra238.889.032-20, na forma do art. 854, caput, do Digesto Processual Civil. Em caso positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Requisite-se, ainda, por meio do Sistema RENAJUD, informações acerca da existência de bens móveis em nome do requerido. Em caso positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos bens, para fins de transferência. Defiro, também, o requerimento de busca por bens declarados pelo executado junto à Receita Federal (INFOJUD) no último ano, devendo a Secretaria apenas certificar acerca da existência de bens. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM) - Processo 0626449-96.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - Defiro petitório de fls. antecedentes, razão pela qual, determino a consulta no Sistema de Registo de Imóveis Eletrônicos (eRIDFT), com o fim de verificar a existência de bens passíveis de penhora em nome das partes requeridas. Autor: BANCO DA AMAZÔNIA S/A. Réu: MICA SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕA CIVIL LTDA (BARATÃO DA AREIA), Cristyan Junior da Silva Nogueira e Jeiza Albuquerque Costa Santos. CPF/CNPJ do réu: 03.144.988/0001-50, 997.667.282-91 e 928.610.672-68.. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0630290-65.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Expeça-se mandado de citação para o endereço indicado à fl. 170/171.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0633895-53.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0634485-30.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Vistos, etc Intime-se o exequente para que tome ciência da consulta bacenjud e se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias, com o recolhimento das custas para pesquisa de bens por meio do sistemas conveniados, interpretado o silêncio como não localização de bens passíveis de penhora. Defiro desde já a consulta e bloqueio de veículo para fins de transferência no RENAJUD. Defiro, também, o requerimento de busca por bens declarados pelo executado junto à Receita Federal (INFOJUD) no último ano, devendo a Secretaria apenas certificar acerca da existência de bens. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. Após decorrido o prazo de 01 (um) ano, em não havendo manifestação da parte exequente, o presente deverá ser arquivado provisoriamente, e iniciará a contagem do prazo de prescrição intercorrente, na forma do art. 921, §4º do CPC. Decorrido o prazo prescricional, sem manifestação das partes, intimem-se, na forma do art. 921, §5º do CPC para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM) - Processo 0634962-24.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: José Nazaré Neves dos Santos - Vistos, etc Intime-se o exequente para que tome ciência das consulta eletrônicas realizadas e se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. Após decorrido o prazo de 01 (um) ano, em não havendo manifestação da parte exequente, o presente deverá ser arquivado provisoriamente, e iniciará a contagem do prazo de prescrição intercorrente, na forma do art. 921, §4º do CPC. Decorrido o prazo prescricional, sem manifestação das partes, intimem-se, na forma do art. 921, §5º do CPC para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM) - Processo 0635107-17.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MURILO LISCIOTTO - REQUERIDO: Onix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - R.H Arquivem-se os autos com a devida baixa nos registros. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0635386-32.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito a decisão de fls. 191, uma vez que pertence a outro processo. Requisitem-se à autoridade supervisora do sistema bancário, por meio do Sistema Informatizado do BACENJUD, os caracteres necessários sobre a existência de ativos em nome da parte executada, na forma do art. 854, caput, do Digesto Processual Civil. Em caso positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado (fls. 189). Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Resultando em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO PEREZ DE REZENDE (OAB 77460/SP) - Processo 0638147-94.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra S/A - Ao analisar os autos, verifico que o autor não procedeu ao cumprimento das diligências, razão pela qual determino a devolução da presente Carta Precatória, com fulcro no art. 267, I do CPC. Devolva-se a carta para o juízo deprecado. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0638487-43.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Defiro o pedido de expedição de carta precatória. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas no juízo deprecado, referentes ao processamento da carta, bem como das diligências necessárias ao seu cumprimento (citação/intimação, por carta ou Oficial de Justiça). Ressalto que uma vez expedida a carta pela Secretaria da Vara a parte interessada ficará encarregada de providenciar a impressão dos documentos indispensáveis e de encaminhá-la para o Juízo Deprecado, comprovando o seu Protocolo no prazo de 60 (sessenta) dias. Salvo no caso de Carta Precatória para Comarcas do Estado do Amazonas, que serão encaminhadas via malote digital. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: MAYKA SALOMÃO CORDEIRO VIANA (OAB 6321/AM), ADV: ALEXANDRE VIANA FREIRE (OAB 9947/AM) - Processo 0641731-43.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Mbs Holding Ltda - EXECUTADO: Sérgio Carlos Nascimento de Andrade e outros - Vistos, etc Intime-se o exequente para que tome ciência da consulta BACENJUD e se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias, com o recolhimento das custas para pesquisa de bens por meio do sistemas conveniados, interpretado o silêncio como não localização de bens passíveis de penhora. Defiro desde já a consulta e bloqueio de veículo para fins de transferência no RENAJUD. Defiro, também, o requerimento de busca por bens declarados pelo executado junto à Receita Federal (INFOJUD) no último ano, devendo a Secretaria apenas certificar acerca da existência de bens. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. Após decorrido o prazo de 01 (um) ano, em não havendo manifestação da parte exequente, o presente deverá ser arquivado provisoriamente, e iniciará a contagem do prazo de prescrição intercorrente, na forma do art. 921, §4º do CPC. Decorrido o prazo prescricional, sem manifestação das partes, intimem-se, na forma do art. 921, §5º do CPC para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM), ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM), ADV: LUCIANA TRUNKL FERNANDES DA COSTA (OAB 3006/AM) - Processo 0644138-22.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - EXEQUENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - EXECUTADO: Trattoria Portofino Restaurante Ltda Epp e outros - R.H. Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. As partes acostaram petição requerendo a homologação da avença celebrada extrajudicialmente. Por conseguinte, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, III, “b” do CPC. Na sequência, suspendo o processo, ex vi do art. 313, caput e inciso II, do CPC. Decorrido o prazo necessário ao cumprimento do acordo, sem manifestação da parte interessada, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: JOSIANE GOMES RIBEIRO (OAB 11854/AM) - Processo 0644460-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Glaucia de Fatima de Souza e Souza - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrociná-lo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não

apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644789-83.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0644919-73.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. Cumpra-se.

ADV: ELLEN ARANHA DE SOUSA (OAB 14416/AM) - Processo 0647253-80.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jandira Andrade Aranha - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. A parte autora acostou a petição requerendo a desistência da demanda. Por conseguinte, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, VIII, do CPC. Sem custas, tendo em vista que não houve prestação jurisdicional. Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG) - Processo 0647599-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: RAFAEL REBELO AFFONSO (OAB 12284/AM) - Processo 0647651-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Luiz Aogusto Costa Silva e outro - Vistos etc ... Trata-se de ação de Procedimento Comum Cível interposta por Auribel Eloiza Queiroz Silva e Luiz Aogusto Costa Silva em face de Robson Mareiro Barroso. Compulsando os autos, verifico que a exordial não colmata os requisitos do art. 319 do Diploma Processual Civil, posto que não se fazem presentes os requisitos da petição inicial como fatos e fundamentações jurídicas apropriadas para se ajuizar uma ação. Pelo exposto, supedaneado no art. 321, do Estatuto Processual Civil, determino que o autor, querendo, emende a inicial, sob pena de indeferimento liminar da petição inicial e extinção do feito, ex vi do art. 321, parágrafo único, 330,I e 485, I do CPC. Cumpra-se no prazo de 15 dias, devendo ainda o autor recolher o valor referente às custas iniciais no mesmo prazo, sob pena de cancelamento da distribuição. Decorrido o prazo legal, com ou sem resposta do requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos. Intime-se.

ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154/AM) - Processo 0647758-71.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Annilayde Silva da Costa Cerdeira Me - Cite-se o executado para, em 3 (três) dias, pagar o débito, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para o pagamento do valor principal atualizado, incluindo-se custas e honorários advocatícios. Os honorários advocatícios correspondem a 10% do valor total da dívida. Entretanto, em caso de pagamento integral da dívida, os honorários serão reduzidos à metade (art. 827, pg. 1º, CPC), podendo eventualmente serem majorados na forma do do §2º do artigo anteriormente referido. Para citação, forneça a exequente os meios necessários (recolhimento da taxa para expedição de carta de citação, ou diligência do Oficial de Justiça, indicando inclusive onde serão realizadas), no prazo de 10 dias, sob pena de extinção. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Decorrido o prazo e não efetuado o pagamento, o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, procederá de imediato à penhora de bens e à sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, e de tais atos intimando o executado (art. 829, par. 1º do Código de Processo Civil). Se não localizar o executado, o Oficial de Justiça deverá arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução, observando-se, após, os procedimentos do art. 830, par. 1º, do CPC. Em caso de o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Poderá o devedor, querendo, apresentar defesa, sob a forma de embargos, independentemente de penhora, depósito ou caução (art. 914), no prazo de 15 (quinze) dias, contados nos termos do artigo 231 e respectivos incisos. Em caso de execução em cujo pólo passivo haja mais de um executado, o prazo será contado individualmente. Os embargos à execução, via de regra, não terão efeito suspensivo (art. 919, caput, CPC), salvo em casos excepcionais, após apreciação e deferimento judicial, o que poderá vir a ser revogado, caso cessadas as justificativas para a concessão (art. 919, par. 2º, CPC). A eventual concessão do efeito suspensivo aos embargos oferecidos por um dos executados não suspenderá a execução contra os que não embargaram, quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao embargante (art. 919, par. 4º). No prazo para embargos, o devedor, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá requerer o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, observando-se, no mais, os termos do artigo 916 do Código de Processo Civil. No caso de citação por carta ou mandado infrutíferos, intime-se o exequente para que, no prazo de 10 dias, recolha as custas para consulta eletrônicas por meio do RENAJUD/BACENJUD/SIEL/INFOJUD ou indique novo endereço para citação com o recolhimento das custas correspondentes. Após, proceda-se à consulta de endereços do réu/s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel e intime-se o exequente para que promova a citação em 10 dias, com a indicação do endereço para cumprimento da medida e o recolhimento das custas correspondentes, sob pena de extinção. Não serão aceitos pedidos de dilação de prazo para o recolhimento das custas, tanto para as consultas eletrônicas, quanto para expedição de carta/mandado, tendo em vista que o prazo de 10 dias é suficiente para tal. A inércia da parte autora ou o não recolhimento das custas para consultas eletrônicas ou expedição de carta/mandado, ensejará a extinção do feito, nos termos do art. 485, IV do CPC. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828 do CPC. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0647850-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alcirene Maria de Moraes Pinheiro - Pelo exposto, presentes os requisitos legais, DEFIRO A TUTELA ANTECIPADA, para determinar que o Requerido suspenda os descontos no contracheque da Requerente, em face, exclusivamente do BMC-EMP02; BMC-EMP03 e BMC-EMP05 apresentado nos autos, sob pena de multa de R$ 1.000,00 a cada desconto em contracheque efetuado, limitado à R$ 30.000,00. DEFIRO A JUSTIÇA GRATUITA, com fundamento no § 5º do art. 98 do CPC. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 04 de novembro de 2019, às 9 horas e 30 minutos, a qual será realizada no Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC.

Alexandre Viana Freire (OAB 9947/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Áureo Gonçalves Neves (OAB 1602/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Cássio José Matos de Barros (OAB 13256/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (OAB 9886/AM)
Devid Vinicius Xavier da Costa (OAB 9673/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Ellen Aranha de Sousa (OAB 14416/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)

Ferdinando Desideri Neto (OAB 7322/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 1044A/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
José Murilo Gadelha de Hollanda (OAB 2640/AM)
Josiane Gomes Ribeiro (OAB 11854/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Luciana Trunkl Fernandes da Costa (OAB 3006/AM)
Luís Carlos Palheta Silva (OAB 9717/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Márcio Greyk José de Paula Raposo (OAB 6312/AM)
Márcio Perez de Rezende (OAB 77460/SP)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mayka Salomão Cordeiro Viana (OAB 6321/AM)
Nelson José Oliveira da Silva (OAB 5103/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Rafael Rebelo Affonso (OAB 12284/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Ricardo Hübner (OAB 9398/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 1084A/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Roseane Torres Lima (OAB 10525/AM)
Salvador Clarindo Campelo (OAB 1712/AM)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB 5154/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vitor Kikuda (OAB 424/AM)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0296/2019

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM) - Processo 0601166-08.2015.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Contratos Bancários - REQUERENTE: M. A. DE JESUS BARBOSA ME - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da manifestação de fls. 134/143 , no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ALESSANDRA ARAÚJO AZEVEDO FURTUNATO (OAB 1173A/AM), ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC), ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE) - Processo 0612267-37.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Defiro a entrega do bem aos cuidados do exequente, até o término do processo, devendo indicar pessoa que exercerá os encargos de fiel depositário. Cumpre alertar ao exequente que: Fiel depositário é a atribuição dada a alguém para guardar um bem durante um processo judicial, e está prevista no inciso IV, artigo 838, do Código de Processo Civil. Assim, como fiel depositário, o exequente será responsável pela guarda e manutenção do bem, portanto, poderá responder criminalmente caso não cumpra exatamente o seu dever. Após indicação do depositário fiel e recolhida as custas, expeça-se mandado de penhora e avaliação do bem de fl. 130, no local indicado a ser indicado pelo exequente. Cumprida a medida, o exequente deverá indicar no prazo de 10 dias a forma de expropriação do bem. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM) - Processo 0635015-68.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Maria Marta Rocha da Costa e outro - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I, e II, do CPC. Intimem-se as partes.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0713547-61.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às despesas de processamento eletrônico, para cada consulta almejada (BACENJUD, RENAJUD, SIEL e/ou INFOJUD), tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após comprovação do recolhimento das custas das diligências requeridas determino que: Requisite-se à autoridade supervisora do sistema bancário, por meio do Sistema Informatizado do BACENJUD, os caracteres necessários sobre a existência de ativos em nome da parte executada C A Torres Junior ME e Carlos Alberto Torres Junior 614.090.652-00, na forma do art. 854, caput, do Digesto Processual Civil. Em caso positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes.

Alessandra Araújo Azevedo Furtunato (OAB 1173A/AM)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
Roberta Cintrão Simões de Oliveira (OAB 3582/AM)
Rogério Pinto Martins (OAB 31084/CE)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MÔNICA CRISTINA RAPOSO DA CÂMARA CHAVES DO CARMO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0297/2019

ADV: GESIEL BARBOZA SANTOS (OAB 1514/RR), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: ANTÔNIO DE PAULA BEZERRA (OAB 2600/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0600737-75.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Erro Médico - EXEQUENTE: KAREN CRISTINE DE PACHECO NOBRE - EXECUTADO: FG ULTRASSONOGRAFIA N/P FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES GOMES - Vistos, Reporto-me a petição de fls. 202/209 e documentos que a instrui. De fato, a sentença de fls. 164/168 foi publicada exclusivamente em nome do Dr. Antônio de Paula Bezerra, conforme certidão de fls. 169. Transitou em julgado, encontrando-se os autos em fase de cumprimento de sentença. Assiste razão ao requerido quanto a necessidade de ser devolvido prazo processual para interposição de recurso de apelação, se assim entender conveniente, vez que é nulo o ato de intimação de sentença em nome de advogado falecido. Nesse sentido é vasto o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, como demonstram os julgados trazidos aos autos pelo próprio requerido. Contudo, não há o que se falar em anular atos ocorridos após o falecimento do antigo patrono do requerido, vez que a decisão anterior a sentença foi publicada em 30/06/2016, antes do falecimento, e dela não houve recurso, fazendo-se então os autos conclusos para sentença. Assim, republique-se a sentença de fls. 164/168, desta feita em nome do advogado ora habilitado nos autos, fls.210, devolvendo, dessa forma, o prazo para apelação. No mais, nula está a fase de cumprimento de sentença, posto não haver ocorrido o transito em julgado. Proceda-se o desbloqueio dos valores feito via Bacenjud.

Antônio de Paula Bezerra (OAB 2600/AM)
Gesiel Barboza Santos (OAB 1514/RR)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)

11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0199/2019

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0224812-88.2010.8.04.0001 (001.10.224812-6) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc Defiro o pedido de fl.138/139, reiterado em fls.140/141 e 142/143, 146/147 e 148/149, em observância ao princípio da cooperação. Assim, determino que se requisite por meio do sistema INFOJUD, informações acerca de bens existentes em nome dos Executados. Intime-se o Exequente para que proceda ao prévio recolhimento de custas de requisição de informações por meio eletrônico para obtenção de dados, na forma da Tabela III, item 9, da Portaria n.º 116/2017 - PTJ, de 23 de janeiro de 2017.Em caso de resposta negativa, intime-se o Exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Doutro giro, também defiro ao Exequente o pedido de desbloqueio dos veículos bloqueados via Renajud, nos termos dos petitórios em fls.146/147 e 148/149. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: RAUL CALDAS (OAB 20894/DF), ADV: DOLORES GARCIA RODRIGUES (OAB 1027/AM), ADV: EDILAINE NOGUEIRA BRILHANTE (OAB 7246/AM), ADV: ELLEN KOHASHI DE FREITAS (OAB 6145/AM), ADV: ELIZABETH HOMSI (OAB 37313/RJ), ADV: MÁRCIO BRUNO SOUSA ELIAS (OAB 12533/DF) - Processo 0226975-41.2010.8.04.0001 (001.10.226975-1) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Serviço Social da Indústria - SESI - Vistos, Conforme se depreende da sentença de fls. 201/203, o encargo da Executada se consubstancia em pagar o montante de R$ 91.389,03 (noventa e um mil, trezentos e oitenta e nove reais e três centavos), acrescido dos encargos de mora (correção monetária, juros moratórios e multa) com parâmetros definidos à fl. 52, ora fl. 82. O Exequente acosta aos autos cálculo que não perfaz com os termos da condenação. Isso porque utiliza o índice INPC para atualizar monetariamente o principal da condenação; no entanto, o indexador definido em fl. 52 foi a taxa SELIC. Em assim sendo, determino que se intime o Exequente para ultime referida diligência, em prazo de 15 (quinze), pena de indeferimento, nos termos do art. 801 do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: JOÃO ANTONIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM), ADV: THAYENNE LORAN GOUVÊA DE MENDONÇA (OAB 11731/AM), ADV: ALMÉRIO FERREIRA BOTELHO (OAB 271/AM), ADV: CRISTIANE GANDA RIBEIRO (OAB 11885/AM) - Processo 0227949-44.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: F.M. Soares Comércio e Indústria - Vistos, etc À vista do longo transcurso de tempo entre a distribuição do pedido em fls.120/121 e o presente ato, determino seja intimado o Requerente a dizer em 05 (cinco) dias sobre se ainda pende seu interesse na movimentação destes autos. Acaso inocorra sua manifestação no prazo ora assinalado, determino que se lhe intime pessoalmente a suprir a falta no prazo de 05 (cinco) dias, pena de extinção do feito, na forma do disposto no art.485, III, §1º do CPC. Doutro giro, determino ocorram providências pela Secretaria da Vara ao cadastramento junto ao SAJ dos novos patronos do Autor, conforme fls.125. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM) - Processo 0232874-05.2019.8.04.0001 (processo principal 0638333-59.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Pagamento - REQUERENTE: CL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME - Vistos, Cuidam os presentes autos de Cumprimento Provisório de Sentença formulada por CL Comércio de Materiais de Construção EIRELI-ME em face de Faculdade Metropolitana de Manaus, objetivando a execução da sentença proferida às fls. 127/136 nos autos sob registro nº 0638333-59.2015.8.04.0001, os quais se encontram em sede de apelação junto ao segundo grau de jurisdição; recurso não dotado de efeito suspensivo, eis que a decisão exequenda trata da hipótese insculpida no art. 1.012, §1º, III do Código de Processo Civil. Verifico, no entanto, que ocorrem incorreções no demonstrativo de débito apresentado em fls. 6/7. Isso porque foi determinado, nos termos da condenação, juros moratório conforme a taxa SELIC e o cálculo exequendo acostado aos autos atualição do valor pelo indexador IGPM. Em assim sendo, determino que se intime a Exequente para que ultime referida diligência, em prazo de 15 (quinze) dias, pena de indeferimento, com fulcro no art. 801 do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: RAYNEI CALDAS GOMES (OAB 9675/AM), ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: CARLOS CARIOCA DA COSTA FILHO (OAB 14349/AM) - Processo 0600578-98.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Carlos Carioca da Costa Filho - REQUERIDO: ANTONIO CARLOS PICANÇO RODRIGUES - Vistos, etc Reporto-me à petição em fls.181/182, para indeferir ao Exequente o item de número 8. Nesse contexto, reitero-lhe os termos da decisão de fls.178 em prazo de 15 (quinze) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0602147-03.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0224812-88.2010.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho /

Turbação / Ameaça - EMBARGANTE: Ajeu Migueis de Castro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc Façam-se conclusos à sentença.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0605059-07.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: VALTER DE OLIVEIRA VIEIRA - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em detida análise dos autos, observo que em decisão saneadora de fls. 122/123 o juízo determinou de ofício que ocorresse a produção de prova pericial grafotécnica. Em assim sendo, os honorários periciais devem ser rateados pelas partes, consoante norma disposta no art. 95, caput, do CPC. Adiante, verifico que o perito nomeado nos autos apresentou proposta de honorários de 2 (dois) salários mínimos. Desse modo, considerando o valor do salário mínimo vigente, cabe ao Requerido o pagamento de R$: 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), valor que determino deposite em juízo no prazo de 15 (quinze) dias, No que pertine ao Autor, observo que lhe foi deferido o beneplácito da gratuidade de justiça, razão pela qual o pagamento da verba honorária deve acontecer nos moldes da Portaria n° 1.233/2012 - DVEXPED/TJ-AM, de 22 de maio de 2012. Na sequência, pauto audiência para colhimento de assinatura ao vindouro dia 05/11/2019, às 09:30 horas. Determino que o banco Requerido proceda ao arquivamento junto à Secretaria da 4a. UPJ do contrato original sobre que tratam os autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Notifique-se o perito sobre a data da audiência ora fixada. Not. Int. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (OAB 20399/PA), ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP) - Processo 0607742-12.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: LUIZ EVANDRO DE SOUZA (OAB 1430/AM), ADV: EULIDES COSTA DA SILVA (OAB 2745/AM) - Processo 0611976-13.2013.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Tereza Cristina Maia de Souza - Vistos, etc Cumprido o v. Acórdão de fls.131/136, consoante se vê em fls.149, determino à Secretaria da 4a. UPJ que promova a baixa e respectivo arquivamento destes autos. Providências legais. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MAURÍCIO ALEXANDRE DE MENESES PEREIRA, ADV: JAMYS DOUGLAS DE OLIVEIRA BERMEU (OAB 6572/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: MÁRIO JORGE OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 2908/AM), ADV: KÁSSIO ALMEIDA FAYE DAS CHAGAS (OAB 10208/AM), ADV: MARIANA MARQUES DOS SANTOS (OAB 10339/AM) - Processo 0613377-42.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Mauro Tanabe de Araújo - REQUERIDO: D. R. A. Derivados de Petróleo Ltda - Ipiranga Produtos de Petróleo S.A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da petição do perito, bem como apresentar memoriais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0615060-80.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Admilson Ferreira Clarindo - Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos contidos na inicial, na forma do art. 487, inc. I., do CPC, e decido por: a) antecipar os efeitos da tutela, determinando que a autarquia Ré restabeleça o benefício previdenciário de auxílio-doença acidentário em favor do Autor, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa do no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) no limite de 10 repetições, devendo ser mantida a concessão do benefício até reabilitado o Autor para o desenvolvimento de outra atividade laboral, na forma do art. 62 da Lei n.º 8.213/1991; b) condenar a autarquia Ré ao pagamento das prestações do benefício de auxílio-doença acidentário, desde a data em que cessado administrativamente o benefício, em 16/06/2017 até a data em que reimplantado o benefício por intermédio da decisão, acrescidas de correção monetária a partir do vencimento de cada parcela, segundo o INPC (art. 41-A da Lei n.º 8.213/1991) e juros de mora aplicados à caderneta de poupança, com incidência a partir da citação válida (art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97 e Súmula 204 STJ); e c) determinar a conversão do período em que a Autor esteve afastado percebendo auxílio-doença previdenciário (B-31) em auxílio-doença acidentário (B-91). Diante da sucumbência mínima do Autor, condeno a autarquia Ré ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação, neste quantum compreendidas as parcelas vencidas até a prolação desta decisão, em consonância com a Súmula n. 111/STJ, correndo juros moratórios a partir do trânsito em julgado desta, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: CARLOS CÉSAR MOREIRA DE SOUZA (OAB 8610/AM) - Processo 0616206-93.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Alzenira Ferreira Braga - Adiante, verifico que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0616376-60.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ULYSSES DOS SANTOS BAÍA (OAB 160422/SP), ADV: ANA LÚCIA DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 10524/AM) - Processo 0617171-71.2016.8.04.0001 - Insolvência Requerida pelo Credor - Duplicata - REQUERENTE: NTA - Novas Técnicas de Asfalto Ltda - REQUERIDA: Ecovec Construção Eireli - Vistos, À vista do teor das certidões exaradas em fls.48, determino que se intime o Exequente, a fim de que manifeste seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, III, CPC. Acaso não se manifeste no prazo ora assinalado, determino que se lhe intime pessoalmente a suprir a falta em 05 (cinco) dias, ex vi do art.485, III, §1º do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0617856-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Elson de Souza Albuquerque - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM) - Processo 0620034-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Marlinda Marques da Silva, - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Analiso o petitório em fls. 42/45. Nesse contexto, alega a Autora que a despeito de estar em dia com o pagamento de suas faturas, teve o seu fornecimento de água suspenso pela Ré em 02/09/2019. Entretanto, ao analisar a narrativa apresentada na exordial, verifico que a Requerente informou (fl.02) que a referida suspensão do fornecimento ocorreu em 16/04/2018. Assim, a considerar a contradição das alegações, bem como que não se pode precisar sobre se a aludida suspensão do serviço teria ou não ocorrido com fundamento na inadimplência

das faturas indicadas em fl. 42, determino que se intime a Ré a fim de que se manifeste quanto ao teor da petição em análise, em prazo de 15 (quinze) dias. Após o transcurso do prazo, voltem-me os autos conclusos. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM) - Processo 0622065-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Cleise Souza de Castro - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0629865-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: PAULO DE MELLO PEDROSA (OAB 1776/AM) - Processo 0630059-43.2014.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: MANOEL FREIRE NOGUEIRA - Vistos, etc Ab initio, cumpre ressaltar que em decorrência dos princípios da boa-fé e da cooperação processual, insculpidos nos arts. 5º e 6º do CPC, bem como em razão da aplicação direta do art. 274, parágrafo único, do mesmo diploma legal, incumbe ao autor o dever de informar ao juízo sobre qualquer mudança em seu endereço, indicando aquele em que atualmente reside. Assim, à vista do aviso de recebimento de fl. 49, verifico haver indício de mudança do endereço do Requerente sem retificação das informações prestadas na petição inicial. Isso posto, reconheço quanto a ocorrência de sua intimação pessoal na forma como determinada pelo despacho de fl.47. Em assim sendo, determino sejam os autos conclusos à sentença extintiva, na forma do disposto no art.485, III, do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0630660-73.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0630753-41.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco SA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO), bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0631924-28.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0634153-29.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bb Administradora de Consórcio S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 10 (dez) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0635122-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Priscila Oliveira e Silva - Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos contidos na exordial, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos moldes do art. 487, inc. I, do CPC. Por derradeiro, diante da sucumbência da Autora, condeno-a ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo no percentual de 10% sobre o valor da causa, restando, todavia, suspensa a exigibilidade deste crédito, pelo fato de ser a sucumbente beneficiária da gratuidade de justiça, ex vi art. 98, §3º, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0636643-53.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636786-42.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0639204-21.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eunice Alves de Matos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos, Em detida análise dos autos, observo que em decisão saneadora de fls. 97 o juízo determinou de ofício a produção de prova pericial grafotécnica. Em assim sendo, os honorários periciais devem ser rateados pelas partes, consoante norma disposta no art. 95, caput, do CPC. Isso posto, verifico que o perito nomeado nos autos apresentou

proposta de honorários de 2 (dois) salários mínimos. Desse modo, considerando o valor do salário mínimo vigente, certo é que cabe ao Requerido o pagamento de R$: 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), devendo ultimar referido depósito em prazo de 15 (quinze) dias. No que pertine à Autora, verifico que lhe foi deferido o beneplácito da gratuidade de justiça, razão pela qual a verba honorária deve ser custeada nos termos da Portaria n° 1.233/2012 - DVEXPED/TJ-AM, de 22 de maio de 2012. De outra banda, no que tange à impugnação ao valor dos honorários periciais de fls. 108/111, observo que o valor apresentado pelo expert obedece ao princípio da proporcionalidade e razoabilidade, razão pela qual deixo de acolher a referida impugnação. Adiante, pauto audiência para colhimento de assinatura ao vindouro dia 05/11/2019, às 10:00 horas. Determino que o Banco Requerido proceda ao arquivamento junto à Secretaria da 4a. UPJ do contrato original sobre que tratam os autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Notifique-se o perito sobre a data da audiência ora fixada. Not. Int. Cumpra-se.

ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP) - Processo 0640896-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: Grenmail Participações Ltda - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 06/02/2020 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 04 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM) - Processo 0641234-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Tamis Hadad Obando de Oliveira e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 06/02/2020 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 04 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0641543-21.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ VIEIRA DA SILVA FILHO (OAB 23794-A/CE), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0643215-64.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - EXECUTADO: José Odécio Ferreira e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: VINICIUS CABRAL BISPO FERREIRA (OAB 410103/SP), ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0644761-18.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (PENHORA E AVALIAÇÃO), bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM) - Processo 0646339-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Maria Helena Rodrigues de Souza - Ante o exposto, decido por: a) indeferir o requerimento de antecipação dos efeitos da tutela; b) inverter em prol da Autora o ônus da prova, na forma do art.6º, VIII, da Lei n.º 8.078/90; c) deferir o benefício da gratuidade de justiça à Autora, nos moldes do art. 98, §1º, do CPC; d) determinar sejam intimadas/citadas as partes para audiência de conciliação e mediação, de acordo do art.334 do NCPC, a ser realizada pelo CEJUSC. Contudo, à vista de que expresso pela Autora na exordial - fl. 12, sobre seu desinteresse em participar de audiência de conciliação e mediação, ex vi do art.319, VII, do CPC, certo é que poderá a Ré também manifestar seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada com 10 (dez) dias de antecedência da data aprazada ao referido ato - art.334, §5º do CPC. P.R.I.C.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0647700-68.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos, Cuidam os presentes autos de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária formulada por B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento em face de Maria Francisca da Silva Matos. Comprovada a celebração de contrato com alienação fiduciária (fls. 30/31) e sumariamente demonstrado o inadimplemento da Requerida (fl. 5), concedo liminarmente a busca e apreensão do bem individualizado na inicial, nos termos do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 911/69. Após o cumprimento da liminar, intime-se a Ré para no prazo de 05 dias pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial pelo Banco Autor, hipótese na qual o bem será restituído àquele livre de ônus, consoante o art. 3.º, §2.º, do referido Diploma Legal. Também em ato contínuo, cite-se a Ré para responder à ação no prazo

de 15 dias, contado a partir da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido, resposta cabível ainda que se tenha providenciado o pagamento acima referido, caso entenda ter havido pagamento a maior e deseje restituição, de acordo com o art. 3.º, §§3.º e 4.º, desse Decreto-Lei. Esclareço que apenas após o eventual decurso desse prazo de 05 dias sem a purgação da mora acima aludida, é que a liminar ora concedida ensejará a consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Banco Autor, na forma do art. 3.º, §1.º, do Decreto-Lei n.º 911/69. Expeça-se o competente mandado na forma da Lei após a comprovação do pagamento das custas da diligência, conforme o disposto na Portaria 116/2017 (publicada no DJE do dia 23/01/2017). Por fim, caso a Ré não logre ser citado, intime-se o Banco Autor para viabilizar a medida em 10 dias; e, caso o bem alienado fiduciariamente não seja encontrado ou não se ache na posse da Requerida, intime-se o Banco Autor para, em 10 dias, indicar novas diligências aptas à efetivação da liminar ou para requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de execução. Transcorrido o prazo de 30 dias após o decurso in albis do prazo de manifestação do Requerente, intime-se pessoalmente para manifestar interesse no prosseguimento do feito em 5 dias, sob pena de extinção processual. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: ASTRID MARIA CABRAL MAUÉS (OAB 13458/AM) - Processo 0653150-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Antonio Marcio Silva dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos contidos na exordial, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC, para: a) antecipar os efeitos da tutela, determinando que a autarquia Ré restabeleça, no prazo de 15 (quinze) dias, o benefício previdenciário de auxílio-doença acidentário em favor do Autor, sob pena de multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), no limite de 10 (dez) repetições; devendo ser mantido referido benefício até que submetido o Requerente a processo de reabilitação, nos moldes do art. 62 da Lei n.º 8.213/1991; b) condenar a autarquia Ré ao pagamento das prestações do benefício de auxílio-doença acidentário, desde o dia seguinte à cessação indevida, ou seja, 01/09/2016, até a data em que restabelecido o benefício por intermédio desta decisão, acrescidas de correção monetária a partir do vencimento de cada parcela, segundo o INPC (art. 41-A da Lei n.º 8.213/1991) e juros de mora aplicados à caderneta de poupança, com incidência a partir da citação válida (art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97 e Súmula 204 - STJ); c) consignar que, diante da impossibilidade de percepção simultânea de remunerações e benefícios previdenciários, sejam deduzidas do período acima indicado as parcelas de benefício relativas aos meses em que o Autor verteu contribuições ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS; e d) condenar a autarquia Ré à concessão do benefício de auxílio-acidente ao Autor, a ser implantado no dia seguinte ao da cessação do benefício de auxílio-doença acidentário. Diante da sucumbência da autarquia Ré, condeno-a ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação, neste quantum compreendidas as parcelas vencidas até a prolação da decisão judicial concessiva do benefício, em consonância com a Súmula n. 111/STJ, correndo juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Almério Ferreira Botelho (OAB 271/AM)
Ana Lúcia de Oliveira Duarte (OAB 10524/AM)
Astrid Maria Cabral Maués (OAB 13458/AM)
Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Carioca da Costa Filho (OAB 14349/AM)
Carlos César Moreira de Souza (OAB 8610/AM)
Cristiane Ganda Ribeiro (OAB 11885/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Dolores Garcia Rodrigues (OAB 1027/AM)
Edilaine Nogueira Brilhante (OAB 7246/AM)
Elizabeth Homsi (OAB 37313/RJ)
Ellen Kohashi de Freitas (OAB 6145/AM)
Eulides Costa da Silva (OAB 2745/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jamys Douglas de Oliveira Bermeu (OAB 6572/AM)
João Antonio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Vieira da Silva Filho (OAB 23794-A/CE)
Kássio Almeida Faye das Chagas (OAB 10208/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Lucas Obando de Oliveira (OAB 11198/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luiz Evandro de Souza (OAB 1430/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Márcio Bruno Sousa Elias (OAB 12533/DF)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
Mariana Marques dos Santos (OAB 10339/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Mário Jorge Oliveira de Paula Filho (OAB 2908/AM)
Maurício Alexandre de Meneses Pereira
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michelle de Oliveira Ferreira (OAB 20399/PA)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Paulo de Mello Pedrosa (OAB 1776/AM)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Raul Caldas (OAB 20894/DF)
Raynei Caldas Gomes (OAB 9675/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Roseane Lima dos Anjos (OAB 10862/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thayenne Loran Gouvêa de Mendonça (OAB 11731/AM)
Ulysses dos Santos Baía (OAB 160422/SP)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Vinicius Cabral Bispo Ferreira (OAB 410103/SP)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0200/2019

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0614863-57.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S. A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 10 (dez) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0615689-83.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)

12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0201/2019

ADV: MARCUS LEANDRO DE SOUZA ANDRADE (OAB 6928/AM), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0223738-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Antônio Dantas Lacerda - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JOSÉ DIAS DA SILVA NETTO (OAB 136431/SP), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: MÁRIO PIRES DE ALMEIDA NETO (OAB 217662/SP), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0224116-13.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Juliana Bittar Novaes Vieira Braga Ferraz - REQUERIDO: Aurobraz Mineração S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: JULIANA BATISTA BRAGA (OAB 4166/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM) - Processo 0240243-02.2009.8.04.0001 (001.09.240243-8) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Suely Silva Santos Guimarães - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do comprovante de pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0603031-66.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0603764-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Claudionora Delgado do Nascimento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0604426-88.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Eveline Martha Seffair Salles - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em exame, petita de fls. 156/157. Em que pese, como alegado, OUTROS rr. JUÍZOS adotarem e/ou autorizarem PROCEDIMENTOS DIVERSOS acerca de LIBERAÇÃO DE VALORES, mediante expedição de ALVARÁ - DIRETAMENTE em NOME dos nobres ADVOGADOS, ESTE JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO - ad cautelam, opciona em AUTORIZAR os LEVANTAMENTOS de VALORES, PREFERENCIALMENTE em NOME da PARTE favorecida, uma vez se tratar de TITULAR do DIREITO reconhecido, salvo em casos excepcionais e/ou diante de eventual impossibilidade devidamente JUSTIFICADA. No caso concreto, em que pese a PROCURAÇÃO constante de fls. 15, OUTORGAR poderes para o advogado "RETIRAR ALVARÁ" - entende-se como tal, o RECEBIMENTO do INSTRUMENTO DOCUMENTAL - e NÃO, a possibilidade de RECEBER / SACAR os VALORES nele autorizados. Ademais, INEXISTE, na LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA, QUALQUER OBRIGAÇÃO ao MAGISTRADO, em ACATAR pedido de tal natureza. Portanto, tem-se que o COMANDO JUDICIAL, cominou por ORDENAR o PAGAMENTO do direito reconhecido à PARTE - e NÃO, a seu ADVOGADO, não havendo, nestes autos, qualquer justificativa para a realização de procedimento diverso. Não bastante, a petição em exame FALTA com a VERDADE, no momento em que assevera que entende por "um absurdo que a expedição de um alvará demore mais de uma semana para acontecer e, quando finalmente ocorrer, ainda é feita de forma equivocada e sem a devida atenção por parte da vara". Mera CONSULTA dos autos CLARIFICA-SE que : 1- a SENTENÇA de EXTINÇÃO do CUMPRIMENTO da obrigação, pela parte requerida, fora ASSINADA no dia 22.08.2019, com sua PUBLICAÇÃO no dia 23.08.2019, com ORDEM EXPRESSA para EXPEDIÇÃO do ALVARÁ ELETRÔNICO em FAVOR da EXEQUENTE. 2- Por PETIÇÃO datada de 26.08.2019, a Autora REQUER a EXPEDIÇÃO do ALVARÁ eletrônico; 3- o ALVARÁ fora EXPEDIDO no MESMO dia 26.08.2019 e ASSINADO no dia

seguinte - 27.08.2019. Ou seja - em face da ausência de resistência ao CUMPRIMENTO da SENTENÇA, o ALVARÁ restou EXPEDIDO ainda ANTES do TRÂNSITO EM JULGADO da ORDEM JUDICIAL Portanto, INEXISTE QUALQUER DEMORA ou ERRO a atribuir-se responsabilidade à VARA - ao CONTRÁRIO - o processo correu de forma EXTREMAMENTE CÉLERE, observado o rito próprio, constituindo-se tal assertiva, em ALTERAÇÃO da VERDADE dos FATOS PROCESSUAIS, passível de DECLARAÇÃO de LITIGÂNCIA de MÁ-FÉ, na forma do inciso II do art. 80 do CPC. Assim, DETERMINO a INTIMAÇÃO da REQUERENTE, na pessoa de seus respectivos advogados, para, no PRAZO de 05 (cinco) DIAS, MANIFESTAR INTERESSE na manutenção ou não do ALVARÁ expedido a fls. 154/155. Acaso negativo, devem fornecer os DADOS BANCÁRIOS da AUTORA para expedição de NOVO ALVARÁ ELETRÔNICO, em separado. Decorrido o PRAZO - com ou sem manifestação, voltem os autos CONCLUSOS. I.C.

ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG) - Processo 0604430-62.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartoes S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0605731-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Tammy Gonzaga de Farias Macedo e outro - Assim, sem delongas, ACOLHO OS EMBARGOS, para tão somente RETIFICAR a parte DISPOSITIVA da SENTENÇA, conforme abaixo: ONDE SE LÊ: "Pelo exposto, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil e à luz do artigo 86 da Lei nº 8.213/91, ratifico a liminar concedida e JULGO PROCEDENTE o pedido, para condenar o Requerido Instituto Nacional do Seguro Social - INSS à implementar o benefício de auxílio-acidente em favor da Requerente até a véspera do início de eventual aposentadoria, bem como ao pagamento retroativo dos valores a que faz jus, com efeitos a partir de agosto/2016. Face à sucumbência, condeno ainda o Requerido ao pagamento de honorários advocatícios, os quais, em consonância com o artigo 85, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, fixo em 10% (dez por cento) sobre o montante o valor da condenação vencido até a data da sentença. Sentença sujeita a reexame necessário, salvo se a parte credora demonstrar que o montante de condenação é inferior a 1.000 (mil) salários mínimos, nos termos do artigo 496, parágrafo 3º, inciso I, do Código de Processo Civil." LEIA-SE: "Pelo exposto, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil e à luz do artigo 86 da Lei nº 8.213/91, ratifico a liminar concedida e JULGO PROCEDENTE o pedido, para condenar o Requerido Instituto Nacional do Seguro Social - INSS à implementar o benefício de auxílio-acidente em favor da Requerente até a véspera do início de eventual aposentadoria, bem como ao pagamento retroativo dos valores a que faz jus, com efeitos a partir de agosto/2016. As prestações em atraso deverão ser pagas de uma só vez, corrigidas monetariamente desde os respectivos vencimentos; os juros moratórios devem ser calculados com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos da regra do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação da Lei 11.960/09. Do mesmo modo, a correção monetária deverá observar o disposto no artigo 1º, da lei n.º 9494/97, com redação dada pela lei 11.960/09. Isto porque a modulação recentemente efetuada pelo Pretório Excelso quanto às ADIs nos 4.357 e 4.425 restringiu-se a feitos com precatório já expedido, conferindo eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade, aplicando-se quanto a eles a Lei nº 11.960/09 até 25.03.15, quando então passará a incidir o IPCA-E. (RE nº 747703 AgR Plenário do STF de 25.03.15 Rel. Min. LUIZ FUX). Ressalte-se que a decisão plenária de 25.03.15 da C. Suprema Corte delibera apenas sobre o regime de precatório. Quanto aos acréscimos atualização monetária e juros moratórios nos demais casos (fase de conhecimento e execução antes do precatório, e não se tratando de matéria tributária) permanecem aplicáveis o art. 1º-F da Lei nº. 9.494/97 e as Leis nºs 11.960/09 e 12.703/12, pois a definição ainda se encontra pendente em incidente de Repercussão Geral (Tema nº 810 do STF atrelada ao RE nº 870947). Face à sucumbência, condeno ainda o Requerido ao pagamento de honorários advocatícios, os quais, em consonância com o artigo 85, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, fixo em 10% (dez por cento) sobre o montante o valor da condenação vencido até a data da sentença. Sentença sujeita a reexame necessário, salvo se a parte credora demonstrar que o montante de condenação é inferior a 1.000 (mil) salários mínimos, nos termos do artigo 496, parágrafo 3º, inciso I, do Código de Processo Civil." Quanto aos demais termos, MANTENHO a SENTENÇA tal como lançada. P.R.I.C. Manaus, 05 de Agosto de 2019. MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM), ADV: THAÍSA CARVALHO BATISTA FRANCO DE MOURA (OAB 8300/AM), ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM) - Processo 0607578-13.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0615129-44.2019.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Dação em Pagamento - REQUERENTE: Viva Verde Jacira Reis Residências Sustentáveis Ltda Spe - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da petição do requerido, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609437-06.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611977-85.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0613924-14.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO), bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0615317-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: David Brito Ferreira - Compulsando os autos, verifiquei que a sentença de fls. 175/176 não foi publicada. Dessa forma, intimo as partes para que tomem

ciência da determinação acima , cujo teor segue abaixo: " Assim, sem delongas, ACOLHO OS EMBARGOS, para tão somente RETIFICAR a parte DISPOSITIVA da SENTENÇA, conforme abaixo: ONDE SE LÊ: "Posto isso, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial e, em consequência, condeno o Instituto réu a concessão do benefício previdenciário de auxílio-acidente, esculpido no artigo 86 da Lei nº. 8.213/91, desde a cessação do último auxílio-doença, conforme dispõe o § 2º do aludido dispositivo, aplicável à hipótese dos autos." LEIA-SE: "Posto isso, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial e, em consequência, condeno o Instituto réu a concessão do benefício previdenciário de auxílio-acidente, esculpido no artigo 86 da Lei nº. 8.213/91, desde a cessação do último auxílio-doença, conforme dispõe o § 2º do aludido dispositivo, aplicável à hipótese dos autos. CONCEDO a tutela de urgência requerida, a fim de que seja imediatamente implementado o benefício de auxílioacidente Quanto aos demais termos, MANTENHO a SENTENÇA tal como lançada. P.R.I.C.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0615430-59.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: José dos Reis Andrade Aguiar - Compulsando os autos, verifiquei que a sentença de fls. 172/173 não foi publicada. Dessa forma, intimo as partes para que tomem ciência da determinação cujo teor segue abaixo: " LEIA-SE: "Posto isso, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, momento em que DEFIRO a TUTELA DE URGÊNCIA e, em consequência, condeno o Instituto réu a concessão do benefício previdenciário de auxílio-acidente imediatamente, esculpido no artigo 86 da Lei nº.8.213/91, desde a cessação do último auxílio-doença (fls. 58/59), conforme dispõe o §2º do aludido dispositivo, aplicável à hipótese dos autos."Quanto aos demais termos, MANTENHO a SENTENÇA tal como lançada.P.R.I.C."

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0615686-31.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0622905-95.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Claudionesio Dias de Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0623119-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mercadinho Serve Todos Ltda-me - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - "Assim, ACOLHO PARCIALMENTE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, para REFORMAR EM PARTE a SENTENÇA proferida a fls. 309/312, para DECLARAR INEXIGÍVEL o débito na ordem de R$ 14.738,04 (quatorze mil setecentos e trinta e oito reais e quatro centavos) referente a FATURA de 05/2018 (fls. 126/127). Quanto aos demais termos, MANTENHO a SENTENÇA de fls. 309/312 por seus próprios fundamentos. P.R.I.C. "

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0627774-04.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUIZ GUSTAVO CARDOSO MAIA (OAB 6971/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0628967-30.2014.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: Jorge Vieira e outro - INTSSADO: Alpha Extração de Areia Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentar quesitos periciais, diligência necessária para apresentação de honorários, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0630685-86.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUCIANI FERREIRA DE SOUZA (OAB 14569/AM) - Processo 0633876-42.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ana Lúcia Soares Machado - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR de fls. 87 juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634780-67.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636625-32.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do

juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0641012-61.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - REQUERENTE: Francisca Viana Pinto - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e outro - Compulsando os autos, verifiquei que não houve publicação da sentença de fls. 116/117. Dessa forma, intimo as partes para que tomem ciência da determinação acima , cujo teor segue abaixo: " Isto posto, REJEITO OS EMBARGOS, pois não existem os defeitos apontados pelo embargante, razão pela qual a mantenho tal como está lançada. Intime-se."

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0641594-95.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Liliane Navarro Pedraça - ATO ORDINATÓRIO Processo n°: 0641594-95.2016.8.04.0001 Ação: Procedimento Comum Cível/PROC Requerente: Liliane Navarro Pedraça Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS Compulsando os autos, verifiquei que a sentença de fls. 202/203 não foi publicada. Dessa forma, intimo as partes para que tomem ciência da determinação acima , cujo teor segue abaixo: " Assim, sem delongas, ACOLHO PARCIALMENTE OS EMBARGOS, para tão somente RETIFICAR a parte DISPOSITIVA da SENTENÇA, conforme abaixo: ONDE SE LÊ: "Posto isso, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial e, em consequência, condeno o Instituto réu a concessão do benefício previdenciário de auxílio-acidente, esculpido no artigo 86 da Lei nº. 8.213/91, desde a cessação do último auxílio-doença (fls. 135), conforme dispõe o § 2º do aludido dispositivo, aplicável à hipótese dos autos." LEIA-SE: "Posto isso, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial e, em consequência, condeno o Instituto réu a concessão do benefício previdenciário de auxílio-acidente, esculpido no artigo 86 da Lei nº. 8.213/91, desde a cessação do último auxílio-doença (fls. 135), conforme dispõe o § 2º do aludido dispositivo, aplicável à hipótese dos autos. CONCEDO a tutela de urgência requerida, a fim de que seja imediatamente implementado o benefício de auxílio-acidente." Quanto aos demais termos, MANTENHO a SENTENÇA tal como lançada. P.R.I.C. Manaus, 04 de setembro de 2019. Luciana Braga Matrícula: E0020

ADV: THAMIRES SOUZA SAMPAIO (OAB 14603/AM) - Processo 0647145-51.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rony Andersson Soares de Araújo - Ante o exposto, DECLINO da COMPETÊNCIA em favor da JUSTIÇA do TRABALHO, em favor de quem DETERMINO seja procedida REMESSA dos autos, com as cautelas de estilo, via DISTRIBUIÇÃO. À SECRETARIA para as providências necessárias. P.I.C.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0647653-94.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - A T O O R D I N A T Ó R I O DE ORDEM do Dr. MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES, Juiz Titular da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho de Manaus/AM, neste ato, procedo a INTIMAÇÃO do Autor para que realize o pagamento das CUSTAS INICIAIS, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290 CPC), conforme Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, art. 1º, inciso I, c/c Portaria 116/2017-PTJ art. 7º, §2º e art. 10).

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0647728-36.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Diante da documentação carreada aos autos, que bem comprovam as assertivas da inicial, especialmente a comprovação da mora do devedor fiduciante, com fundamento no art. 3º do Dec. Lei 911/69, DEFIRO a MEDIDA LIMINAR de BUSCA E APREENSÃO do BEM ALIENADO FIDUCIARIAMENTE em favor da Requerente. Antes de seu cumprimento porém, à luz do PROVIMENTO CGJ / AM n° 116/2017, DETERMINO a INTIMAÇÃO à REQUERENTE para, no prazo de 05 (cinco) dias, PROCEDER ao RECOLHIMENTO PRÉVIO DAS CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante, sob pena de extinção. Desincumbindo o AUTOR, sua obrigação processual, expeça-se o pertinente MANDADO. Ao cumprimento da LIMINAR, ato seguido, CITE-SE o REQUERIDO para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, PAGAR a INTEGRALIDADE da DÍVIDA PENDENTE, segundo os valores apresentados ou apresentar CONTESTAÇÃO, no prazo de 15 (quinze) dias. I. C.

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0650687-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kl Rente A Car - DECISÃO Isto posto, tendo em vista a ILEGITIMIDADE PASSIVA e a AUSÊNCIA de EMENDA à INICIAL, DETERMINO a EXTINÇÃO do PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, VI, do NCPC. CONDENAÇÃO em SUCUMBÊNCIA já DECRETADA a fls. 91 / 92, na ordem de 5% (cinco porcento) sobre o valor da causa, em desfavor do AUTOR, devendo ser REVERTIDA em favor do FUNDEP na forma do art. 25, XXXIX da LCE nº 01 / 1990, à CONTA CORRENTE 1450-3, instituída junto ao BANCO DO BRASIL SA, AGÊNCIA 3563-7. Com o TRÂNSITO EM JULGADO, dê-se BAIXA na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos. P.R.I.C.

ADV: JANAÍNA COELHO MOTA SANTIAGO (OAB 3936/AM), ADV: DANILO ANDRADE MAIA (OAB A1111/AM), ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM), ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG) - Processo 0651421-62.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Assunção Pevas Assipal - REQUERIDO: LOJAS RENNER S/A - DECIDO. Evidencia-se, portanto, que SATISFEITA está a OBRIGAÇÃO por parte da DEVEDORA e necessário se faz a declaração da extinção do processo por sentença. Isto posto, EXTINGO o presente CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, nos termos do arts. 924, II, e 925 c/c 526, §3º do CPC, para que produza seus efeitos legais e jurídicos. EXPEÇA-SE ALVARÁ ELETRÔNICO, devidamente atualizado, em NOME do EXEQUENTE. Após, ARQUIVEM-SE os autos, observando-se as formalidades legais. P.R.I.C.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0655719-97.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0704512-77.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: FRANCISCA MOREIRA DA SILVA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)

Danilo Andrade Maia (OAB A1111/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Janaína Coelho Mota Santiago (OAB 3936/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Joany Sillas Pereira (OAB 9646/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Dias da Silva Netto (OAB 136431/SP)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
Juliana Batista Braga (OAB 4166/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciani Ferreira de Souza (OAB 14569/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gustavo Cardoso Maia (OAB 6971/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Marcus Leandro de Souza Andrade (OAB 6928/AM)
Mário Pires de Almeida Neto (OAB 217662/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Ricardo Lopes Godoy (OAB 77167/MG)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Thaísa Carvalho Batista Franco de Moura (OAB 8300/AM)
Thamires Souza Sampaio (OAB 14603/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0202/2019

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0660202-73.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)

13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0230/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0612911-19.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Pretória ou indicar endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0622463-32.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Francisca Pereira Canivana - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que se manifeste sobre os documentos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)

14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0219/2019

ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM) - Processo 0209853-78.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Adriano Vieira de Menezes e outro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANDERSON KENNETH SANTOS BELFORT. (OAB 7591/AM), ADV: EDUARDO VITAL CHAVES (OAB 257874/SP), ADV: HAROLDO JORGE SANTOS (OAB 4066/AM) - Processo 0605489-17.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Sba Torres Brasil, Limitada - REQUERIDO: Hilson Moreira Caxias - Ronaldo Cunha Costa - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0606386-84.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Comércio Lopes Araújo - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da petição e documentos juntados pela parte ré às fls. 236/247 , no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0607000-26.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: RAIMUNDO DA COSTA CARDOSO - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: THAMMY DAS NEVES ATHAYDE (OAB 7312/AM) - Processo 0607250-54.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Hugo Eder Martins - REQUERIDO: Api Spe10 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Aliança Incorporadora Ltda. - Pdg Realty S.a. Empreendimentos e Participações - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0612116-37.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0612873-02.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM) - Processo 0618241-89.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Delta Máquinas Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0618806-53.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da devolução da Carta Precatória , no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0619285-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alcides Machado Dias - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0619566-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Freitas Caldas - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: CLAUDIA TEIXEIRA BRASIL (OAB 7400/AM) - Processo 0620933-32.2015.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: ROSINETE LEITE BRASIL - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 31/10/2019 às 08:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUILHERME CARVALHO MELO (OAB 11086/AM), ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM) - Processo 0621299-37.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Sonia Maria Brandao de Paiva - REQUERIDO: DIRECIONAL CAJUEIRO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM), ADV: ADJAILSON SILVA FIGUEIRA DE SOUZA (OAB 8620/AM), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0623431-67.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Elias Marcos Batista - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, para declarar a inexigibilidade dos débitos referentes ao período de 2008 a 2013, com fulcro no art. 487, inciso I do CPC. Condeno a requerida a reparar o dano experimento pela requerente em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com correção monetária a contar do arbitramento e juros de mora contar da citação. Como corolário próprio da sucumbência, condeno o requerido a pagar as custas processuais e os honorários do advogado do requerente, os quais fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação em atenção ao disposto no art. 85, § 2º, do novo CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM) - Processo 0623832-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: M.C.B. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/10/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 04 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0628819-77.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR) - Processo 0636666-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: James Alves dos Santos - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 10/10/2019 às 08:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0637378-57.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Alessandra Gomes de Carvalho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0639586-82.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: FRANCISCO ALVES PORTELA - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0643468-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Almeida Martins de Matos e Outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 10/10/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: GISELE RABELO GARCIA (OAB 6833/AM) - Processo 0644576-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria das Chagas Oliveira de Menezes - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 03/10/2019 às 08:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0646066-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Meiry Jany Torres de Lima - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 17/10/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: SARAH ALMEIDA BEZERRA (OAB 12958/AM), ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM), ADV: BIANCA ALVES BORGES (OAB 11826/AM), ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: THAYENNE LORAN GOUVÊA DE MENDONÇA (OAB 11731/AM) - Processo 0647485-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Raimundo Trindade Bezerra - REQUERIDO: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - Cartorio de Protesto da Comarca de Canutama - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da petição e documentos juntados pela parte ré às fls. 213/220 , no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: EUKELLY CRISTHIE PENEDO DE OLIVEIRA (OAB 8733/AM), ADV: DANIEL OLIVEIRA DE MELO (OAB 8972/AM), ADV: SALLY SCARPARO SENDAS (OAB 236968/SP), ADV: LUCIANA BUZATTO PERES (OAB 239449/SP) - Processo 0649385-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sheila Maria Leão Magalhaes e outro - REQUERIDO: Swiss Park Manaus Incorporadora - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da resposta do agravo às fls. 342/355, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ELSON MOUZINHO DE ALMEIDA (OAB 6294/AM), ADV: JESSE JAMES LOPES DA SILVA (OAB 9730/AM) - Processo 0650353-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: José Bruno de Oliveira da Silva - REQUERIDO: Edjalma Lelis Dias e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL (OAB 9087/AM), ADV: JORGE LUÍS ENRIQUE GALLARDO ONDINOLA (OAB 10044/AM), ADV: CMG - CÉSAR, MENDES & GALLARDO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 9508/AM), ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM), ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: JOSÉ ELIAS BALBI (OAB 1846/AM), ADV: GISELA DA SILVA DINIZ (OAB 10569/AM), ADV: INGO DIETER PIETZSCH (OAB 6337/AM) - Processo 0700244-77.2012.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Sônia Maria do Nascimento - REQUERIDO: Valdemar Francisco do Nascimento - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB 8620/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Anderson Kenneth Santos Belfort. (OAB 7591/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Bianca Alves Borges (OAB 11826/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Claudia Teixeira Brasil (OAB 7400/AM)
CMG - César, Mendes & Gallardo Advogados Associados (OAB 9508/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Oliveira de Melo (OAB 8972/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Eduardo Vital Chaves (OAB 257874/SP)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elson Mouzinho de Almeida (OAB 6294/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Eukelly Cristhie Penedo de Oliveira (OAB 8733/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)

Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
GISELA DA SILVA DINIZ (OAB 10569/AM)
Gisele Rabelo Garcia (OAB 6833/AM)
Guilherme Carvalho Melo (OAB 11086/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Haroldo Jorge Santos (OAB 4066/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Ingo Dieter Pietzsch (OAB 6337/AM)
Jesse James Lopes da Silva (OAB 9730/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)
Jorge Luís Enrique Gallardo Ondinola (OAB 10044/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Elias Balbi (OAB 1846/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Luciana Buzatto Peres (OAB 239449/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Sally Scarparo Sendas (OAB 236968/SP)
SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL (OAB 9087/AM)
SARAH ALMEIDA BEZERRA (OAB 12958/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thammy das Neves Athayde (OAB 7312/AM)
Thayenne Loran Gouvêa de Mendonça (OAB 11731/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0220/2019

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0608545-58.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0609792-45.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Fundação Assefaz Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 223/225 e 226 , nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM) - Processo 0622836-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sebastião Dias da Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca da petição de fls. 185/186, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: CARLOS CÉSAR MOREIRA DE SOUZA (OAB 8610/AM) - Processo 0636020-57.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0640263-44.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: R S Industria e Comercio de Plasticos Ltda - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Carlos César Moreira de Souza (OAB 8610/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)

15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0356/2019

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0252016-73.2011.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Banco GMAC S/A - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0611902-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE:

Jefferson Benayon de Carvalho - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: EDUARDO GOMES ARAÚJO CASTRO (OAB 8567/AM), ADV: ANTHONY FERREIRA ALMEIDA (OAB 8016/SE) - Processo 0625656-26.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Ana Márcia da Silva Oliveira - REQUERIDO: Náutica Marina Tauá Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM) - Processo 0633335-09.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Rio Negro Loteamentos e Incorporações Ltda. - Vistos. Em juízo de admissibilidade da exordial, este juízo acolhendo os embargos de declaração por parte do Exequente determinou ocorresse a comprovação da necessidade de concessão da benesse da gratuidade da justiça (fls. 63 e 64). Manifestou-se o exequente para comprovar pagamento integral das custas iniciais (fls. 69 a 70). É o breve relato. Decido. Tratando-se de título extrajudicial impende que o original seja mantido sob a guarda do Exequente até o trânsito em julgado do feito, de conformidade com o que dita o artigo 11, da Lei Federal n. 11.419/2006. “Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais. § 3o Os originais dos documentos digitalizados, mencionados no § 2o deste artigo, deverão ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória.” (grifo subsequente). Curial, portanto avaliar, antes de consumar eventuais atos de constrição, a coexistência dos pressupostos processuais e das condições da ação, tal como feito no processo de conhecimento, enfatizando-se, contudo, a necessidade de averiguar-se ainda sobre o preenchimento dos requisitos específicos da ação de execução, os quais se fazem insculpidos no artigo 786, do Código de Processo Civil. Quanto aos primeiros, tenho-os por presentes de forma cristalina e, quanto aos últimos, quais sejam os peculiares ao processo de execução, também os tenho por cumpridos, senão vejamos: A) a existência do título executivo, a demonstrar a certeza do direito de produzir demanda executiva, a liquidez da dívida e a legitimatio ativa e passiva. Vale mencionar a valiosa contribuição de Calamandrei quanto à distinção de cada um desses requisitos: “A certeza diz respeito à existência do crédito, a liquidez decorre da determinação da sua importância exata, a exigibilidade se refere ao tempo em o qual poderá o credor exigir o respectivo pagamento. É certo um crédito, quando não é controvertida a sua existência; é líquido, quando é determinada a importância da prestação (quantum); é exigível, quando o seu pagamento não depende de termo ou condição nem está sujeito a outras limitações (quando).” (grifo subsequente). B) o inadimplemento do devedor, a provar sua exigibilidade pela via executiva. C) a observância ao prazo de aviamento (propositura) da presente execução do título extrajudicial, em escorreito atendimento às prescrições infraconstitucionais. Feito assim este tracejado de reconhecimento da higidez do título ostentado pelo Exequente e, em exercício ao juízo de admissibilidade da proemial, determino à Secretaria que expeça, incontinenti, mandado com ordem de citação, penhora, avaliação, nomeação de depositário e intimação para resistir à execução através do aviamento de embargos. Quando da citação que se dê conhecimento ao Executado que deve pagar a dívida no prazo de 3 dias úteis (artigo 827, §1°, CPC), segundo regra geral do artigo 219, de referido Diploma, quando então os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, ou, deve nomear bens à penhora, sob pena de, não o fazendo naquele prazo, lhe ser ordenada a constrição por diligência do oficial de justiça que, em momento subsequente ultimará a avaliação dos bens penhorados, de acordo com o que dita o artigo 829 e seguintes, do Código de Processo Civil. “A indicação dos bens foi erigida à categoria de dever processual, caracterizando-se o descumprimento com a mera omissão da informação, sem perquirir a intenção; o que não impede, por óbvio, comprove o executado não ostentar bens penhoráveis, a afastar a tipificação do ato.”(Comentários à Execução Civil: título judicial e extrajudicial (artigo por artigo). Armelin Donaldo e outros. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 145). A circunstância do devedor não possuir bens sobre os quais possa recair a penhora deve ser certificada, pormenorizadamente, pelo meirinho a fim de que o Julgador possa se manifestar sobre eventual suspensão do processo executivo (artigo 921, inciso III, CPC). O Executado poderá oferecer Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, na forma estatuída pelo artigo 915, da Lei do Rito Civil. Arbitro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor dado à causa, na forma como estatuído pelo artigo 827, do Digesto Processual Civil, principalmente por entender que a proemial não evoca maiores aperfeiçoamentos jurídicos para a sua produção. Observe-se, porém que, em caso de rejeição de Embargos é possível a majoração da verba honorária até 20% (vinte por cento), ou se estes não forem aviados, o justificar o trabalho do causídico, segundo leitura do §2°, daquele dispositivo infraconstitucional. Finalmente ordenar ao Exequente que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, tal o firmado no artigo 218, §3°, do CPC, ultime o recolhimento das custas relativas à diligência do oficial de justiça, estabelecidas por Tabela através do Provimento n 250/CGJ, de 26 de junho de 2015, publicado no DJe de 1º de julho do corrente, édito que culminou a Portaria n. 11, de 3 de julho de 2015, da Coordenadoria da Central de Mandados que dispôs sobre o recolhimento das custas e diligências do Oficial de Justiça, na conta-corrente n. 57.204-7, agência 3.739-7, do Banco Bradesco S/A, em nome do SINDOJUS-AM - Sindicato dos oficiais de Justiça Avaliadores do Estado do Amazonas. O não recolhimento do importe assinalado há culminar com a extinção do feito por falta de atendimento a pressuposto de desenvolvimento válido e regular da demanda, sob o prisma objetivo de sua válida admissibilidade. O presente pronunciamento só ha ser cumprido em sua inteireza pela Secretaria depois de confirmado o recolhimento das custas de processamento desta demanda, sem o que haverá ser o Exequente intimado ao atendimento de relevante pressuposto de desenvolvimento válido e regular da demanda para, dentro do prazo supramencionado, o cumprir fidedignamente. Diligencie-se. Certifique-se e Cumpra-se.

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM), ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM) - Processo 0638180-55.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Hospital e Maternidade Santo Alberto - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0642411-57.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus - Sicoob Uniam - Vistos. Em análise preliminar, este Juízo vislumbrou a necessidade do Autor de colacionar nos autos memorial de cálculo (fls. 82 e 83). Desta feita, o litigante emendou à exordial apresentando o referido documento (fls. 86 e 87). É o breve relato. Decido. “Pode-se, pois, continuar a afirmar que ação monitória visa à concessão de tutela diferenciada por meio da adoção das técnicas da cognição sumária e do contraditório diferido e eventual: mediante a cognição sumária, o magistrado perfaz um juízo de probabilidade do direito invocado pelo autor, determinando a emissão de mandado para a sua satisfação; por conta do contraditório diferido, o comando judicial para a satisfação do direito é emitido antes da oitiva do réu, tendo sua eficácia executiva liberada caso não seja apresentada a defesa típica no prazo cabível.”. Verificando, pois, esta Magistrada, que a petição inicial está devidamente instruída, e atende aos requisitos insertos no artigo 700, § 2º do novo Código de Processo Civil, defiro, a expedição, de plano, de mandado de pagamento, a se cumprir em desfavor do acionado. Desta forma, cite-se a parte ré para que pague a importância constante da inicial, cientificando-a

de que lhe é concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa, ficando, entretanto, isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo (artigo 701 caput e § 1º nova Lei do Rito Civil). Inexistem óbices para que, dentro da quinzena, sejam oferecidos embargos, os quais hão suspender a eficácia do mandado inicial, abrindo-se, em relação a este procedimento, a dilação probatória reservada ao processo de conhecimento. Não sendo opostos embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo (artigo 701, § 2º da nova Lei do Rito Civil). Consigne-se no mandado, ainda, que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, a parte devedora poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (artigos 701, § 1º cumulado com o artigo 916, ambos da nova Lei do Rito Civil). Em sendo assim, imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória a ser realizada durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 08/11/2019 às 14h00, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0642613-05.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Ante o exposto, JULGO EXTINTA a presente demanda proferindo sentença sem resolução do mérito de conformidade com o que dita o artigo 485, inciso IV, combinado com o artigo 316, do Novo Digesto Processual Civil. REVOGO, por fim, a liminar concedida às fls. 32 e 33. Observe-se à parte que poderá novamente propor a demanda, desde que ultime o saneamento de todos os vícios que lhe foram objetivamente apontados neste pronunciamento judicial. É a leitura que se extrai do artigo 486, §1º, da Lei do Rito Civil. Custas ex lege. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime-se a baixa.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0647263-27.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Dinamica Distribuidora Ltda - Vistos. O Exequente maneja o aparato judiciário para obter tutela jurisdicional relativa à Execução de Título Extrajudicial representado por Documento Particular assinado pelo devedor e duas testemunhas (contrato), documento que se enquadra numa das hipóteses previstas pelo artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil. A Autora acostou nos autos procuração (fls. 6 e 7), contrato social (fls. 8 a 15), Contrato de Compra e Venda de Móveis (fls. 18 a 24) e as três faturas incontroversas (fls. 25 e 28). Atribuiu a causa o valor de R$ 3.411,78 (três mil, quatrocentos e onze reais e setenta e oito centavos), sob os quais recolheu as custas da ação (fls. 29 a 31). É breve o relato. Decido. Tratando-se de título extrajudicial impende que o original seja mantido sob a guarda do Exequente até o trânsito em julgado do feito, de conformidade com o que dita o artigo 11, da Lei Federal n. 11.419/2006. “Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais. § 3o Os originais dos documentos digitalizados, mencionados no § 2o deste artigo, deverão ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória.” (grifo subsequente). Curial, portanto avaliar, antes de consumar eventuais atos de constrição, a coexistência dos pressupostos processuais e das condições da ação, tal como feito no processo de conhecimento, enfatizando-se, contudo, a necessidade de averiguar-se ainda sobre o preenchimento dos requisitos específicos da ação de execução, os quais se fazem insculpidos no artigo 786, do Código de Processo Civil. Quanto aos primeiros, tenho-os por presentes de forma cristalina e, quanto aos últimos, quais sejam os peculiares ao processo de execução, também os tenho por cumpridos, senão vejamos: A) a existência do título executivo, a demonstrar a certeza do direito de produzir demanda executiva, a liquidez da dívida e a legitimatio ativa e passiva. Vale mencionar a valiosa contribuição de Calamandrei quanto à distinção de cada um desses requisitos: “A certeza diz respeito à existência do crédito, a liquidez decorre da determinação da sua importância exata, a exigibilidade se refere ao tempo em o qual poderá o credor exigir o respectivo pagamento. É certo um crédito, quando não é controvertida a sua existência; é líquido, quando é determinada a importância da prestação (quantum); é exigível, quando o seu pagamento não depende de termo ou condição nem está sujeito a outras limitações (quando).” (grifo subsequente). B) o inadimplemento do devedor, a provar sua exigibilidade pela via executiva. C) a observância ao prazo de aviamento (propositura) da presente execução do título extrajudicial, em escorreito atendimento às prescrições infraconstitucionais. Feito assim este tracejado de reconhecimento da higidez do título ostentado pelo Exequente e, em exercício ao juízo de admissibilidade da proemial, determino à Secretaria que expeça, incontinenti, mandado com ordem de citação, penhora, avaliação, nomeação de depositário e intimação para resistir à execução através do aviamento de embargos. Quando da citação que se dê conhecimento ao Executado que deve pagar a dívida no prazo de 3 dias úteis (artigo 827, §1°, CPC), segundo regra geral do artigo 219, de referido Diploma, quando então os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, ou, deve nomear bens à penhora, sob pena de, não o fazendo naquele prazo, lhe ser ordenada a constrição por diligência do oficial de justiça que, em momento subsequente ultimará a avaliação dos bens penhorados, de acordo com o que dita o artigo 829 e seguintes, do Código de Processo Civil. “A indicação dos bens foi erigida à categoria de dever processual, caracterizando-se o descumprimento com a mera omissão da informação, sem perquirir a intenção; o que não impede, por óbvio, comprove o executado não ostentar bens penhoráveis, a afastar a tipificação do ato.”(Comentários à Execução Civil: título judicial e extrajudicial (artigo por artigo). Armelin Donaldo e outros. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 145). A circunstância do devedor não possuir bens sobre os quais possa recair a penhora deve ser certificada, pormenorizadamente, pelo meirinho a fim de que o Julgador possa se manifestar sobre eventual suspensão do processo executivo (artigo 921, inciso III, CPC). O Executado poderá oferecer Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, na forma estatuída pelo artigo 915, da Lei do Rito Civil. Arbitro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor dado à causa, na forma como estatuído pelo artigo 827, do Digesto Processual Civil, principalmente por entender que a proemial não evoca maiores aperfeiçoamentos jurídicos para a sua produção. Observe-se, porém que, em caso de rejeição de Embargos é possível a majoração da verba honorária até 20% (vinte por cento), ou se estes não forem aviados, o justificar o trabalho do causídico, segundo leitura do §2°, daquele dispositivo infraconstitucional. Finalmente ordenar ao Exequente que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, tal o firmado no artigo 218, §3°, do CPC, ultime o recolhimento das custas relativas à diligência do oficial de justiça, estabelecidas por Tabela através do Provimento n

250/CGJ, de 26 de junho de 2015, publicado no DJe de 1º de julho do corrente, édito que culminou a Portaria n. 11, de 3 de julho de 2015, da Coordenadoria da Central de Mandados que dispôs sobre o recolhimento das custas e diligências do Oficial de Justiça, na conta-corrente n. 57.204-7, agência 3.739-7, do Banco Bradesco S/A, em nome do SINDOJUS-AM - Sindicato dos oficiais de Justiça Avaliadores do Estado do Amazonas. O não recolhimento do importe assinalado há culminar com a extinção do feito por falta de atendimento a pressuposto de desenvolvimento válido e regular da demanda, sob o prisma objetivo de sua válida admissibilidade. O presente pronunciamento só ha ser cumprido em sua inteireza pela Secretaria depois de confirmado o recolhimento das custas de processamento desta demanda, sem o que haverá ser o Exequente intimado ao atendimento de relevante pressuposto de desenvolvimento válido e regular da demanda para, dentro do prazo supramencionado, o cumprir fidedignamente. Diligencie-se. Certifique-se e Cumpra-se.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0647299-69.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Unicred Manaus - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais de Saúde de Nível Superior - Vistos. Trata-se de demanda monitória aviada por COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE MANAUS - SICOOB UNIAM em face de CÍCERO JOSÉ DE LIMA em virtude de inadimplemento quanto a utilização de Cartão de Crédito Sicoobcard Mastercard Platinum nº 7565008004935. A Autora acostou aos autos procuração (fl. 7); contrato social (fls. 8 a 41); proposta de adesão (fl. 42); instrumento particular de prestação de serviços de emissão, administração e utilização de cartão - pessoa física (fls. 56 a 75) e relatório de extrato de cliente (fl. 76). Atribuiu à demanda o valor de R$ 7.235,13 (sete mil, duzentos e trinta e cinco reais e treze centavos), sob os quais recolheu as custas de processamento da demanda (fls. 77 a 82). É o relato. Decido. Salta aos olhos desta Julgadora que a denominação do polo ativo cadastrada no sistema SAJ/PG5 foi “UNICRED MANAUS COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE NÍVEL SUPERIOR” enquanto na exordial consta como Autor “COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE MANAUS SICOOB UNIAM” , tendo em vista a divergência, o fato deve ser esclarecido, para que somente após, dê-se prosseguimento válido e regular ao feito. Assinalo-lhe o prazo de 15 dias úteis para o cumprimento do que acima se lhe aponta, sob pena de indeferimento da petição inicial, por sentença sem aprofundamento do mérito. Faço-o de conformidade com o que dita o artigo 321, parágrafo único daquele Digesto Processual Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0647846-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Erivanda Almeida da Silva - Vistos. A Autora Erivanda Almeida da Silva ingressou com a presente demanda declaratória de nulidade do contrato de empréstimo consignado em folha de pagamento cumulada com indenizatória por dano moral contra a instituição financeira Banco BMG S/A. Pugna tutela de urgência para suspensão dos descontos mensais feitos pelo Réu em sua remuneração; seja declarado nulo o cartão de crédito consignado e quitado o contrato entabulado entre as partes, em razão de vício de consentimento; condenação do Réu ao pagamento de danos morais no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil); a condenação do Réu ao pagamento de R$ 11.708,10 (onze mil, setecentos e oito reais e dez centavos) a título de repetição do indébito; e requer o benefício da gratuidade da justiça. Atribui à causa o valor de R$ 41.708,10 (quarenta e um mil, setecentos e oito reais e dez centavos reais). Colacionou aos autos Procuração (fl. 16), Contra-cheques (fls. 22 a 77) e Demonstrativo (fls. 5 a 7). É o relato. Decido. No que pertine à hipossuficiência é convencimento deste Juízo que a gratuidade da justiça há ser concedida em casos como o presente, dos quais se extrai possível contratação como se fosse empréstimo consignado, quando na verdade o que se adquire são serviços de cartão de crédito. Passo apreciação do pedido tutelar provisório de urgência pelo estatuído no artigo 300, do Código de Processo Civil, sob as balizas do elementos que o integram, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora. Quanto ao primeiro requisito - fumus boni iuris - tem-se que se faz sustentado na plausibilidade do bosquejo firmado pelo Autor relativo este à afirmativa de que acreditou na informação prestada por preposto do Réu de que estava a adquirir um empréstimo consignado e não um cartão de crédito para desconto mensal na modalidade consignação em folha de pagamento. O segundo requisito - periculum in mora - também está inteiramente enquadrado na hipótese fática, afinal eventual delonga na prestação da tutela jurisdicional na espécie pode levar à negativação dos dados do Autor em bureaus restritivos de crédito, isso sem falar no prejuízo que pode ser potencializado por descontos realizados por tempo indeterminado haja ou não uso do cartão de crédito pelo Autor eventualmente induzido à adesão. Ademais, eventual outorga de tutela de urgência antecipada não gera ao Réu qualquer perigo de sua irreversibilidade - periculum in mora inverso - de que trata o artigo 300, §3º, da Lei do Rito Civil. Desta feita, forte nas razões jurígenas espraiadas, DEFIRO a tutela de urgência em cognição prévia e sumária para ordenar ao Réu que suspenda os descontos consignados a título “BMG Cartão 10” em folha de pagamento diante do órgão público em que o Autor exerce atividade. Faça-o em 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Inverto o ônus da prova para que a instituição financeira colacione ao caderno processual, até a data da audiência de conciliação, o contrato de empréstimo cartão de crédito consignado, em virtude da hipossuficiência informacional e técnica do Autor, na qualidade de consumidor. É a dicção do artigo 6º, inciso VIII, do Digesto Consumerista. “Cabimento da inversão do ônus da prova para determinar às instituições financeiras a exibição de extratos bancários RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DE COBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DE POUPANÇA - PLANOS BRESSER E VERÃO - PRELIMINAR - PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA - NÃO OCORRÊNCIA - EXIBIÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DA CORRENTISTA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE LEI - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - INADMISSIBILIDADE - RESSALVA - DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA EXISTÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR (ART. 333, I, DO CPC) - ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211/STJ - NO CASO CONCRETO, RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. (...) II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancários necessários à comprovação das alegações do correntista decorre de lei, já que se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Código do Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo ser objeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio da boa-fé objetiva; (...) IV - Para fins do disposto no art. 543-C do Código de Processo Civil, é cabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fi m de determinar às instituições financeiras a exibição de extratos bancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles, tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratual compulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como o adiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir os documentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação, incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada, com indícios mínimos capazes de comprovar a existência da contratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodos em que pretenda ver exibidos os extratos. V - Recurso especial improvido, no caso concreto.” (REsp 1133872/PB, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/12/2011, DJe 28/03/2012) - Tema: 411. Em sendo assim, imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo

Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória a ser realizada durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 08/11/2019 às 15h30, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anthony Ferreira Almeida (OAB 8016/SE)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Eduardo Gomes Araújo Castro (OAB 8567/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0357/2019

ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM), ADV: ADRIANO CEZAR RIBEIRO (OAB 4848/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633826-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Aguimarina Pinheiro de Araújo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0648692-63.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Adriano Cezar Ribeiro (OAB 4848/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO LIA MARIA GUEDES DE FREITAS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0358/2019

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0600793-40.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Fabíola Funes Milanesi - REQUERIDO: Francisco de Assis Nascimento de Oliveira - Francisco de Assis Nascimento de Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCELA DE SÁ PEIXOTO FRAXE (OAB 8875/AM), ADV: MARCEL DA FONSECA MOURA (OAB 10083/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM) - Processo 0605525-93.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: RBL Arquitetura e Interiores S/S Ltda. - EXECUTADO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Unimed de Manaus Empreendimentos S/A - Certifico que, em consulta ao Sistema de Depósitos Judiciais disponibilizado a esta Secretaria pela Caixa Econômica Federal, constam valores depositados na conta judicial nº 01655023-6 - vinculada a este feito, conforme comprovante de depósito acostado aos autos em fl. 517, com dados de consulta na data de hoje - valor inicial este no montante do valor bloqueado em fl. 320. Desta feita, ante a petição da parte Exequente pugnando pela expedição de Ofício ao Banco Itaú Unibanco S/A para realização de transferência/depósito judicial para conta deste Juízo e em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca dos valores depositados e vinculados à conta deste feito, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0625166-72.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Alessandra Magalhães de Farias - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0627977-63.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Rocilda Ferreira de Lima - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual

de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM), ADV: GIORDANO CEZAR SALGADO BOAVENTURA (OAB 11685/AM) - Processo 0628779-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Gabriel Sttefan Rodrigues de Sousa - REQUERIDO: Anthony Gabriel Oliveira de Sousa - Gerlany Gomes de Oliveira - Vistos. Em juízo de admissibilidade da exordial (fls. 74 a 76), houve este Juíza por determinar que o Autor comprovasse sua situação de hipossuficiência econômica para concessão da benesse da justiça gratuita. É o sucinto relato. Decido. Inicialmente, DEFIRO o pedido da gratuidade da justiça, pois, que em análise à documentação (imposto de renda de pessoa física) de fls. 86 a 103, logrou êxito o Autor em comprovar sua hipossuficiência. Passo à apreciação do pedido tutelar provisório de urgência estatuído pelo artigo 300, do Código de Processo Civil, sob as balizas do elementos que o integram, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora. Pois bem, em juízo de cognição sumária, não vislumbro presentes, pelo menos neste momento processual, todos os requisitos necessários para a concessão do provimento requerido pelo Autor, tratando-se então de medida precipitada para o momento processual, onde nem se operou ainda a válida citação do Réu, não estando convencida ainda acerca da verossimilhança das alegações contidas na peça inicial. Assim, cumpre assinar que se faz necessário, na hipótese, a discussão, de forma mais aprofundada, para que assim se conclua se houve de fato a ingratidão alegada pelo Autor, o que não é possível concluir somente através dos documentos juntados aos autos. Desse modo, a prudência recomenda indeferir, por ora, a tutela vindicada, ressalvando, entretanto, a possibilidade de sua reapreciação durante a instrução processual, acaso seja demonstrado a verossimilhança, de forma mais efetiva. Em sendo assim, INDEFIRO o pleito de cancelamento do instrumento particular de doação, porquanto possua a tutela vindicada natureza satisfativa. Nesse sentido, colaciono: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. INDEFERIMENTO. LIMINAR DE NATUREZA SATISFATIVA. 1. A antecipação dos efeitos da tutela não pode ser deferida porquanto esgota o objeto da ação originária, restando, assim, inviabilizado o deferimento de liminar inaudita altera pars. 2. No caso em exame, o pedido liminar tem natureza satisfativa, porquanto os agravantes pugnaram pela suspensão do pagamento das parcelas do plano de saúde, pretensão esta que corresponde exatamente aquela deduzida como provimento final, o que esvaziaria a própria ação originária. 3. Agravo de instrumento conhecido e não provido. (TJ-DF - AGi: 20150 020083253, Relator: Nídia Correa Lima, data de julgamento: 03/06/2015, 1 Turma Cível, data de publicação: publicado no DJE: 22/06/2015. Pag. 104). Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Assim é que se determina à Secretaria, o cumprimento das disposições do artigo 248, daquele Diploma para que seja agendada audiência conciliatória, durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 08/11/2019 às 15h00, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica,na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa, tal o que dita o artigo 334, §8º, do Estatuto Processual. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos, sob pena de revelia, na forma como afirmado no artigo 344, de mencionado Diploma. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se. Cumpra-se.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0633031-44.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Tayana Raquel Alexandre Alves - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0633651-61.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Selma Maria Duarte Cruz - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM) - Processo 0635728-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Roselis Maria Gildo Bitar - REQUERIDO: Simois Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Capital Rossi S/A - Vistos, Em juízo de admissibilidade da exordial (fls. 78 a 80), houve este Juízo por determinar sua emenda no que tange a contradição quanto ao estado civil da Autora; quantificação objetiva do dano moral; valor da causa e comprovação de sua hipossuficiência econômica para concessão da gratuidade da Justiça. Emenda a Inicial apresentada (fls. 85 a 108). Informou ser divorciada; quantificou os danos morais em R$ 50.000,00; atribuiu à causa novo valor, qual seja R$ 674.511,20 (seiscentos e setenta e quatro mil, quinhentos e onze reais e vinte centavos) e acostou documentaçãos com objetivo de comprovar sua hipossuficiência econômica. Desta feita, cumpridas as determinações iniciais, dá-se prosseguimento ao feito. À Secretaria, que proceda à alteração perante ao sistema SAJ/PG5 do novo valor atribuído à causa. É o relato. Decido. Em análise à documentação de fls. 102 a 108, logrou êxito a Autora em comprovar sua impossibilidade de arcar com as custas de processamento da demanda, é o que se extrai de documentação de fls. 102 e 103 e 105 a 108. Sendo assim, DEFIRO o pedido da gratuidade da justiça. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como

apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória, durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 08/11/2019 às 14h30, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se.

ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ JÚNIOR (OAB 4652/AM), ADV: NORMA SOCORRO MOTA LOPES FERNANDES (OAB 12052/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM) - Processo 0637553-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: José César de Souza Pereira - Francisca Israela Lima da Silva - REQUERIDO: Carlos Printes de Santana Neto - Mega Prime Veículos - Banco Pan S/A - Da análise dos autos percebo que a audiência de conciliação, instrução e julgamento, faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar a sentença. Dessarte, determino que seja pautada a audiência com a maior brevidade possível e intimadas as partes e seus representantes legais para que compareçam ao ato. Cumpra-se.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0645462-76.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Elizabete Quintelo de Oliveira - REQUERIDO: EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. - Vistos. Trata-se de demanda indenizatória por danos morais, aviada por ELIZABETE QUINTELO DE OLIVEIRA em face de EUCATUR EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA, em razão de acidente rodoviário ocorrido em 22 de abril de 2019 que teria gerado danos à autora que trafegava no interior do veículo da Ré (linha 711), no transporte público municipal. Cumpre salientar que a Autora alega que mesmo recebendo auxílio-doença previdenciário, além de assistência por parte da Réu de R$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), ainda assim não tem condições financeiras de arcar com a quantia necessária para custear medicação e fisioterapia (fl. 3). Acosta documentos de atendimentos médicos (fls. 22 a 24 e 40 a 70), assim como, comunicação da concessão do auxílio-doença previdenciário (fls. 25 a 30), boletim de ocorrência (fls. 31 a 35), exame de corpo de delito (fls. 71 a 74), notícias (fls. 36 a 39) e fotos (fls. 75 a 82), do sinistro. Atribuiu à causa o valor de R$ 50.898,00 (cinquenta mil, oitocentos e noventa e oito reais), a título de danos morais. Requereu a benesse da justiça gratuita, tendo em vista ser assistida pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas. É o relato. Decido. Inicialmente, defiro a gratuidade da justiça, porquanto seja a Autora assistida pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Em sendo assim, imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória a ser realizada durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 08/11/2019 às 14h00, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se a Autora através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: PAULO MATHEUS DE SOUZA HOLANDA (OAB 9732/AM) - Processo 0646310-34.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: James Lee Taveira Holanda - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Vistos. Pois bem, da análise dos autos, entendo que a relação jurídica processual está validamente firmada, inclusive com oferta de resistência do Réu à demanda, sem preliminar. Pois bem, a este órgão julgador é possível o julgamento antecipado da demanda, segundo dicção do artigo 355, inciso I, da Lei do Rito Civil, pois bastantes os documentos colacionados pelos partícipes ao caderno processual. Intimem-se. Ultimado o trânsito em julgado desta decisão, volvam-me os autos conclusos para sentença.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP) - Processo 0662079-48.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Josias Pedro de Melo Soares - Vistos. Defiro o petitório de suspensão aviado às fls. 63, até que seja julgado o mérito do agravo de instrumento interposto por B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento.

Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Giordano Cezar Salgado Boaventura (OAB 11685/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Augusto de Borborema Blasch (OAB 7982/AM)
Luiz Henrique Braz Júnior (OAB 4652/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcel da Fonseca Moura (OAB 10083/AM)
Marcela de Sá Peixoto Fraxe (OAB 8875/AM)
Márcio Zendy Soares Leão (OAB 10518/AM)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Norma Socorro Mota Lopes Fernandes (OAB 12052/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Matheus de Souza Holanda (OAB 9732/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0341/2019

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0242623-27.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José de Souza Lima - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0251690-21.2008.8.04.0001 (001.08.251690-2) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Adolpho Freitas Hidalgo - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JÉSSICA DO NASCIMENTO CORREA (OAB 10254/AM), ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0600506-09.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condomínio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - EXECUTADA: Valdenora da Silva Pinheiro e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca da petição de fls. 247 e documentos, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602596-92.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Frank Williden do Nascimento Lopes - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: JORGE LUIS BONFIM LEITE FILHO (OAB 309115SP), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0603903-76.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compromisso - REQUERENTE: Tokio Marine Seguradora S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que se manifeste acerca da Petição de fls. 219/220, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0605682-71.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Vanete Machado Lima - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0606201-80.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Viviane Pinho da Rocha - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LEONARDO LIMA TOLEDANO (OAB 10107/AM), ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM) - Processo 0606541-48.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Toka da Karol Materiais de Construção Ltda - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Pretória ou indicar endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: DAVID AZULAY BENAYON (OAB 8688/AM), ADV: DEBORAH SABBÁ GALVÃO (OAB 3048/AM), ADV: PAULO CÉSAR AZEVEDO DOS SANTOS (OAB 13278/AM), ADV: MARIZA LUSTOZA RIBEIRO (OAB 6869/AM), ADV: DANIELA CRISTINA DA EIRA CORRÊA BENAYON (OAB 6121/AM) - Processo 0609968-63.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Kassem Lima Zaidan - REQUERIDA: Hospital Santa Júlia Ltda. - Nelson Brancaccio dos Santos - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 03/10/2019, às 14:115h, no endereço Av. 07 de Setembro 1251, sobreloja sala 08- Centro conforme informação do perito de fls. 437.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0610302-97.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na inicial a teor do disposto no art. 701, §2.º do CPC, e o faço para constituir, de pleno direito, o título executivo judicial, no valor pleiteado de R$ 1.347,63 (Hum mil, trezentos e quarenta e sete reais e sessenta e três centavos), atualizado nos moldes da Portaria n.º1855/2016-PTJ. Julgo improcedentes os embargos monitórios. Condeno a parte ré a arcar com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação. Isento-a do pagamento, entretanto, em razão da gratuidade de justiça que ora defiro. Não sendo pretendida a execução do julgado pela parte interessada, com o trânsito em julgado, dê-se baixa o sistema processual, sem prejuízo de reativação caso requerido. P.R.I.

ADV: ELY RODRIGUES DE SOUZA JÚNIOR (OAB 7236/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0611350-91.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0262247-33.2009.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Valdeci Bentes Barboza - REQUERIDA: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELY RODRIGUES DE SOUZA JÚNIOR (OAB 7236/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0611350-91.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0262247-33.2009.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Valdeci Bentes Barboza - REQUERIDA: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, retifico o Ato Ordinatório de fls. 170 e intimo a(s) parte(s) Requerente(s) para que, no prazo de 05 (cinco) dias, dê prosseguimento ao feito, uma vez que inviável a consulta SIEL por tratar-se de pessoa jurídica a parte a ser consultada no pedido de fls. 169.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0611884-30.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: IGOR GÓES LOBATO (OAB 307482/SP), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB 90461/MG) - Processo 0612113-53.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Tvlândia Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0614547-83.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ary Sérgio da Motta - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0615711-44.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SÉRGIO EDUARDO GOMES SAYAO LOBATO (OAB 28362/RS) - Processo 0619599-21.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Brasil Norte Bebidas Ltda - Nesses termos, não oferecidos os embargos, constitui-se, ex vi legis, o título executivo judicial. Convertido de pleno direito o mandado inicial em mandado executivo, prossiga-se a ação, na forma prevista no art. 701, §2º do CPC, e o faço para constituir, de pleno direito, o título executivo judicial no valor pleiteado, atualizado nos moldes da Portaria n.º 1855/2016-PTJ. Expeça-se o novo mandado, agora de execução, intimando a parte executada para pagar a quantia devida em 15 (quinze) dias, sob pena de incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido (CPC 523). Condeno o réu ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação. Não sendo pretendida a execução do julgado pela parte interessada, com o trânsito em julgado, proceda-se a baixa no sistema processual, sem prejuízo de reativação caso postulado. P.R.I.C.

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0619882-44.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Rosana Administradora Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos AR's juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM) - Processo 0620564-67.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Norte Comércio de Peças e Acessórios para Veículos Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP) - Processo 0620568-36.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Éder Rafael Gonçalves Cavalcante - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0621913-76.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Manoel Ferreira dos Santos - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0622772-92.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0625950-44.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Rauciele dos Santos Lima - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0627002-41.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Condomínio Amazonas - REQUERIDO: R. V. Cruz Oliveira - ME - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: RODRIGO NADAIS JURELA (OAB 414251/SP) - Processo 0628703-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Elias Souza Alves - Pelo exposto, acolho os embargos para suprir a obscuridade nos termos acima explicitados. No mais, permanece a decisão na forma como foi lançada. P.R.I.C.

ADV: VICENTE EMANUEL ALMEIDA DE PAULA (OAB 8569/AM), ADV: LUCAS CEZAR JOSÉ FIGUEIREDO BANDIERA (OAB 8798/AM), ADV: AMANDA KATHERINE RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 9978/AM) - Processo 0628916-82.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Tarcimara Camardella Almeida - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0629937-64.2013.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Raimundo Moreira Coelho - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0630219-05.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - EXECUTADO: Marcos Silva de Souza - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0632322-77.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632649-90.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Marly da Silva Campos - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0633074-49.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0635611-18.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Dinâmica Distribuidora Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0637914-97.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0639325-83.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Dinâmica Distribuidora Ltda. - Nesses termos, não oferecidos os embargos, constitui-se, ex vi legis, o título executivo judicial. Convertido de pleno direito o mandado inicial em mandado executivo, prossiga-se a ação, na forma prevista no art. 701, §2º do CPC, e o faço para constituir, de pleno direito, o título executivo judicial no valor pleiteado, atualizado nos moldes da Portaria n.º 1855/2016-PTJ. Expeça-se o novo mandado, agora de execução, intimando a parte executada para pagar a quantia devida em 15 (quinze) dias, sob pena de incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido (CPC 523). Condeno o réu ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação. Não sendo pretendida a execução do julgado pela parte interessada, com o trânsito em julgado, proceda-se a baixa no sistema processual, sem prejuízo de reativação caso postulado. P.R.I.C.

ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: DORISMAR MARTINS MASIERO (OAB A1083/AM) - Processo 0639678-55.2018.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Horos Química da Amazônia Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM) - Processo 0642399-77.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Carlos Antônio Nogueira da Silva - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CHEINE ARAÚJO PEREIRA (OAB 10609/AM) - Processo 0651447-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Armanda da Silva Araújo - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR negativo de fl. 44 juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0656549-63.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Desta feita, defiro o pedido de conversão requerido, devendo a Secretaria proceder as anotações necessárias no sistema processual. Remetam-se os autos à contadoria para o cálculo das custas devidas. Após, intime-se o autor para o seu recolhimento. Retifique-se no sistema processual o valor da ação. Cumpridas as determinações retornem-me os autos. Intime-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0707341-31.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na inicial a teor do disposto no art. 701, §2.º do CPC, e o faço para constituir, de pleno direito, o título executivo judicial, no valor pleiteado de R$ 11.350,30 (onze mil e trezentos e cinquenta reais e trinta centavos), atualizado nos moldes da Portaria n.º1855/2016-PTJ. Julgo improcedentes os embargos monitórios. Condeno a parte ré a arcar com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação. Isento-a do pagamento, entretanto, em razão da gratuidade de justiça que ora defiro. Não sendo pretendida a execução do julgado pela parte interessada, com o trânsito em julgado, dê-se baixa o sistema processual, sem prejuízo de reativação caso requerido. P.R.I.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0712378-39.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Anne Kellen Lopes da Silva - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Amanda Katherine Ribeiro de Oliveira (OAB 9978/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Cheine Araújo Pereira (OAB 10609/AM)
Daniela Cristina da Eira Corrêa Benayon (OAB 6121/AM)
David Azulay Benayon (OAB 8688/AM)
Deborah Sabbá Galvão (OAB 3048/AM)
Dorismar Martins Masiero (OAB A1083/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Ely Rodrigues de Souza Júnior (OAB 7236/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor Góes Lobato (OAB 307482/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jéssica do Nascimento Correa (OAB 10254/AM)
Jorge Luis Bonfim Leite Filho (OAB 309115SP)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB 90461/MG)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Leonardo Lima Toledano (OAB 10107/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lucas Cezar José Figueiredo Bandiera (OAB 8798/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Mariza Lustoza Ribeiro (OAB 6869/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB 5566/AM)
Paulo César Azevedo dos Santos (OAB 13278/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Rodrigo Nadais Jurela (OAB 414251/SP)
Sérgio Eduardo Gomes Sayao Lobato (OAB 28362/RS)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Vicente Emanuel Almeida de Paula (OAB 8569/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0342/2019

ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 14180/AM), ADV: REBECA VITÓRIA BRUNO MACHADO (OAB 12257/AM) - Processo 0218679-30.2010.8.04.0001 (001.10.218679-1) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Expresso Aliança Mudanças, Transportes e Serviços Ltda. - REQUERIDA: Transportadora Planalto Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: EMÍLIO PORTELA MOSS (OAB 8712/AM), ADV: HORÁCIO ACÁCIO SEVALHO (OAB 2263/AM), ADV: MARIA ELIRIANY MARTINS GOMES BISSOLI (OAB 7432/AM), ADV: KARLA JANAÍNA MACHADO GARCIA (OAB 5733/AM) - Processo 0222299-16.2011.8.04.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - EMBARGANTE: Instituto Superior de Ensino e Pesquisa Visão Amazônica - IEPEVAN - EMBARGADO: Francisco Negreiros de Lima - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0602358-05.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0610302-97.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR) - Processo 0616303-88.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Construtora Capital S/A - REQUERIDA: Laura Maria Valente de Lira Ervilha e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: DEBHORA RODRIGUES GARCIA (OAB 14791/AM), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0618123-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível -

Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: João Marcos Torres dos Santos - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MIRIAN SAMARA DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9549/AM), ADV: ANA JÉSSICA ALVES HADDAD E SILVA (OAB 9512/AM) - Processo 0627623-09.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Dalva Ferreira Costa - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PAULO CÉSAR AZEVEDO DOS SANTOS (OAB 13278/AM), ADV: DANIEL SODRÉ GURGEL DO AMARAL (OAB 7902/AM), ADV: JOSÉ LEITE NETO (OAB 6506/AM) - Processo 0656627-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Maria Claudia Alves da Silva - REQUERIDO: Rui Silva Rodrigues - Hospital Santa Julia Ltda e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Ana Jéssica Alves Haddad e Silva (OAB 9512/AM)
Daniel Sodré Gurgel do Amaral (OAB 7902/AM)
Debhora Rodrigues Garcia (OAB 14791/AM)
Emílio Portela Moss (OAB 8712/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 14180/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Horácio Acácio Sevalho (OAB 2263/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
José Leite Neto (OAB 6506/AM)
Karla Janaína Machado Garcia (OAB 5733/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB 7432/AM)
Mirian Samara de Oliveira Santiago (OAB 9549/AM)
Paulo César Azevedo dos Santos (OAB 13278/AM)
Rebeca Vitória Bruno Machado (OAB 12257/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0343/2019

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0215731-18.2010.8.04.0001 (001.10.215731-7) - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: Erick Representação Ltda. - ME - Em razão do postulado, decreto a extinção da presente execução, com fundamento no art. 924, III, do CPC. Após dê-se baixa e arquive-se o feito com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: DANYEL FURTADO TOCANTINS ÁLVARES (OAB 311574/SP), ADV: ANTÔNIA MACHADO DE OLIVEIRA (OAB 120279/SP), ADV: FRANCISCO ANDRÉ CARDOSO DE ARAÚJO (OAB 279455/SP), ADV: JORGE HADAD SOBRINHO (OAB 91701B/SP), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS (OAB 295353/SP) - Processo 0229687-38.2009.8.04.0001 (001.09.229687-5) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Datagraf Plotagem e Serviços Gráficos Ltda. - EXECUTADO: Terra Editora Comércio e Serviços Gráficos Ltda. - Expeça-se mandado de penhora e avaliação da máquina indicada em fls.181/183. Condiciono tal expedição ao recolhimento das custas da diligência, nos moldes da Tabela VII, da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Cumpra-se.

ADV: JÉSSICA DO NASCIMENTO CORREA (OAB 10254/AM), ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0600506-09.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condomínio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - EXECUTADA: Valdenora da Silva Pinheiro - Direcional Engenharia S/A - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Executada para que se manifeste acerca da petição de fls.258/259, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0601977-94.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Lilian Meire Soares de Freitas - ME - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0602238-88.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Cosme e Lorena Comércio de Alimentos Ltda. - ME - Lorena Cláudia Alves Rodrigues - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0606124-32.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: SAGE - Serviços e Assessoria de Gestão Contábil Empresarial Ltda. - Sandra Mota da Silva Santos - Manoj Sharma - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0612776-36.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: HSBC (Brasil) Administradora de Consórcio Ltda. - REQUERIDO: R. Erione de Oliveira - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: PAULO HENRIQUE SAMPAIO CESTARO (OAB 6323/AM), ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0620573-68.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: Márcio José Souza Leite - REQUERIDO: Edmar da Silva Barros - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de cálculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0621293-98.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Rocha e Fagundes Construções e Comércio de Combustível Ltda. - ME - Francisco Fagundes de Oliveira Filho - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0621671-78.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Luiz Eduardo A. Rodrigues - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM), ADV: JULIANO LUÍS CERQUEIRA MENDES (OAB 3940/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM) - Processo 0622103-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: U.M.C.T.M. - REQUERIDO: C.N.U.C.C. - INTSSADO: M.P.E.A.P.G. - ADMINISTRA: L.E.B.P. - R. H. Em razão da urgência que o caso requer, bem como em observância aos princípios da cooperação, do contraditório e da ampla defesa, determino que a requerente UNIMED Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. seja intimada para manifestar-se sobre o ofício n. 002/2019 emitido por Luiz Eduardo Barreto Perez, administrador nomeado nos presentes autos, às fls. 2.486 à fls. 2.493, no prazo de 2 (dois) dias. Após, retorne-me o feito concluso. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0625976-18.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Célia Freitas de Menezes - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ANDRÉ RICARDO DA COSTA INÁCIO (OAB 975A/AM) - Processo 0626095-66.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Pasco Eletro Sistemas Ltda - REQUERIDO: V. R. Moreira Ltda (Antiga: V. V. Moreira) (Nome Fantasia S. M. Montagens Ltda) - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 862A/AM), ADV: JONATHAS MACIEL DE MENEZES (OAB 11140/AM), ADV: ERIVELTON PINHEIRO DE MENEZES (OAB 7181/AM) - Processo 0627111-31.2014.8.04.0001 - Exibição - Liminar - REQUERENTE: Jonathas Maciel de Menezes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte excepta para manifestar-se sobre exceção de pré-executividade, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FELIPE DE OLIVEIRA STEFFEN (OAB 95045/RS) - Processo 0627771-20.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Calçados Beira Rio S/A - EXECUTADO: Ana Maria Barroso de Freitas - ME - Betânia da Paixão Bentes Jordão - ME - Maria Auxiliadora Marques de Assis - ME - Wilmar Fonteles de Oliveira - ME - Maria Rosemery Bentes da Silva - ME - Maria Rosineide Bentes da Silva - ME - Donivaldo Bentes da Silva - ME - Cristina Rocha da Silva - Francisco Duílio Bentes da Silva - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0629135-56.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: L. V. Marques - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0632255-83.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Soraia Soares dos Santos - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0634485-25.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Condomínio Amazonas - REQUERIDO: M. A. X. Comércio Atacadista de Produtos para Animais Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/

carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0638012-58.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Franklin Ramos da Silva - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0644306-53.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - REQUERIDO: Rui Jorge Rodrigues Fialho - Como requer às folhas 56. Adotem-se as providências pertinentes. Cumpra-se.

ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM) - Processo 0718670-40.2012.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Laborda - REQUERIDO: Nivaldo de Jesus Pereira Pinto - Homologo por sentença a desistência manifestada para que produza os efeitos legais. Em consequência, extingo o processo sem julgamento do mérito, na forma do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, já ajustado entre as partes as custas, despesas processuais e honorários advocatícios. Gratuidade já deferida às fls. 133. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

André Ricardo da Costa Inácio (OAB 975A/AM)
Antônia Machado de Oliveira (OAB 120279/SP)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz Batista dos Santos (OAB 295353/SP)
Danyel Furtado Tocantins Álvares (OAB 311574/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Erivelton Pinheiro de Menezes (OAB 7181/AM)
Felipe de Oliveira Steffen (OAB 95045/RS)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Francisco André Cardoso de Araújo (OAB 279455/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jéssica do Nascimento Correa (OAB 10254/AM)
Jonathas Maciel de Menezes (OAB 11140/AM)
Jorge Hadad Sobrinho (OAB 91701B/SP)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 862A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
Juliano Luís Cerqueira Mendes (OAB 3940/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Henrique Sampaio Cestaro (OAB 6323/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)

17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0214/2019

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0239122-21.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Donaldo de Oliveira Freire - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do oficio às fls. 158/160, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM), ADV: ROGÉRIO MORAES DE SOUZA (OAB 7409/AM), ADV: EDINELSON ALVES DE SOUSA (OAB 8225/AM) - Processo 0616858-47.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Posse - REQUERENTE: Filomena Terto Barros - Edilson Barros de Souza - REQUERIDA: Kele Cristina da Silva Fernandes - Averbo-me suspeito para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do § 1º do artigo 145 do CPC. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto nos artigos 7º e 9º da resolução nº 23/2010doTJAM. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0618858-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Don de Dieu Tayaya Don de Dieu - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0621131-06.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) Renajud e Infojud às fls. 274/334, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0621680-11.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0623884-62.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM), ADV: EDINELSON ALVES DE SOUSA (OAB 8225/AM), ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM), ADV: JÚLIA GABRIELA TRINDADE DE MELO (OAB 8074/AM), ADV: ROGÉRIO MORAES

DE SOUZA (OAB 7409/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM), ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM) - Processo 0626833-59.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0635696-38.2015.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Elder Francisco Vitalli e outro - REQUERIDA: Filomena Terto Barros - Edilson Barros de Souza - Kele Cristina da Silva Fernandes - Averbo-me suspeito para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do § 1º do artigo 145 do CPC. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto nos artigos 7º e 9º da resolução nº 23/2010doTJAM. Cumpra-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM) - Processo 0630443-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Julia Marcia Leite Bentes - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Mk Eletrodomestivos Mondial S.a - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ISABELLA JACOB NOGUEIRA (OAB 8800/AM), ADV: DESSANA BETISA VIEIRA SILVA (OAB 9283/AM), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: MARINA LACERDA CUNHA LIMA (OAB 15769/PB) - Processo 0633067-86.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0611917-49.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EMBARGADO: Control Construções Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446/AM), ADV: JOSÉ PERCEU VALENTE DE FREITAS (OAB 7200/AM), ADV: VANDSON SOARES DA SILVA (OAB 7508/AM), ADV: RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE (OAB 7576/AM) - Processo 0655206-32.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0601536-95.2013.8.04.0020) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Rondônia Tranportes Ltda. - Via Verde Transportes Coletivos da Ltda e outros - REQUERIDO: Carlos Alberto Costa de Almeida e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
DESSANA BETISA VIEIRA SILVA (OAB 9283/AM)
Edinelson Alves de Sousa (OAB 8225/AM)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabella Jacob Nogueira (OAB 8800/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Perceu Valente de Freitas (OAB 7200/AM)
Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB 8074/AM)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marina Lacerda Cunha Lima (OAB 15769/PB)
RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE (OAB 7576/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rogério Moraes de Souza (OAB 7409/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Vandson Soares da Silva (OAB 7508/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0215/2019

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0612643-86.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0658353-66.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0608274-49.2019.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia (Pró-menor Dom Bosco) - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0659714-21.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Rosiane Cardoso Alves - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)

18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0213/2019

ADV: JURACI APARECIDA VALENTE DA SILVA (OAB 156/RO), ADV: MARCUS VINICIUS C. ALBANO DE SOUZA (OAB 002.520/AM), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM) - Processo 0018856-42.2010.8.04.0012 (012.10.018856-0) - Cumprimento de sentença - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - EXEQUENTE: Depex - Distribuidora Comercial e Importadora Ltda. - EXECUTADO: Xerox do Brasil Ltda - Tendo em vista ausência de manifestação da parte Executada acerca da impenhorabilidade da quantia bloqueada ou que houve indisponibilidade excessiva de seus ativos financeiros, nos termos previstos no art. 854, § 3º, do CPC, converto-a em penhora, com fulcro no artigo 854, § 5º, do Código de Processo Civil. Ainda em consonância com o dispositivo legal mencionado, determino, através do sistema BACENJUD, que a Instituição Financeira depositária transfira o montante tornado indisponível para conta vinculada a este Juízo de execução. Intime-se a parte Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, requerer o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: MAURÍCIO ALEXANDRE DE MENESES PEREIRA, ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM) - Processo 0061149-41.2002.8.04.0001 (001.02.061149-9) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Carlos da Silva - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Diante da inércia da parte interessada (fls. 462), intime-se o autor, pessoalmente, para no prazo de 05 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção da ação, nos temos do artigo 485, III, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DENISON DE SOUSA SANTOS (OAB 12123/AM) - Processo 0207634-14.2019.8.04.0001 (processo principal 0615469-56.2017.8.04.0001) - Seqüestro - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: P D Guedes Navegação Me - Vistos. Trata-se de Ação Cautelar Incidental de Atentado, cumulada com bloqueio de bens e valores de ativos financeiros, com pedido liminar, proposta por P D Guedes Navegação Me contra Metalúrgica e Náutica Titan, por meio da qual aduz que em 15.02.2019 foi até a náutica e não encontrou a lancha denominada "Lady Lourdes", sendo informado pelo sr. Adiel Braga que a mesma não estava mais no estabelecimento, sem dar mais esclarecimentos e negando o destino do bem, levando a crer que o sr. Adiel Braga está ocultando-a. Ao final, requer a concessão de liminar para que seja determinado o bloqueio de bens e ativos financeiros em nome de Adiel Braga de Menezes e da Náutica Titan, via Bacenjud e Renajud até o montante de R$110.000,00; a proibição do requerido falar nos autos até a purgação do atentado, qual seja a apresentação do bem no prazo de 24 horas; o pagamento de indenização por perdas e danos no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais); a condenação do requerido no pagamento de custas e honorários. Com a exordial colacionou o documento de fls. 6 e, posteriormente, juntou os documentos de fls.8/9. Às fls. 21, decisão proferida pelo Juízo do Plantão Cível. Após determinação de recolhimento de custas iniciais (fls.23), o requerente juntou pedido de reconsideração do Despacho de fls. 23 (fls. 25/26). Vieram-me os autos conclusos. Fundamento e decido. Ab initio, verifico que o pedido cautelar foi proposto em autos dependentes, sendo que não há motivos para que existam autos dependentes ao principal, a não ser inconsistência do sistema SAJ ou equívoco do causídico no momento da propositura, vez que todos os recursos e demais incidentes devem prosseguir nos mesmos autos. Ademais, assiste razão ao requerente quanto à inexigibilidade de recolhimento de custas para propositura de tutela provisória em caráter incidental, motivo pelo qual chamo à ordem o processo para tornar sem efeito o Despacho de fls.23. Destarte, à Secretaria para que providencie a digitalização das peças dos autos em epígrafe nos autos principais, dê-se baixa nos presentes autos e, após, dê o devido prosseguimento àquele feito, no que for cabível. Ato contínuo, intime-se o requerido para que, no prazo de 5 (cinco) dias, conteste o pedido cautelar e indique as provas que pretende produzir, conforme preconiza o art. 306, do CPC. Cumpra-se.

ADV: MARCELO AUGUSTO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 3632/AM) - Processo 0228987-91.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Empresa Jornal do Comercio Ltda - Vistos. Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial contra a Fazenda Pública proposta pela Empresa Jornal do Comercio Ltda contra o Município de Manicoré/AM, devidamente qualificados nos autos, por meio do qual busca satisfazer seu crédito no valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais), aduzindo que o Ente Público executado efetuou a contratação de 41 (quarenta e uma) publicações de extratos e despachos de homologação, publicados em 28.02.2009 e, no entanto, não realizou o pagamento do serviço na data aprazada de 13.03.2009, sendo que o documento foi protestado em 18.05.2011. Com a exordial foram colacionados os documentos de fls.9/16. Às fls. 17, consta uma comprovante de pagamento das custas iniciais. Às fls. 18, despacho determinando a citação do executado. Às fls. 36, o Oficial de Justiça que certificou que citou o executado através do protocolo. Às fls. 41, certidão de decurso de prazo. Às fls. 42, decisão de declínio de competência em favor da Vara da Comerca de Manicoré. Às fls. 62/67, decisão proferida no Agravo de Instrumento n.4000357-65.2016.8.04.0000 dando provimento para determinar que os autos permanecessem neste Juízo. Às fls. 71, manifestação do exequente requerendo a expedição de requisição de pequeno valor em desfavor do executado. Vieram-me os autos conclusos. Fundamento e decido. Ab initio, da análise dos autos, verifico que consta no sistema SAJ-PG5 que as custas iniciais estão em situação "Em aberto", apesar de constar às fls. 17 um comprovante de pagamento. Ademais, observo que o oficial de justiça não realizou a citação do Ente Público executado na pessoa de seu representante judicial, conforme preconiza o art. 535, do CPC, motivo pelo qual chamo à ordem o processo para reconhecer a nulidade de citação. Deste modo, à Secretaria para certificar acerca do pagamento das custas iniciais. Em sendo confirmada a pendência de pagamento, intime-se o exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda ao recolhimento das custas processuais iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do artigo 290 do Código de Processo Civil, bem como para que requeira o que entender de direito, com vistas à realizar a citação válida do executado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600503-59.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Do compulsar dos autos, verifico que a parte requerida não fora intimada acerca da Sentença de fls. 81/83, visto que a mesma é assistida pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas e não consta nos autos certidão de encaminhamento para o portal eletrônico. Desta feita, torno sem efeito a certidão de fls. 86 que declara o trânsito em julgado da sentença susomencionada. À secretaria para proceder com a devida intimação da defensoria pública e demais atos. Cumpra-se.

ADV: ALCIMAR ALMEIDA SENA (OAB 2788/AM) - Processo 0600960-23.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Carlos Alberto Lamego Guimarães - Ao lume do exposto, nos termos dos artigos 485, inciso I, e artigo 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo sem resolução do mérito. Condeno o requerente em custas e despesas processuais remanescentes, se houver, ficando suspensa a exigibilidade de tais cobranças, em virtude da concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ressalvada a demonstração, dentro do prazo legal, da hipótese preceituada no artigo 98, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil. Transitada em julgado esta decisão, intime-se o Réu para conhecimento, conforme art. 331, § 3º, CPC. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Publique-se. Intime-se. Registre-se. Cumpra-se.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0602386-02.2019.8.04.0001 - Monitória - Empreitada - REQUERENTE: Gesso Forte Indústria e Comércio e Serviços de Gesso Eireli - Epp - REQUERIDO: R. D. Engenharia e Comércio Ltda. - Nada a questionar, homologo, por sentença, o acordo celebrado para que surta seus efeitos jurídicos e legais (artigo 200, parágrafo único, CPC) e, em consequência, julgo extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. As partes ficam dispensadas do pagamento das custas processuais remanescentes, se houver, conforme art. 90, § 3º, CPC. Deixo de condenar qualquer das partes aoshonorários advocatícios, porque a transação faz presumir que também acordaram nesse sentido. Diante da inexistência de interesse recursal, declaro o trânsito em julgado nesta data, ficando dispensada sua certificação. Publique-se. Intimem-se. Arquivem-se. Cumpra-se. M

ADV: JOÃO MACHADO MITOSO (OAB 559/AM), ADV: JAIRO SANDREY ISRAEL SANTANA (OAB 6765/AM) - Processo 0604265-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Ismael Marques de Oliveira e outro - REQUERIDO: Capemisa Seguro de Vida e Previdência S/A e outros - Vistos. Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro por Morte proposta por Ismael Marques de Oliveira e Raquel Marques de Oliveira contra Capemisa Seguro de Vida e Previdência S/A, Sandra Maria de Oliveira da Silva, Carlos Fábio Marques de Oliveira, Marcia Marques de Oliveira, Ricardo Marques de Oliveira, Sebastião Marques de Oliveira, Raimundo Nonato Marques de Oliveira e Ducicléia Marques de Oliveira, todos devidamente qualificados nos autos, aduzindo que sua genitora, Maria Marques de Oliveira, faleceu em 22.12.2016, sendo que esta havia firmado contrato de seguro de vida com a empresa requerida Capemisa, cuja indenização estava fixada no valor de R$11.249,26 (onze mil, duzentos e quarenta e nove reais e vinte e seis centavos). Asseveram que desde janeiro/2017 a requerida vem obstaculizando o recebimento da indenização do seguro, apesar da genitora estar em dias com o pagamento do seguro até o momento de sua morte. Ao final, requerem a condenação da requerida no pagamento de R$11.249,26 (onze mil, duzentos e quarenta e nove reais e vinte e seis centavos), à título de indenização do seguro de vida e R$11.249,26, à título de compensação por danos morais. Com a exordial foram colacionados os documentos de fls.18/46. Às fls. 49/51, emenda da inicial com juntada de novos documentos de fls.52/56. Às fls. 58/59, despacho concedendo os benefícios da gratuidade de justiça, deferindo a inversão do ônus da prova, determinando a remessa dos autos ao Cejusc. Devidamente citada, a empresa Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A ofereceu contestação (fls.75/89), na qual arguiu a inépcia da inicial. No mérito, argumentou que a genitora dos requerentes estava vinculada por meio do contrato n. 18000634063, Plano Mais Vida, em vigência desde agosto/2001, sendo que a mesmao indicou como beneficiária Terezinha Silva Marques e, posteriormente, solicitou a alteração de beneficiários. Assevera que em 03.01.2017 encaminhou carta com relação de documentos pendentes aos beneficiários e que nos dias 08.02.2017 e 10.03.2017, realizou o pagamento aos beneficiários observando a quota parte de cada um. Ao final, requereu o acolhimento da preliminar ou o julgamento de improcedência dos pedidos. Com a contestação foram colacionados os documentos de fls.90/129. Às fls.130/133, termo de audiência de conciliação, sem a celebração de acordo e, em cuja oportunidade, a patrona dos requerentes pugnou pela migração dos requeridos, exceto a empresa seguradora, do polo passivo para o polo ativo da demanda. A seu turno, a empresa requerida manifestou discordância do pedido dos requerentes. Às fls. 145/153, manifestação dos requerentes no qual ratificam o pedido de migração dos requeridos Sandra Maria de Oliveira da Silva, Carlos Fábio Marques de Oliveira, Marcia Marques de Oliveira, Ricardo Marques de Oliveira, Sebastião Marques de Oliveira, Raimundo Nonato Marques de Oliveira e Ducicléia Marques de Oliveira para o polo ativo da demanda. Ademais, apresentaram réplica à contestação, no qual confirmam que os herdeiros receberam as quantias indicadas na contestação. Ao final, requerem a condenação da requerida Capemisa ao pagamento integral do percentual devido à Sebastião Marques de Oliveira e Raimundo Nonato de Oliveira e o remanescente aos demais herdeiros; bem como a condenação da empresa no pagamento de danos morais no valor de R$11.249,26. Às fls. 157, manifestação dos requerentes pugnando pelo prosseguimento do feito. Vieram-me os autos conclusos. Fundamento e decido. Primeiramente destaco que o aditamento à inicial de fls.145/153 não será considerado, vez que a empresa Requerida Capemisa já havia sido citada e apresentou contestação (fls. 75/89) e em sua manifestação em audiência de conciliação não consentiu com o aditamento (fls.130/133). Assim, estabilizada a relação processual, não é mais possível a emenda à petição inicial, ante o não consentimento expresso do réu, devendo o feito prosseguir nos moldes do pedido inicial com fulcro no princípio da estabilização subjetiva da lide e no art. 329,II, CPC. Não obstante, o pedido de aditamento deixa evidente que os requerentes Ismael Marques de Oliveira e Raquel Marques de Oliveira não desejam que a lide prossiga em face dos demais requeridos, restando caracterizada a desistência em relação à Sandra Maria de Oliveira da Silva, Carlos Fábio Marques de Oliveira, Marcia Marques de Oliveira, Ricardo Marques de Oliveira, Sebastião Marques de Oliveira, Raimundo Nonato Marques de Oliveira e Ducicléia Marques de Oliveira. Destarte, intimem-se os requerentes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeiram o que entenderem de direito, com vistas ao prosseguimento regular do feito, podendo, inclusive, requerer a desistência da ação em face dos demais requeridos ou promover a citação dos mesmos. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0605761-84.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0606009-45.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omni S/A Crédito Financiamento e Investimento - Diante do exposto, com fulcro no art. 485, IV, c/c art. 290, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto, o presente feito, sem resolução do mérito, pela ausência do pagamento das custas iniciais, motivo pelo qual determino ocancelamentodadistribuiçãoda presente ação. Oportunamente feitas às devidas anotações, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os presentes autos. P.R.I.C.

ADV: EVANDRO CAMURÇA DA SILVA (OAB 12065/AM), ADV: HORST VILMAR FUCHS (OAB 12529/ES) - Processo 0607510-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Raimundo Nonato da Silva - REQUERIDO: Ympactus Comercial Ltda (Telexfree Inc) - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: MOISÉS SILVA DOS SANTOS (OAB 7940/AM) - Processo 0607992-50.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Benaion Indústria de Papel e Celulose S/A - Vistos. Intimem-se as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, indicando, com objetividade, os fatos que pretendem produzir, bem como sua necessidade. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para Decisão. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: PATRESE ANUNCIAÇÃO PRADO (OAB 9571/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: VANESSA SILVA LEITE (OAB 14581/AM), ADV: HAMILTON ALMEIDA SILVA (OAB 12552/AM), ADV: MILTON CARLOS SILVA E SILVA (OAB 6060/AM), ADV: AUDREY LOUISE DA MATTA COSTA (OAB 6749/AM) - Processo 0608163-70.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Maristela Martins e outro - REQUERIDO: Agra Bergen Incorporadora e Aliança Incorporadora - Aliança Incorporadora Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611993-39.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Defiro petitório de fls. 280, com intuito único e puro de localizar o atual endereço do Requerido. Intime-se a parte Requerente a acostar aos autos documentos probatórios inerentes ao adimplemento das custas cobradas pela consulta ao sistema judiciai, ora pleiteado, consoante Portaria 116/2017 - PTJ, dentro do prazo de 05 (cinco) dias. Com o devido recolhimento de custas, providências junto ao INFOJUD. Após, intime-se a parte Requerente a manifestar-se, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, acerca do resultado obtido pela consulta aos sistemas judiciais mencionados, para fins de concretização dos atos citatórios, sob pena de extinção da ação sem resolução do mérito, com fulcro no inciso IV do art. 485 do NCPC. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: DAVID SILVA DAVID (OAB 5494/AM), ADV: JOCIL DA SILVA MORAES (OAB 1298/AM) - Processo 0613680-27.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: AMARILDO CARLOS DE SOUZA - Vistos. Intime-se o Requerido, pessoalmente na forma do art. 513, §2°, II, CPC, para efetuar o pagamento do débito ou indique bens penhoráveis suficientes para o cumprimento da obrigação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de que lhe sejam penhorados tantos bens quanto bens quanto bastem a fim de que seja satisfeita a execução, bem como acrescida a multa e honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento), conforme art. 523, § 1º c/c 513, § 2º, II, do CPC. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0613792-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jose Jorge Soares Calheiros - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ADRIANA VIEIRA FERREIRA (OAB 11924/AM) - Processo 0618462-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Maria Batista da Silva - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer cumulada com Indenização por Perdas e Danos, proposta por Maria Batista da Silva, por meio de seu patrono(a), em face de Ana Claúdia Machado e Silva, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Às fls. 55, a Autora pugna pela citação via Oficial de Justiça. DEFIRO o petitório retro, para que se proceda a citação da Ré por meio de Oficial de Justiça. Atente-se a Secretaria que a Requerente é beneficiária da gratuidade da Justiça. Cumpra-se.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: JULIANA FALCI MENDES (OAB 223768/SP) - Processo 0620810-29.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Vistos. À secretaria para proceder com a retirada da tarja de segredo de justiça dos presentes autos. Às fls. 83, verifico comprovante de remoção de restrição junto ao Sistema Renajud. Desta feita, considerando o Trânsito em Julgado da Sentença de fls. 64/66, devidamente certificada às fls. 70, o desbloqueio do veículo objeto da lide e exaurida a prestação jurisdicional, determino o arquivamento dos presentes autos, com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA NAZIMA (OAB 169451/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM) - Processo 0621943-43.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Roberta Silva Moretti - REQUERIDO: Revenda Representações e Vendas Comerciais Ltda - Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda - Vistos. Verifica-se dos autos a desnecessidade de produção de novas provas, uma vez que o processo está devidamente instruído. Desta feita, anuncio o julgamento antecipado do mérito, com fulcro no art. 355, I, CPC. Após a fluência in albis do prazo recursal, voltem-me os autos conclusos para Sentença. Cumpra-se.

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM) - Processo 0625751-61.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Náutica Marina Tauá Ltda e outro - REQUERIDO: UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S/A - Vistos. Trata-se de Impugnação ao Valor dos Honorários Periciais, da parte Requerente, juntada às folhas 481/485, onde requer seja determinada a intimação do Perito nomeado para que apresente curiculum vitae, comprovando sua especialização e, ainda, sejam fixados os honorários periciais em valor não superior a 3 (três) salários mínimos. Vieram-me conclusos. Decido. Da análise dos autos, verifico constar às folhas 432/433, e-mail do Perito nomeado Jorge Luís de Araújo Bastos, onde apresenta proposta orçamentária para o serviço de perícia a ser realizada, no valor de R$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS). Instada a manifestar-se acerca do Ato Ordinatório praticado às folhas 476, a parte que requereu a perícia (Autora) apresentou Impugnação. Desta feita, determino a intimação do Perito para manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias, acerca das informações ali constantes.

ADV: HELENA MARIE DA CUNHA FISH (OAB 4332/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: KARINA BROZE NAIMEG GROSSI (OAB 9245/AM), ADV: ANA CRISTINA MARINHO BESSA (OAB 11702/AM) - Processo 0627099-46.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - EXEQUENTE: Raimunda Gisela de Souza Martins - EXECUTADO: INSS - Instituto Nacional de Seguro Social - Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Vistos. Tendo em vista que até o momento não houve manifestação da Executada sobre a Decisão de fls. 324, intime-se o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, por meio de sua procuradoria e do Gerente Executivo do INSS no Amazonas, no prazo de 05 (cinco) dias para cumprimento, sob pena de multa. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0627229-31.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Vistos. O requerente foi intimado para se manifestar acerca do mandado frustrado de fls. 31, conforme ato ordinatório de fls. 32. Às fls. 36, petitório solicitando a inclusão de restrição do bem objeto da lide via Sistema Judicial RENAJUD. Diante disso, em observância ao disposto no art. 317 do CPC, determino a intimação da aludida parte, por seus patronos habilitados nos autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar o endereço do requerido para fins de citação, suprindo a falta das diligências necessárias ao seu devido deslinde, sob pena de extinção da ação sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV do NCPC. Defiro petitório de fls. 36, com intuito de inserir o veículo em questão em restrição,

visando bloquear apenas a sua circulação. Intime-se a parte requerente a acostar aos autos documentos probatórios inerentes ao adimplemento das custas cobradas pelo sistema judicial, ora pleiteado, consoante Portaria 116/2017 - PTJ. Recolhidas as custas, providências junto ao RENAJUD. Após, intime-se a parte interessada a manifestar-se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, acerca do resultado obtido pelo sistema judicial mencionado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR AUGUSTO DE PINHO PEREIRA (OAB 17712/BA), ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM) - Processo 0629233-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Transglobal Serviços Ltda - REQUERIDO: Petróleo Brasileiro S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: RODRIGO BALLESTEROS (OAB 158895/SP), ADV: RODRIGO BALLESTEROS (OAB 12141/AM), ADV: JOSÉ CARLOS VALIM (OAB 2095/AM) - Processo 0629658-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Sindicato dos Trabalhadores Na Indústria de Material Plástico de Manaus - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CAUÊ TAUAN DE SOUZA YAEGASHI (OAB 357590/SP) - Processo 0630313-74.2018.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Confecções de Roupas Trendy Ltda. - Me - Vistos. Intime-se, a parte exequente, para juntar aos autos comprovante das despesas postais, conforme Provimento 273/2016-CGJ, levando-se em consideração a quantidade de destinatários. Comprovado o recolhimento das custas postais, intime-se executado, por carta com aviso de recebimento (AR) para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a quantia total indicada na memória discriminada e atualizada dos cálculos apresentada pelo credor às fls. 34, qual seja, R$ 11.698,09 (onze mil, seiscentos e noventa e oito reais e nove centavos). Transcorrido o prazo acima aludido, incidirá sobre o total da dívida multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento), conforme o art. 523, § 1º, do CPC. No caso de não ocorrer o pagamento voluntário no prazo assinalado, proceda-se a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar memória de cálculo com o cômputo da multa e dos honorários acima aludidos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0632201-83.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - RECLAMANTE: Lindemberg Claudemiro da Silva de Souza - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (TAUARA ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS) e outro - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0634994-53.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Vistos. Compulsando os autos, verifico a inércia da parte Requerente quanto ao cumprimento do ato diligenciado em ato ordinatório de fls. 71, apesar de devidamente intimada, por intermédio de seu(ua) Patrono(a), conforme certificado em certidão de fls. 74. Ante o exposto, intime-se a parte Requerente pessoalmente, por carta com aviso de recebimento (AR), bem como seu(ua) Patrono(a) por publicação, para que se manifestem acerca do interesse no prosseguimento do feito, suprindo a falta das diligências necessárias ao seu devido deslinde, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção da ação sem resolução de mérito, nos termos do §1º do art. 485 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0637029-83.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos. 1. Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor encontra-se evidenciada nos autos. Nesse sentir, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, e alterações da Lei nº 10.931/2004, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, o representante legal do requerente ou quem este indicar. 2. Assim sendo, após o pagamento dos emolumentos devidos ao Oficial de Justiça, bem como das despesas de processamento eletrônico referente à utilização do sistema judicial Renajud, nos termos da Portaria nº 116/2017, disponibilizada no Diário da Justiça no dia 23/01/2017: a) expeça-se o competente Mandado. Autorizo o Sr. Oficial de Justiça a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. b) providências junto ao Renajud, para fins de inclusão de restrição de circulação, se requerido. 3. Em caso da parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, se requerido, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. 4. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese da parte Requerente não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado a parte Requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. 5. Se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do Devedor, intime-se Requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. 6. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Requerida para que no prazo de 5 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a parte Requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei nº 911/69. À Secretaria para às devidas providências. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: KÊNIA CRISTINA WANDERLEY DORVAL (OAB 135899RJ) - Processo 0637101-46.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: MARIA JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - REQUERIDO: AMBEV S/A - Fundamento e decido. À luz do princípio tempus regit actum, a regra geral é a da aplicabilidade imediata da nova lei até porque a atividade de saneamento é permanente no processo - a não ser que tal providência já esteja superada no processo. Nada impede, assim, que seja proferida nova decisão de saneamento à luz do CPC/2015 mesmo em processos que já haviam sido saneados sob o CPC/1973, desde que tal medida se afigure justificável sob a perspectiva da duração razoável do processo e da economia processual. In casu, considerando que o art. 277, § 4º, do CPC/1973 (ainda em vigor, conforme preconiza o art. 1.046, § 3º, do CPC) possibilita a conversão do feito em ordinário, que viabiliza às partes ampla possibilidade da produção de provas, com a abertura do espectro probatório, converto o procedimento do presente feito sumario para ordinário. Anote-se junto ao sistema SAJ. Prosseguindo a análise dos autos, percebo que a audiência de instrução faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar decisão posterior, uma vez que as provas têm como destinatário o Magistrado. Assim, pauto a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 19 de maio de 2020, às 9h30, momento

em que serão tomados os depoimentos das partes, sob pena de confesso, e inquiridas as testemunhas, se arroladas pelas partes, independentemente de intimação. Ainda, defiro o prazo de 10 dias para que as partes requererem antecipadamente as provas que eventualmente pretendam produzir na audiência de instrução e julgamento, justificando sua pertinência. À Secretaria para todas as diligências necessárias para initmação pessoal das partes, bem como de seus patronos, por publicação. Por fim, quanto ao pedido de tutela de urgência, observo que o documento acostado às fls. 256 está ilegível, sendo que tal defeito dificulta o julgamento do pedido, motivo pelo qual determino a intimação do requerente para que junte aos autos documento legível para análise do pedido de tutela de urgência de fls.254/255. Cumpra-se.

ADV: BÁRBARA TRINDADE LOPES (OAB 9178/AM) - Processo 0640505-03.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alvaro Tiburcio Steinheuser - Vistos. Intimem-se as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, indicando, com objetividade os fatos que desejam demonstrar, bem como a sua necessidade. Em não havendo manifestação, retornem-me os autos conclusos para Decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0642420-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Portal Indústria de Embalagens Plásticas Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 31/10/2019 às 10:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM) - Processo 0643762-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Francisco Souza de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos Da análise dos autos percebo que a audiência de instrução faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar decisão posterior, uma vez que as provas têm como destinatário o Magistrado. Assim, pauto a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 14/05/2019 às 9h30, momento em que serão tomados os depoimentos das partes, sob pena de confesso, e inquiridas as testemunhas, se arroladas pelas partes, independentemente de intimação. Ainda, defiro o prazo de 10 dias para que as partes requererem antecipadamente as provas que eventualmente pretendam produzir na audiência de instrução e julgamento, justificando sua pertinência. À secretaria para todas as diligências necessárias para intimação pessoal das partes, bem como de seus patronos, por publicação. Intimem-se.Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0645097-22.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Verifico que a petição inicial não preenche o requisito do art. 320 do Código de Processo Civil, vez que é perfeitamente possível instruir a ação monitória ajuizada por concessionária de energia com cópias de faturas para cobrança por serviços prestados, porém a autora deixou de apresentar tais documentos, limitando-se a apresentar apenas uma fatura com o valor total do débito, conforme folhas 33/34. Desta feita, determino, nos termos do art. 321 do CPC, a intimação da parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar ou completar a inicial, sob pena de indeferimento da petição inicial, com fulcro no art. 330, IV c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil. Cumpridos os atos de emenda, retornem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0645857-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Berfaland Holding Ltda - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0646408-48.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos. 1. Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor encontra-se evidenciada nos autos. Nesse sentir, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, e alterações da Lei nº 10.931/2004, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, o representante legal do requerente ou quem este indicar. 2. Assim sendo, após o pagamento dos emolumentos devidos ao Oficial de Justiça, bem como das despesas de processamento eletrônico referente à utilização do sistema judicial Renajud, nos termos da Portaria nº 116/2017, disponibilizada no Diário da Justiça no dia 23/01/2017: a) expeça-se o competente Mandado. Autorizo o Sr. Oficial de Justiça a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. b) providências junto ao Renajud, para fins de inclusão de restrição de circulação, se requerido. 3. Em caso da parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, se requerido, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. 4. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese da parte Requerente não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado a parte Requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. 5. Se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do Devedor, intime-se Requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. 6. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Requerida para que no prazo de 5 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a parte Requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei nº 911/69. À Secretaria para às devidas providências. Cite-se Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: DANIELLE CRISTHINA DEDA FERREIRA (OAB 46165/PR), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0646655-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Edvan Nunes dos Santos - REQUERIDO: Viação São Pedro Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0646671-80.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos. Identifico

que a petição inicial não se encontra acompanhada do respectivo comprovante de pagamento das custas e despesas, motivo pelo qual, nos termos do art. 290 do CPC, determino a intimação da parte Requerente, na pessoa de seu(sua) advogado(a), para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o adequado preparo do feito, sob pena de cancelamento da distribuição. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0646889-11.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Vistos. 1. Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor encontra-se evidenciada nos autos. Nesse sentir, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, e alterações da Lei nº 10.931/2004, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, o representante legal do requerente ou quem este indicar. 2. Assim sendo, após o pagamento dos emolumentos devidos ao Oficial de Justiça, bem como das despesas de processamento eletrônico referente à utilização do sistema judicial Renajud, nos termos da Portaria nº 116/2017, disponibilizada no Diário da Justiça no dia 23/01/2017: a) expeça-se o competente Mandado. Autorizo o Sr. Oficial de Justiça a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. b) providências junto ao Renajud, para fins de inclusão de restrição de circulação, se requerido. 3. Em caso da parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, se requerido, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. 4. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese da parte Requerente não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado a parte Requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. 5. Se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do Devedor, intime-se Requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. 6. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Requerida para que no prazo de 5 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a parte Requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei nº 911/69. À Secretaria para às devidas providências. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647202-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Alzilene de Oliveira Gomes - Vistos. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, conforme informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Conforme artigo 1º da Portaria nº 2.183/2016-PTJ - que disciplina sobre os procedimentos iniciais nos processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro DPVAT, bem como prevê a realização de mutirões processuais pertinentes a tais demandas -, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para emissão de todos os expedientes necessários à realização de perícia. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647267-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Idalina Oliveira dos Passos - Vistos. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, conforme informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Conforme artigo 1º da Portaria nº 2.183/2016-PTJ - que disciplina sobre os procedimentos iniciais nos processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro DPVAT, bem como prevê a realização de mutirões processuais pertinentes a tais demandas -, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para emissão de todos os expedientes necessários à realização de perícia. Intime(m)-se e Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647322-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Julita Alexandre da Silva Dolzane - Vistos. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, conforme informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Conforme artigo 1º da Portaria nº 2.183/2016-PTJ - que disciplina sobre os procedimentos iniciais nos processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro DPVAT, bem como prevê a realização de mutirões processuais pertinentes a tais demandas -, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para emissão de todos os expedientes necessários à realização de perícia. Intime(m)-se e Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0647634-88.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Rci Brasil S.a, - Verifico que a petição inicial não preenche o requisito do art. 320, CPC, pois não vislumbro nos autos a constituição em mora do devedor mediante Notificação Extrajudicial, conforme art. 3º do Decreto Lei n° 911/1969. Desta feita, determino, nos termos do art. 321 do CPC, a intimação da parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar ou completar a inicial, sob pena de indeferimento da vestibular, com fulcro no art. 330, IV c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil. Cumpridos os atos de emenda, retornem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: DAVID D'ANGERES JORGE (OAB 3718/AM), ADV: LUCIANA WAQUIM CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 16166/PE) - Processo 0652219-23.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: F.g. Indústria e Comércio de Refeições Ltda - REQUERIDO: Lanaplast Industria da Amazonia Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca de petição de fls. 56/57 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0655653-20.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Ao lume de

todo o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito deste feito e JULGO PROCEDENTE o pedido constante na exordial da presente ação de busca e apreensão em alienação fiduciária para confirmar a liminar deferida às fls. 37/38, consolidando a propriedade e posse plena e exclusiva ao Requerente do veículo marca FIAT, modelo STRADA ADV. 1.8 16V L, ano/modelo 2014, cor VERMELHA, placa OAM5352, renavam 000996459120 e chassi 9BD578377E7769563, na forma do §1º do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911/69. Autorizo a parte Requerente a alienar o bem a terceiro na forma do art. 2º, caput, do Decreto-Lei 911/69, com a ressalva de entregar ao Requerido o saldo apurado, se houver. Se requerido, oficie-se ao Detran/AM comunicando estar o Requerente autorizado a proceder à transferência a terceiros que indicar. Pela sucumbência, condeno a parte Requerida no pagamento das custas, despesas processuais e em honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, em apreciação equitativa, nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, buscando-se aqui bem remunerar o serviço jurídico prestado pelos procuradores da parte Requerente. Opostos embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o apelado para responder no prazo legal. proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Oportunamente feitas às devidas anotações e, certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os ambos os autos. P.R.I.C.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS GOMES ROCHA DE FREITAS (OAB 10030/AM), ADV: ADRIANA MARIA GIANNICO DE ARAÚJO VIANA PINHEIRO (OAB 9741/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0658954-72.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Roberto Albuquerque Pinheiro - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM) - Processo 0719309-58.2012.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: WALTER EDUARDO DA COSTA VAL JUNIOR - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Vistos. Intimem-se as partes, a fim de que se manifestem quanto ao interesse de produzir novas provas, especificando, com objetividade, os fatos que pretendem produzir, bem como sua necessidade, de forma fundamentada, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 370, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para Decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

Adriana Maria Giannico de Araújo Viana Pinheiro (OAB 9741/AM)
Adriana Vieira Ferreira (OAB 11924/AM)
Alcimar Almeida Sena (OAB 2788/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Cristina Marinho Bessa (OAB 11702/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Audrey Louise da Matta Costa (OAB 6749/AM)
Bárbara Trindade Lopes (OAB 9178/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Gomes Rocha de Freitas (OAB 10030/AM)
Cauê Tauan de Souza Yaegashi (OAB 357590/SP)
César Augusto de Pinho Pereira (OAB 17712/BA)
Danielle Cristhina Deda Ferreira (OAB 46165/PR)
David D'Angeres Jorge (OAB 3718/AM)
David Silva David (OAB 5494/AM)
Denison de Sousa Santos (OAB 12123/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Evandro Camurça da Silva (OAB 12065/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hamilton Almeida Silva (OAB 12552/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Helena Marie da Cunha Fish (OAB 4332/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Horst Vilmar Fuchs (OAB 12529/ES)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jairo Sandrey Israel Santana (OAB 6765/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Machado Mitoso (OAB 559/AM)
Jocil da Silva Moraes (OAB 1298/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Valim (OAB 2095/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juliana Falci Mendes (OAB 223768/SP)
Juraci Aparecida Valente da Silva (OAB 156/RO)
Karina Broze Naimeg Grossi (OAB 9245/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Kênia Cristina Wanderley Dorval (OAB 135899RJ)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Luciana Nazima (OAB 169451/SP)
Luciana Waquim Campos de Oliveira (OAB 16166/PE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Marcelo Augusto Andrade de Oliveira (OAB 3632/AM)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcus Vinicius C. Albano de Souza (OAB 002.520/AM)
Maurício Alexandre de Meneses Pereira
Milton Carlos Silva e Silva (OAB 6060/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Moisés Silva dos Santos (OAB 7940/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Patrese Anunciação Prado (OAB 9571/AM)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
RODRIGO BALLESTEROS (OAB 12141/AM)
Rodrigo Ballesteros (OAB 158895/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rozana Ribeiro Praia (OAB 10234/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Vanessa Silva Leite (OAB 14581/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0214/2019

ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM), ADV: LUCIANA WAQUIM CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 16166/PE), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: DAVID D'ANGERES JORGE (OAB 3718/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0605258-58.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Danna Wende Monteiro Arruda - REQUERIDO: José Francisco Campos de Oliveira - LITSPASSIV: Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0612490-92.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: Sergio Correa Brito - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por Banco Cruzeiro do Sul S/A contra Sergio Correa Brito para REJEITAR os Embargos à Monitória e CONDENAR a Requerida ao pagamento das parcelas relativas ao Contrato de Crédito Pessoal Parcelado através de consignação nº 15572299401725304745581 69, relativamente as parcelas vencidas em 05/2012 até a presente data, com correção monetária desde os seus inadimplementos e com juros de mora a partir da citação. Quanto às parcelas vincendas, deixo de determinar ao órgão empregador a reativação do crédito consignado, ante a inexistência de pedido neste tocante. Em relação ao ônus da sucumbência, considerando que o Autor decaiu em parte mínima do pedido, a teor do art. 86, do CPC, CONDENO a Embargante ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, este arbitrado em 10% (dez por cento) sobre o valor do proveito econômico, cuja exigibilidade ficará suspensa ante o disposto no art. 98, §3º, do CPC, face o deferimento da justiça gratuita. P.R.I.C.

ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0614311-34.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: GIBRALTAR HOLANDA DA SILVA - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0621659-06.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Auxílio-Doença Acidentário - TERCEIRO I: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: FERNANDO KOIN KROUNSE DENTES (OAB 274307/SP), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 317407/SP) - Processo 0717990-55.2012.8.04.0001 - Protesto - Liminar - REQUERENTE: Arosuco Aromas e Sucos LTDA - REQUERIDO: Hsbc Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo - Banco Industrial do Brasil S.A. - BIB e outro - Assim, pelas judiciosas razões acima expendidas, nos termos dos art. 796 e 806 do CPC/73, tendo em vista o caráter subsidiário e dependente ínsito às cautelares, com fulcro no art. 487, II do CPC, EXTINGO O PRESENTE PROCESSO CAUTELAR, eis que OPERADA A DECADÊNCIA em relação ao direito de cautela, porque não proposta a demanda principal no trintídio legal e, por conseguinte, de par com o que prescreve o art. 808, I do CPC/73, REVOGO SEUS EFEITOS. CONDENO a Requerente ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, que arbitro em R$ 1.000,00 (um mil reais), para o patrono dos réus Hsbc Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo e Banco Industrial Do Brasil S.A - Bib, nos termos do art. 85, §8º do CPC. P.R.I.C.

Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
David D'Angeres Jorge (OAB 3718/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 317407/SP)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Koin Krounse Dentes (OAB 274307/SP)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
Luciana Waquim Campos de Oliveira (OAB 16166/PE)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0265/2019

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM) - Processo 0203002-86.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GEYSILA FERNANDA MENDES DE MELO (OAB 6594/AM), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM) - Processo 0223644-17.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo Elói de Souza Neto - REQUERIDA: Maria do Socorro Pessoa - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o CEP que deverá constar na carta destinada à RAIMUNDA NONATO PESSOA e o endereço de EULINDA MACHADO DO AMARAL, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado/carta para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: ELÓI CONTINI (OAB 51764/BA) - Processo 0267082-93.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Triângulo S/A - Em face do pedido de fls. 210/212 e documentos acostados, defiro a sucessão processual requerida, ex vi do art. 778, §1º, III, do CPC. A despeito do exequente invocar outro instituto, a sucessão se dá quando a titularidade do direito material afirmado em juízo é da parte substituta, como no caso dos autos. Já a substituição processual, de modo diverso, ocorre quando

um terceiro, autorizado por lei, age em nome próprio na defesa de direito e/ou interesse alheio. Diante do exposto, INTIME-SE o exequente para requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias. À Secretaria para providências. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA (OAB 6834/AM), ADV: ROGÉRIO MORAES DE SOUZA (OAB 7409/AM) - Processo 0330099-45.2007.8.04.0001 (001.07.330099-4) - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Filomena Terto Barros e outro - REQUERIDO: Roberto Silveira Lima e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 513, §2º, II, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s).

ADV: SUZANA COMELATO GUZMAN (OAB 155367SP) - Processo 0604579-58.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Textil Irineu Meneghel Ltda. - Defiro petitório de fls. 64, razão pela qual, determino o bloqueio no RENAJUD dos veículos em nome do executado para pagamento da dívida. Exequente: Textil Irineu Meneghel Ltda.. Executado: Casa do Plástico Ltda - Me. CPF/CNPJ do executado: 11.231.452/0001-09. Valor: R$ 2.290,19 Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se o exequente para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Após a consulta, intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, e requerer o que entender de direito. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0605220-75.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Inacimar Pimentel da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: MARCELLA HELENA VASCONCELLOS COSTA (OAB 9524/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0609575-07.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Manuel Monteiro Cortez Filho - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 270/281, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0611202-12.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0614395-98.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro petitório de fls. 93, razão pela qual, determino a consulta ao sistema INFOJUD, incluindo as 3 (três) últimas declarações de Imposto de Renda, assim como as Declarações sobre Operaçes Imobiliárias (DOI) e de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR), com o objetivo de verificar se existem bens passíveis de constrição judicial. Autor: Banco Bradesco S/A. Executado (s) : V S Ramos e VALDERLI SANTOS RAMOS. CPF/CNPJ dos executados: 84.518.612/0001-60 e 127.064.423-87. No entanto, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se o exequente para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Após, intime-se o exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar sobre resultado de diligência. Cumpra-se

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0618887-07.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta: 1) Acolho parcialmente os embargos monitórios e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido feito pela parte autora, reconhecendo-a credora face à ré do saldo devedor relativo às faturas de energia elétrica vencidas e não pagas no período discriminado na inicial, excluindo-se do mesmo as cobranças referentes ao ínterim de 06/2011 a 04/2014, razão pela qual, com fulcro no art. 701, § 2° do CPC, declaro constituída, de pleno direito, a prova escrita da existência da dívida como título executivo judicial; 2) Julgo PROCEDENTE o pedido da denunciação da lide em desfavor de Rosimar Pacheco de Souza, para o fim de condenar a litisdenunciada a ressarcir à denunciante os valores da condenação da demanda principal, nos termos do art. 125, II, do CPC, a serem corrigidos monetariamente e com o acréscimo de juros legais a contar do efetivo desembolso. Não tendo a denunciada resistido à denunciação, CONDENO a denunciante, pelo princípio da causalidade, ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que arbitro em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §2º, do CPC. Consigne-se que o crédito originado da monitória deverá ser monetariamente corrigido desde a data do efetivo prejuízo (Súmula 43 do STJ), o que corresponde no caso à data de vencimento de cada obrigação, com juros de mora de 1% ao mês incidentes sobre o mesmo período (art. 397, do CC). No tocante à demanda principal, tendo a autora sucumbido em parte mínima do pedido (art. 86, p.u., do CPC), condeno a requerida ao pagamento das custas processuais, além de honorários advocatícios em favor do patrono da parte autora, que fixo em 20 % (vinte por cento) do valor da condenação. Todavia, sendo a requerida-denunciante beneficiária da gratuidade de justiça, suspendo-lhe a exigibilidade do pagamento das verbas sucumbenciais relativas à demanda principal e à denunciação, nos termos do art. 98, §3º, do CPC. Transitada esta em julgado e, independentemente de nova intimação, deverá a parte autora apresentar pedido de cumprimento de sentença (artigos 523 e ss. do CPC), acompanhado de memória de cálculo devidamente atualizada. P.R.I.C.

ADV: IURI ALBUQUERQUE GONÇALVES (OAB 13487/AM) - Processo 0620481-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ibk Comércio e Serviços Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0628136-40.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (citação por hora certa), bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 26506/GO) - Processo 0636436-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Rosangela Socorro Pereira da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente por seu patrono, para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, informando ainda se compareceu a perícia designada à fl. 44,no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0640306-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Francisca Araújo da Cunha - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0644990-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Deny Lourenço Gaspar dos Santos - Como cediço nas Cortes Superiores, o benefício da gratuidade da Justiça não pode ser concedido por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, quando os elementos dos autos não trilham a mesma direção. Com efeito, para fins de concessão da assistência judiciária gratuita, carreio fileiras à corrente que entende não basta mais o singelo pedido, instruído com apenas declaração de pobreza. Não se discutia que a Lei 1060/50 em seu art. 4º (revogado pelo CPC/2015) previa a possibilidade de concessão da assistência judiciária pela só declaração do autor na inicial de sua necessidade. Aliás tal regra, apesar de mitigada, também está inserida no art. 99 §3º do CPC/2015, em relação a pessoas naturais. Entretanto a Constituição Federal não exclui a possibilidade de apreciação pelo juiz, das circunstâncias em que o pedido ocorre, já que exige a comprovação da insuficiência de recursos para a concessão da assistência judiciária àqueles que a alegam. No que diz respeito à determinação para comprovação da insuficiência de recursos, até porque fundamentada em preceito constitucional, há tempos vem decidindo os tribunais pátrios que "não é ilegal condicionar o juiz a concessão da gratuidade à comprovação da miserabilidade jurídica, se a atividade ou cargo exercidos pelo interessado fazem, em princípio, presumir não se tratar de pessoa pobre (STJ RT 686/185). No mesmo sentido: STJ REsp. n. 151.943/GO; TJSP AI n. 172.390-4/4-SP e extinto 2º TACSP AI n. 822.173-00/1. Tal entendimento jurisprudencial porque pacífico foi inserido na Lei 13.105/2015 (CPC/2015) no parágrafo 2º do art. 99. No mesmo sentido, a propósito: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO - NÃO BASTA A MERA DECLARAÇÃO DE POBREZA - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - AUSENTES PROVAS DAS ALEGAÇÕES - REGIMENTAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Ausentes nos autos provas que corroborem a alegada hipossuficiência, impõe-se o indeferimento da assistência judiciária. Nega-se provimento ao recurso se as razões do regimental não alteraram o entendimento anterior e, mormente, quando não demonstrado qualquer erro ou injustiça na decisão recorrida. (TJ-MS - AGR: 14139280420158120000 MS 1413928-04.2015.8.12.0000, Relator: Des. Marcos José de Brito Rodrigues, Data de Julgamento: 26/01/2016, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27/01/2016) Diante do exposto e de conformidade com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição da República, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, sob pena de indeferimento da gratuidade, devendo adotar as seguintes providências, juntando aos autos: Comprovante de rendimentos; Declaração de imposto de renda do último ano; Intime-se.

ADV: LEONARDO ALVES CANUTO (OAB 355791/SP) - Processo 0661272-28.2018.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Cooperforte - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Púb. Federais Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: CAROLINA CAMPELO SOUZA SANTOS (OAB 4082/AM), ADV: BRUNO RODRIGO VALE PALHETA (OAB 7932/AM), ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0718441-80.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Híbrida Indústria de Materiais Termoplásticos Ltda. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Dando cumprimento à decisão de instância superior (fls. 445/451 e 454), determino a conclusão dos presentes autos para sentença, já que suficientemente instruídos. Intimem-se. Cumpra-se.

Antônio José Batista Nogueira (OAB 6834/AM)
Bruno Rodrigo Vale Palheta (OAB 7932/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carolina Campelo Souza Santos (OAB 4082/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Elói Contini (OAB 51764/BA)
Everton Bernardo Clemente (OAB 26506/GO)
Geysila Fernanda Mendes de Melo (OAB 6594/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Iuri Albuquerque Gonçalves (OAB 13487/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Leonardo Alves Canuto (OAB 355791/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Marcella Helena Vasconcellos Costa (OAB 9524/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Rogério Moraes de Souza (OAB 7409/AM)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)
Suzana Comelato Guzman (OAB 155367SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0266/2019

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE) - Processo 0627205-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Beatriz dos Santos Azevedo - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. E ainda, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que indique o CEP do endereço para onde deverão ser enviadas possíveis cartas de intimação pessoal, uma vez que o endereço indicado na Contestação está sem esta informação, sob pena do contido no art. 274, parágrafo único, do CPC.

Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)

20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0273/2019

ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: RODRIGO RAMOS RODRIGUES (OAB 6701/AM), ADV: THAYLA GALATE GOMES (OAB 7954/AM), ADV: MARCELO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 7023/AM), ADV: ALMÉRIO AUGUSTO CABRAL DOS ANJOS DE CASTRO E COSTA (OAB 5171/AM), ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0201182-24.2011.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Josefa Chagas da Silva Melo espólio de Wardelon Lima de Melo - REQUERIDO: BANCO DO BRASIL - AG. 0002- RIO AMAZONAS - Intimem-se os requerentes pessoalmente para se manifestar sobre o interesse do pleito, bem como sobre a decisão de fls. 363, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção do processo na forma do artigo 485 do CPC. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: MARCELO DA COSTA PINHEIRO (OAB 4775/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0205194-50.2016.8.04.0001 (processo principal 0602580-41.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADA: Elsa Bezerra da Silva - Defiro o pedido de fls. 91. Nesse espeque, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, dê prosseguimento aos seguintes feitos: I- Apresente memória discriminada e atualizada do débito; II- Recolha as custas atinentes às consultas eletrônicas (Bacenjud, Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar bens em nome da executada. Após, remetam-se estes autos à fila de consultas. Impende ressaltar que o deferimento desta nova diligencia não interrompe o prazo prescricional, salvo se forem encontrados bens passiveis de penhora, e desde que, capazes de saldar a integralidade do débito exequendo. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0208688-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Raimundo Barbosa da Costa - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na presente ação, para declarar a incapacidade total e permanente da requerente, e condenar a autarquia previdenciária ao pagamento de aposentadoria por invalidez, equivalente a 100% (cem por cento) do salário de benefício (art.44, Lei 8.213/91), incluindo as parcelas vencidas e excluídas as prescritas, com termo inicial em abril/2018. Considerando a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947 e na Lei nº 11.430/2006 que incluiu o art. 41-A na Lei nº 8.213/91, os juros moratórios a contar da citação deverão seguir o índice de remuneração da caderneta de poupança, conforme artigo 1º-F da Lei 9.494/1997 com a redação dada pela Lei 11.960/2009 e a atualização monetária pelo índice do INPC desde o momento que o pagamento seria devido. Concedo em tutela de urgência o restabelecimento do benefício. Intime-se o gerente da Agência de Atendimento de Demandas Judiciais-APSADJ/AM a fim de que este implante imediatamente o beneficio, sob pena de multa de R$ 3.000,00 (três mil reais) a cada descumprimento. Para tanto, fica a parte interessada responsável por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício, conforme dispõe §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." As parcelas vencidas devem ser pagas em uma só vez, observado o artigo 100 da Constituição Federal. Honorários advocatícios pela requerida, estes fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, com exclusão das prestações vincendas, considerando-se apenas as prestações vencidas até o momento da prolação da sentença (Súmulas nº 111 e 178 do STJ), com isenção de custas processuais. Transitada em julgado, remetam-se os autos à contadoria para baixa nos registros. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0211261-65.2015.8.04.0001 (processo principal 0704907-69.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: Franklin Pacífico Nogueira Cota da Costa - Defiro o pedido de fls. 173. Nesse espeque, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, dê prosseguimento aos seguintes feitos: I- Apresente memória discriminada e atualizada do débito; II- Recolha as custas atinentes às consultas eletrônicas (Bacenjud, Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar bens em nome do executado. Após, remetam-se estes autos à fila de consultas. Impende ressaltar que o deferimento desta nova diligencia não interrompe o prazo prescricional, salvo se forem encontrados bens passiveis de penhora, e desde que, capazes de saldar a integralidade do débito exequendo. Cumpra-se.

ADV: REBECA ROCHA HANADA (OAB 10173/AM), ADV: VANDERLÉIA ALVES BRITO (OAB 4784/AM), ADV: TIAGO DE SOUZA ROCHA (OAB 9912/AM) - Processo 0237982-83.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0609714-85.2016.8.04.0001) (processo principal 0609714-85.2016.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Compromisso - REQUERENTE: Enoque da Silva Cardoso - Em conformidade com o art. 1º, XXVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ c/c art. 485, § 4º do CPC, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do pedido de desistência formulado nas fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FELIPE ALMEIDA FERREIRA (OAB 10271/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: AMÉRICO GORAYEB NETO (OAB 3923/AM), ADV: SIMONE WAUGHAN FREITAS DE SOUZA (OAB 11830/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM) - Processo 0600112-02.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Cleonice Costa Pereira - EXECUTADO: Acess Crédito - Intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre as consultas realizadas às fls. retro, bem como para requerer o que entender de direito, sob pena de suspensão do processo, na forma do art.921, III, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0603799-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Maria Sônia dos Santos Pinheiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO CONSTANTE DA PREFACIAL, para declarar o contrato nulo de pleno direito, nos moldes do artigo 51 do CDC. Confirmo a tutela concedida às fls. 266/267. JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de dano moral ao fito de condenar a requerida ao pagamento de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com juros moratórios de 1% desde a citação e correção monetária a contar desta data. Outrossim, JULGO PROCEDENTE o pedido de dano material, admitindo, contudo, a compensação requerida pelo banco, nos termos da fundamentação transata. Julgo improcedente o pedido de devolução em dobro dos valores pagos pelo consumidor. No mais, em havendo sucumbência recíproca, condeno cada uma das partes em 50% (cinquenta por cento) das custas e honorários, estes fixados em dez por cento do valor da condenação, com fulcro no artigo 85, §2º do CPC, suspensa a exigibilidade em face do requerente face a concessão dos beneficios de justiça gratuita. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros.

ADV: VÍTOR KIKUDA (OAB 199259/SP) - Processo 0604289-14.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Elinalva de Assis Nunes - Defiro o pedido contido no item “a” às fls. 235, uma vez que, por se tratar de empresária individual, conforme documentos juntados às fls. 238/241, esta não goza de personalidade jurídica própria em virtude da unicidade patrimonial existente entre os bens pessoais e os da atividade empresarial. Dessa forma, por não haver distinção para efeito de responsabilidade entre a pessoa jurídica e seu único sócio, que é sempre responsável pelos atos de sua empresa, o empresário individual responde diretamente com todos os seus bens pelas dívidas contraídas no exercício de atividade econômica (inclusive seus bens pessoais). Sobre o assunto, a jurisprudência do STJ já se posicionou no sentido de que a empresa individual é mera ficção jurídica, criada para habilitar a pessoa natural a praticar atos de comércio, com vantagens de cunho fiscal. Nesse sentido nossa jurisprudência pátria é uníssona, vejamos: TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE ILIMITADA DO TITULAR DE FIRMA INDIVIDUAL. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS. POSSIBILIDADE. 1. “Conforme entendimento firmado nesta Corte, bem como no Superior Tribunal de Justiça, a firma individual ou empresário individual é mera extensão da pessoa física ou natural, com relações tão estreitas que se confundem, sendo certo que a pessoa física é responsável com seus bens pessoais pelos atos praticados pela empresa” (AMS 0045555-40.2011.4.01.9199-GO, r. Juiz Federal convocado Evaldo de Oliveira Fernandes, filho, 7ª Turma deste Tribunal). 2. Legítima a indisponibilidade de ativos financeiros da titular da firma individual executada. 3. Agravo de instrumento da exequente/União provido.(TRF-1-AG: 000222452201440100 00, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO, Data de Julgamento: 21/08/2015, OITAVA TURMA, Data de Publicação: 18/09/2015). Dito isto, por tratar-se a executada de empresária individual e em virtude de ser desnecessária a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, remetam-se os autos à fila de consultas eletrônicas a fim de encontrar bens, em nome da executada Silvana Sousa (CPF 727.047.133-91), capazes de satisfazer o quantum debeatur. Cumpra-se.

ADV: TIRZAH CAUPER GOMES (OAB 10213/AM), ADV: WALDELINA PEREIRA DUARTE CORRÊA (OAB 1293/AM), ADV: LUCIANA PEDROSA DE MORAES REGO FIGUEIREDO (OAB 2819/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM) - Processo 0605329-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Mir Importação e Exportação Ltda (ramsons) - Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 147/153, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0605579-64.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de fls. 109. Nesse espeque, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, dê prosseguimento aos seguintes feitos: I- Apresente memória discriminada e atualizada do débito; II- Recolha as custas atinentes às consultas eletrônicas (Bacenjud, Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar bens em nome da executada. Após, remetam-se estes autos à fila de consultas. Impende ressaltar que o deferimento desta nova diligencia não interrompe o prazo prescricional, salvo se forem encontrados bens passiveis de penhora, e desde que, capazes de saldar a integralidade do débito exequendo. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0605840-63.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de fls. 181. Nesse espeque, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas atinentes às consultas eletrônicas (Bacenjud, Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar bens em nome da executada. Após, remetam-se estes autos à fila de consultas. Impende ressaltar que o deferimento desta nova diligencia não interrompe o prazo prescricional, salvo se forem encontrados bens passiveis de penhora, e desde que, capazes de saldar a integralidade do débito exequendo. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0606028-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Ana Lucia Corrêa da Silva - Vistos, etc. Cuidam-se de embargos declaratórios contra a sentença, alegando omissão. É o relatório.Decido. Os Embargos de Declaração, que têm o desiderato de esclarecer ou integrar certa decisão, constitui-se em recurso de fundamentação vinculada, razão pela qual, nos termos do art. 1022 do CPC/2015, devem apontar contradição, obscuridade, omissão ou erro material no julgado, verbis: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I -esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Da detida análise do reclamo interposto, infiro não incidir na espécie a ocorrência de nenhuma das hipóteses ensejadoras da presente medida recursal. O dispositivo contido na sentença de fls. 178 condena a autarquia ao pagamento das parcelas vencidas e exclui as prescritas. Logo, já houve previsão da prescrição. Na realidade, verifica-se a inadequação do recurso interposto, posto que pretende o embargante obter modificação do julgado, por puro inconformismo. Ressalte-se que a mera insatisfação com o conteúdo da decisão não enseja Embargos de Declaração, recurso cujo objetivo se presta tão somente a sanar contradições ou omissões decorrentes da análise dos temas trazidos à apreciação. Ademais, não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes

em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13/8/2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28/6/2007. Certo é que caberá ao embargante interpor, se entender o caso, o recurso adequado para que os alegados equívocos ou omissões na apreciação da prova possam ser analisados pelo Tribunal competente, já que não se pode atribuir aos embargos de declaração efeitos infringentes. Ante o exposto, conheço dos aclaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão, obscuridade ou erro material, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença vergastada. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: VASCO MACEDO VASQUES (OAB 5305/AM) - Processo 0606979-74.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - EXEQUENTE: Domingos Savio Gonçalves Ferreira - EXECUTADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Decido. O pedido de homologação do acordo extrajudicial celebrado entre as partes deve ser acolhido por este juízo. Sendo assim, HOMOLOGO a transação celebrada, para que surta seus efeitos legais e, via de consequência, JULGO EXTINTO o processo, com resolução de mérito, na forma do art.487, III, “b” c/c art.354, Caput, do NCPC. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: PATRESE ANUNCIAÇÃO PRADO (OAB 9571/AM), ADV: BRUNO BIANCHI FILHO (OAB 4912/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0607609-38.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Assinatura Básica Mensal - EXEQUENTE: Bianchi, Grosso & Carvalho Neto - Sociedade de Advogados - EXECUTADO: Claro S/A - Intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o bloqueio de valores realizado às fls. 762, conforme art.854, §3º, CPC. Decorrido o prazo para a manifestação da parte executada, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a consulta eletrônica realizada às fls. retro, bem como para requerer o que entender de direito, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, III, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ (OAB 1290A/AM), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP) - Processo 0607884-79.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: I. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0608650-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Izabete dos Santos Pereira - ‘’Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na presente ação, para declarar a incapacidade parcial e permanente da parte requerente e condenar a autarquia previdenciária ao pagamento do benefício de AUXÍLIO-ACIDENTE em favor da parte autora, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário-de-benefício, com termo inicial a partir da cessação do auxílio-doença (junho/2017), sendo devido até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado (art. 86, § 1.º, da Lei n.º 8.213/91). Considerando a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947 e na Lei nº 11.430/2006 que incluiu o art. 41-A na Lei nº 8.213/91, os juros moratórios a contar da citação deverão seguir o índice de remuneração da caderneta de poupança, conforme artigo 1º-F da Lei 9.494/1997 com a redação dada pela Lei 11.960/2009 e a atualização monetária pelo índice do INPC desde o momento que o pagamento seria devido. Concedo em tutela de urgência o restabelecimento do benefício. Intime-se o gerente da Agência de Atendimento de Demandas Judiciais-APSADJ/AM a fim de que este implante imediatamente o beneficio, sob pena de multa de R$ 3.000,00 (três mil reais) a cada descumprimento. Para tanto, fica a parte interessada responsável por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício, conforme dispõe §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: “A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas.” As parcelas vencidas devem ser pagas em uma só vez, observado o artigo 100 da Constituição Federal. Honorários advocatícios pela requerida, estes fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, com exclusão das prestações vincendas, considerando-se apenas as prestações vencidas até o momento da prolação da sentença (Súmulas nº 111 e 178 do STJ), com isenção de custas processuais. Transitada em julgado, remetam-se os autos à contadoria para baixa nos registros. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal “

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0609660-56.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de fls. 169. Nesse espeque, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, dê prosseguimento aos seguintes feitos: I- Apresente memória discriminada e atualizada do débito; II- Recolha as custas atinentes às consultas eletrônicas (Bacenjud, Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar bens em nome do executado. Após, remetam-se estes autos à fila de consultas. Impende ressaltar que o deferimento desta nova diligencia não interrompe o prazo prescricional, salvo se forem encontrados bens passiveis de penhora, e desde que, capazes de saldar a integralidade do débito exequendo. Cumpra-se.

ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM) - Processo 0610991-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Miguel Barrella Filho - Vislumbro, in casu, dúvida acerca da carência econômica do(a) postulante, razão pela qual concedo o prazo de cinco dias para que traga aos autos documentos aptos a ensejar a concessão da Gratuidade da Justiça, tais como: extratos de conta corrente, contracheques, últimas três declarações de Imposto de Renda, demonstrativo de despesas mensais que provoquem desfalque econômico-financeiro, dentre outros. A propósito: RECURSO DE APELAÇÃO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. CONCESSÃO. IMPOSSIBILIDADE. Para análise da concessão do benefício da AJG, impõe-se a juntada aos autos de comprovante de rendimentos atualizados ou outro documento comprobatório da insuficiência de recursos para custear as despesas do processo. É dever/poder do juiz exigir a demonstração da efetiva necessidade. Deixando o requerente de comprová-la, é de ser indeferido o pedido. (...). NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. (Apelação Cível Nº 70048152144, Vigésima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Breno Beutler Junior, Julgado em 27/03/2013)

ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: DENISE MOURA

MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM) - Processo 0611945-90.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: Márcio do Carmo de Souza e outros - EXECUTADA: Global GNZ Empreendimentos e Participações Ltda - Intimem-se os autores para tomarem ciência das respostas de ofício de fls. 798/803. Após, mantenham-se os autos suspensos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 205961/SP) - Processo 0612420-36.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.F. - Vistos e etc. Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do CPC/2015. Julgo, em consequência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC/2015. Custas pagas. Sem honorários. Retire-se a restrição do veículo no Renajud (fls.85/87). Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANO DIGIÁCOMO (OAB 14097/SC), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM) - Processo 0614702-47.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Intelbras S/A Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira - EXECUTADO: Br Eletron Amazonia Comercio de Eletroeletronicos Ltda - Intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o bloqueio de valores realizado às fls.1051/1052 conforme art.854, §3º, CPC. A outro turno, em virtude de o bloqueio realizado às fls. retro não ter sido suficiente para satisfazer o quantum debeatur, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas atinentes às consultas eletrônicas (Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, III, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: JOSA PAULA ALVES FURTADO (OAB 7811/AM), ADV: RODRIGO SÁVIO BRASIL DE LIMA (OAB 11255/AM), ADV: EUDENIS DANTAS PEREIRA FILHO (OAB 11147/AM) - Processo 0615894-25.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: Charliane de Souza Viana - Maria Amélia da Costa e outro - EXECUTADA: R. C. de Moura - ME e outro - Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0616668-79.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Bradesco S.a - Defiro o pedido de fls. 178. Nesse espeque, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, dê prosseguimento aos seguintes feitos, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, III, §1º, do CPC, quais sejam: I- Apresente memória discriminada e atualizada do débito; II- Recolha as custas atinentes às consultas eletrônicas (Bacenjud, Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar bens em nome dos executados. Após, remetam-se estes autos à fila de consultas eletrônicas. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0616858-08.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Compulsando os autos, verifico que a parte interessada deixou transcorrer in albis o prazo para o cumprimento do comando de fls. 66. Nessa esteira, intime-se novamente o requerente para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, suprindo sua falta mediante a promoção do(s) ato(s) e/ou diligência(s) útil(eis) pertinente(s), sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Decorrido o prazo, sem manifestação, voltem-me imediatamente conclusos. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO RICARDO MOTA CRUZ (OAB 3495/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0617498-50.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Hospital Santa Júlia Ltda. - REQUERIDA: Espólio de Heloísa Carmem da Cruz e outro - Intime-se o autor para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre os embargos monitórios opostos, nos termos do artigo 702, §5º, CPC/2015. Após, façam-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0618302-86.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S/A - Vistos, etc. Na falta de bens penhoráveis para fazer frente à pretensão do(a) exequente, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, § 1º do NCPC, ficando suspensa a prescrição, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo. Ultrapassado o prazo mencionado, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, com a remessa destes à fila de "processos encerrados", ocasião na qual terá inicio o prazo de prescrição intercorrente, sem prejuízo da retomada do processo, caso existam bens penhoráveis, conforme o § 2º do referido artigo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: RICARDO MARTINS MOTTA (OAB 233247/SP), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0618656-09.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Gilson Almeida Martins e outro - EXECUTADO: T Loureiro Corretora de Imoveis Ltda - Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliarios LTDA - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, no valor de R$7.361,32, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Ressalte-se que em se tratando de réu revel, o exequente deve previamente realizar o pagamento das custas para emissão do expediente, no prazo de 05(cinco) dias. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária

da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Determino ainda que após o devido recolhimento, a secretaria deverá intimar o impugnado para se manifestar em quinze dias. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FELIPE BRANDÃO OZORES (OAB 4000/AM) - Processo 0618953-45.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Eyes Nwhere Sistemas Inteligentes de Imagem Ltda. - Indefiro o pleito de fls. 119/121, visto que não houve o exaurimento dos meios de se averiguar a localização da executada. "Requisito básico. Deve ser tentada a localização pessoal do réu por todas as formas. Somente depois de resultar infrutífera é que estará aberta a oportunidade para a citação por edital. (...) Localização pessoal do réu. Diligências. Antes de proceder-se à citação por edital, deve-se tentar a localização pessoal do réu, com expedição de ofícios ao TRE, DRF e outros órgãos públicos, indagando sobre seu paradeiro (RJTJSP 124/46)." NERY JUNIOR, Nelson; ANDRADE NERY, Rosa Maria de. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 418. Nesse diapasão, colijo não estarmos, por ora, diante de situação que possa ensejar a citação editalícia, posto que, o pedido não se amolda ao art. 256 Código Processual Civil vigente. Dessa forma, a fim de evitar vícios, o que acarretaria a nulidade da citação e dos atos posteriores praticados por este juízo, determino a intimação do autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas atinentes às consultas eletrônicas ainda não realizadas, quais sejam, Bacenjud, Renajud e Eridft, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar o atual endereço da executada, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Cumpra-se.

ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM) - Processo 0619378-48.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Incapacidade Laborativa Permanente - EXEQUENTE: Luciene Ribeiro Zurra - Arquivem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: THIAGO SILVA DE SOUZA NUNES (OAB 7342/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM) - Processo 0620426-08.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: HELEN SILVA DE SOUZA LIMA - REQUERIDO: Onix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Tendo em vista que a executada alega excesso de execução, determino a remessa dos autos à Contadoria para elaboração da planilha atualizada do débito, no prazo de 10(dez) dias, segundo os parâmetros fixados na sentença e em consonância com as balizas da portaria nº1.855/2016-PTJ que dispõe sobre os parâmetros para a atualização monetária de débitos judiciais no âmbito do Poder Judiciário Estadual, bem como regras gerais sobre a incidência de índices de correção monetária e taxas de juros. Após, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo comum de 10(dez) dias. Com a manifestação, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ÁTILA ROMANO ARAÚJO BENJAMIN JÚNIOR (OAB 10993/AM), ADV: WELLINGTON MONTEMURRO FILHO (OAB 10992/AM) - Processo 0621100-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Jairo Geens - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0621970-94.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico que as consultas eletrônicas, via sistemas Bacenjud, Renajud e Infojud, não lograram êxito. Nesse espeque, mantenham-se os autos arquivados, com a remessa destes à fila de "processos encerrados", haja vista que já decorreu o prazo previsto no art. 921, §1º do CPC, sem prejuízo da retomada do processo executivo, no interregno do prazo prescricional, caso existam bens penhoráveis. Cumpra-se.

ADV: MILTON SOUZA FIGUEIREDO JÚNIOR (OAB 12610/PA) - Processo 0623092-06.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - Vistos, etc. Cite(m)-se o executado(a)s, por carta com aviso de recebimento, para que, no prazo de 03 (três) dias, procedam ao adimplemento do débito indicado na exordial (R$20.847.648,22), acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme o art. 827 do CPC/2015. Faça-se constar nas cartas executivas que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (§ 1º do art. 827 do CPC/2015). Efetivada a citação e decorrido o prazo legal para pagamento voluntário do débito, intime-se o(a) exequente para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 15(quinze) dias, ficando autorizado, desde logo, a consulta ao sistema bacenjud para constrição do valores devidos. Cumprida a determinação de indisponibilidade de valores, intime-se o(a)s executado(a)s para se manifestar, no prazo de 15(quinze) dias, conforme art.854, §3º, do CPC/15. Não encontrados bens que possam ser penhorados ou arrestados, este Juízo procederá a buscas eletrônicas de bens via BacenJud, Renajud, Infojud e Eridft, após o pagamento das respectivas custas. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o(a)s executado(a)s no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do(a)s executado(a)s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel, após o pagamento das respectivas custas. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se novo mandado, após a escolha, pelo(a) exequente, do endereço no qual será realizado a diligência, com a respectiva juntada do comprovante de custas do ato a ser praticado, no prazo de 15(quinze) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HENRIQUE CORRÊA SIQUEIRA (OAB 8873/AM), ADV: FÁBIO PINHEIRO DE ARAÚJO (OAB 9576/AM), ADV: MURILO CORRÊA SIQUEIRA (OAB 11169/AM), ADV: LEONARDO BRUNO BARBOSA MONTEIRO (OAB 8570/AM) - Processo 0623172-04.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Jean Carlos Barbosa dos Reis - Vistos, etc. Cuida-se de ação de execução de título executivo extrajudicial proposta por Jean Carlos Barbosa dos Reis em face de Katiusi de Araújo Finger. Às fls.73 foi proferido despacho no sentido de intimar a parte exequente para se manifestar acerca do seu interesse no prosseguimento do feito. Intimação pessoal realizada, sem qualquer qualquer manifestação. Vieram-me os autos conclusos. Decido. Perlustrando o caderno processual, verifico que o autor, a despeito da cautela deste Juízo em intimá-lo a fim de promover os atos que lhe competem, na esteira do art. 485, §1º, do CPC, abandonou a causa por mais de 30 (trinta) dias, circunstância esta que, como corolário, deverá acarretar a extinção do processo sem resolução do mérito. Sobre o tema, colaciono: AÇÃO DE COBRANÇA EXTINÇÃO DA AÇÃO - AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO À INTIMAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 267, § 1º, DO CPC - ABANDONO DE CAUSA CARACTERIZADO EXTINÇÃO MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO. (9049874882006826 SP 9049874-88.2006.8.26.0000, Relator: Edgard Jorge Lauand, Data de Julgamento: 20/09/2011, 15ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 22/09/2011). Ademais, tendo em vista que o réu não fora citado, afigura-se impossível requerimento por parte deste a fim de que o presente processo seja extinto sem resolução do mérito, motivo pelo qual, caracterizado o abandono, é lícito ao juiz declarar a extinção do processo de ofício. Em igual sentido, mutatis mutandis, colaciono o seguinte entendimento: ''Ao juiz é lícito declarar ex officio a extinção do processo, sem julgamento de mérito, por abandono do autor, quando o réu ainda não tenha sido citado" (STJ 1ª T., REsp 983.550, Min. Luiz Fux, j. 4.11.08, DJ 27.11.08) in Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, Theotonio Negrão e José Roberto F. Gouvêa; 41ª ed., São

Paulo, Saraiva. Dispositivo A teor do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, III, do CPC. Custas pagas. Sem honorários. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito em seu desfavor. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI (OAB 12066A/AL) - Processo 0623784-05.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Fiança - REQUERENTE: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB A1087AM), ADV: SAMARA RIBEIRO DE SOUZA (OAB 10152/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0623855-75.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Rosely de Cassia Ramos Crispim - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO CONSTANTE DA PREFACIAL, para declarar o contrato nulo de pleno direito, nos moldes do artigo 51 do CDC. Confirmo a tutela concedida às fls. 35/36. JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de dano moral ao fito de condenar a requerida ao pagamento de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com juros moratórios de 1% desde a citação e correção monetária a contar desta data. Outrossim, JULGO PROCEDENTE o pedido de dano material, admitindo, contudo, a compensação requerida pelo banco, nos termos da fundamentação transata. Julgo improcedente o pedido de devolução em dobro dos valores pagos pelo consumidor. No mais, em havendo sucumbência recíproca, condeno cada uma das partes em 50% (cinquenta por cento) das custas e honorários, estes fixados em dez por cento do valor da condenação, com fulcro no artigo 85, §2º do CPC, cuja exigibilidade fica suspensa em relação à autora por ser beneficiária da justiça gratuita. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0623896-08.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de fls. 186/187. Na falta de bens penhoráveis para fazer frente à pretensão do(a) exequente, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, § 1º do CPC, ficando suspensa a prescrição, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo. Ultrapassado o prazo mencionado, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, com a remessa destes à fila de "processos encerrados", ocasião na qual terá inicio o prazo de prescrição intercorrente, sem prejuízo da retomada do processo, caso existam bens penhoráveis, conforme o § 2º do referido artigo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS (OAB 9171/AM), ADV: THAIS RESENDE CARDOSO (OAB 428597/SP), ADV: SÂMIA ALI SALMAN (OAB 418584/SP), ADV: HARYSSA ALVES PICCOLOTTO CARVALHO (OAB 8974/AM), ADV: GILVAN SIMÕES PIRES DA MOTTA (OAB 1662/AM), ADV: MAIARA CARVALHO DA MOTTA (OAB 3994/AM) - Processo 0624813-32.2015.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: MARCELO DE BORBOREMA CORREIA - REQUERIDO: SAMIR ALI SELLIM SALMAN e outros - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste sobre os documentos juntados, fls. 240-273, fls.274-307 e fls. 308-341 no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0626111-20.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Condomínio Amazonas - À Secretaria que expeça mandados de citação, penhora e avaliação para os seguintes endereços: I - MSO Empresa Prestadora de Serviços para Taxistas Ltda - Av. Eduardo Ribeiro, 520, Sala 601, Centro, CEP 69010-901, Manaus-AM; II- Ubirajara Ferreira Moraes - Rua Leonardo Malcher, Nº 854, Aptº 13, Centro, CEP 69010-170, Manaus-AM. Custas pagas às fls. 44 e 59. Cumpra-se.

ADV: ELIANE LUCENA DO NASCIMENTO (OAB 12790/AM), ADV: ALEXSANDER DO NASCIMENTO CORDEIRO (OAB 13832/AM), ADV: KEILA NASCIMENTO SALDAÑA (OAB 11926/AM) - Processo 0626561-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Associação - REQUERENTE: Associação dos Moradores do Residencial Conde de Tocantins - REQUERIDA: Deyselane Silva Castro - Defiro pedido de fls. 232. Intime-se a parte requerida conforme solicitado pelo advogado da mesma, a fim de que tome conhecimento acerca do pedido de renúncia do mandato. À secretaria para que certifique o trânsito em julgado. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0627042-57.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cartão de Crédito - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Compulsando os autos, verifico que as consultas eletrônicas foram devidamente realizadas. Nesse espeque, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova a citação dos executados nos endereços que ainda não foram diligenciados, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Havendo pedido para expedir nova carta ou mandado, deverá o interessado pagar imediatamente as custas pertinentes e indicar o endereço no mesmo prazo assinalado acima. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0628376-29.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Tendo em vista que não fora concedido efeito suspensivo nos Embargos à Execução, em apenso, o prosseguimento da presente execução é medida que se impõe. Nesse espeque, intime-se a parte exequente para que diga se ainda tem interesse na execução, suprindo sua falta mediante o requerimento útil que lhe parecer pertinente, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensão da presente execução, na forma do artigo 921, III, do CPC. Transcorrido o prazo mencionado, sem manifestação do credor, determino, desde logo, a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, § 1º do CPC, ficando suspensa a prescrição, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo. Ultrapassado o prazo mencionado, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, com a remessa destes à fila de "processos encerrados", ocasião na qual terá inicio o prazo de prescrição intercorrente, sem prejuízo da retomada do processo, caso existam bens penhoráveis, conforme o § 2º do referido artigo. Intime-se a Defensoria, que atua na qualidade de curadora, por ato eletrônico para que tome ciência deste Decisum. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANDERSON ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5059/AM) - Processo 0630525-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Elielton Gama da Silva - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO CONSTANTE DA PREFACIAL, para declarar o contrato nulo de pleno direito, nos moldes do artigo 51 do CDC. Confirmo a tutela concedida às fls. 102/104. JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de dano moral ao fito de condenar a requerida ao pagamento de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com juros

moratórios de 1% desde a citação e correção monetária a contar desta data. Outrossim, JULGO PROCEDENTE o pedido de dano material, admitindo, contudo, a compensação requerida pelo banco, nos termos da fundamentação transata. Julgo improcedente o pedido de devolução em dobro dos valores pagos pelo consumidor. No mais, em havendo sucumbência recíproca, condeno cada uma das partes em 50% (cinquenta por cento) das custas e honorários, estes fixados em dez por cento do valor da condenação, com fulcro no artigo 85, §2º do CPC, suspensa a exigibilidade em favor da parte autora vez que beneficiária da justiça gratuita. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: JULIANA FALCI MENDES (OAB 223768/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB 1118A/AM), ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM), ADV: JOSÉ DANIEL SANTANA GUSMÃO (OAB 12035/AM) - Processo 0630814-96.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDA: ROSEANE NASCIMENTO DA ROCHA - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, no valor de R$55.746,32, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Ressalte-se que em se tratando de réu revel, o exequente deve previamente realizar o pagamento das custas para emissão do expediente, no prazo de 05(cinco) dias. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. De outro lado, expeça-se alvará eletrônico em favor da exequente Roseane Nascimento da Rocha para levantamento dos valores depositados às fls.34. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Determino ainda que após o devido recolhimento, a secretaria deverá intimar o impugnado para se manifestar em quinze dias. Cumpra-se.

ADV: JEAN COLIN TALAVERA. (OAB 230741/SP), ADV: FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 196461/SP), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: MANOEL ALVES NETO (OAB 319031/SP) - Processo 0631151-51.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Maggi Administradora de Consórcios Ltda - EXECUTADO: Iranildo dos Santos Almeida - Defiro parcialmente o pedido de fls. 235. Dê-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o autor cumpra o comando de fls. 231. Advirto que a não observância do prazo estipulado acima ensejará na suspensão do processo, conforme preceitua o art. 921, III, §1º, do CPC. Decorrido o prazo sem a manifestação da parte autora, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM) - Processo 0631234-04.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio do Edifício Comercial Atrium - INTIMADO: J. Nasser Engenharia Ltda. - Vistos, etc. Cuida-se de alienação por iniciativa particular, ante a frustração do leilão judicial. A proposta apresentada pelo adquirente atende às exigências contidas no edital, principalmente quanto ao preço mínimo da aquisição, sendo impertinente a pretensão do Curador Especial do executado, revel citado por edital, de que alienação seja feito pelo valor da avaliação, exigência não contida no art.880 do CPC, bem como de que seja o executado intimado pessoalmente, o que se revela impossível, vez que exauridas as tentativas de comunicação pessoal, o que justifica inclusive a presença do curador especial no feito. Assim, nos termos do art.880, §2º do CPC, intime-se o adquirente para que deposite judicialmente o valor da proposta de aquisição, no prazo de 15(quinze) dias. Após, determino que a secretaria expeça o auto de alienação por iniciativa particular do imóvel e, em seguida, a carta de alienação e o mandado de imissão na posse do imóvel em favor do adquirente. Intime-se a parte exequente para colacionar aos autos, no prazo de 15(quinze) dias, planilha atualizada dos débitos condominiais até a realização da alienação. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ OTAVIO OLIVEIRA BIER (OAB 7816/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 19613A/MA), ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE), ADV: CELSO DE FARIA MONTERIRO (OAB 1080A/AM) - Processo 0634711-98.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: André Guedes Bezerra - REQUERIDO: América Veículos S/A - Ford Motor Company Brasil Ltda - Vistos, etc. Tendo em vista a impossibilidade de se efetuar intimação do perito anteriormente nomeado, desconstituo-o do trabalho designado, nomeando em seu lugar o perito Ulysses Santos da Silva, Engenheiro Mecânico, e-mail: ulysses.santos@hotmail.com, telefone (92) 98167-8288. Ato continuo, faculto às partes a impugnação de impedimento/suspeição do perito nomeado, a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, ex vi do art. 465, §1º, I e II, do Digesto Processual Civil. Determino a intimação do perito para que, no prazo de 05(cinco) dias, manifeste-se sobre o presente encargo, bem como para que, em igual prazo, apresente sua proposta de honorários. Os honorários periciais ficarão a cargo da requerida Ford Motor e América Veículos, vez que solicitaram a produção da prova, como preceitua o art. 95 do nosso Digesto Código de Processo Civil. Por oportuno, uma vez aceito o encargo da nomeação, o perito nomeado deverá entregar o laudo objeto da presente perícia no prazo de 30 dias, a contar da data de realização da mesma, sob pena de ser nomeado outro perito para a satisfação da diligência. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489/BA), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ) - Processo 0636196-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: João Arévalo Flores - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO CONSTANTE DA PREFACIAL, para declarar o contrato nulo de pleno direito, nos moldes do artigo 51 do CDC. Confirmo a tutela concedida às fls. 85/86. JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de dano moral ao fito

de condenar a requerida ao pagamento de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com juros moratórios de 1% desde a citação e correção monetária a contar desta data. Outrossim, JULGO PROCEDENTE o pedido de dano material, admitindo, contudo, a compensação requerida pelo banco, nos termos da fundamentação transata. Julgo improcedente o pedido de devolução em dobro dos valores pagos pelo consumidor. No mais, em havendo sucumbência recíproca, condeno cada uma das partes em 50% (cinquenta por cento) das custas e honorários, estes fixados em dez por cento do valor da condenação, com fulcro no artigo 85, §2º do CPC, suspensa a exigibilidade por ser beneficiário da justiça gratuita. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0636857-44.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico que as consultas eletrônicas foram devidamente realizadas. Nesse espeque, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273 - CGJ/AM, bem como para que indique o endereço em que a medida deverá ser cumprida, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Desde logo, fica facultado à requerente optar por realizar a citação da requerida por meio de mandado, comprovando, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça, mediante boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636931-69.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico que a consulta eletrônica, via sistema Bacenjud às fls. 118/119, não logrou êxito. Nesse espeque, intime-se o exequente para que junte, no prazo de 15 (quinze) dias, o comprovante de pagamento das custas referentes às consultas eletrônicas (Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar bens em nome do executado, sob pena de suspensão do processo, na forma do art.921, III, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0637715-75.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Cuida-se de ação de busca e apreensão intentada por Banco Bradesco Financiamentos S/A em face de Ana Maria Maia Pereira Me, com o escopo de retomada de veículo objeto do contrato com garantia de de alienação fiduciária. A mora encontra-se sobremaneira evidenciada mediante notificação extrajudicial, circunstância suficiente para ensejar a busca e apreensão liminar do bem que se encontra na posse do devedor. Ademais, diante da nova redação dada pela Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014 ao DL 911/69, tornou-se despiciendo que a notificação por carta registrada seja expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, suficiente para comprovação da mora a carta registrada com aviso de recebimento para o endereço constante no contrato, conforme §2º, art. 2º, DL 911/69. Da mesma forma o perigo da demora e o risco de dano são patentes, até porque a inadimplência já está a causar graves prejuízos ao autor, tendo em vista o inadimplemento de obrigação contratual celebrada entre as partes. A teor do exposto, DEFIRO liminarmente a busca e apreensão do bem indicado na prefacial, tudo com fundamento no "caput" do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para no prazo de 05 (cinco) dias pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese em que o bem lhe será restituído livre do ônus (artigo 3º, parágrafo 2º. do Decreto-Lei nº. 911/69, com nova redação que lhe foi dada pelo artigo 56 da Lei No. 10.931, de 02 de agosto de 2004), e/ou, querendo, apresentar resposta escrita no prazo de 15(quinze) dias contados da execução da liminar (artigo 3o., parágrafo 3o. do Decreto-Lei no. 911/69, com nova redação que lhe foi dada pelo artigo 56 da Lei No. 10.931, de 02 de agosto de 2004). Cientifique-se ainda a parte ré que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição(artigo 3º, parágrafo 4º. do Decreto-Lei no. 911/69, com nova redação que lhe foi dada pelo artigo 56 da Lei No. 10.931, de 02 de agosto de 2004). Expeça-se o referido mandado de busca e apreensão e citação. À secretaria para as providências cabíveis. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0638206-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Robert Faulkner de Castro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO CONSTANTE DA PREFACIAL, para declarar o contrato nulo de pleno direito, nos moldes do artigo 51 do CDC. Confirmo a tutela concedida às fls. 35/36. JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de dano moral ao fito de condenar a requerida ao pagamento de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com juros moratórios de 1% desde a citação e correção monetária a contar desta data. Outrossim, JULGO PROCEDENTE o pedido de dano material, admitindo, contudo, a compensação requerida pelo banco, nos termos da fundamentação transata. Julgo improcedente o pedido de devolução em dobro dos valores pagos pelo consumidor. No mais, em havendo sucumbência recíproca, condeno cada uma das partes em 50% (cinquenta por cento) das custas e honorários, estes fixados em dez por cento do valor da condenação, com fulcro no artigo 85, §2º do CPC, cuja exigibilidade fica suspensa em relação ao autor, por ser beneficiário da justiça gratuita. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0640058-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Nubia Gomes de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO CONSTANTE DA PREFACIAL, para declarar o contrato nulo de pleno direito, nos moldes do artigo 51 do CDC. Confirmo a tutela de urgência de fls. 79/81. JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de dano moral ao fito de condenar a requerida ao pagamento de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com juros moratórios de 1% desde a citação e correção monetária a contar desta data. Outrossim, JULGO PROCEDENTE o pedido de dano material, admitindo, contudo, a compensação requerida pelo banco, nos termos da fundamentação transata. Julgo improcedente o pedido de devolução em dobro dos valores pagos pelo consumidor. No mais, em havendo sucumbência recíproca, condeno cada uma das partes em 50% (cinquenta por cento) das custas e honorários, estes fixados em dez por cento do valor da condenação, com fulcro no artigo 85, §2º do CPC, cuja exigibilidade fica suspensa em relação à autora em razão da gratuidade de justiça deferida nos autos. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0640204-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Marilene Jorge da Silva - Vistos, etc. Recebo o aditamento da inicial. O art.4ºe o art.139, incisoII,CPC, preveem o direito das partes à celeridade processual e o dever do Magistrado de velar por esta celeridade.

Tendo em vista as especificidades deste litígio, deixo de designar a audiência de conciliação do art.334doCPC, reservando a momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação e do mútuo interesse das partes (C.P.C., art. 139, VI, e Enunciado nº 35 da ENFAM). Não há prejuízo às partes tendo em vista que a conciliação pode ser realizada em qualquer fase do processo (art.3º § 3º CPC). O prazo para resposta observará o disposto no art.335, III,Código de Processo Civil. Citem-se, preferencialmente por meio eletrônico. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO DE SOUZA MAMED JÚNIOR (OAB 13498/AM) - Processo 0641163-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosa do Socorro Cantuária dos Reis - Vistos, etc. Cuida-se de Procedimento Comum Cível intentada por Rosa do Socorro Cantuária dos Reis em face de Banco Industrial do Brasil S/A, com o pedido de tutela provisória de urgência, objetivando a suspensão dos descontos em seu contracheque. Decido. Nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". Ademais, no §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. No que se refere à probabilidade do direito alegado, verifica-se que estamos diante de suposta cobrança indevida, decorrente da violação ao dever efetivo de informação (art.6º, do CDC), uma vez que a parte autora teria contrato empréstimo consignado e não cartão de crédito consignado e apesar do longo tempo e quantia vultuosa derivada de descontos mensais no seu contracheque até o momento a instituição não promoveu a quitação da dívida. O requisito do dano irreparável também resta presente no caso, pois a demora da prestação jurisdicional acarretará comprometimento da renda da parte autora em virtude dos descontos supostamente indevidos. Ademais, verifico ser possível a reversibilidade da medida, uma vez que a tutela restringe-se apenas a suspender os descontos afirmados indevidos. Ante o exposto, CONCEDO a tutela provisória de urgência, nos termos do Art. 300 do NCPC, a fim de determinar que a parte ré proceda com a IMEDIATA SUSPENSÃO DOS DESCONTOS no contracheque da parte autora, à título de "BIB CARTÃO CRED 10, CÓDIGO 6308". Fica a parte autora responsável, de forma acessória, por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício junto à SEAD, devendo juntá-la aos autos no prazo de 10(dez) dias), conforme dispõe , §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." O art.4ºe o art.139, incisoII,CPC, preveem o direito das partes à celeridade processual e o dever do Magistrado de velar por esta celeridade. Tendo em vista as especificidades deste litígio, deixo de designar a audiência de conciliação do art.334doCPC, reservando a momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação e do mútuo interesse das partes (C.P.C., art. 139, VI, e Enunciado nº 35 da ENFAM). Não há prejuízo às partes tendo em vista que a conciliação pode ser realizada em qualquer fase do processo (art.3º § 3º CPC). O prazo para resposta observará o disposto no art.335, III,Código de Processo Civil. Defiro a gratuidade de justiça. Cite(m)-se preferencialmente por meio eletrônico. Intime(m)-se.

ADV: MARIA GLADES RODRIGUES GUEDES (OAB 9823/AM), ADV: JANIETE DA SILVA MONTEIRO (OAB 10084/AM) - Processo 0643859-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Samuel Mateus de Gois - Vistos, etc. O art.4ºe o art.139, incisoII,CPC, preveem o direito das partes à celeridade processual e o dever do Magistrado de velar por esta celeridade. Tendo em vista as especificidades deste litígio, deixo de designar a audiência de conciliação do art.334doCPC, reservando a momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação e do mútuo interesse das partes (C.P.C., art. 139, VI, e Enunciado nº 35 da ENFAM). Não há prejuízo às partes tendo em vista que a conciliação pode ser realizada em qualquer fase do processo (art.3º § 3º CPC). O prazo para resposta observará o disposto no art.335, III,Código de Processo Civil. Defiro a gratuidade de justiça. Citem-se, preferencialmente por meio eletrônico. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647297-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jose Raimundo de Souza dos Santos - Vistos, etc. Trata-se de ação de restabelecimento de auxílio doença com pedido de conversão em aposentadoria por invalidez proposta por Jose Raimundo de Souza dos Santos contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. No caso em tela, exsurge dos autos, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir a existência e a extensão da lesão alegada pela parte demandante. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro o pedido de gratuidade da justiça total. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC, "O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC, conforme Portaria nº2183/2016-PTJ. Depositado valor referente aos honorários periciais, a Secretaria fica autorizada a expedir o respectivo alvará ou a transferência para conta indicada pelo expert. Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0647560-34.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0629955-12.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGADO: Banco Santander Brasil S/A - I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de embargos à execução aforado por Solucoes Embalagens Industria e Comercio em face de Banco Santander Brasil S/A Em suas razões, o embargante aduz serem improcedentes os pedidos contidos na execução resistida, na medida em que os juros deverão ter como base de cálculo o artigo 1º do Decreto 22.626/33 c/c os artigos 405 e 406 do Código Civil, bem como o artigo 161, parágrafo 1º do CTN, devendo incidir somente a partir de 30/08/2019. Que a correção monetária deverá incidir a partir do ajuizamento da ação de execução, na forma da lei 6.898/91, e não da suposta constituição do devedor em mora. Alega ainda que os juros da dívida anteriores a 30/08/2019 estão prescritos, consoante inteligência do artigo 206, § 3º, III do CC. Ao final, requer a total improcedência dos pedidos contidos na ação de execução de título extrajudicial, por falta de amparo legal. Vieram-me os autos conclusos. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO Ab initio, por se tratar de matéria de direito e falta de prejuízo pela inexistência de contraditório, passo a proferir o julgamento antecipado. Da detida análise dos embargos a execução aforados, infiro que a parte embargante objetiva, em verdade, combater o processo executivo ao argumento de que o mesmo reveste-se de excesso. Digo isso, pelo fato de que utilizam como pano de fundo para seu pedido, o argumento de que os juros atinentes ao débito exequendo deverão ter como base de cálculo o artigo 1º do Decreto 22.626/33 c/c os artigos 405 e 406 do Código Civil, bem como o artigo 161,parágrafo 1º do CTN, motivo pelo qual deverão ter incidência a partir da intimação da Defensoria Pública. Ademais, afirma ainda que a correção monetária deverá incidir a partir do ajuizamento da ação de execução, na forma da lei 6.898/91, e não da suposta constituição do devedor em mora. Melhor sorte não lhes assiste. Isso porque, o demandante em suas razões descurou da exigência epigrafada no artigo 917, §4º da legislação processual civil, qual seja, o de declarar o valor que entendem correto, apresentando a discriminação do cálculo procedido, sob pena de rejeição liminar da impugnação apresentada, tornando definitivo o valor executado. Na espécie, as alegações são genéricas acerca de erro na aplicação da base de cálculo dos juros e correção monetária elaborado pelo embargado, sem apontar, contudo, o valor que reputam correto. No mais, quanto a prescrição dos juros anteriores ao período de três anos, colijo que aqueles se incorporaram à dívida principal e, portanto, ficam sujeitos às mesmas regras de prescrição. À guisa de tais explanações, verifica-se não haver como prosperar os embargos aforados, devendo-se manter, em todos os seus termos, a execução combatida. III-DISPOSITIVO Com base nas razões alhures alinhavadas, EXTINGO o processo sem resolução do mérito com fulcro no artigo 918, II c/c 917, § 4º, I do CPC e via de consequência, determino o prosseguimento da ação executiva. Custas pelo embargante, suspensa a exigibilidade por ser beneficiário da justiça gratuita. Sem honorários ante a inexistência de contraditório. Traslade-se esta sentença para execução de

nº0629955-12.20018. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM) - Processo 0647632-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Juliana de Souza Floriano - Vistos, etc. O art.4ºe o art.139, incisoII,CPC, preveem o direito das partes à celeridade processual e o dever do Magistrado de velar por esta celeridade. Tendo em vista as especificidades deste litígio, deixo de designar a audiência de conciliação do art.334doCPC, reservando a momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação e do mútuo interesse das partes (C.P.C., art. 139, VI, e Enunciado nº 35 da ENFAM). Não há prejuízo às partes tendo em vista que a conciliação pode ser realizada em qualquer fase do processo (art.3º § 3º CPC). O prazo para resposta observará o disposto no art.335, III,Código de Processo Civil. Defiro a gratuidade de justiça. Citem-se, preferencialmente por meio eletrônico. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0647657-34.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em consulta ao Sistema de Automação da Justiça - SAJ, verifico que esse processo apresenta a pendência de suspeita de repetição de ação. Ocorre que, confrontando os dados do presente com os do processo nº 0656506-29.2018.8.04.0001, não vislumbro essa repetição. Deste modo, não há que se falar em distribuição por dependência nos termos do art. 286 do CPC, razão pela qual determino a remessa dos presentes autos ao Setor de Distribuição para que seja distribuído de forma independente, em atenção ao princípio do juiz natural. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM) - Processo 0647789-91.2019.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Victor Davis Lopes Andrade - Vistos, etc. Perlustrado os autos, denoto que o autor atribuiu à causa o valor de R$ 1.000,00 recolhendo as custas correspondentes a tal importância. Todavia, nas ações de imissão na posse, deve prevalecer como valor da causa o montante que levou à aquisição da posse. Sendo a posse originada de contrato de compra e venda, o valor da causa deve corresponder ao montante do contrato. Com base nisso, intime-se o autor, para, querendo, emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigindo o valor da causa e recolhendo as custas complementares, conforme autoriza o art. 321, caput e parágrafo único, do NCPC, sob pena de indeferimento liminar da petição inicial e extinção do feito, ex vi do art. 485, I do CPC. Decorrido o prazo legal, com ou sem resposta do autor, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB 149048/MG), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489/BA), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 37491A/BA) - Processo 0648136-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Kamilly de Souza Cintrão - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO CONSTANTE DA PREFACIAL, para declarar o contrato nulo de pleno direito, nos moldes do artigo 51 do CDC. Confirmo a tutela concedida às fls. 59/60. JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de dano moral ao fito de condenar a requerida ao pagamento de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com juros moratórios de 1% desde a citação e correção monetária a contar desta data. Outrossim, JULGO PROCEDENTE o pedido de dano material, admitindo, contudo, a compensação requerida pelo banco, nos termos da fundamentação transata. Julgo improcedente o pedido de devolução em dobro dos valores pagos pelo consumidor. No mais, em havendo sucumbência recíproca, condeno cada uma das partes em 50% (cinquenta por cento) das custas e honorários, estes fixados em dez por cento do valor da condenação, com fulcro no artigo 85, §2º do CPC, suspensa a exigibilidade em relação à autora face a concessão de gratuidade de justiça. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0649462-56.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de fls. 104/105. Na falta de bens penhoráveis para fazer frente à pretensão do(a) exequente, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, § 1º do CPC, ficando suspensa a prescrição, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo. Ultrapassado o prazo mencionado, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, com a remessa destes à fila de “processos encerrados”, ocasião na qual terá inicio o prazo de prescrição intercorrente, sem prejuízo da retomada do processo, caso existam bens penhoráveis, conforme o § 2º do referido artigo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 53182/DF), ADV: LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB 149048/MG) - Processo 0653016-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Kaio Willian Dourado Teixeira Leao - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO CONSTANTE DA PREFACIAL, para declarar o contrato nulo de pleno direito, nos moldes do artigo 51 do CDC. Confirmo a tutela concedida às fls. 56/57. JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de dano moral ao fito de condenar a requerida ao pagamento de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com juros moratórios de 1% desde a citação e correção monetária a contar desta data. Outrossim, JULGO PROCEDENTE o pedido de dano material, admitindo, contudo, a compensação requerida pelo banco, nos termos da fundamentação transata. Julgo improcedente o pedido de devolução em dobro dos valores pagos pelo consumidor. No mais, em havendo sucumbência recíproca, condeno cada uma das partes em 50% (cinquenta por cento) das custas e honorários, estes fixados em dez por cento do valor da condenação, com fulcro no artigo 85, §2º do CPC, suspensa a exigibilidade por ser beneficiário da justiça gratuita. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0656250-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Jeremias Leandro Vidinho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO CONSTANTE DA PREFACIAL, para declarar o contrato nulo de pleno direito, nos moldes do artigo 51 do CDC. Concedo a tutela de urgência em sentença para determinar a suspensão dos descontos a titulo de BMG CARTÃO, código 5887. Fica a parte autora responsável, de forma acessória, por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício junto à SEAD, devendo juntá-la aos autos no prazo de 10(dez) dias), conforme dispõe , §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: “A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas.” JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de dano moral ao fito de condenar a requerida ao pagamento de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com juros moratórios de 1% desde a citação e correção monetária a contar desta data. Outrossim, JULGO PROCEDENTE o pedido de dano material, admitindo, contudo, a compensação requerida pelo banco, nos termos da fundamentação transata. Julgo improcedente o pedido de devolução em dobro dos valores pagos pelo consumidor. No mais, em havendo sucumbência recíproca, condeno cada uma das partes em 50% (cinquenta por cento) das custas e honorários, estes fixados em dez por cento do valor da condenação, com fulcro no artigo 85, §2º do CPC, suspensa a exigibilidade em favor do autora em razão do beneficio da gratuidade de justiça Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros.

Adriano Digiácomo (OAB 14097/SC)
Alan Sampaio Campos (OAB 37491A/BA)
Alexsander do Nascimento Cordeiro (OAB 13832/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Almério Augusto Cabral dos Anjos de Castro e Costa (OAB 5171/AM)
Américo Gorayeb Neto (OAB 3923/AM)
Ana Carolina Amaral de Messias (OAB 9171/AM)
Anderson Ortiz Granja de Souza (OAB 5059/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Átila Romano Araújo Benjamin Júnior (OAB 10993/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
Bruno Bianchi Filho (OAB 4912/AM)
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti (OAB 12066A/AL)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 37489/BA)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 53182/DF)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Celso de Faria Monteriro (OAB 1080A/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Eliane Lucena do Nascimento (OAB 12790/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Eudenis Dantas Pereira Filho (OAB 11147/AM)
Fábio Pinheiro de Araújo (OAB 9576/AM)
Felipe Almeida Ferreira (OAB 10271/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibanez (OAB 1290A/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernando Rodrigues dos Santos (OAB 196461/SP)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Gabriela de Brito Coimbra (OAB 8889/AM)
Gilvan Simões Pires da Motta (OAB 1662/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Haryssa Alves Piccolotto Carvalho (OAB 8974/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Corrêa Siqueira (OAB 8873/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Janiete da Silva Monteiro (OAB 10084/AM)
Jean Colin Talavera. (OAB 230741/SP)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
Josa Paula Alves Furtado (OAB 7811/AM)
José Daniel Santana Gusmão (OAB 12035/AM)
José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juliana Falci Mendes (OAB 223768/SP)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
Keila Nascimento Saldaña (OAB 11926/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Leonardo Bruno Barbosa Monteiro (OAB 8570/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo (OAB 2819/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Felipe Brandão Ozores (OAB 4000/AM)
Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB 149048/MG)
Luiz Otavio Oliveira Bier (OAB 7816/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Maiara Carvalho da Motta (OAB 3994/AM)
Manoel Alves Neto (OAB 319031/SP)
Marcelo da Costa Pinheiro (OAB 4775/AM)
Marcelo Ferreira da Costa Filho (OAB 7023/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Glades Rodrigues Guedes (OAB 9823/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 19613A/MA)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
Milton Souza Figueiredo Júnior (OAB 12610/PA)
Murilo Corrêa Siqueira (OAB 11169/AM)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Patrese Anunciação Prado (OAB 9571/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB 1118A/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Raimundo de Souza Mamed Júnior (OAB 13498/AM)
Rebeca Rocha Hanada (OAB 10173/AM)
Ricardo Martins Motta (OAB 233247/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Ramos Rodrigues (OAB 6701/AM)
Rodrigo Sávio Brasil de Lima (OAB 11255/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 205961/SP)
Samara Ribeiro De Souza (OAB 10152/AM)
Sâmia Ali Salman (OAB 418584/SP)
Sérgio Ricardo Mota Cruz (OAB 3495/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Simone Waughan Freitas de Souza (OAB 11830/AM)
Thais Resende Cardoso (OAB 428597/SP)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thayla Galate Gomes (OAB 7954/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Thiago Silva de Souza Nunes (OAB 7342/AM)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB A1087AM)
Tiago de Souza Rocha (OAB 9912/AM)
Tirzah Cauper Gomes (OAB 10213/AM)
Vanderléia Alves Brito (OAB 4784/AM)
Vasco Macedo Vasques (OAB 5305/AM)
Vítor Kikuda (OAB 199259/SP)
Waldelina Pereira Duarte Corrêa (OAB 1293/AM)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Wellington Montemurro Filho (OAB 10992/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0274/2019

ADV: SEBASTIÃO JERÔNIMO PORTELA (OAB 5159/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: JORGE BRUNO DE MENEZES MAIA (OAB 8637/AM) - Processo 0633046-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: R.A.B. - REQUERIDO: Carril e Rocha Ltda Me (Portal do Zacarias) - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Jorge Bruno de Menezes Maia (OAB 8637/AM)
Sebastião Jerônimo Portela (OAB 5159/AM)

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0168/2019

ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM) - Processo 0209554-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Claudio Souza da Silva - Processo oriundo da Justiça Federal. Ao Requerente para que proceda ao recolhimento das custas iniciais devidas ao Tribunal de Justiça, no prazo legal, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MUNICK ALBUQUERQUE COSTA (OAB 7874/AM), ADV: MARCELO DE FIGUEIREDO ARRUDA (OAB 4505/AM) - Processo 0255325-34.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0000798-68.2003.8.04.0001) (processo principal 0000798-68.2003.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Luiz Otaviano Rodrigues Lopes - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o Estado do Amazonas, por meio do Procurador Geral do Estado-PGE/AM, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º), a fim de efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV, expedida às fls.46/47, conforme Resolução nº. 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002. Senha do Processo: Senha de acesso da pessoa selecionada

ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM) - Processo 0604164-41.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: H.T.C.A. - Diante da ausência de impugnação à execução, requisite-se o pagamento na forma da lei e com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDINHO GOMES DA CRUZ (OAB 11273/AM) - Processo 0612703-59.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Ingresso e Exclusão dos Sócios na Sociedade - REQUERIDO: JUCEA - Junta Comercial do Estado do Amazonas e outro - Expeça-se novo mandado judicial para citação do sr. Lenival Souza Limeira no endereço constante à fl. 110, devendo o Oficial de Justiça proceder à CITAÇÃO COM HORA CERTA, na forma dos arts. 252 e 253 do CPC, se as circunstâncias autorizadoras se fizerem presentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM) - Processo 0614656-63.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Vanda Veiga Ferreira - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o(a) Advogado(a) da parte interessada para apresentar mídia digital (CD ou DVD) contendo todos os documentos e informações (no formato PDF) elencados e exigidos pelo Art. 18 da Resolução nº 003/2014 do Tribunal de Justiça do Amazonas, para fins de instruir o Precatório a ser encaminhado à Central de Precatórios do TJ/AM, a seguir transcritos: 1 - cópia dos CPFs dos credores (no caso de advogado apresentar CPF e NIT); 2 - cópia do espelho do processo que conste a data da distribuição da processo de conhecimento; 3 - cópia da petição inicial do processo de conhecimento; 4 - cópia do título extrajudicial ou da Sentença e de todos os Acórdãos proferidos no processo de conhecimento, se houverem; 5 - cópia da certidão de trânsito em julgado da condenação; 6 - cópia do despacho ou ato ordinatório que determinou a intimação da Fazenda para impugnar a execução, com as respectivas certidões de publicação via portal; 7 - se houver impugnação à execução, juntar cópia da Decisão, Sentença e ou Acórdãos nela proferidos e a certidão de trânsito em julgado da impugnação. 8 - se não houve impugnação à execução juntar apenas a certidão de decurso do prazo informando que não houve impugnação à execução. 9 - no caso de haver custas acrescidas, juntar a cópia da intimação da Fazenda sobre essas custas acrescidas. 10 - cópia do ato ordinatório ou do despacho que intimou as partes sobre a atualização dos cálculos pela Contadoria, bem como as certidões das respectivas intimações via Diário e via Portal; 11 - cópia da procuração outorgada ao advogado; 12 - cópia do despacho ou decisão que determinou a expedição da requisição de pagamento. Intime-se.

ADV: ANA SELMA RODRIGUES PINHEIRO (OAB 4958/AM), ADV: GIULIANA PINHEIRO BASTOS NEVES (OAB 10386/AM) - Processo 0617903-18.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Sara Carvalho Alves - De ordem do MM. Juiz de Direito, intime-se a exequente para manifestar-se sobre os termos da Impugnação ao Cumprimento de Sentença, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 513, caput, c/c art. 920, I, e 219, caput, CPC/2015), informando expressamente se concorda com os cálculos apresentados pelo(a) Impugnante, para fins de celeridade no julgamento da Impugnação. Após, os autos deverão ser encaminhados conclusos ao MM. Juiz. Intime-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0618049-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Ingresso e Concurso - REQUERENTE: Camila Monteiro de Azevedo - Defiro o pedido de gratuidade judicial. Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. A tutela provisória será examinada tão logo seja apresentada a contestação, munindo-se este Juízo de mais elementos para melhor avaliar o pedido. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0618523-98.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Jucileide Cavalcante da Rocha - Cite-se a Fundação Amazonprev para, no prazo legal, manifestar-se quanto à habilitação e demais pedidos de fls. 229/230, nos moldes do art. 690 c/c art. 183, caput, CPC. Ademais, determino que as intimações destinadas à entidade estadual passem a ser encaminhadas também à Procuradoria Geral do Estado do Amazonas, em razão da decisão da Suprema Corte quanto à unicidade da representação judicial dos estados da federação (ADI 4449, 5245 e 5262). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (SUSPENSÃO PREVENTIVA ATÉ 07/09/2019 - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM), ADV: MÁRCIO ROCHA DE CARVALHO (OAB 5274/AM), ADV: RICARDO WAGNER DA COSTA MONTE (OAB 4436/AM) - Processo 0619015-61.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - EXEQUENTE: Maria Izailda Correa Barros - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a SUHAB,via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º), a fim de efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV, expedida às fls. 287/288 , conforme Resolução nº. 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002. Senha do Processo: Senha de acesso da pessoa selecionada

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0623657-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - INTSSADO: Vision Clínica de Olhos Ltda. - EPP - De ordem do MM. Juiz de Direito, INTIME-SE a Clínica Vision Clínica de Olhos Ltda. - EPP para que proceda às 6 (seis)

aplicações do medicamento AVASTIN na Requerente, acostando aos autos as notas fiscais e/ou outros documentos Comprobatórios da efetiva realização do Serviço. Intime-se.

ADV: GILBERTO LUIZ VALENTE RODRIGUES FILHO (OAB 229958/SP) - Processo 0627558-14.2017.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Licitações - REQUERENTE: Construtora Tocantins Ind. e Com. Ltda - Diante do teor da certidão de fl. 245, com o fito de se evitar possíveis nulidades, determino a realização de consulta ao Infojud com vistas a localizar o endereço da empresa FD Engenharia e Construção EIRELI, CNPJ 10.582.924/0001-05, para sua citação pessoal. Sendo positiva a resposta, cite-se no endereço encontrado. Caso contrário, voltem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM) - Processo 0629220-18.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: ADRIANA ROCHA CARVALHO - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o(s) Requerido(s) para, querendo, apresentar(em) alegações finais (Art. 364, § 2.º do CPC), nos termos da r. Decisão de fls. 304. Decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação, os autos deverão ser encaminhados conclusos para sentença, por não se tratar de caso ou de procedimento de manifestação obrigatória do Ministério Público na condição de custos legis. Intime-se.

ADV: ISALTINO JOSÉ BARBOSA NETO (OAB 9055/AM) - Processo 0635563-59.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Claudia Alice Calixto e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito e considerando o trânsito em julgado da decisão judicial, intime-se as partes para requererem o que for de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se.

ADV: ALEX LELIS DA COSTA (OAB 11888/AM) - Processo 0641738-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Medicamentos - REQUERENTE: Ana Cristina Alves de Menezes - Decisão. Pelo exposto, CONCEDO a Tutela Provisória de Urgência para determinar ao Estado do Amazonas que providencie a disponibilização do medicamento Ocrelizumabe 300mg em favor da Requerente, mediante aplicação endovenosa de 01 (um) frasco na primeira sessão, garantindo-se, após 15 (quinze) dias, a aplicação do segundo frasco na segunda sessão, nos termos do Receituário Médico de fls. 26. Ressalte-se que o Requerido deve informar ao Juízo sobre as medidas adotadas para o cumprimento da ordem judicial. Fica o Estado Requerido instado ao cumprimento da medida antecipatória no prazo improrrogável de 48h (quarenta e oito horas), sob pena do bloqueio judicial de verbas públicas no montante equivalente ao custeio do tratamento medicamentos perante a rede privada, caso se mostre necessário. Expeça-se mandado, em regime de urgência, para intimação do Sr. Secretário Estadual de Saúde, a fim de que tome conhecimento da presente demanda e adote as providências que entender cabíveis, no âmbito de suas atribuições. Considerando que já houve a citação do Estado via portal eletrônico, aguarde-se o decurso do prazo para contestação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0642219-95.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - EXEQUENTE: Jose Carlos Pinto Serrão - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o Procurador/Advogado do exequente para apresentar a documentação faltante exigida pela certidão de fls. 127, podendo peticionar diretamente nos autos do Precatório já em andamento na Central de Precatórios do TJ/AM sob o nº 00005388-32.2019.8.04.0000, para maior celeridade. Intime-se.

ADV: LUÍS OTÁVIO DE ARAÚJO SILVA (OAB 6972/RO), ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 3328/RO), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM) - Processo 0644804-52.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria das Merces de Oliveira - Defiro o pedido de gratuidade judicial. Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. A tutela provisória será examinada tão logo seja apresentada a contestação, munindo-se este Juízo de mais elementos para melhor avaliar o pedido. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS OTÁVIO DE ARAÚJO SILVA (OAB 6972/RO), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 3328/RO) - Processo 0644847-86.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Bruna Letícia Ramos Araújo e outro - Defiro o pedido de gratuidade judicial. Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. A tutela provisória será examinada tão logo seja apresentada a contestação, munindo-se este Juízo de mais elementos para melhor avaliar o pedido. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM) - Processo 0644887-68.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Heber Oliveira Mesquita - Defiro o pedido de gratuidade judicial. Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. A tutela provisória será examinada tão logo seja apresentada a contestação, munindo-se este Juízo de mais elementos para melhor avaliar o pedido. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM) - Processo 0645213-28.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lucio da Silva Trindade - Corrija-se a classe processual. Defiro o pedido de gratuidade judicial. Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. A tutela provisória será examinada tão logo seja apresentada a contestação, munindo-se este Juízo de mais elementos para melhor avaliar o pedido. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM) - Processo 0646253-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Rosélia Rodrigues Alves Brasileiro - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte embargada para que diga, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos declaratórios opostos, tendo em vista os efeitos infringentes perseguidos (Art. 1023, §2° c/c Art. 183, caput, do CPC). Intime-se.

ADV: KAREN CRISTIANE RIBEIRO (OAB 208115/SP) - Processo 0646837-15.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: K.c.r. Indústria e Comércio de Equipamentos Eireli - Notifique-se a autoridade coatora (art. 7°, I, da Lei 12.016/09). Dê-se ciência da impetração do presente writ ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada (art. 7°, II, da Lei 12.016/09). Decorrido o prazo para apresentação das informações, retornem os autos do processo conclusos para apreciação da liminar requerida. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULA ÂNGELA VALÉRIO DE OLIVEIRA (OAB 1024/AM) - Processo 0659121-89.2018.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDO: Paulo Roberto Vital de Menezes e outros - Chamo o feito à ordem para declarar sem efeito a carta precatória de fl. 1501. Expeça-se carta com aviso de recebimento para notificação da Requerida Aceco TI LTDA, no endereço informado à fl. 1498. Finalmente, diga o Ministério Público sobre o teor do aviso de recebimento negativo de fl. 1486. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM), ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0717020-55.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Admissão / Permanência / Despedida - EXEQUENTE: Cesar Lobato Brito - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 422/423, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Alex Lelis da Costa (OAB 11888/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Ana Selma Rodrigues Pinheiro (OAB 4958/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)

Breno de Almeida Rodrigues (OAB 8121/AM)
Edinho Gomes da Cruz (OAB 11273/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Gilberto Luiz Valente Rodrigues Filho (OAB 229958/SP)
Giuliana Pinheiro Bastos Neves (OAB 10386/AM)
Isaltino José Barbosa Neto (OAB 9055/AM)
Karen Cristiane Ribeiro (OAB 208115/SP)
Luís Otávio de Araújo Silva (OAB 6972/RO)
Marcelo de Figueiredo Arruda (OAB 4505/AM)
Márcio Rocha de Carvalho (OAB 5274/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (SUSPENSÃO PREVENTIVA até 07/09/2019 - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
Maurício Pereira da Silva (OAB 1122/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Munick Albuquerque Costa (OAB 7874/AM)
Paula Ângela Valério de Oliveira (OAB 1024/AM)
Rafael Yan de Souza Silva (OAB 13427/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Ricardo Wagner da Costa Monte (OAB 4436/AM)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Silvana Castro Muniz (OAB 3328/RO)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA FILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0151/2019

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 2/AM), ADV: CAROLINE PEREIRA DE SOUZA (OAB 9052/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: MARITA SANTOS DE OLIVEIRA CORRÊA (OAB 5391/AM), ADV: MARIA DOMINGAS GOMES LARANJEIRA (OAB 1239/AM), ADV: MARIA DO PERPETUO SOCORRO APARICIO DE SOUZA (OAB 7142/AM), ADV: MARCIA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 3751/AM), ADV: JOSÉ ROBERTO GIÓIA ALFAIA (OAB 1746/AM) - Processo 0201538-27.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Robson da Silva Reis - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIX, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a exequente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da impugnação ao cumprimento de sentença.

ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0205003-44.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Marilene da Costa Pimentel - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - À vista do exposto, CONFIRMO a tutela antecipada e JULGO A AÇÃO PROCEDENTE, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.

ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM) - Processo 0205383-67.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fátima Cordeiro da Silva Nunes - Sadraque Melo Nunes - REQUERIDO: O Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Isto posto e de tudo mais que dos autos consta, na forma do art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE os pedidos formulados pelo autor para CONDENAR o Estado do Amazonas na obrigação de efetuar o pagamento ao autor no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) para Fátima Cordeiro da Silva Nunes e R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para Sadraque Melo Nunes, ambos a título de danos morais, acrescidos de juros de mora, e correção monetária, na forma da lei.

ADV: JOSÉ GILBERTO DE SOUZA LUZEIRO (OAB 1891/AM), ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM), ADV: DANIELLE AUFIERO MONTEIRO DE PAULA (OAB 6945/AM), ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM), ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM), ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: RICARDO OLIVEIRA DA COSTA (OAB 10658/AM), ADV: VALDECIR FRAGATA MEIRELES DA SILVA (OAB 2461/AM), ADV: SILVANA NOBRE DE LIMA CABRAL (OAB PROMOTORA), ADV: ALDENIZE MAGALHÃES AUFIERO (OAB 1874/AM) - Processo 0220375-38.2009.8.04.0001 (001.09.220375-3) - Cumprimento de sentença - Improbidade Administrativa - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - 77.ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público - REQUERIDO: FÁBIO FELIPPE - Hissa Nagib Abrahao Filho - Ivana da Costa Vieira - José Arnaldo Lima Grijó - Marcelo Augusto da Silva Magalhães Ramos - Miguel Virgílio Câmara de Oliveira - Regina Fernandes do Nascimento - Ronaldo César Diniz - Sigrid Camara de Oliveira - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XV, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a parte executada intimada para, no prazo legal, querendo, apresentar impugnação ao Cumprimento de Sentença.

ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM), ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM), ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM), ADV: ADALBERTO TEIXEIRA BITTAR (OAB 5275/AM) - Processo 0254877-03.2009.8.04.0001 (001.09.254877-7) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria Clara do Nascimento Figueira - Ana Carolina do Nascimento Figueira - Mateus Xavier do Nascimento - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Não obstante o feito encontrar-se aparelhado para julgamento, considerando que à fl. 137 consta que o Estado do Amazonas recusou-se a conciliar devido à "deficiência de representação dos menores", intime-se o Estado do Amazonas para, querendo, oferecer proposta de acordo no prazo de 10 dias.

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM), ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM), ADV: LEONARDO PRESTES MARTINS (OAB 1277/AM) - Processo 0255628-48.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão - REQUERENTE: Raimunda Queila Lima Viana - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Tendo em vista que, embora regularmente intimado, o Estado do Amazonas deixou de apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, expeça-se a requisição de pequeno valor, nos termos do inciso II, do § 3º, do art. 535, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO ESPINHEIRA DE MELO (OAB 25207/BA), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: CÍNTIA HOSSOKAWA (OAB 7437/AM), ADV: EUGÊNIO AUGUSTO CARVALHO SEELIG (OAB 8625/AM), ADV: JORGE HENRIQUE DE FREITAS PINHO (OAB 1644/AM), ADV: JOÃO GILSON PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (OAB 7675/AM) - Processo 0256825-43.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: TIM Celular S.A. (RJ) - Tim Celular S/A - REQUERIDO: O Estado Amazonas - Estado do Amazonas - Intime-se a executada, TIM CELULAR S.A., para pagamento do valor exequendo, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo estipulado, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado no percentual 10%.

ADV: HELOYSA SIMONETTI TEIXEIRA (OAB 2561/AM), ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM) - Processo 0258029-88.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Locavel Serviços Ltda - REQUERIDO: Fazenda Pública Estadual - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a apelada intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar Contrarrazões ao recurso de Apelação. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, o processo será remetido ao Tribunal de Justiça (art. 1.010, §§ 1º. 2º e 3º). Manaus, 04 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: VANESSA FUMIKO SAKAI (OAB 5352/AM), ADV: RAFAEL LINS BERTAZZO (OAB 7213/AM), ADV: GIORDANO BRUNO DA COSTA CRUZ (OAB 761A/AM) - Processo 0604625-52.2014.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Arão Ferreira Lima - REQUERIDO: MARIO GONDIM USCHOA -IMOVEIS - Estado do Amazonas - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Diante do exposto, não é possível avaliar se o autor possui todas as condições para a declaração da propriedade pela prescrição aquisitiva, pelo que, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido do autor.

ADV: WANESSA CAVALCANTE FECURY SOARES (OAB 6367/AM), ADV: ERIVERTON RESENDE MONTE (OAB 7648/AM), ADV: MAURO CELI MARTINS (OAB 2907/AM), ADV: LUCIANA ELVAS PINHEIRO (OAB 5657/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA (OAB 6193/AM), ADV: ALY NASSER ABRAHIM BALLUT FILHO (OAB 6002/AM), ADV: SÉRGIO EMERSON CORDEIRO RABELO (OAB 9240/AM), ADV: ETÃ PEREIRA CASTELO BRANCO (OAB 6550/AM) - Processo 0606922-32.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: WAGNER DE OLIVEIRA JÚNIOR - REQUERIDO: Universidade do Estado do Amazonas - Universidade do Estado do Amazonas - UEA - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM), ADV: ÉLIDA DE LIMA REIS CORRÊA (OAB 7458/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: PAULO HENRIQUE DA SILVA GADELHA (OAB 6190/AM) - Processo 0608089-50.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Nathalie Gadelha Maia - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a apelada intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar Contrarrazões ao recurso de Apelação. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, o processo será remetido ao Tribunal de Justiça (art. 1.010, §§ 1º. 2º e 3º). Manaus, 09 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: HERALDO MOUSINHO BARRETO (OAB 4204/AM), ADV: ARTHÊMIO WAGNER DANTAS DE OLIVEIRA (OAB 2026/AM) - Processo 0615099-09.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Marlon Nazareno Soares Benfica - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Ayrton Ferreira do Norte - Marcelo Harraquian da Silva - Fabiano Machado Bó - Ronaldo Negreiros da Silva - Ronaldo Jorge Alves de Freitas - Allen Antônio Onó de Souza - Jerry Andrade de Menezes - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso X, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o embargado intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca dos Embargos de Declaração interpostos. Manaus, 04 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: WELLINGTON FILGUEIRA SAMPAIO (OAB 5308/AM), ADV: TIBIRIÇÁ VALÉRIO DE HOLANDA FILHO (OAB 7159/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM), ADV: JANNE SALES GOMES (OAB 3045/AM), ADV: ANA AMÉLIA SILVA DE SOUZA (OAB 8561/AM), ADV: ALCINEIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 3887/AM) - Processo 0618358-51.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: JOSÉ SEBASTIÃO RODRIGUES DOS SANTOS - REQUERIDO: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Intime-se a(o) Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 dias, impugnar a execução, nos moldes do art. 535 do CPC/2015.

ADV: CRISTIANE VASCONCELOS RIBEIRO BASTOS (OAB 91114/RJ) - Processo 0619538-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Estaduais - REQUERENTE: Denis Hissashi Yokoyama - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Embora regularmente citado o réu não apresentou contestação, motivo pelo qual decreto a sua revelia, deixando, no entanto, de produzir os efeitos dela decorrentes, dado que a ação versa sobre direito indisponível, consoante inciso II do art. 345, do CPC. A matéria versada no presente processo é exclusivamente de direito, prescindindo a produção de outras provas, nos termos do inciso I, do art. 355, do CPC. Assim, sem manifestações em contrário, remetam-se os autos ao Ministério Público para emissão de parecer. Após, voltem-me conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: ARLECY DE SOUZA FERREIRA (OAB 6581/AM), ADV: AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM), ADV: HONORIO VIEIRA DA COSTA JUNIOR (OAB 9720/AM), ADV: KARINA BROZE NAIMEG GROSSI (OAB 9245/AM) - Processo 0619836-94.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: TAMARA EVELYN MACIEL DE OLIVEIRA - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se o Executado, Estado do Amazonas, para no prazo de 15 (quinze) dias cumprir a obrigação que lhe fora imposta em sentença, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), até o limite de 20 (vinte) dias-multa, a qual será revertida em favor do Exequente (art. 537, §2º, do NCPC). Cumpra-se.

ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: JONES DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 9616/AM), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0622102-83.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: P.W.C.B. - REQUERIDO: A.F.P.E.A. - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a parte apelada intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar Contrarrazões ao recurso de Apelação. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, o processo será remetido ao Tribunal de Justiça (art. 1.010, §§ 1º. 2º e 3º). Manaus, 09 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM), ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM) - Processo 0622120-75.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: L.R.D. - REQUERIDO: E.A.S.S.E.S.A. - E.A. - À vista do exposto, CONFIRMO a tutela antecipada concedida e JULGO A AÇÃO PROCEDENTE, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, CPC, para CONDENAR o Estado do Amazonas na obrigação de fazer consistente no fornecimento dos medicamentos SOLVALI, 400 MG e DECLATASVIR, 60 MG, um comprimido ao dia de cada, durante o prazo de seis meses, contados a partir do deferimento de antecipação dos efeitos de tutela.

ADV: FERNANDO FERREIRA GONCALVES DE SOUZA (OAB 151919/MG) - Processo 0622304-60.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - EXEQUENTE: Csi Service Ltda. - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, EXTINGO o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, c/c art. 924, I, ambos do Código de Processo Civil, por inadequação da via executiva devido à ausência de título hábil.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0624125-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Alexandre Roque da Silva Nery - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 04 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: CAROLINE DE ARRUDA SALDANHA (OAB 994A/AM), ADV: EDINALDO CARVALHO DE AGUIAR (OAB 5982/AM), ADV: JAILENE CASTELO BESSA (OAB 6865/AM), ADV: JULIANA MARIA DUARTE MARQUES (OAB 9259/AM), ADV: PATRICIA

KELLY OLIVEIRA DE JESUS (OAB 8672/AM), ADV: RAFAEL LINS BERTAZZO (OAB 7213/AM) - Processo 0630978-95.2015.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Anulação - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Promotoria - Massas Falidas e Fundações - REQUERIDO: Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico e Social - Estado do Amazonas - Isto posto, RECEBO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, julgando-os IMPROCEDENTES.

ADV: AMARILDO PEREIRA DA SILVA (OAB 9812/AM), ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM) - Processo 0632011-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jairo Cesar França Barros - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Comandante eral do Corpo de Bombeiros - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 04 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM) - Processo 0638664-41.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: EDUARDA SANTOS RABELO - REQUERIDO: ESTADO DO AMAZONAS - Estado do Amazonas - Chamo o processo à ordem. Para dirimir quaisquer dúvidas acerca dos fatos narrados na inicial e em busca da verdade real, DECIDO: Intime-se a requerente para juntar aos autos comprovante do atendimento prestado pelo Estado do Amazonas, em 27/09/15 (suposto primeiro atendimento), no Pronto Socorro da Criança (Joãozinho). Intime-se o requerido Estado do Amazonas para juntar aos autos o prontuário médico de atendimento à autora. Assino para ambos o prazo de 10 (dez) dias. Após, retornem-me os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM), ADV: CAROLINA GOMES MAR (OAB 8627/AM), ADV: ÉLIDA DE LIMA REIS CORRÊA (OAB 7458/AM) - Processo 0640548-71.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Julio Cesar Barbosa Cancio - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a apelada intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar Contrarrazões ao recurso de Apelação. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, o processo será remetido ao Tribunal de Justiça (art. 1.010, §§ 1º. 2º e 3º). Manaus, 09 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: TATYANE DE ARAÚJO CAMPOS (OAB 10201/AM), ADV: GABRIEL PRATES DONATO LOPES (OAB 6742/AM), ADV: FRANÇOIS ANTÔNIO GALVÃO (OAB 10015/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE VASCONCELLOS ASSAD (OAB 4765/AM), ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM) - Processo 0644287-18.2017.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERENTE: E.A. - LITSATIVO: S.E.H.S. - REQUERIDO: S.R.O.P. - F.B.S. - M.M.S.O. - Primeiramente, a fim de se evitar cerceamento de defesa, embora a denominada “defesa prévia” apresentada pela requerida aborde o mérito, concedo à requerida a oportunidade para complementação da referida peça no prazo de 15 dias, sem prejuízo de recebimento das manifestações apresentadas na qualidade de contestação.

ADV: NELSON BRUNO VALENÇA (OAB 15783/CE), ADV: DANIEL CIDRÃO FROTA (OAB 19976/CE), ADV: JULIANA BATISTA BRAGA (OAB 4166/AM), ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0715143-80.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Universidade Paulista - Unip - Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO - REQUERIDO: O Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Assim, por todo acima exposto, JULGO IMPROCEDENTE a ação, na forma do art. 487, I do CPC, mantendo em todo o seu teor a multa administrativa aplicada pelo PROCON/AM à Requerente, revogando a tutela liminar anteriormente concedida.

ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM), ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0719455-02.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: MARIA RIBEIRO - REQUERIDO: Estado do Amazonas (Hospital e Pronto Socorro 28 de Agosto) - Estado do Amazonas - À vista de todo exposto, JULGO EXTINTA A AÇÃO, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC.

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0719910-64.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Haendrik Landell Lima Alecrim - REQUERIDO: Universidade do Estado do Amazonas - UEA - À vista do exposto, CONFIRMO a tutela antecipada concedida e JULGO A AÇÃO PROCEDENTE, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.

Adalberto Teixeira Bittar (OAB 5275/AM)
Alcineia da Silva Rodrigues (OAB 3887/AM)
Aldenize Magalhães Aufiero (OAB 1874/AM)
Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Aly Nasser Abrahim Ballut Filho (OAB 6002/AM)
Amarildo Pereira da Silva (OAB 9812/AM)
Ana Amélia Silva de Souza (OAB 8561/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
Arlecy de Souza Ferreira (OAB 6581/AM)
Arthêmio Wagner Dantas de Oliveira (OAB 2026/AM)
AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Carolina Gomes Mar (OAB 8627/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 2/AM)
Caroline de Arruda Saldanha (OAB 994A/AM)
Caroline Pereira de Souza (OAB 9052/AM)
Caroline Retto Frota (OAB 4411/AM)
Christiano de Oliveira Santiago (OAB 9536/AM)
Cíntia Hossokawa (OAB 7437/AM)
Cristiane Vasconcelos Ribeiro Bastos (OAB 91114/RJ)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Daniel Cidrão Frota (OAB 19976/CE)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB 6945/AM)
Diego Espinheira de Melo (OAB 25207/BA)
Edinaldo Carvalho de Aguiar (OAB 5982/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Élida de Lima Reis Corrêa (OAB 7458/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Eriverton Resende Monte (OAB 7648/AM)
Etã Pereira Castelo Branco (OAB 6550/AM)
Eugênio Augusto Carvalho Seelig (OAB 8625/AM)
Evandro Ezidro de Lima Régis (OAB 2498/AM)
Fábio Martins Ribeiro (OAB 449A/AM)
Fernando Ferreira Goncalves de Souza (OAB 151919/MG)
François Antônio Galvão (OAB 10015/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gabriel Prates Donato Lopes (OAB 6742/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Giordano Bruno da Costa Cruz (OAB 761A/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Heloysa Simonetti Teixeira (OAB 2561/AM)
Heraldo Mousinho Barreto (OAB 4204/AM)
Honorio Vieira da Costa Junior (OAB 9720/AM)
Ivânia Lúcia Silva Costa (OAB 7530/AM)
Jailene Castelo Bessa (OAB 6865/AM)
Janne Sales Gomes (OAB 3045/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
João Gilson Pereira da Silva Júnior (OAB 7675/AM)
Jones de Oliveira Santos (OAB 9616/AM)
Jorge Henrique de Freitas Pinho (OAB 1644/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Gilberto de Souza Luzeiro (OAB 1891/AM)

José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
José Roberto Gióia Alfaia (OAB 1746/AM)
Juliana Batista Braga (OAB 4166/AM)
Juliana Maria Duarte Marques (OAB 9259/AM)
Júlio César de Vasconcellos Assad (OAB 4765/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Karina Broze Naimeg Grossi (OAB 9245/AM)
Leonardo Prestes Martins (OAB 1277/AM)
Luciana Araújo Paes (OAB 4678/AM)
Luciana Elvas Pinheiro (OAB 5657/AM)
Marcelo Carvalho da Silva (OAB 6193/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Marcia Oliveira dos Santos (OAB 3751/AM)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 3004/AM)
Maria do Perpetuo Socorro Aparicio de Souza (OAB 7142/AM)
Maria Domingas Gomes Laranjeira (OAB 1239/AM)
Marita Santos de Oliveira Corrêa (OAB 5391/AM)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Mauro Celi Martins (OAB 2907/AM)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Nelson Bruno Valença (OAB 15783/CE)
Patricia Kelly Oliveira de Jesus (OAB 8672/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paulo Henrique da Silva Gadelha (OAB 6190/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Rafael Lins Bertazzo (OAB 7213/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Ricardo Oliveira da Costa (OAB 10658/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Sérgio Emerson Cordeiro Rabelo (OAB 9240/AM)
Silvana Nobre de Lima Cabral (OAB PROMOTORA)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Tatyane de Araújo Campos (OAB 10201/AM)
Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB 7159/AM)
Valdecir Fragata Meireles da Silva (OAB 2461/AM)
Vanessa Fumiko Sakai (OAB 5352/AM)
Wanessa Cavalcante Fecury Soares (OAB 6367/AM)
Wellington Filgueira Sampaio (OAB 5308/AM)

3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO ETELVINA LOBO BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DARCLEIDE FERREIRA DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0060/2019

ADV: FERNANDO COSTA ALVES (OAB 10859/AM), ADV: DAVID GOMES BENAYON (OAB 2180/AM) - Processo 0009855-63.1992.8.04.0012 (012.92.009855-1) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Batestacas e Construções Ltda. - REQUERIDO: Sociedade de Habitacao do Estado do Amazonas- Sham. - Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB - Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - De ordem da MMa Juíza de Direito, Dra. Etelvina Lobo Braga, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, art. 1º, a fim de acelerar a triagem de documentos necessários para a formação do precatório, fica a parte exequente intimada para fazer a juntada nos autos das informações e documentos elencados no art. 18, alíneas, da Resolução nº 03/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e parágrafo 1° do referido dispositivo, no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de não formação do precatório. “OBS” os documentos elencados na alínea “c”, devem vir acompanhados de cópias.

ADV: AUTA GAGLIARDI MADEIRA (OAB 5585/DF), ADV: PEDRO LUCAS LINDOSO (OAB 496/AM) - Processo 0035159-34.2010.8.04.0012/01 (apensado ao processo 0035159-34.2010.8.04.0012) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: O Espólio de Antônio Carreira Madeira - EXECUTADO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Diante do exposto, no exercício do juízo de retratação da decisão a fl. 220, torno-a sem efeito . Determino o prosseguimento do feito. Cumpra-se a decisão a fls. 177/181. Após, retornem-me os autos conclusos para sentença. P.R.I.

ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: ANTONIO ALVES PEREIRA (OAB 002.622/AM) - Processo 0035892-97.2010.8.04.0012 (012.10.035892-9) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Antônio Garcez de Castro Neto - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - De ordem da MMa Juíza de Direito, Dra. Etelvina Lobo Braga, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, art. 1º, a fim de acelerar a triagem de documentos necessários para a formação do precatório, fica a parte exequente intimada para fazer a juntada nos autos das informações e documentos elencados no art. 18, alíneas, da Resolução nº 03/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e parágrafo 1° do referido dispositivo, no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de não formação do precatório. “OBS” os documentos elencados na alínea “c”, devem vir acompanhados de cópias.

ADV: IARA ROSA MENDONÇA (OAB 4520/AM), ADV: SAMMY DE SOUZA SAHDO (OAB 4791/AM) - Processo 0234123-74.2008.8.04.0001 (001.08.234123-1) - Cumprimento de sentença - Contribuições Previdenciárias - REQUERENTE: Wander de Araújo Fróes - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação da parte Exequente, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 15 dias, para se manifestar acerca da impugnação à execução. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: GASPAR SILVEIRA M B DO MONTE (OAB 002.727/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM) - Processo 0309672-61.2006.8.04.0001 (001.06.309672-3) - Procedimento Comum Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Gaspar Silveira Martins Barcelos do Monte - REQUERIDO: Governo do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - R. Hoje; Intimem-se as partes, por seus patronos, para requerer o que entender ser de direito, no prazo comum de 10 (dez) dias; Caso não hajam manifestações, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe; Publique-se; Cumpra-se.

ADV: NELSON SAPHA KIZEM (OAB 245/AM), ADV: NELSON ABDON SOUTO KIZEM (OAB 5454/AM), ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM) - Processo 0615513-46.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: M P dos Santos Ferragem - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem da MMa Juíza de Direito, Dra. Etelvina Lobo Braga, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, art. 1º, a fim de acelerar a triagem de documentos necessários para a formação do precatório, fica a parte exequente intimada para fazer a juntada nos autos das informações e documentos elencados no art. 18, alíneas, da Resolução nº 03/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e parágrafo 1° do referido dispositivo, inclusive o informado na certidão de fls. 288, no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de não formação do precatório. “OBS” os documentos elencados na alínea “c”, devem vir acompanhados de cópias.

ADV: RODRIGO OTÁVIO LAMÊGO VASCONCELOS (OAB 11161/AM) - Processo 0618042-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: Darllyne Ferreira Pereira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação da parte autora, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, da juntada de documentos apresentada pela parte adversa (art. 437, § 1º, do CPC). É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM) - Processo 0620853-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rpj Comércio e Serviços da Amazônia Ltda - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, encaminhe-se o processo à Contadoria deste Fórum, depois do trânsito em julgado, a fim de que seja efetuada a atualização dos valores contidos na planilha a fl. 57, com aplicação: a) em relação ao principal: correção monetária - TR até 25.03.2015 e, depois, será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) e juros aplicados à caderneta de poupança, desde a emissão da nota (04/01/2016 - fl. 25); Após, abra-se vista para as partes, no prazo comum de dez dias, manifestarem-se quantos aos cálculos. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ÉRICA ROBERTA RÉGIS DA SILVA (OAB 4815/AM) - Processo 0642452-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Bioplus Comercio e Representações de Medicamentos e Serviços de Equipamentos Médico-hospitalares Ltda - REQUERIDO: Estado do Amazonas - II - Analisando os embargos de declaração opostos a fls. 119/124, e verificando os requisitos descritos no art. 1022, II, do CPC, ATRIBUO-LHES EFEITOS INFRINGENTES, posto que a contradição apontada traz em seu âmbito a modificação do decisum como uma consequência necessária, alterando, em certo aspecto, seu conteúdo, havendo a necessidade de manifestação da parte ex adversa. II - Intime-se o requerente para se manifestar no prazo legal, a fim de garantir o resguardo ao princípio do contraditório. III - Cumpra-se, com as cautelas devidas.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0653437-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: João dos Santos Neto - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, determino a suspensão do feito até a solução final dos recursos representativos da controvérsia, conforme disposto no art. 1.036, § 1º, do CPC. Intime-se as partes para tomarem ciência da suspensão do feito. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM), ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM), ADV: LUCIANA ELVAS PINHEIRO (OAB 5657/AM) - Processo 0716459-31.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Maria Eliane Monteiro de Miranda - REQUERIDO: Universidade do Estado do Amazonas - LITSPASSIV: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - INTSSADO: Universidade do Estado do Amazonas - UEA - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação do da parte autora e da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 15 e 30 dias, respectivamente, para se manifestar acerca do embargos de declaração. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Antonio Alves Pereira (OAB 002.622/AM)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
Auta Gagliardi Madeira (OAB 5585/DF)
David Gomes Benayon (OAB 2180/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Érica Roberta Régis da Silva (OAB 4815/AM)
Evandro Ezidro de Lima Régis (OAB 2498/AM)
Fernando Costa Alves (OAB 10859/AM)
Gaspar Silveira M B do Monte (OAB 002.727/AM)
Iara Rosa Mendonça (OAB 4520/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
Luciana Elvas Pinheiro (OAB 5657/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Nelson Abdon Souto Kizem (OAB 5454/AM)
Nelson Sapha Kizem (OAB 245/AM)
Pedro Lucas Lindoso (OAB 496/AM)
Rodrigo Otávio Lamêgo Vasconcelos (OAB 11161/AM)
Sammy de Souza Sahdo (OAB 4791/AM)

4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0164/2019

ADV: GEYSA MITZ DANTAS GUIMARÃES (OAB 6395/AM) - Processo 0601423-62.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Franklin Carlos Furtado de Oliveira - SENTENÇA Autos nº:0601423-62.2017.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível Assunto:Admissão / Permanência / Despedida Autor:Franklin Carlos Furtado de Oliveira Réu:Estado do Amazonas Vistos etc. I.- Relata-se. Antes de iniciar o relatório, cumpre ressaltar que os autos presentemente decididos, consoante provimento de correição de fls. 84/85, foram inicialmente distribuídos em data de 19/01/2017, para o Juízo da 4a. Vara da Fazenda Estadual, extinta por força da LC n.198/2018, motivo pelo qual os mesmos autos foram redistribuídos para esta 4a. Vara da Fazenda Pública em data de 30.08.2018. Registra-se, ainda, que os autos se encontravam sem movimentação desde 11/10/2017, antes de serem recebidos pelo presente juízo. Trata-se de ação declaratória c.c cobrança de fgts, 13º salário e férias proporcionais ajuizada por Franklin Carlos Furtado de Oliveira em face do Estado do Amazonas, tendo ambas as partes sido devidamente qualificadas na inicial. Aduz a parte autora que em 29/04/2003 foi admitido pelo Estado do Amazonas sob a égide do art. 37, IX, da CR/1988 e Lei Estadual nº 2.607/2000, e permaneceu laborando para o Ente Estadual até 29/02/2016, quando foi dispensado. Sustenta que estaria descaraterizada a excepcionalidade e natureza temporária da contratação em razão de ter sido extrapolada a condição de excepcionalidade da contratação, motivo pelo qual requer a declaração de nulidade do contrato, bem como o reconhecimento do direito do autor de receber valores referentes ao FGTS que deveria ser recolhido sobre o período, acrescido de multa de 40%, além de pagamento de 13º salário proporcional e férias proporcionais. Despacho, fl. 23, suprimindo audiência de conciliação e determinando a citação. Contestação do Estado do Amazonas, fls. 28/38. Após síntese fática, apontou, como questão prejudicial, a ocorrência de prescrição quinquenal. No mérito, sustentou a inexistência de nulidade da contratação e que esta tem natureza jurídica administrativa e não celetista, não existindo amparo legal para o reconhecimento do pagamento de FGTS, não sendo aplicável o art. 19-A da Lei 8.036/1990. Aduziu que seria inaplicável ao caso concreto o que foi decido pelo STF no RE nº 596.478-7. Alegou o descabimento do direito ao recebimento de multa de 40% ao direito de recebimento de verbas trabalhistas. Juntou fichas financeiras, fls. 39/59. Réplica, fls. 62/69. Parecer Ministerial às fls. 71/80, tendo o Parquet opinado pela parcial procedência do pedido. Despacho anunciando o julgamento antecipado da lide, às fls. 87, tendo as partes anuído com o anúncio feito. É o relatório. II.- Fundamenta-se. Da prescrição Como é cediço, a prescrição da pretensão contra a Fazenda Pública corre pelo prazo quinquenal, conforme estabelece o art. 1º, Decreto nº 20.910/1932. Esse, inclusive, é o entendimento firmado pelo STJ. Veja-se: O prazo prescricional referente à pretensão de reparação civil contra a Fazenda Pública é quinquenal, conforme previsto no art. 1º do Decreto-Lei n. 20.910/1932, e não trienal, nos termos do art. 206, § 3º, inciso V, do Código Civil de 2002, que prevê a prescrição em pretensão de reparação civil. (AgRg no AgRg no REsp 1251801/MS, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 1º/03/2012, DJe 07/03/2012). Ocorre que, por força da modulação dos efeitos da decisão que entendeu superado o entendimento sobre a prescrição trintenária, a parte autora se encaixa naquela regra, não havendo que se aplicar a prescrição quinquenal. É a jurisprudência: RECURSO DE REVISTA. PRESCRIÇÃO DO FGTS. INDENIZAÇÃO DE 40% SOBRE O FGTS. PERÍODO DE 1976 A 1997. AÇÃO AJUIZADA EM 2016. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO DO STF (ARE-709212/DF). PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA. O reclamante busca a indenização de 40% sobre o FGTS referente a todo o pacto laboral, compreendido entre 1976 a 1997. No caso, a presente reclamação trabalhista foi ajuizada no ano de 2016, tendo a Corte Regional entendido ser bienária a

prescrição da pretensão da reclamante no que diz respeito à indenização de 40% sobre o FGTS. No julgamento do ARE 709.212-DF, com repercussão geral reconhecida, ocorrido na sessão plenária de 13/11/2014, o STF declarou a inconstitucionalidade dos arts. 23, § 5º, da Lei 8.036/90 e 55 do Regulamento do FGTS aprovado pelo Decreto 99.684/90 e decidiu que o prazo prescricional para a cobrança de depósitos de FGTS está regulado no art. 7º, XXIX, da Constituição Federal. Concluiu, e com base nos incisos III e XXIX do art. 7º da Constituição Federal, que é de cinco anos, e não de trinta, o prazo prescricional em análise. Entretanto, o STF procedeu à modulação de efeitos da sua decisão, atribuindo-lhe eficácia ex nunc. Assim, determinou que, nas hipóteses em que o termo inicial da prescrição ocorra após a data de sua prolação, aplica-se de imediato o prazo prescricional de cinco anos, porém, para os casos em que o prazo prescricional já estava em curso, aplica-se o que ocorrer primeiro, trinta anos, contados do termo inicial, ou cinco anos, a partir da aludida decisão. No presente caso, o prazo prescricional de trinta anos já estava em curso ao tempo da citada decisão do STF, de forma a concluir-se que não há prescrição a ser declarada, porquanto dentro dos parâmetros modulatórios da decisão que declarou a inconstitucionalidade do art. 23, § 5º, da Lei nº 8.036/90. Afastada aprescriçãototal e estando a causa madura para o julgamento, impõe-se a aplicação do artigo 1.013, § 3º, do CPC para prosseguir no exame imediato da lide e, por conseguinte, deferir o pedido. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento. (TST - RR: 210333920165040005, Data de Julgamento: 26/09/2018, Data de Publicação: DEJT 28/09/2018) Desse modo, para aqueles [casos] cujo termo inicial da prescrição ocorra após a data do presente julgamento, aplica-se, desde logo, o prazo de cinco anos. Por outro lado, para os casos em que o prazo prescricional já esteja em curso, como é o caso em tela, aplica-se o que ocorrer primeiro: 30 anos, contados do termo inicial, ou 5 anos, a partir da decisão (STF, Pleno, ARE nº 709.212/DF, voto, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 13.11.2014). No presente caso, o prazo prescricional de trinta anos já estava em curso ao tempo da citada decisão do STF, de forma a concluir-se que não há prescrição a ser declarada, porquanto dentro dos parâmetros modulatórios da decisão que declarou a inconstitucionalidade do art. 23, § 5º, da Lei nº 8.036/90. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Direito do trabalho. Fundo de garantia por tempo de serviço (fgts). Cobrança de valores não pagos. Prazo prescricional. Prescrição quinquenal. Art. 7º, XXIX, da constituição. Superação de entendimento anterior sobre prescrição trintenária. Inconstitucionalidade dos arts. 23, § 5º, da Lei nº 8.036/1990 e 55 do regulamento do FGTS aprovado pelo Decreto nº 99.684/1990. Segurança jurídica. Necessidade demodulação dos efeitos da decisão. Art. 27 da Lei nº 9.868/1999. Declaração de inconstitucionalidade com efeitos ex nunc. Recurso extraordinário a que se nega provimento. (Supremo Tribunal Federal STF; ARE 709.212; DF; Rel. Min. Gilmar). Da natureza jurídica do contrato firmado entre as partes. O caso em tela versa sobre a contratação de agente público para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do art. 37, IX da CF/1988, in verbis: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...] IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (g.n.) Como é cediço, quando há contratação sob a denominação “temporária”, há que se obedecer aos estritos mandamentos da Constituição Federal de 1988, quais sejam: o tempo determinado e a necessidade temporária de excepcional interesse público. Porém, verifica-se que, no caso em tela, houve a superveniente perda dos requisitos constitucionais da transitoriedade e da excepcionalidade da contratação, posto que o autor trabalhou de 29/04/2003 a 29/02/2016, ou seja, por cerca de 13 (treze) anos para o réu, o que descaracterizou a natureza excepcional da relação contratual, daí porque o reconhecimento da nulidade da contratação é medida que se impõe, o que, ressalve-se, não descaracteriza a natureza administrativa da relação jurídica. Como é cediço, nos casos de contratação nula do agente público, além de lhes ser reconhecido o direito à percepção dos depósitos mensais de 8% do FGTS durante o período trabalhado e não alcançado pela prescrição quinquenal conforme se verá abaixo, impõe-se a observância ao disposto no artigo 39, § 3º, da CRFB/88, que prescreve o seguinte: Art. 39. (...) § 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir. Assim, não são assegurados ao pessoal contratado sob o regime de direito administrativo direitos não previstos para os servidores públicos em geral na Constituição Federal, especialmente nos incisos a que se reporta do § 3º do art. 37 desse diploma, bem como os direitos previstos no estatuto dos servidores, com a observância das exceções decorrentes da peculiar natureza desse tipo de contratação. Em outras palavras, só são assegurados ao pessoal contratado sob o regime de direito administrativo, nos casos de contratação nula, os seguintes direitos: i) à percepção dos depósitos mensais de FGTS (8%); ii) todos os direitos previstos para os servidores públicos em geral na Constituição Federal, especialmente nos incisos a que se reporta do § 3º do art. 37 desse diploma, bem como os direitos previstos no estatuto dos servidores, salvo os direitos incompatíveis com a peculiar natureza da contratação nula. Desse modo, a parte demandante apenas faria jus ao pagamento das seguintes verbas rescisórias, caso comprovada a ausência do pagamento : - 13° salário proporcional (1/12 avos); - Férias proporcionais (período de 2015/2016), acrescidas de 1/3 constitucional; - depósitos do FGTS de 8% - relativamente ao período de 29/04/2003 a 29/02/2016. As demais verbas requeridas na inicial são indevidas, nos termos da constituição federal e da jurisprudência do STF. Da multa rescisória de 40% do FGTS Quanto ao pedido de multa rescisória de 40% no FGTS, a Lei n. 8.036/1990, no art. 18, § 1º, dispõe o seguinte: Art. 18. (...) § 1º Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, depositará este, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros. (Redação dada pela Lei nº 9.491, de 1997). Assim, verifica-se que, no caso em tela, a relação estabelecida entre o autor e o réu foi de natureza administrativa, razão pela qual não há que se falar em multa de 40% no FGTS, instituto de natureza celetista criado para compensar a violação, pelo empregador, ao princípio da continuidade da relação de emprego, sendo que tal princípio não se aplica às contratações realizadas pela administração Pública, marcadas pela temporariedade de sua duração. Desse modo, o pedido da demandante de pagamento de multa rescisória de 40% no FGTS não merece ter guarida. Dos depósitos mensais de 8% do FGTS O depósito mensal de 8% do FGTS é um direito reconhecido ao trabalhador nos casos em que seu contrato de trabalho for declarado nulo, conforme revê o art. 19-A, da Lei 8.036/90, in verbis: Art.19-A.É devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2o, da Constituição Federal, quando mantido o direito ao salário. Nesse sentido, cumpre destacar que o STF já manifestou o entendimento de que o sobredito dispositivo legal se aplica aos agentes públicos cujos contratos sejam declarados nulos, veja-se: EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DECLARADA NULA. PAGAMENTO DE FGTS. CABIMENTO. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO. 1. É devido o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço aos servidores contratados temporariamente (art. 37, IX, CF) nas hipóteses em que o contrato firmado com a Administração Pública é declarado nulo. Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. [RE 816105 AgR-segundo/MG - Minas Gerais (a): Min. Edson Fachin. Julgamento: 25/11/2016 Órgão Julgador: Primeira Turma; Publicação: DJe-260 Divulg: 06/12/2016; Public: 07/12/2016] Dessa forma, com base no entendimento jurisprudencial do STF, merece amparo o pleito do autor de indenização dos depósitos mensais de 8% do FGTS requerido pelo autor relativamente ao período de 29/04/2003 a 29/02/2016. Das férias proporcionais Da análise dos autos, verifica-se que a demandante requer indenização às férias proporcionais - 2015/2016, acrescidas do terço constitucional. Por outro lado, constata-se, outrossim, que o réu não contestou a alegação da autora de não ter usufruído de férias referentes ao período

sobredito. Diante disso, chega-se à conclusão de que a demandante faz jus à percepção das férias - 2015/2016, acrescidas do terço constitucional. III.- Decide-se Diante de todo o exposto, JULGA-SE PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ação para condenar o réu ao pagamento de 13° salário proporcional (1/12 avos); férias proporcionais (período de 2015/2016), acrescidas de 1/3 constitucional; depósitos do FGTS de 8% - relativamente ao período de 29/04/2003 a 29/02/2016. Por consequência, extingue-se o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Os valores condenatórios a título de danos materiais deverão ser atualizados pelos seguintes índices: juros de 0,5% ao mês e correção monetária pelo IPCA-e, cujo termo inicial é a data da extinção do contrato de trabalho. Concede-se à parte autora os benefícios da justiça gratuita. Ausência do pagamento de custas por ser o réu a Fazenda Pública e o autor beneficiário da justiça gratuita. Por fim, diante da sucumbência recíproca (tendo em vista que não foi concedida a totalidade dos valores pugnados na inicial), e equivalente, condena-se a parte autora e a ré ao pagamento, respectivamente, de 20% e 80% dos honorários advocatícios, ao patrono da parte adversa, fixados em 20% sobre o valor do proveito econômico, nos termos do artigo 85, §3.°, I, do Código de Processo Civil, devendo ser observado os preceitos do §14, do códex processual. A atualização destes deve ser feita com a aplicação dos seguintes índices: juros de 0,5% ao mês, a partir do trânsito em julgado e correção monetária pelo IPCA-e, a partir do arbitramento. Sentença não sujeita ao reexame necessário, nos moldes do art. 496, §3°,II, do Código Processual Civil. Na hipótese de interposição de recurso de apelação, por não haver juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo a quo (art. 1.010, CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para oferecer resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do juízo, para apreciação do recurso. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimento de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Dê-se ciência ao Ministério Público da presente decisão. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: WILKEENS DA COSTA LIMA (OAB 9697/AM) - Processo 0603710-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pedido de Providências - REQUERENTE: A.S.B. - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Autos nº:0603710-27.2019.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível AssuntoPedido de Providências Vistos etc. Trata-se de ação anulatória ajuizada por Alcimara de Souza Barbosa em face de Diego Costa Barbosa e Estado do Amazonas. Da análise dos autos, observa-se que todos os atos necessários para a citação do réu Diego Costa Barbosa foram devidamente cumpridos, contudo não houve manifestação do mesmo. Diante deste fato, faz-se necessária a decretação da revelia quanto ao demandado. No entanto,não serão aplicados os efeitos da revelia, porquanto houve o Estado do Amazonas contestar a ação. Destarte, decreta-se a revelia do citado réu, com a incidência dos efeitos pela fundamentação anteriormente deduzida. Outrossim, constata-se que as partes são legítimas e presentes se acham as demais condições da ação. Ainda, verifica-se a inexistência de irregularidades a sanar ou nulidades a declarar. Por consequência, o processo se acha em ordem, razão pela qual declara-se o mesmo saneado para que produza seus legais efeitos. Noutro giro, intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente a necessidade e a pertinência para a decisão do feito, sob pena de preclusão, esclarecendo, no mesmo prazo, se pretendem o julgamento imediato do pedido. Registra-se que o protesto genérico pela produção de todas as provas não substitui a obrigação das partes de indicar, de forma específica e justificada, aquelas com as quais pretendem demonstrar os fatos alegados, nos termos dos artigos 319, inciso VI, e 336, do Código de Processo Civil. Assim, ficam as partes advertidas, desde já, que o silêncio ou a apresentação de requerimentos genéricos serão interpretados como concordância com o julgamento antecipado do processo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 08 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: LUCYCLEIDE CAMURÇA FERREIRA (OAB 12626/AM) - Processo 0612390-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lourdélia Camurça Ferreira - DESPACHO Autos nº:0612390-98.2019.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível AssuntoPerdas e Danos Autora:Lourdélia Camurça Ferreira Réu:Estado do Amazonas Vistos etc. Da análise dos autos, constata-se que as partes são legítimas e presentes se acham as demais condições da ação. Ainda, verifica-se a inexistência de irregularidades a sanar ou nulidades a declarar. Por consequência, o processo se acha em ordem, razão pela qual declara-se o mesmo saneado para que produza seus legais efeitos. Noutro giro, intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente a necessidade e a pertinência para a decisão do feito, sob pena de preclusão, esclarecendo, no mesmo prazo, se pretendem o julgamento imediato do pedido. Registra-se que o protesto genérico pela produção de todas as provas não substitui a obrigação das partes de indicar, de forma específica e justificada, aquelas com as quais pretendem demonstrar os fatos alegados, nos termos dos artigos 319, inciso VI, e 336, do Código de Processo Civil. Assim, ficam as partes advertidas, desde já, que o silêncio ou a apresentação de requerimentos genéricos serão interpretados como concordância com o julgamento antecipado do processo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 08 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES (OAB 7942/AM) - Processo 0619486-67.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Dívida Ativa - REQUERENTE: O2 Serviços de Limpeza e Conservação Eireli - Me - Autos nº:0619486-67.2019.8.04.0001 Classe:Mandado de Segurança Cível Impetrante: Impetrado: O2 Serviços de Limpeza e Conservação - Eireli - Me Presidente da Comissão Geral de Licitação do Estado do Amazonas DESPACHO Vistos, etc. O pedido concessivo da liminar restou-se indeferido pelo juízo do plantão cível. Ademais, notifique-se o agente apontado como coator acerca do inteiro teor da proemial manejada pela parte impetrante, para que preste informação no prazo de 10 (dez) dias, tal o apregoado no artigo 7°, inciso I, da Lei n° 12.016, de 7 de agosto de 2009. Cientifique-se o Município de Manaus, para que ingresse no feito, se assim o desejar. Desnecessário, neste caso, o encaminhamento dos documentos que lha instruem, de conformidade com o que reza o artigo 7°, inciso II, do novel Diploma. Intime-se o Ministério Público para se manifestar nos autos, na forma como assinalado no artigo 12, da Lei n° 12.016/09. Define-se que, findo o prazo de 10 dias contados da notificação feita à autoridade coatora, haja ou não a prestação de informações, dever-se-á colher do Órgão Ministerial seu opinar. Considera-se necessário registrar, para a regular tramitação do processo que, concluído o prazo de 10 (dez) dias para a manifestação do Ministério Público, sobrevindo a hipótese de não apresentação do respectivo parecer, ainda assim deverão os autos ser encaminhados, em conclusão, ao juiz para a correspondente decisão. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se Manaus, 11 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: GABRIEL MELO SAMPAIO (OAB 9793/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM) - Processo 0627309-97.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Regime Previdenciário - REQUERENTE: LUIZ CARLOS NUNES DE OLIVEIRA - REQUERIDO: Manaus Previdência - MANAUSPREV - Município de Manaus e outro - ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, fica o autor intimado para, caso desejar, apresentar réplica à contestação no prazo de 15 (quinze) dias, observado o art. 183 do mesmo diploma legal, caso este seja ente da Fazenda Pública. Manaus,28 de agosto de 2019.

ADV: GISELLE FIGUEIREDO RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 4221/AM) - Processo 0635557-23.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - EXEQUENTE: SWAMY DA SILVA GAMA - EXECUTADA: Município de Manaus - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública Manaus 0635557-23.2014.8.04.0001 Cumprimento de Sentença Rescisão / Resolução Exequente:SWAMY DA SILVA GAMA Executado: Município de Manaus CERTIDÃO Certifico que no dia 05/08/2019, foi juntado aos autos, pela Contadoria Judicial, o relatório de Cálculos de Atualização do valor condenatório, fls. 210. É o que me

cumpre certificar. Manaus, 19 de agosto de 2019 Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no art. 3º do Provimento nº 63/02-CGJ, ficam as partes intimadas para se manifestarem, expressamente, quanto aos cálculos de atualização de fls. 210, no prazo de 05 (cinco) dias, sendo em dobro para o ente público, nos termos do art. 183 do CPC. Manaus, 19 de agosto de 2019 Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria

ADV: CAMILLA BRAGA CHAVES (OAB 11308/AM) - Processo 0650233-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Voluntária - REQUERENTE: Sandra Maria dos Santos Souza - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - DESPACHO Autos nº:0650233-34.2018.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível AssuntoVoluntária Autora:Sandra Maria dos Santos Souza Réu:Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas Vistos etc. Da análise dos autos, constata-se que as partes são legítimas e presentes se acham as demais condições da ação. Ainda, verifica-se a inexistência de irregularidades a sanar ou nulidades a declarar. Por consequência, o processo se acha em ordem, razão pela qual declara-se o mesmo saneado para que produza seus legais efeitos. Noutro giro, intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente a necessidade e a pertinência para a decisão do feito, sob pena de preclusão, esclarecendo, no mesmo prazo, se pretendem o julgamento imediato do pedido. Registra-se que o protesto genérico pela produção de todas as provas não substitui a obrigação das partes de indicar, de forma específica e justificada, aquelas com as quais pretendem demonstrar os fatos alegados, nos termos dos artigos 319, inciso VI, e 336, do Código de Processo Civil. Assim, ficam as partes advertidas, desde já, que o silêncio ou a apresentação de requerimentos genéricos serão interpretados como concordância com o julgamento antecipado do processo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 19 de junho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

CAMILLA BRAGA CHAVES (OAB 11308/AM)
Gabriel Melo Sampaio (OAB 9793/AM)
Geysa Mitz Dantas Guimarães (OAB 6395/AM)
Giselle Figueiredo Rodrigues dos Santos (OAB 4221/AM)
Lucycleide Camurça Ferreira (OAB 12626/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Paulo Ricardo da Silva Gomes (OAB 7942/AM)
Wilkeens da Costa Lima (OAB 9697/AM)

2ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0376/2019

ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM) - Processo 0221330-25.2016.8.04.0001 - Inquérito Policial - Estelionato - INDICIADA: Joice Lima da Silva - Trata-se de ação criminal proposta contra JOICE LIMA DA SILVA em que houve a suspensão do processo. Às fls. 118 verificou-se que houve o decurso do período de prova da suspensão condicional do processo e que o acusado cumpriu integralmente as condições impostas. Desta forma, às fls. 119 o Ministério Público se posicionou pela extinção da punibilidade do acusado. É o sucinto relatório. Passo a decidir. Assiste razão ao posicionamento ministerial manifestado na respeitável promoção, haja vista que o período de prova já se esgotou, não havendo que se falar em descumprimento das condições. Ex positis, DECLARO EXTINTA a punibilidade, dando-se a devida baixa na distribuição desta ação, vez que o acusado cumpriu as condições impostas na proposta de suspensão condicional do processo, nos termos do art. 89, § 5º da Lei nº 9.099/95. Transcorrido o prazo para o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Publique-se, Registre-se e Intime-se. À secretaria para providências.

ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES (OAB 5935/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES JÚNIOR (OAB 7557/AM) - Processo 0223234-56.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - DENUNCIADO: Cledson Farias Lima - Dê-se vista as partes para requererem o que entender de direito acerca da certidão de fls. 517. À Secretaria para providências.

ADV: NORMA BARROSO DE FREITAS (OAB 5771/AM) - Processo 0615641-27.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Ediorley Sousa dos Santos - Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face Ediorley Sousa dos Santos, já qualificado nos autos, pela prática do delito tipificado no art. 157, caput, do Código Penal. Narra a denúncia que: “No dia 3 de abril de 2019, por volta das 07h30, EDIORLEY SOUZA DOS SANTOS, dolosa e conscientemente, mediante grave ameaça exercida com arma de fogo, compeliu Stefanne Caroline dos Santos Oliveira a lhes entregar o celular Samsung J5. Em seguida, empreendeu fuga na motocicleta Honda CG, de placa JWV-2161. Ocorre que populares conseguiram deter o denunciado antes de empreender fuga. A autoridade policial foi acionada e conduziu o denunciado à delegacia, onde confessou o delito, nos moldes ora narrados, bem como foi reconhecido pela vítima como sendo o autor do delito, conforme Termo de Reconhecimento de Pessoa de fls. 10. O celular e a arma de fogo foram devidamente apreendidos, conforme Termo de Reconhecimento de Pessoa de fls. 4.” Recebida a denúncia e regularmente citado, o acusado apresentou Defesa Prévia e, inexistindo quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, foi pautada audiência de instrução e julgamento. Realizada Audiência de Instrução e Julgamento onde foram colhidos os depoimentos da testemunha e da vítima, bem como do acusado, foi determinada a abertura de prazo para apresentação das Alegações Finais. Em suas Alegações Finais, o Ministério Público pugnou pela procedência dos pedidos formulados na denúncia, e consequente condenação do réu como incurso nas penas do art. 157, § 2º-A, I, do Código Penal. A defesa de requereu o reconhecimento da insignificância do bem furtado, aplicando-se o princípio da insignificância; a absolvição por existirem circunstâncias que excluam o crime ou isentem o réu de pena, segundo artigo 386, VI, do Código de Processo Penal, tendo em vista que o acusado cometeu o delito sob efeito de drogas; a desclassificação do crime de roubo para aquele previsto no art. 155 do Código Penal, pois ausentes os elementos objetivos do tipo (violência e grave ameaça à pessoa); , a aplicação do artigo 44, do CP, ou seja, substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos; o reconhecimento da confissão espontânea, e a aplicação da atenuante disposta no artigo 65, III, alínea d, do CP; a fixação da pena no mínimo legal, pois todas as circunstâncias judiciais do artigo 59, do CP, são favoráveis ao acusado; a aplicação do regime inicial de cumprimento no aberto, nos termos do art. 33, § 2º, alinea c, do CP; a concessão do direito do acusado recorrer em liberdade, visto que em toda a instrução criminal o réu esteve em liberdade; o afastamento da reparação de danos, tendo em vista que o acusado é dependente químico (usuário de entorpecente do tipo diverso); Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Compulsando os autos, verifico que é atribuído ao acusado a prática do delito de roubo, qualificado peloe mprego de arma de fogoocorrido na data de 3 de abril de 2019. A legislação penal em vigor na data dos fatos dispunha que: Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa. § 2º-A A pena aumenta-se de 2/3 (dois terços): I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo; Trata-se de crime material que depende de resultado naturalístico que se consubstancia com a efetiva inversão da posse do bem da esfera patrimonial da vítima para do autor do delito, mediante grave ameaça, violência a pessoa, ou depois de havê-la, reduzido à impossibilidade de resistência, independendo da posse mansa e pacífica da res furtiva. Ressalto ainda que, desnecessário que o objeto saia da vigilância da vítima para sua configuração. Nesse sentido: RECURSO ESPECIAL. PROCESSAMENTO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ROUBO. MOMENTO CONSUMATIVO. POSSE MANSA E PACÍFICA DA

RES FURTIVA. DESNECESSIDADE. RECURSO PROVIDO. 1. Recurso Especial processado sob o regime previsto no art. 543-C, § 2º, do CPC, c/c o art. 3º do CPP, e na Resolução n. 8/2008 do STJ. TESE: Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem, mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida a perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada. 2. A jurisprudência pacífica desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal é de que o crime de roubo se consuma no momento em que o agente se torna possuidor da coisa subtraída, mediante violência ou grave ameaça, ainda que haja imediata perseguição e prisão, sendo prescindível que o objeto subtraído saia da esfera de vigilância da vítima. Jurisprudência do STF (evolução). (REsp 1499050/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/10/2015, DJe 09/11/2015) Ementa: Recurso ordinário em habeas corpus. Roubo majorado pelo concurso de pessoas e pelo emprego de arma de fogo. Pedido de anulação de condenação transitada em julgado. 2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que a posse mansa e pacífica da coisa subtraída não é necessária para a consumação do delito de roubo. (RHC 118627, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 04/02/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-048 DIVULG 11-03-2014 PUBLIC 12-03-2014) No caso em concreto, em relação a materialidade do crime de roubo, verifico que se fazem presentes todos os elementos do tipo penal, materializados nos Termos de Declaração das autoridades policiais responsáveis pelo flagrante do acusado (fls. 2-3 e 6-7), nos Termos de Declaração da vítima (fls.8) e no Termo de Reconhecimento de Pessoa (fls.10). Em depoimento prestado em delegacia, a vítima, narrou de forma concisa os fatos delituosos imputados ao acusado. Informando, em síntese, que: Que no dia 3 de abril de 2009, por volta das 7h30, tinha acabado de sair de sua residência, com destino ao seu local de trabalho, quando ao passar pela Rua Coronel Miranda Reis, Petrópolis, foi abordada pelo nacional Ediorley Souza dos Santos, que se aproximou numa motocicleta. O indivíduo parou ao seu lado e após saltar da moto apontou em sua direção uma arma de fogo e disse passa o celular sua v********. Que diante da ameaça e por temer por sua vida a vítima, imediatamente entregou seu aparelho celular da marca Samsung Galaxy J5, de cor branca, que estava na sua bolsa. Após subtrair seu aparelho celular, o assaltante escondeu a arma e o aparelho na região da cintura e deu partida na motocicleta, chegando a transitar um pouco, porém, populares cercaram o veículo e foram para cima do indivíduo, que estancou a moto. Os populares conseguiram impedir que um indivíduo fugisse, segurando-o no local. Ato contínuo, uma viatura da polícia militar, que passava pelo local, realizou abordagem do indivíduo e recuperou seu aparelho roubado. Afirmou que viu a arma usada no roubo, uma pistola, ser apreendida pela polícia em posse do assaltante. Informou aos policiais os fatos e reconheceu o nacional Ediorley Souza dos Santos, como sendo o autor do roubo do qual foi vítima. Em seguida foi à Delegacia a fim de prestar declarações acerca do fato. Na mesma oportunidade, expressamente reconheceu o acusado como autor do crime, conforme Termo de Reconhecimento de Pessoa (fls. 10). O depoimento da vítima foi ainda corroborado pelo Auto de Exibição e Apreensão (fls. 4) de UMA pistola calibre 380, com parte da numeração ilegível; UMA cápsula CBC 380, UM aparelho celular Samsung, Galaxy J5, de cor branca; UMA motocicleta Honda CG Titan, de placa JWV-2161 de cor preta, encontrados em posse do acusado. Os depoimentos das autoridades policiais responsáveis pelo atendimento da ocorrência transcritos nos Termos de Declaração, bem como das demais testemunhas corroboraram a versão apresentada pelas vítimas. Nesse sentido, narraram que: No dia 3 de abril de 2019, por volta das 7h30, estava de serviço, VTR 6032, em companhia do sargento PM B Aquino, fazendo patrulhamento no bairro Petrópolis, quando foi acionado pela CICOM, para atender uma ocorrência de roubo, onde o suspeito estava nas proximidades do local do fato, na Rua Coronel Miranda Reis, Petrópolis. O depoente e o sargento PM B Aquino se deslocaram até o local da ocorrência, quando encontrar o suspeito identificado como Ediorley Sousa dos Santos, cercado por populares, sentado no chão e próximo dele a motocicleta de placa JWV-2161. A vítima Stephanie Caroline dos Santos Oliveira, que se encontrava no local, informou que teve seu celular Samsung J5, de cor branca, roubado pelo suspeito, que ameaçou com uma pistola. Que o sargento PM B Aquino revistou Ediorley Sousa dos Santos e encontrou na cintura dele uma pistola calibre 380, com parte da numeração ilegível que populares pegaram com suspeito, o celular Samsung Galaxy J5, de cor branca e entregaram ao depoente. A vítima reconheceu Ediorley Souza dos Santos como sendo o mesmo que roubou o seu celular e reconheceu o celular Samsung Galaxy J5, de cor branca, como sendo de sua propriedade, que foi roubado pelo mesmo e reconheceu a pistola calibre 380, com parte da numeração elegível, como sendo a arma utilizada no delito. Foi informado pela vítima que o suspeito conduzia a motocicleta Honda Titan de placa JWV-2161. Diante dos fatos Ediorley Sousa dos Santos recebeu voz de prisão. Ressalto que as provas colhidas durante o inquérito policial foram confirmadas durante a instrução processual, em especial durante audiência de instrução e julgamento por meio da prova testemunhal de Gilson Rosa Pereira, onde seu depoimento prestados em delegacia foi ratificado. Ouvido na fase pré-processual, o acusado confessou a autoria do delito, pormenorizando sua ação delituosa, o que foi ratificado em Juízo, salvo no que se refere à arma usada, que segundo sua declaração tratava-se de um simulacro. Ressalto que todas as provas produzidas no Inquérito Policial foram devidamente ratificadas em juízo por meio dos depoimentos da testemunha, da vítima e do acusado. Por fim, a arma utilizada no roubo foi periciada e constatada que estava inapta para disparos (fls. 110-115) e, conforme vastos julgados, inlcusive do STJ, não serve para qualificar a conduta criminosa. Nesse sentido: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL. ROUBO QUALIFICADO PELO USO DE ARMA MEDIANTE CONCURSO DE PESSOAS. PENA. REDUÇÃO EX OFFICIO. CONCORRÊNCIA DE ATENUANTE - CONFISSÃO ESPONTÂNEA - E AGRAVANTE - REINCIDÊNCIA - PREVALÊNCIA DO AUMENTO. QUALIFICADORA POR ARMA DE FOGO INAPTA. AFASTAMENTO. REGIME FECHADO. MANUTENÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. 1. No crime de roubo, havendo concorrência de uma atenuante (a confissão espontânea), e uma agravante (a reincidência), esta deve prevalecer, consoante dispõe o art. 67, do Código Penal. Entretanto, o agravamento da pena deve se dar em proporção menor do que ocorreria se inexistisse a atenuante. 2. O aumento da pena pelo uso de arma de fogo inapta para efetuar disparos, sendo instrumento incapaz de gerar situação de perigo real à integridade da vítima, é ilegal, devendo ser afastada a qualificadora, reduzindo-se a reprimenda imposta.. 3. Havendo circunstâncias judiciais desfavoráveis e sendo o réu reincidente, nada impede que se fixe como inicial o regime fechado. (TJ-PR - ACR: 3461761 PR 0346176-1, Relator: Bonejos Demchuk, Data de Julgamento: 24/08/2006, 3ª Câmara Criminal, Data de Publicação: DJ: 7219) HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. CRIME DE ROUBO QUALIFICADO. EMPREGO DE ARMA DE FOGO INAPTA A EFETUAR DISPAROS. QUALIFICADORA. NÃO-OCORRÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. 1. A inclusão da majorante prevista no art. 157, § 2º, inciso I, do Código Penal, diverge da posição adotada pelo Superior Tribunal de Justiça, porquanto o uso de arma de fogo inapta a efetuar disparos no crime de roubo não configura causa especial de aumento da pena. 2. Ordem concedida para, reformando a sentença e o acórdão impugnado, excluir a qualificadora do emprego de arma, ficando a sanção final quantificada 05 (cinco) anos, 05 (cinco) meses e 10 (dez) dias de reclusão, a ser cumprida no regime inicial fechado, mais 12 (doze) dias-multa, fixadas estas no mínimo legal (STJ - HC: 82069 SP 2007/0096084-3, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 08/11/2007, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJ 03.12.2007 p. 344) Por fim, não deve prosperar as teses defensivas, sobretudo da aplicação do princípio da insignificância, posto que ausentes os vetores estabelecidos pelo STF, quais sejam: a) da mínima ofensividade da conduta do agente, b) da ausência de periculosidade social da ação, c) do reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e d) da inexpressividade da lesão jurídica provocada. O emprego da arma de fogo, ainda que não apta a disparos, pois era verdadeira e continha cartucho apto a disparo, e o valor do bem subtraído, não autorizam a aplicação de tal princípio. Da mesma forma não há falar em

desclassificação para o crime de furto, pois devidamente comprovada a grave ameaça, provocada pelo uso da mencionada arma de fogo. Decisão. Manifestamente comprovadas, portanto, a materialidade e a autoria do delito sob exame, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia. Pelo exposto, CONDENO Ediorley Sousa dos Santos, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do art. 157, caput do Código Penal. Passo à dosimetria individualizada da pena, observando o disposto no art. 68 do CPB. Primeira Fase - Fixação da Pena Base Quanto aos parâmetros do art. 59 do Código Penal, analiso. Primeiramente, quanto aos antecedentes, verifico que o acusado não possui condenação transitada em julgado anterior a data dos fatos analisados nos presentes autos. Quanto à culpabilidade, não verifico elementos de maior reprovabilidade da conduta. Ademais, não constam nos autos parâmetros técnicos que permitam a análise da conduta social do acusado, ou elementos suficientes que desabonem sua personalidade. Quanto ao motivo, às circunstâncias e às consequências do crime, nenhum deles extrapola os próprios do tipo penal. Por último, não verifico ter o comportamento da vítima contribuído de qualquer forma para o resultado. Desta forma, diante da existência de apenas uma circunstância que justifique sua majoração, fixo a pena-base do crime tipificado no art. 157, do CP em 04 (quatro) anos. Segunda Fase Da Fixação da Pena Provisória Passo a fixação da pena provisória, forte nos arts. 61, 62 e 65 do CPB. Não verifico quaisquer agravantes. Por outro lado, tendo em vista que o acusado confessou a autoria do delito espontaneamente, reconheço a existência da circunstância atenuante da confissão espontânea, prevista nos arts. 65, III, “d” do CPB. Entretanto, deixo de aplicá-la em observância a Súmula 231 do STJ. Dessa forma, mantenho a pena-provisória do crime tipificado no art. 157, caput do CP em 04 (quatro) anos. Terceira Fase Causas de aumento e diminuição Ausentes causas de aumento ou de diminuição. Por esse motivo, fixo a PENA DEFINITIVA do crime tipificado no art. 157, caput do CP em 04 (quatro) anos de reclusão. O regime inicial para o cumprimento da pena de reclusão deverá ser o ABERTO, com fulcro no art. 33, § 2º, alínea “c” e § 3º, do CP. Da Detração: O acusado permaneceu custodiado por ordem desse Juízo, referente ao presente processo, no período de 3/4/2019 a 13/6/2019, fazendo jus a 1 (um) mês e 11 (onze) dias de detração. Do direito de Recorrer em Liberdade: Levando-se em conta que o acusado permaneceu em liberdade provisória durante a instrução criminal e que permanecem ausentes os requisitos da sua custódia cautelar, os da garantia da ordem pública a fiel execução da pena, além da natureza da pena ora imposta, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade. Da pena de multa: Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração as majorantes aplicadas, bem como as condições financeiras do acusado, estabelecendo que o valor do dia-multa corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. Da substituição da pena de reclusão pela restritiva de direitos: Deixo de operar a substituição prevista no art. 44 da Lei Substantiva Penal, em razão de o crime ter sido cometido com violência ou grave ameaça à pessoa. Do pagamento das custas processuais: Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas processuais em consideração a sua situação econômica. Após o trânsito em julgado, expeça-se a guia de recolhimento, para a execução da pena. Lance-se o nome do réu no rol dos culpados e comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins do art. 15, III, da CF. Remetam-se as peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal desta capital, devendo ser observado o período em que o réu permaneceu preso provisoriamente, comunicando-se à Unidade Prisional sobre a presente decisão. Publique-se e registre-se. Intimem-se.

ADV: PEDRO GUIMARÂES CABRAL FILHO (OAB 9111/AM), ADV: RICARDO PENHA DE SOUZA (OAB 9415/AM) - Processo 0617527-61.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Jean Francescoles Neves de Souza - Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face de Jean Francescoles Neves de Souza já qualificado (s) nos autos, pela prática do (s) delito (s) tipificado (s) no (s) art. (s) 14 da Lei 10.826/03. Narra a denúncia que: no dia 12 de abril de 2019, por volta de 16h, uma guarnição/VTR 6366 estava em patrulhamento na Avenida Cosme Ferreira, quando abordaram o veículo GM/Montana Conquest, de cor prata, placa NOU-9C70. Após revista, os policias militares apreenderam, dentro do veículo, atrás do assento de motorista, em uma bolsa uma arma caseira, tipo escopeta, de cor preta, sem numeração municiada 06 (seis) cartuchos intactos, calibre 28 CBC Velox, conforme Auto de Exibição e Apreensão de fls. 5. Recebida a denúncia, o (s) acusado (s) foi regularmente citado (s). Após a apresentação de Defesa Prévia e, inexistindo quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, foi pautada audiência de instrução e julgamento. Realizada Audiência de Instrução e Julgamento onde foi colhido o (s) depoimento (s) da (s) testemunha (s) Ernesto Lenin da Silva Amazonas, bem como do (s) acusado (s), foi determinada a abertura de prazo para apresentação das Alegações Finais. Em suas Alegações Finais, o Ministério Público pugnou pela procedência dos pedidos formulados na inicial e a consequente condenação do acusado nos termos do art. 14 da Lei 10.826/03. A defesa do acusado requereu a fixação da pena base no mínimo legal pela ausência de circunstâncias judiciais desfavoráveis, bem como o reconhecimento da atenuante da confissão. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Compulsando os autos, verifico que as provas apresentadas são suficientes para a formação de um juízo condenatório, tendo em vista que a materialidade e autoria restaram comprovadas através da confissão do acusado em seu Interrogatório em juízo e do Auto de Exibição e Apreensão de 01 (uma) arma de fogo caseira, tipo escopeta, de cor preta, sem numeração, 06 (seis) cartuchos não deflagrados, calibre 28, CBC Velox, 70 mm chT. Ademais, verifico que ouvido em juízo o policial militar Ernesto Lenin da Silva Amazonas informou que estava em patrulhamento quando foi informado por um transeunte de que uma pessoa em um veículo montana branco estaria exibindo um arma. Por último, verifico que às fls. 83/88, foi acostado Laudo Pericial que comprova que o revólver apreendido em posse do acusado se encontrava em bom estado de conservação, apresentando eficiência para a produção de tiros. Pelo exposto, entendo que as provas apresentadas são suficientes para comprovação da materialidade e autoria do crime tipificado no art. 14 da Lei 10.826/03, e a consequente formação de um Juízo condenatório. Decisão. Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia. CONDENO Jean Francescoles Neves de Souza já qualificado (s) nos autos, pela prática do (s) delito (s) tipificado (s) no (s) art. (s) 14 da Lei 10.826/03. Passo à dosimetria individualizada da pena, observando o disposto no art. 68 do CPB. Primeira Fase - Fixação da Pena - Base Quanto aos parâmetros estabelecidos no art. 59 do Código Penal, analiso. Primeiramente, quanto aos antecedentes, verifico que o acusado não possui condenação transitada em julgado anterior a data dos fatos analisados nos presentes autos. Por outro lado, quanto culpabilidade, não verifico elementos de maior reprovabilidade da conduta. Ademais, não constam nos autos parâmetros técnicos que permitam a análise da conduta social do acusado, ou elementos suficientes que desabonem sua personalidade. Quanto ao motivo, as circunstâncias e as consequências do crime, nenhum deles extrapola os próprios do tipo penal. Por último, não verifico ter o comportamento da vítima contribuído de qualquer forma para o resultado. Desta forma, diante da inexistência de circunstância que justifique sua majoração, fixo a pena-base do crime tipificado no art. 14 da Lei 10.826/03 em 02 (dois) anos de reclusão. Segunda Fase - Da Fixação da Pena Provisória (atenuantes e agravantes) Passo a fixação da pena provisória, observando o disposto nos artigos 61, 62 e 65 do CPB. Não verifico qualquer agravante. Por outro lado, tendo em vista que o acusado confessou a autoria do delito espontaneamente, reconheço a existência da circunstância atenuante da confissão espontânea, prevista nos arts. 65, III, “d” do CPB, entretanto, deixo de aplicá-la em observância a Súmula

231 do STJ. Desta forma, mantenho a pena provisória do crime tipificado no art. art. 14 da Lei 10.826/03 em 02 (dois) anos de reclusão. Terceira Fase - Causas de aumento e diminuição Não verifico quaisquer causas de aumento ou de diminuição. Por este motivo, fixo a PENA DEFINITIVA do crime tipificado no art. art. 14 da Lei 10.826/03 em 02 (dois) anos de reclusão. O regime inicial para o cumprimento das penas deverá ser o ABERTO, a teor da regra ínsita no art. 33, § 2º, alínea "c" do CP. Não há tempo a ser detraído. Do direito de Recorrer em Liberdade: Levando-se em conta que o (s) acusado (s) não permaneceu preso durante a instrução criminal e não se fazem presentes os requisitos da sua custódia cautelar, os da garantia da ordem pública a fiel execução da pena, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade. Da substituição da pena de reclusão pela restritiva de direitos: presentes os requisitos do art. 44 do CPP, substituo a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direito, consistente na prestação de serviços à comunidade, devendo o réu ser encaminhada à instituição que será definida pela VEMEPA - Vara de Medidas e Penas Alternativas, para executar gratuitamente as tarefas que lhe forem atribuídas, conforme suas aptidões, à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, de modo a não lhe prejudicar a jornada normal de trabalho, nos moldes do art. 46, § 3º, da Lei Substantiva Penal. Da pena de multa: Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração as condições financeiras do acusado, estabelecendo que o valor do dia-multa corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. Do pagamento das custas processuais: Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas processuais em consideração a sua situação econômica. Após o trânsito, expeça-se as guias de recolhimento, para a execução da pena, lance-se o nome do réu no rol dos culpados e comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins do art. 15, III, da CF. Remetam-se as peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal desta capital, devendo ser observado o período em que o réu permaneceram presos provisoriamente, comunicando-se à Unidade Prisional sobre a presente decisão. Publique-se e registre-se. Intimem-se.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0629482-26.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: José Felipe Barbosa Pinho - José Felipe Barbosa Pinho foi denunciado por suposta prática do delito previsto no art. 155, §1º e 4º, inciso IV, do Código Penal Brasileiro. Durante o curso da presente ação penal, o réu veio a falecer, sendo seu óbito comprovado através da competente certidão às fls. 88 destes autos. Diante do exposto e atendidas as formalidades do art. 62 do Código de Processo Penal, declaro, em consonância com o parecer ministerial, extinta a punibilidade do réu, pela sua morte, o que faço com fundamento no art. 107, inciso I, da Lei Substantiva Penal. Publique-se, registre-se, intimem-se e arquivem-se.

ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM) - Processo 0642637-33.2017.8.04.0001 - Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular - Difamação - VÍTIMAFATO: J.O.S. - Tendo em vista a inércia do querelado por mais de 30 (trinta) dias, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485,III,do NCPC. À Secretaria para providências.

Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Josemar Berçot Rodrigues (OAB 5935/AM)
Josemar Berçot Rodrigues Júnior (OAB 7557/AM)
Norma Barroso de Freitas (OAB 5771/AM)
Pedro Guimarães Cabral Filho (OAB 9111/AM)
Ricardo Penha de Souza (OAB 9415/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO SUZI IRLANDA ARAUJO GRANJA DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DANIEL FONSECA DE ALBUQUERQUE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0375/2019

ADV: EVANDRO SOUSA ALVES (OAB 13420/AM) - Processo 0639299-80.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: A.O.S. e outro - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO PARA DEFESA PRÉVIA O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, Dr. Evandro Sousa Alves OAB 13420/AM , para no prazo de 10 (dez) dias apresentar a Defesa Escrita, com relação ao Processo nº 0639299-80.2019.8.04.0001, referente ao Réu Andrey Oliveira de Souza. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial o(a) patrono(a) do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça e afixado na porta principal do Fórum "Henoch Reis". DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 04 de setembro de 2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria, em exercício, o digitei e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM), ADV: EVANDRO SOUSA ALVES (OAB 13420/AM) - Processo 0639299-80.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: G.L.M.C. e outro - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO PARA DEFESA PRÉVIA. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, Dr. Elzu Sousa Alves, OAB 9641/AM, Dr. Evandro Sousa Alves, OAB 13420/AM, para no prazo de 10 (dez) dias apresentar a Defesa Escrita, com relação ao Processo nº 0639299-80.2019.8.04.0001, referente ao Réu Gerry Leverton Miranda Costa. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial o(a) patrono(a) do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça e afixado na porta principal do Fórum "Henoch Reis". DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 04 de setembro de 2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria, em exercício, o digitei e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Evandro Sousa Alves (OAB 13420/AM)

4ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARGARETH ROSE CRUZ HOAGEN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDERSON SILVA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0080/2019

ADV: ANTÔNIO VINÍCIUS RODRIGUES DE ALBUQUERQUE (OAB 9782/AM), ADV: JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA (OAB 7818/AM) - Processo 0200520-63.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - DENUNCIADA: Elianara da Silva Costa - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. Deliberação em audiência: A MMa Juíza concedeu à defesa o prazo de cinco (05) dias, para apresentar os Memoriais.

ADV: JOSÉ JÚLIO CÉSAR CORRÊA (OAB 7810/AM) - Processo 0219572-79.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - DENUNCIADO: Raimundo Picanço de Andrade Filho e outros - Instrução e Julgamento Data: 23/09/2019 Hora 12:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: RAIMUNDO AMORIM DE ALMEIDA (OAB 10055/AM) - Processo 0240936-73.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Leonardo Marques Cabral - Instrução e Julgamento Data: 24/09/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM) - Processo 0244134-21.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Magno Azevedo Mafra - Intimem-se os patronos do denunciado (fls. 165), para apresentarem memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM), ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM) - Processo 0244134-21.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Magno Azevedo Mafra - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, nos termos do artigo 386, VII, do Código de Processo Penal, e em consequência, ABSOLVO o denunciado MAGNO AZEVEDO MAFRA, qualificado nos autos, das imputações que lhe foram feitas na denúncia. Transitado em julgado, arquive-se, com as providências de estilo. Custas na forma da Lei. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: ANDRÉ FUNES CARNEIRO (OAB 12883/AM), ADV: JOSÉ MÁRCIO TABOSA DA SILVA (OAB 12820/AM), ADV: FERNANDO FIGUEIREDO SEREJO MESTRINHO (OAB 7593/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM) - Processo 0604752-48.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Cleison Pinheiro dos Santos - Robinson Cruz Farias Junior e outros - Instrução e Julgamento Data: 04/12/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: EUTHICIANO MENDES NUNIZ (OAB A733/AM) - Processo 0611460-85.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: K.G.S. e outro - Instrução e Julgamento Data: 30/10/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS RAMOS DA SILVA (OAB 8136/AM), ADV: LUANNA BARROS DE ALBUQUERQUE GOMES (OAB 13172/AM) - Processo 0636730-77.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: K.R.S. - R. Hoje. 1. Defiro conforme requerido pelo Ministério Público às fls. 369. 2. Intimem-se as partes para apresentação de memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias. 3. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019.

Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
André Funes Carneiro (OAB 12883/AM)
Antônio Vinícius Rodrigues de Albuquerque (OAB 9782/AM)
Euthiciano Mendes Nuniz (OAB A733/AM)
Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (OAB 7593/AM)
Francisco Carlos Ramos da Silva (OAB 8136/AM)
José Júlio César Corrêa (OAB 7810/AM)
José Márcio Tabosa da Silva (OAB 12820/AM)
Julie Rodrigo Porto da Silva (OAB 7818/AM)
Luanna Barros de Albuquerque Gomes (OAB 13172/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Raimundo Amorim de Almeida (OAB 10055/AM)
Renan Rufino Rocha da Silva (OAB 9692/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)

6ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANAGALI MARCON BERTAZZO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE ROMANO TAVARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0233/2019

ADV: MARILEIDE DA SILVA MAIA (OAB 8618/AM), ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM) - Processo 0605009-10.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - ACUSADO: C.A.S.X. - W.R.S.M. - R.S.M. - Instrução e Julgamento Data: 08/10/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0636301-42.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Dano Qualificado - ACUSADO: Eudson Dias Cursino - Instrução e Julgamento Data: 23/09/2019 Hora 10:15 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Edmilson Freitas Mesquita (OAB 10115/AM)
Marileide da Silva Maia (OAB 8618/AM)

7ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAREEN AGUIAR FERNANDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DO SOCORRO ALMEIDA DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0180/2019

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0243428-14.2010.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - VÍTIMAFATO: ALEX SANDER PEREIRA RÉGIS - RÉU: Rodrigo Vilacourt Vieira - Ex positis, Julgo Improcedente o pedido contido na denúncia, para ABSOLVER Rodrigo Vilacourt Vieira das acusações que lhes foram impostas nos termos do art. 386, VII do Código de Processo Penal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se sucessivamente as partes, observado o disposto no artigo 392 do Código de Processo Penal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0606806-50.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Cassiano Pinheiro da Silva - Keysson Henrique Ferreira da Cruz - Diante de todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e, via de consequência, CONDENO CASSIANO PINHEIRO DA SILVA E KEYSSON HENRIQUE FERREIRA DA CRUZ às sanções penais do artigo 157, §2º, II, c/c art. 70, ambos do Código Penal, conforme fundamentação.

ADV: GERDESON ZURIEL DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 11164/AM), ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM), ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0607341-76.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: R.S.M. - Jefferson Vieira Zurra - Marcos Teixeira Maia - Sendo assim, diante do exposto JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte, CONDENO JEFFERSON VIEIRA ZURRA e ROGÉRIO DA SILVA MACEDO, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do art. 155, §1º do Código Penal e artigo 244-B do ECA, e MARCOS TEIXEIRA MAIA, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do art. 180, §1º do Código Penal, consoante fundamentação exposta.

ADV: BALTAZAR SOARES DE OLIVEIRA (OAB 14398/AM), ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0620832-53.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Francisco Batista de Lima Júnior - Diante de todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e, via de consequência, CONDENO FRANCISCO BATISTA DE LIMA JÚNIOR às sanções penais do artigo 157, caput, do Código Penal, conforme fundamentação.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0622868-68.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Igor Pereira da Cunha - Renan dos Reis Gama e outro - Sendo assim, diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia para CONDENAR IGOR PEREIRA DA CUNHA E RENAN DOS REIS GAMA, já qualificados nos autos, como incurso nas penas do artigo 14 da Lei n.° 10.826/03, consoante fundamentação. E, por conseguinte, absolvo-os das acusações previstas nos artigos 180 e 311, ambos do CP, nos termos do art. 386, VII do CPP.

ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM) - Processo 0622950-36.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Darlan Martins Santana - Hildo Alcântara da Silva - Processo nº. 0622950-36.2018.8.04.0001 Réu(s): Darlan Martins Santana e Hildo Alcântara Silva SENTENÇA Vistos estes autos em sentença e etc. O Ministério Público do Estado do Amazonas denunciou Darlan Martins Santana e Hildo Alcântara Silva, já qualificados nos autos, como incursos nas penas dos artigos 157, § 2º, II e V, 180 do CPB e artigo 16 da Lei n° 10.826/03, narrando, em síntese, na peça inaugural, que: "no dia 29 de maio de 2018, por volta das 15h, DARLAN MARTINS SANTANA, HILDO ALCÂNTARA DA SILVA e outros dois homens não identificados, dolosa, conscientemente e em comunhão de vontades, mediante grave ameaça exercida com o emprego de faca e de um simulacro de arma de fogo, subtraíram a renda e algumas mercadorias do Mercadinho Míni Preço, situado na rua Rufino de Elizalde, antiga rua Bom Jesus, bairro Novo Israel. Apurou-se que, na data e horário dos fatos, os denunciados e os outros dois homens não identificados chegaram ao mercadinho em um veículo GM Classic Spirit, cor cinza, placa NOJ-5419, sendo que dois deles entraram no estabelecimento portando uma faca e um simulacro de arma de fogo, anunciaram o assalto e renderam a proprietária Ana do Socorro dos Santos Gomes. Em seguida, um dos agentes infratores conduziu a vítima para o andar superior e amarrou-lhe os braços e as pernas, enquanto os demais subtraíram toda a renda do caixa e algumas mercadorias. De posse da res, os agentes infratores empreenderam fuga. Os fatos delituosos foram comunicados à autoridade policial que, em diligência, localizou o veículo GM Classic Spirit, cor cinza, placa ostentada NOJ-5419, transitando pela avenida Sumaúma, bairro Monte das Oliveiras. Os policiais emitiram sinais sonoros e luminosos para que os ocupantes do referido automóvel parassem, o que não foi obedecido. Os infratores transpuseram, inclusive, o bloqueio efetuado por outra viatura policial, sendo necessária a realização de disparos em direção aos pneus do veículo para evitar a fuga. Após a colisão, HILDO desceu do automóvel empunhando um objeto semelhante a uma arma de fogo, razão pela qual o policial militar Daniel Felipe Franco de Medeiros efetuou dois disparos na direção de HILDO, atingindo-lhe no antebraço e ombro esquerdo. O objeto foi posteriormente identificado como sendo um simulacro de arma de fogo, modelo tipo pistola, marca Swiss + Arms, calibre 4.55. DARLAN MARTINS SANTANA foi encontrado desacordado no banco do motorista, sendo conduzido ao hospital, para atendimento médico. Em revista ao automóvel, foram localizados e apreendidos uma arma de fogo caseira, tipo escopeta, calibre 20, municiada com um projétil do mesmo calibre, e um aparelho celular da marca Samsung, modelo Galaxy J5, cor dourada, conforme Auto de Exibição e Apreensão de fl. 113. Diante das circunstâncias, os ora denunciados foram presos em flagrante delito e conduzidos à delegacia, onde a proprietária do mercadinho e a testemunha Gabriel dos Santos reconheceram formalmente DARLAN MARTINS SANTANA como sendo um dos autores do roubo, consoante Termos de Reconhecimento de Pessoa de fls. 76 e 81. Ademais, reconheceram o conforme Termo de Reconhecimento de Objeto de fl. 82. Em declarações, a testemunha Gabriel dos Santos asseverou que viu o denunciado HILDO ALCÂNTARA DA SILVA entregando panfletos de plano de saúde no Mercadinho Míni Preço, antes do cometimento do delito. Em consulta realizada a partir do chassi do veículo apreendido, os policiais constaram que a placa estava adulterada, sendo a original NOL-0753, cujo automóvel apresentava restrição de roubo. Posteriormente, o senhor Luciram Pereira de Araújo compareceu perante a autoridade policial e informou que, no dia 06.04.2018, estava conduzindo o veículo GM Classic Spirit, cor cinza, placa NOL-0753, quando duas pessoas desconhecidas o abordaram e roubaram o mencionado automóvel. Na ocasião, não reconheceu os ora denunciados como sendo os autores do roubo. Interrogados, DARLAN e HILDO exerceram o direito de manifestação somente em Juízo. Compulsando os autos, verifica-se que os ora denunciados, além de praticarem o roubo ao mercadinho, conduziam veículo automotor sabendo ser produto de crime e mantinham a composse da arma de fogo caseira, tipo escopeta, calibre 20, municiada com um projétil do mesmo calibre. Por outro lado, não há como lhes imputar a prática do crime de adulteração de sinal de veículo automotor, pois não há provas suficientes de que teriam sido os responsáveis pela adulteração da placa do automóvel." Auto de Exibição e Apreensão à fl. 5. Auto de Reconhecimento de pessoas e de objetos à fl. 17/19 e 23/25. Denúncia oferecida à fl. 144/147 e recebida em 13/06/2018. Todos os réus citados (fl. 159/162). Hildo ofereceu Resposta à Acusação à fl. 163 postergando ao momento das alegações finais a presentação das teses defensivas. Da mesma forma, a Defesa de Darlan optou por se aprofundar ao mérito apenas após a instrução processual, como se vê nas Respostas de fl. 189 e 190/191. Não havendo subsídios para absolvição sumária passou-se à audiência de instrução. Durante a instrução foi primeiramente inquirida a testemunha DANIEL FELIPE FRANCO DE MEDEIROS, a qual declarou que no dia dos fatos estava em patrulhamento no primeiro turno; Que o supervisor da 18º CICOM informou que 4 elementos em um carro celta haviam assaltado um mercadinho e estavam sendo seguidos; Que pelo trajeto identificaram que o veículo dos réus ia passar pela sua área; Que passaram a seguir o veículo conseguindo dete-lo na entrada do Viver Melhor 4; Que dentro do veículo encontraram apenas dois elementos, os ora réus; Que ao ser detidos os réus disseram que os outros dois comparsas já haviam descido do veículo e empreendido fuga; Que dentro do carro onde estavam os réus havia produtos do mercadinho vítima e um simulacro de arma de fogo; Que o dinheiro roubado do mercadinho não foi recuperado; Que os detidos disseram que o dinheiro ficou com os elementos que se evadiram; Que não recorda se foi encontrada alguma faca em poder dos acusados detidos; Que quando o supervisor da 18 CICOM informou sobre o roubo com uso de arma de fogo passou a ficar em espera e coordenando outras viaturas para realizar o cerco; Que quando sua viatura conseguiu identificar o veículo e realizar a abordagem já encontraram um dos réus já baleado na perna; Que esse elemento que estava baleado era o que estava no banco do passageiro; Que não sabe se o tiro que atingiu o réu foi realizado pela polícia; Que disparou duas vezes contra o veículo, tendo atingido o pneu; Que não sabe se outros policiais atiraram contra o veículo em que estavam os réus; Que quando os acusados pararam o véiculo houve troca de tiros; Que apresentou sua arma na delegacia para averiguação; Que lembra que foi encontrado uma arma de fogo em poder dos acusados, mas não lembra claramente se era um simulacro ou uma arma caseira; Que as vítimas foram ao local da abordagem do veículo dos réus e os reconheceu como participantes do roubo aqui apurado; Que o veículo em que estavam os réus era clonado; Que o veículo tinha placa de outro veículo e o mesmo tinha o chassi "batido"; Que esse fato só foi constatado na delegacia; Que os acusados não fizeram declarações sobre isso porque o fato só foi descoberto na revista minuciosa do veículo; Que o dono do carro verdadeiro foi à delegacia e apresentou seu verdadeiro carro. Na mesma data foi inquirida a testemunha JORDANO GOMES MOTA. Tendo a mesma declarado em Juízo que no dia dos fatos estava em patrulhamento quando receberam via rádio informação sobre um roubo a um mercadinho e lhes foram informados a placa do veículo; Que uma viatura da 18º CICOM estava seguindo o veículo, mas foi

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

despistado; Que realizaram um cerco e avistaram o veículo informado; Que perseguiram o veículo e conseguiram realizar o cerco; Que quando abordaram o veículo só havia dois elementos dentro do carro; Que quando os acusados despistaram a primeira viatura que os perseguia dois dos participantes do roubo desceram do veículo e se evadiram; Que a vítima informou aos policiais que foram quatro os participantes do roubo ora apurado; Que na abordagem um dos réus foi ferido na troca de tiros; Que em uma rua conseguiram cercar o carro dos acusados, os quais não puderam atravessar o canteiro central da via porque era alto; Que os acusados colidiram o carro no canteiro central na subida da Av. Sumaúma; Que o acusado que estava ferido foi atingido com um tiro no braço quando estava dentro do carro; Que no carro em que estavam os réus foram encontrados celulares e duas armas caseiras, sendo uma delas um simulacro e outra uma arma caseira calibre 16; Que a vítima foi até a delegacia onde reconheceu os elementos detidos como sendo participantes do roubo que sofrera; Que não recorda se havia alguma irregularidade com o carro em que estavam os acusados detidos. O Ministério Público desistiu da oitiva da vítima Sérgio Hernan e da inquirição das testemunhas Michael Douglas e Felipe Gaudino (menor infrator). A vítima ANA DO SOCORRO DOS SANTOS GOMES, foi ouvida na data de continuação da instrução. Ocasião em que declarou que no dia dos fatos estava trabalhando quando ocorreu um roubo; Que abriu seu comércio e reparou passarem pelo local os acusados, os quais estavam bem vestidos; Que os acusados pararam mais à frente e começaram a conversar olhando para o seu comércio; Que desconfiou que poderiam cometer um roubo em seu estabelecimento; Que quando saiu para a rua os acusados a abordaram lhe entregando folhetos e lhe disseram “não fala nada e entra”; Que ao entrar em seu comércio um dos acusado levantou a blusa e lhe mostrou uma arma de fogo que portava; Que estava sozinha no local; Que os dois elementos entraram em seu comércio; Que o fato ocorreu por volta das 15h; Que costuma abrir seu comércio nessa hora após o almoço; Que um dos elementos foi para a parte de cima de seu imóvel onde a declarante reside; Que o outro elemento ficou no seu comércio; Que o elemento que subiu em seu imóvel queria que lhe mostrasse onde tinha um cofre, o que a declarante não tinha em sua casa; Que o elemento não a agrediu, mas a amarrou com uma corda que levou consigo; Que esse elemento tinha consigo uma faca que usou para imobilizar a declarante; Que já havia visto um dos acusados na parte da manhã; Que o elemento que foi de manhã lhe entregou um folheto de um plano de saúde e quando voltou à tarde com o comparsa levava consigo os mesmos folhetos de plano de saúde; Que ficou amarrada no quarto de seu filho; Que os meliantes ficaram em sua casa por cerca de 15 minutos; Que o elemento que entrou com a declarante em sua casa não quis levar nenhum bem da casa da declarante; Que depois chegou um cliente em seu estabelecimento, ocasião em que o elemento que estava em seu comércio gritou para seu comparsa “sujou”; Que então os autores do roubo se evadiram correndo e passaram a ser perseguidos; Que o sobrinho da declarante a desamarrou; Que ouviu pancadas na parte de baixo de sua casa e pensou que os autores do roubo haviam atirado em alguém; Que os autores do roubo se evadiram em um carro; Que até aquele momento não sabia que os autores do roubo estavam em um carro; Que o elemento que a amarrou a prendeu os pés e a deixou com as mãos amarradas para trás; Que não sabe dizer se seu sobrinho viu os acusados durante o roubo; Que depois soube que os acusados foram perseguidos por populares; Que depois a polícia voltou ao local levando os acusados detidos; Que os autores não levaram bens de sua casa, mas levaram a renda de seu comércio obtida na parte da manhã; Que após ser libertada por seu sobrinho, chamaram a polícia; Que a polícia conseguiu deter dois dos participantes do roubo e foram até o comércio da declarante para que ela reconhecesse os elementos detidos; Que foi para a delegacia onde os acusados foram apresentados; Que os acusados foram detidos em menos de uma hora após o roubo aqui apurado; Que quando foi desamarrada, os policiais já estavam em perseguição aos acusados; Que algúem da vizinhança percebeu que estava ocorrendo um assalto e acionou a polícia; Que Gabriel é um ex-funcionário do comércio da declarante; Que no momento do fato Gabriel não estava no estabelecimento, mas estava chegando ao local; Que Gabriel estava trabalhando no comércio na parte da manhã; Que Gabriel viu qual dos acusados havia ido ao comércio da declarante na parte da manhã. QUE Gabriel mora perto da casa da declarante, em um quitinete na Rua Brasil; Que não sabe o número do quitinete em que mora Gabriel; Que trabalha no comércio onde ocorreu o roubo; Que o comércio do outro lado da rua é do marido da declarante; Que no momento do crime, no comércio de seu marido, estava o sobrinho da declarante; Que também tentaram roubar o comércio de seu marido, mas não conseguiram levar nada; Que um dos acusados portava uma arma de fogo e o outro elemento que entrou em seu imóvel portava uma faca; Que quando tentou correr para a rua para dar alarme do possível roubo foi abordada pelo elemento que portava a arma de fogo e que conseguiu se evadir; Que só reconheceu que um dos elementos foi em seu comércio na parte da manhã porque ele entregou o mesmo folheto que foi entregue à tarde; Que na época seu comércio não tinha câmeras de segurança; Que após o roubo em seu comércio os mesmos elementos tentaram roubar o comércio de seu marido; Que sabia que os acusados tinham um carro de apoio porque estavam nesse veículo quando foram detidos; Que o elemento que a amarrou foi detido e era o mesmo meliante que foi alvejado durante a perseguição; Que na delegacia reconheceu a arma de fogo com que foi rendida; Que no momento do roubo não identificou que os acusados tinham um carro de apoio porque quando viu os autores do roubo estavam a pé; Que não sabe a quantidade de dinheiro Roubada. QUE não recorda as feições da pessoa que a abordou com a arma de fogo; Que ficou muito nervosa durante a execução do roubo; Que neste ato a declarante realizou o reconhecimento pessoal dos acusados identificando o acusado DARLAN como sendo a pessoa que foi ao seu comércio na parte da manhã e voltou à tarde quando participou do roubo aqui apurado; Que não chegou a reparar em nenhum detalhe dos autores do roubo porque ficou nervosa; Que o elemento que subiu em seu imóvel disse que queria um cofre que acreditava haver na casa; Que esse elemento não falou nada sobre filmagem; Que o elemento que entrou em seu imóvel não a agrediu; Que estava muito nervosa e esse elemento lhe disse “fica tranquila que eu não sou nenhum jack”; Que disse ao acusado que tinha um videogame de seu filho e uma televisão, mas o elemento não quis levar os bens. (fl. 234/238) Ao ser interrogado, Darlan Martins Santana declarou que os fatos narrados na denúncia não são verdadeiros; Que no dia dos fatos estava trabalhando em uma padaria quando chegaram ao local MARIVALDO o qual lhe mandou que ajudasse o acusado HILDO o qual estava ferido por tiros recebidos; Que no caminho foram alcançados por policiais que começaram a persegui-los; Que HILDO lhe dizia para não parar porque os policiais iriam matá-los; Que então acelerou e colidiu com o carro e desmaiou; Que conheceu MARIVALDO porque o mesmo merendava na padaria onde o declarante trabalha; Que no momento não questionou porque MARIVALDO não levava HILDO ao hospital porque “estava nervoso”; Que MARIVALDO não queria levar HILDO ao hospital porque estava com medo dos policiais que os estavam perseguindo; Que alega ser inocente e não ter participado do crime aqui apurado; Que MARIVALDO tem um olho de vidro e era quem estava dirigindo o carro no momento do crime. Que só quis ajudar MARIVALDO o qual desceu do carro e saiu correndo com uma arma na mão e mandou que ajudasse HILDO o qual estava ferido; Que estava só com HILDO no carro quando foram presos pela polícia; Que não viu a arma caseira que estava no carro, apenas viu HILDO que estava no automóvel, ferido; Que quer mudar de vida. (fl. 239/242) Foi então interrogado Hildo Alcântara da Silva, que disse os fatos narrados na denúncia são parcialmente verdadeiros; Que na época dos fatos estava cumprindo pena no semiaberto; Que encontrou MARIVALDO e “LOIRINHO” no local; Que devia 15 mil para esses elementos os quais o amarraram e disseram que queria o dinheiro; Que procurou ajuda na segurança do presídio; Que devia dinheiro por ter perdido uma arma e uma motocicleta; Que foi liberado com tornozeleira; Que MARIVALDO e “LOIRINHO” o encontraram na rua e disseram que sabiam onde morava e iriam mata-lo e também à sua família; Que tinha um terreno e trocou em um carro Ônix cujo anúncio viu no OLX; Que deu o carro para MARIVALDO e “LOIRINHO” para pagar sua dívida, mas ficou devendo ainda 5 mil reais; Que ligou para um amigo para pedir emprego porque queria mudar de vida; Que então conseguiu um emprego para distribuir panfletos; Que

estava na rua quando MARIVALDO e "LOIRINHO" passaram de carro e mandaram que entrasse no carro; Que MARIVALDO e "LOIRINHO" lhe disseram que devia 5 mil ainda; Que disse que não tinha como pagar; Que então lhe disseram que deveria ir a um mercadinho onde deveria pegar um HD com uma filmagem; Que disse que já tinha ido ao mercadinho antes; Que entrou no mercadinho e abordaram a vítima ANA; Que entrou no imóvel da vítima e lhe disse que queria apenas a filmagem; Que amarrou a vítima porque ela queria correr e ficou com medo que ela corresse e MARIVALDO atirasse nela; Que ao descer MARIVALDO lhe perguntou sobre a filmagem; Que disse que não tinha encontrado a filmagem, então MARIVALDO lhe deu uma coronhada; Que ficou tonto com a pancada; Que depois o carro parou e DARLAN entrou no veículo; Que saíram rumo ao hospital; Que foram alcançados por policiais e houve troca de tiros; Que foram abordados e detidos; Que não tinha arma no carro; Que MARIVALDO e "LOIRINHO" se evadiram com as armas de fogo; Que estava no lugar errado e na hora errada; Que não saiu de casa para cometer crimes, mas foi obrigado por MARIVALDO e "LOIRINHO" os quais queriam que pegassem uma filmagem que estaria no imóvel da vítima; Que MARIVALDO e "LOIRINHO" são assaltantes e lhe entregaram certa vez uma motocicleta e uma arma para que cometesse roubos; Que perdeu essa motocicleta e a arma quando foi preso, por isso ficou devendo; Que havia um terceiro elemento no carro quando entrou, mas não conhecia esse terceiro elemento que estava no carro e não o viu quando voltou para o veículo após ter amarrado a vítima. QUE a faca que tinha consigo foi lhe entregue por MARIVALDO e "LOIRINHO" os quais lhe disseram que se encontrasse o HD com a filmagem que queria e que se não conseguisse desconectar da máquina que deveria cortar os fios e trazer; Que MARIVALDO entrou no comércio da vítima com o interrogado enquanto "LOIRINHO" e o outro elemento que estavam no carro foram para uma distribuidora da Fogás onde tentaram assaltar; Que o carro foi obtido pelo interrogado o qual trocou no OLX por um terreno e a entregou a MARIVALDO para pagar sua dívida; Que não sabe quem adulterou a placa do carro; Que falou com sua esposa para que entregassem o carro por conta da dívida; Que não conferiu a situação do carro; Que ofereceu o terreno a MARIVALDO pela dívida, mas ele disse que cortaria a cabeça do interrogado se tentasse pagá-lo com um terreno; Que MARIVALDO dirigia o carro; Que ao pegar o sentido do Viver Menor nas proximidades do Novo Israel, MARIVALDO parou o carro e ele e "LOIRINHO" saíram do veículo e DARLAN entrou no veículo; Que o outro elemento que estava com MARIVALDO e "LOIRINHO" no carro saiu do veículo antes do interrogado sair do carro da vítima; Que quando DARLAN entrou no carro, MARIVALDO e "LOIRINHO" saíram do veículo; Que quem estava armado era MARIVALDO; Que "LOIRINHO" não tinha arma de fogo consigo; Que MARIVALDO tinha consigo um revólver calibre 38 com munição. À fl. 290 e seguintes vê-se o laudo pericial realizado na arma apreendida, sendo ela descrita como Arma de fabricação artesanal (ver foto 01), de médio porte, de um cano, sem marca aparente, compatível com calibre 12. De ação simples, com sistema de percussão indireta e central. Apresentando acabamento oxidado, em péssimo estado de conservação. Coronha em madeira. Sistema de carregamento por retrocarga e tiro unitário. Possui cano basculante, de alma lisa (desprovida de raiamento) com diâmetro interno medindo 21mm (vinte e um milímetro) e 175mm (cento e setenta e cinco milímetros) de comprimento, a qual apresentou eficiência para efetuar disparos. Além de 01 (um) cartucho de munição de arma de fogo com cano de alma lisa (ver foto 02), calibre 20, apresentando estojo com corpo em material plástico de cor amarela e culote metálico, marca CBC. O mesmo foi envolvido por papel e linha utilizadas em costura na cor vermelha. Após a alteração em seu corpo o mesmo apresenta, aproximadamente, 21mm (vinte e um milímetros) de diâmetro, o qual, em exame, foi percutido, detonou e deflagrou a carga normalmente. Não podendo precisar se a arma fora utilizada para disparos em data recente. Em alegações finais, o Ministério Público entendeu que as provas demonstram a veracidade dos fatos narrados na inicial. Ponderou que apesar das negativas de autoria dos acusados, as declarações da vítima e das testemunhas de acusação estão em perfeita sintonia com os depoimentos colhidos no curso da instrução criminal e da fase inquisitorial, sendo certas, portanto, a autoria e a materialidade do delito. Salientou os seguintes aspectos: Afirmou que a vítima reconheceu o réu Darlan na fase inquisitorial, e posteriormente houve a ratificação do reconhecimento em Juízo, onde afirmara, com convicção, que ele fora um dos autores do crime de roubo narrado na exordial. Os policiais militares, por sua vez, confirmaram ter detido os acusados logo após a execução do crime, durante uma perseguição. Ademais, a versão apresentada pelo réu Darlan de que somente entrara no veículo para ajudar o corréu Hildo e a versão deste de que foi compelido a participar da empreitada criminosa não se coadunam com as demais provas dos autos, sendo patente que ambos, dolosa, conscientemente e em unidade de desígnios, participaram do roubo. O Laudo Pericial de fls. 291/296 comprovou que a arma de fogo apreendida apresentou eficiência na produção de tiros e que a munição deflagrou a sua carga normalmente. E que restou comprovado que o veículo utilizado pelos acusados na empreitada criminosa era produto de crime. Conclui que os acusados agiram dolosa e conscientemente na realização das condutas descritas na lei penal, eis que não há indicação de comprometimento de suas capacidades de autodeterminação ou de compreender o caráter ilícito dos fatos, agindo, portanto, contrariamente ao ordenamento jurídico, quando, nas circunstâncias, deveria abster-se de lesar o patrimônio alheio e o sistema nacional de armas, pugnando pela condenação de ambos os réus como incursos nas penas do art. 157, §2º, II e V e artigo 180, do Código Penal e artigo 16 da 10.826/03. (fl. 297/302) A Defensoria Pública apresentou Memoriais em favor de Darlan Martins Santana afirmando que o réu não participou dos crimes denunciados, alegando que ao juiz é vedado condenar com base em provas exclusivamente inquisitoriais. Busca sua absolvição das acusações por considerar que não há provas de que tenha concorrido para os crimes denunciados. Afirma que a vítima a pessoa errada ao afirmar em audiência que foi Darlan a pessoa que participou do roubo em seu comércio e residência. Requereu a aplicação da pena no mínimo legal, a não consideração da reincidência na fase inicial da pena como antecedentes por ser agravante. Pleiteou regime inicial de cumprimento da pena menos gravoso em função da súmula 269 do STJ. E os benefícios da Justiça Gratuita ante sua situação financeira. (fl. 342/348) Em seguida, apresentou Memoriais em favor de Hildo Alcântara da Silva (fl. 349/355). Desta feita requereu sua absolvição por coação moral irresistível argumentando que segundo seu relato o verdadeiro autor das condutas criminosas teria sido terceiro identificado apenas como Marivaldo, o qual estaria armado e teria empreendido fuga após a abordagem policial. Tal como no anterior, requereu a aplicação da pena no mínimo legal, a não consideração da reincidência na fase inicial da pena como antecedentes por ser agravante. Pleiteou regime inicial de cumprimento da pena menos gravoso em função da súmula 269 do STJ. E os benefícios da Justiça Gratuita ante a situação financeira do réu. Certidão narrativa de fl. 312/313/356/357 informa que Darlan estava cumprindo pena em regime aberto em face de condenação por crime de receptação, outra em regime fechado por roubo majorado, responde a outra ação penal em andamento perante a 8ª Vara Criminal, já tendo diversas passagens criminais anteriores. Hildo, por sua vez, possui execução de pena em andamento por condenação a sete anos de reclusão em regime fechado pela prática de roubo majorado e receptação perante este Juízo (fl. 320), além de condenação por crime de violência doméstica e outras passagens criminais (fl. 358). Ambos estão presos há 01 ano, 03 meses e 04 dias neste feito. É o relatório. Decido. Trata-se, na espécie, de crime de roubo majorado pelo concurso de pessoas e restrição de liberdade tipificado na norma incriminadora do artigo 157, § 2º, II e V, do CPB, de receptação, tipificado no artigo 180 do mesmo codex e de crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, descrito no artigo 16, da Lei n° 10.826/2003, imputando a denúncia a autoria aos réus Darlan Martins Santana e Hildo Alcântara da Silva. No entender deste Juízo não restou há controvérsia quanto ao fato de que os denunciados estavam juntos no veículo utilizado no dia e hora do crime. Em que pese Darlan o tenha negado, foi devidamente reconhecido pela vítima, tanto na fase investigatória quanto em Juízo. Além de ter sido preso em flagrante delito após o crime dentro do referido veículo. Neste sentido, vê-se da análise do conjunto probatório produzido nos autos, que as provas colhidas são suficientes para a formação de um Juízo quanto à evidente

materialidade, também devidamente comprovada pelo que mais consta dos autos, como as declarações da vítima, das testemunhas e o pertinente auto de apreensão. A materialidade do crime de roubo é, portanto, certa. Neste mesmo sentido, resta comprovada a materialidade dos crimes de receptação (de veículo roubado) e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (apreendida na ocasião dentro do veículo) e cujo laudo de fl. 290/296 informa ser arma de fabricação artesanal calibre 12 que apresentou eficácia na produção de disparos. Já a autoria delitiva é o ponto nevrálgico, considerando-se que nesses autos todo tipo de pretexto foi passível de utilização para justificar a presença dos interrogados no local do flagrante, desde coação até solidariedade, já que dentre os participantes do crime, supostamente quatro, os réus foram os únicos presos, reconhecidos e identificados. Os argumentos apresentados pela Defesa, quais sejam: solidariedade, no caso de Darlan e coação, no caso de Hildo, são possíveis legalmente, contudo, não se mostram verossímeis, posto que não se fazem coerentes com nenhuma das demais provas carreadas aos autos; Tanto as declarações da vítima quanto das testemunhas relatam a efetiva presença e participação de um e de outro nos eventos criminosos denunciados. De modo que nada se vislumbra a corroborar as teses defensivas abraçadas. Assim, por certo, as provas levantadas se coadunam com o histórico dos fatos e denotam o desfalque do patrimônio alheio, utilizando-se de grave ameaça exercida com o emprego de arma branca, concurso de agentes e restrição da liberdade das vítimas, receptação e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, o que é sobremaneira lastimável e repreensível, merecendo os réus, por isto, a reprimenda legal. Encerrada, assim, a questão referente a autoria e materialidade delitiva, tenho, por outro vértice, que as causas de aumento devem permanecer, pois restou comprovado nos autos que o crime de roubo foi cometido em concurso de pessoas e ainda que a vítima foi amarrada no local do crime. Vê-se, destarte, que as condutas dos denunciados se amolda perfeitamente ao tipo penal previsto no artigo 157, § 2º, II e V, 180, do CPB e 16, da Lei 10.826/03, consistente nos delitos de roubo em concurso de pessoas com restrição da liberdade, receptação e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. Sendo assim, diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte, CONDENO os réus DARLAN MARTINS SANTANA e HILDO ALCÂNTARA DA SILVA, já qualificados nos autos, como incursos nas penas do artigo 157, § 2.º, II e V e do artigo 180, caput, ambos do CPB, bem como do artigo 16 da Lei n. 10.826/03.

ADV: VALÉRIA REGINA GOMES DA SILVA (OAB 14389/AM) - Processo 0624626-82.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Eduardo Rodrigo da Cruz Santos do Nascimento - Sendo assim, diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte, CONDENO EDUARDO RODRIGO DA CRUZ SANTOS DO NASCIMENTO, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 157, §2º, II, c/c artigo 14, II, ambos do Código Penal, consoante fundamentação exposta.

ADV: IRENILDI MACHADO CARDOSO DA SILVA (OAB 13933/AM) - Processo 0625782-08.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: José Nilton Gonçalves dos Santos - Processo nº. 0625782-08.2019.8.04.0001 Réu: José Nilton Gonçalves dos Santos Incidência Penal: Roubo - artigo 157, § 2º, II e § 2º-A, I, do Código Penal SENTENÇA Vistos em sentença e etc. O Ministério Público do Estado do Amazonas denunciou José Nilton Gonçalves dos Santos, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, II e §2º-A, I, do Código Penal Brasileiro, narrando, em síntese, na denúncia, que: "... , no dia 25 de maio de 2019, por volta das 22h30, na rua Mirra, Loteamento João Paulo, Jorge Teixeira, JOSÉ NILTON GONÇALVES DOS SANTOS e mais duas pessoas desconhecidas, dolosa, conscientemente e em comunhão de vontades, mediante grave ameaça exercida com arma de fogo, compeliram Elder Santos da Costa a lhes entregar o celular, documentos pessoais e uma quantia em dinheiro. Em seguida, empreenderam fuga em um veículo Celta, de placa JXF-8026. Imediatamente, a vítima comunicou os fatos a policiais militares em patrulhamento na área, que localizaram e detiveram o denunciado nas proximidades do local do crime. O denunciado foi prontamente reconhecido pela vítima como sendo um dos autores do delito, conforme Termo de Reconhecimento de Pessoa de fls. 11, sendo inclusive apontado como a pessoa que lhe olhava fixamente, enquanto os demais praticavam o assalto. Diante de tais circunstâncias, o denunciado foi preso em flagrante e conduzido à delegacia, onde confessou o delito, porém, ressalta que apenas dirigia o veículo utilizado no assalto. Nada obstante, a vítima o apontou como a pessoa que lhe olhava fixamente, como forma de intimação, a indicar plena participação no delito " Auto de Exibição e Apreensão à fl. 5. Termo de reconhecimento de pessoa à fl. 11. A denúncia, acompanhada dos autos de prisão em flagrante, e inquérito, na qual foram arroladas 02 (duas) testemunhas, além da vítima (fl. 33/34), foi recebida à fl. 35. Regularmente citado (fl. 86), o acusado apresentou Defesa Escrita à fl. 105, resguardando-se ao direito de apresentar suas teses defensivas por ocasião das alegações finais. Sem subsídios para absolvição sumária prosseguiu-se a ação penal. No decorrer da ação penal foi designada audiência de instrução. À fl. 122 e seguintes foi ouvida em Juízo a vítima Elder Santos da Costa, a qual declarou que no dia dos fatos foi buscar sua esposa no emprego dela no Coroado e resolveram comprar um jantar então subiram a Av. Itaúba e pararam em um churrasquinho, mas desistiram e seguiram para outro local e no caminho o pneu de sua motocicleta furou, então a levou para uma borracharia próximo então enquanto o borracheiro estava fazendo o reparo sua esposa ficou na frente usando o celular e o declarante ligou para um vizinho trazer um outro pneu; Que ficaram esperando o conserto do pneu da motocicleta quando passou pelo local uma criança; Que o fato se deu por volta das 22 horas, ocasião em que passou um carro bem devagar pela via e o declarante pensou que iriam sequestrar a criança; Que na verdade saíram do carro dois elementos e os abordaram com armas de fogo e anunciaram o assalto subtraindo a bolsa da esposa do declarante e o celular dela, além da carteira e celular do declarante; Que um dos elementos mandou que ficasse de cabeça baixa; Que então ficou olhando a placa do carro e a gravou; Que após o roubo e a fuga dos autores do crime passou pelo local uma viatura e o declarante acionou os policiais e relatou o roubo, indo com os policiais na viatura em buscas pelo carro em que estavam os autores do roubo; Que passou a placa do carro aos policiais, mas a placa era fria e não havia qualquer informação a respeito; Que ao subir a Av. Itaúba avistou o carro usado no roubo aqui apurado e informou aos policiais que logo abordaram o veículo, no qual somente estava o ora acusado; Que o declarante o reconheceu imediatamente como sendo a pessoa que estava dirigindo o carro no momento do roubo; Que o declarante o viu claramente no momento do roubo porque o acusado saiu do carro e ficou esperando na porta do veículo enquanto seus dois comparsas abordavam e subtraíam os bens do declarante e da esposa dele; Que no momento do roubo o ora acusado não usou de nenhuma forma de violência contra o declarante nem a esposa deste, apenas saiu do carro pegou os pertences do declarante e da esposa deste e voltou para o veículo. QUE no momento do roubo o acusado parou o carro e saiu do veículo e ficou na porta dele; Que o ora acusado, o motorista do carro no momento do crime, saiu do carro e pegou os pertences do declarante e da esposa dele; Que na delegacia disse que o acusado apenas ficou olhando da porta do carro, mas retifica que o acusado recolheu pertences do declarante e de sua esposa; Que não sabe quem pegou a bolsa de sua esposa porque lhe mandaram ficar de cabeça baixa, mas o ora acusado recolheu pertences do declarante e de sua esposa; Que no momento que deu seu depoimento na delegacia estava muito nervoso e não conseguiu explicar tudo o que aconteceu com clareza. Em seguida inquiriu-se a testemunha LUZIVAN ALFAIA DIAS, policial militar, a qual declarou em Juízo, que no dia dos fatos estava em patrulhamento quando foram abordados pela vítima que acabara de ser assaltada e informou as características do carro, a cor e o número de ocupantes; Que levaram a vítima na viatura e fizeram buscas pela área; Que avistaram o veículo informado e o abordaram; Que a vítima relatou que fora abordada por 3 elementos, mas no momento que encontraram e abordaram o carro só havia um elemento dentro dele, o ora réu; Que a vítima que estava na viatura reconheceu o ora acusado identificando-o como o motorista do carro usado no cometimento do crime aqui apurado; Que diante desse fato deram voz de prisão ao acusado e o conduziram ao 14º DP para as providências de praxe; Que não lembra se alguma arma ou

pertence das vítimas foi encontrado no carro; Que com o acusado nada foi encontrado; Que não lembra se no carro do acusado havia algum celular das vítimas. Depois passou-se à inquirição da testemunha ANDRÉA CRISTINA DE LIMA LOPES, também policial militar. Tendo a mesma informado em audiência que no dia dos fatos estava em patrulhamento pela Av. Mirra quando foram abordados pela vítima que relatou ter sido roubada por elementos em um carro Celta Prata e informou a placa; Que levaram a vítima na viatura e seguiram em buscas pelas proximidades tendo encontrado o veículo e passaram a segui-lo; Que deram sinal para parada do veículo; Que ao abordaram o veículo somente encontraram o condutor, mas não havia nenhuma arma de fogo nem pertence das vítimas; Que a vítima reconheceu o condutor do veículo abordado como sendo um dos participantes do crime aqui apurado; Que o detido, ora acusado, relatou ter deixado os outros dois participantes do crime em uma área de mata próxima ao local e os policiais foram ao local indicado, mas não obtiveram êxito em encontrar os comparsas do ora acusado. Ato contínuo foi interrogado o réu (fl. 129/132), o qual declarou que os fatos narrados na denúncia não são verdadeiros; Que no dia dos fatos estava em sua casa; Que os dois autores do roubo são vizinhos e sempre passavam na frente da casa do declarante e o cumprimentavam; Que no dia dos fatos os vizinhos o procuraram para que fizesse um frete; Que foi com eles, só que no caminho soube que o "frete" era para participar de um roubo e que se não participasse iriam voltar à casa do interrogado e então "pegar sua esposa e sua filha"; Que foi coagido a participar do crime; Que os autores do roubo depois do crime mandaram que os deixassem em um local e que não os entregasse senão iriam voltar na sua casa e pegar sua esposa e seu filho pequeno; Quer que a vítima entenda que ele também foi uma vítima porque foi coagido a participar do roubo; Que durante a execução do crime não teve participação ativa, não pegou pertences da vítima ou da esposa deste; Que se soubesse que iria participar de um roubo não iria; Que tem uma família para sustentar e jamais iria cometer um crime; Que não usa nenhum tipo de entorpecente. QUE responde outro processo por ter sido acusado de agressão a um vizinho que foi acusado de ter jogado um catolé na casa deste vizinho; Que quanto ao outro processo diz que os policiais averiguaram que não teve participação no crime; Que não sabe que responda a processo por violência doméstica, pois só uma vez discutiu com sua esposa e ainda vive com ela de forma harmoniosa. A Título de diligências as partes nada requereram. Em Alegações Finais, o Ministério Público sustentou: "MMª Juíza, as provas colhidas na instrução criminal demonstram que o acusado, juntamente com dois comparsas não identificados e mediante grave ameaça a vítima e a esposa deste exercida com uso de armas de fogo, subtraíram bens da vítima e da esposa (bolsa, celulares e carteira) conforme descritos na peça acusatória. Essa ilação tem apoio nas declarações da vítima e na prova testemunhal, bem como na confissão do acusado em juízo, apesar de alegar que estava sendo coagido, o testemunho da vítima demostra claramente que ele agiu em co-autoria com seus comparsas, participando efetivamente do crime, inclusive descendo do carro e ajudando a recolher os pertences da vítima. Assim, ao meu sentir, a conduta ora apurada ajusta-se perfeitamente ao preceito previsto no art. 157, § 2º, II e § 2º-A, I, c/c artigo 29 do do Código Penal, porquanto o acusado em concurso de agentes e com emprego de grave ameaça exercida com arma de fogo subtraiu a res furtiva, consumando, assim, o crime de roubo majorado. Ante exposto, o Ministério Público postula a condenação do acusado como incurso nas penas da norma penal supramencionada." A Defesa apresentou alegações finais ponderando que o réu foi coagido a participar do crime pelos seus verdadeiros autores faltando-lhe portanto o dolo, elemento subjetivo da conduta, pelo que requereu primeiramente sua absolvição sumaria e depois, absolvição por falta de provas com base no artigo 386, do CPP e em caso de condenação, sua desclassificação, desconsiderando a majorante do emprego de arma de fogo em face de não haver sido apreendido objeto utilizado no crime, o qual poderia ser um simulacro. E ainda, o reconhecimento de participação de menor importância por parte do réu, nos termos do artigo 29, parágrafo 1º, do CPB. Por fim, requereu aplicação da pena no mínimo legal, ante à primariedade e bons antecedentes do réu, em regime aberto, substituindo a pena por restritiva de direitos. As certidões seguintes dão conta de que o réu não responde atualmente a outra ação penal, apesar de ter contra si medida protetiva em face de violência doméstica recente e que está preso no processo em apreciação por 3 meses e 9 dias. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Passo a decidir. Ab initio, ressalto que não foram argüidas questões preliminares e nem prejudiciais de mérito a serem apreciadas, motivo por que passo à análise meritória do caso em comento. Não cabe absolvição sumária, como requerido pela Defesa em alegações finais, eis que superada a fase para tal, a qual se dá após a Defesa Escrita, onde não foram apresentados quaisquer argumentos a viabilizá-la. Compulsando detidamente os autos, verifico que o processo está em ordem e que foram observados todos os pressupostos de existência e validade da relação jurídica processual. Em razão disso, passo a indicar os motivos de fato e de direito que fundamentam esta decisão, os quais decorrem dos elementos de convicção que foram carreados aos autos, restando as provas colhidas suficientes para a formação de um juízo abalizado. Trata-se, na espécie, de denúncia por crime de roubo com o emprego de arma de fogo e em concurso de agentes, tipificado na norma incriminadora artigo 157, § 2º, II, §2º-A, I, do Código Penal Brasileiro, imputando-se a autoria ao acusado . A materialidade do crime de roubo é certa e restou comprovada por meio do Auto de Exibição e Apreensão, do Termo de reconhecimento de objeto, bem como pelos esclarecedores e coerentes depoimentos da vítima na fase inquisitorial e em Juízo, além das testemunhas ouvidas nos autos, que dão conta da inequívoca existência do evento criminoso. No que toca à autoria, também não há dúvida de que recai na pessoa do réu, com base no do Termo de reconhecimento de pessoa, na oitiva da vítima na fase persecutória e em Juízo, tendo reconhecido o acusado em ambas as oportunidades como sendo a pessoa que dirigia o veículo, que saiu do carro e que recolheu pertences. Note-se que o crime foi perpetrado com emprego de arma de fogo, fato que foi utilizado pelo próprio réu para alegar que teria sido coagido a participar. De modo que seria no mínimo esdrúxula a argumentação da defesa de que existiria arma de fogo para que o réu se sentisse intimidado a participar do crime e ao mesmo tempo não existiria arma de fogo contra a vítima. Não podem haver duas verdades. Ademais, não ser encontrada a arma ou a res furtiva não tornam a materialidade do crime inviável, desde que os demais elementos dos autos demonstrem sua idoneidade. E de fato, nada nos autos leva a crer que o crime não tenha acontecido e que não se tenha dado exatamente como descrito pela vítima e corroborado por testemunhas e demais provas apuradas. A questão da coação moral irresistível é uma hipótese prevista legalmente, contudo, não basta ser alegada. É necessário que algo mais demonstre sua verossimilhança. Assim tem sido decidido pelos colendos tribunais superiores. A coação irresistível, seja física ou moral, precisa ser provada, por algum meio. Do relato da vítima, quanto á conduta do acusado, não se verifica que aparentasse estar sendo coagido. Ademais, o simples fato de não ter premeditado não impede o agente de aderir à conduta ilícita dos demais no decorrer da execução, sendo o que ocorre em muitas coautorias e como sói ser o caso em tela. Outro aspecto que não se encaixa com as alegações do acusado é que o carro dirigido por ele apresentava uma placa fria, ou seja, não era uma placa verdadeira. Ardil comumente utilizado por criminosos na execução de crimes para evitar o rastreamento do veículo, identificação dos autores e sua consequente responsabilização pela lei penal perante a Justiça. Ressalte-se ainda que na delegacia o réu afirmou que só praticara o roubo porque além de ter sido ameaçado estava passando por necessidade financeira, pois estava há alguns dias sem receber dinheiro do seu trabalho. Assim, a versão dada pelo réu em Juízo não se alinha às demais provas produzidas nos autos. Além disso não se vislumbra que o acusado tenha apresentado qualquer prova das suas alegações. Chafurde-se os autos de alto e baixo e não se encontrará qualquer mínimo indício do argumento de coação irresistível alegado pelo réu. Sequer indicou quem pudesse fazê-lo ou quem seriam seus algozes, a fim de ao menos possibilitar a recuperação da res furtiva. Deste modo, tenho por superadas tanto as questões atinentes à autoria e à materialidade quanto os demais fatores influentes no montante da pena. Entendo que é indubitável a incidência das majorantes previstas no § 2º-A, I e §2º, II, do artigo

157 do Código Penal, relativas ao emprego de arma de fogo e ao concurso de pessoas, respectivamente, eis que tais circunstâncias restaram devidamente comprovadas nos autos, pelos depoimentos colhidos. Em que pese a arma de fogo não tenha sido apreendida, o que se explica pelo fato de que os coautores fugiram antes do veículo com o acusado ser localizado, a vítima foi enfática em afirmar que foi ameaçada com uma arma de fogo. Tenho convicção de que a ausência de apreensão da arma não compromete o fato de que foi a mesma empregada contra a vítima no momento do crime para ameaça-la e intimida-la a fim de que a mesma não oferecesse resistência. Não é o caso de absolvição, portanto, eis que as provas são suficientes para a formação do juízo condenatório e tampouco de aplicação de atenuante de confissão. Doutro giro, a fuga e não identificação dos coautores não desmerece o concurso de agentes, fato devidamente relatado pela vítima. Diante de tal entendimento, não se vislumbra o caso de desclassificação para o caput. Como se vê, o conjunto probatório é muito coeso, estando sobejamente demonstrada a ocorrência do crime descrito na denúncia, não havendo dúvidas quanto à autoria imputada ao réu. Por certo, as provas levantadas se coadunam com o histórico dos fatos e denotam a clara intenção de desfalcar patrimônio alheio, utilizando-se de grave ameaça exercida com o emprego de arma de fogo, em concurso de agentes, merecendo o réu, por isto, a reprimenda legal. Portanto, não há dúvidas que possam afastar o decreto condenatório, pelo contrário, os documentos e declarações colhidas durante a instrução processual trouxeram clareza apta a incriminar o denunciado, trazendo a esta magistrada a certeza do decreto condenatório, segundo o qual a conduta do réu se amolda perfeitamente ao tipo penal previsto no artigo 157 § 2º, II e §2º-A, I, do Código Penal Brasileiro, consistente no delito de roubo com emprego de arma de fogo e em concurso de pessoas, definido como: "Art. 157. Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa. (...) §2º - A pena aumenta-se de um terço até a metade: II - se há concurso de duas ou mais pessoas." §2º-A - a pena aumenta-se de 2/3 (dois terços): I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo". Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte, CONDENO José Nilton Gonçalves dos Santos , já qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, II e §2º-A, I, do Código Penal Brasileiro. Passo, em consequência, a analisar a dosimetria da pena dos acusados, atenta aos ditames do que dispõem os artigos 59, 60 e 68, todos do Código Penal Brasileiro. A culpabilidade do acusado está evidenciada, vez que possuía ao tempo dos fatos, a potencial consciência da ilicitude, demonstrando a vontade deliberada em agir. O réu é tecnicamente primário, visto que não responde atualmente a outra ação penal, portanto, não é detentor de maus antecedentes, sob a ótica da Súmula 444 do STJ. No que concerne a sua personalidade e conduta social, não há nada nos autos que me permita traçá-la. Os motivos decorrem da possibilidade de ganho fácil às custas do trabalho alheio, o que é sobremaneira lamentável. As circunstâncias foram as típicas do crime, uso de ameaça. As consequências materiais foram relevantes, vez que os bens não foram restituídos. A conduta foi lesiva à paz social da comunidade. A vítima em nada contribuiu para o resultado, sendo circunstância neutra para o réu. E, finalmente, verifico que não há indicativos da situação financeira do réu, tudo levando a crer que não é boa. Assim, entendo necessário e suficiente para a reprovação e a prevenção do crime estabelecer a pena-base no mínimo legal de 04 (quatro) anos de reclusão. Considerando o artigo 68, parágrafo único, do Código Penal, passo a considerar as causas de aumento de pena previstas no §2º II e §2º-A, I, do art. 157, majoro a pena até a metade, passando a dosá-la em 06 (seis) anos de reclusão, pena essa que torno definitiva, face a ausência de atenuantes, agravantes e demais causas de diminuição ou aumento de pena. Observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração a situação econômica do réu que parece não ser boa, estabelecendo que o valor desta corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. O réu deverá a iniciar o cumprimento da pena no Regime Semiaberto, a teor do artigo 33, §2º, "b" do Código Penal Brasileiro em vigor. Deixo de fazer detração neste momento por não ser benéfico ao réu neste ato. Deixo de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, tendo em vista o óbice previsto no artigo 44, I, do Código Penal Brasileiro, uma vez que a pena aplicada é superior a 04 (quatro) anos e o crime de roubo traz na sua essência a violência contra a vítima, o que impossibilita tal substituição. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subseqüentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. Ante à situação financeira do réu concedo-lhe a gratuidade da justiça. Considerando as circunstâncias graves do crime, não lhe concedo direito de apelar em liberdade. Com o trânsito em julgado: 1 - Expeça-se guia de recolhimento para a execução da pena. 2 - Lance-se o nome do réu no rol dos culpados. 3 - Comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins do art. 15, III, da Constituição Federal. 4 - Remeta-se as peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal desta capital. Publique-se. Registre-se. Intime-se sucessivamente as partes, observado o disposto no artigo 392 do Código de Processo Penal. Manaus, 03 de setembro de 2019. Careen Aguiar Fernandes Juíza de Direito

ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM) - Processo 0629230-23.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: A.N.F. - Autos nº:0629230-23.2018.8.04.0001 ClasseAção Penal - Procedimento Ordinário AssuntoRoubo Majorado SENTENÇA Vistos estes autos em sentença e etc. O Ministério Público do Estado do Amazonas, no uso de seus atribuições legais, denunciou Alexandro Nobre Ferreirra, já qualificado nos autos, como incurso nas penas dos artigos 157, §3º, in fine, c/c artigo 14, II, ambos do Código Penal Brasileiro, narrando, em síntese, na denúncia à fl. 133/136, que: "no dia 14 de maio de 2018, por volta das 8h, os agentes infratores chegaram ao local do crime em um veículo Fiat/Pálio, cor azul, placa JXJ-8695, e em uma motocicleta não identificada, ocasião em que ALEXSANDRO NOBRE FERREIRA desceu do automóvel Fiat/Pálio, adentrou nas dependências da Distribuidora Dênis, se aproximou do caixa do estabelecimento com uma arma de fogo em punho e retirou a renda guardada na gaveta, no montante aproximado de R$ 2.000,00 (dois mil reais). Na fuga, o ora denunciado efetuou dois disparos à queima roupa contra Raimundo Dênis da Silva, proprietário do estabelecimento, que estava próximo do caixa e sequer esboçou alguma reação ao assalto. Os tiros acertaram as costas e o ombro da vítima, consoante exames médicos colacionados às fls. 71/74. Em seguida, o denunciado se evadiu do local com o auxílio do comparsa que o aguardava fora da Distribuidora, na motocicleta não identificada, assegurando o êxito da empreitada criminosa. A partir das imagens das câmeras de segurança do estabelecimento, foi inicialmente possível apenas constatar que a placa do automóvel Fiat/Pálio continha as letras JXJ e que o último numeral era 5. Ocorre que, no dia 19 de junho de 2018, membros de uma associação criminosa foram presos em flagrante delito quando tentavam roubar o proprietário de uma distribuidora, no bairro Alvorada, utilizando um veículo Fiat/Pálio, cor azul, placa JXJ-8695, posteriormente identificado como sendo o mesmo empregado no roubo executado na Distribuidora Dênis. O veículo era conduzido por WILTON MESQUITA CHAVES e ALEXSANDRO NOBRE FERREIRA era o carona. Diante das circunstâncias, a vítima Raimundo Dênis da Silva e a testemunha ocular Oseas Oliveira de Lima compareceram à delegacia, onde reconheceram ALEXSANDRO NOBRE FERREIRA como sendo o autor do roubo que adentrou na Distribuidora Dênis, no dia 14 de maio de 2018, conforme Termos de Reconhecimento de Pessoa de fls. 89 e 90. Interrogado, o ora denunciado negou a prática delitiva, alegando que, na data e horário dos fatos, estava trabalhando na Loja KF Materiais de Construção, localizada na rua Marquês de Santa Cruz, Centro, nesta cidade. Aduziu, ainda, somente ter conhecido WILTON MESQUITA CHAVES em junho do corrente ano, quando estavam orquestrando o assalto realizado no bairro da Alvorada. Todavia, o álibi apresentado pelo denunciado foi

devidamente desconstituído pela autoridade policial que, em diligências, constatou não existir nenhuma Loja KF Materiais de Construção, ou qualquer outra empresa desse ramo, situada na rua Marquês de Santa Cruz, Centro. Além disso, a Loja KF Materiais de Construção informou não possuir em seu quadro de pessoal nenhum funcionário com o nome de ALEXSANDRO NOBRE FERREIRA (Relatório Policial de fl. 116). Por sua vez, WILTON MESQUITA CHAVES também negou a prática delitiva, embora tenha confirmado ser o proprietário do veículo Fiat/Pálio, cor azul, placa JXJ-8695. Alegou ter conhecido ALEXSANDRO NOBRE FERREIRA no dia da tentativa de roubo perpetrada no bairro da Alvorada. Inobstante a negativa de autoria, ALEXSANDRO NOBRE FERREIRA foi categoricamente reconhecido pela vítima e pela testemunha ocular como sendo um dos autores do delito, o que é indício suficiente para deflagração da ação penal em relação a tal nacional. Noutro giro, este Agente Ministerial não vislumbra a existência nos autos de elementos suficientes para imputar a WILTON MESQUITA CHAVES a participação no crime em apreço, razão pela qual, por ora, deixa de oferecer denúncia contra tal nacional." A denúncia foi oferecida em 13/07/2018 e recebida cinco dias depois. Regularmente citado, o acusado Alexandro Nobre Ferreira apresentou Defesa Escrita à fl. 165/166, resguardando-se ao direito de apresentarem suas teses defensivas por ocasião das alegações finais. Não havendo subsídios para absolvição sumária, prosseguiu-se o feito. Certidão de fl. 182 informa localização de mídia com imagens que integram os autos da investigação. Em audiência de instrução e julgamento foi ouvida a vítima Raimundo Dênis da Silva, a qual narrou que no dia dos fatos ao abrir sua loja, passaram pelo local dois rapazes em uma motocicleta e ficaram olhando para o declarante, fato observado e narrado por uma pessoa da loja da frente; Que depois entrou na loja um elemento que anunciou o roubo e depois atirou no declarante; Que foi hospitalizado; Que dias depois foi cometido outro roubo e entre os envolvidos estava o mesmo rapaz que o assaltou e roubou; Que estava dentro da loja encostado no balcão; Que quando o elemento entrou na loja chegou mostrando uma arma e disse "é um assalto" e mandou que o declarante saísse do balcão; Que desceu olhando para o acusado; Que o acusado pegou o dinheiro que estava no caixa; Que o acusado atirou à queima-roupa no declarante; Que a bala ainda está alojada no ombro do declarante; Que o interrogado não falou nada para o acusado antes de atirar no declarante nem o declarante disse qualquer coisa ao acusado; Que viu o rosto do elemento que lhe atirou; Que após o crime o acusado se evadiu na garupa de uma pessoa que já o esperava numa motocicleta; Que não viu o rosto do rapaz que estava na motocicleta esperando para dar fuga ao réu; Que a caixa em que estava o dinheiro estava dentro do balcão do caixa; Que alguém deve ter informado ao acusado a localização do dinheiro; Que em seu comércio vende água, bebidas e gás. : QUE o acusado roubou do interrogado cerca de 300 reais; Que o acusado já sabia onde estava o dinheiro que guardava que era uma caixa de bebidas guardada no balcão; Que o acusado desceu de um carro na via principal e desceu até a loja do declarante; Que após o roubo o acusado se evadiu de carona numa motocicleta que o estava esperando próximo da loja; Que depois foi chamado na delegacia onde reconheceu um dos participantes do roubo aqui apurado, o ora acusado, que é a pessoa que atirou contra o declarante; Que além do dinheiro o acusado não levou outros pertences do declarante; Que não chegou a ficar internado por conta do tiro que recebeu; Que o acusado atirou duas vezes, mas apenas um disparo atingiu o declarante.QUE no momento do crime ficou frente à frente com o acusado e pode vê-lo; Que o acusado é um rapaz moreno e alto e tem traços finos; Que o acusado já chegou na loja avançando para o declarante; Que quando viu a fotografia do réu o reconheceu porque viu seu rosto; Que o acusado entrou na loja e foi diretamente em direção ao seu sobrinho OSÉAS e o rendeu e em seguida abordou o declarante; Que OSÉAS mudou-se para Parintins. Em seguida foi interrogado o réu, tendo dito que os fatos narrados na denúncia não são verdadeiros; Que foi preso numa tentativa de cometer um roubo na Alvorada; Que havia conhecido WILTON uma semana antes dos fatos; Que ao ser preso falou que trabalhava na KF Material de Construção porque não é de Manaus/AM e sim de Fortaleza/CE de onde chegou a pouco tempo; Que nas imagens mostradas o autor do roubo anda perfeitamente o interrogado anda mancando por ter recebido um tiro; Que não trabalhava na loja KF e sim em um bico como ajudante de pedreiro na obra de quitinetes do dono da "Quebra-Galho" Materiais de Construção; Que não é verdade que participou do crime aqui apurado. QUE estava no regime semiaberto e passou a usar tornozeleira eletrônica; Que já tem uma condenação anterior por roubo na primeira criminal; Que quando deu seu depoimento confundiu o local e nome da loja em que trabalhava; Que no dia dos fatos estava trabalhando para o dono da loja "Quebra-Galho material de construção" como servente de pedreiro em uma obra perto da loja; Que errou o nome porque não é de Manaus/AM; Que é natural de Russas/CE; Que não tem nenhuma condenação criminal no Ceará; Que se envolveu em crimes porque passa por dificuldades financeiras aqui. QUE ao depor confundiu os nomes da loja e o local porque não conhece bem a cidade; Que o dono do material de construção "Quebra-Galho" se chama Paulo; Que a obra em que estava trabalhando fica a uns 300 a 400 metros da loja "QuebraGalho" a qual fica na Av. Joaquim Nabuco. A título de diligências o Ministério Público requereu a juntada do vídeo da testemunha inquirida por precatória e, a Defesa, não se manifestou. A testemunha Oseas de Oliveira Lima, que foi inquirida por carta precatória, sobrinho da vítima, que estava presente ao local do crime, relatou que no dia dos fatos, entre 7h40 e 8h, o autor do crime pediu cerveja e após anunciar o assalto, engatilhou a arma de fogo e mandou que a testemunha saísse do meio para ele passar, tendo ido direto ao local onde era guardado o dinheiro da renda do comércio. Ele afirmou que ele não pegou os aparelhos celulares que estavam no local, apenas o dinheiro e que antes de sair efetuou um disparo contra seu tio e saiu, momento em que a testemunha correu e viu o meliante subindo em uma motocicleta na qual um individuo o aguardava. A testemunha afirmou que dava pra ver o rosto do autor do crime apesar do mesmo estar usando boné. Respondendo às perguntas da Defensoria Pública esclareceu que foi chamado na delegacia em virtude de um roubo em que foi usado um veículo de mesma placa do veículo que deixara o acusado no local e lá compareceu tendo reconhecido sem nenhuma dúvida que se tratava do autor do crime que presenciara contra seu tio. (vídeo anexado à fl. 284) As alegações finais foram apresentadas na forma de memoriais escritos. O Ministério Público sustentou à fl. 286/289 que ficou devidamente comprovado após a instrução do processo, mediante reconhecimento ratificado em Juízo, pela vítima e pela testemunha, que o acusado, após roubar o dinheiro do caixa do comércio da vítima, efetuou dois disparos contra mesma, acertando-lhe com um deles, em face do que promoveu pela condenação de Alexsandro Nobre Ferrreira, como incurso nas penas do art. 157, §3º, in fine, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal. A Defesa do réu apresentou seus últimos argumentos escritos à fl. 291/296, afirmando que o réu não foi preso em flagrante delito e as provas apuradas não são suficientes para apontar com precisão a autoria do crime por parte do réu. Discorreu sobre as circunstâncias do artigo 59, pleiteou a absolvição com base no artigo 386, V, do Código de Processo Penal e em caso de condenação, aplicação da pena mínima, regime de cumprimento inicial que não seja fechado, detração da pena, recurso em liberdade e isenção de custas. Certidão de fl. 298 informa que o réu está segregado por 1 ano, 1 mês, 14 dias. Antecedentes Criminais à fl. 266/267 informa que o réu responde a outras três ações penais em andamento, possui outras passagens criminais anteriores e execução de pena em andamento. Certidão de fl. 268 narra condenação transitada em julgado por roubo majorado por emprego de arma de fogo e concurso de pessoas com pena de 5 anos, 9 meses e 10 dias pela 1ª Vara Criminal de Manaus. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Passo a decidir. Ab initio, ressalto que não foram argüidas questões preliminares e nem prejudiciais de mérito a serem apreciadas, motivo por que passo à análise meritória do caso em comento. Compulsando detidamente os autos, verifico que o processo está em ordem e que foram observados todos os pressupostos de existência e validade da relação jurídica processual. Em razão disso, passo a indicar os motivos de fato e de direito que fundamentam esta decisão, os quais decorrem dos elementos de convicção que foram carreados aos autos, restando as provas colhidas suficientes para a formação de um juízo abalizado. Trata-se, na espécie, do crime de tentativa de latrocínio, tipificado na norma incriminadora do artigo 157, § 3º, in fine, c/c art. 14, II,

ambos, do Código Penal Brasileiro, imputando-se a autoria ao acusado Alexandro Nobre Ferreira, devidamente qualificado nos autos. A materialidade resta provada nos autos, lastreando-se no inquérito policial juntamente ao auto de prisão em flagrante, depoimento da vítima e da testemunha em fase inquisitorial e em Juízo, as quais dão conta da inequívoca existência do evento criminoso, e todos elementos probatórios a evidenciar a prática do delito. No que toca à autoria, também não há dúvida de que recai na pessoa do réu, tudo com base no conjunto probatório, pelo depoimento da vítima, a qual reconheceu o acusado como autor do crime, tanto da fase de investigação quanto em Juízo, bem como pela inquirição da testemunha presencial dos fatos, a qual foi taxativa em reconhecer o acusado após sua prisão e em audiência judicial. A despeito da negativa de autoria por parte do réu todos os demais meios de prova se encaixam a demonstram extreme de dúvida a autoria do crime perpetrado por ele. O carro utilizado no crime foi o mesmo em que depois foi preso em flagrante o denunciado Alexsandro quando do cometimento de outro roubo, com seus comparsas com similar modus operandi, fatos que se verificam pelas imagens das câmeras de segurança captadas no dia do crime ora julgado. Aliás, após seu interrogatório em Juízo, foi possível realizar a comparação com as filmagens e constatar sua efetiva e direta participação neste crime cruel. Assim, o simples fato de não ter sido preso em flagrante e negar a autoria não tem o poder de desmantelar o conjunto probatório consistente produzido nos autos a demonstrar a certeza da autoria por parte do denunciado. Nota-se que um dos autores deixou o denunciado de carro no local do crime. Carro que mais tarde foi usado no crime que resultou na prisão em flagrante do acusado e seus comparsas. O Acusado então entrou no comércio da vítima, a abordou, mandou a testemunha sair da frente, pegou o dinheiro do caixa e, sem motivos, disparou duas vezes contra a vítima, acertando-lhe um dos disparos. Tendo depois fugido na garupa de uma motocicleta em que um terceiro o aguardava para lhe dar fuga. Restando claro a concordância de todos os envolvidos e a plena ciência deles quanto à prática delituosa. Os desígnios eram comuns entre os agentes, com prévio ajuste, tendo devido conhecimento do uso da arma de fogo e o réu, com os disparos, podia prever naturalmente eventual resultado mais grave que a intimidação, qual seja, a morte da vítima. Por certo, as provas levantadas se coadunam com o histórico dos fatos e denotam a tentativa de desfalcar patrimônio alheio, com a intenção de matar para que fosse possível garantir seu objetivo, utilizando-se de grave ameaça e violência mediante emprego de arma de fogo, o que é sobremaneira lastimável e repreensível, merecendo o réu, por isto, a devida reprimenda legal. Inquestionável, ainda, que o crime em comento se deu na sua forma tentada, vez que não se consumou a morte da vítima, por motivos alheios à vontade do réu, mais precisamente pelo fato da vítima ter sido socorrida, bem como pelo outro disparo não tê-la atingido. Caracterizada, portanto, a figura do inciso II, do artigo 14, do Código Penal. Saliente-se ainda que não há qualquer contradição entre os depoimentos de vítima e testemunha na fase inquisitorial ou em Juízo, nem mesmo quando confrontadas com as imagens gravadas daquela data. Como visto, as provas carreadas aos autos, tanto na fase inquisitorial como na fase judicial, são lineares e objetivas no sentido de incriminar o denunciado pelo crime narrado na denúncia, trazendo a esta magistrada a certeza inequívoca do decreto condenatório, segundo o qual a conduta do réu se amolda perfeitamente ao tipo penal previsto no artigo 157, §3º, in fine, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal Brasileiro, consistente no delito de tentativa de latrocínio, definido como: "Artigo 157. Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: () §3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de 7 (sete) a 15 (quinze) anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de 20 (vinte) a 30 (trinta) ano, sem prejuízo da multa." "Art. 14 - Diz-se o crime: (...) II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente". Sendo assim, diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte, CONDENO ALEXSANDRO NOBRE FERREIRO, já qualificado nos autos, como incurso na prática do crime previsto no artigo 157, § 3º, in fine, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal. Passo, pois, a dosar a reprimenda ao acusado, conforme o necessário e suficiente para alcançar a tríplice função da pena, qual seja, promover a reprovação da conduta do agente, prevenção geral e especial do crime, atento ao critérios estabelecidos pelos artigos 59, 60 e 68 do Código Penal. A culpabilidade do acusado está evidenciada. Sendo ele o próprio autor dos disparos contra a vítima, altíssimo é o grau de reprovação social da conduta inerente ao delito praticado. O réu é reincidente. Possui maus antecedentes. No que concerne a sua personalidade e conduta social, o que consta dos autos não lhe é favorável. Os motivos do crime decorre da possibilidade de ganho fácil às custas da vida de trabalhador honesto e pai de família, o que é sobremaneira lamentável. As circunstâncias foram as típicas desse tipo de crime, ou seja, ocorrência de ousadia e crueldade, não olvidando que situações como a experimentada pela vítima e pela testemunha promovem inquestionáveis abalos psicológicos e jamais serão superadas. As consequências materiais não foram tão relevantes, porque o valor em pecúnia não era alto mas a vítima sobreviveu à ação criminosa por milagre ou destino. A conduta foi altamente lesiva à paz social da comunidade. A vítima em anda contribuiu para o resultado, sendo circunstância neutra para o réu. E, finalmente, verifico que não há indicativos da situação financeira do réu, tudo levando a crer que não é boa. Feita, assim, essa análise primária de suas circunstâncias pessoais, fixo a pena-base acima do mínimo legal, qual seja, 21 (vinte e um) anos de reclusão e 30 (trinta) dias-multa. Não há circunstância atenuante a considerar. Sendo o réu reincidente agravo a pena em um ano, passando a figurar em 22 (vinte e dois) anos de reclusão. Considerando que se trata de tentativa de latrocínio, consoante previsão do 14, §1º, do CP, diminuo a pena em 1/3 (um terço), em razão da maior proximidade da consumação do crime, passando a dosá-la em 14 (catorze) anos e 08 (oito) meses de reclusão, pena essa que torno definitiva face a ausência de causas de aumento. O regime inicial para o cumprimento da pena do réu é o fechado, nos termos do artigo 33, §2º, letra "a", do Código Penal e considerando não apenas o montante da pena, mas a condição de reincidente do réu. Deixo de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, tendo em vista o óbice previsto no artigo 44, I e III do Código Penal Brasileiro, uma vez que a pena aplicada é superior a 04 (quatro) anos e o crime ora julgado traz na sua essência a violência contra a vítima, o que impossibilita tal substituição. Deixo de aplicar também o artigo 387, § 2º do Código de Processo Penal, reativa à detração, haja vista que período de segregação cautelar não alterará o regime inicial ora determinado. Considerando o regime inicial da pena e ainda que permanecem presentes os pressupostos da segregação cautelar do acusado deixo de conceder ao réu o direito de recorrer em liberdade. Por fim, levando-se em consideração a situação econômica do réu que parece não ser boa, estabelecendo que o valor da multa corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do Código Penal Brasileiro). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do Código Penal Brasileiro, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. Intime-se sucessivamente as partes, observado o disposto no artigo 392 do CPP. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta sentença, e mantida a condenação em face do réu, tome-se as seguintes providências: 1 - Expeça-se a guia de recolhimento para execução da pena; 2 - Lance-se o nome do réu no rol dos culpados; 3 - Comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral a condenação do réu, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; 4 - Remeta-se as peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal - VEP. Após o cumprimento da sentença, arquive-se os autos. Manaus, 02 de setembro de 2019. Careen Aguiar Fernandes Juíza de Direito

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0630217-25.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Flávio Samuel Cavalcante Pereira - Assim, diante da presença do fumus comissis delicti e do periculum libertatis, em

consonância com a manifestação ministerial, indefiro os pedidos e mantenho a prisão prisão preventiva decretada contra Flávio Samuel Cavalcante Pereira com fulcro no que determinam os artigos 311, 312 e 313 do CPP. Intimem-se.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0630217-25.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Flávio Samuel Cavalcante Pereira - Diante de todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e, via de consequência, CONDENO FLÁVIO SAMUEL CAVALCANTE PEREIRA às sanções penais do artigo 157, caput, do Código Penal, conforme fundamentação.

Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Baltazar Soares de Oliveira (OAB 14398/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Gerdeson Zuriel de Oliveira Menezes (OAB 11164/AM)
Irenildi Machado Cardoso da Silva (OAB 13933/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Valéria Regina Gomes da Silva (OAB 14389/AM)

8ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0874/2019

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: JANELMA VIANA DOS SANTOS (OAB 6487/AM) - Processo 0023349-42.2003.8.04.0001 (001.03.023349-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - INDICIADO: Marcelo Pessoa da Silva e outro - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência designada para o dia 15/10/2019, às 08:45h, será realizada no mesmo dia, porém no horário das às 09:15h na Sala padrão.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM), ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: LUCIENE CABRAL DE ALBUQUERQUE (OAB 3903/AM), ADV: AUGUSTO COSTA JÚNIOR (OAB 4337/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: VILSON GOMES BENAYON (OAB 751/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM) - Processo 0027041-44.2006.8.04.0001 (001.06.027041-2) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Julio Torres Taumaturgo - Ildervaldo Ponce de Leão - Designo o dia 09/09/2019, às 10:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0233493-71.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Ordem Tributária - RÉU: Francisco Chagas Sodré Junior - EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS Processo nº 0233493-71.2015.8.04.0001 A Dra. Patrícia Macêdo de Campos, MM. Juíza de Direito da 8ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Secretaria da 8ª Vara Criminal correm os termos do processo crime 0233493-71.2015.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o denunciado Francisco Chagas Sodré Junior, nascido em 22/01/1984, filho de Francisco Chagas Sodré e Maria da Luz Menezes Sodré, por infração do art. 1º, IV, da Lei nº 8.137/90, distribuídos a esta Vara em 02/09/2015, e como o denunciado encontra-se em lugar incerto e não sabido, mandou expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o denunciado comparecer na Secretaria da 8ª Vara Criminal, localizada na Av. Paraíba, S/Nº, 2º Andar, Setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5141, Manaus-AM, para tomar conhecimento da Denúncia e APRESENTAR RESPOSTA À ACUSAÇÃO, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 396-A, com a redação alterada pela Lei 11.719/08, com a advertência dos artigos 363, §4º, e art. 364, combinado com o art. 366, todos do CPP, a contar do primeirodiaútilsubsequente à publicação do edital. E para que chegue ao conhecimento do acusado e que no futuro ninguém alegue desconhecimento, mandou expedir o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 06 de setembro de 2019.

Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Augusto Costa Júnior (OAB 4337/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
JANELMA VIANA DOS SANTOS (OAB 6487/AM)
Luciene Cabral de Albuquerque (OAB 3903/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Vilson Gomes Benayon (OAB 751/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0875/2019

ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM) - Processo 0640028-09.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉ: Glaucia Vale de Lima Santos - Ante o exposto, consoante parecer do Ministério Público, INDEFIRO O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA (fls. 76/79), para manter a Ré GLAUCIA VALE DE LIMA SANTOS preventivamente sob a custódia estatal, com supedâneo nos artigos 312 e 313, I, do Código de Processo Penal.

Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0876/2019

ADV: NAYANDRA KRAMER LEITE (OAB 12858/AM), ADV: DIOCLEMAR SANTOS NOGUEIRA JÚNIOR (OAB 12013/AM), ADV: AULENICE MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA NOGUEIRA (OAB 10233/AM) - Processo 0626048-92.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: I.P.P.F. - J.R.S. - D.P.S. e outros - Ante o exposto, INDEFIRO os pedidos de fls. 866/867 e 868/891.

Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (OAB 10233/AM)
Dioclemar Santos Nogueira Júnior (OAB 12013/AM)
Nayandra Kramer Leite (OAB 12858/AM)

10ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0566/2019

ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM), ADV: CRISTINA SEFFAIR DE SOUZA (OAB 3057/AM), ADV: RENATA LOPEZ ALANIS (OAB 8706/AM), ADV: JOHN KENEDY RODRIGUES DE SOUSA (OAB 8190/AM) - Processo 0221028-69.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Wanderlan Torres da Silva Júnior e outro - Recebo a apelação de fls. 664/667, em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Considerando que o apelante já apresentou as razões do presente recurso, dê-se vista a defesa do acusado WANDERLAN TORRES DA SILVA para apresentação das contrarrazões, observado o prazo legal. Demais providências pela Secretaria deste Juízo. Intime-se.

Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB 8713/AM)
CRISTINA SEFFAIR DE SOUZA (OAB 3057/AM)
JOHN KENEDY RODRIGUES DE SOUSA (OAB 8190/AM)
Renata Lopez Alanis (OAB 8706/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0567/2019

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA, ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM) - Processo 0213325-19.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Ronaldo da Silva Batista - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO PROCEDENTE os pedidos constantes na denúncia para CONDENAR RONALDO DA SILVA BATISTA, nas penas do artigo 157, caput, do Código Penal.

Orlando Patrício de Sousa
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0569/2019

ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM) - Processo 0328738-90.2007.8.04.0001 (001.07.328738-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - INDICIADO: Luiz Augusto Pereira Ribeiro e outro - EX POSITIS JULGO improcedente a denúncia de fls. 01/02, e ABSOLVO o réu LUIZ AUGUSTO PEREIRA RIBEIRO das sanções penais do art. 157, § 2º, incs. I e II, do Código Penal Brasileiro, e o faço com fulcro no art. 386, inc. VII, por não existir prova suficiente para a condenação. Transitada em julgado a sentença, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. A arma de fogo deve ser encaminhada à autoridade competente, para os devidos fins, em consonância com o que determina o art. 25, da Lei nº 10.826/2003. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0570/2019

ADV: ERIVELT SABINO DE ARAÚJO (OAB 7920/AM) - Processo 0264227-39.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - INDICIADO: Mayke David Lima de Lunas - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR MAYKE DAVID LIMA DE LUNAS, já qualificado nesta ação penal nas penas do artigo 155, §4º, inciso IV do código penal.

Erivelt Sabino de Araújo (OAB 7920/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0571/2019

ADV: RAIMUNDO NONATO ALVES GOMES (OAB 6801/AM) - Processo 0230032-91.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - INDICIADO: Claudionor Oliveira dos Santos - EX POSITIS JULGO parcialmente procedente a denúncia de fls. 64/66, razão por que ABSOLVO o réu CLAUDIONOR OLIVEIRA DOS SANTOS do crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor, previsto no art. 311, caput, do Código Penal Brasileiro, e o faço com arrimo no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, por não existir prova suficiente para a condenação. CONDENO-O, entretanto, pelo crime de receptação, previsto no art. 180, caput, do Código Penal Brasileiro. Atendendo às diretrizes do art. 59, do Código Penal Brasileiro, em consulta ao Sistema de Automação de Justiça - SAJ, o réu é primário, porém registra antecedentes criminais (fls. 140). Com relação a sua conduta social, personalidade e os motivos que o impeliram à prática delituosa, não encontro nos autos parâmetros mínimos para avaliá-las. As circunstâncias do crime não ultrapassaram o resultado natural do tipo. Assim, entendo necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime estabelecer a pena-base no mínimo legal de 01 (um) ano de reclusão, tornando-a definitiva dada a inexistência de outras causas de aumento ou diminuição da reprimenda. Condeno-o, ainda, ao pagamento de multa, que fixo em 10 (dez) dias-multa, no valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo nacional vigente à época do fato criminoso, em consonância com os critérios estabelecidos no art. 60, do Código Penal. O condenado deverá cumprir a pena privativa de liberdade em regime aberto, nos termos do que preceitua o art. 33, § 2º, "c", do Código Penal Brasileiro. Atento ao disposto no art. 44, do Código Penal Brasileiro, substituo a pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, por entender que no caso vertente a medida é socialmente recomendada. Assim, em consonância com o art. 44, § 2º, 1ª parte, do Código Penal Brasileiro, aplico-lhe duas sanções restritivas de direitos, consistentes em prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas (art. 46 - CPB) e limitação de fim de semana (art. 48 - CPB). Considerando que o réu foi posto em liberdade, concedo-lhe o direito de apelar em liberdade, tendo em vista o fato de que a pena privativa de liberdade será cumprida desde o início em regime aberto. Transitada em julgado a sentença, lance-se o nome do réu no Rol dos Culpados e encaminhe-se guia de recolhimento à VEMEPA, com os documentos pertinentes. Oficie-se à Justiça Eleitoral, em atenção ao que estabelece o art. 15, III, da Constituição Federal. Por fim, condeno o réu no pagamento das custas processuais, as quais deverão ser pagas com a fiança outrora recolhida por ele, da qual também deverá ser descontada a pena de multa, por força do art. 336, do Código de Processo Penal, devendo ser restituído a ele o valor residual. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Raimundo Nonato Alves Gomes (OAB 6801/AM)

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor GENESINO BRAGA NETO, **Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Manaus**, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil.

Processo nº 0219596-78.2012.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Secretaria da 10ª Vara Criminal, situada à Rua Paraíba, s/nº, 2º andar, Setor 03, Adrianópolis - CEP 69.061-970, Fone: 3303-5144, Manaus-AM, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu SEBASTIÃO DE SOUZA BARBOSA NETO, Brasileiro(a), RG 16575075SSPAM, pai Sebastião de Souza Barbosa Filho, mãe Valdeires da Silva Barbosa, Nascido/Nascida 28/05/1982, natural de Juruti - PA, Outros Dados: Nº da Companheira do indiciado, com endereço à RUA ESTRELA DE DAVI, 53, NOVO ISRAEL, CEP 69000-000, Manaus - AM, **denunciado por suposta prática de crime capitulado no art. 180, 297 c/c art. 304 e 311, todos do Código Penal Brasileiro**. Esgotados os meios para encontrar o réu acima nominado, o MM. Juiz manda expedir o presente **Edital de Citação, com prazo de 15 (quinze) dias**, para comparecer o réu a este **Juízo no dia 26/09/2019 às 09:00 horas**, a fim de **Responder à Acusação por escrito no prazo de 10 (dez) dias**, nos termos do art. 396 do CPP (Lei 11.719/08), cientificando-se que, em sua resposta, poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação, quando necessário, de acordo com o art. 396-A do Código de Processo Penal brasileiro. ADVERTÊNCIA**:** Não apresentada a resposta no prazo legal ou, sendo citado, o réu não constituir defensor, o Juiz nomeará defensor dativo para oferecê-la (art. 396-A, § 2º, CPP). E, para que chegue ao conhecimento do réu e que, no futuro, ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado na porta principal da 10ª Vara Criminal. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Jodimar Pinheiro da Silva, Estagiário(a), o digitei, e Manrique Motta Maciel Júnior, Diretor de Secretaria, o conferiu.

Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0412/2019

ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BERNIZ LEITE (OAB 8465/AM), ADV: MÁRCIA PEIXOTO DE OLIVEIRA BORBA (OAB 9246/AM) - Processo 0051961-19.2005.8.04.0001 (001.05.051961-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Josimar Barroso dos Anjos e outros - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: MARIA ROSIANE DE BRITO ANDRADE (OAB 7628/AM) - Processo 0212806-83.2009.8.04.0001 (001.09.212806-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Felipe da Silva Guedes e outros - Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 23/10/2019 às 12:00h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar.

ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: JEBERSON FERNANDES DOS SANTOS (OAB 12432/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM) - Processo 0225208-55.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Francisco Machado dos Santos - Lucas Monteiro da Silva “Chocolate ou Mussum” - Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 25/09/2019 às 09:00h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0612600-86.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Bruno Rodrigo Freitas de Almeida - ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0612600-86.2018.8.04.0001 Réu: Bruno Rodrigo Freitas de Almeida Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 21/10/2019 às 12:30h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 04 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Jeberson Fernandes dos Santos (OAB 12432/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Márcia Peixoto de Oliveira Borba (OAB 9246/AM)
Maria Rosiane de Brito Andrade (OAB 7628/AM)
Rodrigo Otávio Berniz Leite (OAB 8465/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0411/2019

ADV: VALDEIR DA ROCHA FALCÃO (OAB 5429/AM) - Processo 0000205-62.2010.8.04.0011 (011.10.000205-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Rufino Crisostomo de Souza - Ex positis, considerando ser matéria de ordem pública, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado RUFINO CRISOSTOMO DE SOUZA, já qualificado nos autos, pela PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA, relativamente ao fato que deu origem a este processo, com fundamento do Art. 107, IV (primeira figura), do Código Penal Brasileiro. Intime-se pessoalmente o acusado desta Sentença de Extinção da Punibilidade pela Prescrição, anexando cópia ao respectivo mandado. Em caso de retorno do Mandado com certidão negativa, intime-o por edital. Intime-se a Defesa do réu, na forma do art. 370, §1º, do Código Processo Penal, no caso de Defensor Público, intime-se pessoalmente desta Decisão. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Após o trânsito em julgado, proceda-se à devida baixa na distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 23 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0052297-23.2005.8.04.0001 (001.05.052297-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Orleílson Gama Aquino - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia 14/10/2019, às 12H30.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM) - Processo 0200878-23.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUTORFATO: Wellington Lima de Mendonça - Isto posto, diante da materialidade e dos indícios suficientes de autoria, tenho por PRONUNCIAR o acusado Wellington Lima de Mendonça, como incurso na pena dos artigos 121, §2º, inc. I (motivo torpe), e IV (recurso quedificultou a defesa da vitima) em concurso material (art. 69) com o art. 155, § 4º, IV (concurso de pessoas), do Código Penal, na forma do art. 413 do Código de Processo Penal. Analisando os autos, constata-se que não foi possível a localização do denunciado RENNAN CARVALHO DE SOUZA para a realização de sua Citação Pessoal, conforme Certidão do Oficial de Justiça. Por esse motivo, este Juízo determinou a Citação Editalícia, contudo o acima mencionado denunciado não compareceu a Juízo nem constituiu Advogado particular. Desta feita, considerando todo o exposto e tendo em vista que o denunciado evadiu-se do distrito da culpa, estando em local incerto e não sabido, demonstrando clara intenção de não se ver alcançado pela Justiça, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA do denunciado RENNAN CARVALHO DE SOUZA, já qualificado nos autos, com fulcro nos Arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, para assegurar a aplicação da Lei Penal e por conveniência da nstrução Criminal, assim como suspendo o processo assim como o prazo prescricional quanto a este réu, de acordo com o art. 366 do CPP.

ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM) - Processo 0209452-50.2009.8.04.0001 (001.09.209452-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Eudizomar da Silva Albuquerque - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia 15/10/2019, às 12H.

ADV: RENAN RIBEIRO NASCIMENTO (OAB 10191/AM), ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0215258-27.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Antonio Gleimison Montenegro de Lima - Arlesson dos Santos Souza - FICA INTIMADO, DESDE JÁ, através do presente, o (a) patrono (a) do acusado (a) a comparecer no PLENÁRIO deste Juízo do 1º Tribunal do Júri - FÓRUM MINISTRO HENOCH REIS na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho (antiga Av.Paraíba), s/nº, térreo, Bairro de Adrianópolis, a fim de participar da Sessão de Julgamento do Tribunal do Júri Popular designada para o dia : 26/09/2019, às 08h30.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0222432-53.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: N.A.L.S. - FICA INTIMADO, DESDE JÁ, através do presente, o (a) patrono (a) do acusado (a) a comparecer no PLENÁRIO deste Juízo do 1º Tribunal do Júri - FÓRUM MINISTRO HENOCH REIS na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho (antiga Av.Paraíba), s/nº, térreo, Bairro de Adrianópolis, a fim de participar da Sessão de Julgamento do Tribunal do Júri Popular designada para o dia : 16/10/2019, às 13H.

ADV: ALINE CINTRÃO FERREIRA (OAB 9275/AM) - Processo 0231707-89.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: J.S.S. e outro - DESPACHO Recebi hoje. Abro prazo para as alegações finais Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 23 de janeiro de 2019

ADV: LUIS EDUARDO DOS SANTOS VALOIS COÊLHO (OAB 1975/AM), ADV: ADRIELLY EDUARDA DA SILVA ALMEIDA (OAB 14513/AM) - Processo 0233650-15.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Gravíssima - DENUNCIADO: Richarlen Rodrigues Moreira - Autos nº:0233650-15.2013.8.04.0001 Acusado: Richarlen Rodrigues Moreira DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em Juízo, fl. 212, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve a apresentação da acima aludida Peça Processual, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar,

com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea 'a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. "O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE

ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do “habeas corpus”. 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade processual, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 22 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: MARCELO NOBRE DE SOUZA (OAB 7089/AM) - Processo 0236852-97.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - VÍTIMAFATO: Jorge Antonio Silva de Andrade - INDICIADO: Nilson Picanço de Oliveira - D E C I S Ã O Vistos, etc. Recebi hoje. Considerando que o denunciado Nilson Picanço de Oliviera foi devidamente citado bem como apresentou resposta à acusação, fls 101/102, determino que se paute data para a realização da Audiência de Instrução e Julgamento, expedindo-se todos os atos necessários, nos moldes do artigo 411 e §§ do CPP. Junte-se os antecedentes criminais atualizados. Atualize-se o histórico de partes. Providências pela Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2018 George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: MARCELO NOBRE DE SOUZA (OAB 7089/AM) - Processo 0236852-97.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: Nilson Picanço de Oliveira - FICA INTIMADO, DESDE JÁ, através do presente, o (a) patrono (a) do acusado (a) a comparecer no PLENÁRIO deste Juízo do 1º Tribunal do Júri - FÓRUM MINISTRO HENOCH REIS na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho (antiga Av.Paraíba), s/nº, térreo, Bairro de Adrianópolis, a fim de participar da Sessão de Julgamento do Tribunal do Júri Popular designada para o dia : 18/10/2019, às 08h30.

ADV: CLODOALDO CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 9888/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM) - Processo 0245415-46.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Lenon Oliveira do Carmo - INDICIADO: Alexandro Bezerra Duarte - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem ROL DE TESTEMUNHAS que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, conforme estabelece o art. 422 do Código de Processo Penal.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM) - Processo 0247574-25.2015.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - DIREITO PENAL - INDICIADO: Nildo de Souza Santos - Autos nº:0247574-25.2015.8.04.0001 Acusado: Nildo de Souza Santos DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em Juízo, fls. 277/279, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve manifestação Ministerial, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea 'a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem

submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. "O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do "habeas corpus". 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO

CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade processual, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 26 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM) - Processo 0631648-65.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADA: Alexandra Bezerra Duarte - Autos nº:0631648-65.2017.8.04.0001 Acusado: Alexandra Bezerra Duarte DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em Juízo, fls. 158, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve a apresentação da acima aludida Peça Processual, estando os autos sem movimentação desde 07 de dezembro de 2018, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal

peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea 'a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso,

corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. "O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do "habeas corpus". 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a

conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade processual, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 19 de julho de 2019. Celso Souza de Paula Juiz de Direito

Adrielly Eduarda da Silva Almeida (OAB 14513/AM)
Aline Cintrão Ferreira (OAB 9275/AM)
Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Clodoaldo Cavalcante dos Santos (OAB 9888/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Luis Eduardo dos Santos Valois Coêlho (OAB 1975/AM)
Marcelo Nobre de Souza (OAB 7089/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Renan Ribeiro Nascimento (OAB 10191/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)
Valdeir da Rocha Falcão (OAB 5429/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0414/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0208595-33.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Felipe Pantoja Pinheiro - ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0208595-33.2011.8.04.0001 Réu: Felipe Pantoja Pinheiro Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 08/11/2019 às 12:00h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 09 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)

TJ/AM - COMARCA DE MANAUS
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI
JUIZ(A) DE DIREITO: George Hamilton Lins Barroso
DIRETORA DE SECRETARIA: Cintya Luana Araujo Gandra

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. Mateus Guedes Rios, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0046898-18.2002.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra **DORYNALDO DE SOUZA E SOUZA**, Brasileiro(a), Soldado, RG 1367093-0, pai Domingos Soriano Batista de Souza, mãe Sineide de Souza e Souza, Nascido/Nascida 28/04/1980, natural de Parintins - AM, com endereço à Rua São José, 35, próximo ao CAIC, Novo Israel, Próximo a Mercearia Branca, CEP 69000-000, Manaus - AM, por infração ao artigo 121... do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, no dia **15/10/2019 às 13:00h**, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 03 de setembro de 2019. Eu, GRACE KARINA SOARES DE ARAÚJO, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.
Mateus Guedes Rios
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. Mateus Guedes Rios, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0215258-27.2013.8.04.0001,

que a Justiça Pública move contra **ANTONIO GLEIMISON MONTENEGRO DE LIMA**, Brasileiro(a), Desempregado, RG 2413626-3/AM, pai Severino Pinheiro de Lima, mãe Zebina Araújo Montenegro, Nascido/Nascida 20/08/1990, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua 7 de Setembro, 95, Jorge Teixeira 4º Etapa, CEP 69000-000, Manaus - AM, por infração ao artigo 121... do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, **no dia 26/09/2019 às 08:00h**, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 23 de agosto de 2019. Eu, Sidnéia de Oliveira Freitas Fortes, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

Mateus Guedes Rios
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Autos nº:0222432-53.2014.8.04.0001
Ação:Ação Penal de Competência do Júri/PROC
Autor(a): A JUSTIÇA PÚBLICA
RéuNOLYEN ALEX LEAL SILVA

O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo 0222432-53.2014.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado **NOLYEN ALEX LEAL SILVA**, Brasileiro(a), Solteiro, Promotor de Vendas, RG 2815794-0, CPF 024.938.722-07, pai Neilon Franco da Silva, mãe Alcineide Leal Cordeiro, Nascido/Nascida 04/01/1995, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Macatuba, 283, Cidade de Deus, Manaus - AM, atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do art. 121, "caput", do CP, em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação, a fim de que o acusado fique ciente da Sentença de Pronúncia nos seguintes termos **"JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para PRONUNCIAR o (s) acusado (s) como incurso (s) na pena do art. 121, "caput", do CP. Por fim, considerando que não se encontram presentes os motivos dispostos nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal a ensejarem a custódia cautelar do(s) acusado(s), mantenho-o(s) em liberdade/preso aguardando seu(s) julgamento(s) pelo Tribunal do Povo".** E para que chegue ao conhecimento do(s) Réu(s), e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 28 de maio de 2019. Eu, Pedro Victor Correa Alves (TT), expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretor(a) de Secretaria, confiro.

George Hamilton Lins Barroso
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Dr. Mateus Guedes Rios, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo nº.0228273-92.2015.8.04.0001., que a Justiça Pública move contra **Wylhans Queiroz do Nascimento**, por infração ao artigo 121, caput, c/c art.14, II todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB , o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR O ACUSADO, A FIM DE TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, no prazo de 15, de acordo com o que preceitua o art. 420, parágrafo único do Código do Processo Penal, compareça pessoalmente, neste Juízo, na Rua Paraíba, s/n, Bairro Adrianópolis, CEP – 69057-021, Fones: 3303-5220, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 04 de setembro de 2019. Eu, Sigrid Almeida Soares, Auxiliar Judiciário, o digitei. Eu, , Diretor de Secretaria, o conferi.

Mateus Guedes Rios
Juiz de Direito

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

ATA DE SORTEIO DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DAS VARAS DO TRIBUNAL DO JÚRI POPULAR DA COMARCA DE MANAUS, CAPITAL DO ESTADO DO AMAZONAS, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Aos 30 (trinta) dias do mês de agosto do ano de 2019 (dois mil e nove), nesta cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, às 09h00min, onde se encontravam presentes a MMª. Juíza de Direito da 2º Vara do Tribunal do Júri, Exma. Sra. Dra. ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO, comigo Assistente Judiciário, ao fim assinado, o representante do Ministério Público, Promotor de Justiça LUIZ DO REGO LOBÃO FILHO, o representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Advogada Dra. REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA OAB/AM 12219, e o representante da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Defensor Público ANTÔNIO EDERVAL DE LIMA. Realizou-se, no presente ato, o sorteio dos Jurados que deverão servir na Reunião Extraordinária das Varas do Tribunal do Júri Popular da Comarca de Manaus, nestas se incluindo a 1ª, 2ª e 3ª Vara do Tribunal do Júri. A Reunião Extraordinária será realizada nos períodos de 14 à 18 de outubro de 2019; e em novembro também do corrente ano, sendo esta última data instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como o Mês Nacional do Júri. Ao fim do sorteio, verificou-se um total de 230 pessoas sorteadas, oriundas, via de regra, dos Órgãos Públicos do Estado do Amazonas. Foram sorteadas as seguintes pessoas: CIDIA OLIVEIRA DOS SANTOS; CIRLENE FREITAS DE OLIVEIRA; ELISANGELA FERNANDES DOS SANTOS; DOUGLAS GOMES SILVA; KARLA CAMPOS VALETA; FERNANDO NUNES DA FROTA; FRANCISCO DE ABREU ASSUMPÇAO NETO; ELIZABETH SOARES RAPOSO; FABIANO DOMINGOS FIORI; JOÃO DANILO PINTO; RICARDINA MARIA MENEZES DOS SANTOS; RAIMUNDO MODESTO NORONHA; RAPHAELA RAQUEL DOS SANTOS PIMENTA; SILVIA MARTINS MELO; WAGNER DE ALMEIDA SILVA; ANDREZA VIEIRA FERREIRA; FRANCISCO DE ARAUJO SILVA; THAIS BENTES JUCA; VERA LUCIA CALDERARO CABRAL; EVANDRO MONTEIRO DE ALMEIDA; EWERTON FABIO SOUZA DA SILVA; FABIO JOSE PAOLO TOMASELLI; JANETE DE SOUZA LIMA; MARCELA LIBORIO CORREIA; MARGARETH RODRIGUES DA SILVA; MARIO AFONSO FROTA MEDEIROS; MURILO OLIVEIRA MIRANDA JUNIOR; RAIMUNDO NONATO DIOGO CARDOSO; VANIA LUCIA LIMA DE MELO; LUCIANE RODRIGUES DE SOUZA BRITO; JOSE CLAUDIO DA SILVA SERRA; ELANE SILVA BEZERRA; ALCIMEIRY DE LIMA MARTINS;

ADRIANA MERCEDES DE CARVALHO FAUSTO; GWENDOLINY FERREIRA RODRIGUES; MARIA DO CARMO DUTRA DA CRUZ; CLAUDEMIR FELIX DA SILVA; ORLEANS FURTADO PASTOR; FRANCISCA DO ROSARIO DA SILVA VIRIATO; FRANCISCA MARIA VIRIATO DO NASCIMENTO; PEDRO DE SOUZA BARBOSA; CELILIA MACHADO DO AMARAL; GLAUCIA TRINDADE PANTOJA; JOAO PAULO LIMA DA SILVA; LUZINEIDE DE SOUSA RODRIGUES; MARA FATIMA ALVES CUNHA; MARCIO AUGUSTO COSTA ROCHA; MARIA DAS GRACAS VERAS; MARIA DENILDE GOMES GADELHA; ANTONIO CLAUDIO SARAIVA DE OLIVEIRA; DANIEL MORAIS MENDES; ALCINEICE ALENCAR DOS SANTOS; WALQUIRIA TRAVASSOS PIRES; MARGARIDA PINHO PARENTE; MARIA DE FATIMA NASCIMENTO DE SOUZA; FRANCISCA TEIXEIRA RODRIGUES; ANACOELI COSTA DA PAIXAO; ANNE CAROLLINE COSTA DE SANTANA; ARIMATEIA PORTELA DE AZEVEDO; CRISTIANO DA CONCEICAO GARCIA VIANA; ELIZABETH GOMES DE FREITAS; FLAVIA NOGUEIRA DO VALE; GIANE ZUPELLARI DOS SANTOS MELO; ADRIANA SEVALHO MOTTA; ANDREA DE MELO XAVIER SHIMIZU; CLELIA REGIANE DE OLIVEIRA; ELIETE PEREIRA DE AZEVEDO; ESTEVAO LINCOLN DE SOUZA CAVALCANTI; FRANCINEIDE TORRES OLIMPIO; JOSIANE LIMA DA ROCHA; WORNEI SILVA MIRANDA BRAGA; ARIVALDO DA SILVA QUEIROZ; MARIA PAULA GOMES MOURAO; MARIA ZEINA MICHILES SAMPAIO; ANTONIA DO SOCORRO BARROSO AIRES; LUANA CASTRO FISCHER; PATRICIA DE OLIVEIRA MILLER; RAFAELA DO AMARAL SANTOS; SILVIA SIMPLICIO DA COSTA; ANA CRISTINA FREITAS PORTO; ANTONIA EVANILDA ALVES DO NASCIMENTO; ARETHUSA GONCALVES DE SOUSA; ALDENOR DE SOUZA BARBOZA; FRANCISCO DO NASCIMENTO FERREIRA; BERNADETH OSÓRIO NUNES; JOSÉ RICARDO VIEIRA DA CRUZ; LUIZ GERALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA; MARGARETH DO SOCORRO OLIVEIRA E SILVA; ORLANDO FERREIRA CRUZ JUNIOR; ALCEMIR MARTINS CHAVES; ALUIZIO CONCEIÇÃO DE MAGALHÃES FILHO; ANTÔNIO CARLOS REIS GLÓRIA; ARIMAR MENDES DE LIMA; ARLENE MARIA RIBEIRO ARRUDA; RAIMUNDA AUXILIADORA O. BRASIL; REGINA GOMES MARTINS GRANDAL; RICARDO SIQUEIRA RAPOSO; ROBERTO JEFERSON LIMA TELES; ROSA GOMES NASCIMENTO; SANDRA DE SALES TRINDADE; SERGIO ROBERTO MONTEIRO MARINHO; LAURA ANGELA FERREIRA RODRIGUES; LUCIA HELENA MAGALHÃES DE ASSUNÇÃO; LUCIANO DE ANDRADE BRILHANTE; NÚBIA MACIEL BARRETO; MARIA DA CONCEIÇÃO S. DE MOURA; MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA RIBEIRO; MARIA DO PERPETUO SOCORRO P. FREITAS; GERALDO NEPONUCENO DE BRITO; GILBERTO JOSE DE SOUZA; GILMAR RIBEIRO DA COSTA; GUSTAVO DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS; IVANETE THIOTA ANDION; IVONE DOS SANTOS SALES; FABIANA BARRETO FIGUEIRA LOPES; MARILDA GALVÃO DE OLIVEIRA; MILTON WILFREDO PAREDES ROMAN; MOISÉS SIMÕES DOS SANTOS FILHO; MURILO ALVES ACIOLI; DANILO DE ASSIS RIBEIRO; EXPEDITO LUIZ BATISTA NETO; FABIANA ROBERTA GENTIL PEREIRA; FRANCISCO CARLOS MONTEIRO ARRUDA; FRANCISCO EDUARDO ALVES DE ALMEIDA; JULIANE FERNANDES PEREIRA; KAROLINY VERAS PEREIRA DA COSTA; GERÔNIMO DA SILVA LIMA; MARINA DE SEIXAS; CRISTIANA PAULA MELO ZANY BRANDÃO; FÁTIMA DIANA MOREIRA DE MENEZES; HANY MATOS CANDIDO; IARA LANE ARAÚJO DA SILVA; CLAUDIA MARTINS CORREA; CLAUDIO OTAS DA SILVA; CLAUDIONORA ELOI DA SILVA LEAL; CLYVIA OLIVEIRA PEREIRA; CREUZELIDES FREITAS DOS REIS; CRISTIANE GOMES LOUREIRO; ELIANA REGINA NASCIMENTO AZEDO; ELIAS SILVA DE MENEZES; ELIONILDA RIBEIRO DOS SANTOS; ELIZANGELA TAVARES DE MESQUITA; ELKA PADINHA BEZERRA; MARIA DO ROZARIO MAGALHAES CINTRA; MARIA DO SOCORRO CARANHA; MARIA ENEIDA CRISTINA P SANTOS; MARIA SILVANA BATISTA DA COSTA; MARIA SOCORRO COSTA DE LIRA; MARIA TEREZA ALCANTARA CORREA; MARILIA REIS MONTENEGRO; MARILZA SOUZA DOS SANTOS; MARINEIDE SILVA BRANDAO; MARISA REGIS BRANDAO; MARIVAL DOS SANTOS ARAUJO; AMAURY SIMOES RAFAEL; ANA ALZIRA GUALBERTO DE SOUZA; ANA MARIA DE OLIVEIRA COSTA; ANALINO RODRIGUES PAIVA; CARLOS ANTONIO ARAUJO COSTA; CIDILENE DE OLIVEIRA LIMA; MARIA INES PAES REIS; MARIA IRENE DO NASCIMENTO; MARIA LUCIA COSTA DA SILVA; MARIA PERPETUA DE SOUZA E SOUZA; MARIA SANDRA DA SILVA ALBUQUERQUE; MARIA SOCORRO MARREIRA DE SOUZA; MARLENE VIEIRA DE LIRA; NAIR DA SILVA TENORIO; NEILA DE LOURDES DANTAS TABOSA; OQUIMAR NELES GONCALVES; AGATHA FERNANDES DA SILVA; ALCIMAR NORONHA DE SOUZA; ALEX COUTINHO DA SILVA; ALEX MARINHO MAGALHAES; ALINE DA SILVA JACINTHO; ALLAN DIEGO DE CASTRO DANTAS; ALOIZIO SILVA DE SOUZA; ALTEMIZA DANTAS DA COSTA F BELEM; AMANDA BATISTA SOUSA BERNARDO; CHIARA ALFAIA DA SILVA; CICERO AMADEU DE CARVALHO; CLAUDIA BEATRIZ TIAGO PIRES; CLEIA BERNALDA DA SILVA; CRISTIANE OLIVEIRA NEVES; DANIEL RAMOS DA SILVA; DANIELLE ALMEIDA DE LIMA; MANOEL ERNANDES SANTOS SILVA; MARA LIENE ANDRADE VIANA; MARCELA MONTEIRO DANTAS; MARCELI OLIVEIRA BAIMA; MARCELLO MEIRELES NERY; CHRISSER ALESSANDRA PASCOAL DA CRUZ; EDNO LOPES DA COSTA FILHO; GILSON EDUARDO DE MACEDO BRANDAO; GUSTAVO DE ALMEIDA MORAES; HAMILTON ABREU DE OLIVEIRA; HAMILTON DA SILVA MELO; HERLY CARDOSO MOURA; OLGA NADIR SILVA DE CAMPOS; PEDRO MARQUES; ORISMAR DE SOUZA PIRES; MARIA REGINA GOMES KURY; CARLA MARCIA SILVA BRANDÃO; ROMULO ANDRE NOGUEIRA DE OLIVEIRA; CERLANDI DE MIRANDA PAULAR; DENNIS CLAY RABELO PINHEIRO; ADRIEL SALES DA CONCEICAO; EMERSON FELIPE DOS SANTOS; FRANCISCO DE SOUZA PENA; JOSE OTAVIO DE LIMA SAMPAIO; JOSE RAMOS LOPES; MARIA DA CONCEICAO VIEIRA CAVALCANTE; MARIA TEREZA SAMPAIO DE OLIVEIRA; EMERSON BACELAR MAXIMO GUEDES; ELIANA DE ASSUNCAO MARINHO FONSECA; EDVALDO MEIRELES GUIMARAES; EMANUELE SOUZA RIBEIRO; RAIMUNDO NONATO FEITOSA DA COSTA; RAIMUNDO NONATO SOARES VASCONCELOS; ALEXANDRE RABELO DE LIMA; JOAO BATISTA DE SOUZA; JOSIMAR SEABRA SILVA; LEONARDO COLARES DE SOUZA; JOAQUIM CARLOS DE SOUZA JUNIOR; SUELY GLÓRIA FERREIRA; ROBERVAL GONÇALVES DA COSTA; MARCUS VINICIUS LIMA DA ROCHA; KARLA PATRÍCIA BRETA DE OLIVEIRA; YVANA FÁTIMA EVANOVICK LEITÃO; MARIA NILCE DE MENEZES COELHO. Para constar, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Eu, Maria Cristiane Ferreira Barreto, Assistente Judiciário, a digitei e subscrevo.

ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO
Juíza de Direito
Presidente da 2ª Vara do Tribunal do Júri

LUIZ DO REGO LOBÃO FILHO
Promotor de Justiça

ANTÔNIO EDERVAL DE LIMA
Defensor Público

Dra. REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA OAB/AM 12219
Advogada

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0255/2019

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0241774-26.2009.8.04.0001 (001.09.241774-5) - Ação Penal de Competência do Júri - ACUSADO: Bruno Rodrigo Freitas de Almeida - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à

decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0241774-26.2009.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Bruno Rodrigo Freitas de Almeida, por infração Art. 121 § 2º, IV do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Bruno Rodrigo Freitas de Almeida, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 22/10/2019 às 08:00h, no Auditório da Faculdade ESBAM, na Rua Leonor Teles, nº 153, Conjunto Abílio Nery, Adrianópolis, CEP 69057-510 - Manaus/AM, Fone (92) 33051800, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0241774-26.2009.8.04.0001 (001.09.241774-5) - Ação Penal de Competência do Júri - ACUSADO: Bruno Rodrigo Freitas de Almeida - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0241774-26.2009.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Bruno Rodrigo Freitas de Almeida, por infração Art. 121 § 2º, IV do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Eguinaldo Gonçalves de Moura, OAB 3761/AM, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 22/10/2019 às 08:00h, no Auditório da Faculdade ESBAM, na Rua Leonor Teles, nº 153, Conjunto Abílio Nery, Adrianópolis, CEP 69057-510 - Manaus/AM, Fone (92) 33051800, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria

Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0237/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0201571-22.2015.8.04.0030 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: E.A.M.O. - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 10/10/2019 às 09:00h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: TATIANE CAROL NUNES DE SOUZA (OAB 11336/AM) - Processo 0620005-42.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Rodrigo Lemos Bacury - A(s) resposta(s) do(s) ré(u)(s) Rodrigo Lemos Bacury não arguiu(ram) preliminares (incompetência do Juízo; litispendência; suspeição ou impedimento; ilegitimidade de parte ou coisa julgada) nem alegações que interessem a sua defesa. Além disso, não fora(m) oferecido(s) documentos e justificações, consoante oportuniza o art. 406, §3º CPP. Expeça(m)-se mandado(s) de notificação à(s) Testemunha(s) de acusação para comparecimento em juízo, no prazo de 05 (cinco)dias, de modo a tomar ciência da data da audiência pessoalmente mediante termo nos autos;utilizar-se-á no(s) mandado(s) o(s)endereço(s) constante(s) da certidão de consulta de endereços. Adotar-se-ão as seguintes diretrizes: Caso a testemunha compareça em juízo, fica a secretaria autorizada a notificá-la da audiência a ser designada, bem como as demais testemunhas que comparecerem em juízo e o(s) acusado(s); 2. Caso a testemunha seja notificada, mas não compareça em juízo para ser intimada da audiência, fica a secretaria autorizada a designar data e expedir mandado de condução coercitiva à testemunha faltante, procedendo-se às demais intimações necessárias; 3. Caso a(s) vítima(s)/testemunha(s) de acusação não seja(m) notificada(s), conforme certidão do oficial de justiça, intime-se o Ministério Público para providenciar, por sua iniciativa, caso assim queira, a apresentação da(s) testemunha(s) na audiência a ser oportunamente designada. Fica facultado, ainda, ao Ministério Público, indicar endereço(s) diverso(s) do(s) outrora utilizado(s), a ser objetivamente apontado nos autos (rua, nº. e bairro), com 30 (trinta) dias de antecedência da audiência agendada, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sob pena de preclusão. 3. No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXVI e XXVII do recebimento da denúncia, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. 4. No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição e solicitar a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar os acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. 5. Como medida preventiva, haja vista a matéria tratada na ação penal, faça constar dos mandado de notificação à(s) testemunha(s) de acusação que, diante de eventuais coações, intimidações e ameaças que venham suportar, em razão da condição de testemunha, fica facultado dirigir-se ao PROVITA (programa de Proteção à vítimas e testemunhas) ou mesmo diretamente ao Promotor que atua na ação penal e

noticiar as ameaças, de modo a que providencie o seu imediato encaminhamento ao Provita. 6. Os arquivos audiovisuais podem ser acessados pelo advogado habilitado nos autos e, caso se trate de arquivo gravado fora do SAJ, o seu acesso ocorre mediante simples requerimento à secretaria, por meio de dispositivo móvel, pen drive ou similar, a ser providenciado pelo advogado, inclusive para fins da fase de alegações finais. À Secretaria para as demais providências.

Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Tatiane Carol Nunes de Souza (OAB 11336/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ADONAID ABRANTES DE SOUZA TAVARES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0238/2019

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM) - Processo 0201841-70.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: J.A.N. - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado Jeanderson dos Anjos Nogueira, pai Ronaldo Solimões Nogueira, mãe Cleicineide Lira dos Anjos, nascido em 28/12/1980, Av. Curaçao, 10, Qd. 310 - Conj. Cidadão V, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 17/10/2019, às 08:30h, nos autos do processo-crime nº. 0201841-70.2014.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 04 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0205255-71.2017.8.04.0001 (processo principal 0246607-43.2016.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Homicídio Simples - REQUERENTE: Isaac Loureiro da Silva - Ante o exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público e com base no art. 118 do CPP, INDEFIRO o pedido de restituição de coisa apreendida, sem prejuízo de reavaliação posterior do pedido.

ADV: MARCOS AURÉLIO ALBUQUERQUE RODRIGUES (OAB 8855/AM), ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM) - Processo 0214833-58.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: F.M.M.C. - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio do advogado(s) 8124/AM - Muller Henrique Pessoa 8855/AM - Marcos Aurélio Albuquerque Rodrigues , devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: ALISSON SABINO ROQUE DE MELO (OAB 11978/AM) - Processo 0219321-90.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: José Nilton Matos Siqueira - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA o(a) advogado(a) 11978/AM - Alisson Sabino Roque de Melo para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM), ADV: JONES DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 9616/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: JOAQUIM PINTO LAPA NETO (OAB 24557/PE), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: RAFAEL ROCHA DE SÁ PEIXOTO (OAB 5292/AM), ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM) - Processo 0220091-88.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Manoel Correa Abdoral e outros - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio do advogado(s) 24557/PE - Joaquim Pinto Lapa Neto 6462/AM - Frederico Gustavo Távora 8244/AM - Patrícia Sena Praia 6946/AM - Elcinete Cardoso de Almeida 6083/AM - Marcelo Oliveira Lopes 6989/AM - Daisy Feitosa Coutinho 7935/AM - Jesualdo Ferreira Monteiro 9107/AM - Alexandre Martins de Mendonça 9704/AM - Anadir Ribeiro Nogueira 5292/AM - Rafael Rocha de Sá Peixoto 7705/AM - Orlando Patrício de Sousa 7203/AM - Bruno Oliveira Medeiros 10131/AM - Sóstenes Adiel Pereira Batista 9616/AM - Jones de Oliveira Santos 6462/AM - Frederico Gustavo Távora 6946/AM - Elcinete Cardoso de Almeida 6083/AM - Marcelo Oliveira Lopes 6989/AM - Daisy Feitosa Coutinho 7935/AM - Jesualdo Ferreira Monteiro 9106/AM - Gamal Swami de Abreu 9704/AM - Anadir Ribeiro Nogueira , devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: WALDEMIRA RODRIGUES MATOS (OAB 9750/AM) - Processo 0220808-37.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Said Araújo de Souza e outro - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado Said Araújo de Souza, pai Francisco Marcolino de Souza, mãe Raimunda Dantas Araújo, nascido em 17/06/1980, Beco Santa Luzia, N° 298, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 15/10/2019 às 08:30h, nos autos do processo-crime nº. 0220808-37.2012.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 04 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0241164-48.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Emerson Cristiano da Silva Couto e outro - Para fins de impulsionar o feito e com base no Provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria, considerando o decurso de prazo para devolução

da Carta Precatória de Intimação às fls. 478, expedirá Ofício à Comarca de Santarém/PA, para que informe o mais breve possível, sobre o cumprimento ou não da Carta Precatória.

ADV: CHRISTIANE DE SOUZA GONÇALVES (OAB 4223/AM), ADV: KETLEM LOPES DE JESUS (OAB 10651/AM) - Processo 0247971-84.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Bruno Alberto Silva - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado Bruno Alberto Silva, mãe Maria Lucia Silva, nascido em 11/10/1992, Cond. residencial Alegro, N° 302, Torre 4, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 16/10/2019, às 14:00h, nos autos do processo-crime nº. 0247971-84.2015.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 04 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0250955-46.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Joelson David Albuquerque de Souza - Desta forma, DETERMINO A CONDUÇÃO COERCITIVA DA VÍTIMA para a Sessão de Julgamento, expedindo-se mandado para o referido endereço. Cumpra-se com URGÊNCIA.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0254189-36.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Marcio Jose Lopes Carneiro (Vulgo Doido) e outros - Autos nº:0254189-36.2012.8.04.0001 Ação Penal de Competência do Júri - 3º Vara do Tribunal do Júri Acusado: Marcio Jose Lopes Carneiro (Vulgo Doido) O Acusado Márcio Jose Lopes Carneiro, encontra-se recolhido na Penitenciária Federal de Mossoró/RN. O transporte do preso para participar do seu julgamento, geraria um enorme custo aos cofres públicos. As penitenciárias Federais contam com o sistema de videoconferência, cuja tecnologia permite que o réu seja interrogado em tempo real, ainda que em outro Estado. Dessa feita, diante do cenário processual e pelo fato de o réu não encontrar-se recolhido no sistema prisional do Estado do Amazonas, seu interrogatório realizar-se-á por videoconferência como medida necessária para viabilizar a participação do réu no ato processual, uma vez que, como visto, mostra-se relevante a dificuldade para o seu comparecimento em juízo, nos termos do art. 185, §2º, II do CPP. Isto posto, ENCAMINHE-SE este despacho/ofício aos seguintes órgãos para conhecimento da data do julgamento (dia 04 de setembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos horário Manaus) e para as demais providências necessárias e cabíveis para a realização do ato: Coordenação-Geral de Inclusão, Classificação e Remoção Diretoria do Sistema Penitenciário Federal/Departamento Penitenciário Nacional Ministério da Justiça (endereço eletrônico: cgicr.dispf@mj.gov.br) Tel: (061) 2025-9658/3532 Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação.

ADV: NATIELEN SOUZA DE CARVALHO SIMOES (OAB 12940/AM), ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM), ADV: THIAGO NOBRE ROSAS (OAB 4773/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM), ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM), ADV: LEÔNCIO PAES DE CARVALHO (OAB 12809/AM), ADV: TAMARA JÉSSICA NEVES FERREIRA (OAB 12363/AM) - Processo 0603706-87.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Patrícia da Cunha Leite - Falecida e outros - RÉU: Carlos Abrão Rodrigues Farias - Eduardo de Alencar Navegante - Ronaldo Borges Silva e outros - Reporto-me à promoção de fls. 587/588. O Ministério Público pugnou pela produção da prova testemunhal, mediante a designação de audiência. Ocorre que a expedição dos mandados prescinde da designação da audiência, consoante as diretrizes propostas na decisão de fls. 460/461. Diante disso, passo a deliberar: 1. ordeno a expedição de mandado de condução coercitiva às testemunhas Deborah Borges Leal e Ivone Dias Lima, nos endereços indicados pelo Ministério Público para serem apresentadas pelos oficiais de justiça em dia e hora a ser oportunamente designado pela secretaria do juízo; 2. Expedição de mandados de notificação à testemunha Francisca Nonato Ribeiro, para comparecer em juízo no prazo de 5 dias, no endereço indicado pelo Ministério Público a fls. 588; 3. Uma vez designada a data de audiência, expeça-se ofício ao Comando Geral da Polícia Militar com o fim de requisitar o PM/AM Airton Sopuza Alencar para comparecer na audiência oportunamente designada. 4. Aguarde-se o cumprimento dos mandados de notificação e condução coercitiva para a designação de data de audiência em continuação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: MÁRCIO ARDUÍNO (OAB 3364/AM), ADV: WALDEMIRA RODRIGUES MATOS (OAB 9750/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0613484-18.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.S.A. e outros - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio do advogado(s) 2753/AM - Helena de Oliveira Galvão 2302/AM - Cinthia Cristiane dos Santos Silva 2753/AM - Helena de Oliveira Galvão 2753/AM - Helena de Oliveira Galvão 2753/AM - Helena de Oliveira Galvão 2302/AM - Cinthia Cristiane dos Santos Silva 9750/AM - Waldemira Rodrigues Matos 3364/AM - Márcio Arduíno 3364/AM - Márcio Arduíno 9164/AM - Luciana Rodrigues Pinto , devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM) - Processo 0614601-10.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Bryan Barroncas dos Santos - Diante do exposto, INDEFIRO PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA do acusado Bryan Barroncas dos Santos, por vislumbrar presentes os requisitos ensejadores da Prisão Preventiva constantes no art. 312, do CPP.

ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM) - Processo 0614601-10.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Bryan Barroncas dos Santos - Isto posto, determino o prosseguimento do feito e designo audiência de continuidade para o dia 20/09/2019, às 09:00hs, a fim de realizar o interrogatório do acusado, sem prejuízo de que o Parquet traga consigo a vítima, para ser oitivada.

ADV: MAYCON SILVA DOS SANTOS (OAB 13231/AM) - Processo 0615069-71.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Latrocínio - INVESTIGAD: Wancley Souza da Fonseca - Ante o exposto, em consonância com o Ministério Público, ainda presentes os requisitos previstos no art. 1º, I e II, lei nº 7960/89, INDEFIRO o pedido de revogação de prisão temporária do investigado Wancley Souza da Fonseca e mantenho a custódia temporária decretada nos autos.

ADV: GINA CARLA SARKIS ROMEIRO (OAB 2669/AM) - Processo 0615249-87.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - RÉU: B.H.S. - Diante do exposto, INDEFIRO PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA do acusado Bruno Henrique Silva, por vislumbrar presentes os requisitos ensejadores da Prisão Preventiva constantes no art. 312, do CPP.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0617467-25.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Jose Arles Modesto da Silva - FALECIDO - RÉU: Robson Vasconcelos de Lima - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 02/10/2019 às 09:15h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou

outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM), ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM) - Processo 0636051-09.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Simples - INDICIADO: Fabiano Nascimento de Freitas - Ante o exposto, com base nos fundamentos expostos (art. 282, §5º, CPP), MODIFICO a cautelar inscrita no art. 319, V, CPP, imposta ao acusado Fabiano Nascimento de Freitas, caso em que deverá: recolher-se domiciliarmente no período noturno e nos dias de folga, exceto quando a trabalho, de 05 (cinco) horas até 18 (dezoito) horas, de segunda e a sextafeira; e de 06 (seis) horas até 14:30 (catorze e trinta) horas, durante os sábados. Em caso de hora-extra ou alteração em definitivo dos dias e horários de trabalho, fica o acusado encarregado de comunicar, previamente, a SEAP/COC, que estará autorizada a modificar a monitoração do agente, dispensável comunicação ao juízo. As demais medidas cautelares estipuladas nos autos permanecem inalteradas. Dispenso a secretaria desta vara de expedir ofício à SEAP/COC, devendo o réu dirigir-se ao referido órgão, este que à vista da presente decisão a cumprirá de imediato. À Secretaria para realizar o controle acerca do comparecimento mensal.

ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM) - Processo 0637201-25.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Arnaldo Maik dos Santos Melo de Oliveira - Moacir Batista Costa Junior e outros - Ante o exposto, com base nos fundamentos retrodelineados, REVOGO a prisão temporária decretada nos autos em face de Moacir Batista Costa Júnior e determino a expedição de contramandado em favor do investigado.

ADV: EDGAR DIAS FILHO (OAB 4788/AM), ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM), ADV: PAULO ROBERTO PINHEIRO AMAZONAS (OAB 11243/AM) - Processo 0638044-24.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUTOR: P.C.E.A. - VÍTIMAFATO: F.S.F. - RÉU: R.S.O. e outros - De ordem do Juízo da 3º Vara do Tribunal do Júri, Adonaid Abrantes de Souza Tavares, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR os acusados: RICHARDSON SILVA DE OLIVEIRA, Brasileiro, RG 2701965-9, pai JOSÉ ROBSON NOGUEIRA DE OLIVEIRA, mãe SILVANE MENDES DA SILVA, Nascido 11/07/1998, com endereço à Rua Agata Verde, 130, Qd 21 - Viver Melhor 1ª e 2ª Etapa, Lago Azul, CEP 69018-580, Manaus - AM ALESSANDRO DE SOUSA MARQUES, Brasileiro, RG 22681817, pai GUILHERME MARQUES DE SOUZA NETO, mãe SANDRA MARIA FERREIRA DE SOUZA, com endereço à Av Nepal, 30, Qd 83, Nova Cidade, CEP 69097-315, Manaus - AM ANDERSON LIMA DE AMORIM, Brasileiro, pai JANDER BANDEIRA DE AMORIM, mãe ELIANE GARCIA LIMA, Nascido 13/08/1997, com endereço à RUA ALVES DA SILVEIRA, 1048, COMPENSA 2 CARLOS VICTOR DA SILVA RIBEIRO, Brasileiro, RG 2737136-0, pai CARLOS ESTACIO SOUZA RIBEIRO, mãe MARIA DA SILVA GATO, Nascido 26/06/1997, natural de Manaus - AM, com endereço à RUA 218, 20, QD 322, NOVA CIDADE, Manaus - AM FRANCISCO DIEGO DOS ANJOS ALBURQUERQUE, Brasileiro, mãe CLEINEIDE LIRA DOS ANJOS, com endereço à Rua 65, 29, QUADRA 29, CIDADE NOVA, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, para ser cientificado da audiência de instrução e julgamento designada para 29/10/2019 às 09:45h, nos autos do processo-crime nº. 0638044-24.2018.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 04 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM) - Processo 0638757-67.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Jairo de Oliveira - Cuida-se de pedido de reconsideração formulado pelo réu Jairo de Oliveira, por meio de seu advogado. Sustenta a desnecessidade da custódia cautelar, uma vez que o pressuposto para a sua incidência não mais se subsiste. Prescindível a manifestação do Ministério Público, uma vez que se trata de reconsideração. DECIDO. O réu não fora localizado no seu endereço. As tentativas para localizar o réu iniciaram em agosto de 2017. O processo teve sua marcha suspensa, com aplicação do art. 366 do CPP. A citação do réu fora realizada por edital em 29 de março de 2019. O comparecimento do réu nos autos, por meio do seu advogado, em julho de 2019, não é suficiente para desconstituir o pressuposto da prisão cautelar fundamentada na conduta de furtar-se à aplicação da lei penal. Desde a fase inquisitorial o réu não é localizado. A conduta de furtar-se à aplicação da lei penal já ficou caracterizada, eis que já se passaram anos sem que fosse possível localizá-lo. O surgimento do réu nos autos deu-se apenas por força do decreto de prisão preventiva. Não se deu espontaneamente. Se assim fosse, já o teria feito anos atrás. Assim, o que se evidencia dos autos é a busca do réu por revogar a prisão preventiva, sob o fundamento de que compareceu nos autos e apresentou sua resposta escrita. Contudo, essa hipótese levantada pela defesa não encontra amparo legal. A história dos autos demonstra que a lei penal ficou impedida de ser aplicada por conta da conduta do réu de ocultar-se, impedindo a sua citação pessoal por anos. Isso já é suficiente para preencher o pressuposto previsto no art. 312 do CPP, vale repisar: a conduta do réu de furtar-se à aplicação da lei penal. Além desse fato pretérito, evidencia-se, no presente, que o mandado de prisão ainda não fora cumprido. Há relatório policial informando que o réu não fora localizado em seu endereço. É considerado foragido. A ação penal não pode ficar à mercê do Ânimo do réu em decidir ser processado ou não. Constituir advogado e apresentar sua resposta escrita, quando entender oportuno e conveniente, não impede o reconhecimento dos requisitos da custódia cautelar. Havendo fatores que demonstram a permanência dos requisitos, como por exemplo, os anos de ocultação do réu, outro caminho não há senão manter a ordem de prisão. Nesse tom, ainda que o réu surja e apresente a resposta escrita, isso não é fator preponderante para desconstituir a necessidade da custódia cautelar, eis que o histórico dos autos e os fatores acima delineados apontam de forma inequívoca que o réu ainda impede a aplicação da lei penal. Portanto, ainda subsistem os pressupostos para a decretação da custódia cautelar, nos termos da decisão outrora proferida. No mais, não há outros fatos novos que justifiquem a revogação da medida cautelar, cuja vigência deve ser mantida. Isto posto, INDEFIRO o pedido de reconsideração formulado pelo acusado Jairo de Oliveira, mantendo a prisão do requerente. A permanência do inconformismo deverá ser manifestada mediante o emprego dos instrumentos processuais próprios. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0645391-11.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Induzimento, Instigação ou Auxílio a Suicídio - VÍTIMAFATO: Luiz Fellipe Moura Guimaraes - AUTORFATO: Desconhecido - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM) - Processo 0650473-23.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADA: Domingas Joseane Andrade Carvalho - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio do advogado(s) 9509/AM - Jerônimo Pereira da Silva Neto 8432/AM - Joelma Takeda de Moraes , devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM), ADV: RONALDO DA SILVA GAMA (OAB 7900/AM), ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM), ADV: MAHIRA ALMEIDA DE SÁ (OAB 7802/AM) - Processo 0662106-31.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉ: M.J.A.S. e outro - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio do advogado(s) 8933/AM - Rami Yuri Menezes Gama 7900/AM - Ronaldo da Silva Gama 7901/AM - Eder Carlos Ribeiro Pires 7802/AM - Mahira Almeida de Sá , devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Alisson Sabino Roque de Melo (OAB 11978/AM)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Christiane de Souza Gonçalves (OAB 4223/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Eder Carlos Ribeiro Pires (OAB 7901/AM)
Edgar Dias Filho (OAB 4788/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Gina Carla Sarkis Romeiro (OAB 2669/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
Joaquim Pinto Lapa Neto (OAB 24557/PE)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Jones de Oliveira Santos (OAB 9616/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Ketlem Lopes de Jesus (OAB 10651/AM)
Leôncio Paes de Carvalho (OAB 12809/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Mahira Almeida de Sá (OAB 7802/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Márcio Arduíno (OAB 3364/AM)
Marcos Aurélio Albuquerque Rodrigues (OAB 8855/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Maycon Silva dos Santos (OAB 13231/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)
Natielen Souza de Carvalho Simoes (OAB 12940/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paulo Roberto Pinheiro Amazonas (OAB 11243/AM)
Rafael Rocha de Sá Peixoto (OAB 5292/AM)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)
Renan Rufino Rocha da Silva (OAB 9692/AM)
Ronaldo da Silva Gama (OAB 7900/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB 2557/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Tamara Jéssica Neves Ferreira (OAB 12363/AM)
Thiago Nobre Rosas (OAB 4773/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
Waldemira Rodrigues Matos (OAB 9750/AM)

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0184/2019

ADV: CLOVES QUEIROZ DE MEDEIROS (OAB 525A/AM) - Processo 0201817-03.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - DIREITO PENAL - APENADO: André Júnior Ronzo da Costa - Designo o dia 17/09/2019 às 9h para realização da audiência de justificação, na forma do art. 118, § 2º da LEP. Oficie-se à SEAP para que encaminhe as Certidões Carcerária, Disciplinar, Mapa Laboral e Síntese Educacional, se houver, referente ao Apenado André Júnior Ronzo da Costa. Intimem-se as partes no tocante a audiência designada.

ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM) - Processo 0202977-68.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - RÉU: Railson da Silva Monteiro - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Railson da Silva Monteiro.

ADV: ANNE CAROLINE DA SILVA MACEDO (OAB 8985/AM) - Processo 0206853-60.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Bruno Nascimento de Oliveira - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Bruno Nascimento de Oliveira.

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM) - Processo 0207223-68.2019.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - RÉ: Paloma Lima de Sousa - Intime-se a Defesa do reeducando, caso haja advogado constituído nos autos, ou a Defensoria Pública, para manifestação quanto aos cálculos apresentados. Após, venham-me conclusos para homologação.

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0207237-57.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Bruno Brosso de Souza - DESPACHO Considerando o Atestado de pena a Cumprir de fls. 135/137, e não havendo benéficos a serem deferidos, aguarde-se em cartório até instauração de novo incidente. Cumpra-se.

ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM), ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM) - Processo 0207243-59.2019.8.04.0001 - Execução da Pena - DIREITO PENAL - APENADO: Thiago Mota da Costa - Intime-se a Defesa do reeducando, caso haja advogado constituído nos autos, ou a Defensoria Pública, para manifestação quanto aos cálculos apresentados às fls. 93/94. Após, venham-me conclusos para homologação.

ADV: YURI BENTES GUIMARÃES (OAB 10778/AM) - Processo 0208073-64.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Thiago Oliveira Serrão - Não sendo constatados pontos passíveis de correção, HOMOLOGO os cálculos apresentados por este Juízo. Cientifique-se o Ministério Público e a Defesa para conhecimento.

ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0214288-22.2016.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - ACUSADO: Jose André da Silva Elias - Assim, diante da notícia da prática de falta grave, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DO SENTENCIADO Jose André da Silva Eliasao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena. Cientifique-se ao Juízo de Direito da 9.ª Vara Criminal, autos n.º 0615735-72.2019, do teor da presente decisão, bem como para que informe sobre soltura/condenação de Jose André da Silva Elias. À SEAP para que envie certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral, referente ao apenado epigrafado. Em atenção ao previsto no art. 196 da LEP, dê-se vista, sucessivamente, pelo prazo de 3 (três) dias, ao Ministério Público e à Defesa do apenado, a fim de que se manifestem sobre a regressão definitiva. Ressalte-se que,

em casos como o presente - falta grave decorrente de prática de novo crime, faz-se desnecessária a realização de audiência de justificação, consoante jurisprudência do STJ (HC 287998 / MG) acima transcrita.

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0218700-30.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Restritiva de Direitos - APENADO: Alan Ricardo Mafra da Costa - ISTO POSTO, CONCEDO ao reeducando Alan Ricardo Mafra da Costa a PROGRESSÃO DE REGIME, determinando a transferência do cumprimento da pena privativa de liberdade ao REGIME ABERTO, mediante as seguintes condições, com base no art. 115 da LEP:

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM), ADV: SAMUEL T. FURTADO MONTEIRO (OAB 13377/AM) - Processo 0218753-21.2009.8.04.0001 (001.09.218753-7) - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - RÉU: Francisco Carlos de Sales Gomes - Intime-se a Defesa do reeducando, caso haja advogado constituído nos autos, ou a Defensoria Pública, para manifestação quanto aos cálculos apresentados. Após, venham-me conclusos para homologação.

ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM) - Processo 0218886-82.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: JEOVAN ELITO LEITE PINTO - Assim, diante da notícia da prática de falta grave, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DO SENTENCIADO JEOVAN ELITO LEITE PINTOao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena. Cientifique-se as varas em que o apenado responde a outros processos criminais para que informe sobre eventual soltura/condenação. À SEAP para que envie certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral, referente ao apenado epigrafado. Em atenção ao previsto no art. 196 da LEP, dê-se vista, sucessivamente, pelo prazo de 3 (três) dias, ao Ministério Público e à Defesa do apenado, a fim de que se manifestem sobre a regressão definitiva. Ressalte-se que, em casos como o presente - falta grave decorrente de prática de novo crime, faz-se desnecessária a realização de audiência de justificação, consoante jurisprudência do STJ (HC 287998 / MG) acima transcrita.

ADV: CLODOALDO CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 9888/AM) - Processo 0219845-53.2017.8.04.0001 - Execução Provisória - Pena Restritiva de Direitos - RÉU: Heber de Souza Lima - Assim, diante da notícia da prática de falta grave, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DO SENTENCIADO Heber de Souza Limaao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena. À SEAP para que envie certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral, referente ao apenado epigrafado. Em atenção ao previsto no art. 196 da LEP, dê-se vista, sucessivamente, pelo prazo de 3 (três) dias, ao Ministério Público e à Defesa do apenado, a fim de que se manifestem sobre a regressão definitiva. Ressalte-se que, em casos como o presente - falta grave decorrente de prática de novo crime, faz-se desnecessária a realização de audiência de justificação, consoante jurisprudência do STJ (HC 287998 / MG) acima transcrita.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0228411-59.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Felipe da Silveira Fernandes - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Felipe da Silveira Fernandes.

ADV: JOZIEL BARROS DE SOUZA (OAB 11383/AM) - Processo 0231869-21.2014.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: David de Carvalho Penafort - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 19/09/2019, com início às 08:30h, devendo o apenado David de Carvalho Penafort se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se Ministério Público e defesa.

ADV: ANA CLEIA DE LIMA MACHADO (OAB 12249/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM) - Processo 0237277-85.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Johnnys Johnson Silva de Souza - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Johnnys Johnson Silva de Souza.

ADV: JAMES RODRIGUES MOREIRA (OAB 8227/AM) - Processo 0239289-48.2012.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Jander Gonçalves dos Santos - ISTO POSTO, CONCEDO ao reeducando Jander Gonçalves dos Santos a PROGRESSÃO DE REGIME, determinando a transferência do cumprimento da pena privativa de liberdade ao REGIME ABERTO, mediante as seguintes condições, com base no art. 115 da LEP:

ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0639770-33.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0221857-06.2018.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Recurso - RÉ: Keila Esteves Fontenelle - Trata-se de Agravo em Execução, com decisão que votou pelo não conhecimento do recurso, conforme decisão proferida pelo juízo ad quem. Pelo exposto, e exaurido a competência deste juízo para dirimir qualquer matéria em direito admitido para este modalidade recursal, determino a imediata baixa e arquivamento do processo em epígrafe. Cientifique-se defesa e Parquet. Cumpra-se.

Ana Cleia de Lima Machado (OAB 12249/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
ANNE CAROLINE DA SILVA MACEDO (OAB 8985/AM)
Clodoaldo Cavalcante dos Santos (OAB 9888/AM)
Cloves Queiroz de Medeiros (OAB 525A/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
James Rodrigues Moreira (OAB 8227/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Joziel Barros de Souza (OAB 11383/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Samuel T. Furtado Monteiro (OAB 13377/AM)
Yuri Bentes Guimarães (OAB 10778/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0185/2019

ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM) - Processo 0227979-11.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Restritiva de Direitos - APENADO: Adriano Sobrinho Cauache - Assim, em harmonia com o Parecer Ministerial, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Adriano Sobrinho Cauache, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando

autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM) - Processo 0252861-32.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Moisés Silva Vieira - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Moisés Silva Vieira, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)

AUDITORIA MILITAR

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0315/2019

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0201486-60.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Tude Oliveira Avelino - A Defensoria Pública ingressou nos autos, na condição de órgão interveniente, baseada em prerrogativas defensoriais e sob a alegação de tratar-se de questão de ordem pública, embora o réu tenha advogado constituído (fl. 95). Entendo que o papel de Custos Vulnerabilis precisa ser admitido no processo penal militar, não bastando a alusão ao papel institucional do Estado Defensor ou da indisponibilidade da defesa penal, o que até seria admissível na ampla defesa, mas sempre com submissão à avaliação judicial e mesmo ao assentimento da parte. Seja como for, exatamente por se tratar de matéria de ordem pública, não entendo cabível a admissão de Custos Vulnerabilis, tal como suscitada pela Defensoria Pública, determinando o encaminhamento dos autos ao titular da ação penal. Intimem-se.

ADV: ADEMAR FEITOZA RAMOS (OAB 1465/AM), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0204092-66.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADA: Vera Lúcia Ribeiro Apurcino - Pelo exposto, declaro extinta a punibilidade da acusada Vera Lúcia Ribeiro Apurcino , na época subtenente da Polícia Militar do Amazonas, relativamente ao crime do artigo 259, parágrafo único, do Código Penal Militar, ante a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, o que faço com base no artigo 123, inciso IV, combinado com o artigo 125, inciso V, todos do referido Código. P. R. I. Comunique-se. Manaus-AM, 18 de junho de 2019. Dr. Alcides Carvalho Vieira Filho Juiz de Direito da Auditoria Militar

Ademar Feitoza Ramos (OAB 1465/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)

2ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA (LÚCIO FONTE)
JUIZ(A) DE DIREITO EVERALDO DA SILVA LIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROCILANE NAVEGANTE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0039/2019

ADV: BRUNA GABRIELLE SILVA TRINDADE (OAB 14171/AM) - Processo 0204007-36.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXEQUENTE: R.A.P. - Pauta-se conciliação.

ADV: BRUNA GABRIELLE SILVA TRINDADE (OAB 14171/AM) - Processo 0204007-36.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXEQUENTE: R.A.P. - Certifico para os devidos fins, que a audiência de conciliação foi designada para o dia 21/10/2019 às 11:00h na Conciliação 1. A referida audiência ocorrera na 2ª Vara de Família (Lúcio Fonte), sito à Av. Noel Nutels S/N, Em frente ao INSS, Cidade Nova I - CEP 69095-000, Fone: (92) 2127-7355, Manaus-AM - E-mail: 2vara.familia@tjam.jus.br.

ADV: VANILDE MEDEIROS DA SILVA (OAB 12100/AM), ADV: ELIVANE FERREIRA DA SILVA (OAB 10645/AM) - Processo 0208707-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Busca e Apreensão de Menores - REQUERIDO: C.H.F.L. - Dê-se vista ao Ministério Público.

ADV: VANILDE MEDEIROS DA SILVA (OAB 12100/AM), ADV: ELIVANE FERREIRA DA SILVA (OAB 10645/AM) - Processo 0208707-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Busca e Apreensão de Menores - REQUERIDO: C.H.F.L. - Sendo assim, com base no artigo 147, I, da Lei 8.069/90 e §3º, do art. 64 do Código de Processo Civil, DECLINO DA COMPETÊNCIA, determino que os presentes autos sejam redistribuídos à Comarca de xx.

ADV: MAIARA CRISTINA MORAL DA SILVA (OAB 7738/AM) - Processo 0208811-47.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: I.V.S. - Vista a Defensoria pública para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RODOLFO MACHADO REIS (OAB 11036/AM), ADV: FÁBIO GUEDES DOS REIS (OAB 3132/AM) - Processo 0209076-83.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERIDO: Pedro Gabriel Noronha Rodrigues - CUMPRA-SE.

ADV: RAIO DE SOL AYLIN DA SILVA MOURA (OAB 14079/AM) - Processo 0209747-72.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: L.R.A.C. - Isto posto, ante a satisfação da obrigação, julgo extinta a presente execução, nos termos do artigo 924, III, do Código de Processo Civil. Expeça-se Alvará para saque de valores bem como o competente Alvará de Soltura, ou se for o caso ou recolha-se o Mandado de Prisão. INTIME-SE O(A) EXECUTADO ACERCA DO PAGAMENTO DOS EMOLUMENTOS DE PROTESTO JUNTO AO TABELIONATO DE PROTESTOS DE NOTAS DE MANAUS, SE HOUVER. OFICIE-SE AO SPC/SERASA PARA RETIRADA DA INSCRIÇÃO DO NOME DO(A) EXECUTADO(A), SE HOUVER. PROCEDA-SE O DESBLOQUEIO DE VALORES DE PIS OU FGTS JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EM NOME DO(A) EXECUTADO(A), SE HOUVER EXPRESSO NO TERMO DE ACORDO REALIZADO.

ADV: NILSON DE MELO SANTOS (OAB 10915/AM), ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM), ADV: ALCIDES ANDRADE (OAB 6377/AM) - Processo 0211987-97.2019.8.04.0001 - Sobrepartilha - Dissolução - REQUERIDO: F.S.A. - Determino a intimação do requerido, por meio de seu patrono legalmente constituído, para que no prazo de 5 (cinco) dias ofereça manifestação quanto à contra proposta de acordo apresentada pela parte requerente em fls. antecedentes. Após, retornem-me os autos conclusos.

ADV: RICARDO HÜBNER (OAB 9398/AM), ADV: ALOIZIO PAES DE LIMA (OAB 1814/AC) - Processo 0214123-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDA: T.L.M. e outro - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Expeça-se Termo, Ofício ou Mandado de Averbação, se necessário. Proceda-se a baixa.

ADV: BIANKA CAELLI BARRETO RODRIGUES (OAB 4445/AM) - Processo 0215930-59.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: N.M.C. - Ao réu para alegações finais no prazo de 15 dias.

ADV: DAYLA CORRÊA CAMPOS (OAB 14425/AM) - Processo 0217420-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDA: S.G.M. - Aguarde-se retorno do Aviso de Recebimento dos correios (AR), referente à correspondência de fls. 49, postada em 13/08/2019. Prazo de 30 (trinta) dias, contados da postagem. Cumpra-se.

ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM), ADV: LUNA DE SOUZA FERNANDES (OAB 12663/AM), ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM) - Processo 0219936-46.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERIDA: D.M.M.M. - Dê-se vista ao Ministério Público.

ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM), ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM), ADV: LUNA DE SOUZA FERNANDES (OAB 12663/AM) - Processo 0219936-46.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERIDA: D.M.M.M. - Vistos, etc. Cumpra-se.

ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM), ADV: LUNA DE SOUZA FERNANDES (OAB 12663/AM), ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM) - Processo 0219936-46.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERIDA: D.M.M.M. - Certifico para os devidos fins, que a audiência de instrução e julgamento foi designada para o dia 05/03/2020 às 10:15h na Conciliação 2. A referida audiência ocorrera na 2ª Vara de Família (Lúcio Fonte), sito à Av. Noel Nutels S/N, Em frente ao INSS, Cidade Nova I - CEP 69095-000, Fone: (92) 2127-7355, Manaus-AM - E-mail: 2vara.familia@tjam.jus.br.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM) - Processo 0220932-78.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXECUTADO: D.A.M. - Vista a Defensoria pública para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO RICARTE DE SOUSA (OAB 7287/AM) - Processo 0222526-25.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDA: M.A.M. - Dê-se vista à Defensoria Pública para manifestar-se sobre a Contestação apresentada, no prazo de 30 (trinta) dias, já considerado o dobro legal, nos termos do art. 351 do CPC. Intimem-se.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0222661-42.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERIDO: C.A.C.O. - CUMPRA-SE.

ADV: PAULO CÉSAR SANTOS ALMEIDA (OAB 3246/AM) - Processo 0223205-25.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: K.J.M. - 9VF Certidão. CERTIFICA, para os devidos fins de direito que se fizerem necessários, que diante da decisão de fls. 29, exlcui o referido processo da pauta de audiência do dia a 09/09/2019 às 11:00h horas.

ADV: LAURA POLIANA DE OLIVEIRA FRAGATA (OAB 13528/AM) - Processo 0223704-48.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0200860-12.2012.8.04.0001) (processo principal 0200860-12.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXECUTADA: S.R.C.S. - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CLAYTON ROITMAN MORAES DE OLIVEIRA (OAB 9115/AM) - Processo 0224941-78.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDO: R.S. - Dê-se vista à Defensoria Pública para manifestar-se sobre a Contestação apresentada, no prazo de 30 (trinta) dias, já considerado o dobro legal, nos termos do art. 351 do CPC. Intimem-se.

ADV: SANDRA RÉGIA DUDA CLEMENTE (OAB 9376/AM), ADV: LEANDRO FERREIRA DA SILVA (OAB 12921/AM) - Processo 0227162-05.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: A.P.S.R. e outro - Isto posto, ante a satisfação da obrigação, julgo extinta a presente execução, nos termos do artigo 924, III, do Código de Processo Civil. Expeça-se Alvará para saque de valores bem como o competente Alvará de Soltura, ou se for o caso ou recolha-se o Mandado de Prisão. INTIME-SE O(A) EXECUTADO ACERCA DO PAGAMENTO DOS EMOLUMENTOS DE PROTESTO JUNTO AO TABELIONATO DE PROTESTOS DE NOTAS DE MANAUS, SE HOUVER. OFICIE-SE AO SPC/SERASA PARA RETIRADA DA INSCRIÇÃO DO NOME DO(A) EXECUTADO(A), SE HOUVER. PROCEDA-SE O DESBLOQUEIO DE VALORES DE PIS OU FGTS JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EM NOME DO(A) EXECUTADO(A), SE HOUVER EXPRESSO NO TERMO DE ACORDO REALIZADO.

ADV: FÁBIO GUEDES DOS REIS (OAB 3132/AM) - Processo 0227249-58.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXECUTADO: J.R.S.C. - Vista a Defensoria pública para manifestar-se no prazo de 48 horas acerca da proposta, ficando mantida a prisão decretada na fl. 78.

ADV: DAVID FARIAS BORGES (OAB 13162/AM) - Processo 0230563-75.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDO: T.C.S.S. - Vista às partes para que se manifestem acerca do estudo psicossocial de fls. 91/98 no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: ABRAHÃO LYNCON NUNES DANTAS (OAB 8125/AM) - Processo 0233235-56.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: A.M.P.B.A.S.P.N. - Cite-se o(a) executado(a), na forma requerida, para no prazo de 03 (três) dias efetuar o pagamento das parcelas referentes aos meses de maio a julho de 2019, no valor reclamado, acrescido do valor das parcelas que se vencerem no curso do processo, com os acréscimos legais, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de prisão, conforme art. 528 § 1º ao 7º do Código de Processo Civil.

ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM) - Processo 0236040-16.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: B.S.S. - Uma vez ofertada as alegações pela autora, intime-se o requerido para alegações no prazo de 15 dias conforme art. 364,parágrafo segundo,CPC.

ADV: RAQUEL TAVARES NEVES (OAB 13315/AM) - Processo 0236134-61.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: E.H.B.S. - REQUERIDO: E.R.S.G. e outro - CUMPRA-SE.

ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM) - Processo 0237126-22.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: I.S.C. - Isto posto, ante a satisfação da obrigação, julgo extinta a presente execução, nos termos do artigo 924, III, do Código de Processo Civil. Expeça-se Alvará para saque de valores bem como o competente Alvará de Soltura, ou se for o caso ou recolha-se o Mandado de Prisão. INTIME-SE O(A) EXECUTADO ACERCA DO PAGAMENTO DOS EMOLUMENTOS DE PROTESTO JUNTO AO TABELIONATO DE PROTESTOS DE NOTAS DE MANAUS, SE HOUVER. OFICIE-SE AO SPC/SERASA PARA RETIRADA DA INSCRIÇÃO DO NOME DO(A) EXECUTADO(A), SE HOUVER. PROCEDA-SE O DESBLOQUEIO DE VALORES DE PIS OU FGTS JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EM NOME DO(A) EXECUTADO(A), SE HOUVER EXPRESSO NO TERMO DE ACORDO REALIZADO.

ADV: EDIANE EVANGELISTA DE MOURA DOS SANTOS (OAB 12161/AM) - Processo 0243342-62.2018.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERIDA: B.S.C. - Vistos, etc. Cumpra-se.

ADV: DANTON CAVALCANTE BEZERRA (OAB 12258/AM) - Processo 0243836-24.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: C.A.C.T. - Vistos, etc. Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as. Prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: JAQUELINE OLIVEIRA DE PAULA (OAB 9269/AM), ADV: JEYSILA EDIENY RABELO PEREIRA (OAB 12886/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: DORA MESTANZA BARCIO DE PAIVA (OAB 12764/AM) - Processo 0248887-89.2013.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - REQUERENTE: E.K.N.K.N.K.N. - REQUERIDO: E.G.N. - Dê-se vista à parte Exequente através de seu patrono legalmente constituído para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias a dizer de possui interesse no andamento da presente ação. Após o decurso do prazo, certifique-se. Ato contínuo, intime-se o(a) autor(a) para informar seu interesse no prosseguimento do feito no prazo de 05 dias, sob pena de arquivamento dos autos, considerando válida a intimação do art. 274 § único do Código de Processo Civil. Sendo inválida a intimação por carta, expeça-se mandado de intimação; Caso não seja encontrado intime-se-o mediante edital (prazo 20 dias). Cumpra-se.

ADV: DIEGO D'AVILLA CAVALCANTE (OAB 6905/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM), ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM), ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM), ADV: LEONARDO LEMOS DE ASSIS (OAB 6497/AM), ADV: REGINA CECÍLIA DE SENA COSTA (OAB 5090/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: ALAN YURI GOMES FERREIRA (OAB 10450/AM) - Processo 0337209-95.2007.8.04.0001 (001.07.337209-0) - Cumprimento de sentença - Sociedade - REQUERIDO: A.S.C. - Intime-se o(a) Advogado(a) subscritor(a) da petição de fls. antecedentes para cumprir na íntegra o disposto no art. 112 do Código de Processo Civil, fazendo juntada aos autos da ciência de seu cliente para nomear outro patrono.

ADV: RÚBIA HELENA NASCIMENTO FERREIRA (OAB 9013/AM) - Processo 0609334-91.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: N.G.M. - Vista à credora acerca da certidão de fl. 93.Prazo: 5 dias.

ADV: LUCIOMAR DA SILVA ALMEIDA (OAB 2401/AM) - Processo 0617449-72.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXECUTADO: M.A.S. - Dê-se vista ao Ministério Público acerca do pedido de prisão civil do executado conforme rito do art. 528 §3º do Código de Processo Civil (fls. 153). Expeça-se o Alvará requerido (fls. 134). Cumpra-se.

ADV: LUCIOMAR DA SILVA ALMEIDA (OAB 2401/AM) - Processo 0617449-72.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXECUTADO: M.A.S. - 9VF Certidão. Em petição de fls. 46, a exequente apesenta sua conta para fins de depósito de pensão alimentícia, e, insistentemente o executado deposita na conta judicial deste Juízo; A finalidade da conta Judicial não é para depósito de pensão alimentícia, devendo o executado efetivar o depósito em conta da exequente já informada nos presentes autos.

ADV: LUCIOMAR DA SILVA ALMEIDA (OAB 2401/AM) - Processo 0617449-72.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXECUTADO: M.A.S. - Proceda-se a intimação do Executado através de seu patrono legalmente constituído a fim de que proceda os depósitos da prestação alimentícia na conta da Representante Legal do Menor cujos dados constam às fls. 46. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM), ADV: ANA CRISTINA LOUREIRO DE ALMEIDA SOCIEDADE INDIVIDUAL ADVOGADOS (OAB 3427/AM), ADV: GEORGE AUGUSTO RIBEIRO LAPA (OAB 13732/AM), ADV: GUELLRI LINNEKER ALVES DE SOUZA (OAB 12072/AM), ADV: LUIZ FERNANDO GENEROSO MAURA MOREIRA (OAB 13077/AM) - Processo 0638704-86.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: H.G.A.C.O. - EXECUTADO: W.R.C.N. - Aguarde-se retorno do Aviso de Recebimento dos correios (AR), referente à correspondência de fls. 244, postada em 27/08/2019. Prazo de 30 (trinta) dias, contados da postagem. Cumpra-se.

ADV: MARIA NILRIETE ALVES DE OLIVEIRA (OAB 12143/AM) - Processo 0640872-27.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: M.F.B.C. - Em face do exposto julga-se improcedente o pedido. Condena-se a requerente nas custas processuais e nos honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da causa (atualizado pelo Ipca-e a contar da distribuição) conforme art. 85, § 2º,CPC tendo em conta a natureza da causa que foi de menor complexidade e o tempo da demanda,sendo suspensas suas cobranças na forma do art. 98,parágrafo terceiro ,CPC. Arquive-se, depois do trânsito em julgado, com baixa na distribuição.

ADV: ROBSON MAFFUS MINA (OAB 73838/SP) - Processo 0646537-53.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Geová Luiz Mendes - Elisabete Godoy Mendes - José Luiz Mendes - Maria de Lourdes Mendes da Silva - Luiza Josefa da Silva - José Natal da Silva - Maria de Fátima Mendes da Silva Cardoso - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

ADV: EDSON DA SILVA MASSULO (OAB 4687/AM) - Processo 0646575-65.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.M.G.V. - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

ADV: TATYANE PRAIA EVANGELISTA (OAB 13374/AM) - Processo 0646615-47.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.G.L. - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

ADV: MOACIR BRILHANTE DOS SANTOS (OAB 13088/AM) - Processo 0646642-30.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: A.G.S. - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

ADV: KARINA ARAÚJO BLASCH (OAB 4362/AM) - Processo 0647157-65.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Extinção - REQUERENTE: V.R.S. - A.N.S. - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

ADV: MARCELA FERREIRA LUZ (OAB 14592/AM) - Processo 0647548-20.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Rayanne Crys Barbosa dos Santos - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

Abrahão Lyncon Nunes Dantas (OAB 8125/AM)
Alan Yuri Gomes Ferreira (OAB 10450/AM)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Alcides Andrade (OAB 6377/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Aloizio Paes de Lima (OAB 1814/AC)
Ana Cristina Loureiro de Almeida Sociedade Individual Advogados (OAB 3427/AM)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Bianka Caelli Barreto Rodrigues (OAB 4445/AM)
Bruna Gabrielle Silva Trindade (OAB 14171/AM)
Bruno Anderson Mendes Amôedo Ferreira (OAB 11025/AM)
Caio Kanawati Soares (OAB 10104/AM)
Clayton Roitman Moraes de Oliveira (OAB 9115/AM)
Danton Cavalcante Bezerra (OAB 12258/AM)
DAVID FARIAS BORGES (OAB 13162/AM)
Dayla Corrêa Campos (OAB 14425/AM)
Diego D'Avilla Cavalcante (OAB 6905/AM)
Dora Mestanza Barcio de Paiva (OAB 12764/AM)
Ediane Evangelista de Moura dos Santos (OAB 12161/AM)
Edson da Silva Massulo (OAB 4687/AM)
Elivane Ferreira da Silva (OAB 10645/AM)
Fábio Guedes dos Reis (OAB 3132/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Francisco Ricarte de Sousa (OAB 7287/AM)
George Augusto Ribeiro Lapa (OAB 13732/AM)
Guellri Linneker Alves de Souza (OAB 12072/AM)
Jaqueline Oliveira de Paula (OAB 9269/AM)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
Jeysila Edieny Rabelo Pereira (OAB 12886/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
Karina Araújo Blasch (OAB 4362/AM)
Laura Poliana de Oliveira Fragata (OAB 13528/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leandro Ferreira da Silva (OAB 12921/AM)
Leonardo Lemos de Assis (OAB 6497/AM)
Luciomar da Silva Almeida (OAB 2401/AM)
Luiz Fernando Generoso Maura Moreira (OAB 13077/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Luna de Souza Fernandes (OAB 12663/AM)
Maiara Cristina Moral da Silva (OAB 7738/AM)
Marcela Ferreira Luz (OAB 14592/AM)
Maria Nilriete Alves de Oliveira (OAB 12143/AM)
Moacir Brilhante dos Santos (OAB 13088/AM)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Nilson de Melo Santos (OAB 10915/AM)
Paulo César Santos Almeida (OAB 3246/AM)
RAIO DE SOL AYLIN DA SILVA MOURA (OAB 14079/AM)
Raquel Tavares Neves (OAB 13315/AM)
Regina Cecília de Sena Costa (OAB 5090/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo Hübner (OAB 9398/AM)
Robson Maffus Mina (OAB 73838/SP)
Rodolfo Machado Reis (OAB 11036/AM)
Rodrigo Rodrigues Campos (OAB 12150/AM)
Rúbia Helena Nascimento Ferreira (OAB 9013/AM)
Sandra Régia Duda Clemente (OAB 9376/AM)
Tatyane Praia Evangelista (OAB 13374/AM)
Vanilde Medeiros da Silva (OAB 12100/AM)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)

3ª VARA DE FAMÍLIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
3ª VARA DE FAMÍLIA

Edital de ciência de eliminação instrumentos psicológicos e de Serviço Social do ano de 2008 a 2014 da 3ª Vara de Família.

A MM. Juíza de direito da 3ª Vara de Família da Capital, Estado do Amazonas, Dra. Melissa Sanches Silva da Rosa, no exercício da competência que lhe confere a Lei Complementar Nº17/1997, faz saber a todos os jurisdicionados da comarca de Manaus, Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados e demais interessados, que pelo presente edital de ciência de eliminação, considerando os termos da resolução Nº 50/2008 deste Egrégio Tribunal de Justiça, que a partir do 45º (quadragésimo quinto) dia subsequente à data de publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (DJE), serão remetidos para o Arquivo Central Júlia Mourão de Brito deste

poder para descarte dos documentos referentes aos instrumentos psicológicos e do Serviço Social do ano de 2008 a 2014, se não houver nenhuma manifestação pelos interessados.

Dado e passado nesta cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, em 09 de setembro de 2019 (dois mil e dezenove), eu, José Alves Vieira Guedes Júnior, Diretor da 3ª Vara de Família, digitei e subscrevo.

Registre-se. Comunique-se. Publique-se e cumpra-se. Juíza de direito da 3ª Vara de Família da Capital.

MELISSA SANCHES SILVA DA ROSA
Juíza de Direito

4ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLEMÍLIA MARIA ANDRADE DE SOUSA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0097/2019

ADV: JORGE EDUARDO NUNES DO CARMO (OAB 46927/BA), ADV: JOÃO MANOEL DE SOUZA CUNHA (OAB 18031/PE), ADV: JULIANE ELIZABETE DE SOUZA MAIA (OAB 12643/AM) - Processo 0042643-12.2005.8.04.0001 (001.05.042643-6) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: Amanda Maia Santana - REQUERIDO: Ricardo José Dantas de Santana - Conciliação Data: 22/11/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: CARLOS A. SOARES DA SILVA (OAB 1372/AM), ADV: RUBEM FONSECA FLEXA (OAB 5809A/M), ADV: MARCELO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 7023/AM) - Processo 0200688-07.2011.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.C.S. - M.N.S. - DESPACHO Intimem-se as partes no prazo de 10 (dez) dias, para requererem o que entenderem por direito. Cumpra-se Manaus, 04 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: IUARLEY DA SILVA FONSECA (OAB 10548/AM), ADV: HELIANE NOGUEIRA (OAB 4041/AM) - Processo 0207981-86.2015.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: P.M.A.F.N. - REQUERIDO: A.R.N.F. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: EMERSON TAVARES PEREIRA (OAB 8616/AM) - Processo 0209587-13.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Fixação - REQUERENTE: O.S. - REQUERIDA: H.C.L.S. - DESPACHO R.H. Cumpra-se Carta Precatória fls. 01/04. Após cumprimento das diligências, devolva-se ao juízo deprecante. Cumpra-se.

ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM) - Processo 0213647-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.L.F. - REQUERIDO: C.C.L. - Em consonância com a promoção de folhas antecedentes, acolho o pedido de reconsideração fixo alimentos provisório em favor do alimentando no patamar de 15% (quinze por cento) dos vencimentos líquidos do(a) alimentante, a ser descontado em folha de pagamento e depositado em conta bancária informada na exordial, incidindo o cálculo sobre a totalidade dos ganhos mensais auferidos, inclusive 13º salário,o mês das férias, gratificações, abonos e indenizações em caso de rescisão contratual de trabalho, excluindo-se para efeito de cálculo, os valores referentes aos descontos tributários, previdenciários, horas extras, 1/3 (um terço) Constitucional das férias e F.G.T.S. No mais, considerando o grande lapso temporal para realização do estudo psicossocial pelo setor competente deste Poder, em razão da sua grande demanda, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se acerca da possibilidade de nomeação de perito particular sob suas expensas. Cumpra-se.

ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM), ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM), ADV: JOSIAS FERREIRA CAVALCANTE (OAB 3580/AM), ADV: ANNE CRISTINA SOUZA DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 24583/BA) - Processo 0220103-29.2018.8.04.0001 (processo principal 0701379-27.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Dissolução - REQUERENTE: RAIMUNDA DAS GRAÇAS MOTA DA SILVA - REQUERIDO: F.C.L.N. - SENTENÇA Trata-se de Cumprimento Provisório de Sentença na qual foi determinada a intimação da parte autora no endereço por ela informado e cadastrado nos autos, a fim de que manifestasse interesse no prosseguimento do feito. A referida intimação foi recebida por terceiros, conforme AR de fls. 137 não houve manifestação até a presente data. É o sucinto relatório. O parágrafo único do art. 274 do Código de Processo Civil em vigor dispõe o seguinte: Art. 274: (...) Parágrafo único: Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. (grifei) No presente caso, conforme a disposição legal acima transcrita, considera-se que a parte autora foi devidamente intimada e permaneceu inerte, ensejando, deste modo, a extinção do processo, nos termos do art. 485, III do CPC, in verbis: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; Assim sendo, nos termos do art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Isento de custas pelo benefício da gratuidade da justiça. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitado em julgado, certifique-se e realize os procedimentos necessários para arquivamento dos autos. Manaus, 04 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM) - Processo 0225848-53.2019.8.04.0001 (processo principal 0244914-34.2010.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - REQUERENTE: Kelze da Silva Feijó - Giulliano e Giuliana Feijó da Silva - REQUERIDO: Luiz Guedes da Silva - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Cumprimento Provisório de Sentença. A parte autora requer a desistência da ação, conforme folhas 22, pois está tramitando outro processo referente a esta execução. Autos conclusos, decido. Diante do pedido de desistência formulado, a extinção do feito se faz necessária. Cumpre ressaltar que a análise do referido pedido não depende do consentimento do réu, diante da ausência de contestação, nos termos do art. 485, §4º do CPC. Dessa forma, com fulcro no artigo 485, inciso VIII, acolho a desistência do feito e JULGO EXTINTO sem exame de mérito o presente processo. Sem custas. Arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: VALQUIRIA ROBERTA MARQUES (OAB 96381/RJ) - Processo 0227548-64.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Hirlene da Silva Ramos - REQUERIDA: Gardênia Loureiro Freire - R.L.L.F. - Depoimento Data: 10/10/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: MARCELA GEÓRGIA DINIZ URIAS (OAB 9680/AM) - Processo 0230255-39.2018.8.04.0001 (processo principal 0247335-21.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - REQUERENTE: PEDRO MOTA AUDEN,KEROLY CAMILLE MOTA AYDEN e FELIPE MOPTA AYDEN MOTA - MENORES - REQUERIDO: G.F.A. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre a certidão de folha 49 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: CHARLES LUIZ EVANGELISTA SOUZA (OAB 589A/AM), ADV: MANOEL NAZARÉ BARRETOS DOS ANJOS (OAB 14385/AM), ADV: FRANCINEUDO DE CASTRO MARQUES (OAB 304/AP) - Processo 0232048-76.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: M.G.R. - REQUERIDO: R.C.S.R. - Audiência p/ coleta de material genético Data: 22/11/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão

ADV: STEPHANNY KATHERINNY FONSECA MOTTA (OAB 8114/AM), ADV: FLÁVIA SERRÃO SANZ (OAB 100108/RJ), ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM), ADV: MARCO LÚCIO SOUTO MAIOR DE ATHAYDE (OAB 4522/AM) - Processo 0241422-34.2010.8.04.0001 (001.10.241422-0) - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: N.C.O.B. - REQUERIDA: D.T.O. - Conciliação Data: 14/10/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão

ADV: ANDERSON SALES DE SOUZA (OAB 8760/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: AUGUSTO COSTA JÚNIOR (OAB 4337/AM) - Processo 0243883-76.2010.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Glória da Silva Carvalho - EXECUTADO: Eduardo Sergio Botelho de Carvalho - Realize-se pesquisa nos sistemas Bacenjud, Infojud e Renajud a fim de encontrar ativos financeiros e bens em nome do executado. Após, dê-se vista a parte exequente para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: VIVIAN MENDONÇA MARTINS (OAB 9403/AM) - Processo 0600079-80.2016.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: L.F.S.N. - REQUERIDA: F.L.B.S. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre os ofícios de folhas 146, 149 e 150 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: SIGRID LIMA ARAÚJO (OAB 4574/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: ALZILENE SEABRA DE LIMA LEÃO (OAB 12112/AM), ADV: EDIANE EVANGELISTA DE MOURA DOS SANTOS (OAB 12161/AM) - Processo 0602329-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Família - REQUERENTE: J.N.S. - REQUERIDA: H.F.S. - Intimem-se as partes no prazo de 10 (dez) dias para juntarem aos autos a certidão de casamento. Cumpra-se Manaus, 04 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: KARLA JAMILY OLIVEIRA DE CARVALHO (OAB 7876/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0602870-17.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.C.S. - REQUERIDA: J.S.C. - Instrução e Julgamento Data: 07/05/2020 Hora 09:30 Local: Sala padrão

ADV: PAULO MATHEUS DE SOUZA HOLANDA (OAB 9732/AM), ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM) - Processo 0603049-19.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Francisco Francineldo Fernandes - REQUERIDA: Cassilda Helena Silva Bernanrdes - Maria do Socorro Oliveira da Silva - Raimundo Antônio Oliveira da Silva e outros - Instrução e Julgamento Data: 19/05/2020 Hora 09:30 Local: Sala padrão

ADV: ALEXANDRA CALDERARO QUEIROZ (OAB A1224/AM), ADV: JOSÉ LOPES BARBOSA (OAB 5646/AM), ADV: IKARO BASTOS PEDROSA (OAB 11465/AM) - Processo 0603726-15.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: I.M.L. - REQUERIDO: J.P.S.D.T. - Vistos, À folhas 138 consta decisão que determinou a prisão do executado que foi devidamente cumprida. Nas suas últimas manifestações, folhas 144-145 e folhas 149-153, concordam as partes que o valor do débito alimentar ora executado é de R$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais). O executado comprovou o pagamento de parte do valor, devidamente reconhecido pela exequente, consoante petições acima mencionadas: R$ 700,00 (setecentos reais), folha 147; R$ 800,00 (oitocentos reais), folha 147; R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), folha 145; perfazendo um total pago de R$ 3.600 (três mil e seiscentos reais). Considerando a juntada dos comprovantes de pagamento às fls. 147-18, devidamente reconhecidos pela exequente, verifico que o valor pago corresponde a no mínimo da metade do valor devido. Observo ainda que o valor pago consta de um montante significativo considerando a situação do Executado. Ante o exposto, tem-se por revogada a prisão. Expeça-se alvará de soltura. No mais, resta dúvida acerca do adimplemento do débito restante de R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), uma vez que o executado alega que houve o pagamento e a exequente não o reconhece. Assim, intime-se o executado para, em dez dias, manifestar-se acerca do petitório de folhas 149-153 e esclarecer o documento de folha 148 que, aparentemente, refere-se à um pagamento anterior ao débito inadimplido ora executado. No mesmo prazo, intime-se a exequente para requerer o quê entender de direito para prosseguimento da presente execução, ciente que o ordenamento jurídico pátrio veda que o executado por alimentos seja preso pelo menos débito mais de uma vez. Após os prazos, certifique-se e dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO VINÍCIUS RODRIGUES DE ALBUQUERQUE (OAB 9782/AM), ADV: EUKELLY CRISTHIE PENEDO DE OLIVEIRA (OAB 8733/AM), ADV: JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA (OAB 7818/AM) - Processo 0604735-80.2016.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: MARIA GRACIETE ALMEIDA DOS ANJOS - REQUERIDO: Silvanio Nunes Morais - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: ALUÍSIO PEREIRA DO NASCIMENTO (OAB 2796/AM), ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM) - Processo 0606538-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: A.S.B.C. - REQUERIDO: C.H.S.C. - T.H.S.C. - Instrução e Julgamento Data: 30/04/2020 Hora 10:15 Local: Sala padrão

ADV: VALDRIANE OLIVEIRA DE MELO (OAB 3858/AM) - Processo 0606967-94.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.C.B. - REQUERIDA: E.B.A.B. - Instrução e Julgamento Data: 14/05/2020 Hora 10:15 Local: Sala padrão

ADV: VALDRIANE OLIVEIRA DE MELO (OAB 3858/AM) - Processo 0606967-94.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.C.B. - REQUERIDA: E.B.A.B. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Intime-se a parte autora por meio de seu patrono constituído para informar o endereço completo da parte requerida com o objetivo de intimar da mesma para audiência designada, no prazo de 10(dez) dias.”.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: MARITZA VALÉRIA TAVARES DIBO (OAB 12139/AM) - Processo 0607495-31.2018.8.04.0001 - Conversão de Separação Judicial em Divórcio - Dissolução - REQUERENTE: C.S.L. - REQUERIDA: K.C.V.A.L. - Instrução e Julgamento Data: 05/05/2020 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM) - Processo 0608186-84.2014.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: J.V.N.M. - REQUERIDO: H.H.C.M. - Instrução e Julgamento Data: 12/05/2020 Hora 10:15 Local: Sala padrão

ADV: ROBERTO ANDRÉ XAVIER BEZERRA (OAB 3158/AM), ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0608760-05.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.F.H.R. - REQUERIDO: P.G.C.C.R. - Instrução e Julgamento Data: 07/05/2020 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: ANDREA ELDA REIS MENDONÇA (OAB 582A/AM), ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM) - Processo 0609570-09.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: K.E. - REQUERIDA: C.S.A. - Cumpra-se a decisão de folha 45.

ADV: RAFAEL BASÍLIO DE SOUZA (OAB 8892/AM), ADV: MICHELE DE SOUZA DERZE (OAB 6418/AM), ADV: ANA LÚCIA DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 10524/AM) - Processo 0609961-32.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: N.G.O. - REQUERIDA: D.G.V. - Instrução e Julgamento Data: 19/05/2020 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM), ADV: LUANNA BARROS DE ALBUQUERQUE GOMES (OAB 13172/AM), ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB 538A/AM) - Processo 0610285-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Brunna Sousa da Silva - REQUERIDO: Thiago Oliveira Souza - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Ante o termo de audiência de fls. 107/109, Dê-se Vista ao M inistério Público".

ADV: VANESSA CARDOSO (OAB 947A/AM), ADV: SORAYA SEIXAS NUNES COLARES (OAB 9952/AM) - Processo 0611375-65.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0609261-27.2015.8.04.0001) - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: Rachel Abrahim Magalhães - EXECUTADO: Edicarlos Pinto Moreira - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o petitório de folhas 86-87 e requerer o quê entender de direito.

ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: ELLEN CAROLINA LIMA COLARES (OAB 11239/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM) - Processo 0613975-64.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: A.R.D. - REQUERENTE: F.J.D.F. - EXECUTADO: F.F.F. - Conciliação Data: 05/11/2019 Hora 09:00 Local: Sala padrão

ADV: LUIZ AUZIER DE ALMEIDA (OAB 3496/AM) - Processo 0614544-02.2013.8.04.0001 - Petição Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: MARIA DO PERPETUO SOCORRO AUZIER DE ALMEIDA - CARLA SANTIAGO - REQUERIDO: WANDA GUIMARÃES SANTIAGO e outro - Instrução e Julgamento Data: 19/05/2020 Hora 10:15 Local: Sala padrão

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0614798-62.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.S.G. - REQUERIDO: C.G.L. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM) - Processo 0615166-42.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: Gracineide Siqueira Ferreira - REQUERIDO: Lucio Ricardo Monteiro Uchoa - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: JOANA MOURA DA SILVA (OAB 13202/AM), ADV: FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA (OAB 9936/AM), ADV: RUAN SOARES PARENTE (OAB 9950/AM) - Processo 0615648-19.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Lucicleide Lira Freitas - REQUERIDO: Marinaldo da Silva Viana - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Divórcio Consensual. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls. 32/36. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre divorcio, guarda, alimentos e bens, excluindo-se o bem de fls,15 em virtude do mesmo se encontrar em nome de terceiros. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. A presente sentença servirá como mandado de averbação. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 04 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM), ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0616057-97.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: T.P.S. - EXECUTADO: D.F.O. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos planilha atualizada do débito. Após, torne os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARIA DO SOCORRO GAMA DA SILVA (OAB 5365/AM), ADV: SUANY MENDES FONSECA ROCHA (OAB 12710/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM) - Processo 0617772-72.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Eliete Nunes do Nascimento - REQUERIDO: Luiz Oscar Fonseca Lima - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Divórcio Litigioso. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls. 53/54. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre dissolução de união estável e partilha de bens. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 04 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: SUELI SILVA LUZ (OAB 9154/AM), ADV: GALVÃO ADVOCACIA S/A (OAB 10015/AM), ADV: TATYANE DE ARAÚJO CAMPOS (OAB 10201/AM) - Processo 0618041-48.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.C.A.N. - REQUERIDO: L.B.B.C.O. - Intime-se o requerido para, em dez dias, manifestar-se acerca da petição de folha 115. Após, retornem os autos conclusos para Sentença Homologatória.

ADV: JARDEL BANDEIRA E SILVA (OAB 13424/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0619496-14.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: L.S.S.M. - M.S.S.L. - REQUERIDO: C.R.M.L.F. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista ao Ministério Público".

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM), ADV: SILVANA GRIJÓ GURGEL COSTA RÊGO (OAB 6767/AM) - Processo 0619597-27.2014.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: I.D.R. - REQUERIDO: L.F.A.A. - M.R.A. - M.M.R.A. e outros - Instrução e Julgamento Data: 12/05/2020 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: ZELITA MARINHO DE BRITO (OAB 10772/AM), ADV: HILDA MARIA FIGUEIREDO MANDATO (OAB 5350/AM), ADV: PHELIPE ERNESTO SILVA PINTO (OAB 7725/AM) - Processo 0620020-11.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.M.B. - ALIMENTAND: Y.R.B. - REQUERIDO: E.P.R. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista ao Ministério Público".

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: LUCE ELAINE BENTO DE ANDRADE (OAB 3477/AM), ADV: NELSON MATHEUS ROSSETTI (OAB 4063/AM) - Processo 0620846-42.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.L.V.G. - REQUERIDO: F.S.G. - Instrução e Julgamento Data: 30/04/2020 Hora 09:30 Local: Sala padrão

ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM) - Processo 0620869-80.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: D.N.B. - REQUERIDA: D.B.B. - E.M.M. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza

o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: " Vista ao Ministério Público".

ADV: GISELE BRITO DE AGUIAR (OAB 4918/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS RAMOS DA SILVA (OAB 8136/AM) - Processo 0621100-15.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0622530-02.2016.8.04.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: A.S.A.F. - M.G.L.S. - REQUERENTE: J.C.L. - ALIMENTANT: A.S.A. - DECISÃO Trata-se de Ação de Guarda e Alimentos. Processo distribuído para este juízo, noto que a demanda foi ajuizada por meio da Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Entretanto, consoante resoluções 11/2006 deste Tribunal, as demandas ajuizadas pela defensoria pública tem competência exclusiva das 2ª, 3ª, 5ª e 8ª varas de família desta comarca. Assim, consoante o exposto, determino a redistribuição ao juízo competente. Manaus, 04 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM), ADV: JOSE ADRIANO RODRIGUES LOPES (OAB 11152/AM) - Processo 0622485-95.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: I.F.B. - J.C.B.C. e outro - EXECUTADO: J.F.C. - SENTENÇA Trata-se de Execução de Alimentos. As partes transacionaram acordo parcelando o valor dos alimentos em débito, objeto dessa execução, consoante folhas 371/372.. Assim, considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais, com fulcro no art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. No mais, na forma do art. 922 do Código de Processo Civil, determino a suspensão do processo, devendo, caso solicitado pelo credor, ser reaberta a execução para prosseguimento a partir de onde tiver cessado. Intimem-se. Sem custas. Manaus, 04 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0624845-32.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.S. - REQUERIDO: J.C.M. - T.S.B. - Instrução e Julgamento Data: 14/05/2020 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA MACIEL (OAB 5172/AM) - Processo 0625612-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: Eina de Oliveira Neves - REQUERIDO: Anderson Junior Costa de Souza - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista à parte autora para que,no prazo de 5 dias,se manifeste acerca do aviso de recebimento negativo de fls.97."

ADV: THAIS DA COSTA PRADO (OAB 12520/AM) - Processo 0625672-09.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: G.N.C.G. - REQUERIDA: A.M.F. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista ao Ministério Público".

ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM) - Processo 0626735-69.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Aline Vasconcelos Guimarães Sampaio - REQUERIDO: Yan Marcelo Sampaio Rodrigues - Intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, atender a promoção do Ministério Público de folhas 22. Após, dê-se nova vista ao parquet. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019.

ADV: MARLON SANTOS DE OLIVEIRA (OAB 10137/AM), ADV: CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS (OAB 9362/AM) - Processo 0626796-66.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: L.C.S.A. - REQUERIDA: L.B.O. - Instrução e Julgamento Data: 14/05/2020 Hora 09:30 Local: Sala padrão

ADV: LÚCIA ANDRÉA VALLE DE SOUZA (OAB 2767/AM) - Processo 0628229-66.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: J.C.C. - REQUERIDO: A.G.C.S. - Dessa forma, com fulcro no artigo 485, inciso VIII, acolho a desistência do feito e JULGO EXTINTO sem exame de mérito o presente processo. Sem custas. Arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0629504-21.2017.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: I.R.S.R. - REQUERIDO: F.D.H.S. - L.R.L. - Trata-se de cumprimento de título acostado às folhas 36/37. Intime-se o executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir o acordo homologado no tocante ao direito de visita livre estabelecido ao genitor das menores, sob pena de ser aplicada as medidas previstas nos termos do art. 536, §1º, do CPC. Caso persista o inadimplemento, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALDREA KIDIA PEREIRA LIMA (OAB 9784/AM), ADV: MARCO LÚCIO SOUTO MAIOR DE ATHAYDE (OAB 4522/AM), ADV: MONICA SILVA DOS SANTOS (OAB 12854/AM) - Processo 0630156-38.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: M.T.P.C. - EXECUTADO: C.B.S. - Cumpra-se o inteiro teor da decisão de folha 134.

ADV: ISLANE MARQUES SETUBAL (OAB 7239/AM) - Processo 0630421-40.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.A.C. - REQUERIDA: J.S.L. - A parte requerida encontra-se em local incerto e não sabido, razão pela qual há pedido de citação por edital. Assim, em respeito aos aritogs 256, II, e 257, I, do Código de Processo Civil, determino a citação por edital do requerido, com prazo de 20 dias. Decorrido o prazo do edital sem manifestação, designe-se curador especial, o qual deverá ser intimado para oferecer contestação, no prazo legal, nos termos do art. 72, II do CPC. Cumpra-se.

ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM) - Processo 0631123-15.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Extinção - REQUERENTE: Catarina das Graças Pinheiro - REQUERIDO: Dimitrios Aris Charistos - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Divórcio Consensual. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls. 1/4. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre divorcio e nome. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. A presente sentença servirá como mandado de averbação. Expeça-se o necessário, de ordem. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 04 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM) - Processo 0631939-94.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.M.S.B.M. - REQUERIDO: W.J.B. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista ao Ministério Público".

ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM), ADV: ADRIANA MARIA GIANNICO DE ARAÚJO VIANA PINHEIRO (OAB 9741/AM), ADV: WALDEMIRA RODRIGUES MATOS (OAB 9750/AM), ADV: PAULO HUMBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 10033/AM) - Processo 0632093-88.2014.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: PAULA FERREIRA GOIS e outro - ALIMENTANT: ALEX MENDES CABRAL - Conciliação Data: 11/10/2019 Hora 09:00 Local: Sala padrão

ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0632583-37.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.M.T. - J.O.R.N.M. - J.I.T.R.M. - REQUERIDO: J.O.R.F. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art.

93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: " Vista ao Ministério Público".

ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM) - Processo 0632827-63.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.M.M. - REQUERIDO: A.R.C. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: " Vista ao Ministério Público".

ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM) - Processo 0633871-20.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.T.Q. - ALIMENTAND: S.Q.S. - REQUERIDO: G.L.S. - Conciliação Data: 21/10/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão

ADV: DANYELA CHRISTINA ARAÚJO CÂMARA (OAB 14308/AM) - Processo 0634970-25.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Arcangelo Gulliver Castro de Lima - Helena Cristina Gonçalves Queiroz - Intime-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, atender a promoção do Ministério Público de folhas 97. Após, dê-se nova vista ao parquet. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019.

ADV: SORAIA LIMA ARAÚJO GÓES (OAB 28488/PE) - Processo 0635326-54.2018.8.04.0001 - Adoção - Adoção Nacional - ADOTANTE: Maria Lineide Pires de Souza - ADOTANDA: Andrezza Melo da Costa - REQUERIDO: Vanda Pinheiro de Melo - Rogério Pires da Costa e outro - Cite-se o requerido indicado à folha 60 para oferecer contestação, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 335 do CPC. Se necessário, cite-se por hora certa. Cumpra-se.

ADV: DANILO JOSÉ DE ANDRADE (OAB 6779/AM), ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0635854-93.2015.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Fixação - ALIMENTAND: Maria Elisa Lima Gomes - ALIMENTANT: Antônio Carlos Henn da Silva - Revisão no curso de ação de investigação de paternidade com alimentos. Em fls. 185/186 foi reconhecida a paternidade da parte autora. No processo de n°0614282-09.2018.8.04.0001 foi acordado sobre o débito existente e o valor dos alimentos a serem pagos pelo Requerido. Falta de interesse ao prosseguimento da ação, pela perda do objeto. Diante disso, tem-se por extinto o processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem custas. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: JULIANA SOUZA RODRIGUES (OAB 10547/AM), ADV: INGRID MENDONÇA OSSUOSKY (OAB 7573/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO (OAB 7537/AM), ADV: GLÁUCIO LOPES MONTEIRO (OAB 5781/AM), ADV: VANESSA DOROTEIA BATISTA DA SILVA (OAB 7501/AM) - Processo 0636405-68.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.D.O. - REQUERIDO: R.A.D. - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO SILVA RIBEIRO (OAB 5204/AM) - Processo 0637701-91.2019.8.04.0001 - Interdição - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: M.D.R.R. - REQUERIDA: A.B.R.S. - Interrogatório Data: 01/10/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0638457-03.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição - REQUERENTE: Eneida dos Santos Martins - REQUERIDO: Jorge Luiz Queiroz Ponce de Leão - Interrogatório Data: 23/10/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0638724-72.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.C.B. - REQUERIDO: A.O.N.G. - Conciliação Data: 22/11/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão

ADV: BÁRBARA MENEZES DE LIMA (OAB 14516/AM) - Processo 0638760-17.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Luiz Carlos Candido da Silva - REQUERIDA: Maria da Conceição dos Santos da Silva - Conciliação Data: 22/11/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão

ADV: ELCILENE COLARES ALENCAR (OAB 5173/AM), ADV: JOÃO PAULO MARQUEZ ROMANO (OAB 7332/AM) - Processo 0638836-12.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.F.H. - REQUERIDO: R.M. - Instrução e Julgamento Data: 05/05/2020 Hora 10:15 Local: Sala padrão

ADV: JULIANE ELIZABETE DE SOUZA MAIA (OAB 12643/AM), ADV: ROOSEVELT JOBIM FILHO (OAB 3920/AM) - Processo 0639158-32.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Rodrigo Abrão de Aguiar - Carmem Vitória Hitzschky Aguiar - REQUERIDA: Gracinilda Aguiar Costa e outro - Instrução e Julgamento Data: 30/04/2020 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: HELOÍSE TRAVASSOS SALIGNAC DE CARVALHO (OAB 12402/AM), ADV: THASSIA POLLYANA FERNANDES DA COSTA (OAB 13462/AM) - Processo 0639395-95.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: Gabriel dos Santos Amaral - REQUERIDO: Genivaldo de Lima Amaral - Interrogatório Data: 11/10/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0640249-94.2016.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.A.O. - F.A.O. - Instrução e Julgamento Data: 07/05/2020 Hora 10:15 Local: Sala padrão

ADV: IVAN COUTINHO VIEIRA (OAB 14320/AM) - Processo 0640268-95.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: H.N.C. - ALIMENTANT: O.S.G. - Conciliação Data: 22/11/2019 Hora 11:30 Local: Sala padrão

ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM), ADV: JULIE CINTRA LEVINTHAL (OAB 8180/AM) - Processo 0640956-96.2015.8.04.0001 - Alimentos - Provisionais - Fixação - REQUERENTE: G.P.A. - ALIMENTANT: F.R.M. - DESPACHO Compulsando os autos verifico que o processo em questão já foi devidamente sentenciado, portanto, dê-se baixa e arquive-se. Cumpra-se Manaus, 04 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO CARLOS SANTOS DOS REIS (OAB 2208/AM) - Processo 0641253-64.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: E.F.B. - REQUERIDO: M.C.B. - Conciliação Data: 18/10/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão

ADV: JOÃO EDUARDO RODRIGUES DO NASCIMENTO (OAB 13289/AM) - Processo 0641530-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: Jeferson Aguiar Subovida Pinheiro - REQUERIDO: Zeguiar da Silva Rodrigues - Argeu da Costa Pinheiro - Audiência p/ coleta de material genético Data: 04/12/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM) - Processo 0644136-18.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: J.Q.M.M. - ALIMENTANT: W.P.M. - Conciliação Data: 18/10/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão

ADV: LUIZ CLÁUDIO PIRES COSTA (OAB 10798/AM) - Processo 0644250-54.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: S.L.G. - REQUERIDO: I.S.P. - Dessa forma, com fuclro no artigo 485, inciso VIII, acolho a desistência do feito e JULGO EXTINTO sem exame de mérito o presente processo. Sem custas. Arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0644271-93.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.S.B. - REQUERIDA: L.F.A. - Conciliação Data: 04/11/2019 Hora 14:00 Local: Sala padrão

ADV: DANIEL RICARDO DO CARMO RIBEIRO FERNANDES (OAB 7269/AM) - Processo 0644394-91.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Thomaz Augusto Corrêa de Vasconcelos

Dias - REQUERIDA: Glaura Janne Mota de Vasconcelos Dias - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Divórcio Litigioso. A parte autora requer a desistência da ação, conforme folhas 15. Autos conclusos, decido. Diante do pedido de desistência formulado, a extinção do feito se faz necessária. Cumpre ressaltar que a análise do referido pedido não depende do consentimento do réu, diante da ausência de contestação, nos termos do art. 485, §4º do CPC. Dessa forma, com fulcro no artigo 485, inciso VIII, acolho a desistência do feito e JULGO EXTINTO sem exame de mérito o presente processo. Sem custas. Arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: ANA MARIA MARQUES MACHADO DE OLIVEIRA (OAB 8471/AM), ADV: VANDESSON BARBOSA SANTIAGO (OAB 12217/AM), ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM) - Processo 0645410-51.2017.8.04.0001 - Interdição - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: J.T.S. - REQUERIDA: R.S.S. - Instrução e Julgamento Data: 05/05/2020 Hora 09:30 Local: Sala padrão

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0645920-93.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: L.A.L. - REQUERIDO: A.L.R.B.L. - G.H.R.B.L. - Conciliação Data: 22/11/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão

ADV: ROSICLEIDE VIEIRA LIMA (OAB 10549/AM) - Processo 0646117-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: D.L.S.F. - REQUERIDA: M.M.M.S. - Conciliação Data: 21/10/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão

ADV: GABRIEL DA SILVA E SILVA (OAB 12679/AM) - Processo 0646624-09.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.M.A. - REQUERIDA: R.S. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar o título em que a obrigação alimentar foi constituída, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM), ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM) - Processo 0646928-08.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.G.V.V. - REQUERIDO: L.C.V. - A.K.C.B. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar a certidão de nascimento do menor, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: ALFA MARIANNE ALMEIDA CRUZ SAUTCHUK (OAB 12875/AM) - Processo 0646959-28.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Elissandra Lima de Souza - REQUERIDO: Ivan Evangelista de Souza - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Divórcio Consensual. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls. 1/3. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre divorcio e nome. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, “b” do CPC. A presente sentença servirá como mandado de averbação. A divorcianda voltará a usar o nome de solteira. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 04 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: JAMYS DOUGLAS DE OLIVEIRA BERMEU (OAB 6572/AM), ADV: JOÍSA MACIEL GUERRA DE SOUZA (OAB 7774/AM) - Processo 0654827-91.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0653747-92.2018.8.04.0001) - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.F.C. - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de conciliação para o dia 11/11/2019 às 08:30h, a ser realizada na Sala padrão desta 4ª Vara de Família. Manaus, 26 de agosto de 2019.

ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0658031-46.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.C.S. - REQUERIDA: E.V.C. - A.M.S. - SENTENÇA Trata-se de Guarda na qual foi determinada a intimação da parte autora no endereço por ela informado e cadastrado nos autos, a fim de que manifestasse interesse no prosseguimento do feito. A referida intimação foi recebida, conforme AR de fls. 41 e não houve manifestação até a presente data. É o sucinto relatório. No presente caso, conforme a disposição legal acima transcrita, a parte autora foi devidamente intimada e permaneceu inerte, ensejando, deste modo, a extinção do processo, nos termos do art. 485, III do CPC, in verbis: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; Assim sendo, nos termos do art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Sem Custas. Transitado em julgado, certifique-se e realize os procedimentos necessários para arquivamento dos autos. Manaus, 04 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0661080-95.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.C.A.R. - REQUERIDO: T.S.R. - Assim sendo, nos termos do art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Isento de custas pelo benefício da gratuidade da justiça. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitado em julgado, certifique-se e realize os procedimentos necessários para arquivamento dos autos.

ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM), ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM), ADV: JOSIAS FERREIRA CAVALCANTE (OAB 3580/AM), ADV: ANNE CRISTINA SOUZA DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 24583/BA) - Processo 0701379-27.2012.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.G.M.S. - REQUERIDO: F.C.L.N. - Conciliação Data: 07/10/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão

ADV: LÍLIA PIMENTEL DINELLY (OAB 204320/SP), ADV: JANE PICANÇO DE FARIAS (OAB 5323/AM), ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM), ADV: LYCIA FABÍOLA GOMES DE ANDRADE (OAB 4580/AM), ADV: JANE PICANÇO DE FARIAS LIMA (OAB 5323/AM) - Processo 0717100-19.2012.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Leda Maria Roque Coutinho - REQUERIDO: Jeusius Gomes Coutinho - Instrução e Julgamento Data: 12/05/2020 Hora 09:30 Local: Sala padrão

Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Adriana Maria Giannico de Araújo Viana Pinheiro (OAB 9741/AM)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Aldrea Kidia Pereira Lima (OAB 9784/AM)
Alessandra Malheiros de Souza Gomes (OAB 4080/AM)
Alexandra Calderaro Queiroz (OAB A1224/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Alfa Marianne Almeida Cruz Sautchuk (OAB 12875/AM)
Aluísio Pereira do Nascimento (OAB 2796/AM)
Alzilene Seabra de Lima Leão (OAB 12112/AM)
Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB 538A/AM)
Ana Carolina da Costa Magalhães (OAB 6477/AM)
Ana Lúcia de Oliveira Duarte (OAB 10524/AM)
Ana Maria Marques Machado de Oliveira (OAB 8471/AM)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
Anderson Sales de Souza (OAB 8760/AM)
Andrea Elda Reis Mendonça (OAB 582A/AM)
Anne Cristina Souza de São Paulo Aguiar (OAB 24583/BA)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
Antônio Carlos Santos dos Reis (OAB 2208/AM)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Antônio Vinícius Rodrigues de Albuquerque (OAB 9782/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Augusto Costa Júnior (OAB 4337/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)

Bárbara Menezes de Lima (OAB 14516/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 9057/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Carlos A. Soares da Silva (OAB 1372/AM)
Carlos Eduardo da Silva Santos (OAB 9362/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Catharina de Souza Cruz Estrella (OAB 7006/AM)
CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM)
Charles Luiz Evangelista Souza (OAB 589A/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel Ricardo do Carmo Ribeiro Fernandes (OAB 7269/AM)
Danilo José de Andrade (OAB 6779/AM)
Danyela Christina Araújo Câmara (OAB 14308/AM)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Eder Carlos Ribeiro Pires (OAB 7901/AM)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Ediane Evangelista de Moura dos Santos (OAB 12161/AM)
Elcilene Colares Alencar (OAB 5173/AM)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Ellen Carolina Lima Colares (OAB 11239/AM)
Emerson Tavares Pereira (OAB 8616/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Eukelly Cristhie Penedo de Oliveira (OAB 8733/AM)
Flávia Serrão Sanz (OAB 100108/RJ)
Francineudo de Castro Marques (OAB 304/AP)
Francisco Alves de Oliveira (OAB 9936/AM)
Francisco Carlos Ramos da Silva (OAB 8136/AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Gabriel da Silva e Silva (OAB 12679/AM)
GALVÃO ADVOCACIA S/A (OAB 10015/AM)
Gisele Brito de Aguiar (OAB 4918/AM)
Gláucio Lopes Monteiro (OAB 5781/AM)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Heliane Nogueira (OAB 4041/AM)
Heloíse Travassos Salignac de Carvalho (OAB 12402/AM)
Hilda Maria Figueiredo Mandato (OAB 5350/AM)
Ikaro Bastos Pedrosa (OAB 11465/AM)
Ingrid Mendonça Ossuosky (OAB 7573/AM)
Islane Marques Setubal (OAB 7239/AM)
Iuarley da Silva Fonseca (OAB 10548/AM)
Ivan Coutinho Vieira (OAB 14320/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Jamys Douglas de Oliveira Bermeu (OAB 6572/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jane Picanço de Farias (OAB 5323/AM)
Jane Picanço de Farias Lima (OAB 5323/AM)
Jardel Bandeira e Silva (OAB 13424/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
Joana Moura da Silva (OAB 13202/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Eduardo Rodrigues do Nascimento (OAB 13289/AM)
João Manoel de Souza Cunha (OAB 18031/PE)
João Medeiros da Silva (OAB 6595/AM)
João Paulo Marquez Romano (OAB 7332/AM)
Joísa Maciel Guerra de Souza (OAB 7774/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Eduardo Nunes do Carmo (OAB 46927/BA)
JOSE ADRIANO RODRIGUES LOPES (OAB 11152/AM)
José Lopes Barbosa (OAB 5646/AM)
Josias Ferreira Cavalcante (OAB 3580/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Juliana Souza Rodrigues (OAB 10547/AM)
Juliane Elizabete de Souza Maia (OAB 12643/AM)
Julie Cintra Levinthal (OAB 8180/AM)
Julie Rodrigo Porto da Silva (OAB 7818/AM)
Júlio César de Oliveira Maciel (OAB 5172/AM)
Karla Jamily Oliveira de Carvalho (OAB 7876/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lília Pimentel Dinelly (OAB 204320/SP)
Luanna Barros de Albuquerque Gomes (OAB 13172/AM)
Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB 13350/AM)
Luce Elaine Bento de Andrade (OAB 3477/AM)
Lúcia Andréa Valle de Souza (OAB 2767/AM)
Luiz Auzier de Almeida (OAB 3496/AM)
Luiz Cláudio Pires Costa (OAB 10798/AM)
Luiz Henrique Zubaran Ossuosky Filho (OAB 7537/AM)
Lycia Fabíola Gomes de Andrade (OAB 4580/AM)
MANOEL NAZARÉ BARRETOS DOS ANJOS (OAB 14385/AM)
Marcela Geórgia Diniz Urias (OAB 9680/AM)
Marcelo Ferreira da Costa Filho (OAB 7023/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Marco Lúcio Souto Maior de Athayde (OAB 4522/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Maria do Socorro Gama da Silva (OAB 5365/AM)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
Maritza Valéria Tavares Dibo (OAB 12139/AM)
Marlon Santos de Oliveira (OAB 10137/AM)
Michele de Souza Derze (OAB 6418/AM)
Monica Silva dos Santos (OAB 12854/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nelson Matheus Rossetti (OAB 4063/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paulo Humberto Carvalho de Oliveira (OAB 10033/AM)
Paulo Matheus de Souza Holanda (OAB 9732/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Phelipe Ernesto Silva Pinto (OAB 7725/AM)
Rafael Basílio de Souza (OAB 8892/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Roberto André Xavier Bezerra (OAB 3158/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Silva Ribeiro (OAB 5204/AM)
Roosevelt Jobim Filho (OAB 3920/AM)
Rosicleide Vieira Lima (OAB 10549/AM)
RUAN SOARES PARENTE (OAB 9950/AM)
RUBEM FONSECA FLEXA (OAB 5809A/M)
Salvador Clarindo Campelo (OAB 1712/AM)
Sigrid Lima Araújo (OAB 4574/AM)
Silvana Grijó Gurgel Costa Rêgo (OAB 6767/AM)
Soraia Lima Araújo Góes (OAB 28488/PE)
Soraya Seixas Nunes Colares (OAB 9952/AM)
Stephanny Katherinny Fonseca Motta (OAB 8114/AM)
Suany Mendes Fonseca Rocha (OAB 12710/AM)
Sueli Silva Luz (OAB 9154/AM)
Tatyane de Araújo Campos (OAB 10201/AM)
Thais da Costa Prado (OAB 12520/AM)
Thassia Pollyana Fernandes da Costa (OAB 13462/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Valdriane Oliveira de Melo (OAB 3858/AM)
Valquiria Roberta Marques (OAB 96381/RJ)
Vandesson Barbosa Santiago (OAB 12217/AM)
Vanessa Cardoso (OAB 947A/AM)
Vanessa Doroteia Batista da Silva (OAB 7501/AM)
Vinicio Carlos Cordovil Mendes Filho (OAB 7907/AM)
Vivian Mendonça Martins (OAB 9403/AM)
Waldemira Rodrigues Matos (OAB 9750/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)
Zelita Marinho de Brito (OAB 10772/AM)

5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0189/2019

ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM), ADV: PAULO RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 9533/AM) - Processo 0208897-18.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERIDO: F.P.M.A. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que a parte mudou de endereço sem informar a este Juízo ou o declinou incorretamente nos autos, o que a torna válida, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Custas suspensas por força do artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0218754-88.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDA: H.S.T.P. - Divórcio litigioso cumulado com guarda, alimentos e convivência. Citação sem resposta. Revelia decretada. Instrução com depoimento da parte autora. Manifestação ministerial. O relatório, no essencial. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Inclusive, foi neste sentido todas as modificações introduzidas na legislação para tratar de matérias relativas ao casamento, seguindo a jurisprudência o mesmo sentido: "Ementa - CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DIVÓRCIO DIRETO. AUDIÊNCIA DE RATIFICAÇÃO. DESNECESSIDADE. SEPARAÇÃO DE FATO COMPROVADA POR PROVA DOCUMENTAL. DECLARAÇÃO DE TESTEMUNHAS (COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO) EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 66/10. APLICAÇÃO IMEDIATA. 1. NÃO SE MOSTRA NECESSÁRIA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE RATIFICAÇÃO EM AÇÃO DE DIVÓRCIO DIRETO QUANDO OS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO PRODUZIDOS NOS AUTOS, NOTADAMENTE A DECLARAÇÃO DE TESTEMUNHAS (COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO) EVIDENCIAM DE FORMA CLARA A SEPARAÇÃO DE FATO DO CASAL PELO LAPSO TEMPORAL EXIGIDO NA LEI, AGREGADOS AO FATO DE QUE OS INTERESSADOS, CATEGORICAMENTE, MANIFESTAM-SE PELA DISSOLUÇÃO DO VÍNCULO MATRIMONIAL. 1.1. AO DEMAIS, COM A PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 66, DE 13 DE JULHO DE 2010, QUE ALTEROU § 6º DO ARTIGO 226, DA CARTA MAGNA, RESTOU ABOLIDA A PRÉVIA SEPARAÇÃO COMO REQUISITO PARA O DIVÓRCIO, E AO MESMO TEMPO ELIMINADO QUALQUER PRAZO PARA SE REQUERER O DIVÓRCIO, SEJA JUDICIAL OU ADMINISTRATIVO (LEI Nº 11.441/07). 1.2. MESMO QUE A AÇÃO TENHA SIDO PROPOSTA ANTES DO INÍCIO DA VIGÊNCIA DO CITADO DIPLOMA CONSTITUCIONAL, NADA OBSTA SUA APLICAÇÃO, NA MEDIDA EM QUE A NORMA CONSTITUCIONAL TEM EFICÁCIA IMEDIATA, SENDO CERTO QUE OS PROCESSOS EM CURSO DEVEM SE ADAPTAR À NOVEL REALIDADE CONSTITUCIONAL.(Registro do Acórdão Número : 503295 Data de Julgamento : 14/04/2011 Órgão Julgador : 5ª Turma Cível Relator : ANGELO PASSARELI Relator Designado: JOÃO EGMONT). O caso dos autos, no que concerne ao casamento das partes envolvidas no processo, se restringe ao reconhecimento pelo estado da vontade das partes de cessar a relação matrimonial, para todos os fins de direito. Não se deve falar em culpa, mas sim em vontade de não mais coabitar, dividir, confidenciar etc. Neste ponto, portanto, não há razão para não reconhecer o divórcio do casal, nos exatos termos da legislação vigente, em especial após modificação introduzida pela EC 66. Não obstante, deve-se ressaltar que não cabe ao requerente requerer a modificação do nome da requerida, pois se trata de um personalíssimo desta requerer ou não a volta ao nome de solteira. Quanto aos demais pedidos, verifica-se que embora a requerida tenha-se quedado inerte, o autor informa que a mãe possui a guarda de fato e que não se opõe que assim permaneça desde que tenha o seu direito de convivência respeitado. Desta feita, assiste razão ao Ministério Público que deu parecer para que se fixe a guarda jurídica observando essa guarda fática, tendo o requerente a obrigação alimentar. No que tange ao quatum da pensão de alimentos, a ausência da parte requerida impossibilitou que este juízo tivesse elementos mais concretos para aferir o trinômio possibilidade-necessidade-proporcionalidade. Dessa forma, salvo melhor juízo valor de 25 % (vinte e cinco por cento) trazido na inicial parece adequado. Ponderada a situação, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a demanda, nos termos do art.487, I, do CPC, e decreto o divórcio de Deivison Frederico Pereira e Hilda da Silva Teles Pereira, devendo esta manter o nome atual; bem como fixo a guarda dos menores de forma compartilhada, tendo estes como residência de referência o lar materno e direito de convivência com o genitor em finais de semana alternados de 08:00 horas de sábado até as 18:00 horas de domingo; e condeno o autor ao pagamento de alimentos no valor de 25 % (vinte e cinco por cento) do salário mínimo a ser pago mediante depósito na conta da genitora todo dia 30 de cada mês. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: FLÁVIO DA CONCEIÇÃO FERREIRA OLIVEIRA (OAB 5960/AM) - Processo 0218822-72.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXECUTADO: J.A.C.S. - Atenda-se o requerimento.

ADV: FERNANDO CRUZ COELHO (OAB 13835/AM) - Processo 0234539-90.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDO: F.J.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que a parte mudou de endereço sem informar a este Juízo ou o declinou incorretamente nos autos, o que a torna válida, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Custas suspensas por força do artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: GRAZIELA ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 11097/AM) - Processo 0238165-20.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXEQUENTE: P.F.D.O. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do Juiz, fica pautada audiência de Conciliação para o dia 27/11/2019 às 10:00h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: GILVAN GERALDO DE AQUINO SEIXAS (OAB 1497/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0239652-98.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: K.R.S.L. - REQUERIDO: K.B.L. - Execução de alimentos. Acordo com pagamento parcial e restante parcelado. Transação. Diante disso, tem-se por extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, III, " b" do Código de Processo Civil. Ressalvada a retomada da prisão na eventualidade do descumprimento do acordo. Intimem-se. Arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0615235-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Erika Gama Batista - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que a parte mudou de endereço sem informar a este Juízo ou o declinou incorretamente nos autos, o que a torna válida, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Custas suspensas por força do artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0641756-22.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seção Cível - EXEQUENTE: T.R.A.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: HERBERT BRUNO MAGALHÃES ASSIS (OAB 10348/AM) - Processo 0642597-80.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Abandono Material - REQUERENTE: M.M.D.G. - Ação que repete outra - Processo nº 0641959-47.2019.8.04.0001. Litispendência configurada. Extinção do processo com fundamento no art. 485, V, do Código de Processo Civil. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: EUDÉSIA LINS MAYER (OAB 2123/AM) - Processo 0642630-12.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - ALIMENTAND: L.E.S.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Eudésia Lins Mayer (OAB 2123/AM)
Fernando Cruz Coelho (OAB 13835/AM)
Flávio da Conceição Ferreira Oliveira (OAB 5960/AM)
Gilvan Geraldo de Aquino Seixas (OAB 1497/AM)
GRAZIELA ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 11097/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 6174/AM)
Herbert Bruno Magalhães Assis (OAB 10348/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
Paulo Rodrigues de Almeida (OAB 9533/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)

6ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO VICENTE DE OLIVEIRA ROCHA PINHEIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA AUXILIADORA SANTANA DE OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0062/2019

ADV: TIBIRIÇÁ VALERIO DE HOLANDA (OAB 001.410/AM) - Processo 0051017-17.2005.8.04.0001 (001.05.051017-8) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: Jéssica Quinto do Nascimento e outros - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Cumprimento de Sentença, que foi formalizada por A. Q. do N., M. G. Q. do N. e T. Q. do N., menor representada por suas genitoras, a Srª(s). J. Q. do N. e A. P. B. O., em face de M. A. do N., todos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 03/09. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 61, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 62. Em seguida, foi efetivada a intimação editalícia de fls. 63, conforme certidão de fls. 64 e 66, sem qualquer manifestação por parte da autora. Pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 19 de setembro de 2018, conforme juntada de petição de fls. 52, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: MIRIAN LINO DA SILVA (OAB 12712/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM), ADV: KATIENE SILVA SENA (OAB 11329/AM), ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM) - Processo 0203469-89.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.R.P. - REQUERIDO: J.P.R.P. - INTIME-SE a parte autora para manifestação, inclusive para a juntada de exame de saúde da pessoa interditada e que respondam aos quesitos dos incisos I a IV, do § 1.º , do artigo 2.º do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15); bem como para o que mais entender necessário (prazo de 15 dias

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0211163-12.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - AUTOR: A. D. M. DA C. - MENOR IMPÚBERE - REQUERENTE: NATALIA MENDONÇA DAS CHAGAS - Tendo em vista a disciplina do cumprimento de sentença estabelecida no CPC (Lei 13.105/15), intime-se a parte credora para que opte pelo procedimento da prisão ou pelo da expropriação de bens (CPC, 528, § 8º c/c 798, II, "a"), eis que não há possibilidade de processamento concomitante, em face da incompatibilidade de ritos. Prazo de 15 dias, pena de indeferimento (CPC, 513, caput c/c 801).

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0211557-82.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: V.F.A. - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0212535-59.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: A.R.P.C. - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0214280-11.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: C.S.T.C.S.T.M.I. - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20

(vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CAROLYNNE OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 4094/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0218260-44.2009.8.04.0001 (apensado ao processo 0258802-07.2009.8.04.0001) (001.09.218260-8) - Cumprimento de sentença - Sociedade - REQUERENTE: A.S.F. - REQUERIDO: E.P.A. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 07/11/2019 às 15:00h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. INTIMAR REQUERENTE E DEFENSORA. REQUERIDO CIENTES POR MEIO DA PATRONA.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0218800-82.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXEQUENTE: G.S.G. - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 43), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM), ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM) - Processo 0229095-47.2016.8.04.0001 (processo principal 0012922-20.2002.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Alimentos - REQUERENTE: Regicleyre Lima Santos (Menor) Rep. P. Sua Mãe - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 140), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0229832-79.2018.8.04.0001 (processo principal 0633683-32.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Fixação - REQUERENTE: WILLIANY SANTOS DE SOUZA - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 27), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 924A/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0230742-09.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: B.S.E.M. - REQUERIDO: M.L.E. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM) - Processo 0236212-02.2010.8.04.0001 (001.10.236212-3) - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: M.J.Q.S. - Desentranhe-se os embargos/impugnação e os documentos com que forma instruídos, dando-lhes autos próprios e em apenso a execução/cumprimento de sentença, nos termos do arts. 475-M, §2º e 736, parágrafo único, ambos do CPC. Arquivem-se virtualmente os presentes. Publique-se. Intimem-se.

ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM) - Processo 0236212-02.2010.8.04.0001/01 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXECUTADO: T.C.S. - INTIME-SE o executado, por seu patrono constituído, para apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, independente da penhora (NCPC, art. 525).

ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM), ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0236501-56.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERENTE: V.L.S.B. e outro - Antes de apreciar o acordo formulado pelas partes, DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0243975-44.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: L.M.D.C.L.D.C.M.I. - 1. Não obstante a certidão de fls. 56, DILIGENCIE a Secretaria para intimação do(a) Defensor (a) da Exequente para apresentar manifestação pertinente no prazo de 5 (cinco) dias , via portal e-SAJ. 2. Diligencie-se e CUMPRA-SE. Manaus, 04 de setembro de 2019.

ADV: MARLEIDE DE SOUZA MENDES (OAB 4898/AM) - Processo 0244340-30.2018.8.04.0001 (processo principal 0235068-90.2010.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Alimentos - REQUERENTE: Messias Mendes de Abreu - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 20), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0244508-37.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: Shirley Joelma da Silva Santos - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0247811-93.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: L.L.O. - Sobre a busca de endereço realizada (fls.43), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: SALIN RIBEIRO ALVES (OAB 8135/AM) - Processo 0600750-35.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.C.C.B. - REQUERIDA: P.C.C.B. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 20/04/2020 às 10:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDO.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0601319-07.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.R.S.V. - REQUERIDO: A.A.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 16/04/2020 às 10:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDO.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM) - Processo 0601503-26.2017.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: E.L.O. - DEFIRO os pleitos da peça retro, devendo a Secretaria diligenciar conforme seja necessário. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MÁRCIA MONTEIRO ALVES VAILANTE (OAB 10333/AM), ADV: ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM) - Processo 0601844-81.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Abandono Material - REQUERENTE: E.R.T.A. - REQUERIDA: J.M.L. - Vistos, Tratam os presentes autos sobre uma Ação de Busca e Apreensão Infância e Juventude, proposta por E. R. T. de A., em face de J. M. L., ambos devidamente identificados e

qualificados na inicial. Compulsando o caderno processual, verifico que, às fls. 60, foi determinada a intimação dos autores para que se manifestassem acerca do seu interesse no feito, diligência que foi realizada e resultou na certidão de fls. 63. Outrossim, este juízo já havia determinado que se intimasse a parte Requerente, via advogado (fls. 61), para prosseguimento na lide, aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. , conforme fls. 65. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Pois bem, analisando os autos, denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, transcrevo ementa do julgado da Apelação Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - AC 10188100088627001 MG. Data de publicação: 10/10/2014: Ementa: APELAÇÃO CÍVEL - EXTINÇÃO DO PROCESSO - ABANDONO DE CAUSA. Extingue-se a ação quando a parte, por não promover os atos e diligências que lhe competir, abandonar a causa por mais de trinta dias e não suprir a falta em quarenta e oito horas, embora intimada para tanto. Ante o exposto, fundamentado no artigo 485, III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito. Sem custas, haja vista o que prevê a Lei 1.060/50. P.R.I.Cumpra-se. Ciência ao Ministério Público. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se.

ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR) - Processo 0602431-11.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDA: A.L.V.B. - 1. INTIMEM-SE autor(es) e réu(s) , por seu(s) patrono(s), para apresentar(em) suas razões finais, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, nos termos do § 2º do art. 364 do NCPC.

ADV: LUCIANO MOURA MACIEL (OAB 6744/AM), ADV: JOSIANE GOMES RIBEIRO (OAB 11854/AM) - Processo 0602478-14.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.M.B.M. - M.S.B.M. - ATENDA-SE a r. manifestação ministerial retro, com a efetiva intimação da parte autora, por sua patrona e para o pronunciamento que entender pertinente. Int. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: ADRIANA OSÓRIO PIZA (OAB 24282/PA), ADV: ANDERSON SALES DE SOUZA (OAB 8760/AM), ADV: ISAAC VASCONCELOS LISBOA FILHO (OAB 11125/PA) - Processo 0602481-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: Rosangela Felix Marques - REQUERIDO: Nirlene da Silva Smith - R.N.L. - M.A.F.B. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 02/12/2019 às 12:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: PAULO ROBERTO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 6011/AM), ADV: MÁRIO VÍTOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM), ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM) - Processo 0603043-75.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.C.S. - 1. ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: ROBERTO FERREIRA DE ALMEIDA VIEIRA (OAB 22460CE), ADV: KARINY BIANCA RODRIGUES DA SILVA (OAB 3779/AM), ADV: GISCARDE OVÍDIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB 6885/AM) - Processo 0603531-98.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.B.C. - REQUERIDA: L.J.S.B.C. - Diante da junta da certidão de fls. 203, INTIME-SE as partes para efetuar o pagamento das custas processuais . Int. CUMPRA-SE.

ADV: ADELCI MARIA IANNUZZI MENDONÇA (OAB 1214/AM) - Processo 0604246-43.2016.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: H.A.M. - ATENDA-SE o despacho retro de fls. 319, item “2”, onde se lê: “ ... Parte ré, H.V.F.M”; LEIA-SE: “... Parte ré, R.F.F “. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ALFRÂNIA BALBINO DE OLIVEIRA (OAB 9319/AM), ADV: EMERSON TAVARES PEREIRA (OAB 8616/AM), ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM) - Processo 0604373-15.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - AUTOR: N.S.R.J.N.M. - REQUERENTE: J.M.O. - Diante da certidão de fls. 205, DEVOLVO os autos à Secretaria para as providências necessárias. Int. CUMPRA-SE, sem tardança e com a máxima atenção.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0604541-80.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0609334-67.2013.8.04.0001) - Guarda - Liminar - REQUERENTE: J.C.M.S. - EXPEÇA-SE ofício à Secretaria de Educação do Município de São Domingos do Araguaia - PA, nos termos e para os fins requeridos às fls. 134 , dando ciência à parte do resultado. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JOHNNY WOLLAXCE MACIEL DE ARAÚJO (OAB 13399/AM) - Processo 0605422-52.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.M.C. - Ante a manifestação ministerial retro, INTIME-SE as partes para as providências que julgarem pertinente. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0605477-71.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: P.B.B. - Vistos, Tratam os presentes autos sobre uma Ação de Cumprimento de Sentença, proposta por P. B. B., em face de F. A. da C. dos S., ambos devidamente identificados e qualificados na inicial. Compulsando o caderno processual, verifico que, às fls. 81, foi determinada a intimação dos autores para que se manifestassem acerca do seu interesse no feito, diligência que foi realizada e resultou na certidão de fls. 84. Outrossim, este juízo já havia determinado que se intimasse a parte Requerente, via advogado (fls. 82), para prosseguimento na lide, aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo, conforme fls. 85. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Pois bem, analisando os autos, denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, transcrevo ementa do julgado da Apelação Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - AC 10188100088627001 MG. Data de publicação: 10/10/2014: Ementa: APELAÇÃO CÍVEL - EXTINÇÃO DO PROCESSO - ABANDONO DE CAUSA. Extingue-se a ação quando a parte, por não promover os atos e diligências que lhe competir, abandonar a causa por mais de trinta dias e não suprir a falta em quarenta e oito horas, embora intimada para tanto. Ante o exposto, fundamentado no artigo 485, III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito. Sem custas, haja vista o que prevê a Lei 1.060/50. P.R.I.Cumpra-se. Ciência ao Ministério Público. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se.

ADV: NATHALIE HELENA CANTO COELHO (OAB 9418/AM) - Processo 0605756-86.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: B.L.C.P. - INTIME-SE a parte autora para emenda a inicial para esclarecer a sua legitimidade para a demanda, eis que a ação negatória de paternidade, em sentido estrito, fundada no art. 1.601, do Código Civil, consiste em ação privativa do pai registral. Prazo: 15 (quinze) dias, pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único do NCPC). Int. CUMPRA-SE.

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0605993-62.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: A.O.P.C. - REQUERIDO: R.R.C. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 07/11/2019 às 15:00h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados

a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. INTIMAR REQUERIDO.

ADV: NADIA PATRICIA NEGREIROS GUERRA (OAB 26418/PA), ADV: RAYSSA LOPES DA SILVA TAVARES (OAB 13955/AM), ADV: ALINNE SILVA DE SOUZA (OAB 11714/AM) - Processo 0606018-36.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: D.S.Q. - REQUERIDA: D.C.P.Q. - SENTENÇA Vistos, Tratam os presentes autos de uma Ação de Exoneração de Alimentos c/ Pedido de Tutela Antecipada, com fundamento na maioridade da alimentada, que foi proposta por D. S. Q., em face de D. C. P. Q., ambos qualificados no feito, nos termos da inicial de fls. 01/08. Às fls. 72/73, consta despacho do magistrado então responsável por esta 6ª Vara de Família, onde o mesmo acautelou-se, "em vista do requerimento de antecipação de tutela, quanto a suspensão ou exoneração de plano". Após a devida citação, às fls. 96, a requerida se manifestou afirmando que não se opõe a procedência da ação sob foco. É O RELATÓRIO. PASSO A DECIDIR. Compulsando o processo, é de ver-se que a situação é de fato de exoneração, pois a demandada realmente atingiu a maioridade. Nesse sentido, foi juntada aos autos declaração do polo passivo, às fls. 96, manifestando concordância total quanto a exoneração, justamente pelo motivo alegado pelo requerente. Além disso, a alimentada declarou que "possui meios próprios de prover seu próprio sustento". Ante o exposto, sem a necessidade de maiores considerações, com fundamento no citado artigo 1.635, III do Código Civil Brasileiro, tem-se por DECLARADA A EXONERAÇÃO PRETENDIDA, para todos os efeitos legais. JULGO EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do artigo 355, I c/c o parágrafo único do 447, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas, por força da Lei nº 1.060/50. P.R.I.Cumpra-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0606828-79.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERIDO: N.C.S.R. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro. À Secretaria para as providências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: GILMAR RAPOSO DA CÂMARA (OAB 5501/AM) - Processo 0606903-84.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: V.F.N. - Vistos, Narram os presentes autos sobre uma Ação de

ADV: GLAUCY ARAÚJO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 5802/AM) - Processo 0607030-85.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: G.A.F. - Apôs, DÊ-SE vista a parte contrária, devendo os autos VOLTAREM conclusos. 2. Cientes,partes e patronos, presentes ao ato. CUMPRA-SE.

ADV: MYLLA CHRISTIE VASCONCELOS SAIDT (OAB 12691/AM), ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM), ADV: RICARDO MENDES LASMAR (OAB 5933/AM) - Processo 0607306-19.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.C.S. - REQUERIDO: C.R.S.S. - ATENDA-SE o requerimento retro, INTIME-SE as partes, para os fins ali mencionados. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ILCA DE FÁTIMA DE ALENCAR CLEMENTINO (OAB 967/AM), ADV: LÚCIA ANDRÉA VALLE DE SOUZA (OAB 2767/AM) - Processo 0607827-03.2015.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: G.L.L. e outro - REQUERIDA: A.P.P.L. e outro - Vistos, Os autores G. L. L e A. M. P. L., ambos devidamente identificados e qualificados nos autos, requerem, por meio da presente ação, a guarda de seu neto J. E. L. P., a fim de regularizar uma situação fática narrada na incial de fls. 01/05, a qual foram anexados os documentos de fls. 06/15. Citada regularmente, a genitora do menor, ora requerida, ofereceu contestação de fls. 75/76, concordando com a procedência do pedido. Já o genitor/requerido, diante do desconhecimento do seu atual endereço, foi citado por edital (fls. 53). Às fls. 89/92, foi juntado o Parecer do Serviço Social, com conclusão pela concessão da guarda aos requerentes, visto a estreita relação afetiva da criança com os avós maternos, bem como porque são eles que educam e criam o neto desde tenra idade, sendo para criança principal referência de cuidado e proteção. Durante audiência de instrução, as partes ratificaram os termos da vestibular/contestação, pugnando pela procedência do pedido, para o fim de regulamentar a situação de fato existente desde o nascimento do menor, isto é, há mais de 07 (sete) anos. Às fls. 112/113, os requerentes apresentaram suas Alegações Finais. Ademais, uma vez que o processo envolve os interesses do menor, J. E. L. P., acrescento que o presente feito contou com a regular intervenção do Ministério Público, inclusive por meio do pronunciamento retro (fls. 116/118). É O RELATÓRIO EM RESUMO. CONCLUSOS. PASSO A DECIDIR. 1. Pois bem, compulsando o corpo processual, notadamente, a partir da Certidão de Nascimento de fls. 11, relacionada ao menor em apreço, onde figuram como avós maternos, justamente, os requerentes; bem como por tudo o mais que ficou registrado no termo de audiência de fls. 104/107 e no feito em si - (1.1) entendo que a presente ação apresenta-se com regularidade formal, (1.2.) estando comprovado a proximidade do grau de parentesco dos interessados com o menor em lume (AVÓS MATERNOS E NETO); (1.3.) o exercício da guarda - de fato - há mais de 07 (sete) anos; (1.4) a anuência expressa e reiterada da genitora/requerida; e o (1.5.) comprovado abandono efetivo e material por parte do genitor, o qual encontra-se em local incerto e não sabido; afora que, sem dúvida, (1.6.) resta bastante evidenciado que estão suficientemente resguardados os interesses do infante J. E. L. P., um menino prestes a completar 08 (oito) anos de idade. 2. Além disso, caracterizando ainda mais que a criança sob foco faz parte do seio familiar de seus avós maternos, os quais buscam nesta ação regularizar uma convivência que tem amparo inclusive no amplo e detalhado Relatório Social de fls. 89/92, onde consta que "a referida criança está bem assistida e adaptada ao ambiente familiar dos autores, sendo estes que organizam sua rotina diária, viabilizam suas necessidades e interesses como educação, saúde, lazer entre outros." (destaquei). 3.Nesse sentido, apesar do notório abandono do genitor (citado por edital), devo reiterar que a mãe do menor, até mesmo porque ela reside com os seus pais e único filho, sempre esteve ciente da intenção autoral e anuiu expressamente com a pretensão do casal de requerentes. Assim, há elementos seguros que apontam para a veracidade das alegações dos suplicantes, mormente considerando os interesses do infante J. E. L. P., os quais devem ser sempre protegidos com absoluta prioridade, acrescido pelo aludido grau de parentesco e as relações de afinidade e de afetividade entre eles existentes e desenvolvidas. 4. Finalmente, em particular, pelo fato de que o infante em questão, que é neto pelo lado materno, dos demandantes, portanto, é filho de A. P. P. L., como também, porquanto, os três vivem juntos no endereço constante na exordial, isto é, numa casa da Rua Parneiras, no Conjunto Duque de Caxias - Flores, CEP 69058-842, entendo plausível e pertinente que seja estendida a guarda unilateral que a mãe do pequeno J. E. L. P. sempre exerceu sobre o mesmo, no caso seus avós, ora requerentes, justamente, pelo aludido PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE E PARA A PROTEÇÃO INTEGRAL do menino. 5.Ante todo o exposto, nos termos do artigo 33, §1º, da Lei 8.069/90 c/c o artigo 1.584, inciso II, em seu trecho inicial, e parágrafo 5º, parte final, do Código Civil Brasileiro, ACOLHO PARCIALMENTE A PRETENSÃO AUTORAL; DECRETO A GUARDA UNILATERAL DO MENOR EM APREÇO, chamado J. E. L. P., EM FAVOR DE SUA MÃE E, ao mesmo tempo, ESTENDO-A AOS REQUERENTES (G. L. L e A. M. P. L.), mantido, portanto, intacto o poder familiar inerente à genitora; E, por fim, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei n° 1060/50 e do dispositivo supra. Ciência expressa ao Ministério Público, via portal e-SAJ. P.R.I. CUMPRA-SE. Após o trânsito em julgado, EXPEÇA-SE O COMPETENTE TERMO DE GUARDA UNILATERAL/ESTENDIDA e, cumpridas as demais formalidades da matéria, PROCEDAM-SE a efetiva baixa e o posterior arquivamento do processo.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0608198-59.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Família - REQUERENTE: A.M.C. - REQUERIDA: S.S.M.B. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de

novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 04/11/2019 às 12:00h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. INTIMAR REQUERIDA E DEFENSORA.

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0608945-77.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: N.R.S.M. - Tendo em vista que o requerido foi intimado para dar cumprimento a Sentença, sob pena de aplicação de multa diária, bem como outras providências cabíveis, este nada providenciou, afora a simplória justificativa de fls. 180-182, o que deveras não é motivo escusável para o cumprimento. Assim, REJEITO a justificativa supramencionada e APLICO - LHE prevista no item “03” do despacho de fls. 176. INTIME-SE a parte exequente para proceder os cálculos e, querendo, requerer outra tutela específica para o fim de obter o resultado equivalente (§1º do art. 536 do CPC). Diligencie-se e CUMPRA-SE, obedecidas as formalidades legais e com a URGÊNCIA que o caso requer.

ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM) - Processo 0609052-19.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.V.M.F. e outro - 1. PAUTE-SE data para realização da audiência de mediação e conciliação, prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil. 2. CITE-SE a parte requerida, pessoalmente, no endereço informado às fls. 49, para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público, devendo conter no mandado o disposto no art. 9º e 10 da Lei de Alimentos (Lei n.º 5.478/68); 3. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do CPC. 4. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II), sendo caso de intervenção obrigatória. Int. CUMPRA-SE.

ADV: RICARDO DE JESUS COLARES DE OLIVEIRA (OAB 10985/AM), ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM), ADV: ROSELOANE SOUZA DA COSTA (OAB 11287/AM), ADV: FRANCISCO EDBERTO DOS SANTOS (OAB 12232/AM) - Processo 0609279-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.M.C.V. - REQUERIDA: E.M.D. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 11/03/2020 às 11:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM), ADV: PAULO RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 9533/AM) - Processo 0609322-48.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERIDO: F.Q.V. - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Cumprimento de Sentença, que foi formalizada por H. C. F. de V. e L. C. F. de V., menores representados por sua genitora a Srª. H. F. S. de V , em face de F. Q. de V., todos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 15/71. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 196, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 197. Em seguida, foi efetivada a intimação editalícia de fls.198, conforme certidão de fls. 199 e 201, sem qualquer manifestação por parte da autora. Pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 21 de setembro de 2018, conforme juntada de petição de fls. 176/177, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, “caput”, do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: ANA PAULA DA SILVA BEZERRA (OAB 5797/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0610281-14.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTANT: C.A.M.O. - PAUTE-SE data para realização de audiência de conciliação, INTIMEM-SE as partes, seus patronos e o Ministério Público, se necessário.

ADV: ANNE KAROLINE DE SOUZA RODRIGUES (OAB 12154/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: ÉRICA CAROLINA DE OLIVEIRA CASTRO (OAB 11174/AM), ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM), ADV: DÉBORA ARAÚJO DE QUEIROZ (OAB 10157/AM) - Processo 0610328-90.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.L.S.L. - REQUERIDO: J.L.F.T. - EDITAL INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS Autos nº:0610328-90.2016.8.04.0001 Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68/PROC Requerente: Advogado: E.L.T. Representado por Maria lazara dos santos lopes João Batista Andrade de Queiroz-OAB2372/AM Requerido:Jorge Luiz Ferreira Tavares O Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, MM. Juiz de Direito Titular da 6.ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ INTIMAR, pelo presente edital, Maria Lázara dos Santos Lopes, titular do RG n.º 10180621/AM e do CPF sob o n.º 332.789.382-91, residente e domiciliada na Rua Liverpool, Nº 2, Qd-514, Cj. Nova Cidade, Bairro Nova Cidade - CEP 69097-252, Manaus-AM, atualmente por não promover e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, para os termos da ação de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68/PROC n.º 0610328-90.2016.8.04.0001, na qual figura como requerente, devendo manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do eventual interesse do prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento.(NCPC - 485, III). Manaus, 29 de agosto de 2019. Eu, Maria Auxiliadora Santana de Oliveira, o digitei e encaminho para a assinatura do Juiz. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito

ADV: CLÁUZIO HEITOR DA SILVA JÚNIOR (OAB 6348/AM) - Processo 0610587-80.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: M.S.M. - Diante da certidão retro, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: EULER PASSOS DE MOURA (OAB 6646/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DO NASCIMENTO CARDOSO (OAB 9537/AM) - Processo 0611011-98.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERIDO: A.M.L. - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo

de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM) - Processo 0611236-84.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXECUTADO: M.A.F.C. - Após, INTIME-SE o executado para o imediato pagamento, sob pena de prisão. Int. CUMPRA-SE.

ADV: LUCIENE HELENA DA SILVA DIAS (OAB 4697/AM), ADV: LUCIANA COIMBRA DA ROCHA (OAB 2962/AM), ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM), ADV: JAMES DE PAULA BRAZ (OAB 7134/AM) - Processo 0611244-56.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: G.M.W. - REQUERIDO: F.C.W. - 1. Não sendo o caso de nenhuma das providências preliminares previstas no artigo 347 do Novo Código de Processo Civil, DETERMINO o prosseguimento do feito, iniciando-se a fase de produção de provas. 2. DEFIRO a produção de prova oral, testemunhal, documental e pericial. 3. PAUTE-SE data para audiência de instrução e julgamento, sendo que o rol de testemunhas deverá ser depositado no prazo de 15 (quinze) dias na forma do art. 450 do NCPC, limitada ao número de três. 4. INTIMEM-SE as partes, por seus patronos de que a intimação das testemunhas deverá ocorrer na forma prevista no art. 455, § 1º da Nova Lei de Ritos. 5. À secretaria para as devidas intimações, observando que o autor tem prioridade devido a sua idade avançada, inclusive para as oitivas pessoais, sob pena de confesso (idem, art. 385, § 1º). 6. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, na forma do art. 183, § 1º do NCPC, se for o caso de intervenção obrigatória. Intimem-se e CUMPRA-SE.

ADV: LARISSA MONTENEGRO DE MEDEIROS (OAB 12196/AM) - Processo 0613289-33.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Família - REQUERENTE: M.L.F. - Vistos, Tratam os presentes autos sobre uma Ação de Petição Cível, proposta por M. L. F., em face de P. R. dos S., ambos devidamente identificados e qualificados na inicial. Compulsando o caderno processual, verifico que, às fls. 30, foi determinada a intimação dos autores para que se manifestassem acerca do seu interesse no feito, diligência que foi realizada e resultou na certidão de fls. 35. Outrossim, este juízo já havia determinado que se intimasse a parte Requerente, via advogado (fls. 31), para prosseguimento na lide, aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. , conforme fls. 36. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Pois bem, analisando os autos, denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, transcrevo ementa do julgado da Apelação Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - AC 10188100088627001 MG. Data de publicação: 10/10/2014: Ementa: APELAÇÃO CÍVEL - EXTINÇÃO DO PROCESSO - ABANDONO DE CAUSA. Extingue-se a ação quando a parte, por não promover os atos e diligências que lhe competir, abandonar a causa por mais de trinta dias e não suprir a falta em quarenta e oito horas, embora intimada para tanto. Ante o exposto, fundamentado no artigo 485, III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito. Sem custas, haja vista o que prevê a Lei 1.060/50. P.R.I.Cumpra-se. Ciência ao Ministério Público. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se.

ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM) - Processo 0613682-55.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: R.L.A.B. - 1. Trata-se de apreciar requerimento que noticia erro material no termo de audiência às fls. 70-72, no que tange ao nome do requerido. O erro material apontado pela parte é evidente, perceptível à primeira vista e sem necessidade de maior exame, de modo que é de rigor a pronta correção. Pelo exposto, na forma do que dispõe o art. 494, I do Novo Código de Processo Civil, CORRIJO o erro material contido no termo de audiência para que nele passe a constar, ONDE SE LÊ: "Requerido: Sr. Sebastião Pereira De Brito Filho. "; LEIA-SE: "Requerido: Saul Araujo Brito " , mantidos os demais termos. 2. Que seja expedido ofício nos moldes do anterior, colacionado às fls. 79, retificando o nome do requerido. 3. Que atenda o requerimento retro, às fls. 74, que informe ao juízo da 4º vara de família sobre o presente acordo realizado pelas partes. CUMPRA-SE.

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM) - Processo 0613726-40.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.G.X. e outro - Certifico para os devidos fins que, de ordem do MM Juiz de Direito Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, a audiência pautada para o dia 04/09/2019 foi cancelada, em razão da não expedição de mandado para a Central de Mandados por erro no Sistema. Desta forma, fica a audiência REDESIGNADA PARA O DIA 30/09/2019 às 10:30h - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC -FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260/cejusc.família@tjam.jus.Br, entramos em contato telefônico com a parte Requerente, Sra. Dilce pelo tel/cel informado na certidão retro, a qual ficou ciente na nova data e comprometeu-se em comparecer acompanhada de seu patrono. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas "Ministério Público - Intimação/Audiência" e "CEJUSC - Publicação- Audiência" para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara de origem. Sendo expedido neste ato o mandado de citação devido.

ADV: FRANCISCA MARLENE FEITOSA DA SILVEIRA (OAB 1495/AM) - Processo 0614282-42.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição - REQUERENTE: Terezinha Oliveira Souza - REQUERIDO: Everaldo de Oliveira Souza - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Interrogatório para o processo em epígrafe, a ser realizada em 22/11/2019 às 09:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. ATT. PATRONO, FAVOR TRAZER AS PARTES PARA AUDIÊNCIA ACIMA DESIGNADA. FICA DESDE JÁ, CANCELADA AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA DIA 04/11/2019 ÀS 12:00 HORAS.

ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM) - Processo 0615141-58.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Dissolução - REQUERENTE: A.A.S. - Vistos, Tratam os autos acerca de uma Separação Litigiosa, que foi intentada por A. A. da S., em face de G. N. C., na qual ambos os polos foram identificados e qualificados desde o princípio. Ocorreu que, após as certas deliberações judiciais exaradas no feito, a parte autora achou por bem em ingressar com a petição de fls. 45. É O RELATÓRIO. SEGUE DECISÃO. Pois bem, a partir da narrativa supra e do mais que consta dos autos, observa-se que a parte demandante, por ocasião da juntada da mencionada peça de fls. 45 e antes de qualquer outra providência no que tange ao polo passivo, requer a desistência do feito. Isto posto, fundamentado no artigo 485, inciso VIII, do Novo Estatuto Processual Civil, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO e JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito. Sem custas, por força do artigo 98, caput, §§ 2º e 3º do Novo Código de Processo Civil. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, PROVIDENCIE-SE a baixa e o posterior arquivamento do processo.

ADV: VALDISON PINTO DE ARAÚJO (OAB 11108/AM) - Processo 0615799-24.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - REQUERENTE: M.M.N.B.B. - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485,

§ 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: TALITA DUARTE LIMA DALL'ÓGLIO (OAB 9588/AM) - Processo 0616251-63.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Fixação - REQUERENTE: J.M.A.B. - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MARCO ROBERTO PEREIRA DA SILVA (OAB 10172/AM) - Processo 0616262-92.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERIDA: L.P.G. - Vistos, Trata-se de uma AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA, onde as pessoas envolvidas, quais sejam o autor, R. F. A., e a requerida Sra. L. P. G., encontram-se regularmente identificados e qualificados desde o princípio. Ocorreu que, acompanhando a vestibular, o requerente carreou os documentos de fls. 15/64; enquanto que a demandada, por sua vez, apresentou a defesa de fls. 82/96, a qual resultou na Réplica de fls. 99 e seguintes. Ao longo da regular tramitação da lide e nas várias tentativas de conciliação, observamos que todas elas resultaram infrutíferas, terminando com a Audiência de Instrução retro. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Pois bem, inclusive pelo fato de que restou evidenciado, a partir dos depoimentos pessoais dos próprios litigantes, às fls. 276/278, que o objeto da presente ação, qual seja a possível exoneração de alimentos ao encargo do autor R. F. A. e em prol da suplicada L. P. G. (uma senhora que foi casada com o dito autor e que vive com os dois filhos em comum que ainda são menores de idade) está sendo discutida na lide de número 0618590-34.2013.8.04.0001; ou melhor, PORQUANTO OS ALIMENTOS "INTUITO PERSONAE" MENCIONADOS NESSA MESMA AÇÃO DE PARTILHA DE BENS POSTERIOR AO DIVÓRCIO C/C ALIMENTOS ESTÃO SENDO APRECIADOS E SERÃO OBJETO DE FUTURA SENTENÇA DE MÉRITO NESTE MESMO FEITO E, como traduz o seu nome e configurando o ponto primordial da presente decisão, RESSALTO QUE TAL PENSÃO É DESTINADA DE FORMA EXCLUSIVA À FAMÍLIA COMPOSTA POR 2 MENORES, uma menina de 11 (onze) anos e um adolescente de 15 (quinze) anos de idade, E QUE É CHEFIADA, não por coincidência e sim por circunstâncias da vida; PELA GUARDIÃ E ORA REQUERIDA, dona L. P. G. Isto posto, nos termos do que prevê o artigo 485, inciso VI e § 5º da vigente Lei de Ritos c/c as demais normas da matéria; CERTIFIQUE-SE acerca das últimas diligências que foram efetivadas na citada Ação de Partilha de Bens Posterior ao Divórcio c/c Alimentos "Intuito Familiae", OS QUAIS MANTENHO INTACTOS ATÉ O SEU FINAL JULGAMENTO; EXONERO O AUTOR DA OBRIGAÇÃO (ESPECÍFICA) DE PRESTAR ALIMENTOS À SUA EX-MULHER, o que faço inclusive porque tal dever a rigor não existe; E, por último, JULGO - EXTINTO - O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei 1.060/50. P. R. I. Cumpra-se. Oportunamente, PROCEDA-SE a sua efetiva BAIXA e o posterior ARQUIVAMENTO do feito, com as providências de estilo.

ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 3328/RO), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM) - Processo 0616747-24.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: Ezequiel Mafra Farias - Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE.

ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM) - Processo 0616943-91.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.P.S.J. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: GISELE RABELO GARCIA (OAB 6833/AM) - Processo 0617659-89.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: N.V.M. - REQUERIDA: M.C.P.M. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 07/11/2019 às 14:30h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM) - Processo 0618038-59.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Clarice Silva da Silva - Em atenção ao requerimento retro, suspendo o curso do processo pelo prazo de 60 (sessenta) dias, ciente a parte de que deverá se manifestar tão logo decorra o prazo de suspensão, independentemente de nova intimação, pena de extinção. Na hipótese de decorrer o prazo sem manifestação, intime-se parte autora pessoalmente para dar regular andamento ao processo, em 5 dias, praticando os atos que lhe competir, sob pena de extinção sem resolução de mérito, conforme dispõe o art. 485, inc. III, do CPC. Int. CUMPRA-SE

ADV: CRISTIANE YAMADA DA SILVA (OAB 3955/AM) - Processo 0618851-28.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: A.L.S. - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 198), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0619960-43.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.S.A.F. - PROCEDA-SE com a absoluta presteza na forma pugnada pelo Ministério Público na promoção retro.

ADV: KAMYLLA YANNE SANTOS (OAB 14114/AM) - Processo 0620337-09.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: E.M.B.G. - J.W.P.G. - INTIME-SE o patrono dos acordantes para comprovar o recolhimento da 3ª parcela das custas processuais. Int. CUMPRA-SE.

ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM) - Processo 0620352-75.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: M.H.P.S. - M.L.P.S. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM), ADV: YURY CROIFF SANTOS THURY (OAB 8079/AM) - Processo 0620753-16.2015.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.B.S. - REQUERIDA: A.E.C. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 15/04/2020 às 10:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM) - Processo 0620786-35.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: F.L.D. - REQUERIDO: Diego de Araújo Campos - INTIME-SE a parte autora para manifestação pertinente no prazo de 5 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: THELMA SAIDT ROBUSTELLI (OAB 5021/AM) - Processo 0621055-06.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.V.S. - ASSISTIDA: M.S.L.M. - S.L.M. - Diante da certidão retro, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CRISTIANA DA COSTA RODRIGUES (OAB 607/AM), ADV: JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM) - Processo 0621072-42.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.A.A.B. - REQUERIDA: M.C.B. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 24/09/2019 às 11:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: ARIOMAR NASÇON DE OLIVEIRA ALENCAR (OAB 2990/AM), ADV: ADALBERTO BARRETO ANTONY (OAB 2093/AM), ADV: TATIANA FREITAS DE MATTOS (OAB 11359/AM), ADV: ADRIANA FREITAS DE MATTOS (OAB 11236/AM) - Processo 0621928-74.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: E.R.L. - ALIMENTAND: R.L.B. - REQUERIDO: G.B.B. - Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I do Estatuto Processual Civil c/c os artigos 1.695 e 1.696, ambos do Código Civil Brasileiro, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, para o fim de condenar o réu ao pagamento de pensão alimentícia, no quantum correspondente a 15% (quinze por cento) dos seus rendimentos líquidos, nos quais devem ser incluídas as férias, o terço constitucional, também o 13º salário, por ter natureza remuneratória; deduzindo-se da base de cálculo apenas as parcelas descontadas compulsoriamente, a exemplo da contribuição previdenciária e do imposto de renda. Outrossim, RATIFICO A DELIBERAÇÃO JUDICIAL DE FLS. 84, para o fim de DECRETAR A GUARDA COMPARTILHADA DO AUTOR (R. K. B), EM FAVOR DE SEUS GENITORES (E. R. L. e G. B. B.), com o domicílio de referência o lar materno; e, assim, fica estabelecido o regime de visita/convivência paterno-filial livre, respeitadas as atividades regulares do adolescente e a comunicação prévia; ficando, assim, resolvido o mérito. P.R.I.Cumpra-se, devendo a Secretaria providenciar ao Órgão empregador para fins de desconto em folha de pagamento. Sem custas e honorários, por força do que prevê a Lei 1.060/50. DÊ-SE ciência ao Ministério Público. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: JOSENILSON DA ROCHA LIMA (OAB 1757/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM) - Processo 0622437-68.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: G.A.B.C. - REQUERIDO: C.J.S.S. - ATENDA-SE o requerimento retro, ou seja, com a efetiva intimação pessoal do requerido para querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Oportunamente, voltem conclusos. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: ISABELA ESPERANÇA MACHADO (OAB 11024/AM), ADV: SANDRA RÉGIA DUDA CLEMENTE (OAB 9376/AM) - Processo 0623779-80.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.R.L.C. - REQUERIDO: K.C.S.L. - ASSISTIDO: L. - 1. Em razão da juntada de fls 75-78, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias. 2. Após, com ou sem manifestação, VOLTEM-ME conclusos. CUMPRA-SE.

ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM), ADV: JOSÉ MURILO GADELHA DE HOLLANDA (OAB 2640/AM) - Processo 0623854-56.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: Q.J.C.L.C. - ATENDA-SE o requerimento de fls. 50, ou seja, com a efetiva citação da parte requerida (B. L.), expedição de nova Carta Precatória. na forma e local ali indicados, para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia (CPC art. 344). Á secretaria para expedição de novo mandado de citação CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: ROSELOANE SOUZA DA COSTA (OAB 11287/AM) - Processo 0624177-27.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.G.C.M. - Diante da manifestação ministerial retro, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0624306-32.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Guarda com genitor ou responsável no exterior - REQUERENTE: R.S.L. - 1. ATENDA-SE o requerimento retro. 2. DESIGNE-SE data, mais breve possível, para audiência de justificação. 3. INTIMEM-SE as partes, seus patronos e o Ministério Público. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JÉSSICA COSTA SILVA (OAB 10724/AM), ADV: LUANA ANDRADE MELO (OAB 12282/AM), ADV: JOSAFÁ FERNANDES DE MELO (OAB 9525/AM) - Processo 0624428-45.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.A.L.P. - REQUERIDO: A.Y.C.S. - 1.Ao tempo em que me abstenho de deliberar acerca dos argumentos e pedidos das últimas manifestações dos litigantes, DECLARO que não há questões processuais pendentes. 2.Dessa maneira, FIXO COMO PONTOS CONTROVERTIDOS OS ALIMENTOS PROPRIAMENTE DITOS, que são decorrentes da mencionada paternidade (biológica e/ou sócio afetiva) do Sr. A. Y. C. DA S. Em relação à parte requerente, ou seja, ao menino B. L. C. DA S., menor impúbere representado por sua genitora, chamada K. A. L. P.. 3. Outrossim, sem prejuízo de eventual e superveniente acordo entre as partes, PAUTE-SE DATA PARA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, a ser efetivada o mais breve que for possível. Intimem-se e CUMPRA-SE.

ADV: BRUNO MORAES MONTEIRO (OAB 12037/AM), ADV: THALITA OLIVEIRA DA SILVA (OAB 10054/AM), ADV: LUÍS ALBERTO CORRÊA (OAB 5117/AM), ADV: MARIA GLADES RODRIGUES GUEDES (OAB 9823/AM) - Processo 0624959-73.2015.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: FABIO GONÇALVES MARQUES e outro - REQUERIDA: ANDREZA CARVALHO FERREIRA DA SILVA - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM) - Processo 0625191-46.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.L.M. - Renovem-se as diligências no endereço informado na petição de fls. 53/56, ciente a parte autora de que a realização de citação com hora certa deve ser decidida pelo Sr. Oficial de Justiça, com base em elementos concretos que lhe firmem convicção de que a parte requerida está se ocultando para não ser citada pessoalmente, nos exatos termos do que dispõe o art. 252, do CPC. 2. Nestes termos, expeça-se o mandado, cientificando o Sr. Oficial de Justiça do teor deste despacho e das alegações da parte autora. Int. CUMPRA-SE.

ADV: SIDNEY OHANA TUFY (OAB 13254/AM) - Processo 0625591-60.2019.8.04.0001 - Interdição - Liminar - REQUERENTE: M.O.M. - REQUERIDA: S.O.M. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Interrogatório para o processo em epígrafe, a ser realizada em 22/11/2019 às 11:30h. Ficam desde já os

patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. ATT. PATRONO, FAVOR TRAZER AS PARTES PARA AUDIÊNCIA ACIMA DESIGNADA.

ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0625655-41.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.R.R. - ATENDA-SE o requerimento retro, ou seja, com a efetiva intimação do requerido pessoalmente para informar se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (NCPC, 485, III); Oportunamente, voltem conclusos. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0625759-38.2014.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: J.M.S.L. - Tendo em vista que o presente processo encontra-se sentenciado às fls. 62/63, PROVIDENCIE-SE a baixa e o posterior arquivamento. Sem custas. DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE, com as cautelas de praxe.

ADV: EUSENEIDE ALVES DE SOUSA (OAB 12853/AM), ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0625915-50.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: Y.K.G.V. - REQUERIDA: A.C.B.C. - ATENDA-SE a manifestação ministerial, com a efetiva intimação da parte requerida, no caso A. C. B. DA C., menor representada por sua genitora M. F. C. M., para os esclarecimentos que entender pertinentes. Int. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM) - Processo 0626147-62.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: A.V.M.L. - Diante da petição de fls. 29, INTIME-SE a parte Requerente, pessoalmente, para constituir novo advogado(a), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo. CUMPRA-SE.

ADV: LEIDA MARA ARAÚJO DE LIMA FALCÃO (OAB 12463/AM) - Processo 0626421-60.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Exoneração - REQUERENTE: S.G.F. - Vistos, Versam os presentes autos sobre uma AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS, que foi proposta pelo Sr. S. G. F., em face de sua filha (R. B. F.) e sua ex-esposa, a Sra. I. L. B., onde todos estão devidamente identificadas e qualificadas desde o início. Acompanhado a inicial, vieram os documentos de fls. 07/17, entre eles o documento de identidade de fls. 13, comprovando a maioridade de sua filha, uma mulher de 31 anos de idade, que já possui família constituída; o mandado de averbação de divórcio de fls. 12, bem como o ofício ao empregador de fls. 08, atestando que há mais de 15 (quinze) anos que o requerente vem cumprindo com o encargo alimentar à sua ex-esposa. Sendo que, afora o aduzido acima, consta as alegações de que o Requerente constituiu nova família, composta de sua atual mulher e dois filhos menores, tudo segundo os elementos de prova juntados aos autos de fls. 14/17. Pois bem, observo que as Requeridas foram regularmente citadas, conforme certidão de fls. 40/41, sendo advertidas dos efeitos da revelia (Mandado de fls. 37/38), mas, mesmo assim, não contestaram as alegações do Requerente, de acordo com certidão da Sra. Diretora de Secretaria às fls. 45. Finalmente, por não envolver menor e/ou incapaz evidenciou-se desnecessária a abertura de vista ao Ministério Público. É O RELATÓRIO. DECIDO. Diante do quadro narrado nos primeiros parágrafos desta decisão, conhecendo diretamente do pedido com base no inciso II, do artigo 355 do Novo Código de Processo Civil, constata-se que a situação é de fato de exoneração de alimentos, tendo em vista que, embora tenham sido citadas, não ofereceram defesa quanto ao pleito da inicial, momento em que teriam a oportunidade de alegar e provar as circunstâncias que poderiam preservar seu eventual direito. Ademais, afora as louváveis atitudes do Sr. S. G. F. em fornecer à sua prole e a sua ex-esposa, por longos anos ininterruptos, insumos alimentares; devo dizer que É INCABÍVEL A CONDENAÇÃO DE QUALQUER PESSOA PARA O PAGAMENTO ETERNO/VITALÍCIO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA, sem esquecer que devemos sempre atentar para o trinômio necessidade/possibilidade/razoabilidade. Ante o exposto, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil c/c outras normas da matéria, ACOLHO A PRETENSÃO AUTORAL; DECLARO O SR. S. G. F. imediatamente EXONERADO DESSA ANTIGA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS À SUA FILHA (R. B. F.) E A SUA EX-MULHER (I. L. B.); E, por último, JULGO EXTINTO O FEITO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. DILIGENCIE-SE para a imediata cessação dos descontos em folha de pagamento, que vinham sendo realizados, a título de pensão alimentícia. Sem custas e honorários, por força da Lei n° 1.060/50. P.R.I. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e cautelas de estilo.

ADV: REINALDO DE LEMOS FREITAS (OAB 13396/AM) - Processo 0626504-42.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.A.M. - Certifico para os devidos fins que, de ordem do MM Juiz de Direito Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, a audiência pautada para o dia 04/09/2019 foi cancelada, em razão da não expedição de mandado para a Central de Mandados por erro no Sistema. Desta forma, fica a audiência REDESIGNADA PARA O DIA 30/09/2019 às 10:30h - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC -FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260/cejusc.família@tjam.Jus.br, entramos em contato telefônico com a parte Requerente, Sra. Kelly pelo tel/cel informado na certidão retro, a qual ficou ciente na nova data e comprometeu-se em comparecer acompanhada de seu patrono. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas “Ministério Público Intimação/Audiência” e “CEJUSC Publicação- Audiência” para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara de origem. Sendo expedido neste ato o mandado de citação devido

ADV: CARLOS EDUARDO RODRIGUES DA CUNHA (OAB 12251/AM), ADV: AUGUSTO CÉZAR NUNES BASTOS (OAB 10743/AM) - Processo 0626509-64.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: J.M.C. - ASSISTIDO: M.M.G.M. - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 18), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MIHAEL CARMINDO DE Q. PILLAR (OAB 12328/AM), ADV: MÁRCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA SILVA (OAB 5562/AM), ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM), ADV: DIEGO HUMBELINO DUARTE (OAB 9071/AM) - Processo 0626815-67.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.V. - REQUERIDO: M.A.O.S. - 1. ATENDA-SE o requerimento de fls. 116/118. 2. Desde logo, REITERO O DESPACHO DE FLS. 102, devendo a Sra. Diretora de Secretaria PAUTAR nova audiência de tentativa de conciliação entre os litigantes, cientes as partes de que não obtida a autocomposição o processo retomará o procedimento previsto em lei. 3. Diligencie-se, INTIMEM-SE e CUMPRA-SE, obedecidas as regras legais e com a presteza que o caso concreto reclama.

ADV: VERONICA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 11335/AM) - Processo 0627146-15.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0254996-95.2008.8.04.0001) - Interdição - Interdição - REQUERENTE: Maria Carmen de Oliveira Leão - 1.CERTIFIQUE-SE acerca do pedido do item “2” supra, ou seja, quando a documentação da curadora provisória. 2. Após o cumprimento da referida diligência, ATENDA-SE os demais requerimentos do Ministério Público. 3. Tudo providenciado, venham outra vez conclusos para deliberação necessária. Int. CUMPRA-SE com a urgência e presteza devidas.

ADV: JULLIANA BARROS SOUZA (OAB 11843/AM), ADV: FRANCISCO EDBERTO DOS SANTOS (OAB 12232/AM), ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM), ADV: RAQUEL

ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0627171-62.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.M.H. - REQUERIDA: T.M.B. - 1. Em razão da juntada de fls. 54/60, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias. 2. Após, com ou sem manifestação, INTIME-SE o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. À Secretaria para as providências necessárias. CUMPRA-SE.

ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0627549-81.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.F.A.S. - Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM) - Processo 0627661-50.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.R.C.M.M. - Certifico para os devidos fins que, de ordem do MM Juiz de Direito Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, a audiência pautada para o dia 04/09/2019 foi cancelada, em razão da não expedição de mandado para a Central de Mandados por erro no Sistema. Desta forma, fica a audiência REDESIGNADA PARA O DIA 30/09/2019 às 10:30h - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC -FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260/ cejusc.família@tjam.jus.Br, entramos em contato telefônico com a parte Requerente, Sra. Priscila pelo tel/cel informado na certidão retro, a qual ficou ciente na nova data e comprometeu-se em comparecer acompanhada de seu patrono. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas "Ministério Público - Intimação/ Audiência" e "CEJUSC - Publicação- Audiência" para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara de origem. Sendo expedido neste ato o mandado de citação devido.

ADV: SHEILA MARA MARTINS ARAUJO (OAB 11995/ AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/ AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/ AM), ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM) - Processo 0628718-45.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.A.T.D. - A.T.D. - REQUERIDO: A.A.D. - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: FILIPE REIS FAIA (OAB 14524/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM) - Processo 0628914-10.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Dorian Sousa da Silva - REQUERIDA: Viviane Lima de Souza Areosa Ferreira - 1.Analisando novamente o presente feito e, por conseguinte, o pedido de fls. 75, bem como por tudo que mais consta nos autos, nos termos dos artigos 294 e 300 do Código de Processo Civil, DEFIRO a pretendida renovação do termo de curatela provisória, nomeando a Sra. V. L. de S. A. F., como curadora provisória de D. S. da S. 2.Providencie-se o termo de curatela provisória, com prazo de validade por mais 06 (seis) meses e limitado às práticas de atos negociais e patrimoniais, não alcançando direitos como: a vida, a saúde, a sexualidade, o matrimônio, a privacidade e o voto; devendo constar, ainda, a observação de que a alienação de bens ou cessão de direitos do curatelando, deve preceder de expressa autorização judicial. 3.Outrossim, CONCEDO prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para apresentação do laudo médico atualizado e documentos de prestação de contas. 4. Cite-se e intime-se. 5. Intimem-se, também, a parte requerente, seu patrono, (via DJE) e o Ministério Público, via portal e-SAJ.

ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/ AM) - Processo 0628992-67.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.L.S. - Vistos, Tratam os presentes autos sobre um Ação de Separação Litigiosa, proposto por J. L. da S., em face de J. P. dos S., conforme narrado da peça vestibular. Sendo que acompanhando a peça referida, foram juntados os documentos de fls. 09/14. Por este juízo despachou determinando a emenda (fls. 21), posto que a inicial não atendeu os requisitos previstos no art. 2º da Lei de Alimentos. É O RELATÓRIO. CONCLUSOS. DECIDO. Com efeito, em razão de que a demandante não observou as exigências do artigo 2º da Lei nº 5.478/68, especialmente no que tange ao "quantum" necessário para atender as necessidades do alimentando, bem como sobre a profissão e eventual local de trabalho do réu. Ora, como bem assevera Misael Montenegro filho (2016), "a ação de alimentos é fundada no binômio necessidade de quem pede versus possibilidade de quem deve. Assim o autor deve relacionar e comprovar as suas despesas mensais (para demonstrar a necessidade) e fazer prova dos ganhos mensais do réu (para demonstrar a possibilidade)", o que, deveras, não ocorreu. Veja-se que a parte autora não atendeu as deliberações judiciais (fls. 21), que determinavam a emenda à inicial e, ainda, cientificou o(a) Sr. J. L. da S., por sua patrono (fls. 22, da sanção que lhe seria cominada, com base no que dispõe o artigo 321, parágrafo único e art. 330, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, prescindindo o caso concreto de maiores argumentações. A propósito, transcrevo doutrina ímpar de Nelson Nery Júnior, bem como julgado oriundo de umas das Câmaras Cíveis do E. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, senão vejamos: "Indeferimento da petição inicial. Havendo o juiz dado oportunidade ao autor para emendar a inicial e, depois disso, ainda persistir o vício, deverá indeferir a exordial, sem determinar a citação do réu". (NERY JUNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado e legislação extravagante. 7.ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2003. p. 673). (Grifei e sublinhei). "Possível é a extinção do processo sem julgamento de mérito por indeferimento da inicial, nas hipóteses em que o autor não cumpre a determinação de emenda da exordial, nos termos do art. 284, do CPC" (Apelação Cível 1.0338.05.037963-9/001, 10ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Des. DÍDIMO INOCÊNCIO DE PAULA, j. 21.6.2006). (Idem). Isto posto, mesmo porque não sanado o vício da inicial, configurando obstáculo intransponível ao processamento da demanda, nos termos dos artigos 321, parágrafo único e 330, I, todos do Código de Processo Civil e, também, na forma do artigo 490, do citado Diploma Legal, INDEFIRO a inicial e JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito (CPC, artigo 485, I). Sem custas, por força da Lei 1.060/50. P.R.I. Cumpra-se. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0629070-61.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Cumprimento Provisório de Sentença - EXEQUENTE: A.V.S. - 1. RENOVEM-SE com urgência, as diligências junto ao juízo deprecado, por qualquer meio eletrônico (telefone, e-mail, malote digital), solicitando informações sobre eventual, cumprimento da carta precatória de fls. 16. CUMPRA-SE.

ADV: LAIS MOTA DE SOUZA COSTA (OAB 8503/AM), ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM) - Processo 0629119-39.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: V.H.R.S. - ASSISTIDA: C.S.M. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 05/11/2019 às 14:00h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam

desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: CARLOS CÉSAR MOREIRA DE SOUZA (OAB 8610/AM) - Processo 0629773-94.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: P.L.C. - REQUERIDO: F.E.S. - CERTIDÃO REGISTRO DE SENTENÇA Processo n.°0629773-94.2016.8.04.0001 Classe: Procedimento Comum Cível/PROC : PAOLA LEITÃO DA COSTA : FRANCISCO EDVALDO DO SANTO Certifico para os devidos fins, de Registro que foi prolatada a sentença às fls. 64/65, pelo Magistrado Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, juiz da 6ª Vara de Família, onde o Magistrado homologou a autocomposição com relação a existência da união estável e seus efeitos (fls. 52-54). POSTO ISSO, cumpridas as exigências do art. 732, c/c art. 731, do Código de Processo Civil, na forma do art. 487, inc. III, "b", do mesmo código, homologo a autocomposição formalizada no termo de fls. 53 relativa a extinção consensual da união estável, guarda, direito de convivência e alimentos. Da sentença do primeiro grau, foi impetrado Recurso de Apelação por parte da Requerente às fls. 85-88, tendo o Requerido contrarrazoado às fls. 97/98. No acórdão proferido no 2º grau, a sentença de primeiro grau foi conhecida e parcialmente provida no sentido de: Diante disso conheço do presente recurso para dar-lhe parcial provimento, condenando o apelado ao ressarcimento apenas das despesas referentes a construção da casa localizada na rua Vick, número 113, bairro João Paulo II, Manaus/Am, no valor de R$: 3.000,00 Quanto ao veículo automotor e ao imóvel localizado no município de Itacoatira, devido à ausência de provas que atestem que ambos foram adquiridos na constância da união e mediante o esforço comum dos cônjuges, não há que se falar em ressarcimento. É o que me cumpre certificar. Manaus, 02 de setembro 2019

ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM) - Processo 0630279-02.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: R.L.V. - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 58), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ALBERTO PEDRINI JÚNIOR (OAB 2313/AM) - Processo 0630492-71.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: W.G.M. - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. INDEFIRO a tutela de urgência incidental antecipada, a despeito de o poder familiar se extinguir com a maioridade (CC, 1.635, III) e, com isso, cessar o dever de sustento (CF, 229, c/c CC, 1.634, I), uma vez que persiste o vínculo parental que pode ensejar os alimentos a que alude o art. 1.694, do CC. Assim, não se afigura possível a exoneração liminar da obrigação alimentar tão somente com o advento da maioridade do(a) alimentado(a), eis que pode persistir a situação de necessidade dele (ausente a probabilidade do direito CPC, 300). 2. Nesse sentido, inclusive, tem sido o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça: Agravo Regimental no Recurso Especial. Ação revisional de alimentos. Decisão extra petita. Ocorrência. Exoneração. Alimentos. Impossibilidade. 1. A orientação do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a decisão deve guardar congruência com o pedido consignado na exordial, sob pena de ocorrer julgamento extra petita, nos termos dos arts. 128 e 460 do CPC. 2. É vedada a exoneração automática do alimentante sem possibilitar ao alimentado, que atinge a maioridade, a oportunidade para se manifestar e comprovar, se for o caso, a impossibilidade de prover a própria subsistência. Precedentes. 3. Agravo regimental não provido. (STJ. AgRg no REsp. 1373965/MS 3ª T. Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva j. em 08.03.2016 DJe 15.03.2016). 3. AÇÃO DE ALIMENTOS - ALCANCE DA MAIORIDADE PELO ALIMENTANDO - INEXISTÊNCIA DE SITUAÇÃO QUE AUTORIZE A MANUTENÇÃO DA VERBA - EXONERAÇÃO DEVIDA - RECURSO PREJUDICADO Alcançada a maioridade, presume-se rompida a linha hipotética de dependência material traçada pelo legislador, de modo que os filhos só poderão exigir alimentos de seus pais com base na relação de parentesco, e desde que comprovem a necessidade, nos termos dos arts. 1694 e 1695 do novo Código Civil. (TJ/SC. Ap. Cív. n. 2003.002703-3. Relator: Des. Orli Rodrigues, publicada no DJ de 27/11/2003). 3. Sem dizer, que o requerente não produziu prova alguma de que a parte requerida está trabalhando e tem condições de prover o próprio sustento. 4. Em exame dos autos, observo que a obrigação alimentar foi deferida em favor do filho do autor, sendo que este já atingiu a maioridade, conforme certidão de fls. 07. Contudo, quanto à natureza da causa, tenho por temerária a concessão da tutela antecipada requerida, sem ouvir o requerido, pelo risco de causar-lhe dano irreparável ou de difícil reparação, inclusive pelas circunstâncias de que o(a) mesmo(a) conta com pouco mais de 18 anos de idade, ou seja, fase bastante plausível de que ele ainda esteja cursando o ensino superior. 5. Assim, DESIGNE-SE data para audiência de conciliação e julgamento. 6. CITE-SE a parte requerida e INTIME-SE parte autora a fim de que compareçam na audiência designada, acompanhados de seus procuradores e de suas testemunhas, importando a ausência da parte requerida em confissão e revelia, e a da parte autora em arquivamento do pedido (Lei 5.478/68, art. 7º). 7. Conste do mandado de citação que se não for feito acordo, a defesa deverá ser oferecida na própria audiência, seguindo-se a instrução, tudo na forma do disposto nos arts. 9º e 10 da Lei de Alimentos (Lei 5.478/68). 8. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais.

ADV: KEROLAYNE ROSAS LIMA DE QUEIROZ (OAB 14104/AM), ADV: EDVAN ARAÚJO DE SOUZA (OAB 14411/AM) - Processo 0631006-24.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.S.O. - REQUERIDO: R.B.O. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 07/11/2019 às 14:00h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. CITAR/INTIMAR REQUERIDO.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM), ADV: ANDERSON EVANGELISTA DA SILVA COSTA (OAB 13142/AM), ADV: EDIVÂNIA SOBRINHO LEOCÁDIO DE SOUZA (OAB 13695/AM) - Processo 0631828-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Francisco das Chagas Crisóstomo da Silva - REQUERIDO: Aurea Rodrigues de Souza - 1- Antes de qualquer deliberação sobre o assunto, DEFIRO os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos do art. 98, §1º do CPC. 2- Outrossim, REITERO o depacho de fls. 38, para o fim de INTIMAR o representante do Ministério Público, na forma do artigo 178, II do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: MAIARA CRISTINA MORAL DA SILVA (OAB 7738/AM) - Processo 0633255-45.2019.8.04.0001 - Conversão de Separação Judicial em Divórcio - Dissolução - REQUERENTE: I.M.B.P. - Diante da juntada de fls.17 , INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ANGELICA FEITOZA DO VALLE (OAB 9897/AM), ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM), ADV: STEFANIA DE SOUZA FARIAS (OAB 6176/AM), ADV: ANDRÉ FERNANDES (OAB 3957/AM) - Processo 0633414-56.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: V.R.M. - REQUERIDO: Thiago Lopes Moraes - Vistos, Trata-se de uma AÇÃO DE DIVORCIO LITIGIOSO COM PARTILHA DE BENS, que foi formulada por V. R. M., em face de T. L. M., ambos devidamente identificados e qualificados na vestibular. Aconteceu que, durante a presente audiência de instrução e julgamento e após algumas indagações do juízo, as partes formularam o acordo supracitado no que pertine ao divórcio propriamente dito, ficando as demais

questões para outra ocasião. O Ministério Público emitiu parecer na própria audiência, opinando pela homologação do acordo. É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, assinalo que as partes, mediante concessões mútuas, lograram resolver os conflitos que ensejaram a propositura da ação, que os dois têm legitimidade para o pedido conjunto de homologação judicial da conciliação devidamente formalizada e, ainda, que assiste inteira razão ao Ministério Público, em sua explanação acima consignada, especialmente porque restaram mesmo preservados os interesses dos dois lados, afora que as controvérsias sobre a guarda e alimentos dos dois filhos ainda menores, está sendo objeto de discussão em outros autos. Com efeito, "havendo transação, a atividade do juiz estará cingida à esfera mínima da verificação da existência dos requisitos formais ficando, após essa etapa, vinculado", uma vez que, conforme ensinamento de Humberto Theodoro Júnior, "transação é o negócio jurídico bilateral realizado entre as partes para prevenir ou terminar litígio mediante concessões mútuas (Código Civil 2002, art. 840), ou seja, estamos falando sobre o reconhecimento do pedido, numa forma de autocomposição da lide, que dispensa o pronunciamento judicial sobre o mérito da causa. Em face do exposto, nos termos do parágrafo 6º do artigo 226 da Constituição Federal, decorrente da Emenda Constitucional nº 66/2010, porquanto o mesmo preenche todos os requisitos legais da espécie e, também, do artigo 487, III, "b", do Código de Processo Civil, DECRETO O DIVÓRCIO DAS PARTES, SENDO QUE A REQUERENTE VOLTARÁ A UTILIZAR SEU NOME DE SOLTEIRA, OU SEJA, V. DE S. R. e, por último, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, a TRANSAÇÃO REDUZIDA NESTE TERMO; ao tempo em JULGO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas, nos termos do que dispõe o artigo 98 do NCPC, ficando dispensado o prazo recursal. Sentença publicada em audiência, cientes os presentes, em audiência; DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE. Oportunamente, após expedição dos atos necessários, CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE, com as cautelas de praxe.

ADV: ANDRÉ FERNANDES (OAB 3957/AM), ADV: STEFANIA DE SOUZA FARIAS (OAB 6176/AM), ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM), ADV: ANGELICA FEITOZA DO VALLE (OAB 9897/AM) - Processo 0633414-56.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: V.R.M. - REQUERIDO: Thiago Lopes Moraes - sim

ADV: JOÍSA MACIEL GUERRA DE SOUZA (OAB 7774/AM), ADV: JAMYS DOUGLAS DE OLIVEIRA BERMEU (OAB 6572/AM) - Processo 0634525-41.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.G.G. - REQUERIDO: B.S.G. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 16/04/2020 às 11:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDO.

ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM), ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM), ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 695/AM) - Processo 0634681-29.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.G.S. - REQUERIDO: R.A.M. - CUMPRA-SE.

ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM), ADV: INGO DIETER PIETZSCH (OAB 6337/AM) - Processo 0634721-79.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - REQUERENTE: R.L.M.D. - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: VICTÓRIA CAROLINE FERREIRA BANDEIRA (OAB 14456/AM), ADV: JORGE FELIPE FERREIRA BANDEIRA (OAB 13354/AM) - Processo 0635029-13.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.L.F.F. - 1. Tendo em vista o teor da petição de fls. 155/158 e os documentos que lhe acompanham, em consonância com a manifestação ministerial de fls. 170/171, INDEFIRO, por ora, o pedido de liminar constante na inicial, porquanto necessário um maior esclarecimento dos fatos e a instrução da causa. 2. Oportunamente, ATENDA-SE a promoção retro, para o fim de INTIMAR a parte autora para informar o endereço atualizado do requerida, considerando o resultado negativo da diligencia de citação (fls. 154). 3. À Secretaria para averiguar o retorno da Carta Precatória (fls. 151). Caso negativo, PROVIDENCIE-SE nova carta, nos moldes da anterior. 4. Intimem-se as partes, seus patronos e o Ministério Público. 5. Diligencie-se e CUMPRA-SE, observadas as formalidades e as cautelas de praxe.

ADV: JOYCE VIVIANNE VELOSO DE LIMA (OAB 8679/AM), ADV: GLÁUCIA LÊNIA INHAUSER CUSTÓDIO (OAB A891AM) - Processo 0635332-61.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.M.C. - REQUERIDO: A.C.M.C. - Vistos, Versam os autos sobre uma AÇÃO DE ALIMENTOS GRAVÍDICOS COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA PARA ALIMENTOS PROVISÓRIOS, proposta por A. M. C., representada por sua genitora, a Sra. A. B. F. M., em face de A. C. M. C., na qual os dois lados estão devidamente identificados e qualificados desde o princípio. Acompanhando a inicial (fls. 01/06) e emenda (fls. 97/99), vieram os documentos de fls. 07/35, entre eles o exames de ultra-sonografia (fls. 24/25), "prints" de rede sociais e fotos que denotam uma relação intima de afeto. Às fls. 37, houve decisão deferindo alimentos gravídicos. Aconteceu que, após algumas providências determinadas por este juízo, as partes resolveram por fim ao litígio formulando o acordo de fls. 111/113, no qual ficou estabelecido que em acréscimo ao valor definido às fls. 37, o genitor será responsável ainda pelo pagamento de (a) plano de saúde; (b) plano odontológico; (c) todas as despesas relativa à escola (matrícula, mensalidades, uniformes e 50% do material escolar; e (d) 50% das despesas de contratação de uma babá; além disso, ficou estabelecida a guarda compartilhada entre os genitores, com lar de referência o materno; e o direito de visita/convivência do genitor. O Ministério Público emitiu o r. parecer retro, pela homologação do dito acordo. É o relatório. DECIDO. Pois bem, analisando o processo com a devida atenção, verifico que as partes, mediante concessões mútuas, lograram resolver o conflito que ensejou a propositura do mesmo, apresentando uma transação devidamente formalizada, para as consequentes anuência da Promotoria de Justiça e posterior homologação judicial. Ou seja, podemos reafirmar a regularidade de tal pretensão conjunta, uma vez que as partes têm legitimidade para o pedido, estão devidamente representadas por advogado/defensor e os direitos sobre os quais transigem lhes são disponíveis, no âmbito do dito acordo (destaque-se que não é porque se trata de direito indisponível que é vedado aos seus titulares regulamentar o seu exercício e/ou modo de cumprimento). Além disso, os termos do pacto em apreço, por sua vez, apresenta-se com regularidade formal, não cabendo ao juízo entrar no mérito das disposições. Com efeito, "havendo transação, a atividade do juiz estará cingida à esfera mínima da verificação da existência dos requisitos formais ficando, após essa etapa, vinculado". Finalmente, em consonância com o Dr. Curador de Família e como ponto principal desta sentença, ressalto que a referida conciliação preserva os interesses de todos os envolvidos, em especial a da menor A. M. C. Isto posto, nos termos do artigo 487, III, "b" do Código de Processo Civil e da legislação da matéria, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO DE FLS. 111/113, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos e JULGO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito, inclusive com expedição de ofício ao órgão empregador, se for o caso. Sem custas e honorários, por força do art. 98, caput ,do CPC c/c a Lei nº 1.060/60. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, EXPEÇA-SE o respectivo termo de guarda, seguindo-se da baixa e arquivamento dos autos.

ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM) - Processo 0635473-85.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: L.M.A.M.S. - Att. Dra. Maria Bianca Rocha Lins OAB/4006/AM, fvo e manifestar acerca do endereço do Requerido encontrado junto aos SIEL e INFOJU às fls. 154/155.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0635484-17.2015.8.04.0001 - Alimentos - Provisionais - Fixação - ALIMENTAND: M.B.L.S. - REQUERENTE: C.A.B.L. - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 129-130), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: LUCIO EMILIO DA CRUZ COLARES (OAB 14184/SC), ADV: ANDREZZA CALDAS VITAL (OAB 10723/AM) - Processo 0635551-74.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.S.N. - REQUERIDO: L.R.C.P. - Diante da petição de fls. 126/127 e do requerimento de fls. 132/135, ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM) - Processo 0636172-37.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Extinção - REQUERENTE: Tamara Aline Freitas dos Santos - ATENDA-SE o requerimento retro, ou seja, com a efetiva citação/intimação da requerida na forma e local ali indicados. Oportunamente, voltem conclusos. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: EDGARD DE SOUZA SANTOS (OAB 13878/AM) - Processo 0636385-43.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.N.L. - 3. PAUTE-SE data para realização da audiência de mediação e conciliação, prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil, a ser realizada no Centro de Mediação e Conciliação de Conflitos das Varas de Família - CEJUSC/Família. 4. CITE-SE a parte requerida unicamente para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público. 5. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do CPC. 6. Consigno que o Ministério se manifestou em razão de não estarem envolvidos interesses de pessoas menores e/ou incapazes. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR LIMA (OAB 6182/AM) - Processo 0636600-53.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: R.C.M. - REQUERIDO: A.F.C. - 1.Analisando a vestibular e, por conseguinte, o pleito liminar do pedido nº 2 de fls. 08, em consonância da posição adotada pelo representante ministerial, bem como em face da consistência das alegações e dos documentos que acompanham a mencionada peça do processo, nos termos dos artigos 294 e 300 do Código de Processo Civil, DEFIRO a pretendida liminar, nomeando a Sra. K. V de M. R. como curadora provisória de J. P de M. R. S. T. 2.Providencie-se o termo necessário de curatela provisória, com prazo de validade de 6 (seis) meses e limitado as práticas de atos negociais e patrimoniais, não alcançando direitos como: a vida, a saúde, a sexualidade, o matrimônio, a privacidade e o voto. 3.Outrossim, PAUTE-SE data para entrevista do interditando, nos termos do art. 751 da Lei Processual Civil.

ADV: SAMUEL CAVALCANTE DA SILVA (OAB 3260/AM) - Processo 0637107-77.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: Sebastião Lopes Milon - 1.Analisando a vestibular e, por conseguinte, o pleito liminar do pedido nº 1 de fls. 04, em consonância da posição adotada pelo representante ministerial, bem como em face da consistência das alegações e dos documentos que acompanham a mencionada peça do processo, nos termos dos artigos 294 e 300 do Código de Processo Civil, DEFIRO a pretendida liminar, nomeando o Sr. S. L. M. como curador provisório de M. de A. M. 2.PROVIDENCIE-SE o termo necessário de curatela provisória, com prazo de validade de 01 (um) ano e limitado as práticas de atos negociais e patrimoniais, não alcançando direitos como: a vida, a saúde, a sexualidade, o matrimônio, a privacidade e o voto. 3.PAUTE-SE data para entrevista do interditando, nos termos do art. 751 da Lei Processual Civil. 4. Outrossim, ATENDE-SE a promoção ministerial (fls. 35/36), para o fim de INTIMAR o Sr. Antonio Maria de Araújo Azevedo, no endereço constante às fls. 27, para ciência dos termos da presente demanda. 5. Cite-se e intime-se. 6. Intimem-se, também, a requerente, suas patronas e o Ministério Público.

ADV: ASSURBANIPAL DE FREITAS BRAGA (OAB 8883/AM) - Processo 0637146-74.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.N.C. - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. INDEFIRO a tutela de urgência incidental antecipada, a despeito de o poder familiar se extinguir com a maioridade (CC, 1.635, III) e, com isso, cessar o dever de sustento (CF, 229, c/c CC, 1.634, I), uma vez que persiste o vínculo parental que pode ensejar os alimentos a que alude o art. 1.694, do CC. Assim, não se afigura possível a exoneração liminar da obrigação alimentar tão somente com o advento da maioridade do(a) alimentado(a), eis que pode persistir a situação de necessidade dele (ausente a probabilidade do direito CPC, 300). 2. Nesse sentido, inclusive, tem sido o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça: Agravo Regimental no Recurso Especial. Ação revisional de alimentos. Decisão extra petita. Ocorrência. Exoneração. Alimentos. Impossibilidade. 1. A orientação do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a decisão deve guardar congruência com o pedido consignado na exordial, sob pena de ocorrer julgamento extra petita, nos termos dos arts. 128 e 460 do CPC. 2. É vedada a exoneração automática do alimentante sem possibilitar ao alimentado, que atinge a maioridade, a oportunidade para se manifestar e comprovar, se for o caso, a impossibilidade de prover a própria subsistência. Precedentes. 3. Agravo regimental não provido. (STJ. AgRg no REsp. 1373965/MS 3ª T. Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva j. em 08.03.2016 DJe 15.03.2016). 4. AÇÃO DE ALIMENTOS - ALCANCE DA MAIORIDADE PELO ALIMENTANDO - INEXISTÊNCIA DE SITUAÇÃO QUE AUTORIZE A MANUTENÇÃO DA VERBA - EXONERAÇÃO DEVIDA - RECURSO PREJUDICADO Alcançada a maioridade, presume-se rompida a linha hipotética de dependência material traçada pelo legislador, de modo que os filhos só poderão exigir alimentos de seus pais com base na relação de parentesco, e desde que comprovem a necessidade, nos termos dos arts. 1694 e 1695 do novo Código Civil. (TJ/SC. Ap. Cív. n. 2003.002703-3. Relator: Des. Orli Rodrigues, publicada no DJ de 27/11/2003). 3. Sem dizer, que o requerente não produziu prova alguma de que a parte requerida está trabalhando e tem condições de prover o próprio sustento. 4. Em exame dos autos, observo que a obrigação alimentar foi deferida em favor da filha do autor, sendo que este(a) já atingiu a maioridade, conforme certidão de fls. 16. Contudo, quanto à natureza da causa, tenho por temerária a concessão da tutela antecipada requerida, sem ouvir o requerido, pelo risco de causar-lhe dano irreparável ou de difícil reparação, inclusive pelas circunstâncias de que o(a) mesmo(a) conta com pouco mais de 24 anos de idade, ou seja, fase bastante plausível de que ela ainda esteja cursando o ensino superior. 5. Assim, DESIGNE-SE data para audiência de conciliação e julgamento. 6. CITE-SE a parte requerida e INTIME-SE parte autora a fim de que compareçam na audiência designada, acompanhados de seus procuradores e de suas testemunhas, importando a ausência da parte requerida em confissão e revelia, e a da parte autora em arquivamento do pedido (Lei 5.478/68, art. 7º). 7. Conste do mandado de citação que se não for feito acordo, a defesa deverá ser oferecida na própria audiência, seguindo-se a instrução, tudo na forma do disposto nos arts. 9º e 10 da Lei de Alimentos (Lei 5.478/68). 8. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais.

ADV: TALITA DUARTE LIMA DALL'ÓGLIO (OAB 9588/AM), ADV: EDUARDO BULCÃO DA SILVA COSTA (OAB 11835/AM) - Processo 0637219-17.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0210072-52.2015.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: M.D.P.A. - L.D.P.A. - T.D.P.M. - EXECUTADO: M.L.P.A. - Antes de remeter os autos conclusos, ATENTE-SE para o imediato cumprimento do despacho de fls. 139, devendo ser observado o endereço de fls. 58. Assim, DEVOLVO os autos à Secretaria para as providências necessárias, observando-se o disposto no art. 228, II, § 2º do NCPC. Int. CUMPRA-SE, sem tardança e com a máxima atenção.

ADV: NONATO VINÍCIUS DOS SANTOS FRANÇA (OAB 13703/AM), ADV: RAQUEL TAVARES NEVES (OAB 13315/AM), ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/

SP) - Processo 0637605-13.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.C.C.M. - 1. ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, em razão da juntada da contestação de fls. 53/71, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias. 2. Após, com ou sem manifestação, VOLTEM-ME conclusos. CUMPRA-SE.

ADV: HELDER FRANK TEIXEIRA E SILVA (OAB 12383/AM) - Processo 0638076-68.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: K.C.S.N. - Sobre a busca de endereço realizada (fls.85), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ROOSEVELT COSTA DINIZ (OAB 11032/AM) - Processo 0638160-64.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.S.L. - Vistos, Tratam os presentes autos sobre uma Ação de Divórcio Litigioso, proposta por R. da S. L., em face de L. N. X., ambos devidamente identificados e qualificados na inicial. Compulsando o caderno processual, verifico que, às fls. 31, foi determinada a intimação do autor para que se manifestassem acerca do seu interesse no feito, diligência que foi realizada e resultou na certidão de fls. 39/40. Outrossim, este juízo já havia determinado que se intimasse a parte Requerente, para prosseguimento na lide, aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo, conforme fls. 41. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Pois bem, analisando os autos, denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, transcrevo ementa do julgado da Apelação Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - AC 10188100088627001 MG. Data de publicação: 10/10/2014: Ementa: APELAÇÃO CÍVEL - EXTINÇÃO DO PROCESSO - ABANDONO DE CAUSA. Extingue-se a ação quando a parte, por não promover os atos e diligências que lhe competir, abandonar a causa por mais de trinta dias e não suprir a falta em quarenta e oito horas, embora intimada para tanto. Ante o exposto, fundamentado no artigo 485, III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito. Sem custas, haja vista o que prevê a Lei 1.060/50. P.R.I.Cumpra-se. Ciência ao Ministério Público. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se.

ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM), ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0638271-77.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Rauny dos Santos Pena Forte - 1. INDEFIRO o pedido de assistência judiciária gratuita, apesar da alegação de não se poder arcar com as despesas do processo sem prejuízo pessoal, tendo em vista a evidência de que a parte possui suporte econômico para fazer frente aos ônus do processo, não se caracterizando, portanto, a hipótese de pobreza nos termos estatuídos no art. 98, do CPC. 2. Atente-se que o(a) Sr. R. dos S. P. é Funcionário Público com cargo comissionado, com rendimentos líquidos superiores a R$ 8.515,46 (oito mil e quinhentos e quinze reais e quarenta e seis centavos). 3. Com efeito, não há que se confundir impossibilidade de pagamento das custas, a caracterizar a pobreza, com dificuldade para o enfrentamento desse encargo, sendo certo que apenas no primeiro caso o benefício deve ser deferido, como exceção que é ao direito do escrivão de perceber a devida remuneração pelo serviço que presta. Processual Civil. Assistência judiciária gratuita. Situação econômica verificada na origem. Revisão. Exame de matéria de fato. Súmulas 7 e 83 do STJ. 1. O Tribunal a quo, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos, decidiu que o recorrente possui meios de prover as custas do processo. 2. [...]. 3. A Corte Especial já pacificou jurisprudência no sentido de que o julgador pode indeferir o benefício da assistência judiciária gratuita, diante das evidências constantes no processo. Incidência da Súmula 83/STJ. 4. Demais disso, a jurisprudência firmou entendimento no sentido de que a simples declaração de pobreza, firmada pelo requerente do pedido de assistência judiciária gratuita, é relativa, devendo ser comprovada pela parte a real necessidade de concessão do benefício. Agravo regimental improvido. (STJ. AgRg no AREsp 769.514/SP 2ª T. Rel. Min. Humberto Martins j. em 15.12.2015 DJe 02.02.2016) 4. INTIME-SE, portanto, para recolhimento das custas processuais, mais as despesas de postagens e/ou das diligências dos oficiais de justiça, sob pena de cancelamento da distribuição.

ADV: VICTOR ALBERTO GRAÇA LINS (OAB 10562/AM) - Processo 0638325-14.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Alienação Judicial - REQUERENTE: Jorge Luiz Santos de Abreu - REQUERIDO: Victor Alberto Graça Lins - CERTIDÃO REGISTRO DE SENTENÇA Processo n.°0638325-14.2017.8.04.0001 Classe: Procedimento Comum Cível/PROC : Jorge Luiz Santos de Abreu : Victor Alberto Graça Lins Certifico para os devidos fins, de Registro que foi prolatada a sentença às fls. 48/49, pelo Magistrado Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, juiz da 6ª Vara de Família, onde foi REJEITADA NA INTEGRA A PRETENÇÃO AUTORAL dessa maneira, JULGO JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO (idem, art. 487,I). Da sentença do primeiro grau, foi impetrado Recurso de Apelação às fls. 51-55 por parte do Requerente sem que a parte Requerida tenha apresentado contarrazões. No acórdão proferido no 2º grau, o Recurso de Apelação não foi conhecido conforme segue: Diante do exposto, com amparo no art. 932, III do CPC/15, e em harmonia com o MPE/AM, NÃO CONHEÇO do presente recurso por afronta clara ao princípio da dialeticidade, não cumprindo com a regularidade formal necessária para superar o juízo de admissibilidade recursal. É o que me cumpre certificar. Manaus, 02 de setembro 2019

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0639628-92.2019.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Deuza Holanda Castelo Branco Maués - Desde logo, analisando o processo, RATIFICO NA ÍNTEGRA A DELIBERAÇÃO JUDICIAL DA FOLHA 180 DOS AUTOS DE NÚMERO 0644825-62.2018.8.04.0001, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Intime(m)-se e CUMPRA-SE, com a presteza que o caso reclama.

ADV: CÉLIO BERNARDO GUEDES (OAB 5153/AM) - Processo 0639636-69.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: Tony Hudson Lopes - REQUERIDA: Iolanda Martins Lopes - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Interrogatório para o processo em epígrafe, a ser realizada em 22/11/2019 às 08:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. ATT. PATRONO, FAVOR TRAZER AS PARTES PARA AUDIÊNCIA ACIMA DESIGNADA.

ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM) - Processo 0639645-31.2019.8.04.0001 - Separação de Corpos - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: W.S.Z. - REQUERIDO: A.C.N. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 08/11/2019 às 08:30h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. CITAR/INTIMAR REQUERIDO.

ADV: VANESSA MAYARA BRAZ NOVAES (OAB 8573/AM) - Processo 0639862-74.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.S.S. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: IGOR BERGSON SILVA ALMEIDA (OAB 11407/AM) - Processo 0640296-63.2019.8.04.0001 (apensado ao processo

0607279-36.2019.8.04.0001) - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Rodrigo de Oliveira Avelino - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro às fls. 61. À Secretaria para as providências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ALONSO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 1976/AM), ADV: SAULO GRANA DE MENEZES (OAB 2408/AM) - Processo 0641032-52.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Revisão - REQUERENTE: Wellington Guerra Lopes - Vistos, Tratam os presentes autos sobre uma Ação de Petição Cível, proposta por W. G. L., em face K. do N. L., menor representado por sua genitora a Srª de R. R. do N., ambos devidamente identificados e qualificados na inicial. Compulsando o caderno processual, verifico que, às fls. 81, foi determinada a intimação dos autores para que se manifestassem acerca do seu interesse no feito, diligência que foi realizada e resultou na certidão de fls. 86. Outrossim, este juízo já havia determinado que se intimasse a parte Requerente, para prosseguimento na lide, aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo, conforme fls. 87. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Pois bem, analisando os autos, denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, transcrevo ementa do julgado da Apelação Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - AC 10188100088627001 MG. Data de publicação: 10/10/2014: Ementa: APELAÇÃO CÍVEL - EXTINÇÃO DO PROCESSO - ABANDONO DE CAUSA. Extingue-se a ação quando a parte, por não promover os atos e diligências que lhe competir, abandonar a causa por mais de trinta dias e não suprir a falta em quarenta e oito horas, embora intimada para tanto. Ante o exposto, fundamentado no artigo 485, III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito. Sem custas, haja vista o que prevê a Lei 1.060/50. P.R.I.Cumpra-se. Ciência ao Ministério Público. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se.

ADV: ANA SARAH TELES MONTEIRO (OAB 10519/AM), ADV: GIDDSON FERREIRA TELES MONTEIRO (OAB 14326/AM) - Processo 0641069-11.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: D.S.M. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: PRISCILA NEVES SILVA COSTA (OAB 12879/AM), ADV: MARIA ROSIMAR DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 12443/AM) - Processo 0641196-46.2019.8.04.0001 - Interdição - Liminar - REQUERENTE: E.P.C.R. - REQUERIDO: J.C.L.R. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Interrogatório para o processo em epígrafe, a ser realizada em 22/11/2019 às 10:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. ATT. PATRONO, FAVOR TRAZER AS PARTES PARA AUDIÊNCIA CIMA DESIGNADA.

ADV: RAIMUNDO MIGUEL TRINDADE DOS SANTOS (OAB 11263/AM) - Processo 0641862-81.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: G.M.L. - Diante da certidão de fls. 54, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM) - Processo 0643205-78.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Maus Tratos - REQUERENTE: Marina Pereira - 1. Nos termos da Lei n° 1.060/50 c/c o que prevê o artigo 98 do Código de Processo Civil, DEFIRO os suscitados benefícios da Justiça Gratuita. 2. Outrossim, considerando os elementos de prova juntados aos autos e, notadamente, em face do pedido liminar de busca e apreensão do menor H. P. G., um menino de menos de 06 (SEIS) ANOS DE IDADE; DÊ-SE VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO, devendo a Sra. Diretora de Secretaria diligenciar a respeito. 3. Após, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE, com a MÁXIMA URGÊNCIA.

ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM) - Processo 0643205-78.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Maus Tratos - REQUERENTE: Marina Pereira - Vistos, Narram os autos sobre uma AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE MENOR, que foi proposta pela Sra. M. P., em relação ao seu filho menor (h. P. G.), uma criança de menos de 7 (sete) anos de idade, tudo conforme narrativa da inicial. Sendo que, acompanhando a peça vestibular, foram juntados os documentos de fls. 12/24, entre eles, a certidão de nascimento do menor sob foco (fls. 14), uma decçlaração de sua escola e, ainda, cópia de determinada decisão judicial, às fls. 15/17. EM SUMA, É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Compulsando o processo, ao tempo em que RATIFICO O ITEM 1 DA FOLHA 28, denota-se que o infante, filho em comum das partes, é uma criança que conta com somente 06 (seis) anos e menos de 09 (nove) meses de idade e, segundo Declaração da Escola "RISQUE E RABISQUE", onde ele estuda, às fls. 22, vem perdendo aula, "sem justificativa", desde o dia 15 de maio passado, o que - pelo teor dessa própria informação - constitui-se num fato grave. Ademais, denota-se que a mãe/suplicante, dona M. P., trouxe à colação a cristalina decisão judicial de fls. 15/17, que é a base principal da presente pretensão, traduzido num documento assinado pela juíza de direito titular do 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (VARA MARIA DA PENHA), em 24/05/2019, quando O GENITOR/DEMANDADO, chamado D. F. G., afora o importante detalhe de que deve(ria) observar a distância de 300 (trezentos) metros da ofendida e de seus parentes (logicamente, incluído o infante e sua avó materna), FICOU PROIBIDO DE MANTER CONTATO COM A OFENDIDA, SEUS FAMILIARES POR QUALQUER MEIO DE COMUNICAÇÃO. (grifei e sublinhei) Entretanto, não obstante a então possibilidade de contato entre pai e filho, DESDE QUE OCORRESSE COM A INTERMEDIAÇÃO DE TERCEIRA PESSOA, aconteceu que o requerido entrou sem autorização na casa da genitora da requerente e de forma truculenta pegou a criança e até hoje não o devolveu à demandante, circunstâncias que trazem enormes prejuízos ao polo ativo, em particular ao pequeno H. P. G. Nesse diapasão, considerando os argumentos elencados na exordial, depreendo que, sem sombra de dúvidas, restam configurados o fumus boni iuris (a probabilidade do direito invocado), assim como o "periculum in mora", diante da necessidade da criança voltar a receber os cuidados maternos, afora a aduzida e reiterada preocupação quanto ao tempo em que ele (em tenra idade) está ausente da residência da autora e das regulares atividades de sua escola. Ante o exposto, nos termos dos artigo 303 e 487, I, do Código de Processo Civil em combinação com as demais normas da matéria; ACOLHO NA ÍNTEGRA A PRETENSÃO AUTORAL; DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA PLEITEADA E DETERMINO A IMEDIATA EXPEDIÇÃO DO COMPETENTE MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO DO MENOR H. P. G., o qual deverá ser cumprido com força policial, se necessário, PARA A ENTREGA/DEVOLUÇÃO DO MESMO À SUA MÃE; DECRETO A GUARDA UNILATERAL DO DITO MENINO, EM FAVOR DA SRA. M. P., nessa hipótese com base, também, nos conhecidos princípios do MELHOR INTERESSE E DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA; E, por último, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. INTIME-SE O RÉU ACERCA DA TUTELA DE URGÊNCIA ORA CONCEDIDA, inclusive para que fique ciente de que se não interpuser o respectivo recurso desta deliberação de urgência, a presente decisão tornar-se-á estável, sem prejuízo do emprego de qualquer medida de apoio que for pertinente, como por exemplo a incidência do infrator em multa diária da ordem de R$1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), NO LIMITE A EFETIVA DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR. INTIMEM-SE, ainda, a parte autora e o representante do Ministério Público. Diligencie-se e CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e com a máxima urgência que a ação reclama. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento do processo.

ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM) - Processo 0643207-48.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Marcia de Medeiros Barbosa - REQUERIDO: Fransei dos Santos - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito,

Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 07/11/2019 às 14:30h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. CITAR/INTIMAR REQUERIDO.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446A/AM), ADV: JOSÉ PERCEU VALENTE DE FREITAS (OAB 7200/AM) - Processo 0643460-07.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Jania Martins Calvo - REQUERIDA: Dulcicleide Nogueira Girão e outro - 1. Em razão da juntada de fls.60-61, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias. 2. Após, com ou sem manifestação, VOLTEM-ME conclusos. CUMPRA-SE.

ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM), ADV: RUBXLEY CASTRO DE OLIVEIRA (OAB 11469/AM) - Processo 0643834-52.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: D.T.A. - REQUERIDA: M.L.L. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 07/11/2019 às 15:00h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: DAVI DE SOUZA LACERDA (OAB 14318/AM) - Processo 0644197-39.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.B.C.S. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, INTIMANDO-SE o(a) requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial e retificar o polo ativo, na forma sugerida pelo representante ministerial, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC, sob pena de indeferimento da mesma. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ELIANE REIS BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 4430/AM), ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM) - Processo 0644708-08.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.S.S. - ASSISTIDO: J.V.S.M. - ATENDA-SE o requerimento de fls. 42, ou seja, com a efetiva citação da parte requerida (D. E. de M. M.), na forma e local ali indicados, para audiência de Conciliação e Mediação, que foi DESIGNADO O DIA 04/11/2019 às 11:30 hs., respectivamente. A resposta deverá ser apresentada até à audiência, caso as partes não conciliem. INTIMEM-SE a parte Autora, seu patrono e o Ministério Público. Á secretaria para expedição de novo mandado de citação CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: ADRIANA SILVA MARTINS (OAB 11158/AM) - Processo 0645193-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Maria da Conceição Carneiro Lacerda de Lima - REQUERIDO: Antonio Augusto de Oliveira Lima - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 08/11/2019 às 08:30h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. CITAR/INTIMAR REQUERIDO.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0645245-33.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Fixação - REQUERENTE: Lindomar Pereira Lima - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: RAIMUNDO FILHO SOBRAL DOS SANTOS (OAB 8038/AM) - Processo 0645952-98.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.O.L. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: ÍTALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM) - Processo 0646053-72.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.N.S.B. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: KELIDA PATRICIA MONTALVÃO DA SILVA (OAB 11211/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0646296-16.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.G.M. - REQUERIDA: V.S.A.G. - 1. DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: WANDREY CRISTIANO DE JESUS VIEIRA (OAB 8900/AM) - Processo 0646517-96.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.E.R.S. - AUTOR: C.B.R. e outro - REQUERIDO: C.E.R. - 1.ATENDA-SE o requerimento retro, ou seja, com a efetiva citação da parte requerida (C.E.R), na forma e local ali indicado, devendo constar no mandado os alimentos provisórios fixados às fls. 22. 2.PAUTE-SE data para realização da audiência de mediação e conciliação, prevista no art. 695 do Novo Código de Processo Civil, com a brevidade que a lide reclama. 3.CITE-SE a parte requerida para comparecimento à audiência de mediação e conciliação acompanhado de advogado ou defensor público, devendo conter no mandado o disposto no art. 9º e 10 da Lei de Alimentos (Lei n.º 5.478/68); 4.INTIME-SE a parte autora, por seu patrono para o mesmo ato, bem como para previsões contidas nos §§ 8º, 9º e 10 do art. 334, também do CPC. 5. DÊ-SE ciência ao Ministério Público (idem, art. 178, II), sendo caso de intervenção obrigatória. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0646954-06.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: J.S.O. - antes de apreciar o pedido de justiça gratuita, e sem prejuízo de outras determinações que entenda necessárias para a aferição da real situação econômica da parte autora, DETERMINO que seja ela intimada para que apresente cópia de sua última declaração de imposto de renda, carteira de trabalho e, sendo empregado/servidor público, de seu último comprovante de salário; bem como corrigir o valor da causa, em atenção ao que dispõe o art. 292, inc. III, do CPC. Observe-se que na ação de alimentos e na de exoneração, o valor da causa deve corresponder a soma de 12 prestações mensais; na revisional a soma de 12 vezes o valor mensal que se pretende reduzir ou aumentar, no prazo de 15 (quinze) dias, pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único do NCPC).

ADV: DINAH NASCIMENTO TEIXEIRA (OAB 7204/AM) - Processo 0647164-57.2019.8.04.0001 - Guarda - Fato Atípico - REQUERENTE: P.G.C.C. - Vistos, Narram os autos sobre um pedido de AUTORIZAÇÃO JUDICIAL DE SUPRIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PATERNA, que foi proposta por P. G. C. C., em relação ao seu filho menor (J. P. C. B.), uma criança de quase 7 (sete) anos de idade, tudo conforme narrativa da inicial. Sendo que, acompanhando a peça vestibular, foram juntados os documentos de fls. 12/28, entre eles, a certidão de nascimento do menor sob foco (fls. 25) e os comprovantes de passagem e hospedagem (fls. 7/8 e 13/20). Em suma, É O RELATÓRIO. DECIDO. 1. Analisando o corpo processual, ao tempo em que, porquanto a presente demanda envolve os mesmos litigantes e causa de pedir

dos autos de número 0604417-34.2015.8.04.0001; verifico que o pleito de autorização judicial sob foco funda-se no aduzido fato do genitor/requerido, Sr. H. C. B., obstar em autorizar a viagem do filho em comum na companhia de sua genitora, ora autora; RAZÕES PELAS QUAIS PASSO A PROFERIR SENTENÇA DE MÉRITO, ou melhor determinação judicial e satisfativa sobre o que pretende a suplicante. 2. Desde logo, considerando todas os elementos carreados ao feito, bem como por tudo que mais que consta nos autos da espécie de lide principal antes mencionada (0604417-34.2015.8.04.0001) e, principalmente, pelas inerentes e naturais responsabilidades dos genitores do menor em lume, conforme disciplina o artigo 1.583, parágrafo 1º, em sua segunda parte, do Código Civil Brasileiro, ou seja, "a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns"; depreendo que EXISTE E RESTA CONFIGURADA A NECESSIDADE DA MEDIDA DE URGÊNCIA EM APREÇO; haja vista que a referida viagem internacional está prevista para acontecer no próximo período dos dias 07 a 10/09/2019; e uma eventual MOROSIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL pode custar um direito básico do infante que é o do lazer, nos termos do artigo 71 do Estatuto da Criança e do Adolescente. 3. Além disso, é certo que a atitude do genitor CASO NÃO SEJA SUPRIDA, poderá representar - em razão da NEGATIVA NA AUTORIZAÇÃO SOB FOCO - aborrecimentos e prejuízos morais e materiais à parte requerente, inclusive ao menor, POIS O GAROTO PODERIA SER PRIVADO DE SEU DIREITO DE USUFRUIR DE UMA VIAGEM INTERNACIONAL A LOCAL APRAZÍVEL (uma vez que o Chile é um país interessante, agradável, tem um clima ameno e é, absolutamente, seguro); tudo isso além de que essa curta viagem será um TEMPO ESPECÍFICO E QUALIFICADO DE CONVIVÊNCIA MATERNO-FILIAL, durante os feriados da Semana da Pátria, circunstâncias que - sem dúvida - confirmam as alegações do periculum in mora e da probabilidade do direito invocado. 4. Ante o exposto, fundamentado no que dispõe o parágrafo único do artigo 1.690, também do C. C. B., em combinação com os artigos 300 e 487, inciso I, do Estatuto Processual Civil; ACOLHO NA ÍNTEGRA A PRETENSÃO AUTORAL; AUTORIZO A VIAGEM INTERNACIONAL DO MENOR EM LUME (J. P. C. B.), devidamente acompanhado de sua genitora P. G. C. C., até a cidade de Santiago do Chile, entre os próximos dias 07 e 10 de setembro de 2019, conforme afirmações e pleito(s) de fls. 01/09; E, por último, JULGO (EXTINTO) O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. 5. EXPEÇA-SE o competente Alvará Judicial, de forma estrita e impreterível, dentro do período supra. 6. INTIMEM-SE as partes, em especial o pai/demandado e o representante do Ministério Público. 7. Diligencie-se e CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e com a urgência que a ação reclama. 8. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento do processo.

ADV: EDIONE KAROLINE MEIDEIROS DA SILVA DE QUEIROZ (OAB 11360/AM) - Processo 0647173-19.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: W.K.P.S. - REQUERIDA: A.C.E. - Certifico que, em 02/09/2019, recebi os presente autos oriundos do Setor de Distribuição (Peticionamento Eletrônico), razão pela qual submeto-os conclusos ao MM. Juiz de Direito, Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular da 6ª Vara de Família. O referido é verdade, dou fé.

ADV: EDIONE KAROLINE MEIDEIROS DA SILVA DE QUEIROZ (OAB 11360/AM) - Processo 0647173-19.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: W.K.P.S. - Intime-se a parte autora para corrigir o valor da causa, em atenção ao que dispõe o art. 292, inc. III, do CPC.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0647249-77.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: E.R.P.A. - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: AUGUSTO CEZAR ECHENIQUE RIBEIRO (OAB 13720/AM) - Processo 0649441-80.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.S.T. - MM. Juiz de Direito foi então proferida a seguinte SENTENÇA: "Vistos, Narram os presentes autos sobre uma AÇÃO DECLARATÓRIA DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C PARTILHA DE BENS contemplando Guarda, Alimentos e Direito de Companhia e Convivência, proposta por M. DA S. T. em face de A. J. A. L. , envolvendo os menores Y. T. A. e Y.A.T., sendo que os dois estão identificados e qualificados desde o princípio. Por ocasião da presente Audiência, as partes celebraram acordo num total de 07 (sete) itens. O ilustre Membro do Ministério Público, em audiência, mostrou-se favorável à homologação do acordo, por terem sido, verdadeiramente, preservados os interesses dos filhos menores advindos da união dos genitores, assegurando-lhes os direitos insculpidos à luz dos Principios da Proteção Integral do Menor, bem como da Prioridade Absoluta aos Direitos da Criança e do Adolescente. É O RELATÓRIO SUCINTO. FUNDAMENTO E DECIDO. O acordo celebrado pelo casal, apresenta-se com regularidade formal, além de evidenciar que estão suficientemente resguardados os interesses da família. Assim, satisfeitas as exigências legais, diante da manifestação de vontade do casal de formalizar a existência da união estável e regulamentar os efeitos dela decorrentes, o pedido há de ser julgado procedente. Vale citar, a respeito, comentário de Marcelo Truzzi Otero ao art. 732, do Código de Processo Civil: "Diante da maior liberdade conferida aos companheiros para disciplinarem os efeitos da união estável, questiona-se, em momento de desjudicialização, se os companheiros teriam interesse jurídico na submissão do distrato consensual da união estável à homologação judicial. Processo nº 0649441-80.2018.8.04.0001 Classe: Dissolução e Reconhecimento de União Estável O CPC/2015, no dispositivo em causa, deixa absolutamente claro que sim, dispondo expressamente que se aplicará, no que couber, à dissolução consensual da união estável o mesmo procedimento observado para a separação e o divórcio consensuais. A homologação judicial do distrato celebrado pelos conviventes pacifica interesses em conflito, confere título executivo, transmite um inegável sentimento de segurança que os instrumentos particulares não proporcionam, ainda que desfrutem de idêntica eficácia jurídica. Isso sem considerar que, ao negar homologação judicial para o distrato a que chegaram os conviventes, impõe-lhes tratamento distinto àquele conferido aos cônjuges, em clara afronta ao comando do art. 226 da CF/1988. Andou bem o legislador, pontificando a legalidade do acordo." POSTO ISSO, cumpridas as exigências do art. 732, c/c art. 731, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO a autocomposição formalizada nesta audiência, relativa à extinção consensual da união estável e seus efeitos, reconhecendo a existência e consequente dissolução da União Estável havida entre as partes, cuja convivência perdurou de 2007 a setembro de 2018 e, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do art. 487, inc. III, "b". Ademais, a requerimento conjunto, fica dispensado o prazo recursal. Sentença publicada em audiência. Cientificadas as partes. Isentos de custas, por força da Lei. EXPEÇAM-SE os competentes Termo de Guarda Compartilhada dos menores Y.T.A. e Y.T.A. em favor de seus genitores (vide item 4), bem como ofício ao empregador do Alimentante (vide item 6). Tudo providenciado, DÊ-SE baixa e ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo. CUMPRA-SE."

ADV: JULIO CEZAR RODRIGUES LIMA (OAB 8461/AM) - Processo 0652609-90.2018.8.04.0001 - Interdição - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: FUNDAÇÃO DE APOIO AO IDOSO "DOUTOR THOMAS" - REQUERIDO: Manuel Pimenta Lopes - Autos n.º 0652609-90.2018.8.04.0001 EDITAL DE INTERDIÇÃO O Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, MM. Juiz de Direito da 6ª Vara de Família da Comarca de Manaus, na forma da lei etc. Faço saber a todos quantos o presente edital virem que, por este Juízo e Secretaria, que este subscreve, foram processados os termos da interdição de MANUEL PIMENTA LOPES, a requerimento de FUNDAÇÃO DE APOIO AO IDOSO "DOUTOR THOMAS", tendo a respectiva sentença nomeado a FUNDAÇÃO DE APOIO AO IDOSO "DOUTOR THOMAS", curadora do interditando e declarado esta incapaz de reger a sua pessoa e administrar os seus bens. (E01947) Manaus 04 de setembro de 2019.

ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM) - Processo 0652614-15.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0615094-55.2017.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: U.B.R. - REQUERIDO: R.L.N. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Conciliação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 07/11/2019 às 14:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDO E DEFENSORA.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM), ADV: TATIANA DE FREITAS LOPES (OAB 11732/AM), ADV: GEYZA DIANY LIMA DAS CHAGAS (OAB 11855/AM), ADV: ALESSANDRO DA SILVA CALADO (OAB 11768/AM) - Processo 0652888-76.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: S.C.B.S. - REQUERIDO: F.B.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 15/04/2020 às 11:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: MARGARETH MOTA DOS SANTOS (OAB 13137/AM) - Processo 0654437-24.2018.8.04.0001 - Petição Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: Raquel Martins Vieira - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2º, parágrafo 2º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: JULIANA ALICE DE OLIVEIRA LIMA (OAB 5965/AM), ADV: GLAUCE MARIA COSTA DE SOUSA (OAB 6140/AM), ADV: VANESSA PIZARRO RAPP (OAB 196126/SP) - Processo 0655321-53.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.D.S. - REQUERIDO: F.R.S.M. - DÊ-SE vista dos autos ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: ADRIANA SILVA MARTINS (OAB 11158/AM) - Processo 0656998-21.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: M.V.L.P. - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 41), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ALICHELLY CARINA MACEDO VENTURA (OAB 7185/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO CABRAL PIO (OAB 6688/AM), ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM), ADV: FÁBIO AGUSTINHO DA SILVA (OAB 2776/AM), ADV: FELIX VALOIS COELHO JUNIOR (OAB 339/AM), ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM), ADV: LÚCIA HONÓRIO DE VALOIS COELHO (OAB 4233/AM) - Processo 0702468-85.2012.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: R.F.V. - REQUERIDO: R.M.L.J. - Dê-se vista às partes, para que se manifestem quanto ao laudo psicológico, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, iniciando-se com a parte autora. Intime-se via publicação.

ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM), ADV: FÁBIO AGUSTINHO DA SILVA (OAB 2776/AM), ADV: FELIX VALOIS COELHO JUNIOR (OAB 339/AM), ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO CABRAL PIO (OAB 6688/AM), ADV: ALICHELLY CARINA MACEDO VENTURA (OAB 7185/AM), ADV: LÚCIA HONÓRIO DE VALOIS COELHO (OAB 4233/AM) - Processo 0702468-85.2012.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: R.F.V. - REQUERIDO: R.M.L.J. - Averbo minha suspeição, por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 145, §1º, do Código de Processo Civil. Encaminhe-se os autos ao substituto legal.

Adalberto Barreto Antony (OAB 2093/AM)
Adelci Maria Iannuzzi Mendonça (OAB 1214/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adriana Freitas de Mattos (OAB 11236/AM)
Adriana Osório Piza (OAB 24282/PA)
Adriana Silva Martins (OAB 11158/AM)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Alberto Pedrini Júnior (OAB 2313/AM)
Alessandra Malheiros de Souza Gomes (OAB 4080/AM)
Alessandro da Silva Calado (OAB 11768/AM)
ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM)
Alfrânia Balbino de Oliveira (OAB 9319/AM)
Alichelly Carina Macedo Ventura (OAB 7185/AM)
ALINNE SILVA DE SOUZA (OAB 11714/AM)
Alonso Oliveira de Souza (OAB 1976/AM)
Ana Carolina da Costa Magalhães (OAB 6477/AM)
Ana Paula da Silva Bezerra (OAB 5797/AM)
Ana Sarah Teles Monteiro (OAB 10519/AM)
Anderson Evangelista da Silva Costa (OAB 13142/AM)
Anderson Sales de Souza (OAB 8760/AM)
André Fernandes (OAB 3957/AM)
André Ricardo Cabral Pio (OAB 6688/AM)
Andréa Renata Virgínio de Souza (OAB 9238/AM)
Andrezza Caldas Vital (OAB 10723/AM)
Angelica Feitoza do Valle (OAB 9897/AM)
Anne Karoline de Souza Rodrigues (OAB 12154/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 924A/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Ariomar Nasçon de Oliveira Alencar (OAB 2990/AM)
Assurbanipal de Freitas Braga (OAB 8883/AM)
Augusto Cezar Echenique Ribeiro (OAB 13720/AM)
AUGUSTO CÉZAR NUNES BASTOS (OAB 10743/AM)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 9057/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Bruno Moraes Monteiro (OAB 12037/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos César Moreira de Souza (OAB 8610/AM)
Carlos Eduardo Rodrigues da Cunha (OAB 12251/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Carolynne Oliveira dos Santos (OAB 4094/AM)
Célio Bernardo Guedes (OAB 5153/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cláudia Maria Nobre Lisboa (OAB 2109/AM)
Cláuzio Heitor da Silva Júnior (OAB 6348/AM)
Cristiana da Costa Rodrigues (OAB 607/AM)
Cristiane Yamada da Silva (OAB 3955/AM)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 953/RR)
Davi de Souza Lacerda (OAB 14318/AM)
Débora Araújo de Queiroz (OAB 10157/AM)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
Diego Humbelino Duarte (OAB 9071/AM)
Dinah Nascimento Teixeira (OAB 7204/AM)
Edgard de Souza Santos (OAB 13878/AM)
EDIONE KAROLINE MEIDEIROS DA SILVA DE QUEIROZ (OAB 11360/AM)
Edivânia Sobrinho Leocádio de Souza (OAB 13695/AM)
Edmilson Freitas Mesquita (OAB 10115/AM)
Eduardo Bulcão da Silva Costa (OAB 11835/AM)
Edvan Araújo de Souza (OAB 14411/AM)
Ehud Emanuel Abensur Santos (OAB 10760/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Eliane Reis Bernabéu Céspedes (OAB 4430/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)

Emerson Tavares Pereira (OAB 8616/AM)
Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB 8094/AM)
Érica Carolina de Oliveira Castro (OAB 11174/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Euler Passos de Moura (OAB 6646/AM)
Euseneide Alves de Sousa (OAB 12853/AM)
Fábio Agustinho da Silva (OAB 2776/AM)
Felix Valois Coelho Junior (OAB 339/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446A/AM)
Filipe Reis Faia (OAB 14524/AM)
Francisca Marlene Feitosa da Silveira (OAB 1495/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco Edberto dos Santos (OAB 12232/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Geyza Diany Lima das Chagas (OAB 11855/AM)
Giddson Ferreira Teles Monteiro (OAB 14326/AM)
Gilmar Raposo da Câmara (OAB 5501/AM)
Giscarde Ovídio Karrer de Melo Monteiro (OAB 6885/AM)
Gisele Rabelo Garcia (OAB 6833/AM)
Glauce Maria Costa de Sousa (OAB 6140/AM)
GLÁUCIA LÊNIA INHAUSER CUSTÓDIO (OAB A891AM)
Glaucy Araújo Lima de Oliveira (OAB 5802/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Helder Frank Teixeira e Silva (OAB 12383/AM)
Igor Bergson Silva Almeida (OAB 11407/AM)
Ilca de Fátima de Alencar Clementino (OAB 967/AM)
Ingo Dieter Pietzsch (OAB 6337/AM)
Isaac Vasconcelos Lisboa Filho (OAB 11125/PA)
Isabela Esperança Machado (OAB 11024/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Ítalo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Jadismar Souza Lima (OAB 3307/AM)
JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM)
James de Paula Braz (OAB 7134/AM)
Jamys Douglas de Oliveira Bermeu (OAB 6572/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
Jéssica Costa Silva (OAB 10724/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
Johnny Wollaxce Maciel de Araújo (OAB 13399/AM)
Joísa Maciel Guerra de Souza (OAB 7774/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge Felipe Ferreira Bandeira (OAB 13354/AM)
Josafá Fernandes de Melo (OAB 9525/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
José Murilo Gadelha de Hollanda (OAB 2640/AM)
José Perceu Valente de Freitas (OAB 7200/AM)
Josenilson da Rocha Lima (OAB 1757/AM)
Josiane Gomes Ribeiro (OAB 11854/AM)
Joyce Vivianne Veloso de Lima (OAB 8679/AM)
JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 695/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Juliana Alice de Oliveira Lima (OAB 5965/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Júlio César do Nascimento Cardoso (OAB 9537/AM)
Júlio César Lima (OAB 6182/AM)
Julio Cezar Rodrigues Lima (OAB 8461/AM)
Julliana Barros Souza (OAB 11843/AM)
Kamylla Yanne Santos (OAB 14114/AM)
Kariny Bianca Rodrigues da Silva (OAB 3779/AM)
Karlla Alynne Queiroz de Souza (OAB 308881/SP)
Katiene Silva Sena (OAB 11329/AM)
Kelida Patricia Montalvão da Silva (OAB 11211/AM)
Kerolayne Rosas Lima de Queiroz (OAB 14104/AM)
Lais Mota de Souza Costa (OAB 8503/AM)
Larissa Montenegro de Medeiros (OAB 12196/AM)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
Leida Mara Araújo de Lima Falcão (OAB 12463/AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Luana Andrade Melo (OAB 12282/AM)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
Lúcia Andréa Valle de Souza (OAB 2767/AM)
Lúcia Honório de Valois Coelho (OAB 4233/AM)
Luciana Coimbra da Rocha (OAB 2962/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luciano Moura Maciel (OAB 6744/AM)
Luciene Helena da Silva Dias (OAB 4697/AM)
Lucio Emilio da Cruz Colares (OAB 14184/SC)
Luís Alberto Corrêa (OAB 5117/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Maiara Cristina Moral da Silva (OAB 7738/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Márcia Monteiro Alves Vailante (OAB 10333/AM)
Márcio André de Oliveira Silva (OAB 5562/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Marco Roberto Pereira da Silva (OAB 10172/AM)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Marcos Paulo do Carmo Oliveira (OAB 11771/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Margareth Mota dos Santos (OAB 13137/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
Maria Glades Rodrigues Guedes (OAB 9823/AM)
Maria Rosimar dos Santos Rodrigues (OAB 12443/AM)
Mário Vítor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Marleide de Souza Mendes (OAB 4898/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Michelle Fascini Xavier (OAB 860A/AM)
Mihael Carmindo de Q. Pillar (OAB 12328/AM)
MIRIAN LINO DA SILVA (OAB 12712/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Mylla Christie Vasconcelos Saidt (OAB 12691/AM)
Nadia Patricia Negreiros Guerra (OAB 26418/PA)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Nathalie Helena Canto Coelho (OAB 9418/AM)
Nonato Vinícius dos Santos França (OAB 13703/AM)
Paulo Roberto Farias de Oliveira (OAB 6011/AM)
Paulo Rodrigues de Almeida (OAB 9533/AM)
Priscila Neves Silva Costa (OAB 12879/AM)
Raimundo Filho Sobral dos Santos (OAB 8038/AM)
Raimundo Miguel Trindade dos Santos (OAB 11263/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Raquel Tavares Neves (OAB 13315/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Rayssa Lopes da Silva Tavares (OAB 13955/AM)
Rebeca Dantas Dib (OAB 8909/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Reinaldo de Lemos Freitas (OAB 13396/AM)
Ricardo de Jesus Colares de Oliveira (OAB 10985/AM)
Ricardo Mendes Lasmar (OAB 5933/AM)
ROBERTO FERREIRA DE ALMEIDA VIEIRA (OAB 22460CE)
Roosevelt Costa Diniz (OAB 11032/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Roseloane Souza da Costa (OAB 11287/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
RUBXLEY CASTRO DE OLIVEIRA (OAB 11469/AM)
Salin Ribeiro Alves (OAB 8135/AM)
Salvador Clarindo Campelo (OAB 1712/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Sâmia Brena Furtado Monteiro (OAB 11988/AM)
Samuel Cavalcante da Silva (OAB 3260/AM)
Sandra Régia Duda Clemente (OAB 9376/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Saulo Grana de Menezes (OAB 2408/AM)
Sheila Mara Martins Araujo (OAB 11995/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Sidney Ohana Tufy (OAB 13254/AM)

Silvana Castro Muniz (OAB 3328/RO)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Stefania de Souza Farias (OAB 6176/AM)
Talita Duarte Lima Dall'óglio (OAB 9588/AM)
Tatiana de Freitas Lopes (OAB 11732/AM)
Tatiana Freitas de Mattos (OAB 11359/AM)
Thalita Oliveira da Silva (OAB 10054/AM)
Thelma Saidt Robustelli (OAB 5021/AM)
Tibiriçá Valerio de Holanda (OAB 001.410/AM)
VALDISON PINTO DE ARAÚJO (OAB 11108/AM)
Vanessa Mayara Braz Novaes (OAB 8573/AM)
Vanessa Pizarro Rapp (OAB 196126/SP)
Veronica Barbosa de Oliveira (OAB 11335/AM)
Victor Alberto Graça Lins (OAB 10562/AM)
Victória Caroline Ferreira Bandeira (OAB 14456/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)
Vinicio Carlos Cordovil Mendes Filho (OAB 7907/AM)
Wandrey Cristiano de Jesus Vieira (OAB 8900/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)
Yury Croiff Santos Thury (OAB 8079/AM)

8ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0031/2019

ADV: VALERIA DE MELO SILVA (OAB 1566/AM) - Processo 0636882-62.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: W.S.L. - Divórcio litigioso transformado em divórcio consensual, mediante condições que resguardam os interesses das partes. As partes estão qualificadas nos autos. Cumpridas as formalidades legais, tem-se por homologado o divórcio, nos termos e condições acordadas. Sem custas, já deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Providencie-se. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

Valeria de Melo Silva (OAB 1566/AM)

VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL
JUIZ(A) DE DIREITO VICTOR ANDRÉ LIUZZI GOMES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL BERNARDO JOSÉ NORONHA ANTUNES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0062/2019

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0000323-55.1998.8.04.0012 (012.98.000323-4) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: G. B. Ferreira - Por efeito, e com a concordância da exequente, JULGO EXTINTA, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, a presente execução fiscal, em conformidade com o §4º do art. 40 da LEF e art 924, V c/c art. 487, II, ambos do CPC, tendo em vista a ocorrência da prescrição intercorrente. Custas processuais pela Exequente, das quais fica isenta, na forma da lei. Sem condenação em honorários advocatícios, tendo em vista a ausência de intervenção da Executada. Sem remessa necessária, em conformidade com o artigo 496, §4º, I, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 07 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ADRIANE SIMÕES ASSAYAG RIBEIRO (OAB 2531/AM) - Processo 0000324-40.1998.8.04.0012 (012.98.000324-2) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de G. da S. Maduro Cia Ltda, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo executado. Honorários Indevidos. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores constritos, fls. 98/100, decorrente desta ação de execução. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 11 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0000501-72.1996.8.04.0012 (012.96.000501-9) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADO: Visao Informatica Ltda. - Por efeito, e com a concordância da exequente, JULGO EXTINTA, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, a presente execução fiscal, em conformidade com o §4º do art. 40 da LEF e art 924, V c/c art. 487, II, ambos do CPC, e Súmula 314 do STJ, tendo em vista a ocorrência da prescrição intercorrente. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores constritos, fl. 46, decorrente desta ação de execução. Custas processuais pela Exequente, das quais fica isenta, na forma da lei. Sem condenação em honorários advocatícios, tendo em vista a ausência de intervenção da Executada. Sem remessa necessária, em conformidade com o artigo 496, §4º, I, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 17 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DE LIMA NETO (OAB 3669/AM) - Processo 0000560-69.2010.8.04.0012 (012.10.000560-0) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Frigorifico Roggero Ltda. - DISPOSITIVO Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de FRIGORIFICO ROGGERO LTDA. nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 15 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ELLEN FLORÊNCIO SANTOS ROCHA (OAB 2752/AM) - Processo 0001135-97.1998.8.04.0012 (012.98.001135-0) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de LACY COMFECÇÕES LTDA, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 22 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: SUELY MARIA VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO (OAB 1336/AM), ADV: TADEU DE SOUZA SILVA (OAB 6878/AM) - Processo 0005236-80.1998.8.04.0012 (012.98.005236-7) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não há

bens penhorados ou sob constrição em decorrência da execução fiscal. Custas processuais pela exequente das quais é isenta, na forma da lei. Honorários Indevidos. Destarte, inexistindo interesse das partes em recorrer, determino imediata baixa do presente feito e o arquivamento dos autos. P.R.I.C Manaus, 11 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0005431-65.1998.8.04.0012 (012.98.005431-9) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: J C Brito Fribrito - Por efeito, e com a concordância da exequente, JULGO EXTINTA, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, a presente execução fiscal, em conformidade com o §4º do art. 40 da LEF e art 924, V c/c art. 487, II, ambos do CPC, e Súmula 314 do STJ, tendo em vista a ocorrência da prescrição intercorrente. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores constritos, fl. 67, decorrente desta ação de execução. Seja desbloqueado o veículo de placa JXR-4050 pelos meios cabíveis. Deverá a secretaria observar as cautelas de praxe. Custas processuais pela Exequente, das quais fica isenta, na forma da lei. Sem condenação em honorários advocatícios, tendo em vista a ausência de intervenção da Executada. Sem remessa necessária, em conformidade com o artigo 496, §4º, I, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 11 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 002.138/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0006337-35.2010.8.04.0012 (012.10.006337-6) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Fortmaq Com. e Representacao Ltda - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Levante-se a constrição incidente sobre os veículos de placas JXL-0855, fl.73. Deverá a secretaria observar as cautelas de praxe. Custas processuais pela exequente das quais é isenta, na forma da lei. Honorários Indevidos. Destarte, inexistindo interesse das partes em recorrer, determino imediata baixa do presente feito e o arquivamento dos autos. P.R.I.C Manaus, 16 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: LUZENILDO PEREIRA FIGUEIRA (OAB 3956/AM), ADV: ADRIANE SIMÕES ASSAYAG RIBEIRO (OAB 2531/AM) - Processo 0006897-02.1995.8.04.0012 (012.95.006897-1) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERIDA: Jeanne Carmen R L Figueira e outro - Defiro o pedido de juntada da cópia do recurso de agravo de instrumento. No mais, mantenho a decisão às fls. 180/185 incólume em todos os seus termos. P.R.I.C.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: ONILDA ABREU DA SILVA (OAB 2288/AM) - Processo 0008036-23.1994.8.04.0012 (012.94.008036-6) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: A Fazenda Publica do Estado do Amazonas - Por efeito, e com a concordância da exequente, JULGO EXTINTA, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, a presente execução fiscal, em conformidade com o §4º do art. 40 da LEF e art 924, V c/c art. 487, II, ambos do CPC, e Súmula 314 do STJ, tendo em vista a ocorrência da prescrição intercorrente. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores constritos, fl. 81, decorrente desta ação de execução. Custas processuais pela Exequente, das quais fica isenta, na forma da lei. Sem condenação em honorários advocatícios, tendo em vista a ausência de intervenção da Executada. Sem remessa necessária, em conformidade com o artigo 496, §4º, I, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 17 de janeiro de 2019 MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: WAGNER RICARDO FERREIRA PENHA (OAB 2924/AM), ADV: ONILDA ABREU DA SILVA (OAB 2288/AM) - Processo 0009167-28.1997.8.04.0012 (012.97.009167-9) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Em ato contínuo, intime-se o excepto, via portal eletrônico, para manifestar acerca da exceção de pré-executividade e documentos apresentados, no prazo de 20 (vinte) dias. P.R.I.C Manaus, 27 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0009590-85.1997.8.04.0012 (012.97.009590-9) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores constritos, fls. 135/ 142, decorrente desta ação de execução. Custas processuais pela exequente das quais é isenta, na forma da lei. Honorários Indevidos. Destarte, inexistindo interesse das partes em recorrer, determino imediata baixa do presente feito e o arquivamento dos autos. P.R.I.C Manaus, 17 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: JÚLIO CÉSAR DE VASCONCELLOS ASSAD (OAB 4765/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: JÚLIA GABRIELA TRINDADE DE MELO (OAB 8074/AM) - Processo 0010437-13.2003.8.04.0001 (001.03.010437-9) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: João Batista Pereira de Melo - CORRESPONSÁVEL: João Batista Pereira de Melo - Diante do exposto, indefiro o pedido de devolução de prazo para alegar matéria no que se reporta a impenhorabilidade, nos termos requeridos em petição constante às fls. 101/102. Ordeno a que as publicações sejam feitas em nome das advogadas indicadas às fls. 104. P.R.I.C Manaus, 29 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ONILDA ABREU DA SILVA (OAB 2288/AM) - Processo 0010558-07.2004.8.04.0001 (001.04.010558-0) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não há bens penhorados ou sob constrição em decorrência da execução fiscal. Custas processuais pela exequente das quais é isenta, na forma da lei. Honorários Indevidos. Destarte, inexistindo interesse das partes em recorrer, determino imediata baixa do presente feito e o arquivamento dos autos. P.R.I.C Manaus, 10 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ROBERTO CARDONE (OAB 196924/SP), ADV: EUGÊNIO NUNES SILVA (OAB 763A/AM), ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM), ADV: JOSE ROBERTO MARCONDES (OAB 052.694/SP), ADV: PAULA TOSATI PRADELLA (OAB 289381/SP) - Processo 0010655-52.1996.8.04.0012/01 (apensado ao processo 0010655-52.1996.8.04.0012) (012.96.010655-9/00001) - Embargos à Execução - EMBARGADO: Estado do Amazonas - Por fim, ante a inércia do devedor em efetuar o pagamento, faz-se pertinente a incidência da multa e dos honorários no percentual de 10%. Pelo exposto, acolho o cumprimento de sentença e, por via lógica, nego as manifestações do devedor, nos termos da fundamentação. Expeça-se o competente alvará da parcela depositada devidamente atualizada. Fica o devedor intimado para efetuar o recolhimento da parcela conforme cálculo elaborado pela Fazenda Pública, no prazo de 15 dias, deduzido do valor depositado e atualizado. Decorrido o prazo sem qualquer pagamento, voltem-me os autos conclusos. P.R.I.C. Manaus, 02 de setembro de 2019. Marco A P Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: ELLEN FLORÊNCIO SANTOS ROCHA (OAB 2752/AM) - Processo 0010844-93.1997.8.04.0012 (012.97.010844-0) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de VALDEMIR PEREIRA DE AQUINO, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo executado. Honorários Indevidos. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores constritos, fls. 92/93, decorrente desta ação de execução. Levante-se a constrição incidente sobre os veículos de placas JWF-7349, JXT-2553, JXR-7219 e JXU-5429, fl.79. Deverá a secretaria observar as cautelas de praxe. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 11 de janeiro de 2019 MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: WALDIR GOMES FERREIRA (OAB 474A/AM) - Processo 0011607-83.2004.8.04.0001 (001.04.011607-8) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Itaiguara Transportes Ltda - Intime-se

a Exequente, via portal eletrônico, para se manifestar acerca da exceção de pré-executividade às fls. 65/71, no prazo de 20 (vinte) dias, querendo. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0011765-52.1997.8.04.0012 (012.97.011765-1) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: A Fazenda Publica do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Atacadao Rei Comercio de Estivas Ltda - Por efeito, e com a concordância da exequente, JULGO EXTINTA, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, a presente execução fiscal, em conformidade com o §4º do art. 40 da LEF e art 924, V c/c art. 487, II, ambos do CPC, tendo em vista a ocorrência da prescrição intercorrente. Custas processuais pela Exequente, das quais fica isenta, na forma da lei. Sem condenação em honorários advocatícios, tendo em vista a ausência de intervenção da Executada. Sem remessa necessária, em conformidade com o artigo 496, §4º, I, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de janeiro de 2019.

ADV: LEONARDO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 2997/AM) - Processo 0011863-32.2000.8.04.0012 (012.00.011863-1) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não há qualquer penhorado ou sob constrição decorrente desta ação de execução fiscal.

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0013859-07.1996.8.04.0012 (012.96.013859-0) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Marco A P Costa, titular da Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual, em cumprimento à determinação de fls. 104/106, intime-se o Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM, via Portal Eletrônico, para que efetue o levantamento da constrição oposta sobre o veículo de placa JWI-1951.

ADV: ONILDA ABREU DA SILVA (OAB 2288/AM) - Processo 0015723-35.2004.8.04.0001 (001.04.015723-8) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não há qualquer penhorado ou sob constrição decorrente desta ação de execução fiscal.

ADV: ANGELA BEATRIZ G. F. DE OLIVEIRA BASTOS (OAB 2540/AM) - Processo 0018471-94.2010.8.04.0012 (012.10.018471-8) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores constritos, fls. 149/165, decorrente desta ação de execução. Custas processuais pela exequente das quais é isenta, na forma da lei. Honorários Indevidos. Destarte, inexistindo interesse das partes em recorrer, determino imediata baixa do presente feito e o arquivamento dos autos. P.R.I.C Manaus, 16 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA

ADV: SIMONETE GOMES SANTOS (OAB 2516/AM) - Processo 0019570-79.2003.8.04.0001 (001.03.019570-6) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não há bens penhorados ou sob constrição em decorrência da execução fiscal. Custas processuais pela exequente das quais é isenta, na forma da lei. Honorários Indevidos. Destarte, inexistindo interesse das partes em recorrer, determino imediata baixa do presente feito e o arquivamento dos autos. P.R.I.C Manaus, 10 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0020473-37.2010.8.04.0012 (012.10.020473-5) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Por efeito, declaro extinta a execução nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, ambos do Código de Processo Civil. A Executada não tem bens penhorados ou sob restrição judicial, decorrentes da presente Execução Fiscal. Sem custas, conforme determinação legal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de janeiro de 2019.

ADV: NIRVANA MARYAN QUEIROZ DA FONSECA (OAB 1889/AM), ADV: RONALD DE SOUZA CARPINTEIRO PÉRES (OAB 2178/AM), ADV: SUELY MARIA VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO (OAB 1336/AM), ADV: MICHELE NOÊMIA MENDES MONTEIRO (OAB 4573/AM) - Processo 0021077-12.2002.8.04.0001 (001.02.021077-0) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - TERCEIRA: Maria Aparecida Lopes de Araújo - DESPACHO Vistos, etc. Ordeno o desentranhamento e a distribuição por dependência ao presente Juízo em autos apartado dos embargos de terceiro (fls. 54/62) e o restante dos documentos atinentes ao feito (fls. 63/109), nos termos do artigo 676 do CPC. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 03 de setembro de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ONILDA ABREU DA SILVA (OAB 2288/AM) - Processo 0029939-55.2010.8.04.0012 (012.10.029939-6) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: A Fazenda Publica do Estado do Amazonas e outro - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de Atacadao Estrela LTDA, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo executado. Honorários Indevidos. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores constritos, fl. 25, decorrente desta ação de execução. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 15 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ONILDA ABREU DA SILVA (OAB 2288/AM) - Processo 0031671-71.2010.8.04.0012 (012.10.031671-1) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de Ics Telecomunicacoes da Amazonia Ltda, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo executado. Honorários Indevidos. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores constritos, fl. 19, decorrente desta ação de execução. Determino, por meio cabível, o cancelamento da restrição oposta sobre o bem indicado às fls 24/25. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 15 de janeiro de 2019

ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: LUCIANA GUIMARÃES PINHEIRO VIEIRA (OAB 2859/AM), ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM), ADV: LUIZ EDUARDO LUSTOSA DE OLIVEIRA (OAB 833/AM) - Processo 0032311-49.2006.8.04.0001 (001.06.032311-7) - Procedimento Comum Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Marcelo Augusto Corrêa de Oliveira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas e outro - DESPACHO Vistos, etc. Intime-se o Apelado, via DJ-e, para que no prazo de 15 (quinze) dias, apresente contrarrazões ao recurso de apelação interposto às fls. 796/810. Após, remetam-se os autos ao E. TJAM. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 04 de setembro de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0033481-81.2010.8.04.0012 (012.10.033481-7) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de W VAZZOLER ALIMENTOS, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo executado. Honorários Indevidos. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores constritos, fls. 98/100, decorrente desta ação de execução. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais.

Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 16 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0037955-95.2010.8.04.0012 (012.10.037955-1) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - nte o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de ICS TELECOMUNICACOES DA AMAZONIA LTDA, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo executado. Honorários Indevidos. Sem bens penhorados ou sob constrição judicial em decorrência da execução fiscal. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 14 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ALTIZA PEREIRA DE SOUZA (OAB 6881/AM) - Processo 0038125-67.2010.8.04.0012 (012.10.038125-4) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de S E GONCALVES DO ROSARIO, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 14 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0038184-35.2003.8.04.0001 (001.03.038184-4) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não há qualquer penhorado ou sob constrição decorrente desta ação de execução fiscal.

ADV: ARINAN ALCÂNTARA DE ALMEIDA (OAB 2.353) - Processo 0038747-63.2002.8.04.0001 (001.02.038747-5) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERIDA: Comercial Oliveira Agenciamento de Navegação Ltda - Defiro pedido da exequente às pgs.866/867. Expeça-se mandado de penhora no rosto dos autos do processo nº 0044611-82.2002.8.04.0001, em trâmite na 14ª Vara Cível de Capital. Após, intime-se o patrono da executada, para tomar ciência acerca da ordem judicial. Cumpra-se. Manaus, 27 de julho de 2018 . Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0039219-64.2002.8.04.0001 (001.02.039219-3) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: ROCHAS AROMAS LTDA - De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Marco A P Costa, titular da Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual, em cumprimento à determinação de fls. 87, intime-se o Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM, via Portal Eletrônico, para que efetue o levantamento da constrição oposta sobre o veículo de placa JWS-7791.

ADV: DIÓGENES SILVA ABREU (OAB 5051/AM) - Processo 0042741-85.2010.8.04.0012 (012.10.042741-6) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERIDO: C R Santos de Oliveira - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Intimem-se as partes para requerem o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, a exequente, via portal eletrônico. P.R.I.C Manaus, 04 de setembro de 2019.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0043226-94.2005.8.04.0001 (001.05.043226-6) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: A Fazenda Publica do Amazonas - Por efeito, e com a concordância da exequente, JULGO EXTINTA, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, a presente execução fiscal, em conformidade com o §4º do art. 40 da LEF e art 924, V c/c art. 487, II, ambos do CPC, e Súmula 314 do STJ, tendo em vista a ocorrência da prescrição intercorrente. Não há contrições de bens em decorrência da presente execução. Custas processuais pela Exequente, das quais fica isenta, na forma da lei. Sem condenação em honorários advocatícios, tendo em vista a ausência de intervenção da Executada. Sem remessa necessária, em conformidade com o artigo 496, §4º, I, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 16 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0043321-18.2010.8.04.0012 (012.10.043321-1) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - Tendo em vista que a Executada não apresentou embargos à execução, embora devidamente intimada à fl. 76, defiro o pedido da Exequente à fl. 77 e determino a expedição do devido alvará. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0043321-95.2003.8.04.0001 (001.03.043321-6) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - Por efeito, declaro extinta a execução nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, ambos do Código de Processo Civil. A Executada não tem bens penhorados ou sob restrição judicial, decorrentes da presente Execução Fiscal. Sem custas, conforme determinação legal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 14 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0047680-11.2010.8.04.0012 (012.10.047680-8) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - or efeito, e com a concordância da exequente, JULGO EXTINTA, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, a presente execução fiscal, em conformidade com o §4º do art. 40 da LEF e art 924, V c/c art. 487, II, ambos do CPC, tendo em vista a ocorrência da prescrição intercorrente. Custas processuais pela Exequente, das quais fica isenta, na forma da lei. Sem condenação em honorários advocatícios, tendo em vista a ausência de intervenção da Executada. Sem remessa necessária, em conformidade com o artigo 496, §4º, I, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 21 de janeiro de 2019.

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0047777-11.2010.8.04.0012 (012.10.047777-4) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Por efeito, e com a concordância da exequente, JULGO EXTINTA, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, a presente execução fiscal, em conformidade com o §4º do art. 40 da LEF e art 924, V c/c art. 487, II, ambos do CPC, e Súmula 314 do STJ, tendo em vista a ocorrência da prescrição intercorrente. Não há bens penhorados ou sob constrição em decorrência da execução fiscal. Custas processuais pela Exequente, das quais fica isenta, na forma da lei. Sem condenação em honorários advocatícios, tendo em vista a ausência de intervenção da Executada. Sem remessa necessária, em conformidade com o artigo 496, §4º, I, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 14 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0047783-18.2010.8.04.0012 (012.10.047783-9) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - Por efeito, declaro extinta a execução nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, ambos do Código de Processo Civil. A Executada não tem bens penhorados ou sob restrição judicial, decorrentes da presente Execução Fiscal. Sem custas, conforme determinação legal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 15 de janeiro de 2019.

ADV: RUTH XIMENES DE SABÓIA (OAB 2100/AM) - Processo 0049154-94.2003.8.04.0001 (001.03.049154-2) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores constritos, fls. 35 e 86, decorrente desta ação de execução. Custas processuais pela exequente das quais é isenta, na forma da lei. Honorários Indevidos. Destarte,

inexistindo interesse das partes em recorrer, determino imediata baixa do presente feito e o arquivamento dos autos. P.R.I.C Manaus, 10 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0049778-46.2003.8.04.0001 (001.03.049778-8) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não há qualquer penhorado ou sob constrição decorrente desta ação de execução fiscal.

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0050268-05.2002.8.04.0001 (001.02.050268-1) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de Drogaria Brito LTDA, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo executado. Honorários Indevidos. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores constritos, fl. 67, decorrente desta ação de execução. Intime-se a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 10 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARIA FLORENCIA SILVA AIUB (OAB 3026/AM) - Processo 0054476-32.2002.8.04.0001 (001.02.054476-7) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de D. F. COELHO CIA. LTDA, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo executado. Honorários Indevidos. Não há bens penhorados ou sob constrição em decorrência da execução fiscal. Intime-se a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 10 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ELLEN FLORÊNCIO SANTOS ROCHA (OAB 2752/AM) - Processo 0099906-36.2004.8.04.0001 (001.04.099906-9) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não há bens penhorados ou sob constrição em decorrência da execução fiscal. Custas processuais pela exequente das quais é isenta, na forma da lei. Honorários Indevidos. Destarte, inexistindo interesse das partes em recorrer, determino imediata baixa do presente feito e o arquivamento dos autos. P.R.I.C Manaus, 09 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0100005-06.2004.8.04.0001 (001.04.100005-7) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores constritos, fl. 59, decorrente desta ação de execução. Custas processuais pela exequente das quais é isenta, na forma da lei. Honorários Indevidos. Destarte, inexistindo interesse das partes em recorrer, determino imediata baixa do presente feito e o arquivamento dos autos. P.R.I.C Manaus, 09 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0102455-19.2004.8.04.0001 (001.04.102455-0) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de COMERCIO E IMPORTAÇÃO ESPORTIVA CAMPESTRE LTDA, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo executado. Honorários Indevidos. Não há bens penhorados ou sob constrição judicial em decorrência da execução fiscal. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 09 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANDRÉ GUIMARÃES DA CRUZ (OAB 7549/AM) - Processo 0102464-78.2004.8.04.0001 (apensado ao processo 0205333-46.2009.8.04.0001) (001.04.102464-9) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXECUTADA: Jerry Materiais de Construção Ltda - DISPOSITIVO Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de JERRY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. Custas liquidadas. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 22 de janeiro de 2019.

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0203023-04.2008.8.04.0001 (001.08.203023-6) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não há bens penhorados ou sob constrição em decorrência desta ação de execução. Custas processuais pela exequente das quais é isenta, na forma da lei. Honorários Indevidos. Destarte, inexistindo interesse das partes em recorrer, determino imediata baixa do presente feito e o arquivamento dos autos. P.R.I.C Manaus, 15 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ELLEN FLORÊNCIO SANTOS ROCHA (OAB 2752/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0211798-08.2008.8.04.0001 (001.08.211798-6) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de P A Transportes Ltda, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 14 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: DENY FRANCY ARAÚJO DA ROCHA (OAB 12136/AM), ADV: JANDER RUBEM SOUZA DA ROCHA (OAB 7886/AM), ADV: VIVIAN MARIA OLIVEIRA DA FROTA (OAB 6880/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM) - Processo 0212906-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antônio Batalha da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Intime-se as partes para, em 15 dias, apresentem contrarrazões. Cumpra-se.

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0219019-08.2009.8.04.0001 (001.09.219019-8) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de Gt Reparação Automobilistica Ltda, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo executado. Intimando o mesmo para proceder o recolhimento das custas processuais. Honorários Indevidos. Expeça-se mandado de cancelamento da penhora de objetos indicados às págs. 24. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 08 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ELLEN FLORÊNCIO SANTOS ROCHA (OAB 2752/AM) - Processo 0228558-32.2008.8.04.0001 (001.08.228558-7) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução -

EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não há qualquer penhorado ou sob constrição decorrente desta ação de execução fiscal.

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0229480-05.2010.8.04.0001 (001.10.229480-2) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de MALDEN AURELIO DA SILVA, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 09 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0238402-69.2009.8.04.0001 (001.09.238402-2) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não há bens constritos em decorrência da execução fiscal. Custas processuais pela exequente das quais é isenta, na forma da lei. Honorários Indevidos. Destarte, inexistindo interesse das partes em recorrer, determino imediata baixa do presente feito e o arquivamento dos autos. P.R.I.C Manaus, 08 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: SUELY XAVIER LIMA (OAB 2750/AM) - Processo 0240910-22.2008.8.04.0001 (001.08.240910-3) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores constritos, fl. 24, decorrente desta ação de execução. Custas processuais pela exequente das quais é isenta, na forma da lei. Honorários Indevidos. Destarte, inexistindo interesse das partes em recorrer, determino imediata baixa do presente feito e o arquivamento dos autos. P.R.I.C Manaus, 09 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM), ADV: SUELY MARIA VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO (OAB 1336/AM) - Processo 0244860-05.2009.8.04.0001 (001.09.244860-8) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de D. F. Coelho Cia. Ltda, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo executado, intimando o mesmo para proceder o recolhimento das custas processuais. Honorários Indevidos. Expeça-se mandado de cancelamento da penhora do imóvel indicado às págs. 28, bem como seja intimado o fiel depositário acerca do cancelamento. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 08 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARIA FLORENCIA SILVA AIUB (OAB 3026/AM) - Processo 0250196-87.2009.8.04.0001 (001.09.250196-7) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não há bens constritos em decorrência da execução fiscal. Custas processuais pela exequente das quais é isenta, na forma da lei. Honorários Indevidos. Destarte, inexistindo interesse das partes em recorrer, determino imediata baixa do presente feito e o arquivamento dos autos. P.R.I.C Manaus, 08 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0250204-64.2009.8.04.0001 (001.09.250204-1) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores constritos, fls. 35/38 e 55/57, decorrente desta ação de execução. Custas processuais pela exequente das quais é isenta, na forma da lei. Destarte, inexistindo interesse das partes em recorrer, determino imediata baixa do presente feito e o arquivamento dos autos. P.R.I.C Manaus, 22 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: JOÃO CARLOS BEZERRA DA SILVA (OAB 6262/AM), ADV: EUGÊNIO NUNES SILVA (OAB 763A/AM), ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM), ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM) - Processo 0304310-78.2006.8.04.0001 (001.06.304310-7) - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: U I S Industrias Ltda - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Intime-se o advogado Flávio Simões da Silva Sobrinho, OAB 3.444/AM para requerer o que for de direito, no prazo de 15 dias. Cadastre-se o nome do advogado. Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos para o devido prosseguimento do feito. P.R.I.C. Manaus, 02 de setembro de 2019. Marco A P Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: ANGELA BEATRIZ GONÇALVES FALCÃO DE OLIVEIRA (OAB 891342/AM) - Processo 0319524-75.2007.8.04.0001 (001.07.319524-4) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não há qualquer penhorado ou sob constrição decorrente desta ação de execução fiscal.

ADV: ANGELA BEATRIZ GONÇALVES FALCÃO DE OLIVEIRA (OAB 891342/AM) - Processo 0319546-36.2007.8.04.0001 (001.07.319546-5) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de SÉRGIO DA SILVA CRUZ, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 15 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM), ADV: SUELY MARIA VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO (OAB 1336/AM) - Processo 0326239-36.2007.8.04.0001 (001.07.326239-1) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não há bens penhorados ou sob constrição judicial em decorrência da execução fiscal. Custas processuais pela exequente das quais é isenta, na forma da lei. Honorários Indevidos. Destarte, inexistindo interesse das partes em recorrer, determino imediata baixa do presente feito e o arquivamento dos autos. P.R.I.C Manaus, 15 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ADRIANE SIMÕES ASSAYAG RIBEIRO (OAB 2531/AM) - Processo 0326254-05.2007.8.04.0001 (001.07.326254-5) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXECUTADA: Andrade & Mendes Ltda - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores constritos, fls. 35/36, decorrente desta ação de execução. Custas processuais pela exequente das quais é isenta, na forma da lei. Honorários Indevidos. Destarte, inexistindo interesse das partes em recorrer, determino imediata baixa do presente feito e o arquivamento dos autos. P.R.I.C Manaus, 15 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: SUELY XAVIER LIMA (OAB 2750/AM) - Processo 0326943-49.2007.8.04.0001 (001.07.326943-4) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado

do Amazonas - Por efeito, e com a concordância da exequente, JULGO EXTINTA, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, a presente execução fiscal, em conformidade com o §4º do art. 40 da LEF e art 924, V c/c art. 487, II, ambos do CPC, e Súmula 314 do STJ, tendo em vista a ocorrência da prescrição intercorrente. Não há bens penhorados ou constritos nos autos. Custas processuais pela Exequente, das quais fica isenta, na forma da lei. Sem condenação em honorários advocatícios, tendo em vista a ausência de intervenção da Executada. Sem remessa necessária, em conformidade com o artigo 496, §4º, I, do CPC. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 10 de maio de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB A-99/AM) - Processo 0338615-54.2007.8.04.0001 (001.07.338615-5) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Luiza Tomoko Kuteken Shiota e outro - DESPACHO Intimem-se as partes, pelos meios cabíveis, para que no prazo de 30 (trinta) dias, requeiram o que lhes forem de direito. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Marco Antonio Pinto da Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: MARIA FLORENCIA SILVA AIUB (OAB 3026/AM) - Processo 0345507-76.2007.8.04.0001 (001.07.345507-6) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores constritos, fls. 78/82, decorrente desta ação de execução. Custas processuais pela exequente das quais é isenta, na forma da lei. Honorários Indevidos. Destarte, inexistindo interesse das partes em recorrer, determino imediata baixa do presente feito e o arquivamento dos autos. P.R.I.C Manaus, 22 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0347044-10.2007.8.04.0001 (001.07.347044-0) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Trata-se de pedido proposto pela requerente, que requer a substituição da CDA 0638/07 em razão da exclusão dos sócios. Bem como, expedição de mandado de citação dos sócios remanescentes. DEFIRO o pedido constante à fl. 208. 1- DETERMINO a substituição da CDA 0638/07 (vide fl. 3) pela CDA constante à fl. 210. 2- Expeça-se mandado de penhora e intimação aos sócios indicados à fl. 208. À secretaria para cautelas de praxe.

ADV: AYRTON DE SENA GENTIL NETO (OAB 12521/AM), ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM), ADV: TADEU DE SOUZA SILVA (OAB 6878/AM), ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM), ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM), ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB 13248/AM) - Processo 0356940-77.2007.8.04.0001 (001.07.356940-3) - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXECUTADA: Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo Ltda e outro - DESPACHO Vistos, etc. Aguarde-se a realização de qualquer ato de constrição patrimonial até que haja o contraditório do Estado do Amazonas a respeito da Exceção de Pré-Executividade colacionada às fls. 1.374/1.394. Ato contínuo, intime-se o Ente Federativo, via portal eletrônico, para que no prazo de 20 (vinte) dias, apresente manifestação acerca da referida exceção de fls. 1.374/1.394. Após, voltem-me os autos conclusos. P.I.C. Manaus, 02 de setembro de 2019 Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0600169-88.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de RIO MAR TRANSPORTES E COMERCIO LTDA nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 07 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de

ADV: FÁBIO PEREIRA GARCIA DOS SANTOS (OAB 4850/AM), ADV: DURCILENE FERREIRA FRANCO RODRIGUES (OAB 90671/MG), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM), ADV: SILVIA BARRA CAMINHA (OAB 19873/DF) - Processo 0601228-77.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Tendo em vista a apresentação do Recurso de Apelação às fls. 493/509, intime-se a Apelada, para que apresente as Contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. P. R. I. C. Manaus, 29 de agosto de 2019. Marco Antonio Pinto da Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: ISLANE MARQUES SETUBAL (OAB 7239/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0601935-79.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Multas e demais Sanções - EXECUTADA: ADELAIDE MARQUES SETÚBAL - DISPOSITIVO Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de ADELAIDE MARQUES SETÚBAL nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 29 de agosto de 2019.

ADV: VIVIAN MARIA OLIVEIRA DA FROTA (OAB 6880/AM), ADV: TAIS NAIARA SOUZA BEZERRA (OAB 12579/AM), ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM) - Processo 0602126-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Osvaldo Araujo da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Tendo em vista a Contestação apresentada às fls. 100/137, intime-se a Requerente para, caso queira, apresentar Réplica no prazo de 15 (quinze) dias. P. R. I. C. Manaus, 04 de setembro de 2019. Marco Antonio Pinto da Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: RÔMULO JOSÉ FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM), ADV: DIEGO VALENTE DE LIMA (OAB 10999/AM), ADV: JOÃO MANOEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 4677/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0604254-83.2017.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXECUTADO: Ediberto de Arruda Mendes e outros - Diante do exposto, declaro extinta a presente ação proposta pelo Estado do Amazonas em face de Comercial Hiper Ltda, nos termos do artigo 485, inciso V, do Código de Processo Civil. Não há bens constritos decorrentes desta ação. Custas processuais pela exequente, das quais é isenta na forma da lei. Honorários advocatícios devidos pelo Estado do Amazonas em favor do excipiente, os quais fixo no mínimo legal previsto no artigo 85 §3º do CPC, observando o percentual mínimo de cada faixa, acaso ultrapassada, tendo por base o proveito econômico obtido na presente ação. P.R.I.C Manaus, 02 de setembro de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0604720-77.2017.8.04.0001 - Execução Fiscal - IPVA - Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Diante de o exposto, DECLARO EXTINTA a presente de execução fiscal, nos termos do artigo 775 c/c o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não há bens penhorados ou sob constrição em decorrência da presente execução fiscal. Custas processuais pela exequente das quais é isenta, na forma da lei. Honorários Indevidos. Destarte, inexistindo interesse das partes em recorrer, determino imediata baixa do presente feito e o arquivamento dos autos. P.R.I.C Manaus, 15 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: DANIEL DE OLIVEIRA CAMPOS (OAB 5258/AM), ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0604885-27.2017.8.04.0001 - Execução Fiscal - IPVA - Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - EXECUTADO: Osmar Monteiro de Souza Filho - Assim, sendo, determino a conversão das indisponibilidade ocorrida às fls.11,14 e 26 em penhora nos termos do artigo 854 §5º do CPC. Intime-se o executado, via DJ-e, para, querendo, opor embargos à execução, no prazo de 30 (trinta) dias. À secretaria com as cautelas de praxe. P.R.I.C Manaus, 26 de agosto de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: RENATA ANDRÉA CABRAL PESTANA VIEIRA (OAB 3149/AM) - Processo 0607209-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Tomatec Fábrica de Produtos Elétricos Ltda - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 03 de setembro de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0609700-67.2017.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de Otica A Especialista LTDA, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo executado. Honorários Indevidos. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores constritos, fls. 18/19, decorrente desta ação de execução. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 15 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: LUÍS EDUARDO PESSOA PINTO (OAB 11565/CE) - Processo 0610578-89.2017.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Alíquota - REQUERENTE: F.G. Indústria e Comércio de Refeições Ltda - Pelo exposto, denego a segurança pleiteada nos autos do presente mandamus impetrado por FG INDUSTRIA E COMERCIO DE REFEIÇÕES LTDA, nos termos do artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil. Sem condenação em honorários advocatícios, ex vi súmula nº 512 do Supremo Tribunal Federal. Custas processuais já adimplidas pela Impetrante. P.I.C. Manaus, 30 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0610813-95.2013.8.04.0001 - Execução Fiscal - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de D J MATERIAIS DE CONSTRUCOES LTDA, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo executado. Honorários Indevidos. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 15 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: VANDERLEY ALMEIDA CLARINDO (OAB 8560/AM), ADV: SAUL ROGÉRIO RAMOS DE ATHAYDE (OAB 3264/AM), ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0611417-56.2013.8.04.0001 - Execução Fiscal - Multas e demais Sanções - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADA: BPA Construções Ltda - DISPOSITIVO Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de BPA CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA, nos termos do artigo 924, inciso III e artigo 775 do Código de Processo Civil c/c o art. 26 da Lei 6830/80. Sem ônus para as partes na forma do artigo 26 da LEF. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. P.R.I.C Manaus, 22 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM) - Processo 0613161-81.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Multas e demais Sanções - EXECUTADO: Sony Ericson Mobile Comunications do Brasil Ltda - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de SONY ERICSSON MOBILE COMMUNICATIONS DO BRASIL LTDA, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 22 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM), ADV: ANTONIO CHAVES ABDALLA (OAB 66493/MG) - Processo 0614798-67.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Multas e demais Sanções - EXECUTADO: BANCO ITAÚ- AGENCIA 8128 - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Expeça-se alvará judicial conforme requerido por Itaú Unibanco SA (vide fl. 76) e pelo Estado do Amazonas (vide fl. 81). À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 21 de agosto de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0615287-36.2018.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 76/87) envolvendo a CDA nº 38087/17, 43/18 (pedido nº 43437-0), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM), ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM), ADV: MARIA DO PERPETUO SOCORRO APARICIO DE SOUZA (OAB 7142/AM), ADV: MARITA SANTOS DE OLIVEIRA CORRÊA (OAB 5391/AM), ADV: IKE KENNEDY VEIGA DA SILVA (OAB 4519/AM), ADV: JOSÉ ROBERTO GIÓIA ALFAIA (OAB 1746/AM), ADV: JOSELEIDA FALCÃO MELO (OAB 10932/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM) - Processo 0615309-65.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Edson Andrade dos Santos - Desse modo, diante de tal possibilidade, inverto o ônus probatório ao DETRAN-AM e ao Estado do Amazonas para juntada de documentos que comprovem a propriedade do veículo automotor pelo Requerente. Após, voltem-me os autos conclusos. À secretaria para providências de praxe. Manaus, 17 de junho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0616705-77.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Multas e demais Sanções - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de TECH MODE SERVIÇOS DE FERRAMENTAS LTDA, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 16 de janeiro de 2019.

ADV: IRANDY RODRIGUES DA CRUZ (OAB 3294/AM), ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0619783-45.2017.8.04.0001 - Execução Fiscal - Multas e demais Sanções - EXECUTADA: Regina Fernandes do Nascimento - DISPOSITIVO Diante do exposto, ACOLHO o pedido constante às fls.21/27 para determinar de imediato o cancelamento da indisponibilidade ocorrida às fls.13 do Banco Bradesco, nos termos da fundamentação. Intimem-se as partes acerca desta decisão. À secretaria com as cautelas de estilo. P.R.I.C Manaus, 26 de agosto de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM), ADV: ROBERVAL MENDES DE SOUZA (OAB 4314/AM) - Processo 0620517-64.2015.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADO: Rede de Radiodifusão Novidade Tecnica Ltda - DISPOSITIVO Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de REDE DE RADIO DIFUSÃO NOVIDADE TÉCNICA LTDA, nos termos do artigo 924, inciso III e artigo 775 do Código de Processo Civil c/c o art. 26 da Lei 6830/80. Sem ônus para as partes na forma do artigo 26 da LEF. Sejam desbloqueados os valores acostados na pág.14 P.R.I.C Manaus, 22 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: CARLOS EDUARDO COIMBRA DONEGATTI (OAB 290089/SP) - Processo 0620811-48.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Tendo em vista a Contestação apresentada às fls. 93/108, intime-se a Requerente para, caso queira, apresentar Réplica no prazo de 15 (quinze) dias. P. R. I. C. Manaus, 04 de setembro de 2019. Marco Antonio Pinto da Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: FÁBIO PEREIRA GARCIA DOS SANTOS (OAB 4850/AM), ADV: CARLOS EDUARDO COIMBRA DONEGATTI (OAB 290089/SP) - Processo 0622825-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Antonio Nilo Pereira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Tendo em vista as Contestações apresentadas às fls. 64/81, intime-se a Requerente para, caso queira, apresentar Réplica no prazo de 15 (quinze) dias. P. R. I. C. Manaus, 04 de setembro de 2019. Marco Antonio Pinto da Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM), ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0624481-94.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Katia Maria Abreu de Albuquerque Torres - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 04 de setembro de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM), ADV: RÔMULO JOSÉ FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM) - Processo 0624876-23.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - ITCD - Imposto de Transmissão Causa Mortis - EXECUTADO: PETRONIO PINHEIRO MACHADO II - DISPOSITIVO Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de PETRONIO PINHEIRO MACHADO 2 nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 21 de janeiro de 2019.

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM), ADV: JOÃO CARLOS BEZERRA DA SILVA (OAB 6262/AM) - Processo 0625256-17.2014.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADO: Beverly Hills Distribuidora LTDA - Diante do exposto, JULGO EXTINTA a presente ação, nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil e 156, inciso I, do CTN. Custas processuais pelo executado, intime-o para realizar o pagamento. Honorário indevidos. Oficie-se, por meios cabíveis, os cartórios 3º e 6º para proceder o cancelamento de protestos AINF nº570108-2-referente a CDA nº5626/123 e AINF nº570237-2 à CDA nº5863/13, respectivamente), (vide fls.23 e 22), decorrente desta ação. Após, cumpridas às medidas e não havendo recursos, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. À secretaria com as cautelas de estilo. Manaus, 30 de agosto de 2019.

ADV: ELIAS BRASIL BENJÓ (OAB 1067/AM) - Processo 0625309-90.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0006389-85.1997.8.04.0012) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Raissa de Castro Oliveira - Intime-se a embargante, na pessoa de seu advogado, para juntar declaração de hipossuficiência econômica feita de próprio punho para fins de concessão dos benefícios da gratuidade judicial, no prazo de 5 dias. Após, voltem-me os autos conclusos. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0625610-71.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de MIR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Seja cessada penhora dos bens da pag. 37, neste mesmo diapasão intime-se o sr. FRANCISCO ALVES DE SOUZA, fiel depositário, acerca da cessação da mesma. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 15 de janeiro de 2019.

ADV: JORGE JUVENCIO SILVA (OAB 313462/SP), ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: EDUARDO MONTENEGRO DOTTA (OAB 155456/SP), ADV: BRUNO SANTICIOLI DE OLIVEIRA (OAB 278899/SP) - Processo 0625921-62.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Intime-se a Requerente para apresentar réplica, no prazo de 15 dias, querendo. Após, voltem-me os autos conclusos. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ ROBERTO LOPES CAÚLA (OAB 8151/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0627667-96.2015.8.04.0001 - Execução Fiscal - Multas e demais Sanções - EXECUTADO: FRANCISCO SA CAVALCANTE - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Intime-se a exequente, via portal eletrônico, para manifestar acerca do pedido constantes às fls. 60/64 e documentos, no prazo de 10 (dez) dias. P.R.I.C Manaus, 29 de agosto de 2019.

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM) - Processo 0627903-43.2018.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXECUTADO: Solimoes Transportes de Passageiros e Cargas Ltda - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 70/78) envolvendo a CDA nº 1237/18 e 1238/18 (pedido nº 43438-8), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: RÔMULO JOSÉ FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM), ADV: JOÃO MANOEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 4677/AM) - Processo 0630684-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - ICMS/Importação - REQUERENTE: Aggreko Energia Locação de Geradores Ltda - DISPOSITIVO Ante o exposto, concedo a tutela de urgência requerida pela Autora. Nos termos do artigo 151, inciso V do Código Tributário Nacional, determino a suspensão da exigibilidade dos débitos tributários inscritos nas CDA's nº 003569/18, 004056/18, 004057/18 e 009547/18 - Execução Fiscal nº 0609393-45.2019.8.04.0001., bem como dos protestos efetivados em seu nome no 3º Tabelionato de Protesto de Manaus: - Protocolo: 2059125 (livro: 5156, folha: 21, data do protesto: 31/08/2018, espécie: certidão da dívida ativa, vencimento: 18/07/2018, número do título: 004056/18, emissão: 24/08/2018, valor título: R$ 103.262,27 valor protestado: R$ 113.591,00 nosso número: 004056/18); - Protocolo: 2059125 (livro: 5156, folha: 22, data do protesto: 31/08/2018, espécie: certidão da dívida ativa, vencimento: 18/07/2018, número do título: 004057/18, emissão: 24/08/2018, valor título: R$ 44.630,43, valor protestado: R$ 49.095,97, nosso número: 004057/18). 5º Tabelionato de Protesto de Manaus - Protocolo: 635609, livro: 1436, folha: 210, data do protesto: 31/08/2018, espécie: certidão da dívida ativa, vencimento: 03/07/2018, número do título: 003569/18, emissão: 24/08/2018, valor título: R$ 402.051,84, valor protestado: R$ 442.259,52, nosso número: 003569/18). Cite-se o Estado do Amazonas, via portal eletrônico, para, querendo, apresentar contestação no prazo legal. Após, voltem-me os autos conclusos. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 15 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: SILVYANE PARENTE DE ARAÚJO CASTRO (OAB 7237/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 766A/AM), ADV: RAPHAEL HEINRICH BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 5885/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0631575-93.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Vdl Postos de

Derivados do Petróleo Ltda (Vdl Iii) - Tendo em vista a Contestação apresentada às fls. 75/87, intime-se a Requerente para, caso queira, apresentar Réplica no prazo de 15 (quinze) dias. P. R. I. C. Manaus, 04 de setembro de 2019. Marco Antonio Pinto da Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: ANDRÉ RICARDO DA COSTA INÁCIO (OAB 975A/AM), ADV: WESLAYNE MACEDO DE OLIVEIRA DA COSTA INÁCIO (OAB 8621/AM) - Processo 0633832-91.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Deisi Tatiana Dias - Tendo em vista a Contestação apresentada às fls. 81/114, intime-se a Requerente para, caso queira, apresentar Réplica no prazo de 15 (quinze) dias. P. R. I. C. Manaus, 03 de setembro de 2019. Marco Antonio Pinto da Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: CRISTIANE MARTINEZ CORTADA DE ARAUJO (OAB 182391SP), ADV: CAMILA APARECIDA GOMES (OAB 243685/SP) - Processo 0634030-65.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Churrascaria Búfalo Ltda - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 03 de setembro de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: PEDRO NEVES MARX (OAB 464A/AM) - Processo 0634204-40.2017.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Crédito Tributário - REQUERENTE: Bioplus Comércio e Representações de Medicamentos e Serviços de Equipamentos Médico-hospitalares Ltda. - Me - Tendo em vista a Contestação apresentada às fls. 271/276, intime-se a Requerente para, caso queira, apresentar Réplica no prazo de 15 (quinze) dias. P. R. I. C. Manaus, 04 de setembro de 2019. Marco Antonio Pinto da Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM), ADV: ALINE MELO FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 296219/SP) - Processo 0634528-35.2014.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADO: SIEMENS ELETRONICA LTDA - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de SIEMENS ELETROELETRÔNICA LTDA, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores constritos, fl. 11, decorrente desta ação de execução. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 17 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: DANILO ANDRADE MAIA (OAB A1111/AM) - Processo 0635078-54.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - ICMS / Incidência Sobre o Ativo Fixo - REQUERENTE: Petsupermarket Comércio de Produtos para Animais S/A - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, etc. Recebo a presente ação em todos os seus termos. Acautelo-me quanto ao julgamento da medida liminar para momento posterior ao contraditório das partes adversas. Dê-se ciência ao órgão de representação judicial das autoridades coatoras, via portal eletrônico, para que no prazo de 10 (dez) dias, ingresse no feito, caso queira. Intime-se a Impetrante, via DJ-e, para que no prazo de 30 (trinta) dias, recolha as despesas de locomoção do Oficial de Justiça. Após, notifiquem-se as autoridades coatoras, pelo meio cabível, para que no prazo de 10 (dez) dias, prestem informações. Por fim, voltem-me os autos conclusos. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 23 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP) - Processo 0635165-15.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: DEC NORTE COMERCIO DE COSMETICO LTDA e outro - R. hoje.Considerando que a SEFAZ -AM é órgão que faz parte da pessoa jurídica Estado do Amazonas, intime-se o requerente para emendar a petição inicial no prazo de 05 (cinco) dias,alterando o pólo passivo da demanda. Cumpra-se.Manaus, 04 de novembro de 2016.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0635224-66.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ederson Erny Araujo Melo da Silva - Tendo em vista as Contestações apresentada às fls. 37/50, intime-se a Requerente para, caso queira, apresentar Réplica no prazo de 15 (quinze) dias. P. R. I. C. Manaus, 04 de setembro de 2019. Marco Antonio Pinto da Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: JOÃO LUCAS PANTOJA VIEIRA (OAB 9982/AM), ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0636240-26.2015.8.04.0001 - Execução Fiscal - Multas e demais Sanções - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADO: Belgon Comércio de Armarinho Ltda - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls.72/86) envolvendo a CDA nº 51841/15 (pedido nº 41587-1), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0636457-06.2014.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de TUMERY AMAZÔNIA PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA., nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo executado. Honorários Indevidos. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores constritos, fls. 17/18, decorrente desta ação de execução. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 09 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ERICK MACEDO (OAB 00659PE) - Processo 0638065-34.2017.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Exclusão - ICMS - REQUERENTE: Petro Energia Indústria e Comércio Ltda - Tendo em vista a Contestação apresentada às fls. 580/609, intime-se a Requerente para, caso queira, apresentar Réplica no prazo de 15 (quinze) dias. P. R. I. C. Manaus, 04 de setembro de 2019. Marco Antonio Pinto da Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: WELLINGTON MONTEMURRO FILHO (OAB 10992/AM), ADV: ÁTILA ROMANO ARAÚJO BENJAMIN JÚNIOR (OAB 10993/AM) - Processo 0638399-68.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Distribuidora Lopes Ltda. - Tendo em vista a Contestação apresentada às fls. 54/70, intime-se a Requerente para, caso queira, apresentar Réplica no prazo de 15 (quinze) dias. P. R. I. C. Manaus, 03 de setembro de 2019. Marco Antonio Pinto da Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: LUCAS DE CASTRO RIVAS (OAB 46431/DF), ADV: RICARDO DE JESUS COLARES DE OLIVEIRA (OAB 10985/AM), ADV: MARCOS ALDENIR FERREIRA RIVAS (OAB 2250/AM), ADV: VIVIAN MARIA OLIVEIRA DA FROTA (OAB 6880/AM) - Processo 0639092-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Rufino Comércio de Alimentos Ltda - Rufino Comércio de Alimentos Ltda. - Rufino Comercio de Alimentos Ltda - Rufino Comércio de Alimentos Ltda - Rufino Comércio de Alimentos Ltda - Rufino Comercio de Alimentos Ltda, Nome Fantasia: Baratão da Carne - Rufino Comércio de Alimentos Ltda (baratão da Carne Supermercados) - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Diante de todo o exposto, homologo o pedido de desistência processual nos termos requeridos e, por via lógica, JULGO EXTINTA a presente Ação Declaratória de Crédito Tributário com pedido de tutela de evidência proposta por RUFINO COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (matriz e filiais) em face do ESTADO DO AMAZONAS, nos termos do artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Custas inicias recolhidas em sua integralidade. Honorários indevidos. P.R.I.C Manaus, 03 de setembro de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0643226-25.2017.8.04.0001 -

Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADO: Solimões Transportes de Passageiros e Cargas Eireli - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 81/93) referente a CDAs ns. 000792/17, 001146/17, 001850/17, 003741/17, 003742/17, 003847/17, 005117/17, 005118/17, 037514/17, 037756/17 e 001239/18 (pedido n° 43439-6). DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supracitado. Em ato contínuo, concedo a restrição dos seguintes veículos dados em garantia (fl. 82), via RENAJUD: - ÔNIBUS de placa BAH-3417, RENAVAM 1077391533 e Chassi 9BVT5T72XFE403240. - Ônibus de placa BBC-3813, RENAVAM 1108488762 e Chassi 9BVT2T125GE386141. Cumpra-se.

ADV: TADEU DE SOUZA SILVA (OAB 6878/AM), ADV: TATIANA ROCHA DE MENEZES E ROCHA (OAB 3663/AM) - Processo 0643640-23.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Tatiana Rocha de Menezes e Rocha - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 30 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: FRANÇOIS ANTÔNIO GALVÃO (OAB 10015/AM) - Processo 0645854-50.2018.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXECUTADO: Expresso Ocidental Logistica Integrada Ltda - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 70/79) referente a CDAs ns. 005914/18, 005916/18 e 005917/18 (pedido n° 44886-9) e CDAs Ns. 003297/18, 003298/18 e 004343/18 (pedido n° 44885-0) constante às fls. 81/89. DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supracitado. Em ato contínuo, mantenho a restrição do veículo de placa LLY8577 MODELO MON/TGX29.440 6X4 T UF RJ, de propriedade de EXPRESSO OCIDENTAL LOGÍSTICA INTEGRADA LTDA. Cumpra-se.

ADV: AUDREY LOUISE DA MATTA COSTA (OAB 6749/AM), ADV: HAMILTON ALMEIDA SILVA (OAB 12552/AM) - Processo 0646726-31.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Prazo de Recolhimento - REQUERENTE: Marques & Melo Ltda - Acautelo-me quanto à concessão da tutela provisória de urgência até que sobrevenha o contraditório. Dê-se ciência ao órgão de representação, via portal eletrônico, para que ingresse no presente feito, no prazo de 10 dias. Notifique-se a i. Autoridade Coatora para prestar as informações necessárias, no prazo de 10 dias. Intime-se o impetrante para antecipar as despesas de locomoção para fins de notificação da autoridade Coatora. Cumprida a medida, expeça-se o competente mandado. P.R.I.C. Manaus, 03 de setembro de 2019. Marco A P Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: ROOSEVELT JOBIM FILHO (OAB 3920/AM), ADV: LUNA DE SOUZA FERNANDES (OAB 12663/AM) - Processo 0646937-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - REQUERENTE: Marcos Paulo Batista Graciano - Ex positis, concedo a tutela de urgência inaudita altera pars para suspender a retenção do imposto de renda na fonte sobre os rendimentos percebidos pelo Autor, nos termos da fundamentação. Cite-se o Estado do Amazonas, via portal eletrônico, para que no prazo legal, apresente contestação, caso queira. Intime-se o autor para antecipar as despesas de locomoção do oficial de justiça para a notificação do órgão competente para fiel cumprimento do decisum. Cumprida a medida, expeça-se o competente mandado. Expeça-se ofícios aos órgãos elencados na inicial, caso seja necessário. À secretaria para providências de praxe. P.R.I.C. Manaus, 03 de setembro de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: RAFAEL SAID E SILVA (OAB 8443/AM) - Processo 0646953-21.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0831646-58.2010.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Daniel Andrade de Souza - Pelo exposto, julgo extintos os Embargos à Execução opostos por Daniel Andrade de Souza em face da Fazenda Pública, nos termos do art. 485, VI, do CPC. P.R.I.C. Manaus, 03 de setembro de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: CESAR PASSOS DE OLIVEIRA (OAB 9565/RO), ADV: GABRIEL LOPES DE SOUZA (OAB 9554/RO) - Processo 0651897-03.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - DIREITO TRIBUTÁRIO - REQUERENTE: A M Industria e Comercio de Madeiras Eireli Epp - DISPOSITIVO Ex positis, concedo a segurança no MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR impetrado por A M INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS EIRELI EPP em face de ato praticado pelo ILMO(A). SR(A). CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS (DEINF) e ILMO(A). SR(A). AGENTE DE ARRECADAÇÃO DA AGÊNCIA DE MANICORÉ/AM, ambos vinculados à SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA DO AMAZONAS - SEFAZ/AM, nos termos do artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil. Confirmo a liminar concedida às fls. 62/65. Ordeno que seja ativada a inscrição estadual da Impetrante. Honorários advocatícios indevidos, conforme súmula 512/STF. Custas processuais recolhidas às fls. 10/12. Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório, conforme artigo 14, § 1º da Lei nº 12.016/2009. P.I.C. Manaus, 03 de setembro de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: LEANDRO VENICIUS FONSECA ROZEIRA (OAB 29991/BA) - Processo 0654714-40.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - REQUERENTE: Raymundo Nonato Furukawa - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se o Sr. RAYMUNDO NONATO FURUKAWA, pelo meio cabível, para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação, no prazo d 15 dias. Cumpra-se

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0800652-08.2014.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de VESSEL -LOG COMPANHIA BRASILEIRA DE NAVE, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 16 de janeiro de 2019.

ADV: SILVYANE PARENTE DE ARAÚJO CASTRO (OAB 7237/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0803767-37.2014.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Castro e Costa Ltda - CORRESPONSÁVEL: Silvana Castro Ribeiro da Costa e outro - Diante do exposto, julgo procedente o pedido constante às fls.75/78, para determinar de imediato o cancelamento da indisponibilidade ocorrida às fls.70 do Banco Bradesco de titularidade Silvana Castro Ribeiro da Costa, nos termos da fundamentação. À secretaria com as cautelas de estilo. P.R.I.C Manaus, 02 de setembro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0812620-40.2011.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de FABIO MARQUES DA SILVA, nos termos do artigo 924, inciso III e artigo 775 do Código de Processo Civil c/c o art. 26 da Lei 6830/80. Sem ônus para as partes na forma do artigo 26 da LEF. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. P.R.I.C Manaus, 22 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: RAFAEL LINS BERTAZZO (OAB 7213/AM), ADV: VINICIUS PEDROSO DE ALBUQUERQUE LIMA (OAB 66642/RS), ADV: MARCIO BATISTA PEREIRA (OAB 69181/RJ), ADV: JOSÉ GUILHERME FONTES DE AZEVEDO COSTA (OAB 126729/RJ), ADV: BARBARA CASADO PRADO (OAB 122914/RJ), ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM), ADV: FREDERICO COSME PEREZ MELHADO (OAB 131390/RJ) - Processo 0817888-12.2010.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Petrobras Distribuidora S/A - Ante o exposto e em obediência ao acórdão da Terceira Câmara Cível (vide EDcl nº 0000792-73.2017.8.04.0000), DEFIRO a substituição da garantia de fls. 258/266 pela carta de fiança já apresentada nos presentes autos. Reconheço a idoneidade da referida fiança bancária. Decorrido in

albis o prazo para apresentação de eventual recurso, voltem-me os autos conclusos para apreciação do pedido de expedição de alvará de levantamento dos valores indisponibilizados. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 02 de setembro de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0828520-97.2010.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERENTE: Estado do Amazonas - Leia-se: CDAs nº 0459/10 e 0614/10 (fls.02 e 04), respectivamente. No mais mantenho a sentença tal qual como lançada. P.R.I.C Manaus, 26 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM), ADV: ANDRÉA PEREIRA DE FREITAS (OAB 4845/AM) - Processo 0828598-91.2010.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de OLIVEIRA FOTO DIGITAL COMERCIO E SERVICOS LTDA, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Sem bens penhorados ou sob restrição decorrente desta ação executiva. Intime-me a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C Manaus, 15 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM), ADV: ALFREDO GLUCK YOUNG (OAB 1838/AM) - Processo 0854346-52.2015.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: e K R Lima & Cia Ltda - CORRESPONSÁVEL: Ellen Kathilen Rabelo Lima e outro - Tendo em vista à ausência de valores constritos decorrente desta ação de execução fiscal, INDEFIRO o pedido de desbloqueio requerido às fls. 76/77. Intimem-se as partes interessadas acerca desta decisão, por meios cabíveis. P.R.I.C Manaus, 23 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM), ADV: NAIRANE FARIAS RABELO LEITÃO (OAB 28135/PE) - Processo 0875627-69.2012.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXECUTADO: Banco Pan S/A - Trata-se pedido do executado às fls. 126. INDEFIRO o pedido de baixa do processo, tendo em vista que o mesmo encontra-se com status de baixa definitiva (13/11/2017). INDEFIRO o pedido no que concerne a publicação de atos processuais em nome do advogado Felipe Varela Caon OAB/PE 32.765 e OAB/SP 407.087, ausente procuração para tais fins (válida até 04/2018 fl.48/50). P.R.I.C Manaus, 29 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0875679-65.2012.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, etc. Determino a conversão da indisponibilidade (vide fls. 105/107) em penhora, sem necessidade da lavratura de termo, bem como ordeno que a instituição financeira, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, transfira o montante indisponível para conta vinculada ao presente Juízo, nos termos do artigo 854, § 5º do CPC. Intime-se a Executada, via Edital, para que no prazo legal, oferte embargos à execução fiscal, caso queira. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 21 de agosto de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM), ADV: LINO RODRIGUES PESSOA NETO (OAB 5423/AM) - Processo 0875763-66.2012.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERIDO: Raudileno Ferreira Cordovil - Diante do exposto, nego o pedido proposto pelo executado às fls.53/55, nos termos da fundamentação. P.R.I.C Manaus, 28 de agosto de 2019.

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0915432-63.2011.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERENTE: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente execução fiscal promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS em face de Katia Regina Santos Sales, nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil c/c o art. 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pela Executada, na forma da Lei. Determino o cancelamento da indisponibilidade dos valores constritos, fl. 39/40, decorrente desta ação de execução. Intime-se a parte executada, por meio cabível, para proceder o recolhimento das custas processuais. Após, remetam-se os autos à contadoria para proceder baixa e o arquivamento do feito. P.R.I.C. Manaus, 08 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

Adriane Simões Assayag Ribeiro (OAB 2531/AM)
Alcemir Pessoa Figliuolo Neto (OAB 13248/AM)
Alfredo Gluck Young (OAB 1838/AM)
ALINE MELO FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 296219/SP)
Altiza Pereira de Souza (OAB 6881/AM)
André Guimarães da Cruz (OAB 7549/AM)
André Ricardo da Costa Inácio (OAB 975A/AM)
Andréa Pereira de Freitas (OAB 4845/AM)
ANGELA BEATRIZ G. F. DE OLIVEIRA BASTOS (OAB 2540/AM)
Angela Beatriz Gonçalves Falcão de Oliveira (OAB 891342/AM)
Anna Karina L. Brasil Salama (OAB 2528/AM)
Antônio Braz de Lima Neto (OAB 3669/AM)
Antonio Chaves Abdalla (OAB 66493/MG)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Arinan Alcântara de Almeida (OAB 2.353)
Átila Romano Araújo Benjamin Júnior (OAB 10993/AM)
Audrey Louise da Matta Costa (OAB 6749/AM)
Ayrton de Sena Gentil Neto (OAB 12521/AM)
Barbara Casado Prado (OAB 122914/RJ)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Bruno Santicioli de Oliveira (OAB 278899/SP)
Camila Aparecida Gomes (OAB 243685/SP)
Carlos Eduardo Coimbra Donegatti (OAB 290089/SP)
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
Caroline Retto Frota (OAB 4411/AM)
Cesar Passos de Oliveira (OAB 9565/RO)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
CRISTIANE MARTINEZ CORTADA DE ARAUJO (OAB 182391SP)
Daniel de Oliveira Campos (OAB 5258/AM)
Danilo Andrade Maia (OAB A1111/AM)
Deny Francy Araújo da Rocha (OAB 12136/AM)
Diego Valente de Lima (OAB 10999/AM)
Diógenes Silva Abreu (OAB 5051/AM)
Durcilene Ferreira Franco Rodrigues (OAB 90671/MG)
Eduardo Montenegro Dotta (OAB 155456/SP)
Elias Brasil Benjó (OAB 1067/AM)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Ellen Florêncio Santos Rocha (OAB 2752/AM)
Erick Macedo (OAB 00659PE)
Eugênio Nunes Silva (OAB 763A/AM)
Fábio Martins Ribeiro (OAB 449A/AM)
Fábio Pereira Garcia dos Santos (OAB 4850/AM)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
François Antônio Galvão (OAB 10015/AM)
Frederico Cosme Perez Melhado (OAB 131390/RJ)
Gabriel Lopes de Souza (OAB 9554/RO)
Hamilton Almeida Silva (OAB 12552/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Igor de Mendonça Campos (OAB 766A/AM)
Ike Kennedy Veiga da Silva (OAB 4519/AM)
Irandy Rodrigues da Cruz (OAB 3294/AM)
Islane Marques Setubal (OAB 7239/AM)
Jander Rubem Souza da Rocha (OAB 7886/AM)
João Carlos Bezerra da Silva (OAB 6262/AM)
João Lucas Pantoja Vieira (OAB 9982/AM)
João Manoel Silva de Oliveira (OAB 4677/AM)
JORGE JUVENCIO SILVA (OAB 313462/SP)
JOSÉ GUILHERME FONTES DE AZEVEDO COSTA (OAB 126729/RJ)
José Roberto Gióia Alfaia (OAB 1746/AM)
José Roberto Lopes Caúla (OAB 8151/AM)
Jose Roberto Marcondes (OAB 052.694/SP)
JOSELEIDA FALCÃO MELO (OAB 10932/AM)
Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB 8074/AM)
Júlio César de Vasconcellos Assad (OAB 4765/AM)

Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Leandro Venicius Fonseca Rozeira (OAB 29991/BA)
Leonardo de Borborema Blasch (OAB 2997/AM)
Lino Rodrigues Pessoa Neto (OAB 5423/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Lucas de Castro Rivas (OAB 46431/DF)
Luciana Guimarães Pinheiro Vieira (OAB 2859/AM)
Luciane Barros de Souza (OAB 4789/AM)
Luciano Araújo Tavares (OAB 12512/AM)
Lucilene Macêdo dos Santos (OAB 8545/AM)
Lucivane Carla da Silva (OAB 10109/AM)
Luís Eduardo Pessoa Pinto (OAB 11565/CE)
Luiz Eduardo Lustosa de Oliveira (OAB 833/AM)
Luna de Souza Fernandes (OAB 12663/AM)
Luzenildo Pereira Figueira (OAB 3956/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcello Henrique Soares Cipriano (OAB 4011/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 002.138/AM)
Marcio Batista Pereira (OAB 69181/RJ)
Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB 2250/AM)
Maria do Perpetuo Socorro Aparicio de Souza (OAB 7142/AM)
Maria Florencia Silva Aiub (OAB 3026/AM)
Marita Santos de Oliveira Corrêa (OAB 5391/AM)
Michele Noêmia Mendes Monteiro (OAB 4573/AM)
Nairane Farias Rabelo Leitão (OAB 28135/PE)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (OAB 1889/AM)
Onilda Abreu da Silva (OAB 2288/AM)
Paula Tosati Pradella (OAB 289381/SP)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Neves Marx (OAB 464A/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Lins Bertazzo (OAB 7213/AM)
Rafael Said e Silva (OAB 8443/AM)
Raphael Heinrich Barbosa de Oliveira (OAB 5885/AM)
Raquel Bentes de Souza do Nascimento (OAB 4819/AM)
Renata Andréa Cabral Pestana Vieira (OAB 3149/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Ricardo de Jesus Colares de Oliveira (OAB 10985/AM)
Roberto Cardone (OAB 196924/SP)
Roberval Mendes de Souza (OAB 4314/AM)
Rômulo José Fernandes da Silva (OAB 1818/AM)
Ronald de Souza Carpinteiro Péres (OAB 2178/AM)
Roosevelt Jobim Filho (OAB 3920/AM)
Ruth Ximenes de Sabóia (OAB 2100/AM)
Saul Rogério Ramos de Athayde (OAB 3264/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
SILVIA BARRA CAMINHA (OAB 19873/DF)
Silvyane Parente de Araújo Castro (OAB 7237/AM)
Simonete Gomes Santos (OAB 2516/AM)
Suely Maria Vieira da Rocha Barbirato (OAB 1336/AM)
Suely Xavier Lima (OAB 2750/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Tadeu de Souza Silva (OAB 6878/AM)
Tais Naiara Souza Bezerra (OAB 12579/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Tatiana Rocha de Menezes e Rocha (OAB 3663/AM)
Vanderley Almeida Clarindo (OAB 8560/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB A-99/AM)
Vinicius Pedroso de Albuquerque Lima (OAB 66642/RS)
Vivian Maria Oliveira da Frota (OAB 6880/AM)
Wagner Ricardo Ferreira Penha (OAB 2924/AM)
Waldir Gomes Ferreira (OAB 474A/AM)
Wellington Montemurro Filho (OAB 10992/AM)
Weslayne Macedo de Oliveira da Costa Inácio (OAB 8621/AM)

2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

DITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PRELIMINAR

A Doutora **Rosália Guimarães Sarmento**, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, fazendo uso de suas atribuições legais **NOTIFICA O(A)(S) DENUNCIADO(A)(S)** abaixo mencionado(a)(s)**.** conforme preceitua o art. 361,CPP, com prazo de 15 dias, para apresentação da **Defesa Preliminar** no prazo de 10(dez) dias:

Nº do Processo: 0226906-04.2013
Denunciado(a)(s): Wanderlan Fernandes de Oliveira, filho de Walter Gonçalves de Oliveira e Nedir Fernades de Oliveira.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0259/2019

ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0645659-31.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Francisco de Paula Araújo - DESPACHO 1. Notifique-se o denunciado Francisco de Paula Araújo para oferecer DEFESA PRELIMINAR, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, subscrita por Advogado(a) ou Defensor Público(a), na forma do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. 2. Caso o denunciado, notificado, deixe transcorrer in albis o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa preliminar, certifique-se tal circunstância e encaminhem-se os autos a DPE para que a Defensoria Pública assuma a defesa técnica do denunciado, nos termos do § 3º do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. 3. Após a efetiva apresentação da defesa preliminar, voltem-me os autos conclusos (incluir na fila: análise de denúncia) para impulso oficial, evitando-se conclusões antes do cumprimento (e certificação nos autos) de todas as diligências determinadas neste despacho. 4. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. CUMPRA-SE. Manaus, 04 de setembro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0261/2019

ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM) - Processo 0640604-02.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Luis Maicon Bezerra dos Santos - DESPACHO Notifique-se o denunciado Luis Maicon Bezerra dos Santos para oferecer DEFESA PRELIMINAR, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, subscrita por Advogado(a) ou Defensor Público(a), na forma do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Caso o denunciado, notificados, deixem transcorrer in albis o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa preliminar, certifique-se tal circunstância e encaminhem-se os autos a DPE para que a Defensoria Pública assuma a defesa técnica do denunciado, nos termos do § 3º do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Após a efetiva apresentação da defesa preliminar, voltem-me os autos conclusos (incluir na fila: análise de denúncia) para impulso oficial, evitando-

se conclusões antes do cumprimento (e certificação nos autos) de todas as diligências determinadas neste despacho. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Ante a não localização do denunciado, no endereço declinado nos autos, determino que seja realizada consulta nos sistema SIEL e INFOJUD (caso haja nos autos os dados necessários para tanto), a fim de que seja procedida a notificação pessoal do denunciado. Em caso de ato negativo, ou impossibilidade de consulta por ausência de dados suficientes, determino seja o denunciado NOTIFICADO, por edital, e ainda, no mesmo ato, intimado para que constitua Advogado, ou solicite assistência da Defensoria Pública do Estado. Ultrapassado o prazo para manifestação, e em caso de não comparecimento do denunciado em juízo, vista à DPE/AM para atuação no feito. Após, vista ao MP, para que emita parecer acerca de decreto de prisão (em caso de descumprimento das condições impostas para permanecer em liberdade). CUMPRA-SE.

Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)

4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0243/2019

ADV: ZULDIMAR PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 8833/AM), ADV: EULER VILAÇA BATISTA BORGES (OAB 2428/AM) - Processo 0204637-97.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ruth Silva Borges - Rosiane Tavares de Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 17/09/2019 às 10:00h.

ADV: JUVENAL CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM) - Processo 0217657-92.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: DEIVERSON DA SILVA GONÇALVES - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 17/09/2019 às 08:15h.

ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0232615-83.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Rodrigo Lopes Vidinha - Erick Pinto Perrone - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 17/09/2019 às 09:30h.

ADV: MATHEUS LEÃO ALVES DA SILVA (OAB 13651/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0631071-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Y.M.S. - Fabio Ferreira da Silva Junior - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 17/09/2019 às 09:45h.

ADV: FRANCISCO DE SOUSA SANTANA JÚNIOR (OAB 9856/AM) - Processo 0633665-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Pedro Vaz Barroso Filho - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 17/09/2019 às 10:45h.

Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Euler Vilaça Batista Borges (OAB 2428/AM)
Francisco de Sousa Santana Júnior (OAB 9856/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Juvenal Canuto Fernandes (OAB 8230/AM)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)
Matheus Leão Alves da Silva (OAB 13651/AM)
Zuldimar Pereira de Oliveira (OAB 8833/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO JOÃO MARCELO NOGUEIRA MOYSÉS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KLEBERSON DA COSTA BELEM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0241/2019

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM), ADV: RUI GUILHERME MODESTO BORGES (OAB 11829/AM), ADV: GUILHERME SCHERAKMAN SIQUEIRA (OAB 10385/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0214850-02.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Charles Miranda de Castro Júnior e outro - Ante ao exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para CONDENAR os réus CHARLES MIRANDA DE CASTRO JÚNIOR e HERMES SANTAREM DE MORAES como incursos nas penas dos artigos 33, caput, da Lei n.º 11.343/2006, ABSOLVENDO-OS da imputação relativa ao art. 35 da Lei de Drogas.

ADV: RAQUEL NATALINA BRITO SILVA (OAB 10323/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM), ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0637062-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Leopoldo Augusto Souza da Cruz - Luis Henrique da Silva Dantas - 3. DISPOSITIVO Ante ao exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia para: 1) CONDENAR os acusados LEOPOLDO AUGUSTO SOUZA DA CRUZ e LUÍS HENRIQUE DA SILVA DANTAS, como incursos nas penas do Art. 33, caput da Lei nº 11.343/06. 2) ABSOLVER LEOPOLDO AUGUSTO SOUZA DA CRUZ e LUÍS HENRIQUE DA SILVA DANTAS da imputação da prática da infração penal descrita no Art. 35, caput, da da Lei nº 11.343/2006, por insuficiência de provas, com fulcro no Art. 386, VII, do Código de Processo Penal. Passo à individualização da pena.

Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Guilherme Scherakman Siqueira (OAB 10385/AM)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Raquel Natalina Brito Silva (OAB 10323/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Rui Guilherme Modesto Borges (OAB 11829/AM)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes
Processo n.: 0633718-84.2019.8.04.0001

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Rafael Rodrigo da Silva Raposo, Juiz(a) de Direito da 4ª V.E.C.U.T.E., da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil etc, FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 4ª V.E.C.U.T.E., instalada na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5137, Manaus-AM - E-mail: 4vecute@tjam.jus.br, tramita o processo n. 0633718-84.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado VALDEILSON DE MATOS PEREIRA, Brasileiro(a), Casado, Pintor, RG 24793906SSP/AM, pai WALTER ALFAIA PEREIRA, mãe BENVINDA FERREIRA MATOS, Nascido/Nascida 12/03/1992, natural de Boa Vista do Ramos - AM, com endereço à Avenida Arquiteto José Henrique, 203, Apto 203, Monte das Oliveiras, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do artigo 33 da Lei 11.343/06. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Notificação, com o prazo de

15 dias, conforme artigo 361 do Código de Processo Penal, pelo qual ficará NOTIFICADO para, findo o prazo do edital, responder à acusação, por escrito, por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 55 da Lei 11.343/06, sob pena de nomeação de defensor. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Eu, DANIELLE CRISTINA BARBOSA LOPES DO CARMO, Assistente Judiciário, digitei; e eu, Kleberson da Costa Belem, Diretor(a) de Secretaria, subscrevo.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes

Processo n.: 0601314-77.2019.8.04.0001

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Rafael Rodrigo da Silva Raposo, Juiz(a) de Direito da 4ª V.E.C.U.T.E., da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil etc, FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 4ª V.E.C.U.T.E., instalada na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5137, Manaus-AM - E-mail: 4vecute@tjam.jus.br, tramita o processo n. 0601314-77.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado ANTONIO DA CRUZ RIBEIRO, pai Valdeci Ribeiro, mãe Maria Lucia Mendes da Cruz, Nascido/Nascida 26/08/1997, natural de Maues - AM, com endereço à Rua 01, 19, SAO JOSE OPERARIO, CEP 69086-020, Manaus - AM, como incurso nas penas do artigo 33 da Lei 11.343/06. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Notificação, com o prazo de 15 dias, conforme artigo 361 do Código de Processo Penal, pelo qual ficará NOTIFICADO para, findo o prazo do edital, responder à acusação, por escrito, por intermédio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 55 da Lei 11.343/06, sob pena de nomeação de defensor. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Eu, DANIELLE CRISTINA BARBOSA LOPES DO CARMO, Assistente Judiciário, digitei; e eu, Kleberson da Costa Belem, Diretor(a) de Secretaria, subscrevo.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO JOÃO MARCELO NOGUEIRA MOYSÉS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KLEBERSON DA COSTA BELEM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0238/2019

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: PIERRE MANOEL EUGENE TELES CHOTTARD (OAB 13239/AM) - Processo 0212493-49.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Antonio Batista Dias - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA DENÚNCIA E CONDENO O RÉU Antonio Batista Dias nas sanções previstas no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, pela conduta de “ter em depósito” substância entorpecente de uso proscrito no Brasil. Desta forma, passo a dosar-lhe a pena, com observância do disposto nos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro e, com preponderância, do art. 42 da Lei 11.343/2006.

ADV: EDIERI MARIA MOUSINHO ABITBOL (OAB 7862/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0219238-45.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gardenia Santos da Siilva - Robson Santos da Silva - VALCICLEI OLIVEIRA CABRAL - Ante ao exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para: 1) CONDENAR réu ROBSON SANTOS DA SILVA como incurso nas penas do art. 33, caput da Lei nº 11.343/2006 e ABSOLVE-LO da prática do crime capitulado no art. 35, caput da Lei nº 11.343/2006. 2) ABSOLVER o réu VALCICLEI OLIVEIRA CABRAL da prática da infração penal descrita no art. 33, caput, e do art. 35, ambos da Lei nº 11.343/2006, por insuficiência de provas, com fulcro no art. 386, VII, do Código de Processo Penal. 3) ABSOLVER a ré GARDÊNIA SANTOS DA SILVA da prática da infração penal descrita no art. 33, caput e do art. 35, ambos da Lei nº 11.343/2006, por insuficiência de provas, com fulcro no Art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

ADV: CLAUDEMIRO DE ANDRADE BENTES JÚNIOR (OAB 8219/AM) - Processo 0223147-95.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: David Melo Leite e outro - Ante ao exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para CONDENAR o réu THIAGO DO LAGO LIMA como incurso nas penas do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 e ABSOLVÊ-LO da imputação relativa ao art. 35 da Lei de Drogas, bem como ABSOLVER o réu DAVID MELO LEITE dos crimes que lhe foram imputados.

ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM) - Processo 0225383-20.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTOR: A Sociedade - RÉU: Denildo Fortes Lopes - Nesse caso, a dúvida autoriza a absolvição, com base no princípio “in dubio pro reo”, uma vez que, muito embora seja indubitável a materialidade, os indícios colhidos não levaram à certeza da autoria. Em face do exposto e a tudo o mais que dos autos consta, ABSOLVO Denildo Fortes Lopes, com fulcro no art. 386, VII, do Código de Processo Penal. Restitua-se os bens e valores porventura

ADV: CAMILA GUIMARÃES DE LIMA (OAB 13098/AM) - Processo 0246757-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Israel Matos Alexandre - Ante ao exposto, julgo PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para: 1) CONDENAR o acusado como incursos nas penas dos Arts. 33, caput e art. 40, V, ambos da Lei nº 11.343/2006.

ADV: EDILSON DA COSTA SILVA (OAB 9884/AM), ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0622865-16.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Jeferson de Souza Moraes e outro - O pedido formulado não inova em relação ao pleito juntado às fls. 52/59, de modo que, não havendo alteração do quadro fático probatório, indefiro, utilizando da fundamentação per relationem. Intimem-se, e após retornem os autos para análise quanto ao recebimento da denúncia.

Camila Guimarães de Lima (OAB 13098/AM)
Claudemiro de Andrade Bentes Júnior (OAB 8219/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Edieri Maria Mousinho Abitbol (OAB 7862/AM)
Edilson da Costa Silva (OAB 9884/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
PIERRE MANOEL EUGENE TELES CHOTTARD (OAB 13239/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KLEBERSON DA COSTA BELEM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0244/2019

ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0234361-83.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: RUAN CARLOS DA SILVA NUNES - 1 Dê-se vista ao Ministério Público quanto ao pedido formulado pela defesa, bem como, às partes para MEMORIAIS, concedendo-se o prazo de 05 (cinco) dias, primeiro à acusação, depois à defesa.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: WILLIAM DA SILVA SIMONETTI (OAB 7441/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0604270-71.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: YURI DA SILVA ANDRADE e outros - 3. DISPOSITIVO: Ante

ao exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para: 1) CONDENAR o réu YURI DA SILVA ANDRADE, como incurso nas penas do Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006. 2) ABSOLVER os réus FREDILEY COELHO DA CUNHA, HUDSON SOUTO DA SILVA E CRISTIANO DE OLIVEIRA GUEDES, da imputação da prática da infração penal descrita no Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, por insuficiência de provas, com fulcro no Art. 386, VII, do Código de Processo Penal. 3) ABSOLVER os réus YURI DA SILVA ANDRADE, FREDILEY COELHO DA CUNHA, HUDSON SOUTO DA SILVA E CRISTIANO DE OLIVEIRA GUEDES, da imputação da prática da infração penal descrita no Art. 35, caput, da Lei nº 11.343/2006, por insuficiência de provas, com fulcro no Art. 386, VII, do Código de Processo Penal. Passo à individualização da pena do réu Yuri da Silva Andrade.

ADV: DELIAN PEREIRA DOS SANTOS (OAB 11743/AM), ADV: LILIAN BONNE CALDAS LOECHLE (OAB 14454/AM), ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0610741-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Leandro da Silva Chami - Marcelo Frederico Laborda Junior e outros - 1 Dê-se vista ao Ministério Público quanto ao pedido formulado pela defesa, bem como, às partes para MEMORIAIS, concedendo-se o prazo de 05 (cinco) dias, primeiro à acusação, depois à defesa.

ADV: LEONARDO DA PENHA ALVES (OAB 13649/AM) - Processo 0612338-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Greyce Kelly Sampaio Vieira e outro - Isto posto, por evidente que não merece acolhimento o pedido formulado nos autos pela Requerente. Seria no mínimo contraproducente autorizar que a Ré possa voltar a frequentar a unidade prisional em que tentou ingressar portando substância entorpecente, razão pela qual INDEFIRO o pleito de fls. 133/135 Intimem-se.

Delian Pereira dos Santos (OAB 11743/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Leonardo da Penha Alves (OAB 13649/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lilian Bonne Caldas Loechle (OAB 14454/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
William da Silva Simonetti (OAB 7441/AM)

2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0194/2019

ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM) - Processo 0046368-14.2002.8.04.0001 (001.02.046368-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: R.S.P. - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER o(a) Réu(é) Robson dos Santos Paiva das acusações contra si imputadas, ante a ausência de provas quanto à materialidade do delito, à luz do artigo 386, II, Código de Processo Penal.

ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM) - Processo 0216468-84.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: Adelson Neves Lima - 3. DISPOSITIVO Isto posto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do Réu Adelson Neves Lima, nos termos do artigo 107, inciso I, do Código Penal Brasileiro c/c artigo 62, do Código de Processo Penal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Publique-se. Intimem-se.

ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM), ADV: RAIMUNDO NONATO ALVES GOMES (OAB 6801/AM), ADV: GERALDO ALBUQUERQUE DA MATA (OAB 1394/AM), ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM) - Processo 0222634-64.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: L.C.D. - CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 07/10/2019 às 10:15h. Providencias pela Secretaria: 1) Intimação/Requisição do(s) réu(s); e 2) Intimação da(s) Vitima(s)

ADV: LUCIANO MOURA MACIEL (OAB 6744/AM) - Processo 0223312-45.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: J.B.S.S. - 3. DISPOSITIVO Isto posto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do Réu João Bosco Seabra da Silva, nos termos do artigo 107, I, do Código Penal Brasileiro c/c artigo 62, do Código de Processo Penal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Publique-se. Intimem-se.

ADV: RUI GUILHERME MODESTO BORGES (OAB 11829/AM), ADV: DHEYMISON ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 12223/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0231799-28.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0266384-82.2014.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Dignidade Sexual - RÉU: H.F.C. - CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 23/03/2020 às 09:30h. Providencias pela Secretaria: 1) Intimação do réu; e 2) Intimação da Vitima e Testemunhas arroladas na Denúncia.

ADV: JOSE RICARDO VIEIRA TRINDADE (OAB 1459/AM) - Processo 0500540-25.2008.8.04.0001 (001.08.500540-2) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: A.F.L. - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, observada a pena máxima abstratamente cominada para o delito em tela, e em consonância com entendimento ministerial, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do Réu

ADV: ANA CLÁUDIA CASTRO DE HOLANDA (OAB 4405/AM), ADV: RICARDO MARCELO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 4596/AM), ADV: JOSE RICARDO VIEIRA TRINDADE (OAB 1459/AM) - Processo 0500540-25.2008.8.04.0001 (001.08.500540-2) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - AUTOR: M.P.E.A.P.G. - RÉU: A.F.L. - VÍTIMA: Marciane Mendes Ladislau - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, observada a pena máxima abstratamente cominada para o delito em tela, e em consonância com entendimento ministerial, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do Réu

ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0613487-36.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente - RÉU: D.R.S. - Isto posto, DEFIRO a juntada de instrumento procuratório de fl. 429.

Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Ana Cláudia Castro de Holanda (OAB 4405/AM)
Carmem Mello Moura (OAB 3649/AM)
Dheymison Albuquerque da Silva (OAB 12223/AM)
Geraldo Albuquerque da Mata (OAB 1394/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Jose Ricardo Vieira Trindade (OAB 1459/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Luciano Moura Maciel (OAB 6744/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Raimundo Nonato Alves Gomes (OAB 6801/AM)
Ricardo Marcelo Gomes de Oliveira (OAB 4596/AM)
Rui Guilherme Modesto Borges (OAB 11829/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0195/2019

ADV: LIGIER MARTINS MOREIRA JÚNIOR (OAB 6660/AM) - Processo 0602758-48.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: J.F.S. e outro - Deste modo, paute-se, com brevidade, Audiência de Instrução e Julgamento, com as intimações necessárias. Sendo o caso, expeçam-se as Cartas Precatórias pertinentes, de tudo dando ciência ao Ministério Público, ao Assistente da Acusação, se houver, e ao Defensor da Ré.

Ligier Martins Moreira Júnior (OAB 6660/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0197/2019

ADV: ALCIMAR ALMEIDA SENA (OAB 2788/AM), ADV: AURICLEIA DO CARMO OLIVEIRA DA SILVA (OAB 13544/AM), ADV: MARLON SANTOS DE OLIVEIRA (OAB 10137/AM) - Processo 0012974-16.2002.8.04.0001 (001.02.012974-3) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: N.A.L. - Ante o exposto, e tudo mais que dos autos consta, observada a pena máxima abstratamente cominada para o(s) delito(s) em tela, JULGO, por sentença, EXTINTA A PUNIBILIDADE do(a) denunciado(a) Nikson Azevedo Lofiego, devidamente qualificado(a)(s) nos autos, com fulcro nos artigos 109, III c/c 107, IV 1ª figura, ambos do Código Penal, tendo em vista a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva. Em decorrência dessa decisão, REVOGO qualquer decreto de prisão provisória determinado nesses autos, caso pendente de cumprimento. Retire-se a audiência de pauta. Publique-se. Intimem-se e arquivem-se os autos, após decurso do prazo recursal, dando-se baixa na distribuição.

ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM) - Processo 0220604-51.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: J.L.F.P. - Defiro a juntada de instrumento procuratório de fls. 202/203. Proceda-se a habilitação no Sistema de Automação da Justiça - SAJ. Após, intime-se o novo Advogado constituído para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do despacho de fl. 176. À Secretaria para as providências.

ADV: GRACIARA HIROKO VIEIRA KOBAYASHI (OAB 22002/PA) - Processo 0232721-69.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - Estupro de vulnerável - RÉU: S.C.A.R. - CERTIFICO que em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018 do (a) MM. Juiz (a) de Direito, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procedo à Designação da Audiência para o dia 21/10/2019 às 08:00h e as intimações necessárias, a fim de realizar a oitiva das vítimas Belize Alves Leal, Wellinton Alves Leal e testemunha Wallace Alves Leal, objeto da carta precatória. Consigno que, caso o Oficial de Justiça certifique que a pessoa a ser citada/intimada tenha mudado de endereço e indique o atual, fica, desde já, determinada independente de nova deliberação, a remessa da presente ao Juízo e Comarca que se referir o novo endereço, dado o caráter itinerante das Cartas Precatórias, devendo ser observada pela escrivania a comunicação ao Juízo deprecante quanto a essa remessa Desde já, fica também determinada a devolução da Carta Precatória à origem, caso o Oficial de Justiça certifique que não foi possível encontrar as pessoas em questão, não declinado o novo endereço. Após o cumprimento, efetuaremos a devolução ao Juízo de origem com as cautelas e homenagens de estilo; Por fim, providenciaremos o arquivamento e a baixa da deprecada. Eu, Luciane Almeida Moura, Estagiário(a), digitei-o e Eu, Janderson Barreto de Souza, Diretor de Secretaria, conferi-o e subscrevo-o. Manaus, 04 de setembro de 2019 DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006 Janderson Barreto de Souza Diretor de Secretaria

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0501438-38.2008.8.04.0001 (001.08.501438-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: I.S.P. - Ante o exposto, e tudo mais que dos autos consta, observada a pena máxima abstratamente cominada para o(s) delito(s) em tela, JULGO, por sentença, EXTINTA A PUNIBILIDADE do(a) denunciado(a) Ivanilson Soares Peixoto, devidamente qualificado(a)(s) nos autos, com fulcro nos artigos 109, III c/c 107, IV 1ª figura, ambos do Código Penal, tendo em vista a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva. Em decorrência dessa decisão, REVOGO qualquer decreto de prisão provisória determinado nesses autos, caso pendente de cumprimento. Retire-se a audiência de pauta. Publique-se. Intimem-se e arquivem-se os autos, após decurso do prazo recursal, dando-se baixa na distribuição.

ADV: RONIVALDO BATISTA DA SILVA (OAB 9854/AM) - Processo 0602517-74.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - AUTOR: M.P.E.A.P.G. - Forte nesses argumentos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na Denúncia, na medida em que: a) condeno o Réu Edivaldo dos Santos Correa como incurso nas penas dos artigos 217-A c/c art. 71, todos do Código Penal; b) fixo o valor da reparação dos danos causados pela infração no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a ser revertido à Vítima, com fulcro no art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal.Considerando que a pena privativa de liberdade do Réu foi fixada em 17 (dezessete) anos, 03 (três) meses e 01 (um) dia de reclusão, o regime inicial de cumprimento de pena deverá ser o regime fechado, conforme dispõe o art. 33, § 2º, “a”, do Código Penal.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0602528-06.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: R.S. - Em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018, publicada em 04.10.2018, da MMª. Juíza de Direito Titular deste Juízo, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procedo à intimação da defesa, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente os memoriais escritos, nos termos do art. 403, § 3º do CPP.

ADV: MAURÍCIO VIEIRA DE CASTRO FILHO (OAB 11035/AM), ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM), ADV: INGO DIETER PIETZSCH (OAB 6337/AM) - Processo 0610928-09.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - AUTOR: M.P.E.A.P.G. - RÉU: N.F.M. - Intime-se a Defesa constituída para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar alegações finais em forma de memoriais. Quanto ao requerimento de fl. 332, no sentido de ser oficiado à SEAP para que informe a este Juízo sobre eventual falha no equipamento de monitoração eletrônica, o INDEFIRO, pois trata-se de questão administrativa a ser dirimida entre Réu e aquela Secretaria. À Secretaria para as providências.

Alcimar Almeida Sena (OAB 2788/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Auricleia do Carmo Oliveira da Silva (OAB 13544/AM)
Graciara Hiroko Vieira Kobayashi (OAB 22002/PA)
Ingo Dieter Pietzsch (OAB 6337/AM)
Luan Vieira da Cunha (OAB 11201/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Marlon Santos de Oliveira (OAB 10137/AM)
Maurício Vieira de Castro Filho (OAB 11035/AM)
Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB 4992/AM)
Ronivaldo Batista da Silva (OAB 9854/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO ARTICLINA OLIVEIRA GUIMARÃES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JANDERSON BARRETO DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0199/2019

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0245546-16.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: M.R.S. - Em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018, publicada em 04.10.2018, da MMª. Juíza de Direito Titular deste Juízo, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Encaminho os autos ao Ministério Público, para que, no prazo legal, manifeste-se sobre a juntada do pedido de habilitação como assistente de acusação conforme procuração fls. 156/157.

Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)

SEÇÃO VII

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO REBECA DE MENDONÇA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JAIME TORQUATO DE MELO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0058/2019

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0216806-14.2018.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: P.M.M.M.M.T. - Decido Conforme se abstrai dos autos vê-se presentes os requisitos ensejadores à realização do estágio de convivência. Nessa esteira DEFIRO a GUARDA do infante I. G.s da S. aos Srs. A. S. B. e M. E. C. B. e AUTORIZO o inicio do estágio de convivência em consonância com o artigo 46, § 2º e § 4º da Lei n. 12010/09, fixando-o pelo prazo de 30 (trinta) dias, em que deverão propor a Ação de Adoção, devendo ser acompanhado pela equipe técnica deste Juizado. Expeça-se o Competente Termo de Guarda e a Guia de Desacolhimento. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0222312-05.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0229781-39.2016.8.04.0001) - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Criança - REQUERENTE: A.N.O. e outro - REQUERIDA: L.O.J. - ADOTANDO: P.L.O.J. - Pelo exposto e pelas razões supracitadas, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 485, III do Código de Processo Civil, tendo em vista a desídia da parte autora.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0222792-12.2019.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Maus Tratos - REQUERENTE: C.T.Z.L.I.M. - Vistos e examinados. Tratam os autos de Medida de Proteção em benefício de M. C. C. dos S., filha de L. da S. C.. Em solicitação às fls. 28/32, a Assistente Social do abrigo guardião F. C. M. encaminha pedido de autorização judicial para expedir a carteira de trabalho da adolescente, vez que a beneficiária desta ação encontra-se acolhida na Casa Mamãe Margarida. Pelo exposto, ante as informações constantes nos autos e que a autorização visa trazer benefícios à adolescente, AUTORIZO que a Assistente Social Folvy Calheiros Magalhães proceda, junto ao órgão competente, a emissão da Carteira de Trabalho da adolescente M. C. C. dos S.. Expeça-se o necessário para o cumprimento da decisão. Expeça-se Guia de Acolhimento. Oficie-se à instituição acolhera para encaminhar cópia do PIA a fim de que possamos adotar a medida que melhor irá resguardar os direitos da adolescente. Intime-se. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0230769-60.2016.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - DECISÃO Isto posto, em consonância com Ministério Público, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil por perda do objeto diante da impossibilidade de aplicação das medidas protetivas.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0232197-72.2019.8.04.0001 - Regularização de Registro Civil - Seção Cível - REQUERENTE: M.F.S.S. - DECISÃO Pelo exposto, diante do preenchimento dos requisitos legais e em consonância com Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para determinar que se registre o nascimento de M. V. DE S., devendo constar como genitora a Sra. Marta Ferreira de Souza dos Santos, nos termos das informações constantes neste processo, tendo em vista que não há indício de falsidade nos fatos narrados. Expeça-se mandado ao cartório de registro civil autorizando a genitora proceder ao registro de nascimento da infante. Sem custas e honorários, na forma do artigo 141, §2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dê-se ciência à nobre Promotora de Justiça. Decorrido o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0238561-31.2017.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Criança - REQUERENTE: I.M.S.L. e outro - REQUERIDO: M.C.N. e outro - ADOTANDO: C.V.C.N. - Decido. Analisado os autos e levando em consideração que não há mais o animus de dar continuidade à ação e a ausência de situação de risco, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA nos termos do artigo 485, VIII do Código de Processo Civil.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0240575-22.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0632957-24.2017.8.04.0001) - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.A.C.A.S. e outros - REQUERIDA: D.L.S. e outro - Em consonância com o Parecer Ministerial, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que oa infantea R. S. DE F. e L. S. DE F. estão sob a guarda de casal habilitado à adoção, cujo processo está em curso neste Juízo.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0244818-38.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0203199-36.2015.8.04.0001) - Adoção - Adoção de Criança - REQUERENTE: I.F.T.L. e outro - DECISÃO Ante o exposto e, pelo que demais consta dos autos, em consonância com pedido do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO e defiro a ADOÇÃO dos menores I. J. P., .I. J. P. e I. J. P. em favor das requerentes, as Sras P. B. M. e I. F. T. DE L., em caráter irrevogável, nos termos do artigo art. 1.618 do Código Civil, e artigos 39, 46, § 1°, 47 da Lei n. 12.010/09, pelo que determino: O cancelamento do registro original, com a abertura de um novo, neste constando as autoras como mães, sendo vedada qualquer observação quanto à origem do ato. Deverá do novo assentamento constar como avós maternos os genitores das adotantes, sendo também vedada qualquer observação quanto à origem do ato; O novo nome dos menores deverá ser: No caso de I. - D. I. T. de L. M.; no caso de I. - M. I. T. L. M.; no caso de Izaqueu - B. Z. T. de L. M.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0245703-52.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0248139-62.2010.8.04.0001) - Adoção - Adoção de Criança - REQUERENTE: R.V.A. e outro - REQUERIDO: J.D.C.A.G.G. - DECISÃO Ante o exposto e, pelo que demais consta dos autos, em consonância com Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DE ADOÇÃO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, das crianças Adriel Nascimento Rodrigues e Maria Ester Nascimento Rodrigues em favor dos requerentes, Srs. K. C. V. D. A. e R. V. A. em caráter irrevogável, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil, art. 1.618 do Código Civil, e artigos 39, 46, § 1°, 47 da Lei n. 12.010/09, pelo que determino: O cancelamento do registro original, com a abertura de um novo,

neste constando os autores como pais, sendo vedada qualquer observação quanto à origem do ato. Deverá do novo assentamento constar como avós maternos e avós paternos os genitores dos adotantes, sendo também vedada qualquer observação quanto à origem do ato; O nome das crianças deverão se chamar Rodrigo V. A.F..e L. C. V. D. A.

ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM) - Processo 0601561-29.2017.8.04.0001 - Ação Civil Pública Infância e Juventude - Seção Cível - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - REQUERIDO: S.S.E.A.S. e outros - DECISÃO Pelo exposto, ratifico a decisão de fls. 20/21, rejeito a preliminar arguida pelo requerido e, no mérito, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DO REQUERENTE, nos termos do art. 487, I do CPC para condenar o ESTADO DO AMAZONAS a disponibilizar CADEIRA DE RODAS MOTORIZADA especialmente produzida e adaptada para as medidas do adolescente M. DOS S. M., ao passo que consigno o cumprimento desta obrigação de fazer, conforme informação de fl. 215.

ADV: ANTÔNIO HUMBERTO BEZERRA DE MATOS JÚNIOR (OAB 8442/AM) - Processo 0601716-32.2017.8.04.0001 - Adoção - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: E.S.B. - DECISÃO Ante o exposto e, pelo que demais consta dos autos, em consonância com pedido do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, para decretar a DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR de H. de O. B. sobre a filha C. H. de O. B., com fundamento nos artigos 22 da Lei nº 8.069/90 e artigo 1.635 do Código Civil. Outrossim, defiro a ADOÇÃO UNILATERAL da menor em favor da requerente, a Sra. E. da S. B., em caráter irrevogável, nos termos do artigo art. 1.618 do Código Civil, e artigos 39, 46, § 1°, 47 da Lei n. 12.010/09, pelo que determino: O cancelamento do registro original, com a abertura de um novo, neste constando a autora como mãe, sendo vedada qualquer observação quanto à origem do ato. Deverá do novo assentamento constar como avós maternos os genitores da adotante, sendo também vedada qualquer observação quanto à origem do ato; O nome da criança deverá se chamar C. da S. B.

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0609400-08.2017.8.04.0001 - Adoção - Adoção de Criança - REQUERENTE: A.C.N.M. e outro - Decido. Analisado os autos e levando em consideração que não há mais o animus de dar continuidade à ação e a ausência de situação de risco, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA nos termos do artigo 485, VIII do Código de Processo Civil.

ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM), ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM) - Processo 0621107-07.2016.8.04.0001 - Ação Civil Pública Infância e Juventude - Abandono Intelectual - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outros - DECISÃO Pelo exposto, ratifico a decisão de fls. 91/98, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DO REQUERENTE, nos termos do art. 487, I do CPC, para condenar o Estado do Amazonas a corrigir as irregularidades mencionadas nos relatórios do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e do Departamento de Vigilância Sanitária - DVISA, que ainda estejam pendentes, na ESCOLA ESTADUAL RAIMUNDO GOMES NOGUEIRA, sob pena de multa diária de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), limitado a 10 (dez) dias-multa. Sem custas e honorários por expressa disposição legal. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM) - Processo 0622803-78.2016.8.04.0001 - Ação Civil Pública Infância e Juventude - Abandono Material - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outros - 3. DECISÃO Pelo exposto, rejeito as preliminares arguidas pelo requerido, e, no mérito, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DO REQUERENTE, nos termos do art. 487, I do CPC, para condenar o Estado do Amazonas a contratação ou o provimento de cargos de profissionais da área de Psicologia e Serviço Social para atender à demanda existente na DEPCA, bem como providenciar equipe psicossocial para cada plantão, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária de R$ 5.000,00 (cinco mil reais reais) limitados a 30 (trinta) dias-multa. Outrossim, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral para condenação do Estado do Amazonas a danos morais coletivos por entender que seria necessário avaliar casa situação isoladamente, bem como a medida seria contrária ao interesse público por ocasionar desfalque no orçamento do requerido a ser utilizado de outra forma em proveito da população. Sem custas e honorários por expressa disposição legal. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0623957-29.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Infância e Juventude - Abandono - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - DECISÃO Pelo Exposto, ratifico a decisão interlocutória de fls. 20/24 e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO nos termos do art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, para determinar que o Estado do Amazonas realize exame de ressonância magnética em benefício da criança L. E. M. DOS A., ao passo que consigno o cumprimento desta obrigação de fazer, conforme informado pelo autor em fl. 42.

ADV: LADYANE SERAFIM PEREIRA (OAB 4990/AM) - Processo 0627555-25.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Infância e Juventude - Seção Cível - IMPETRADA: M.M. e outros - DECISÃO Posto isso, e pelo que demais consta dos autos, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do CPC, PARA CONCEDER AO IMPETRANTE J. V. de S., A SEGURANÇA PLEITEADA, DEFINITIVAMENTE, RATIFICANDO OS TERMOS DA LIMINAR CONCEDIDA, PARA RECONHECER O SEU DIREITO LÍQUIDO E CERTO de matricular-se, como matriculado já foi, no CMEI Irmão Ciro Raimundo M. Fonseca.

ADV: TATIANA MUNIZ SABBÁ GUIMARÃES (OAB 6104/AM) - Processo 0635860-61.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Ensino Superior - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Olmos Seffair - DECISÃO Posto isso, e pelo que demais consta dos autos, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do CPC, para conceder a impetrante M. A. O. S., a segurança pleiteada, definitivamente, ratificando os termos da liminar concedida initio litis, para reconhecer o seu direito líquido e certo de submeter-se, como submetida já foi, ao exame supletivo do ensino médio junto à Escolas Nilton Lins e obter de forma antecipada, em face da aprovação, o certificado definitivo de conclusão do 2º grau.

ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM), ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0651186-95.2018.8.04.0001 - Ação Civil Pública Infância e Juventude - Seção Cível - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - REQUERIDO: E.A. e outro - DECISÃO Pelo exposto, ratifico a decisão de fls. 21/26, e, no mérito, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DO REQUERENTE, nos termos do art. 487, I do CPC para condenar o ESTADO DO AMAZONAS a disponibilizar os medicamentos Carbamazepina 2% (12 ml, 2x/dia) e Topiramato 25 mg (4 cp/dia), bem como Fraldas Geriátricas (tamanho "P") a adolescente L. S. V. em conformidade com a prescrição médica e enquanto durar esta indicação. Outrossim, fixo a multa diária multa diária de R$ 1.000,00 (um mil reais), limitado a 30 (trinta) dias-multa, em caso de descumprimento do ora estabelecido.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0651357-52.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0231289-20.2016.8.04.0001) - Adoção - Adoção Nacional - REQUERENTE: A.M.P.L. - ADOTANDA: K.V.F.Q. - DECISÃO Ante o exposto e, pelo que demais consta dos autos, em consonância com Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DE ADOÇÃO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, da criança K. V. F. Q. em favor da requerente, Sra. A. M. P. de L. em caráter irrevogável, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil, art. 1.618 do Código Civil, e artigos 39, 46, § 1°, 47 da Lei n. 12.010/09, pelo que determino: O cancelamento do registro original, com a abertura de um novo, neste constando a autora como mãe, sendo vedada qualquer observação quanto à origem do ato. Deverá do novo assentamento constar como avós maternos os genitores da adotante, sendo também vedada qualquer observação quanto à origem do ato; O nome da criança deverá se chamar K. V. P. DE L.

ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM) - Processo 0659182-47.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Infância e Juventude - Seção Cível - IMPETRANTE: Carlos Alves Lavor Neto - DECISÃO Posto isso, e pelo que demais consta dos autos, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do CPC, para conceder ao impetrante C. A. L. N., a segurança

pleiteada, definitivamente, ratificando os termos da liminar concedida initio litis, para reconhecer o seu direito líquido e certo de submeter-se, como submetida já foi, ao exame supletivo do ensino médio junto às Escolas Nilton Lins e obter de forma antecipada, em face da aprovação, o certificado definitivo de conclusão do 2º grau.

Antônio Humberto Bezerra de Matos Júnior (OAB 8442/AM)
César Ituassu da Silva Neto (OAB 9506/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Jucelinno Araújo Lima (OAB 8039/AM)
Ladyane Serafim Pereira (OAB 4990/AM)
Lisieux Ribeiro Lima (OAB 4486/AM)
Luciana Araújo Paes (OAB 4678/AM)
Mário Lima Wu Filho (OAB 2135A/DP)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Nilda Silva de Sousa (OAB 112/AM)
Tatiana Muniz Sabbá Guimarães (OAB 6104/AM)
Vânia Maria do Perpétuo Socorro Marques Marinho (OAB 3247A/MP)

JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 1º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO ANA LORENA TEIXEIRA GAZZINEO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARGARIDA MARIA CAVALCANTE TOMÉ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0101/2019

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0205527-18.2011.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - INDICIADO: P.F.L. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0205527-18.2011.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência da Audiência de Instrução e Julgamento pautada para o dia 18/11/2019 às 11:30h, a ser realizada na Sala de Audiência do Juízo 1 deste 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Intimem-se.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0209302-07.2012.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Decorrente de Violência Doméstica - REQUERIDO: J.S.S. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0209302-07.2012.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência da Audiência de Interrogatório do Réu pautada para o dia 16/10/2019 às 11:30h, a ser realizada na Sala de Audiência do Juízo 1 deste 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Intimem-se.

ADV: THIAGO JOSE OLIVEIRA ARAUJO (OAB 14184/AM) - Processo 0606830-21.2019.8.04.0020 (apensado ao processo 0606497-69.2019.8.04.0020) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Vias de fato - AUTORFATO: D.M.O. - O acusado, devidamente citado, conforme folhas retro, não apresentou sua defesa prévia no prazo legal, todavia, constituiu patrono. Intime-se o advogado constituído para, no prazo legal, responder a acusação, por escrito. Cumpra-se.

ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM) - Processo 0607469-73.2018.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - AUTORFATO: A.L. - O acusado, devidamente citado, conforme folhas retro, não apresentou sua defesa prévia no prazo legal, todavia, constituiu patrono. Intime-se o advogado constituído para, no prazo legal, responder a acusação, por escrito. Cumpra-se.

ADV: MEISE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS (OAB 11246/AM) - Processo 0643572-05.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Violência Doméstica Contra a Mulher - INDICIADA: A.S.N. - Diante do exposto e em consonância com o Parecer Ministerial, INDEFIRO o pedido de revogação de prisão preventiva formulado por ADENILSON DA SILVA NOBRE, com fundamento no art. 312, 313, inciso II do CPP, com o fim de acautelar a ordem pública e a integridade física e psicológica da vítima.

Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Meise Cristina Marques dos Santos (OAB 11246/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Thiago Jose Oliveira Araujo (OAB 14184/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)

3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0635022-55.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado JOSÉ BIANOR LEAL NOGUEIRA, Brasileiro(a), Convivente, Mestre de Obras, CPF 232.324.042-00, pai CARLOS MAGNO NOGUEIRA, mãe MATILDE LEAL NOGUEIRA, Nascido/Nascida 17/03/1968, natural de Santarem - PA, com endereço à Rua 05, 278, Nova Cidade, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 “caput” do(a) CP c/c Art. 21 do(a) DL 3.688/1941 e Art. 5, III c/c Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de agosto de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0635308-33.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado CLEBER ADAUTO DE MEDEIROS, Brasileiro(a), Casado, Autônomo, RG 26404468, pai Benedito Ferreira de Medeiros, mãe Nair Aparecida de Oliveira Medeiros, Nascido/Nascida 15/06/1974, natural de Mogi das Cruzes - SP, Outros Dados: 98243-3506, com endereço à Avenida Rodrigo Otávio, 47, Japiim, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 99188-5233, como incurso nas penas do Art. 65 do(a) DL 3.688/1941 e Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o

referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de agosto de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0647590-06.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado JOAO DA COSTA PINTO, Brasileiro(a), RG 04901142, CPF 145.487.042-72, pai Lucas Barros Pinto, mãe Izabel da Costa Pinto, Nascido/Nascida 08/11/1960, natural de Obidos - PA, com endereço à RUA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, 174, COLONIA OLIVEIRA MACHADO, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 “caput” do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de agosto de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0647922-70.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado GERSON GAMA DE OLIVEIRA, Brasileiro(a), Casado, RG 1062680-8, pai JOSE ALBERTO DE OLIVEIRA, mãe DALGISA RODRIGUES GAMA, Nascido/Nascida 21/09/1972, natural de Manaus - AM, com endereço à RUA NOVA OLINDA, 61, JAPIINLANDIA, JAPIIM, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 21 do(a) DL 3.688/1941 c/c Art. 5, III e Art. 7, I, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de agosto de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0643206-97.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado JOSÉ OLIVEIRA AMAZONAS, Brasileiro(a), natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Dr. Machado, 678, Praça 14 de Janeiro, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 129 § 9º do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de agosto de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0601740-89.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado IZEQUIEL DE FREITAS LOPES, Brasileiro(a), pai FELISBERTO VIEIRA LOPES, mãe OSCARINA DE FREITAS LOPES, Nascido/Nascida 07/02/1986, natural de Manaus - AM, com endereço à Beco Felicidade, 111, São José Operário, Cidade Nova, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 “caput” do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de agosto de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0616460-61.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado BINAEL COSTA SOUZA, Brasileiro(a), RG 845745, mãe LIDALVA COSTA SOUZA, Nascido/Nascida 23/08/1969, natural de Manaus - AM, com endereço à Avenida Ephigênio Sales, 92, Condomínio Mundi, Aleixo, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 21 do(a) DL 3.688/1941 c/c Art. 5, III e Art. 7, I, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de agosto de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0635010-41.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado MICHEL PLATTINNI ALEXANDRE BONGART DE OLIVEIRA, Brasileiro(a), RG 1948810-6, pai Lazaro Lopes Maia, mãe Francinete Soares de Oliveira, Nascido/Nascida 06/10/1987, com endereço à AVENIDA TORQUATO TAPAJOS, 6930, CONDOMiNIO ALLEGRO CLUB, APTO. 204 TORRE 32, COLONIA TERRA NOVA, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 21 do(a) DL 3.688/1941 c/c Art. 5, III e Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de agosto de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0656472-54.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado JOÃO CARLOS LIMA RAMOS, Brasileiro(a), Solteiro, RG 12275530, mãe JOSAFÁ LIMA RAMOS, Nascido/Nascida 11/11/1975, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Rio Eufrates, 11, Colônia Terra Nova, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 “caput” do(a) CP c/c Art. 5, III c/c Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de agosto de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0653654-32.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado FABRICIO CABRAL DA GLORIA, Brasileiro(a), Convivente, Autônomo, RG 20265972, CPF 007.130.752-44, pai RUI BARBOSA DA GLORIA, mãe MARIA ALICE LIMA CABRAL, Nascido/Nascida 30/07/1987, natural de Manaus - AM, com endereço à TRAV ANDORINHA DO MAR (ANT NATAL), 155, COLONIA TERRA NOVA, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 “caput” do(a) CP c/c Art. 5, II e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de agosto de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0616406-95.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado SILVIO MACEDO CARDOSO, Brasileiro(a), Pedreiro, RG 1119003-5, pai Miguel

Monte Cardoso, mãe Judith Guimarães Macedo, Nascido/Nascida 08/12/1973, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua 212, 20, Cidadão 5, Nova Cidade, Fone 99365-3850, como incurso nas penas do Art. 129 § 9º do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de agosto de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0601078-38.2019.8.04.0030, que a Justiça Pública move contra o acusado FABIO ALVES DA SILVA, Brasileiro(a), RG 1572059-4, pai DOMINGOS GOMES DA SILVA, mãe VALDIVA ALVES SILVA, Nascido/Nascida 15/06/1982, natural de Manaus - AM, com endereço à Av. Solimões, 86, Santo Agostinho, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 92 99115 2918, como incurso nas penas do Art. 147 “caput” do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de agosto de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0621080-53.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado JULIO CESAR MACIEL DE NELES, Brasileiro(a), Convivente, Outros, RG 1047892-2, mãe Paula Dioniza Ferreira, Nascido/Nascida 31/01/1975, natural de Manaus - AM, com endereço à Beco São José, 50, Aleixo, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 “caput” c/c Art. 69 “caput” ambos do(a) CP e Art. 5, III c/c Art. 7, I, II ambos do(a) LEI 11340/2006 e Art. 129 § 9º do(a) CP. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0661858-65.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA AZEVEDO, Brasileiro(a), RG 1143314-0, mãe Maria José Oliveira Azevedo, Nascido/Nascida 06/07/1974, natural de Santarem - PA, com endereço à Rua Filadelfia, 207, Colônia Terra Nova, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 99283-2052 , como incurso nas penas do Art. 129 § 9º do(a) CP e Art. 5 e Art. 7, I, II, III, V ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0658292-11.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado SAMUEL ALMEIDA DE CARVALHO, Brasileiro(a), Solteiro, Outros, CPF 745.564.442-68, pai FRANCISCO CAVALCANTE, mãe MARIA ELIETA PINHEIRO CAVALCANTE, Nascido/Nascida 19/05/1984, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Boa Esperança, 399, Alvorada II, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 5, II c/c Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006 e Art. 147 “caput” do(a) CP. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e

Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0657252-91.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado OLANDIR LEMES DOS SANTOS, Brasileiro(a), Solteiro, Autônomo, RG 13463489, CPF 414.112.852-04, pai JOAQUIM LEMOS DOS SANTOS, mãe MARIA DE LOURDES DOS SANTOS, Nascido/Nascida 27/06/1972, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Samambaia, 203, 2º Andar, Bl 07 - Res. Manauara I, Santa Etelvina, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 129 § 9º c/c Art. 147 “caput” c/c Art. 69 “caput” todos do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0656378-09.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado WILTON DOS SANTOS CUNHA, Brasileiro(a), Solteiro, Pedreiro, RG 2272627-6, CPF 000.388.822-30, pai José Wilton Sales Cunha, mãe Marineida Batalha dos Santos, Nascido/Nascida 19/05/1989, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Palestina, 22, Comunidade Nossa Senhora de Fátima, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 “caput” do(a) CP e Art. 5, II e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0621032-60.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado BRUNO FRANK DOS SANTOS ASSUNÇÃO, Brasileiro(a), Casado, RG 22913912, pai Paulo Gustavo Leitão de Assunção, mãe Maria Ranusia Geronimo dos Santos, Nascido/Nascida 31/10/1995, natural de Manaus - AM, com endereço à Avenida Lirio do Amazonas, Comunidade São João (KM 4 da BR 174), S/N, Lanchonete em frente a UBS, Casa de Cor Verde, Lagoa Azul, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 “caput” c/c Art. 69 “caput” ambos do(a) CP c/c Art. 5, III c/c Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006 e Art. 129 § 9º do(a) CP. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0650126-87.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado EDIVALDO MATOS DE SOUZA JUNIOR, Brasileiro(a), Casado, Desempregado, RG 22286349, CPF 000.393.912-05, pai EDVALDO MATOS DE SOUZA, mãe DOLORES DE SOUZA ARAUJO, Nascido/Nascida 20/07/1985, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua 10, 46, Casa A, Alvorada, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 “caput” do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0650126-87.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado EDIVALDO MATOS DE SOUZA JUNIOR, Brasileiro(a), Casado, Desempregado, RG 22286349, CPF 000.393.912-05, pai EDVALDO MATOS DE SOUZA, mãe DOLORES DE SOUZA ARAUJO, Nascido/Nascida 20/07/1985, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua 10, 46, Casa A, Alvorada, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0653656-02.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado JÚLIO CÉSAR CARDOSO, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 138770809, CPF 513.833.732-72, mãe Carmita Cardoso, Nascido/Nascida 26/03/1979, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua 48, 07, Novo Aleixo, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 99528-7391, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP e Art. 5, II e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0645802-54.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado LEONARDO PRAIA AMARANTES, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 2454764, mãe MARILDA RODRIGUES PRAIA, Nascido/Nascida 05/01/1992, natural de Manaus - AM, com endereço à RUA EDSON MELO, 373, ALVORADA II, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0639641-28.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado THIAGO GARCIA DE MIRANDA, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 31213561, CPF 701.467.272-07, pai FRANCISCO LÚCIO GUIMARÃES MIRANDA, mãe ANDREA GARCIA DE MIRANDA, Nascido/Nascida 07/09/1999, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Hortelã dos Campos, Loteamento Águas Claras, S/N, Casa de Madeira de cor Rosa/ px a ofic.do Ceará, Novo Aleixo, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 99217-5156, como incurso nas penas do Art. 129 § 9º do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0647943-46.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado JOSE ANDRADE

ADRIANO, Brasileiro(a), Solteiro, Autônomo, RG 14457415, CPF 666.583.062-49, pai JOSE PAULINO ADRIANO, mãe MARIA ANDRADE, Nascido/Nascida 27/04/1981, natural de Novo Airao - AM, com endereço à RUA RIO JAVARI, 25, COLONIA TERRA NOVA, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 92 994409880, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0628031-63.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado DARCIO CUNHA BARRETO, Brasileiro(a), com endereço à RUA 02, 29, CONJUNTO SANTA CRUZ, FLORES, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 129 § 9º do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0650034-12.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado PAULO ANDRÉ DESIDERI AZIZE, Brasileiro(a), Solteiro, Empresário, CPF 476.034.532-91, pai JORGE AZIZE ABRAHIM, mãe MARIA AUXILIADORA DESIDERI AZIZE, Nascido/Nascida 28/09/1976, natural de Manaus - AM, com endereço à AVENIDA MARIO YPIRANGA, 1939, ADRIANÓPOLIS, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 129 § 9º do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0653094-90.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado ANA NAZARE PINTO DA SILVA, Brasileiro(a), Solteira, Prendas do Lar, RG 33890790, CPF 904.445.312-20, mãe RAIMUNDA PINTO DA SILVA, natural de Santarem - PA, com endereço à Rua Professor Lourenço Thury, 191, Aleixo, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 21 do(a) DL 3.688/1941 c/c Art. 5, III do(a) LEI 11340/2006 e Art. 147 "caput" do(a) CP e Art. 7, II do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0659450-04.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado SANDRO GOMES DA SILVA, RG 20053002, mãe Raimunda Cosma Gomes da Silva, Nascido/Nascida 21/01/1987, natural de Labrea - AM, com endereço à Rua Tristão de Ataíde, 26, Cidade de Deus, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 21 do(a) DL 3.688/1941 c/c Art. 5, III c/c Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006 e Art. 147 "caput" do(a) CP. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0625568-51.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado WENDERSON ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA, Brasileiro(a), RG 2246932-0, mãe Mirim Cruz de Oliveira, Nascido/Nascida 11/01/1990, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Bela Vista, 71, Nova Esperança, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 129 § 9º do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0635802-92.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado DIEGO CAVALCANTE DE LIMA, Brasileiro(a), RG 3230520-6/AM, pai RAIMUNDO MIRANDA DE LIMA, mãe MARIA AUXILIADORA SOARES CAVALCANTE, Nascido/Nascida 21/08/1992, natural de Humaita - AM, com endereço à Rua K, 1827, São Cristovão, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 92 991979118, como incurso nas penas do Art. 21 do(a) DL 3.688/1941 c/c Art. 5, III e Art. 7, I, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0655900-98.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado BERNARDINO SENA PAIVA, Brasileiro(a), RG 0363618-6, mãe Cleia Dias de Sena, Nascido/Nascida 05/05/1957, com endereço à Rua Loris Cordovil, 21, Alvorada, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 “caput” c/c Art. 69 “caput” ambos do(a) CP e Art. 5, III c/c Art. 7, I, II ambos do(a) LEI 11340/2006 e Art. 21 do(a) DL 3.688/1941. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0645804-24.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado ROBERIO ALVES DE SA ROCHA, Brasileiro(a), RG 3126702-5, pai FRANCISCO ROBERIO ROCHA, mãe MARIA SONIA ALVES DE SA, Nascido/Nascida 25/09/1985, natural de Campos Sales - CE, com endereço à Rua 1, 275, C-10, Alvorada, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 92 991537541, como incurso nas penas do Art. 129 § 9º do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0658302-55.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado VANDERLEI CORREA DE SOUZA, Brasileiro(a), RG 1391222-4, pai RAIMUNDO OLIRES DE SOUSA, mãe BENEDOITA MARIA CORREA, Nascido/Nascida

01/11/1962, natural de Alenquer - PA, com endereço à Rua José Bonifácio, 28, Colônia Santo Antônio, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0655902-68.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado NEILO SILVA DO NASCIMENTO, Brasileiro(a), RG 2499368-9, mãe Maria Francinete de Abrel Silva, Nascido/Nascida 13/06/1995, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Josefá Dantas, 142, Colonia Terra Nova, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" c/c Art. 69 "caput" ambos do(a) CP e Art. 5, III c/c Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006 e Art. 21 do(a) DL 3.688/1941. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0658558-95.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado AZENILSON SOUZA DA SIVA, Brasileiro(a), Solteiro, Pedreiro, RG 24507962, CPF 965.779.322-04, pai AUZEMIRO BENTES DA SILVA, mãe MARIA SOUZA DA SILVA, Nascido/Nascida 18/04/1982, natural de Acailandia - MA, com endereço à RUA C, 07, SANTA ETELVINA, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0655612-53.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado AGENILTON MOTA VILAS BOAS, Brasileiro(a), Solteiro, Outros, RG 16752147, pai AGENOR V. BOAS FILHO, mãe FRANCISCA MOTA V. BOAS, Nascido/Nascida 20/07/1983, natural de Manaus - AM, com endereço à RUA DAS ORQUÍDEAS, 88, CONJUNTO CAMPOS SALES, TARUMÃ, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, II e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0658628-15.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado DIONEY DE SOUZA XAVIER, Brasileiro(a), Solteiro, Outros, RG 26051397, pai DIONISIO DE SOUZA XAVIER, mãe MARIA RAIMUNDA VIANA DE SOUZA, Nascido/Nascida 10/10/1993, natural de Manaus - AM, com endereço à RUA BURITI, 125, TARUMÃ, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 129 § 9º do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e

Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0600994-27.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado HENRIQUE DE OLIVEIRA COSTA, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 26675250, pai CLUDE ROGERIO ALMEIDA, mãe ROSANGELA SILVA DE LIVEIRA, Nascido/Nascida 14/10/1996, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Poranga, 99, Prox ao Posto de saúde do Ajuricaba, Redenção, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 65 do(a) DL 3.688/1941 c/c Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0615884-05.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado ALBANIR DA SILVA PALHETA, Brasileiro(a), RG 0631897-5, pai EDILSON NUNES PALHETA, mãe VALDIMARINA PEREIRA PALHETA, Nascido/Nascida 28/04/1963, natural de Manaus - AM, com endereço à Travessa Borborema (ant. 63), 101, DQ. 97-C, CIDADE NOVA, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0610340-02.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado KADIR DE LA TORRE CRUZ, Brasileiro(a), Convivente, Barbeiro, CPF 706.893.662-80, pai Elier de La Torre Ramirez, mãe Adelaines Cruz Avila, Nascido/Nascida 14/10/1991, com endereço à Rua Feliciana Costa (Ant: Nova), 136, Nossa Senhora das Graças, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 21 do(a) DL 3.688/1941 c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0215980-51.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado JOSE LUIS TENÓRIO MOREIRA, Brasileiro(a), Solteiro, RG 093968, CPF 689.253.602-68, com endereço à Avenida da União, 104, Qd 50, Bl 71, Conj. Res. Viver Melhor, Lago Azul, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 129 § 9º do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0640486-60.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado RENATO LAURINDO DE SOUZA, Brasileiro(a), Casado, RG 09531122, mãe Jandira Laurinda de Souza, Nascido/Nascida 03/09/1971, natural de Manaus - AM, com endereço à Travessa São Jose, 64, Côlonia Antônio Aleixo, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 129 § 9º do(a) CP e Art. 5, III e Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0616432-93.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado FRANCIVALDO PEREIRA DE OLIVEIRA, Brasileiro(a), pai VITAL DE OLIVEIRA, mãe MARIA IVANEIDE PEREIRA, Nascido/Nascida 02/06/1977, com endereço à RUA TUCANDIRA (AO LADO DA CASA 564), 590, PX AO EMPÓRIO ANA CLARA, COLONIA TERRA NOVA, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0644791-24.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado VALDEMAR PUCU PARDO NETO, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 28905326, mãe Sônia Pucu Pardo, Nascido/Nascida 15/06/1996, com endereço à Rua Anturio CRistalino (ant. Mirasselva), 131, prox. da Distribuidora Queiroz (casa de alvenaria, Redenção, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 99941-3003, como incurso nas penas do Art. 129 § 9º do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0619810-57.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado IRONILSON SOUZA DAMACENDO, Brasileiro(a), RG ', mãe Marinete Rufino Souza Damacendo, com endereço à Avenida Cristã (antiga Chico Mendes), 02, Próximo ao Bar Teca, Novo Israel, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 99448-6845, como incurso nas penas do Art. 21 do(a) DL 3.688/1941 c/c Art. 5, III do(a) LEI 11340/2006 e Art. 147 "caput" do(a) CP e Art. 7, II do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0620500-86.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado RAIMUNDO NONATO FERREIRA VIANA, Solteiro, RG 19865139, pai Manoel Viana, mãe Francisca Ferreira Viana, Nascido/Nascida 27/05/1982, natural de Carauari - AM, com endereço à Rua Ovídio Gomes Monteiro, 398, Alvorada, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 993812322, como incurso nas penas do Art. 129 § 9º do(a) CP c/c Art. 5, III c/c Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à

acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0600152-91.2018.8.04.0030, que a Justiça Pública move contra o acusado PAULO AUZIER BELCHIOR JUNIOR, Brasileiro(a), pai PAULO AUZIER BELCHIOR JUNIOR, mãe SOCORRO MAIA GAMA, Nascido/Nascida 11/05/1999, natural de Itacoatiara - AM, com endereço à Rua GENERAL CARNEIRO, 43, CENTRO, CEP 69000-000, Itacoatiara - AM, Fone 92 991379749, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, II e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0607006-57.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado HENRIQUE DE OLIVEIRA DA COSTA, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 26675250, pai CLAUDIO ROGERIO ALMEIDA COSTA, mãe ROSÂNGELA SILVA DE OLIVEIRA, Nascido/Nascida 14/10/1996, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Poranga, 99, FONE:92 99218 4661, Redenção, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 21 do(a) DL 3.688/1941 c/c Art. 147 "caput" c/c Art. 69 "caput" ambos do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, I, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0619146-26.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado MOISES DA ANUNCIAÇÃO CRUZ, Brasileiro(a), pai JOSE TEIXEIRA CRUZ, mãe MARIA DO SOCORRO DA ANUNCIAÇÃO CRUZ, Nascido/Nascida 21/07/1988, natural de Santarem - PA, com endereço à AVENIDA AUTAZ MIRIM (ANT GRANDE CIRCULAR), 6571, PX. A CANOPUS, SÃO JOSE, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, II c/c Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0618982-61.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado MARCUS JUNIOR LOPES PEREIRA, Brasileiro(a), Casado, Operador de Produção, RG 058157, CPF 867.516.462-91, pai MARCONDES PONTES PEREIRA, mãe EDNA LOPES PEREIRA, Nascido/Nascida 05/04/1986, natural de Parintins - AM, com endereço à Rua Pastor Eurico Nelson, 531, Quadra 19 - Conj. João Paulo II, Nova Cidade, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 92 991576506, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0616426-86.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado JOSÉ CARLOS NOGUEIRA SALES, Brasileiro(a), pai JOSE SALES E SOUZA, mãe MARIA ROSILENE NOGUEIRA MORAES, Nascido/Nascida 19/08/1995, natural de Fonte Boa - AM, com endereço à Rua do Amor, 08, Colônia Terra Nova, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 21 do(a) DL 3.688/1941 c/c Art. 147 "caput" c/c Art. 69 "caput" ambos do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, I, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0609286-98.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado CHARLES AUGUSTO DA SILVA, Brasileiro(a), Casado, Outros, RG 27257312, CPF 038.691.973-90, mãe MARIA DAS MERCES SILVA, Nascido/Nascida 13/02/1989, natural de Codo - MA, com endereço à Rua Sucupira, 165, Casa 5, Coroado, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, III c/c Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0648000-64.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado FILOMENO FERREIRA DE SOUZA, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 3503614-1, CPF 054.220.602-10, pai OTACILIO FERREIRA DE SOUZA, mãe CECILIA JESUITA DE SOUZA, Nascido/Nascida 07/05/1950, natural de Codo - MA, com endereço à Rua São Mateus, 22, Colônia Terra Nova, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de agosto de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0617502-48.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado ANTONIO SOTERO DA SILVA FILHO, Brasileiro(a), RG 07592701, pai ANTONIO SOTERO DA SILVA, mãe EMILIA AUGUSTA DA SILVA, Nascido/Nascida 08/02/1967, natural de Careiro - AM, com endereço à RUA SALIM KAHANE, 08, QD. 3, CONJUNTO BELVEDERE, PLANALTO, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0625036-77.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado GILMAR DA SILVA

MACIEL, Brasileiro(a), Industriário, RG 0894688-4, pai Moisés Passos Maciel, mãe Maria da Silva Maciel, Nascido/Nascida 06/03/1968, natural de Itacoatiara - AM, com endereço à Rua: São Pedro, comunidade José Bonifácio, 234, Próximo à Casinha de Saude, Colônia Santo Antonio, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 5, III c/c Art. 7, I, II ambos do(a) LEI 11340/2006 e Art. 129 § 9º do(a) CP. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0658652-43.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado JAIME DA CONCEICAO JACINTO, Brasileiro(a), Casado, Eletricista, CPF 431.796.572-00, pai ANTONIO JACINTO FILHO, mãe MARIA DAS GRAÇAS DA CONCEIÇÃO, Nascido/Nascida 01/04/1972, natural de Vitorino Freire - MA, com endereço à RUA BERNAL DO COUTO VL JOSEFINA, 06, UMARIZAL, Belem - PA, como incurso nas penas do Art. 21 do(a) DL 3.688/1941 c/c Art. 5, III c/c Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006 e Art. 147 "caput" do(a) CP. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0658660-20.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado MARCOS LAZARO PEREIRA DE ALCANTARA, Brasileiro(a), RG 573095-3, pai CESAR FERREIRA DE ALCANTARA, mãe MARIA PEREIRA DE ALCANTARA, Nascido/Nascida 26/10/1981, natural de Manaus - AM, com endereço à R. PROF BOTINELY (ANT TRES DE JULHO), (PX A IGREJA ADVENTSTA), 90, (OBS : TRABALHA NA SEDUC), JAPIIM, CEP 06900-000, como incurso nas penas do Art. 129 § 9º c/c Art. 147 "caput" c/c Art. 69 "caput" todos do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0624790-47.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado LUIZ DA SILVA ARAUJO, RG 1607221-9, CPF 39633802253, pai MANOEL NICOLAU ARAUJO, mãe MARIA VIEIRA DA SILVA, Nascido/ Nascida 11/01/1971, natural de Alenquer - PA, com endereço à RUA MANGA (ANT JOEL SILVA), 50, PX AO CAFE REGIONAL, SANTA ETELVINA, CEP 69059-514, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0632084-87.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado ANDERSON JUNIO OLIVEIRA MONTEIRO, Brasileiro(a), Solteiro, Autônomo, RG 16636856, CPF 000.102.122-21, pai MOACIR BARROS CARNEIRO MONTEIRO, mãe LUIZA OLIVEIRA DOS SANTOS, Nascido/Nascida 11/03/1984, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua 33, 26, Comunidade Portelinha/ Px ao campo Valdir Moraes, São José II, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 92 991790344, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente

Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0643184-39.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado ANDERSON CARDOSO BELEM, Brasileiro(a), RG 2975424-0, pai EVANDRO DA SILVA BELEM, mãe ALDA CARDOSO BELEM, Nascido/Nascida 09/10/1996, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Moises Bezerra, 935, casa V, Chagas Aguiar, Coari - AM, como incurso nas penas do Art. 129 § 9º do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, I ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 23 de agosto de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0657204-35.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado ALYSSON ROBERTO DOMINGOS DE MORAIS, Brasileiro(a), Convivente, Industriário, CPF 219.519.868-06, pai ADAIR TEIXEIRA DE MORAES, mãe MERCIA DOMINGOS CARRASCO DE MORAES, Nascido/Nascida 26/10/1977, natural de São Paulo - SP, com endereço à RUA SANTOS DUMMONT, 112, APTO 03, CENTRO, Sao Bernardo do Campo - SP, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, III c/c Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006 e Art. 65 do(a) DL 3.688/1941. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 28 de agosto de 2019. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Assistente Judiciário, que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0629281-34.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado SALOMAO GOMES DE LIMA, Brasileiro(a), RG 2220096-7, pai João Ferreira de Lima, mãe Valdevina Gomes da Silva, Nascido/Nascida 17/04/1989, natural de Manaus - AM, com endereço à RUA VIOLETA AREOSA, 364, ALVORADA, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP e Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0657186-14.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra o acusado ALEXANDRO BATISTA PAIVA, Brasileiro(a), Solteiro, Comerciante, RG 22016171, pai NIVALDO FREITAS PAIVA, mãe ALDEIDE BATISTA DE SOUZA, Nascido/Nascida 16/07/1993, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Joaquim Pimenta (Ant Paraíso 2), 517, Invasão Carlinhos da Carbrás, TARUMÃ, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, II c/c Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0202078-12.2017.8.04.0030, que a Justiça Pública move contra o acusado JANDER LÚCIO CARNEIRO FREIRE, Brasileiro(a), Divorciado, Servidor Público Estadual, RG 5784565/AM, pai LUCIO FARIAS FREIRE, mãe FRANCISCA CARNEIRO FREIRE, Nascido/Nascida 11/11/1962, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Pista da Raquete, 333, nova vitoria, como incurso nas penas do Art. 147 "caput" do(a) CP c/c Art. 5, III e Art. 7, II ambos do(a) LEI 11340/2006. E, como o referido acusado não foi encontrado, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias, pelo qual ficará CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, conforme estabelece o artigo 396 do Código de Processo Penal, com a nova redação determinada pela Lei n. 11.719/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos e especialmente do acusado, mandou expedir o presente, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, SUZIANE BELO DA SILVA, Brasileiro(a), Solteira, Prendas do Lar, RG 1594072-1, CPF 820.769.792-04, mãe MARIA ALBANIZA BELO DA SILVA, Nascido/Nascida 08/08/1983, natural de Porto Velho - RO, Rua Professora Diva Ponce, 557-A, Px Ao Prédio da Natua Kakia, Japiim, CEP 69078-420, Manaus - AM, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0631807-71.2018.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Suziane Belo da Silva, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isto posto, decreto a EXTINÇÃO do feito, por abandono autoral. Revogo decisão de fls. 10/13. Intime-se a requerente por edital.", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, FRANCISCA NORONHA DA NOBREGA, Brasileiro(a), Solteira, Dona de Casa, RG 06819664, pai Francisco da Silva Lima da Nobrega, mãe Maria da Silva Noronha, Nascido/Nascida 10/09/1962, natural de Nova Olinda do Norte - AM, Avenida Santa Helena (Ant. Santa Rosa), 754B, Rua do Lojão do Queima, Cidade de Deus, CEP 06909-921, Manaus - AM, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0618177-45.2018.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Francisca Noronha da Nobrega, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isto posto, decreto a EXTINÇÃO do feito, por abandono autoral. Revogo decisão de fls. 14/16.", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, SHARLENE DE SENA OLIVEIRA, Brasileiro(a), Solteira, Prendas do Lar, RG 1701479-4, CPF 957.234.632-68, pai Jorge Rodrigues Oliveira, mãe Valdelice Sena Oliveira, Nascido/Nascida 08/02/1985, natural de Manaus - AM, Rua Santa Maria, 172, Aliança Com Deus, Cidade de Deus, CEP 69099-644, Manaus - AM, Fone 99458-2311, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0609990-14.2019.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Sharlene de Sena Oliveira, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isso posto, diante do desaparecimento da autora, por inexatidão do endereço apontado, o que evidencia possível mudança não comunicada ao processo, DETERMINO a extinção deste, em razão do abandono processual e desistência tácita, com revogação de Decisão liminar de fls. 11/14. Intime-se desta, via edital.", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, HAILLANE DOS SANTOS PESSOA, Brasileiro(a), Solteira, Estudante, RG 27844471,

CPF 00267700245, pai HAILLAN PESSOA DOS SANTOS, mãe ALESSANDRA KARLA DE SOUZA, Nascido/Nascida 27/08/1998, natural de Parintins - AM, AV. CONSTANTINO NERY, 2229, CONDOMINIO JUSSARA, BL D, APT 108, CHAPADA, CEP 69050-001, Manaus - AM, Fone (92)98822-1621, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0620112-86.2019.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Haillane dos Santos Pessoa, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE CONFIRMAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isso posto, não havendo contrariedade ao pedido autoral, julgo extinto o feito, confirmando medidas deferidas, pelo prazo de 06 (seis) meses, contados a partir da data de intimação do Requerido (27.04.2019 - fl. 17), sem prejuízo de posterior prorrogação a pedido da ofendida." , pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, LUIZAURA DE MOURA, Brasileiro(a), Solteira, Prendas do Lar, RG 2174504-8, CPF 02458685269, pai LUIZ NEVES DE MOURA,, mãe MARIA GORETE DE MOURA, Nascido/Nascida 22/04/1987, RUA HENRY MORET (ANT. OITO), INVASÃO BOM PASTOR, SN, CONDOMÍNIO RESIDENCIAL BOM PASTOR, COLÔNIA SANTO ANTÔNIO, CEP 69093-333, Manaus - AM, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0626672-44.2019.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Luizaura de Moura, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isso posto, diante do desaparecimento da autora, o que evidencia possível mudança não comunicada ao processo, DETERMINO a extinção deste, em razão do abandono processual e desistência tácita, com revogação de Decisão liminar de fls. 10/12.", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, JOELMA GASTÃO DE CARVALHO, Brasileiro(a), Solteira, Desempregado, RG 23289350, CPF 386.871.272-00, pai Raimundo Nonato Alves de Carvalho, mãe Eleonora Gastão de Carvalho, Nascido/Nascida 26/11/1968, Av. Tenente Roxana Bonessi, 1918, Monte das Oliveiras, CEP 69093-780, Manaus - AM, Fone 98419-3156, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0613945-53.2019.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Joelma Gastão de Carvalho, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isto posto, decreto a EXTINÇÃO do feito, por abandono autoral. Revogo decisão de fls. 13/15. Intime-se a requerente por edital. Caso inexista recurso, certifique-se trânsito em julgado e arquive-se.", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, ANNE KAROLINE AGUIAR DOS SANTOS, Brasileiro(a), Solteira, Estudante, RG 32428294, pai SANDOVAL DOS SANTOS GOMES, mãe ANA PAULA DE AGUIAR GOMES, Nascido/Nascida 23/02/2000, natural de Manaus - AM, AVENIDA SAMAÚMA, 11-A, PX AO CAIC, MONTE DAS OLIVEIRAS, CEP 69093-132, Manaus - AM, Fone 99500-7637, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0626431-70.2019.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Anne Karoline Aguiar dos Santos, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isso posto, decreto a EXTINÇÃO do feito, por abandono autoral. Revogo decisão de fls. 09/11. Intime-se a requerente por edital.", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, JESSICA NOE DOS SANTOS, Brasileiro(a), Convivente, Autônomo, RG 27762297, pai Carlos Alberto Quintino dos Santos, mãe Maria Tereza Noe, Nascido/Nascida 31/10/1992, natural de Labrea - AM, Rua Tié da Mata (antiga Rua da Paz), 03, Cidade de Deus, CEP 69000-

000, Manaus - AM, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0620062-60.2019.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Jessica Noe dos Santos, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isso posto, diante do desaparecimento da autora, e evidenciada mudança não comunicada ao processo, DETERMINO a extinção deste, em razão do abandono processual e desistência tácita, com revogação de Decisão liminar de fls. 9/11.", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, MARIA DO SOCORRO LUCIO DE LIMA, Brasileiro(a), Divorciada, Prendas do Lar, RG 0392648-6, pai Francisco do Socorro Lucio de Lima, mãe Lucinda Lucio de Lima, Nascido/Nascida 26/08/1956, natural de Manaus - AM, Outros Dados: 99400-5311 (Gisele Filha), Rua Andirá Açu (Ant. Rua Rio Negro), 525, Residencial Parque Náutico do Bancrevea, Colônia Terra Nova, CEP 69000-000, Manaus - AM, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0601096-93.2018.8.04.0030, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Maria do Socorro Lucio de Lima, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DA DECISÃO a seguir transcrita: "Isto posto, deixo de conhecer do pedido de fl. 29/30, por abandono autoral. Intime-se a requerente por edital.", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, MARIA RAIMUNDA LOPES CARVALHO, Brasileiro(a), Casada, Aposentado, RG 1563217-2, CPF 158.195.402-63, pai Afonso de Almeida Carvalho, mãe Benedita Lopes Carvalho, Nascido/Nascida 20/06/1955, natural de Belem - PA, Rua 111, Qd: 208, Conjunto Cidadão VI, 120, Próximo Ao Colégio Felix Valois Px Campo futebol, Nova Cidade, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 99176-8409, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0602522-96.2019.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Maria Raimunda Lopes Carvalho, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isto posto, decreto a EXTINÇÃO do feito, por abandono autoral. Revogo decisão de fls. 15/17.", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, NATHALYA PICANÇO DE ANDRADE, Brasileiro(a), Solteira, Prendas do Lar, RG 3539971-6, mãe Cinthya Picanço de Andrade, Nascido/Nascida 24/01/1999, natural de Manaus - AM, Outros Dados: 99414-0571, Rua Professora Maria de Lourdes (Antiga Bela Vista), 40, Px À Avenida Dom Pedro e Ao Prosamim, Alvorada I, CEP 69043-670, Manaus - AM, Fone 99284-3773, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0653781-67.2018.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Nathalya Picanço de Andrade, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isto posto, decreto a EXTINÇÃO do feito, por abandono autoral. Revogo decisão de fls. 10/12.", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, JAQUELINE DIAS RIBEIRO, Brasileiro(a), Solteira, Prendas do Lar, RG 18692323, CPF 123.785.576-47, mãe Eunice Lopes Ribeiro, Nascido/Nascida 24/09/1991, natural de Itajuba - MG, Rua Barao de Itamaraca (Prq Laranjeiras), 612, Px Ao Ponto da Telha, Flores, CEP 69058-170, Manaus - AM, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0641039-10.2018.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Jaqueline Dias Ribeiro, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Ante o exposto, decreto extinção do feito por

abandono. Revogo decisão liminar (fls. 10/12). ", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, IANNY NASCIMENTO DA SILVA, Brasileiro(a), Solteira, Estagiário, RG 3124317-7, CPF 701.499.112-46, pai Adailton Nascimento Lima, mãe Iristinia Nascimento da Silva Lima, Nascido/Nascida 28/07/2000, natural de Manaus - AM, TRAVESSA BÚZIOS (ANTIGA 40 B), 01, CJ FRANCISCA MENDES, QD 02, CIDADE NOVA, CEP 69097-800, Manaus - AM, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0658320-76.2018.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Ianny Nascimento da Silva, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isso posto, decreto a EXTINÇÃO do feito, por abandono autoral. Revogo decisão de fls. 17/18.", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, AUTENIZE DOS SANTOS GATO, Brasileiro(a), Solteira, Estudante, RG 2995453-3, pai Carlos Augusto Feijão Gato, mãe Joseineia Vasconcelos dos Santos, Nascido/Nascida 18/12/1999, Rua Estados Unidos (Prq Nacoes), 262, Prox ao Atack, casa laranja, Flores, CEP 69028-110, Manaus - AM, Fone 99418-7928, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0603308-43.2019.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Autenize dos Santos Gato, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isto posto, decreto a EXTINÇÃO do feito, por abandono autoral. Revogo decisão de fls. 11/13. Intime-se a requerente por edital.", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, CRISTIANE MIRANDA ARAUJO, Brasileiro(a), Solteira, Prendas do Lar, RG 2043963-6, CPF 001.756.812-95, Rua Jorge Antônio, 207-D, Próximo à Caixa Econômica, Compensa, CEP 69035-115, Manaus - AM, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0641073-82.2018.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Cristiane Miranda Araujo, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isto posto, decreto a EXTINÇÃO do feito, por abandono autoral. Revogo decisão de fls. 8/9. Intime-se a requerente por edital.", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, DALCENIR TEIXEIRA MENDES, Brasileiro(a), Solteira, Outros, RG 5827877, Rua Nossa Senhora de Fátima, SN, 999623277, perto da sucataria, Cidade de Deus, CEP 00000-000, Manaus - AM, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0661535-60.2018.8.04.0001, em que não foram concedidas medidas protetivas em favor de Dalcenir Teixeira Mendes, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isto posto, mantenho indeferimento do pedido, extinguindo o feito. Intimem-se.", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, CRISTIANE QUEIROZ ARARIBE, Brasileiro(a), Convivente, Autônomo, mãe Maria Divina Queiroz de Lima, Nascido/Nascida 22/07/1986, natural de Manacapuru - AM, Rua e Beco Almiscar, 01, Ant. Rua Santa Mônica, Prox. a entrada do Corujão, Terra Nova, CEP 69093-456, Manaus - AM, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0644079-97.2018.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Cristiane Queiroz Araribe, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isso posto, diante do desaparecimento da autora, o que evidencia possível mudança não comunicada ao processo, DETERMINO a extinção deste, em razão do abandono processual e desistência tácita, com revogação de Decisão liminar de fls. 16/18.", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, RAYRA PIMENTEL DA SILVA, Brasileiro(a), Solteira, Desempregado, RG 21903565, pai Elias Carvalho da Silva, mãe Rozely Pimentel da Silva, Nascido/Nascida 20/11/1993, natural de Parintins - AM, Avenida Sete de Maio, 06, Rua Rubi - Comunidade Nobre, Santa Etelvina, CEP 69059-140, Manaus - AM, Fone 993089042, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0603777-89.2019.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Rayra Pimentel da Silva, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isso posto, decreto a EXTINÇÃO do feito, por abandono autoral. Revogo decisão de fls. 10/12.", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, THAINA OLIVEIRA BANDEIRA, Brasileiro(a), Solteira, Estudante, RG 2851755-5, CPF 026.926.322-57, pai Adilson Emidio Bandeira, mãe Josilangula Bezerra Oliveira, Nascido/Nascida 03/08/2000, natural de Manaus - AM, Rua Holanda (Parque das Nações), 178, Px Ao Mercadinho Silva, Flores, CEP 69028-090, Manaus - AM, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0649685-09.2018.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Thaina Oliveira Bandeira, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isso posto, decreto a EXTINÇÃO do feito, por abandono autoral. Revogo decisão de fls. 8/9. Intime-se a requerente por edital.", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, EDINEIDE BENICIO DA COSTA, Brasileiro(a), Solteira, Dona de Casa, RG 08258678, mãe Neuza Benicio da Costa, Nascido/Nascida 19/05/1958, Rua São Timóteo (Ant. São Benedito), 94, Cidade de Deus, 1ª Etapa, Cidade de Deus, CEP 69099-647, Manaus - AM, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0640421-65.2018.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Edineide Benicio da Costa, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isto posto, decreto a EXTINÇÃO do feito, por abandono autoral. Revogo decisão de fls. 15/17.", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, KARINA DA SILVA DA COSTA, Brasileiro(a), Solteira, Atendente, RG 2881297-2, CPF 02860776206, pai RAIMUNDO MENDONÇA DA COSTA, mãe MIRIAM DA SILVA DA COSTA, Nascido/Nascida 16/08/1997, natural de Manaus - AM, RUA BASTEIO DA COSTA, (ANT.

RUA SANTA LUZIA), 95, ULTIMA CASA DA RUA, M ATINHA, PRESIDENTE VARGAS, CEP 69025-240, Manaus - AM, Fone (92)99496-7102, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0626658-60.2019.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Karina da Silva da Costa, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Ante o exposto, decreto extinção do feito por abandono. Revogo decisão liminar (fls. 9/11).", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, RAYANE NUNES DOS SANTOS, Brasileiro(a), Solteiro, Estudante, RG 31359620, Rua Atlântica (Ant. Bosco Saraiva), 68, Cidade de Deus, CEP 69000-000, Manaus - AM, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0611116-02.2019.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Rayane Nunes dos Santos, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isto posto, decreto a EXTINÇÃO do feito, por abandono autoral. Revogo decisão de fls. 09/11.", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, VANDERLANE CARDOSO SOARES, Brasileiro(a), Casada, Autônomo, RG 2157994-6, CPF 94523088268, pai RAIMUNDO NONATO A SILVA, mãe NOEMIA VIEIRA CARDOSO, Nascido/Nascida 17/06/1988, natural de Manaus - AM, TRAVESSA PEDRO CALMON (ANT. SÃO JOSE), 80, PROX. Á CAIXA D`AGUA DA COMPENSA 2, COMPENSA, CEP 69035-271, Manaus - AM, Fone (92)99326-1337, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0626345-02.2019.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Vanderlane Cardoso Soares, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Isso posto, diante do desaparecimento da autora, por inexatidão do endereço apontado, o que evidencia possível mudança não comunicada ao processo, DETERMINO a extinção deste, em razão do abandono processual e desistência tácita, com revogação de Decisão liminar de fls. 9/11. ", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Dr. Reyson de Souza e Silva, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente, ITANNA VITORIA DAS CHAGAS ALEXANDRE, Brasileiro(a), Convivente, Prendas do Lar, RG 2958116-8, CPF 03834078263, mãe ILENISE AUXILIADORA DAS CHAGAS ALEXANDRE, Nascido/Nascida 25/09/1995, natural de Barcelos - AM, RUA SANTA MARIA, COROADO III, 76, PROX. À PANIFICADORA SÃO FRANCISCO, COROADO, CEP 69082-422, Manaus - AM, Fone (92)99527-9275, que, por este Juízo e Secretaria da 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), correm os termos do processo n. 0621747-05.2019.8.04.0001, em que foram concedidas medidas protetivas em favor de Itanna Vitoria das Chagas Alexandre, e como a referida não foi encontrada, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a seguir transcrita: "Ante o exposto, decreto extinção do feito por abandono. Revogo decisão liminar (fls. 12/13). ", pelo qual ficará INTIMADA, conforme estabelece o artigo 275, §2º do Código de Processo Civil, para que no futuro não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Melanie Carvalho Brito, Estagiário(a), que o digitei. Eu, Gilson José dos Santos Junior, Diretor de Secretaria, que o subscrevo.

Reyson de Souza e Silva
Juiz de Direito

VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIO ITAMAR DE SOUSA GONZAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN PINHEIRO COSTA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0396/2019

ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM) - Processo 0206747-64.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Veículos - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM e outro - Dispositivo. Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta

desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários em observância ao art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0223251-14.2019.8.04.0001 (processo principal 0653478-53.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Adelson Kennedy Barbosa de Freitas - Desta feita, JULGO EXTINTO este feito SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, IV, do CPC.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0228660-68.2019.8.04.0001 (processo principal 0653478-53.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Adelson Kennedy Barbosa de Freitas - Desta feita, JULGO EXTINTO este feito SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, IV, do CPC.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0228739-47.2019.8.04.0001 (processo principal 0657934-46.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Wilson Rocha de Lucena - Vistos, etc. O Requerente peticionou cumprimento de sentença gerando novo número de processo no Sistema de Automação da Justiça - SAJ quando deveria ter sido protocolizada nos autos principais. Desta feita, JULGO EXTINTO este feito SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, IV, do CPC. Intimem-se. Arquivem-se. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: DANIELE MIRANDA SOUTO (OAB 12414/AM) - Processo 0601142-38.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Juros/Correção Monetária - REQUERENTE: Sebastiao Monteiro da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM) - Processo 0601541-67.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM e outro - 4. Dispositivo. Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários em observância ao art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: DEBORA BANDEIRA KOENOW (OAB 36823/GO), ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM) - Processo 0602672-14.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Hudsineia da Silva Moreira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0603481-67.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A.S.M. - DISPOSITIVO Forte nestas razões JULGO IMPROCEDENTES os pedidos elencados na petição inicial, e extingo o processo com resolução do mérito, fundamentado no art. 487, I do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0604487-12.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: James Jean Pereira - Desta forma, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial nos termos do art. 321, do Código de Processo Civil, fazendo a juntada de documentos aptos a comprovar o real valor devido para pagamento de diferenças remuneratórias, conforme determina o art. 320, do CPC, sob pena de indeferimento da inicial. Após, voltem-me os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0605020-68.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Frank Ângelo Soares - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0608081-34.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Cleidimar Barreto da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0608940-84.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Mário Roberto do Carmo Bindá - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, e com a finalidade de instruir o precatório requisitório, INTIME-SE o(a) Exequente para juntar TODOS os documentos previstos no art. 18 da Resolução nº 003/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, advertindo-se que tais documentos serão encaminhados para o setor competente na forma em que forem apresentados, ou seja, de inteira responsabilidade do(a) Exequente. Prazo: 15 dias corridos. Caso não haja manifestação, fiquem os autos sobrestados.

ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM) - Processo 0609374-39.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS formulados pela autora, para condenar o requerido ao RESTABELECIMENTO e MANUTENÇÃO DA PENSÃO POR MORTE em favor da autora, até que este complete 24 (vinte e quatro) anos de idade ou, antes dessa idade, se concluir o curso superior em que se encontra matriculado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), limitados à 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda a Fundação AMAZONPREV a PAGAR o valor retroativo da pensão, em um total de R$ 7.917,65 (sete mil, novecentos e dezessete reais e sessenta e cinco centavos), atualizado monetariamente segundo o IPCA-E, desde a data do cancelamento do benefício (Janeiro/2019) , fixados os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança e artigo 1-F da lei 9.494/97. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado e mediante manifestação prévia do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0610997-41.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Exoneração - REQUERENTE: Marilda Azevedo de Carvalho - DISPOSITIVO Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 03/2014 à 10/2016 (R$ 1.387,37 x 8% x 31 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ILDENICE RAMOS DE OLIVEIRA (OAB 7856/AM), ADV: INGRID KHAMYLLA MONTEIRO XIMENES DE SOUSA (OAB 3629/AM) - Processo 0611126-80.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lindomar Caldas de Melo - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: HELOYSA SIMONETTI TEIXEIRA (OAB 2561/AM) - Processo 0613125-34.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se a requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre a petição do requerido às fls. 106 e documentos de fls. 107 e 108, na qual informa o cumprimento da determinação judicial para realização do procedimento cirúrgico. Em caso de cumprimento da obrigação, certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, procedendo-se o desbloqueio das verbas públicas constritas. Por outro lado, caso reste comprovado que o requerido não cumprira a obrigação de fazer a ele imposta, demonstrando-se imperiosa a necessidade de bloqueio de verbas públicas, determino a imediata expedição do alvará físico em nome da parte para levantamento do valor. Intime-se. Cumpra-

ADV: MARSYL DE OLIVEIRA MARQUES (OAB 1785/AM), ADV: LEONARDO BARROSO MONTEIRO (OAB 12619/AM) - Processo 0613684-88.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização Trabalhista - REQUERENTE: Rondinele Silva do Nascimento - REQUERIDA: Município de Manaus - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o MUNICÍPIO DE MANAUS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 03/2014 à 12/2018 (R$ 4.859,67 x 8% x 57 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Condeno, ainda, o Requerido, ao pagamento de férias proporcionais (08/12 avos), acrescidas do terço constitucional, tendo por base o último salário, no importe de R$ 4.859,67. Reconheço a prescrição da cobrança do período anterior a 03/2014, com amparo no princípio da adstrição ao pedido e fundamentação aduzida. Dos valores da condenação deve ser descontado o montante de R$ 1.460,00 (um mil, quatrocentos e sessenta reais) a título de Verba Indenizatória paga pelo Estado em 2019 (fls. 67). Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Município, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM) - Processo 0614321-73.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Maria Lenisse Gaspar Martins - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: DEBORA BANDEIRA KOENOW (OAB 36823/GO) - Processo 0614389-86.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - 4. Dispositivo. Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários em observância ao art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0614716-31.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Sergio Diniz Cardoso - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0615344-20.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Liliane Serrão Ferreira - DISPOSITIVO Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 04/2014 à 05/2014 (R$ 3.678,39 x 8% x 01 mês), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Reconheço a prescrição da cobrança do período anterior a 04/2014, com amparo no princípio da adstrição ao pedido e fundamentação aduzida. Improcedentes os demais pleitos. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC.

Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0615454-53.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcos Aurélio Lopes da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, e com a finalidade de instruir o precatório requisitório, INTIME-SE o(a) Exequente para juntar TODOS os documentos previstos no art. 18 da Resolução nº 003/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, advertindo-se que tais documentos serão encaminhados para o setor competente na forma em que forem apresentados, ou seja, de inteira responsabilidade do(a) Exequente. Prazo: 15 dias corridos. Caso não haja manifestação, fiquem os autos sobrestados.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0616186-97.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Gerson da Silva Queiroz - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0616704-24.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Wagner Monteiro Cabral - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, e com a finalidade de instruir o precatório requisitório, INTIME-SE o(a) Exequente para juntar TODOS os documentos previstos no art. 18 da Resolução nº 003/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, advertindo-se que tais documentos serão encaminhados para o setor competente na forma em que forem apresentados, ou seja, de inteira responsabilidade do(a) Exequente. Prazo: 15 dias corridos. Caso não haja manifestação, fiquem os autos sobrestados.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM) - Processo 0616855-87.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Luiz Carlos da Silva Costa - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: MAURO GILBERTO FROTA LOBATO (OAB 10848/AM) - Processo 0617627-50.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Fabiana Rodrigues Caiado - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM), ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM) - Processo 0617902-62.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tempo de Serviço - REQUERENTE: Joana Célia Figueira de Souza - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 04/2014 à 05/2018 (R$ 954,00 x 8% x 49 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Condeno, ainda, o Requerido, ao pagamento de férias proporcionais (3/12 avos), acrescidas do terço constitucional, tendo por base o último salário, no importe de R$ 954,00. Reconheço a prescrição da cobrança do período anterior a 04/2014, com amparo no princípio da adstrição ao pedido e fundamentação aduzida. Dos valores da condenação deve ser descontado o montante de R$ 764,37 (setecentos e sessenta e quatro reais e trinta e sete centavos) a título de Verba Indenizatória paga pelo Estado em Dezembro/2018 (fls. 86). Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0618154-65.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Marina Rocha de Assís - DISPOSITIVO Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 04/2014 à 04/2018 (R$ 1.595,86 x 8% x 48 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Reconheço a prescrição da cobrança do período anterior a 04/2014, com amparo no princípio da adstrição ao pedido e fundamentação aduzida. Improcedentes os demais pleitos. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM), ADV: ISABELA PERES RUSSO (OAB 3198/AM) - Processo 0618807-04.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Francisco Everton Ferreira Brito - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0619902-35.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Denilson Freires da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga,

INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0620076-78.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Genival de Sousa Nunes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: FERNANDA LIMA TAVARES (OAB 11834AM) - Processo 0620217-63.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Maria Estela da Silva Barreto - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 04/2014 à 11/2016 (R$ 1.375,86 x 8% x 31 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Reconheço a prescrição da cobrança do período anterior a 04/2014, com amparo no princípio da adstrição ao pedido e fundamentação aduzida. Improcedentes os demais pleitos. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0620252-23.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Willen Pereira de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: JORGE HENRIQUE GONZAGA DIAS JÚNIOR (OAB 9953/AM) - Processo 0620380-43.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Karoline Bulcão Coelho de Moura - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: NÁRDIA LIMA DE ARAÚJO DA FONTOURA AUGUSTO (OAB 4423/AM) - Processo 0620903-55.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Andre Feitosa Pereira - DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da inicial, resolvendo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM), ADV: ÍTALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM) - Processo 0621079-34.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Ana Lígia Grisi Goes Pessoa - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas e outro - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS formulados pela autora, para condenar os requeridos na MANUTENÇÃO DA PENSÃO POR MORTE em favor da autora, até que esta complete 24 (vinte e quatro) anos de idade ou, antes dessa idade, se concluir o curso superior em que se encontra matriculada, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Caso seja constatado que o benefício previdenciário encontra-se cessado, , condeno ainda a Requerida AMAZONPREV A PAGAR o valor retroativo da pensão, atualizado monetariamente segundo o IPCA-E, desde a data do cancelamento do benefício, fixados os juros moratórios, segundo a remuneração da caderneta de poupança e artigo 1-F da lei 9.494/97. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, no que se refere a obrigação de fazer. Presentes os requisitos, antecipo os efeitos da tutela, com relação a esta obrigação. Certificado o trânsito em julgado e mediante manifestação prévia do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores, DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM), ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0621994-83.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Elienay Paixão de Lima - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0622230-35.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: David Nery de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: CLEUTO COSTA DE OLIVEIRA (OAB 12238/AM) - Processo 0622752-62.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Edimar Dantas da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: ANNICK COSTA MONTEIRO (OAB 2069/AM), ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM) - Processo 0622797-66.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Mario Jorge da Silva Nonato - REQUERIDA: Município de Manaus - DISPOSITIVO Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o MUNICÍPIO DE MANAUS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 05/2014 à 07/2018 (R$ 1.363,20 x 8% x 50 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Reconheço a prescrição da cobrança do período anterior a 05/2014, com amparo no

princípio da adstrição ao pedido e fundamentação aduzida. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Município, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LUCAS CEZAR JOSÉ FIGUEIREDO BANDIERA (OAB 8798/AM), ADV: AMANDA KATHERINE RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 9978/AM), ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO) - Processo 0623554-94.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: João Ricardo Lacerda de Moura - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: MARCUS JOSÉ QUEIROZ FERREIRA (OAB 9930/AM) - Processo 0623739-98.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Fabio Freire Barbosa da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Fabio Freire Barbosa da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 (dez) dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para se manifestar no prazo de 15 dias (impugnação), independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, cite-se a Fazenda Pública, por meio de ato ordinatório para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Se não houver nos autos, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: FRANKLIN ARTHUR MARTINZ FILHO (OAB 20217/CE), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: INGRID KHAMYLLA MONTEIRO XIMENES DE SOUSA (OAB 3629/AM) - Processo 0624972-67.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificação de Incentivo - REQUERENTE: Adail Felipe de Carvalho - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Adail Felipe de Carvalho em face do Estado do Amazonas. Vieram-me os autos conclusos em virtude de petição apresentada pela parte autora, às fls. 107, na qual requer o fracionamento do pagamento do crédito da parte vitoriosa, para fins de separação dos honorários advocatícios contratuais, mediante a expedição de RPV/Precatório apartados, entretanto entendo ser incabível tal hipótese. Explico. Fracionar o crédito pertencente à parte vitoriosa para pagamento de honorários contratuais violaria a regra de pagamento de débitos da Fazenda Pública, prevista no art. 100, § 8ºm da CF/88 e dos artigos 22, §4º e 23 da Lei 8.906/94, uma vez que não se tratam de honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência. Neste contexto, tem-se a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal de que a Súmula Vinculante nº 47 não alcança os honorários contratuais resultante do contrato firmado entre advogado e cliente, senão vejamos: 02/03/2018 SEGUNDA TURMA. A G .REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.094.439 DISTRITO FEDERAL RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI AGTE.(S) : MARCONI MEDEIROS MARQUES DE OLIVEIRA ADV.(A / S) : MARCONI MEDEIROS MARQUES DE OLIVEIRA AGDO.(A / S) : DISTRITO FEDERAL PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO DISTRITO FEDERAL EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário. Processual Civil. Honorários advocatícios contratuais. Fracionamento para pagamento por RPV ou precatório. Impossibilidade. Súmula Vinculante nº 47. Inaplicabilidade. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é firme no sentido de que a Súmula Vinculante nº 47 não alcança os honorários contratuais resultantes do contrato firmado entre advogado e cliente, não abrangendo aquele que não fez parte do acordo. 2. O Supremo Tribunal Federal já assentou a inviabilidade de expedição de RPV ou de precatório para pagamento de honorários contratuais dissociados do principal a ser requisitado, à luz do art. 100, § 8º, da Constituição Federal. 3. Agravo regimental não provido. 4. Inaplicável o art. 85, 11, do CPC, pois não houve prévia fixação de honorários advocatícios na causa. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, em sessão virtual de 23/2 a 1º/3/2018, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Supremo Tribunal Federal Inteiro Teor do Acórdão - Página 1 de 14 Ementa e Acórdão RE 1094439 A GR / DF Brasília, 2 de março de 2018. MINISTRO DIAS TOFFOLI Relator. AGRAVO INTERNO EM RECLAMAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SÚMULA VINCULANTE 47. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. AUSÊNCIA DE ADERÊNCIA ESTRITA. 1. A Súmula Vinculante nº 47 não alcança o debate relativo ao fracionamento de execução contra a Fazenda Pública para pagamento, separado do montante principal, de créditos decorrentes de honorários advocatícios contratuais. Precedentes. 2. Agravo interno desprovido" (Rcl nº 26.254/DF-AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro Roberto Barroso, DJe de 7/2/18) (grifei) Como visto, o Pleno do STF firmou a orientação de que é possível a execução autônoma dos honorários advocatícios, por se tratar de verba de natureza alimentar, que não se confunde com o débito principal, pertencente a titular diverso. Ao reverso, as duas turmas do Pretório Excelso afirmaram, em precedentes unânimes, a inaplicabilidade da Súmula Vinculante 47 aos honorários advocatícios contratuais, em razão de inexistir relação de estrita aderência entre decisões sobre o fracionamento de execução contra a Fazenda Pública, para o pagamento de honorários contratuais. Ademais, a Lei de Regência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública veda o fracionamento, a repartição ou a quebra do valor da execução, segundo previsão do §4º, do art. 13, da Lei 12.153/09. Outrossim, imperioso registrar que a satisfação do contrato celebrado entre cliente e advogado é de responsabilidade das partes previamente acordadas, posto que se trata de relação entre particulares, regida pelo direito civil, sendo irrelevante a inclusão, em contrato, de cláusula que vincula o recebimento dessa retribuição pelo advogado ao sucesso na resolução da lide em que se exerça a advocacia ou ao efetivo recebimento do valor pelo credor da Fazenda Pública. Ressalte-se ainda, que em sede de juizados especiais inexiste condenação em honorários advocatícios em primeiro grau de jurisdição. Pelos fundamentos expostos, indefiro os pedidos de condenação em honorários advocatícios e fracionamento do crédito. Destarte, à Secretaria da Vara para prosseguimento da execução. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANO MENEGHETTI PEDROSO (OAB 11813/AM) - Processo 0625669-54.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Thiago Silva Paz de Almeida - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0625793-37.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Gercino Rocha Lopes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: CARLA CAROLINE COUTINHO FROTA (OAB 12379/AM), ADV: SÁLVIA DE SOUZA HADDAD (OAB 3529/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM) - Processo 0625905-40.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: José Roberto Alves Pereira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se o Requerente para informar se pretende renunciar o valor excedente a 20 salários mínimos, a fim de que possa receber o crédito através de Requisição e Pequeno Valor. Prazo: 05 dias.

ADV: BERNARDO FIGUEIRA RAPOSO DA CÂMARA (OAB 10676/AM), ADV: UESLEI FREIRE BERNARDINO (OAB 14474/AM) - Processo 0626400-50.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Marcia dos Santos Oliveira - REQUERIDA: Município de Manaus - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o MUNICÍPIO DE MANAUS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 05/2014 à 12/2017 (R$ 4.037,70 x 8% x 43 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Condeno, ainda, o Requerido, ao pagamento de férias proporcionais (06/12 avos), acrescidas do terço constitucional, tendo por base o último salário, no importe de R$ 4.037,70. Dos valores da condenação deve ser descontado o montante de R$ 2.467,62 (dois mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e sessenta e dois centavos) a título de Verba Indenizatória paga pelo Município em 2018 (fls. 87). Reconheço a prescrição da cobrança do período anterior a 05/2014, com amparo no princípio da adstrição ao pedido e fundamentação aduzida. Improcedentes os demais pleitos. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Município, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: SEBASTIÃO ALMADA DA SILVA (OAB 8940/AM), ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0626424-78.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Ednelson Rodrigues Moraes da Costa - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: SEBASTIÃO ALMADA DA SILVA (OAB 8940/AM), ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0626435-10.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Ivanilson Maia de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: WILHAMES SILVA DE OLIVEIRA (OAB 12924/AM) - Processo 0627392-45.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Remuneração - REQUERENTE: Luiz Carlos Rego Freitas - Vieram-me os autos conclusos para análise da petição de folhas antecedentes em que o requerente, ora exequente, informa existência de vício procedimental e o descumprimento da obrigação de fazer a qual foi condenado o executado. A priori, deve-se esclarecer que o exequente possui o dever de apresentar documentação necessária para expedição de ofício precatório requisitório, a qualquer tempo, após o trânsito em julgado da sentença, indepentemente de intimação, eis que a execução se dá por iniciativa da parte vencedora. Quanto ao descumprimento da obrigação de fazer imposta, determino a intimação do executado para que, no prazo de quinze dias, implemente voluntariamente o percentual referente à gratificação de curso à remuneração do exequente. Transcorrido aludido prazo sem comprovação do cumprimento da sentença, aplico, desde já, multa fixada em R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada à 20 (vinte) dias-multa, sem prejuízo de posterior majoração. Cumpra-se.

ADV: WILLIANS DE LIMA CRUZ (OAB 14548/AM), ADV: UESLEI FREIRE BERNARDINO (OAB 14474/AM), ADV: CELY CRISTINA DOS SANTOS PEREIRA (OAB 1716/AM) - Processo 0627632-97.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Iderlan Gil da Silva - REQUERIDA: Município de Manaus - DISPOSITIVO Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o MUNICÍPIO DE MANAUS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 06/2014 à 12/2017 (R$ 4.037,70 x 8% x 42 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Reconheço a prescrição da cobrança do período anterior a 06/2014, com amparo no princípio da adstrição ao pedido e fundamentação aduzida. Condeno, ainda, o Requerido, ao pagamento de férias proporcionais (08/12 avos), acrescidas do terço constitucional, tendo por base o último salário, no importe de R$ 4.037,70. Dos valores da condenação devem ser descontados o montante de R$ 3.701,43 (três mil, setecentos e um reais e quarenta e três centavos) a título de Verba Indenizatória paga pelo Município em 2018 (fls. 66). Improcedentes os demais pleitos. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Município, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LUÍS FELIPE DE AZEVEDO ARAÚJO (OAB 13522/AM) - Processo 0628236-58.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Maria Lacy de Lima Paraizo -

DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 06/2014 à 02/2017 (R$ 1.494,29 x 8% x 32 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Reconheço a prescrição das cobrança do período anterior a 06/2014. Sobre o valor haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM) - Processo 0629742-06.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Dispositivo. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, para condenar o Estado do Amazonas a pagar indenização por danos morais, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), atualizado monetariamente segundo o IPCA-E, desde a data da presente sentença e fixados os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança segundo o artigo 1-F da lei 9.494/97. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública Municipal para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/09 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: INDRA MARA BESSA (OAB 1877/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0629767-53.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: Darciclei de Castro dos Santos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM), ADV: LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA (OAB 1667/AM), ADV: PUALANÍ MOREIRA BARRETO (OAB 9852/AM) - Processo 0630971-35.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Joelma Rodrigues Martins Maciel - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0630995-29.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: José Lopes da Rocha Junior - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0631882-76.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Edilza Mar dos Santos Fontes - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 06/2014 à 05/2019 (R$ 4.823,03 x 8% x 59 meses), em razão da prescrição quinquenal. Reconheço a prescrição das cobranças das parcelas anteriores a 06/2014. Improcedentes os demais pleitos, por possuírem natureza eminentemente celetistas. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0631894-90.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Maria Nilzete Lopes Paz - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 06/2014 à 05/2019 (R$ 1.945,14 x 8% x 59 meses), em razão da prescrição quinquenal. Reconheço prescritas as parcelas anteriores a 06/2014. Improcedentes os demais pleitos, por possuírem natureza eminentemente celetistas. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: VANESSA ALENCAR DA SILVA (OAB 7326/AM) - Processo 0633252-90.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - IPVA - Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - REQUERENTE: Manchester Supermercados e Distribuidora - Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários em observância ao art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0633591-49.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tempo de Serviço - REQUERENTE: Antonio do Socorro Ferreira dos Santos - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0633615-77.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tempo de Serviço - REQUERENTE: Lucivaldo Bentes Costa - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0633628-76.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Jailson Silva do Nascimento - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0634026-91.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Exoneração - REQUERENTE: Paulo Cezar Mates - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, e com a finalidade de instruir o precatório requisitório, INTIME-SE o(a) Exequente para juntar TODOS os documentos previstos no art. 18 da Resolução nº 003/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, advertindo-se que tais documentos serão encaminhados para o setor competente na forma em que forem apresentados, ou seja, de inteira responsabilidade do(a) Exequente. Prazo: 15 dias corridos. Caso não haja manifestação, fiquem os autos sobrestados.

ADV: ORANDLE REDMAN AMBROSIO (OAB 10646/AM) - Processo 0634416-90.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extinção - REQUERENTE: Câmara Municipal de Manacapuru - Ante o exposto, reconheço a ilegitimidade do requerente para figurar no polo ativo de ação no âmbito deste Juizado Especial, razão pela qual EXTINGO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Dê-se baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0635477-83.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Katia Neves Cavalcante - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Katia Neves Cavalcante em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. No que diz respeito ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, entendo por bem acautelar-me quanto à sua apreciação, de modo a examiná-lo em momento posterior, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matériaabordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0635482-08.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Ivete Vieira de Abreu - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ivete Vieira de Abreu em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. No que diz respeito ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, entendo por bem acautelar-me quanto à sua apreciação, de modo a examiná-lo em momento posterior, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matériaabordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0635487-30.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Ocerley dos Santos Rodrigues - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0635491-67.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Ocerley dos Santos Rodrigues - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ocerley dos Santos Rodrigues em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. No que diz respeito ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, entendo por bem acautelar-me quanto à sua apreciação, de modo a examiná-lo em momento posterior, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matériaabordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337,

338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0635494-22.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Geraldo Roberto de Amorim Barroso - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0635495-07.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Geraldo Roberto de Amorim Barroso - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Geraldo Roberto de Amorim Barroso em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. No que diz respeito ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, entendo por bem acautelar-me quanto à sua apreciação, de modo a examiná-lo em momento posterior, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matériaabordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0635499-44.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Orleir Muniz de Souza - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0635513-28.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Miguel Dias Vital - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação

da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: JUZY CARLA ANDRADE DOS SANTOS (OAB 11004/AM) - Processo 0635773-76.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Maria Rosineide Miranda dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, e com a finalidade de instruir o precatório requisitório, INTIME-SE o(a) Exequente para juntar TODOS os documentos previstos no art. 18 da Resolução nº 003/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, advertindo-se que tais documentos serão encaminhados para o setor competente na forma em que forem apresentados, ou seja, de inteira responsabilidade do(a) Exequente. Prazo: 15 dias corridos. Caso não haja manifestação, fiquem os autos sobrestados.

ADV: SÁLVIA DE SOUZA HADDAD (OAB 3529/AM), ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM) - Processo 0635846-48.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Kleverton dos Santos Gomes - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO), ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0636436-88.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Francimar Loes da Costa - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM), ADV: OSNI AMARAL SANTANA (OAB 1959/AM) - Processo 0638321-06.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Quitação - EXEQUENTE: Maria Regina Ferreira da Silva Leão - EXECUTADA: Município de Manaus - Considerando o teor da petição de fl. 613, onde o Município de Manaus requer a dilação de prazo para o cumprimento da obrigação de fazer em razão dos trâmites burocráticos exigidos para nomeação e posse de servidor público, defiro o pedido na forma como requerido, ampliando para 30 (trinta) dias o prazo para nomeação e posse da parte autora, a contar de 20 de agosto de 2019, com término em 18/09/2019, sob pena de aplicação da multa estipulada na decisão de fls. 610/611. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO SILVA TEIXEIRA (OAB 4672/AM) - Processo 0638751-55.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: Lucicleide Maria da Silva Furtado - Suzy Silveira da Silva - Suely de Lima Figueiredo - Samara Helena Farias Amorim - Marly Silva dos Santos - Marcia Cristina Barbosa Costa - Marcelo Souza de Oliveira - Angela Cristina Campos Passos - Kallmar Menezes Andion - John Thomas Gurgel Silva - Izabete Freire Batista - Helen Clarindo da Silva - Greice Paglla Batista Leão - Francilene da Silva Barbosa - Cleuda da Silva Vieira - Assim, determino a intimação do advogado da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, desmembrar a petição inicial, indicando quais serão os 05 (cinco) litisconsortes, preferencialmente em condições similares, que deverão permanecer no polo ativo desta demanda, sob pena de indeferimento da inicial. Os demais interessados deverão promover demandas autônomas onde figurarão no máximo 05 autores no polo ativo de cada feito, conforme acima determinado. O ideal é que ajuízem demandas individuais, como forma de se poder verificar a situação de cada um. Ademais, verifico que o valor da causa não corresponde com o proveito econômico pretendido com a demanda. Assim, nas ações de natureza processual mandamental, como a presente, o valor da causa deve obedecer ao comando do art. 292, § 2°, do CPC e do art. 2º, § 2º, da Lei n.º 12.153/09, ou seja, a soma da remuneração BRUTA ATUALIZADA do cargo ao qual pretende ser integrado pelo período de 12 meses acrescido dos valores remuneratórios retroativos que entende devidos, individualizada para cada Requerente remanescente. Ressalte-se que a remuneração atualizada poderá ser obtida, sem maiores embargos, através do portal da transparência de domínio do requerido, ou seja, não basta que o valor da causa seja retificado com base na remuneração prevista no edital do concurso público para se estabelecer a competência deste Juízo. Por conseguinte, fica a parte autora intimada para no mesmo prazo assinalado anteriormente proceder a correção do valor da causa, sob pena de indeferimento da inicial e extinção do processo sem resolução de mérito, nos termos do parágrafo único, do art. 321 do CPC. Ademais, em se tratando de juizado, onde vige o princípio da celeridade, deve o autor indicar dentre os constantes às fls. 52-1183, quais se referem a cada Requerente, de forma específica, sob pena de inviabilização da análise. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação do requerente, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA (OAB 4364/AM) - Processo 0639151-40.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Maria Regina Macanoni de Morais - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0639723-59.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Conceição Mercedes Lopes da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0639859-22.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Ricardo da Silva Aires - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Portanto, manifesta a impossibilidade de conhecimento processamento da ação perante este Juizado Especial da Fazenda Pública, por ser esta vara absolutamente incompetente para tanto, nos termos do caput e §4º, do art, 2º, da Lei 12.153/2009. Assim, diante da incompetência desta Vara do Juizado da Fazenda Pública para análise do presente feito, EXTINGO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termo do art. 485, inc. IV, do CPC, c/c art. 27 da Lei 12.153/09. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao artigo 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0639913-85.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Jose Flavio Costa Gomes - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo

qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0639930-24.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: José Niecio Monteiro - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por José Niecio Monteiro em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. No que diz respeito aos pedidos de antecipação dos efeitos da tutela, entendo por bem acautelar-me quanto à sua apreciação, de modo a examiná-lo em momento posterior, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matériaabordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: FABIANA OLIVEIRA BARROSO (OAB 13257/AM) - Processo 0640365-95.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Agatha Cristina Gonçalves Paes - Em consequência, declino da competência para processar o feito e, por questões de celeridade e economia processual, determino a redistribuição do feito para uma das Varas da Fazenda Pública Estadual/Municipal. À Secretaria para as providências de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO CASTRO VAZ (OAB 6719/AM) - Processo 0640719-23.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Hugo Wilkens Gadelha - Forte nesses motivos, em exame preliminar, apuro a presença da boa aparência do direito e a razoabilidade da pretensão a uma medida de urgência, razão pela qual, sem prejuízo de revogação posterior, CONCEDO a tutela de urgência pleiteada, determinando que o Requerido proceda com o imediato restabelecimento da pensão por morte em favor da parte autora, sob pena de bloqueio de verbas públicas em caso de descumprimento. Notifique-se o Procurador da Amazonprev, por mandado, para imediato e fiel cumprimento da presente decisão, ficando obrigado a comprovar, em igual prazo, o cumprimento da medida concedida. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Notifique-se. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: INGRID DA SILVA CAVALCANTE (OAB 12310/AM) - Processo 0642269-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Bruno Gabriel Siqueira Nogueira Gomes - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS formulados pelo Autor, para condenar a Requerida ao RESTABELECIMENTO e MANUTENÇÃO DA PENSÃO POR MORTE em favor do Autor até que complete 24 (vinte e quatro) anos de idade ou, antes dessa idade, se concluir o curso superior em que se encontra matriculado e, a PAGAR o valor retroativo da pensão, a contar de Maio/2018, atualizado monetariamente segundo o IPCA-E, desde a data do cancelamento do benefício (18.04.2018), fixados os juros moratórios, a partir da citação, segundo a remuneração da caderneta de poupança e artigo 1-F da lei 9.494/97. Por sentença, porquanto presentes os requisitos legais, a fumaça do bom direito e o periculum in mora, antecipo os efeitos da tutela. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, para que cumpra a obrigação de fazer, qual seja, reestabelecer a pensão, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa no valor de R$ 5.000,00. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado e mediante manifestação prévia do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores retroativos. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se o demandado para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias

(art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM) - Processo 0643604-44.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM e outro - Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários em observância ao art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. À secretaria para providências. P.I.C.

ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: LÚCIO RICARDO QUEIROZ PAES (OAB 3586/AM) - Processo 0644699-12.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERIDO: Carlos Alberto Souza Burlamaqui - Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM e outro - 4. Dispositivo. Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários em observância ao art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA VIANA CIDRÔNIO DE ANDRADE (OAB 8104/AM), ADV: CELY CRISTINA DOS SANTOS PEREIRA (OAB 1716/AM) - Processo 0644850-75.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Administrativos - REQUERENTE: Fabianne Cipriano Vilela - REQUERIDA: Município de Manaus - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: JAMIL RIBEIRO DA SILVA (OAB 7167/AM) - Processo 0645172-61.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - REQUERENTE: J.S. - Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários em observância ao art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: VIRGINIA NUNES BESSA (OAB 3591/AM) - Processo 0645672-64.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Saúde - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Decido. Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do artigo 485, inciso vi, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários (artigo 55, da Lei n. 9.099/95). Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: HALYSON DE OLIVEIRA ROCHA LUCENA FERNANDES (OAB 11310/AM) - Processo 0646444-27.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Isonomia/Equivalência Salarial - REQUERENTE: Eduardo Pereira da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, e com a finalidade de instruir o precatório requisitório, INTIME-SE o(a) Exequente para juntar TODOS os documentos previstos no art. 18 da Resolução nº 003/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, advertindo-se que tais documentos serão encaminhados para o setor competente na forma em que forem apresentados, ou seja, de inteira responsabilidade do(a) Exequente. Prazo: 15 dias corridos. Caso não haja manifestação, fiquem os autos sobrestados.

ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0648343-60.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Claudio Cesar Souza de Almeida - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Forte nestas razões JULGO IMPROCEDENTES os pedidos elencados na petição inicial, e extingo o processo com resolução do mérito, fundamentado no art. 487, I do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM), ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM) - Processo 0649012-16.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gustavo Miranda Bezerra de Menezes - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Da análise dos autos, verifico que figuram no polo passivo o Estado do Amazonas e Raimunda Gomes Pinheiro. No entanto, verifico que ocorreu a citação somente do Estado do Amazonas. Desta feita, determino a citação de Raimunda Gomes Pinheiro para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Em caso de manifestação, intime-se o Requerente para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias utéis. Sem manifestação, voltem-me os autos conclusos. P.R.I.C.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: ARIEL SHALOM BENCHIMOL DE RESENDE (OAB 6095/AM) - Processo 0650722-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Maria M da Silva - REQUERIDA: Município de Manaus - Dispositivo. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos constantes na exordial, para condenar o Requerido ao pagamento de 06 meses de licença especial não gozada (6 x R$ 2.620,74) já diminuídas as eventuais verbas de caráter indenizatório e transitório, acima descritas, quais sejam, o auxílio alimentação e auxílio transporte. Sobre os valores haverá correção monetária mensal, a contar do mês da aposentadoria (10/2017), pelo IPCA-e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. A base de cálculo (remuneração) encontra-se no contracheque juntado às fls. 22. Dispositivo exarado conforme as disposições contidas no Enunciado FONAJEF n. 32: “A decisão que contenha os parâmetros de liquidação atende ao disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei n. 9.099/95.” Certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Em seguida, com a memória de cálculo, intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 15 dias, tomar ciência dos cálculos e apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09, art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se o Procurador-Geral, nos termos do art. 13, da Lei 12.153/2009. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95 P.R.I. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0651608-70.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Shirlem Bezerra Bonfim - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: MARSYL DE OLIVEIRA MARQUES (OAB 1785/AM), ADV: LEONARDO BARROSO MONTEIRO (OAB 12619/AM) - Processo 0653366-84.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização Trabalhista - REQUERENTE: João Corrêa Monteiro - REQUERIDA: Município de Manaus - De ordem

do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, e com a finalidade de instruir o precatório requisitório, INTIME-SE o(a) Exequente para juntar TODOS os documentos previstos no art. 18 da Resolução nº 003/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, advertindo-se que tais documentos serão encaminhados para o setor competente na forma em que forem apresentados, ou seja, de inteira responsabilidade do(a) Exequente. Prazo: 15 dias corridos. Caso não haja manifestação, fiquem os autos sobrestados.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM) - Processo 0656111-37.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Paulo Cesar Rocha de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Forte nestas razões JULGO IMPROCEDENTES os pedidos elencados na petição inicial, e extingo o processo com resolução do mérito, fundamentado no art. 487, I do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0656129-58.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Carlos da Silva Bentes - DISPOSITIVO Forte nestas razões JULGO IMPROCEDENTES os pedidos elencados na petição inicial, e extingo o processo com resolução do mérito, fundamentado no art. 487, I do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0656348-71.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Joanilson Nunes da Silva - Forte nestas razões JULGO IMPROCEDENTES os pedidos elencados na petição inicial, e extingo o processo com resolução do mérito, fundamentado no art. 487, I do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0656353-93.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: José Zilvan Bezerra - DISPOSITIVO Forte nestas razões JULGO IMPROCEDENTES os pedidos elencados na petição inicial, e extingo o processo com resolução do mérito, fundamentado no art. 487, I do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0656956-69.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: José Joaquim das Chagas Faustino - DISPOSITIVO Forte nestas razões JULGO IMPROCEDENTES os pedidos elencados na petição inicial, e extingo o processo com resolução do mérito, fundamentado no art. 487, I do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL DA COSTA SUBIRANA PENA (OAB 12304/AM) - Processo 0657545-61.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Antonio Juciclei Nunes dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: BIANCA PRISCILLA ANJOS DE SOUZA (OAB 13526/AM), ADV: BEATRIZ SOUZA DA SILVA (OAB 13628/AM) - Processo 0657728-32.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Valder Araujo Cardoso - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, e com a finalidade de instruir o precatório requisitório, INTIME-SE o(a) Exequente para juntar TODOS os documentos previstos no art. 18 da Resolução nº 003/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, advertindo-se que tais documentos serão encaminhados para o setor competente na forma em que forem apresentados, ou seja, de inteira responsabilidade do(a) Exequente. Prazo: 15 dias corridos. Caso não haja manifestação, fiquem os autos sobrestados.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM) - Processo 0657916-25.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Richardson Batista do Nascimento - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM), ADV: CRISTIANE VASCONCELOS RIBEIRO BASTOS (OAB 91114/RJ) - Processo 0659178-10.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Cláudio Ferreira da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: ANDRELINO NOGUEIRA RABELO (OAB 13032/AM) - Processo 0660700-72.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Marcio Jose de Souza Melo - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: MILENA PINHEIRO DE LIMA (OAB 11678/AM) - Processo 0661632-60.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: André de Menezes Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Amanda Katherine Ribeiro de Oliveira (OAB 9978/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Andrelino Nogueira Rabelo (OAB 13032/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Annick Costa Monteiro (OAB 2069/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Antônio Praia Caldas (OAB 9546/AM)
Ariel Shalom Benchimol de Resende (OAB 6095/AM)
Beatriz Souza da Silva (OAB 13628/AM)
Bernardo Figueira Raposo da Câmara (OAB 10676/AM)
Bianca Priscilla Anjos de Souza (OAB 13526/AM)
Carla Caroline Coutinho Frota (OAB 12379/AM)
Carlos Alexandre M.C.M Matos (OAB 2364/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Caroline Retto Frota (OAB 4411/AM)
Cely Cristina dos Santos Pereira (OAB 1716/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cleuto Costa de Oliveira (OAB 12238/AM)
Cristiane Vasconcelos Ribeiro Bastos (OAB 91114/RJ)
Cristiano Meneghetti Pedroso (OAB 11813/AM)
Daniele Miranda Souto (OAB 12414/AM)
Debora Bandeira Koenow (OAB 36823/GO)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)

Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Eduardo Alvarenga Viana (OAB 6032/AM)
Fabiana Oliveira Barroso (OAB 13257/AM)
Fábio Martins Ribeiro (OAB 449A/AM)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Fernanda Lima Tavares (OAB 11834AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Franklin Arthur Martinz Filho (OAB 20217/CE)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Halyson de Oliveira Rocha Lucena Fernandes (OAB 11310/AM)
Heloysa Simonetti Teixeira (OAB 2561/AM)
Ildenice Ramos de Oliveira (OAB 7856/AM)
Indra Mara Bessa (OAB 1877/AM)
Ingrid da Silva Cavalcante (OAB 12310/AM)
Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (OAB 3629/AM)
Isabela Peres Russo (OAB 3198/AM)
Ítalo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Jamil Ribeiro da Silva (OAB 7167/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
Jorge Henrique Gonzaga Dias Júnior (OAB 9953/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (OAB 4364/AM)
Juzy Carla Andrade dos Santos (OAB 11004/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB 3726/AM)
Leonardo Barroso Monteiro (OAB 12619/AM)
Lisieux Ribeiro Lima (OAB 4486/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Lucas Cezar José Figueiredo Bandiera (OAB 8798/AM)
Luciana Viana Cidrônio de Andrade (OAB 8104/AM)
Luciano Araújo Tavares (OAB 12512/AM)
Lúcio Ricardo Queiroz Paes (OAB 3586/AM)
Luís Carlos de Paula e Sousa (OAB 1667/AM)
Luís Felipe de Azevedo Araújo (OAB 13522/AM)
Márcio Silva Teixeira (OAB 4672/AM)
Marcus José Queiroz Ferreira (OAB 9930/AM)
Marsyl de Oliveira Marques (OAB 1785/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Mauro Gilberto Frota Lobato (OAB 10848/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Milena Pinheiro de Lima (OAB 11678/AM)
Nárdia Lima de Araújo da Fontoura Augusto (OAB 4423/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Orandle Redman Ambrosio (OAB 10646/AM)
Osni Amaral Santana (OAB 1959/AM)
Pualaní Moreira Barreto (OAB 9852/AM)
Raquel da Costa Subirana Pena (OAB 12304/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Castro Vaz (OAB 6719/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Sálvia de Souza Haddad (OAB 3529/AM)
Sebastião Almada da Silva (OAB 8940/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Ueslei Freire Bernardino (OAB 14474/AM)
Vanessa Alencar da Silva (OAB 7326/AM)
Virginia Nunes Bessa (OAB 3591/AM)
Vitor Barbosa de Oliveira (OAB 8285-A/TO)
Wilhames Silva de Oliveira (OAB 12924/AM)
Willians de Lima Cruz (OAB 14548/AM)

SEÇÃO VIII

TURMA RECURSAL

Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia 1ª Turma Recursal, Exmo(a). Dr(a). Marcelo Manuel da Costa Vieira, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 23255/PE) - ADRIANA CAXEIXA ALFAIA (OAB: 6599/AM) - HAILTON SANTOS OLIVEIRA (OAB: 20538/PA) - Processo 0000018-52.2018.8.04.3801 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A
Recorrente : C. DOS S. COELHO EIRELE ME (MULTIPROMOTORA COARI) - Recorrida : MARIA DE JESUS DE OLIVEIRA - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - FLÁVIA CAROLINE DE SANTANA (OAB: 10641/AM) - Processo 0000129-61.2017.8.04.3901 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO BRADESCO S/A - Recorrida : NEILA ALENCAR BASTOS MENDONCA - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: FÁBIO ANTÔNIO DE SOUZA SEGUNDO (OAB: 7966/AM) - ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 23255/PE) - Processo 0000157-21.2016.8.04.7601 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : CARLOS CELIO MARINHO DOS SANTOS - Recorrido : Banco Bmg S/A - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - ERNESTO NUNES DA COSTA (OAB: 4120N/AM) - Processo 0000160-22.2019.8.04.3801 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO BRADESCO S/A - Recorrido : JOSE MARQUES DA FROTA - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - ERNESTO NUNES DA COSTA (OAB: 4120N/AM) - Processo 0000162-89.2019.8.04.3801 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO BRADESCO S/A - Recorrido : JOSE LAZARO DA COSTA - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - ERNESTO NUNES DA COSTA (OAB: 4120N/AM) - Processo 0000164-59.2019.8.04.3801 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO BRADESCO S/A - Recorrido : ELEUDIS LIMA DE SOUZA - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 23255/PE) - FÁBIO ANTÔNIO DE SOUZA SEGUNDO (OAB: 7966/AM) - Processo 0000168-50.2016.8.04.7601 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrido : FABRISIO TROVAO DE OLIVEIRA - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - ERNESTO NUNES DA COSTA (OAB: 4120N/AM) - Processo 0000174-06.2019.8.04.3801 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO BRADESCO S/A - Recorrido : MIGUEL SILVA DE JESUS - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - ERNESTO NUNES DA COSTA (OAB: 4120N/AM) - Processo 0000178-43.2019.8.04.3801 - Recurso Inominado Cível

- Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO BRADESCO S/A - Recorrida : MARIA LUZETE DOS SANTOS - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: CARLOS EDUADO PEREIRA TEXEIRA (OAB: 327026/SP) - EVERTON CARLOS LISE (OAB: 10411/AM) - FRANCIELE LISE (OAB: 5053/AM) - Processo 0000188-96.2017.8.04.2301 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco CIFRA S.A - Recorrido : PATRICIO RIBEIRO TORRES - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: CLEYSON DA SILVA DANTAS (OAB: 11206/AM) - SUELEN TORRES DE OLIVERIA (OAB: 10754N/AM) - ADRIANA CAXEIXA ALFAIA (OAB: 6599/AM) - Processo 0000202-08.2018.8.04.3801 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : PAULO CORDEIRO DA SILVA - Recorrido : RAIMUNDO NONATO DA SILVA SOUZA - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB: 2518A/AM)-DUARTE SÁVIO RODRIGUES ALVES DE MENEZES (OAB: 9598/AM) - Processo 0000233-20.2017.8.04.7501 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Telefônica Brasil S.a. Vivo - Recorrido : ERONILDO CORDOVIL COELHO - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - DUARTE SÁVIO RODRIGUES ALVES DE MENEZES (OAB: 9598/AM) - Processo 0000253-11.2017.8.04.7501 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Telefônica Brasil S.a. Vivo - Recorrida : LEONILZA QUEIROZ DA COSTA - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB: 7366/AM) - DIOGO RIBEIRO AYRES (OAB: 148491/RJ) - DUARTE SÁVIO RODRIGUES ALVES DE MENEZES (OAB: 9598/AM) - Processo 0000293-90.2017.8.04.7501 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : TIM CELULAR S/A - Recorrido : JUCIMAR DE OLIVEIRA VELOSO JUNIOR - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: AGUINALDO JOSÉ MENDES DE SOUSA (OAB: 2081/AM) - RUBENS GASPAR SERRA (OAB: 119859/AM) - RUBENS GASPAR SERRA (OAB: 119859D/SP) - Processo 0000325-95.2017.8.04.7501 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : EVANILSON VASQUES MAFUMBA - Recorrido : BANCO BRADESCO S. A. - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: AGUINALDO JOSÉ MENDES DE SOUSA (OAB: 2081/AM) - ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB: 1026A/AM) - Processo 0000343-19.2017.8.04.7501 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : ELIAMARA MOURA DE SOUZA LOPES - Recorrido : BANCO BRADESCO S. A. - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB: 2847/AM) - MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB: 4390/AM) - Processo 0000431-23.2018.8.04.7501 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. - Recorrida : BEATRIZ DE OLIVEIRA NUNES - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB: 8759/AM) - ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB: 57/AM) - INGRID CRSTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB: 12209/AM) - Processo 0200443-70.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Catena Empreendimentos Imobiliários Ltda - Recorrido : André de Souza Garcia - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB: 29442/BA) - Processo 0200583-07.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Itaú S/A - Recorrido : Raimundo Nonato da Silva - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - MÔNICA FERNANDA JACOBI (OAB: 101091/RS) - Processo 0200610-87.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Cristina Mariana Jacobi - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: MÔNICA REJANE DE AGUIAR NADAL (OAB: 12265/AM) - RAQUEL DA COSTA SUBIRANA PENA (OAB: 12304/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: 1058A/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - Processo 0201088-29.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Águas do Amazonas S.A. - Recorrido : Osman Leonardo da Silva - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB: 341543/SP) - ELLEN CRISTINE ALVES DE MELO (OAB: 7016/AM) - Processo 0201549-67.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bonsucesso Consignado S.A - Recorrida : Chrystiane Silva Noronha - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB: 5708/AM) - Processo 0201639-75.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Ace Seguradora S/A - Recorrida : IREIDE NOGUEIRA DE FREITAS - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: AURIANA RAMOS PEREIRA (OAB: 2955/AM) - GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB: 1010A/AM) - LUIS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB: 1011/AM) - Processo 0203121-60.2015.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrida : Milda Oliveira da Cunha - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: ELADIO MIRANDA LIMA (OAB: 86235/RJ) - DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB: 9122/AM) - CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB: 3542/AM) - Processo 0209860-52.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Telemar Norte Leste S/A - Recorrida : Shirlei Santana Maciel - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB: 8788/AM) - LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB: 4732/AM) - LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB: 876/AM) - HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB: 4018/AM) - DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB: 8792/AM) - Processo 0600007-43.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Cristiany Keilla Fernandes - Recorrido : Banco Bmg S/A - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: DANIELE SILVA MOURA (OAB: 5899/AM) - MARCELO AUGUSTO CRUZ PEDROSA (OAB: 9290/AM) - ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB: A1266/AM) - FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB: 5674/AM) - FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB: 5674/AM) - FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB: 5674/AM) - Processo 0600550-49.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a

Recorrente : Porto Norte Viagens e Turismo Ltda

Recorrente : Ma A Farias de Souza Me - Recorrida : Daniele Silva Moura - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB: 8430/AM) - JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB: 57680/MG) - JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB: 855A/SE) - TAYANA CECÍLIA DA SILVA FROTA (OAB: 7064/AM) - Processo 0600729-17.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Net Serviços de Comunicação S/A - Recorrido : Adriano Santos Alvares - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: EMMANUEL MICHEL HARRAQUIAN FILHO (OAB: 3342/AM) - KEYTH YARA PONTES PINA (OAB: 3467/AM) - GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB: 7675-A/TO) - ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB: 2847/AM) - Processo 0600824-95.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Enilce Medeiros Mena Barreto - Recorrido : Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB: 1169/RR) - RENATA DE SÁ E LEME (OAB: 10231/AM) - JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB: 57680/MG) - Processo 0601179-83.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Net Serviços de Comunicação S/A - Recorrida : Doralena Maia Rodrigues - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO (OAB: 5316/AM) - LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB: 876/AM) - LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB: 4732/AM) - HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB: 4018/AM) - HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB: 9324/AM) - MARINA BASTOS DAPORCIUNCULA BENGHI (OAB: 911A/SE) - MARINA BASTOS DAPORCIUNCULA BENGHI (OAB: 983A/PE) - Processo 0601563-20.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Samara Lopes Menezes - Recorrido : Banco Bmg S/A - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB: 10325/AM) - MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB: 10325/AM) - BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB: 10474/AM) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 685A/AM) - Processo 0601566-98.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Maria Auxiliadora dos Santos Silva - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: IGOR ALVES DA COSTA (OAB: 9621/AM) - LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB: 14197/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: 1058A/AM) - Processo 0601604-13.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Igor Alves da Costa - Recorrido : Tim Celular S/A - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB: A1253/AM) - FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB: 5674/AM) - LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB: 179235/SP) - Processo 0601666-75.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Karina Oliveira Barbosa - Recorrido : Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB: 7667/AM) - FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB: 5674/AM) - LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB: 179235/SP) - ALAN DE OLIVEIRA SILVA (OAB: 208322/SP) - Processo 0601844-24.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Recorrida : Jeneuza da Silva Martins - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO (OAB: 5316/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - Processo 0601896-20.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Francisco Belchior da Silva - Recorrido : Banco Bonsucesso Consignado S.A - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB: 10462/MT) - LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB: 179235/SP) - ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB: 2659/AM) - ALAN DE OLIVEIRA SILVA (OAB: 208322/SP) - Processo 0601958-60.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Regiane Ferreira Rodrigues - Recorrido : Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0602051-38.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrido : Edmilson Fernades Ferreira - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: PARLON EDSON ALBUQUERQUE ISIS (OAB: 14216/AM) - JULIA VIEIRA DE CASTRO LINS BOTELHO (OAB: A1210/AM) - Processo 0602260-67.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Tap Transportes Aéreos Portugueses - Recorrida : Marília Sabina Lima Loureiro - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB: 10462/MT) - FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB: 5674/AM) - LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB: 179235/SP) - Processo 0602304-11.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Recorrido : Regina da Silva - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB: 1235A/AM) - Processo 0602408-18.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Aidran Mendes Alves do Amor Divino - Recorrido : Banco Bradesco S. A - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ALEXSSANDE AMARAL DA SILVA (OAB: 12968/AM) - DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB: 1183/AM) - Processo 0602415-92.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Mayara Gama Austim - Recorrido : SKY Brasil Serviços Ldta - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: JOSÉ EDUARDO SILVA DE SALES (OAB: 7700/AM) - MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB: 13788/AL) - DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB: 9487/AM) - Processo 0602435-83.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Antônio Torres Ferreira Lima - Recorrido : Cielo S/A - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB: 27856-A/PA) - FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB: 5674/AM) - LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB: 179235/SP) - ALAN DE OLIVEIRA SILVA (OAB: 208322/SP) - Processo 0602580-42.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Solange Fernandes Gaio - Recorrido : Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB: 10036/AM) - ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB: 1161/AM) - Processo 0603029-15.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Renaut do Brasil Ltda - Recorrido : Natacha Costa Pereira - Me - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: CRISTINA HELENA VILA (OAB: 10842/AM) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - DANIEL FRANÇA DA SILVA (OAB: 24214/DF) - HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO (OAB: 45458/GO) - ANDRE DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - AFONSO DAVID FROTA MACIEL (OAB: 10422/AM) - IRLANDIA BELO LIMA (OAB: 12496/AM) - Processo 0603134-74.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : LUIS RAIMUNDO PADILHA - Recorrido : Vivo S.a. - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB: 2595/AM) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0603155-50.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Vivo S.a. - Recorrido : Edson Santos Araujo - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB: 10462/MT) - FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB: A995/AM) - LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB: 8977/AM) - Processo 0603639-65.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Williamy Santos Oliveira - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: JOÃO THOMAS LUCHSINGER (OAB: 9186/AM) - ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAUJO (OAB: 118303/MG) - BRUNO HENRIQUE SORÉ (OAB: 1010/AM) - LUIS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB: 1011/AM) - GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB: 69306/MG) - Processo 0603827-73.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Antonina Minenkova - Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB: 6488/AM) - LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB: 12343/AM) - PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB: 8766/AM) - ANDREZA ARAÚJO ALBUQUERQUE (OAB: 10911/AM) - LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB: 167344/MG) - JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB: 855A/SE) - Processo 0603940-61.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Claro S/A - Recorrida : Alaide Dinelli Magaldi - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 8872/AM) - FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB: A995/AM) - LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB: 8977/AM) - FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB: 10057/AM) - Processo 0603947-04.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Cristiane Figueiredo Ip - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: MICHAEL LEMES MONTEIRO (OAB: 10013/AM) - MICHAEL LEMES MONTEIRO (OAB: 10013/AM) - JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB: 855A/SE) - PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB: 8766/AM) - MICHAEL LEMES MONTEIRO (OAB: 10013/AM) - Processo 0604064-10.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Michael Lemes Monteiro - Recorrido : Claro S/A - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: NELCINEILA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB: 5779/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - Processo 0604092-75.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Francisco Sidney da C Pereira - Recorrido : Águas do Amazonas S.A. - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB: 10149/AM) - CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB: 671A/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: 1058A/AM) - Processo 0604138-27.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : A. C. de S. - Recorrido : Á do A. S.A. - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU (OAB: 8226/AM) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - Processo 0604216-21.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrido : Saul Martins Moura de Souza - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: BRUNO RODRIGUES VALENTE (OAB: 17695/PA) - ENY BITTENCOURT (OAB: 29442/BA) - LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB: 10418/AM) - Processo 0604253-22.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Itaú Bmg Consignado S.a. - Recorrido : Antonio Juacyr Tavares Straus - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB: 15916/O/MT) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0604405-21.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Constantino da Silveira Araujo - Recorrido : Vivo S.a. - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: RONEISE MARKLANE DOS ANJOS SOUSA (OAB: 10806/AM) - GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB: 115224/RO) - Processo 0604517-02.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Erica Marquele da Silva Mesquita - Recorrido : Banco J. Safra S/A - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - DANILO ANDRADE MAIA (OAB: A1111/AM) - FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB: 5674/AM) - GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB: 117417/SP) - ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB: 4944/AM) - Processo 0604575-39.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Maria Cleonice Cristine Freitas da Costa - Recorrido : SARAIVA E SICILIANO S/A - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: MARIA FÁTIMA SILVA OLIVEIRA (OAB: 6356/AM) - RIULNA VENTURA MULLER (OAB: 6654/AM) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - IVANA DA CUNHA LEITE (OAB: 4814/AM) - Processo 0604808-39.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Itaucard S/A - Recorrida : Antonia Rebouças de Oliveira - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB: 10462/MT) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO (OAB: 45458/GO) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0604926-63.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Keise Regina Soares de Andrade - Recorrido : Vivo S.a. - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: RONAN BOTELHO (OAB: 17641/MT) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO (OAB: 45458/GO) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0604998-50.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : José Sergio Meireles de Souza - Recorrido : Vivo S/A - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB: 8246/AM) - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB: 21678/PE) - Processo 0604999-21.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Jobson Oliveira dos Santos - Recorrido : Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: ANANIAS GOMES DE SOUZA (OAB: 9772/AM) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - Processo 0605131-10.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Telefonica Brasil S/A - Vivo S/A - Recorrido : Whashington Luiz Alves Vital - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: ANDERSON SANTOS DA SILVA (OAB: 12015/AM) - NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB: 4068/AM) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - Processo 0605628-21.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Suzyane Nogueira de Oliveira - Recorrido : Vivo S/A - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB: 7667/AM) - GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB: 1010A/AM) - LUIS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB: 1011A/AM) - ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAUJO (OAB: 118303/MG) - GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB: 69306/MG) - Processo 0605658-59.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado

Cível - Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrido : Damião Pires da Silva - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: FRANCISCO JACQUES DE AMORIM (OAB: 5257/AM) - FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB: 7059/AM) - Processo 0605885-49.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Hapvida Assistencia Medica Ltda - Recorrida : Erivania Albuquerque da Silva - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB: 39395/BA) - Processo 0606178-61.2019.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Elmo de Freitas Serrão - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB: 10380/AM) - LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB: 4732/AM) - LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB: 876/AM) - HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB: 4018/AM) - MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB: 10380/AM) - Processo 0607238-58.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrido : Carlos Laerte Arruda da Silva - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: DYOGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB: 11920/AM) - MARCOS FABIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB: 11070/AM) - NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB: 167006/RJ) - CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB: 53182/DF) - DYOGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB: 11920/AM) - LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB: 156721/RJ) - Processo 0607333-91.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bonsucesso Consignado S.A - Recorrida : Maria Doroteia da Silva - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: TAYANNE PIRES CÉSAR (OAB: 9977/AM) - FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB: 6560/AM) - NAYANNE PIRES CÉSAR (OAB: 7782/AM) - GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB: 1010A/AM) - LUIS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB: 1011A/AM) - ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB: 1069A/AM) - Processo 0608050-40.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Apelante : Thaís Castro dos Santos - Apelado : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB: 10462/MT) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0608684-84.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Elza Alcantara do Nascimento - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: IVANA DE ALMEIDA SALGADO (OAB: 49858/RJ) - IVANA DE ALMEIDA SALGADO (OAB: 49858/RJ) - ENY BITTENCOURT (OAB: 29442/BA) - Processo 0609100-67.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Itaú S/A - Recorrida : Ivana de Almeida Salgado - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO (OAB: 5316/AM) - CARLOS EDUARDO MACIEL PEREIRA (OAB: 11677/CE) - Processo 0609224-50.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Claudio Adão Soares Silva - Recorrido : Aspbras - Associação dos Servidores Publicos Brasileiros - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: ADVOGADOS/SOCIEDADES MARCADOS PARA PUBLICAÇÃO NÃO INFORMADO - Processo 0609446-18.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Patryck Thyago de Lima Colares - Recorrido : Carlos Kelwis de Freitas Matos

Recorrido : Carlos da Silva Matos - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB: 855A/SE) - Processo 0609781-03.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Claro S/A - Recorrido : Genahzildo Coelho Rezende Júnior - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142A/CE) - Processo 0609809-39.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrida : Francimar Nonato do Nascimento - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: MOISES CAVALCANTE G. DE OLIVEIRA (OAB: 5912/AM) - MARIA AUXILIADORA CAVALCANTE DE G. OLIVEIRA (OAB: 6102/AM) - JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JUNIOR (OAB: 10793/AM) - WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 17314/CE) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0609918-82.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrido : Odilon Batista dos Santos - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: ANNE LISE PERIN (OAB: 7447/AM) - LAÉRCIO DE CASTRO DOURADO JÚNIOR (OAB: 13184/AM) - Processo 0610001-77.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrida : Priscila de Souza Rosa Barroncas - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB: 8500/AM) - FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB: 8500/AM) - LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB: 167344/MG) - JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB: 855A/SE) - Processo 0610074-07.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Flávio dos Santos Mendes - Recorrido : Claro S/A - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: KELLY ANNE CORREA DE OLIVEIRA (OAB: 9330/AM) - KELLY ANNE CORREA DE OLIVEIRA (OAB: 9330/AM) - WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 17314/CE) - ALEXANDRE JUNIO DE SOUTO (OAB: 21950/PB) - Processo 0610336-20.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Diego Jansen Ribeiro de Araujo - Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: LARISSA VILAS BOAS FEITOZA (OAB: 13299/AM) - DAVID CUNHA NOVOA (OAB: 10777/AM) - RICARDO NUNES LOPES (OAB: 13034/AM) - JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB: 13314/AM) - Processo 0610603-26.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : ALEX PINHEIRO TEIXEIRA - Recorrido : Confiance Recuperadora de Crédito Eireli-me - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: NELIO GLAUBER DE SOUZA ARAGÃO (OAB: 10807/AM) - Processo 0610663-41.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Estado do Amazonas - Recorrida : Ruth Coimbra de Aviz - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB: 876/AM) - LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB: 4732/AM) - Processo 0610934-42.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrido : Francisco Manuel Nascimento Ferreira - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB: 5810/AM) - GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB: 115224/RO) - Processo 0611104-77.2018.8.04.0015 - Recurso

Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento - Recorrida : Simone Moreira Uchôa - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: ORLANDO DOS SANTOS DIAS (OAB: 4240/AM) - EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB: 10115/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - Processo 0611266-38.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Águas do Amazonas S.A. - Recorrido : Orlando dos Santos Dias - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB: 13050/AM) - ISABELLA PERES RUSSO (OAB: 3198/AM) - Processo 0611532-04.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrido : Cleomar Batista Henriques - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: BIANCA ALVES BORGES (OAB: 11826/AM) - PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB: 8766/AM) - JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB: 855A/SE) - Processo 0612073-58.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Net Serviços de Comunicação S/A - Recorrido : Felipe Honda de Souza - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB: 3758/AM) - Processo 0612290-38.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Marcelo André Gatinho de Almeida - Recorrido : Supermercados DB Ltda. - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB: 9761/AM) - Processo 0612546-44.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco do Brasil S/A - Recorrida : Maria do Socorro Lopes Miranda Nascimento - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA (OAB: 8694/AM) - JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB: 1235A/AM) - Processo 0612600-44.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Lucyane Adiene Silva - Recorrido : BRADESCO PROMOTORA - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB: 15916/O/MT) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - Processo 0612857-35.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Patricia Elaine Pinto Tomaz - Recorrido : Vivo S.a. - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB: 10325/AM) - MARCELA DA SILVA PAULO (OAB: 10325/AM) - MAURO PAULO GALERA MARI (OAB: 3056/MT) - NAYANNA EVELLYN PESSOA GAIA (OAB: 12723/AM) - ANDRE DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB: 10474/AM) - Processo 0612874-08.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Nadia Regina Laranjeira Mendes - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: ANDREY AUGUSTO B. RAMOS (OAB: 7526/AM) - GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB: 7883/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142A/CE) - Processo 0612920-02.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrida : Maria do Perpetuo Socorro Cunha Gonçalves - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: MARCOS FABIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB: 11070/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142A/CE) - DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB: 9487/AM) - DYOGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB: 19941/PB) - Processo 0612933-59.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrido : Raimundo Nonato Barbosa da Silva - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: RONAN BOTELHO (OAB: 17641/MT) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0613286-02.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Sandra de Souza Castro - Recorrido : Vivo S.a. - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: LILIANE CESAR CORRÊA (OAB: 8393/AM) - JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB: 855A/SE) - PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB: 8766/AM) - Processo 0613719-06.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Net Serviços de Comunicação S/A - Recorrida : Luciana dos Santos Viana - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB: 10325/AM) - MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB: 10325/AM) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB: 10474/AM) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - Processo 0613787-53.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Renata Cordeiro Rodrigues - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: LEUDYANO ADEODATO VENÂNCIO (OAB: 11234/AM) - LEUDYANO ADEODATO VENÂNCIO (OAB: 11234/AM) - GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB: 117417/SP) - Processo 0614451-21.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Leudyano Adeodato Venâncio - Recorrida : Dell Computadores do Brasil Ltda - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: DIEGO JOSÉ ALBINO SOUZA (OAB: 11438/AM) - CARLOS EDUADO PEREIRA TEXEIRA (OAB: 327026/SP) - CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB: A925AM) - ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB: 4944/AM) - RODRIGO SCOPEL (OAB: 21899/SC) - Processo 0614505-50.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Tsp Recuperadora de Credito
Recorrente : Banco Bmg S/A
Recorrente : Banco Itaú Bmg Consignado S.a. - Recorrida : Francisca Vieira Nobre - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB: 4376/AM) - LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB: 876/AM) - HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB: 4018/AM) - LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB: 4732/AM) - MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB: 911A/SE) - Processo 0614576-23.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrida : Luciana Santos da Silva - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB: 10110/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142A/CE) - DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB: 9487/AM) - GLÁUCIA CRISTINA DA SILVA FREITAS (OAB: 12367/AM) - Processo 0614597-62.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrida : Rita de Cássia Alves Lopes - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB: 10462/MT) - NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB: 60359/RJ) - Processo 0615211-33.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Maria Domingas da Silva Castro - Recorrido : Banco Itaucard S/A - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 7197/AM) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - Processo 0615245-08.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Jose Nelson Pacheco Farias Junior - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 7197/AM) - FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB: A995/AM) - Processo 0615250-30.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Handerson Nascimento - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB: 6199/AM) - MARCOS PAULO COELHO DE SOUZA (OAB: 4395/AM) - ANDREZA ARAÚJO ALBUQUERQUE (OAB: 10911/AM) - PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB: 8766/AM) - JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB: 3808/AM) - LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB: 167344/MG) - JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB: 855A/SE) - Processo 0615314-74.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Claro S/A - Recorrido : Alexandre Gomes Ribeiro - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB: 6488/AM) - JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB: 855A/SE) - PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB: 8766/AM) - Processo 0615387-12.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Edna Veloso Martins - Recorrido : Claro S/A - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: WELLINGTON MARTINS DO NASCIMENTO (OAB: 9317/AM) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - Processo 0615409-70.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : André Belo da Silva - Recorrido : Banco BMC S/A
Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: DIEGO ANTONIO DA COSTA VIEIRA (OAB: 10402/AM) - FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB: A995/AM) - MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB: 2172/AM) - JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB: 70558/SP) - LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB: 8977/AM) - ANTÔNIO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA (OAB: 6834/AM) - Processo 0615511-29.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Andreia de Azevedo Swierczynski Pitombo - Recorrido : Via Marconi Veículos Ltda.
Recorrido : Fiat Automóveis Ltda. - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: RICARDO DE OLIVEIRA CABRAL (OAB: 7130/AM) - FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB: A995/AM) - LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB: 8977/AM) - RAIMUNDO NONATO HERCULANO DA SILVA (OAB: 2147/AM) - Processo 0615697-18.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco Financiamentos S/A - Recorrida : Guatassara de Carvalho Martins - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB: 5810/AM) - ÉLIDA DE LIMA REIS (OAB: 7458/AM) - Processo 0615856-03.2019.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Paulo Roberto Cavalcante de Oliveira - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: EULER VILAÇA BATISTA BORGES (OAB: 2428/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB: 671A/AM) - Processo 0615998-96.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Agn Brasil Comunicação, Comércio e Serviços Eireli-me - Recorrido : Tim Celular S/A - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB: 7999/AM) - ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAUJO (OAB: 118303/MG) - GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB: 69306/MG) - GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB: 1010A/AM) - LUIS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB: 1011A/AM) - Processo 0616055-80.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrido : Cosme Aparecido Rosa Junior - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: MARCOS FABIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB: 11070/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142A/CE) - Processo 0616099-07.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrida : Francisca de Lima Ferreira - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB: 13248/AM) - GUSTAVO LEÃO DE CARVALHO CÂNDIDO (OAB: 127882/MG) - Processo 0616264-83.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Milca Oliveira de Aquino - Recorrido : Azul Linhas Aéreas Brasileiras s/a - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: DENISE COÊLHO DE SOUZA (OAB: 10520/AM) - JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM (OAB: 162337/MG) - JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM (OAB: 162337/MG) - EDUARDO CHALFIN (OAB: A1140/AM) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0616302-32.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Amanda Martins Praia - Recorrido : MERCADO LIVRE COM ATIVIDADES DE INTERNERT LTDA. (EBAZAR.COM. BR. LTDA)
Recorrido : Pagseguro Internet Ltda - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB: 2668/AM) - JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB: 1235A/AM) - JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB: 1235A/AM) - Processo 0616433-70.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : American Express do Brasil Tempo e Cia.
Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrido : Gustavo Pacheco Hagge - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: RENIR BEGNINI (OAB: 5095/AM) - VALDIR ALVES DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB: 13500/AM) - Processo 0616760-78.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : EDMILSON MAXIMINO DANTAS - Recorrido : Ronaldo Fonseca da Silva Júnior - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: LUCAS LEOPOLDINO MARINHO LARANJEIRAS (OAB: 10625/AM) - JESSE JEAN OLIVEIRA ALMEIDA (OAB: 12016/AM) - CARLOS ALLAN AMORIM DE CARVALHO (OAB: 14327/AM) - Processo 0617664-35.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Tomaselli Som & Studios Ltda. - Recorrido : M.b. 3000 Segurança Eletrônica Ltda - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: CINTIA MARTINS DE SOUZA (OAB: 4399/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142A/CE) - DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB: 9487/AM) - QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB: 8885/AM) - Processo 0619487-44.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : EUCILENE MARIA DA CUNHA TEIXEIRA - Recorrido : Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB: 11981/AM) - ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB: 10870/AM) - FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB: 5674/AM) - LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB: 167344/MG) - JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB: 57680/MG) - JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB: 855A/SE) - Processo 0619917-93.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Paulo Sandro Penela Carioca Junior - Recorrido : Claro S/A - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: FABRÍCIA ARRUDA MOREIRA (OAB: 5043/AM) - FABRÍCIA ARRUDA MOREIRA (OAB: 5043/AM) - JULIA VIEIRA DE CASTRO LINS BOTELHO (OAB: A1210/AM) - Processo 0621112-50.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Tap Air Portugal - Recorrida : Mônica Cristina Raposo da Câmara Chaves do Carmo

Recorrido : Paulo Roberto Chaves do Carmo - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: SERGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO (OAB: 7507/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142A/CE) - REBECA BRAGA ALBUQUERQUE MARINHO LOPES (OAB: 13063/AM) - DIEGO CID VIEIRA PRESTES (OAB: 7805/AM) - Processo 0621408-38.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Elber Daniel Pinheiro da Rocha - Recorrido : Banco Pan S/A - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: JIMMY DA SILVA ARAÚJO (OAB: 9072/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: 1058A/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB: 4544/AM) - Processo 0621969-62.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Águas do Amazonas S.A. - Recorrido : Waldenil de Aguiar Paula Pessoa - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB: 9613/AM) - LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB: 4732/AM) - HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB: 4018/AM) - LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB: 876/AM) - Processo 0623805-70.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Maria do Perpetuo Socorro da S. Barros - Recorrido : Banco Bmg S/A - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB: 12051/AM) - ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAUJO (OAB: 118303/MG) - GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB: 69306/MG) - Processo 0623994-48.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrido : Algenor Maria da Costa Teixeira Filho - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: ERICK JONHSON MAIA CAVALCANTE (OAB: 13480/AM) - RONALDO SPERRY (OAB: 77222/RS) - GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB: 69306/MG) - Processo 0626054-91.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrida : Margareth Fernandes Machado e Silva - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: LUCIANO DE ALMEIDA SOUZA COELHO (OAB: 9919/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: 1058A/AM) - MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB: 9918/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - Processo 0626714-85.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Águas do Amazonas S.A. - Recorrido : Luiz Henrique Correia da Silva - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: HÁLLICE MOREIRA TEIXEIRA (OAB: 9003/AM) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0627363-50.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Vivo S.a. - Recorrida : Patrícia Nahmias Costa - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: WERNER DE ALBUQUERQUE LOPES (OAB: 13400/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - Processo 0627913-45.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Tayana Feitosa Antunes - Recorrido : Águas do Amazonas S.A. - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB: 9516/AM) - JORGE LUIS ENRIQUE GALLARDO ORDINOLA (OAB: 10044/AM) - Processo 0629042-85.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Terezinha de Jesus Marques Mendes - Recorrido : Tam - Linhas Aéreas S/A - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: MARCIO ANDRE DE OLIVEIRA SILVA (OAB: 5562/AM) - MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB: 26647/PE) - CINTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB: 5596/AM) - Processo 0629281-89.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Toyolex Autos Ltda. - Recorrida : Adriana Ximenes Mitoso - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ISRAEL DE JESUS GONÇALVES (OAB: 3051/AM) - SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB: 10852/AM) - JANILSON DA COSTA BARROS (OAB: 13152/AM) - Processo 0630378-69.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrida : Maria José Ferreira Rodrigues - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - ÉLIDA DE LIMA REIS (OAB: 7458/AM) - Processo 0637349-70.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs

Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrido : Afrânio dos Santos Araújo - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: EUGENIO AUGUSTO CARVALHO SEELIG (OAB: 8625/AM) - Processo 0651778-42.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrida : Maria do Carmo Oliveira da Silva - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: LEONARDO BARROSO MONTEIRO (OAB: 12619/AM) - ANDREA REGINA VIANEZ DE CASTRO E CAVALCANTI (OAB: 2413/AM) - Processo 0654390-50.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : O Município de Manaus - Recorrida : Marileide da Silva Leão - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB: 8913/AM) - JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB: 7935/AM) - Processo 0658388-26.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Oberdan Bandeira Fonseca - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB: 8913/AM) - JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB: 7935/AM) - Processo 0658406-47.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Gilmar Oliveira Martins - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB: 8913/AM) - JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB: 7935/AM) - Processo 0659230-06.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Cosmo Batista da Silva - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB: 8913/AM) - JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB: 7935/AM) - Processo 0659274-25.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Mauro Fernandes de Oliveira - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Secretaria do(a) 1ª Turma Recursal, em Manaus, 9 de setembro de 2019.

Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia 2ª Turma Recursal, Exmo(a). Dr(a). Irlena Leal Benchimol, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV: MAURILIO SERGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB: 9967/AM) - TARCISIO NEVES DE SOUZA (OAB: 13946/AM) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - Processo 0000054-70.2018.8.04.7301 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : CLAUDEIR COSTA DE LIMA - Recorrido : Telefônica Brasil S.a. Vivo - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB: 86235/AM) - DUARTE SÁVIO RODRIGUES ALVES DE MENEZES (OAB: 9598/AM) - Processo 0000063-14.2018.8.04.7501 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : OI Móvel S/A - Recorrida : DAIANA CASTRO DE ALBUQUERQUE BARBOSA - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - EVERTON CARLOS LISE (OAB: 5711/RO) - Processo 0000075-45.2017.8.04.2301 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Telefonica Brasil S/A - Recorrida : MARIA ILENE BARBOSA MANHUARY - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - ERNESTO NUNES DA COSTA (OAB: 4120N/AM) - Processo 0000168-96.2019.8.04.3801 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO BRADESCO S/A - Recorrida : GISELE RODRIGUES DE SOUZA - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - ERNESTO NUNES DA COSTA (OAB: 4120N/AM) - Processo 0000171-51.2019.8.04.3801 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO BRADESCO S/A - Recorrida : MARILZA ALVES PARENTE - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - ERNESTO NUNES DA COSTA (OAB: 4120N/AM) - Processo 0000173-21.2019.8.04.3801 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO BRADESCO S/A - Recorrida : MARIA ELANGE BARBOSA FERREIRA - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: FELICIANO LYRA MOURA (OAB: 21714/PE) - EMER DE SENNA GOMES (OAB: 7602/AM) - Processo 0000266-10.2017.8.04.7501 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : CNOVA COMÉRCIO ELETRÔNICO S/A (EXTRA.COM) - Recorrido : EMER DE SENNA GOMES - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB: 20335/PE) - DUARTE SÁVIO RODRIGUES ALVES DE MENEZES (OAB: 9598/AM) - Processo 0000283-46.2017.8.04.7501 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Tim Celular S/A - Recorrida : JUCIMARA FERNANDA BARBOSA DE ANDRADE - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB: 20335/PE) - DUARTE SÁVIO RODRIGUES ALVES DE MENEZES (OAB: 9598/AM) - Processo 0000285-16.2017.8.04.7501 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Tim Celular S/A - Recorrida : MARIA EDUARDA DA SILVA BRIGLIA - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: AGUINALDO JOSÉ MENDES DE SOUSA (OAB: 2081/AM) - JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB: 1235A/AM) - PATRICIA GURGEL PORTELA MENDES (OAB: 5424/RN) - Processo 0000323-28.2017.8.04.7501 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : JOSÉ AUGUSTO QUEIROZ - Recorrido : BANCO BRADESCO S. A. - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 17314/CE) - KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB: 4037/AM) - Processo 0000370-70.2015.8.04.7501 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A - Recorrido : PEDRO DIMAS FREITAS FILHO - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB: 2406/AM) - MARCONDES F. LUNIERE JÚNIOR (OAB: 2987/AM) - ERNESTO NUNES DA COSTA (OAB: 4120N/AM) - Processo 0000421-84.2019.8.04.3801 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO BRADESCO S/A, - Recorrida : FRANCISCA RITA SALES DA SILVA - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB: 95502/RJ) - MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB: 4390/AM) - Processo 0000429-53.2018.8.04.7501 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. - Recorrido : MAYCON JAMESON ALVES FARIAS - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB: 1048A/AM) - JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB: 1047N/AM) - Processo 0000434-15.2017.8.04.7500 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO DO BRASIL S/A - Recorrido : JOSE ADELMO PINTO - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB: 86415/RJ) - LINDONOR FERREIRA DE MELO SANTOS (OAB: 6710/AM) - MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB: 6171/MS) - Processo 0002596-34.2013.8.04.7302 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - Recorrido : PEDRO APOLIANO DO VAL TEIXEIRA - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: FABIOLA REIS DOS REIS (OAB: 12103/AM) - LEIDA MARA ARAÚJO DE LIMA FALCÃO (OAB: 12463/AM) - MARIA ROSIMAR DOS SANTOS RODRIGUES (OAB: 12443/AM) - PRISCILA NEVES SILVA COSTA (OAB: 12879/AM) - JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB: 3311/AM) - RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB: 4544/AM) - Processo 0200784-81.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Erivelton da Costa Marques - Recorrido : Águas do Amazonas S.A. - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB: 3056/MT) - Processo 0200937-17.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : EDINEUZA EUGÊNIA DA SILVA - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JUNIOR (OAB: 1431/AM) - JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB: 2790/AM) - Processo 0201059-

45.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Gabriel Matheus da SIlva Martins - Recorrido : Supermercados DB Ltda. - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB: 4083/AM) - TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB: 50918/PR) - Processo 0204363-86.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Bezaliel dos Santos Sampaio - Recorrido : Empresa Solimoes Transportes de Passageiros e Cargas Ltda - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB: 2140/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: 1058A/AM) - KAREN REBECCALOUZADADADALTO HENRIQUES (OAB: 140475/RJ) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - Processo 0600057-69.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Erilene Sá Pereira - Recorrido : Águas do Amazonas S.A. - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: RENAN PENA MARTINS (OAB: 10805/AM) - FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB: 66013/RS) - Processo 0600103-80.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Ramuel Moraes de Cervinho Martins - Recorrido : Mastercard Adminstradora de Cartoes de Credito - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB: 9502/AM) - LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB: 8125/MS) - Processo 0600359-04.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Todas as partes ativas com participação Não informado - Recorrido : Crefisa S/A Crédito Financiamento e Investimentos

Reclamado : Carlos Fabian Rosas de Sousa - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: CINTIA MARTINS DE SOUZA (OAB: 4399/AM) - JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB: 57680/MG) - Processo 0600369-11.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Claro S/A - Recorrida : Ana Lucia de Oliveira - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: DELCILENE REBOUÇAS SILVA (OAB: 7453/AM) - FABIO RIVELLI (OAB: 297608/SP) - FABIO RIVELLI (OAB: 1119/AM) - Processo 0600438-48.2017.8.04.0016 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Toyota do Brasil S.a. - Recorrido : Rivaldo Vieria da Silva - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB: 6161/AM) - JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB: 855A/SE) - PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB: 8766/AM) - Processo 0600490-76.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Net Serviços de Comunicação S/A - Recorrida : Marilia Marques de Almeida Nascimento - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB: 10777/AM) - MARINA REZENDE LOPES (OAB: 12153/AM) - JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB: 13314/AM) - EVANDRO DE AZEVEDO MARTINS FILHO (OAB: 8290/AM) - JESSICA SANTANA MAGNANI (OAB: 10343/AM) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB: 16477/CE) - Processo 0600836-27.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrido : Ativos S.A. Seguritizadora de Creditos Financeiros

Recorrida : Sônia Bentes Rodrigues - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO (OAB: 5316/AM) - LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB: 16330/BA) - LARISSA SENTO SÉ ROSSI (OAB: 1079A/SE) - Processo 0600854-48.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Angela Tereza Magalhães Bastos - Recorrido : Banco Itaú Bmg Consignado S.a. - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB: 509/AM) - FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB: 5005/AM) - WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 17314/CE) - DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB: 1183/AM) - Processo 0600863-80.2013.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : SKY Brasil Serviços Ldta - Recorrido : Elves de Sá Guedes - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB: 6610/AM) - ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB: 6587/AM) - HELOISA PONTES MAUES (OAB: 9667/AM) - Processo 0601170-61.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Vanderley Sena Salgado - Recorrida : Samel - Serviço de Assistência Médica - Hospitalar Ltda - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: ELAINE VITÓRIA DA SILVA GUEDES (OAB: 10583/AM) - ELAINE VITÓRIA DA SILVA GUEDES (OAB: 10583/AM) - ELAINE VITÓRIA DA SILVA GUEDES (OAB: 10583/AM) - PEDRO HENRIQUE BARROS DE SENA (OAB: 13600/AM) - KEYTH YARA PONTES PINA (OAB: 3467/AM) - ANA PAULA DA SILVA BEZERRA (OAB: 5797/AM) - MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB: 14300/AM) - Processo 0601900-72.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : MAP Linhas Aéreas Ltda. - Recorrida : Elaine Vitória da Silva Guedes

Recorrida : Nair da Silva Guedes - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB: 10462/MT) - LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB: 179235/SP) - ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB: 2659/AM) - ALAN DE OLIVEIRA SILVA (OAB: 208322/SP) - Processo 0601957-75.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Regiane Ferreira Rodrigues - Recorrido : Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB: 12029/AM) - LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB: 4732/AM) - LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB: 876/AM) - HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB: 4018/AM) - Processo 0602011-53.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrido : Neri Mendes da Silva - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: ANTONIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB: 12225/AM) - JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB: 855A/SE) - SALES MARTINS LEAL (OAB: 13560/AM) - PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB: 8766/AM) - Processo 0602127-47.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Eliete da Silva Guimaraes - Recorrido : Claro S/A - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB: 2372/AM) - WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 17314/CE) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0602152-38.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a - Recorrido : Sineide de Souza e Souza - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB: 21129/MT) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - Processo 0602226-92.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Vivo S.a. - Recorrida : Elinelma dos Santos Nonato - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 128341/SP) - Processo 0602309-11.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Antônio Gastão Carvalho Micheles - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB: A1253/AM) - GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB: 117417/SP) - FLAVIA VALE DE FARIA CARVALHO (OAB: 133375/MG) - ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB: A1253/AM) - Processo 0602344-68.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Francisca dos Santos Leite - Recorrido : S. S. Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda. - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB: 7396/AM) - KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB: 7670/AM) - LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB: 876/AM) - LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB: 4732/AM) - HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB: 4018/AM) - DR. RAFAEL REIS GOMES DA SILVA (OAB: 13660/AM) - Processo 0602483-57.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrido : Márcio Pereira Chaves - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB: 46521/BA) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - Processo 0602569-28.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Alyne Ribeiro da Costa - Recorrido : Vivo S.a. - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB: 10149/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB: 671A/AM) - Processo 0603027-08.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Maria da Saude Campos Maciel - Recorrido : Águas do Amazonas S.A. - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB: 10149/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB: 671A/AM) - Processo 0603032-30.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Maria Aparecida Pereira de Abreu - Recorrido : Águas do Amazonas S.A. - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB: 8794/AM) - ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB: 7983/AM) - Processo 0603065-42.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Alfredo Carlos de Moraes Neto - Recorrido : SKY Brasil Serviços Ldta - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB: 7667/AM) - JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB: 1235A/AM) - Processo 0603115-46.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Manuel da Vera Cruz Guimarães Viegas - Recorrido : Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB: 7667/AM) - PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB: 8766/AM) - JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB: 855A/SE) - Processo 0603136-44.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Adil de Aguiar Coimbra - Recorrido : Claro S/A - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 7197/AM) - FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB: A995/AM) - LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB: 8977/AM) - Processo 0603506-23.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : João Rego Freire - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: RAUL GÓES NETO (OAB: 8203/AM) - ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAUJO (OAB: 118303/MG) - Processo 0603515-82.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Telma Silva dos Santos - Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB: 10324/AM) - MAURO PAULO GALERA MARI (OAB: 3056/MT) - DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB: 7109/AM) - SHEILA FURTADO ABRAHIM (OAB: 1893/AM) - Processo 0603615-37.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrida : Ester de Oliveira Almeida - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: PAULO RODRIGUES DE ARRUDA (OAB: 2685/AM) - JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB: 855A/SE) - PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB: 8766/AM) - PAULO RODRIGUES DE ARRUDA (OAB: 2685/AM) - Processo 0603769-70.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Claro S/A - Recorrido : Francisco Jesse de Lima Maciel - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 8872/AM) - JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB: 1235A/AM) - JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB: 1235A/AM) - DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB: 4667/AM) - DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB: 4667/AM) - FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB: 10057/AM) - Processo 0603956-63.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Cristiane Figueiredo - Recorrido : Banco Bradesco S.a.

Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB: 8788/AM) - DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB: 1183/AM) - DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB: 1183A/AM) - DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB: 8792/AM) - Processo 0604123-95.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Carlos Alberto de Oliveira - Recorrido : Banco Santander S.a. - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: CINTIA MARTINS DE SOUZA (OAB: 4399/AM) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - Processo 0604174-69.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Olzair Barbosa de Aguiar - Recorrido : Banco Bradesco Cartões S/A - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB: 15916/O/MT) - Processo 0604195-45.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Antonio Ulisses Laranjeira da Silva - Recorrido : Vivo S.a. - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: SALES MARTINS LEAL (OAB: 13560/AM) - GREYSA MORES FRAGOSO (OAB: 12765/AM) - Processo 0604835-70.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Oziel Paulo Filgueira Malcher - Recorrido : Sky Brasil Serviços Ltda - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB: 12168/AM) - ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB: 12168/AM) - ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB: 2847/AM) - ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB: 2847/AM) - KEYTH YARA PONTES PINA (OAB: 3467/AM) - KEYTH YARA PONTES PINA (OAB: 3467/AM) - INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB: 8304/AM) - INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB: 8304/AM) - Processo 0604991-70.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Patrimonio Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda

Recorrente : DYEGO RODRIGO D´OLIVEIRA SILVA

Recorrente : Patri Urbis 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (patrimonio)

Recorrente : KLISSIA GISELLE PICANÇO DE SOUZA MENEZES D´OLIVEIRA - Recorrido : Partrimonio Construções e Empreendimentos Imoniliários LTDA

Recorrido : Dyego Rodrigo D, Oliveira Silva

Recorrida : Klissia Giselle Picanço de Souza Menezes D´oliveira - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: GUSTAVO LINHARES RODRIGUES (OAB: 31361/BA) - CARLA JOSEFINA LIMA DE LIMA (OAB: 9783/AM) - Processo 0605244-58.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Rebecca Araújo do Vale - Recorrido : Centro de Ensino Superior Nilton Lins - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB: 9694/AM) - JOSÉ ARNALDO JANSEEN NOGUEIRA (OAB: 1047A/AM) - SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB: 1048A/AM) - Processo 0605357-46.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco do Brasil S/A - Recorrido : Ivan de Azevedo Tribuzy Filho - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - Processo 0605743-30.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Samuel de Souza Feitoza - Recorrido : ELETROLUX DO BRASIL S/A - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: RITA DE CÁSSIA RAMOS DE ANDRADE (OAB: 7220/AM) - LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB: 167884/SP) - LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB: 167884/SP) - ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB: 4944/AM) - Processo 0605986-86.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Booking.com Brasil Serviços de Reservas Ltda. - Recorrida : DIANA CAMPOS DO AMARAL - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB: 7396/AM) - KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB: 7670/AM) - FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB: 38699/DF) - Processo 0606083-86.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Eliza do Carmo de Oliveira da Silva - Recorrido : Banco Bonsucesso S/A - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB: 13050/AM) - Processo 0606137-94.2019.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Daniel Rolim de Andrade - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 8872/AM) - MARCONDES FONSECA LUNIERE JUNIOR (OAB: 2897/AM) - THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB: 2406/AM) - FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB: 10057/AM) - Processo 0606544-58.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrido : Francisco Sinfronio Batalha - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB: 8246/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB: 10168/AM) - JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB: 3311/AM) - Processo 0606778-40.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Águas do Amazonas S.A. - Recorrido : Evanira dos Santos Oliveira - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: FERNANDO DIEGO GOES LIMA (OAB: 5742/AM) - ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAUJO (OAB: 118303/MG) - GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB: 69306/MG) - LUIS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB: 1011/AM) - Processo 0606810-45.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Izabel Dalila Litaiff Ramalho - Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB: 39395/BA) - Processo 0607183-21.2019.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Manoel Lins Paulino de Souza - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL (OAB: 9087/AM) - GISELA DA SILVA DINIZ (OAB: 10569/AM) - JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB: 3808/AM) - ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB: 10870/AM) - SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL (OAB: 9087/AM) - JESSICA LOBO SILVA (OAB: 158014/MG) - MARIA AMALIA CANDIDO DE ALVARENGA MORAIS (OAB: 149111/MG) - JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB: 855A/SE) - Processo 0607244-68.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Net Serviços de Comunicação S/A - Recorrido : Sandro Luciano Martins Raszl - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: WANESSA CAVALCANTE FECURY SOARES (OAB: 6367/AM) - YARA FONSECA DE ALBUQUERQUE (OAB: 4264/AM) - ARMANDO MICELI FILHO (OAB: 48237/RJ) - Processo 0607873-08.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Santander S.a. - Recorrida : Wanessa Cavalcante Fecury Soares - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 8872/AM) - JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB: 1235A/AM) - JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB: 1235A/AM) - DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB: 4667/AM) - Processo 0608017-79.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a.

Recorrente : Banco Bradesco Financiamentos S/A - Recorrido : .Edilson Barros de S - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: ROSYANE PAULA LOUZADA (OAB: 10883/AM) - MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB: 6171/MS) - PATRICIA JORGE DA CUNHA VIANA DANTAS (OAB: 8014/MT) - MARA LÚCIA LIMA (OAB: 13939/AM) - Processo 0608449-95.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Ana Cleia Portela Amorim - Recorrido : Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.

Recorrido : COMETA MANAUS COMÉRCIO DE MOTOS LTDA - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB: 4732/AM) - LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB: 876/AM) - Processo 0608579-59.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrida : Hildemarina Fonseca Lima - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB: 9215/AM) - JEAN CARLOS DE ARAUJO ASSANTE (OAB: 9215/AM) - DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB: 1183/AM) - Processo 0608759-07.2019.8.04.0015 - Recurso

Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Jean Carlos de Araújo Assante - Recorrido : Banco Bgn S/A - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB: 7670/AM) - RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB: 7396/AM) - ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 190060/RJ) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142A/CE) - Processo 0608759-75.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Pan S/A - Recorrida : Ilda Câmara de Souza - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB: 10462/MT) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO (OAB: 45458/GO) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0608829-43.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Alexandre de Souza Lago - Recorrido : Vivo S.a. - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB: 189340/SP) - ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAUJO (OAB: 118303/MG) - KON TSIH WANG (OAB: 4646/AM) - BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB: 12761/AM) - Processo 0608947-97.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrido : Marília Oliveira Cabral - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO (OAB: 5316/AM) - BRUNO SILVA MATOS (OAB: 99106/MG) - Processo 0609214-06.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Antonio do Santos Borges - Recorrido : Itavida Clube de Seguros - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB: 10462/MT) - WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 17314/CE) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0609280-68.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrido : Enezio Gomes da Silva - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB: 15916/O/MT) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0609285-71.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Rosiele da Silva Lemos - Recorrido : Vivo S.a. - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - ANDREY HUMBERTO FROZ DE BORBA (OAB: 9723/AM) - BRUNO CLIMACO CAMPOS (OAB: 11031/AM) - Processo 0609849-84.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Diego Gama Feitosa - Recorrido : A. D. Lanchonete e Restaurante Ltda (House Grill) - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: RODRIGO PRADO PORTILHO (OAB: 8360/AM) - MARLEN CRISTINNY PRADO PORTILHO (OAB: 12132/AM) - MAURICIO MARQUES DOMINGUES (OAB: 175513/SP) - Processo 0610263-48.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Amorim e Abnader Ltda.-mea - Recorrido : Totvs S.A - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: THAÍS SOUZA DE OLIVEIRA (OAB: 13541/AM) - RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB: 6488/AM) - ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB: 2847/AM) - THAÍS SOUZA DE OLIVEIRA (OAB: 13541/AM) - Processo 0610959-84.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. - Recorrida : Thaís Souza de Oliveira - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: ADELSON LIMA GONÇALVES (OAB: 8175/AM) - CAMILA PONTES TORRES (OAB: 12280/AM) - FRANCISCO ROBERTO FONSECA GÓES (OAB: 9802/AM) - TIANA CARLA DE CASTRO BARBOSA (OAB: 10719/AM) - Processo 0610990-17.2013.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : PAULO ROBERTO FONSECA DE GÓIS - Recorrido : CONDOMINIO DO EDIFICIO SIMON BOLIVAR - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB: 6286/AM) - JOAO VITOR CHAVES MARQUES (OAB: 30348/CE) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0611193-03.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Pan S/A - Recorrido : José Maria de Freitas Ferreira - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB: 8970/AM) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0611234-67.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Vivo S.a. - Recorrido : Luiz Claudio Barbosa Sevalho - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: ANDRÉA SANTOS DA SILVA (OAB: 13093/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - Processo 0611306-20.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Celhondina da Silva e Silva - Recorrido : Tim Celular S/A - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - Processo 0611951-45.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Rômulo César Pontes Pimentel - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 7197/AM) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: A598/AM) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - Processo 0612722-57.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrido : Valquiria Gomes Coelho - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: GIOVANNA PREVIATTI RAMOS DE BARROS (OAB: 14503/AM) - JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB: 855A/SE) - PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB: 8766/AM) - Processo 0612893-77.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Fabiana Previatti dos Santos - Recorrido : Net Serviços de Comunicação S/A - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: FLÁVIA CAROLINE DE SANTANA (OAB: 10641/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142A/CE) - Processo 0613652-12.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Carlos Alberto Ferreira Pinheiro - Recorrido : Banco Bmg S/A - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB: 6934/AM) - ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAUJO (OAB: 118303/MG) - BRUNO HENRIQUE SORÉ (OAB: 1010/AM) - ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB: 1069A/AM) - Processo 0614075-98.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrida : Francisca dos Santos Monteiro - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 8872/AM) - JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB: 1235A/AM) - JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB: 1235A/AM) - FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA

(OAB: 10057/AM) - Processo 0614791-28.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a.

Recorrente : Bradesco Vida e Previdência S/A - Recorrido : Hiran Palmeira de Assunção - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO (OAB: 5316/AM) - ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB: 341543/SP) - CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB: 37489A/BA) - Processo 0615042-46.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bonsucesso Consignado S.A - Recorrida : Andrea Ribeiro Arteiro - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: MARCOS FABIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB: 11070/AM) - LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB: 4732/AM) - MARINA BASTOS DAPORCIUNCULA BENGHI (OAB: 911A/SE) - Processo 0615267-71.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrido : Francineto Gomes da Silva - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: MARCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB: 10116/AM) - MARCONDES FONSECA LUNIERE JUNIOR (OAB: 2897/AM) - Processo 0615397-90.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrida : Roberta de Lima Braga - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 8872/AM) - JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB: 1235A/AM) - JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB: 1235A/AM) - FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB: 10057/AM) - Processo 0615522-24.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Michelle Lucena - Recorrido : Banco Bradesco S.a.

Recorrido : Banco Bradesco Financiamentos S/A - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB: 8469/AM) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - Processo 0615567-28.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Vivo S.a. - Recorrida : Lizandra Silva de Farias - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: KAWARY CAMPOS SILVA (OAB: 13646/AM) - JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB: 2790/AM) - Processo 0615593-60.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Supermercados DB Ltda. - Recorrido : Guilherme Dourado do Nascimento - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 7197/AM) - MARCONDES FONSECA LUNIERE JUNIOR (OAB: 2897/AM) - Processo 0615812-73.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrido : Eliezio Vargas de Araujo - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO (OAB: 5316/AM) - WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 17314/CE) - Processo 0615894-70.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Heverton Gama - Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB: A1253/AM) - FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB: 5674/AM) - LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB: 179235/SP) - ALAN DE OLIVEIRA SILVA (OAB: 208322/SP) - Processo 0616139-81.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Npl2 - Recorrida : Gabriela Cristina Alves da Silva - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB: 6488/AM) - ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB: 2847/AM) - GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB: 1324A/AM) - KEYTH YARA PONTES PINA (OAB: 3467/AM) - Processo 0616167-49.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Vítor Galiza de Queiroz - Recorrido : Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: LOUISE CAROLINE MIQUILES GUIMARÃES (OAB: 9251/AM) - GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB: 69306/MG) - ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAUJO (OAB: 118303/MG) - Processo 0616205-61.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrida : Mayara Taynna Correia de Souza Negreiros - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 8872/AM) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB: 10057/AM) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - Processo 0616227-22.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Marluce Miranda de Brito - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: RONILDO APOLIANO OLIVEIRA (OAB: 8490/AM) - RONILDO APOLIANO OLIVEIRA (OAB: 8490/AM) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0616423-26.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Vivo S.a. - Recorrido : Ronildo Apoliano Oliveira - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: DANIEL DE OLIVEIRA CAMPOS (OAB: 5258/AM) - KAL EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB: 6389/AM) - Processo 0616810-41.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Condomínio Cristal Tower - Recorrido : Jorge Roberto Di Tommasio Leão - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: MARA MONICA VIEIRA JUCÁ (OAB: 5382/AM) - LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB: 179235/SP) - FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB: 5674/AM) - MARCONDES FONSECA LUNIERE JUNIOR (OAB: 2897/AM) - THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB: 2406/AM) - ANTÔNIO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA (OAB: 6834/AM) - MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB: 2172/AM) - Processo 0616932-54.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco IBI S/A - Banco Multiplo

Recorrente : Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Recorrida : Denise Passos de Souza - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142A/CE) - DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB: 9487/AM) - URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB: 313/PE) - Processo 0617764-53.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrida : Rosineide Gonçalves Barros - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB: 10057/AM) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - Processo 0618438-65.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Zilmar Augusto de Souza

Recorrente : Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB: 6946/AM) - ISABELLA PERES RUSSO (OAB: 3198/AM) - Processo 0619918-23.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrido : João Barbosa Otero - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 7197/AM) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 685/AM) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - Processo 0620117-03.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrido : Marlene Gama da Silva - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB: 12270/AM) - ALMERON CAMINHA (OAB: 12270/AM) - KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB: 10320/AM) - FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB: A995/AM) - Processo 0621307-98.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Almeron Caminha - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB: 11881/AM) - LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB: 3726/AM) - LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB: 6023/AM) - Processo 0622597-93.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrido : Ocimar de Sousa Nunes - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: WELLYNGTON DA SILVA E SILVA (OAB: A-422AM) - ERIKA PAIVA PONCE E SILVA (OAB: 10795/AM) - DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB: 9122/AM) - WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB: 4339/AM) - ELADIO MIRANDA LIMA (OAB: 86235/RJ) - Processo 0623705-18.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Marcilene Sena da Silva - Recorrido : Oi Movel S.a. - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: KELLLEN PEREIRA DA SILVA (OAB: 10319/AM) - ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB: 692/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142A/CE) - NATASHA CRISTINA PEREIRA DE JESUS (OAB: 8437/AM) - Processo 0624492-47.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Uninorte - Centro Universitário do Norte - Recorrido : Leonard Fabian da Silva - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB: 4376/AM) - CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB: 12602/AM) - JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB: 8622/AM) - FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB: 109730/MG) - ANDRE DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0624789-54.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Anhanguera Educacional Participações S/A - Recorrido : Luiz Antonio Cardoso de Oliveira - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB: 13350/AM) - JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB: 57680/MG) - JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB: 855A/SE) - Processo 0625388-90.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Net Serviços de Comunicação S/A - Recorrido : Emerson Souza Ribeiro - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB: 1010A/AM) - LUIS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB: 1011A/AM) - DRA. SUELEN PAES DOS SANTOS MENTA (OAB: 4381/AM) - Processo 0627444-96.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Ana Paula Duarte da Silva - Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: KATIANNY KEILA SALIM COLAÇO (OAB: 12269/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - Processo 0628577-76.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Tim Celular S/A - Recorrido : Wagner Silva de Oliveira - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - DYONISIO PINTO CARIELO (OAB: 103723/MG) - CARLOS EDUARDO ROCHA CRUZ (OAB: 73238/MG) - Processo 0628587-23.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Santa Helena Vinte e Um Empreendimentos e Participações Ltda. - Recorrida : Carla Adriana Pantoja Oliveira - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: HAILDO JARBAS RODRIGUES (OAB: 5304/AM) - SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB: 1048A/AM) - JOSÉ ARNALDO JANSEEN NOGUEIRA (OAB: 1047A/AM) - Processo 0628644-41.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Sergio Mauricio Silva Anunciação - Recorrido : Banco do Brasil S/A - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: BARBARA TRINDADE LOPES (OAB: 9178/AM) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - Processo 0628725-87.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Vivo S.a. - Recorrido : Gustavo Ferreira Pinheiro - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB: 10324/AM) - WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 17314/CE) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0628753-55.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrida : Madalena do Perpetuo Socorro dos Santos Bezerra - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB: 4890/AM) - ANDREA CARDOSO SALGADO (OAB: 4743/AM) - Processo 0628917-20.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Antonio Jesus Veiga de Lima - Recorrido : Mauricio Ferreira dos Santos - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB: 9516/AM) - JORGE LUIS ENRIQUE GALLARDO ORDINOLA (OAB: 10044/AM) - Processo 0629019-42.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Kely Cavalcante Pinheiro - Recorrido : Tam - Linhas Aéreas S/A - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: AMANDA GOUVEIA MOURA (OAB: 7222/AM) - FERNANDA COUTO DE OLIVEIRA (OAB: 11413/AM) - BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB: 222/AM) - Processo 0632143-75.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrida : Katiane Ferreira Maciel Siqueira - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - OTAVIO ARAUJO NETO (OAB: 10189/AM) - Processo 0650045-41.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Abel Acid Moraes Vieira
Recorrente : Danniel Souza Fraga
Recorrente : Dick Farney Lima de Paula
Recorrente : Diego Barbosa Paiva
Recorrente : Cleane Tavares Vieira - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB: 4821/AM) - MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB: 2538/AM) - Processo 0651929-08.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado

Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrido : Floracy Lima de Abreu - Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB: 8913/AM) - JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB: 7935/AM) - Processo 0658401-25.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Ivaney de Oliveira Neves - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB: 8913/AM) - JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB: 7935/AM) - Processo 0659232-73.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Domingos Sávio Oliveira Vilagelim - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB: 8913/AM) - JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB: 7935/AM) - Processo 0659256-04.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Fernando Farias Soares - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB: 8913/AM) - JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB: 7935/AM) - Processo 0659271-70.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Josué Marques das Chagas - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Irlena Leal Benchimol

ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB: 8913/AM) - JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB: 7935/AM) - Processo 0659272-55.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Marco Aurelio da Silva - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Secretaria do(a) 2ª Turma Recursal, em Manaus, 9 de setembro de 2019.

Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia 3ª Turma Recursal, Exmo(a). Dr(a). Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV: LEANDRO CASTILHO (OAB: 6082/AM) - ELADIO MIRANDA LIMA (OAB: 86235/RJ) - Processo 0000080-58.2019.8.04.3801 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : ALESANDRO BRAGA FERREIRA - Recorrido : TELEMAR NORTE LESTE S/A - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: CLEUTO COSTA DE OLIVEIRA (OAB: 111238/AM) - PATRICIA JORGE DA CUNHA VIANA DANTAS (OAB: 8014/MT) - PATRICIA JORGE DA CUNHA VIANA DANTAS (OAB: 1059A/AM) - Processo 0000083-68.2019.8.04.7501 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : MÁRCIO JÂNIO DOS SANTOS LIMA - Recorrido : HONDA COMETA MOTO CENTER - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - ERNESTO NUNES DA COSTA (OAB: 4120N/AM) - Processo 0000156-82.2019.8.04.3801 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO BRADESCO S/A - Recorrido : José Romulo Fonseca Tenasol - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - DUARTE SÁVIO RODRIGUES ALVES DE MENEZES (OAB: 9598/AM) - Processo 0000163-37.2016.8.04.7501 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Telefônica Brasil S.a. Vivo - Recorrida : ÂNGELA NUNES DE JESUS - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - ERNESTO NUNES DA COSTA (OAB: 4120N/AM) - Processo 0000167-14.2019.8.04.3801 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO BRADESCO S/A - Recorrida : ROSIANE QUEIROZ DA SILVA - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - ERNESTO NUNES DA COSTA (OAB: 4120N/AM) - Processo 0000175-88.2019.8.04.3801 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO BRADESCO S/A - Recorrida : MARIA IVANETE CLEMENTINO DA SILVA - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - ERNESTO NUNES DA COSTA (OAB: 4120N/AM) - Processo 0000176-73.2019.8.04.3801 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO BRADESCO S/A - Recorrida : MARIA SUZETE LLIBÓRIO PACHECO - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - FLÁVIA CAROLINE DE SANTANA (OAB: 10641/AM) - Processo 0000224-57.2018.8.04.3901 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO BRADESCO S/A - Recorrido : GERALDO DA COSTA ARAUJO - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB: 2518A/AM) - DUARTE SÁVIO RODRIGUES ALVES DE MENEZES (OAB: 9598/AM) - Processo 0000229-80.2017.8.04.7501 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Telefônica Brasil S.a. Vivo - Recorrido : DUARTE SÁVIO RODRIGUES ALVES DE MENEZES - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB: 20335/PE) - DUARTE SÁVIO RODRIGUES ALVES DE MENEZES (OAB: 9598/AM) - Processo 0000281-76.2017.8.04.7501 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Tim Celular S/A - Recorrido : NEIDE RODRIGUES ALVES - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB: 20335/PE) - DUARTE SÁVIO RODRIGUES ALVES DE MENEZES (OAB: 9598/AM) - Processo 0000294-75.2017.8.04.7501 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Tim Celular S/A - Recorrido : RAIMUNDO MANUEL OLIVEIRA DE SOUZA - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 685A/AM) - JOÃO AUGUSTO CORDEIRO RAMOS (OAB: 5754/AM) - Processo 0000298-47.2019.8.04.7500 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO BRADESCO S/A - Recorrida : SUELANE DOS SANTOS FRANCO - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: AGUINALDO JOSÉ MENDES DE SOUSA (OAB: 2081/AM) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - Processo 0000350-11.2017.8.04.7501 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : JOSÉ DOBLES DIAS DOS REIS - Recorrido : BANCO BRADESCO S. A. - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: KLAUS OLIVEIRA DE QUEIROZ (OAB: 3799/AM) - Processo 0000354-48.2017.8.04.7501 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : NAZARÉ MORAES - Recorrido : EURIMAR GUALBERTO FERREIRA - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB: 1183A/AM) - MARCOS ORLANDO CONDE DO NASCIMENTO (OAB: 10317/AM) - Processo 0000382-24.2018.8.04.3801 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Cetelem S/A - Recorrido : PEDRO DUARTE DA SILVA - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: DILMA LIRA PORTO BOTTON (OAB: 13493/PA) - DILMA LIRA PORTO BOTTON (OAB: 627A/AM) - DIEGO ROSSATO BOTTON (OAB: 495A/AM) - DIEGO ROSSATO BOTTON (OAB: 59054/RS) - Processo 0000438-98.2018.8.04.2300 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : DEONISIO BRAZ ANZILIERO - Recorrido : JOSE ETELVINO PINHEIRO FREITAS - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB: 113786/RJ) - Processo 0000798-21.2016.8.04.7500 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : SABEMI SEGURADORA S.A - Recorrido : BOANÉZIO DOS SANTOS CARVALHO - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - MYLENE COSTA MACIEL (OAB: 4835/AM) - Processo 0001101-73.2013.8.04.3900 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO BRADESCO S/A - Recorrida : FRANCISCA RAIMUNDA ABREU DA COSTA - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - RENATO DE OLIVEIRA GAMENHA (OAB: 10292/AM) - Processo 0200308-58.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Lojas Riachuelo S/A - MIDWAY CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Recorrido : Patrick Guimarães Sales - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142A/CE) - GIACOMO DINELLY LIMA (OAB: 9753/AM) - REGIANE ARAUJO DA SILVA MELO (OAB: 10757/AM) - ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (OAB: 9332/AM) - REBECA BRAGA ALBUQUERQUE MARINHO LOPES (OAB: 13063/AM) - Processo 0201691-08.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Valdecy Litaiff Vasconcelos - Recorrido : Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB: 9324/AM) - JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB: 1235A/AM) - Processo 0600042-40.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : ANDREI FELIPE TRINDADE DE SOUZA SEIXA - Recorrido : Banco Itaú S/A - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: DÉBORA CRISTINA NASCIMENTO DA COSTA (OAB: 9226/AM) - JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB: 855A/SE) - Processo 0600228-29.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : D. B. G. de Vasconcelos Arte e Restauração - Me - Recorrido : Claro S/A - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: JOSÉ EDUARDO SILVA DE SALES (OAB: 7700/AM) - RUBENS GASPAR SERRA (OAB: 119859/SP) - FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB: A995/AM) - Processo 0600403-18.2013.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : EUZIANE PEREIRA DA SILVA - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: ANDRÉA SANTOS DA SILVA (OAB: 13093/AM) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB: 9781/AM) - Processo 0600757-48.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a - Recorrido : Alex Lima Pedroso - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 7197/AM) - THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB: 2406/AM) - MARCONDES FONSECA LUNIERE JUNIOR (OAB: 2897/AM) - Processo 0600979-50.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrida : Kelly Cristina Bueno Picanço - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB: 8776/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142A/CE) - DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB: 9487/AM) - Processo 0601006-96.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrida : Maria de Nazaré Lopes Rebelo - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB: 6596/AM) - LUCIANA BUZATTO PERES (OAB: 239449/SP) - ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO (OAB: 2926/AM) - Processo 0601236-77.2015.8.04.0016 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Swiss Park Manaus Incorporadora Ltda - Recorrida : Claudete Alves de Oliveira - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: PRISCILA NEVES SILVA COSTA (OAB: 12879/AM) - MAURO PAULO GALERA MARI (OAB: 3056/MT) - Processo 0601482-22.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Taiane Evelin Santos de Lima - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB: 13248/AM) - GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB: 117417/SP) - Processo 0601520-49.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Saraiva e Siciliano S/A - Recorrido : Eduardo Anselmo Muller de Macedo - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB: 7883/AM) - ANDREY AUGUSTO B. RAMOS (OAB: 7526/AM) - FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB: A995/AM) - KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB: 10320/AM) - Processo 0601841-84.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Requerente : Edo Gil da Silva - Requerido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB: 10118/AM) - DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB: 9122/AM) - ELADIO MIRANDA LIMA (OAB: 86235/RJ) - Processo 0601928-40.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Oi Movel S.a. - Recorrida : Milka Janeina Almeida do Carmo - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB: 21129/MT) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - Processo 0602224-25.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Vivo S.a. - Recorrida : Elinelma dos Santos Nonato - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: ALLAN CARLOS DE AZEVEDO VIANA LIMA (OAB: 8850/AM) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - Processo 0602249-38.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrido : Leonardo Pinho Barbosa - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: RONEISE MARKLANE DOS ANJOS SOUSA (OAB: 10806/AM) - RONEISE MARKLANE DOS ANJOS SOUSA (OAB: 10806/AM) - GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB: 115224/RO) - Processo 0602308-60.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Safra S.A. - Recorrida : Roneise Marklane dos Anjos Sousa - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB: 509/AM) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0602324-77.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Vivo S/A - Recorrido : Antonio Ferreira de Castro Filho - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: ANTONIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB: 3110/AM) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0602624-39.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Maria do Perpetuo Socorro Ribeiro Barros - Recorrido : Vivo S.a. - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB: 10057/AM) - MAURO PAULO GALERA MARI (OAB: 3056/MT) - MAURO PAULO GALERA MARI (OAB: 3056/MT) - Processo 0602631-53.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Maria Claudecy Firmino Vasque - Recorrido : Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A

Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 8872/AM) - MAURO PAULO GALERA MARI (OAB: 3056/MT) - MAURO PAULO GALERA MARI (OAB: 3056/MT) - FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB: 10057/AM) - Processo 0602803-70.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a.

Recorrente : Banco Bradesco Financiamentos S/A - Recorrida : Andreza Ribeiro Dantas Lopes - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 8872/AM) - MAURO PAULO GALERA MARI (OAB: 3056/MT) - MAURO PAULO GALERA MARI (OAB: 3056/MT) - FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB: 10057/AM) - Processo 0602806-25.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Bradesco Vida e Previdência S/A

Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrida : Andreza Ribeiro Dantas Lopes - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: THIAGO NASCIMENTO DE BRITO E SILVA (OAB: 9643/AM) - FLÁVIO AUGUSTO PRADO PEREIRA DE MELO (OAB: 8689/AM) - FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB: A995/AM) - KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB: 10320/AM) - LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB: 8977/AM) - Processo 0602978-86.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrida : Raimunda Maria de Nazare Santos - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB: 8475/AM) - ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB: 8475/AM) - MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB: 6171/MS) - ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB: 6161/AM) - Processo 0603003-17.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Alberto Gomes Ferreira - Recorrido : MANAUS MOTOCENTER LTDA

Recorrido : Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB: 10462/MT) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - Processo 0603010-91.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Aldericy Vidinha de Souza - Recorrido : Vivo S.a. - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB: 3032/AM) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - Processo 0603023-90.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Joselma da Silva - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB: A605/AM) - RAUL GÓES NETO (OAB: 8203/AM) - Processo 0603032-52.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Raimundo Firme Pereira - Recorrido : SKY Brasil Serviços Ldta - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: MARA REGINA SIQUEIRA DE LIMA (OAB: 1049/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB: 671A/AM) - DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB: 10149/AM) - Processo 0603034-97.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : José Gilvanio de Araújo Silva - Recorrido : Águas do Amazonas S.A. - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB: 7610/AM) - WILKERBAUHERVIEIRALOPES(OAB:29320/GO)-HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO (OAB: 45458/GO) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - TAINA REBECA ARCE DA SILVA (OAB: 14435/AM) - Processo 0603091-40.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Vivo S.a. - Recorrido : Francisca Ramalho de Melo - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB: 27856-A/PA) - FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB: 5674/AM) - LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB: 179235/SP) - Processo 0603340-88.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Jordana Karolen de Carvalho Pires - Recorrido : Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: SUZANY SERAFIM PEREIRA (OAB: 12494/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142A/CE) - WILSON FILIPE DE SOUZA MATOS (OAB: 14254/AM) - Processo 0603436-40.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrida : Luis Nogueira Viana - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 8872/AM) - JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB: 1235A/AM) - FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB: 10057/AM) - Processo 0603590-02.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : AURENICE RAMOS DE SOUZA - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 8872/AM) - WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 17314/CE) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB: 10057/AM) - Processo 0603607-60.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Silvana Rocha de Seixas - Recorrido : Banco Bradesco S.a.

Recorrido : Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB: 10462/MT) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0603815-44.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Tarcicley Vasconcelos de Lima - Recorrido : Vivo S.a. - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 8872/AM) - WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 17314/CE) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB: 10057/AM) - Processo 0603967-92.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Lucio Alberto de Souza Zogah - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 7197/AM) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 128341/SP) - Processo 0603978-02.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Maria de Lourdes Souza Rodrigues - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 8872/AM) - WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 17314/CE) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB: 10057/AM) - Processo 0603978-24.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Lucio Alberto de Souza Zog - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB: 4732/AM) - LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB: 876/AM) - HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB: 4018/AM) - ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB: 7694/AM) - ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB: 11860/AM) - Processo 0604111-78.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrida : Marlene dos Santos Silva - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB: A995/AM) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB: 8977/AM) - Processo 0604115-81.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : João Batista Freitas - Recorrido : Itapeva VII Multicarteira Fundo de Inv. em Dir. Credit. não Padronizados

Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB: 15916/O/MT) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0604121-13.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Edson Moraes de Abreu - Recorrido : Vivo S.a. - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 8872/AM) - JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB: 1235A/AM) - FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB: 10057/AM) - Processo 0604231-12.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Francilene Seixas da Silva de Carvalh - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: ANA CAROLINA BEZERRA DE FREITAS (OAB: 7698/AM) - ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAUJO (OAB: 118303/MG) - GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB: 69306/MG) - Processo 0604370-76.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Marco Antonio Carvalho da Silva - Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: RONAN BOTELHO (OAB: 17641/MT) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - HARTHUR OYACINTHO ALVES CARNEIRO (OAB: 45458/GO) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0604523-94.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Fabiano Cordeiro de Souza - Recorrido : Vivo S/A - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB: 8838/AM) - JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB: 1235A/AM) - DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB: 4667/AM) - Processo 0604550-92.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrido : Hercules Antônio Ribeiro Freire - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB: 4732/AM) - MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB: 911A/SE) - Processo 0604668-39.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrido : Carlos Alberto Bezerra - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 8872/AM) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB: 10057/AM) - Processo 0604710-05.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Bradesco Vida e Previdência S/A - Recorrida : Jucileide Martins da Sil - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB: 8304/AM) - ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB: 2847/AM) - KEYTH YARA PONTES PINA (OAB: 3467/AM) - KEYTH YARA PONTES PINA (OAB: 3467/AM) - ANA PAULA DA SILVA BEZERRA (OAB: 5797/AM) - ANA PAULA DA SILVA BEZERRA (OAB: 5797/AM) - INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB: 8304/AM) - Processo 0604824-53.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Patrimonio Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda

Recorrente : Karina Pryscilla de Araújo Bichara

Recorrente : Patri Urbis 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (patrimonio) - Recorrida : Karina Prisculla de Araújo Bichara

Recorrido : Patrimonio Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB: 13050/AM) - PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB: 13050/AM) - ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB: 7513/AM) - Processo 0605616-86.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrido : Rivelino Coimbra de Oliveira

Recorrido : Aureo Campos da Silva - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB: 8794/AM) - ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB: 7983/AM) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - Processo 0605799-78.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrido : Carlos Eduardo Meireles da Costa - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTE DE G. OLIVEIRA (OAB: 6102/AM) - JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JUNIOR (OAB: 10793/AM) - MOISES CAVALCANTE G. DE OLIVEIRA (OAB: 5912/AM) - MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB: 13788/AL) - DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB: 9487/AM) - MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB: 23748/PE) - Processo 0605984-19.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Eder Rogério dos Santos Souza - Recorrido : Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: PHILIPE JOSE LIMA DE LIMA (OAB: 9039/AM) - EDUARDO CHALFIN (OAB: A1140/AM) - EDUARDO CHALFIN (OAB: 1140A/AM) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0606019-13.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : MERCADO LIVRE COM ATIVIDADES DE INTERNERT LTDA. (EBAZAR.COM.BR. LTDA)

Recorrente : MERCADOPAGO.COM REPRESENTAÇÕES LTDA - Recorrido : Marcus Vinícius de Souza Baldoíno Araújo - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: CAIO TASSO S. QUEIROZ DOS SANTOS (OAB: 7556/AM) - GLAUCIO LOPES MONTEIRO (OAB: 5781/AM) - GLAUCIO LOPES MONTEIRO (OAB: 5781/AM) - Processo 0606348-22.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso

Inominado Cível - Recorrente : Pablo Maria da Silva - Recorrido : Maq Comércio de Balancins Elevadores e G. Ltda

Recorrido : JLL Viana - Me (JLV Andaimes e Empreendimentos) - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 8872/AM) - MARCONDES FONSECA LUNIERE JUNIOR (OAB: 2897/AM) - THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB: 2406/AM) - THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB: 2406/AM) - MARCONDES FONSECA LUNIERE JUNIOR (OAB: 2897/AM) - FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB: 10057/AM) - Processo 0606540-21.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco Financiamentos S/A

Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrida : Claudia da Silva Mesquita - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: RICARDO DE OLIVEIRA CABRAL (OAB: 7130/AM) - GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB: 117417/SP) - ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB: 4944/AM) - Processo 0606872-22.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a - Recorrido : Marcelo Jose Araújo Rocha - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 17314/CE) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0606932-92.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Santander S.a. - Recorrida : Silvana Duarte Campos Bueno - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: FRANCISCANÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB: 4376/AM) - THIAGO THADEU BASTOS TAVARES DA SILVA (OAB: 11821/AM) - Processo 0607032-13.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Francisco Pereira da Silva - Recorrido : Rogério Monteiro Rocha - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 7197/AM) - WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 17314/CE) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0607038-20.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrido : Francisco Tome Santos da Silva - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB: 10462/MT) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0607575-16.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Leonardo Ferreira da Silva - Recorrido : Vivo S.a. - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: CLAUDEVAN DE SOUZA PEREIRA (OAB: 7800/AM) - FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB: 7665/AM) - RUBENS GASPAR SERRA (OAB: 3499/AC) - KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB: 10320/AM) - FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB: A995/AM) - Processo 0607664-73.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco Financiamentos S/A - Recorrido : Cleylson Carneiro da Silva - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB: 3032/AM) - FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB: 3032/AM) - MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB: 4390/AM) - Processo 0607772-68.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Junior Alcantara Peres - Recorrido : Avior Airlines Brasil C.a.

Recorrido : David Rodrigues Sampaio - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: FABIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB: 8076/AM) - LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB: 4732/AM) - LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB: 876/AM) - HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB: 4018/AM) - Processo 0607843-04.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrida : Marineuva Salvador Duarte - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 8872/AM) - LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB: 8977/AM) - LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB: 8977/AM) - FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB: 10057/AM) - FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB: A995/AM) - FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB: A995/AM) - Processo 0608942-75.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : MARILUCE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS - Recorrido : Banco Bradesco S.a.

Recorrido : Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB: 5708/AM) - NADIA ALMEIDA LIMA (OAB: 10786/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - Processo 0609242-37.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Gislania Viana de Castro - Recorrido : Águas do Amazonas S.A. - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB: 10057/AM) - WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 17314/CE) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0609817-45.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Francisco Almir de Menezes Nunes - Recorrido : Banco Bradesco S.a.

Recorrido : Banco Bradesco Financiamentos S/A - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB: 8838/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB: 671A/AM) - Processo 0609821-82.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bonsucesso Consignado S.A - Recorrida : Maria Rocineide Brandão - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 7197/AM) - MARCONDES FONSECA LUNIERE JUNIOR (OAB: 2897/AM) - Processo 0610191-95.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrida : Doranei Martins - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO (OAB: 5316/AM) - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB: 21678/PE) - JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB: 70558/SP) - CASSIANO PIRES VILAS BOAS (OAB: 214984/RJ) - Processo 0610381-58.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Sul América Companhia Nacional de Seguros - Recorrido : Raimundo Marques Medeiros - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 8872/AM) - MAURO PAULO GALERA MARI (OAB: 3056/MT) - MAURO PAULO GALERA MARI (OAB: 877A/AM) - FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB: 10057/AM) - Processo 0610615-06.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Gilberto Pimentel de S. - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB: 7983/AM) - RENATO DE SOUZA PINTO (OAB: 8794/AM) - RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB: 737/AM) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - Processo 0611704-98.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso

Inominado Cível - Recorrente : Banco do Brasil S/A - Recorrido : Romulo Demetrio da Silva - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: MARCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB: 10116/AM) - Processo 0611820-07.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Eurosono Industria e Com de Colchões Ltda - Recorrida : Roberta de Lima Braga - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA (OAB: 5587/AM) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - Processo 0612022-47.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrido : Jose Nunes de Oliveira - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB: 8509/AM) - NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB: 8453/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142A/CE) - Processo 0612158-15.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Tânia Sônia Soares Pereira - Recorrido : Banco Bmg S/A - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB: 46521/BA) - ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB: 2659/AM) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - Processo 0612919-12.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Vivo S.a. - Recorrida : Alda Mara Figueira Farias - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142A/CE) - Processo 0612932-79.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrida : MARIA IRIS ALVES SALLES - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB: 8500/AM) - WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 17314/CE) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0613067-57.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A - Recorrido : CHARLES ANDRE AMORIM RODRIGUES - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB: 46521/BA) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - Processo 0613665-74.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Vivo S.a. - Recorrida : Maria Vera Lucia Maciel de Alencar - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: HELOISE BASTOS MARTINHO (OAB: 12609/AM) - LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO (OAB: 664A/AM) - JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA THOMPSON (OAB: 146976/RJ) - RICARDO DA COSTA ALVES (OAB: 53379/PR) - Processo 0613938-53.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Fernanda Matias da Silva - Recorrido : Decolar.com Ltda - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: SARAH TALÍA BEZERRA SERUDO (OAB: 4934/AM) - ROSEANE TORRES LIMA (OAB: 10525/AM) - JOSÉ PERCEU VALENTE DE FREITAS (OAB: 7200/AM) - Processo 0614028-32.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : JLC COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS - EIRELI - ME

Recorrente : CONSILIUM AMAZONAS CONSULTORIA LTDA - ME - Recorrida : MONICA DE SOUSA FERREIRA - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 7197/AM) - MARCONDES FONSECA LUNIERE JUNIOR (OAB: 2897/AM) - THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB: 2406/AM) - Processo 0614545-66.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrido : Wandresson Rogério dos Santos Pimenta - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: SIMONE BATISTA DA SILVA (OAB: 5778/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142A/CE) - Processo 0614551-44.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO BMG - Recorrida : MARCELA NAÍDE CRUZ DA COSTA - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: MIRTES RODRIGUES DA SILVA (OAB: 13432/AM) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0614583-44.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Vivo S.a. - Recorrida : Karoline Dantas Pessoa - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 8872/AM) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB: 10057/AM) - Processo 0614699-50.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a.

Recorrente : Bradesco Vida e Previdência S/A - Recorrido : Sidnilson Martins Holanda Juni - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB: 8776/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142A/CE) - Processo 0615280-36.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrido : Laercio Augusto Ribeiro Filho - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB: 8788/AM) - CALIXTO HAGGE NETO (OAB: 8788/AM) - ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAUJO (OAB: 118303/MG) - GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB: 69306/MG) - Processo 0616342-77.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Calixto Hagge Neto - Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB: 26647/PE) - Processo 0616690-95.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : América Veículos S/A - Recorrido : Helio Ricardo Barros Carvalho - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB: 4040/AM) - ALICE DA SILVA WELGERT (OAB: 12614/AM) - Processo 0616725-26.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : A Chaves Coimbra - Recorrido : Fidere Fomento Comercial- Eireli - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB: 8792/AM) - LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB: 4732/AM) - MARINA BASTOS DAPORCIUNCULA BENGHI (OAB: 911A/SE) - Processo 0617435-46.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrida : Naldejane Moraes Bonifácio - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB: 12168/AM) - JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB: 3808/AM) - PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB: 8766/AM) - LARYSSA ARAUJO MULLER (OAB: 13197/AM) - LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB: 167344/MG) - JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB: 855A/SE) - Processo 0617840-

14.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Rennan Torres Valer - Recorrido : Claro S/A - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 7197/AM) - JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB: 1235A/AM) - DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB: 4667/AM) - Processo 0618622-84.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Giza Waleria Rosas - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: DIDIO RAUL AMÉRICO JIMENEZ ALVARENGA NETO (OAB: 9084/AM) - GIACOMO DINELLY LIMA (OAB: 9753/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142A/CE) - Processo 0619213-17.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrido : Ednelson Feitosa de Oliveira - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO (OAB: 5316/AM) - ADRIANA CALDAS VITAL VALERUZ (OAB: 11672/AM) - CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB: 671A/AM) - CASSIO CHAVES CUNHA (OAB: 12268/PA) - THAIS FERREIRA (OAB: 13389/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - Processo 0620220-44.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Viviane da Silva Ribeiro - Recorrido : Banco Bonsucesso Consignado S.A - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: PATRICIA LIMA TEIXEIRA (OAB: 8482/AM) - LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB: 8125/MS) - Processo 0620467-88.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Crefisa S.a. - Crédito Finaciamento e Investimentos - Recorrido : Marco Antonio Batista - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ANA CLARA SOARES LADEIRA (OAB: 7289/AM) - Processo 0620497-26.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Cláudia Antônia Ribeiro de Lima - Recorrido : Centro de Ensino Superior Nilton Lins - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: OSNI AMARAL SANTANA (OAB: 1959/AM) - Processo 0620503-75.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : O Município de Manaus - Recorrida : Maria de Fatima Freire dos Santos - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB: 509/AM) - NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB: 167006/RJ) - CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB: 53182/DF) - ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB: 341543/SP) - Processo 0620656-03.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bonsucesso Consignado S.A - Recorrida : Cristiane de Sá Lopes - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: NORMA BARROSO DE FREITAS (OAB: 5771/AM) - ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB: 2659/AM) - RODRIGO DIAS DE ALMEIDA (OAB: 2518/AM) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - Processo 0620782-53.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Vivo S/A - Recorrido : Victor Hugo Manso Cunha - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: PAULO FELIPE DA SILVA (OAB: 10242/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: 1058A/AM) - RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB: 4544/AM) - Processo 0622211-21.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Wellington da Silva Dias - Recorrido : Águas do Amazonas S.A. - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB: 11937A/AL) - DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB: 9487/AM) - THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB: 11937A/AL) - Processo 0622918-86.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Suellen Santana Torres - Recorrido : LOJAS MARISA S/A - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: NEILA DO ROSARIO MONTEIRO DA SILVA (OAB: 11841/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB: 671A/AM) - Processo 0623088-58.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bonsucesso S/A - Recorrido : Anaxandro Araújo de Alencar - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB: 1185/AM) - CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB: 18305/PB) - CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB: 20335/PE) - Processo 0623325-92.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Jorge Goncalves de Lima - Recorrido : Tim Celular S/A - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB: 10325/AM) - MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB: 10325/AM) - ENY BITTENCOURT (OAB: 29442/BA) - NAYANNA EVELLYN PESSOA GAIA (OAB: 12723/AM) - BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB: 10474/AM) - Processo 0625271-02.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Itaucard S/A - Recorrida : Marineide do Vale Maia - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: GEORGETE DE CASTRO DUARTE (OAB: 9249/AM) - IVÂNIA LUCIA SILVA COSTA (OAB: 7530/AM) - ALBERTO BEZERRA DE MELO (OAB: 2015/AM) - Processo 0626356-65.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrida : Carla Regina Rocha de Mendonça - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB: 10324/AM) - MAURO PAULO GALERA MARI (OAB: 3056/MT) - Processo 0626795-34.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrida : Madalena do Perpetuo Socorro dos Santos Bezerra - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: FRED FIGUEIREDO CESAR (OAB: 9508/AM) - FRED FIGUEIREDO CESAR (OAB: 9508/AM) - ALEXANDRE MATOS DOS SANTOS (OAB: 9995/AM) - VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB: 3758/AM) - Processo 0626954-74.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Claudia Figueiredo Cesar - Recorrido : Supermercados DB Ltda. - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: BRUNO MEDEIROS DINIZ DE CARVALHO (OAB: 8584AM) - RANYELLE BARBOSA DE ARAUJO (OAB: 13177/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB: 671A/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: 1058A/AM) - Processo 0627732-44.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bonsucesso Consignado S.A - Recorrida : Maria Francionila Ramos Martins - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB: 11201/AM) - ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB: 2847/AM) - GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB: 1324A/AM) - Processo 0628294-53.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Smile Fidelidade S/A - Recorrido : Cássio André Borges dos Santos - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: THIAGO CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB: 8576/AM) - ANGÉLICAORTIZRIBEIRO(OAB:2847/AM)-GUSTAVOANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB: 1324A/AM) - KEYTH YARA PONTES PINA (OAB: 3467/AM) - ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB: 8509/AM) - Processo 0628419-21.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Reconvite : Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. - Recorrida : Fernanda Cordeiro de Souza - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB: 10324/AM) - MAURO PAULO GALERA MARI (OAB: 3056/MT) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0628754-40.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrida : Madalena do Perpetuo Socorro dos Santos Bezerra - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB: 12270/AM) - GLÍCIA PEREIRA BRAGA E SILVA (OAB: 2269/AM) - Processo 0633033-14.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrida : Deuzaide Ramos de Melo - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: MAYRA MAMED LEVY (OAB: 8598/AM) - THIAGO OLIVEIRA COSTA (OAB: 83060/PR) - Processo 0640832-11.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrida : Maria do Perpétuo Socorro Afonso Gomes - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB: 8913/AM) - JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB: 7935/AM) - Processo 0658394-33.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Maria da Conceição Correa Pereira - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB: 8913/AM) - JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB: 7935/AM) - Processo 0658397-85.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : JAMERSON MARQUES DE CASTRO - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB: 8913/AM) - JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB: 7935/AM) - Processo 0658413-39.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Francisco Paulo Amaro de Oliveira - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Moacir Pereira Batista

ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB: 8913/AM) - JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB: 7935/AM) - Processo 0659241-35.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Florenço Costa de Matos - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB: 8913/AM) - JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB: 7935/AM) - Processo 0659268-18.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Helder Almeida Ferreira - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB: 8913/AM) - JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB: 7935/AM) - Processo 0659275-10.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Vacy de Oliveira Castro - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Moacir Pereira Batista

Secretaria do(a) 3ª Turma Recursal, em Manaus, 9 de setembro de 2019.

2ª Turma Recursal
Presidente: Dra. Irlena Leal Benchimol
Secretário: Jailton Andrade Martins

De ordem da Exma. Sra. Presidente da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública, Dr. Irlena Leal Benchimol, de acordo com o artigo 934 do Novo Código de Processo Civil, combinado com o artigo 45 da Lei 9.099/95, torno público que serão julgados os processos a seguir **18/09/2019 às 09:00,** de forma presencial, ou nas sessões seguintes, **observa-se que a reunião para julgamento dos processos no qual há pedido de sustentação oral acontecerá no Auditório Desembargadora Liana de Mendonça Belém, Localizado no Fórum Desembargador Mário Verçosa (Aparecida), no dia 18/09/2019 às 09:00.**

Data da sessão: 18/09/2019 às 09:00

Recurso Inominado Cível nº 0623442-20.2017.8.04.0015 .
Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado : Eloy Pinto de Andrade (819/AM)
Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Recorrido : Manasses Farias de Aguiar
Advogado : Adrianne Sanches Soares da Silva (8595/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

Recurso Inominado Cível nº 0607820-61.2018.8.04.0015 .
Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).
Recorrente : Edilson Rolim Negreiros
Advogado : Otacílio Negreiros Neto (4069/AM)
Recorrido : Condomínio Residencial Cidade Jardim
Advogada : Andréa da Silva Guedes (10966/AM)
Advogada : Vanessa Alencar da Silva (7326/AM)
Advogado : Rafael Clementino Pinto da Silva (10269/AM)
Advogado : José Francisco Santos Silva (1993/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

Recurso Inominado Cível nº 0606845-92.2016.8.04.0020 .
Origem: 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : JORGE RAPOSO DOS SANTOS
Advogado : Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Recurso Inominado Cível nº 0601135-72.2017.8.04.0015 .
Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (877A/AM)
Recorrido : Bruno da Silva Pereira
Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Recurso Inominado Cível nº 0607837-34.2017.8.04.0015 .
Origem: 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Rio Negro Construções e Empreendimentos S/A
Advogado : Luis Felipe Avelino Medina (6100/AM)
Recorrida : Vera Lucia Alves de Oliveira
Advogada : Luce Elaine Bento de Andrade (3477/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

Recurso Inominado Cível nº 0603379-37.2018.8.04.0015 .
Origem: 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Platinium Construções Ltda
Advogada : Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM)
Advogado : Ana Beatriz da Silva Oliveira (9372/AM)
Advogada : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Advogada : Angélica Ortiz Ribeiro (2847/AM)
Recorrido : Adalberto Caminha Filho

Advogado : Júlio da Costa Benarrós Neto (13245/AM)
Advogado : Carlos Alberto Valente Gonzales (7344/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

Mandado de Segurança Cível nº 4000487-50.2018.8.04.9000 .
Origem: Vara de Origem do Processo Não informado.
Impetrante : AMERICAN AIRLINES INC
Advogado : Alfredo Zucca Neto (154694/SP)
Impetrado : JUIZ DE DIREITO DA 7° VARA CIVEL DA COMARCA DE MANAUS
ListPassiv : ELIANE PAIXÃO E SILVA GURGEL DO AMARAL BRITO
Advogado : Claudia Teixeira Brasil (7400/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

Recurso Inominado Cível nº 0609506-54.2019.8.04.0015 .
Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).
Recorrente : Banco do Brasil S/A
Advogado : José Arnaldo Janseen Nogueira (1047A/AM)
Advogado : Sérvio Túlio de Barcelos (1048A/AM)
Recorrido : TECNOLOGIA BANCÁRIA S.A (TECBAN)
Advogado : João Adelino Moraes de Almeida Prado (220564/SP)
Advogado : Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann (220580/SP)
Recorrida : Dora Maria Cavalcante Souza
Advogado : Barbara Trindade Lopes (9178/AM)
Recorrido : Carrefour Comércio e Indústria Ltda.
Advogado : Mauricio Marques Domingues (175513/SP)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Recurso Inominado Cível nº 0611003-40.2018.8.04.0015 .
Origem: 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Hapvida Assistencia Medica Ltda
Advogado : Fabianne Ribeiro Halinski (7059/AM)
Recorrida : Eliude Ataide Ferreira
Advogado : Ana Carolina Amaral de Messias (9171/AM)
Advogado : Barbara Trindade Lopes (9178/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

Recurso Inominado Cível nº 0604994-25.2018.8.04.0092 .
Origem: 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Patrimonio Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Soc. Advogados : Andrade GC Advogados (57/AM)
Advogada : Luma Vieira Marquez (10959/AM)
Advogado : Ingrid Crstine de Sá Ribeiro Pacheco (12209/AM)
Recorrente : Patri Urbis 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (patrimonio)
Advogado : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Soc. Advogados : Andrade GC Advogados (57/AM)
Advogada : Angélica Ortiz Ribeiro (2847/AM)
Recorrido : Brenno Dinardi Barbosa Pieroni
Advogado : Eliana de Oliveira Resende (12168/AM)
Recorrida : Waleska de Souza Cavalcante
Advogado : Eliana de Oliveira Resende (12168/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

Recurso Inominado Cível nº 0617639-22.2018.8.04.0015 .
Origem: 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Citibank S/A
Advogado : Nelson Monteiro de Carvalho Neto (60359/RJ)
Recorrente : Banco Itaucard S/A
Advogado : Nelson Monteiro de Carvalho Neto (60359/RJ)
Recorrido : Gilvan Simoes Pires da Motta
Advogado : Ana Carolina Amaral de Messias (9171/AM)
Advogada : Maiara da Motta Sonntag
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol

Recurso Inominado Cível nº 0601216-35.2019.8.04.0020 .
Origem: 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Luysa Dayane Coelho dos Reis
Advogada : Natividade de Jesus Magalhães Maia (5556/AM)
Recorrido : Faculdade Martha Falcão - Instituto Superior de Ensino da Amazônia S/C LTA.
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE)
Advogado : Diogo Henrique Vieira Barreto (9487/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Recurso Inominado Cível nº 0605169-90.2017.8.04.0015 .
Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bonsucesso S/A
Advogado : Cassio Chaves Cunha (12268/PA)
Recorrida : Clara da Silva Carvalho
Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

Recurso Inominado Cível nº 0603858-30.2018.8.04.0015 .
Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Getúlio Lima de Oliveira Campos
Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Equatorial Previdencia Complementar
Advogada : Liliane Cesar Approbato (26878/GO)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

Recurso Inominado Cível nº 0605847-34.2018.8.04.0092 .
Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Clycia Paula de Oliveira Souza
Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Direcional Engenharia S/A
Soc. Advogados : Andrade Gc Advogados (5797/AM)
Advogada : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

Recurso Inominado Cível nº 0602355-34.2018.8.04.0092 .
Origem: 14ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Jaure Santos de Souza
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (12029/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol

Recurso Inominado Cível nº 0604273-47.2017.8.04.0015 .
Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Ivane da Rocha Silva
Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol

Recurso Inominado Cível nº 0602200-68.2018.8.04.0015 .
Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).
Recorrente : Vilmar Albuquerque da Cruz
Advogado : Milcyete Braga Assayag (5006/AM)
Recorrido : Banco Itaucard S/A
Advogado : Eny Bittencourt (29442/BA)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol

Recurso Inominado Cível nº 0607186-62.2017.8.04.0092 .
Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Auxiliadora Maria Gonzaga da Silva
Advogado : Margide Amaro de Souza (10380/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol

Recurso Inominado Cível nº 0611702-50.2017.8.04.0020 . Origem: 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Luís Carlos Eufrázio dos Santos
Advogado : Margide Amaro de Souza (10380/AM)
Advogado : Margide Amaro de Souza (10380/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Soc. Advogados : Wilson Sales Belchior (1037/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol

Recurso Inominado Cível nº 0611713-94.2017.8.04.0015 . Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Ademar Carvalho Fermin
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Banco Bonsucesso S/A
Advogada : Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (96864/MG)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol

Recurso Inominado Cível nº 0613397-54.2017.8.04.0015 . Origem: 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Vanderlei Aparecido André
Advogado : Norton Carlos de Paula Bezerra (8464/AM)
Advogado : Leonardo Guimarães Brito (4096/AM)
Recorrido : Azul Linhas Aereas Brasileiras S.a.
Advogado : Itallo Gustavo de Almeida Leite (7413/MT)
Advogada : ROSANA SOARES DIAS (283234/SP)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol

Recurso Inominado Cível nº 0600395-80.2018.8.04.0015 . Origem: 15º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : João Virgílio dos Santos
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol

Recurso Inominado Cível nº 0616646-76.2018.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Vega Manaus T. de Passageiros Ltda
Advogado : Antônio Cleto Gomes (5864/CE)
Advogado : Francisco Afonso dos Santos Junior (872A/AM)
Advogado : José Luiz Leite (622/AM)
Advogada : Adelaide Maria de Freitas Camargos Ribeiro (92554/MG)
Recorrida : Jessica Neury Anne Aragão da Silva Abreu
Advogado : Melquisedec Freitas Pantoja (10412/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Irlena Leal Benchimol

Recurso Inominado Cível nº 0600906-12.2017.8.04.0016 . Origem: 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Edimar Ribeiro de Oliveira
Advogado : Bruno Oliveira Medeiros (7203/AM)
Advogado : Edimar Ribeiro de Oliveira (13556/AM)
Recorrido : Condomínio Ilhas Gregas I
Advogado : Rosquild Azêdo Omena (A605/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Recurso Inominado Cível nº 0611432-41.2017.8.04.0015 . Origem: 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : José Adbomar Coelho de Brito
Advogado : Michael Lemes Monteiro (10013/AM)
Recorrido : L R COMERCIO DE AREIA EIRELI EPP
Advogada : Syrslane Ferreira Navegante Santos (5154/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Mandado de Segurança Cível nº 4000398-27.2018.8.04.9000 . Origem: Vara de Origem do Processo Não informado.
Impetrante : Manaus Ambiental S/A
Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671/AM)
Impetrado : JUÍZES DE DIREITO DA 11° VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE MANAUS
LitsPassiv : ZILMAR GOMES MIRANDA
Advogado : Lucilene Macedo dos Santos (8545/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Recurso Inominado Cível nº 0000081-95.2017.8.04.2901 . Origem: Vara Única de Beruri.
Recorrente : Banco Bradesco S/A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Recorrida : NADIANE ALVES DA SILVA
Advogado : Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (9967/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Recurso Inominado Cível nº 0000082-80.2017.8.04.2901 . Origem: Vara Única de Beruri.
Recorrente : Banco Bradesco S/A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Recorrido : ALFREDO LOPES DOS SANTOS
Advogado : Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (9967/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Recurso Inominado Cível nº 0609726-23.2017.8.04.0015 . Origem: 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Rizoneide Costa Marques Rodrigues
Advogado : Henrique França Silva (7307/AM)
Advogado : Naira Carolina Picanço de Lima (6611/AM)
Recorrido : Banco Itaucard S/A
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (685A/AM)
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Recurso Inominado Cível nº 0600196-58.2018.8.04.0015 . Origem: 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Silvanira Cacilda Santos Jacinto Soares
Advogado : Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM)
Advogado : Renato de Souza Pinto (8794/AM)
Recorrido : Banco do Brasil S/A
Advogado : Servio Túlio de Barcelos (44698/MG)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Mandado de Segurança Cível nº 4000529-02.2018.8.04.9000 . Origem: Vara de Origem do Processo Não informado.
Impetrante : NOVO MUNDO AMAZÔNIA MÓVEIS E UTILIDADES LTDA
Advogada : Mara Lucia Antony (598/AM)
Impetrado : JUIZO DO12° JUIZADO ESPECIAL CIVEL DE MANAUS
ListPassiv : GEANE MENDONÇA CORREA
Advogado : Manoel Dias Barbosa (6736/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Antônio Itamar de Souza Gonzaga

Recurso Inominado Cível nº 0611411-31.2018.8.04.0015 . Origem: 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)
Recorrido : Noberto Andrade Maciel
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

Recurso Inominado Cível nº 0602209-30.2018.8.04.0015 . Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).
Recorrente : RODRIGO OCTAVIO PERDIGÃO DOS SANTOS
Advogado : João Batista Andrade de Queiroz (2372/AM)

Recorrido : Wilson Ferreira de Lima
Advogado : Weber dos Santos Rêgo (4951/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

Recurso Inominado Cível nº 0608994-08.2018.8.04.0015 .
Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogada : Maria Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (6566/AM)
Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados (46/AM)
Advogado : Eloi Pinto Andrade (819/AM)
Advogado : Eugênio F. Pinto de Andrade (3424/AM)
Recorrido : Mario Jorge da Silva Brito
Soc. Advogados : Cris Rodrigues Florencio (5316/AM)
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Advogada : Thais Ferreira (13389/AM)
Advogado : Anderson Correia Pereira (10048/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

Recurso Inominado Cível nº 0613517-63.2018.8.04.0015 .
Origem: 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Eduardo Zacarias do Nascimento
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Proasp - Programa de Assistência dos Servidores Públicos do Brasil
Advogado : NERIVALDO LIRA ALVES (111386/RJ)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

Recurso Inominado Cível nº 0603031-79.2018.8.04.0092 .
Origem: 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Edilson Rufino de Jesus
Advogada : Edianave Mendonça Lima (8469/AM)
Advogado : Josias Ferreira Cavalcante
Recorrido : Miquéias Fernandes dos Santos
Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

Recurso Inominado Cível nº 0604706-02.2018.8.04.0020 .
Origem: 9ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Erlane de Albuquerque Miranda
Soc. Advogados : Cris Rodrigues Florencio (5316/AM)
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

Recurso Inominado Cível nº 0617213-10.2018.8.04.0015 .
Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).
Recorrente : Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A.
Advogada : Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM)
Advogado : Gustavo Antônio Feres Paixão (1324A/AM)
Recorrido : José Ilcleson Mendes Coelho
Advogado : Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (843A/AM)
Advogada : Alyne Coelho Oliveira (844A/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio

Recurso Inominado Cível nº 0602701-82.2018.8.04.0092 .
Origem: 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Manoel Medeiros Jordao
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A
Advogada : Maria Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (6566/AM)
Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

Recurso Inominado Cível nº 0603450-24.2018.8.04.0020 .
Origem: 9ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Ernande Lino Feitosa
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

Recurso Inominado Cível nº 0608798-38.2018.8.04.0015 .
Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Alcimar Chaves dos Santos
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Advogado : Dayana Freitas de Albuquerque Bulcão (10001/AM)
Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogada : Maria Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (6566/AM)
Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Advogado : Eugênio F. Pinto de Andrade (3424/AM)
Advogado : Eloy Pinto de Andrade (819/AM)
Presidente: Irlena Leal Benchimol. Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes

Manaus, 9 de setembro de 2019. Jailton Andrade Martins. Secretário

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0259/2019

ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: CRISTIANO MENEGHETTI PEDROSO (OAB 11813/AM), ADV: LUIZ ANTÔNIO DA SILVA JÚNIOR (OAB 11811/AM) - Processo 0605328-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Maria José Bezerra - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Plural Gestao Em Planos de Saude Ltda - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Juiz de Direito respondendo por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: JANAINA TATHIANE CARVALHO DE SOUZA (OAB 10353/AM), ADV: DEMÉTRIA ANUNCIAÇÃO MARQUES (OAB 1493/AM) - Processo 0607219-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raimundo Nonato Pereira da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem da Exm.ºSr.º Juiz de Direito respondendo por este Juizado, e diante do requerimento

do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0610554-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucilene Silva dos Santos - REQUERIDO: Hospital São Lucas Ltda. - Hapvida Assistência Médica Ltda. - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0625405-29.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Anneson Frank Paulino de Souza - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cristiano Meneghetti Pedroso (OAB 11813/AM)
Demétria Anunciação Marques (OAB 1493/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
JANAINA TATHIANE CARVALHO DE SOUZA (OAB 10353/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luiz Antônio da Silva Júnior (OAB 11811/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO CÁSSIO ANDRÉ BORGES DOS SANTOS

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARCELO RICARDO RAPOSO DA CÂMARA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0260/2019

ADV: ANDREY KAWAMURA FELIPE (OAB 9685/AM), ADV: ANTÔNIO REYNALDO CAMPOS SAMPAIO (OAB 7372/AM), ADV: CARLEN KRYISLEN KAWAMURA FELIPE (OAB 7929/AM), ADV: EDUARDO JOSÉ SILVA DOS SANTOS (OAB 7171/AM) - Processo 0616036-79.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Móvel - REQUERENTE: Manoel Kawamura Felipe - REQUERIDO: Moden Modelo de Engenharia Ltda - EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO Processo nº: 0616036-79.2016.8.04.0015 Requerente: Manoel Kawamura Felipe Requerido: Moden Modelo de Engenharia Ltda. Juiz(a) Fiscalizador(a): Dra. Bárbara de Araújo Folhadela Leiloeiros Judiciais - TJAM: Danielly Fernandes da Silva e Ricardo M. G. Oliveira _____ _____ _____ _____ O(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). Bárbara de Araújo Folhadela do 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus, na forma da lei etc. FAZ SABER aos que o presente Edital de Leilão e Intimação, virem ou dele conhecimento tiverem ou a quem interessar possa, que no às 10:00 horas do dia 20/09/2019 no Fórum Ministro Henoch Reis, sito à Avenida Jornalista Humberto Calderado Filho, S/Nº, Adrianópolis, nesta cidade, será levado a Público Leilão para venda e arrematação, os seguintes bens: (Art. 886 NCPC) Descrição do bem: 01 Veículo pick-up GM/S10 LS, 4x4 cabine dupla, á diesel, Placa PHG-8843, preta, ano 2015, em estado de conservação compatível com o seu ano de fabricação. Avaliação do bem: R$ 80.899,00 (Oitenta mil, oitocentos e noventa e nove reais). Ônus: Bloqueio Judicial: Renajud TJAM/08556-P.06160367920168040015 - Bloq. Transferencia. Bloqueio Judicial: Renajud TRT 14/01728-P.00005561620165140005 Bloq. Circulação. Fiel Depositário/Localização do bem: Sr. Diego Maquiné, RG. 1743904-3 e CPF. 990.891.572-04, sito à Rua Atagamita, 323 Jardim paulista, Bairro Aleixo. Data: 20/09/2019 às 10:00 horas Local: Fórum de Justiça Min. Henoch Reis, sito á Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho S/N, Adrianópolis Modalidade: PRESENCIAL EM ÚNICA PRAÇA (Não será aceito Preço Vil - Art. 891 NCPC) Advertências: O Pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por deposito judicial ou por meio eletrônico (Art. 892 do NCPC). Não será aceito lance que ofereça preço vil. Considera-sevil o preço inferior ao mínimo estipulado pelo juiz e constante do edital e,não tendo sido fixado preço mínimo,considera-se vil o preço inferior a 50% do valor da avaliação,(art. 891, caput, e parágrafo único do NCPC). O arrematante poderá adquirir o bem em parcelas, conforme art. 895 do NCPC, o fazendo por escrito e efetuando o pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por restrição sobre o próprio bem. Todas as despesas respectivas a arrematação serão de responsabilidade exclusiva do arrematante. O(s) executado(s) não poderá (ão) impedir os Leiloeiros e/ou representante legal de vistoriar e fotografar o(s) bem(ns) constrito(s),ficando desde já advertido de que a obstrução ou impedimento constitui crime (art. 330 do Código Penal). O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado de conservação em que se encontrar(em),não cabendo à Justiça e/ou aos leiloeiros quaisquer tipos de responsabilidades. Para os bensimóveis, a expedição da carta de arrematação ficará condicionada à comprovação do pagamento do Imposto deTransmissão de BensImóveis- ITBI. Poderá haver, a qualquer tempo, a exclusão de bens do leilão, independentemente de prévia comunicação. No caso em que haja diversos bens, estes poderão ser arrematados separadamente, mas terá preferência, entretanto, ao lanço que se propuser a arrematá-los todos, englobadamente. (art. 893 do NCPC). Ficam intimados pelo presente Edital o(s) executado(s) erespectivo(s) cônjuge(s), secasado(s)for(em), bem como o(s) advogado(s), o(s) co-proprietário(s), o(s) depositário(s) e, ainda, otitular de usufruto,

uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície,concessão de direito real de uso, e se apenhorarecair sobre bem gravado com tais direitos reais; o proprietário do terreno submetido ao regime de direito de superfície, enfiteuse, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso,se apenhorarecair sobre tais direitos reais; o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhoraanteriormente averbada, que não seja de qualquer modo parte na execução, o promitente comprador e o promitente vendedor, quando for o caso, e, por fim, a União, o Estado e o Município, no caso de alienação de bem tombado, caso não tenha{m) sido localizado(s) para intimação pessoal, bem como se frustrada a intimação por outro meio idôneo, acerca do processo de execução, doleilãodesignado. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados,é passado o presente edital, que será publicado na forma da lei eafixado no lugar de costume na sede deste juízo. EXPEDIDO nestacidade de Manaus Estado do Amazonas. Eu Marcelo Ricardo Raposo da Câmara, Diretor de Secretaria digitei o presente que vai assinado pela MM.ª Juíza de Direito. Manaus, 30 de agosto de 2019. Bárbara de Araújo Folhadela Juíza de Direito

Andrey Kawamura Felipe (OAB 9685/AM)
Antônio Reynaldo Campos Sampaio (OAB 7372/AM)
Carlen Kryislen Kawamura Felipe (OAB 7929/AM)
Eduardo José Silva dos Santos (OAB 7171/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CÁSSIO ANDRÉ BORGES DOS SANTOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARCELO RICARDO RAPOSO DA CÂMARA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0261/2019

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0201815-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação/ Instrução e Julgamento para o dia 15/10/2019 às 10:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0203228-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Mileny Brandão Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr. Dr. Juíza de Direito, Bárbara de Araújo Folhadela, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte requerida para efetuar o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GERMANO TADEU FONSECA JÚNIOR (OAB 6263/AM) - Processo 0205571-08.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Geraldina Costa - REQUERIDO: Raul da Rocha Cortez - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que CONDENO o requerido a indenizar materialmente o autor no valor de R$3.055,38, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde 30.10.2018 (fl. 12). Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0600981-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERIDO: Claro S/A - ISTO POSTO, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso I da Lei 9.099/95. Condeno o autor nas custas processuais. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM) - Processo 0602376-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Amazon Boulevard Garden - Fca redesignada a audiência de Conciliação para o dia 20/02/2020 às 11:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0604143-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Carlos Alberto da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Alvará Expedido em 03/09/2019, efetuar a retirada do valor dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta data.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: MAURÍCIO VIEIRA DE CASTRO FILHO (OAB 11035/AM), ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM) - Processo 0605449-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Rosimeire de Araújo Velnecker - REQUERIDO: Latam Airlines Group S/A e outro - Vistos etc. Trata-se de pedido de devolução de prazo recursal, formulado pela requerida LATAM AIRLINES GROUP S/A, sob o argumento de irregularidade na publicação. Sustenta, em síntese, que apesar de haver indicado patrono para receber todas as intimações em nome da empresa, a publicação foi realizada por meio de intimação eletrônica diretamente para a requerida, infringindo o disposto no art. 272, § 2.º, do CPC. O pleito não merece deferimento. Explica-se. Nos termos do art. 246, § 1.º, do CPC, "com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio". Por tal razão, em cumprimento à norma processual e ao Provimento n.º 274/2016, que regulamentou o uso do e-SAJ/Portal de Serviços - Intimações e Citações On -line, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas elaborou um Termo de Adesão, que foi assinado pela empresa requerida, cujas cláusulas são bastante claras quanto ao meio de intimação, a saber: "1 - Ao firmar o presente Termo de Compromisso, a parte em epígrafe concorda em ser citada e intimada dos atos processuais praticados nos autos digitais do Tribunal de Justiça do Amazonas, de primeira e segunda instâncias, apenas de forma eletrônica, por meio do portal de serviços e-SAJ (endereço: http:/consultasaj.Tjam.Jus.Br/esaj/portal.do.serviço), salvo impossibilidade técnica. (...) 4 - Se o citado/intimado não efetivar a consulta eletrônica dentro do prazo de 10 dias, contados do envio da citação/intimação, esta será considerada realizada automaticamente ao final desse prazo, sendo que o prazo para a prática do ato processual começa a correr a partir do 1.º dia útil seguinte ao término do prazo de consulta (10 dias)". Dessa maneira, a norma do art. 272, § 2.º, do CPC, segundo a qual "sob pena de nulidade, é indispensável que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, com o respectivo número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, ou, se assim requerido, da sociedade de advogados", somente pode ser invocada quando a intimação não for realizada por meio eletrônico, consoante estatuído no caput (art. 272. Quando não realizadas por meio eletrônico, consideram-se feitas as intimações pela publicação dos atos no órgão oficial), sendo, portanto, exceção à regra das publicações de forma eletrônica, como ocorre nas publicações do DJe, inaplicável ao caso em tela. A prevalência das comunicações processuais realizadas através do portal eletrônico sobre as publicações realizadas via DJe, aliás, fora recentemente reconhecida pelo C. STJ, por ocasião do julgamento do AgInt no Agravo em Recurso Especial n. 903.901-RJ (2016/098167-9), Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino. Assim, inocorrendo qualquer impedimento para a intimação dentro da regra geral já mencionada, impõe-se a manutenção da certidão de intimação, que informou o transcurso do prazo para leitura do portal (fls. 65), consoante as regras de publicação eletrônica (portal eletrônico/TJAM), motivo pelo qual, indefiro o pedido de fls. 68/70 (replicado às fls. 71/73) . Certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos, que poderão ser reativados por iniciativa do credor.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0607159-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Antonio Colares - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A e outro - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria, em caso de cumprimento da avença, ultime o arquivamento dos autos, segundo o que dita o inciso III, do art. 269, do Código de Processo Civil. Faça-o, independentemente de outro despacho. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0607586-16.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Cebach - Centro Educacional Batista da Chapada - Autos n°: 0607586-16.2017.8.04.0015 Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível/ PROC Requerente:Cebach - Centro Educacional Batista da Chapada Requerido(a):Ely Rogério Alves dos Santos Sentença Vistos etc. Dispensado o relatório, na forma do art. 38, da Lei 9.099/95, decido. O reclamante, devidamente intimado, faltou à audiência, sem declinar motivação bastante para justificar sua ausência. Determinam os arts. 9° e 51, inciso I, da Lei 9.099/95, que o processo deve ser extinto, sem julgamento do mérito, sempre que o autor, sem justo motivo, deixar de comparecer pessoalmente a alguma das audiências designadas. Nesse sentido: "O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto". (FONAJE, Enunciado 20) ISTO POSTO, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso I da Lei 9.099/95. Condeno o autor nas custas processuais. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0608824-75.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Daniel Vicente Pereira - REQUERIDO: VERONA PREMIUM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Relação: 0143/2019 Teor do ato: Forte nesses argumentos e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento nos arts. 18, § 2° da Lei n. 9.099/95, INDEFIRO o pedido de citação por edital. Com efeito, havendo um pedido de desconsideração da personalidade jurídica à folha 166, cite-se os sócios da parte executada para manifestar-se no prazo de 15 dias, nos termos do art.135, CPC. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se. Advogados(s): Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ERICK DA SILVA NOBRE (OAB 10430/AM) - Processo 0609271-58.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rozangela Maria da Silveira Nobre de Oliveira - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 536/538, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria, em caso de cumprimento da avença, ultime o arquivamento dos autos, segundo o que dita o inciso III, do art. 269, do Código de Processo Civil. Faça-o, independentemente de outro despacho. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0611930-69.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Jardim de Flores - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 36/43, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria, em caso de cumprimento da avença, ultime o arquivamento dos autos, segundo o que dita o inciso III, do art. 269, do Código de Processo Civil. Faça-o, independentemente de outro despacho. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM) - Processo 0612312-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Suelen Nazaré de Castro Dabela - REQUERIDO: Interbelle Comércio de Produtos de Beleza Ltda - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria, em caso de cumprimento da avença, ultime o arquivamento dos autos, segundo o que dita o inciso III, do art. 487, do Código de Processo Civil. Faça-o, independentemente de outro despacho. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: JOÃO LUCAS PANTOJA VIEIRA (OAB 9982/AM) - Processo 0612749-40.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: João Lucas Pantoja Vieira - EXECUTADO: A.a. dos S. Souza e outro - De ordem da Exm.º Sr. Dr. Juíza de Direito, Bárbara de Araújo Folhadela, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte requerente para manifestação em 5 (cinco) dias.

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM), ADV: RAFAEL BICCA MACHADO (OAB 44096/RS), ADV: MANOEL VICENTE DA SILVA NETO (OAB 13488/AM) - Processo 0612752-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Tiago Brito Mendes - REQUERIDO: Administradora Geral de Estacionamento S/A (indigo) - Condomínio Manauara Shopping - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria, em caso de cumprimento da avença, ultime o arquivamento dos autos, segundo o que dita o inciso III, do art. 269, do Código de Processo Civil. Faça-o, independentemente de outro despacho. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM) - Processo 0613656-15.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Ceproeducar Ltda - Me - Diante da certidão supra, expeça-se alvará de levantamento a favor do credor sobre o bloqueio único BACENJUD. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 2 de setembro de 2019

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: MARA LINDOLFO GOMES GUEDES (OAB 5116/AM) - Processo 0614022-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Mara Lindolfo Gomes Guedes - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: CARLOS ANDRÉ LIUZZI GOMES (OAB 4360/AM), ADV: LYCIA FABÍOLA GOMES DE ANDRADE (OAB 4580/AM), ADV: NÁRDIA LIMA DE ARAÚJO DA FONTOURA AUGUSTO (OAB 4423/AM), ADV: LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (OAB 12021/AM) - Processo 0614240-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Nárdia Lima de Araújo da Fontoura Augusto - REQUERIDA: Lycia Fabíola Gomes de Andrade - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 30/31, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria, em caso de cumprimento da avença, ultime o arquivamento dos autos, segundo o que dita o inciso III, do

art. 269, do Código de Processo Civil. Faça-o, independentemente de outro despacho. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: GABRIELA GOMES SOARES (OAB 12504/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: FLÁVIA RAMOS DE CARVALHO (OAB 8786/AM) - Processo 0614422-05.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Carlos Conceição de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, inocorrente a hipótese do art. 52, IX, "b" da Lei n. 9.099/95, REJEITO os EMBARGOS DO DEVEDOR opostos, consoante fundamentação supra, termo em que EXTINGO A EXECUÇÃO, ante a efetiva satisfação do crédito devido ao credor, na forma dos arts. 924, II e 925, ambos do CPC. Expeça-se alvará em favor da parte exequente no quantum de R$ 39.993,56, relativo ao bloqueio de folha 450. No mais, em relação ao pagamento feito à folha 464, expeça-se alvará em favor da parte executada. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 55 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: JOSÉ HILTON RIBEIRO BARROS (OAB 11848/AM) - Processo 0618526-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Hilton Ribeiro Barros - REQUERIDO: Localiza Rent A Car e outros - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 16/12/2019 às 09:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM) - Processo 0620160-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Urbano Novoa Gonzalez - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às , para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ABRAÃO LUCAS FERREIRA GUIMARÃES (OAB 14788/AM) - Processo 0624628-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eliu Aquino Barbosa - De ordem do MM Juiz de Direito fica Redesignada a audiência de Conciliação para o dia 23/10/2019 às 09:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: IZABELLA ARNAUD FERREIRA (OAB 13974/AM) - Processo 0624692-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Régia Moreira Leite - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 20/02/2020 às 09:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0624730-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Cíntia Martins de Souza - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 20/02/2020 às 10:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0624740-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Gilce de Alcantara Costa - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que exclua o nome da parte requerente do(s) cadastro(s) do SPC e da SERASA, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Designo a audiência de conciliação, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível) data de 20/02/2020 às 10:45h. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Cite-se e intimem-se.

ADV: RÔMULO RAFAEL SILVA CARVALHO (OAB 10504/AM) - Processo 0624782-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Rômulo Rafael Silva Carvalho - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 21/02/2020 às 08:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: RUTH GONÇALVES PINTO (OAB 8398/AM) - Processo 0624794-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - EXEQUENTE: Ruth Gonçalves Pinto - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 21/02/2020 às 08:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: CAMILLA MARIA CHAVES RIBEIRO (OAB 14379/AM), ADV: LAYENNE LIMA MOREIRA (OAB 13626/AM) - Processo 0624846-38.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Leonardo Moura de Souza - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 21/02/2020 às 09:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: GEORGIA LUISE LA CAVA DE SOUZA (OAB 210493/RJ) - Processo 0624847-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Taina Almeida Canavezzi - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 20/02/2020 às 11:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: AUGUSTO SAMPAIO DE ARAÚJO NETTO (OAB 11809/AM) - Processo 0624862-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Andrea Petricia Martins Barreto - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 21/02/2020 às 10:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP), ADV: IANA FARIAS GUIMARÃES (OAB 12099/AM), ADV: THAIS BESSA DE SOUZA BENTES (OAB 11756/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0628662-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: THAIS BESSA DE SOUZA BENTES - REQUERIDO: Banco Losango - Em razão de ter sido efetivada por este Juízo, penhora on-line de valor pecuniário relativo à condenação/execução, e transferido para conta própria criada para os autos em epígrafe, de ordem do(a) MM.(ª) Juiz(a) de Direito, é o presente para INTIMAR a parte requerida para apresentar impugnação/embargos no prazo legal.

Abraão Lucas Ferreira Guimarães (OAB 14788/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Augusto Sampaio de Araújo Netto (OAB 11809/AM)
Camilla Maria Chaves Ribeiro (OAB 14379/AM)
Carlos André Liuzzi Gomes (OAB 4360/AM)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Erick da Silva Nobre (OAB 10430/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávia Ramos de Carvalho (OAB 8786/AM)
Gabriela Gomes Soares (OAB 12504/AM)
Georgia Luise La Cava de Souza (OAB 210493/RJ)
Germano Tadeu Fonseca Júnior (OAB 6263/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Iana Farias Guimarães (OAB 12099/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Izabella Arnaud Ferreira (OAB 13974/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Lucas Pantoja Vieira (OAB 9982/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Hilton Ribeiro Barros (OAB 11848/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)
LAYENNE LIMA MOREIRA (OAB 13626/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Luan Vieira da Cunha (OAB 11201/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Gonzaga Pinheiro Júnior (OAB 12021/AM)
Lycia Fabíola Gomes de Andrade (OAB 4580/AM)
Manoel Vicente da Silva Neto (OAB 13488/AM)
Mara Lindolfo Gomes Guedes (OAB 5116/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Maurício Vieira de Castro Filho (OAB 11035/AM)
Nárdia Lima de Araújo da Fontoura Augusto (OAB 4423/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Rafael Bicca Machado (OAB 44096/RS)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rômulo Rafael Silva Carvalho (OAB 10504/AM)
Ruth Gonçalves Pinto (OAB 8398/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
THAIS BESSA DE SOUZA BENTES (OAB 11756/AM)

3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA M. FILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0121/2019

ADV: SARA DE FÁTIMA MARTINS DA SILVA (OAB 8004/AM) - Processo 0205108-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Priscila Nunes Maia - REQUERIDO: Claro S/A - Intimo V.Sa. a indicar patrono e seu CPF e dados bancários para transferência de valores pagos, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ), ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM), ADV: DAYANA DE MENEZES AZEVEDO (OAB 10500/AM) - Processo 0601247-07.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sidneia de Oliveira Dantas - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: NEILA APARECIDA DUARTE CORÁ (OAB 8635/AM), ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM), ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM), ADV: GALDINO GIRÃO DE ALENCAR (OAB 528/AM) - Processo 0601776-31.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Ilhas Gregas I - REQUERIDO: SKN Incorporações Imobiliária LTDA - Simone da Silva Ale - Vistos etc. Processo em fase de execução. Compulsando-se os autos, verifico que este Juízo tentou encontrar, sem êxito, bens penhoráveis da parte executada. Intimada a nomear bens, a autora junta documento (fls. 192/195) que comprova que o bem, a que pretende executar, não consta do patrimônio da Executada, posto tratar-se de bem terceiro em alienação fiduciária. Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 53, §4° da Lei n° 9.099/95, Julgo Extinto o feito e determino o arquivamento dos autos. Por fim, autorizo, desde já, a expedição de certidão de crédito, na forma dos Enunciados 75 e 76 XXV FONAJE, caso requerido pelo exequente. P.R.I.C. Arquive-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: PAULO FELIPE SARAIVA DA SILVA (OAB 10242/AM) - Processo 0601956-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Hinara dos Santos Dias - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Isto posto, 1) Confirmo a decisão que antecipou a tutela deferida às fls. 40; 2) Julgo os demais pedidos improcedentes. Transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado. Por outro lado, havendo interposição de recurso inominado, intime-se a parte recorrida para oferecer contrarrazões. Após, recebendo o recurso no efeito meramente devolutivo, uma vez que atenda os requisitos de admissibilidade previstos em lei, remetam-se os autos à Secretaria das Turmas Recursais. Sem custas e honorários. P.R.I.C.

ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo 0602418-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio em Edifício - REQUERENTE: Condominio Parque Residencial Jauaperi - Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar bens penhoráveis, no prazo de 15(quinze) dias. "

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0602588-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE:

José Ribamar Chagas - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Assim sendo, 1) Julgo improcedente o pedido de repetição de indébito; 2) Julgo improcedente o pedido de reparação por danos morais; 3) Julgo procedente o pedido de cancelamento dos descontos a título de seguro coletivo.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM), ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM), ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB A633AM), ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0602634-62.2015.8.04.0015 - Procedimento Sumário - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Ilhas Gregas I - REQUERIDO: SKN Incorporações Imobiliária LTDA e outro - Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 53, §4° da Lei n° 9.099/95, Julgo Extinto o feito e determino o arquivamento dos autos. Por fim, autorizo, desde já, a expedição de certidão de crédito, na forma dos Enunciados 75 e 76 XXV FONAJE, caso requerido pelo exequente. P.R.I.C. Arquive-se.

ADV: VICTOR HUGO OLIVEIRA D'AGUIAR FERREIRA (OAB 197212/RJ) - Processo 0602910-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Larissa Araújo de Oliveira Gaspar - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0603283-53.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERIDO: Cielo S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM), ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM) - Processo 0603786-82.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Tatiana da Silva Batista - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: JOYCE LIMA DA SILVA (OAB 8807/AM) - Processo 0604459-02.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigações - REQUERENTE: Paulo Sergio Manhete Ribeiro - Me - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar bens penhoráveis, no prazo de 15(quinze) dias. "

ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM), ADV: VALERIA SABRINA DE SOUZA DINIZ (OAB 13807/AM) - Processo 0604584-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - RECLAMANTE: Matheus de Tarso de Carvalho Barbosa - Preceitua o art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95 o seguinte: "extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo".

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0604901-36.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 15 dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: VERÔNICA DA SILVA E SILVA (OAB 12757/AM) - Processo 0604908-57.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Maria de Jesus de Paula e Souza - REQUERIDA: Tatiane Monteiro da Rocha Benlolo - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0605283-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Kátia Regina de Oliveira Sena - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0605947-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Rosenir Freitas Viana Ferreira - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0606252-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: Apeam (Associação dos Praças do Estado do Amazonas) - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0607644-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Ester da Silva Nunes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: RENATO LALOR DO REGO (OAB 5820/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0609306-23.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JARDIM PARADISO ALPINIA - Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 53, §4° da Lei n° 9.099/95, Julgo Extinto o feito e determino o arquivamento dos autos. Por fim, autorizo, desde já, a expedição de certidão de crédito, na forma dos Enunciados 75 e 76 XXV FONAJE, caso requerido pelo exequente. P.R.I.C. Arquive-se.

ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM) - Processo 0609385-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Companhia Panamenha de Aviação (Copa Airlines) - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0610135-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jose Carlos Nunes de Oliveira Filho - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Isto posto, Julgo Improcedente os presentes Embargos a Execução.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0610572-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - "Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente."

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0610635-65.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0611068-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Elizangela Paiva Neves - RECLAMADO: Vivo S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: THAIS BESSA DE SOUZA BENTES (OAB 11756/AM) - Processo 0612708-39.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Ernesto Martin Muro Criado - Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar bens penhoráveis, no prazo de 15(quinze) dias. "

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0613885-43.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento -

REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM) - Processo 0614394-66.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Dívida Ativa - REQUERENTE: Jose Maria de Alvarenga - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 15 dias, contrarrazões aos Embargos à execução nos presentes autos.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0614992-25.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 15 dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0615052-90.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar bens penhoráveis, no prazo de 15(quinze) dias. "

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0615133-39.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: CHARLES LUIZ EVANGELISTA SOUZA (OAB 589A/AM) - Processo 0615181-66.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXECUTADO: Carlos Henrique Oliveira de Andrade - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM), ADV: RENNAN LESSA FERREIRA (OAB 13046/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0615181-66.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condomínio Residencial The Club Residence - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: LUCIANA DA SILVA COUTO (OAB 5339/AM) - Processo 0615445-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Davalleassayag Comercio de Roupas Infantis Ltda - Me (Nome Fantasia: Casual Kids) - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar bens penhoráveis, no prazo de 15(quinze) dias. "

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0616149-28.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Recanto Interativo - Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar bens penhoráveis, no prazo de 15(quinze) dias. "

ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0616666-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Campos - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de danos materiais para condenar a parte Requerida ao pagamento da restituição da quantia paga no montante de R$ 15,00 (quinze reais), incidindo-se correção monetária e juros de 1% a partir da citação; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0616702-75.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Rosana Administradora Ltda - Epp - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar bens penhoráveis, no prazo de 15(quinze) dias. "

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0617532-41.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar bens penhoráveis, no prazo de 15(quinze) dias. "

ADV: CECILIA MARIA VACCARO BRAMBILLA (OAB 44467/PR) - Processo 0617752-39.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: M. L. Leite Me (Vip Formatura) - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: GABRIEL DA CRUZ LAURIA (OAB 11778/AM) - Processo 0618135-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Robson Silva de Paula - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: JULIANA FERREIRA CORRÊA (OAB 7589/AM), ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM), ADV: EVELLINY FEITOSA SILVA REGO (OAB 12666/AM), ADV: RICARDO DA COSTA ALVES (OAB 53379/PR) - Processo 0618816-21.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Jaqueline Feitosa Silva Rego - REQUERIDO: Tvlx Viagens e Turismo S/A ("viajanet") - Air China - Deutsche Lufthansa A.g. - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM) - Processo 0619127-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Helena Afonso Trovisco - REQUERIDO: Patri Vinte e Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: CLICE FREIRE DA SILVA (OAB 12837/AM) - Processo 0621082-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - EXEQUENTE: Francisco Cintra da Silva - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GILVAN GERALDO DE AQUINO SEIXAS (OAB 1497/AM), ADV: IVO DO ESPÍRITO SANTO BENTO (OAB 13896/AM) - Processo 0621557-68.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Melina de Nazaré Marques Seixas - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar bens penhoráveis, no prazo de 15(quinze) dias. "

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0621562-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Francisco de Assis Mota da Silva - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM) - Processo 0623141-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Francisco Elones Frota - À vista do exposto, com fundamento nas razões acima colacionadas, Julgo extinto o processo sem apreciação do mérito, nos termos dos arts. 485, V, do CPC.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0625295-93.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Dívida Ativa - REQUERENTE: Kenya Konasugawa - Epp - Sendo

assim, com fundamento nas razões acima colacionadas, Julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, o que faço escudado nos arts. 3º, 51, IV, da Lei 9.099/95, e 485, IV, e § 3º, do Código de Processo Civil.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0625339-15.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Carolina dos Santos Gomes - Jeronimo Teles da Frota Junior - Isto posto, Julgo extinta a presente demanda sem julgamento do mérito nos termos do art. 292, inciso II do CPC e do art. 3°, inciso I c/c 51, inciso II, ambos da Lei 9.099/95.

ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM) - Processo 0625342-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Lucas Alberto de Alencar Brandão - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM) - Processo 0625633-67.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Brisas do Parque Residencial Clube - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: 1 - Certidão narrativa da Unidade Autônoma em nome da condômina/executada.

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM) - Processo 0625634-52.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Brisas do Parque Residencial Clube - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: 1 - Atas de convenção ou assembleia que aprovou/fixou os valores das cotas de condomínio exequendas, tanto as taxas ordinárias quanto as taxas extraordinárias (2016/2017/2018/2019).

ADV: AMANDA MOREIRA BARROS (OAB 13113/AM), ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM) - Processo 0626568-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Suzana Fernandes Lins - REQUERIDA: Luana Luzia Marinho de Menezes - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0628141-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luiz Alberto Dantas de Vaconcelos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: FERNANDO DA SILVA LIMA (OAB 9218/AM) - Processo 0628485-98.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Omaildo Mendes Santana - REQUERIDO: Construtora Arruda Ltda - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0629069-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Sky Brasil Serviços Ltda - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0629607-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Amelia Sicsu Melo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - HOMOLOGO, por decisão, o acordo de fls. 150/151 para que produza seus efeitos legais e jurídicos, nos termos do parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Em caso de descumprimento do acordo e venha a parte requerer a execução do mesmo a constrição dos bens será buscada via sistema BACENJUD. Aguarde a juntada aos autos do documento de informação de bloqueio da quantia exequenda, o qual constituirá o próprio termo de penhora (Enunciados cíveis nº. 140 e 147, do FONAJE). Por fim, em relação ao pedido de justiça gratuita fls. 165/172 dos autos, me manisfesto no sentido de deferir a gratuidade da Justiça ao Embargante, a fim de determinar o processamento e remessa do Recurso Inominado a uma das Turmas Recursais para julgamento. P. R. I.C.

Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Amanda Moreira Barros (OAB 13113/AM)
Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Ângela Maria Dantas de Alencar (OAB 8924/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Bruno Anderson Mendes Amôedo Ferreira (OAB 11025/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cecilia Maria Vaccaro Brambilla (OAB 44467/PR)
Charles Luiz Evangelista Souza (OAB 589A/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Clice Freire da Silva (OAB 12837/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Dayana de Menezes Azevedo (OAB 10500/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Evelliny Feitosa Silva Rego (OAB 12666/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando da Silva Lima (OAB 9218/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Gabriel da Cruz Lauria (OAB 11778/AM)
Galdino Girão de Alencar (OAB 528/AM)
Gilvan Geraldo de Aquino Seixas (OAB 1497/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Ivo do Espírito Santo Bento (OAB 13896/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
Joyce Lima da Silva (OAB 8807/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Juliana Ferreira Corrêa (OAB 7589/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Luciana da Silva Couto (OAB 5339/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB A633AM)
Luciano Araújo Tavares (OAB 12512/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Neila Aparecida Duarte Corá (OAB 8635/AM)

Paulo Felipe Saraiva da Silva (OAB 10242/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Renato Lalor do Rego (OAB 5820/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Rennan Lessa Ferreira (OAB 13046/AM)
Ricardo da Costa Alves (OAB 53379/PR)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Sara de Fátima Martins da Silva (OAB 8004/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
THAIS BESSA DE SOUZA BENTES (OAB 11756/AM)
Valéria Ferreira Rabello (OAB 6287/AM)
Valeria Sabrina de Souza Diniz (OAB 13807/AM)
Verônica da Silva e Silva (OAB 12757/AM)
Victor Hugo Oliveira D'aguiar Ferreira (OAB 197212/RJ)

4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0236/2019

ADV: RUCILEY TAVARES VINENTE (OAB 8834/AM) - Processo 0603720-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alex Silva Barbosa - Certifico, para os devidos fins de direito, que REDESIGNEI A AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 07/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 04 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ) - Processo 0608031-60.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Edmilson Queiroz Dimarans - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg Consignado S.a e outro - R. H. Defiro o pedido de fls. 80/81. Designo audiência de conciliação para o dia 31/10/2019 às 10:00h. Cite-se o Banco BMG S/A, com os dados constantes às fls. 81, para comparecer na referida audiência. Intimem-se as partes acerca da designação do ato.

Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Ruciley Tavares Vinente (OAB 8834/AM)

5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0164/2019

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0604378-58.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: BANCO BONSUCESSO consignado S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 218/221, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 8.240,95 (Oito mil duzentos e quarenta reais, e noventa e cinco centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0606417-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Tainá Machado Aguiar Portela - Isto posto, nos moldes do art. 487, I do CPC, JULGO PROCEDENTE os pedidos da inicial e condeno a requerida a pagar à autora o montante de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de danos morais, com juros e correção monetária a contar da publicação da sentença. Condeno ao pagamento de R$ 3.000,00(três mil reais) a título de dano material, incindindo juros e correção monetária a contar da citação. DEFIRO o pedido de justiça gratuita. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0617076-62.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 349/355, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 13.677,30 (Treze mil seiscentos e setenta e sete reais, e trinta centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0618448-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sandra Maria Santiago Lopes - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 29/01/2020 às 10:00h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: OSMAR FORESTO RODRIGUES (OAB 4026/AM) - Processo 0620315-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Eli Dal Médico - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 31/01/2020 às 11:00h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0620535-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sergio Vieira da Costa - De ordem, fica designado o dia 31/01/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0622091-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Ivanilde Rodrgues Lira - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art.

6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 29/01/2020 às 09:30h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: JÚLIO CÉSAR DO NASCIMENTO CARDOSO (OAB 9537/AM) - Processo 0622397-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cleidioney Santa Rosa Gomes - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, e em face da verossimilhança das alegações da parte autora e dos documentos acostados aos autos, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC, e determino que a requerida promova a baixa da restrição creditícia do SPC e SERASA, referente ao débito ora questionado, no prazo de 10 (dez)dias, contados da intimação, sob pena de incidir na multa diária de R$500,00, até o limite de dez dias multa. Concedo ainda a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 30/01/2020 às 10:30h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0622615-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Bernardeth de Loudes Silva Farias - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 29/01/2020 às 09:00h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: MARIA ÉLIA AIRES ANUNCIAÇÃO (OAB 12522/AM) - Processo 0623234-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Francisca dos Santos Garcia - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0624458-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luan Jeyce Duarte de Melo - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 31/01/2020 às 09:30h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0624785-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Adelson Monteiro de Andrade - De ordem, fica designado o dia 05/12/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0628730-12.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Valnice Machado Portela - Isto posto, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS DA INICIAL, nos termos do art. 487, I do CPC e condeno a requerida a restituir à autora, na modalidade simples, o montante de R$ 1.542,25 (hum mil quinhentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos), referente aos danos materiais ocasionados à requerente, com juros e correção monetária a contar da citação. Condeno a requerida a pagar à autora o montante de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de danos morais, com juros e correção monetária a contar da publicação da sentença. Indefiro o pedido de justiça gratuita à autora por não restarem comprovados nos autos, prejuízos à sua subsistência. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Júlio César do Nascimento Cardoso (OAB 9537/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Maria Élia Aires Anunciação (OAB 12522/AM)
Osmar Foresto Rodrigues (OAB 4026/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO IRLENA LEAL BENCHIMOL
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDRÉ LUÍS NEVES HAYDEN
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0165/2019

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0201762-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica designado o dia 11/09/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM) - Processo 0201913-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERIDO: Francisco Menezes Coutinho - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição/termo de audiência de fls. 31/32 , dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0202117-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: LUCIENE ALMEIDA TORRES - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0202260-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: NADIR COSTA DE MATOS - REQUERIDO: P R DEGELO - ME e outro - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: KÁTIA MARIA VASCONCELOS DA SILVA SANTOS (OAB 11464/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO) - Processo 0204638-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Socorro de Melo Ferreira - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, com efeito de extinguir o processo com resolução de mérito. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. P.R.Intimem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM) - Processo 0205600-58.2018.8.04.0015 (processo principal 0607706-64.2014.8.04.0015) - Cumprimento Provisório de Sentença - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Miracy Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Considerando-se a manifestação do réu de fls. 152, que pugnou pela restituição do valor penhorado, no importe de R$42.153,63, assim como a manifestação do patrono da exequente de fls. 151, que requer o pagamento dos honorários advocatícios de R$6.565,97, conforme condenação constante do Acórdão de fls. 129/155, determino a expedição do alvará em nome do referido causídico, autorizando-o a sacar a verba alimentar. Sucessivamente, restitua-se o saldo remanescente em favor do réu, mediante transferência para a conta indicada. Após, arquivem-se os autos. À Secretaria para as providências.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600102-47.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Lenis Alves de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO), ADV: BRUNO RODRIGO VALE PALHETA (OAB 7932/AM) - Processo 0600221-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Bruno Rodrigo Vale Palheta - Vládia Maria Nascimento de Lima - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A a indenizar para cada um dos Requerentes Vládia Maria Nascimento de Lima e Bruno Rodrigo Vale Palheta, por danos morais, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com juros e correção monetária a contar da publicação da sentença. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. P.R.Intimem-se.

ADV: ROSANA SOARES DIAS (OAB 283234/SP), ADV: OTAVIO AUGUSTO LANDIM (OAB 9548/RO), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP) - Processo 0600538-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Gabriel Diogo - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição/termo de audiência de fls. , dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: TAINAH OLÍMPIO GALAXE (OAB 7927/AM) - Processo 0600914-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria das Graças de Freitas Melo - REQUERIDO: Capemisa Seguradora de Vida e Previdencia S/A - Ante ao exposto, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da inicial para julgar o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita a autora.

ADV: LUÍS FELIPE DE AZEVEDO ARAÚJO (OAB 13522/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: RUY GUILHERME BECHARA DE OLIVEIRA (OAB 13058/AM), ADV: LAYENNE LIMA MOREIRA (OAB 13626/AM) - Processo 0600931-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - RECLAMANTE: Magno Marinho Pernambuco de Andrade - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante ao exposto, na forma do Art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, Julgo IMPROCEDENTE os pedidos da presente ação, para o efeito de extinguir o processo com julgamento do mérito.

ADV: ISABELA DA SILVA SANTOS (OAB 9869/AM) - Processo 0601231-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Emerson Carvalho Siqueira - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida Tam linhas aéreas S/A a indenizar a parte Requerente Emerson Carvalho Siqueira por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. E condeno ainda ao pagamento do valor de R$ 29,00 (vinte e nove reais) a título de dano material, incidindo juros e correção monetária a partir da citação. INDEFIRO o pedido de justiça gratuita, porquanto, não constatei nos autos prejuízo a subsistência do autor. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0602029-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Kívia Kelen Ramos e Silva - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida Kívia Kelen Ramos e Silva a indenizar a parte Requerente

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0602049-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Elcilane dos Santos Alves - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição de fls.151 a 153, dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: FABIANO BURIOL (OAB 7657/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0602222-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Tanise Vendruscolo Dalmolin - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A a indenizar a parte Requerente por danos morais no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), com juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. Condeno a Requerida a restituir o valor de R$ 17,40 referente a alimentação (fls. 28), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0602477-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Danielle Simões Mesquita - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, com efeito de extinguir o processo com resolução de mérito Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. P.R.Intimem-se.

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM) - Processo 0602829-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Winicius Tarik Rocha de Matos - Walmir Rodrigues Matos - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida a indenizar para cada um dos Requerentes Walmir Rodrigues Matos e Winicius Tarik Rocha de Matos por danos morais o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), com juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0602926-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Natyenne Kelly Lopes Ferreira - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida a indenizar a parte Requerente por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: JULIANA PASSOS DOS SANTOS (OAB 7815/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0603007-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Fátima da Silva Lima - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A a indenizar a parte Requerente Maria de Fátima da Silva Lima por danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. INDEFIRO o pedido de Justiça Gratuita por não constatar nos autos eventual prejuízo a subsistência da autora. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 5743/AM) - Processo 0603861-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Overbooking - REQUERENTE: Francimar Batista Vale - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida Tam Linhas Aéreas S/A a indenizar a parte Requerente por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. E condeno ainda ao pagamento de R$ 50,00 (cinquenta reais) referente aos danos materiais, incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Indefiro o pedido de justiça gratuita por não constatar nos autos prejuízos a sua subsistência. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: LUIZ ALEXANDRE ABREU D'ABADIA (OAB 13495/AM), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP) - Processo 0604310-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Solange Sampaio Guedes Saint Clair - REQUERIDO: American Airlines Brasil - Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. INDEFIRO o pedido de justiça gratuita por não constatar nos autos eventual prejuízo a subsistência da autora. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. P.R.Intimem-se.

ADV: DANIELLE PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 3990/AM) - Processo 0604422-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Hellen Beatriz Rodrigues Tinoco Dantas - Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, com efeito de extinguir o processo com resolução de mérito. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. P.R.Intimem-se.

ADV: PAULO SÉRGIO OLIVEIRA AMORIM (OAB 12779/AM) - Processo 0604516-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Anna Karolina Vieira Amorim - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, com efeito de extinguir o processo com resolução de mérito. Defiro o pedido de justiça gratuita. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0604842-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque - REQUERIDO: American Airlines Brasil - Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. P.R.Intimem-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: SÉRGIO ROBERTO RIBEIRO FILHO (OAB 305088/SP) - Processo 0604984-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Rosimeire da Silva Magalhães Peres - REQUERIDO: Bic Banco Industrial e Comercial S/A - Vistos, etc. Dispensado o relatório, na forma do art. 38, da Lei n.º 9099/95, decido. Compulsando os autos, verifico que a autora requereu em fls.132 , a desistência da ação. Vislumbra assim o enunciado n.º 90, do FONAJE: A desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento (XVI Encontro - Rio de Janeiro/RJ) Assim, tenho por extinguir a presente demanda, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, VIII, do NCPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se o processo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. À Secretaria para às providências.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: KARINA TATIANA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5420/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0605066-83.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, ante a manifestação do autor, remeto os autos à fila de expedição de alvará.

ADV: MARCO LÚCIO SOUTO MAIOR DE ATHAYDE (OAB 4522/AM) - Processo 0605230-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Marco Lúcio Souto Maior de Athayde - Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da inicial, nos termos do art. 487, I do CPC, com efeito de extinguir o processo com resolução de mérito. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. P.R.Intimem-se.

ADV: DÉBORA PUREZA COTTA BISINOTO (OAB 2678/AM) - Processo 0605327-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alberto Hahico Toda - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida Latam a indenizar a parte Requerente por danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM) - Processo 0605525-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcus Vinicius Marques Penna - Isto Posto, nos termos do art. 51, inciso II, IV da lei 9.099/95, Julgo Extinto o Processo sem resolução do mérito. Indefiro os beneficios da justiça gratuita, por não restar provado nos autos prejuízo à sua subsistência.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0605595-39.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Condomínio - REQUERENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL WEEKEND CLUB PONTA NEGRA - De ordem, à vista do bloqueio do Veículo de Placa PHB7D04, Modelo Chev/Prisma, Ano 2014/2015, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: MUNICK ALBUQUERQUE COSTA (OAB 7874/AM) - Processo 0605604-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Eduarda Baldan - Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida a indenizar a parte Requerente por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. JULGO improcedente o pedido de danos materiais. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: BRUNO CLIMACO CAMPOS (OAB 11031/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0605828-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: M Soares de Moura Me - Maria Soares de Moura - REQUERIDO: Solimões Plaza Shopping Empreendimentos Novolar Ltda - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição de fls.239 a 241 , dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: MARCELE DE ALMEIDA MONTEIRO (OAB 11190/AM) - Processo 0606561-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Arkangel de Jesus Ruiz Medina - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. INDEFIRO o pedido de justiça gratuita por não constatar nos autos eventual prejuízo a subsistência do autor. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: DENNYS LOPES MORAES (OAB 10662/AM), ADV: TIAGO ALBUQUERQUE LAZARINI DOS SANTOS (OAB 9946/AM) - Processo 0606791-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cecília Andrade Batista da Silva - Dennys Lopes Moraes - Isto posto, JULGO PROCEDENTE os pedidos da inicial, nos moldes do art. 487, I do CPC, com efeito de extinguir o processo com resolução de mérito. CONDENO a requerida DECOLAR.COM LTDA a restituir o valor de R$ 2.499,82 ao autor DENNYS LOPES MORAES a título de dano material, incidindo juros e correção monetária a contar da citação. E ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de dano moral, incidindo juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. CONDENO a requerida DECOLAR.COM LTDA a restituir o valor de R$ 144,12 a requerente CECÍLIA ANDRADE BATISTA DA SILVA a título de indenização por dano material, incidindo juros e correção monetária a contar da citação. Condeno ainda ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de dano moral, incidindo juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, §1° , do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM), ADV: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE (OAB 7413/MT), ADV: ALYNE COELHO OLIVEIRA (OAB 731/RR), ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB A/AM) - Processo 0606805-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Paulo Henrique Rodrigues de Sena - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - De ordem, diante da possibilidade de efeitos modificativos, intime-se o embargado para apresentar defesa no prazo legal.

ADV: MARA LINDOLFO GOMES GUEDES (OAB 5116/AM), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0606819-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcelo Diniz Carvalho - REQUERIDO: American Airlines Brasil - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida a indenizar a parte Requerente por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. INDEFIRO o pedido de justiça gratuita por não constatar nos autos eventual prejuízo a subsistência do autor O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não

havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: FLAVIA VALE DE FARIA CARVALHO (OAB 133375/MG), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP) - Processo 0606903-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Augusto Celestino de Oliveira Gomes - REQUERIDO: Submarino Viagens Ltda. - Emirates Airlines - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição/termo de audiência de fls. , dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: THIAGO LIMA MARQUES (OAB 8220/AM) - Processo 0606951-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Henrique Lima Marques - Georgia Mussa Bastos Marques - Ante ao exposto, JULGO PARCIAL PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida Tam Linhas Aéreas S/A a indenizar a parte Requerente Henrique Lima Marques por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. JULGO improcedente o pedido de danos materiais. DETERMINO a exclusão da requerente Georgia Mussa Bastos Marques do polo ativo, pela ausência de ilegitimidade. INDEFIRO o pedido de justiça, por não constatar no autos prova de eventual prejuízo a subsistência dos demandantes. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM) - Processo 0607141-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Bernard da Costa Teixeira - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida Tam Linhas Aéreas S/A a indenizar a parte Requerente por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM) - Processo 0607453-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Genilton de Souza Nogueira - De ordem, fica redesignada o dia 26/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NATHALIA GONÇALVES DE MACEDO CARVALHO (OAB 287894/SP), ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM) - Processo 0607483-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Emerson Oliveira Pereira de Souza - REQUERIDO: Cooperativa Mista Jockey Club de Sao Paulo - Julgo Extinto o Processo Sem Apreciação do Mérito, em observância ao disposto no art. 51, inciso I, da Lei no 9099/95. Condeno o requerente no pagamento das custas processuais, na forma do art. 3º do Provimento no. 112/2005, de 29/04/2005 da Corregedoria Geral de Justiça. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e independente de intimação das partes, inteligência do §1º do art. 51 da lei de regência dos Juizados Especiais.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 1079A/SE), ADV: CARLA VLADIANE ALVES LEITE (OAB 6976/AM) - Processo 0607851-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elizete Alves dos Santos - Carla Vladiane Alves Leite - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Isto posto, nos moldes do art. 487, I do CPC, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da inicial com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam os autos à turma recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: RODRIGO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE ALMEIDA (OAB 42604/PE) - Processo 0607872-23.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Sunao Chayamichi Neto - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida Tam Linhas Aéreas S/A a indenizar a parte Requerente por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. Indefiro o pedido de justiça gratuita por não constatar nos autos prejuízos a sua subsistência. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: JANAINA TATHIANE CARVALHO DE SOUZA (OAB 10353/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0607875-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edgar Nogueira da Silva Segundo - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a requerida Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A a indenizar a parte Requerente Edgar Nogueira da Silva Segundo por danos morais no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), com juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. Condeno ainda a Requerida a restituição do valor de R$ 44,80 (quarenta e quatro reais e oitenta entavos), referente ao dano material, incindindo juros e correção monetária a partir da citação.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0607982-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Leila Fabar dos Santos - REQUERIDO: Florence Garden Empreendimento Imobiliário Spe Ltda. - R.H. Acolho a justificativa. Paute-se audiência conciliatória. À Secretaria para as providências.

ADV: BRENNO PAMPLONA CAVALCANTE (OAB 7515/AM) - Processo 0608042-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Renata Santos Guedes Leal - Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida Tam Linhas Aéreas S/A a indenizar a parte Requerente Renata Santos Guedes Leal por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. JULGO IMPROCEDENTE o dano material. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para

este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: JOÃO EDUARDO CIDADE HOUNSELL (OAB 14323/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0608142-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Amanda Guimarães Lima - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Vistos, etc. Dispensado o relatório, na forma do art. 38, da Lei n.º 9099/95, decido. Compulsando os autos, verifico que a autora requereu em fls.102 , a desistência da ação. Vislumbra assim o enunciado n.º 90, do FONAJE: A desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento (XVI Encontro - Rio de Janeiro/RJ) Assim, tenho por extinguir a presente demanda, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, VIII, do NCPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se o processo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. À Secretaria para às providências.

ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM), ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM) - Processo 0608183-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Farid Bezerra da Rocha - Waldenice Maria Miranda e Silva - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar os Requeridos, solidariamente, a indenizar o Requerente Farid Bezerra da Rocha por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. Condeno ainda os Requeridos solidariamente a indenizar a requerente Waldenice Maria Miranda e Silva por danos morais, também, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. INDEFIRO o pedido de justiça gratuita a parte autora por não constatar nos autos prejuízo a subsistência dos autores. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0608295-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Manoel Luiz de Castro Perdigão - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Isto posto, nos moldes do art. 487, I do CPC, Julgo Improcedente os pedidos da inicial. Revogo a tutela de fls. 38. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam os autos à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: VERA LÚCIA JOHNSON DE ASSIS (OAB 2904/AM) - Processo 0608445-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Maria Suely Alves da Silva - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Ante ao exposto, na forma do art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da inicial com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam os autos à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: GÉRSON DA SILVA PAULINO (OAB 8445/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0608533-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Beatriz Lira da Silva - REQUERIDO: BradesCard S/A - Isto posto, nos moldes do art. 487, I do CPC, Julgo Improcedentes os pedidos da inicial. Revogo a tutela de fls. 16. Defiro o pedido de justiça gratuita à autora por não restarem comprovados nos autos prejuízos à sua subsistência. Em caso de recurso, verificada a tempestividade, remetam os autos à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: ANA PAULA CARDEAL CLOS (OAB 6939/AM), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM) - Processo 0608708-64.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERIDO: Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE e outro - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar as Requeridas Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE e Capital Rossi Empreendimentos S/A, solidariamente, a pagar ao Requerente a quantia de R$1.350,81(Hum mil trezentos e cinquenta reais e oitenta e um centavos) (fls. 07), referente aos vencimentos de dezembro de 2016 e de janeiro a maio de 2017, acrescido de juros e correção monetária a contar da citação.

ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM), ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM) - Processo 0608801-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ridla das Graças Souza Falcão - REQUERIDO: Drogarias Santo Remédio Ltda - Isto posto, nos moldes do art. 487, I do Código de Processo Civil, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da inicial com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam os autos à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0608875-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - EXEQUENTE: Condominio Forum Business Center - Diante do exposto, julgo Extinto o Processo Sem Resolução do Mérito, por ilegitimidade de parte ativa, nos moldes do art. 285, VI do CPC c/c 51, I da lei 9.099/95

ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM), ADV: WESLEY DE OLIVEIRA BATISTA (OAB 12099A/AL) - Processo 0609040-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Casulo.cc Eireli Me - REQUERIDO: Consorcio Condominio Shopping Ponta Negra - Vistos, etc. Dispensado o relatório, na forma do art. 38, da Lei n.º 9099/95, decido. Compulsando os autos, verifico que a autora requereu em fls. 43, a desistência da ação. Vislumbra assim o enunciado n.º 90, do FONAJE: A desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento (XVI Encontro - Rio de Janeiro/RJ) Assim, tenho por extinguir a presente demanda, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, VIII, do NCPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se o processo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. À Secretaria para às providências.

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM) - Processo 0609058-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcelo Serafico Almeida - Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar o requerido Madson Valência da Cruz a pagar ao requerente Marcelo Serafico Almeida o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), à título de danos morais, acrescido de juros e correção monetária a contar da publicação da sentença. Condeno o Requerido a restituir o valor de R$ 8.700,00(Oito mil e setecentos Reais), com juros e correção monetária a contar da citação. Defiro o pedido de justiça gratuita ao autor. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. A sentença deve ser cumprida espontaneamente no prazo de 15 dias, sob pena de sofrer a majoração da ordem de 10%. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Sem custas. P. R. I. C.

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB 149048/MG), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 1198A/AM) - Processo 0609123-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: João de Deus Costa Ribeiro - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição de fls.420 e 421, dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM) - Processo 0609164-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Vila Gaia - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do NCPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: NATHALIE HELENA CANTO COELHO (OAB 9418/AM) - Processo 0609206-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Vinícius Miranda Barros - Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, a fim de extinguir o processo com resolução de mérito. Indefiro o pedido de Justiça Gratuita, por não constatar nos autos eventual prejuízo a subsistência do autor. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. M

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0609298-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Albertina Gomes de Oliveira - REQUERIDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Julgo Extinto o Processo Sem Apreciação do Mérito, em observância ao disposto no art. 51, inciso I, da Lei no 9099/95. Condeno a requerente no pagamento das custas processuais, na forma do art. 3º do Provimento no. 112/2005, de 29/04/2005 da Corregedoria Geral de Justiça. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e independente de intimação das partes, inteligência do §1º do art. 51 da lei de regência dos Juizados Especiais.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: ORANDLE REDMAN AMBROSIO (OAB 10646/AM), ADV: INGRID JULIANA DA SILVA BALBI (OAB 12798/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0609352-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisco Sales de Amorim - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante ao exposto, na forma do art. 487, I do Código de Processo Civil, JULGO Improcedente os pedidos da inicial. Revogo a tutela de fls.121. Por fim, defiro ao requerente os benefícios da gratuidade de justiça. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Ausente propositura recursal e após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: GENTIL, TAVARES & BRANDÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 12555/AM), ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM) - Processo 0609365-40.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Tatiana de Mello Lima - REQUERIDO: D. CALHEIRO DE OLIVEIRA-ME - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls.124/125, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: CHARLENE LOPES DOS SANTOS (OAB 12728/AM) - Processo 0609489-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Erick Bruno Garcia Eufrazio - REQUERIDA: Zilda Lima da Silva - Em assim sendo, Julgo Extinto o Processo sem Resolução do Mérito, nos moldes do art. 51, II da lei 9099/95. Intimem-se as partes. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam os autos à Turma Recursal. Após trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.C.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM) - Processo 0609542-04.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: DAILON DOUGLAS DA SILVA SOARES - R.H. Defiro o desarquivamento do feito. Prossiga-se, mediante a execução, conforme requerido. À Secretaria para as providências.

ADV: THIAGO CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 8576/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0609717-61.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ari Magno Neves Barros - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 176/180, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$21.387,84 (vinte e um mil trezentos e oitenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP), ADV: ROBERTO ANDRÉ XAVIER BEZERRA (OAB 3158/AM) - Processo 0609756-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - RECLAMANTE: Naymê de Souza Oliveira - RECLAMADO: Mapfre Seguros Gerais S.a - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição de fls.17 a 19, dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0610061-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Anneson Frank Paulino de Souza - Vistos, etc. Dispensado o relatório, na forma do art. 38, da Lei n.º 9099/95, decido. Compulsando os autos, verifico que a autora requereu em fls.20 , a desistência da ação. Vislumbra assim o enunciado n.º 90, do FONAJE: A desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento (XVI Encontro - Rio de Janeiro/RJ) Assim, tenho por extinguir a presente demanda, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, VIII, do NCPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se o processo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. À Secretaria para às providências.

ADV: ROBERTO DIAS VILLAS BÔAS FILHO (OAB 414982/SP), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0610095-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Sueuda da Silva Rebelo - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme

petição de fls.26 a 28, dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0610381-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do NCPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: SILVYA KAREN DE CARVALHO MARTINS (OAB 6125/AM) - Processo 0610489-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Flávio Rafael Perdigão Guerra - REQUERIDO: C. de Queiroz Pedrosa Epp (Live Academia) - Califit Academia - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição/termo de audiência de fls.35/36 , dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: LUCIANA VELASCO VASCONCELLOS (OAB 4972/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0610990-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Anelton Souza Farias - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme termo de audiência de fls.51 e 52, dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: MÁRCIO DANIEL BRITO TAVARES (OAB 9681/AM), ADV: BRUNO MACHADO DE LIMA (OAB 12597/AM) - Processo 0611025-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Márcio Lopes Rodrigues - REQUERIDO: Linconl Pacheco Gandara - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do NCPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ESTEFANI CAROLINI RIBEIRO DE SA (OAB 89287/PR), ADV: MARIA SEBASTIANA RIBEIRO DE SA (OAB 33933/PR) - Processo 0611398-95.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ek Formaturas Eireli - Epp - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do NCPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: JERRY LÚCIO DIAS DA SILVA JÚNIOR (OAB 11272/AM), ADV: MARCELO SOTO BALBAS (OAB 396802/SP), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO) - Processo 0611677-18.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jerry Lúcio Dias da Silva Júnior - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - DECOLAR.COM LTDA - osto isto, na forma do art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos da inicial. Ratifico os termos da decisão de fls. 46, referente ao acordo firmado entre o requerente Jerry Lúcio Dias da Silva Júnior e a requerida DECOLAR.COM LTDA. Indefiro o pedido de justiça gratuita por não restar provado nos autos prejuízo à sua subsistência. Após, o trânsito em julgado, arquive-se. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. P.R.I.C.

ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM), ADV: AGUIBERTO CAMILO REDI (OAB 202A/AM) - Processo 0611795-91.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fábio Augusto Peruchi - REQUERIDO: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - R.H. Verifico que a presente demanda comporta o julgamento antecipado da lide, nos termos do art.355 do CPC c/c art. 5º da Lei 9099/95. Desta forma, intime-se a parte Requerida para, no prazo dez dias, contados de sua intimação, efetuar a juntada de contestação e documentos que achar de direito. Após, intime-se o Requerente para se manifestar no mesmo prazo. Cumprida as diligências, após, a manifestação das partes, remetam-se os autos conclusos para a sentença. Intimem-se. À Secretaria para as providências.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0612511-55.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM), ADV: FREDERICO OLIVEIRA ALBUQUERQUE (OAB 9146/AM) - Processo 0612680-42.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Condominio Pernambuco e outro - Vistos, etc. Dispensado o relatório, na forma do art. 38, da Lei n.º 9099/95, decido. Compulsando os autos, verifico que a autora requereu em fls.110 , a desistência da ação. Vislumbra assim o enunciado n.º 90, do FONAJE: A desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento (XVI Encontro - Rio de Janeiro/RJ) Assim, tenho por extinguir a presente demanda, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, VIII, do NCPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se o processo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. À Secretaria para às providências.

ADV: CARLOS CARIOCA DA COSTA FILHO (OAB 14349/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM) - Processo 0613251-13.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Carioca da Costa Filho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intimo o recorrente para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2º, do NCPC), no prazo de 05 dias, sob pena de indeferimento do pedido de gratuidade.

ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM), ADV: GABRIEL CASTILHO DOS SANTOS (OAB 10277/AM), ADV: JOÃO ROSA (OAB 17023/BA), ADV: JOÃO ANTONIO DA MOTA

SEIXAS (OAB 10046/AM) - Processo 0613700-34.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Jociane Nunes Dirane - REQUERIDO: Consórcio Nacional Volkswagem Ltda. - Ante ao exposto, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da inicial para julgar o processo com resolução de mérito nos termos do art. 487, I, do CPC. Deixo de conceder os benefícios da Justiça Gratuita por não reconhecer prejuízos à subsistência da autora.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA FRAZÃO (OAB 5701/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 20335/PE), ADV: CRISTIANO TEIXEIRA CAVALCANTE (OAB 8293/AM) - Processo 0613937-05.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, fica intimada a parte autora para manifestar-se sobre os depósitos penhorados ou realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0614561-88.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - De ordem, ante a manifestação do autor, remeto os autos à fila de expedição de alvará.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: RICARDO MENDES LASMAR (OAB 5933/AM) - Processo 0614834-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ricardo Mendes Lasmar - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme termo de audiência de fls.165 , dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0615083-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jezuita Oliveira dos Santos - Considerando que a parte requerente não compareceu a audiência de Conciliação conforme Termo, Julgo Extinto o Processo Sem Apreciação do Mérito, em observância ao disposto no art. 51, inciso I, da Lei no 9099/95. Condeno o requerente no pagamento das custas processuais, na forma do art. 3º do Provimento no. 112/2005, de 29/04/2005 da Corregedoria Geral de Justiça. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e independente de intimação das partes, inteligência do §1º do art. 51 da lei de regência dos Juizados Especiais. Transitado em julgado, dê-se baixa e arquivem-se.

ADV: MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS BENIGNO (OAB 236604/SP) - Processo 0615242-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Caroliny Santos Araujo - Vistos etc. De acordo com a Resolução n. 12 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, publicada no dia 30 de agosto de 2017, considerando-se o endereço da parte autora, esta demanda refoge a competência territorial deste juizado. ISTO POSTO, declaro a incompetência territorial e determino sejam os autos redistribuídos de acordo com a mencionada regulamentação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0615714-59.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Enriquecimento ilícito - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição de fls. 259/260, dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0615831-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Simone Castelo Branco de Souza - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: KETLEN MIKAELA BARBOSA DOS SANTOS (OAB 13358/AM) - Processo 0615897-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Lyvia Quezia dos Santos Lopes - Vistos etc. De acordo com a Resolução n. 12 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, publicada no dia 30 de agosto de 2017, considerando-se o endereço da parte autora, esta demanda refoge a competência territorial deste juizado. ISTO POSTO, declaro a incompetência territorial e determino sejam os autos redistribuídos de acordo com a mencionada regulamentação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELVES DE BEM CRESCÊNCIO (OAB 54360/SC) - Processo 0615977-86.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Quitação - REQUERENTE: Bendo & Cia Ltda - Vistos etc. Relatório dispensado. (Lei 9.099/95, art. 38, caput). Trata-se de ação monitória que Bendo Cia Ltda move em face de Megamix Comercio de Eletroeletronicos Ltda-me No caso, importa destacar o Enunciado 8 do FONAJE: ENUNCIADO 8 - As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais. ISTO POSTO, julgo extinto o processo, nos termos do art 51, inc. II, ambos da Lei 9.099/95 c.c. art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: FABIANO BURIOL (OAB 7657/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0616290-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Fabiano Buriol - REQUERIDO: Claro S/A - Ante ao exposto, na forma do art. 487, I do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES o pedido da inicial para condenar a requerida Claro S/A a indenizar a autora Fabiano Buriol, por danos morais, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), computando juros e correção monetária a contar a partir desta data. Condeno ainda a Requerida a restituir o valor de R$ 477,68 (dois mil reais) à titulo de dano material, com juros e correção monetária a contar da citação.

ADV: ANDRÉ RAMOS DA SILVA (OAB 13272/AM) - Processo 0616562-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Cybelle Aline Oliveira Milhomem - Vistos etc. Relatório dispensado. (Lei 9.099/95, art. 38, caput). A autora, mesmo intimada, não observou a diligência determinada por este juízo, situação essa que configura desinteresse superveniente na efetivação da tutela jurisdicional. Por outro lado, no rito adotado pela Lei 9.099/95 é desnecessária a prévia intimação da parte para a extinção do processo. (art. 51, § 1º). ISTO POSTO, determino o arquivamento do feito com fundamento no art. 485, III do CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Manaus, 28 de agosto de 2019.

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: DANIEL DE LIMA CAVALCANTE (OAB 9070/AM) - Processo 0616566-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Richardson Martins Praia Braga - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Itaú Unibanco S/A e outros - Isto Posto, nos termos do art. 51, inciso II da lei 9.099/95, Julgo Extinto o Processo sem resolução do mérito. Defiro o pedido de justiça gratuita ao autor. Em caso de Recurso verificado a tempestividade e o preparo remeta-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.Intimem-se.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP) - Processo 0616761-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Ricardo Conde Rodrigues Costa - Déborah Duarte Ribeiro - REQUERIDO: Air France/klm S.a - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição de fls.23/24 dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. Retire-se o processo da pauta de audiências À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: NÚRIA SCHULZE E SILVA (OAB 12760/AM) - Processo 0617119-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Haitan Taha Ibrahin Isa - No caso, a Caixa Econômica é uma empresa pública federal, via de consequência, a Justiça Federal é o foro competente para o conhecimento da causa. ISTO POSTO, julgo extinto o processo, nos termos do art 51, inc. II, ambos da Lei 9.099/95 c.c. art. 485, IV, do CPC.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0617291-04.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Lindomar Lima de Souza - REQUERIDO: Netflix Entretenimento Brasil Ltda. - Julgo Extinto o Processo Sem Apreciação do Mérito, em observância ao disposto no art. 51, inciso I, da Lei no 9099/95. Condeno o requerente no pagamento das custas processuais, na forma do art. 3º do Provimento no. 112/2005, de 29/04/2005 da Corregedoria Geral de Justiça. Revogo a tutela de fls.43.

ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: DAYLA LIMA DA SILVA (OAB 9316/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0617700-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Optical Comercio e Serviços Ltda (microempresa) - Arnaldo Luasses - REQUERIDO: Claro S/A - Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a empresa requerida Claro S/A a pagar a requerente Arnaldo Luasses e Optical Comercio e Serviços Ltda (microempresa) o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), à título de danos morais, acrescido de juros e correção monetária a contar da publicação da sentença. Julgo Improcedente os Danos materiais. Confirmo em definitivo os efeitos da tutela de fls.20. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. A sentença deve ser cumprida espontaneamente no prazo de 15 dias, sob pena de sofrer a majoração da ordem de 10%. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Sem custas. P. R. I. C.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0618130-63.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Carlos Alberto Cunha Ballin - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: ARIVAN DE CARVALHO NUNES (OAB 5108/AM) - Processo 0618368-48.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Villa Verde I - Diante do requerimento do Exequente às fls. 56/57, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$7.359,47 (sete mil trezentos e cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: HERMES MAFRA OTTO (OAB 10542/AM) - Processo 0618800-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Mirleia Daiane Lima de Aquino - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - De ordem, intime-se a parte Recorrida para que apresente contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 28 de agosto de 2019.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: RAPHAELA LUNA MOURA LOBO (OAB 14486/AM) - Processo 0618905-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Willen Pereira de Souza - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Assim, entendo que a requerida agiu no exercício regular de seu direito, não se podendo falar em indenização. Ante ao exposto, na forma do Art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos do Requerente, para o efeito de extinguir o processo com julgamento do mérito. Indefiro o pedido de justiça gratuita ao Requerente, por não restar provado nos autos, prejuízo à sua subsistência.

ADV: DANIELLA RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 8199/AM) - Processo 0619095-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Alisson Dutra Ferreira - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, e em face da verossimilhança das alegações da parte autora e dos documentos acostados aos autos, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC, e determino que a requerida promova a baixa da restrição creditícia do SPC e SERASA, referente ao débito ora questionado, no prazo de 10 (dez)dias, contados da intimação, sob pena de incidir na multa diária de R$500,00, até o limite de dez dias multa. Concedo ainda a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 21/01/2020 às 09:00h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM) - Processo 0619203-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Aluizio Rodrigues Cabral - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0627102-85.2018 em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ADILCE PEREIRA DO AMARAL (OAB 6513/AM) - Processo 0619219-87.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Maria Pinheiro da Silva - Diante do requerimento do Exequente às fls. 113/116, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$23.817,63 (vinte e três mil oitocentos e dezessete reais e sessenta e três centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0619277-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Luiza Francisca Gomes de Moura - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618909-47.2019.8.04.0015 em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a

suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0619281-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luiza Francisca Gomes de Moura - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618909-47.2019.8.04.0015 em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem mesmas partes, no entanto causa de pedir e pedidos distintos, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: KELVIN RODRIGUES DA SILVA (OAB 9203/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0619299-85.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Emir Gonçalves da Cruz - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição de fls. 104/106, dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0619377-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sheila Kelly Serrate Barbosa Ramos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos etc. De acordo com a Resolução n. 12 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, publicada no dia 30 de agosto de 2017, considerando-se o endereço da parte autora, esta demanda refoge a competência territorial deste juizado. ISTO POSTO, declaro a incompetência territorial e determino sejam os autos redistribuídos de acordo com a mencionada regulamentação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0620478-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Naasson Henrique Muniz de Souza - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0620446-78.2019 em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM) - Processo 0620572-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618894-78.2019 em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM) - Processo 0620574-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618894-78.2019 em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas distintos, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM) - Processo 0620580-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618894-78.2019.8.04.0015, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM) - Processo 0620584-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618894-78.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM) - Processo 0620585-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618894-78.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM) - Processo 0620588-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618894-78.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do

referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0620664-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Ademilde da Silva Fernandes - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0617946-39.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0620708-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elizete Nunes da Costa - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0620344-56.2019.8.04.0015, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0620727-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618894-78.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0620749-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0620727-34.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0620753-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618894-78.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0620756-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618894-78.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0620760-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618894-78.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0620762-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618894-78.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0620769-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618894-78.2019.8.04.0015, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0620774-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618894-78.2019.8.04.0015, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações

possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: RITA DE CÁSSIA RIÇA DE ARAÚJO (OAB 12787/AM) - Processo 0620913-57.2019.8.04.0015 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Maria Zenete Nascimento de Oliveira Escobar - Com essas considerações, julgo, liminarmente, extinto o processo sem julgamento do mérito, ante a incompetência absoluta dos Juizados Especiais para processar o feito, em conformidade com o disposto no art. 485, IV do CPC. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e independente de novo despacho.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0621039-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618894-78.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0621060-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618894-78.2019.8.04.0015, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0621072-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618894-78.2019.8.04.0015, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: CARLOS CARIOCA DA COSTA FILHO (OAB 14349/AM) - Processo 0621201-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Carioca da Costa Filho - De ordem, fica redesignada o dia 03/12/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0621297-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618894-78.2019.8.04.0015, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0621300-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618894-78.2019.8.04.0015, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0621413-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alcilene Silva Costa - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0602934-82.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0621415-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alcilene Silva Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0602934-82.2019 em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA (OAB 9936/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0621418-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Rogério Neto de Souza Ponte - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº0616043-66.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0621513-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE:

Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618894-78.2019.8.04.0015, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0621523-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618894-78.2019.8.04.0015, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0621531-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618894-78.2019.8.04.0015, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM) - Processo 0621595-12.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Mundi Resort Residencial - Diante do exposto, julgo Extinto o Processo Sem Resolução do Mérito, por ilegitimidade de parte ativa, nos moldes do art. 285, VI do CPC c/c 51, I da lei 9.099/95

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0621718-10.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Life da Villa - Diante do exposto, julgo Extinto o Processo Sem Resolução do Mérito, por ilegitimidade de parte ativa, nos moldes do art. 285, VI do CPC c/c 51, I da lei 9.099/95

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0621797-86.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Life da Villa - Diante do exposto, julgo Extinto o Processo Sem Resolução do Mérito, por ilegitimidade de parte ativa, nos moldes do art. 285, VI do CPC c/c 51, I da lei 9.099/95

ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM) - Processo 0621824-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tutela de Urgência - REQUERENTE: Denise Andreia Carneiro dos Santos - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0612772-49.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem mesmas partes, no entanto causa de pedir e pedidos distintos, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: PAULO ROBERTO PINHEIRO AMAZONAS (OAB 11243/AM) - Processo 0621847-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: E.P.A. - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0601040-71.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem mesmas partes, no entanto causa de pedir e pedidos distintos, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM) - Processo 0621963-89.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Compromisso - REQUERENTE: Cond. Resid. Weekend Club Ponta Negra - REQUERIDO: Jonasa Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Direcional Engenharia S/A e outro - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls.286 á 289, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0622051-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Luiz Cordeiro Fogassa - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0601040-71.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem mesmas partes, no entanto causa de pedir e pedidos distintos, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0622206-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcondes da Silva Pinho - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0622203-10.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0622603-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Robson P de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Expeça-se alvará. Proceda a Secretaria a atualização da condenação, prosseguindo-se a execução, em caso de apuração de saldo devedor. Do contrário, arquivem-se os autos. À Secretaria para as providências.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0622803-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcio José Neves da Silva - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0621314-90.2018, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0623274-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rocilda Celia da Silva Nascimento - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0623270-10.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem mesmas partes, no entanto causa de pedir e pedidos distintos, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0623277-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rocilda Celia da Silva Nascimento - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0623270-10.2019.8.04.0015, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem mesmas partes, no entanto causa de pedir e pedidos distintos, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: GUILHERME CARVALHO MELO (OAB 11086/AM) - Processo 0623357-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Maria Júlia Lucena da Costa e Silva Pereira - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0613672-32.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623407-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Andrea K. Moraes Braz - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0621457-45.2019 em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem mesmas partes, no entanto causa de pedir e pedidos distintos, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623408-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Andrea Kar. Moraes Braz - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0621457-45.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem mesmas partes, no entanto causa de pedir e pedidos distintos, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623410-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Andrea Karl. Moraes Braz - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0621457-45.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0623507-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Laisa Alves de Oliveira - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0623506-59.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem mesmas partes, no entanto causa de pedir e pedidos distintos, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623536-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Andre Aranha de Moraes - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0623532-57.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem mesmas partes, no entanto causa de pedir e pedidos distintos, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0623578-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Luiz Cordeiro Fogassa - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0621141-32.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem mesmas partes, no entanto causa de pedir e pedidos distintos, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do

feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0623691-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Hudson de Andrade Fernandes - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0611715-93.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem mesmas partes, no entanto causa de pedir e pedidos distintos, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0623932-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Edmar Pereira da Silva Filho - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0623927-49.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0624087-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Elen Rose de Oliveira Pinto Muniz - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0625779-45.2018.8.04.0015, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem mesmas partes, no entanto causa de pedir e pedidos distintos, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0624300-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Niceas Pereira Tinoco - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0624198-58.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0624309-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Niceas Pereira Tinoco - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0624198-58.2019.8.04.0015, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem mesmas partes, no entanto causa de pedir e pedidos distintos, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0624348-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria da Conceição Nunes Guilherme - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0624249-69.2019.8.04.0015, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem mesmas partes, no entanto causa de pedir e pedidos distintos, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíve is.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0624355-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria da Conceição Nunes Guilherme - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0624249-69.2019, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM) - Processo 0624442-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Diego Ribeiro da Silva - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0622913-64.201, em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM) - Processo 0625164-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Mayco Costa Lima Ferreira - REQUERIDO: E. de L. e Lima & Cia Ltda Me - Esbam - Ante ao exposto, na forma do Art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos do Requerente, para o efeito de extinguir o processo com julgamento do mérito. Revogo a tutela de fls.15. Deixo de condenar o Requerente em litigância de má-fé por não restar caracterizado nos autos prejuízo à sua subsistência. Indefiro ao requerente o pedido de gratuidade de justiça por não restar demonstrado nos autos prejuízo à sua subsistência.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0625946-62.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Fabíola Alves Cezarino Albuquerque - Thiago Ferreira de Albuquerque - De ordem, à vista do bloqueio do Veículo de fls. antecedentes, expeça-se mandado de intimação ao Executado, para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: JORDAN DE ARAÚJO FARIAS (OAB 12125/AM), ADV: IZIDORIO RAMOS FRANÇA NETO (OAB 14070/AM) - Processo 0626608-26.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Anquizes Margarido de Moraes Neto - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: DÉBORA PUREZA COTTA BISINOTO (OAB 2678/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO) - Processo 0626640-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alberto Hahico Toda - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, com efeito de extinguir o processo com resolução de mérito. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. P.R.Intimem-se.

ADV: RENATA DE SÁ E LEME (OAB 10231/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO) - Processo 0626754-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo - REQUERENTE: Francinete Araujo Stone Oliveira - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. P.R.Intimem-se.

ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: ELAINE DE ARAÚJO VERAS (OAB 9642/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0628095-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Elaine de Araújo Veras - REQUERIDO: American Airlines Brasil - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida a indenizar a parte Requerente por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. INDEFIRO Pedido de justiça gratuita por não constatar nos autos provas de eventual prejuízo a subsistência da autora. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO) - Processo 0628705-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Elane Matos Carvalho - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida a indenizar a parte Requerente por danos morais no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), com juros e correção monetária a partir desta data. INDEFIRO pedido de justiça gratuita por não constatar nos autos provas de eventual prejuízo a subsistência da autora. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: KÊNIA CRISTINA WANDERLEY DORVAL (OAB 135899RJ), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0628729-27.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Kênia Cristina Wanderley Dorval - REQUERIDO: Apple Computer Brasil Ltda - Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 3.º, e 51, inciso II, da Lei n.º 9099/95. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se o processo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. À Secretaria para às providências.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adilce Pereira do Amaral (OAB 6513/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Aguiberto Camilo Redi (OAB 202A/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Alyne Coelho Oliveira (OAB 731/RR)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Ana Paula Cardeal Clos (OAB 6939/AM)
Anderson Junqueira Guminiak (OAB 9761/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM)
André Ramos da Silva (OAB 13272/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Arivan de Carvalho Nunes (OAB 5108/AM)
Brenno Pamplona Cavalcante (OAB 7515/AM)
Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
BRUNO CLIMACO CAMPOS (OAB 11031/AM)
Bruno Machado de Lima (OAB 12597/AM)
Bruno Rodrigo Vale Palheta (OAB 7932/AM)
Carla Vladiane Alves Leite (OAB 6976/AM)
Carlos Carioca da Costa Filho (OAB 14349/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 1198A/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
CHARLENE LOPES DOS SANTOS (OAB 12728/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 20335/PE)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cláudio Davi Batista Nogueira (OAB 8286/AM)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiano Teixeira Cavalcante (OAB 8293/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel de Lima Cavalcante (OAB 9070/AM)
Daniella Rodrigues de Araújo (OAB 8199/AM)
Danielle Pereira de Oliveira (OAB 3990/AM)
Dayla Lima da Silva (OAB 9316/AM)
Débora Pureza Cotta Bisinoto (OAB 2678/AM)
Dennys Lopes Moraes (OAB 10662/AM)
Dias dos Santos Advogados (OAB 311/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Elaine de Araújo Veras (OAB 9642/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Elves de Bem Crescêncio (OAB 54360/SC)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Estefani Carolini Ribeiro de Sa (OAB 89287/PR)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)

Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fabiano Buriol (OAB 7657/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flavia Vale de Faria Carvalho (OAB 133375/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Francisco Alves de Oliveira (OAB 9936/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Frederico Oliveira Albuquerque (OAB 9146/AM)
Gabriel Castilho dos Santos (OAB 10277/AM)
Gentil, Tavares & Brandão Advogados Associados (OAB 12555/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Gérson da Silva Paulino (OAB 8445/AM)
Guilherme Carvalho Melo (OAB 11086/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB 7675-A/TO)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hermes Mafra Otto (OAB 10542/AM)
Ingrid Juliana da Silva Balbi (OAB 12798/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabela da Silva Santos (OAB 9869/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB 7413/MT)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)
Izidorio Ramos França Neto (OAB 14070/AM)
JANAINA TATHIANE CARVALHO DE SOUZA (OAB 10353/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jerry Lúcio Dias da Silva Júnior (OAB 11272/AM)
João Antonio da Mota Seixas (OAB 10046/AM)
João Eduardo Cidade Hounsell (OAB 14323/AM)
João Rosa (OAB 17023/BA)
Jordan de Araújo Farias (OAB 12125/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Juliana Passos dos Santos (OAB 7815/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB 5420/AM)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Kátia Maria Vasconcelos da Silva Santos (OAB 11464/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Kelvin Rodrigues da Silva (OAB 9203/AM)
Kênia Cristina Wanderley Dorval (OAB 135899RJ)
Ketlen Mikaela Barbosa dos Santos (OAB 13358/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 1079A/SE)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
LAYENNE LIMA MOREIRA (OAB 13626/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luciana Velasco Vasconcellos (OAB 4972/AM)
Luciano Araújo Tavares (OAB 12512/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe de Azevedo Araújo (OAB 13522/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Alexandre Abreu D'abadia (OAB 13495/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB 149048/MG)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Mara Lindolfo Gomes Guedes (OAB 5116/AM)
Marcele de Almeida Monteiro (OAB 11190/AM)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
Marcelo Soto Balbas (OAB 396802/SP)
Márcio Daniel Brito Tavares (OAB 9681/AM)
Marco Lúcio Souto Maior de Athayde (OAB 4522/AM)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria Auxiliadora dos Santos Benigno (OAB 236604/SP)
Maria da Conceição Teixeira Frazão (OAB 5701/AM)
Maria Sebastiana Ribeiro de Sa (OAB 33933/PR)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Munick Albuquerque Costa (OAB 7874/AM)
Nathalia Gonçalves de Macedo Carvalho (OAB 287894/SP)
Nathalie Helena Canto Coelho (OAB 9418/AM)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB A/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nogueira Advocacia e Assessoria Jurídica (OAB 443/AM)
Núria Schulze e Silva (OAB 12760/AM)
Orandle Redman Ambrosio (OAB 10646/AM)
Otavio Augusto Landim (OAB 9548/RO)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Paulo Roberto Pinheiro Amazonas (OAB 11243/AM)
Paulo Sérgio Oliveira Amorim (OAB 12779/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Raphaela Luna Moura Lobo (OAB 14486/AM)
Renata de Sá e Leme (OAB 10231/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Ricardo Mendes Lasmar (OAB 5933/AM)
Rita de Cássia Riça de Araújo (OAB 12787/AM)
Roberto André Xavier Bezerra (OAB 3158/AM)
Roberto Dias Villas Bôas Filho (OAB 414982/SP)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Cavalcanti de Albuquerque Almeida (OAB 42604/PE)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Rosana Soares Dias (OAB 283234/SP)
Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB 5743/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Ruy Guilherme Bechara de Oliveira (OAB 13058/AM)
Sérgio Roberto Ribeiro Filho (OAB 305088/SP)
Silvya Karen de Carvalho Martins (OAB 6125/AM)
Tainah Olímpio Galaxe (OAB 7927/AM)
Thiago Campos de Oliveira (OAB 8576/AM)
Thiago Lima Marques (OAB 8220/AM)

Tiago Albuquerque Lazarini dos Santos (OAB 9946/AM)
TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR)
Vera Lúcia Johnson de Assis (OAB 2904/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Wesley de Oliveira Batista (OAB 12099A/AL)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO IRLENA LEAL BENCHIMOL
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDRÉ LUÍS NEVES HAYDEN
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0162/2019

ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM) - Processo 0200806-91.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERIDO: Charles Ribeiro da Silva - De ordem, fica intimada a parte executada para manifestar-se sobre o documento juntado às fls. 60/69 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NICOLLE SOUZA DA SILVA SCARAMUZZINI TORRES (OAB 14839/PA) - Processo 0604165-57.2013.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: MARCOS FILIPE ALVES SALAME - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG) - Processo 0611233-53.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls.311/312 , de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$8.017,35 (OITO MIL E DEZESSETE REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM), ADV: DÊNIS REIS DA SILVA (OAB 10799/AM), ADV: GUSTAVO LORENZI DE CASTRO (OAB 129134/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0611889-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Iran Mendonça da Silva - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Uber do Brasil Tecnologia Ltda - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO AMBOS OS RECURSOS INOMINADOS de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0617312-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro de Educação Integrado Santo Antônio - Isto posto na forma do art. 487 I do CPC, julgo procedente o pedido do Requerente para condenar o Requerido ao pagamento da importância de R$ 798,27, à titulo de cobrança, com juros e correção monetária a contar da citação.

ADV: LUCIANA TRUNKL FERNANDES DA COSTA (OAB 3006/AM) - Processo 0617932-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - RECLAMANTE: Sérgio Frederico Granja Trunkl - De ordem, devido a não citação do requerido, fica redesignada o dia 03/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0620401-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Erika de Oliveira Matos - De ordem, fica designado o dia 03/02/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AÊDRA JAMARA DOS SANTOS MATOS (OAB 8922/AM) - Processo 0620519-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Everson do Prado Ferreira, - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, apresentando os documentos indispensáveis à propositura da ação.

ADV: SARAH TALIÁ BEZERRA SERUDO (OAB 4934/AM) - Processo 0622406-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Meyre Cristina Fournier Serudo - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 31/01/2020 às 09:00h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM) - Processo 0623034-92.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marizete de Souza Caldas - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0623059-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Suzana Santos Ramos Alves - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, apresentando os documentos indispensáveis à propositura da ação.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0625519-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro de Educação Integral Christ Master - Isto posto na forma do art. 487, I do CPC, julgo procedente o pedido da Requerente para condenar o Requerido Andrei Paulain Corado ao pagamento da importância de R$ 6.761,53 à titulo de cobrança, com juros e correção monetária a contar da citação.

Aêdra Jamara dos Santos Matos (OAB 8922/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Dênis Reis da Silva (OAB 10799/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Gustavo Lorenzi de Castro (OAB 129134/SP)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luciana Trunkl Fernandes da Costa (OAB 3006/AM)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nicolle Souza da Silva Scaramuzzini Torres (OAB 14839/PA)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Sarah Taliá Bezerra Serudo (OAB 4934/AM)

6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0214/2019

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0201196-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE (OAB 20397/PE), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARIANE VIEIRA DA SILVA (OAB 6764/AM) - Processo 0600119-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Joane Barros dos Santos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Zurich Seguros - Nesse sentir, considerando a profissão do recorrente e residir ele em área de classe média (fl. 1), sendo dois signos presuntivos de riqueza, o que fragiliza a sua autoproclamação de pobreza, cuja presunção já é relativa, intime-se-lhe para, prazo de 3 dias, juntar aos autos sua última declaração de imposto de renda, seus últimos 3 (três) contracheques/holerites, extrato bancário dos últimos 60 dias e, querendo, documentos de despesas, a fim de comprovar a alegada condição de miserabilidade. Ao cumprimento ou transcurso do prazo assinalado, certificado, façam-me os autos conclusos. Intime-se.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0601103-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Erivaldo Santos de Macedo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 2.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como restituir R$ 1.387,50, o dobro desconto indevido, nos termos do art. 42, § ú, CDC. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso ou ilícito (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0601381-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Viviane Cristina Silva Barroso - REQUERIDO: Instituto Metropolitano de Ensino Ltda. - Ime - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0601418-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Estefani Pedroza Vieira - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto, e tudo mais que dos autos consta, RECONHEÇO EX OFFICIO A PRESCRIÇÃO do pedido de indenização por dano moral, nos termos do art. 206, § 3º, V do CC, e julgo, quanto a este pedido, resolvido o mérito, com fundamento no art. 487, II do CPC, consoante a fundamentação supra. Com relação à desconstituição do débito e à obrigação de fazer, rejeito a prejudicial de mérito e JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos, termos em que DECLARO INEXIGÍVEIS os débitos discriminados na restrição de fl. 18, no importe de R$ 93,44, além dos encargos de mora aplicados pela parte ré, e DETERMINO que a ré proceda à exclusão definitiva das anotações, no total de R$ 93,44, em 3 (três) dias, independentemente do trânsito em julgado desta, sob pena de multa de R$ 500,00 por dia de descumprimento, até o limite da alçada dos JECs, sem prejuízo de majoração e outras medidas assecuratórias, nos termos do art. 537 do CPC. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95).Preparo de lei,atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ETHEL MARINHO IRIGARAY (OAB 10510/AM), ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM) - Processo 0602493-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Carmen Auxiliadora Hoyos Alexandre - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE O DÉBITO DE R$ 533,61 E DECLARANDO A RESCISÃO CONTRATUAL COM EFEITOS RETROATIVOS A 11/07/2018, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, determinando ao réu que cesse imediatamente quaisquer cobranças referentes ao serviço que não seja pela fatura de R$ 84,02. JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO PELOS DANOS MORAIS. Multa de R$ 100,00 pelo descumprimento da obrigação de fazer, se comprovado nestes autos. Oficie-se para cancelamento, exclusivamente, da negativação de R$ 533,61, caso persista. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0602781-83.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: CAMILA CEOLIN LIMA (OAB 152308/MG), ADV: KARINA FERREIRA SILVA (OAB 9328/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG) - Processo 0602983-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Robson Ferreira Dornelas - REQUERIDO: Localiza Rent A Car S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, DECLARANDO A RESCISÃO CONTRATUAL E CONDENANDO A PARTE RÉ A RESTITUIR TODOS OS VALORES PAGOS PELO AUTOR EM RAZÃO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DO VEÍCULO (R$ 6.484,85, até a inicial, conforme pedido c.2 de fl. 07, bem como outras que tenham sido pagas durante este processo). Como o pagamento, no caso em análise, foi viabilizado por meio de financiamento, competirá à ré rescindir, junto ao banco responsável, o negócio jurídico, bem como arcar com eventuais penalidades contratuais referentes. O veículo deve ser restituído à parte ré, que deverá arcar com os custos de sua devolução. Essa devolução deve ser devidamente combinada entre as partes. JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO PELOS DANOS MORAIS. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se

para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0603092-11.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Lidia de Freitas Bezerra - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE O(S) DÉBITO(S) DISCUTIDO(S) NOS AUTOS, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Condeno a parte ré, ainda, a cancelar os descontos no contracheque autoral, sob as rubricas "BMG CARTAO". CONDENO-A, ainda, a pagar R$ 9.042,68, equivalente ao dobro do valor descontado indevidamente (fl. 21, pedido "f.2"), nos termos do art. 42, § u, do CDC. Por consectário, reconheço o valor creditado na conta autoral como sendo amostra grátis, nos termos do art. 39, § único do CDC. Obrigação de fazer a ser cumprida em até 30 dias úteis após intimação via DJE, caso ainda não efetuada, sob pena de multa de R$ 5.000,00, eis que eventual recurso somente será recebido no efeito devolutivo (art. 43 da Lei 9.099/95), no que toca àquela. Na conta de cumprimento da sentença, deverão serem acrescidos o dobro dos descontos subsequentes ao ajuizamento até sua cessação, conforme arts. 323 e 493, ambos do CPC/2015. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, o dano suportado pela parte, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação (STJ; RESP 355392; RJ; Terceira Turma; Rel. Desig. Min. Sebastião de Oliveira Castro Filho; Julg. 26/03/2002; DJU 17/06/2002; pág. 00258) Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo (custas recursais) de lei. P.R.I.

ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0603523-79.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ANDERSON DE SOUZA LIMA - Defiro o pedido de fls. 274. Determino a suspensão do andamento processual pelo prazo de 30 dias, ou até que novo pedido referente à execução seja apresentado. Esclareço que não suspendo por 60 dias porque 60 dias úteis é muito tempo para se manter um feito de juizado especial, que deve se nortear pela celeridade e economia processuais, suspenso. Fica desde já intimado o exequente para manifestar-se até o escoar do prazo de suspensão sem nova intimação, sob pena de ser o feito extinto, com fulcro no art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95. À Secretaria para que dê cumprimento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0603889-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raquel Pereira da Silva - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE OS DÉBITOS DISCUTIDOS NOS AUTOS, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Oficie-se para cancelamento da(s) negativação(ões), caso persistam. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a data da negativação (documento de fl. 18), visto que não há prévio liame contratual entre as partes que embasasse a cobrança. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, o dano suportado pela parte, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação (STJ; RESP 355392; RJ; Terceira Turma; Rel. Desig. Min. Sebastião de Oliveira Castro Filho; Julg. 26/03/2002; DJU 17/06/2002; pág. 00258) Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0603946-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Flavio Abreu Bastos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 2.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como restituir R$ 43,96, o dobro desconto indevido, nos termos do art. 42, § u do CDC. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso ou ilícito (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: JUAREZ NASCIMENTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 7562/AM) - Processo 0604060-70.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Atraso de vôo - REQUERENTE: Ana Clícia Nunes Guilherme - Intime-se a parte exequente para que apresente os cálculos pertinentes à integralidade do cumprimento de sentença, devidamente atualizados - conjuntamente com o respectivo memorial. Prazo de 10 dias. Em sede de Juizados Especiais, não há condenação em honorários no primeiro grau, conforme art. 55 da Lei nº 9.099/95. Conforme entendimento do STJ (REsp 1262933/RJ), a aplicação da multa do art. 523, CPC/15 depende de prévia intimação do devedor para pagamento voluntário e sua respectiva inércia em fazê-lo, razão pela qual não deverá constar dos cálculos a serem apresentados. Em tendo havido incidência de astreintes, o seu cálculo de referência deverá vir em apartado do restante da condenação, com menção às fls em que fixada e evento nos autos que comprovasse o descumprimento. Prazo de 10 dias. P.C.I.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0604332-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Joane Barros dos Santos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0605203-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Simone Santos de Andrade - REQUERIDO: Claro S/A - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE O(S) DÉBITO(S) DISCUTIDO(S) NOS AUTOS, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como a se abster de efetuar cobrança pelo serviço não contratado Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral, levando-se em conta: a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação (STJ; RESP 355392; RJ; Terceira Turma; Rel. Desig. Min. Sebastião de Oliveira Castro

Filho; Julg. 26/03/2002; DJU 17/06/2002; pág. 00258). Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: ÍTALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607964-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Manuela Medeiros Aguiar - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nesse sentir, considerando a profissão do recorrente e residir ele em área de classe média (fl. 1), sendo dois signos presuntivos de riqueza, o que fragiliza a sua autoproclamação de pobreza, cuja presunção já é relativa, intime-se-lhe para, prazo de 3 dias, juntar aos autos sua última declaração de imposto de renda, seus últimos 3 (três) contracheques/holerites, extrato bancário dos últimos 60 dias e, querendo, documentos de despesas, a fim de comprovar a alegada condição de miserabilidade. Ao cumprimento ou transcurso do prazo assinalado, certificado, façam-me os autos conclusos. Intime-se.

ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM), ADV: RENAN DE MELO ROSAS LUNA (OAB 14253/AM), ADV: LIZANDRA FROTA FINICELLI (OAB 10526/AM) - Processo 0608004-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dívida Ativa - REQUERENTE: Sheldon Demídio Moreira Finicelli - REQUERIDO: Plural Gestão Em Planos de Saúde Ltda - Por isso, conheço, mas REJEITO os presentes embargos, mantendo íntegra a sentença. P. I.C.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0608009-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Francisco Almir de Menezes Nunes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: THIAGO XAVIER ALVES (OAB 331632/SP), ADV: STEPHANYE RODRIGUES VAZ PEDROSO (OAB 362569/SP) - Processo 0608690-09.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERIDO: DECOLAR.COM LTDA - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES, ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0608830-51.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Thayna Lopes Camargo - REQUERIDO: Sul América Seguro Saúde S/A - Hospital Santo Alberto - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ROBERTO ALVES (OAB 9258/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0608833-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Aurino Souto de Queiroz - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: JÉSSICA LOPES DE LIMA (OAB 10184/AM) - Processo 0609182-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Abrahão Lincoln da Silva Queiroz - RECEBO o inominado de fls. 39/46 no efeito devolutivo. Concedo-lhe a gratuidade de justiça. Intime-se o recorrido para, querendo, contrarrazoar no prazo legal. Após, à Turma Recursal, com nossas homenagens. Intime-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0609786-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Marcelo Pereira de Sena - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - RECEBO o inominado de fls. 111/121 no efeito devolutivo. Concedo-lhe a gratuidade de justiça. Intime-se o recorrido para, querendo, contrarrazoar no prazo legal. Após, à Turma Recursal, com nossas homenagens. Intime-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GABRIEL DA CRUZ LAURIA (OAB 11778/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0610033-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Edson Oneris Ortiz Costa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM), ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0610584-20.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Batista da Silveira - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Deste modo, estando presente nos autos prova da ciência das partes da decisão prolatada, bem como por verificar não versar a transação sobre direito irrenunciável, vejo por bem HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC. Sem custas. Em caso de descumprimento, ficam desde já, autorizadas as diligências executivas eventualmente requeridas. P. R. I.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0612551-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joaquim Moreira Martins - RECEBO o inominado de fls. 44/50 no efeito devolutivo. Concedo-lhe a gratuidade de justiça. Intime-se o recorrido para, querendo, contrarrazoar no prazo legal. Após, à Turma Recursal, com nossas homenagens. Intime-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0613190-

84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria Auxiliadora Alves Maciel - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE(s) O(s) DÉBITO(s) DISCUTIDO(s) NOS AUTOS, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 3.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Oficie-se para cancelamento da negativação, caso persista. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 364 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, que a ilícita negativação se trata de cobrança indireta de supostos débitos sem que a parte se valha do devido processo legal, o dano suportado pela parte, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0613267-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Eliana Pontes da Silva - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0614074-84.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Francisco Nascimento da Silva, - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0614941-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Serleide Correa de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A RESTITUIR R$ 80,08, o dobro desconto indevido, nos termos do art. 42, § ú, do CDC. Na conta de cumprimento da sentença, serão acrescidos o dobro dos descontos subsequentes ao ajuizamento até a cessação dos mesmos, desde que comprovados documentalmente, conforme art. 323 c/c 493 do CPC/2015. Determino, por fim, que o réu cesse as cobranças referentes a tal desconto no prazo de 40 dias após a intimação da presente, sob pena de multa única de R$ 500,00, eis que eventual recurso será recebido somente no efeito devolutivo (art. 43 da L. 9.099/95), em relação à obrigação de fazer. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso ou ilícito (danos materiais). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: MAURO PAULO GALERA (OAB 4937/RO), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0615177-63.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: BARBARA RODRIGUES FARIA DA SILVA (OAB 151204/MG), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 1676O/PE), ADV: ISABELA FARIAS NEVES (OAB 7950/AM), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP) - Processo 0615474-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Maria Valda Ferreira Rebouças - RECLAMADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Banco Pan S/A - Por isso, com base nos fundamentos acima expostos, RESOLVO O PROCESSO sem a apreciação do mérito, nos termos do art. 98, I, da CRFB/88 c/c art. 485, IV, do CPC e 51, II da Lei 9.099/95, devendo a parte autora litigar perante uma das varas cíveis não especializadas, se assim for de seu interesse. P.R.I. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0615504-37.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Andreza Luiza de Araujo Fernandes - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0616384-63.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Constantino Cornélio da Costa - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: JEAN MENDONÇA DOS SANTOS (OAB 10984/AM), ADV: PAULO RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 9533/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 337A/AM), ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM) - Processo 0617091-31.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Geffeson Costa Andrade - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Ourocard Visa - Nesse sentir, considerando a profissão do recorrente e residir ele em área de classe média (fl. 1), sendo dois signos presuntivos de riqueza, o que fragiliza a sua autoproclamação de pobreza, cuja presunção já é relativa, intime-se-lhe para, prazo de 3 dias, juntar aos autos sua última declaração de imposto de renda, seus últimos 3 (três) contracheques/holerites, extrato bancário dos últimos 60 dias e, querendo, documentos de despesas, a fim de comprovar a alegada condição de miserabilidade. Ao cumprimento ou transcurso do prazo assinalado, certificado, façam-me os autos conclusos. Intime-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0618965-51.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Renato Oliveira Lopes - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0620492-67.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Flex Comércio de Embalagens e Descartáveis Ltda (Ecorforte Ltda) - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0621721-62.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Life da Villa - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM), ADV: MARIA STELLA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 145252/RJ) - Processo 0621766-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Amanda Guerra Pinheiro - REQUERIDO: Tim Celular S/A - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM) - Processo 0622122-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Mirlene Vieira Cavalcante de Albuquerque - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0622382-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jose Maria Nunes Filho - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MONALISA GADELHA CORDOVIL (OAB 7154/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0622460-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonia Regina Melo Garcia - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Quézia da Silva Serrão - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0624114-91.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Ana Carolina Alves Rodrigues Ramos - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 2.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Para os danos morais, correção monetária pelo INPC a partir da presente data. Juros de 1% a.m. desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo (custas recursais) de lei. P.R.I.

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM) - Processo 0624976-28.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Brisas do Parque Residencial Clube - Efetuada a penhora, em se tratando de valor pecuniário em espécie, proceda o Sr. Oficial de Justiça ao imediato depósito em conta judicial à disposição deste Juízo, apresentando nos autos a respectiva comprovação documental, bem como intime-se o devedor para que compareça à audiência de conciliação designada para o dia 20 de dezembro de 2019, às 9 horas, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente, conforme dispõe o Art. 52, IX da Lei n° 9.099/95. Notifique-se o exequente para que, na audiência, deposite o original do título em Secretaria, caso frustrada a conciliação. P.C.I.

ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0625732-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Milton Jorge Castro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DANIEL ROCHA NÓBREGA (OAB 10626/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0626464-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Gilberto Salvador Botelho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo de 10 dias, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0626859-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Danielle Dantas Bezerra - REQUERIDO: Banco BMG S/A - RECEBO o inominado de fls. 142/147 no efeito devolutivo. Concedo-lhe a gratuidade de justiça. Intime-se o recorrido para, querendo, contrarrazoar no prazo legal. Após, à Turma Recursal, com nossas homenagens. Intime-se.

ADV: RUI FERRAZ PACIORNIK (OAB 34933/PR), ADV: LUIS EDUARDO PEREIRA SANCHES (OAB 6272ATO), ADV: TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH (OAB 35463/PR), ADV: BRUNO SILVA MATOS (OAB 99106/MG), ADV: ARNOLDO NOGUEIRA DE SOUZA (OAB 7497/AM) - Processo 0626879-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Livanira

Barbosa Trindade - REQUERIDO: Itavida Clube de Seguros - Icatu Seguros S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO apenas para CONDENAR a ITAVIDA a PAGAR R$ 4.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos extrapatrimoniais oriundos das cobranças realizadas de forma abusiva. JULGO IMPROCEDENTE os PEDIDOS feitos contra a ré ITACU SEGUROS. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arnoldo Nogueira de Souza (OAB 7497/AM)
Barbara Rodrigues Faria da Silva (OAB 151204/MG)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
Bruno Silva Matos (OAB 99106/MG)
CAMILA CEOLIN LIMA (OAB 152308/MG)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 1676O/PE)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Rocha Nóbrega (OAB 10626/AM)
Dias dos Santos Advogados (OAB 311/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Ethel Marinho Irigaray (OAB 10510/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Gabriel da Cruz Lauria (OAB 11778/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Farias Neves (OAB 7950/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Ítalo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
Jean Mendonça dos Santos (OAB 10984/AM)
Jéssica Lopes de Lima (OAB 10184/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Juarez Nascimento de Oliveira Filho (OAB 7562/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karina Ferreira Silva (OAB 9328/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
LIZANDRA FROTA FINICELLI (OAB 10526/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucilene Macêdo dos Santos (OAB 8545/AM)
Luis Eduardo Pereira Sanches (OAB 6272ATO)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Manuela Motta Moura da Fonte (OAB 20397/PE)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Stella Barbosa de Oliveira (OAB 145252/RJ)
Mariane Vieira da Silva (OAB 6764/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mauro Paulo Galera (OAB 4937/RO)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Monalisa Gadelha Cordovil (OAB 7154/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilson Gomes Oliveira Meireles
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Paulo Rodrigues de Almeida (OAB 9533/AM)
Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 337A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Renan de Melo Rosas Luna (OAB 14253/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Roberto Alves (OAB 9258/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Rui Ferraz Paciornik (OAB 34933/PR)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Stephanye Rodrigues Vaz Pedroso (OAB 362569/SP)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Thiago Xavier Alves (OAB 331632/SP)
Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich (OAB 35463/PR)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0210/2019

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0600653-90.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Klecius Noronha Marques - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça acerca do mandado não cumprido.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0603840-77.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

- REQUERENTE: WADSON PAIXÃO FREIRE - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM) - Processo 0605336-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Bill Marques de Souza - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: TOMÁS GOMES DA SILVA NETO (OAB 12978/AM), ADV: JANE KELLY VASQUES DE OLIVEIRA (OAB 10029/AM) - Processo 0618818-25.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Elaine Francisca Coimbra de Araújo - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0623785-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rennan Torres Valer - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: OSMAR FORESTO RODRIGUES (OAB 4026/AM) - Processo 0623950-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: José Carlos Muniz de Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR aos autos documento de identidade LEGÍVEL e comprovante de residência ATUALIZADO, atendendo ao art. 9º da Lei 9.099/95.

ADV: MARCOS ANTÔNIO BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 3464/AM) - Processo 0624001-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: JANAINA SALES RODRIGUES - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência ATUALIZADO em seu nome OU JUSTIFICAR vínculo de parentesco ou jurídico com a declarante, bem como apresente documento oficial com foto oficial da declarante, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: EDIANA TORRES PAULO (OAB 12610/AM) - Processo 0625501-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Auxiliadora da Rocha Jaime - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Ediana Torres Paulo (OAB 12610/AM)
Janaína Lopes Cavalcante (OAB 5872/AM)
Jane Kelly Vasques de Oliveira (OAB 10029/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
MARCOS ANTÔNIO BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 3464/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Osmar Foresto Rodrigues (OAB 4026/AM)
Tomás Gomes da Silva Neto (OAB 12978/AM)

8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0229/2019

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 95502/RJ) - Processo 0602904-47.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: Gol Linhas Aéreas Brasileiras S.a - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 12.838,51(doze mil oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta e um centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 14.122,35(quatorze mil cento e vinte e dois reais e trinta e cinco centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606500-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 6.754,46(seis mil setecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 7.429,90(sete mil quatrocentos e vinte e nove reais e noventa centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: NELSON BRUNO VALENÇA (OAB 15783/CE), ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: ANDRÉ RODRIGUES PARENTE (OAB 15785/CE), ADV: DANIEL CIDRÃO FROTA (OAB 19976/CE) - Processo 0615762-13.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Associacao Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo-assupero e outro - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 6.126,12 (Seis mil, cento e vinte e seis reais e doze centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 6.738,73 (Seis mil, setecentos e trinta e oito reais e setenta e três centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0617051-78.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Claro S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 4.745,00 (Quatro mil, setecentos e quarenta e cinco reais), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 5.219,50 (Cinco mil, duzentos e dezenove reais e cinquenta centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0618014-86.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 4.571,99 (Quatro mil, quinhentos e setenta e um reais e noventa e nove centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência:

na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 5.029,18 (Cinco mil, vinte e nove reais e dezoito centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: HENRIQUE HÉRCULES DA COSTA PINTO (OAB 10229/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0618183-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Francivaldo Silva dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isto posto, acolho os embargos de declaração oposto por Amazonas Energia, ajustar somente a obrigação de fazer estabelecida na sentença, que passará constar da seguinte forma: - determinar a revisão da fatura reclamada (vencimento em abril de 2019), para a média dos seis meses anteriores, no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 (dez) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0620599-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sid Feitosa de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0622632-45.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Enilda Cordeiro Salgado - REQUERIDO: Apeam (Associação dos Praças do Estado do Amazonas) - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: MARIA AMALIA CANDIDO DE ALVARENGA MORAIS (OAB 149111/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0623707-85.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Claro S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.236,80(cinco mil duzentos e trinta e seis reais e oitenta centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 5.760,48(cinco mil setecentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0624387-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria Quergia Michiles Brandão - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KARLA MARIANA DE MELO CHIAVEGATTO (OAB 5890/AM) - Processo 0624933-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alessandro Silva dos Santos - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JULIE STEPHANE LIMA BRUCE (OAB 8096/AM) - Processo 0624999-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria Clara Rosa Gama - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM) - Processo 0625142-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Rita de Cassia G. de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0628234-80.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXECUTADO: Claro S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.494,82(cinco mil quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta e dois centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 6.044,30(seis mil e quarenta e quatro reais e trinta centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

André Rodrigues Parente (OAB 15785/CE)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Daniel Cidrão Frota (OAB 19976/CE)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB 95502/RJ)
Henrique Hércules da Costa Pinto (OAB 10229/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Julie Stephane Lima Bruce (OAB 8096/AM)
Karla Mariana de Melo Chiavegatto (OAB 5890/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
Maria Amalia Candido de Alvarenga Morais (OAB 149111/MG)
Nelson Bruno Valença (OAB 15783/CE)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTA CIARLINI RABELO DE LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0228/2019

ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM) - Processo 0206844-56.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXECUTADO: Óticas Americanas - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 34/35 prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor.: " ... - declarar cancelado o contrato firmado entre as partes, com o consequente cancelamento das cobranças das parcelas do crediário, para todos os efeitos."

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FLAVIO RAFAEL PERDIGAO GUERRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8500/AM) - Processo 0616160-28.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de XX (xxxx) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. xx prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor.: " ... - determinar que o banco requerido se abstenha de proceder a qualquer desconto em folha de pagamento de qualquer parcela inerente ao cartão de crédito

consignado sob responsabilidade da autora, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do trânsito em julgado desta decisão, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 1.000,00 (um mil reais), até o limite de 10 (dez) dias;- declarar a quitação do contrato imputado sob responsabilidade da parte autora, para todos os efeitos."

ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM), ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM), ADV: SILVYA KAREN DE CARVALHO MARTINS (OAB 6125/AM) - Processo 0617556-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Guilherme Alves Barros Junior Me (Publig Mídias Alternativas) - REQUERIDO: C. de Queiroz Pedrosa Epp (Live Academia) - M. A. de Jesus Barbosa Me (Moema Comunicação) - Ante o que, denego os embargos de declaração opostos pelos requeridos, declarando-os meramente protelatórios, razão pela qual condeno o embargante ao pagamento, de multa de um por cento (1%) do valor dado a condenação, ao embargado. Manaus, 27 de agosto de 2019 P.R.I.C.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0628234-80.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXECUTADO: Claro S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 128/129, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor:" ... - determinar o cancelamento em definitivo da cobrança de "ALUGUEL DE EQUIPAMENTO", no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação para cumprimento, sob pena de multa que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais) por cobrança, até o limite de 10 (dez)."

Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Flavio Rafael Perdigao Guerra Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8500/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Silvya Karen de Carvalho Martins (OAB 6125/AM)

9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RAIMUNDO NONATO SANTOS DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0172/2019

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0200071-09.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: CAA - Comércio Amazonense de Alumínio Ltda. - MIKAEL KAIO SILVA FROIS - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0200633-18.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: MARIANA DENUZZO (OAB 253384/SP) - Processo 0200652-24.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Divicon Administradora de Beneficios Ltda - Ex positis, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE os pedidos, nos seguintes termos: I - CONDENAR, na forma solidária, as Requeridas a pagarem ao Requerente a quantia de R$15.000,00 (quinze mil reais), a título de danos morais, acrescido de correção monetária (INPC) e juros legais a partir desta data. II - DETERMINAR o restabelecimento do serviço no prazo de 5 dias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 até o limite de R$ 15.000,00. Por fim, quanto ao fato que se refere à imperícia Julgo extinto sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso II da lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: ALFA MARIANNE ALMEIDA CRUZ SAUTCHUK (OAB 12875/AM), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSON (OAB 897A/AM), ADV: EDUARDO LOPES DE OLIVEIRA (OAB 80687/RJ), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: ADRIANA SILVA GOMES (OAB 12901/AM), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM) - Processo 0200700-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Hospital Adventista de Manaus- Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Assistencia Á Saude - UNIMED-RIO Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM) - Processo 0200858-38.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: FRANCILENE SOUZA DE ALMEIDA - REQUERIDO: Auto Escola B. B. LTDA - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso

de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS), ADV: HORÁCIO PERDIZ PINHEIRO NETO (OAB 157407/SP), ADV: GEANDRE ETIANNE DA SILVA FERREIRA (OAB 9994/AM), ADV: ADRIANE ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5129/AM) - Processo 0200876-59.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Avon Cosméticos Ltda - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo procedente o pedido para condenar a requerida a cumprir o acordo firmado com a requerente nos termos que constam da página 8. Caberá à requerida computar o pagamento de R$ 196,77 efetuado pela autora e emitir dois outros boletos, com novas datas de vencimento, para pagamento das duas parcelas de R$ 199,75, disponibilizando à autora tempo hábil para pagamento (vencimentos em outubro e novembro de 2019, respectivamente). Condeno a requerida a excluir o nome da requerente do cadastro de inadimplentes no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa única de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0201090-50.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: SUMAÚMA PARK SHOPPPING - Na medida em que persiste controvérsia quanto a questão de fato, paute-se audiência de instrução e julgamento, oportunidade em que as partes produzir provas, trazendo, por exemplo, testemunhas.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0201090-50.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: SUMAÚMA PARK SHOPPPING - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM), ADV: MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE (OAB 20397/PE) - Processo 0201187-89.2015.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Consórcio - EXEQUENTE: LUZENILDO PEREIRA DE BRITO - EXECUTADO: Consórcio Nacional Volkswagem Ltda. - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0201287-05.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Doralice Mendonça da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0201318-25.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Euzebio Costa Filho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: MENDELSSON COSTA DUARTE (OAB 8319/AM), ADV: KARINA LIMA MORENO (OAB 3932/AM) - Processo 0201646-23.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - EXEQUENTE: ALAN LUIZ PRESTES BRITO DA SILVA - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Vistos, etc., Indefiro o pedido de fls. 118-120, referente a aplicação de multa, vez que o executado cumpriu com as obrigações dentro do prazo estabelecido, tendo início somente após a intimação da Decisão Interlocutória de fl. 105. Mantenham-se os autos arquivados. Intime-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MELISSA SOUZA CREDIE BORBOREMA (OAB 3951/AM), ADV: DANIELLA RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 8199/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0203491-90.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: MICHAELL SOUSA DE PAULA - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte

autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0205812-98.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: MARIA DAS GRAÇAS MARQUES DA SILVA - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM), ADV: DEBORAH MOREIRA DA COSTA SOUZA (OAB 4956/AM), ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM) - Processo 0600216-85.2014.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: AYDAMO CELIO SILVA BIZERRA CAMPOS - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA de fl. 133. Manaus, 09 de setembro de 2019.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0600462-93.2019.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Mario da Silva Cavalcante - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Analisando os autos, verifico que o cálculo processual de fl. 131 foi efetuado com equívoco, uma vez que o parâmetro de juros da repetição de indébito foi diverso do determinado no acórdão de fls. 115-116. Logo, o valor devido pelo executado seria de R$ 7.784,84 (sete mil, setecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), conforme cálculo processual de fl. 140. Às fls. 138, houve a comprovação de pagamento de R$ 6.181,51 (seis mil, cento e oitenta e um reais e cinquenta e um centavos), ou seja, R$ 1.004,69 (mil, quatro reais e sessenta e nove centavos) A MENOR do que determinado na Decisão Interlocutória de fl. 132, devendo incidir multa de 10% sobre esse valor. Pelo exposto, intime-se o executado para, no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento da quantia de R$ 1.603,33 (mil, seiscentos e três reais e trinta e três centavos), referente à diferença entre o valor devido (fl. 140) e o valor pago (fl. 183), mais R$ 100,47 (cem reais e quarenta e sete centavos) referente à multa de 10% sobre a diferença entre o valor determinado na Decisão Interlocutória de fl. 132 e o valor pago às fls. 138, totalizando a quantia de R$ 1.703,79 (mil, setecentos e três reais e setenta e nove centavos), sob pena de aplicação de multa de 10% e penhora on-line do valor apurado. Expeça-se ALVARÁ ELETRÔNICO do valor incontroverso em favor do autor.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0600814-27.2014.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - LITSATIVO: Renato Fernandes Mariano - REQUERENTE: FRANCISCO ALEXANDRE FERNANDES MARIANO - REQUERIDO: OI S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da ACÓDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de

penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DENIS,DANTAS & LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 91/AM), ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM) - Processo 0600821-43.2019.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Ronaldo Fernandes Serrão - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0601143-34.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Alexandro Moreno dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: DIVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA BARRETO JÚNIOR (OAB 8487/AM), ADV: MATHEUS DE CERQUEIRA Y COSTA (OAB 14144/BA), ADV: RIGONEY SARAIVA AMORIM (OAB 13582/AM) - Processo 0601490-96.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Cleide Coutinho Alves da Encarnação - RECLAMADO: Educar Projetos Educacionais Ltda - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: TAINA REBECA ARCE DA SILVA (OAB 14435/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0601676-22.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Salete Santos da Silva Vieira - REQUERIDO: Medic Saúde Atividade Médica e Odontologica Ltda - Forte nesses argumentos, homologo o reconhecimento da procedência do pedido de declaração de inexigibilidade de todos os débitos da requerente para com a empresa requerida, e julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Condeno a requerida a não efetuar a inscrição do nome da requerente em cadastro de inadimplentes por conta dos débitos ora questionados, sob pena de multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM), ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0601929-78.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Irismar Nonato dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARIANE VIEIRA DA SILVA (OAB 6764/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: FLÁVIA RAMOS DE CARVALHO (OAB 8786/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: LIOZETE DA SILVA SANTOS (OAB 12955/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM) - Processo 0602272-06.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cassandra Silva Santana - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 1183A/AM), ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM) - Processo 0602806-47.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jw Comércio de Ótica e Bijuteria e Indústria Ótica (Ótica Juscelino) - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado "julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados pela empresa requerente para condenar o banco requerido a excluir a negativação impugnada", sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: RUAN CARDOSO CAROLINO (OAB 13281/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: PAULO CÉSAR AZEVEDO DOS SANTOS (OAB 13278/AM), ADV: RENATA MENDES ANGELIM (OAB 13279/AM), ADV: KARINA DE FÁTIMA SOUZA GONÇALVES (OAB 13361/AM) - Processo 0603027-30.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mateus Gomes de Lima - REQUERIDO: Centauros Motos Ltda. - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, na quantia de R$ 3.030,00 (fls. 72) sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço

correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0603119-08.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Suze da Silva Peixoto - REQUERIDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 373659/SP) - Processo 0603393-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Odinei de Sousa Costa - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO) - Processo 0604209-51.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mac Key Matos dos Santos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0604418-88.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Bancários - EXEQUENTE: Ailton da Silva Mendes - EXECUTADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, na quantia de R$ 14.636,78 (quatorze mil, seiscentos e trinta e seis reais e setenta e oito centavos), conforme cálculo processual de fl. 256, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado.. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Cumpra-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0604527-34.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Jamerson Tavares Marcelino - REQUERIDO: Vivo S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JULIANA SOUZA DO VALE (OAB 13451/AM), ADV: SUANY MENDES FONSECA ROCHA (OAB 12710/AM) - Processo 0604567-16.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio Francisco Nascimento do Vale - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A e outro - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedente o pedido do autor de parcelamento, por ser devedor de quantia cobrada regularmente pela requerida, e julgo extinto sem resolução do mérito o pedido de declaração de inexistência de débitos, por não se adequar ao procedimento dos Juizados Especiais. Julgo extinto sem resolução do mérito o pedido contraposto, com fundamento no art. 51, IV, da Lei n.º 9.099/95. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: MAURÍCIO VITORINO SOLIMÕES NETO (OAB 10513/AM) - Processo 0604593-14.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Neisy da Silva Paiva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: ISLEY E SOUZA DE SOUZA (OAB 9703/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM), ADV: FLÁVIA MARIANO FAÇANHA (OAB 9961/AM) - Processo 0604697-06.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sorania Barroso - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Concedo o prazo de 10 (dez) dias para manifestação a respeito da prova juntada em audiência. Após o prazo, remetam-se os autos conclusos (fila 58).

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0604814-94.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fernanda Angelica D Antona Pinto - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE NETO (OAB 14403/AM) - Processo 0604843-47.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: F;abio Mendes dos Santos - De

ordem, cite-se o(a) Requerido(a) no endereço indicado as fls. 39, para realização da audiência de conciliação redesignada para o dia 9/10/2019 as 09:45 hrs, na sala 5.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0604855-32.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - EXEQUENTE: Manoel Batista Filho - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Banco Bradesco S/A - Compulsando os sistemas da Caixa Econômica Federal, constato existência de pagamento pelo requerido. Contudo devo lembrar aos nobres causídicos que peticionaram as petições de fls. 165-168 e 169, que constam comprovante nos autos a suposta comprovação do pagamento, por eles mencionados, vez que induziram o juízo a erro, quando da prolatação da decisão de fls. 162. Neste diapassão, chamo o processo à ordem para tornar sem efeito a decisão de fls. 162, ao tempo que defiro o pedido de fls. 169. Após, cumprida as formalidades ARQUIVEM se definitivamente os autos. Cumpra-se.

ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: ANDREY CARDOSO DE SOUSA (OAB 14208/AM), ADV: ADRIANE ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5129/AM) - Processo 0605079-96.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alexandre Pena Barbosa - REQUERIDO: Uber do Brasil Tecnologia Ltda - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0605141-39.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Cristiane Oliveira da Silva - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM) - Processo 0605148-31.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Sebastião de Souza Lima - REQUERIDO: Bradesco Seguros - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0605193-35.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Greice Mara Ferreira Marques - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0605271-29.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Leandro Pereira de Almeida - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls.446/455, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM) - Processo 0605308-90.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Aldo Jorge Rodrigues da Costa Filho - EXECUTADO: Carril e Souza Ltda - Me (portaldozacarias.com.br) - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, fls. 93-97, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: ELÓI PINTO DE ANDRADE (OAB 819A/AM), ADV: ANDRÉ RODRIGO PEDROSA DE AMORIM (OAB 10978/AM) - Processo 0605319-85.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Alfredo Ribeiro de Carvalho - REQUERIDO: Bradesco Seguros - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir,

defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO MEDEIROS DINIZ DE CARVALHO (OAB 8584/AM), ADV: RANYELLE BARBOSA DE ARAÚJO (OAB 13177/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: DANIELLA RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 8199/AM) - Processo 0605342-31.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francimeiry Castro de Araújo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0605379-58.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Zenir Fernandes Teixeira - REQUERIDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALAN DE OLIVEIRA SILVA (OAB 208322/SP), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0605391-72.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Missilene Duarte da Silva - REQUERIDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALAN DE OLIVEIRA SILVA (OAB 208322/SP), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0605392-57.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Missilene Duarte da Silva - REQUERIDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO) - Processo 0605532-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Kelly Regina da Silva Soares - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0605733-54.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Raimunda Moura Santos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 116/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0606028-23.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Rubens Luiz da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ADRIANA SILVA GOMES (OAB 12901/AM), ADV: ANA CARLA RODRIGUES DE PAULA (OAB 10352/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: LUCÉLIA MACHADO DIAS (OAB 11279/AM), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM), ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM), ADV: MARIANE VIEIRA DA SILVA (OAB 6764/AM), ADV: VIVIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA (OAB 13048/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: LIOZETE DA SILVA SANTOS (OAB 12955/AM), ADV: INDIANA CARDOSO MACHADO (OAB 10016/AM) - Processo 0606035-49.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível -

Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Caio Souza dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0606039-52.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Osvaldino Menezes Alves - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: MATHEUS LIMA DINIZ (OAB 13747/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0606266-42.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Denis Sousa e Sousa - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FRANCISCA CUMAPE GOMES (OAB 7238/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0606308-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Mennandro Abreu Sodre - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0606378-11.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Luan Gastão Pereira - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0606439-66.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Carlos Augusto Lopes - EXECUTADO: Vivo S/A - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0606473-41.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alberlan da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: ADAM HENRIQUE PINHEIRO DA SILVA (OAB 11082/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: ESTELLY MAREZA BARBOSA DA SILVA (OAB 11394/AM) - Processo 0606548-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Espólio de Mutsuko Yamada Loureiro - Katia Yukari Yamada Loureiro - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0606638-88.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Dulcineia

Freires de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0606709-90.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Lidiane Moçambique Pantoja - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO DE OLIVEIRA SIMÕES (OAB 14774/AM), ADV: ANA CAROLINA MOURA DE SÁ CAVALCANTE (OAB 12083/AM) - Processo 0606780-92.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Construção Civil - REQUERENTE: Skill Serviço de Construção Ltda-me (Pelo Seu Representante Pericles Miazato) - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0607387-42.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ronildo Silva do Nascimento - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: JOSÉ RODRIGUES TERCEIRO FILHO (OAB 6341/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0607468-25.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria de Souza Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0607827-04.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Socrates Araujo Machado - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PAULO ALVES DA SILVA NETO (OAB 12368/AM) - Processo 0608419-82.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Neryanna Silva Pinto de Vasconcelos - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM) - Processo 0609060-70.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fabricio da Silva Caio - REQUERIDO: Kaele Ltda. - Kl Rent A Car - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA ALBANO TOMAZI (OAB 261620/SP), ADV: LEANDRO OZAKI HENRIQUE (OAB 292944/SP), ADV: LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (OAB 12021/AM) - Processo 0610433-73.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Sabrina Soares de Assis - EXECUTADO: Swissport do Brasil Ltda - Vistos, etc., CHAMO O PROCESSO À ORDEM para tornar SEM EFEITO a Decisão Interlocutória de fl. 91, vez que não foi atentado por esta secretaria o pagamento voluntário efetuado pelo réu no dia 06/07/2018. Satisfeita a obrigação por parte do executado, expeça-se alvará em favor do autor e em seguida arquivem-se os autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JOÃO RODRIGO AUGUSTO DA SILVA JUNIOR (OAB 8650/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM), ADV:

JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0610661-48.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Keila de Souza Castro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM), ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JOÃO RODRIGO AUGUSTO DA SILVA JUNIOR (OAB 8650/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0610675-32.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisca de Cassia de Souza Bentes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0612503-63.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Desconto em folha de pagamento - EXEQUENTE: Rosiane Maia Sena - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime-se o EXEQUENTE para, no prazo de 05 dias, apresentar os dados bancários para que lhe seja transferido o valor já pago. Na oportunidade, intime-se o EXECUTADO para, no prazo de 05 dias, se manifestar sobre as alegações de que houve novos descontos por conta do contrato de empréstimo/cartão mencionado na inicial no contracheque da requerente. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos.

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM), ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0613683-17.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Ercília Araújo da Costa - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Vistos, etc., Expeçam-se os alvarás dos valore constantes nas contas judiciais de fls. 249 e 250 da seguinte forma: I) conta judicial nº 3205/040/01713479-1, fl. 249, em favor do AUTOR; II) conta judicial nº 3205/040/01706844-6, fl. 250, em favor do EXECUTADO.

Adam Henrique Pinheiro da Silva (OAB 11082/AM)
Adriana Silva Gomes (OAB 12901/AM)
Adriane Ortiz Granja de Souza (OAB 5129/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan de Oliveira Silva (OAB 208322/SP)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alfa Marianne Almeida Cruz Sautchuk (OAB 12875/AM)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Ana Carla Rodrigues de Paula (OAB 10352/AM)
Ana Carolina Moura de Sá Cavalcante (OAB 12083/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Rodrigo Pedrosa de Amorim (OAB 10978/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Andrey Cardoso de Sousa (OAB 14208/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
Bruno Medeiros Diniz de Carvalho (OAB 8584/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Daniella Rodrigues de Araújo (OAB 8199/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Deborah Moreira da Costa Souza (OAB 4956/AM)
DENIS,DANTAS & LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 91/AM)
Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB 1183A/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (OAB 8487/AM)
Eduardo Lopes de Oliveira (OAB 80687/RJ)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
ELÓI PINTO DE ANDRADE (OAB 819A/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Estelly Mareza Barbosa da Silva (OAB 11394/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Fernanda Albano Tomazi (OAB 261620/SP)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávia Mariano Façanha (OAB 9961/AM)
Flávia Ramos de Carvalho (OAB 8786/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Cumape Gomes (OAB 7238/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Geandre Etianne da Silva Ferreira (OAB 9994/AM)
GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Horácio Perdiz Pinheiro Neto (OAB 157407/SP)
IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM)
Indiana Cardoso Machado (OAB 10016/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isley e Souza de Souza (OAB 9703/AM)
IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Rodrigo Augusto da Silva Junior (OAB 8650/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompson (OAB 897A/AM)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Jorge Luís dos Reis Oliveira (OAB 6866/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Rodrigues Terceiro Filho (OAB 6341/AM)
Juliana Rita Gomes da Silva (OAB 14001/AM)
Juliana Souza do Vale (OAB 13451/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 116/AM)
Karina de Fátima Souza Gonçalves (OAB 13361/AM)
Karina Lima Moreno (OAB 3932/AM)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leandro Ozaki Henrique (OAB 292944/SP)

Liozete da Silva Santos (OAB 12955/AM)
Lucélia Machado Dias (OAB 11279/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Gonzaga Pinheiro Júnior (OAB 12021/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manuela Motta Moura da Fonte (OAB 20397/PE)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Neto (OAB 14403/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Mariana Denuzzo (OAB 253384/SP)
Mariane Vieira da Silva (OAB 6764/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus de Cerqueira Y Costa (OAB 14144/BA)
Matheus Lima Diniz (OAB 13747/AM)
Maurício Vitorino Solimões Neto (OAB 10513/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Melissa Souza Credie Borborema (OAB 3951/AM)
Mendelsson Costa Duarte (OAB 8319/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Paulo Alves da Silva Neto (OAB 12368/AM)
Paulo César Azevedo dos Santos (OAB 13278/AM)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Ranyelle Barbosa de Araújo (OAB 13177/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Renata Mendes Angelim (OAB 13279/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rigoney Saraiva Amorim (OAB 13582/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
RODRIGO DE OLIVEIRA SIMÕES (OAB 14774/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Ruan Cardoso Carolino (OAB 13281/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Suany Mendes Fonseca Rocha (OAB 12710/AM)
Taina rebeca arce da silva (OAB 14435/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Viviane Teixeira de Oliveira (OAB 13048/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 373659/SP)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0261/2019

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0605029-70.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, recebo o recurso inominado de fls. 221-226 nos efeitos devolutivo e suspensivo, consoante permissivo do art. 43 da Lei nº 9.099/95. Apesar de não ter sido avaliado o pedido de justiça gratuita anteriormente, conforme tem decidido a jurisprudência pátria, nada obsta a solicitação dos benefícios e/ou sua concessão neste momento processual. Assim, diante da declaração de hipossuficiência da parte autora e, não existindo nos autos elementos capazes de afastar a presunção de verdade atribuída à declaração por lei, defiro a gratuidade processual postulada. Sendo assim, recebo o recurso inominado de fls.229-247, nos efeitos suspensivo e devolutivo por vislumbrar a possibilidade de ocorrência de dano irreparável para a parte, com fundamento no dispositivo citado acima. Dessa feita, encaminho os autos à Secretaria para que sejam procedidas as anotações de praxe, bem como para que sejam intimadas as partes para, no prazo de dez dias, querendo, apresentar suas contrarrazões. Intime-se. Cumpra-se

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0605030-55.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, recebo o recurso inominado de fls. 258-262, nos efeitos devolutivo e suspensivo, consoante permissivo do art. 43 da Lei nº 9.099/95. Apesar de não ter sido avaliado o pedido de justiça gratuita anteriormente, conforme tem decidido a jurisprudência pátria, nada obsta a solicitação dos benefícios e/ou sua concessão neste momento processual. Assim, diante da declaração de hipossuficiência da parte autora e, não existindo nos autos elementos capazes de afastar a presunção de verdade atribuída à declaração por lei, defiro a gratuidade processual postulada. Sendo assim, recebo o recurso inominado de fls.265-273, nos efeitos suspensivo e devolutivo por vislumbrar a possibilidade de ocorrência de dano irreparável para a parte, com fundamento no dispositivo citado acima. Dessa feita, encaminho os autos à Secretaria para que sejam procedidas as anotações de praxe, bem como para que sejam intimadas as partes para, no prazo de dez dias, querendo, apresentar suas contrarrazões. Intime-se. Cumpra-se

Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL VANESSA OLIVEIRA DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0262/2019

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0602400-94.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Elizamary de Souza Nascimento - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por todas essas razões, julgo parcialmente provido os embargos à execução, no sentido considerar excesso de execução o percentual de 10% (dez por cento), penhorados a maior. Entretanto, considerando que o valor correto foi pago voluntariamente (fls. 235-237), determino, via de consequência, que seja expedido via alvará o valor pago ao exequente e desbloqueado o valor total penhorado via BACENJUD (fls. 209-216). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: MARLON SANTOS DE OLIVEIRA (OAB 10137/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0604093-45.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Marlon Santos de Oliveira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Forte nessas razões, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente os pedidos autorais para determinar que a ré passe a efetuar as cobranças mensais no valor de R$ 149,00 (cento e quarenta e nove reais). Improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar a demandada ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: RAFAEL CHAVES ALFAIA (OAB 8619/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM) - Processo 0605130-10.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antonio Nogueira de Lima - REQUERIDO: EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. e outro - Conciliação Data: 05/11/2019 Hora 11:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0605730-31.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Deusmar Machado dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo procedente a presente demanda para: 1 - declarar a nulidade e, consequentemente, o cancelamento dos descontos realizados sob rubrica “mora cred pess””; 2 - condenar a parte requerida ao pagamento de R$ 39.920,00 (trinta e nove mil e novecentos e vinte reais), à título de repetição de indébito, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), ambos a serem contados a partir do efetivo prejuízo do autor (data do primeiro desconto indevido); Deixo de condenar o demandado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95. P.R.I.C

ADV: ALMIR DA CRUZ BARROS (OAB 3660/AM) - Processo 0606152-06.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Execução Contratual - EXEQUENTE: Ponta Negra Locação de Veículos Eirele - Me - EXECUTADO: Rv Construções Ltda - ASSLITISC: Abgail Batista Mendes - Forte nesses fundamentos, com fulcro no art. 485, inciso IV do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, por não possuir a requerente capacidade para estar em juízo no âmbito dos Juizados Especiais.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0606628-83.2015.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, e considerando o bloqueio positivo no rosto dos autos, intime-se o executado para impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c o Enunciado nº 142 do FONAJE.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0606685-96.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aldemar Fernandes Praxedes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Relatório dispensado, nos termos do art. 38, caput, da Lei n° 9.099/95. Às fls. 162-164 as partes apresentam ao juízo acordo extrajudicial, o qual trazem para a devida homologação. Assim sendo, compulsando os autos, verifico que as partes são maiores e capazes, bem como lícito é o objeto do acordo por elas celebrado. Diante do exposto, homologo, por sentença, o acordo extrajudicial firmado pelos demandantes, às fls.162-164, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 57, da Lei n° 9.099/95. Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do mérito, sob o esteio do art. 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas, na forma do art. 55 da Lei n° 9.099/95. Arquivem-se os autos.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0607030-33.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: ANTENOR NEGRAO BATISTA - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: SARA RAFAELLA JORGE ARAÚJO (OAB 11776/AM) - Processo 0607061-48.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Rusiney dos Santos Miranda - REQUERIDO: Sky Brasil Serviços Ltda - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para apresentar qualquer daqueles documentos por meio eletrônico ou, na impossibilidade, comprovante de residência em nome de terceiro, com declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante, de que a parte autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, na forma do artigo 321, caput, e parágrafo único, do CPC.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0607090-98.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ediglesio Alves do Nascimento - Conciliação Data: 05/11/2019 Hora 11:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO PINHEIRO (OAB 6353/AM) - Processo 0607805-43.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Amilton Guedes Santana - Conciliação Data: 06/11/2019 Hora 09:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: ANTÔNIO DE SOUZA FILHO (OAB 8123/AM) - Processo 0607825-34.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Clivian Batista da Silva - Conciliação Data: 06/11/2019 Hora 09:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: HILDA MARIA FIGUEIREDO MANDATO (OAB 5350/AM) - Processo 0607831-41.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Irene de Oliveira Matos - Forte nos argumentos acima expendidos, indefiro o pedido de liminar manejado pela suplicante. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HILDA MARIA FIGUEIREDO MANDATO (OAB 5350/AM) - Processo 0607831-41.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Irene de Oliveira Matos - UNA - Conciliação, Instrução e Julgamento Data: 29/10/2019 Hora 11:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0607850-47.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Claudionor Braga da Silva - Conciliação Data: 06/11/2019 Hora 09:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0607853-02.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - EXEQUENTE: Jerusa Lima da Silva - Conciliação Data: 05/11/2019 Hora 11:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0607859-09.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Roseane Brandão da Costa - Conciliação Data: 05/11/2019 Hora 11:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607866-98.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Tatiane Santos de Oliveira - Diante do exposto, forte nos argumentos acima expendidos, indefiro o pedido de liminar articulado na inicial. Intimem-se e cumpra-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607866-98.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Tatiane Santos de Oliveira - Conciliação Data: 06/11/2019 Hora 10:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607869-53.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Luzia Ramos dos Reis - Conciliação Data: 06/11/2019 Hora 08:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0607925-86.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Gerusa Lima da Silva - Conciliação Data: 06/11/2019 Hora 10:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0607934-48.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Dainielle Lameira da Silva - Conciliação Data: 06/11/2019 Hora 10:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0613556-79.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, e considerando o bloqueio positivo no rosto dos autos, intime-se o executado para impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c o Enunciado nº 142 do FONAJE.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0613996-75.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Amilton Pinto Seabra - REQUERIDO: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Almir da Cruz Barros (OAB 3660/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio de Souza Filho (OAB 8123/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hilda Maria Figueiredo Mandato (OAB 5350/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Antônio do Nascimento Pinheiro (OAB 6353/AM)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Marlon Santos de Oliveira (OAB 10137/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Chaves Alfaia (OAB 8619/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Sara Rafaella Jorge Araújo (OAB 11776/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO CÉSAR OLINTHO DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GIZELE CRUZ FERREIRA ALFAIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0233/2019

ADV: EDUARDO GOMES ARAÚJO CASTRO (OAB 8567/AM) - Processo 0201468-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Vilma Canavarro Paschoalino e outro - A batida na parte traseira do veículo autoral atrai a presunção de culpa do motorista que o atingiu. Mas essa é uma presunção relativa e admite prova em contrário. Dessa maneira, e para evitar alegações de nulidade, paute-se AIJ, cabendo às partes trazerem até o máximo de 3 testemunhas, querendo e independentemente de intimação judicial.

ADV: GEORGETE DE CASTRO DUARTE (OAB 9249/AM) - Processo 0201633-39.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimunda Fausta Silva dos Santos - Itelvina Gomes da Silva - De ordem, esta Secretaria INTIMA a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis a fim de satisfazer a execução, sob pena de extinção do valor restante e emissão de certidão de dívida. Quanto ao valor parcial bloqueado, intime-se o executado para apresentar embargos, no prazo de 15 dias. Após, os autos deverão ser conclusos ao magistrado.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0201876-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0201904-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - CONCLUSÃO: Forte nesses argumentos, Rejeito a preliminar e, no mérito, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEL o débito apurado pela Ré sobre os meses de setembro/2018 a junho/2019 (fls. 8), nos termos do art. 323/CPC, com as suas respectivas correções, devendo a ré proceder ao refaturamento dos meses em questão - setembro/2018 a junho/2019, para aplicar a média de consumo faturado com base nos 6 meses anteriores a setembro/2018, de 30 KwH e com vencimento para 30 dias após a expedição da fatura - que deverá ser enviada á residência do Autor, providência mais próxima da realidade da época da constituição do débito e de consumo do requerente, a fim de evitar, de sua parte, locupletamento indevido; 2) DETERMINO, com espeque no art. 537 do CPC, à Ré, que se abstenha de emitir faturas em valor superior à média encontrada nos 6 meses anteriores a setembro/2018, enquanto não instalar novo medidor, e comprovar a leitura pelo mesmo, sob pena de multa de R$ 500,00 por cobrança indevida, até o limite da alçada. Por fim, deve abster-se de proceder ao corte da energia elétrica, na unidade consumidora em questão, pelos débitos mencionados, sob pena de multa una, de R$ 1.500,00, pelo corte, sem prejuízo de majoração e execução; 3) CONDENO a requerida ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescida de juros legais, desde a citação, e e correção monetária oficial desde a fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ANDREZA ARAÚJO ALBUQUERQUE (OAB 10911/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0203846-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Emidia Dalila Sena Franco - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo

ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM), ADV: ALINE NOVAIS CONRADO DOS SANTOS (OAB 415428/SP), ADV: GABRIEL DA CRUZ LAURIA (OAB 11778/AM) - Processo 0600262-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Fernanda Batista de Oliveira - REQUERIDO: Instituto Metropolitano de Ensino Ltda. - Ime - Cobrafix - Cobranças Extrajudiciais Ltda - De ordem, considerando o pedido de cumprimento de sentença, intimo o requerido para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0600290-69.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Jofarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda Epp - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0600435-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Ineuda Maria da Silva Dias - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0600502-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria Oneide Duarte Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: PAULA PRADA FURQUIM DE CAMPOS (OAB 131634/SP), ADV: NATÁLIA CIRILO DA SILVA ROQUE (OAB 266399/SP), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0600834-33.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Corretagem - REQUERENTE: RAPHAEL MARCOS MIRANDA DOS SANTOS - REQUERIDO: CAPITAL ROSSI EMPREENDIMENTOS S.A - Sem provas de que a Realty XXVIII integra o grupo econômico da devedora, indefiro o pedido de fl. 272. Concedo ao exequente um derradeiro prazo de dez dias para requerimentos, sob pena de extinção e emissão de certidão de dívida. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM) - Processo 0601341-86.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Fabio Tomio Nakazaki - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0601628-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Roger Matheus Santiago Oliveira - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos penhorados ou realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM), ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0601732-75.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: LIDIANE AVELINO ALBUQUERQUE - REQUERIDO: LUCAS DE MENEZES MAIA - INTSSADO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A e outros - Diante da petição antecedente, intime-se o devedor para cumprimento da fl. 468, 2º parágrafo, no endereço existente nos autos e, se lá não encontrado, no(s) eventualmente localizado(s) no Infojud, Siel e Bacenjud.

ADV: FELIPE PEREIRA JUCÁ (OAB 7532/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0601766-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eutalia Nascimento Pereira - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: KENNIO SOUZA AZEVEDO (OAB 10487/AM) - Processo 0602004-98.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - RECLAMANTE: Kenya Konasugawa Epp - RECLAMADO: Raimundo Dantas dos Santos (Cemetra-centro Medico do Trabalho) - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: JORGE ANDERSON PEREIRA BORGES (OAB 6400/AM), ADV: MANOEL FERREIRA BORGES (OAB 3315/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM) - Processo 0602061-58.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencia Ponta Negra II - REQUERIDO: FIRMA Participações Empresariais Ltda. - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: OCIMAR ROMMEL SOUZA CARDOSO (OAB 12323/AM), ADV: RODRIGO DA SILVA COSTA (OAB 5386/AM), ADV: LEONARDO AUGUSTO NEVES DA COSTA (OAB 8147/AM) - Processo 0602163-12.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: MICHELE

NUNES DA SILVA PESSOA - REQUERIDO: LEGITIMA SERVIÇOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA - Reitere-se o ofício uma segunda vez, concedendo-lhe um prazo para resposta de 20 dias, sob a advertência de comunicação à CGJ caso o silêncio persista. Concomitantemente a isso, oficie-se ao Juiz Coordenador da Central de Mandados, noticiando a demora excessiva no cumprimento do mandado enviado e o ensurdecedor silêncio da Central, o que tem prejudicado o regular andamento do feito. Envie-se-lhe cópia das fls. 148/152.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0602261-60.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERIDO: Vito Dottor e outro - Sobre a impugnação de fls. 219/239 e repetida nas fls. 240/258, intime-se a credora para manifestação em cinco dias, diante da possível penhora em valores alimentares. Deve também se pronunciar sobre a contraproposta do devedor de quitação mediante pagamentos mensais de R$ 500,00. Após, conclusos para decisão.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602309-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A e outro - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar sobre os documentos de fls. 125/126, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo.

ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0602987-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Helena da Silva e Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ALINE VASCONCELOS PARANAIBA (OAB 166050MG), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM) - Processo 0603022-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raquel da Silva Rodrigues - REQUERIDO: Banco Triângulo S.a - De ordem, tendo a parte requerente/exequente pedido o cumprimento de sentença, intime-se a parte requerida/executada para, no prazo de 15 (quinze) dias cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0603171-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ghehane Gama Alburquerque - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0603290-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, intime-se a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0603343-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Andreza da Silva Pimentel - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, condirando o pedido de cumprimento de sentença, intimo o devedor para, no prazo de (15) quinze dias cumprir voluntariamente o julgado.

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM) - Processo 0603429-29.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ceproeducar Ltda - Me - De ordem, considerando que o Juízo deprecado informou que o endereço da carta de citação e penhora (fls. 79) não pertence ao Município de Rio Preto da Eva, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.

ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603444-32.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Maria Luiza Vieira Ferreira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM), ADV: LUCAS RODRIGUES LUCAS (OAB 9493/AM), ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM) - Processo 0603562-71.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Brisas do Parque Residencial Clube - REQUERIDO: Romulo Nepomuceno dos Santos - De ordem, fica intimada a parte Executada para se manifestar sobre o documento juntado às fls. 155 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM), ADV: LUCAS RODRIGUES LUCAS (OAB 9493/AM), ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0603562-71.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Brisas do Parque Residencial Clube - REQUERIDO: Romulo Nepomuceno dos Santos - Intime-se o devedor para se manifestar sobre as fls. 155 e 157/159, no prazo já assinalado no ato ordinatório de fl. 156. Após, conclusos.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0603629-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Pinheiro e Pinheiro Comércio de Materiais para Pintura Ltda - De ordem, esta Secretaria INTIMA a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis a fim de satisfazer a execução, sob pena de extinção do valor restante e emissão de certidão de dívida. Quanto ao valor parcial bloqueado, aguarde-se o prazo em cartório para o réu revel sem patrono apresentar embargos, no prazo de 15 dias. Após, os autos deverão ser conclusos ao magistrado.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: TAMIRES CRUZ DO AMARAL (OAB 9282/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0603845-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Odines Oliveira de Araújo - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias para cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia

certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação.

ADV: LUÍS CLÁUDIO GAMA BARRA (OAB 3492/AM), ADV: JANAÍNA MENDONÇA DE MORAES (OAB 8070/AM), ADV: DARLANY DANTAS GABRIEL (OAB 2193/AM), ADV: MAURIANE BEZERRA TEIXEIRA (OAB 10009/AM) - Processo 0603942-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Bellini - REQUERIDA: Daniella Dantas Gabriel Barra - As folhas jamais estavam bloqueadas pelo Juízo, mostrando-se a notícia veiculada nas fls. 105/106 uma novidade discrepante. Já adianto que: - a fl. 94 é o cálculo judicial que totalizou R$ 42.059,74, em 16/7/2019; - as fls. 95/98 são o protocolo e o resultado do Bacenjud, o qual retornou infrutífero; e - a certidão do Infojud retornou apenas com a declaração de que a devedora é titular da empresa DD Recreação Infantil LTDA-ME, CNPJ 09.656.884/0001-01, além do imóvel onde reside. Assim, diante das informações que lanço neste despacho, concedo o prazo de 10 dias ao exequente para manifestação.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0605530-10.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mailson de Jesus de Carvalho Furtado - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0605594-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Armindo Bezerra de Lima - Maria Dinair Valente de Lima - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: JOSÉ FERNANDES NETO (OAB 8257/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0605608-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Mirella Ramos Passos Vitorio - RECLAMADO: Amil - Assistência Médica Internacional S.a. - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 1.802,25 (Um mil, oitocentos e dois reais e vinte e cinco centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 1.982,48 (Um mil, novecentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0605912-03.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Antonio Luiz de Freitas Pauxis - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0606095-08.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Tania Oliveira da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, nos termos do art. 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Libere-se a constrição realizada via renajud (fls. 201). Arquivem-se e dê-se baixa na distribuição. Isento de custas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.009/95.

ADV: CÉLIO ORLANDO PAPES DE OLIVEIRA (OAB 9078/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM) - Processo 0606551-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Thayanne da Silva Anjos - REQUERIDO: Saraiva e Siciliano S.a. - Por tal razão, como as causas de pedir são distintas, ACOLHO OS EMBARGOS para corrigir o erro material apontado, de modo que na sentença de fls. 65/67, o dano moral tenha como fundamento, além do declinado ali, o contido no 2º e 3º parágrafos acima, mantida a sentença em seus ulteriores termos. Prejudicado o pedido de multa do art. 1.026, § 2º, do CPC, pois acolhidos os aclaratórios. P.R.I.C. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: ANDREZA MESQUITA BASTOS PONTES (OAB 8511/AM) - Processo 0606804-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Erica dos Santos Vieira - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor). Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0607237-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paulo Roberto Ferreira Bier - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, considerando ao valor depositado pelo(s) requerido(s), expeça-se alvará e, após, INTIME-SE o credor, no prazo de 15 (quinze) dias, para manifestação quanto ao possível saldo remanescente. No silêncio, arquivem-se os autos, com baixa definitiva.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: FRANCISCO RICARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 12493/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607312-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Valérius Seixas Elvas - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM) - Processo 0607740-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Haroldo Bandeira da Silva - De acordo com o Renajud, há restrições pré-existentes na moto (fl. 51), o que normalmente se constitui em alienação fiduciária e, nesse caso, há o impedimento de penhora do veículo em si, mas somente dos direitos do devedor sobre ele, nos termos do Decreto-

lei 911/1969. Assim, à Secretaria para verificar qual a espécie de restrição já existente no veículo e, após, intimar o credor para dizer se persiste interesse em penhorar. Caso haja alienação fiduciária, deve o exequente, desde logo, informar o credor fiduciário, o qual deverá ser intimado do pedido e de eventual decisão, já que a propriedade do bem é dele. Prazo: 15 dias. O silêncio representará desistência do pleito feito na fl. 55.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM) - Processo 0607740-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Haroldo Bandeira da Silva - O exequente não indicou o credor fiduciário do bem informado à fl. 57, exigência do art. 799, I do CPC, conforme já determinado à fl. 56. Indefiro, pois, o pedido de fls. 60/61. Ao credor para, em 10 (dez) dias, requerer o que for de direito, sob pena de extinção da execução. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0607794-97.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e intimo o Requerido para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM), ADV: ANTONIO JORGE LOUREIRO (OAB 12470/AM) - Processo 0607796-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Janyne Luana Nato da Silva - REQUERIDO: Ime - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda - FAMETRO - De ordem, considerando ao valor depositado pelo(s) requerido(s), expeça-se alvará e, após, INTIME-SE o credor, no prazo de 15 (quinze) dias, para manifestação quanto ao possível saldo remanescente. No silêncio, arquivem-se os autos, com baixa definitiva.

ADV: BRENDA ARIANA CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 9959/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0607814-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Paulo Cesar de Moura - REQUERIDO: Pneu Forte Ltda - De ordem, intime-se o credor para, no prazo de 05 dias manifestar-se quanto à petição de fls. 63/64.

ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: THAYLA GALATE GOMES (OAB 7954/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0608121-71.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Meire Ailde Ferreira da Costa - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - Vivere Spazio Eireli-epp - Por estes fundamentos, não apontado quaisquer dos vícios constantes do art. 48 da Lei 9.099/95, NÃO CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos nas fls. 154/159, consoante fundamentação supra. Improcedente o pedido de condenação da embargante na multa do art. 1.026, § 2º, do CPC, porque não vislumbrada intenção manifestamente protelatória. P. R. I. C. Manaus, 03 de setembro de 2019

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM) - Processo 0608374-59.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Zanair Soares Vasconcelos - Indefiro o pedido de consulta ao Bacenjud, pois este já foi realizado e não encontrou valores (fls. 26/27). Por outro lado, determino que o executado indique bens à penhora, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de ato atentatório à dignidade da justiça (art. 774, V do CPC). À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FRANCISCO RICARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 12493/AM) - Processo 0608672-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Zeneide Souza de Andrade - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0608735-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Leonardo Alvarenga Viana - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos penhorados ou realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0608765-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jamile Pereira Mecenas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em decisão proferida nos autos do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei n.º 0000511-49.2018.8.04.9000, determinou-se a suspensão de todos os feitos que versem sobre as seguintes questões jurídicas, que serão objeto de uniformização: - se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada “cesta básica de serviços”, “cesta fácil” ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta-corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium); - a ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos da pessoa do correntista; e - ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos. Considerando que a causa resta abrangida pelo tema, e que, embora o pedido de uniformização haja sido julgado, está em fase de recurso após julgamento de embargos de declaração, determino a suspensão da presente ação até que se ultime o julgamento do incidente acima transcrito. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0608983-42.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HERMESON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 8245/AM) - Processo 0609079-20.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Clemerson de Sales - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HILDA MARIA FIGUEIREDO MANDATO (OAB 5350/AM) - Processo 0609217-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sonia Maria Figueiredo de Brito - Defiro o pedido de fl. 131. Faça-o sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0609762-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empreitada - REQUERENTE: Jucileide Bezerra de Oliveira - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls. 124/125, para que produza seus

jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MARILENE BALBI DE ALBUQUERQUE (OAB 12492/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ROBERTO AMARAL ARRUDA FILHO (OAB 10034/AM) - Processo 0609793-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Agostinho dos Santos Carvalho - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0609834-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raimundo José da Silva Fernandes - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 10:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: LUIS EDUARDO PEREIRA SANCHES (OAB 6272ATO), ADV: FABIOLA REIS DOS REIS (OAB 12103/AM) - Processo 0609875-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Alamir Nascimento de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Icatu Seguros S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls. 218/220, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. HOMOLOGO, por sentença, o pedido de exclusão do réu Banco Bradesco S/A da lide, não figurando mais no polo passivo da lide. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: WESLEY OLIVEIRA DO CARMO ALBUQUERQUE (OAB 330584/SP), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE NETO (OAB 14403/AM) - Processo 0609952-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - RECLAMANTE: Ezra Ben Zion Manoa - RECLAMADO: Compagnie Nationale Royalair Maroc - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 54-55, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ORANDLE REDMAN AMBROSIO (OAB 10646/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: INGRID JULIANA DA SILVA BALBI (OAB 12798/AM) - Processo 0610002-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ronaldo Vieira de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outros - De ordem, intime-se o devedor para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado. Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e considerando solicitação do interessado (fls. 100), proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: DÉBORA SALGUEIRO DE MENEZES (OAB 12200/AM) - Processo 0611058-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio do Edificio Michelangelo - De ordem, fica designado o dia 31/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GEORGE OLIVEIRA REIS (OAB 9566/AM), ADV: MAÍSA MORAIS DA SILVA (OAB 8055/AM), ADV: EDUARDO KARAM SANTOS DE MORAES (OAB 9385/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM) - Processo 0611366-61.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: George Oliveira Reis - REQUERIDA: Cileide Moussalem Rodrigues - LITSPASSIV: Google Brasil Internet Ltda - As limitação de 20% prevista na norma processual civil referem-se estritamente aos honorários de sucumbência, que não se confundem com aqueles ajustados no contrato entre a parte e seu patrono. Dito isso, o contrato de fls. 338/341 é claro quanto à porcentagem dos honorários contratuais (30%). Se a parte se sente lesada e contesta a validade do instrumento contratual, cabe a ela, em processo de conhecimento próprio, perseguir o que for de direito. Isto posto e considerando que os antigos casídicos foram destituídos sem o recebimento integral dos honorários, expeça-se alvará em nome dos antigos patronos (fl. 17), referente aos pagamentos de fls. 316/328. Eventual saldo remanescente deve ser repassado ao autor/exequente. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0611914-23.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ageu da Silva Lima - De ordem,intimo o DEVEDOR para, no prazode (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado.

ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM) - Processo 0611926-32.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: F.D.C.N. - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 10:40h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0612007-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Unique - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM), ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0612041-87.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Ingrid Bringel Lichterfeld - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - O referido incidente de uniformização ainda não transitou em julgado, razão pela qual indefiro o pedido de fls. 93/94. Mantenha-se o processo suspenso. Intime-se.

ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM) - Processo 0612078-80.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Michelle de Souza Maia - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 10:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0612286-98.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Glau Gomes de Moraes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/

MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0612474-91.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcos Paulo do Amaral - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos penhorados ou realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA) - Processo 0613469-41.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Elizabeth Nunes da Fonseca - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, tendo a parte requerente/exequente pedido o cumprimento de sentença, intime-se a parte requerida/executada para, no prazo de 15 (quinze) dias cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: LUIS EDUARDO DOS SANTOS VALOIS COÊLHO (OAB 1975/AM) - Processo 0613545-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Centro Educacional Nossa Senhora de Fátima - Apesar de não ter comparecido à audiência, o autor foi intimado a se manifestar sobre a não-localização do réu, cujo prazo somente expira em 4/9/2019 (fl. 33). Logo, pode ter concluído, de forma plausível, que a audiência já estava retirada de pauta. Portanto, até por boa-fé deste Juízo, não hei de extinguir o feito com fulcro no art. 51, I, da Lei 9.099/95. Aguarde-se, então, o prazo encerrar, com ou sem manifestação, vindo-me conclusos os autos em seguida.

ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM) - Processo 0613729-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Luiz Augusto Ervolino - De ordem, considerando o pedido de cumprimento de sentença, intime o Devedor para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação.

ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM), ADV: ALINE SILVA DE ARAUJO NUNES (OAB 32855/PE) - Processo 0613817-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Lúcia Broetto - REQUERIDO: Nannai Resort & Spa - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, no efeito devolutivo e suspensivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0613882-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0613954-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dolci Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: PAULO CEZAR SANTOS (OAB 4488/AM), ADV: PAULO VICTOR BIANCO CRESPO (OAB 8418/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0614242-86.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERIDO: Jose Raimundo Crespo Rattes - De ordem, considerando que até o momento não houve a devolução e respectivo cumprimento do mandado judicial de fls. 158, expeça-se nova ordem judicial.

ADV: SARA AVELINO DE ALMEIDA (OAB 413320/SP), ADV: ALDACY RÉGIS DE SOUSA MELO (OAB 4752/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0614244-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cristian Edigelson Batista Lima Junior - REQUERIDO: Darvi Aliança Oficial - ASSLITISC: Mercadopago.com Representacoes Ltda - De ordem, considerando a solicitação do interessado intime-se o Requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado. Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0614248-25.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: M.a.rodrigues Educação Ltda-me (Centro Educacional Excelente) - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAYSSA CRISTINA DA SILVA VALENTIM (OAB 10784/AM) - Processo 0614491-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Rayssa Cristina da Silva Valentim - Almino Flávio Aleixo Junior - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, no efeito devolutivo e suspensivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM) - Processo 0614640-62.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Berlane Mlo de Souza - DESPACHO Atenda-se o pedido de fls. 77/80. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0615137-76.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do artigo 51, I, da Lei 9.099/95, c/c Enunciado 141, do FONAJE, e consoante fundamentação supra. Em conseqüência, CONDENO a parte Autora ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: NATHALIE HELENA CANTO COELHO (OAB 9418/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: ROSANA SOARES DIAS (OAB 283234/SP) - Processo 0615196-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Jamilly Gomçalves Zacarias - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que o recorrente

deixou de recolher o preparo judicial exigido à admissibilidade do recurso inominado de fls. 64/74, conforme determina o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015 c/c o art. 42, §1.º, da Lei 9.099/95,. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade, denego seguimento, por deserção, ao recurso inominado. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: NATHALIE HELENA CANTO COELHO (OAB 9418/AM), ADV: ROSANA SOARES DIAS (OAB 283234/SP) - Processo 0615196-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Jamilly Gomçalves Zacarias - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: FILIPE REIS FAIA (OAB 14524/AM) - Processo 0615306-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Paulo de Lima e Silva Junior - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, no efeito devolutivo e suspensivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0615431-31.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Laranjeiras Village - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 10:40h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BIANCA MEDRADO DE CARVALHO (OAB 8775/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0615679-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Gonçalo de Souza Farias - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos penhorados ou realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANA BÁRBARA MARTINS BACELAR (OAB 11404/AM), ADV: MILENA PINHEIRO DE LIMA (OAB 11678/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: EWERTON CARNEIRO DA SILVA (OAB 11062/AM), ADV: ROBERTO CAMARGO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 12561/AM) - Processo 0615772-28.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Eudes Moreira de Souza - REQUERIDO: Am Card Administradora de Cartões S/c Ltda - Com razão a parte na fl. 163. Os cálculos de fl. 134 não contabilizaram os honorários. Logo, ao Setor de Cálculos para sua inclusão, considerando o valor da condenação atualizada, com exclusão de multas porque o devedor não fora intimado a pagá-los ainda. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: ISABELLA PEREIRA QUEIROZ (OAB 14552/AM) - Processo 0615822-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Hildene Mendes Bittencourt - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, nos efeitos suspensivo e devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Contrarrazões apresentadas no prazo legal. Remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CAMILA CEOLIN LIMA (OAB 152308/MG), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG) - Processo 0615949-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Hadley Felix Carvalho Moreira - REQUERIDO: Localiza Rent A Car Sa - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos penhorados ou realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0615999-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Ivanilson Pessoa - Não foi requerido nada que a distância impeça de ser enviado pela parte ao seu patrono. Documentos podem ser obtidos pela internet, se não pelo interessado, por seus familiares, caso sua condição de saúde, alegada na fl. 171, seja extrema (algo não provado, por ora). Dessa maneira, concedo-lhe um último prazo de 3 dias para cumprimento da fl. 165. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0616066-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Thayanie Patrícia Moreira da Silva - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0616158-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lady de Oliveira Menezes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intime-se o devedor para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ANANIAS GOMES DE SOUZA (OAB 9772/AM) - Processo 0616176-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liminar - REQUERENTE: Iolanda Tapajós Rego - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em consequência CONDENO a Autora ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Concedo-lhe, contudo, a gratuidade de justiça. REVOGO a liminar deferida nas fls. 39/40. Arquivem-se os autos. Manaus, 03 de setembro de 2019

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 20335/PE) - Processo 0616261-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0616592-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Edvânia Santos do Carmo - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos penhorados ou realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0616654-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - RECLAMANTE: Marcelle Lorena de Souza Ferreira - REQUERIDO: Banco Bradesco Cartões S/A - C&A Modas Ltda. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, no efeito suspensivo e devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedidos os benefícios da justiça gratuita já em sentença. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0616777-51.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Emanuel Luís Lopes Montenegro - REQUERIDO: Jpa Comércio de Móveis Eireli - O H Comercio Ltda -me - Intime-se o exequente para, em 10 (dez) dias, requerer o que for de direito, sob pena de extinção da execução. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: THAIS FERREIRA (OAB 13389/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: ANDERSON CORREA PEREIRA (OAB 10048/AM) - Processo 0616841-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Joseane Barbosa Barroso - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, no efeito suspensivo e devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM) - Processo 0616958-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Piauí - E.m 4ª Etapa - DEFIRO o pedido de pesquisa do endereço do Requerido no SIEL e no Bacenjud. O Infojud retornou, nesta data, com o mesmo endereço da vestibular. Após a pesquisa, se encontrados novos endereços, paute-se audiência de conciliação e a devida citação por Carta. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0617053-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Torres de Andaluzia - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 45/49 para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do NCPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0617066-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio View Club e Home - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0617079-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Princelhe de Carvalho Feitosa - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo e suspensivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0617082-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Nogueira da Silva - REQUERIDO: Banco Pan S/A - CONCEDO o prazo de 24h requerido no termo de audiência de fls. anteriores. Após, ao réu para ciência e eventual manifestação no mesmo prazo. Ao final, sentença. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0617131-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Paulo Rogerio Veiga - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Ante o exposto, REJEITO as preliminares arguidas e, no mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, com fundamento no art. 487, I, do CPC, e, consoante fundamentação supra, termos em que CONDENO SOLIDARIAMENTE os réus ao pagamento de indenização por danos morais, no montante de R$ 3.000,00 (três mil reais), com correção monetária (INPC) a partir desta data (Súmula 362 do STJ) e juros legais desde a data do desconto (28/08/2017). Em sede de Juizado Especial Cível, em 1º grau de jurisdição, não há condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P. R. I. C.

ADV: LUCAS RODRIGUES LUCAS (OAB 9493/AM), ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM) - Processo 0617312-43.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Brisas do Parque Residencial Clube - Marlon Patrick de Brito - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 109/110 para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Libere-se o valor bloqueado até o montante de R$ 9.805,96, devidamente atualizado, ao credor; o restante eventualmente penhorado seja devolvido ao devedor. Determino à Secretaria que dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do NCPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: RAQUEL TINÔCO NÉIA (OAB 10222/AM) - Processo 0617347-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Silvia Aparecida da Silva - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: DAVIDSON REIS DA SILVA (OAB 8228/AM) - Processo 0617352-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Luis Machado Crespo - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Diante da informação de que o valor contestado já fora estornado (fl. 16), baixo os autos em diligência e determino que o autor, em 5 (cinco) dias, apresenta o extrato do seu cartão de crédito, desde a data do evento até o presente momento, com fulcro no art. 370 do CPC. Após, façam-se os autos conclusos.

ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM), ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0617438-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial

Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alan Johnny Feitosa da Fonseca - REQUERIDA: Maria Edilena dos Santos Silva e outro - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos autorais, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, consoante fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ANTÔNIO ARY FRANCO CÉSAR (OAB 123514/SP), ADV: PATRÍCIA DE CASTRO LOPES (OAB 7971/AM), ADV: ALESSANDRA DE ALMEIDA FIGUEIREDO (OAB 237754/SP), ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP) - Processo 0617449-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Denylthon Souza Pontes Brandão - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Assurant Seguradora S/A - Consul - Whirlpool Corporation - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, ACOLHO a PRELIMINAR arguida pelo requerido CARREFOUR, para excluí-lo da lide. REJEITO as demais preliminares arguidas pelos requeridos e, no mérito, CONDENO SOLIDARIAMENTE os requeridos ao pagamento de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de indenização por dano moral, com juros legais desde a 28/06/2019 e correção monetária (INPC) desde o arbitramento, consoante fundamentação supra. Improcedente os demais pedidos. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: FREDERICO OLIVEIRA ALBUQUERQUE (OAB 9146/AM) - Processo 0617618-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - RECLAMANTE: Mauro José de Miranda e Silva - É de louvar o zelo do autor expresso na petição de fl. 25. Contudo, em sede de juizados especiais, a citação feita por carta no endereço do réu, mesmo que recebida por terceiro, desde que devidamente identificado o recebedor, é válida (Enunciado 5 - FONAJE), que é o caso dos autos. Numa análise neste momento, vejo que o AR respeita as exigências legais. Assim, indefiro o pedido de fl. 25. Aguarde-se a audiência designada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: FREDERICO OLIVEIRA ALBUQUERQUE (OAB 9146/AM) - Processo 0617618-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - RECLAMANTE: Mauro José de Miranda e Silva - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls. 27/28, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: FRANK JÚNIOR MENEZES DO NASCIMENTO FILHO (OAB 13805/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0617715-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ivan da Silva Corrêa - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls.64/65, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: THAÍS CAROLINE PIRES DE FIGUEIREDO (OAB 8295/AM) - Processo 0617739-74.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Garcilazio Gonzaga de Figueiredo - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - De ordem, considerando o pedido de cumprimento de sentença, intimo o requerido para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0617821-71.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - O exequente não foi intimado da audiência. A fim de resguardar o contraditório, intime-se-lhe, portanto, para se manifestar sobre a defesa lançada em audiência pelo devedor, que ora recebo como exceção de pré-executividade, que independe de garantia do Juízo. Prazo: 10 dias. Informo que, segundo o próprio contrato de fl. 7, o executado realmente teria menos de 18 anos à época da contratação. Deve, ainda, naquele prazo, requerer o que entender cabível, ciente de que não se encontrou lastro patrimonial algum, o que acarreta na extinção do processo, nos termos do art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95. Após, decisão.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0617870-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Julio Cassemiro da Silva - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos autorais, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, consoante fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: LAURA OLIVEIRA DE SOUZA RIBEIRO (OAB A1086/AM), ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM) - Processo 0617925-97.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Parque Solimões - CHAMO o feito à ordem. Primeiro, para revogar a decisão de fl. 71 quanto à penhora do imóvel indicado pelo credor e isso porque o bem está hipotecado para a CAIXA, empresa pública federal, o que, em caso de leilão, certamente atrairia o sue interesse e, com isso, a competência da justiça federal. Logo, antevendo essa quaestio, indefiro o pedido de penhora do imóvel indicado nas fls. 62/65. E, segundo, para esclarecer que os mandados a serem expedidos nos endereços localizados da executada é para citação, penhora do que houver, desde que penhorável, e avaliação. Intime-se, desta decisão, o condomínio.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM) - Processo 0618054-39.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antônio Ferreira Marinho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Antes de apreciar o pedido de conversão da obrigação de fazer em perdas e danos, intime-se o executado para manifestar-se sobre a petição de fls. 201/206, no prazo de 10 (dez) dias, em especial sobre a impossibilidade de conceder crédito em decorrência da supressão da matrícula. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JAILENE CASTELO BESSA (OAB 6865/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0618540-87.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Nilceli Maria Bacelar de Oliveira - REQUERIDO: Capital Rossi Empreendimentos S/A - BACEIRO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNO RODRIGO VALE PALHETA (OAB 7932/AM), ADV: ROBERTO DIAS VILLAS BÔAS FILHO (OAB 414982/SP) - Processo 0618874-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Karem Lúcia Corrêa da Silva Rattmann - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 37-39, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: DANIEL CIDRÃO FROTA (OAB 19976/CE), ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0619018-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - Assupero - Há circunstâncias descritas na inicial que dependem de prova oral. Assim, defiro o pedido de AIJ, devendo as partes trazerem até o máximo de 3 testemunhas. Quanto ao alegado pela autora de que fora ofendida em ambiente fechado por funcionária da ré, não inverto o ônus da prova, pois imporia à ré o dever de provar fato negativo, o que configuraria prova diabólica, o que é vedado pelo art. 373, § 2º, CPC. Porém, quanto aos demais termos da inicial, inverto o onus probandi por entender que o fornecedor detém todas a facilidade e formas de provar os fatos, já que é a dona do prédio e depositária das informações e documentos correlatos.

ADV: DANIEL CIDRÃO FROTA (OAB 19976/CE), ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0619018-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - Assupero - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0619637-25.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Jofarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda Epp - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0619699-31.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Bragas Comércio de Mármores e Granitos Eireli Epp - De ordem, fica designado o dia 01/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA) - Processo 0620378-02.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, intime-se a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP) - Processo 0620561-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vera Lucia Gallio - REQUERIDO: Banco Santander S.a. e outro - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM), ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM) - Processo -

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: JONATHAS DA SILVA SOARES (OAB 14335/AM) - Processo 0620705-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Ajuricaba - REQUERIDO: Francisco José Dias - Forte em tais razões, reconheço de ofício a incompetência deste juízo para processar o feito e, por tal razão, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem apreciação do mérito, com fundamento no artigo 485, IV, do CPC; e Enunciado 9-FONAJE. Em sede de Juizado Especial Cível, em 1º grau de jurisdição, não há condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). Após, preclusa a via recursal e não havendo requerimento, dê-se baixa nos registros cartorários e arquivem-se os autos, observadas as formalidades de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0620900-58.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Da análise do pedido de fls. 33-34, observa-se que foi juntada cópia assinada de páginas desencontradas, com a suposta assinatura da Ré. Contudo, não há documento de identidade desta, ou reconhecimento de firma, que permita aferir que, de fato, a Ré anuiu com o acordo proposto, eis que sequer consta sua assinatura ou rubrica nas demais páginas. Converto, pois, o julgamento em diligência para determinar à Ré que corrija as irregularidades apontadas, juntando termo de acordo devidamente assinado, com reconhecimento de firma da ré ou juntada de cópia de seu documento de identidade, e ainda, rubricado, na ordem certa das páginas. Prazo: 10 dias. Cumpridas as diligências, ou decorrido o prazo, sem cumprimento, retornem os autos conclusos para sentença. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0621250-80.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Cebach - Centro Educacional Batista da Chapada - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA FRAZÃO (OAB 5701/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0621341-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Franciana Lopes da Mota - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM) - Processo 0621537-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eduardo Vila Beneyto - REQUERIDO: Vivo S/A - De ordem, considerando o pedido de cumprimento de sentença, intimo o Requerido para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado.

ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM) - Processo 0621708-63.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Vinicios Lima Ferreira Dias - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 11:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JEVERSON GONCALVES FRANCA (OAB A904/AM) - Processo 0621735-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Kelli Cristina Bandeira Gomes - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: CARLOS CARIOCA DA COSTA FILHO (OAB 14349/AM) - Processo 0621819-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Madalena Correa da Costa - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0622572-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Ivanilson Pessoa - De ordem, fica designado o

dia 04/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0622782-55.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Tabernaculo - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) a certidão da Junta Comercial atualizada (do ano corrente), de forma a comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte.

ADV: EUSENEIDE ALVES DE SOUSA (OAB 12853/AM) - Processo 0623327-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Roque Eduardo Macena Ferreira - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623403-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Euzarina de Sousa da Costa - O pedido de tutela provisória formulado pelo requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fls. 18-30 os descontos impugnados são realizados desde o ano de 2015, sem manifestação da requerente, até o ajuizamento da ação, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pelo Autor, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 4 anos o desconto é realizado, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 18/10/2019 às 10:00h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: DEJANNE RAQUEL D'OLIVEIRA CALDEIRA (OAB 9405/AM) - Processo 0623473-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Priscilla Karla Marques Camurca - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 31/10/2019 às 09:30h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: DANILO DE AGUIAR CORRÊA (OAB 3168/AM) - Processo 0623525-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Danilo de Aguiar Corrêa - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JERRY LÚCIO DIAS DA SILVA JÚNIOR (OAB 11272/AM) - Processo 0623535-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Lorena de Oliveira Cavalcanti - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALINE NEO SERRA (OAB 9825/AM), ADV: SIMONE DE OLIVEIRA SAMPAIO (OAB 13899/AM) - Processo 0623673-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Valdisa de Almeida Serra - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR à Ré réu que regularize a linha n.º (92) 99213-9579, que é de titularidade da Autora e encontra-se migrada a outra operadora, retirando a habilitação de terceiros, em até 72 horas a partir da intimação desta decisão, sob pena de pagamento de multa de diária de R$200,00 (duzentos reais), limitada a 30 dias, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 18/10/2019 às 09:45h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0623694-86.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Zaira Santana dos Santos - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0623998-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM) - Processo 0624009-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Centro Cultural de Ensino Ltda - Me - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO PAULO GOMES MONTEIRO BARBOSA (OAB 8657/AM) - Processo 0624052-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Karen Mabel Ramos Silva - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0624082-52.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Larissa Ariana Barreto de Vasconcelos - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM) - Processo 0624104-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eduardo de Lizandro Guimarães Rocha - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 31/10/2019 às

08:45h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0624274-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Joserr Elane Paes Alves - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0624290-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Denis Fernandes Pinheiro - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIA DO CARMO LIMA DA SILVA (OAB 11098/AM) - Processo 0624311-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ivone Souza de Azevedo - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0624470-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rafaela Brilhante da Cunha - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: JULIANA TRINDADE DA SILVA (OAB 13687/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM) - Processo 0624708-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: D.P.C. - N.B.P.A. - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0624726-29.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: .Nayara Franco - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos penhorados ou realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROSEANE TORRES LIMA (OAB 10525/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0624768-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Rosemary Batista dos Santos - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para 21/10/2019 às 08:15h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0624798-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Albertino Haydem dos Santos - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que libere o uso do cartão de crédito do autor, no prazo de 3 (três) dias, sob pena de pagamento de multa de R$ 200,00 (duzentos reais), limitada a 30 dias de incidência, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para 31/10/2019 às 10:00h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0624807-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Dilene Alves Machado - Como se infere pelos extratos juntados aos autos, a autora é servidora pública do município de Maraã. Nota-se ainda que o titulo de eleitor fora emitido naquele município, o que, num primeiro momento, não condiz com o local de residência alegado na inicial. Isto posto, intime-se a parte para que esclareça isso, em 10 dias, juntando comprovante de residência em seu nome e dos últimos seis meses, sob pena de indeferimento da inicial. Após, façam-se os autos conclusos.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0624893-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Djalma Lucio Couto da Silva - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para 31/10/2019 às 08:15h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: FABRIZIA SENA CARVALHO (OAB 10170/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0624895-16.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Janisley César Teixeira - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos penhorados ou realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0624929-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Yana Monteiro Coêlho - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 31/10/2019 às 08:30h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0624956-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jorge Carmo Sinembu - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 30/10/2019 às 11:30h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0625032-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Pedrosa da Silva - O pedido de tutela provisória formulado pelo requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco

ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fl. 21-26, os descontos impugnados são realizados desde o ano de 2018, sem manifestação da requerente, até o ajuizamento da ação, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pela Autora, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por mais de um ano o desconto é realizado, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 11/10/2019 às 11:00h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0625044-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lilian Dutra Franco - O pedido de tutela provisória formulado pelo requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fl. 11, que a anotação impugnada data de 13.01.2015, sem manifestação da Requerente, até o ajuizamento da ação, o que, apesar de não implicar na aceitação do fato, retira o caráter emergencial aventado para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, e ante a necessidade de verificação da regularidade ou não da anotação, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 31/10/2019 às 09:45h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0625091-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Roberta Lima Moraes - O pedido de tutela provisória formulado pelo requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fl. 14, a anotação impugnada data de 09.11.2017, sem manifestação da Requerente, até o ajuizamento da ação, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pelo Autor, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 2 anos a Autora está com o apontamento negativo, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da regularidade ou não da anotação, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 31/10/2019 às 10:15h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0625136-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Libamor Pimentel Souza - O pedido de tutela provisória formulado pelo requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fls. 19-28, os descontos impugnados são realizados desde março de 2018, sem manifestação do requerente, até o ajuizamento da ação, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pelo Autor, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por mais de um ano o desconto é realizado, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 31/10/2019 às 10:30h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0625139-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisca Kellen Pereira do Nascimento - O pedido de tutela provisória formulado pelo requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, a probabilidade do direito alegado. A Autora pugna pela retirada de seu nome dos cadastros do SPC, contudo, não juntou aos autos qualquer tela que indique haver ocorrido sua negativação. Além disso, não há fundamento suficiente a justificar o deferimento do pedido de retirada do hidrômetro. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente a probabilidade do direito alegado. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 31/10/2019 às 10:45h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: JÚLIO DE OLIVEIRA MACEDO (OAB 6523/AM) - Processo 0625162-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Eliana Lucia Andrade Baranda - O pedido de tutela provisória formulado pelo requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fls.19-21 que a cobrança tida como indevida data de 24.04.2014, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pelo Autor, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária,

entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 5 anos a mesma está em aberto, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Além disso, é possível observar que a Requerente, nos autos do processo 0602836-73.2014 (autos já baixados), já pleiteara danos morais e repetição de indébito, sem se atentar para a declaração de inexigibilidade da dívida, o que afasta a urgência alegada, agora, em 2019. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 18/10/2019 às 10:45h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0625192-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lucila da Silva Bezerra - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Somente o réu foi condenado em custas. Logo, cabe-lhe diligenciar no site do TJ a emissão da Guia e do correspondente boleto e o seu devido pagamento. Noutro giro, intime-se a credora para, querendo, manifestar-se sobre a execução em 10 dias, sob pena de arquivamento.

ADV: ALBERTO RAMON FREITAS SANTIAGO (OAB 11858/AM) - Processo 0625201-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Busca e Apreensão - RECLAMANTE: Rosangela dos Reis Guimaraes - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, declaro a incompetência do juízo para processar e julgar a demanda e JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do art. 51, II, da Lei 9.099 e conforme fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Fábio César Olintho de Souza Juiz de Direito

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0625214-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Juracema Silva de Oliveir - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR aos Réus réu que se abstenha de efetuar cobranças à autora sobre o débito discutido nos autos, sob a rubrica “Seg. Prot. Plus Premiavel Zurich”, a partir da intimação desta decisão, sob pena de pagamento de multa de R$200,00 (duzentos reais), limitada a 30 cobranças, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de conciliação, instrução e julgamento, para o dia 11.10.2019, sexta-feira, às 11:15h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0625222-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Paulo Vicente Nobre Pereira - O pedido de tutela provisória formulado pelo requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fl. 17-61, os descontos impugnados são realizados desde o ano de 2014, sem manifestação do requerente, até o ajuizamento da ação, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pelo Autor, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 5 anos o desconto é realizado, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 11/10/2019 às 11:30h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: MARIA LUCIMEIRE GÁLLICO (OAB 186275/SP) - Processo 0625290-71.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Valor Sociedade de Crédito Ao Micro Empreendedor Ltda - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) a declaração anual de sua receita bruta ou certidão da Junta Comercial atualizada, de forma a comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte; (X) Xerox do RG dos(s) sócio(s) administrador(es)

ADV: RÔMULO JOSÉ DE BARROS LINS (OAB 3919/AM) - Processo 0625429-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: James Marinho Farias - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: KARINA AYUMI TASATO FUGITA (OAB 311715/SP) - Processo 0625464-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - LITSATIVA: Vitória Stephane de Souza - Anderson das Neves - REQUERIDO: Gift Galeria - Como requer nas fls. 152/153. Intime-se o devedor para indicar bens passíveis de penhora em 15 dias, sob pena de aplicação de multa por ato considerado como atentatório à dignidade da Justiça no percentual de 10% do valor da condenação.

ADV: JOÃO VICTOR CASTELLO BRANCO (OAB 9454/AM) - Processo 0625502-92.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mayara Siqueira Brilhante - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0625532-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio do Conjunto Habitacional Ariranhas - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) Cópia do documento de identidade e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do síndico indicado na procuração.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0625572-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Artur Sanches de Faria - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM) - Processo 0625601-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Aila de Souza Garantizado - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0625669-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Waltecir Jose de Bessa - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: MARIA AMALIA CANDIDO DE ALVARENGA MORAIS (OAB 149111/MG), ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM) - Processo 0626549-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atos Unilaterais - REQUERENTE: Antônio Gomes da Silva - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 221-223 para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM), ADV: JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO (OAB 9172/MT) - Processo 0626673-21.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Diego André Feitosa - REQUERIDO: C. G. de Moraes - Me (folhamax) - CONCLUSÃO: Por estes fundamentos, inocorrentes as matérias legalmente delimitadas, REJEITO os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO referidos, consoante fundamentação supra. P. R. I. C.

ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: BRENNO PAMPLONA CAVALCANTE (OAB 7515/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0627188-56.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Maria do Socorro Pamplona Cavalcante - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0627638-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Onelia Corrêa Bastos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo o devedor para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0628116-07.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Equipe Ltda - De ordem, ante a falta de tempo hábil para citação da requerida, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, de 19/08/2019 às 10:20h e, ato contínuo, redesigne-se para nova data, com intimação das partes.

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM) - Processo 0628559-55.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Ceproeducar Ltda - Me - De ordem, fica designado o dia 01/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: THAIS BESSA DE SOUZA BENTES (OAB 11756/AM), ADV: IANA FARIAS GUIMARÃES (OAB 12099/AM), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM) - Processo 0628661-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rodrigo Costa Bentes - THAIS BESSA DE SOUZA BENTES - REQUERIDO: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alberto Ramon Freitas Santiago (OAB 11858/AM)
Aldacy Régis de Sousa Melo (OAB 4752/AM)
Alessandra de Almeida Figueiredo (OAB 237754/SP)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Aline Neo Serra (OAB 9825/AM)
Aline Novais Conrado dos Santos (OAB 415428/SP)
Aline Silva de Araujo Nunes (OAB 32855/PE)
Aline Vasconcelos Paranaiba (OAB 166050MG)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Bárbara Martins Bacelar (OAB 11404/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
Ananias Gomes de Souza (OAB 9772/AM)
Anderson Correa Pereira (OAB 10048/AM)
Anderson Junqueira Guminiak (OAB 9761/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Andreza Araújo Albuquerque (OAB 10911/AM)
Andreza Mesquita Bastos Pontes (OAB 8511/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Ary Franco César (OAB 123514/SP)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antonio Jorge Loureiro (OAB 12470/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Bianca Medrado de Carvalho (OAB 8775/AM)
Brenda Ariana Corrêa de Araújo (OAB 9959/AM)
Brenno Pamplona Cavalcante (OAB 7515/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)

BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Rodrigo Vale Palheta (OAB 7932/AM)
Caio Kanawati Soares (OAB 10104/AM)
CAMILA CEOLIN LIMA (OAB 152308/MG)
Carlos Carioca da Costa Filho (OAB 14349/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Célio Orlando Papes de Oliveira (OAB 9078/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 20335/PE)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
Daniel Cidrão Frota (OAB 19976/CE)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danilo de Aguiar Corrêa (OAB 3168/AM)
Darlany Dantas Gabriel (OAB 2193/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Davidson Reis da Silva (OAB 8228/AM)
Débora Salgueiro de Menezes (OAB 12200/AM)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
DEJANNE RAQUEL D'OLIVEIRA CALDEIRA (OAB 9405/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Eduardo Gomes Araújo Castro (OAB 8567/AM)
Eduardo Karam Santos de Moraes (OAB 9385/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Euseneide Alves de Sousa (OAB 12853/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Ewerton Carneiro da Silva (OAB 11062/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fabiola Reis dos Reis (OAB 12103/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Fabrizia Sena Carvalho (OAB 10170/AM)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Pereira Jucá (OAB 7532/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Filipe Reis Faia (OAB 14524/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Francisco Ricardo dos Santos Assis (OAB 12493/AM)
Frank Júnior Menezes do Nascimento Filho (OAB 13805/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Frederico Oliveira Albuquerque (OAB 9146/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gabriel da Cruz Lauria (OAB 11778/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
George Oliveira Reis (OAB 9566/AM)
Georgete de Castro Duarte (OAB 9249/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB 8245/AM)
Hilda Maria Figueiredo Mandato (OAB 5350/AM)
IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM)
Iana Farias Guimarães (OAB 12099/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Ingrid Juliana da Silva Balbi (OAB 12798/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabella Pereira Queiroz (OAB 14552/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Jackson Francisco Coleta Coutinho (OAB 9172/MT)
Jailene Castelo Bessa (OAB 6865/AM)
Janaína Mendonça de Moraes (OAB 8070/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jerry Lúcio Dias da Silva Júnior (OAB 11272/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
Jeverson Goncalves Franca (OAB A904/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Paulo Gomes Monteiro Barbosa (OAB 8657/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
João Victor Castello Branco (OAB 9454/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Jonathas da Silva Soares (OAB 14335/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Anderson Pereira Borges (OAB 6400/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 1235A/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Fernandes Neto (OAB 8257/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)
Juliana Trindade da Silva (OAB 13687/AM)
Júlio de Oliveira Macedo (OAB 6523/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Karina Ayumi Tasato Fugita (OAB 311715/SP)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kennio Souza Azevedo (OAB 10487/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)
Laura Oliveira de Souza Ribeiro (OAB A1086/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Leonardo Augusto Neves da Costa (OAB 8147/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Lucas Rodrigues Lucas (OAB 9493/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)

Luís Cláudio Gama Barra (OAB 3492/AM)
Luis Eduardo dos Santos Valois Coêlho (OAB 1975/AM)
Luis Eduardo Pereira Sanches (OAB 6272ATO)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
MAÍSA MORAIS DA SILVA (OAB 8055/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Ferreira Borges (OAB 3315/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Neto (OAB 14403/AM)
Maria Amalia Candido de Alvarenga Morais (OAB 149111/MG)
Maria da Conceição Teixeira Frazão (OAB 5701/AM)
Maria do Carmo Lima da Silva (OAB 11098/AM)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)
Maria Lucimeire Gállico (OAB 186275/SP)
Marilene Balbi de Albuquerque (OAB 12492/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Matias Azevedo Rodrigues (OAB 14378/AM)
Mauriane Bezerra Teixeira (OAB 10009/AM)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Milena Pinheiro de Lima (OAB 11678/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Natália Cirilo da Silva Roque (OAB 266399/SP)
Nathalie Helena Canto Coelho (OAB 9418/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ocimar Rommel Souza Cardoso (OAB 12323/AM)
Orandle Redman Ambrosio (OAB 10646/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Patrícia de Castro Lopes (OAB 7971/AM)
Paula Prada Furquim de Campos (OAB 131634/SP)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Cezar Santos (OAB 4488/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Paulo Victor Bianco Crespo (OAB 8418/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Raquel Tinôco Néia (OAB 10222/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rayssa Cristina da Silva Valentim (OAB 10784/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberto Amaral Arruda Filho (OAB 10034/AM)
Roberto Camargo de Oliveira Filho (OAB 12561/AM)
Roberto Dias Villas Bôas Filho (OAB 414982/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo da Silva Costa (OAB 5386/AM)
Rômulo José de Barros Lins (OAB 3919/AM)
Rosana Soares Dias (OAB 283234/SP)
Roseane Torres Lima (OAB 10525/AM)
Sara Avelino de Almeida (OAB 413320/SP)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Simone de Oliveira Sampaio (OAB 13899/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Tamires Cruz do Amaral (OAB 9282/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
THAIS BESSA DE SOUZA BENTES (OAB 11756/AM)
Thaís Caroline Pires de Figueiredo (OAB 8295/AM)
Thais Ferreira (OAB 13389/AM)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thayanne da Silva Anjos (OAB 13564/AM)
Thayla Galate Gomes (OAB 7954/AM)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wesley Oliveira do Carmo Albuquerque (OAB 330584/SP)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0167/2019

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0200737-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Posto isso, declaro inexistente o débito no valor de R$ 49,99, referente ao período de 02.01.2019 à 01.02.2019, indicada na fatura de fl. 15. Julgo improcedente o pedido de dano moral. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Transcorrido o prazo recursal sem manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0201286-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A e outros - Em razão do ajuste de pauta, fica a Instrução e Julgamento REDESIGNADA para o dia 25/09/2019 às 10:30h. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JUSCELINO ROSA GOMES JÚNIOR (OAB 9278/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0203362-03.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Erineia Marques Camurça - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o pagamento de fl. 182, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL do valor depositado, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM), ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM) - Processo 0205109-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Andreia Defaveri Vasconcelos - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Ante a certidão de fl. 168, verifico que a parte recorrente não interpôs o recurso no prazo legal, conforme dispõe o art. 42 da Lei 9.099/95, vez que o prazo encerrou-se em 02/07/2019 e ao contrário do que consta no recurso de fls. 157/164 o mesmo foi protocolado somente em 13/08/2019, mais de um mês após o encerramento do prazo. Em razão disso, deixo de conhecer e dar prosseguimento ao recurso interposto face a sua intempestividade. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença. Intimem-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0205794-58.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Ante a manifestação da parte executada às fls. 271/272, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL dos valores indicados às fls. 253 e 259, em favor da parte exequente. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL do valor depositado às fls. 268/270, em favor da parte executada. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: JEAN JAMERSON COELHO GOMES (OAB 12482/AM) - Processo 0600598-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cícero Maquiné de Freitas - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$4.000,00 (quatro mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data (Sumula 362 STJ). Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM), ADV: LEONARDO LIMA TOLEDANO (OAB 10107/AM) - Processo 0603155-02.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Cynthia de Oliveira Carrete - REQUERIDO: Pablo Ricardo Cardoso de Souza - Ante a certidão de fl. 104, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL dos valores indicados às fls. 81 e 93, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA) - Processo 0603220-31.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Bancários - EXECUTADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: EVERTON PEDRO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5290/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0604023-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Everton Pedro de Souza Oliveira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: GUSTAVO VISEU (OAB 117417/SP), ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM) - Processo 0605013-05.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Transporte Aéreo - REQUERENTE: Pablo Tulio Cavalcante Costa - REQUERIDO: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a - Ante a certidão de fl. 245, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL dos valores indicados à fl. 235, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES JÚNIOR (OAB 9958/AM), ADV: MARIA TEREZA CÂMARA FERNANDES LIMA (OAB 4676/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0605464-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Miquéias Matias Fernandes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Posto isso, julgo improcedente os pedidos formulados pela parte autora. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR) - Processo 0605976-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Mariana Marques dos Santos - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$4.000,00 (Quatro mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Intime-se a parte revel, se constituído advogado nos autos. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0606045-74.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Klinger Ensino Vestibular Eireli - Isto posto, julgo extinta a presente execução nos termos do art. 53, §4º, da Lei n. 9.099/95. P.R.I. Após, arquivem-se os autos.

ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0607242-69.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Jardim Paradiso Alpinia - EXECUTADO: Construtora Capital S/A - Ante a certidão de fl. 209, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL do valor indicado no cálculo de fl. 196, em favor da parte exequente. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL do valor excedente, em favor da parte executada. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MARIVALDA DE SOUZA MELO (OAB 8231/AM), ADV: MARIA EUNI TAVEIRA DE ALMEIDA COSTA (OAB 9670/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0607255-39.2014.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Paulo Henrique da Silva Santos - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Almeida Cobranças - Indefiro o pedido de desarquivamento e expedição de alvará formulado pela parte executada às fls. 827/830, vez que conforme se infere do extrato bancário de fl. 913 o valor pleiteado fora levantado no dia 23/05/2017, por conseguinte inexiste disponibilidade ativos na conta judicial de n. 3205/040/01501861-1. Ademais, conforme fl. 825, o alvará foi expedido em 15/05/2017, tendo como autorizados os representantes indicados na petição de fls. 772/773. Ante o exposto, indefiro os pedidos de fls. retro. Intimem-se. Após arquivem-se.

ADV: LUIZ ALEXANDRE ABREU D'ABADIA (OAB 13495/AM) - Processo 0607316-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Iolene Barreto da Luz - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$6.000,00 (Seis mil reais) para parte autora, incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Intime-se a parte revel, se constituído advogado nos autos. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: SUZANE SOUZA RODRIGUES DA SILVA (OAB 12822/AM) - Processo 0607740-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Henrique Godoi da Silva - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$6.000,00 (Seis mil reais) para parte autora, incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação pelos danos materiais, a pagar o valor de R$ 1.570,99 (Hum mil, quinhentos e setenta reais e noventa e nove centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Intime-se a parte revel, se constituído advogado nos autos. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO DA SILVA MOURA (OAB 10194/AM), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0607896-07.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Danilo Castro de Souza - REQUERIDO: Pole Position Tecnologia Ltda - Hyundai Motor Brasil - De ordem, verificando a tempestividade dos embargos de declaração com efeitos modificativos, INTIMO A PARTE EMBARGADA para, querendo, APRESENTAR CONTRARRAZÕES, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ADAM SILVA DE AZEVEDO (OAB 9745/AM) - Processo 0607926-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Eduardo Neves de Lima - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$6.000,00 (Seis mil reais) para parte autora, incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Intime-se a parte revel, se constituído advogado nos autos. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0608059-02.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, ante a penhora realizada nos autos, INTIMO A PARTE EXECUTADA para querendo, APRESENTAR EMBARGOS À EXECUÇÃO, no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0608493-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Calixto Hagge Neto - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$6.000,00 (Seis mil reais) para parte autora, incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Intime-se a parte revel, se constituído advogado nos autos. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM), ADV: VITOR GABRIEL DE SOUZA AGUIAR (OAB 12502/AM) - Processo 0608594-91.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Ana Cristina Carvalho de Souza - REQUERIDO: J A Lima Nascimento - Epp (Dental Saúde) e outro - Ante a certidão de fl. 109, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL dos valores indicados às fls. 93, 100 e 104, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: ANDREZA ARAÚJO ALBUQUERQUE (OAB 10911/AM) - Processo 0608955-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Darcicleide Oliveira de Araujo - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré LATAM, a título de dano material, a pagar o valor de R$ 476,42 (Quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e dois centavos), referente a 80% do valor pago pelas passagens, incidindo juros da citação e correção monetária da data do no-show, ou seja, 23.01.2019. Julgo improcedente o dano moral e os demais pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Intime-se a parte revel, se constituído advogado nos autos. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0609054-44.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Keppler Pena de Araujo Junior - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$6.000,00 (Seis mil reais) para parte autora, incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação pelos danos materiais, a pagar o valor de R$ 222,60 (Duzentos e vinte e dois reais e sessenta centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Intime-se a parte revel, se constituído advogado nos autos. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: VIVIAN FRANKLIN ROCHA VIANA BORGES (OAB 2968-B/TO) - Processo 0609766-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Vivian Franklin Rocha Viana Borges e outro - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$6.000,00 (Seis mil reais) para cada parte autora, incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação pelos danos materiais, a pagar o valor de R$ 428,86 (Quatrocentos e vinte e oito reais e oitenta e seis centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Intime-se a parte revel, se constituído advogado nos autos. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: FARID MENDONÇA JÚNIOR (OAB 6969/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: ALAN DE OLIVEIRA SILVA (OAB 208322/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0610802-48.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Kleber Damasceno Sobral - REQUERIDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Ante a certidão de fl. 217, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL do valor indicado à fl. 213, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: JERRY LÚCIO DIAS DA SILVA JÚNIOR (OAB 11272/AM), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0611150-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Jerry Lúcio Dias da Silva Júnior - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A e outro - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar as partes rés solidariamente, a título de restituição por dano moral, a pagarem o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo parcialmente procedente o pedido para condenar as partes rés solidariamente a título de dano material, a pagarem o valor de R$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais), referente a 80% do valor pago, incidindo juros da citação e correção monetária da data da citação. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0612382-50.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Silvio de Sousa Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls.161/163, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM) - Processo 0612494-19.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Gabriel Alves da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 121/124, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0614446-33.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gilmara Pinheiro Tamborini - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante a certidão de fl. 279, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL do valor indicado à fl. 253, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: FABIANA COSTA MATTOS (OAB 12417/AM) - Processo 0614712-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Wellington Lopes da Costa - REQUERIDO: Rio Solimoes Distribuidora - Da análise aos autos, verifico que foi indicado o nome incorreto das partes na Sentença de fls. 108/109, razão pela qual com fundamento no art. 48, parágrafo único, da lei nº. 9.099/95, corrijo ex officio o erro material apontado. Assim, onde se lê: "Parte autora: Elias Alencar da Silva" e "Parte ré: Semp TCL Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos S.A", leia-se: "Parte autora: Wellington Lopes da Silva" e "Parte ré: Rio Solimões Distribuidora de Bebidas LTDA". Mantenho incólumes os demais termos do decisum. Intime-se as partes.

ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP) - Processo 0615590-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ernani Figueira Paiva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Indefiro o pedido de reconsideração de fl. 164, tendo em vista que o processo já foi sentenciado por este Juízo, não sendo este o meio adequado para reforma de sentença. Intime-se. Após arquivem-se.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0615741-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Singolare - Analisando detidamente os autos, verifico que a parte autora fora devidamente intimada por meio do Diário de Justiça Eletrônico, consoante comprovante de fl. 46, não havendo qualquer nulidade a ser sanada. Deste modo, indefiro o pedido de devolução do prazo recursal. Intime-se. Após arquivem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0619854-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Joao Bosco Ferreira Braga - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$4.000,00 (Quatro mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 96,71 (noventa e seis reais e setenta e um centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM), ADV: TATIANA CORREA DE QUEIROZ (OAB 7215/AM) - Processo 0621266-97.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Open Minds Comunicação - Eireli - Inicialmente, indefiro o pedido de expedição da certidão (art. 828, CPC), tendo em vista que as referidas penhoras serão realizadas por este Juízo em momento oportuno, via sistemas BACENJUD, RENAJUD e ANOREG. Ademais, não vislumbro a necessidade de expedição da referida certidão, até porque, conforme consignado no despacho anterior será priorizada a conciliação entre as partes, conforme recomendação da Meta 03 do CNJ. Desse modo, ante a informação do novo endereço da parte executada, suspendo por ora os atos executórios, CITE-SE a parte executada para realizar o pagamento voluntário do débito no prazo de 03 (três) dias, nos termos do art. 829 do CPC, ficando desde logo, cientes as partes que a audiência de conciliação foi designada para o dia 11/11/2019 às 09:45h, sendo obrigatório o comparecimemento, sob pena de prosseguirem os atos executórios ou de extinção por ausência, no caso da parte exequente. Acrescento que, em audiência de conciliação a parte executada poderá apresentar proposta de pagamento do seu débito ou, conforme o caso, manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir o Juízo para conhecimento do recurso, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após a referida audiência, voltem-me os autos conclusos. CITE-SE. INTIME-SE.

ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM) - Processo 0621278-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Rosicleide da Silva Costa - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 13:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM) - Processo 0621380-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Diane Barbosa Cetauro - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 14:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: JÉSSICA NAIANY TAVARES BARROS (OAB 9547/AM) - Processo 0621915-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Edijesus Cordeiro de Matos - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Posto isso, julgo extinta a presente demanda sem análise do mérito, nos termos do art. 51, inciso III, da Lei 9.099/95. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: MÁRCIA SIMONE COELHO FERREIRA DA SILVA (OAB 9736/AM) - Processo 0622681-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Chelzea Lamarao Vilas Boas e outro - Ante a informação constante no AR negativo de fl. 25, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, informe o endereço atualizado da parte ré, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único do CPC.

ADV: SUELLEN APARECIDA DE CARVALHO BELASQUE (OAB 811A/AM) - Processo 0622725-37.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Corporate Trade Center - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, nos termos do art. 64, §1º c/c art. 485, IV, ambos do CPC e art. 51, inciso IV, da Lei n.9.099/95. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 95502/RJ), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO) - Processo 0623491-27.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo - REQUERENTE: Alexandre de Oliveira Moura - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Portanto, o pleito não pode ser acolhido. Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0624004-92.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Bruno Augusto da Silva Pinheiro - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Posto isso, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, II, da lei 9099/95. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a

intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: DÉBORAH CAROLINE SANTOS DA SILVA (OAB 12525/AM), ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM) - Processo 0624157-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Leonardo Vicente de Assis - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Posto isso, julgo improcedentes os pedidos. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0624457-87.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cleuton Vieira da Cunha - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro inexistente o débito no valor de R$ 101,17, indicado à fl. 18. Logo, Oficie-se a SERASA para que proceda a baixa da dívida, indicada à fl. 18, no valor de R$ 101,17, dos seus cadastros, inscrita em nome da parte autora pela parte ré, no prazo de três dias, sob pena de crime de desobediência. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0624724-25.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Cuida-se de execução de título extrajudicial, sendo atendidos os requisitos dispostos no art. 783 e 784, ambos do CPC. Desse modo, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes em audiência, suspendo por ora os atos executórios, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". CITE-SE a parte executada para realizar o pagamento voluntário do débito no prazo de 03 (três) dias, nos termos do art. 829 do CPC, ficando desde logo, ciente as partes que a audiência de conciliação está designada para o dia 05/11/2019 às 15:30h, sendo obrigatório o comparecimemento, sob pena de prosseguirem os atos executórios ou de extinção por ausência, no caso da parte exequente. Acrescento que, em audiência de conciliação a parte executada poderá apresentar proposta de pagamento do seu débito ou, conforme o caso, manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir o Juízo para conhecimento do recurso, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após a referida audiência, voltem-me os autos conclusos. CITE-SE. INTIME-SE.

ADV: MÁRCIA SIMONE COELHO FERREIRA DA SILVA (OAB 9736/AM) - Processo 0625093-19.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0622681-18.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Chelzea Lamarao Vilas Boas e outro - Em atenção a indicação de suspeita de repetição emitida pela Coordenadoria de Distribuição, verifico que a presente demanda possui conexão com os autos n. 0622681-18.2019.8.04.0015, que tramita neste Juízo, sendo comuns a causa de pedir e os pedidos, tratando-se de desmembramento dos pedidos, de danos morais e materiais, que deveriam necessariamente integrar a mesma demanda, em respeito a alçada dos Juizados Especiais Cíveis, nos termos do art. 3º da Lei 9.099/95. Acrescento ainda que, em razão do §3º do citado dispositivo, a opção ao procedimento dos Juizados importa em renúncia ao crédito excedente. Desse modo, determino a reunião dos autos, devendo prosseguir no processo indicado na referida certidão da distribuição, nos termos do art. 55, §1º, do CPC. Intimem-se.

ADV: FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA (OAB 9936/AM) - Processo 0625191-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Ednaldo de Jesus Padilha - Posto isso, JULGO LIMINARMENTE IMPROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, nos termos do art. 487, inciso II, do CPC. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: EUSENEIDE ALVES DE SOUSA (OAB 12853/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0625252-93.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adamor Batalha Pereira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, declaro inexistente a diferença de faturamento da unidade consumidora n. 0488980-0, no valor de R$ R$ 1.230,13, objeto da presente demanda. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Transcorrido o prazo recursal sem manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se.

ADV: JANAÍNA SILVA DE FIGUEIREDO (OAB 14316/AM) - Processo 0625322-76.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Patricia Melo da Silva - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0625413-69.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: M.a.rodrigues Educação Eireli-me (Centro Educacional Excelente) - Cuida-se de execução de título extrajudicial, sendo atendidos os requisitos dispostos no art. 783 e 784, ambos do CPC. Desse modo, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes em audiência, suspendo por ora os atos executórios, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". CITE-SE a parte executada para realizar o pagamento voluntário do débito no prazo de 03 (três) dias, nos

termos do art. 829 do CPC, ficando desde logo, ciente as partes que a audiência de conciliação está designada para o dia 06/11/2019 às 14:00h, sendo obrigatório o comparecimemento, sob pena de prosseguirem os atos executórios ou de extinção por ausência, no caso da parte exequente. Acrescento que, em audiência de conciliação a parte executada poderá apresentar proposta de pagamento do seu débito ou, conforme o caso, manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir o Juízo para conhecimento do recurso, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após a referida audiência, voltem-me os autos conclusos. CITE-SE. INTIME-SE.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: JONATHAS MACIEL DE MENEZES (OAB 11140/AM) - Processo 0626088-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Jonathas Maciel de Menezes - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM) - Processo 0627515-98.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Luiz Fabio Schmitt Vieira - Ante a certidão de fl. 53, verifico que a parte recorrente não interpôs o recurso no prazo legal, conforme dispõe o art. 42 da Lei 9.099/95. Em razão disso, deixo de conhecer e dar prosseguimento ao recurso interposto face a sua intempestividade. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença. Intimem-se.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0628961-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Mara Danielle de Almeida Lima - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, julgo improcedente os pedidos da parte autora. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ADILCE PEREIRA DO AMARAL (OAB 6513/AM) - Processo 0629062-76.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Edilson Ferreira Branco - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, declaro inexistente a diferença de faturamento indicada à fl.15, da unidade consumidora n. 403691-3, no valor de R$ R$ 1.134,23. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Transcorrido o prazo recursal sem manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se.

Adam Silva de Azevedo (OAB 9745/AM)
Adilce Pereira do Amaral (OAB 6513/AM)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Alan de Oliveira Silva (OAB 208322/SP)
ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM)
Andreza Araújo Albuquerque (OAB 10911/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Déborah Caroline Santos da Silva (OAB 12525/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Euseneide Alves de Sousa (OAB 12853/AM)
Everton Pedro de Souza Oliveira (OAB 5290/AM)
Fabiana Costa Mattos (OAB 12417/AM)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Farid Mendonça Júnior (OAB 6969/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Alves de Oliveira (OAB 9936/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB 7675-A/TO)
Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB 95502/RJ)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Viseu (OAB 117417/SP)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Janaína Silva de Figueiredo (OAB 14316/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jean Jamerson Coelho Gomes (OAB 12482/AM)
Jerry Lúcio Dias da Silva Júnior (OAB 11272/AM)
Jéssica Naiany Tavares Barros (OAB 9547/AM)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
Jonathas Maciel de Menezes (OAB 11140/AM)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Juscelino Rosa Gomes Júnior (OAB 9278/AM)
Leonardo Lima Toledano (OAB 10107/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Alexandre Abreu D'abadia (OAB 13495/AM)
Márcia Simone Coelho Ferreira da Silva (OAB 9736/AM)

Marco Antônio da Silva Moura (OAB 10194/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria Euni Taveira de Almeida Costa (OAB 9670/AM)
Maria Tereza Câmara Fernandes Lima (OAB 4676/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Marivalda de Souza Melo (OAB 8231/AM)
Matias Azevedo Rodrigues (OAB 14378/AM)
Miquéias Matias Fernandes Júnior (OAB 9958/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Suellen Aparecida de Carvalho Belasque (OAB 811A/AM)
Suzane Souza Rodrigues da Silva (OAB 12822/AM)
Tatiana Correa de Queiroz (OAB 7215/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Vitor Gabriel de Souza Aguiar (OAB 12502/AM)
Vivian Franklin Rocha Viana Borges (OAB 2968-B/TO)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LUIZ PIRES DE CARVALHO NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE PADILHA CAIRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0145/2019

ADV: EDILSON MARTINS DE ALENCAR NETTO (OAB 9499/AM), ADV: JARSON ARIDAY DA SILVA COSTA (OAB 741A/AM) - Processo 0603602-21.2016.8.04.0092 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: DIVALDO DE JESUS RIBEIRO - REQUERIDO: JOÃO BATISTA DE JESUS - Para evitar qualquer argumento de que houve cerceamento de defesa e maior prejuízo para as partes determino: I) Que o executado compareça pessoalmente na sala de audiência de conciliação nº 03 desta Vara, acompanhado do seu respectivo patrono, para se manifestar à respeito dos fatos acima narrados no dia 18/09/2019, as 10h. II) Que o executado suspenda IMEDIATAMENTE a construção da obra, a contar da data da publicação desta decisão por meio do seu patrono no DJE, sob pena de multa diária de R$ 5.000,00, pelo seu descumprimento, em favor do exequente, em conformidade com o art. 537, §1º do CPC. Desde já fica o executado ciente que caso não compareça no dia aprazado, será apreciado o pedido de demolição da construção da obra para cumprir na íntegra a sentença de mérito (fls. 92/93), ratificada por Acórdão (fls. 127/129).

Edilson Martins de Alencar Netto (OAB 9499/AM)
Jarson Ariday da Silva Costa (OAB 741A/AM)

15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0193/2019

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0200452-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Neiza Ferreira Pinheiro - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial para: a) DECLARAR inexigível a fatura com vencimento em 01/2019, cabendo ao Réu revisá-la para o valor de R$ 59,90 (cinquenta e nove reais e noventa centavos); b) CONDENAR o Réu ao pagamento da repetição de indébito o valor de R$ 894,74 (oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e quatro centavos), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0611721-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elis Regina de Souza Nascimento - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Banco Bradesco S/A - Seguros - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0612175-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alfred Van da Silva Meyer - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO a demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU (OAB 8226/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0612851-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - EXEQUENTE: Paulo Roberto Arce Nicolau - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE os pedidos de repetição de indébito, condenando o Réu ao pagamento do valor de R$ 3.591,86 (quinhentos e noventa e um reais e oitenta e seis centavos), a título de repetição de indébito, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar de efetivo prejuízo (15/03/19). JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0613007-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Silvana Simões Ferreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE o pedido de repetição de indébito, condenando o Réu ao pagamento do valor de R$ 20,58 (vinte reais e cinquenta e oito centavos) a título de repetição de indébito, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar de efetivo prejuízo (10/02/18). JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) -

Processo 0613245-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jurandina Maria Ferreira Ribeiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0613687-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Raimundo Nonato Rufino de Almeida - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE o pedido de repetição de indébito, condenando o Réu ao pagamento do valor de R$ 1.155,44 (mil, cento e cinquenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), a título de repetição de indébito, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar de efetivo prejuízo (21/02/18). JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: ELLEN CAROLINE OLIVEIRA DE ALCÂNTARA (OAB 10616/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0613959-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Waldecir Nunes de Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR quitado os débitos decorrente do contrato de cartão de crédito consignado objeto desta demanda; b) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 7.507,63 (sete mil, quinhentos e sete reais e sessenta e três centavos), e de todo valor comprovadamente descontado no curso do processo, a título de dano material, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incidindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Determinar à Secretária, que emita ofício à SESEG para baixa definitiva dos descontos realizados no contracheque da parte autora a título BMG CARTÃO CRED sem prejuízo da restituição de eventual desconto posterior.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM) - Processo 0614030-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Luiza Batista Murilho - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - EXECUTADO: Banco Losango S/A Banco Múltiplo - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE procedente o pedido de repetição de indébito, condenando o Réu ao pagamento do valor de R$ 549,40 (quinhentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos), a título de repetição de indébito, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar de efetivo prejuízo (30/04/18). JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0615669-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Josue Rodrigues de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM) - Processo 0619101-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Olga Dantas Cavalcante - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM), ADV: LEONARDO GUIMARÃES BRITO (OAB 4096/AM) - Processo 0619162-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Residencial Florence Garden - REQUERIDA: Thereza Christina Barroso dos Santos - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME CÉSAR CAVALCANTE MUNIZ DA SILVA (OAB 31132/PE), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0619263-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Arnaldo Carneiro Ximenes - REQUERIDO: Companhia de Seguros Aliança do Brasil - Bb Corretora de Seguros e Administradora de Bens S/A - Averbo-me impedida de atuar no presente feito, nos nos termos do art. 144, IX do CPC/15, o qual transcrevo: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado. Destarte, considerando que essa julgadora ajuizou ação em face do réu, exsurge impedimento para atuar no presente processo, razão pela qual ordeno sua redistribuição ao meu substituto legal, dando-se baixa na distribuição. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 1282A/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0619298-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eldina Macedo da Silva - REQUERIDO: Lojas Marisa S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: REGIS COPPINI MEIRELES DE LIMA (OAB 191774/SP), ADV: FERNANDO DE ALBUQUERQUE ROCCO (OAB 325850/SP), ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM) - Processo 0619306-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tiago Brito Mendes - Maysa Lara Aguiar Caldas - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - Edreams do Brasil Viagens e Turismo Ltda - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0625009-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raimundinha Reis da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Trata-se de ação que tem por objeto questionamento acerca de tarifa bancária denominada “CESTA BÁSICA DE SERVIÇOS” ou rubricas similares, ajuizada pela parte autora em face do Banco Réu. Pois

bem. Em decisão proferida nos autos do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei n.º 0000511-49.2018.8.04.9000, foi determinada a suspensão de todos os feitos que versem sobre as seguintes questões jurídicas, que serão objeto de uniformização: 1. Se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada "cesta básica de serviços", "cesta fácil" ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta-corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium) ; 2. A ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos da pessoa do correntista; e 3. Ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos. Diante do que restou relatado e atendendo à referida determinação, considerando, ainda, que a causa de pedir encontra-se inserida nas matérias enumeradas no Pedido de Uniformização, determino a suspensão da presente ação até que se ultime o julgamento do incidente acima transcrito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM) - Processo 0626808-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Adria dos Santos Gomes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial para: a) CONDENAR o Réu a repetição de indébito no valor de R$ 2.836,32 (dois mil, oitocentos e trinta e seis reais e trinta e dois centavos), incindindo-se juros oficial 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; c) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento.

André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Ellen Caroline Oliveira de Alcântara (OAB 10616/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando de Albuquerque Rocco (OAB 325850/SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Guilherme César Cavalcante Muniz da Silva (OAB 31132/PE)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leonardo Guimarães Brito (OAB 4096/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Roberto Arce Nicolau (OAB 8226/AM)
Regis Coppini Meireles de Lima (OAB 191774/SP)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Thayanne da Silva Anjos (OAB 13564/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 1282A/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IRLÂNDIA MENDES QUEIROZ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0206/2019

ADV: ANTÔNIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM) - Processo 0201735-12.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Alex Wandson Pinheiro Alencar - REQUERIDO: VEGA MANAUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA (VEGA MANAUS TRANSPORTE) - LITSPASSIV: Global GNZ Transportes Ltda. - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$ 22.228,54, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0600057-57.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jociene Penedo da Silva - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0600058-42.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jociene Penedo da Silva - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: JOSÉ DE ANDRADE AZEDO NETTO (OAB 10394/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO) - Processo 0600281-92.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Cortez Cramer - Janilze Moldes Cramer - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: DOUGLAS BARRINOVO JACÇÃO (OAB 346159SP) - Processo 0600566-85.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Brunison Ozival Santos Costa - Bruna Kellyene Santos Costa - Antonio Wadeson de

Araújo Ribeiro - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - De ordem, INTIME-SE a parte autora para mencionar em nome de quem o alvará deve ser expedido. Visto que, o primeiro foi expedido em nome de BRUNISON OZIVAL SANTOS COSTA.

ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0600660-04.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Exequente/Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF, CNPJ), necessários à efetivação do pagamento por meio de Alvará Eletrônico, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se-lhe o valor incontroverso.

ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0600733-73.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Exequente/Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF, CNPJ), necessários à efetivação do pagamento por meio de Alvará Eletrônico, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se-lhe o valor incontroverso.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0600802-37.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Lindomar Martins Campos - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: KEMAL ALMEIDA MUNEYMNE FILHO (OAB 3889/AM) - Processo 0600901-07.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Alvaro Almeida Mc Comb - REQUERIDO: Claro S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM) - Processo 0600985-08.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nelma Pereira da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0601080-38.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Victor Douglas da Costa Santos - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls 172-176. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ALESSANDRA VANESSA LIMA ARCANJO (OAB 13470/AM), ADV: DÉBORAH SIMÕES BRITO (OAB 13773/AM) - Processo 0601256-17.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Carmem Helena Oliveira Rolim - REQUERIDO: Seguros Sura S.a - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ARIVAN DE CARVALHO NUNES (OAB 5108/AM) - Processo 0601492-66.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: V.S.G. - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$ 12.100,00, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0601628-63.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Simone Aladia Martins Costa - RECLAMADO: Vivo S/A - Certifico, para os devidos fins, que a audiência de instrução e julgamento não se realizará no dia 13/09/2019, por motivo da MMª. Juíza de Direito, Dra. JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO se encontrar ausente para participar do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância. Desde já fica redesignada a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 20/09/2019 às 11:0 horas, devendo ser expedidos as devidas intimações para as partes.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0601950-83.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Stephany Souza Freitas - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: ALAN DE OLIVEIRA SILVA (OAB 208322/SP) - Processo 0601951-68.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em

Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Stephany Souza Freitas - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0602089-35.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Juliana Camelo de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RENAN PENA MARTINS (OAB 10805/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM) - Processo 0602115-33.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tatiana Silva de Oliveira Ferreira - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ELAINE VITÓRIA DA SILVA GUEDES (OAB 10583/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM) - Processo 0602143-98.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Angelica Silva - REQUERIDO: Tvlx Viagens e Turismo S/A - Latam Airlines Group S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, caso haja concordância, informar dados bancários para expedição de alvará eletrônico. Advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0602152-60.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Doranilda Almeida Cantaneide - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS), ADV: CAUÊ TAUAN DE SOUZA YAEGASHI (OAB 357590/SP), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0602159-52.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Bruno Leite de Almeida - RECLAMADO: Fundo de Investimentos Em Direitos Creditórios Multisegmentos Npl Ipanema Vi - Não Padronizado - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOBSON DOS SANTOS MASCARENHAS (OAB 10564/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: LORENA ROSA ANDRADE DA SILVA CHAIN (OAB 11752/AM) - Processo 0602165-59.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Matilde Ribeiro Pinto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0602217-55.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Willis Batalha Tavares - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0602218-40.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Willis Batalha Tavares - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM), ADV: ELISETH MOSS DA COSTA (OAB 6490/AM), ADV: CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM) - Processo 0602521-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - RECLAMANTE: Arnaldo Coelho dos Santos Me - RECLAMADO: Cts Construções - Eirapua Construções Ltda (Wolpy Locacao e Construcoes) - INTSSADO: Brw Empreendimentos Ltda - ASSLITISC: Pafil Engenharia Ltda - Pelo exposto, concedo o prazo de 48 horas para que sejam colhidas as custas judiciais, sob pena de extinção do feito. Transcorrido o prazo com ou sem manifestação, façam-se os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se, observadas as formalidades legais.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: DARIO DOS SANTOS MONTEIRO (OAB 10365/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM) - Processo 0602601-18.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rodrigo Nascimento de Lima - REQUERIDO: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a. - Espaco Verde Turismo Ltda - Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Certifico, para os devidos fins, que a audiência de instrução e julgamento não se realizará no dia 13/09/2019, por motivo da MMª. Juíza de Direito, Dra. JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO se encontrar ausente para participar do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância. Desde já fica redesignada a audiência de instrução e lgamento para o dia 20/09/2019 às 10:00 horas, devendo ser expedidos as devidas intimações para as partes.

ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM) - Processo 0602629-20.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Corrêa Filho - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0602696-48.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Norma Sueli da Cunha Pinto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MARCUS AURÉLIO FERNANDES SENA (OAB 10817/AM), ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM) - Processo 0602715-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Viviane de Vasconcelos Froes - REQUERIDO: Instituto Metropolitano de Ensino Ltda. - Ime - O deslinde da causa possui contornos fáticos que precisam ser dirimidos com maior cautela, atividade cognitiva a ser exercida por ocasião da instrução da causa, razão pela qual, em não havendo acordo em audiência inicial, designo o dia 21/11/2019 às 10:00h para realização de Audiência de Instrução e Julgamento, oportunidade em que serão ouvidas pessoalmente as partes. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM) - Processo 0602724-16.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Millian Abreu de Vasconcelos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0602832-45.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Deivyd Bernado Aires da Silva - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0602847-19.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Estrelas do Amanhã - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos (fl. 105). Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0602977-04.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jamerson da Silva Marcelino - RECLAMADO: BradesCard S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM) - Processo 0603214-38.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Juscelino Maia da Costa - Vistos, etc.. Os documentos relatados em audiência já se encontram anexos à petição inicial. Além disso, a matéria discutida nos autos não exige produção de prova em audiência, à vista do que anuncio o julgamento antecipado da lide, ex vi do art. 355, I do CPC, do que deverão ser intimadas as partes, para os devidos fins. Preclusa esta decisão, faça-se concluso para sentença. À Secretaria para as diligências necessárias. Cumpra-se.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0603276-83.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, caso haja concordância, informar dados bancários para expedição de alvará eletrônico. Advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0603343-43.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Lindomara da Silva Santos - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0603343-43.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Lindomara da Silva Santos - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls.206/219 antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0603628-36.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Meire Jane Gomes da Rocha - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - A matéria discutida nos autos não exige produção de prova em audiência, à vista do que anuncio o julgamento antecipado da lide, ex vi do art. 355, I do CPC, do que deverão ser intimadas as partes, para os devidos fins. Preclusa esta decisão, faça-se concluso para sentença. À Secretaria para as diligências necessárias. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0603765-18.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Uriel Torres dos Santos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0604117-73.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Cordeiro do Nascimento - Defiro o pedido formulado pela Autora às fls. 70-71 e concedo o prazo de 15 (quinze) dias para emendar a inicial. Transcorrido o prazo e realizada a emenda, a parte adversa deverá ser intimada para se manifestar, caso queira, também no prazo de 15 (quinze) dias. Após, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0604407-88.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Davi Barbosa de Lima Monteiro - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Analisando os argumentos da inicial e da defesa, a audiência de instrução e julgamento se faz indispensável, ante a necessidade de dilação probatória para dirimir o caso concreto. Assim, designo o dia 05/12/2019 às 10:00h para realização de Audiência de Instrução e Julgamento, oportunidade que serão ouvidas pessoalmente as partes e testemunhas em número máximo de 03 (três). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: JÉSSYCA LUANA MORAIS FERREIRA (OAB 11258/AM), ADV: KEROLAYNE ROSAS LIMA DE QUEIROZ (OAB 14104/AM) - Processo 0604901-84.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Dhalymberg Maia Martins, - REQUERIDO: C.m. Rodrigues Comunicação Me (Portal Cm7) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 156-193 antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0605343-50.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Rodolfo Pereira Givoni - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Assim, acolho o pedido de reconsideração para: receber o Recurso Inominado, em seu efeito devolutivo, e determinar à Secretaria que proceda a intimação da Requerida para apresentar as contrarrazões no prazo de lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROSIMEIRE BARRETO ALVES DA SILVA (OAB 26885/DF) - Processo 0605631-61.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ligorio Maciel Pereira - De ordem, INTIME-SE o autor para, no prazo de 5 dias, apresentar cópias legíveis dos documentos de fls. 19/20.

ADV: ALEXIA MARIAH SILVA MICHILES (OAB 11375/AM) - Processo 0605654-53.2017.8.04.0092 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Lucivaldo Gomes da Silva - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos (fl. 95). Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0605905-59.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 130/132, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 10.000,00, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0605909-67.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Descontos Indevidos - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 398/418, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 20.304,93, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUIZ ALEXANDRE ABREU D'ABADIA (OAB 13495/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM) - Processo 0606329-04.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: José Jucimar Azedo Modesto - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0606412-54.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, expeça-se alvará referente ao valor incontroverso depositado pela requerida (fls. 104/105). Diante do requerimento do Exequente às fls. 104/105, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 800,00, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, prosseguir-se-á automaticamente os atos de expropriação.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0606608-92.2015.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: OFELIA NARA SILVA DO CARMO - REQUERIDO: BANCO BONSUCESSO CONSIGNADOS S/A - Após juntada de contrarrazões do Recurso pelo Recorrido, remetam-se os autos à Colenda Turma Recursal, com as nossas homenagens.

ADV: ANDRÉA ELDA REIS MENDONÇA (OAB 4255/AM) - Processo 0606699-46.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Jar de Limame - REQUERIDO: Global GNZ Transportes Ltda. - Trata-se de ação de ação de cobrança de natureza comercial, em que pretende o adimplemento do contrato formulado entre as partes. É notória a situação de penúria que passam as concessionárias de transporte público neste Município, contudo, tal situação não conduz a prosperar o pleito de tutela de urgência face ao risco de recuperação judicial/falência. Isso porque, tais pleitos somente podem ser exigidos, no meu entender, se tivessem natureza alimentar, o que não se vislumbra nos autos. Assim, aguarde-se o dia designado de fls.338 para a realização da Audiência de Conciliação- Instrução e Julgamento. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0607153-60.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Kelle Almeida Maciel - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos (fl. 56). Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: DAYANA DE MENEZES AZEVEDO (OAB 10500/AM) - Processo 0607357-70.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE:

Bob Monteiro Ramos - De ordem, INTIME-SE a parte requerente a comparecer à secretaria deste juizado para fazer retirar do histórico escolar emitido pela requerida, no prazo de 24 horas.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0607409-37.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 409/413, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 11.071,40, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: EDSON BELMONT DE LIMA (OAB 8931/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM) - Processo 0607437-68.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Aglair de Castro Gama - REQUERIDO: Porto Seguro - Portoeg S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0607581-42.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Sandra Cardoso Silva - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0607650-40.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Andria Rodrigues Teixeira - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. (x) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM) - Processo 0607657-32.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jucelino Bruno Marques - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607661-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Larissa de Oliveira Fernandes - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607681-60.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Ilayone Paz Ramos - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607683-30.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Oferta e Publicidade - RECLAMANTE: Ilayone Paz Ramos - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607685-97.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Ilayone Paz Ramos - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0607709-28.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Leonardo dos Santos Silva - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607715-35.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Elienai Correia de Freitas - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: MARIO JORGE CARDOSO MELO (OAB 10894/AM) - Processo 0607730-04.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Juliane da Luz Martins - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: ELINE DE OLIVEIRA SOUZA (OAB 7543/AM) - Processo 0607745-07.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Clysia Medeiros Ramos - Frederico Teixeira Fernandes - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, caso haja concordância, informar dados bancários para expedição de alvará eletrônico, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JARSON ARIDAY DA SILVA COSTA (OAB 741A/AM) - Processo 0607823-64.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Edvaldo Crisóstomo de Souza - Diante do exposto, DETERMINO, em razão da probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo em decorrência do corte no fornecimento de energia elétrica, que a empresa prestadora de serviço público essencial, a contar do recebimento desta determinação, restabeleça incontinenti, no prazo de 24 horas, o fornecimento de energia elétrica a Unidade consumidora nº 22203982 em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos, tudo de acordo com o artigo 300 do Código de Processo Civil. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 600,00 (seiscentos reais), até o limite de 5 dias/multa. Por entender como verossímil a alegação da parte Autora, além de vislumbrar, pelas regras ordinárias da experiência, sua hipossuficiência, DETERMINO a inversão do ônus da prova em seu favor, estabelecendo-se incontinenti a paridade no tratamento processual, consoante permissivo que exsurge do artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de Conciliação - instrução e julgamento para o dia 14/11/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se, observadas as formalidades legais.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0607910-54.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Alceny Carvalho da Cunha - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica

do Brasil S/A) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: SIMONE BATISTA DA SILVA (OAB 5778/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0608108-91.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Jose dos Santos Bentes - REQUERIDO: Masa da Amazônia Ltda - Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0609271-09.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Cicero Rodrigues da Costa Filho - Diante do requerimento do Exequente às fls. 160/162, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 287,74, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: RICARDO DE JESUS COLARES DE OLIVEIRA (OAB 10985/AM) - Processo 0609676-79.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jose Monteiro de Freitas - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0609692-33.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, expeça-se alvará referente ao valor incontroverso depositado pela requerida (fls. 169). Diante do requerimento do Exequente às fls. 172/174, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 8.471,06, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0609790-67.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: LEONARDO SILVA PEREIRA - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos (fl. 145). Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0609819-68.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para embargos, no prazo de 15 dias.

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM), ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM), ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0610833-87.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jucelino Ramos Pinheiro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos, Apesar de a parte Reclamante Jucelino Ramos Pinheiro, estar ciente de seu dever de comparecer pessoalmente à audiência inaugural, assim não o fez, incidindo nos termos da determinação legal do art. 51, I, da Lei dos juizados especiais nº 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu conseqüente ARQUIVAMENTO. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM), ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0610833-87.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jucelino Ramos Pinheiro - DEFIRO o pedido da parte Autora, isentando-a de custas processuais, na forma do artigo 98 do CPC/15. Intime-se. Cumpra-se, observadas as formalidades legais.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0611655-76.2017.8.04.0020 (apensado ao processo 0611650-54.2017.8.04.0020) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Daniella Oliveira Moreira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0611687-81.2017.8.04.0020 (apensado ao processo 0611650-54.2017.8.04.0020) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Evellyn Karoline Bentes Macedo - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GIORDANO CEZAR SALGADO BOAVENTURA (OAB 11685/AM) - Processo 0613634-73.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Patrícia Lacerda dos Santos - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos (fl. 319). Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: AQUILA REISSY ANDRADE DA GAMA (OAB 13463/AM) - Processo 0637683-70.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cleide Pereira Brasil - Certifico, para os devidos fins, que a audiência de instrução e julgamento não se realizará no dia 13/09/2019, por motivo da MMª. Juíza de Direito, Dra. JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO se encontrar ausente para participar do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância. Desde já fica redesignada a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 20/09/2019 às 10:30 horas, devendo ser expedidos as devidas intimações para as partes.

Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alan de Oliveira Silva (OAB 208322/SP)
Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alessandra Vanessa Lima Arcanjo (OAB 13470/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
ALEXIA MARIAH SILVA MICHILES (OAB 11375/AM)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Andréa Elda Reis Mendonça (OAB 4255/AM)

Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio Cleto Gomes (OAB 5864/CE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Aquila Reissy Andrade da Gama (OAB 13463/AM)
Arivan de Carvalho Nunes (OAB 5108/AM)
Arruda Advocacia e Consultoria Juridica (OAB 449/AM)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cauê Tauan de Souza Yaegashi (OAB 357590/SP)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Dario dos Santos Monteiro (OAB 10365/AM)
Dayana de Menezes Azevedo (OAB 10500/AM)
Déborah Simões Brito (OAB 13773/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
Diego Marinho Moraes (OAB 14664/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
DOUGLAS BARRINOVO JACÇÃO (OAB 346159SP)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Edson Belmont de Lima (OAB 8931/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaine Vitória da Silva Guedes (OAB 10583/AM)
Eline de Oliveira Souza (OAB 7543/AM)
Eliseth Moss da Costa (OAB 6490/AM)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Giordano Cezar Salgado Boaventura (OAB 11685/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB 7675-A/TO)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Jarson Ariday da Silva Costa (OAB 741A/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jéssyca Luana Morais Ferreira (OAB 11258/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
JOBSON DOS SANTOS MASCARENHAS (OAB 10564/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José de Andrade Azedo Netto (OAB 10394/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kemal Almeida Muneymne Filho (OAB 3889/AM)
Kerolayne Rosas Lima de Queiroz (OAB 14104/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lorena Rosa Andrade da Silva Chain (OAB 11752/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Alexandre Abreu D'abadia (OAB 13495/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
MARCUS AURÉLIO FERNANDES SENA (OAB 10817/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mario Jorge Cardoso Melo (OAB 10894/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Renan Pena Martins (OAB 10805/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo de Jesus Colares de Oliveira (OAB 10985/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Rosimeire Barreto Alves da Silva (OAB 26885/DF)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Simone Batista da Silva (OAB 5778/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)

17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAIO CÉSAR CATUNDA DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA MADDY FIGLIUOLO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0184/2019

ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM) - Processo 0621033-03.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Injúria - VÍTIMAFATO: Marlúcia Guimarães Almeida - AUTORFATO: Rosana Melo da Frota - Certifico para os devidos fins que, a Audiência de Conciliação foi designada para o dia 07/11/2019 às 09:45h.
ADV: ABRAHIM JEZINI (OAB 4584/AM) - Processo 0636526-62.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crimes de Trânsito - VÍTIMAFATO: Abrahim Jezini - Certifico para os devidos fins que, a Audiência de Conciliação foi designada para o dia 07/11/2019 às 09:30h.

Abrahim Jezini (OAB 4584/AM)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAIO CÉSAR CATUNDA DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA MADDY FIGLIUOLO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0185/2019

ADV: ALEXANDRE DAIUTO LEÃO NOAL (OAB 251410/SP), ADV: GENILCE SIQUEIRA VIANA (OAB 8467/AM) - Processo 0605201-95.2017.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Crimes Previstos na Legislação Extravagante - AUTOR: Dr Consulta Participações S.a e outro - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Instrução e Julgamento foi designada para o dia 16/10/2019, às 09:30h.

Alexandre Daiuto Leão Noal (OAB 251410/SP)
Genilce Siqueira Viana (OAB 8467/AM)

18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO THEMIS CATUNDA DE SOUZA LOURENÇO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL PAULO MIGUEL DA SILVA ARAUJO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0068/2019

ADV: MONICA SILVA DOS SANTOS (OAB 12854/AM) - Processo 0600145-10.2019.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Injúria - VÍTIMAFATO: Rosangela de Sousa Galucio - AUTORAFATO: Rosilene da Fonseca Pinto - Fica V. Sa. INTIMADO(A) de que a Audiência Preliminar relativa ao processo n° 0600145-10.2019.8.04.0016, nesta 18ª Vara do Juizado Especial Criminal, foi Redesignada para às 10:00h, do dia 18/10/2019. Ficando na sua responsabilidade informar seu/sua cliente. Atenciosamente, Paulo Miguel da Silva Araujo. Diretor de Secretaria.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0600530-55.2019.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Calúnia - VÍTIMAFATO: José Petronilo Silva Costa - AUTORAFATO: Germana de Vasconcelos Duarte Costa - Fica V. Sa. INTIMADO(A) a comparecer nesta 18ª Vara do Juizado Especial Criminal, às 10:30h, do dia 21/10/2019, com o fim de integrar a Audiência de Conciliação na Autuação Sumária n° 0600530-55.2019.8.04.0016 instaurada para apurar, em tese, a prática das infrações de Calúnia. Ficando na sua responsabilidade informar seu/sua cliente. Atenciosamente, Paulo Miguel da Silva Araujo. Diretor de Secretaria.

ADV: LUCIANA DA SILVA COUTO (OAB 5339/AM) - Processo 0600844-98.2019.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Perturbação da tranquilidade - VÍTIMAFATO: Eduardo Manzoni - Miriam Sonntag Manzoni - AUTORFATO: Cleiton Alves Santos Ramos - Fica V. Sa. INTIMADO(A) a comparecer nesta 18ª Vara do Juizado Especial Criminal, às 09:30h, do dia 14/10/2019, com o fim de integrar a Audiência de Conciliação na Autuação Sumária n° 0600844-98.2019.8.04.0016 instaurada para apurar, em tese, a prática das infrações de Perturbação da tranquilidade. Ficando na sua responsabilidade informar seu/sua cliente. Atenciosamente, Paulo Miguel da Silva Araujo. Diretor de Secretaria.

Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Luciana da Silva Couto (OAB 5339/AM)
Monica Silva dos Santos (OAB 12854/AM)

19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANK AUGUSTO LEMOS DO NASCIMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL BRENO FERREIRA MORAIZ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0076/2019

ADV: THALLES DA CUNHA RAMOS (OAB 14136/AM) - Processo 0600872-66.2019.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Desacato - AUTORFATO: Fabrício Carlos de Souza Cardoso e outro - Instrução e Julgamento Data: 16/10/2019 Hora 09:30 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0602343-42.2018.8.04.0020 - Execução da Pena - Receptação - AUTORAFATO: Ingreci Almeida da Rocha - Instrução e Julgamento Data: 17/10/2019 Hora 09:15 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: AUGOSTINHO FERREIRA DE ALMEIDA NETO (OAB 11840/AM) - Processo 0602723-31.2019.8.04.0020 - Termo Circunstanciado - Leve - AUTORFATO: Rodrigo Coelho Schopan - Preliminar - Transação Civil Data: 08/10/2019 Hora 09:00 Local: Conciliação 2 Situacão: Pendente

ADV: THAIZE GENEROSO DE OLIVEIRA (OAB 14313/AM) - Processo 0606243-96.2019.8.04.0020 - Termo Circunstanciado - Desacato - AUTORFATO: Francisco Brito da Silva - Preliminar - Transação Penal Data: 17/10/2019 Hora 09:45 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: IZABEL FERREIRA DE SOUZA NETA (OAB 12980/AM), ADV: JARSON ARIDAY DA SILVA COSTA (OAB 741A/AM) - Processo 0607833-45.2018.8.04.0020 - Termo Circunstanciado - Posse de Drogas para Consumo Pessoal - AUTORFATO: Aleson Knedy da Silva e Silva - Instrução e Julgamento Data: 16/10/2019 Hora 09:00 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

Augostinho Ferreira de Almeida Neto (OAB 11840/AM)
Izabel Ferreira de Souza Neta (OAB 12980/AM)
Jarson Ariday da Silva Costa (OAB 741A/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Thaize Generoso de Oliveira (OAB 14313/AM)
Thalles da Cunha Ramos (OAB 14136/AM)

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**
Endereço **Av. André Aráujo s/n - CEP:69060-000**
Telefone **(092) 2129-6666**
Internet **www.tjam.jus.br**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1
SEÇÃO I 1
PRESIDÊNCIA 1
SECRETARIA JUDICIARIA - RECURSOS 1
Intimações 1
SECRETARIA DA CENTRAL DE PRECATÓRIOS 3
Intimações 3
SEÇÃO II 4
TRIBUNAL PLENO 4
Conclusões de Acórdãos 4
Intimações 5
Decisões 5
Pauta de Julgamento Designado 7
SEÇÃO III 8
CÂMARAS REUNIDAS 8
Intimações 8
Pauta de Julgamento Designado 8
SEÇÃO IV 9
CÂMARAS ISOLADAS 9
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL 9
Intimações 10
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 11
Intimações 11
Pauta de Julgamento Designado 12
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 14
Conclusões de Acórdãos 14
Despachos 28
Decisões 29
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 30
Intimações 30
Decisões 30
Pauta de Julgamento Designado 31
Julgamento Virtual 31
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 38
Despachos 38
Intimações 39
Decisões 39
Julgamento Virtual 40
SEÇÃO V 40
CONSELHO DA MAGISTRATURA 40
Conclusões de Acórdãos 40
Despachos 42
Pauta de Julgamento Designado 42
SEÇÃO VI 43
VARAS - COMARCA DA CAPITAL 43
1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 43
2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 53
3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 60
4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 70
5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 80
6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 86
7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 89
8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 94
9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 95
10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 102
11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO 108
12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 113
13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 117
14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 117
15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 120
16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 127
17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 133
18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 135
19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 142
20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 145
1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA 156
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 158
3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 161
4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 162
2ª VARA CRIMINAL 165
4ª VARA CRIMINAL 168
6ª VARA CRIMINAL 169
7ª VARA CRIMINAL 169
8ª VARA CRIMINAL 178
10ª VARA CRIMINAL 179
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 180
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 190
3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 192
VARA DE EXECUÇÃO PENAL 196
AUDITORIA MILITAR 198
2ª VARA DE FAMÍLIA 199
3ª VARA DE FAMÍLIA 201
4ª VARA DE FAMÍLIA 202
5ª VARA DE FAMÍLIA 209
6ª VARA DE FAMÍLIA 210
8ª VARA DE FAMÍLIA 229
VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL 229
2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 241
4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 242
2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes 244
SEÇÃO VII 246
JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL 246
JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 248
1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 248
3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 248
VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL 268
SEÇÃO VIII 283
TURMA RECURSAL 283
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL 308
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 308
3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 313
4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 317
5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 317
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 337
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 342
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 343
9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 345
10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 356
12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 358
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 375
14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 382
15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 382
16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 384
17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 391
18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 392
19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 392